Caderno Jurídico do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª REGIÃO

DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº970/2012 **Data da disponibilização: Quinta-feira, 03 de Maio de 2012.** **DEJT Nacional**

Tribunal Regional do Trabalho da 10ª REGIÃO

ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Desembargadora Presidente

ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA DA VEIGA DAMASCENO
Desembargador Vice-Presidente

SAS, Quadra 01, Bloco D
Praça dos Tribunais Superiores
Brasília/DF
CEP: 70097900
Telefone : 3348-1100

PRESIDÊNCIA
Portaria

PORTARIA DA PRESIDÊNCIA nº 005, de 30 de abril de 2012.

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO, usando das atribuições que lhe confere a Lei, e

CONSIDERANDO o que determina o art. 2º da Resolução Administrativa nº 61/2011, deste Regional,

CONSIDERANDO, ainda, a Certidão nº 47/2012, do Egrégio Tribunal Pleno, extraída na sessão plenária de 24 de abril de 2012,

R E S O L V E

Art. 1º. Constituir comissão, visando a realização de estudos para verificação da necessidade e viabilidade de revisão da estrutura funcional do Tribunal, aprovada pela RA 49/2009, de forma a adequá-la, no que couber, à Resolução nº 63/2010, com as alterações introduzidas pela de nº 83/2011, do CSJT.

Art. 2º. Compor referida comissão com os seguintes membros:

I - Desembargador João Amílcar Silva e Souza Pavan – Presidente;

II - Desembargadora Flávia Simões Falcão;

III - Desembargador Alexandre Nery Rodrigues de Oliveira;

IV - Juiz Denilson Bandeira Coêlho - Diretor do Foro de Brasilia-DF;

V - Juiz Erasmo Messias de Mouras Fé - Diretor do Foro de Palmas-TO;

VI - Juíza Noemia Aparecida Garcia Porto - Presidente da AMATRA -10;

VII - Nivaldo Rosa – Presidente da ASDR;

VIII - Cledo de Oliveira Vieira - Diretor do SINDJUS-DF;

IX - Gilvan Silva Pereira Ramos - Diretor-Geral;

X - Claúdio Luís Gonçalves Garcia - Secretário-Geral Judiciário;

XI - Rosemary Domingues Wargas - Secretária de Gestão de Pessoas;

XII - Jodeir Rodrigues da Silva - Coordenador de Pessoal e de Informações funcionais;

XIII - José de Bonfin Ferreira de Menezes - Diretor de Secretaria de Vara do Trabalho;

XIV - Mário Sérgio Duarte de Souza - Chefe de Gabinete de Desembargador.

Art. 3º . Fixar o prazo de 3 (três) meses para apresentação do estudo.

ELAINE MACHADO VASCONCELOS

SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL
Despacho

Ref.: Protocolo 63.354/2012

RT 2070-46.2011.5.10.0019

REQUERENTE: RODRIGUES E SIQUEIRA CONFECÇÕES LTDA.

ADVOGADO: RUBENS CURCINO RIBEIRO – OAB/DF 22.517

D E S P A C H O

Trata-se de requerimento patronal denominado CORREIÇÃO PARCIAL e entregue na Diretoria do Foro de Brasília, que nos remete por meio do Ofício DFB n.º 84/2012, datado de 13/4/2012, recebido na SECOR em 16/4/2012.

Em que pese a denominação de Correição Parcial, os fatos relatados por Rodrigues e Siqueira Confecções Ltda., são conferidos a servidor da Distribuição de Feitos, vinculado ao Diretor do Foro de Brasília e não ao juiz da causa, razão porque, indefiro liminarmente a pretensão, com fundamento no parágrafo único do art. 223 do Regimento Interno do TRT10.

Ciência ao requerente por intermédio de seu advogado.

Arquive-se.

Brasília, 17 de abril de 2012.

ELAINE MACHADO VASCONCELOS

Desembargadora Presidente e Corregedora

SEÇÃO DE PRECATÓRIOS

Despacho

Despacho

Processo Nº Precat-2004-60.2010.5.10.0000

Complemento	Nº TRT = Precat-00035/2010
Requerente	EDNA FERREIRA COELHO
Advogado	Patrícia Pinheiro Martins(OAB: 14753-N/DF)
Requerente	INSS Empregador
Requerente	FLORISVALDO NASCIMENTO SILVA
Requerido	SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL - SLU -

Vistos.

1 - Determino a retificação da autuação do presente processo para constar como requerido, o Serviço de Limpeza Urbana, CNPJ nº 01.567.525/0001-76, em conformidade com o Cadastro Nacional de Entes Públicos - CNEP/CNJ e Decreto Lei nº 27.591/DF, de 01/01/2007, alterado pelo Decreto nº 28.028/DF, de 08/06/2007.

2 - Tendo em vista que a petição, de fls. 560, do SLU é endereçada ao Exmo. Juiz da 13ª Vara do Trabalho de Brasília, encaminhem-se os autos àquela VT, para apreciação.

Publique-se o item 1.

Brasília, 18 de abril de 2012 (4ª-feira)

ELAINE MACHADO VASCONCELOS

Desembargadora Federal do Trabalho,

Presidente do TRT da 10ª Região

Processo Nº Precat-2162-81.2011.5.10.0000

Complemento	Nº TRT = Precat-00030/2011
Requerente	Matilde Rodrigues de Mesquita
Advogado	João Américo Pinheiro Martins(OAB: 10434-N/DF)
Requerente	Instituto Nacional do Seguro Social
Requerido	SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL - SLU -

Vistos.

O(s) seguinte(s) exequente(s) requer(em) concessão de preferência no pagamento de seu(s) respectivo(s) precatório(s) (arts. 100, §2º, da CF e 10 a 13 da Resolução nº 115/2010 do CNJ):

1) MATILDE RODRIGUES DE MESQUITA - CPF: 285.860.503-34

Motivo da preferência - (60 anos ou mais).

Requerimento protocolado em: 18/04/2012

O(s) requerente(s) declara(m) ser o(a) titular(es) do precatório acima referido e não ter negociado o crédito em parte ou em sua totalidade.

DEFIRO, tendo em vista o preenchimento dos requisitos objetivos.

Proceda-se à reautuação, fazendo constar na capa do processo a prioridade na tramitação processual (art. 71 da Lei nº 10.741/03).

Atualizem-se os cálculos, se necessário.

Informe-se o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Após repasse pelo TDJFT mediante depósito da importância atualizada na conta judicial, determino seja remetido ao Juízo de origem cópias da atualização do cálculo, do comprovante de depósito, dos documentos ora referidos e desta decisão, observadas as cautelas de praxe quanto aos registros.

O Juiz da execução deverá atentar para as providências descritas nos arts. 4º e 5º da Portaria PRE-DGJUD nº 10, de 12/8/10.

Publique-se.

Intime-se o executado por mandado, com prazo de 10 dias para eventual impugnação, sob pena de preclusão (art. 10, § 3º, "in fine", da Resolução nº 115/2010 do CNJ).

Brasília, 18 de abril de 2012.

ELAINE MACHADO VASCONCELOS

Desembargadora Federal do Trabalho,

Presidente do TRT da 10ª Região

Processo Nº Precat-2867-79.2011.5.10.0000

Complemento	Nº TRT = Precat-00164/2011
Requerente	Silvino Malafaia Júnior
Advogado	Letícia Ricevich Bastos de Oliveira(OAB: 23704-N/DF)
Requerente	INSS EMPREGADOR
Requerido	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA

Às fls. 884/886, o exequente SILVINO MALAFAIA JÚNIOR, CPF 185.824.008-53, requer ao Juízo da execução a concessão de preferência no pagamento de seu precatório, por motivo de idade (60 anos ou mais), embasado nos artigos 100, §2º e 3º da CF. Requer, ainda, seja determinado à Seção de Precatórios a observância do artigo 100, § § 2º e 3º da CF.

Por economia e celeridade processual, defiro o pagamento preferencial, tendo em vista o preenchimento dos requisitos objetivos, conforme documento de identidade às fls. 29. Porém, não importará em ordem de pagamento imediato, mas apenas em ordem de preferência (Art. 10 da Res. 115/CNJ).

Ato contínuo, determino a intimação, por mandado, da entidade de Direito Público devedora para ciência do presente despacho e eventual impugnação concernente ao deferimento da preferência ora arguida - prazo: 10 (dez) dias, sob pena de preclusão (art. 10, § 3º, "in fine",da Resolução nº 115/2010 do CNJ).

Publique-se.

Brasília, 16 de abril de 2012 (2ª-feira).

ELAINE MACHADO VASCONCELOS

DESEMBARGADORA FEDERAL DO TRABALHO,

PRESIDENTE DO TRT DA 10ª REGIÃO

Processo Nº Precat-3456-08.2010.5.10.0000

Complemento	Nº TRT = Precat-00065/2010
Requerente	JOAO BATISTA PEREIRA
Advogado	João Américo Pinheiro Martins(OAB: 10434-N/DF)
Requerente	INSS EMPREGADOR
Requerido	SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL - SLU -

Vistos.

1 - Determino a retificação da autuação do presente processo para constar como requerido, o Serviço de Limpeza Urbana, CNPJ nº

01.567.525/0001-76, em conformidade com o Cadastro Nacional de Entes Públicos - CNEP/CNJ e Decreto Lei nº 27.591/DF, de 01/01/2007, alterado pelo Decreto nº 28.028/DF, de 08/06/2007. 2 - Tendo em vista que a petição, de fls. 476, do SLU é endereçada ao Exmo. Juiz da 4ª Vara do Trabalho de Brasília, encaminhem-se os autos àquela VT, para apreciação.
Publique-se o item 1.
Brasília, 18 de abril de 2012 (4ª-feira)

ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Desembargadora Federal do Trabalho,
Presidente do TRT da 10ª Região

Processo Nº Precat-19000-28.1990.5.10.0003

Processo Nº Precat-190/1990-003-10-00.5

Complemento	Nº TRT = Precat-00212/1997
Requerente	GERALDO FERREIRA DA SILVA
Requerente	JOSUE CHAGAS VILELA FILHO
Requerido	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL - EXTINTA - SUCESSOR: DISTRITO FEDERAL -

Vistos.
Os seguintes exequentes requerem concessão de preferência no pagamento de seus respectivos precatórios, em razão de contarem 60 (sessenta) anos de idade, ou mais, na data do requerimento expresso (art. 12 da Resolução nº 115/2010, do CNJ) e por constar expressamente desse requerimento que não negociaram o crédito em parte ou em sua totalidade.
Desta forma, defiro o pleito tendo em vista o preenchimento do requisito objetivo, aos seguinte exequentes:
1) GERALDO FERREIRA DA SILVA, CPF 009.727.031-87 (fls. 68);
2) JOSUÉ CHAGAS VILELA FILHO, CPF 059.970.701-15 (fls. 74);
Proceda à reautuação, fazendo constar na capa do processo a prioridade na tramitação processual (art. 71 da Lei 10.741/03).
Determino a atualização dos cálculos, se necessário.
Informe-se o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, solicitando o repasse dos recursos necessários ao pagamento.
Após repasse pelo TDJFT mediante depósito da importância atualizada na conta judicial, determino seja remetido ao Juízo de origem cópias da atualização do cálculo, do comprovante de depósito, dos documentos ora referidos e desta decisão, observadas as cautelas de praxe quanto aos registros.
O Juiz da Execução deverá atentar para as providências descritas nos arts. 4º e 5º da Portaria PRE-DGJUD nº 10, de 12/8/10.
Intime-se o Executado, por mandado, com prazo de 10 dias para eventual impugnação, sob pena de preclusão (art. 10, § 3], "in fine", da Resolução nº 115/2010 do CNJ).
Quanto ao requerimento de expedição de certidão do valor individualizado, inicialmente, determino a intimação da entidade de Direito público devedora para, no prazo de 30 dias, manifestar-se sobre:
a) interesse de compensação de dívida ativa, nos moldes dos § § 9º e 10 do art. 100 da CF, sob pena de perda do direito;
b) existência de cessão de crédito, nos termos do § 14 do artigo 100 da CF e artigos 16 e 17 da Resolução 115/2010 do CNJ.
E decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos para deliberação.
Publique-se.

Brasília, 18 de abril de 2012 (4ª-feira).

ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Desembargadora Federal do Trabalho,
Presidente do TRT da 10ª Região

Processo Nº Precat-36300-23.1997.5.10.0014

Processo Nº Precat-363/1997-014-10-00.5

Complemento	Nº TRT = Precat-00057/2008
Requerente	Maria Ambrozina Maia
Advogado	Ulisses Riedel de Resende(OAB: 968-N/DF)
Requerente	Maria Amelia Borges de Oliveira
Requerente	MARIA AMELIA CAIRES SILVA
Requerente	MARIA AMELIA CESAR DA SILVA
Requerente	Maria Amelia da Costa Melo
Requerente	Maria Amelia da Silva
Requerente	MARIA AMELIA DUARTE FRANCO
Requerente	INSS EMPREGADOR
Requerido	DISTRITO FEDERAL

Vistos.
MARIA AMÉLIA BORGES FRANCISCHETTI e MARIA AMÉLIA COSTA requerem, às fls. 208/212, preferência no pagamento do crédito do precatório em epígrafe.
Em análise aos autos, constato que, às fls. 218/224, dos autos principais, o Juízo da execução ao prolatar a sentença, determinou o arquivamento da reclamatória em nome de MARIA AMÉLIA BORGES FRANCISCHETTI e MARIA AMÉLIA COSTA, por não comparecerem na audiência inaugural.
Diante do exposto, indefiro os pedidos de preferência, às fls. 208/212, em nome das requerentes acima citadas, por não serem partes no processo.
Publique-se.
Brasília, 18 de abril de 2012 (4 ª-feira).
ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Desembargadora Federal do Trabalho,
Presidente do TRT da 10ª Região

Processo Nº Precat-74901-57.1990.5.10.0010

Processo Nº Precat-749/1990-010-10-01.8

Complemento	Nº TRT = Precat-00047/2004
Requerente	Calbio Goncalves da Silva
Advogado	Antônio Alves Filho(OAB: 4972-N/DF)
Requerente	SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DO DISTRITO FEDERAL - PERITO
Requerente	INSS EMPREGADOR
Requerido	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - EXTINTA - SUCESSOR: DISTRITO FEDERAL -

Vistos.
Às fls. 96, dos autos precatórios, foi deferido o pedido de preferência do exequente CALBIO GONÇALVES DA SILVA.
O Distrito Federal manifestou-se às fls. 396/404, informando acerca de cessão de crédito do Exequente em favor de Papelaria Rio Comércio e Indústria LTDA, no valor de R$ 38.744,68, conforme documentos às fls. 398/400.
Nesse sentido, o Juízo da execução decidiu que o exequente não faz jus ao crédito preferencial e determina a devolução do depósito à origem (fls. 411).
Ante ao pedido do exequente, às fls. 413/414, de reconsideração do despacho que indeferiu a liberação do crédito preferencial, a Juíza da execução remeteu os autos principais à Seção de Precatórios para as providências cabíveis, sob o fundamento de que a análise dos critérios para pagamento preferencial de precatório não compete àquele Juízo. (Fls. 415)
Por economia e celeridade processual, a apuração do crédito do exequente foi realizada conforme resumo de cálculos às fls.

417/428 e planilha às fls. 429, considerando a dedução do valor cedido.
Verifico que o crédito remanescente do credor é de apenas R$ 4.456,45 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e cinco centavos) atualizados até 22/03/2011, data do depósito do crédito preferencial às fls. 393.
Ante o exposto, intime-se as partes para, querendo, no prazo sucessivo de 10 dias, a começar pelo Exequente, manifestem-se quanto aos cálculos de fls. 417/429 , por analogia ao artigo 879, § 2º e 3º da CLT.
Intime-se o executado, por mandado.
Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos.
Publique-se
Brasília, 18 de abril de 2012 (4ª-feira).

ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Desembargadora Federal do Trabalho,
Presidente do TRT da 10ª Região

Processo Nº Precat-76540-09.2001.5.10.0016

Processo Nº Precat-765/2001-016-10-40.4

Complemento	Nº TRT = Precat-00033/2006
Requerente	Jose Alves da Silva
Advogado	Áurea Feliciana Pinheiro Martins E OUTROS(OAB: 11464-N/DF)
Requerente	INSS EMPREGADOR
Requerente	FAZENDA NACIONAL - CUSTAS
Requerido	SERVICO DE CONSERVACAO DE MONUMENTOS PUBLICOS E LIMPEZA URBANA DO DF - BELACAP -

Vistos.
O(s) seguinte(s) exequente(s) requer(em) concessão de preferência
no pagamento de seu(s) respectivo(s) precatório(s) (arts. 100, §2º, da CF e 10 a 13 da Resolução nº 115/2010 do CNJ):
1) JOSE ALVES DA SILVA - CPF: 260.308.611-15
Motivo da preferência - (60 anos ou mais).
Requerimento protocolado em: 12/04/2012
O(s) requerente(s) declara(m) ser o(a) titular(es) do precatório
acima referido e não ter negociado o crédito em parte ou em sua totalidade.
DEFIRO, tendo em vista o preenchimento dos requisitos objetivos.
Proceda-se à reautuação, fazendo constar na capa do processo a
prioridade na tramitação processual (art. 71 da Lei nº 10.741/03).
Atualizem-se os cálculos, se necessário.
Informe-se o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
Após repasse pelo TDJFT mediante depósito da importância atualizada
na conta judicial, determino seja remetido ao Juízo de origem cópias da
atualização do cálculo, do comprovante de depósito, dos documentos ora
referidos e desta decisão, observadas as cautelas de praxe quanto aos
registros.
O Juiz da execução deverá atentar para as providências descritas nos
arts. 4º e 5º da Portaria PRE-DGJUD nº 10, de 12/8/10.
Publique-se.
Intime-se o executado por mandado, com prazo de 10 dias para
eventual impugnação, sob pena de preclusão (art. 10, § 3º, "in fine",
da Resolução nº 115/2010 do CNJ).
Brasília, 19 de abril de 2012.
ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Desembargadora Federal do Trabalho,
Presidente do TRT da 10ª Região

Processo Nº Precat-114840-76.2001.5.10.0004

Processo Nº Precat-1148/2001-004-10-40.6

Complemento	Nº TRT = Precat-00133/2009
Requerente	HELY MARTINS PACHECO
Advogado	João Américo Pinheiro Martins(OAB: 10434-A/DF)
Requerente	INSS EMPREGADOR
Requerido	SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL - SLU -

Vistos.
1 - Determino a retificação da autuação do presente processo para constar como requerido, o Serviço de Limpeza Urbana, CNPJ nº 01.567.525/0001-76, em conformidade com o Cadastro Nacional de Entes Públicos - CNEP/CNJ e Decreto Lei nº 27.591/DF, de 01/01/2007, alterado pelo Decreto nº 28.028/DF, de 08/06/2007.
2 - Tendo em vista que a petição, de fls. 501, do SLU é endereçada ao Exmo. Juiz da 4ª Vara do Trabalho de Brasília, encaminhem-se os autos àquela VT, para apreciação.
Publique-se o item 1.
Brasília, 18 de abril de 2012 (4ª-feira)

ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Desembargadora Federal do Trabalho,
Presidente do TRT da 10ª Região

Processo Nº Precat-116900-31.1992.5.10.0006

Processo Nº Precat-1169/1992-006-10-00.8

Complemento	Nº TRT = Precat-00264/2000
Requerente	ANTONIO JOSE DE BRITO
Advogado	Jacques Alberto de Oliveira E OUTROS(OAB: 6745-N/DF)
Requerente	ANTONIO SANTOS COSTA
Requerente	EVANDRO FELIX RODRIGUES
Requerente	FRANCISCO DIONIZIO DA PONTE
Requerente	GERALDO DE SOUSA RANGEL
Requerente	JOAO ANTONIO DE MELO
Requerente	JOSE OSMANO FERNANDES
Requerente	JOSE RIBEIRO ROCHA
Requerente	NIVALDO DE PAULO
Requerente	OSVALDO GONÇALVES COELHO
Requerido	SERVIÇO DE AJARDINAMENTO E LIMPEZA URBANO DO DISTRITO FEDERAL - BELACAP -

Vistos.
1 - Determino a retificação da autuação do presente processo para constar como requerido, o Serviço de Limpeza Urbana, CNPJ nº 01.567.525/0001-76, em conformidade com o Cadastro Nacional de Entes Públicos - CNEP/CNJ e Decreto Lei nº 27.591/DF, de 01/01/2007, alterado pelo Decreto nº 28.028/DF, de 08/06/2007.
2 - Tendo em vista que a petição, de fls. 142, do SLU é endereçada ao Exmo. Juiz da 6ª Vara do Trabalho de Brasília, encaminhem-se os autos àquela VT, para apreciação.
Publique-se o item 1.
Brasília, 18 de abril de 2012 (4ª-feira)

ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Desembargadora Federal do Trabalho,

Presidente do TRT da 10ª Região

Processo Nº Precat-120240-34.2002.5.10.0005

Processo Nº Precat-1202/2002-005-10-40.0

Complemento	Nº TRT = Precat-00054/2006
Requerente	DOURACI PEREIRA DA SILVA
Advogado	Áurea Feliciana Pinheiro Martins(OAB: 11464-N/DF)
Requerente	Jose Alves da Silva
Requerente	NATALINO RODRIGUES DA SILVA
Requerente	RAIMUNDO NONATO CARVALHO DE ARAUJO
Requerente	INSS - EMPREGADOR
Requerido	SERVIÇO DE AJARDINAMENTO E LIMPEZA URBANO DO DISTRITO FEDERAL - BELACAP -

Vistos.

O(s) seguinte(s) exequente(s) requer(em) concessão de preferência no pagamento de seu(s) respectivo(s) precatório(s) (arts. 100, §2º, da CF e 10 a 13 da Resolução nº 115/2010 do CNJ):

1) JOSE ALVES DA SILVA - CPF: 260.308.611-15

Motivo da preferência - (60 anos ou mais).

Requerimento protocolado em: 12/04/2012

O(s) requerente(s) declara(m) ser o(a) titular(es) do precatório acima referido e não ter negociado o crédito em parte ou em sua totalidade.

DEFIRO, tendo em vista o preenchimento dos requisitos objetivos.

Proceda-se à reautuação, fazendo constar na capa do processo a prioridade na tramitação processual (art. 71 da Lei nº 10.741/03).

Atualizem-se os cálculos, se necessário.

Informe-se o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Após repasse pelo TDJFT mediante depósito da importância atualizada na conta judicial, determino seja remetido ao Juízo de origem cópias da atualização do cálculo, do comprovante de depósito, dos documentos ora referidos e desta decisão, observadas as cautelas de praxe quanto aos registros.

O Juiz da execução deverá atentar para as providências descritas nos arts. 4º e 5º da Portaria PRE-DGJUD nº 10, de 12/8/10.

Publique-se.

Intime-se o executado por mandado, com prazo de 10 dias para eventual impugnação, sob pena de preclusão (art. 10, § 3º, "in fine", da Resolução nº 115/2010 do CNJ).

Brasília, 19 de abril de 2012.

ELAINE MACHADO VASCONCELOS

Desembargadora Federal do Trabalho,

Presidente do TRT da 10ª Região

Processo Nº Precat-203000-66.1990.5.10.0003

Processo Nº Precat-2030/1990-003-10-00.0

Complemento	Nº TRT = Precat-00063/2001
Requerente	Ariadnes Oliveira Costa dos Santos
Advogado	Ulisses Riedel de Resende E OUTROS(OAB: 968-N/DF)
Requerente	Eldir de Jesus e Silva Pinto
Requerente	ELIANA DAVID RIBEIRO
Requerente	Ilza Leite Pinto
Requerente	Jose Luis de Assuncao Rodrigues
Requerente	JOSEMAR BEZERRA DE SOUSA
Requerente	Maria Antonieta Tatagiba Goulart
Requerente	Maria da Penha Araujo Franco Miranda
Requerente	Maria das Neves Cirilo Passos
Requerente	Maria Iracy Andreza de Sousa
Requerente	PEDRO ALCANTARA BERNARDES JUNIOR
Requerido	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - EXTINTA - SUCESSOR: DISTRITO FEDERAL -

Vistos.

O(s) seguinte(s) exequente(s) requer(em) concessão de preferência no pagamento de seu(s) respectivo(s) precatório(s) (arts. 100, §2º, da CF e 10 a 13 da Resolução nº 115/2010 do CNJ):

1) ARIADNES OLIVEIRA COSTA DOS SANTOS - CPF: 253.663.271-72

Motivo da preferência - (60 anos ou mais).

Requerimento protocolado em: 22/03/2012

O(s) requerente(s) declara(m) ser o(a) titular(es) do precatório acima referido e não ter negociado o crédito em parte ou em sua totalidade.

DEFIRO, tendo em vista o preenchimento dos requisitos objetivos.

Proceda-se à reautuação, fazendo constar na capa do processo a prioridade na tramitação processual (art. 71 da Lei nº 10.741/03).

Atualizem-se os cálculos, se necessário.

Informe-se o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Após repasse pelo TDJFT mediante depósito da importância atualizada na conta judicial, determino seja remetido ao Juízo de origem cópias da atualização do cálculo, do comprovante de depósito, dos documentos ora referidos e desta decisão, observadas as cautelas de praxe quanto aos registros.

O Juiz da execução deverá atentar para as providências descritas nos arts. 4º e 5º da Portaria PRE-DGJUD nº 10, de 12/8/10.

Publique-se.

Intime-se o executado por mandado, com prazo de 10 dias para eventual impugnação, sob pena de preclusão (art. 10, § 3º, "in fine", da Resolução nº 115/2010 do CNJ).

Brasília, 20 de abril de 2012.

ELAINE MACHADO VASCONCELOS

Desembargadora Federal do Trabalho,

Presidente do TRT da 10ª Região

SECRETARIA DA 1ª SEÇÃO ESPECIALIZADA

Acórdão

Acórdão

Processo	AR-0005063-56.2010.5.10.0000
Complemento	
Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO
Redator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Autor	Abilio de Sousa Sucupira e Outros
Advogado	Marcelo Luiz Ávila de Bessa
Autor	Agnelo Fernandes Silva Filho
Autor	Ailson Teixeira Moutinho
Autor	Aleixo Anderson de Souza Furtado
Autor	Alice Pereira de Souza Ferreira
Autor	Ana Cunha Souza
Autor	Andréia Lellis Monteiro
Autor	Antonia Cipriano Vieira
Autor	Antonia Maria Barbosa de Jesus
Autor	Antonio Carlos Arcanjo da Silva
Autor	Antonio Carlos Arcanjo de Oliveira
Autor	Antonio Fidelis
Autor	Antoônio José de Alencar
Autor	Antonio Predro da Silva Filho
Autor	Arlindo Francisco Tavares
Autor	Antonio Nonato da Silva
Autor	Arnaldo Barbosa Brandão
Autor	Benedito Cassemiro Cardoso
Autor	Bey Ayres da Silva
Autor	Carlos Bevilaqua Teixeira
Autor	Cláudio Pereira Guimarães
Autor	Cristina Maria Ferreira Arce
Autor	David Cleber Mendes de Medeiros
Autor	Denise Scheiner de Morais de Brito
Autor	Delvanda Conceição da Silva Oliveira
Autor	Demetrio dos Santos Casas

Autor	Deocleciano da Silva
Autor	Djalma Germano
Autor	Deraldo Lopes Pinto
Autor	Diana Maria Rocha Matto
Autor	Domingos de Jeus Noronha
Autor	Edivaldo Ramos e Sousa
Autor	Elinalva Silva Simões
Autor	Eulionio de Oliveira
Autor	Fábio Cavalcante Reis
Autor	Francisco das Chagas do nascimento
Autor	Gildete Maria Mendes Oliveira
Autor	Jair Leite de Oliveira
Autor	Jesus Torres Correia
Autor	João Augusto Cordeiro
Autor	João Cândido da Silva
Autor	João Jacques Barretos Cavalcanti

Autor	Joel José Correia
Autor	José Ausgusto Gomes
Autor	José Alonso de Oliveira
Autor	josé Antonio Felisberto
Autor	José Campina Vieira
Autor	José Clementino da Silva
Autor	José da Cruz Macedo Soares
Autor	Jose Jorge Lina Teixeira
Autor	José Luis de Oliveira
Autor	jose Pereira de Silva
Autor	José Ramiro Brito
Autor	José Wilson de Macedo
Autor	Juenir de Souza Ferreira
Autor	Leonídio Luiz Medeiros Filho
Autor	Lindinalva Rodrigues Lopes
Autor	Lourival de Sousa Figueiredo

Autor	Lucia Barra Andrade
Autor	Lúcio Rodrigues de Mesquita
Autor	Luiz Pereira de Castro
Autor	Magaly Balduído de Sousa Milhomens
Autor	Manoel Barbosa da Silva
Autor	Manoel josé da Silva Filho
Autor	Manoel Messias da Silva
Autor	Manoel Siqueira de França
Autor	Manoellito de Moura
Autor	Margarida Maria Lobo Alves da Silva
Autor	Maria Aparecida Monteiro Azevedo
Autor	Maria Beatriz Rivetti Guimarães
Autor	Maria das Graças de Sales Gomes
Autor	Maria de Fátima Araújo e Araújo
Autor	Maria de Fátima Dias
Autor	Maria Helena Lima Campos

Autor	Marli Maria do Nascimento
Autor	Marilene Resende de Menezes
Autor	Marise Pereira da Encarnação
Autor	Mauro de Moura Fernandes Cota
Autor	Mônica Lobo Burle
Autor	Naynor Alcebíades Ferreira
Autor	Nicodemos Manoel de Jesus
Autor	Nilson Olveira da Silva
Autor	Nivaldo Alves de Freitas
Autor	Osvaldo Pereira da Paz
Autor	Paulo Viajante de Sousa
Autor	Pedro Guedes Alcoforado
Autor	Pedro Luiz da Silva
Autor	Pompeu Pompermayer Neto
Autor	Regina Maria de Souza Alves
Autor	Reinaldo Amarante Neto

Autor	Reinaldo Cursino Negrini
Autor	Ricardo Sobral Rolemberg
Autor	Roberto Quirino do Nascimento
Autor	Ronaldo Chagas da Silva
Autor	Rosane Cristine Pereira Fernandes
Autor	Rosângela Maria Lima Silva
Autor	Rosemberg Camilo de Oliveira
Autor	Rubens Alves Moneiro
Autor	Sebastião Carneiro
Autor	Sidnei Neri da Mata
Autor	Silvia Helena Guimarães Rocha storni
Autor	Sheilla Suely Pereira Santarem
Autor	Sônia Leticia da Costa Frade
Autor	Valdecir Marques de Freitas
Autor	Valdimiro Mendes da Silva
Autor	Vera Lúcia dos Santos Bessa
Autor	Vera Lúcia Ornelas de Souza
Autor	Vicente Fereira de Moura
Autor	Wilson Luiz Barbosa da Silveira
Autor	Yara Alves Ferreira Abreu
Autor	Yara Lúcia Belo Pires Barbosa
Réu	Distrito Federal
Advogado	Adamir de Amorim Fiel

EMENTA: AÇÃO RESCISÓRIA. COISA JULGADA. VIOLAÇÃO. AUSÊNCIA. Decisão proferida no processo de execução, que estabelece critérios para a satisfação do direito reconhecido no de conhecimento, inclusive com estofo em fato superveniente, não encerra, por si só a potestade de violar a coisa julgada. Preservação, in casu, do bem da vida concedido aos empregados. Ação rescisória admitida, sendo julgado improcedente o pedido.

ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em 1ª Seção Especializada, aprovar o relatório, admitir a ação e, no mérito, por maioria, julgar improcedente a rescisória nos termos do voto de vista regimental do Desembargador João Amílcar Pavan que redigirá o acórdão. Vencidos o Relator que juntará declaração de voto e a Revisora. Custas, pelo autor, no importe de R$ 200,00 calculadas sobre o valor dado à causa de R$10.000,00.

Despacho

Despacho

Processo Nº AR-189-57.2012.5.10.0000

Relator	Desembargador - ANDRÉ R. P. V. DAMASCENO
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Autor	Comercial de Alimentos Rapha Ltda - Epp
Advogado	Geraldo Rafael da Silva Júnior(OAB: 19305-N/DF)
Réu	Jeanne Moreira da Conceicao

Cuidam os autos de ação rescisória ajuizada por COMERCIAL DE ALIMENTOS RAPHA LTDA EPP com vistas a rescindir sentença prolatada nos autos da reclamação trabalhista nº 000796-2011-111-10-00-9.

Os autos foram originariamente distribuídos à Exmª Desembargadora Elaine Machado Vasconcelos, que proferiu decisão a fls. 148/151, indeferindo o pedido de gratuidade de justiça formulado pela autora e determinando, em consequência, fosse efetuado o depósito prévio de que cuida o art. 836 da CLT, nos seguintes termos, verbis:

"...omissis...

Indefiro, ainda, o pleito de Justiça Gratuita decorrente da hiposuficiência, em virtude de encontrar-se a empresa em recuperação judicial, por não se equiparar à massa falida. Nesse sentido o Precedente da Corte Superior Trabalhista:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. DESERÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NÃO RECOLHIMENTO DO DEPÓSITO RECURSAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 86. NÃO PROVIMENTO. 1. A atual jurisprudência deste Tribunal Superior é de que o benefício previsto na Súmula nº 86, de não exigência da satisfação do preparo, tem aplicação restrita à massa falida, não se estendendo às empresas que se encontram recuperação judicial. Precedentes. 2. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (AIRR - 37640 -66.2007.5.01.0025 , Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 29/02/2012, 2ª Turma, Data de Publicação: 09/03/2012)

Dessa forma, deverá a autora efetuar o depósito prévio, sob pena de indeferimento da inicial e extinção do feito, sem resolução do mérito.

Dê-se ciência desta decisão à MMª Vara do Trabalho do Gama-DF

Publique-se.

À STP para as devidas providências.

Brasília-DF, 12 de março de 2012.

Ante à posse da Relatora originária na Presidência desta E. Corte, o processo me foi redistribuído, na forma regimental.

Analisados os autos, DECIDO:

A autora, intimada para efetuar o depósito prévio de 20% a que alude o art. 836 da CLT, sob pena de indeferimento da petição inicial, oferta, a fls. 154/158, "emenda à inicial", onde se restringe a trazer argumentos em defesa da tese de que às empresas em recuperação judicial deve ser aplicado o mesmo tratamento dispensado às empresas em processo falimentar.

Como se observa, a parte não cumpriu a ordem judicial que lhe fora direcionada, optando por impugnar os fundamentos em que se assentou o julgador para indeferir seu pleito de justiça gratuita.

Ora, fixado prazo pelo Juiz para prática de determinado ato processual, o mesmo deve ser observado.

Não se pode admitir o descumprimento puro e simples, pela parte, como se nada valesse a ordem emanada pelo Juízo.

Acaso a parte não concorde com a determinação do juízo, ou com o prazo fixado, deve discuti-lo no momento próprio e não simplesmente ignorá-lo.

Note-se que inexiste previsão legal ou regimental de recurso imediato contra decisão monocrática que indefere pedido de justiça gratuita em sede de ação rescisória.

Em tal cenário, caberia à parte cumprir a determinação contida na decisão supra transcrita de forma a ter processada e julgada a rescisória e, aí sim, interpor recurso, buscando a reforma daquela decisão monocrática.

Ao descumprir a ordem judicial, a autora atraiu para si os efeitos decorrentes da inobservância do pressuposto processual indicado no art. 836 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 11.495/2007, a saber, o indeferimento da petição inicial.

Dessa forma, com amparo no art. 824, parágrafo único do CPC, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, extinguindo o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, I, do CPC.

Intime-se a autora.

À Secretaria para as providências cabíveis.

Brasília(DF), 30 de abril de 2012.

ANDRÉ R. P. V. DAMASCENO

Relator

Despacho

Processo Nº AACC-3434-13.2011.5.10.0000

Relator	Desembargador - ANDRÉ R. P. V. DAMASCENO
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Autor	Sindicato das Empresas de Asseio, Conservacao, Trabalhos Temporario e Servicos Terceirizaveis do Df
Advogado	Antônio Geraldo Peixoto(OAB: 3062-N/DF)
Réu	Sindicato dos Trab. Em Cond. Res. Com. Rurais, Mistos, Vert. e Horizontais de Hab. Em Areas Isoladas, Seicon-Df
Advogado	Leandro Oliveira Alves(OAB: 25014-N/DF)
Réu	Sindicondominio-Df Sindicato de Condominios Residenciais e Comerciais do Distrito Federal
Advogado	Delzio João de Oliveira Júnior(OAB: 13224-N/DF)

Vistos os autos.

1. A matéria em debate nos autos é eminentemente de direito. Assim sendo, indefiro o pedido de produção de prova oral formulado a fls. 430 e declaro encerrada a instrução processual.

2. Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem razões finais no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, a começar pelo autor.

Publique-se.

Brasília(DF), 30 de abril de 2012.

ANDRÉ R. P. V. DAMASCENO

Relator

Despacho

Processo Nº AR-3446-27.2011.5.10.0000

Relator	Desembargador - ANDRÉ R. P. V. DAMASCENO
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Autor	Paulo Rodrigues de Souza
Advogado	Olavo José Viana(OAB: 2566-N/DF)
Réu	Caixa Economica Federal
Advogado	Elisa Alencar Menezes de Lima E OUTROS(OAB: 35028-N/DF)

Verifico a ausência de peça essencial para a constituição válida e regular do feito certidão de trânsito em julgado da decisão rescindenda.

Observo que o documento de fl. 37, a despeito da pertinente diligência do autor, não supre a exigência legal.

Assim, concedo ao autor o prazo de 10 (dez) dias para juntar cópia autenticada da referida certidão de trânsito em julgado, sob pena de indeferimento da petição inicial (arts. 490, I e 295, VI, ambos do CPC, c/c OJ nº 84 da SBDI-2 do c. TST).

Publique-se.

Brasília(DF), 30 de abril de 2012.

ANDRÉ R. P. V. DAMASCENO

Relator

Despacho

Processo Nº AR-5512-14.2010.5.10.0000

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Autor	Df Extintores, Cursos, Sistema Contra Incendio, Informatica e Servicos Ltda Epp
Advogado	Deusvaldo Sousa do Lago(OAB: 14204 -N/DF)
Réu	Francisco das Chagas Paz do Nascimento Filho
Advogado	Patrícia Eliza Alves Moreira E OUTROS(OAB: 12562-N/DF)

Visto.

Mantenham-se sobrestados os autos, haja vista a interposição de recurso certificado à fl. 609.

Publique-se.

Brasília(DF), 30 de abril de 2012 (2ª feira).

ELAINE MACHADO VASCONCELOS

Desembargadora Federal do Trabalho

Presidente do TRT 10ª Região

SECRETARIA DA 2ª SEÇÃO ESPECIALIZADA

Despacho

Despacho

Processo Nº MS-14-63.2012.5.10.0000

Relator	Desembargador - ANDRÉ R. P. V. DAMASCENO
Impetrante	Weber Arnaut
Advogado	Ingrid Arnaut(OAB: 24708-N/DF)
Autoridade Coatora	Juíza Substituta da 3ª Vara do Trabalho de Taguatinga - DF
Litisconsorte	Emerson Henrique dos Santos

Cuidam os autos de mandado de segurança impetrado por WEBER ARNAUT contra ato da Exmª Juíza Substituta da Eg. 3ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF, Dra. Patrícia Germano Pacífico, que, no autos da execução trabalhista nº 01079.2007.103.10.00-3, determinou o bloqueio do numerário depositado na conta-salário do impetrante - o qual figura no polo passivo da reclamatória trabalhista na condição de sócio minoritário da empresa executada -, e, bem assim, determinou a expedição de ofício a seu empregador, para fins de bloqueio, em folha de pagamento, de 30% de seu salário, até o limite da execução.

O impetrante sustenta a ilegalidade do ato, acenando com a nulidade da execução, pela ausência de citação e com a inviabilidade de se bloquear salários. Invoca violação ao disposto no art. 649, IV, do CPC e contrariedade à Orientação Jurisprudencial da SBDI2 nº 153 . Requer a concessão de ordem liminar, para fins de suspensão da ordem de bloqueio, com liberação dos valores já bloqueados ao exequente. No mérito, pretende seja declarada nula a decisão judicial objurgada.

Os autos - originariamente distribuídos à Exmª Desembargadora Elaine Machado Vasconcelos, então Vice-Presidente desta Eg. Corte foram encaminhados à Exmª Desembargadora Heloisa Pinto Marques para análise do pedido liminar, na forma do art. 106 do Regimento Interno deste Eg. Regional, que, não vislumbrando ilegalidade ou abuso de direito na decisão objurgada, indeferiu a liminar requerida no presente mandamus, conforme decisão a fls. 77/78.

Interposto agravo regimental, a Relatora original, em juízo de retratação, deferiu a liminar perseguida (fls. 108/110), tendo o mandado de segurança retomado seu trâmite.

Ante à posse da Relatora originária na Presidência desta E. Corte, o processo me foi redistribuído, na forma regimental.

Analisados os autos, DECIDO:

A Lei nº 12.016/2009, em seu art. 6º, dispõe que a petição inicial do Mandado de Segurança deve preencher os requisitos da lei processual civil, a qual, em seu art. 282, II e VII, preconiza que a inicial deve qualificar o réu, fornecendo o respectivo endereço, e requerer sua citação para integrar a lide.

Configurada a hipótese de litisconsórcio necessário, o impetrante deve também qualificar o(s) litisconsorte(s) e requerer sua citação para integrar a lide.

Sendo o presente mandado de segurança impetrado por um dos executados contra ato judicial, tanto a parte exequente na reclamação trabalhista, como também os demais executados constituem litisconsortes passivos necessários, vez que suscetíveis de serem afetados pela segurança porventura deferida.

Na espécie, o impetrante aponta como litisconsorte apenas o exequente naquela ação. Os demais litisconsortes necessários não foram qualificados, nem, por óbvio, foi requerida sua respectiva citação.

Acrescente-se a isso o fato de que a notificação citatória encaminhada ao litisconsorte nomeado pelo impetrante e que fora remetida via postal ao endereço indicado na petição inicial -, retornou com a informação "Desconhecido" (fl. 113, verso). Assim, também sob tal ângulo resultou descumprido o comando inserto no inciso II do art. 282 do CPC.

Ora, sendo incabível emenda em sede de mandado de segurança, a inobservância pelo impetrante às disposições do art. 282, II e VII, impõe o indeferimento da petição inicial, nos termos do art. 10 da Lei 12.016/2009, com consequente extinção do processo sem julgamento de mérito, na forma preconizada no art. 267, I, do CPC.

Não bastasse, outro óbice se erige ao processamento da presente ação mandamental.

Analisando os autos, noto que a autoridade indigitada coatora, ao prestar suas informações (fls. 116/117), noticiou que de fato, num primeiro momento, determinou, com vistas a garantir a execução do julgado, o bloqueio de 30% do salário do impetrante, porém, "diante do entendimento sopesado pela Seção de Dissídios Individuais II do c. TST, por meio da OJ 153, utilizando da faculdade a mim concedida, e exercendo o juízo de retratação e para garantia da celeridade processual e segurança jurídica, curvei-me aos termos da Orientação supra, tornando sem efeito a decisão de fls. 306/307, a respeito da manutenção do bloqueio de 30% do salário do ora impetrante e determinei a liberação do respectivo valor conforme fl. 325 dos autos" (fl. 117, o destaque é deste Relator).

Como se pode observar, a decisão objeto do presente mandado de segurança restou desconstituída pelo Juízo impetrado, de forma que não mais subsiste no mundo jurídico a ordem contra a qual volta-se o impetrante.

Exsurge, pois, patente a perda de objeto do mandamus, a traduzir ausência de interesse processual.

Em tal contexto, seja porque não observados os requisitos elencados no art. 6º da Lei 12.016/2009; seja pela manifesta ausência de interesse no presente mandado de segurança, face à perda de seu objeto, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, incisos I e VI, do CPC.

Custas, pelo impetrante, no importe de R$ 12,00, calculadas sobre R$ 600,00, valor atribuído à causa, dispensadas em face da gratuidade de justiça deferida a fls. 110.

Intime-se impetrante e litisconsorte.

Dê-se ciência à d. Autoridade impetrada.

À Secretaria, para cumprimento.

Brasília(DF), 27 de abril de 2012.

André R. P. V. Damasceno

Relator

Pauta
Aditamento à Pauta

Aditamento à Pauta de Julgamento da 5.ª Sessão Ordinária da 2.ª Seção Especializada, designada para o dia 8 de maio de 2012, às 14h00

10. Processo 0000126/2012-000-10-00-1 – TIPO AG-MS

Relator: Desembargador MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Agravante: Condor Transportes Urbanos Ltda (Em Recuperação Judicial)

Advogado: Sônia Regina Marques Barreiro

Agravado: Juiz Titular da 12ªVara do Trabalho de Brasília/DF

Agravado: Antônia Pereira da Silva Lima

Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região - 2.ª Seção Especializada.

Brasília, 2 de maio de 2012.

SANTUSA C.M.S. DE ALMEIDA

Secretária do Tribunal Pleno

SECRETARIA DA 1ª TURMA

Acórdão

Acórdão

Processo Nº RO-12-32.2012.5.10.0861

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Elaine de Azevedo Pessoa Motta
Advogado	Ronei Francisco Diniz Araújo(OAB: 4158-N/TO)
Recorrido	Suelena Alves de Carvalho Torres
Advogado	Marcos Antônio de Sousa(OAB: 834-N/TO)
Recorrido	Suelena Alves de Carvalho Torres
Advogado	Marcos Antônio de Sousa(OAB: 834-N/TO)
Recorrido	Odilon Torres da Silveira Filho
Advogado	Marcos Antônio de Sousa(OAB: 834-N/TO)

EMENTA: PRESCRIÇÃO. A Constituição Federal, no inciso XXIX do art. 7º, contempla critério prescricional único para trabalhadores urbanos e rurais, estabelecendo "ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho. Ajuizada a ação dentro do biênio após a ruptura do pacto laboral, não há prescrição a ser declarada.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a prescrição total e determinar a remessa dos autos à origem para prosseguimento do feito como entender de direito, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-20-62.2011.5.10.0014

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Embargante	Maria Izabel Ferreira Farias
Advogado	João Emílio Falcão Neto(OAB: 9593-N/DF)
Embargado	União (Ministério da Defesa)
Procurador	Lygia Maria Avancini(OAB: 594-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. Nega-se provimento aos embargos quando inexistente qualquer dos vícios apontados.

DECISÃO:

ACORDAM os desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/5 - 12/04/12Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-36-10.2011.5.10.0016

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Caixa Economica Federal
Advogado	Osvaldo Caitano de Moraes(OAB: 101854-N/MG)
Recorrente	Denice Almeida Botelho
Advogado	José Hamilton Araújo Dias(OAB: 11501-A/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: "RECURSO DE REVISTA. 1. CEF. BANCÁRIO EXERCENTE DO CARGO AVALIADOREXECUTIVO. PERCEPÇÃO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA INERENTE AO CARGO CUMULATIVAMENTE COM A PARCELA DENOMINADA -QUEBRADE CAIXA-. POSSIBILIDADE. A Reclamante, conquanto ocupasse cargo de -avaliador executivo-, desempenhava, também, o manuseio de numerário, atividade inerente aos -caixas executivos - e pela qual o empregado recebe uma parcela denominada -quebra de caixa-. Esta parcela visa retribuir o bancário da CEF pelo risco da atividade, identificado na suscetibilidade a descontos em decorrência de eventuais diferenças na contagem dos valores recebidos. Com base na interpretação dos normativos da Reclamada, o TRT deferiu à Bancária o pagamento das duas parcelas cumulativamente. A jurisprudência desta Corte entende possível a percepção cumulativa da remuneração pelo cargo de caixa executivo com a parcela denominada -quebra de caixa-, mormente quando revelado o exercício simultâneo das funções, uma vez que as parcelas possuem naturezas jurídicas distintas, ou seja, uma visa cobrir o risco da atividade e outra remunerar a maior responsabilidade atribuída ao empregado. Precedentes. Recurso de

revista não conhecido, no aspecto." (Processo: RR - 172800-54.2009.5.08.0007 Data de Julgamento: 28/09/2011, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 07/10/2011.

DECISÃO:

ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, não conhecer do Recurso Ordinário da Reclamada, porque deserto, conhecer do Recurso Ordinário da Reclamante e, no mérito, dar-lhe provimento para condenar a Reclamada ao pagamento do adicional de quebra de caixa, parcelas vencidas e vincendas, e dos reflexos sobre as demais parcelas salariais, em razão de sua natureza jurídica (Súmula nº. 247 do c. TST), nos termos deduzidos na petição inicial, e, considerando-se a reforma promovida, fixar as custas em R$ 5.000,00, pela Reclamada, calculadas sobre R$ 250.000,00, valor provisoriamente arbitrado à condenação e aproveitado para este fim. Tudo nos termos do voto do Juiz Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

PAULO HENRIQUE BLAIR

Juiz Relator ConvocadoEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-40-87.2011.5.10.0811

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Agravante	Consorcio Rio Tocantins
Advogado	Fernando de Almeida Prado Sampaio(OAB: 235387-N/SP)
Agravado	Clesivan Barros Milhomem
Advogado	Antônio Batista Rocha Rolins(OAB: 4859-B/TO)

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. NÃO-CONHECIMENTO. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. Não se conhece de agravo de petição quando o instrumento de mandato que outorga poderes aos subscritores do recurso não contém a assinatura original do representante do agravante, tratando-se de cópia, sem a necessária autenticação

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório e não conhecer do agravo de petição, por irregularidade de representação, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-68-51.2011.5.10.0101

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Embargante	Valadao Comercio de Hortifrutigranjeiros Ltda
Advogado	Antônio Daniel Cunha Rodrigues de Souza(OAB: 13101-N/DF)
Embargado	Nilson Silva de Oliveira
Advogado	Paulo Victor Nunes de Melo(OAB: 25561-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PRESSUPOSTOS RECURSAIS OBJETIVOS. MANIFESTO EQUÍVOCO. OCORRÊNCIA. Demonstrado que a publicação da intimação para contrarrazões ao recurso não foi publicada na data constante da certidão aposta aos autos, e sim em data posterior, caracteriza-se o manifesto equívoco no exame do pressuposto extrínseco relativo à tempestividade recursal, a qual se afasta para conhecer das contrarrazões, ao amparo do artigo 897-A da CLT. Embargos declaratórios providos.

DECISÃO:

ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, dar-lhes provimento para afastar a intempestividade e, ao amparo do artigo 897-A da CLT, conhecer das contrarrazões do reclamado, mantendo-se, porém, inalterado o julgamento proferido, tudo nos termos do voto do Juiz Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

PAULO HENRIQUE BLAIR

Juiz Convocado RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-130-04.2010.5.10.0012

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Revisor	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Agravante	Oscarlina Aparecida dos Santos Jacinto
Advogado	Regis Eleno Fontana(OAB: 29199-N/DF)

Agravado	Caixa Economica Federal
Advogado	Rafael Santana e Silva(OAB: 18997-N/DF)

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. COISA JULGADA. COMPOSIÇÃO. CEF. AUXILIO-ALIMENTAÇÃO. REFLEXOS. A apresentação de planilha de cálculos pela executada que não contempla todo o período da condenação, limitando os reflexos do auxilio-alimentação à data da aposentadoria da exequente, ofende a coisa julgada diante do expresso comando de integração a partir do jubilamento. Logo, os cálculos devem ser refeitos para integrarem o período posterior ao jubilamento. Agravo de petição provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do agravo de petição e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar o refazimento do cálculo quanto à incidência dos reflexos do auxílio-alimentação sobre as vantagens pessoais da exequente e os depósitos do FGTS por todo o período delimitado nos autos, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

assinado digitalmente

DORIVAL BORGES

Desembargador Relator

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-143-60.2011.5.10.0014

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Revisor	Desembargador - ANDRÉ R. P. V. DAMASCENO
Recorrente	Marilia Bordinassi Silverio
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva(OAB: 11776-N/DF)
Recorrido	Companhia de Bebidas das Americas - Ambev
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-N/DF)

EMENTA: HORAS EXTRAS.ÔNUS DA PROVA. O ordinário se presume e o extraordinário demanda comprovação, razão pela qual é do empregado o ônus da prova quanto ao trabalho extraordinário. Ratificada a presunção de veracidade dos controles de ponto pela prova testemunhal, a existência de banco de horas e pagamentos a título de horas extras, cabia à reclamante indicar, ao menos por amostragem, onde residiriam as diferenças salariais pleiteadas. Assim não o fazendo, não se desincumbiu do encargo probatório. Recurso desprovido.

DECISÃO:

ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório e, nos termos do voto do Des. Revisor, conhecer do recurso ordinário. No mérito, na forma do voto do Juiz Relator, negar provimento ao recurso nos termos da fundamentação. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AIRO-158-37.2012.5.10.0000

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Agravante	Wal Mart Brasil Ltda
Advogado	Bárbara Mendes Lôbo(OAB: 21375-N/DF)
Agravado	Marcia Sayuri Hayashi
Advogado	Carlos André Lopes Araújo(OAB: 17510-N/DF)

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO VÁLIDA. PRAZO EXPIRADO. NÃO CONHECIMENTO. Não se conhece de recurso interposto por advogado subscritor sem procuração válida nos autos. Nesses casos, o recurso é tido por inexistente. Inteligência da Súmula 164/TST.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do agravo de instrumento e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

FSF/9 - 3.4.2012Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-177-38.2011.5.10.0013

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Audrey Luana Nunes Marques
Advogado	Gengizcan Brito Simões(OAB: 24947-N/DF)
Recorrente	Tam Linhas Aereas S/A.
Advogado	Bianca Bassôa Reinstein(OAB: 58592-N/RS)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: "INTERVALO INTRAJORNADA (PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO). NÃO CONCESSÃO OU CONCESSÃO PARCIAL. LEI Nº 8.923/94 (DJ 11.08.2003). Após a edição da Lei nº 8.923/94, a não-concessão total ou parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, implica o pagamento total do período correspondente, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT)". (Orientação Jurisprudencial n.º 307 da SDI-1 do C. TST).

DANO MORAL. AUSÊNCIA. O dano moral ocorre na esfera da subjetividade, traduzindo-se em sentimento de pesar íntimo do ofendido, capaz de gerar prejuízo ao aspecto afetivo ou social do seu patrimônio moral. Os Tribunais pátrios, igualmente, têm-se manifestado no sentido de que, diferentemente do que ocorre com o dano material, para que se configure o dano moral, não há de se cogitar da prova do prejuízo. Entretanto, para o deferimento da indenização, deve ficar provado o fato gerador do dano e o nexo de causalidade entre o dano e a conduta do ofensor, ou seja, que esta gerou aquele, sob pena de se negar o pedido de indenização. "AVISO PRÉVIO. BAIXA NA CTPS (inserida em 28.04.1997). A data de saída a ser anotada na CTPS deve corresponder à do término do prazo do aviso prévio, ainda que indenizado" (Orientação Jurisprudencial n.º 82 da SDI-1 do C. TST).

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. LAUDO PERICIAL. É certo que o juiz não está restrito ao laudo pericial. De fato, nos termos do art. 131 do CPC, o julgador apreciará livremente a prova, atentando aos fatos e circunstâncias dos autos, podendo, inclusive, desconsiderar o resultado do mencionado laudo, consoante art. 436 do CPC. É que quaisquer provas se submetem ao sistema da persuasão racional, utilizado pelo juiz na formação do seu convencimento. Assim, não se afigurando razoáveis as conclusões do experto, ante os elementos presentes nos autos, impõe-se o acatamento da tese da reclamada.

"HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. VALOR LÍQUIDO. LEI Nº 1.060, DE 05.02.1950 (DJ 25.04.2007)
Os honorários advocatícios, arbitrados nos termos do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060, de 05.02.1950, devem incidir sobre o valor líquido da condenação, apurado na fase de liquidação de sentença, sem a dedução dos descontos fiscais e previdenciários(Dicção da Orientação Jurisprudencial nº. 348, da SDI-1, do C. TST)

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos recursos, dar parcial provimento ao recurso da reclamante para condenar a reclamada ao disposto no art. 71, §4º, da CLT quanto ao intervalo intrajornada de 15 minutos não usufruído tão somente quanto às quartas, quintas e sextas-feiras, durante todo o vínculo laboral (2/3/2009 a 18/8/2010); e dar parcial provimento ao recurso da reclamada para excluir da condenação o pagamento do adicional de periculosidade e reflexos, bem como para determinar que os honorários assistenciais sejam fixados no percentual de 15% sobre o líquido apurado na execução da sentença. Invertido o ônus da sucumbência quanto ao objeto da perícia e ante o deferimento da gratuidade de justiça, os honorários periciais serão pagos na forma prevista no art. 149 do Provimento Geral Consolidado e na PRE-DGJ n.º 11/2007, observando-se, inclusive, o teto fixado para pagamento pelos serviços prestados. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-214-50.2011.5.10.0018

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Sara Gabriela Silva de Freitas
Advogado	Gustavo Pereira Gomes(OAB: 16549-N/DF)
Recorrido	D.A. Logistica S.A.
Advogado	Marcelo Pimentel(OAB: 1565-A/DF)

EMENTA: 1. JUSTA CAUSA. ÔNUS DA PROVA. Consoante o artigo 818 da CLT, é do empregador o ônus da prova quando ao justo motivo para a rescisão contratual, por se tratar de fato impeditivo ao reconhecimento da rescisão imotivada. Demonstrada a conduta irregular da empregada no desempenho de suas funções, ratifica-se a justa causa aplicada pelo empregador. 2. VERBAS RESCISÓRIAS. BASE DE CÁLCULO. As verbas rescisórias são calculadas com base na maior remuneração recebida pelo empregado. Utilizado apenas o salário-base sem a integração de rubrica paga habitualmente, o resultado final será a menor, razão pela qual remanesce em prol da empregada diferenças de verbas rescisórias. Recurso parcialmente provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Julgadores da Egrégia Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na

data e nos termos da respectiva certidão (v. fls. Retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso da reclamante e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para condenar o recorrido no pagamento de diferenças rescisórias, nos termos do voto do Juiz Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data do julgamento).

PAULO HENRIQUE BLAIR

Juiz Convocado Relator

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-318-90.2011.5.10.0002

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Paulo Ferreira Lopes
Advogado	Hudson Linhares Batista(OAB: 9713-N/DF)
Recorrido	Engemasa Engenharia Ltda.
Advogado	Priscila Silva Freitas(OAB: 30349-N/DF)
Recorrido	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb
Advogado	Rafael de Sá Oliveira(OAB: 15614-N/DF)

EMENTA: ACIDENTE DE TRABALHO.
PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. Da inteligência das Súmulas nº 230 do Supremo Tribunal Federal e nº 278 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, o marco inicial da contagem do prazo prescricional é a data da ciência inequívoca da incapacidade laboral.
Sendo a parte cientificada da sua definitiva incapacidade para o trabalho posteriormente ao advento da EC nº 45/2004, por meio da qual se definiu a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar tais demandas, tem-se que a prescrição incidente é bienal prevista no artigo 7º, XXIX, da CF.
Proposta a reclamação depois de decorrido o biênio constitucional, conclui-se pela prescrição total da ação.

DECISÃO: Por tais fundamentos, ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Juiz Relator. Ementa aprovada.
Brasília/DF, 25 de abril de 2012(Data do Julgamento).

PAULO HENRIQUE BLAIR Juiz Relator convocado

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-321-39.2011.5.10.0004

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Agravante	Condor Transportes Urbanos Ltda (Em Recuperação Judicial)
Advogado	Sônia Regina Marques Barreiro(OAB: 9072-N/DF)
Agravado	Juliana Lacerda de Carvalho
Advogado	Idoline Alves(OAB: 11017-N/DF)
Agravado	Viplan Viacao Planalto Limitada (Em Recuperação Judicial)
Advogado	Sônia Regina Marques Barreiro(OAB: 9072-N/DF)
Agravado	Lotaxi Transportes Urbanos Ltda (Em Recuperação Judicial)
Advogado	Sônia Regina Marques Barreiro(OAB: 9072-N/DF)

EMENTA: RECURSOS - RAZÕES - CONTEÚDO - "No recurso, é necessário que o recorrente demonstre o desacerto da decisão, impugnando especificamente os fundamentos ali expendidos. Deve ele expor as razões do pedido de reforma da decisão, cumprindo-lhe invalidar os fundamentos em que esta se assenta. A mera reiteração dos fundamentos ou alegação genérica, sem pertinência entre o pedido recursal e a decisão originária, não basta para suprir aquela obrigação processual. Se o recorrente não o faz, além de impedir o exercício do contraditório, inviabiliza o reexame pelo tribunal ad quem, já que, a rigor, nada a ele foi devolvido..." (Verbete 4 da Primeira Turma)

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório e não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/2/1 - 3/4/12Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-326-16.2011.5.10.0019

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Caixa Economica Federal
Advogado	Estefânia Gonçalves Barbosa Colmanetti(OAB: 13158-N/DF)
Recorrente	Marlise Royer
Advogado	José Eymard Loguércio(OAB: 1441-A/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: BANCÁRIO. EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA. APLICAÇÃO DA JORNADA ELASTECIDA DESCRITA NO ARTIGO 224, § 2.º, DA CLT. O mero fato de a parte empregadora qualificar a função exercida pela parte laborista como função de confiança não é suficiente a atrair a jornada especial sustentada em defesa. Outrossim, o fato de a parte obreira perceber gratificação funcional que atende ao parâmetro mínimo descrito em lei (1/3 dos salários básicos) tampouco faz presumir o exercício de função comissionada. A natureza dos cargos exercidos, mesmo que ante o pagamento do adicional de função, há de ser ainda demonstrada, para que só então se possa entender pelo enquadramento da parte laborista nesta jornada mais extensa.
Destarte, e se da prova dos autos se pode extrair, com segurança, que a parte obreira desenvolveu funções que efetivamente não eram dotadas de fidúcia superior à ordinariamente concedida a obreiros em geral, ou de que ela possuísse atribuições efetivas de chefia ou de direção - mas, ao contrário, a prova colhida vem revelar a natureza puramente técnica das atividades da parte autora - resta concluir pela inaplicabilidade no caso da jornada legal de oito horas ao dia.

DECISÃO: Por tais fundamentos, ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, por unanimidade aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso da Reclamada e integralmente do recurso da Reclamante. No mérito, por maioria, negar provimento ao da Reclamada e dar parcial provimento ao da Reclamante nos termos do voto do Relator que restou parcialmente vencido no tocante ao tema relativo ao 'divisor a ser adotado para o cálculo das horas extras', aspectos no qual prevaleceu proposta da Desª Revisora (divisor 150). Ementa aprovada. Porque compatível, manter o valor da condenação arbitrado na origem. Ementa aprovada.
Brasília/DF, 25 de abril de 2012(Data do Julgamento).

PAULO HENRIQUE BLAIR Juiz Relator ConvocadoEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-327-94.2011.5.10.0861

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Agravante	Fundacao de Desenvolvimento Educacional de Guarai
Advogado	Ênio Galarça Lima(OAB: 15015-N/GO)
Agravado	Angela Ferreira Lima Leao
Advogado	Francisco Júlio Pereira Sobrinho(OAB: 4223-N/TO)
Agravado	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Víctor Russomano Júnior(OAB: 3609-N/DF)

EMENTA: FGTS. ÍNDICE DE CORREÇÃO. DÉBITOS TRABALHISTAS. "Os créditos referentes ao FGTS, decorrentes de condenação judicial, serão corrigidos pelos mesmos índices aplicáveis aos débitos trabalhistas." (OJ 302 da SDI-I do TST).

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e

conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, rejeitar a preliminar suscitada em contraminuta pela Exequente, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/2/1 - 16/03/12

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-353-17.2011.5.10.0013

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Revisor	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Recorrente	Rosiclea Aparecida Alves Gomes
Advogado	Ricardo Laerte Gentil Junior(OAB: 22253-N/DF)
Recorrido	Norte a Brasilia Cirurgias Odontologicas Ltda
Recorrido	Gp Investimentos S.A.
Advogado	Maurício Malheiros de Miranda Monteiro(OAB: 176518-N/SP)
Recorrido	Arbeit Gestao de Negocios Ltda.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. REVELIA DAS RECLAMADAS. CONFISSÃO FICTA.
Considerando a revelia e a confissão ficta aplicadas às reclamadas, as assertivas exordiais alcançam a categoria de verdade processual, razão pela qual, inexistindo provas em contrário nos autos, impõe-se o provimento requerido pela autora.

DECISÃO: Por tais fundamentos, ACORDAM os Desembargadores da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento para incluir a segunda reclamada - GP INVESTIMENTOS na condenação solidária ao pagamento das verbas trabalhistas deferidas, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.
Brasília/DF, 25 de abril de 2012 (data de julgamento).

DORIVAL BORGES Desembargador Relator

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-365-55.2011.5.10.0005

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Recorrente	Vrg Linhas Aereas S.A.
Advogado	Osmar Mendes Paixão Côrtes(OAB: 15553-N/DF)
Recorrente	Fagner Nascimento da Silva (Recurso Adesivo)
Advogado	Gengizcan Brito Simões(OAB: 24947-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Swissport Brasil Ltda
Advogado	Luiz Cláudio Botelho(OAB: 110495-N/RJ)

EMENTA: PERICULOSIDADE. TAREFAS EXECUTADAS SIMULTANEAMENTE COM O ABASTECIMENTO DE AERONAVES. Comprovado pela prova técnica que o labor do Autor se desenvolvia na área de risco simultaneamente com o abastecimento das aeronaves, restou caracterizado o trabalho em situação de perigo e o direito ao adicional respectivo.

DECISÃO:

ACORDAM os integrantes da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, deixar de conhecer das contrarrazões da primeira Reclamada, visto que foi

assinada digitalmente por advogado sem procuração nos autos; conhecer de ambos os recursos e, no mérito, negar provimento ao da Reclamada e dar parcial provimento ao apelo obreiro para lhe deferir a verba honorária em 10% sobre o valor da condenação. Porquanto compatível, desnecessário atribuir novo valor à condenação e às custas processuais. Tudo nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/2 - 22/03/12Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-381-13.2011.5.10.0812

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Silvano Conceicao de Brito
Advogado	Ivair Martins dos Santos Diniz(OAB: 105-B/TO)
Recorrido	Pipes Empreendimentos Ltda
Advogado	Antônio Pimentel Neto(OAB: 1130-N/TO)

EMENTA: MEMBRO DO CONSELHO FISCAL DE SINDICATO. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. INEXISTÊNCIA. O § 2º do art. 522 da CLT disciplina que a "competência do Conselho Fiscal é limitada à fiscalização da gestão financeira do sindicato". Se o empregado que integra o conselho fiscal de um sindicato participa ativamente das lutas pelo direito da classe, ele o faz em igualdade de condições com qualquer outro trabalhador, sindicalizado ou não, que reivindique publicamente os direitos que entende lhe serem aplicáveis. Dessa forma, não há de se falar em estabilidade provisória em relação ao empregado que atue no conselho fiscal, uma vez que não há, em função do cargo no sindicato profissional, atuação na defesa dos direitos da categoria. Inteligência da Orientação Jurisprudencial n.º 365 da SDI-1 do C. TST.

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO COM DIMINUIÇÃO DA REMUNERAÇÃO. MEDIDA ESTABELECIDA POR MEIO DE ACORDO COLETIVO. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE. Havendo acordo coletivo de trabalho estabelecendo a diminuição da remuneração em face da redução da jornada de trabalho, não há de se falar em prejuízo ao empregado, diante do disposto no inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-402-34.2011.5.10.0021

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Recorrente	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	Rafael de Sá Oliveira(OAB: 15614-N/DF)
Recorrido	Vilmar Junior Delfino
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)

EMENTA: ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. O adicional de periculosidade somente é pago ao empregado quando suas atividades são desenvolvidas em condições perigosas, em conformidade com a Lei nº 7.369/85, o Decreto nº 93.412/86 e o entendimento pacificado na OJ nº 324 do TST. Caracterizado o labor em condições de risco, na forma da legislação que rege a matéria, impositivo é o deferimento do adicional perseguido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. 1ª Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-448-74.2011.5.10.0004

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Marlene Nascimento de Lucena
Advogado	José Carlos de Almeida(OAB: 12409-N/DF)
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade
Recorrido	Distrito Federal
Advogado	Thiago Campos Pereira(OAB: 29952-N/DF)

EMENTA: 1. INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE (ICS). CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM O DISTRITO FEDERAL (DF). NULIDADE RECONHECIDA EM AÇÕES CIVIS PÚBLICAS. Consoante a remansosa e pacífica jurisprudência deste Regional e do C. TST, a contratação de trabalhadores por entidade interposta, sem concurso público, por meio de contrato de gestão, para prestar serviços a entidade públicas, constitui-se meio de burlar o princípio constitucional do artigo 37, inciso II, § 2º, a Constituição Federal, situação que torna nulas as contratações assim efetivadas. Nesta hipótese, consoante a Súmula 363 do C. TST, o trabalhador somente possui direito à percepção do número de horas trabalhadas e aos depósitos do FGTS. 2. CONTRATO NULO. RESCISÃO CONTRATUAL. DANOS MORAIS.

INOCORRÊNCIA. Não se configura conduta delituosa do empregador, capaz de gerar ao trabalhador o direito à indenização por danos morais, a rescisão contratual em obediência a ordem judicial que declarou nulos os contratos de trabalho. De igual modo, não comprovada a alegada coação na assinatura do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho TRCT, também não há que se falar em direito a indenização por danos morais. Recurso desprovido.

DECISÃO:

ACORDAM os Julgadores da Egrégia Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso ordinário, não o fazendo quanto à arguição de inconstitucionalidade da Súmula 363/TST e depósitos do FGTS e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Juiz Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data do julgamento).

PAULO HENRIQUE BLAIR

Juiz Convocado Relator

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-453-66.2011.5.10.0014

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Recorrente	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	Rafael de Sá Oliveira(OAB: 15614-N/DF)
Recorrido	Ivonildo Domingos da Silva
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)

EMENTA: GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO. LEI DISTRITAL Nº 3.824/2006. DIREITO ADQUIRIDO. Atendidos os requisitos da Lei Distrital nº 3.824/2006 ao tempo de sua vigência, resta consubstanciado o direito adquirido do empregado à percepção de gratificação de titulação, a teor do inciso XXXVI do art. 5º da Constituição e art. 6º da LICC, não obstante o advento da Lei nº 4.426, de 18.11.2009, a qual restringiu a verba aos servidores estatutários da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, rejeitar a preliminar de não-conhecimento, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, para determinar os efeitos financeiros decorrentes da incorporação da gratificação de titulação a partir de 1º.3.2011 e reduzir o percentual de honorários assistenciais em favor do sindicato para 10% sobre o valor da condenação, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-501-44.2010.5.10.0019

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Agravante	União (Tribunal Regional Federal da 1ª Região)
Advogado	Clysses Adelina H. de Noronha(OAB: 5211-N/DF)
Agravado	Valdirene da Silva Rocha
Advogado	Hélio de Oliveira Seixas Filho(OAB: 18407-N/DF)
Agravado	Contrat Administracao Empresarial Ltda

EMENTA: "TÍTULO EXECUTIVO. INEXIGIBILIDADE. CLT, ART. 884, § 5º. CPC, ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO. São inconstitucionais o § 5º, do art. 884 da CLT, e parágrafo único, do art. 741, do CPC, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24/08/2001, que nas respectivas frações finais consideram inexigível o título judicial, cujo conteúdo ostenta desconformidade interpretativa com a Constituição Federal, segundo o Supremo Tribunal Federal."(Verbete n.º 8/2004 do Pleno do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região).

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-535-06.2011.5.10.0012

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal. - Caesb
Advogado	Rafael de Sá Oliveira(OAB: 15614-N/DF)

Recorrido	Ricardo Carlton Resende
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)

EMENTA: INTERVALO INTRAJORNADA. REGIME DE TRABALHO EM JORNADA DE 12X36. COMPATIBILIDADE. A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho é iterativa no sentido de que a adoção do sistema de trabalho em jornada de 12x36 não afasta a aplicação da regra contida no artigo 71 da CLT, ainda que norma coletiva discipline de forma diversa. Em outras palavras, o ajuste, portanto, com vista à adoção do sistema laborativo de 12x36 horas mesmo que decorrente de negociação coletiva, não subtrai o empregado do direito ao gozo do intervalo intrajornada. Deveras, o ajuste de regime de horário de trabalho não pode se sobrepor às normas consolidadas balizadoras dos intervalos intrajornada, dispositivos reveladores de imperativos legais protetivos da saúde e higidez física e mental do trabalhador, notadamente quando excedente a 8ª diária.
Recurso desprovido.

DECISÃO: Por tais fundamentos, ACORDAM os Julgadores da Egrégia Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, rejeitar a preliminar de não conhecimento arguida em contrarrazões, conhecer do recurso ordinário da reclamada e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, para reduzir o percentual dos honorários advocatícios para 10% sobre o valor da condenação. Em atenção à Instrução Normativa nº 3/TST, declara-se que, a despeito de ter sido parcialmente provido o recurso da reclamada, é desnecessário atribuir novo valor à condenação e às custas processuais. Tudo nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.
Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

PAULO HENRIQUE BLAIR Juiz Convocado RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-558-67.2011.5.10.0006

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Recorrente	Dftrans - Transporte Urbano do Distrito Federal
Advogado	Gisele de Britto(OAB: 7868-N/DF)
Recorrido	Viviane de Oliveira Baia
Advogado	Djalma Nogueira dos Santos Filho(OAB: 4604-N/DF)
Recorrido	Centro de Assistencia Social As Pessoas Portadoras de Deficiencia do Distrito Federal

EMENTA: SÚMULA 331 DO TST. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DE ENTE PÚBLICO. Pela edição da Súmula 331, o TST sedimentou entendimento de que, em caso de não cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa prestadora de mão-de-obra, subsistirá a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, seja ente público ou privado. O escopo de tal verbete é garantir o adimplemento do crédito trabalhista do hipossuficiente, em situações em que inadimplente o real empregador. Em sendo o tomador da mão-de-obra do reclamante ente público, não se eximirá da responsabilidade pelo pagamento dos créditos do obreiro reclamante decorrentes do vínculo de emprego com o prestador de serviços, pois tal responsabilidade decorre da culpa in vigilando e in eligendo.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, para reduzir os honorários assistenciais ao percentual de 10%, bem como para excluir da condenação o pagamento das custas processuais e a indenização por danos morais, deferidas na origem, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-559-59.2011.5.10.0812

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Pipes Empreendimentos Ltda
Advogado	Antônio Pimentel Neto(OAB: 1130-N/TO)
Recorrido	Antonio dos Santos Feitosa
Advogado	Agnaldo Raiol Ferreira Sousa(OAB: 1792-N/TO)

EMENTA: MULTA DO ART. 477 DA CLT. HIPÓTESE DE CABIMENTO. VERBETE Nº 29 DA 1ª TURMA. Nos termos do Verbete nº 29 desta Egr. Turma, a multa é devida em qualquer hipótese em que haja atraso na quitação das verbas rescisórias.

Portanto, uma vez que, sobre as férias e o 13º salário, não prevaleceu qualquer controvérsia, estas deviam ter sido quitadas pela Ré que, em assim não procedendo, capacitou-se à incidência da multa em lume.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/6 - 14/03/12Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-572-85.2010.5.10.0103

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Recorrente	Unilever Brasil Ltda.
Advogado	Daniel Domingues Chiode(OAB: 173117-N/SP)
Recorrido	Jose Elias Pacheco
Advogado	Alencar Campos de Lima(OAB: 20995-N/DF)
Recorrido	Atra Prestadora de Servicos Em Geral Ltda (Em Recuperação Judicial)
Recorrido	Gelre Trabalho Temporario S/A (Em Recuperação Judicial)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM PROL DO TOMADOR DE MÃO-DE-OBRA. CARACTERIZAÇÃO. Pela edição da Súmula nº 331, item IV, o TST sedimentou entendimento de que, em caso de não cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa prestadora de mão-de-obra, subsistirá a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, porquanto beneficiário do trabalho obreiro.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-595-67.2011.5.10.0015

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Joao Maria Anselmo Selviano
Advogado	Gengizcan Brito Simões(OAB: 24947-N/DF)
Recorrido	Webjet Linhas Aereas S.A.
Advogado	Fernando Gomes de Paula(OAB: 29231-N/DF)

EMENTA: EQUIPARAÇÃO SALARIAL. NECESSIDADE DE PROVA. A legislação trabalhista rejeita a discriminação salarial no ambiente de trabalho sem razões que a justifiquem. Para vedar esta prática a CLT contém em seu artigo 461 norma que assegura igual remuneração a todos os empregados que trabalham para um mesmo empregador, exercendo funções iguais, com mesma perfeição técnica, (produtividade e qualidade), respeitados os critérios de antiguidade (diferença de tempo de serviço não superior a dois anos) e a inexistência de quadro de carreira. Referida norma encontra respaldo no princípio geral da isonomia (CF, art. 5º, caput) e no princípio da não discriminação na seara trabalhista (CF, 7º, XXX). A equiparação pretendida não se coaduna ao caso em exame, posto que não demonstrada a efetiva qualidade técnica e produtividade do desempenho das atividades laborais.

DECISÃO:

ACORDAM os Julgadores da Egrégia Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário interposto pelo reclamante e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

assinado digitalmente

DORIVAL BORGES

Desembargador RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-608-96.2011.5.10.0005

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Embargante	União
Procurador	Luiz Felipe Cardoso de Moraes Filho(OAB: 1172-N/DF)
Embargado	Ailson Amaral dos Santos
Advogado	Ivan Lima dos Santos(OAB: 12316-N/DF)
Embargado	Adservis Multiperfil Ltda

EMENTA: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ? FINALIDADE ? Os embargos de declaração não se prestam para submeter o que foi decidido a um novo exame, como se se tratasse de recurso capaz de modificar a prestação jurisdicional. Visam escoimar a sentença ou o acórdão de defeitos técnicos, tornando?os claros para o exato cumprimento do comando decisório. A parte não pode, a pretexto de obter uma declaração do exato sentido do julgado, valer?se dos embargos para novo pronunciamento jurisdicional, reformando o anterior, nem para prequestionar matéria não discutida, com vistas a recurso à instância superior. A via declaratória é imprópria para impugnar a justiça da decisão. Se houve erro no julgamento, a questão desafia recurso próprio." (VERBETE Nº 12 da e. 1ª Turma/TRT 10 Região).

Recurso desprovido.

DECISÃO:

ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

assinado digitalmente

DORIVAL BORGES

Desembargador RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-611-36.2011.5.10.0010

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Recorrente	Vilma Eulalia Goncalves Barbosa
Advogado	Sidney Morais Lacerda(OAB: 32194-N/DF)
Recorrido	Adservis Multiperfil Ltda
Advogado	Gustavo Carvalho de Gouvea(OAB: 131504-N/MG)
Recorrido	União (Câmara dos Deputados)
Procurador	Mariana de Souza Piaz(OAB: 1362-N/DF)

EMENTA: SÚMULA 331 DO TST. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DE ENTE PÚBLICO. Pela edição do Enunciado 331, o TST sedimentou entendimento de que, em caso de não cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa prestadora de mão-de-obra, subsistirá a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, seja ente público ou privado. O escopo de tal verbete é garantir o adimplemento do crédito trabalhista do hipossuficiente, em situações em que inadimplente o real empregador. Em sendo o tomador da mão-de-obra do reclamante ente público, não se eximirá da responsabilidade pelo pagamento dos créditos do obreiro reclamante decorrentes do vínculo de emprego com o prestador de serviços, pois tal responsabilidade decorre da culpa in vigilando e in eligendo.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso voluntário da União e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, para reconhecer a responsabilidade subsidiária da União, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Deixa-se de arbitrar novo valor à condenação, uma vez que o fixado no primeiro grau se coaduna com a nova situação advinda do presente julgamento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-639-71.2011.5.10.0020

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Revisor	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Recorrente	Anna Karolina da Silva Conceicao
Advogado	Júlio Romário da Silva(OAB: 16777-N/DF)
Recorrido	Cm-Conservadora Mundial Ltda
Recorrido	Unirio Manutencao e Servicos Ltda
Advogado	Fabiana Vianna Ferrão(OAB: 126296-N/RJ)

EMENTA: EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS.CLÁUSULA DE CONTINUIDADE. INOBSERVÂNCIA. EFEITOS. ESTABILIDADE GESTACIONAL.PRINCÍPIO DA NORMA MAIS FAVORÁVEL. Estabelecendo a Convenção Coletiva a obrigatoriedade de contratação dos empregados da empresa sucedida pela empresa sucessora, bem como a garantia no emprego por determinado período, o descumprimento injustificado da norma coletiva implica no pagamento dos direitos relativos ao interstício, de forma indenizada, porquanto inviabilizada a reintegração quando o ajuizamento da ação se faz após o período da estabilidade (Inteligência da Súmula 264 do C.TST). De outro modo, coexistindo a estabilidade convencional de 180 dias relativa à garantia de emprego com a estabilidade assegurada art. 10, II, "b", do ADCT (da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto), à luz do princípio da norma mais favorável define-se a condenação indenizatória pelo período mais longo, dada a proximidade cronológica entre a data da contratação pela empresa sucessora e a data do parto. Recurso parcialmente provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento (v. fls. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário e, no mérito, reconhecer o vínculo de emprego da reclamante com a segunda reclamada, UNIRIO, no período compreendido entre 01.05.2010 e 01.12.2010, considerada a projeção do aviso prévio, condenando-a aos registros na CTPS e no pagamento da remuneração relativa ao período fixado, observado o reajuste salarial concedido a partir de 01.04.2010; décimo terceiro salário e férias acrescidas de um terço, de formas proporcionais; FGTS e multa de 40% e multa da Cláusula 63ª da CCT 2010/2011. Sobre a condenação incidirão juros, correção monetária e recolhimentos previdenciários, observadas as respectivas cotas-partes. Custas processuais em R$500,00, calculadas sobre R$25.000,00, novo valor arbitrado à condenação, a cargo da reclamada, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

assinado digitalmente

DORIVAL BORGES

Desembargador RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-642-41.2011.5.10.0015

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Recorrente	Benilde Pinheiro Rodrigues
Advogado	Leda Soares Janot(OAB: 721-A/DF)
Recorrido	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	Agnaldo Nunes da Silva(OAB: 11336-N/DF)

EMENTA: INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. NECESSIDADE DE VERIFICAÇÃO DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS ESTAMPADOS NO ARTIGO 282 E NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 295 DO CPC. Constatada a ausência dos defeitos relacionados à inépcia da peça exordial, uma vez que há descrição suficiente dos fatos e correlação lógica entre a causa de pedir e o pedido, tal como preconiza o artigo 282 e inciso I e parágrafo único do artigo 295, do CPC, não há falar em inépcia da inicial.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso interposto pela reclamante, e no mérito, dar-lhe provimento para afastar a inépcia declarada na origem e determinar o retorno dos autos à origem para prosseguimento do feito como entender de direito, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Prejudicado o exame das demais matérias recursais. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-654-97.2011.5.10.0001

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Revisor	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Agravante	Newton Francisco Lima
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)
Agravado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	Gabriela Lucas Queiroz Oliveira(OAB: 17013-N/DF)

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. BASE DE CÁLCULO. PARCELAS DE NATUREZA SALARIAL. INCLUSÃO. COISA JULGADA. INCOLUMIDADE. O artigo 71, § 4º, da CLT, ao determinar que o acréscimo remuneratório pela não concessão do intervalo intrajornada será sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, traz em si a definição da base de cálculo da parcela. Logo, assentada a causa de pedir no mencionado dispositivo de lei, a base de cálculo será composta de todas as parcelas de natureza salarial, ainda que a sentença transitada em julgado não as tenha discriminando explicitamente. Assim, a determinação de inclusão de parcelas salariais que compõem a remuneração do autor na base de cálculo não viola a coisa julgada, porquanto, também a liquidação deve obedecer os parâmetros legais.

Agravo de petição parcialmente provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Julgadores da Egrégia Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer parcialmente do agravo de petição e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para determinar a inclusão na base de cálculo da liquidação, quanto ao intervalo intrajornada, as parcelas adicional noturno, Gratificação ACT/2000 e Vantagem Pessoal ACT/2000, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

assinado digitalmente

DORIVAL BORGES

Desembargador RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-688-12.2011.5.10.0021

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Embargante	Airton de Castro Filho
Advogado	Ulisses Riedel de Resende(OAB: 968-N/DF)
Embargante	Servico Federal de Processamento de Dados (Serpro)
Advogado	Nilton da Silva Correia(OAB: 1291-N/DF)
Embargado	os mesmos
Advogado	Ulisses Riedel de Resende(OAB: 968-N/DF)

EMENTA: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - FINALIDADE - Os embargos de declaração não se prestam para submeter o que foi decidido a um novo exame, como se se tratasse de recurso capaz de modificar a prestação jurisdicional. Visam escoimar a sentença ou o acórdão de defeitos técnicos, tornando-os claros para o exato cumprimento do comando decisório.
A parte não pode, a pretexto de obter uma declaração do exato sentido do julgado, valer-se dos embargos para novo pronunciamento jurisdicional, reformando o anterior, nem para prequestionar matéria não discutida, com vistas a recurso à instância superior. A via declaratória é imprópria para impugnar a justiça da decisão. Se houve erro no julgamento, a questão desafia recurso próprio." (VERBETE Nº 12 da Eg. 1ª Turma/TRT 10 Região).
Recurso desprovido.

FSF/9 - 13/4/2012

DECISÃO: Por tais fundamentos, ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada. Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

DORIVAL BORGES Desembargador RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº EDED-RO-690-21.2011.5.10.0008

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Embargante	Carlos Henrique Ferreira Dias
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)
Embargado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	Rafael de Sá Oliveira(OAB: 15614-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. Nega-se provimento aos embargos de declaração quando inexistente o vício alegado.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-739-71.2011.5.10.0102

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Alon de Jesus Pereira
Advogado	Raul Canal(OAB: 10308-N/DF)
Recorrido	Comercial de Alimentos Cacique Ltda
Advogado	Juliano da Costa Ferreira(OAB: 18809-N/GO)

EMENTA: RECURSO. RAZÕES. AUSÊNCIA DE ATAQUE AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. VERBETE Nº 4 DESTA TURMA. SÚMULA 422/TST. É ônus da parte proceder ao ataque dos fundamentos que compõem o universo das razões que sustentam a decisão proferida na Origem. A observância de tal requisito de admissibilidade repousa na necessidade de a Corte ter em mãos todos os elementos que possam gerar, se for o caso, a reforma do julgado.

DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. A quantificação do dano moral é questão tormentosa porquanto, apesar de o dano consubstanciar-se em um sentimento de foro íntimo, não há como valorá-lo de forma precisa, sendo remetida, assim, a sua análise, ao bom senso do Magistrado, que deverá estipular a justa indenização, de modo que não seja tão alta para que não importe em enriquecimento sem causa do autor, nem tão baixa a ponto de não surtir os efeitos pedagógicos também a ela inerentes.

DECISÃO:

ACORDAM os integrantes da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso, não o fazendo quanto ao tópico "Da forma de rescisão do contrato de trabalho" por ausência de ataque direto e específico às razões decisórias e, no mérito, dar-lhe provimento para majorar o quantum indenizatório por danos morais para R$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do voto da Relatora. Ante o acréscimo condenatório, fixar custas processuais no importe de R$ 140,00 (cento e quarenta reais), calculado sobre o valor ora

arbitrado à condenação de R$ 7.000,00 (sete mil reais). Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/9 - 7/4/2012

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-748-33.2011.5.10.0005

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Caixa Economica Federal
Advogado	Fernanda Valadares de Oliveira(OAB: 25114-N/GO)
Recorrente	Paulo Henrique Sales Wanderley
Advogado	José Eymard Loguércio(OAB: 1441-A/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: RESCRIÇÃO. ARGUIÇÃO EM SEDE RECURSAL. POSSIBILIDADE. A prescrição, a teor do art. 193 do Código Civil, constitui matéria suscetível de alegação em qualquer grau de jurisdição pela parte a quem aproveita. Sendo assim, o tema é passível de arguição até a instância ordinária, conforme entendimento assente na Súmula de jurisprudência n° 153 do col. TST. BANCÁRIO. §2º DO ART. 224 DA CLT. CARGO DE CONFIANÇA. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. Conquanto o art. 224, §2º da CLT não exija amplos poderes de mando e substituição do empregador tal como previsto no inciso II do art. 62 consolidado, resta necessária a demonstração de que o empregado desempenhe funções revestidas de maior fidúcia e complexidade pelo empregador não bastando mero percebimento de gratificação correspondente a 1/3 do salário ou a simples nomenclatura de cargo de confiança.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso da reclamada, a exceção dos tópicos "DO PEDIDO RELATIVO A REFLEXOS DE HORAS EXTRAS EM COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA", "DA RESPONSABILIDADE PELA SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA", "DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO/PARTICIPAÇÃO NO REG/REPLAN", "DO REG/REPLAN", "DO NOVO PLANO", "DA SUPLEMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS NO REG/REPLAN", "DOS BENEFÍCIOS SALDANOS NO REG/REPLAN", "DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NO NOVO PLANO", por inovatórios e do tópico "CONTRIBUIÇÕES PARA FUNCEF", por não constar da inicial e conhecer do recurso do reclamante. No mérito, declarar, de ofício, a prescrição das parcelas anteriores a 19.5.2006 e dar parcial provimento ao recurso da reclamada, para determinar a dedução entre o importe devido a título de horas extras e a diferença entre os valores pagos pela gratificação relativa à jornada de oito horas e aquela relativa à jornada de seis horas, conforme previsto na OJ Transitória nº 70 da SDI-1 do TST, fixar honorários assistenciais no percentual de 10% (dez por cento) e dar provimento ao recurso do reclamante, para deferir a aplicação do divisor 150, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-765-54.2011.5.10.0010

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Jocelio Roberio Lucas
Advogado	Jomar Alves Moreno(OAB: 5218-N/DF)
Recorrido	United Seguranca Ltda
Recorrido	Sa Correio Braziliense
Advogado	Guilherme Vieira Nunes Bandeira(OAB: 19310-N/DF)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. PROVA ACERCA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. Ante a ausência de provas de que o Reclamante prestou serviços em benefício do segundo Reclamado, inviável o reconhecimento da responsabilidade subsidiária com base na Súmula n.º 331 do TST.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/7

15/03/12Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-774-92.2011.5.10.0017

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Embargante	Luis Jorge de Sousa e Silva
Advogado	José Eymard Loguércio(OAB: 1441-A/DF)
Embargado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Aline Patachi(OAB: 34145-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ESCLARECIMENTOS. Dá-se provimento aos embargos para prestar esclarecimentos, a fim de que reste completa a prestação jurisdicional.

DECISÃO:

ACORDAM os integrantes da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, dar-lhes provimento para prestar esclarecimentos, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/6 - 11/04/12Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-778-65.2011.5.10.0006

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Recorrente	Antonio Luis Gomes de Oliveira
Advogado	Jackeline Guimarães Santos(OAB: 23694-N/DF)
Recorrido	D Corline Conservacao e Limpeza Ltda.
Advogado	Rogério Rosa Santana(OAB: 32850-N/DF)
Recorrido	Decor Line Servicos Gerais Ltda.
Advogado	Rogério Rosa Santana(OAB: 32850-N/DF)
Recorrido	B2b Administracao e Tecnologia Ltda.
Advogado	Marlinson Carlo Brandao da Cruz(OAB: 27831-N/DF)

EMENTA: CLÁUSULA CONVENCIONAL. VALIDADE E EFEITOS. A teor do disposto no inciso XXVI do art. 7º da Constituição Federal, inexiste qualquer eiva de inconstitucionalidade quanto a dispositivo convencional pactuado entre os sindicatos representativos das partes, na medida em que, de um lado, visa ao hipossuficiente a continuidade do contrato de trabalho com a nova empresa que assume o contrato com o tomador dos serviços, e de outro, gera encargos trabalhistas diminutos à empresa que perdeu a licitação, em relação à dispensa dos empregados que lhe prestavam serviços. Constatada, nos autos, a existência de cláusula de continuidade na CCT da categoria, impositiva se torna a sua aplicação. PRESCRIÇÃO. Considerando os termos da cláusula de continuidade e a incontrovérsia acerca da admissão do autor pela nova tomadora de serviços, não há falar em pagamento de aviso prévio e suas projeções, razão pela qual a prescrição bienal deve ser contada da data efetiva do término do contrato.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso, e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-788-18.2011.5.10.0004

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Clesio Marley Braga
Advogado	Gengizcan Brito Simões(OAB: 24947-N/DF)
Recorrido	Tam Linhas Aereas S/A.
Advogado	Bianca Bassôa Reinstein(OAB: 58592-N/RS)

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. EMENDA À PETIÇÃO INICIAL. ANUÊNCIA DA RECLAMADA. ALTERAÇÃO DA DATA DE DISPENSA. PRESCRIÇÃO BIENAL AFASTADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA JULGAMENTO DOS PEDIDOS EXORDIAIS. Considerando-se a emenda à petição inicial, ocorrida na primeira assentada e ratificada pela Reclamada, impõe-se a

reforma do julgado para, afastando a prescrição bienal pronunciada pelo MM Juízo a quo, devolver os autos à origem, para julgamento dos pedidos exordiais, como se entender de direito.

DECISÃO:

ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário e, no mérito, dar-lhe provimento, para afastar a prescrição bienal e, evitando-se a supressão de instância, determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem, para julgar os pedidos formulados na inicial, como entender de direito. Tudo nos termos do voto do Juiz Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

PAULO HENRIQUE BLAIR

Juiz Relator ConvocadoEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-799-08.2011.5.10.0017

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Brasfort Empresa de Seguranca Ltda
Advogado	Marcelo Luiz Ávila de Bessa(OAB: 12330-N/DF)
Recorrido	Omar Fagundes de Oliveira
Advogado	Aldêmio Ogliari(OAB: 4373-N/DF)

EMENTA: AVISO PRÉVIO. NULIDADE. A redução de duas horas na jornada de trabalho diária ou a ausência de labor por sete dias são condição de validade do aviso prévio trabalhado. A inobservância dos termos do art. 488, caput e parágrafo único, da CLT implica a nulidade do aviso prévio, sendo devido o pagamento da parcela de forma indenizada, com os reflexos decorrentes de sua projeção.

DESCONTOS. PRINCÍPIO DA INTANGIBILIDADE SALARIAL. É vedado ao empregador efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo ou, ainda, os expressamente autorizados pelo empregado (Inteligência do art. 462 da CLT e da Súmula n.º 342 do C. TST). Não comprovando a empresa a legitimidade do desconto efetuado no salário do empregado, torna-se imperioso que tal valor seja devolvido ao trabalhador.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e negar-lhe provimento. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-807-09.2011.5.10.0009

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Banco do Brasil Sa
Advogado	Bruno Nascimento Coelho(OAB: 21811-N/DF)
Recorrido	Ana Lucia Rocha de Souza
Advogado	Heverton José Mamede(OAB: 30527-N/DF)

EMENTA: BANCÁRIO. EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA. APLICAÇÃO DA JORNADA ELASTECIDA DESCRITA NO ART. 224, § 2.º, DA CLT. O mero fato de a parte empregadora qualificar a função exercida pela parte laborista como função de confiança não é suficiente a atrair a jornada especial sustentada em defesa.
Outrossim, o fato de a parte obreira perceber gratificação funcional que atende ao parâmetro mínimo descrito em lei (1/3 dos salários básicos) tampouco faz presumir o exercício de função comissionada. A natureza dos cargos exercidos, mesmo que ante o pagamento do adicional de função, há de ser ainda demonstrada, para que só então se possa entender pelo enquadramento da parte laborista nesta jornada mais extensa.
Destarte, e se da prova dos autos se pode extrair, com segurança, que a parte obreira desenvolveu funções que efetivamente não eram dotadas de fidúcia superior à ordinariamente concedida a obreiros em geral, ou de que ela possuísse atribuições efetivas de chefia ou de direção - mas, ao contrário, a prova colhida vem revelar a natureza puramente técnica das atividades da parte autora - resta concluir pela inaplicabilidade no caso da jornada legal de oito horas ao dia.

DECISÃO: Por tais fundamentos, ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Juiz Relator.
Ementa aprovada.
Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

PAULO HENRIQUE BLAIR Juiz Relator ConvocadoEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-819-66.2010.5.10.0006

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	João Gonçalves da Rocha
Advogado	Paulo Renan Pereira Lopes(OAB: 10299-N/DF)
Recorrido	Votorantim Cimentos Brasil S.A.
Advogado	Antônio Chaves Abdalla(OAB: 19032-N/DF)

EMENTA: JUSTA CAUSA ATO DE IMPROBIDADE COMPROVAÇÃO. O ato de improbidade constitui a justa causa de mais grave repercussão na vida do empregado e, como tal, deve ser irrefutavelmente comprovada pela empregadora. Comprovada de forma induvidosa a falta obreira, correta a manutenção da justa causa. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LAUDO PERICIAL. Demonstrado pelo perito, de forma convincente e detalhada, que o autor não exercia atividades em condições insalubres, na conformidade do art. 189 da CLT e do anexo 13 da NR-15 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, correta a sentença originária que indeferiu o correspondente adicional.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. Retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-837-20.2011.5.10.0017

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Andre Sergio Silva do Nascimento
Advogado	Aldêmio Ogliari(OAB: 4373-N/DF)
Recorrido	Global Village Telecom Ltda.
Advogado	Víctor Russomano Júnior(OAB: 3609-X/DF)

EMENTA: PROVA TESTEMUNHAL. VALORAÇÃO.

PRINCÍPIO DA LIVRE VALORAÇÃO DA PROVA. Às partes incumbe o ônus de demonstrar a veracidade de suas afirmações, de modo a convencer o julgador da legitimidade de sua pretensão; contudo, uma das funções precípuas do juiz é a análise de prova, e sua livre valoração. É bem verdade que a instância revisora detém total liberdade para avaliar as provas produzidas nos autos, podendo concluir de forma diversa do Juízo a quo. Contudo, impossível ignorar que o magistrado que dirige a audiência pode melhor perceber as nuanças dos depoimentos por ele colhidos, já que o Juízo ad quem somente tem acesso ao registro daquilo que foi declarado. Por tal razão as impressões sentidas e declaradas pelo julgador de primeiro grau devem ser prestigiadas quando a decisão depende de prova oral.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-841-69.2011.5.10.0013

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Recorrente	União (Câmara dos Deputados)
Procurador	Priscila Bessa Rodrigues(OAB: 121212-N/DF)
Recorrido	Sofia Rodrigues de Sousa
Advogado	José Augusto Santos da Conceição(OAB: 34126-N/DF)
Recorrido	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda

EMENTA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. SÚMULA Nº 331, IV e V, DO TST. A aplicação da Súmula 331, IV e V, do TST não dá ensejo à conclusão de que este Colegiado declara a inconstitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93. Na verdade, a aplicação de tal preceito em sua literalidade pressupõe que a Administração Pública tenha agido de forma a fiscalizar a instituição prestadora de serviço, adotando as providências necessárias. Nessa direção andou o próprio Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da ADC 16/DF, em 24/11/2010. Por maioria, decidiu-se pela constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, tendo sido explicitado que o TST não poderia generalizar os casos, mas investigar com rigor se a inadimplência tinha como causa principal a falha ou falta de fiscalização pelo órgão público contratante. Com esse enfoque, cada caso concreto deve ser apreciado pelo Órgão Julgador, levando em consideração se o conjunto probatório demonstra ausência de culpa na eleição e na fiscalização da prestadora de serviços.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, rejeitar a preliminar de não conhecimento arguida em contrarrazões, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para excluir da condenação a multa e indenização por litigância de má-fé, nos termos do voto da Relatora, que restou vencida quanto à responsabilidade subsidiária. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

FSF/7

19/03/12Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-850-28.2011.5.10.0014

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Recorrente	Banco do Brasil Sa
Advogado	Gustavo Amato Pissini(OAB: 32089-N/DF)
Recorrente	Confederal Vigilancia e Transporte de Valores Ltda
Advogado	Darcy Maria Gonçalves de Almeida(OAB: 8832-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Osmar Oliveira Lenke
Advogado	Jorivalma Muniz de Sousa(OAB: 12910-N/DF)

EMENTA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. A aplicação da Súmula 331, V, do TST não dá ensejo à conclusão de que este Colegiado declara a inconstitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93. Na verdade, a aplicação de tal preceito em sua literalidade pressupõe que a Administração Pública tenha agido de forma a fiscalizar a instituição prestadora de serviço, adotando as providências necessárias. Nessa direção andou o próprio Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da ADC 16/DF, em 24/11/2010. Por maioria, decidiu-se pela constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, tendo sido explicitado que o TST não poderia generalizar os casos, mas investigar com rigor se a inadimplência tinha como causa principal a falha ou falta de fiscalização pelo órgão público contratante. Com esse enfoque, cada caso concreto deve ser apreciado pelo Órgão Julgador, levando em consideração se o conjunto probatório demonstra ausência de culpa na eleição e na fiscalização da prestadora de serviços.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso da primeira Ré, conhecer parcialmente do apelo do segundo Réu, não o fazendo quanto ao pedido de exclusão das multas dos arts. 467 e 477 da CLT ante a ausência de sucumbência e, no mérito, dar parcial provimento ao apelo da primeira Ré apenas para fixar o divisor 220 a ser utilizado para o cálculo das horas extras e negar provimento ao apelo do segundo Réu. Tudo nos termos do voto da Relatora.

Ementa aprovada.

Brasília- DF, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/9 - 9/3/2012

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-887-37.2011.5.10.0020

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Redator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Bunge Alimentos S/A
Advogado	Walace Heringer Vieira de Oliveira(OAB: 34138-N/DF)
Recorrido	Márcio Guimarães Dias
Advogado	Gaspar Reis da Silva(OAB: 9324-N/DF)
Recorrido	Multipla Logistica e Transportes Ltda

EMENTA: CONTRATO DE TRANSPORTE DE MERCADORIA. TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. A hipótese dos autos alude a contrato de transporte de mercadoria com a Empregadora do Reclamante. Configurada a legalidade da terceirização - entrega de mercadoria não está afeta à atividade-fim da Recorrente. Ausência de contratação específica de mão de obra de motorista. Contratação dos serviços de transporte de mercadorias realizados com total soberania pela transportadora contratada, em veículo de sua propriedade, sem exclusividade para a segunda Reclamada. Impertinente a aplicação do item IV da Súmula 331 do TST à espécie. Recurso provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Eg. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento, vencido nesse aspecto o Exmo. Desembargador Relator; indeferir o pedido de multa formulado em contrarrazões, nos termos do voto da Revisora, que redigirá o acórdão. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Redatora Designada

FSF/2 - 26-4-2012Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-890-49.2011.5.10.0001

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Companhia Brasileira de Distribuição
Advogado	Osmar Mendes Paixão Côrtes(OAB: 15553-N/DF)
Recorrido	Carolina Mota Tomaz
Advogado	Alceste Vilela Júnior(OAB: 10609-N/DF)

EMENTA: ILEGITIMIDADE PASSIVA. Segundo a teoria da asserção, as condições da ação são aferidas consoante o alegado pelo autor na petição inicial. Na demanda proposta por quem se diz credor do réu, em se provando, no curso do processo, que a demandante não é titular do crédito, a hipótese é de improcedência do pedido e não de carência de ação.
Recurso desprovido.

RELAÇÃO DE EMPREGO X TRABALHO AUTÔNOMO. ÔNUS DA PROVA. Incontroversa a prestação de serviços e não demonstrada a tese de trabalho autônomo invocada na defesa, cumpre reconhecer a existência de vínculo empregatício entre as partes. Deveras, o contrato de emprego é um contrato-realidade, devendo a análise da sua caracterização levar em conta a forma como se desenvolvia a prestação de serviço, com aferiçãoo dos requisitos de que tratam os artigos 2º e 3º da CLT, quais sejam: pessoalidade, onerosidade, habitualidade e subordinação jurídica.
E, quando o demandado nega, pura e simplesmente, o liame empregatício com o postulante, o ônus da prova dos fatos constitutivos incumbe ao autor, nos termos do artigo 333, I, do CPC.
Entretanto, não negada a prestação de trabalho, sob a afirmação de que ela se desenvolveu em caráter eventual ou autônomo, o "onus probandi" passa a ser do demandado, consoante a regra insculpida no artigo 333, II, do mesmo diploma legal.
Recurso desprovido

DECISÃO: Por tais fundamentos, ACORDAM os Julgadores da Egrégia Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário da reclamada e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Juiz Relator. Ementa aprovada.
Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

PAULO HENRIQUE BLAIR Juiz Convocado RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-894-62.2011.5.10.0009

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Embargante	Viplan Viacao Planalto Limitada (Em Recuperação Judicial)
Advogado	Sônia Regina Marques Barreiro(OAB: 9072-N/DF)
Embargado	Otavio Ferreira da Silva
Advogado	Ely Nascimento da Rocha(OAB: 7905-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. Nega-se provimento a embargos de declaração quando inexistentes os vícios alegados.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/5 - 10/04/12

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-922-40.2010.5.10.0017

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Agravante	Dba Engenharia de Sistemas Ltda.
Advogado	Janaína Jardim Correia de Araújo(OAB: 122796-N/RJ)
Agravado	Andre Luiz de Abreu Mesquita
Advogado	Moacir Akira Yamakawa(OAB: 1937-A/DF)

EMENTA: DECISÃO QUE NÃO CONHECE/REJEITA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NATUREZA PROCESSUAL. IRRECORRIBILIDADE. SÚMULA N° 214 DO COL. TST E § 1° DO ART. 893 DA CLT. Conforme sabido, a denominada exceção de pré-executividade, que não possui previsão legal, mas simplesmente doutrinária e jurisprudencial, constitui mecanismo de que pode o devedor, excepcionalmente, lançar mão com o fito de suscitar matéria de ordem pública, sem necessidade de garantir o débito exequendo. Trata-se de uma chance conferida ao executado para que possa arguir matérias relevantes, de molde a evitar a si flagrante prejuízo de ordem processual e patrimonial, em verdadeiro detrimento dos postulados que regem o processo de execução. Exatamente em função desse caráter singular da exceção de pré-executividade é que o rito processual que se segue à decisão que a analisa não pode ser aquele ordinariamente conhecido, sob pena de implicar malferimento aos comandos normativos que exigem que as impugnações - sentido lato - ofertadas pelo devedor sejam precedidas da competente garantia patrimonial da execução. Nesse sentido é que a decisão que não conhece/rejeita a exceção de pré-executividade não é passível de reanálise por meio de agravo de petição, por ostentar natureza de decisão interlocutória, não possuindo traço terminativo ou definitivo. Imaginar o contrário seria permitir que o executado utilizasse do amplo sistema recursal existente no ordenamento jurídico para discutir sua tese, sem que o juízo se encontrasse garantido, o que poderia culminar, inclusive, em eventual dilapidação do patrimônio do executado e, em última análise, em impossibilidade material de cumprimento da coisa julgada.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, não conhecer do agravo de petição, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-940-52.2010.5.10.0020

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	União (Ministério do Trabalho e Emprego)
Procurador	Ana Cecília Lapenda Farinha(OAB: 1389-N/DF)
Recorrente	Uniao Nacional dos Servidores Publicos Civis do Brasil-Unsp/Sindicato Nacional
Recorrido	Os Mesmos

Recorrido	Federacao Sindical dos Servidores Publicos Estaduais e Municipais do Estado de Mato Grosso do Sul e Outros
Advogado	José Osmir Bertazzoni(OAB: 25967-N/DF)
Recorrido	Federacao Funcionarios Publicos Municipais Est S Paulo
Recorrido	Federacao Ent Sindicais dos Serv Publ Mun do Est Goias
Recorrido	Sindicato dos Serv. Publicos Municipais de Capivari, Rafard, Mombuca, Rio das Pedras, Monte Mor Elias Fausto, Tiete, Cerquilho e Laranjal Paulista
Recorrido	Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Piracicaba, Sao Pedro, Aguas de Sao Pedro, Saltinho e Regiao

EMENTA: SINDICATO. CONSTITUIÇÃO IRREGULAR. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE E DA UNICIDADE SINDICAL. Havendo provas nos autos a demonstrar que os atos que levaram à criação de entidade sindical não observaram os princípios da publicidade e da unicidade sindical preconizados pela Constituição Federal, impõe-se o reconhecimento de irregularidade na constituição do sindicato e o consequente cancelamento de seu registro sindical.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, não conhecer do recurso da UNSP, por deserto, conhecer do recurso da União e, no mérito, negar-lhe provimento. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-974-93.2011.5.10.0019

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Embargante	Servico Federal de Processamento de Dados (Serpro)
Advogado	Nilton da Silva Correia(OAB: 1291-N/DF)
Embargado	Jose Arreguy Pimentel
Advogado	Klaus Stenius Bezerra Camelo de Melo(OAB: 24897-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ESCLARECIMENTOS. Dá-se parcial provimento aos embargos, apenas para prestar esclarecimentos, a fim de que reste integralmente cumprido o ofício judicante.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, dar-lhes parcial provimento para prestar esclarecimentos, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-977-27.2011.5.10.0802

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Embargante	José Ricardo Vilela
Advogado	Lucas Pires de Avelar Lima(OAB: 3884-N/TO)
Embargado	Construtora Walli Ltda.
Advogado	Renato Martins Cury(OAB: 4909-B/TO)
Embargado	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e outros
Procurador	Rafael Vasconcelos Noleto(OAB: 1325-N/TO)
Embargado	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Procurador	Rafael Vasconcelos Noleto(OAB: 1325-N/TO)
Embargado	Município de Natividade
Advogado	Rogério Gomes Coelho(OAB: 4155-N/TO)
Embargado	Ananas Prefeitura Municipal
Advogado	Ana Carolina Marchetti Nadder(OAB: 119466-N/MG)

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE. Nos termos do art. 535 do CPC, os embargos de declaração têm por objetivo sanar omissão, contradição e/ou obscuridade no julgado. Por omissão, entenda-se a ausência de manifestação acerca de questão relevante para a solução da controvérsia, seja tal ponto alegado pela parte ou a respeito do qual devesse o juiz se pronunciar de ofício. A contradição se dá quando há proposições inconciliáveis no corpo da decisão, seja entre a fundamentação e a conclusão ou entre termos da fundamentação, e não entre o julgado e as provas, ou entre a decisão e a jurisprudência ou doutrina. Já a obscuridade ocorre quando a redação do texto se afigura confusa. Inexistindo no acórdão qualquer dos vícios acima descritos os embargos de declaração somente deverão ser acolhidos no caso de se afigurar oportuno prestar esclarecimentos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e dar-lhes provimento parcial unicamente para prestar esclarecimentos, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-980-16.2010.5.10.0802

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Agravante	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	Luiz Cláudio de Almeida(OAB: 4004-B/TO)
Agravado	Ivonete Maria Carvalho
Advogado	Clóvis Teixeira Lopes(OAB: 875-A/TO)
Agravado	Limpadora e Conservadora Aparecidense Ltda

EMENTA: "JUROS DE MORA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494, DE 10.09.1997, INAPLICABILIDADE À FAZENDA PÚBLICA QUANDO CONDENADA SUBSIDIARIAMENTE. A Fazenda Pública, quando condenada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas devidas pela empregadora principal, não se beneficia da limitação dos juros, prevista no art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10.09.1997." (OJ nº 382 da SBDI-1 do col. TST).

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-1001-03.2011.5.10.0011

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Embargante	Amplimaster Antenas e Servicos Ltda Epp
Advogado	Juscelio Garcia de Oliveia(OAB: 23788-N/DF)
Embargado	Sindicato Interestadual dos Trab Nas Ind Met Mec Mat Eletricos e Eletronicos do Df Go To
Advogado	José Demerval Borges de Pádua(OAB: 30198-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PROFISSIONAL. EMPRESA OPTANTE DO SIMPLES. NÃO INCIDÊNCIA. A lei do Sistema Simples isenta o empregador que a ele aderiu da contribuição sindical patronal e não da retenção e repasse ao sindicato beneficiário da contribuição sindical a ser recolhida de cada trabalhador. Logo, versando a ação sobre esta segunda hipótese, a controvérsia não se resolve pela aplicação da legislação em comento, não se configurando, portanto, omissão do órgão julgador a ausência de análise sob o enfoque pretendido no recurso.

Embargos declaratórios desprovidos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos declaratórios e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

assinado digitalmente

DORIVAL BORGES

Desembargador RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1013-35.2011.5.10.0102

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Recorrente	Maria Aparecida Andrade dos Santos
Advogado	Kelly Karynne Costa Amorim(OAB: 26524-N/DF)
Recorrido	Sadia S.A.
Advogado	Osmar Mendes Paixão Côrtes(OAB: 15553-N/DF)

EMENTA: DANOS MORAIS. DOENÇA OCUPACIONAL. ÔNUS DA PROVA. O reconhecimento da responsabilidade patronal para a reparação de suposto dano causado ao Trabalhador pressupõe a necessária caracterização de três elementos: o dano, o ato ilícito cometido pelo Empregador e o nexo de causalidade existente entre ambos. Considerando que a comprovação da existência do dever de indenizar por parte do Empregador consubstancia-se em fato constitutivo do direito da Obreira, incumbindo a ela o ônus de fazer prova de suas alegações, nos termos dos arts. 818 da CLT e 333, I, do CPC, e não tendo a Reclamante se desvencilhado de tal ônus, sem apresentar provas suficientemente hábeis para a descaracterização da prova pericial, não há que se falar em obrigação de indenizar.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento. Tudo nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento)

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/10/6Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1023-61.2011.5.10.0011

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Erica Cristina Cazarin Oliveira
Advogado	Víctor Russomano Júnior(OAB: 3609-N/DF)
Recorrido	Dba Engenharia de Sistemas Ltda
Advogado	Janaína Jardim Correia de Araújo(OAB: 122796-N/RJ)

EMENTA: "DANO MORAL REQUISITOS. CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA. O atraso no pagamento de salários e verbas rescisórias é insuficiente, por si só, à caracterização do dano moral Para tanto, necessário demonstrar a alegação de que o ato patronal criou situação danosa à empregada perante credores, provocando atraso na quitação de suas próprias dívidas e a ventilada inscrição de seu nome dos cadastros de proteção ao crédito. Ausente tal requisito, improcede o pedido." (Processo: 01305?2009?005?10?00?2 RO; Acordão 2ª Turma; Relator: Desembargador João Amílcar; Revisora: Desembargadora Maria Piedade Bueno Teixeira; Publicado em: 13/08/2010 no DEJT)

DECISÃO:

ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório e conhecer parcialmente do Recurso Ordinário e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para condenar a Reclamada ao pagamento dos valores referentes à previdência privada, nos termos deduzidos na exordial, facultada a compensação das parcelas comprovadamente recolhidas, com vista a impedir o enriquecimento sem causa, e ao pagamento da dobra das férias relativas ao período aquisitivo 2009/2010; e, considerando-se a reforma promovida, fixar as custas em R$ 240,00, pela Reclamada, calculadas sobre R$ 12.000,00, valor provisoriamente arbitrado à condenação e aproveitado para este fim. Tudo nos termos do voto do Juiz Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

PAULO HENRIQUE BLAIR

Juiz Convocado Relator

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1025-46.2011.5.10.0006

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Hospital Santa Luzia S A
Advogado	Henrique de Souza Vieira(OAB: 12913-N/DF)
Recorrido	Valmir Vagner dos Santos
Advogado	Rafael Tavares Silva(OAB: 32462-X/DF)

EMENTA: GUIA DE DEPÓSITO RECURSAL. CÓPIA INAUTÊNTICA. Se a guia referente ao pagamento do depósito recursal foi apresentada em fotocópia sem autenticação cartorária ou conferência do Juízo e inexistindo declaração do advogado quanto à autenticidade do documento, restam desatendidas as disposições do art. 830 da CLT, o que enseja o não conhecimento do recurso porque deserto.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório e não conhecer do recurso em face da deserção, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário, não conhecer das contrarrazões por intempestivas, não conhecer das peças processuais de fls. 572/573 e 578/584, pois vinculadas a ato processual inexistente e, no mérito, dar parcial provimento ao recurso do reclamado para elastecer de 5 (cinco) para 30 (trinta) dias, a contar do trânsito em julgado, o prazo para cumprimento da decisão judicial, mantidas as demais cominações impostas na sentença, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

assinado digitalmente

DORIVAL BORGES

Desembargador Relator

FSF/7

12/03/12Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1029-47.2011.5.10.0018

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Servico Federal de Processamento de Dados (Serpro)
Advogado	Nilton da Silva Correia(OAB: 1251-N/DF)
Recorrente	Jose Itamar Correia da Paz
Advogado	Klaus Stenius Bezerra Camelo de Melo(OAB: 24897-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: SERPRO. FUNÇÃO COMISSIONADA. ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. REDUÇÃO SALARIAL ILÍCITA. ARTIGO 468 DA CLT. Nos termos do artigo 457, §1º, da CLT, integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as gratificações ajustadas pelo empregador. Convencionado pelas partes o pagamento da gratificação de Função Comissionada Técnica FCT, mediante termo de adesão do empregado e, prolongando-se este no tempo, sem qualquer acréscimo às atividades habitualmente desenvolvidas,reveste-se a parcela de inequívoca natureza salarial. Logo, está sob a proteção do artigo 468 da CLT que veda a redução salarial. Assim ocorrendo em razão da modificação perpetrada pelo empregador na forma de cálculo da gratificação, caracteriza-se a alteração unilateral do contrato de trabalho, impondo-se a correção da base de cálculo para que se restaure a anterior situação remuneratória do empregado. Recurso parcialmente provido.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1048-98.2011.5.10.0003

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Redator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Ana Renata Antunes de Almeida
Advogado	José Roberto dos Santos(OAB: 15729-N/DF)
Recorrido	Kip Comercial de Calcados Ltda. e Outra
Advogado	Bruno Arruda Santos de Oliveira Gil(OAB: 22283-N/DF)
Recorrido	Comercial de Calcados Francisco Ltda

EMENTA: INOVAÇÃO À LIDE. ALTERAÇÃO DA CAUSA DE PEDIR. NÃO CONHECIMENTO. O julgamento da lide deve observar os estritos termos da inicial e da tese da contestação, sendo vedado o conhecimento de questões não apresentadas pelas partes, conforme dispõe o art. 128 do CPC. A alteração na linha de argumentação, com relato de contexto fático totalmente diverso na inicial, demonstra a intenção inovatória sendo vedado o conhecimento em sede recursal.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), por unanimidade aprovar o relatório. Por maioria, vencido o Juiz Relator, não conhecer do recurso da reclamante, nos termos do voto da Desembargadora Revisora, que redigirá o acórdão. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1064-28.2011.5.10.0011

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Recorrente	Priscilla Rodrigues Lima
Advogado	João Paulo Pinto(OAB: 8472-N/DF)
Recorrido	Geap Fundacao de Seguridade Social
Advogado	Nizam Ghazale(OAB: 21664-N/DF)

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ÔNUS DA PROVA. O ônus da prova quanto à demonstração da existência de vínculo empregatício é do autor, por se tratar de fato constitutivo de seu direito (inciso I do art. 333 do CPC c/c art. 818 da CLT). Admitida a prestação de serviços pela reclamada, é de se presumir a relação de emprego, competindo-lhe a prova de que a relação não se enquadra nos moldes do art. 3º da CLT, por se tratar de alegação de caráter impeditivo do pretendido reconhecimento do vínculo. Emergindo da dos autos que a reclamada se desincumbiu do ônus probante, resta impositivo o indeferimento da pretensão declaratória nos moldes do artigo 3º consolidado.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1073-60.2011.5.10.0020

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Moinho Goias Sa
Advogado	Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 25136-N/DF)
Recorrido	José Emidio Leite
Advogado	Kely Priscilla Gomes Freitas Brasil(OAB: 26403-N/DF)

EMENTA: EMPREGADOR EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DEPÓSITO RECURSAL AUSENTE. DESERÇÃO. O fato de a Empresa encontrar-se em processo de recuperação judicial não a exime do preparo recursal, porquanto a isenção prevista na Súmula 86/TST aplica-se apenas à massa falida. Dessa forma, como a Reclamada deixou de recolher o depósito recursal, o recurso ordinário não pode ser conhecido, uma vez deserto.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, acolher a preliminar suscitada em contrarrazões, não conhecer do recurso, por deserção e ausência de sucumbência, e declarar a Recorrente litigante de má-fé, condenando-a ao pagamento de multa de 1% sobre o valor da causa. Tudo nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/4 - 12/3/2012Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1093-57.2011.5.10.0018

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Anézio Rodrigues Monção
Advogado	Klaus Stenius Bezerra Camelo de Melo(OAB: 24897-N/DF)
Recorrente	Servico Federal de Processamento de Dados (Serpro)
Advogado	Nilton da Silva Correia(OAB: 1291-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA. NATUREZA JURÍDICA. PARCELA PAGA SEM CORRESPONDÊNCIA A ATRIBUIÇÕES ESPECIAIS OU EXTRAORDINÁRIAS. O fato de haver o reclamado editado normas e regulamentos empresariais definindo a natureza meramente provisória e variável de determinada parcela não constitui presunção absoluta a esse respeito, devendo ser divisado se na realidade havia o efetivo cumprimento das regras estipuladas pelo empregador. Emergindo dos autos que a gratificação denominada função comissionada técnica - FCT - não estava atrelada à complexidade das atribuições destinadas ao empregado e que estas não se revestiam de caráter

especial ou extraordinário, impõe-se reconhecer a natureza salarial da gratificação percebida. PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 457 DA CLT. REMUNERAÇÃO. CONCEITO. O § 1º do artigo 457 da CLT não manda que determinada rubrica percebida pelo empregado seja calculada, necessariamente, com base em todas as demais parcelas por ele auferidas, mas apenas cuida de conceituar o que compreende a remuneração. Logo, tem-se que o referido dispositivo legal possibilita o reconhecimento de que a função comissionada técnica - FCT - deve compor a remuneração para todos fins, mas não o contrário.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer de ambos os recursos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1097-85.2011.5.10.0021

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Desembargador - ANDRÉ R. P. V. DAMASCENO
Recorrente	Romero Rodrigues dos Santos
Advogado	Marcone Guimarães Vieira(OAB: 9336-N/DF)
Recorrido	Companhia Nacional de Abastecimento Conab
Advogado	Eder Jacoboski Viegas(OAB: 32836-N/DF)

EMENTA: CONAB. PROGRESSÃO E ASCENSÃO FUNCIONAL POR MÉRITO. REQUISITOS. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. Sendo a demandada empresa pública e, como tal, integrante da administração pública, sujeita-se aos princípios primordiais insertos no artigo 37 da Constituição Federal, entre os quais o da legalidade, devendo obediência aos ditames constitucionais, leis e regulamentos que regem as empresas públicas. Logo, não se cogita de direito à progressão e ascensão funcional por mérito de forma automática, mas apenas quando preenchidos os requisitos previstos no PCS e no Regulamento de Pessoal da reclamada, quais sejam: avaliação de desempenho conforme normas específicas a serem editadas pela empresa pública, bem assim a limitação do impacto anual com as promoções por antiguidade e por merecimento, na folha de pagamento da demandada.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, rejeitar a preliminar suscitada, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-1097-15.2011.5.10.0012

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Embargante	Neida Cecilia Irber
Advogado	Marcos Vieira dos Santos(OAB: 24111-N/DF)
Embargado	Banco do Brasil Sa
Advogado	Maria Teresa Barbosa Campelo de Melo(OAB: 31558-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE. Nos termos do art. 535 do CPC, os embargos de declaração têm por objetivo sanar omissão, contradição e/ou obscuridade no julgado. Por omissão, entenda-se a ausência de manifestação acerca de questão relevante para a solução da controvérsia, seja tal ponto alegado pela parte ou a respeito do qual devesse o juiz se pronunciar de ofício. A contradição se dá quando há proposições inconciliáveis no corpo da decisão, seja entre a fundamentação e a conclusão ou entre termos da fundamentação, e não entre o julgado e as provas, ou entre a decisão e a jurisprudência ou doutrina. Já a obscuridade ocorre quando a redação do texto se afigura confusa. Inexistindo no acórdão qualquer dos vícios acima descritos os embargos de declaração somente deverão ser acolhidos no caso de se afigurar oportuno prestar esclarecimentos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e dar-lhes provimento parcial unicamente para prestar esclarecimentos, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1109-02.2011.5.10.0021

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Recorrente	Caixa Economica Federal
Advogado	Elisa Alencar Menezes de Lima(OAB: 35028-N/DF)
Recorrente	Tania Lima Dias Sant'Ana
Advogado	José Eymard Loguércio(OAB: 1441-A/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: BANCÁRIO. ART. 224, § 2º, DA CLT. O § 2º do art. 224 da CLT alberga todos aqueles bancários que, efetivamente, desenvolvem atividades de fiscalização, direção, supervisão, ou seja, aqueles que têm certo poder decisório, ainda que sujeitos a

outro de maior hierarquia. A mera nomenclatura do cargo, por si só, não acarreta o referido enquadramento, mormente em se tratando de instituições financeiras, cuja praxe operacional é de intitular muitas chefias. Por outro lado, todo empregado é portador de confiança do empregador, do contrário, sequer seria contratado. No caso daqueles a que se refere o art. 224, § 2º, esse requisito subjetivo deve ser maior que o relativo aos demais empregados. Não restando comprovado o enquadramento da Autora na hipótese do dispositivo referido, não pode ser a ela aplicada a excepcionalidade referida.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer integralmente do recurso da Reclamante e parcialmente do recurso da Reclamada, não o fazendo quanto ao pedido de compensação entre as horas extras deferidas e a diferença entre os valores pagos pela gratificação relativa à jornada de oito horas e à de seis horas, por ausência de sucumbência e quanto ao pedido sucessivo de exclusão dos períodos em que a Autora teria exercido função gerencial porque inovatório. Rejeita-se a preliminar suscitada pela Reclamada e, no mérito, nega-se provimento ao apelo patronal e dá-se provimento ao recurso obreiro para determinar que seja aplicado o divisor 150 no cálculo das horas extras. Tudo nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/5 - 12/03/12Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-1130-23.2011.5.10.0006

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Embargante	Ctis Tecnologia S.A
Advogado	Marco Aurélio Mansur(OAB: 10808-N/DF)
Embargado	Marcos Aurelio Nogueira Jales (Recurso Adesivo)
Advogado	Diogo Fonseca Santos Kutianski(OAB: 23165-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. ESCLARECIMENTOS. Havendo a necessidade de se prestar esclarecimentos acerca do julgado, de molde a extirpar todas as dúvidas remanescentes, dá-se provimento parcial aos embargos para tal fim.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, dar-lhes parcial provimento, apenas para prestar esclarecimentos, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/6 - 04/04/12Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1151-88.2010.5.10.0020

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Recorrente	Roberto Alcy de Souza Júnior
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)
Recorrido	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb

Advogado	Gabriela Lucas Queiroz Oliveira(OAB: 17013-N/DF)

EMENTA: GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO. LEI DISTRITAL Nº 3.824/2006. DIREITO ADQUIRIDO. Atendidos os requisitos da Lei Distrital nº 3.824/2006 ao tempo de sua vigência, resta consubstanciado o direito adquirido do empregado à percepção de gratificação de titulação, a teor do inciso XXXVI do art. 5º da Constituição e art. 6º da LICC, não obstante o advento da Lei nº 4.426, de 18.11.2009, a qual restringiu a verba aos servidores estatutários da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, para acolher o pedido de incorporação ao vencimento básico do reclamante da gratificação de titulação no percentual de 15%, cujos efeitos financeiros tem como termo a quo a data de ajuizamento da ação, qual seja, 30.8.2010, nos moldes do entendimento majoritário desta eg. 1ª turma, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1163-77.2011.5.10.0017

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Ph Servicos e Administracao Ltda
Advogado	Cindy Toledo Costa Sebba(OAB: 24210-N/DF)
Recorrido	Wanderlon Pereira Pimenta
Advogado	João Evangelista de Oliveira(OAB: 7783-N/DF)

EMENTA: INTERVALOS INTRAJORNADA. CONFISSÃO FICTA. Não obstante a ausência de obrigatoriedade da assinalação do horário de intervalo pelo Reclamante, se o preposto desconhecia os fatos, impositiva a manutenção do entendimento da sentença, que julgou procedente o respectivo pagamento da parcela prevista no art. 71, §4º, da CLT.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso, não o fazendo quanto às horas extras e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/2 - 13/4/12Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1164-04.2011.5.10.0004

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Helvecio dos Santos Sa
Advogado	Amir Pedro de Melo(OAB: 28397-N/DF)
Recorrido	Caixa Economica Federal
Advogado	Osvaldo Caitano de Moraes(OAB: 101854-N/MG)

EMENTA: "CONTRATO DE TRABALHO. VANTAGEM ADICIONAL CONCEDIDA PELO EMPREGADOR.
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. NATUREZA JURÍDICA INDENIZATÓRIA FIXADA EM NORMAS COLETIVAS E SENTENÇA NORMATIVA. INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. Segundo a legislação vigente (CLT, arts. 457 e 458), todos os valores e benefícios concedidos habitualmente ao empregado devem integrar o salário para todos os efeitos. Nada obstante, o auxílio-alimentação concedido para viabilizar a execução sadia do contrato de trabalho - e não como efeito da prestação laboral propriamente dita -, objetiva evitar os riscos de acidentes e mesmo a baixa qualidade da prestação de serviços, razão pela qual deve ser compreendido com conteúdo indenizatório, subsumível à regra do art. 457, § 2º, da CLT c/c a OJ 123 da SDI- I/TST. Não pode, portanto, ser integrado ao salário, sob pena de elevar os custos assumidos pelo empregador, inibindo a concessão futura para outros prestadores, em clara afronta aos arts. 5º da LICC e 8º da CLT. Ao juiz incumbe interpretar a legislação tendo presente os fins sociais tutelados e as exigências do bem comum (LICC, art. 5º), não

sendo adequado prestigiar interesses individuais em detrimento de interesses públicos ou coletivos (CLT, art. 8º).
Recurso conhecido e parcialmente provido, apenas para elidir a prescrição total decretada em relação a parte das pretensões deduzidas." (Processo TRT-RO- 00739-2008-802-10-00-0, Acórdão da 3ª Turma, Desembargador Relator DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES, publicado em 03/03/2009).
Recurso conhecido e desprovido.

DECISÃO: Por tais fundamentos, ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Juiz Relator que acolheu divergência da Desª. Revisora e com ressalvas da Desª. Flávia Falcão. Ementa aprovada.
Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1164-98.2011.5.10.0005

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Marise Sousa Brasileiro
Advogado	Jefferson Lima Roseno(OAB: 27875-N/DF)
Recorrido	Bureau Veritas do Brasil Soc Clas e Certificadora Ltda
Advogado	José Pedro de Castro Barreto(OAB: 16774-N/DF)

EMENTA: PODER DIRETIVO. NULIDADE DA DECISÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRECLUSÃO. Ao julgador é conferida ampla liberdade na direção do processo, cabendo-lhe determinar quais provas serão necessárias à solução da lide (art. 765 da CLT c/c art. 130 do CPC). Ademais, conforme prescreve o art. 795 da CLT, as nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão arguí-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos. Assim, não cumprindo a parte a determinação legal em tempo hábil,
forçoso concluir que, no caso, operou-se a preclusão.

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADMITIDA. ÔNUS DO EMPREGADOR. Numa relação de trabalho, para que haja a configuração do vínculo empregatício, é imprescindível a conjugação dos cinco elementos fático-jurídicos insertos no caput dos artigos 2º e 3º da CLT, quais sejam: trabalho prestado por pessoa física a outrem; pessoalidade do prestador; não eventualidade; onerosidade; subordinação. Admitida a prestação de serviços pelo reclamado, mas negado o vínculo empregatício, em tese é dele o ônus de provar em que condições o trabalho foi prestado de modo que se possa aferir sobre a ausência dos requisitos configuradores do liame laboral, sob pena de reconhecimento da existência de contrato de natureza trabalhista.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso, não conhecer das contrarrazões, rejeitar a preliminar de nulidade de sentença e negar-lhe provimento. Prejudicados os demais tópicos do recurso da reclamante ante a manutenção da sentença quanto à inexistência de vínculo empregatício. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1182-89.2011.5.10.0015

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Revisor	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Recorrente	Caixa Economica Federal
Advogado	Wanessa Rosa Oliveira Mendes(OAB: 22527-N/DF)
Recorrido	Otacilio Crispim da Silva
Advogado	Moacir Akira Yamakawa(OAB: 1937-A/DF)

EMENTA: "CEF. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. SUPRESSÃO. APOSENTADOS. Conforme a Súmula nº 51 do TST, a alteração supressiva de benefício concedido a empregados só pode alcançar aqueles admitidos após a referida supressão porque já incorporado o direito ao contrato de trabalho daqueles. Entendimento contrário implicaria ofensa ao art. 468 da CLT." (Processo TRT 00705 - 2010 - 009 - 10 - 00 - RO - Ac. 01ª Turma - Julgado em 25/05/2011 - Publicado em 03/06/2011 - Rel. Des. Pedro Luís Vincentim Foltran - Rev. Des. André R. P. V. Damasceno).

DECISÃO:

ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

assinado digitalmente

DORIVAL BORGES

Desembargador RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1198-52.2011.5.10.0012

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Servico Federal de Processamento de Dados (Serpro)
Advogado	Nilton da Silva Correia(OAB: 1291-N/DF)
Recorrido	Wilton Martins Caetano

Advogado	Klaus Stenius Bezerra Camelo de Melo(OAB: 24897-N/DF)

EMENTA: SERPRO. FUNÇÃO COMISSIONADA. ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. REDUÇÃO SALARIAL ILÍCITA. ARTIGO 468 DA CLT. Nos termos do artigo 457, §1º, da CLT, integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as gratificações ajustadas pelo empregador. Convencionado pelas partes o pagamento da gratificação de Função Comissionada Técnica FCT, mediante termo de adesão do empregado e, prolongando-se esta no tempo, sem qualquer acréscimo às atividades habitualmente desenvolvidas, reveste-se a parcela de inequívoca natureza salarial. Logo, está sob a proteção do artigo 468 da CLT que veda a redução salarial. Assim ocorrendo em razão da modificação perpetrada pelo empregador na forma de cálculo da gratificação, caracteriza-se a alteração unilateral do contrato de trabalho, impondo-se a correção da base de cálculo para que se restaure a anterior situação remuneratória do empregado.

Recurso parcialmente provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento (v. fls. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para determinar a compensação dos valores pagos ao reclamante a título de reflexos da FCT sobre as demais parcelas salariais, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

assinado digitalmente

DORIVAL BORGES

Desembargador RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-1211-42.2011.5.10.0015

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Embargante	Joao Carlos do Nascimento
Advogado	Leandro Oliveira Alves(OAB: 25014-N/DF)
Embargado	Companhia Nacional de Abastecimento Conab
Advogado	Eder Jacoboski Viegas(OAB: 11532-N/ES)

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE. Nos termos do art. 535 do CPC, os embargos de declaração têm por objetivo sanar omissão, contradição e/ou obscuridade no julgado. Por omissão, entenda-se a ausência de manifestação acerca de questão relevante para a solução da controvérsia, seja tal ponto alegado pela parte ou a respeito do qual devesse o juiz se pronunciar de ofício. A contradição se dá quando há proposições inconciliáveis no corpo da decisão, seja entre a fundamentação e a conclusão ou entre termos da fundamentação, e não entre o julgado e as provas, ou entre a decisão e a jurisprudência ou doutrina. Já a obscuridade ocorre quando a redação do texto se afigura confusa. Especificamente quanto ao prequestionamento, vale destacar que somente há que se falar acerca de tal tema em sede de embargos de declaração se no recurso a matéria a ser prequestionada foi suscitada pela parte. Inexistindo no acórdão qualquer dos vícios acima descritos os embargos de declaração somente deverão ser acolhidos no caso de se afigurar oportuno prestar esclarecimentos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1220-41.2011.5.10.0811

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Enesa Engenharia Ltda.
Advogado	Ricardo Andre Zambo(OAB: 138476-N/SP)
Recorrido	Ronaldo Pinheiro da Silva
Advogado	André Luís Fontanele(OAB: 2910-N/TO)

EMENTA: HORAS IN ITINERE. SÚMULA 90/TST. Demonstrada a presença dos requisitos previstos na Súmula 90 do TST para concessão das horas in itinere, é devido o pagamento da verba.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento. Tudo nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/5 - 16/04/12

Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-1222-16.2011.5.10.0001

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Embargante	União(Ministério da Justiça)
Procurador	Fabiana Cavinatto Salibe Venzel(OAB: 600402-N/DF)
Embargado	Rodrigo de Souza Rodrigues
Advogado	Francisca Aires de Lima Leite(OAB: 2300-N/DF)
Embargado	Singular Solucoes e Servicos Gerais Ltda Epp

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. Nega-se provimento a embargos de declaração quando inexistentes os vícios alegados.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/9 - 4/4/2012

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1229-90.2011.5.10.0006

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Carrefour Comercio e Industria Ltda
Advogado	Roberto Trigueiro Fontes(OAB: 17853-N/DF)
Recorrido	Mauricio Gomes de Lima
Advogado	Cleriston Pereira Sousa(OAB: 32503-N/DF)

EMENTA: 1 - RESCISÃO CONTRATUAL.
MODALIDADE RESCISÓRIA. ÔNUS DE PROVA.
Havendo controvérsia acerca da modalidade rescisória, compete ao empregador o encargo processual alusivo à prova da rescisão contratual por alegada justa causa (art. 333, II, do CPC), cuja insatisfação enseja o acolhimento do pedido de dispensa injustificada deduzido na inicial.

2 - "DANO MORAL. JUSTA CAUSA AFASTADA POR DECISÃO JUDICIAL. Para a configuração do dano moral não basta a simples caracterização da dispensa por justa causa, sendo certo ainda que a circunstância de a penalidade ter sido afastada mediante decisão judicial não autoriza a compreensão de que houve lesão ao patrimônio moral do empregado.
Ausente a demonstração da ocorrência de excessos e desvios cometidos pelo ex- empregador, não há que se cogitar da indenização correspondente." (Acórdão - 1ª Turma - Processo 00154-2010-001-10-00-3 RO - Relator Juiz Convocado Paulo Henrique Blair - Julgado em 15/06/2011 - Publicado em 15/06/2011).

DECISÃO: Por tais fundamentos, ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, por unanimidade aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, por maioria, dar-lhe parcial provimento para excluir a condenação em indenização por danos morais e os honorários advocatícios. Arbitrar à condenação o valor de R$17.000,00 e fixar as custas processuais em R$340,00, a cargo da reclamada. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator que restou parcialmente vencido no tocante ao tema relativo aos 'honorários advocatícios', aspecto no qual prevaleceu a proposta da Desª. Revisora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1271-97.2011.5.10.0020

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Recorrente	Viviane Maria Xavier de Sena
Advogado	Isabela Romina Albernas Diniz Teixeira(OAB: 25112-N/DF)
Recorrido	Carrefour Comercio e Industria Ltda
Advogado	Roberto Trigueiro Fontes(OAB: 17853-A/DF)

EMENTA: HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. Incumbe ao Autor o ônus de provar o horário alegado por ser fato constitutivo do seu direito, em face do caráter extraordinário do labor em sobretempo (CLT, artigo 818 e CPC, artigo 333, I). Tal ônus, contudo, quando não oferecidos os cartões de ponto ou se estes se mostram imprestáveis para apuração da jornada efetivamente cumprida, transfere-se para o empregador, sendo certo que, se dele não se desincumbir, devem prevalecer como verdadeiros os horários declinados na inicial (Súmula nº 338, III, TST). Impende ressaltar que a presunção de veracidade da jornada alegada em face da não apresentação dos comprovantes de frequência é relativa, logo, comporta prova em sentido contrário.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso, não o fazendo quanto ao pedido de horas extras e reflexos no período de 1º/2/2010 a 1º/6/2011 Cargo de Confiança Ônus da Prova (fls. 168 e 169), porque operada a preclusão e, no mérito, negar-lhe provimento. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento)

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/10/6 - 15/03/12Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1287-73.2011.5.10.0821

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Falcao Supermercados Ltda
Advogado	Luiz Tadeu Guardiero de Azevedo(OAB: 116-N/TO)
Recorrente	Pedro Reis Soares
Advogado	Sílvio Cirilo da Silva(OAB: 2507-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. VÍNCULO DE EMPREGO. ADMISSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. ÔNUS PROBATÓRIO. A jurisprudência trabalhista consagrou o entendimento de que ônus de provar a natureza da relação havida entre as partes, quando admitida a prestação de serviços e negado o vínculo de emprego, caberá ao suposto empregador, no termos do art. 333, II, do CPC c/c art. 818 da CLT. Assim, considerando-se que o reclamado não se desvencilhou do ônus probatório que lhe competia, impositivo o reconhecimento do vínculo empregatício entre os litigantes.

DECISÃO:

ACORDAM os Julgadores da Egrégia Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer de ambos os recursos ordinários interpostos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Juiz Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

assinado digitalmente

DORIVAL BORGES

Desembargador RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-1290-60.2011.5.10.0002

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Embargante	União (Câmara dos Deputados)
Procurador	Fabiana Cavinatto Salibe Venzel(OAB: 600402-N/DF)
Embargado	Alexandre Borges Pereira

Advogado	Sérgio Luiz Tomaz(OAB: 32471-N/DF)
Embargado	Visual Locação, Serviço, Construção Civil e Mineração Ltda.

EMENTA: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ? FINALIDADE ? Os embargos de declaração não se prestam para submeter o que foi decidido a um novo exame, como se se tratasse de recurso capaz de modificar a prestação jurisdicional. Visam escoimar a sentença ou o acórdão de defeitos técnicos, tornando?os claros para o exato cumprimento do comando decisório. A parte não pode, a pretexto de obter uma declaração do exato sentido do julgado, valer?se dos embargos para novo pronunciamento jurisdicional, reformando o anterior, nem para prequestionar matéria não discutida, com vistas a recurso à instância superior. A via declaratória é imprópria para impugnar a justiça da decisão. Se houve erro no julgamento, a questão desafia recurso próprio." (VERBETE Nº 12 da e. 1ª Turma/TRT 10 Região).

Recurso desprovido.

DECISÃO:

ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

assinado digitalmente

DORIVAL BORGES

Desembargador RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1294-43.2011.5.10.0020

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Ivanite Pereira dos Santos
Advogado	Jomar Alves Moreno(OAB: 5218-N/DF)
Recorrido	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda
Recorrido	Banco do Brasil Sa
Advogado	Paula Rodrigues da Silva(OAB: 32041-N/DF)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÓRGÃOS E ENTIDADES DE DIREITO PÚBLICO. A Lei de Licitações, inspirada nos princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade, tem por elemento a acuidade da Administração Pública não só nas contratações, mas também na fiscalização dos trabalhos contratados, não havendo que se falar em falta de permissão legal para a citada fiscalização. Assim, restando incontroversa a prestação de serviços pelo autor ao ente público e não demonstrado por este a adoção dos cuidados suficientes no cumprimento das obrigações a ele impostas pela Lei n.º 8.666/93, restará evidenciada a culpa in vigilando, impondo-se, por conseguinte e na forma prevista nos incisos IV, V e VI da Súmula n.º 331 do C. TST, sua responsabilização subsidiária ao pagamento das parcelas deferidas na reclamatória.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso, deixar de conhecer das contrarrazões da segunda reclamada, dar-lhe provimento. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1320-71.2011.5.10.0010

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Recorrente	Condomínio do Edifício Brasilia Shopping
Advogado	Márcio Machado Vieira(OAB: 13458-N/DF)
Recorrido	Ronaldo Florencio dos Santos
Advogado	Hudson Linhares Batista(OAB: 9713-N/DF)

EMENTA: BRIGADISTA. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. Restou comprovado nos autos que o Reclamante era brigadista, cujas atribuições cingiam-se à atuação de primeiros socorros, combate de focos de incêndios, socorro de vítimas, entre outras. Com base nas referidas premissas, forçosa é a conclusão de que se enquadra na hipótese contida na Lei nº 11.901/2009, razão pela qual lhe é devido o adicional de periculosidade nela previsto. Recurso não provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso, não o fazendo quanto aos honorários advocatícios porque lastreados em premissa inovatória; rejeitar a preliminar suscitada e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/2 - 09/03/12Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1326-82.2010.5.10.0020

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Eliane Morato do Amaral
Advogado	Elizabeth Tostes Peixoto(OAB: 7311-N/DF)
Recorrente	Banco do Brasil Sa (Recurso Adesivo)
Advogado	Marlon Rodrigues Barroso(OAB: 7236-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: BANCÁRIO. EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA. APLICAÇÃO DA JORNADA ELASTECIDA DESCRITA NO ART. 224, § 2.º, DA CLT. O mero fato de a parte empregadora qualificar a função exercida pela parte laborista como função de confiança não é suficiente a atrair a jornada especial sustentada em defesa.
Outrossim, o fato de a parte obreira perceber gratificação funcional que atende ao parâmetro mínimo descrito em lei (1/3 dos salários básicos) tampouco faz presumir o exercício de função comissionada. A natureza dos cargos exercidos, mesmo que ante o pagamento do adicional de função, há de ser ainda demonstrada, para que só então se possa entender pelo enquadramento da parte laborista nesta jornada mais extensa.
Destarte, e se da prova dos autos se pode extrair, com segurança, que a parte obreira desenvolveu funções que efetivamente não eram dotadas de fidúcia superior à ordinariamente concedida a obreiros em geral, ou de que ela possuísse atribuições efetivas de chefia ou de direção - mas, ao contrário, a prova colhida vem revelar a natureza puramente técnica das atividades da parte autora - resta concluir pela inaplicabilidade no caso da jornada legal de oito horas ao dia.

DECISÃO: Por tais fundamentos, ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso da reclamante e integralmente do recurso adesivo do reclamado, rejeitar a preliminar de nulidade e a prejudicial de prescrição suscitadas e, no mérito, negar provimento ao recurso do reclamado, e dar parcial provimento ao recurso da Reclamante para a excluir a compensação determinada na r. sentença, bem como para incluir na base de cálculo das horas extras deferidas todas as parcelas salariais especificadas nos contracheques, inclusive gratificação semestral, e ainda os dias de treinamento e de serviço externo (viagem a serviço). Em consequência, na forma da IN 03/TST, arbitrar novo valor à condenação de R$ 30.000,00, fixando as custas, pelo reclamado, no importe de R$600,00, nos termos do voto do Juiz Relator. Ementa aprovada.
Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

PAULO HENRIQUE BLAIR Juiz Relator ConvocadoEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1332-61.2011.5.10.0018

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Servico Federal de Processamento de Dados (Serpro)
Advogado	Nilton da Silva Correia(OAB: 1291-N/DF)
Recorrido	Damiao Ribeiro da Silva
Advogado	Klaus Stenius Bezerra Camelo de Melo(OAB: 24897-N/DF)

EMENTA: SERPRO. FCA FUNÇÃO COMISSIONADA AUXILIAR. NATUREZA. INCORPORAÇÃO. Ostenta natureza salarial a parcela intitulada Função Comissionada Auxiliar, seja porque o próprio Reclamado determinou a incidência reflexa do valor recebido a esse título em outras verbas, seja porque não foi paga excepcionalmente ou sob condições. A habitualidade em que paga a gratificação enseja sua incorporação na remuneração obreira, nos termos do art. 457 da CLT.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso, não o fazendo em relação ao pedido de que a incorporação seja pela média dos percentuais recebidos, por não ter sido objeto de pronunciamento pelo Juízo primário. No mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/2 - 21/03/12

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1334-46.2011.5.10.0013

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Raimundo Nonato de Souza
Advogado	Eric da Silva Andrade Mendes(OAB: 19467-X/DF)
Recorrido	Companhia Nacional de Abastecimento Conab
Advogado	Eder Jacoboski Viegas(OAB: 32836-N/DF)

EMENTA: PROGRESSÃO FUNCIONAL. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. Não demonstrando o empregado o preenchimento de todos os requisitos necessários à progressão funcional pretendida, nos termos do regulamento próprio, não se pode prover o pedido. Além disso, a empresa não está compelida a conceder progressão funcional aos seus empregados quando os próprios termos do Plano de Cargos e Salários condicionam tal benefício à existência de recursos disponíveis e ao resultado da avaliação de desempenho de cada trabalhador.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, rejeitar o pedido, formulado em contrarrazões, de não conhecimento do recurso por ausência de ataque aos fundamentos da sentença, conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1337-37.2011.5.10.0001

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Maria de Fatima Portela
Advogado	José Augusto Santos da Conceição(OAB: 34126-N/DF)
Recorrido	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda
Recorrido	União (Câmara dos Deputados)
Procurador	Douglas Guimarães Fernandes(OAB: 1357-N/DF)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS. TOMADOR DOS SERVIÇOS. SÚMULA 331, ITEM IV e V, DO TST. "SÚMULA/TST 331 - ITEM IV O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial. ITEM V Os entes integrantes da administração pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n. 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada."

DECISÃO: Por tais fundamentos, ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a pena de confissão aplicada à reclamante e, por conseguinte, reformar a sentença para julgar procedentes, em parte, os pedidos formulados nos autos da presente reclamação trabalhista, condenando as reclamadas, sendo a União de forma subsidiária (TST, Súmula nº 331) e tão somente quanto as obrigações de pagar, ao adimplemento das seguintes obrigações, conforme for apurado em regular liquidação de sentença, com aplicação de juros moratórios sobre o principal corrigido: 1) Proceder à entrega das guias do TRCT para levantamento do FGTS, garantida a integralidade dos depósitos fundiários. Omitindo-se a cumprir essa determinação, a Secretaria da Vara deverá expedir alvará para levantamento do FGTS, oficiando à Delegacia Regional do Trabalho para aplicação das penalidades administrativas cabíveis e 2) Pagamento saldo de salário de 16 dias de fevereiro/2011; de décimo terceiro integral de 2010 e proporcional de 2011 (2/12); multa indenizatória do FGTS no percentual de 20%; férias vencidas do período de 2010/2011, correspondente à remuneração acrescida de 1/3; férias proporcionais, correspondente a 2/12 da remuneração acrescida de 1/3 e multa do artigo 477, § 8º, da CLT; tudo nos termos da fundamentação retro e limitados aos valores indicados na inicial. Ficam as reclamadas condenadas ao recolhimento da contribuição

previdenciária nos termos da Súmula nº 368, inciso I, do TST, e fiscal, nos termos da legislação vigente. Fixar custas, pela primeira reclamada, no importe de R$ 70,00, calculadas sobre R$ 3.500,00, valor ora arbitrado à condenação. Após o trânsito em julgado a Secretaria da Vara deverá oficiar à CEF e DRT. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, o qual restou vencido quanto ao percentual da multa indenizatória do FGTS, tópico no qual prevaleceu a divergência da Exma. Des. Flávia Simões Falcão. Ementa aprovada.
Brasília/DF, 18 de abril de 2012(data de julgamento).

DORIVAL BORGES Desembargador Relator

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-1351-55.2010.5.10.0001

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Embargante	União (Ministério da Previdência Social)
Procurador	Priscila Bessa Rodrigues(OAB: 121212 -N/DF)
Embargado	Vivaldina Gomes Damiense de Farias
Advogado	Florisvaldo Teixeira de Souza Filho(OAB: 26839-N/DF)
Embargado	Federal Servicos Gerais Ltda

EMENTA: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ? FINALIDADE ? Os embargos de declaração não se prestam para submeter o que foi decidido a um novo exame, como se se tratasse de recurso capaz de modificar a prestação jurisdicional. Visam escoimar a sentença ou o acórdão de defeitos técnicos, tornando?os claros para o exato cumprimento do comando decisório. A parte não pode, a pretexto de obter uma declaração do exato sentido do julgado, valer?se dos embargos para novo pronunciamento jurisdicional, reformando o anterior, nem para prequestionar matéria não discutida, com vistas a recurso à instância superior. A via declaratória é imprópria para impugnar a justiça da decisão. Se houve erro no julgamento, a questão desafia recurso próprio." (VERBETE Nº 12 da e. 1ª Turma/TRT 10 Região).

Recurso desprovido.

DECISÃO:

ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

assinado digitalmente

DORIVAL BORGES

Desembargador RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1365-51.2011.5.10.0018

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Maria das Gracas de Lucena Costa
Advogado	Deolindo José de Freitas Júnior(OAB: 23399-N/DF)
Recorrido	Federal Servicos Gerais Ltda
Recorrido	Telecomunicacoes Brasileiras Sa Telebras
Advogado	Cirineu Roberto Pedroso(OAB: 33754-N/DF)

EMENTA: CONVERSÃO DE RITO. POSSIBILIDADE. Viável convolar-se o rito de sumaríssimo para ordinário a fim de que a primeira Reclamada seja notificada por edital, quando constatado que se encontra em local incerto e não sabido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento para converter o rito para ordinário e, afastando o arquivamento do feito, determinar o retorno dos autos à Origem a fim de que seja remarcada nova audiência inaugural e que a primeira Reclamada seja notificada por edital. Tudo nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/2 - 3/4/12Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1391-94.2011.5.10.0003

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Servico Federal de Processamento de Dados (Serpro)

Advogado	Nilton da Silva Correia(OAB: 1291-N/DF)
Recorrente	Edison Becker Filho (Recurso Adesivo)
Advogado	Patrícia Eliza Alves Moreira(OAB: 12562-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: SERPRO. FCT FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA. NATUREZA. INCORPORAÇÃO. Ostenta natureza salarial a parcela intitulada Função Comissionada Técnica, seja porque o próprio Reclamado determinou a incidência reflexa do valor recebido a esse título em outras verbas, seja porque não foi paga excepcionalmente ou sob condições. A habitualidade em que paga a gratificação enseja sua incorporação na remuneração obreira, nos termos do art. 457 da CLT.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso do Reclamado e do adesivo do Reclamante. No mérito, negar provimento ao recurso do Reclamado e dar parcial provimento ao do Reclamante para determinar a incorporação da gratificação FCT ao salário do Autor, no percentual de 60% do salário-base, sem reflexos, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/7 - 14/03/12Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1401-45.2010.5.10.0013

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Banco do Brasil Sa
Advogado	Vicente Cardoso de Figueiredo(OAB: 73417-N/RS)
Recorrente	Lucia Moreira Ramalho
Advogado	Marcos Vieira dos Santos(OAB: 24111-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: BANCÁRIO. ART. 224, §2°, DA CLT. CARGO DE CONFIANÇA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Conquanto o art. 224, §2°, da CLT não exija amplos poderes de mando e substituição do empregador, tal como previsto no inciso II do art. 62 consolidado, resta necessária a demonstração de que o empregado desempenhe funções revestidas de maior fidúcia e complexidade pelo empregador, não bastando o mero percebimento de gratificação correspondente a 1/3 do salário ou a simples nomenclatura de cargo de confiança.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente dos recursos e, no mérito, negar provimento ao recurso do reclamado e dar parcial provimento ao recurso da reclamante para determinar que a condenação perdure enquanto permanecer a reclamante na jornada superior a 6 horas diárias e deferir a aplicação do divisor 150 na apuração do salário-hora, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1411-58.2011.5.10.0012

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Maria Paula Machado Caricatti
Advogado	Elizabeth Tostes Peixoto(OAB: 7311-N/DF)
Recorrido	Banco do Brasil Sa
Advogado	Marlon Rodrigues Barroso(OAB: 7236-N/DF)

EMENTA: BANCÁRIO. ART. 224, § 2º, DA CLT. O § 2º do art. 224 da CLT alberga todos aqueles bancários que, efetivamente, desenvolvem atividades de fiscalização, direção, supervisão, ou

seja, aqueles que têm certo poder decisório, ainda que sujeitos a outro de maior hierarquia. A mera nomenclatura do cargo, por si só, não acarreta o referido enquadramento, mormente em se tratando de instituições financeiras, cuja praxe operacional é de intitular muitas chefias. Por outro lado, todo empregado é portador de confiança do empregador, do contrário, sequer seria contratado. No caso daqueles a que se refere o art. 224, § 2º, esse requisito subjetivo deve ser maior que o relativo aos demais empregados. Não restando comprovado o enquadramento da Autora na hipótese do dispositivo referido, não pode ser a ela aplicada a excepcionalidade referida.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento para condenar o Banco ao pagamento das sétima e oitava horas laboradas como extras, de segunda-feira a sexta-feira, como se apurar em liquidação, durante os períodos de 31/1/2006 a 9/1/2009 e 3/11/2010 a 3/7/2011. Para o cálculo das horas extras devem ser observados: a remuneração efetivamente percebida pela Reclamante conforme contracheques dos meses em que as horas extras foram prestadas; a base de cálculo descrita em norma coletiva e, em sua ausência, incluídas todas as parcelas de natureza salarial (Súmula 264 do TST), incluindo-se aí a gratificação semestral (Verbete nº 36, I, desta Corte), devendo ser considerados, para tanto, os dias efetivamente trabalhados (observados os relatórios de ausências); o divisor a ser adotado é o 180; a incidência do Verbete 36 deste Tribunal em todos os seus itens; o adicional legal no percentual de 50%. Por serem habituais, as horas extras ora deferidas devem repercutir em RSR (Súmula 172/TST), incluindo sábados e feriados, férias acrescidas de 1/3, 13ºs salários, licenças-prêmio, dias de treinamento, licenças-saúde e FGTS. Os recolhimentos à PREVI deverão ser efetuados de acordo com o regulamento da entidade.

Declaro, na forma da lei previdenciária, que as parcelas ora deferidas possuem natureza salarial.

Recolhimentos fiscais e previdenciários também na forma da lei.

Invertido o ônus da sucumbência, fica a Reclamada responsável pelo recolhimento das custas processuais, fixadas em R$ 600,00 (seiscentos reais), calculadas sobre R$ 30.000,00 (trinta mil reais), valor arbitrado à condenação.

Tudo na forma do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/5 - 20/03/12Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1413-55.2011.5.10.0003

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Sergio Moreira Galvao
Advogado	Ricardo Côrtes de Oliveira Braga(OAB: 24558-N/DF)
Recorrente	União (Câmara dos Deputados)
Procurador	Priscila Bessa Rodrigues(OAB: 121212 -N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda

EMENTA: "ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. TRANSAÇÃO. VALIDADE. A autonomia dos sindicatos na negociação dos interesses e direitos da categoria representada encontra especial relevo na atual Constituição da República - arts. 8º, incisos I, III e VI, e 7º XXVI -, não havendo como se questionar a validade de

cláusulas de instrumento coletivo, livremente pactuadas, mormente se os representados se beneficiaram de outras vantagens do ajuste entabulado, pressupondo-se a intenção de concessões recíprocas." (RO 2930/2000, Rel.: Juíza Heloisa Pinto Marques, Rev.: Juíza Flávia Simões Falcão, Ac. 2ª T, DJ 9.3.2001).

SÚMULA 331 DO TST. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DE ENTE PÚBLICO. CULPA IN VIGILANDO. A responsabilidade subsidiária da administração pública pelas verbas trabalhistas decorrentes dos contratos firmados com os prestadores de serviço decorre da culpa in vigilando, incidindo "caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora", não decorrendo do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas pela empresa contratada.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso da reclamante, conhecer parcialmente do recurso da segunda reclamada e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1419-62.2011.5.10.0003

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Fabiana Rodrigues da Cruz
Advogado	Sidney Morais Lacerda(OAB: 32194-N/DF)
Recorrente	União (Câmara dos Deputados)
Advogado	Fabiana Cavinatto Salibe Venzel(OAB: 60039-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Visual - Locacao Servico Construcao Civil e Mineracao Ltda.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÓRGÃOS E ENTIDADES DE DIREITO PÚBLICO. A Lei de Licitações, inspirada nos princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade, tem por elemento a acuidade da Administração Pública não só nas contratações, mas também na fiscalização dos trabalhos contratados, não havendo que se falar em falta de permissão legal para a citada fiscalização. Assim, restando evidenciado a culpa in vigilando da tomadora dos serviços, impõe-se a condenação subsidiária desta, nos termos dos itens IV e V da Súmula n.º 331 do C. TST, desde que haja participado da relação processual e conste também no título executivo judicial.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos recursos, sendo o da União de forma parcial e negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-1422-66.2011.5.10.0019

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Embargante	Durval Soares de Sousa
Advogado	José Alfredo do Amaral(OAB: 28581-N/DF)
Embargado	Companhia Nacional de Abastecimento Conab
Advogado	Eder Jacoboski Viegas(OAB: 11532-N/ES)

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE. Nos termos do art. 535 do CPC, os embargos de declaração têm por objetivo sanar omissão, contradição e/ou obscuridade no julgado. Por omissão, entenda-se a ausência de manifestação acerca de questão relevante para a solução da controvérsia, seja tal ponto alegado pela parte ou a respeito do qual devesse o juiz se pronunciar de ofício. A contradição se dá quando há proposições inconciliáveis no corpo da decisão, seja entre a fundamentação e a conclusão ou entre termos da fundamentação, e não entre o julgado e as provas, ou entre a decisão e a jurisprudência ou doutrina. Já a obscuridade ocorre quando a redação do texto se afigura confusa. Especificamente quanto ao prequestionamento, vale destacar que somente há que se falar acerca de tal tema em sede de embargos de declaração se no recurso a matéria a ser prequestionada foi suscitada pela parte. Inexistindo no acórdão qualquer dos vícios acima descritos os embargos de declaração somente deverão ser acolhidos no caso de se afigurar oportuno prestar esclarecimentos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1448-46.2010.5.10.0101

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Top Mall Administradora de Condominios Ltda
Advogado	Marcelo Luiz Ávila de Bessa(OAB: 12330-N/DF)
Recorrente	Wilton Jorge Gomes Silva (Recurso Adesivo)

Advogado	Jomar Alves Moreno(OAB: 5218-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: DANO MORAL. CARACTERIZAÇÃO. DEVER DE INDENIZAR. A Constituição Federal estabelece em seu artigo 5º, inciso X, que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando ao ofendido o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. A nível infraconstitucional, os arts. 186 e 927 do Código Civil, seguindo a garantia constitucional, instituem a obrigação de reparação de danos por atos ilícitos, reparações estas que se fazem pela via indenizatória. Acerca da caracterização do dano, predomina na jurisprudência a corrente que entende tão só pela necessidade de comprovação do nexo causal entre o ato praticado pelo agente e o dano, que, por sua vez, se presume. Assim definido, a imputação de fato-crime a empregado por preposto do reclamado, em ato público, sem o cuidado em preservar a intimidade e a honra do acusado, fato com ampla repercussão no seu âmbito de trabalho, caracteriza-se como conduta ilícita geradora de dano moral e, por consequência, o dever de reparação, o qual se faz pela via indenizatória. Recurso desprovido.

DECISÃO:

ACORDAM os Julgadores da Egrégia Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento (v. fls. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário do reclamado e do recurso adesivo do reclamante e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Juiz Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

PAULO HENRIQUE BLAIR

Juiz Convocado RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1472-43.2011.5.10.0003

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Recorrente	Elisamar da Silva Soares
Advogado	Elizeni Teixeira de Oliveira(OAB: 27799-N/DF)
Recorrido	Pinturas e Reformas Verdes Mares Ltda - Me
Recorrido	Emarki Empreendimentos Imobiliarios Iii S/A - Spe
Advogado	Lycurgo Leite Neto(OAB: 1530-A/DF)

EMENTA: PROVA DOCUMENTAL. PRESUNÇÃO RELATIVA. A prova documental juntada pela Reclamada tem presunção relativa de veracidade, a qual pode ser elidida por prova em contrário. Porém, não logrando a Parte trazer aos autos elementos materiais capazes de infirmar tal presunção, tem-se por verdadeiras as informações registradas nos documentos que instruem os autos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/5Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1474-17.2010.5.10.0013

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Angelo Marcio Santos Rangel e Outros
Advogado	Sidney Morais Lacerda(OAB: 32194-N/DF)
Recorrente	Erivaldo Alves Monteiro
Recorrente	Genival Soares de Oliveira
Recorrente	Raimundo Nonato de Sousa
Advogado	Sidney Morais Lacerda(OAB: 32194-X/DF)
Recorrente	União (Câmara dos Deputados)
Advogado	Fabiana Cavinatto Salibe Venzel(OAB: 60039-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Adservis Multiperfil Ltda
Recorrido	Logpar - Logistica e Participacoes Ltda

EMENTA: "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.
ENTE PÚBLICO. CONFIGURAÇÃO. CULPA "IN VIGILANDO" PELA NÃO OBSERVÂNCIA DO DEVER DE FISCALIZAR O FIEL CUMPRIMENTO DO CONTRATO POR PARTE DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS. AFASTAMENTO DA INCIDÊNCIA DO ART. 71 DA LEI DE LICITAÇÕES POR FORÇA DE INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DOS ARTIGOS 159 DO CCB/1916, 186 E 927, "CAPUT", DO CCB/2002 E 58, III, E 67 DA LEI Nº 8.666/93. Da própria decisão do Excelso STF na Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 16-DF e ainda do acórdão proferido pelo Pleno do TST no julgamento do IUJ nº 297.751-96.2, que deu origem à atual redação da Súmula 331/TST, verifica-se a configuração da responsabilidade subsidiária da Administração Pública tomadora de serviços quando não observado o dever de fiscalizar o efetivo adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da empresa prestadora de serviços, em face da

responsabilidade subjetiva decorrente da culpa "in vigilando", positivada nos artigos 159 do CCB/1916 e 186 e 927, "caput", do CCB/2002 interpretados sistematicamente com os artigos 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/93. (Processo: 01618-2010-002-10-00-5 RO - Acórdão 1ª Turma - Relator: Juiz Convocado João Luis Rocha Sampaio - Julgado em 20/07/2011 e Publicado em 29/07/2011 no DEJT).

2 - JUROS MENSAIS. FAZENDA PÚBLICA.

ARTIGO 1º-F DA LEI N.º 9.494/97.

INAPLICABILIDADE. O Excelso Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do artigo 1º-F, da Lei n.º 9.494/97, em decisão proferida em Recurso Extraordinário n.º 453.740, de 28/2/2007, que fixou os juros de 6% ao ano para as dívidas judiciais da União no que diz respeito aos créditos concedidos aos servidores ou empregados públicos. No entanto, não obstante o cancelamento do Verbete n.º 9 do Pleno deste Egr. Regional, a limitação dos juros de mora a 0,5% ao mês à Fazenda Pública aplica-se somente quando a União for empregadora direta. Nos casos em que atuar como tomadora de serviços, em relação jurídica de terceirização do contrato laboral, responde subsidiariamente por todos os créditos trabalhistas (Súmula n.º 331, IV, do C. TST), sendo-lhe aplicada a taxa de juros disposta na Lei n.º 8.177/91, art. 39, § 3º. Inteligência da Orientação Jurisprudencial n.º 382 da SDI-1 do C. TST. (Processo: 00792-2010-015-10-00-7 RO - Acórdão 1ª Turma - Relator: Desembargador Pedro Luis Vicentin Foltran - Julgado em 27/04/2011 e Publicado em 06/05/2011 no DEJT).

DECISÃO: Por tais fundamentos, ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer integralmente do recurso ordinário dos reclamantes e parcialmente do recurso da União e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Juiz Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

PAULO HENRIQUE BLAIR Juiz Convocado Relator

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1477-38.2011.5.10.0012

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Carlos Gomes
Advogado	Genesco Resende Santiago(OAB: 11746-N/DF)
Recorrido	Companhia Nacional de Abastecimento Conab
Advogado	Eder Jacoboski Viegas(OAB: 32836-N/DF)

EMENTA: "PROGRESSÃO FUNCIONAL. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. Não demonstrando o empregado o preenchimento dos requisitos necessários à progressão funcional pretendida, nos termos do regulamento próprio, não se pode prover o pedido. Além disso, a empresa não está compelida a conceder progressão funcional aos seus empregados quando os próprios termos do Plano de Cargos e Salários condicionam tal benefício à existência de recursos disponíveis e ao resultado da avaliação de desempenho de cada trabalhador." (Desembargador Pedro Luiz Vicentin Foltran).

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, rejeitar a preliminar de não conhecimento arguida em contrarrazões, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/6 - 12/03/12Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1480-75.2011.5.10.0017

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Sonia Maria Ribeiro da Silva
Advogado	Francisca Aires de Lima Leite(OAB: 2300-N/DF)
Recorrido	Brasiliense Laboratorio de Anal e Pesq Clinicas Ltda
Advogado	Marcelo Lindoso Baumann das Neves(OAB: 33079-N/DF)

EMENTA: PORTADOR DE MIOMAS. ATO DISCRIMINATÓRIO. NECESSIDADE DE PROVA. INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. O pleito de indenização por demissão discriminatória necessita de prova convincente no sentido de que a dispensa decorreu do fato de ser a autora portadora de mioma. Não havendo prova da atitude discriminatória do reclamado no ato demissional, impossível a indenização pretendida, até porque se valeu o reclamado do exercício regular do direito potestativo que lhe é inerente.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-1480-14.2011.5.10.0102

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Embargante	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Ect
Advogado	Hebert Barros Bezerra(OAB: 5449-N/MA)
Embargado	Adriano Stephan Monteiro Batista
Advogado	Paula Caroline Reis Mota(OAB: 32739-N/DF)
Embargado	Captar Servico de Mao de Obra Temporaria Ltda
Advogado	Erika Feitosa Benevides(OAB: 18727-N/CE)

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE. Nos termos do art. 535 do CPC, os embargos de declaração têm por objetivo sanar omissão, contradição e/ou obscuridade no julgado. Por omissão, entenda-se a ausência de manifestação acerca de questão relevante para a solução da controvérsia, seja tal ponto alegado pela parte ou a respeito do qual devesse o juiz se pronunciar de ofício. A contradição se dá quando há proposições inconciliáveis no corpo da decisão, seja entre a fundamentação e a conclusão ou entre termos da fundamentação, e não entre o julgado e as provas, ou entre a decisão e a jurisprudência ou doutrina. Já a obscuridade ocorre quando a redação do texto se afigura confusa. Inexistindo no acórdão qualquer dos vícios acima descritos, mas sendo constatada a ocorrência de erro material, o órgão julgador pode fazer uso dos embargos de declaração para corrigir tal equívoco, além de prestar quaisquer esclarecimentos que se verifiquem oportunos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e dar-lhes provimento parcial para prestar esclarecimentos, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-1509-31.2011.5.10.0016

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Embargante	Antonio de Deus da Silva
Advogado	José Carlos de Almeida(OAB: 12409-N/DF)
Embargado	Instituto Candango de Solidariedade Ics
Embargado	Distrito Federal
Procurador	Rosana Alves F. Nunes(OAB: 20951-P/BA)

EMENTA: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ? FINALIDADE ? Os embargos de declaração não se prestam para submeter o que foi decidido a um novo exame, como se se tratasse de recurso capaz de modificar a prestação jurisdicional. Visam escoimar a sentença ou o acórdão de defeitos técnicos, tornando?os claros para o exato cumprimento do comando decisório. A parte não pode, a pretexto de obter uma declaração do exato sentido do julgado, valer?se dos embargos para novo pronunciamento jurisdicional, reformando o anterior, nem para prequestionar matéria não discutida, com vistas a recurso à instância superior. A via declaratória é imprópria para impugnar a justiça da decisão. Se houve erro no julgamento, a questão desafia recurso próprio." (VERBETE Nº 12 da e. 1ª Turma/TRT 10 Região).

DECISÃO:

ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

assinado digitalmente

DORIVAL BORGES

Desembargador RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1523-60.2011.5.10.0001

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Carlos Saraiva Importacao e Comercio Ltda
Advogado	Athanásios Georgios Flessas(OAB: 10955-N/DF)
Recorrido	Henrique Barreto
Advogado	Carlos André Lopes Araújo(OAB: 17510-N/DF)

EMENTA: DANO MORAL. TRANSPORTE DE VALORES. Segundo entendimento majoritário desta Egr. Turma, o transporte de valores é atividade de risco a ser desempenhada por empresa especializada ou por pessoal próprio com a especialização respectiva, na forma da Lei n.º 7.102/83. O transporte de valores pelo empregado que não detém formação para tal constitui ato ilícito que coloca o empregado em situação de risco e provoca abalo emocional, medo e angústia, que autoriza o deferimento de indenização por dano moral. Ressalvas do Relator.

HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. Cabe ao reclamante, ao alegar o cumprimento de horas extras, o encargo probatório, por se tratar de fato constitutivo do seu direito. Se, após coligidas as provas orais e documentais assentes nos autos, restar demonstrado o labor habitual em sobrejornada, sem a devida compensação ou pagamento, imperioso reconhecer o direito do empregado ao recebimento das horas excedentes.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso, deixando de fazê-lo quanto à argumentação recursal relativa à dedução entre as jornadas de trabalho compensadas e registradas nos cartões de ponto e as horas extras eventualmente reconhecidas, em razão da matéria não ter sido enfrentada pelo Juízo a quo, e negar-lhe provimento. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1525-40.2010.5.10.0009

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Recorrente	União (Câmara dos Deputados)
Procurador	Idelfonso Alves Lima Junior(OAB: 60039-N/DF)
Recorrido	Sérgio Ricardo Meireles
Advogado	Sidney Morais Lacerda(OAB: 32194-N/DF)
Recorrido	Adservis Multiperfil Ltda
Recorrido	Adservis Telemarketing e Informatica Ltda.
Recorrido	Adser Servicos Ltda
Recorrido	Logpar - Logistica e Participacoes Ltda

EMENTA: SÚMULA 331 DO TST. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DE ENTE PÚBLICO. Pela edição do Enunciado 331, o TST sedimentou entendimento de que, em caso de não cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa prestadora de mão-de-obra, subsistirá a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, seja ente público ou privado. O escopo de tal verbete é garantir o adimplemento do crédito trabalhista do hipossuficiente, em situações em que inadimplente o real empregador. Em sendo o tomador da mão-de-obra do reclamante ente público, não se eximirá da responsabilidade pelo pagamento dos créditos do obreiro reclamante decorrentes do vínculo de emprego com o prestador de serviços, pois tal responsabilidade decorre da culpa in vigilando e in eligendo.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso voluntário da União e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1532-08.2010.5.10.0017

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Nivardo Nepomuceno Sobrinho
Advogado	Marcos Vieira dos Santos(OAB: 24111-N/DF)
Recorrente	Banco do Brasil Sa
Advogado	Aline Patachi(OAB: 34145-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: BANCÁRIO. ART. 224, §2°, DA CLT. FUNÇÃO DE CONFIANÇA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Conquanto o art. 224, §2°, da CLT não exija amplos poderes de mando e substituição do empregador, tal como previsto no inciso II do art. 62 consolidado, resta necessária a demonstração de que o empregado desempenhe funções revestidas de maior fidúcia e complexidade, não bastando o mero percebimento de gratificação correspondente a 1/3 do salário ou a simples nomenclatura de função de confiança.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente de ambos os recursos, rejeitar a preliminar arguida. No mérito, quanto ao recurso obreiro, dar-lhe parcial provimento para deferir ao autor os reflexos das horas extras

concedidas sobre os repousos semanais remunerados (sábados, domingos e feriados), nos exatos termos do Verbete 36, item II do egr. TRT, bem como para deferir a aplicação do divisor 150; quanto ao recurso patronal, dar-lhe parcial provimento para excluir da condenação a repercussão das horas extras sobre os abonos-assiduidade convertidos em espécie, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Deixa-se de arbitrar novo valor à condenação, visto que o fixado na instância de origem satisfaz, frente à nova situação advinda do presente julgamento. Ementa aprovada.

Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1532-13.2011.5.10.0004

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Geraldo Elcio Machado de Azevedo
Advogado	Marcone Guimarães Vieira(OAB: 9336-N/DF)
Recorrente	Companhia Nacional de Abastecimento Conab
Advogado	Eder Jacoboski Viegas(OAB: 11532-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: PROGRESSÃO FUNCIONAL. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. Não demonstrando o empregado o preenchimento de todos os requisitos necessários à progressão funcional pretendida, nos termos do regulamento próprio, não se pode prover o pedido. Além disso, a empresa não está compelida a conceder progressão funcional aos seus empregados quando os próprios termos do Plano de Cargos e Salários condicionam tal benefício à existência de recursos disponíveis e ao resultado da avaliação de desempenho de cada trabalhador.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, rejeitar o pedido, formulado em contrarrazões do reclamado, de não conhecimento do recurso do autor por ausência de ataque aos fundamentos da sentença, conhecer do recurso do autor, conhecer parcialmente do recurso do reclamado, não o fazendo quanto à argumentação relativa ao reconhecimento da coisa julgada, por ausência de fundamentação, e quanto ao pedido de exclusão dos honorários advocatícios, por ausência de interesse e sucumbência, e dar parcial provimento ao recurso do demandado para afastar a condenação relacionada à concessão de promoções por merecimento e reflexos sobre férias acrescidas de 1/3, décimo terceiro e décimo quarto salários, licença-prêmio, anuênios e FGTS, restando prejudicada, por conseguinte, a análise do recurso ordinário interposto pelo reclamante quanto ao tema limitação de faixa e nível salarial. Inverte-se o ônus da sucumbência. Custas pelo reclamante no importe de R$ 500,00, calculadas sobre R$ 25.000,00, valor atribuído à causa e aproveitado para esta finalidade, dispensadas, ante o deferimento da gratuidade de justiça (fl. 611-v), tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1541-69.2011.5.10.0102

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Recorrente	Adriana de Oliveira da Silva
Advogado	Gustavo Pereira Gomes(OAB: 16549-N/DF)
Recorrido	Instituto Nair Valadares - Inav
Advogado	Iara Sônia de Aquino Neiva(OAB: 10911-N/DF)

EMENTA: ASSÉDIO MORAL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. Para o reconhecimento da existência do assédio moral, é preciso que se verifique, considerada a sua natureza de espécie do gênero "dano moral", o dano, a conduta ilícita e o nexo causal. Não comprovada nos autos a conduta ilícita do Empregador, não há falar em assédio moral ou pagamento de indenização.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/2 - 27/02/12Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1563-79.2011.5.10.0021

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Alberto Campos Simões
Advogado	Jonas Duarte José da Silva(OAB: 6083 -N/DF)
Recorrido	Empresa Brasil de Comunicacao S.A. - Ebc
Advogado	Marco Fridolin Sommer dos Santos(OAB: 27299-N/DF)

EMENTA: "ABONO PACTUADO POR MEIO DE INSTRUMENTO COLETIVO DE TRABALHO ? REAJUSTE ? NATUREZA SALARIAL. O abono, salvo disposição normativa em contrário, ostenta natureza jurídica de antecipação salarial efetuada pelo empregador ao empregado. A lei federal ou qualquer outra fonte formal de Direito do Trabalho, todavia, pode emprestar validamente, por exceção, natureza não salarial ao abono" (TRT 10ª Região, 1ª Turma, RO 1289-2010-021-10-00-0, Rel. Des. André R. P. V. Damasceno, julgado em 23/3/2011, publicado no DEJT em 1/4/2011).

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, rejeitar o pedido, formulado em contrarrazões, de não conhecimento do recurso por ausência de ataque aos fundamentos da sentença, conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1574-11.2011.5.10.0021

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Carlos Cezar Flores Vidotti
Advogado	Ulisses Riedel de Resende(OAB: 968-N/DF)
Recorrido	Conselho Federal de Farmacia
Advogado	Gustavo Beraldo Fabrício(OAB: 10568-N/DF)

EMENTA: ART. 62 DA CLT - CARGO DE CONFIANÇA - PODERES DE MANDO, GESTÃO E REPRESENTATIVIDADE. Não é a simples denominação de "gerente" que autoriza o reconhecimento de exercício de função com grau de fidúcia diferenciado, mas a ocupação pelo trabalhador de cargo hierarquicamente elevado, caracterizado por poderes de mando, de gestão e de representação, onde faz verdadeiramente as vezes do empregador. Demonstrado que o empregado não detinha poderes diretos para contratar, demitir ou punir seus subordinados, por certo não pode ser incluído na exceção prevista no inciso II e parágrafo único do art. 62 da CLT.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1611-71.2011.5.10.0010

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Recorrente	Jaconias Matos de Barros
Advogado	Doralice dos Santos Ferreira(OAB: 20753-N/DF)
Recorrido	Brookfield Centro-Oeste Empreendimentos Imobiliarios S.A.
Advogado	Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-N/SP)

EMENTA: NÃO COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. CONFISSÃO FICTA. Consoante dispõe a Súmula nº. 74 do C. TST, aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor. No entanto, a prova pré-constituída nos autos deve ser levada em conta para confronto com a confissão ficta, que pode, portanto, ser derrogada ante prova em contrário.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial para majorar a condenação da reclamada quanto ao pagamento de diferenças de 13º proporcional e de férias proporcionais (mais um terço) para o equivalente a 2/12. Custas pela reclamada no montante de R$ 44,00, calculadas sobre o novo valor ora arbitrado à condenação. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1632-81.2010.5.10.0010

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Unilever Brasil Ltda.
Advogado	José Edgard da Cunha Bueno Filho(OAB: 32032-N/DF)
Recorrido	Auro Marques de Oliveira
Advogado	João Cândido da Silva(OAB: 3737-N/DF)
Recorrido	Atra Prestadora de Servicos Em Geral Ltda (Em Recuperação Judicial) e Outro
Advogado	Alithéia de Oliveira(OAB: 268762-N/SP)
Recorrido	Gelre Trabalho Temporário S.A. (Em Recuperação Judicial)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial. A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral (SUM-331/TST).
Recurso desprovido.

DECISÃO: Por tais fundamentos, ACORDAM os Julgadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário da 3ª reclamada, rejeitar as preliminares arguidas e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Juiz Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012 (data do julgamento).

PAULO HENRIQUE BLAIR Juiz Relator ConvocadoEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1645-64.2011.5.10.0004

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Aline Miguel da Costa
Advogado	Ricardo Côrtes de Oliveira Braga(OAB: 24558-N/DF)
Recorrente	União (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios)
Procurador	Lygia Maria Avancini(OAB: 600022-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Sublime Servicos Gerais Ltda

EMENTA: "ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. TRANSAÇÃO. VALIDADE. A autonomia dos sindicatos na negociação dos interesses e direitos da categoria representada encontra especial relevo na atual Constituição da República - arts. 8º, incisos I, III e VI, e 7º XXVI -, não havendo como se questionar a validade de cláusulas de instrumento coletivo, livremente pactuadas, mormente se os representados se beneficiaram de outras vantagens do ajuste entabulado, pressupondo-se a intenção de concessões recíprocas." (RO 2930/2000, Rel.: Juíza Heloisa Pinto Marques, Rev.: Juíza Flávia Simões Falcão, Ac. 2ª T, DJ 9.3.2001).

SÚMULA 331 DO TST. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DE ENTE PÚBLICO. CULPA IN VIGILANDO. A responsabilidade subsidiária da administração pública pelas verbas trabalhistas decorrentes dos contratos firmados com os prestadores de serviço decorre da culpa in vigilando, incidindo "caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora", não decorrendo do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas pela empresa contratada.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso da reclamante, conhecer parcialmente do recurso da segunda reclamada e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1648-71.2011.5.10.0019

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Brb Banco de Brasilia Sa
Advogado	Gabriela Victor Tavares Mendes(OAB: 25803-N/DF)

Recorrido	Ricardo de Morais Batista
Advogado	Jorivalma Muniz de Sousa(OAB: 12910-N/DF)
Recorrido	Vipasa-Vigilancia Patrimonial Armada Ltda
Advogado	Carlita Rocha Brito(OAB: 1687-N/DF)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÓRGÃOS E ENTIDADES DE DIREITO PÚBLICO. A Lei de Licitações, inspirada nos princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade, tem por elemento a acuidade da Administração Pública não só nas contratações, mas também na fiscalização dos trabalhos contratados, não havendo que se falar em falta de permissão legal para a citada fiscalização. Assim, restando evidenciado a culpa in vigilando da tomadora dos serviços, impõe?se a condenação subsidiária desta, nos termos da Súmula n.º 331 do C. TST, desde que haja participado da relação processual e conste também no título executivo judicial.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso, negar-lhe provimento. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1668-71.2011.5.10.0016

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Servico de Limpeza Urbana
Advogado	Guizélia Dunice Brito(OAB: 4032-N/DF)
Recorrido	Jose Clovis do Nascimento
Advogado	Paulo Ayrton Campos(OAB: 8521-N/DF)
Recorrido	Sustentare Serviços Ambientais Sa
Advogado	José Edgard da Cunha Bueno Filho(OAB: 32032-N/DF)

EMENTA: SÚMULA 331 DO TST. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DE ENTE PÚBLICO. CULPA IN VIGILANDO. A responsabilidade subsidiária da administração pública pelas verbas trabalhistas decorrentes dos contratos firmados com os prestadores de serviço decorre da culpa in vigilando, incidindo "caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora", não decorrendo do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas pela empresa contratada.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1676-39.2011.5.10.0019

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Wagner dos Santos Teixeira
Advogado	Rodolfo Rodrigues Galvão(OAB: 31246-N/DF)
Recorrido	Centrais Eletricas do Norte do Brasil S/A Eletronorte
Advogado	Ludmila Oliveira Rezio(OAB: 21416-N/DF)

EMENTA: PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. Constatado que a alegada alteração contratual noticiada na petição inicial deu-se há mais de cinco anos a contar da propositura da ação e não sendo o caso de lesão continuada, tem-se que os pleitos decorrentes encontram-se soterrados pela incidência da prescrição quinquenal, nos termos do art. 7º, XXIX, da CF, bem como do Enunciado nº 294/TST.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e negar provimento. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-1684-53.2010.5.10.0018

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Embargante	Arnival de Souza Silva
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)
Embargado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	Agnaldo Nunes da Silva(OAB: 11336-N/DF)

EMENTA: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ? FINALIDADE ? Os embargos de declaração não se prestam para submeter o que foi decidido a um novo exame, como se se tratasse de recurso capaz de modificar a prestação jurisdicional. Visam escoimar a sentença ou o acórdão de defeitos técnicos, tornando?os claros para o exato cumprimento do comando decisório. A parte não pode, a pretexto de obter uma declaração do exato sentido do julgado, valer?se dos

embargos para novo pronunciamento jurisdicional, reformando o anterior, nem para prequestionar matéria não discutida, com vistas a recurso à instância superior. A via declaratória é imprópria para impugnar a justiça da decisão. Se houve erro no julgamento, a questão desafia recurso próprio." (VERBETE Nº 12 da e. 1ª Turma/TRT 10 Região).

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos declaratórios e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

assinado digitalmente

DORIVAL BORGES

Desembargador RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1684-16.2011.5.10.0019

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Habib Sallum
Advogado	Rodolfo Rodrigues Galvão(OAB: 31246 -N/DF)
Recorrido	Centrais Eletricas do Norte do Brasil S/A Eletronorte
Advogado	Ludmila Oliveira Rezio(OAB: 21416-N/DF)

EMENTA: RECURSO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO VÁLIDA. NÃO CONHECIMENTO. Não se conhece de recurso interposto por advogado subscritor sem procuração válida nos autos. Nesses casos, o recurso é tido por inexistente. Inteligência da Súmula 164/TST.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório e não conhecer do recurso por irregularidade de representação, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília-DF, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/9 - 5/4/2012

Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1688-98.2011.5.10.0004

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Ctis Tecnologia S.A
Advogado	Luiz Gonzaga Pereira Neto(OAB: 1088 -N/DF)
Recorrido	Sindicato dos Trabalhadores Em Telecomunicacoes do Df
Advogado	Gustavo Teixeira Ramos(OAB: 17725-N/DF)

EMENTA: DEPÓSITO RECURSAL. GUIA EM CÓPIA INAUTÊNTICA. DESERÇÃO. Não se conhece do recurso quando a guia de recolhimento do depósito recursal encontra-se em cópia inautêntica. A não observância dos pressupostos de admissibilidade, à luz do art. 830 da CLT, inviabiliza a análise do recurso.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária,

à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, para não conhecer do recurso ordinário interposto, porquanto deserto, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1712-35.2011.5.10.0002

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Recorrente	Engerede Engenharia e Representacao Ltda
Advogado	Cleber de Alcântara Chagas(OAB: 104300-N/MG)
Recorrido	Antonio Ferreira Lima
Advogado	Nélida Duarte Barbosa e Silva(OAB: 14888-N/DF)

EMENTA: AVISO PRÉVIO TRABALHADO. DISPENSA DO EMPREGADO. DESCUMPRIMENTO. Conforme disposto no parágrafo único do art. 488 da CLT, é facultado ao empregado trabalhar sem a redução das duas horas diárias, caso em que poderá faltar ao serviço, sem prejuízo do salário integral, por sete dias corridos, na hipótese do inciso II, do artigo 487 da CLT. O ônus de provar que o empregado faltou no curso do aviso prévio ou que, ao trabalhar, contou com a redução da carga horária, pertence ao empregador. A ausência dessa prova dá ensejo ao pagamento da parcela, pois é tido por inválido o aviso prévio que não observa as regras instituídas por lei.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e negar-lhe provimento. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1713-75.2011.5.10.0016

Relator	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Revisor	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Vicente Miguel da Silva
Advogado	Joaquim José Pessoa(OAB: 17693-N/DF)
Recorrido	Sustentare Servicos Ambientais S.A.
Advogado	José Edgard da Cunha Bueno Filho(OAB: 32032-N/DF)

EMENTA: HORAS EXTRAS. AUSÊNCIA DOS CARTÕES DE PONTO NOS AUTOS. A ausência nos autos dos registros de horário estabelece presunção juris tantum de veracidade da jornada declinada na petição inicial, limitada pelo conjunto probatório. Deveras, o ônus da prova quanto à jornada de trabalho é do empregador que possuir mais de 10 empregados, nos termos do § 2º do artigo 74 da CLT, assim do item I da Súmula nº 338 do TST. Recurso parcialmente provido.

DECISÃO: Por tais fundamentos, ACORDAM os Julgadores da Eg. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário do reclamante e, no mérito, dar-lhe provimento para condenar a reclamada a pagar ao reclamante trinta minutos extras diários, de segunda a sexta-feira, e nos sábados, à razão de quatro horas e trinta minutos, nos dias efetivamente trabalhados, no período imprescrito, acrescidos do adicional de cinquenta por cento, assim considerados os excedentes da 8ª diária e 44ª semanal, observado o período de efetivo labor, com reflexos em aviso prévio, férias acrescidas de 1/3, RSR, 13º salário e FGTS acrescido da multa de 40%. Custas pela reclamada no importe de R$ 400,00, calculadas sobre o novo valor ora arbitrado à condenação de R$ 20.000,00. Tudo nos termos do voto do Juiz Relator. Ementa aprovada.
Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

PAULO HENRIQUE BLAIR Juiz Relator ConvocadorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1715-78.2011.5.10.0005

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Eduardo Kohler
Advogado	Marcos Vieira dos Santos(OAB: 24111-N/DF)
Recorrido	Banco do Brasil Sa
Advogado	Marlon Rodrigues Barroso(OAB: 7236-N/DF)

EMENTA: COMPETÊNCIA TERRITORIAL. ART. 651 DA CLT. O art. 651 da CLT estabelece que a competência "é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro". O prosseguimento da ação fora da localidade em que ocorreu a prestação de serviços pode dificultar a produção das provas testemunhal, pericial, documental, além da observância das peculiaridades do ambiente de trabalho. Assim, exigir que a demanda seja ajuizada na circunscrição em que se deu a prestação de serviços não é inviabilizar o acesso ao Judiciário, senão permitir a aproximação do processo à realidade vivenciada pelo empregado, além de ser preservada - ao máximo - a identidade física do juiz.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, não conhecer do documento à fl. 403, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1737-94.2011.5.10.0019

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Engerede Engenharia e Representacao Ltda
Advogado	Cleber de Alcântara Chagas(OAB: 104300-N/MG)
Recorrido	Joao Barros Cabral
Advogado	Nélida Duarte Barbosa e Silva(OAB: 14888-N/DF)

EMENTA: REMUNERAÇÃO PARA FINS RESCISÓRIOS. REAJUSTE SALARIAL DURANTE O AVISO PRÉVIO. QUITAÇÃO. SÚMULA 330 DO TST. A Súmula n.º 330 do TST enuncia que a quitação passada pelo empregado, com assistência sindical tem eficácia liberatória em relação às parcelas e valores consignados no TRCT. Como o período de aviso prévio integra o tempo de serviço do Autor para todos os efeitos legais, havendo reajuste salarial em norma coletiva durante aquele período, o Obreiro faz jus a correção salarial, nos termos da CCT.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso, não o fazendo quanto ao "SALDO DE SALÁRIO" por ausência de fundamentação e "INAPLICABILIDADE DA MULTA DO ART. 477 DA CLT" por inovação à lide; rejeitar a preliminar de nulidade da sentença e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/7 - 12/4/2012Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1844-80.2011.5.10.0006

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Meire Sousa da Silva
Advogado	Euler de Oliveira Alves de Souza Filho(OAB: 29230-N/DF)
Recorrido	Brasil Telecom S/A
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-N/DF)

EMENTA: EQUIPARAÇÃO SALARIAL. REQUISITOS. FATO IMPEDITIVO. PROVA. Preenchidos os requisitos do art. 461 da CLT , verificada a discrepância salarial entre a paradigma e a reclamante e não tendo a reclamada se desincumbido do ônus de comprovar a existência de fato impeditivo, nos termos do Enunciado n°. 6, VII, do c. TST, incorreta a decisão que indeferiu o pagamento das diferenças salariais e os reflexos pleiteados na exordial.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para reconhecer o direito da reclamante à equiparação salarial com a paradigma Rosângela Freitas Teixeira Matos, e condenar a reclamada ao pagamento de diferenças salariais desde 01/7/2009 até o término do contrato de trabalho da autora, devendo ser pagos ainda os reflexos dessas diferenças em férias, 13º salário, horas extras efetivamente pagas, FGTS e DSR's.

As diferenças salariais entre paradigma e paragonada deverão ser aferidas, mês a mês, consoante valores estampados nas fichas financeiras trazidas ao feito.

Inverte-se o ônus de sucumbência.

Custas, pela reclamada, no importe de R$560,00, calculadas sobre R$28.000,00, valor atribuído à causa e aproveitado para essa finalidade.

Juros , correção monetária e recolhimentos fiscais incidem na forma da lei. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1867-26.2011.5.10.0006

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Recorrente	Patricia dos Santos Pereira Me
Advogado	Antônio Vale Leite(OAB: 4741-N/DF)
Recorrido	Elcilene Silva Carneiro
Advogado	Neyla Payenne Cardoso Alvarenga Rosa(OAB: 20358-N/DF)

EMENTA: NULIDADE DE CITAÇÃO. INEXISTÊNCIA. Em face da celeridade processual e simplificação de procedimento, no processo

do trabalho vige o princípio da impessoalidade da citação na fase de conhecimento. Assim, realizada a notificação pela entrega da correspondência no endereço do destinatário, é ônus deste a comprovação acerca da existência de vícios a macular o ato.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, rejeito a preliminar de não conhecimento do recurso arguida em contrarrazões, conhecer do recurso, rejeitar a preliminar de nulidade de citação e negar-lhe provimento. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1925-17.2011.5.10.0010

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	Celma Nunes Franco Osório(OAB: 19499-N/DF)
Recorrido	Charles Jose Ferraz
Advogado	Alexandre Guimarães Peres(OAB: 21720-N/DF)

EMENTA: GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO. REPRISTINAÇÃO. APLICABILIDADE DA LEI DISTRITAL Nº 3.824/2006. Suspensa a eficácia da Lei nº 3.881/2006, volta a vigorar, em face dos efeitos repristinatórios, a Lei originária nº 3.824/2006, sendo devida ao empregado que implementou os pressupostos nela fixados a gratificação de titulação.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, afastando a prejudicial de prescrição arguida, dar-lhe parcial provimento para determinar que a gratificação de titulação seja incorporada ao salário do reclamante a partir de janeiro de 2012, nos termos do voto do Desembargador Relator. Mantém-se o valor da condenação. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

assinado digitalmente

DORIVAL BORGES

Desembargador RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1953-70.2011.5.10.0014

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Lourrana Adrielle Paiva Verissimo Melo
Advogado	Neuma Cristina Matias Fidelis(OAB: 28167-N/DF)
Recorrido	Hospital Santa Lucia S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-X/DF)

EMENTA: DANO MORAL. PROVA. O dano causado ao acervo imaterial do indivíduo, consoante majoritária corrente doutrinária, prescinde de prova, pois este se encontra in re ipsa, o que significa dizer que a dor moral se prova por si mesma. O que se impõe evidenciar é o fato causador do dano. Uma vez não demonstrado o alegado assédio moral praticado contra o reclamante, tem-se por não ocorrida a lesão ao acervo extrapatrimonial do indivíduo. RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO. ÔNUS DA PROVA. Assim como a alegação de justa causa praticada pelo empregado deve ficar robustamente comprovada pelo empregador, tratando-se de rescisão indireta do contrato de trabalho, situação em que o ato faltoso é imputado à parte patronal, deve o obreiro desincumbir-se satisfatoriamente do ônus de comprová-la, a teor do inciso I do artigo 333 do CPC e artigo 818 da CLT. Considerando-se que de tal encargo probatório não se desincumbiu a reclamante, não há falar em reconhecimento da rescisão indireta do seu contrato de trabalho.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, rejeitar a preliminar arguida, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-2166-03.2011.5.10.0006

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Luiz Fernando Alves
Advogado	Régis Cajaty Barbosa Braga(OAB: 11056-N/DF)
Recorrido	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal Metro Df
Advogado	Luís Maurício Lindoso(OAB: 19757-N/DF)

EMENTA: DIREITO ADQUIRIDO. GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO. APLICABILIDADE DA LEI N.° 3.824/2006. Se no período de vigência da Lei n.° 3.824/06, o trabalhador preenchia os requisitos exigidos para o recebimento da gratificação de titulação ali instituído, a derrogação do preceito não é capaz de suprimir o direito subjetivo que exsurge com o advento da lei, sob pena de infringência do art. 5°, XXXVI, da Constituição Federal, que

assegura a imutabilidade e intangibilidade dos direitos incorporados ao patrimônio jurídico dos trabalhadores. Não obstante, tal circunstância não prescinde de que o empregado comprove ser detentor dos requisitos estabelecidos na lei para a aquisição das vantagens nela instituídas. Verificado o não atendimento pelo trabalhador das condições estabelecidas na norma, impõe-se a improcedência do pedido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso, rejeitar a preliminar de nulidade por julgamento extra petita e negar-lhe provimento. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-2271-47.2011.5.10.0016

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Recorrente	Charlessandro de Sousa dos Santos
Advogado	Aldenei de Souza e Silva(OAB: 4041-N/DF)
Recorrido	Sustentare Servicos Ambientais S.A.
Advogado	Michael Lustosa Elvas Roriz de Farias(OAB: 27836-N/DF)

EMENTA: ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. GRAU E BASE DE CÁLCULO. ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. Reveste-se de plena validade a estipulação do grau e da base de cálculo do adicional de insalubridade em acordo coletivo de trabalho, por força do disposto no inciso XXVI do art. 7º da Constituição Federal.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-CauInom-2858-20.2011.5.10.0000

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Embargante	Ivan Oliveira Souto
Embargado	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuaria
Advogado	Nilson Maciel de Lima(OAB: 3617-N/DF)

EMENTA: ERRO MATERIAL. CORREÇÃO. Dá-se parcial provimento aos embargos de declaração opostos para corrigir erro material no julgado, nos termos do parágrafo único do art. 897-A da CLT. Verificando-se, também, a existência de outros erros materiais não identificados pelas partes, pode o julgador, de ofício, nos termos do parágrafo único do mesmo dispositivo, proceder ao respectivo saneamento.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, dar-lhes provimento para corrigir erro material e, nos termos do art. 897-A da CLT, determinar que, tanto na conclusão, como na parte dispositiva do acórdão, onde se lê "Requerido", leia-se "Requerente". Tudo nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/6 - 11/04/12Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AIRO-3118-97.2011.5.10.0000

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Agravante	União (Ministério da Defesa)
Procurador	Fabiana Cavinatto Salibe Venzel(OAB: 600402-N/DF)
Agravante	Luzenir Campos da Silva(Recurso Adesivo)
Advogado	João Emílio Falcão Neto(OAB: 9593-N/DF)
Agravado	Os Mesmos

EMENTA: RECURSO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ALÇADA EXCLUSIVA DO 1º GRAU. NÃO CONHECIMENTO. Nos termos do § 4º do artigo 2º da Lei nº 5.584/70, não se conhece de recurso ordinário quando o valor dado à causa no momento do ajuizamento

da ação for inferior a dois salários mínimos. A Lei 9.957/2000, que instituiu o procedimento sumaríssimo, nada dispõe sobre os processos de alçada exclusiva da primeira instância, prevalecendo, portanto, o disposto na Lei nº 5.584/70. "RECURSO ADESIVO. PERTINÊNCIA NO PROCESSO DO TRABALHO. CORRELAÇÃO DE MATÉRIAS. (Revisão do Enunciado 196) O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 (oito) dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária". (Súmula nº 283 do col. TST).

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), não conhecer do agravo de instrumento interposto pelo reclamante, à míngua de amparo legal, conhecer do agravo interposto pela União e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AIRO-3264-41.2011.5.10.0000

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Agravante	Marcos Pontes Veloso e Outros
Advogado	João Paulo Gonçalves da Silva(OAB: 19442-N/DF)
Agravante	Marcos Pontes Veloso Júnior
Agravante	Camilla Mendes Soares Veloso
Agravante	Mônica Pontes Veloso
Agravante	Produtiva Serviços Ltda.
Agravante	Integra Soluções Ltda.
Agravado	Veronica Martins de Almeida Cavalcante
Advogado	Eduardo Rodrigues Figueiredo(OAB: 21176-N/DF)
Agravado	Premipet Comercio e Distribuicao Ltda
Agravado	Massa Falida de Bsi do Brasil ltda
Agravado	Chantylly Comércio de Roupas Femininas Ltda.- ME

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA POSTULADO PELO EMPREGADOR "DISPENSA DE REALIZAÇÃO DO DEPÓSITO RECURSAL IMPOSSIBILIDADE INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3/93 DO TST. A gratuidade de justiça com base na Lei nº 1.060/50, não isenta o empregador do recolhimento do depósito recursal, em razão de não deter natureza de taxa mas, sim, de garantia do juízo, conforme previsão contida no item I da Instrução Normativa nº 3/93 do TST.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (a fls. retro), aprovar o relatório, conhecer do agravo de instrumento e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-3500-17.2007.5.10.0005

Processo Nº AP-35/2007-005-10-00.0

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Agravante	Fundacao Banco Central de Previdencia Privada-Centrus
Advogado	Diego da Silva Vencato(OAB: 14798-N/DF)
Agravado	Alberto de Medeiros
Advogado	Tyago Pereira Barbosa(OAB: 18206-N/DF)
Agravado	Banco Central do Brasil
Advogado	Fernando José Sakayo de Oliveira(OAB: 20068-N/DF)

EMENTA: COISA JULGADA. EXCESSO DE EXECUÇÃO NÃO CONFIGURADO. O instituto da coisa julgada torna imutável e indiscutível a sentença, sendo vedada nova apreciação de questões já decididas, nos termos do art. 471 do CPC. Transitando em julgado a sentença do processo de conhecimento não podem seus termos serem "rescindidos" pelo Juízo de execução, pois o processo, como estrutura científica, é um complexo de atos que devem ser exercidos de forma tempestiva e ordenada. Assim, verificado, no caso concreto, foi observado em sede de execução os estritos limites da coisa julgada, incólume a decisão do juízo ad quo.

JUROS MENSAIS. FAZENDA PÚBLICA. ARTIGO 1º-F DA LEI N.º 9.494/97. INAPLICABILIDADE. O Excelso Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do artigo 1º-F, da Lei n.º 9.494/97, em decisão proferida em Recurso Extraordinário n.º 453.740, de 28/2/2007, que fixou os juros de 6% ao ano para as dívidas judiciais da União, no que diz respeito aos créditos concedidos aos servidores ou empregados públicos. No entanto, não obstante o cancelamento do Verbete n.º 9 do Pleno deste Egr. Regional, a limitação dos juros de mora a 0,5% ao mês à Fazenda Pública aplica-se somente quando esta for empregadora direta. Nos casos em que a condenação decorrer de responsabilidade solidária ou subsidiária, deve ser aplicada a taxa de juros disposta na Lei n.º 8.177/91, art. 39, § 3º.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-AP-8200-64.2006.5.10.0007

Processo Nº ED-AP-82/2006-007-10-00.6

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Embargante	Distrito Federal
Advogado	Rosana Alves Figueiras Nunes(OAB: 20951-N/DF)
Embargado	Alessandro Barbosa Casado e outros
Advogado	Jonas Duarte José da Silva(OAB: 6083 -N/DF)
Embargado	Gávea Empresa de Vigilância e Segurança Ltda
Advogado	Mozart Camapum Barroso(OAB: 9978-N/DF)
Embargado	Alessandro Barbosa Casado
Advogado	Jonas Duarte José da Silva(OAB: 6083 -N/DF)
Embargado	Otavio Alves Neto
Embargado	Cleria Alves Cavalcanti

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE. Nos termos do art. 535 do CPC, os embargos de declaração têm por objetivo sanar omissão, contradição e/ou obscuridade no julgado. Por omissão, entenda-se a ausência de manifestação acerca de questão relevante para a solução da controvérsia, seja tal ponto alegado pela parte ou a respeito do qual devesse o juiz se pronunciar de ofício. A contradição se dá quando há proposições inconciliáveis no corpo da decisão, seja entre a fundamentação e a conclusão ou entre termos da fundamentação, e não entre o julgado e as provas, ou entre a decisão e a jurisprudência ou doutrina. Já a obscuridade ocorre quando a redação do texto se afigura confusa. Especificamente quanto ao prequestionamento, vale destacar que somente há que se falar acerca de tal tema em sede de embargos de declaração se no recurso a matéria a ser prequestionada foi suscitada pela parte. Inexistindo no acórdão qualquer dos vícios acima descritos os embargos de declaração somente deverão ser acolhidos no caso de se afigurar oportuno prestar esclarecimentos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração do Distrito Federal e dar-lhes parcial provimento para prestar esclarecimentos. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-12800-68.1991.5.10.0003

Processo Nº AP-128/1991-003-10-00.4

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Agravante	União (Sucessora da CAEEB)
Procurador	Ana Carolina Fernandes de Mendonça(OAB: 1360-N/DF)
Agravado	Eva Conceicao Neves de Oliveira
Advogado	Sérgio Luiz dos Santos(OAB: 8328-N/DF)

EMENTA: "OJ-TP-7 JUROS DE MORA. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA.

I - Nas condenações impostas à Fazenda Pública, incidem juros de mora segundo os seguintes critérios:

a) 1% (um por cento) ao mês, até agosto de 2001, nos termos do § 1º do art. 39 da Lei n.º 8.177, de 1.03.1991;

b) 0,5% (meio por cento) ao mês, de setembro de 2001 a junho de 2009, con-forme determina o art. 1º - F da Lei nº 9.494, de 10.09.1997, introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.08.2001;

II - A partir de 30 de junho de 2009, atualizam-se os débitos trabalhistas da Fa-zenda Pública, mediante a incidência dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, por força do art. 5º da Lei n.º 11.960, de 29.06.2009.

III - A adequação do montante da condenação deve observar essa limitação legal, ainda que em sede de precatório."

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer parcialmente do agravo, não o fazendo quanto à tese relativa à responsabilidade subsidiária, por ausência de interesse, e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para determinar que no cálculo de liquidação do julgado sejam observados os parâmetros discriminados na OJ nº 7 do Tribunal Pleno do TST, no que tange aos juros de mora relativos ao período de setembro de 2001 a junho de 2009. Tudo nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

DECISÃO:

ACORDAM os Julgadores da Egrégia Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do agravo de petição, rejeitar a preliminar de incompetência em razão da matéria e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 25 de abril de 2012(data de julgamento).

assinado digitalmente

DORIVAL BORGES

Desembargador RelatorEm, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

FSF/4 - 13/3/2012Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-15400-64.2007.5.10.0015

Processo Nº AP-154/2007-015-10-00.0

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Revisor	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Agravante	Direcao Sociedade Educacional Ltda
Advogado	Valério Alvarenga Monteiro de Castro(OAB: 13398-N/DF)
Agravado	Ildeni Araujo Soares
Advogado	Rafael Alexandre Valadão(OAB: 30232-N/DF)
Agravado	Centro de Ensino Minas Gerais Sc Ltda
Advogado	José Pio de Abreu(OAB: 1242-N/DF)
Agravado	Jose Pio de Abreu
Agravado	Maria Angela Pereira de Abreu
Agravado	Luis de Araujo Borges e Outros
Advogado	Valério Alvarenga Monteiro de Castro(OAB: 13398-N/DF)

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ART. 50 DO CC. ART. 28 DO CDC. A desconsideração da personalidade jurídica encontra sede não apenas no art. 50 do CC, incidente nas hipóteses de utilização abusiva e fraudulenta do ente jurídico, mas também no art. 28 do CDC, aplicável sempre que a personalidade jurídica se traduzir em obstáculo à satisfação dos créditos do hipossuficiente.

Acórdão

Processo Nº AP-34600-48.2007.5.10.0018

Processo Nº AP-346/2007-018-10-00.6

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Agravante	Distrito Federal
Procurador	Adriano da Silva Araujo(OAB: 32843-N/DF)
Agravado	Edivaldo Rodrigues Neto e Outros
Advogado	Djalma Nogueira dos Santos Filho(OAB: 4604-N/DF)
Agravado	Edier de Jesus Nogueira
Agravado	Edson Nascimento Silva
Agravado	Egberto Berlim Amorim dos Santos
Agravado	Elaine Maria Ayres Lazzarotti Dantas
Agravado	Eliana Maria de Jesus
Agravado	Eline de Andrade Borges
Agravado	Eni Alves Teixeira Amorim
Agravado	Edivaldo Rodrigues Neto
Agravado	Ery Rego
Agravado	Instituto Candango de Solidariedade

EMENTA: "TÍTULO EXECUTIVO. INEXIGIBILIDADE. CLT, ART. 884, § 5º. CPC, ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO. São inconstitucionais o § 5º, do art. 884 da CLT, e parágrafo único, do art. 741, do CPC, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24/08/2001, que nas respectivas frações finais consideram inexigível o título judicial, cujo conteúdo ostenta desconformidade interpretativa com a Constituição Federal, segundo o Supremo Tribunal Federal."(Verbete n.º 8/2004 do Pleno do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região).

"RESPONSABILIDADE PELOS CRÉDITOS TRABALHISTAS. SÓCIOS DO DEVEDOR PRINCIPAL. RESPONSÁVEL SUBSIDIÁRIO. ORDEM DE EXECUÇÃO. O direcionamento da execução contra o tomador de serviços em razão da responsabilidade subsidiária reconhecida, somente deve ocorrer após as tentativas frustradas de se promover a execução contra o devedor principal, seus sócios e administradores, em razão da desconsideração da sua personalidade jurídica." (Verbete n.º 37/2008 do TRT da 10ª Região).

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório conhecer do recurso e negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-AP-56500-57.2006.5.10.0007

Processo Nº ED-AP-565/2006-007-10-85.3

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Embargante	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	Agnaldo Nunes da Silva(OAB: 11336-N/DF)
Embargado	Edvalcio Rodrigues dos Santos
Advogado	Luciana Martins Barbosa(OAB: 12453-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. Não prosperam os embargos declaratórios opostos que visam rever o decidido, atacando o julgado em seu próprio conteúdo.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/2/1 - 11/4/12

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-75900-69.2006.5.10.0003

Processo Nº AP-759/2006-003-10-00.0

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Agravante	Caixa Economica Federal
Advogado	Patrícia Apolinário de Almeida(OAB: 30839-N/DF)
Agravado	Monica Aparecida Batista
Advogado	Hércules Fajoses(OAB: 17950-N/DF)

EMENTA: CÁLCULOS LIQUIDATÓRIOS. COMANDO DECISÓRIO. COISA JULGADA. "A sentença liquidanda deverá ser fielmente executada, sem nenhuma ampliação ou restrição do que nela estiver disposto" (§1º do art. 879 da CLT), sob pena de afronta à coisa julgada (inciso XXXVI do art. 5º da CF).

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-88300-38.2008.5.10.0006

Processo Nº AP-883/2008-006-10-00.7

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Agravante	Fundacao Jardim Zoologico de Brasilia
Procurador	Gisele de Britto(OAB: 1430-N/DF)
Agravado	Adriana Elias Abdon e Outros
Advogado	Djalma Nogueira dos Santos Filho(OAB: 4604-X/DF)
Agravado	Ruyter Roriz
Agravado	Valmir Lopes de Oliveira
Agravado	Fernando Cesar Guimaraes Costa
Agravado	Jose Barros
Agravado	Wanderson Farias Ramos
Agravado	Marcos Paulo Ferreira Magalhaes Silva
Agravado	Instituto Candango de Solidariedade
Agravado	Adilson de Queiroz Campos
Agravado	Jose Vital de Araujo Fagundes
Agravado	Lazaro Severo Rocha
Agravado	Ronan Batista de Souza

EMENTA: "RESPONSABILIDADE PELOS CRÉDITOS TRABALHISTAS. SÓCIOS DO DEVEDOR PRINCIPAL. RESPONSÁVEL SUBSIDIÁRIO. ORDEM DE EXECUÇÃO. O direcionamento da execução contra o tomador de serviços em razão da responsabilidade subsidiária reconhecida, somente deve ocorrer após as tentativas frustradas de se promover a execução contra o devedor principal, seus sócios e administradores, em razão da desconsideração da sua personalidade jurídica." (Verbete n.º 37/2008 do TRT da 10ª Região). Caso, entretanto, seja comprovada a falta de patrimônio da primeira executada e/ou de seus representantes legais, a execução deve ser direcionada contra o responsável subsidiário (tomador de serviços) a fim de assegurar-se a efetividade da prestação jurisdicional.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento (ver fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e negar-lhe provimento. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-99600-73.2008.5.10.0013

Processo Nº AP-996/2008-013-10-00.0

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Agravante	Banco do Brasil Sa
Advogado	Vicente Cardoso de Figueiredo(OAB: 73417-N/RS)
Agravado	Angelo Roberto Tostes Salles
Advogado	Maria de Fátima Mendonça dos Santos(OAB: 17153-N/DF)

EMENTA: CÁLCULOS JUDICIAIS. INCORREÇÃO. AFRONTA À RES JUDICATA. A coisa julgada é a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário (art. 467 do CPC). Por tal razão, acolher a pretensão de exclusão dos dias não trabalhados pelo autor constitui violação aos termos da res judicata (art. 5º, XXXVI da CF).

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-117500-24.2007.5.10.0007

Processo Nº AP-1175/2007-007-10-00.9

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Agravante	Radiobras Empresa Brasileira de Comunicacao S/A
Advogado	Marco Fridolin Sommer dos Santos(OAB: 27239-N/RS)
Agravado	Jorge Luiz dos Reis Brum
Advogado	Ana Lúcia Amaral Queiróz(OAB: 15247 -N/DF)

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO DESFUNDAMENTADO. NÃO CONHECIMENTO. Constitui pressuposto de admissibilidade recursal a sua fundamentação adequada, devendo o agravante demonstrar o desacerto da decisão agravada com a impugnação aos fundamentos ali expedidos. A inexistência de ataque direto aos fundamentos decisórios enseja o não- conhecimento do recurso, por desfundamentado, a teor do inciso II do art. 514 do CPC. Inteligência e aplicabilidade do Verbete de Jurisprudência nº 4 da egr. 1ª Turma.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, não conhecer do recurso por ausência de ataque aos fundamentos do julgado, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-119000-33.1990.5.10.0004

Processo Nº AP-1190/1990-004-10-00.9

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Revisor	Juiz - PAULO HENRIQUE BLAIR
Agravante	Distrito Federal

Advogado	Thiago Campos Pereira(OAB: 26502-N/DF)
Agravado	Joao Nunes do Amaral
Advogado	Carlúcio Campos Rodrigues Coelho(OAB: 7480-N/DF)

EMENTA: DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - IRRECORRIBILIDADE. Verificado que a decisão agravada tem caráter nitidamente interlocutório, não é cabível pela via eleita, a sua reforma em face do princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias (Súmula 214 do col. TST).

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, não conhecer do agravo de petição interposto por incabível e intempestivo, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-121100-95.2009.5.10.0811

Processo Nº AP-1211/2009-811-10-00.0

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Agravante	Supertrafo S/A Ind. Com. de Transformadores
Advogado	Ivair Martins dos Santos Diniz(OAB: 105-B/TO)
Agravado	Ronailton Saraiva da Silva
Advogado	Mary Ellen Oliveti(OAB: 2387-B/TO)

EMENTA: CITAÇÃO POR EDITAL. VALIDADE. ART. 232, II, DO CPC. É válida no rito ordinário a notificação citatória por edital quando ignorado o lugar em que se encontra o réu, nos termos do art. 232-II, do CPC. Por outro lado, não pode a parte arguir nulidade a que ela mesma deu causa, conforme disposto no art. 796, "b", da CLT. Assim, demonstrado nos autos que a Ré se esquivou do recebimento das intimações, não lhe é dado em fase de execução arguir nulidade de citação.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso, exceto quanto às alegações alusivas à avaliação inadequada dos bens penhorados, à incorreção nos cálculos de liquidação da sentença e à ocorrência de sucessão trabalhista, dado que tais questões não foram enfrentadas na sentença. No mérito, nega-se provimento ao recurso.

Tudo nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/5 - 16/03/12Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-145700-85.2009.5.10.0002

Processo Nº AP-1457/2009-002-10-00.6

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Agravante	Caixa Economica Federal
Advogado	Iran Neves Brito Junior(OAB: 15856-N/DF)
Agravado	Amanda da Silva Pereira
Advogado	Osnir Ostwald(OAB: 10590-N/DF)
Agravado	Massa Falida de Montana Solucoes Corporativas Ltda

EMENTA: RECURSO. REPRESENTAÇÃO IRREGULAR. Não se conhece de recurso, por irregularidade de representação, se o advogado subscritor do apelo não detém poderes nos autos.

DECISÃO:

ACORDAM os DESEMBARGADORES da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho, em sessão e conforme o contido na

respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório e não conhecer do recurso por irregularidade de representação, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/5 - 26/03/12

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº EDED-RO-197800-20.2009.5.10.0001

Processo Nº EDED-RO-1978/2009-001-10-00.7

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Embargante	Ruth Rodrigues
Advogado	Rogério Avelar(OAB: 4337-N/DF)
Embargado	Bv Financeira Sa Credito Financiamento e Investimento
Advogado	José Edgard da Cunha Bueno Filho(OAB: 32032-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. Nega-se provimento aos embargos declaratórios quando inexistentes os vícios apontados.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos declaratórios e, no mérito, negar-lhes provimento, tudo nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/5 - 12/04/12Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-216600-93.2009.5.10.0002

Processo Nº AP-2166/2009-002-10-00.5

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Agravante	Maria Teresa de Castro Alves Neves
Advogado	Emerson Barbosa Maciel(OAB: 12318-N/DF)
Agravado	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Roberta Thaiane Torres de Abreu Moreira(OAB: 1229-N/DF)
Agravado	Leo Lynce Roriz de Araujo
Agravado	Maria Tereza Cavalcanti

EMENTA: EMBARGOS DE TERCEIRO. PROVA DE PROPRIEDADE IMÓVEL. REGISTRO. COMPROVAÇÃO DE BOA-FÉ. SÚMULA 84 DO STJ. POSSIBILIDADE. "A regra geral estabelecida pelo art. 1.245, § 1º, do Código Civil, no sentido de que a transmissão da propriedade imóvel somente se aperfeiçoa com o registro imobiliário do título translativo poderá ser mitigada com esteio na Súmula 84 do Superior Tribunal de Justiça, desde que o terceiro embargante comprove ser detentor de justo título e possuidor de boa-fé, situação que permitirá o reconhecimento de uma realidade social inequívoca, ainda que não formalizada." (Desembargador André Damasceno, Relator do AP-0000892-83.2011.5.10.0012, 1ª Turma)

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/9 - 29/03/2011Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-223500-19.1991.5.10.0004

Processo Nº AP-2235/1991-004-10-00.3

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Revisor	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Agravante	Antonio Helton Rodrigues da Silva
Advogado	João Américo Pinheiro Martins(OAB: 10434-N/DF)
Agravado	Cima Comercio e Industria de Madeiras Ltda
Agravado	Euler Teixeira
Agravado	Claudio Moura de Oliveira Lima

EMENTA: PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. EXECUÇÃO. No caso de obstaculização da execução por responsabilidade do Exequente, há que se considerar a prescrição do direito de exigir a dívida, já que não decorreu da inércia ou omissão do órgão jurisdicional. Caso assim não fosse, estar-se-ia perpetuando o processo executório, em completa distância à segurança e estabilidade das relações jurídicas.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egr. 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária e conforme o contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do agravo, rejeitar a preliminar de nulidade da sentença e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília, sala de sessões (data do julgamento).

FSF/7 - 08/03/12Em, 27 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Certidão

SECRETARIA DA 1ª TURMA

CERTIDÃO DE JULGAMENTO DA 1ª TURMA

PROCESSO	RO - 1107-2011-015-10-00-0	
Origem	15ª VARA DE BRASÍLIA/DF	
Juiz Presidente	MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES	
Juiz Relator	PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN	
Juízes Presentes	FLÁVIA SIMÕES FALCÃO	NORMAL
	DORIVAL BORGES DE SOUZA	NORMAL
Juízes Ausentes	RICARDO ALENCAR	FERIAS

Procurador	HILDA LEOPOLDINA P. BARRETO FURTADO
Recorrente	Tanira D Arc Pires da Silva
Advogado	Judson de Araújo Gurgel
Recorrido	Cardoso Conservacao e Limpeza Ltda Me
Advogado	Luís Guilherme Queiroz Vivacqua

Lorena Ramalho Henriques

Secretário(a) de Turma

Certifico que, na sessão realizada nesta data, decidiu a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região após a representante do MPT opinar pelo prosseguimento do
recurso, por unanimidade aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos, nos termos do art.
895, IV, da CLT. Tudo nos termos do voto do Des. Relator.
Certifico e dou fé.

Sala de Sessões, 25 de Abril de 2012

SECRETARIA DA 1ª TURMA

CERTIDÃO DE JULGAMENTO DA 1ª TURMA

PROCESSO	RO - 1872-2011-003-10-00-0
Origem	03ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Juiz Presidente	MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Juiz Relator	MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Juízes Presentes	FLÁVIA SIMÕES FALCÃO NORMAL
	PEDRO LUIS VICENTIN NORMAL
	DORIVAL BORGES DE SOUZA NORMAL
Juízes Ausentes	RICARDO ALENCAR FERIAS
Procurador	HILDA LEOPOLDINA P. BARRETO FURTADO
Recorrente	Warley Francisco de Freitas
Advogado	Geraldo Marcone Pereira
Recorrido	Contax S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel
Recorrido	Telemar Norte Leste S/A
Advogado	José Alberto Couto Maciel
Recorrido	Brasil Telecom S.A
Advogado	José Alberto Couto Maciel

Lorena Ramalho Henriques

Secretário(a) de Turma

Certifico que, na sessão realizada nesta data, decidiu a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região após a representante do MPT opinar pelo prosseguimento do
recurso, por unanimidade conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a sentença originária por seus próprios fundamentos. Ressalvas do Des. Pedro
Foltran.
Não participou deste julgamento a Desª. Flávia Simões Falcão em razão de impedimento.
Certifico e dou fé.

Sala de Sessões, 25 de Abril de 2012

SECRETARIA DA 1ª TURMA

CERTIDÃO DE JULGAMENTO DA 1ª TURMA

PROCESSO	RO - 0814-2011-010-10-00-8	
Origem	10ª VARA DE BRASÍLIA/DF	
Juiz Presidente	MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES	
Juiz Relator	MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES	
Juízes Presentes	FLÁVIA SIMÕES FALCÃO	NORMAL
	PEDRO LUIS VICENTIN	NORMAL
	DORIVAL BORGES DE SOUZA	NORMAL
Juízes Ausentes	RICARDO ALENCAR	FERIAS
Procurador	ENÉAS TORRES	
Recorrente	Picolli Telecomunicacoes Comercio e Prestacao	
Advogado	Olivia Danielle Mendes de Oliveira	
Recorrido	Euverlani dos Santos Araujo	
Advogado	Antônio Rildo Pereira Siriano	

Lorena Ramalho Henriques

Secretário(a) de Turma

Certifico que, na sessão realizada nesta data, decidiu a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região após o representante do MPT opinar pelo prosseguimento do
recurso, por unanimidade aprovar o relatório, conhecer do recurso, rejeitar as preliminares suscitadas, deixar de conhecer as contrarrazões obreiras de fls. 146/148, e, no
mérito, negar-lhe provimento ao apelo, mantendo a sentença originária por seus próprios fundamentos. Nos termos do voto da Desª. Relatora. Ementa aprovada.
Certifico e dou fé.

Sala de Sessões, 27 de Abril de 2012

Despacho

Despacho

Processo Nº EDED-RO-39-98.2011.5.10.0004

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Embargante	Associacao Brasileira de Educacao e Cultura -Abec
Advogado	Carlos José Elias Júnior(OAB: 10424-N/DF)
Embargado	Katia Rezende Lima

Advogado	Gilvânia Teles de Araújo Alves(OAB: 22666-N/DF)

Considerando o teor infringentes dos embargos declaratórios opostos pela reclamada, concedo o prazo de 10 (dez) dias, para manifestação facultativa da parte contrária.

Publique-se.

À Secretaria da egr. 1ª Turma para providências.

Brasília, 30 de abril de 2012.

MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES

Desembargadora Federal do Trabalho

Relatora

MRMG/j

Despacho

Processo Nº ED-RO-417-06.2011.5.10.0020

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Embargante	Brb Banco de Brasilia Sa
Advogado	Braulio Henrique Lacerda da Natividade(OAB: 31715-N/DF)
Embargado	Guilherme Alves Mendes
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva(OAB: 11776-N/DF)

Considerando-se a pretensão do embargante, consistente na adoção de efeito modificativo ao julgado, bem como a Orientação Jurisprudencial nº 142 da Eg. SDI do C. TST, concedo ao reclamante, o prazo de 5 (cinco) dias para, querendo, manifestarem-se sobre os embargos interpostos às fls. 421/423.

Intime-se.

Decorrido o prazo ou apresentada a manifestação, voltem-me conclusos.

Brasília/DF, 02 de maio de 2012.

DORIVAL BORGES

Desembargador Relator

Despacho

Processo Nº ED-RO-584-68.2011.5.10.0102

Relator	Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Embargante	Elevadores Otis Ltda.
Advogado	Alexandre Strohmeyer Gomes(OAB: 8535-N/DF)
Embargado	Sebastiao Evangelista dos Santos
Advogado	Hernane Galli Costacurta(OAB: 17128-N/DF)
Embargado	Jak Servicos Em Aco Inox Ltda Me

Considerando-se o pedido de concessão de efeito modificativo ao julgado embargado, concedo ao Reclamante e à primeira Reclamada o prazo de cinco dias para manifestação sobre os embargos declaratórios opostos pela segunda Ré às fls. 155/156.

Publique-se.

Brasília, 30 de abril de 2012.

Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Relatora

FSF/4 - 27/4/2012

Despacho

Processo Nº ED-RO-868-49.2011.5.10.0014

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Embargante	Servico Federal de Processamento de Dados (Serpro)
Advogado	Nilton da Silva Correia(OAB: 1291-N/DF)
Embargado	Bruno Assunes Oliveira
Advogado	Ulisses Riedel de Resende(OAB: 968-N/DF)

Considerando o teor infringentes dos embargos declaratórios opostos pela reclamada, concedo o prazo de 10 (dez) dias, para manifestação facultativa da parte contrária.

Publique-se.

À Secretaria da egr. 1ª Turma para providências.

Brasília, 30 de abril de 2012.

MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES

Desembargadora Federal do Trabalho

Relatora

MRMG/j

Despacho

Processo Nº ED-RO-921-48.2011.5.10.0008

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Embargante	Fundacao dos Economiarios Federais Funcef
Advogado	Luiz Antônio Muniz Machado(OAB: 750-A/DF)
Embargado	Jose Andrade Filho
Advogado	Moacir Akira Yamakawa(OAB: 1937-A/DF)
Embargado	Caixa Economica Federal
Advogado	Rafael Santana e Silva(OAB: 18997-N/DF)

Considerando-se o teor infringentes dos embargos declaratórios opostos pela segunda reclamada, concedo o prazo sucessivo de 10 (dez) dias ao autor e à primeira reclamada, iniciando pelo demandante, para manifestação facultativa da parte contrária.

Publique-se.

À Secretaria da egr. 1ª Turma para providências.

Brasília, 30 de abril de 2012.

MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES

Desembargadora Federal do Trabalho

Relatora

Despacho

Processo Nº ED-RO-987-86.2011.5.10.0021

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Embargante	Multitrac Seguranca Eletronica Ltda - Epp
Advogado	Marcelo Luiz Ávila de Bessa(OAB: 12330-N/DF)
Embargado	Regina Silva da Cruz
Advogado	Luciano Pedro Areal(OAB: 14023-N/DF)

Considerando o teor infringentes dos embargos declaratórios opostos pela reclamada, concedo o prazo de 10 (dez) dias, para manifestação facultativa da parte contrária.

Publique-se.

À Secretaria da egr. 1ª Turma para providências.

Brasília, 30 de abril de 2012.

MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES

Desembargadora Federal do Trabalho

Relatora

MRMG/j

Despacho

Processo Nº ED-RO-1051-60.2010.5.10.0012

Relator	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Embargante	Bv Financeira Sa Credito Financiamento e Investimento
Advogado	Isabela Braga Pompílio(OAB: 14234-N/DF)
Embargante	Wellington Carvalho Bem
Advogado	Rogério Avelar(OAB: 4337-N/DF)
Embargado	Os Mesmos

Face aos termos do artigo 897-A da CLT e à jurisprudência sedimentada na Súmula 278 do C. TST,vista às partes para, querendo, manifestarem-se a respeito dos respectivos embargos declaratórios, a começar pela reclamada.

Prazo sucessivo de 5 (cinco) dias.

Publique-se.

Brasília(DF), 2 de maio de 2012.

DORIVAL BORGES

Desembargador Relator

Despacho

Processo Nº RO-1405-84.2011.5.10.0001

Relator	Desembargador - PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Revisor	Desembargador - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
Recorrente	Caixa Economica Federal
Advogado	Elisa Alencar Menezes de Lima(OAB: 35028-N/DF)
Recorrente	Fundacao dos Economiarios Federais Funcef
Advogado	Luiz Antônio Muniz Machado(OAB: 750 -A/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Carla Marcia Parisi Checchia
Advogado	Daniela Oliveira Lourenço e Silva(OAB: 30101-N/DF)

Vistos etc.

Em razão da suspensão do julgamento do RO 001392-52.2011.5.10.0012, ocorrida em 2/4/2011, por cautela, determino o sobrestamento do feito até o julgamento daquela ação.

À Secretaria da Egr. 1ª Turma para as providências cabíveis.

Brasília(DF), 30 de Abril de 2012.

PEDRO LUÍS VICENTIN FOLTRAN

Desembargador Relator

vmp

Despacho

Processo Nº ED-AP-116600-67.2009.5.10.0008

Processo Nº ED-AP-1166/2009-008-10-00.6

Relator	Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Embargante	Clinica de Radiologia Odontologica Fenelon Ltda
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-N/DF)
Embargado	Anna Scheilla Dutra Gil Rapassi
Advogado	Moacir Akira Yamakawa(OAB: 1937-A/DF)

Considerando o teor infringentes dos embargos declaratórios opostos pela executada, concedo o prazo de 10 (dez) dias, para manifestação facultativa da parte contrária.

Publique-se.

À Secretaria da egr. 1ª Turma para providências.

Brasília, 30 de abril de 2012.

MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES

Desembargadora Federal do Trabalho

Relatora

MRMG/j

SECRETARIA DA 2ª TURMA

Acórdão

Acórdão

Processo Nº RO-2-26.2011.5.10.0019

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Juíza - ELKE DORIS JUST
Recorrente	Marcelo de Noronha Melo
Advogado	Ilma Isabelle dos Santos Vieira Regis(OAB: 30629-N/DF)
Recorrente	Banco do Brasil Sa
Advogado	Paulo Afonso de Souza(OAB: 14155-N/GO)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: 1. HORAS EXTRAS. BANCÁRIOS. PLANO DE CARGOS COMISSIONADOS. CARGO DE CONFIANÇA. A jornada normal do bancário é de seis horas, conforme o disposto no caput do art. 224 da CLT. Assim, para que seja enquadrado na previsão do § 2.º do mesmo preceito e, por conseguinte, seja submetido à jornada de oito horas, mister se faz que o empregado exerça função de confiança especial e perceba adicional não inferior a 1/3 do salário do cargo efetivo. No caso sob exame, não houve demonstração de que o reclamante realmente exercia as atribuições previstas no Plano de Cargos Comissionados, razão por que lhe é devido o pagamento, como extras, das horas excedentes à sexta hora diária de trabalho.

2. HORAS EXTRAS. CONDENAÇÃO TERMO FINAL. As horas extras são devidas enquanto perdura a situação fática em que se encontra o trabalhador. Nesse contexto, permanecendo o autor na jornada de 8 horas sem, contudo, estar inserido na regra do §2.º do art. 224 da CLT, não há de se falar em limitação da condenação à data do ajuizamento da ação.

3. NORMA COLETIVA QUE INCLUI O SÁBADO NO REPOUSO

SEMANAL REMUNERADO. HORAS EXTRAS. DIVISOR 150. As horas extras conferidas ao empregado bancário serão calculadas observando-se o divisor 150, sempre que, por meio de norma coletiva de trabalho, o sábado for incluído como repouso semanal remunerado. Isso porque, nestas circunstâncias, a jornada efetivamente laborada é de 30 horas.

4. Recurso ordinário obreiro conhecido e parcialmente provido. Recurso ordinário do reclamado conhecido em parte e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer dos recursos ordinários, sendo o patronal apenas em parte, e, no mérito, desprover o apelo do reclamado e dar parcial provimento ao recurso obreiro para afastar a compensação determinada na Origem e para incluir na condenação o pagamento das parcelas vincendas, referentes as 7ª e 8ª horas extras, bem como determinar a utilização do divisor 150 no cálculo das horas extras. Em face desta decisão, arbitrar-se novo valor à condenação no importe de R$50.000,00(cinquenta mil reais) e fixam-se as custas em R$1.000,00(um mil reais), nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão
Processo Nº ED-RO-12-24.2011.5.10.0002

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Embargante	Totvs Brasilia Software Ltda
Advogado	Paulo Ramiz Lasmar(OAB: 44692-N/MG)
Embargado	v.acordão
Embargado	Aurora Maria Bandeira de Lima
Advogado	Deivison Freire(OAB: 18972-N/DF)

EMENTA: 1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS PELO SISTEMA E-DOC. PROTOCOLIZAÇÃO NO ÓRGÃO JUDICIÁRIO COMPETENTE APÓS O QUINQUÍDEO LEGAL. INTEMPESTIVIDADE. Cabe à parte recorrente apresentar o apelo perante a autoridade judiciária competente para analisá-lo. A entrega da petição do recurso, utilizando-se o sistema integrado de protocolização e fluxo de documentos eletrônicos (e-DOC), deve ser encaminhada ao órgão judiciário competente, de modo que este o receba dentro do prazo legal. Assim, não merece conhecimento os embargos declaratórios opostos perante a autoridade competente para analisá-los após o quinquídio legal (art. 897-A, da CLT).

2. Embargos de declaração não conhecidos.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, não conhecer dos embargos de declaração por intempestivos, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, dar-lhes provimento parcial para sanar omissão, sem, contudo, atribuir efeito modificativo ao julgado, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-27-42.2011.5.10.0018

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Embargante	Noelia Luiz Bezerra (Recurso Adesivo)
Advogado	João Emílio Falcão Neto(OAB: 9593-N/DF)
Embargado	v.acordão
Embargado	União (Ministéio da Defesa)
Procurador	Fabiana Cavinatto Salibe Venzel(OAB: 600402-N/DF)

EMENTA: 1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARTS. 535 DO CPC E 897-A DA CLT. OBSERVÂNCIA. Os embargos de declaração são apelos de integração, e não de substituição, e estão destinados a sanar obscuridade, omissão ou contradição no julgado, visando ao seu aperfeiçoamento, além de serem cabíveis no caso de manifesto equívoco no exame de pressuposto extrínseco de recurso (art. 535 do CPC c/c art. 897-A da CLT). A mera irresignação da parte com o resultado que lhe foi desfavorável não autoriza a oposição dos declaratórios.

2. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-24-87.2011.5.10.0018

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Embargante	Esterilav Esterilização de Mat Hospitalares Ltda Epp
Advogado	Mauro Severino Dias(OAB: 19450-N/DF)
Embargado	V. ACÓRDÃO
Embargado	Rosilene Ataides Maciel (Recurso Adesivo)
Advogado	Cleide Alves Guimarães(OAB: 14906-N/DF)

EMENTA: 1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO CONFIGURADA. Os embargos declaratórios devem ser providos, quando caracterizada omissão na decisão embargada, ainda que não se empreste ao julgado nenhum efeito modificativo.

2. Embargos de declaração conhecidos e providos em parte.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-31-21.2012.5.10.0802

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	Servi Segurança e Vigilancia de Instalações Ltda
Advogado	Diego Silva Camilo(OAB: 29562-N/GO)
Recorrido	Joander Nascimento Lopes
Advogado	Sebastião Luís Vieira Machado(OAB: 1745-B/TO)

EMENTA:

SUPRESSÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA COMPROVADO: VERBA DEVIDA (CLT, ART. 71 §4º).

Recurso patronal conhecido em parte e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer parcialmente o recurso ordinário interposto pela Reclamada e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-158-20.2011.5.10.0017

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Embargante	União Federal - Ministério do Meio Ambiente
Procurador	Raphael Nazareth Barbosa(OAB: 1379-N/DF)
Embargado	v. acórdão
Embargado	Carlos Eduardo dos Reis de Souza
Advogado	Rubens Santoro Neto(OAB: 6819-N/DF)
Embargado	Higiterc - Higienização e Terceirização Ltda

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. FISCALIZAÇÃO FALHA. Com base em suposto vício de apreciação imputado a este Colegiado, o que pretende a embargante é a reforma de decisão que lhe foi desfavorável, o que evidentemente não é tolerável em sede de embargos declaratórios. Se os autos revelam que as providências levadas a efeito pelo órgão tomador de serviços restaram falhas e intempestivas, tais não podem ser consideradas como efetiva fiscalização conducente ao afastamento da culpa in vigilando ensejadora da responsabilidade subsidiária do ente público, conforme decidido pelo exc. STF quando do julgamento da ADC 16/DF. Não resignada com o entendimento adotado, deve a parte recorrer mediante as vias processuais adequadas. Embargos conhecidos e desprovidos.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Eg. Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012 (data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-166-64.2010.5.10.0103

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Furnas-Centrais Eletricas S.A.
Advogado	Lycurgo Leite Neto(OAB: 1530-A/DF)
Recorrido	Walter José Cordeiro
Advogado	Lúcia Moreira Ramalho(OAB: 17644-N/DF)

EMENTA:

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PROPOSTA PELA EMPRESA EM RELAÇÃO A EX-EMPREGADO: OBJETO: COBRANÇA DE VALORES DESVIADOS: CONFISSÃO OBREIRA: ATO DE IMPROBIDADE MANIFESTO (DESFALQUE): DEVOLUÇÃO DEVIDA: PROCEDÊNCIA PARCIAL.

Recurso empresarial conhecido, preliminar rejeitada e, no mérito, parcialmente provido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, rejeitar a preliminar de negativa de prestação jurisdicional e, no mérito, dar provimento parcial ao apelo da Autora - Furnas Centrais Elétricas S.A., para reformar a sentença recorrida e condenar o Réu Walter José Cordeiro ao pagamento do valor de R$ 25.478,59, juros e correção monetária na forma legal, excetuados honorários advocatícios, invertidos os ônus de sucumbência, com custas pelo Réu de R$ 520,00, calculadas sobre o valor dado à causa, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-199-83.2012.5.10.0006

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	Roberto Francisco Pereira
Advogado	Ibaneis Rocha Barros Júnior(OAB: 11555-N/DF)
Recorrido	Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan
Advogado	Cláudio Bezerra Tavares(OAB: 10833-N/DF)

EMENTA: 1. CONDIÇÃO DA AÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. CODEPLAN. Consoante dispõe o art. 267, IV, do CPC, extingue-se o processo, sem resolução do mérito quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual. Constatado nos autos que o autor não é empregado da reclamada, o reconhecimento a ilegitimidade da Companhia de Planejamento do Distrito Federal CODEPLAN para compor o polo passivo da demanda e, por conseguinte, extinção do feito, sem resolução de mérito, é medida que se impõe, nos termos do referido dispositivo legal.

2. Recurso conhecido. Preliminar de ilegitimidade passiva acolhida.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer do recurso, acolher a preliminar de suscitada e declarar a ilegitimidade da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN para figurar no polo passivo da presente demanda, por conseguinte, extinguir o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do CPC. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-221-51.2011.5.10.0015

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	Rp Alimentação e Diversões Ltda
Advogado	Ronne Cristian Nunes(OAB: 22429-N/DF)
Recorrido	Francisco Veira Rodrigues
Advogado	Gerson Wilder de Sousa Melo(OAB: 9953-N/DF)

EMENTA: 1. GORJETAS. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA ACERCA DE SUA NATUREZA. ÔNUS DA PROVA. INTEGRAÇÃO À REMUNERAÇÃO. HAVERES RESCISÓRIOS. REFLEXOS. Sob pena de violação dos arts. 7.º, inc. XXVI, 8.º, incs. I, III e VI, ambos da CRFB/88, não se pode negar vigência ao estabelecido em cláusulas insertas em normas coletivas de trabalho que dispõem que as gorjetas não integram o salário para reflexos em haveres rescisórios quando espontaneamente fornecidas aos empregados e quando sobre a sua distribuição não houver nenhum tipo de controle por parte do empregador. Na hipótese vertente, todavia, inexistem os efeitos jurídicos pretendidos pela recorrente, na medida em que não se desincumbiu do ônus probatório que sobre si recaia de demonstrar que atendia ao disposto nas cláusulas 17 e 18 do CCT e 7ª do ACT.

2. Recurso ordinário conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-263-36.2011.5.10.0004

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Ricardo Teixeira Destord
Advogado	Hugo Leonardo de Rodrigues e Sousa(OAB: 15138-N/DF)
Recorrido	Companhia Energetica de Brasilia
Advogado	Murilo Bouzada de Barros(OAB: 11467-N/DF)

EMENTA: SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. EMPREGO EM COMISSÃO. EFEITOS. VERBAS RESCISÓRIAS. NULIDADE. É certo que as empresas públicas estão submetidas ao regime

jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações trabalhistas (art. 173, §1º, II, CF). No entanto, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal, devem observância também aos princípios da administração pública, quanto às regras de investidura no seu quadro de pessoal. Inexistente a demonstração de que as atribuições do obreiro estivessem enquadradas entre aquelas de direção, chefia e assessoramento, tem-se por desrespeitados os estreitos limites traçados no dispositivo constitucional antes referido. Recurso conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM, os Desembargadores da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito , por maioria, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Revisor que redigirá o acórdão. Vencido o Desembargador Relator nos termos do voto que fará juntar.

Brasília (DF), 11 de abril de 2012 (data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador Revisor Redator Designado

Em, 11 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-273-77.2011.5.10.0005

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Joselita Almeida Queiroz
Advogado	Luciana Cypreste Santos(OAB: 33620-N/DF)
Recorrido	Confederal Vigilancia e Transporte de Valores Ltda
Advogado	Darcy Maria Gonçalves de Almeida(OAB: 8832-N/DF)
Recorrido	Banco do Brasil Sa
Advogado	Paula Rodrigues da Silva(OAB: 221271-N/SP)

EMENTA: 1. RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. A Norma celetista confere ao Magistrado a faculdade de conceder, em qualquer instância, a requerimento da parte, ou até mesmo de ofício, o benefício da Justiça gratuita (artigo 790, §3.º). Assim sendo, em face do requerimento constante em sede de recurso ordinário e com espeque na previsão legal antes mencionada, ficam deferidos ao obreiro os beneplácitos da Justiça gratuita.

2. HORAS SUPLMENTARES. INTERVALO INTRAJORNADA. Demonstrado nos autos, mediante prova testemunhal, que a reclamante gozava de intervalo intrajornada, correta a sentença que indeferiu o pleito de pagamento de horas extras baseada na ausência de fruição deste.

3. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. INADIMPLEMENTO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS QUANTO AOS CRÉDITOS DEVIDOS AO EMPREGADO, QUE SE ATIVOU EM FAVOR DO TOMADOR. CULPAS IN ELIGENDO E IN VIGILANDO. EXISTÊNCIA. No Estado Democrático de Direito, que tem na garantia jurídica o respeito à dignidade da pessoa humana um de seus pilares, não pode a Administração Pública, seja ela direta, seja indireta, sob pena de ofensa aos princípios constitucionais da moralidade e da legalidade, pretender esquivar-se à responsabilização pela inobservância dos ditames constitucionais e legais que garantem ao trabalhador que lhe prestou serviços a satisfação dos seus direitos, ainda mais por ser princípio fundamental a valorização social do trabalho (CRFB/88, art. 1.º, inc. IV). Nesse sentir, demonstradas nos autos as culpas in eligendo e in vigilando, consubstanciadas na ausência de fiscalização eficaz na adimplência dos haveres devidos ao laborista, obrigação da tomadora de serviços, divisam-se preenchidos os requisitos que apontam para a responsabilidade subsidiária da Administração Pública.

4. Recurso ordinário conhecido e provido em parte

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para deferir à autora os benefícios da Justiça gratuita e isentá-la do pagamento das custas processuais e condenar o segundo reclamado, Banco do Brasil, a responder de forma subsidiária pelas verbas pecuniárias deferidas à laborista. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-288-92.2010.5.10.0001

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Juíza - ELKE DORIS JUST
Agravante	Cascol Combustiveis para Veiculos Ltda
Advogado	Marcelo Luiz Ávila de Bessa(OAB: 12330-N/DF)
Agravado	Nayara Oliveira dos Santos
Advogado	Heráclito Zanoni Pereira(OAB: 11050-N/DF)

EMENTA: 1. GARANTIA DO JUÍZO. DEPÓSITO EM DINHEIRO. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS. ARTIGO 889 DA CLT. OMISSÃO INEXISTÊNCIA. LEI N.º 8.177/91, ARTIGO 39. INAPLICABILIDADE DOS ARTIGOS 9.º, INC. I E § 4.º, E 32 DA LEI N.º 6.830/80. O sentido do art. 889 da CLT é de se aplicar a norma que rege os executivos fiscais quando a legislação trabalhista (que ultrapassa as normas constantes da CLT) for silente a respeito da matéria em análise. Não há falar, portanto, de incidência, no caso concreto, de disposições insertas na Lei n.º 6.830/80, se há norma especificamente trabalhista destinada a regular o modo de contagem de correção monetária e de juros moratórios dos débitos laborais - Lei n.º 8.177/91, art. 39.

2. Agravo de petição conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer do agravo de petição e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data de julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-293-72.2010.5.10.0015

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Agravante	Caixa Economica Federal
Advogado	Fernanda Valadares de Oliveira(OAB: 25114-N/GO)
Agravado	Katia Oliveira Silva
Advogado	Geraldo Marcone Pereira(OAB: 14038-N/DF)

EMENTA:

DEVEDOR PRINCIPAL: FALÊNCIA: EXECUÇÃO DIRECIONADA CONTRA O RESPONSÁVEL SUBSIDIÁRIO: PLENA POSSIBILIDADE: BENEFÍCIO DE ORDEM: TEOR DA SÚMULA Nº 37-2008/TRT-10: NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE BENS PASSÍVEIS DE CONSTRIÇÃO PELO DEVEDOR SUBSIDIÁRIO: INEXISTÊNCIA NA ESPÉCIE.

Agravo de petição conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o agravo de petição e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ELKE DORIS JUST

Juíza Relatora

(Convocada)

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-341-61.2010.5.10.0005

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Embargante	União (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios)
Procurador	Clysses Adelina H. de Noronha(OAB: 5211-N/DF)
Embargado	v.acordão
Embargado	Cicero Cavalcante Cordeiro
Advogado	Emens Pereira de Souza(OAB: 6371-N/DF)
Embargado	Corpservice- Cooperativa de Serviços Ltda
Advogado	Nixon Fernando Rodrigues(OAB: 11749-N/DF)
Embargado	Politec Tecnologia da Informação S/A
Advogado	Paulo André Vacari Belone(OAB: 12671-N/DF)

EMENTA: 1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ESCLARECIMENTOS. Ainda que inexista qualquer dos vícios preconizados nos artigos 535 do CPC e 897-A da CLT, quando necessário, os embargos devem ser providos parcialmente somente para prestar esclarecimentos.

2. Embargos conhecidos e providos parcialmente, apenas para prestar esclarecimentos.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, dar-lhes provimento parcial apenas para prestar esclarecimentos, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-350-98.2011.5.10.0001

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Embargante	Francisco Teixeira Lima
Advogado	Gustavo Teixeira Ramos(OAB: 17725-N/DF)
Embargado	v.acordão
Embargado	Brasil Telecom S/A
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. Com base em suposto vício de apreciação imputado a este Colegiado, o que pretende a parte embargante é a reforma de decisão que lhe foi desfavorável, o que evidentemente não é tolerável em sede de embargos declaratórios. Sua interposição, quer para fins de prequestionamento ou não, exige a observância das hipóteses previstas no art. 535 do CPC e 897-A da CLT, as quais ausentes na decisão atacada. Não resignada com o entendimento adotado, deve a parte recorrer mediante as vias processuais adequadas. Embargos conhecidos e desprovidos.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Eg. 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012 (data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador RelatorEm, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-375-54.2011.5.10.0020

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Embargante	Serpro - Serviço Federal de Processamento de Dados
Advogado	Nilton da Silva Correia(OAB: 1291-N/DF)
Embargante	Amelia Regina Machado
Advogado	Ulisses Riedel de Resende(OAB: 968-N/DF)
Embargado	v.acordão
Embargado	Os Mesmos

EMENTA: 1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ESCLARECIMENTOS. Ainda que inexista qualquer dos vícios preconizados nos arts. 535 do CPC e 897-A da CLT, no caso concreto, os embargos devem ser providos parcialmente apenas para prestar esclarecimentos.

2. Embargos de declaração conhecidos e providos parcialmente.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, dar-lhes provimento parcial apenas para prestar esclarecimentos, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-381-94.2011.5.10.0009

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Juíza - ELKE DORIS JUST
Recorrente	Paulo Roberto Lobo da Rocha
Advogado	Ademar Cypriano Barbosa(OAB: 23151-N/DF)
Recorrente	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	Agnaldo Nunes da Silva(OAB: 11336-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: SENTENÇA. NULIDADE. JULGAMENTO CITRA PETITA. O absoluto abandono dos limites da lide, com ausência de apreciação do pedido principal e julgamento apenas dos formulados em ordem sucessiva, emerge a figura do julgamento citra petita. A causa há de ser apreciada nos termos em que foi proposta, e a sentença cujo conteúdo está situado fora de tal perímetro encerra vício a impor a decretação de sua nulidade.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos recursos ordinários e acolher a preliminar suscitada pelo reclamante, para anular a r. sentença, determinando o retorno dos autos à instância de origem para que outra seja proferida, julgando prejudicado o exame dos demais temas.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-415-51.2011.5.10.0015

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Centrais Eletricas do Norte do Brasil S/A Eletronorte
Advogado	Ludmila Oliveira Rezio(OAB: 21416-N/DF)
Recorrido	Danuska Freiberger Tokarski
Advogado	Aline Mendonça Pires Ferreira(OAB: 25415-N/DF)
Recorrido	Mtd Serviços e Eventos Ltda - Epp

EMENTA: 1. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INADIMPLEMENTO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS QUANTO AOS CRÉDITOS DEVIDOS AO EMPREGADO, QUE SE ATIVOU EM FAVOR DO TOMADOR. CULPAS IN ELIGENDO E IN VIGILANDO. EXISTÊNCIA. No Estado Democrático de Direito, que tem na garantia jurídica o respeito à dignidade da pessoa humana um de seus pilares, não pode a Administração Pública, seja ela direta, seja indireta, sob pena de ofensa aos princípios constitucionais da moralidade e da legalidade, pretender esquivar-se à responsabilização pela inobservância dos ditames constitucionais e legais que garantem ao trabalhador que lhe prestou serviços a satisfação dos seus direitos, ainda mais por ser princípio fundamental a valorização social do trabalho (CRFB/88, art. 1.º, inc. IV). Nesse sentir, demonstradas nos autos as culpas in eligendo e/ou in vigilando, consubstanciadas na ausência de fiscalização eficaz na adimplência dos haveres devidos à laborista, obrigação da tomadora de serviços, divisam-se preenchidos os requisitos que apontam para a responsabilidade subsidiária da Administração Pública.

2. DANO MORAL. ATRASO REITERADO NO PAGAMENTO SALARIAL. O dano moral resulta de lesão a direito da personalidade, repercutindo na esfera intelectual do indivíduo. A reparação por dano moral decorrente do contrato de trabalho pressupõe um ato ilícito ou um erro de conduta do empregador ou de seu preposto, um dano suportado pelo ofendido e um nexo de causalidade entre o comportamento antijurídico do primeiro e o prejuízo suportado pelo último. O atraso reiterado no pagamento de salários configura o descumprimento do dever do empregador mais relevante ao contrato de trabalho, implicando, assim, violação dos direitos da personalidade do empregado, com destaque para o da dignidade da pessoa humana. No caso dos autos não comprovado o reiterado atraso de salários impõe-se o indeferimento da indenização postulada.

3. Recurso conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para excluir da condenação a multa prevista no artigo 467 da CLT e a indenização por danos morais. Manter o valor fixado à condenação por considerar que aquele fixado em primeiro grau atende as parcelas remanescentes. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-423-31.2011.5.10.0111

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Embargante	Marcio Jose de Oliveira
Advogado	Carlos Eduardo Moscato de Miranda(OAB: 15735-N/DF)
Embargado	v.acordão
Embargado	Casa Bahia Comercial Ltda.
Advogado	Benize Cloffi(OAB: 204244-N/SP)

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: AUSÊNCIA DE VÍCIO TÉCNICO: OMISSÃO INEXISTENTE: REJEIÇÃO.

Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer e rejeitar os embargos de declaração opostos, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-436-11.2011.5.10.0861

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Município de Pedro Afonso

Advogado	Carlos Alberto Dias Noleto(OAB: 906-N/TO)
Recorrido	Valdecer Eckert
Advogado	Juarez Ferreira(OAB: 3405-A/TO)
Recorrido	Rb Engenharia e Comercio Ltda
Advogado	Washington Luis Campos Ayres(OAB: 2683-N/TO)
Recorrido	Carlos Alisson de Oliveira Furtado

EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. REQUISITOS. A compreensão encerrada na Súmula 331 do TST, apenas experimenta campo de aplicação naquelas hipóteses onde os serviços prestados estão inseridos nas atividades ou necessidades usuais do tomador, ainda que na área-meio. Contrato de empreitada, cujo objeto reside na construção de obra certa, não rende ensejo à incidência do elevado precedente. Na condição de dono da obra, o contratante não responde pelos créditos dos empregados admitidos, dirigidos e remunerados pela empreiteira. Inteligência dos arts. 455 da CLT e 896 do CCB, com a dicção dada OJSBDI-1 nº 191.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e no mérito dar-lhe provimento, para excluir a responsabilidade subsidiária imposta ao recorrente.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-441-71.2010.5.10.0019

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Agravante	União (Superior Tribunal de Justiça - STJ)
Advogado	Fabiana Cavinatto Salibe Venzel(OAB: 60039-N/DF)
Agravado	Glaucia Cedecari Nascimento
Advogado	Nixon Fernando Rodrigues(OAB: 11749-N/DF)
Agravado	Higiterc - Higienização e Terceirização Ltda
Agravado	Monteverde Comercio e Industria Ltda.
Advogado	Raul Freitas Pires de Sabóia(OAB: 7136-N/DF)
Agravado	Marta Pereira dos Santos
Agravado	Elias Gomes de Araujo
Agravado	Ricardo Silva Franco de Albuquerque

EMENTA: TÍTULO EXECUTIVO. INEXIGIBILIDADE. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. COISA JULGADA. Ao pronunciar a constitucionalidade do art. 71. da Lei 8.666/1993, e também reconhecer a possibilidade da atribuição de responsabilidade subsidiária aos entes da administração pública, o STF não proferiu decisão capaz de atrair o disposto no art. 884, § 5º, da CLT, devendo persistir o quanto determinado pela coisa julgada, inclusive pela orientação do Verbete nº 08/2004, do TRT da 10ª Região.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do agravo de petição e no mérito negar-lhe provimento.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-444-95.2011.5.10.0017

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Juíza - ELKE DORIS JUST
Recorrente	Asa Alimentos Ltda
Advogado	Regina Célia Silva Moreira(OAB: 6598-N/DF)
Recorrente	Clarissa Dosualdo Rocha
Advogado	Stevão Gandh Costa(OAB: 25579-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: MÉDICO VETERINÁRIO. TAREFAS. PISO SALARIAL. Demonstrado o exercício de funções restritas ao cargo de médico veterinário ao longo da jornada contratual, deve ser observado o piso salarial previsto na norma de regência específica (Lei nº 4.950-A/66, arts. 5º e 6º). Ressalva de entendimento do Relator, em homenagem à OJSBDI II nº 71.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, rejeitar a prefacial suscitada nas contrarrazões da obreira e conhecer de ambos os recursos. No mérito desprover o interposto pela empresa e dar provimento ao da empregada, para a ela conceder as diferenças salariais desde o início do contrato.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-454-39.2011.5.10.0018

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR

Embargante	Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)
Advogado	Nilton da Silva Correia(OAB: 1291-N/DF)
Embargado	v.acordão
Embargado	Mauricio Figueiredo Ricardo
Advogado	Ulisses Riedel de Resende(OAB: 968-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Desprovidos, ante a ausência do vício suscitado pela parte.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Extraordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos para desprovê-los.

Em, 23 de Fevereirode 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-456-33.2011.5.10.0010

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Embargante	Simone Barbosa Rodrigues
Advogado	Leandro Oliveira Alves(OAB: 25014-N/DF)
Embargado	v.acordão
Embargado	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Advogado	Eder Jacoboski Viegas(OAB: 11532-N/ES)

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES. NÃO CONFIGURAÇÃO. O inconformismo com o resultado do julgamento quanto ao indeferimento das promoções por mérito é pretensão que deve ser levada a efeito mediante a interposição do recurso adequado, pois escapa ao âmbito da integração do julgado. Embargos de declaração conhecidos e não providos.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Eg. 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento (v. fls. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012 (data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador RelatorEm, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-477-24.2011.5.10.0005

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Roberta Borges
Advogado	Gaspar Rodrigues da Rocha(OAB: 20049-N/DF)
Recorrido	M2 Consultoria Em Marketing Ltda.
Advogado	Luciano de Azevedo Rios(OAB: 108639-N/SP)
Recorrido	Lg Electronics de Sao Paulo Limitada
Advogado	José Guilherme Mauger(OAB: 84249-N/SP)

EMENTA:

ATIVIDADE EXTERNA INCOMPATÍVEL COM CONTROLE DE JORNADA: HORAS EXTRAS INDEVIDAS: APLICAÇÃO DO ART. 62, I, DA CLT.

Recurso obreiro conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o recurso ordinário interposto pela Reclamante e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos da fundamentação. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-478-85.2011.5.10.0012

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Embargante	Banco do Brasil Sa
Advogado	Mário Cézar de Almeida Rosa(OAB: 27904-N/DF)
Embargado	v. acórdão
Embargado	Nilton Jose Menezes Dias

Advogado	José Eymard Loguércio(OAB: 1441-A/DF)

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. ADEQUAÇÃO DO JULGADO AOS TERMOS DA EXORDIAL. A contradição sanável por meio de embargos de declaração é aquela verificada entre a fundamentação e o dispositivo, o que não se configurou no julgado embargado, até porque a tese de que o reclamante não era propriamente um bancário, mas pertencente a categoria Técnico-científica do Banco do Brasil, e, por tal razão, o pagamento de horas extras seria indevido, caracteriza inovação à lide, pois ventilada somente agora, em sede de embargos de declaração. Quanto ao tema do marco inicial da prescrição, no entanto, considerando que, na inicial, o reclamante requereu o pagamento de horas extras a partir de 7/5/2002 e esta Turma deferiu o pedido à partir de 16/12/2000, impõe-se o provimento dos embargos de declaração no aspecto para, adequando a decisão ao pedido exordial, estabelecer o dia 7/5/2002 como marco inicial da condenação. Embargos declaratórios conhecidos e parcialmente providos.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos contidos na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, dar-lhes parcial provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012 (data do julgamento)

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador RelatorEm, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-496-85.2011.5.10.0019

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Transportes Zilli Ltda
Advogado	Paulo Victor Petrochinski Guiotti Gonçalves(OAB: 29694-N/GO)
Recorrido	Agnaldo Gonsalves Montes
Advogado	Maria Ferreira Maia Teixeira(OAB: 28518-N/DF)

EMENTA: 1. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. A verificação das condições danosas de trabalho experimentadas pelo reclamante dá-se por intermédio de perícia técnica (artigo 195 da CLT). Se a prova pericial aponta no sentido da existência de labor em condições insalubres e não há nos autos outros elementos a elidi-la, mostra-se correta a r. decisão de origem ao deferir o pagamento do respectivo adicional, nos termos da NR-15, Anexo n.º 9, do Ministério do Trabalho e Emprego.

2. HORÁRIO EXTRAORDINÁRIO. FOLHAS DE FREQUÊNCIA NÃO COLACIONADAS AOS AUTOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. É cediço que o encargo de comprovar o elastecimento de jornada é do reclamante, por ser fato constitutivo de seu direito (CPC, art. 333, inc. I, e CLT, art. 818). Todavia, não tendo a reclamada colacionado aos autos os controles de frequência do obreiro, à luz da Súmula n.º 338, item I, do col. TST, deve ser invertido o ônus probatório, cabendo à demandada demonstrar jornada diversa daquela declinada em audiência. Assim, não tendo se desincumbido a empregadora do encargo que lhe competia, devido é o pagamento das horas extras laboradas.

3. NÃO CONCESSÃO INTEGRAL DO INTERVALO INTRAJORNADA. TRABALHO EXTERNO. Insta salientar que o exercício de atividade externa é incompatível com a fixação rígida de horário para a fruição do intervalo para descanso e alimentação. No labor externo o empregado não é fiscalizado diretamente, por tal razão, possui liberdade para usufruir do descanso de acordo com suas próprias conveniências. Ficou comprovado nos autos que o reclamante trabalhava externamente, porém tinha o horário de início e término da jornada controlados. Logo, o horário destinado ao intervalo intrajornada ficava a critério do autor. Não se pode, neste caso, responsabilizar o empregador pela ausência de fruição do tempo mínimo destinado ao repouso e alimentação. Nesse quadro, impõe-se afastar a condenação a tal título.

4. Recurso conhecido e provido em parte.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação o pagamento de uma hora diária de intervalo intrajornada. Arbitra-se novo valor à condenação no importe de R$12.000,00(doze mil reais) e fixam-se as custas processuais em R$240,00(duzentos e quarenta reais). Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-501-25.2011.5.10.0014

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	União - Ministério Público Militar
Procurador	Luiz Felipe Cardoso de Moraes Filho(OAB: 717171-N/DF)
Recorrido	Michelle Araujo de Oliveira
Advogado	Rosa Maria Fernandes Troina Gomes(OAB: 8297-N/DF)
Recorrido	MA dos Santos Serviços - ME

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Emergindo a ausência do elemento culposo, a inadimplência das obrigações trabalhistas, pelo empregador, não resulta na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, para afastar a responsabilidade subsidiária da recorrente, julgando, ainda, prejudicado o exame das demais questões.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-534-48.2011.5.10.0003

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Revisor	Desembargadora - MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA
Recorrente	Instituto do Meio Ambirntr e dos Recursos Naturais Renovaveis - Ibama
Procurador	Bruno Roberto Maciel Cunha de Maria(OAB: 60013-N/DF)
Recorrido	Sandro Pereira da Cunha
Advogado	Francisca Aires de Lima Leite(OAB: 2300-N/DF)
Recorrido	Capital Empresa de Serviços Gerais Limitada
Advogado	Tiago Camargo Thomé Maya Monteiro(OAB: 20660-N/DF)

EMENTA: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONFIGURAÇÃO. Presente a culpa da União na condição de tomadora dos serviços, uma vez que a mesma não cumpriu com seu dever de vigilância ao fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da contratada. Diante disso, mantém-se a responsabilidade subsidiária do ente público pelos créditos salariais devidos a ex-empregado terceirizado, contratado diretamente pela 1ª reclamada. Recurso improvido.

As partes, a seguir aspeadas, são da lavra da Exma. Desembargadora Relatora.

" DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, por maioria, dar provimento ao recurso para reconhecer a responsabilidade subsidiária da União tomador de serviços no pagamento das verbas trabalhistas pleiteadas nesta ação, nos termos do voto da Desembargadora Revisora que redigirá o acórdão. Vencida a Juíza Relatora.

Brasília (DF), 29 de fevereiro de 2012.

MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

Desembargadora Redatora

Em, 29 de Fevereirode 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-555-76.2011.5.10.0018

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Hd Centro Automotivo Ltda-Me
Advogado	João Cândido da Silva(OAB: 3737-N/DF)
Recorrido	Ricney Lima do Nascimento
Advogado	Eduardo Aureliano e Silva(OAB: 25429-N/DF)

EMENTA:

- JUSTA CAUSA: AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS: APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIAS: IMPOSSIBILIDADE DA DUPLA PUNIÇÃO: RESCISÃO SEM JUSTO MOTIVO INCABÍVEL: DECISÃO MANTIDA.

- SALÁRIO: EXISTÊNCIA DE QUITAÇÃO FORA DO CONTRACHEQUE: VALORES MANTIDOS.

- AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE: RECIBO DAS PARCELAS NOS CONTRACHEQUES: AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA: PAGAMENTO INDEVIDO.

Recurso patronal conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o recurso ordinário interposto pela Reclamada e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para julgar improcedente o pedido para pagamento de vales transporte e refeição, reduzindo-se, por consequência, o valor da condenação para R$ 70.000,00, com custas no importe de R$ 1.400,00, ainda pela Reclamada, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ELKE DORIS JUST

Juíza Relatora

(Convocada)

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-580-83.2011.5.10.0020

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	Priscilla Lima dos Reis
Advogado	Joelson Dias(OAB: 10441-N/DF)
Recorrido	Promocia - Marketing Promocional, Incentivo, Publicidade e Propaganda Ltda.
Advogado	Marcelo Pimentel(OAB: 1565-A/DF)

EMENTA:

- VERBAS RESCISÓRIAS DEVIDAMENTE QUITADAS: INEXISTÊNCIA DE DIFERENÇAS: IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

- RETENÇÃO PROLONGADA DA CARTEIRA DE TRABALHO PELO ANTIGO EMPREGADOR: NOVA COLOCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO OBSTACULIZADA PELA FALTA DA CTPS PELA PARTE OBREIRA: DOR ÍNTIMA INEQUÍVOCA PELA PERDA DE NOVO EMPREGO: CONSTRANGIMENTO COMPROVADO: DANO MORAL CONFIGURADO: INDENIZAÇÃO DEVIDA.

Recurso obreiro conhecido e provido em parte.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o apelo interposto pela Reclamante e, no mérito, dar-lhe parcial provimento

para deferir a indenização por danos morais no importe de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), e, em consequência, majorando o valor das custas para R$ 110,00, calculadas sobre R$ 5.500,00 (valor total da condenação), pela Reclamada, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador RelatorEm, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-586-90.2011.5.10.0020

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Icmbio
Procurador	Maurício Neves Arbach(OAB: 1410-N/DF)
Recorrido	Cristiano Silva de Souza Furtado
Advogado	Eduardo Sardinha Cunha(OAB: 31505-N/DF)
Recorrido	Higiterc - Higienização e Terceirização Ltda

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Emergindo a adoção das possíveis providências, pelo tomador dos serviços, inexiste espaço para atribuição, ao ente público de responsabilidade subsidiária pelos créditos reconhecidos em favor do empregado.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, rejeitar a prefacial suscitada e conhecer do recurso, para no mérito dar-lhe parcial provimento e excluir a responsabilidade subsidiária da recorrente.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-594-22.2011.5.10.0811

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Consorcio Rio Tocantins
Advogado	Fernando de Almeida Prado Sampaio(OAB: 235387-N/SP)
Recorrido	Isael da Silva Oliveira
Advogado	Iury Mansini Precinotte Alves Marson(OAB: 4635-N/TO)

EMENTA: HORAS IN ITINERE. NORMA COLETIVA. SUPRESSÃO. ILICITUDE. Padece de ineficácia a norma coletiva que, após a vigência da atual redação do art. 58, § 2º, da CLT, simplesmente elimina o direito ao recebimento das horas in itinere. Interpretação combinada dos arts. 7º, caput e inciso XXVI, e 114, da CF. Precedentes.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso ordinário e no mérito negar-lhe provimento.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-611-45.2011.5.10.0007

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	Loana Aragao dos Santos
Advogado	Benedito Silvio Palma Masselli(OAB: 22726-N/DF)
Recorrido	Gilsonea Alice Brandao da Silva
Advogado	Sirlene Pereira Lima(OAB: 24354-N/DF)

EMENTA: 1. RECURSO ORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE ATAQUE AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. NÃO CONHECIMENTO. Não se conhece de recurso quando a parte deixa de apresentar os fundamentos de fato e de direito com os quais almeja a modificação do julgado (CPC, art. 514, II). Incidência da Súmula n.º 422 do col. TST.

2. Recurso ordinário não conhecido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de

julgamento a fls. retro, aprovar o relatório e não conhecer do recurso ordinário, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-613-88.2011.5.10.0015

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Francisco de Assis Silva e Outros
Advogado	Jonas Duarte José da Silva(OAB: 6083 -N/DF)
Recorrente	Manoel Cursino dos Santos Filho
Recorrente	Jeremias Goncalves Rezende Junior
Recorrente	Maria Eunice Alves de Oliveira
Recorrente	Wolmar Walacen Alves Farias
Recorrido	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - Ebc
Advogado	Marco Fridolin Sommer dos Santos(OAB: 27299-N/DF)

EMENTA: NORMA COLETIVA. ABONO. REAJUSTE SALARIAL. Conforme entendimento firmado na Eg. 2ª Turma, o caráter salarial do abono previstos nas normas coletivas da EBC a partir de 2005 não permite a sua retirada da remuneração dos trabalhadores após a vigência do instrumento coletivo, a teor do art. 7º, VI, da CF e da regra geral do art. 457, §1º, da CLT. Recurso parcialmente conhecido e provido em parte.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para determinar a integração dos abonos previstos nas normas coletivas nos salários do autor a contar de 03/05/2006, com reflexos em férias, 13º salário, horas extras e FGTS, bem como honorários assistenciais no importe de de 10% do valor da condenação, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012 (data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-619-22.2011.5.10.0007

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Embargante	Milson Ferreira do Sacramento
Advogado	Andréia Ceregatto Gomes(OAB: 22648 -N/DF)
Embargado	v. acórdão
Embargado	Banco do Brasil S/A
Advogado	Paulo Afonso de Souza(OAB: 14155-N/GO)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ERRO MATERIAL. Embargos de declaração conhecidos e providos para sanar erro material em relação ao lapso temporal de prestação de horas extras. OMISSÃO. Embargos conhecidos e providos para sanar omissão quanto à adoção do divisor 150 para cálculo das horas extras.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Eg. 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento (v. fls. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos de

declaração e, no mérito, dar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012 (data do julgamento)

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-659-80.2011.5.10.0014

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Wilson Soares Lopes Filho
Advogado	João de Carvalho Leite Neto(OAB: 19914-N/DF)
Recorrido	Caixa Economica Federal
Advogado	Osvaldo Caitano de Moraes(OAB: 101854-N/MG)

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Obs.: O Representante do Ministério Público do Trabalho opinou pelo prosseguimento do recurso.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.(data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-701-68.2011.5.10.0002

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Wagner Batista de Lima
Advogado	Gengizcan Brito Simões(OAB: 24947-N/DF)
Recorrente	Swissport Brasil Ltda
Advogado	Luiz Cláudio Botelho(OAB: 110495-N/RJ)
Recorrente	Vrg Linhas Aereas S.A.
Advogado	Osmar Mendes Paixão Côrtes(OAB: 15553-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA:

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE: AEROPORTUÁRIO (AUXILIAR DE PISTA): PEDIDO PROCEDENTE.

HORA NOTURNA: REDUÇÃO FICTA INOBSERVADA: EXTRAPOLAÇÃO DA JORNADA DE 6 HORAS: INTERVALO INTRAJORNADA DE 1 HORA: PROCEDÊNCIA DO PEDIDO EXORDIAL.

RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO: VERBAS CONDENATÓRIAS: RESPONSABILIDADE DO AUTOR PELA COTA PARTE RESPECTIVA: NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 33, § 5º, DA LEI 8.212/1991.

Recurso obreiro conhecido e parcialmente provido.

Recurso da 1ª Reclamada conhecido e, no mérito, provido em parte.

Recurso da 2ª Reclamada conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer todos os recursos ordinários apresentados, dar parcial provimento ao apelo obreiro para acrescer à condenação o pagamento de 1 hora diária (art. 71, § 4º, CLT), com o adicional correspondente, referente ao intervalo intrajornada irregularmente concedido nos dias em que a jornada adentrou ao período noturno e, ainda, para majorar o percentual de incidência dos honorários assistenciais para 10% sobre o valor da condenação, dar parcial provimento ao apelo da Reclamada Swissport para determinar que cada parte suporte o ônus do recolhimento previdenciário da cota parte respectiva e negar provimento ao apelo da Reclamada Vrg, majorado o valor antes arbitrado à condenação para R$ 25.000,00, com custas de R$ 500,00 pelas Reclamadas, tudo nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ELKE DORIS JUST

Juíza Relatora

(Convocada)

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-712-03.2011.5.10.0001

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Jarjour Veiculos e Petroleo Limitada
Advogado	Renata Vieira Fonseca(OAB: 15048-N/DF)
Recorrido	Leonardo Oliveira Santos
Advogado	Nabian Martins de Paiva(OAB: 17456-N/DF)

EMENTA:

- RESCISÃO CONTRATUAL: JUSTA CAUSA NÃO COMPROVADA: RECONHECIMENTO DE DEMISSÃO IMOTIVADA.

- JORNADA: REGISTROS VICIADOS: PROVA ORAL ROBUSTA: HORAS EXTRAS DEVIDAS.

Recurso patronal conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o recurso ordinário interposto pela Reclamada e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ELKE DORIS JUST

Juíza Relatora

(Convocada)Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-723-90.2011.5.10.0014

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Renata dos Santos Carvalho
Advogado	Rosa Maria Fernandes Troina Gomes(OAB: 8297-N/DF)
Recorrido	Ma dos Santos Serviços - Me
Recorrido	União
Procurador	Ana Cecília Lapenda Farinha(OAB: 1389-N/DF)

EMENTA:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS: NÃO DEMONSTRADA A EFETIVA CULPA DO TOMADOR: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA INDEVIDA: LEI Nº 8.666/1993, ARTIGO 71, PARÁGRAFO 1º: CONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADC 16/DF).

Recurso conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer e negar provimento ao apelo da Reclamante, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ELKE DORIS JUST

Juíza Convocada

Relatora

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-731-73.2011.5.10.0012

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargadora - MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA
Recorrente	Jorge Dantas Dias
Advogado	Gustavo Arthur Coelho Lôbo de Carvalho(OAB: 15641-N/DF)
Recorrido	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	Ane Carolina de Medeiros Rios(OAB: 14543-N/DF)

EMENTA: ECT. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. MANUAL DE PESSOAL (MANPES). SUSPENSÃO. ART. 468 DA CLT E SÚMULA Nº 51, ITEM I, DO TST. A suspensão do benefício da assistência judiciária aos empregados da empresa cujo contrato de

trabalho já estava em vigor quando de sua efetivação caracteriza alteração unilateral do contrato, vedada nos termos do art. 468 da CLT e do entendimento já pacificado por meio da Súmula nº 51, item I, do TST. Recurso conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Eg. Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, para condenar a reclamada a ressarcir ao reclamante o valor de R$ 5.000,00, referente aos gastos despendidos pelo recorrente com a contratação de advogado particular a fim de defendê-lo do processo de sindicância instaurado para apuração de fatos relacionados à sua atuação como Chefe do Departamento de Engenharia da ECT.

Inverte-se o ônus de sucumbência, fixando-se as custas processuais no importe de R$ 100,00, calculadas sobre R$ 5.000,00, valor arbitrado à condenação, de cujo pagamento é isenta a reclamada, conforme Decreto-lei nº 509/1969, nos termos do voto do Desembargador Relator. Vencido o Desembargador Alexandre Nery de Oliveira nos termos do voto que fará juntar. Obs.: A Desembargadora Revisora proferiu voto na sessão do dia 29.02.2012. Proferiu voto de vista nesta assentada o Desembargador Brasilino Santos Ramos tendo requerido juntada de voto convergente.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012 (data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador RelatorEm, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-736-95.2011.5.10.0012

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Revisor	Desembargadora - MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA
Recorrente	Armando Aires Barbosa
Advogado	Priscila Silva Freitas(OAB: 30349-N/DF)
Recorrido	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	Agnaldo Nunes da Silva(OAB: 11336-N/DF)
Recorrido	Banco Bradesco Sa
Advogado	Marilice Pezente dos Santos(OAB: 28013-N/DF)

EMENTA:

BANCO POSTAL: ECT E BRADESCO: ENQUADRAMENTO COMO BANCÁRIO: IMPOSSIBILIDADE: SENTENÇA MANTIDA.

Recurso do Reclamante conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o recurso ordinário obreiro e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ELKE DORIS JUST

Juíza Relatora

(Convocada)Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-745-39.2011.5.10.0018

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Embargante	Cicero Barbosa dos Santos
Advogado	Tatiana de Queiroz Pereira(OAB: 21344-N/DF)
Embargado	v.acordão
Embargado	Net Brasilia Ltda
Advogado	José Henrique Cançado Gonçalves(OAB: 57680-N/MG)

EMENTA: 1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. Os embargos de declaração têm o seu cabimento restrito às hipóteses previstas no artigo 535 da Lei Processual Civil e 897-A do Estatuto Consolidado. Inexistindo no decisum qualquer vício a ser sanado, impõem-se o desprovimento dos declaratórios.

2. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-748-09.2011.5.10.0013

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Juíza - ELKE DORIS JUST
Recorrente	Jandiacira de Fatima Ferreira
Advogado	Priscila Silva Freitas(OAB: 30349-N/DF)
Recorrido	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	Agnaldo Nunes da Silva(OAB: 11336-N/DF)
Recorrido	Banco Bradesco Sa
Advogado	Paula de Paiva Santos(OAB: 27275-N/DF)

EMENTA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIO TELÉGRAFOS. BANCO POSTAL. ENQUADRAMENTO. As atividades realizadas pela ECT, defluentes do Banco Postal instituído pela Portaria MC nº 329/2004, encerram harmonia com aquelas descritas no art. 7º, § 2º, da Lei nº 6.538/1978. Inexistindo suporte capaz de equipará-las às exercidas pelas instituições financeiras, torna-se inviável o enquadramento dos seus empregados, que lá trabalham, na categoria profissional dos bancários.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-749-18.2011.5.10.0005

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Embargante	Maximus Atacadista Distribuidor de Produtos Alimenticios Ltda Epp
Advogado	César Odair Welzel(OAB: 16414-N/DF)
Embargado	v. acórdão
Embargado	Antonio Carlos Martins de Souza
Advogado	Alexandre Benevides Cabral(OAB: 7-N/DF)

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS TÉCNICOS: REJEIÇÃO.

Embargos declaratórios conhecidos e rejeitados.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer os embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-758-77.2011.5.10.0005

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Embargante	Carlos Eduardo Thurler da Silva
Advogado	Moacir Akira Yamakawa(OAB: 1937-A/DF)
Embargado	v. acórdão
Embargado	Caixa Economica Federal
Advogado	Ricardo Tavares Baraviera(OAB: 14519-N/DF)

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA PARTE AUTORA: INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS TÉCNICOS APONTADOS: TEMA DA COMPENSAÇÃO: DECISÃO FUNDAMENTADA: PLENA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: DESNECESSIDADE DE SE ANALISAR CADA ARGUMENTO TRAZIDO PELAS PARTES: MERO INCONFORMISMO DA EMBARGANTE COM O RESULTADO DO JULGADO: REJEIÇÃO.

Embargos declaratórios conhecidos e rejeitados.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer os embargos declaratórios que foram opostos pela parte Autora e, no mérito, rejeitá-los, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-758-74.2011.5.10.0006

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Embargante	Serviço de Limpeza Urbana
Advogado	Alexandre Viana Paes Soares(OAB: 21222-N/DF)
Embargado	v.acordão
Embargado	Delta Construções S. A.
Advogado	Renato Oliveira Ramos(OAB: 20562-A/DF)
Embargado	Djaina de Lima Nunes
Advogado	Maurício Gomes Neto(OAB: 27082-N/DF)

EMENTA: 1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADOÇÃO DE TESE EXPLÍCITA. OMISSÃO. INEXISTENTE. PREQUESTIONAMENTO. INCONSISTÊNCIA DE ARGUMENTOS. Os embargos de declaração são apelos de integração, e não de substituição, e estão destinados a sanar obscuridade, omissão ou contradição no julgado, visando ao seu aperfeiçoamento, além de serem cabíveis no caso de manifesto equívoco no exame de pressuposto extrínseco de recurso (art. 535 do CPC c/c art. 897-A da CLT). Porém, a mera irresignação da parte com o resultado que lhe foi desfavorável não autoriza a oposição dos aclaratórios. Diga-se que mesmo quando almeja o prequestionamento, a parte deve observar os requisitos previstos nos referidos preceitos. Desse modo, inexistindo no d. julgado turmário o vício apontado e evidenciada a natureza protelatória da medida processual oposta, deve ser aplicada a multa inserta no parágrafo único do art. 538 do Diploma Processual Civil.

2. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento. Por considerá-los protelatórios, aplico à embargante multa de 1% incidente sobre o valor atribuído à causa (CPC, art. 538, parágrafo único). Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-780-23.2011.5.10.0010

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Embargante	Furnas-Centrais Eletricas S.A.
Advogado	Paulo Henrique de Sousa Azevedo(OAB: 100311-N/RJ)
Embargado	v. acórdão
Embargado	Joaquim Vicente Batista (Recurso Adesivo)
Advogado	Jonas Duarte José da Silva(OAB: 6083-N/DF)
Embargado	Mib - Segurança e Vigilancia Ltda
Advogado	Fábio Calazans Gomes da Silva(OAB: 17059-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO. Não desafia conhecimento os embargos declaratórios interpostos após ultrapassado o quinquídio legal a que alude o artigo 897-A da CLT. Recurso não conhecido.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório e não conhecer do recurso, porquanto intempestivo, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ressalvas do Desembargador João Amílcar.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012 (data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-785-67.2011.5.10.0811

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Masterboi Ltda.
Advogado	Victor Russomano Júnior(OAB: 3609-A/DF)
Recorrente	Delmar Pinheiro Borges (Recurso Adesivo)
Advogado	Matias de Araújo Neto(OAB: 1263-N/TO)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA:

JORNADA DE TRABALHO: CARGO DE GESTÃO: EXISTÊNCIA DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE SENSÍVEL EM ÁREA ESTRATÉGICA DA EMPRESA: FIDÚCIA DIFERENCIADA COM AUSÊNCIA DE CONTROLE DE JORNADA E SALÁRIO DIFERENCIADO: ENQUADRAMENTO NO ARTIGO 62-II, DA CLT.

Recurso da Reclamada conhecido e provido.

Recurso obreiro prejudicado.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer os recursos ordinários interpostos pelas partes e, no mérito, dar provimento ao apelo patronal para julgar improcedente o pedido para pagamento de horas extras, prejudicado o apelo obreiro, invertendo-se o ônus de sucumbência, fixando custas no importe de R$ 3.087,29, a cargo do Reclamante, calculadas sobre o valor dado à causa (R$ 154.364,52), dispensado o recolhimento em face dos benefícios da gratuidade judiciária reconhecida na origem, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-800-02.2011.5.10.0014

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Recorrente	Contax S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-N/DF)
Recorrido	Suellen Galvao da Cunha
Advogado	Geraldo Marcone Pereira(OAB: 14038-N/DF)
Recorrido	Telemar Norte Leste S/A
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-N/DF)
Recorrido	Brasil Telecom S/A
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-N/DF)

EMENTA:

"ENQUADRAMENTO SINDICAL: ATIVIDADE DE AGENTE DE SERVIÇOS: INAPLICABILIDADE DAS NORMAS COLETIVAS FIRMADAS PELA SINTTEL X SEAC/DF: OBJETO SOCIAL DA EMPRESA EMPREGADORA: DEFINIÇÃO DO RAMO PREPONDERANTE" (RO nº 0000168-82.2011.5.10.0011, Relator Des. Alexandre Nery de Oliveira, DJ de 10/06/2011).

Preliminar rejeitada, recurso patronal conhecido e, no mérito, provido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, rejeitar a preliminar de inadmissibilidade, conhecer o recurso patronal e, no mérito, dar-lhe provimento para julgar improcedentes os pedidos de diferenças salariais decorrentes da inobservância do piso salarial previsto em CCT e reflexos, invertendo, em consequência, os ônus da sucumbência, fixando custas pela Reclamante no importe de R$ 77,40, calculadas sobre o valor atribuído à causa (R$ 3.870,30) e acolhido para os devidos fins, dispensada do recolhimento ante a concessão do benefício da gratuidade judiciária na origem, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ELKE DORIS JUST

Juíza Relatora

(Convocada)Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-801-05.2011.5.10.0008

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	Naara Lima da Silva
Advogado	Rosa Maria Fernandes Troina Gomes(OAB: 8297-N/DF)
Recorrido	M a dos Santos Serviços Me
Recorrido	União
Procurador	Raphael Nazareth Barbosa(OAB: 1379 -N/DF)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Emergindo a ausência do elemento culposo, a inadimplência das obrigações trabalhistas, pelo empregador, não resulta na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-805-49.2010.5.10.0017

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargadora - MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA
Recorrente	União (Superior Tribunal de Justiça)
Procurador	Mariana de Souza Piaz(OAB: 1362-N/DF)
Recorrido	Mario Gomes da Silva
Advogado	José da Silva Leão(OAB: 10606-N/DF)
Recorrido	Higiterc - Higienização e Terceirização Ltda

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Emergindo a ausência do elemento culposo, a inadimplência das obrigações trabalhistas, pelo empregador, não resulta na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, para afastar a responsabilidade subsidiária da recorrente, julgando, ainda, prejudicado o exame das demais questões.

Em, 11 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº A-RO-807-94.2011.5.10.0013

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Agravante	Daniela Guimaraes de Azevedo
Advogado	Daniel Oliveira de Azevedo(OAB: 853-N/DF)
Agravado	R. Decisão de fls. 300/301
Agravado	Indiara da Conceicao
Advogado	Nathanry Morais Baldone(OAB: 28858-N/DF)

EMENTA:

DEPÓSITO PREVISTO NO PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 899 DA CLT: PRESSUPOSTO RECURSAL: AUSÊNCIA NO MOMENTO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO: DESERÇÃO:

Agravo em recurso ordinário conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o agravo em recurso ordinário e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão que negou seguimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-809-95.2011.5.10.0811

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	Marcelo Rodrigues dos Santos
Advogado	Orlando Rodrigues Pinto(OAB: 1092-A/TO)
Recorrente	Pipes Empreendimentos Ltda
Advogado	Antônio Pimentel Neto(OAB: 1130-N/TO)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: CONTRATO DE EMPREGO. TÉRMINO. JUSTA CAUSA. PROVA. ÔNUS. Acenando com a prática de ato enquadrável no art. 482, da CLT, a empresa atrai o ônus da prova, em virtude do fato ser impeditivo do direito à percepção das verbas rescisórias postuladas (CPC, art. 333, inciso II). Satisfeito o encargo, torna-se válida a dispensa por justo motivo. JORNADA DE TRABALHO. CARGO DE GESTÃO. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. Demonstrado o enquadramento do empregado na exceção do art. 62, inciso II, da CLT, são indevidas as horas suplementares postuladas.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos recursos e, no mérito, desprover o do reclamante, provendo, em parte, o da reclamada para excluir das condenatórias o pagamento de horas extras e restituição de descontos.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-819-32.2011.5.10.0006

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Redator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	Alice Neris de Jesus
Advogado	Lícia Cristina Vaz(OAB: 30586-N/DF)
Recorrente	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - ECT
Advogado	Fernando Augusto Ricardo dos Santos(OAB: 16742-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS ECT: PROGRESSÃO HORIZONTAL POR ANTIGUIDADE: REQUISITOS OBJETIVOS PRESENTES (EXISTÊNCIA DE LUCRATIVIDADE E DECURSO TEMPORAL): REQUISITO SUBJETIVO INEXIGÍVEL (DELIBERAÇÃO DA DIRETORIA DA EMPRESA: INTELIGÊNCIA DA OJT-71/TST-SDI-1): CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR CONTA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA: IMPOSSIBILIDADE DE REPETIÇÃO DA VANTAGEM: EXPRESSA CONDIÇÃO CONTIDA NA NORMA COLETIVA: IMPROCEDÊNCIA.

O PCCS/1995-ECT definiu critérios objetivos da apuração de lucro empresarial e do tempo de serviço para a progressão por antiguidade, sendo irrazoável a exigência de prévia deliberação da Diretoria para sua efetivação, sendo devida a progressividade funcional por conta de antiguidade dos empregados da empresa.

Contudo, não pode ser desconsiderada a negociação coletiva que resultou na concessão da vantagem a par da discussão acerca das exigências para a progressão por antiguidade, sobretudo quando se fez estabelecida a necessária compensação da vantagem assim deferida com outra sob mesmo título ou fundamento, sem maior relevo para o fato de ter base em plano de carreira, cargos e salários ou na discussão existente sobre sua aplicabilidade por parte da empresa, cujo direito de resistência, suplantado quando do acordo coletivo, não impede outras.

Improcedência do pedido de progressão por antiguidade.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS ECT: PROGRESSÃO HORIZONTAL POR MERECIMENTO: REQUISITO OBJETIVO PRESENTE (EXISTÊNCIA DE LUCRATIVIDADE): REQUISITOS SUBJETIVOS EXIGÍVEIS (DELIBERAÇÃO DA DIRETORIA DA EMPRESA E AFERIÇÃO DE DESEMPENHO: PRECEDENTES DO TST): IRRELEVÂNCIA DA CONCESSÃO EXCEPCIONAL DA PROGRESSÃO POR MERECIMENTO POR CONTA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA: IMPOSSIBILIDADE DE REPETIÇÃO DA VANTAGEM: EXPRESSA CONDIÇÃO CONTIDA NA NORMA COLETIVA: IMPROCEDÊNCIA.

O PCCS/1995-ECT definiu o critério objetivo da apuração de lucro empresarial e os critérios subjetivos da apuração de desempenho funcional e de necessária deliberação da Diretoria para sua efetivação, considerada razoável pelo C. TST e não ocorrida, sendo, assim, indevida a progressividade funcional por conta de merecimento dos empregados da ECT, não servindo como desoneração de tal requisito a ocorrência de negociação coletiva excepcional que resultou na concessão da vantagem a par da discussão acerca das exigências para a progressão por merecimento, sobretudo quando se fez estabelecida a necessária compensação da vantagem assim deferida com outra sob mesmo título ou fundamento, como no caso, ainda que tenha havido então o exame do desempenho funcional, porque insuficiente a afastar a

exigência remanescente contida na norma regulamentar, ainda que, em caráter excepcional, tenha sido afastada para permitir o acordo coletivo.

Improcedência do pedido.

Recurso patronal conhecido e desprovido.

Recurso obreiro conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer os recursos e, no mérito, negar-lhes provimento; designado Redator para o acórdão o Desembargador Alexandre Nery de Oliveira. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador designado Redator para o acórdãoEm, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-834-53.2011.5.10.0021

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Embargante	Luciano Frazao Duarte
Advogado	Keila de Medeiros Duarte(OAB: 16686-X/DF)
Embargado	v. acórdão
Embargado	Associação Educativa do Brasil Soebras - Unicesp
Advogado	Ricardo Nogueira Duarte(OAB: 19342-N/DF)

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: VÍCIOS INEXISTENTES: REJEIÇÃO.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer e rejeitar os embargos de declaração opostos pelo Reclamante, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-846-88.2011.5.10.0014

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Dalvimar da Silva Fernandes
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)
Recorrido	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	Alisson Evangelista Silva(OAB: 23457-N/DF)

EMENTA:

CAESB: BIOGÁS: ADICIONAL DE PERICULOSIDADE: INEXISTÊNCIA DE LABOR EM ÁREA DE RISCO: ATIVIDADES PERIGOSAS NÃO COMPROVADAS: IMPROCEDÊNCIA MANTIDA.

Recurso obreiro conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o recurso ordinário e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-847-19.2010.5.10.0011

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Embargante	Webjet Linhas Aereas S.A.
Advogado	Rodrigo Giostri da Cunha(OAB: 195122-N/SP)
Embargado	v. acórdão
Embargado	Ministério Público do Trabalho
Procurador	Dinamar Cely Hoffmann(OAB: 10000-N/DF)

EMENTA: 1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADOÇÃO DE TESE EXPLÍCITA. OMISSÃO. INEXISTENTE. PREQUESTIONAMENTO. INCONSISTÊNCIA DE ARGUMENTOS. Os embargos de declaração são apelos de integração, e não de substituição, e estão destinados a sanar obscuridade, omissão ou contradição no julgado, visando ao seu aperfeiçoamento, além de serem cabíveis no caso de manifesto equívoco no exame de pressuposto extrínseco de recurso (art. 535 do CPC c/c art. 897-A da CLT). Porém, a mera irresignação da parte com o resultado que lhe foi desfavorável não autoriza a oposição dos aclaratórios. Diga-se que mesmo quando almeja o prequestionamento, a parte deve observar os requisitos previstos nos referidos preceitos. Desse modo, inexistindo no d. julgado turmário o vício apontado e evidenciada a natureza protelatória da medida processual oposta, deve ser aplicada a multa inserta no parágrafo único do art. 538 do Diploma Processual Civil.

Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento. Por considerá-los protelatórios, aplico à embargante multa de 1% incidente sobre o valor atribuído à causa (CPC, art. 538, parágrafo único). Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-851-22.2011.5.10.0011

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Embargante	Fundação dos Economiários Federais - Funcef
Advogado	Luiz Antônio Muniz Machado(OAB: 750-A/DF)
Embargado	v. acórdão
Embargado	Caixa Economica Federal
Advogado	Osvaldo Caitano de Moraes(OAB: 101854-N/MG)
Embargado	Gustavo Neiva de Oliveira
Advogado	Moacir Akira Yamakawa(OAB: 1937-A/DF)

EMENTA: 1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO EVIDENCIADA. EFEITO MODIFICATIVO EMPRESTADO AO JULGADO. Evidenciada no acórdão embargado a existência de contradição, impõem-se o acolhimento dos embargos opostos, emprestando-lhes efeito modificativo.

2. Embargos de declaração conhecidos e providos em parte.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, dar-lhes provimento parcial para sanar a contradição evidenciada, e determinar que a primeira reclamada CEF responderá pelo recolhimento de sua quota-parte e pela mora das referidas contribuições (atualizações e reserva matemática); e o reclamante responderá somente por sua cota de contribuição, esta considerada o valor nominal em suas épocas próprias, devidamente atualizada , nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-854-46.2011.5.10.0861

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Recorrente	Noely Alves de Sousa
Advogado	Ciney Almeida Gomes(OAB: 1181-N/TO)
Recorrido	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Arlene Ferreira da Cunha Maia(OAB: 2316-N/TO)

EMENTA:

RESCISÃO CONTRATUAL MOTIVADA NO CURSO DO AUXÍLIO-DOENÇA: POSSIBILIDADE.

A disposição contida no artigo 471 da CLT, tanto na interrupção como na suspensão do contrato de trabalho, impõe vedação à rescisão imotivada do contrato pelo empregador, restrição que não se estende à rescisão motivada, sendo lícita e viável a ruptura contratual por justa causa comprovada, ainda que em curso causa suspensiva ou interruptiva do pacto laboral.

Recurso obreiro conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o recurso ordinário interposto pela Reclamante e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ELKE DORIS JUST

Juíza Relatora

(Convocada)

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-875-53.2011.5.10.0010

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Redator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	União (Câmara dos Deputados)
Procurador	Fabiana Cavinatto Salibe Venzel(OAB: 600402-N/DF)
Recorrido	João Francisco Silva Ribeiro
Advogado	Sérgio Luiz Tomaz(OAB: 32471-N/DF)
Recorrido	Adservis Multiperfil Ltda

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SÚMULA 331, V, DO TST. Aflorando o elemento culposo, a inadimplência das obrigações trabalhistas, pelo empregador, resulta na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, ainda que ele integre a administração pública.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e no mérito negar-lhe provimento.

Em, 11 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-893-80.2011.5.10.0008

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Glauber Werneck Linhares de Oliveira
Advogado	Robson Freitas Melo(OAB: 1982-N/DF)
Recorrido	Voetur Operadora Turistica Ltda
Advogado	Ronaldo Mendes de Oliveira Castro Filho(OAB: 16366-N/DF)

EMENTA:

- ATO DE IMPROBIDADE COMPROVADO: JUSTA CAUSA MANTIDA.

- HORAS EXTRAS: VALIDADE DOS REGISTROS NOS CARTÕES DE PONTO: DIFERENÇAS NÃO COMPROVADAS: IMPROCEDÊNCIA.

Recurso obreiro conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer e negar provimento ao apelo obreiro, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ELKE DORIS JUST

Juíza Relatora

(Convocada)Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-900-87.2011.5.10.0003

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Tania Maria Amaro Sobrinho
Advogado	Gabrielle Vasco e Silva(OAB: 26456-N/DF)
Recorrente	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - Ebc
Advogado	Marco Fridolin Sommer dos Santos(OAB: 27299-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA:

- ADICIONAL DE INSALUBRIDADE: PROVA PERICIAL: CONSTATAÇÃO DE AGENTE INSALUBRE EM NÍVEIS TOLERÁVEIS NO PERÍODO PLEITEADO: INEXISTÊNCIA DE DIFERENÇAS.

JORNADA: HORA EXTRA: PAGAMENTOS NO CONTRACHEQUE: PARCELA DEVIDA: CONFISSÃO DO PREPOSTO QUANTO AO GOZO PARCIAL DO INTERVALO INTRAJORNADA: OJ 307-SDI-1/TST: EFEITOS.

ADICIONAL NOTURNO: HORAS TRABALHADAS APÓS AS 5 HORAS DA MANHÃ: ADICIONAL DEVIDO (OJ-388-SDI-1/TST)

Recurso patronal conhecido, preliminar rejeitada e, no mérito, parcialmente provido.

Recurso obreiro conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, rejeitar a preliminar, conhecer os recursos ordinários interpostos e, no mérito, negar provimento ao apelo obreiro e dar parcial provimento ao recurso patronal apenas para reduzir o pagamento a uma hora diária pela prorrogação de jornada noturna, reduzindo o valor da condenação para R$ 3.500,00, com custas no importe de R$ 70,00, ainda pela Reclamada, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-900-54.2011.5.10.0111

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Carlos Saraiva Importação e Comercio Ltda
Advogado	Athanásios Georgios Flessas(OAB: 10955-N/DF)
Recorrido	Valeria Alves de Lima
Advogado	Jader José Vieira(OAB: 6188-N/GO)

EMENTA:

- HORAS EXTRAS: REGISTROS DE PONTO VALIDADOS: AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO OU COMPENSAÇÃO: PARCELA DEVIDA: SÚMULA 340/TST APLICÁVEL: REMUNERAÇÃO MENSAL FIXA.

- INTERVALO INTRAJORNADA: REGISTRO INVARIÁVEIS: SÚMULA 338/TST (Ressalvas do Relator): GOZO PARCIAL: APLICAÇÃO DA OJ 307-SDI-1/TST.

- TRANSPORTE DE VALORES: DANOS MORAIS: VALOR DA INDENIZAÇÃO.

- MULTA DO ART. 477/CLT: PAGAMENTO TEMPESTIVO DO ACERTO RESCISÓRIO: DESCABIMENTO.

Recurso patronal conhecido e provido em parte.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o recurso interposto pela Reclamada e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, para julgar improcedentes os pedidos para pagamento pelo intervalo intrajornada e da multa prevista no art. 477/CLT, bem como para determinar que o cálculo das horas extras observem integralmente os comandos da Súmula 340/TST, reduzindo-se o valor da condenação para R$ 30.000,00, com custas no importe de R$ 600,00, ainda pela Reclamada, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-910-25.2011.5.10.0006

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Embargante	Distrito Federal
Advogado	Adriano da Silva Araújo(OAB: 32843-N/DF)
Embargante	Marilia do Nascimento Nogueira e Outro
Advogado	José Carlos de Almeida(OAB: 12402-N/DF)
Embargado	v. acórdão
Embargado	Antonio Marcos Portela
Embargado	Instituto Candango de Solidariedade

EMENTA:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS: OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO INEXISTENTES: OMISSÃO: CORREÇÃO DE OFÍCIO: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL DECLARADA.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer e rejeitar os embargos declaratórios opostos pelo Distrito Federal e pelos Reclamantes e, de ofício, corrigir o vício de omissão, declarando a responsabilidade subsidiária do Distrito Federal em relação às verbas devidas pelo ICS aos Autores, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador RelatorEm, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-915-11.2011.5.10.0018

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Kaor Kamiyama Tazima
Advogado	Nacir da Conceição Fernandes(OAB: 18189-N/DF)
Recorrido	Caixa de Previdencia dos Funcs do Banco do Brasil
Advogado	Marcos Vinícius Barros Ottoni(OAB: 16785-N/DF)
Recorrido	Banco do Brasil Sa
Advogado	Aline Patachi(OAB: 34145-N/DF)

EMENTA: COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. NORMA APLICÁVEL. O reclamante foi admitido sob a vigência do Estatuto de 1967, tendo contribuído durante o pacto laboral em conformidade com as regras estipuladas na norma estatuída pela entidade de previdência, havendo direito adquirido aos benefícios que se incorporaram ao referido contrato. Recurso conhecido e provido.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Eg. Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento para determinar a concessão da complementação de aposentadoria segundo as regras do Estatuto de 1967, bem como deferir a devolução das diferenças dos valores recolhidos com base no desconto de 8%, quando o correto seria de 5%, até maio/2006, conforme pleiteado. Invertido o ônus de sucumbência, ficam as reclamadas condenadas, ainda, ao pagamento das custas processuais, no importe de R$ 400,00, calculadas sobre R$ 20.000,00, valor ora arbitrado à condenação, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Vencido o Desembargador Alexandre Nery de Oliveira que lhe negava provimento.

Brasília DF), 18 de abril de 2012 (Data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador RelatorEm, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-939-78.2011.5.10.0102

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Lojas Americanas S.A.
Advogado	Rafael Britto Funayama(OAB: 19765-N/DF)
Recorrido	José Adair dos Santos
Advogado	Wilson Borges Júnior(OAB: 26360-N/DF)

EMENTA:

GERENTE COMERCIAL: ENQUADRAMENTO NO ART. 62, II, CLT INCORRETO: PRECLUSÃO DA PROVA DOCUMENTAL: NÃO CONHECIMENTO: JORNADA: ÔNUS DO EMPREGADOR NÃO SATISFEITO: HORAS EXTRAS DEVIDAS.

Recurso patronal conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o recurso ordinário interposto pela Reclamada e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ELKE DORIS JUST

Juíza Relatora

(Convocada)

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-967-19.2011.5.10.0014

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	União (Tribunal Regional Federal da 1ª Região)
Procurador	Ana Carolina Fernandes de Mendonça(OAB: 1360-N/DF)
Recorrido	Maria Liduina Lopes Sousa
Advogado	Hélio de Oliveira Seixas Filho(OAB: 18407-N/DF)
Recorrido	Capital Empresa de Serviços Gerais Limitada
Advogado	Tiago Camargo Thomé Maya Monteiro(OAB: 20660-N/DF)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SÚMULA 331, V, DO TST. Aflorando o elemento culposo, a inadimplência das obrigações trabalhistas, pelo empregador, resulta na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, ainda que ele integre a administração pública.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. 218), aprovar o relatório, conhecer o recurso e, no mérito, por maioria, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Revisor que redigirá o acórdão. Vencido o Desembargador Relator que lhe dava provimento.

Em, 11 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-975-75.2011.5.10.0020

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Inês Claudete Kozik
Advogado	Larissa Maia Awwad(OAB: 29595-X/DF)
Recorrido	Clínica Dra Ana Luiza Ltda
Advogado	Luis Felipe Silva Freire(OAB: 102244-N/MG)

EMENTA: NULIDADE PROCESSUAL. CERCEAMENTO DO DIREITO DE PRODUZIR PROVA. ATESTADO MÉDICO INSUFICIENTE AO RECONHECIMENTO DA IMPOSSIBLIDADE D LOCOMOÇÃO DA PARTE À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. CONFISSÃO FICTA MANTIDA. Atestado médico que não contém o horário de atendimento, assim como notícia do profissional médico acerca da impossibilidade de locomoção da parte, não cumpre a exigência contida da Súmula nº 122 do col. TST. Assim, uma vez não preenchidos os requisitos constantes do referido verbete sumular, tem-se por correta a aplicação da pena de confissão ficta à parte que, ciente da data designada para audiência em que deveria prestar depoimento, a ela não comparece. Inteligência e aplicabilidade da Súmula nº 74 do col. TST. CONFISSÃO FICTA. EFEITOS. Inexistindo nos autos prova pré-constituída para confronto com a confissão ficta aplicada à reclamante, tem-se por verdadeiras as alegações fáticas constantes da defesa ofertada pela reclamada. Recurso conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso, não conhecer do documento de fl. 762, rejeitar a preliminar de nulidade arguida e, no mérito, negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012 (data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador RelatorEm, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-976-12.2010.5.10.0015

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Embargante	Caixa Economica Federal

Advogado	Elizabeth Pereira de Oliveira(OAB: 17348-N/DF)
Embargante	Fundação dos Economiarios Federais Funcef (Recurso Adesivo)
Advogado	Luiz Antônio Muniz Machado(OAB: 750 -A/DF)
Embargado	v.acordão
Embargado	Rosana Aparecida de Almeida Oliveira
Advogado	Moacir Akira Yamakawa(OAB: 1937-A/DF)

EMENTA: 1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADOÇÃO DE TESE EXPLÍCITA. INCONSISTÊNCIA DE ARGUMENTOS. OMISSÃO INEXISTENTE. Os embargos de declaração têm o seu cabimento restrito às hipóteses previstas nos artigos 535 da Lei Processual Civil e 897-A da CLT. Diga-se que mesmo quando almeja o prequestionamento, a parte deve observar os requisitos previstos nos referidos preceitos. Desse modo, revela-se despiciendo o manejo aclaratório com a pretensão apresentada pela parte quando restou adotada tese explícita sobre as matérias trazidas.

2. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-977-84.2011.5.10.0007

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	Beatriz Souza Dias
Advogado	Geraldo Marcone Pereira(OAB: 14038-N/DF)
Recorrido	Contax S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-N/DF)
Recorrido	Telemar Norte Leste S/A
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-N/DF)
Recorrido	Brasil Telecom S/A
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-N/DF)

EMENTA:

AUSÊNCIA DA PARTE AUTORA À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO: CONFISSÃO: IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS EXORDIAIS.

Recurso obreiro conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o recurso ordinário interposto pela parte Reclamante e, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador RelatorEm, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-977-67.2011.5.10.0821

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Agropecuária Vale do Araguaia Ltda. (Em Recuperação Judicial)
Advogado	Sônia Regina Marques Barreiro(OAB: 9072-N/DF)
Recorrido	Vanderlucio Antonio Franca
Advogado	Luis Fernando Pascotto(OAB: 21740-N/GO)

EMENTA:

- PAGAMENTO FORA DOS CONTRACHEQUES: NÃO COMPROVAÇÃO: DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS NOS RECIBOS DE PAGAMENTO: IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

- JORNADA DE TRABALHO: EXTRAPOLAÇÃO COMPROVADA: PARCELA DEVIDA: EXISTÊNCIA DE PAGAMENTOS: COMPENSAÇÃO DEFERIDA.

- FÉRIAS VENCIDAS: AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO: PROVA ORAL FAVORÁVEL AO OBREIRO: PARCELA DEVIDA.

Recurso patronal conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o recurso ordinário interposto pela Reclamada e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para julgar improcedente o pedido para reconhecimento da existência de pagamento de valores fora do contracheque e, por consequência, dos reflexos reconhecidos, inclusive quanto às diferenças no acerto rescisório, bem como para determinar a compensação das horas extras pagas e comprovadas nos contracheques, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ELKE DORIS JUST

Juíza Relatora

(Convocada)

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-984-59.2011.5.10.0821

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Agropecuária Vale do Araguaia Ltda (Em Recuperação Judicial)
Advogado	Sônia Regina Marques Barreiro(OAB: 9072-N/DF)
Recorrido	Genivaldo Duque Aragao
Advogado	Luis Fernando Pascotto(OAB: 21740-N/GO)

EMENTA: SALÁRIO POR FORA. Comprovado nos autos o pagamento de salário por fora, sob a rubrica de horas extras, devido o pagamento do salário marginal. VERBAS RESCISÓRIAS. Devida a incidência do pagamento das verbas rescisórias, uma vez que operada efetivamente a rescisão contratual por iniciativa da reclamada. HORAS EXTRAS. Confirmada pela testemunha do reclamante a jornada suplementar, impõe-se o deferimento das horas extras. DOBRA NAS FÉRIAS. A míngua de prova acerca do pagamento e usufruição das férias relativas ao período aquisitivo de 2009/2010, deve a reclamada arcar com o pagamento correspondente, de forma dobrada, inclusive o 1/3 constitucional. Recurso conhecido e provido em parte.

I- DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso da reclamada e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a parcela referente ao aviso prévio e fixar o dia 16/12/2010 como rermo final do contrato de trabalho, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ressalvas do Desembargador João Amílcar.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012 (data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-985-67.2011.5.10.0005

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Carlos Antonio da Silva
Advogado	Áurea Feliciana Pinheiro Martins(OAB: 11464-N/DF)
Recorrido	Syn da Amazonia Ltda.

EMENTA: REVELIA. CONFISSÃO FICTA. A revelia e suas consequências alçam as alegações do autor ao status de realidade processual, salvo nas hipóteses de confissão expressa do autor ou colisão entre o por ele alegado e a prova pré-constituída.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário para no mérito negar-lhe provimento.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-994-36.2011.5.10.0811

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Consorcio Rio Tocantins
Advogado	Fernando de Almeida Prado Sampaio(OAB: 235387-N/SP)
Recorrido	Josias Aguiar dos Santos
Advogado	André Luís Fontanele(OAB: 2910-N/TO)

EMENTA: HORAS IN ITINERE. NORMA COLETIVA. SUPRESSÃO. ILICITUDE. Padece de ineficácia a norma coletiva que, após a vigência da atual redação do art. 58, § 2º, da CLT, simplesmente elimina o direito ao recebimento das horas in itinere. Interpretação combinada dos arts. 7º, caput e inciso XXVI, e 114, da CF.

Precedentes.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário e no mérito negar-lhe provimento.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1001-25.2011.5.10.0812

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Pipes Empreendimentos Ltda
Advogado	Antônio Pimentel Neto(OAB: 1130-N/TO)
Recorrente	Elinesio Carvalho Fonseca (Recurso Adesivo)
Advogado	Orlando Rodrigues Pinto(OAB: 1092-A/TO)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA:

SUPRESSÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA COMPROVADO: REMUNERAÇÃO DEVIDA.

DESCONTO SALARIAL: AUTORIZAÇÃO NÃO COMPROVADA: RESTITUIÇÃO DEVIDA.

Recurso patronal conhecido e desprovido.

Recurso obreiro não conhecido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o recurso ordinário interposto pela Reclamada, não conhecer o recurso adesivo interposto pelo Reclamante e, no mérito, negar provimento ao recurso patronal, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1012-23.2011.5.10.0014

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	União (Ministério do Meio Ambiente)
Procurador	Mariana de Souza Piaz(OAB: 1362-N/DF)
Recorrido	Karita Pereira da Silva
Advogado	Suelen Silva Máximo(OAB: 27400-N/DF)
Recorrido	Capital Empresa de Serviços Gerais Limitada
Advogado	Tiago Camargo Thomé Maya Monteiro(OAB: 20660-N/DF)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Emergindo a ausência do elemento culposo, a inadimplência das obrigações trabalhistas, pelo empregador, afasta a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e no mérito dar-lhe provimento, para afastar a responsabilidade subsidiária da recorrente, julgando, ainda, prejudicado o exame das demais questões.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1025-50.2010.5.10.0016

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Ronaldo Eduardo Damasceno Ribeiro
Advogado	Fernando Luís Russomano Otero Villar(OAB: 14559-N/DF)
Recorrido	Laticinios Serrabella Ltda.

Advogado	Ricardo Alexandre Rodrigues Peres(OAB: 19992-N/DF)

EMENTA:

REPRESENTAÇÃO COMERCIAL: REGULARIDADE: VÍNCULO DE EMPREGO NEGADO.

Recurso obreiro conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o recurso ordinário e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1040-27.2011.5.10.0002

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Valdinei Oliveira Silva
Advogado	Hudson Linhares Batista(OAB: 9713-N/DF)
Recorrente	Dauto Coelho dos Santos
Advogado	Fernão Costa(OAB: 18283-X/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA:

- VÍNCULO DE EMPREGO: INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO LABOR EM PERÍODO ANTERIOR ÀQUELE RECONHECIDO NA DECISÃO RECORRIDA: IMPROCEDÊNCIA.

- HORAS EXTRAS: AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO: IMPROCEDÊNCIA.

- ADICIONAL DE INSALUBRIDADE: CONTATO EVENTUAL COM AGENTES NOCIVOS: PERÍCIA DESFAVORÁVEL: PAGAMENTO INDEVIDO.

Recurso obreiro conhecido e desprovido.

Recurso patronal não conhecido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, não conhecer o apelo patronal por deserto, conhecer o recurso obreiro e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ELKE DORIS JUST

Juíza Relatora

(Convocada)

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1048-04.2011.5.10.0002

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Caixa Economica Federal
Advogado	Osvaldo Caitano de Moraes(OAB: 101854-N/MG)
Recorrente	Jorge Passos Costa Cezario
Advogado	José Eymard Loguércio(OAB: 1441-A/DF)
Recorrente	Fundação dos Economiarios Federais Funcef
Advogado	Luiz Antônio Muniz Machado(OAB: 750-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Considerando que o pleito do reclamante refere-se a parcelas decorrentes da relação contratual que refletem nos proventos de aposentadoria, não há falar em incompetência desta Especializada para processar e julgar o presente feito, pois se trata de pedido oriundo da relação de trabalho, nos termos do art. 114, inciso I e IX, da CF/88. DA PRESCRIÇÃO TOTAL. Diferentemente do que

entende a recorrente, não se trata de alteração contratual e, ainda, as parcelas discutidas são referentes às diferenças salariais decorrentes do pacto laboral. Não há discrepância com a Súmula 294/TST e, tampouco, violação ao inciso XXIX do artigo 7º da Constituição Federal. CTVA. INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO PARA A FUNCEF. Evidenciada a natureza de gratificação e o cunho salarial da parcela CTVA, com consequente integração à remuneração do empregado, esta parcela deve integrar o salário de contribuição em face das próprias normas de regência que preveem a inclusão do cargo comissionado na base de cálculo. CONTRIBUIÇÕES À FUNCEF. SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO. BASE DE CÁLCULO. CTVA. INCIDÊNCIA. A CTVA corresponde a uma parte da remuneração do empregado ocupante de cargo comissionado e, no período em que foi paga, até porque conforme previsão inserta na norma concernente à matéria no sentido de que a função de confiança integra a base de cálculo das contribuições, deveria compor o salário de contribuição da obreira, bem como ser considerada no cálculo do benefício saldado. Recurso do reclamante conhecido e não provido. Recurso da primeira reclamada conhecido parcialmente e não provido. Recurso da segunda reclamada conhecido e não provido.

I- DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos recursos do autor e da segunda reclamada, fazendo-o parcialmente em relação ao recurso da primeira reclamada e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 11 de abril de 2012 (data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador RelatorEm, 11 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1051-48.2010.5.10.0016

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	Sa Correio Braziliense
Advogado	Guilherme Vieira Nunes Bandeira(OAB: 19310-N/DF)
Recorrido	Antonio Carlos de Oliveira
Advogado	Kátia Mendes Lôbo(OAB: 27353-N/DF)

EMENTA: LIDE. LIMITES. Narrados os fatos ensejadores do dissídio, e delimitado o bem da vida almejado pelo autor, a extrapolação desses limites cristaliza o julgamento ultra petita, violando os arts. 128 e 460 do CPC.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, limitando a condenação ao adicional das horas de percurso e reflexos.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1069-75.2011.5.10.0811

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	João Carlos Luiz dos Santos
Advogado	Maria Euripa Timóteo(OAB: 1263-B/TO)
Recorrido	Physical Extração Ind. e Com. de Minerios Ltda
Advogado	Cristiane Delfino Rodrigues Lins(OAB: 2119-B/TO)

EMENTA: 1. COMISSÕES - SALÁRIO SEM REGISTRO. Em face da negativa empresarial, o ônus de comprovar o pagamento de comissões e de salário sem registro, a ensejar o deferimento de diferenças, é do autor, porquanto fato constitutivo de seu direito, consoante dispõe o art. 818 da CLT e art. 333, I, do CPC. Não tendo o laborista se desvencilhado de seu encargo, não há como reconhecer o direito às verbas pleiteadas.

2. Recurso conhecido em parte e não provido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1070-30.2011.5.10.0821

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Juíza - ELKE DORIS JUST
Recorrente	Posto Tins Ltda Me
Advogado	Gercino Gonçalves Belchior(OAB: 10843-N/GO)
Recorrente	Fabio Bezerra Pimentel (Recurso Adesivo)
Advogado	Cleusdeir Ribeiro da Costa(OAB: 2507-N/TO)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: 1. JUSTA CAUSA. ABANDONO DE EMPREGO. ÔNUS DA PROVA. Versando a discussão em torno da ocorrência ou não de ato de suposto abandono de emprego (CLT, art. 482, alínea "i") praticado pelo autor a embasar sua dispensa por justa causa, sobre o reclamado recai o encargo de demonstrá-la (CLT, art. 818 c/c CPC, art. 333, II). Desse e modo, e porque não ficaram demonstrados o real afastamento do serviço e a intenção obreira, ainda que implícita, de romper o vínculo de emprego, mantém-se a decisão de primeiro grau que não reconheceu justificada a ruptura contratual.

2. INTERVALO INTRAJORNADA. CONCESSÃO PARCIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL N.º 307 DA SBDI-1 DO TST. A não-concessão total ou parcial do intervalo intrajornada, para repouso e alimentação, implica o pagamento total do período correspondente, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal trabalhada. Assim, comprovado nos autos que o obreiro não usufruía integralmente do período de descanso e alimentação, mostra-se correta a r. decisão de origem ao deferir o pagamento da parcela referida.

3. DANO MORAL. NÃO COMPROVAÇÃO. Para a caracterização do dano moral passível de reparação pelo empregador, mister se faz a demonstração cabal da prática de ações ou omissões deliberadas que redundem em ofensas morais como definidas. É necessário, portanto, que, uma vez demonstrado o constrangimento sofrido pelo autor, possa-se estabelecer um nexo de causalidade entre a ação do empregador e o prejuízo sofrido pelo empregado. No presente caso, nem sequer o dano ficou demonstrado, haja vista que inexistem nos autos elementos que autorizem tal conclusão.

4. Recurso patronal parcialmente conhecido e provido em parte. Recurso obreiro conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, acolher parcialmente a preliminar de não conhecimento suscitada pelo reclamante em sede de contrarrazões, conhecer parcialmente do apelo e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para excluir da condenação o pagamento da multa prevista no art. 467 da CLT, bem como a devolução de descontos a título de uniforme e telefone. Conhecer do recurso obreiro e, no mérito, negar-lhe provimento. Mantém-se o valor da condenação arbitrado na origem, porquanto guardada a pertinência. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1077-09.2011.5.10.0017

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Brb Banco de Brasilia Sa
Advogado	Braulio Henrique Lacerda da Natividade(OAB: 31715-N/DF)
Recorrente	Guilherme Alves Mendes
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva(OAB: 11776-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: 1. JUSTA CAUSA. ATO DE IMPROBIDADE. CONFIGURAÇÃO. RESILIÇÃO CONTRATUAL. PROPORCIONALIDADE. ÔNUS DA PROVA. Versando a presente discussão em torno da ocorrência ou não de ato de improbidade praticada pelo autor a embasar sua dispensa por justa causa, sobre o reclamado recai o encargo em demonstrá-la (CLT, art. 818, c/c CPC, art. 333, II), devendo fazê-lo de forma precisa e inequívoca, porquanto se trata da mais severa penalidade aplicada ao empregado no curso do contrato. O ato tido por faltoso deve ser comprovadamente eivado de gravidade, atentando-se, ainda, para a atualidade entre o ocorrido e a dispensa motivada, bem assim à proporcionalidade entre a sanção e seu comportamento. Na hipótese vertente, a conduta praticada pelo empregado, mesmo sem lesão ao patrimônio do reclamado, caracteriza a mencionada improbidade e, portanto, rompe a confiança sobre a qual se embasa a relação de emprego, implicando justo motivo para a rescisão contratual nos termos do art. 482, "a" da CLT.

2. DANO MORAL. NÃO COMPROVAÇÃO. Para a caracterização do dano moral passível de reparação pelo empregador, mister se faz a demonstração da prática de ações ou omissões deliberadas que redundem em ofensas morais como definidas. É necessário, portanto, que, uma vez demonstrado o constrangimento sofrido pelo autor, possa-se estabelecer um nexo de causalidade entre a ação do empregador e o prejuízo sofrido pelo empregado. Inexistindo, porém, demonstração sequer de ato capaz de provocar o dano alegado, não há como deferir o pedido de indenização por danos morais.

3. Recursos ordinários conhecidos. Provido o do reclamado e desprovido o do reclamante.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer dos recursos e, no mérito, negar provimento ao recurso do autor e prover o apelo patronal para reconhecer a justa causa na dispensa do obreiro, sendo indevidas as parcelas deferidas na r. sentença. Inverter o ônus da sucumbência, arbitrando as custas processuais a cargo do autor no importe de R$2.000,00(dois mil reais), calculadas sobre o valor dado à causa, dispensado em face do deferimento da gratuidade da justiça a fls. 603. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1078-33.2011.5.10.0101

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Manoel Barroso da Silva Filho
Advogado	Cleide Alves Guimarães(OAB: 14906-N/DF)
Recorrido	Casa Bahia Comercial Ltda.
Advogado	Carlos Eduardo Palinkas Neves(OAB: 215954-N/SP)

EMENTA: FÉRIAS. CONVERSÃO. ABONO PECUNIÁRIO. OPÇÃO. AUSÊNCIA. EFEITOS. A conversão de 10 (dez) dias do período de férias em abono pecuniário é faculdade conferida, pelo art. 143 da CLT, ao empregado. Sendo compulsório o ato, por determinação da empresa, o ilícito há de ser reparado.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e no mérito dar-lhe provimento, para acrescer às condenatórias o pagamento dos dez dias das férias relativas aos períodos aquisitivos de 2006/2007, 2007/2008 e 2008/2009.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1092-11.2011.5.10.0006

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Juíza - ELKE DORIS JUST
Recorrente	Papel Brasilia Papelaria e Presentes Ltda
Advogado	Marcelo Volkart de Carvalho(OAB: 80752-N/RS)
Recorrido	Patricia Mell Lopes de Araujo
Advogado	Paula Brunna Martins Lopes(OAB: 31699-N/DF)

EMENTA: RECURSO. PREPARO. A comprovação do depósito tratado no art. 899, da CLT, via fotocópia inautêntica, não revela o condão de demonstrar a regularidade do preparo, em razão de seu art. 830. A apresentação da versão original do documento, quando já esgotado o prazo recursal, não afasta o vício da deserção.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório e não conhecer do recurso, por deserto.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1094-90.2011.5.10.0002

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	Juliana de Souza Viana
Advogado	Magda Ferreira de Souza(OAB: 8364-N/DF)
Recorrido	Bunge Alimentos S/A
Advogado	Sérgio Luiz Silva(OAB: 8459-N/DF)

EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO. REQUISITOS. PROVA. ÔNUS. Negada a relação de emprego, mas ventilada outra modalidade de trabalho, incumbe à demandada o ônus da prova, como decorrência do alegado retratar fato impeditivo de direitos postulados em juízo (art. 333, inciso II, do CPC). Ressaindo do acervo probatório a ausência de trabalho subordinado, prevalece a tese lançada em contestação.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1099-91.2011.5.10.0009

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	União (Ministério da Saúde)
Procurador	Ana Cecilia Lapenda Farinha(OAB: 600424-N/DF)
Recorrido	Murillo Santos Moreira de Sousa
Advogado	Sebastião Alves Pereira Neto(OAB: 16467-N/DF)
Recorrido	Agape Empreendimentos e Serviços Ltda Epp

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Emergindo a ausência do elemento culposo, a inadimplência das obrigações trabalhistas, pelo empregador, não resulta na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso ordinário e no mérito dar-lhe provimento, para afastar a responsabilidade subsidiária da recorrente, estando prejudicada a análise dos demais temas.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-1106-41.2010.5.10.0002

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Embargante	Ciplan Cimento Planalto S.A.
Advogado	Airton Rocha Nóbrega(OAB: 5369-N/DF)
Embargado	v.acordão
Embargado	Rosinaldo dos Santos da Silva (Recurso Adesivo)
Advogado	Hudson Cunha(OAB: 9431-N/DF)

EMENTA: 1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. ADOÇÃO DE TESE EXPLÍCITA. INCONSISTÊNCIA DE ARGUMENTOS. NATUREZA PROTELATÓRIA. Os embargos de declaração têm o seu cabimento restrito às hipóteses previstas nos artigos 535 da Lei Processual Civil e 897-A da CLT. Inexistindo, porém, no julgado turmário os vícios apontados e evidenciada a natureza protelatória da medida processual oposta, deve ser aplicada a multa inserta no parágrafo único do art. 538 do Diploma Processual Civil à embargante.

2. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento. Aplicar à embargante multa de 1% (CPC, art. 538, parágrafo único), incidente sobre o valor atribuído à causa. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1130-20.2011.5.10.0007

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Elitania Nascimento de Sousa
Advogado	Raphael Locatelli(OAB: 33312-N/DF)
Recorrido	Monte Sinai Service Locação de Mão de Obra Ltda
Advogado	Ricardo Simões Xavier dos Santos(OAB: 21307-N/BA)
Recorrido	União (Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior)
Procurador	Fabiana Cavinatto Salibe Venzel(OAB: 600402-N/DF)

EMENTA: "DESVIO DE FUNÇÃO: PROVA ROBUSTA: CARACTERIZAÇÃO: DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDAS".(Desembargador Alexandre Nery de Oliveira). ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. SÚMULA Nº 331, IV, TST. Conforme já decidiu o E. STF, no julgamento da ADC nº 16/DF, é possível a responsabilização subsidiária da administração pública, nos contratos de terceirização, quando o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador decorrer de sua conduta culposa, isto é, de falha ou falta de fiscalização pelo órgão público contratante. Na hipótese dos autos, não há elementos que demonstrem a efetiva fiscalização do ente público à prestadora dos serviços, irregularidade esta que faz corroborar a tese da culpa in vigilando da Administração. Conclui-se, pois, que a situação em exame amolda-se ao contexto jurídico acima descrito, atraindo, desta forma, a aplicação da Súmula nº 331, V, do TST. Recurso conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial a fim de reconhecer a responsabilidade subsidiária da União pelas verbas deferidas, bem como conceder a multa do art. 467 da CLT, nos termos do voto do Desembargador Revisor que redigirá o acórdão. Vencido o Desembargador Alexandre Nery de Oliveira que lhe dava provimento.

Brasília (DF), 11 de abril de 2012. (data do julgamento)

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador Revisor e Redator Designado

Em, 11 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1162-19.2011.5.10.0009

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Banco do Brasil Sa
Advogado	Bruno Nascimento Coelho(OAB: 21811-N/DF)
Recorrido	James Van Costa Coelho
Advogado	Maria de Fátima Mendonça dos Santos(OAB: 17153-N/DF)

EMENTA:

- PRESCRIÇÃO: AJUIZAMENTO DO PROTESTO INTERRUPTIVO: LEGITIMIDADE DA CONTEC: VERBETE Nº 42/2009.

- BANCÁRIO: JORNADA LABORAL: FUNÇÃO DE CONFIANÇA: AUSÊNCIA DE FIDÚCIA DIFERENCIADA: HORAS EXCEDENTES DA SEXTA DIÁRIA DEVIDAS COMO EXTRAORDNIÁRIAS: CLT, ARTIGO 224, § 2º.

- HORAS EXTRAS: PERÍODO CONDENATÓRIO: ABRANGÊNCIA: DEVIDAS ENQUANTO INALTERADAS A JORNADA DE TRABALHO CUMPRIDA (08 HORAS) E A FUNÇÃO DESEMPENHADA: CUNHO DECLARATÓRIO DO PROVIMENTO JURISDICIONAL.

Recurso patronal conhecido em parte e, no mérito, desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer em parte o recurso ordinário interposto pelo Reclamado (Banco do Brasil S.A.) e, no mérito, negar-lhe provimento, assim mantendo íntegra a r. sentença de piso, tudo nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ELKE DORIS JUST

Juíza Relatora

(Convocada)

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1165-35.2011.5.10.0021

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Banco do Brasil Sa
Advogado	Mariana Oliveira Kmofel(OAB: 25200-N/DF)
Recorrente	Tiago Sousa Prado
Advogado	Marcos Vieira dos Santos(OAB: 24111-N/DF)
Recorrido	Os mesmos

EMENTA: DO RECURSO DO BANCO DO BRASIL: HORAS EXTRAS. ART. 224, § 2º, DA CLT. Não configura cargo de confiança bancária, nos termos do art. 224, § 2º, da CLT, o exercício de cargo em comissão cujas tarefas têm caráter técnico-operacional, sem fidúcia especial, delegação de responsabilidade do empregador ou subordinados (inteligência da Súmula 102 do Colendo TST). COMPENSAÇÃO. "O bancário não enquadrado no § 2º do art. 224 da CLT, que receba gratificação de função, não pode ter o salário relativo a horas extraordinárias compensado com o valor daquela vantagem" (TST, Súmula nº 109). A exceção conferida pela jurisprudência ao caso da CEF não guarda similitude com o Banco do Brasil. BASE DE CÁLCULO. A teor do art. 457 da CLT e da Súmula nº 264 do Colendo TST, devem compor a base de cálculo das horas suplementares todas as parcelas de natureza salarial percebidas pelo trabalhador, inclusive a gratificação semestral, quando paga todos os meses. SENTENÇA CONDICIONAL. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. O art. 460, parágrafo único, do CPC ressalva desde logo qualquer confusão que se pudesse fazer entre a sentença condicional e aquelas em que se reconhecem a existência de uma obrigação sujeita a termo ou a condição, como no caso concreto. Essas são legítimas, até porque nelas se manipulam fatos, conceitos e disposições inerentes ao direito substancial, propiciando sua observância. Recurso da parte reclamada conhecido parcialmente e parcialmente provido. DO RECURSO DO RECLAMANTE: BANCÁRIO. DIVISOR 150. Conforme a jurisprudência desta Eg. 2ª Turma, deve ser utilizado o divisor 150 para o cálculo das horas extras do bancário, tendo em vista que as normas coletivas preveem que as horas extras prestadas durante a semana refletirão nos repousos remunerados, inclusive em sábados e feriados e que o sábado é considerado como dia de repouso, e não útil não trabalhado. Recurso do reclamante conhecido e parcialmente provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Eg. Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso da reclamada e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para excluir nos reflexos das horas suplementares no RSR sobre trezenos, férias com adicional, licença prêmio, folgas, faltas abonadas, licenças-saúde e conversão em espécie de férias e de licenças prêmio, bem como sobre folgas e abono assiduidade. Vencido o Desembargador Alexandre Nery de Oliveira quanto a compensação. Conhecer do recurso obreiro e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para determinar o cálculo do salário-hora com a utilização do divisor 150. Mantido o valor da condenação arbitrado na origem, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012 (data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador RelatorEm, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1177-03.2011.5.10.0004

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Banco do Brasil Sa
Advogado	Maria Teresa Barbosa Campelo de Melo(OAB: 31558-N/DF)
Recorrente	Dimas Toledo da Silva
Advogado	Elizabeth Tostes Peixoto(OAB: 7311-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: 1. PREJUDICIAL DE MÉRITO. PROTESTO JUDICIAL. INTERRUPÇÃO DO FLUXO PRESCRICIONAL. A teor da regra prevista no art. 202, inc. II, do Código Civil, de aplicação subsidiária no processo trabalhista, o protesto judicial interrompe a prescrição. O Verbete n.º 42/2009 deste egrégio Regional pacificou a matéria, nos seguintes termos: "BANCO DO BRASIL. PRESCRIÇÃO. PROTESTO INTERRUPTIVO. O protesto judicial interrompe o prazo prescricional, seja ele bienal ou quinquenal, sendo que o tempo transcorrido entre a devolução do protesto e a data do ajuizamento da reclamação não deve ser descontado do período declarado imprescrito". No caso, considerando que o ajuizamento do protesto judicial pela confederação representativa da categoria profissional (CONTEC) ocorreu 18/11/2009, e que o autor foi beneficiado por essa medida, devem, pois, ser declaradas prescritas tão somente as pretensões anteriores a 18/11/2004.

2. HORAS EXTRAS. BANCÁRIOS. PLANO DE CARGOS COMISSIONADOS. CARGO DE CONFIANÇA. A jornada normal do bancário é de seis horas, conforme o disposto no caput do art. 224 da CLT. Assim, para que seja enquadrado na previsão do § 2.º do mesmo preceito e, por conseguinte, seja submetido à jornada de oito horas, mister se faz que o empregado exerça função de confiança especial e perceba adicional não inferior a 1/3 do salário do cargo efetivo. No caso sob exame, embora incontroversa a jornada de oito horas, não houve demonstração de que o reclamante realmente exercia as atribuições previstas no Plano de Cargos Comissionados, razão por que lhe é devido o pagamento, como extras, das horas excedentes à sexta hora diária de trabalho.

3. Recursos ordinários conhecidos e desprovido o patronal e provido o do autor.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer de ambos os recursos, acolher a prejudicial de prescrição, a fim de determinar seja observado o dia 18/11/2004 como sendo o início da condenação. No mérito propriamente dito, desprover o apelo patronal e dar parcial provimento ao recurso obreiro para: a) considerar como devidas as horas extras enquanto perdurar a situação fática atual; b) excluir a compensação das horas extras com a gratificação de função; c) incluir na base de cálculo das horas extras o adicional por mérito, a verba denominada "127-anuênios-decisão judicial" e, ainda, reflexos das horas extras nas faltas abonadas, folgas e licença prêmio usufruída. Em face do que ficou decidido, arbitrar à condenação o valor de R$22.000,00 (vinte de dois mil reais) e as custas processuais em R$440,00 (quatrocentos e quarenta reais). Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1180-29.2011.5.10.0821

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	Agropecuaria Vale do Araguaia Ltda (Em Recuperação Judicial)

Advogado	Sônia Regina Marques Barreiro(OAB: 9072-N/DF)
Recorrido	Lourenço Tavares Camara
Advogado	Luis Fernando Pascotto(OAB: 21740-N/GO)

EMENTA: 1. PENALIDADE PREVISTA NO ART. 467 DA CLT. VERBAS RESCISÓRIAS DEVIDAS. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE CONTROVÉRSIA REAL. Em virtude da inexistência de apresentação de controvérsia real e de pagamento na audiência inaugural de parcelas que se tornaram direito adquirido do obreiro, tais como férias vencidas, salário trezeno e aviso prévio, mister manter a sentença que deferiu a incidência da penalidade prevista no art. 467 da CLT sobre tais parcelas.

2. Recurso ordinário parcialmente conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1181-14.2011.5.10.0821

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	Agropecuaria Vale do Araguaia Ltda (Em Recuperação Judicial)
Advogado	Sônia Regina Marques Barreiro(OAB: 9072-N/DF)
Recorrido	Erisvan Lopes de Sousa
Advogado	Luis Fernando Pascotto(OAB: 21740-N/GO)

EMENTA: 1. FÉRIAS VENCIDAS QUITADAS E NÃO GOZADAS. PAGAMENTO DOBRADO. As férias, por constituírem um direito irrenunciável do trabalhador, mesmo que devidamente pagas, se não forem efetivamente gozadas, sujeitam o empregador ao pagamento dobrado previsto no art. 137. Assim, comprovado a ausência de usufruto das férias, mostra-se correta a r. decisão de origem ao condenar a ré ao pagamento em dobro do período postulado.

2. Recurso ordinário conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1183-04.2011.5.10.0006

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Juíza - ELKE DORIS JUST
Recorrente	Dina Viviani Billerbeck Ribeiro
Advogado	José Eymard Loguércio(OAB: 1441-A/DF)
Recorrido	Caixa Economica Federal

Advogado	Rafael Santana e Silva(OAB: 18997-N/DF)
Recorrido	Fundação dos Economiarios Federais Funcef
Advogado	Luiz Antônio Muniz Machado(OAB: 750-A/DF)

EMENTA: PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO. FUNÇÃO COMISSIONADA. NORMA REGULAMENTAR. Gratificação de função cujo importe é desdobrado em duas parcelas, quais sejam, aquele previsto na tabela da empregadora e seu complemento, que é denominado CTVA. Ainda que a fração suplementar ostente caráter transitório, enquanto solvida compõe o valor global da função comissionada, que de acordo com os regulamentos da patrocinadora e da entidade de previdência privada devem ser consideradas para as respectivas contribuições.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, rejeitar a preliminar suscitada em contrarrazões e conhecer do recurso. Afastando a incompetência absoluta pronunciada pelo órgão de primeiro grau, bem como a prejudicial de prescrição, no mérito dar-lhe parcial provimento, para determinar a consideração da parcela denominada CTVA no cálculo do benefício saldado e na complementação de aposentadoria da autora, além de deferir os benefícios da justiça gratuita e condenar as demandadas ao pagamento de honorários assistenciais.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1189-63.2011.5.10.0021

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	João Nonato Cardoso
Advogado	Antônio Rildo Pereira Siriano(OAB: 29403-A/DF)
Recorrido	Higiterc - Higienização e Terceirização Ltda
Recorrido	União (Tribunal de Contas da União)
Procurador	Ana Cecília Lapenda Farinha(OAB: 600383-N/DF)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Emergindo a ausência do elemento culposo, a inadimplência das obrigações trabalhistas, pelo empregador, não resulta na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e no mérito negar-lhe provimento.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-1195-95.2011.5.10.0821

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Embargante	Agropecuária Vale do Araguaia Ltda. (Em Recuperação Judicial)
Advogado	Sônia Regina Marques Barreiro(OAB: 9072-N/DF)
Embargado	v.acordão
Embargado	Antonio Mendes de Jesus
Advogado	Luis Fernando Pascotto(OAB: 21740-N/GO)

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: AUSÊNCIA DE VÍCIO TÉCNICO: OMISSÃO INEXISTENTE: REJEIÇÃO.

Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer e rejeitar os embargos de declaração opostos, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1196-64.2011.5.10.0018

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargadora - MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA
Recorrente	União (Câmara dos Deputados)
Procurador	Mariana de Souza Piaz(OAB: 1362-N/DF)
Recorrido	Valdeci Ferreira Nobre da Silva
Advogado	José Augusto Santos da Conceição(OAB: 34126-N/DF)
Recorrido	Visual - Locação, Serviços, Construção e Mineração Ltda

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Emergindo a ausência do elemento culposo, a inadimplência das obrigações trabalhistas, pelo empregador, não resulta na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, afastar a preliminar suscitada e conhecer do recurso. No mérito dar-lhe provimento, para afastar a responsabilidade subsidiária da recorrente.

Em, 11 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1200-20.2011.5.10.0821

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Posto Tins-Cariri Ltda-Me e Outro
Advogado	Nilva Mendes do Prado(OAB: 7803-A/GO)
Recorrente	Posto Tins Ltda Me
Recorrido	Clariam Rodrigues Antas
Advogado	Sávio Barbalho(OAB: 747-N/TO)

EMENTA:

CONVOLAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL POR ABANDONO DE EMPREGO EM DEMISSÃO IMOTIVADA: JUSTA CAUSA AFASTADA: DATA DA RESCISÃO.

Convolada a ruptura contratual em demissão imotivada, por não comprovado o abandono de emprego que ensejaria a rescisão contratual motivada denunciada pelo empregador na ação de consignação em pagamento de verbas rescisórias, deve-se considerar como data de baixa na CTPS a data do ajuizamento da consignatória, já que evidenciado o ânimo de extinção contratual, observada, se o caso, a projeção do aviso prévio.

Recurso ordinário patronal conhecido em parte, preliminar rejeitada e, no mérito, desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer em parte o recurso ordinário patronal, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ELKE DORIS JUST

Juíza Relatora

(Convocada)

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1213-49.2011.5.10.0811

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Redator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	Consórcio Rio Tocantins
Advogado	Fernando de Almeida Prado Sampaio(OAB: 235387-N/SP)
Recorrido	Lindolfo Francisco de Souza Filho
Advogado	André Luís Fontanele(OAB: 2910-N/TO)

EMENTA:

IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO: PROCURAÇÃO OUTORGADA AO SUBSCRITOR DO RECURSO É CÓPIA INAUTÊNTICA: NÃO HOUVE MANDATO "APUD ACTA".

Recurso não conhecido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório e não conhecer o recurso do Reclamado; designado Redator para o acórdão o Desembargador Revisor Alexandre Nery de Oliveira. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Revisor designado Redator para o acórdãoEm, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1217-76.2011.5.10.0103

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Condominio do Complexo Comercial Taguatinga Shopping
Advogado	Márcio Machado Vieira(OAB: 13458-N/DF)
Recorrido	Paulo Barbosa Freire
Advogado	Ludmila de Jesus Barros(OAB: 28954-N/DF)

EMENTA: 1. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. A caracterização do labor em condições periculosas ocorre por intermédio de perícia técnica (artigo 195 da CLT). Tendo a prova pericial concluído pelo trabalho em condições de risco acentuado e inexistindo nos autos outros elementos a elidi-la, devido é o adicional de periculosidade nos termos do Anexo 2 da da NR n.º 16 do Ministério do Trabalho.

2. Recurso conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1268-05.2011.5.10.0001

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Maria de Lourdes Sales Marques
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)
Recorrido	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	Agnaldo Nunes da Silva(OAB: 11336-N/DF)

EMENTA:

ECT: TRANSFERÊNCIA DE EMPREGADO A PEDIDO: PREVISÃO EM NORMATIVO INTERNO: REQUISITOS: ATO DISCRICIONÁRIO DA EMPREGADORA: CRITÉRIOS DE OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA: AUSÊNCIA DE CULPA DA

EMPRESA NA MORA AO ATENDIMENTO AO PEDIDO: INDENIZAÇÃO INDEVIDA: SENTENÇA MANTIDA.

Recurso do Reclamante conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o recurso ordinário obreiro e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ELKE DORIS JUST

Juíza Convocada

Relatora

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1269-54.2011.5.10.0012

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	Alisson Evangelista Silva(OAB: 23457-N/DF)
Recorrido	Luis Alberto de Oliveira Macedo
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)

EMENTA: 1. INTERVALO INTRAJORNADA. CLT, ARTIGO 71, §4.º. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL N.º 307 DA SBDI-I DO TST. A Orientação Jurisprudencial n.º 307 do TST deixa claro que a não-concessão do intervalo intrajornada, ainda que parcial, enseja o pagamento total do período, acrescido de 50% sobre a hora normal trabalhada. Assim, tendo o laborista direito ao gozo de, no mínimo, um hora de intervalo, consoante artigo 71, caput, porém, tendo-lhe sido concedido intervalo reduzido, deve o empregador suportar o pagamento da hora integral, com 50% de acréscimo.

2. Recurso conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1282-53.2011.5.10.0012

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Daniel Heringer Carlos Aires
Advogado	Milena Teixeira da Silva(OAB: 31641-N/DF)
Recorrido	Serviço de Apoio As Micro e Pequenas Empresas do Df
Advogado	Aquiles Rodrigues de Oliveira(OAB: 1145-N/DF)

EMENTA: 1. CONTRATO DE ESTÁGIO. DESVIRTUAMENTO. SEBRAE. QUALIDADE DE SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO. CONTRATAÇÃO SEM OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS PREVISTOS NO ART. 37, INC. II E § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONTRATO NULO. Havendo demonstração de

desvirtuamento no contrato de estágio, por não estar o estagiário submetido a regular e permanente acompanhamento ou supervisão em seu trabalho pelo supervisor pedagógico da instituição de ensino, bem como pelo fato de ele não se ativar em atividades condizentes com a diretriz curricular da cadeira acadêmica que escolheu, haveria de ser reconhecida a existência do vínculo de emprego do autor com o acionado. Todavia, concebendo-se que o SEBRAE está obrigado a respeitar os princípios previstos no art. 37, inc. II e § 2º, da Constituição Federal, porquanto detém a qualidade de serviço social autônomo (precedentes), o que não fez no caso, deve ser declarada a nulidade do contrato de trabalho havido entre as partes, na forma prevista na Orientação Jurisprudencial nº 366 da SDI-1 do col. TST.

2. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para declarar a irregularidade do contrato de estágio, reconhecendo porém a nulidade do contrato de trabalho havido entre as partes e, assim, condenar o réu a pagar diretamente ao reclamante indenização referente aos depósitos de FGTS não recolhidos no período de 7/8/2007 a 8/10/2009, sem a incidência da indenização de 40%. Sobre a parcela objeto da condenação, a ser apurada em regular liquidação de sentença por cálculos, incidirá juros e correção monetária na forma da lei e das Súmulas nºs 200 e 381 e da Orientação Jurisprudencial n.º 302 da SDI-1, todas do col. TST. A verba deferida detém natureza indenizatória, pelo que não haverá incidência de INSS e IR. Independentemente do trânsito em julgado, determina-se a expedição de ofício ao Ministério Público do Trabalho, com cópia da petição inicial, da peça contestatória e desta decisão para que tome as providências que entender pertinentes em face da irregularidade constatada, especificamente considerando, por violação do disposto no inc. II e § 2.º do art. 37 da Lei Maior, a contratação irregular de trabalhador sem concurso público e a possibilidade de reiterada conduta nesse sentido. Em atenção à IN n.º 9 do col. TST, inverte-se o ônus da sucumbência, arbitra-se novo valor à condenação em R$5.000,00(cinco mil reais) e fixam-se as custas processuais em R$100,00(cem reais) a cargo do acionado. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1285-11.2011.5.10.0011

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Direcional Taguatinga Engenharia Ltda
Advogado	Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 25136-N/DF)
Recorrente	Edimar de Sousa Delfino (Recurso Adesivo)
Advogado	Fábio Dutra Cabral(OAB: 27746-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO APRESENTADOS COM VÍCIO DE IRREGULARIDE DE REPRESENTAÇÃO. CONSEQUÊNCIAS. A interposição de embargos de declaração viciados pela irregularidade de representação não tem o condão de interromper o prazo para a apresentação do recurso ordinário, consoante artigo 538 do CPC, situação que enseja o não conhecimento deste apelo, porquanto intempestivo. RECURSO ADESIVO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO PRINCIPAL. CONSEQUÊNCIAS. A teor da orientação contida no inciso III do artigo 500 do CPC, o não conhecimento do recuro principal implica idêntica sorte ao recurso adesivamente interposto. Recursos da reclamada e do reclamante não conhecidos.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Eg. 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório e, por maioria, não conhecer dos recursos interpostos, nos termos do voto do Desembargador Relator. Vencido o Desembargador Revisor que deles conhecia.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012 (data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador RelatorEm, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1402-17.2011.5.10.0006

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	Elevadores Otis Ltda.
Advogado	Alexandre Strohmeyer Gomes(OAB: 8535-N/DF)
Recorrente	Jose Tarcisio Guimaraes (Recurso Adesivo)
Advogado	Leandro Oliveira Alves(OAB: 25014-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: 1. ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA. DISPENSA OBREIRA CONTRÁRIA À PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. OBTENÇÃO DE NOVO EMPREGO PELO RECLAMANTE. PREJUÍZO RELATIVO A ESSE INTERREGNO. INDENIZAÇÃO LIMITADA. A estabilidade prevista em instrumento coletivo, especificamente alusiva à garantia de emprego aos empregados em vias de obter o direito à aposentadoria objetiva impedir que o empregado seja dispensado antes de preenchidos os requisitos para o percebimento do benefício previdenciário. Conquanto a cláusula normativa não faça nenhuma distinção específica quanto à modalidade da aposentadoria a ser observada pelo trabalhador, se integral ou proporcional, o intérprete deve compreendê-la na forma mais favorável ao trabalhador, haja vista a aplicação do princípio da proteção, consubstanciado no art. 8º da CLT, e à luz do princípio basilar da boa-fé. De mais a mais, é despiciendo referir a elementar regra de hermenêutica segundo a qual ao intérprete não é dado distinguir onde a lei não o fez. Verificado, porém, que a conduta prejudicial do empregador em relação ao obreiro, com o ato da dispensa, deu-se apenas em relação ao período existente entre a projeção do aviso prévio e a sua contratação por novo empregador, há de haver pagamento de indenização no interregno respectivo.

2. Recursos ordinários conhecidos e desprovidos.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer dos recursos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº EDED-RO-1409-25.2010.5.10.0012

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Embargante	Alexandre de Souza Pereira
Advogado	Dalmo Rogério S. de Albuquerque(OAB: 10010-N/DF)

Embargado	v. acórdão
Embargado	Associação das Pioneiras Sociais
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES. OBSCURIDADE. O inconformismo com o resultado do julgamento é pretensão que deve ser levada a efeito mediante a interposição do recurso adequado, pois escapa ao âmbito da integração do julgado. Embargos de declaração conhecidos e não providos.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Eg. 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento (v. fls. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012 (data do julgamento)

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1416-80.2011.5.10.0012

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Wagner de Sousa Bastos
Advogado	Jonas Duarte José da Silva(OAB: 6083-N/DF)
Recorrido	Empresa Brasil de Comunicacao S.A. - Ebc
Advogado	Marco Fridolin Sommer dos Santos(OAB: 27299-N/DF)

EMENTA:

"ABONO SALARIAL: PREVALÊNCIA DE CLÁUSULA FIXADA EM ACORDO COLETIVO: NATUREZA SALARIAL CONVENCIONADA: PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS PEDIDOS.

As convenções ou acordos coletivos têm plena validade quando legitimamente pactuados, sendo aptos a estabelecer parâmetros normativos para as categorias envolvidas na negociação, devendo prevalecer os termos convencionados. No caso da EBC, os ACT celebrados a partir de 11/2005 estabeleceram expressamente a natureza salarial do abono concedido, sendo devida a sua integração ao salário, observado o duodécimo da parcela, já que pago de uma única vez, bem como os reflexos pertinentes." (RO-0001444-06.2010.5.10.0005, Rel. Des. Alexandre Nery de Oliveira, publicado no DJE de 27/01/2012, pág. 185).

Preliminar rejeitada, recurso obreiro parcialmente conhecido e provido em parte.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, rejeitar a preliminar de admissibilidade, conhecer parcialmente o recurso e, no mérito, dar parcial provimento ao apelo obreiro para reconhecer a natureza salarial da parcela abono salarial concedido no ACT 2006/2007 e condenar a Reclamada ao pagamento de seus reflexos, até 31/10/2007, mais diferenças salariais e repercussões, a contar de 01/11/2007 e honorários assistenciais no importe de 15% sobre o valor da condenação, invertidos os ônus de sucumbência, com custas pela Reclamada no importe de R$ 400,00, calculadas sobre R$ 20.000,00, valor arbitrado à condenação, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ELKE DORIS JUST

Juíza Relatora

(Convocada)

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1480-72.2011.5.10.0018

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Rodrigues e Siqueira Confecções Ltda e Outros
Advogado	Rubens Curcino Ribeiro(OAB: 22517-N/DF)
Recorrente	Pinheiro e Pinheiro Comércio de Confecções Ltda (Magazine da Economia)
Recorrente	Stilo Confeccoes e Calcados Ltda Me
Recorrente	Pinheiro e Estrela Comércio de Confecções Ltda (Magazine da Economia)

Recorrente	Monique Confecções e Calçados Ltda (Magazine da Economia)
Recorrente	Lc Comércio de Confecções Ltda (Magazine da Economia)
Recorrido	Elias Francisco Silva Junior
Advogado	Anderson Ferreira Gonçalves(OAB: 21145-N/DF)

EMENTA: 1. GRUPO ECONÔMICO. EMPREGADOR ÚNICO. É pacífica na doutrina e na jurisprudência a absorção pelo Direito pátrio da solidariedade passiva dos integrantes do grupo econômico. Assim, configurado o grupo econômico, as empresas dele integrantes constituem empregador único, para todos os fins, e respondem solidariamente pelos haveres trabalhistas dos seus empregados, e é irrelevante a demonstração de existência ou não de direção, controle ou administração de uma sobre a outra. Inteligência do § 2º, do art. 2º da CLT.

2. MULTA CONVENCIONAL. Verificado nos autos que houve descumprimento da cláusula convencional por parte da empregadora do autor quanto à concessão de folgas aos domingos, dentro do mesmo mês e na mesma proporção daqueles trabalhados, é devida a respectiva multa.

3. Recurso conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer do recurso, rejeitar a preliminar arguida e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1483-72.2011.5.10.0003

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Comissaria Aerea Brasilia Ltda
Advogado	Carlúcio Campos Rodrigues Coelho(OAB: 7480-N/DF)
Recorrido	Alexandre Paz Barbosa
Advogado	Plautro Moreira da Cruz(OAB: 23596-N/DF)

EMENTA: 1. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. CARACTERIZAÇÃO. Demonstrado, mediante prova técnica, que o autor desempenhava suas tarefas em área de risco acentuada - área de abastecimento de aeronaves - devido é o pagamento do adicional de periculosidade.

2. Recurso ordinário conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1500-96.2011.5.10.0007

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Atacadão dos Peixes Comercio de Pescados Ltda
Advogado	Oliveira Belchior Ribeiro(OAB: 4830-N/DF)
Recorrido	Ribanaldo Farias de Sousa
Advogado	Alexandre Benevides Cabral(OAB: 7-N/DF)

EMENTA: 1. JUSTA CAUSA. DUPLA PUNIÇÃO. A justa causa constitui forma de dispensa oriunda de falta grave cometida pelo empregado, resultando na terminação do vínculo de emprego por motivo devidamente evidenciado, em conformidade com as hipóteses delineadas no artigo 482 consolidado. Sua aplicação, todavia, sujeita-se à atualidade, à proporcionalidade entre o ato faltoso e a punição, a que o fato imputado ao empregado seja

determinante na ruptura contratual, e que não tenha sido objeto de outra punição. No caso dos autos, o fato que gerou a aplicação da justa causa foi motivo de advertência e não surgiu nenhum fato novo que ensejasse a demissão motivada. Assim, o desligamento com vistas a ensejar a rescisão do contrato de trabalho sob o manto da justa causa pelo mesmo ato faltoso não se viabiliza, ante a vedação do bis in idem.

2. Recurso conhecido e não provido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1502-69.2011.5.10.0006

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Tania Heloisa de Souza Vicente
Advogado	Gustavo Lima Braga(OAB: 11627-N/DF)
Recorrido	Izabel Cristina Felix da Silva
Advogado	Kleber Vinícius Bezerra Camelo de Melo(OAB: 11-N/DF)

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento para afastar a condenação imposta à reclamada na origem, inclusive no tocante à multa do art. 477 da CLT,

Ante o provimento do recurso, inverte-se o ônus da sucumbência, fixando-se as custas, pela reclamante, em R$129,24, calculadas sobre o valor dado à causa (R$6.462,47). Nos termos do voto do Desembargador Relator. Vencido o Desembargador João Amílcar. Obs.: O Representante do Ministério Público do Trabalho opinou pelo prosseguimento do recurso.

BRASÍLIA (DF), 18 de abril de 2012 (data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador RelatorEm, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1524-33.2011.5.10.0102

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Itau Unibanco S.A.
Advogado	Cristiana Rodrigues Gontijo(OAB: 6930-N/DF)

Recorrente	Essa Empreendimentos e Serviços S/A (Recurso Adesivo)
Advogado	Sebastião Alves Pereira Neto(OAB: 16467-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	José Jales de Sousa
Advogado	Flávia Meira Camelo Domingos(OAB: 28903-N/DF)

EMENTA: 1. RECURSO DO PRIMEIRO RECLAMADO. CONDIÇÃO DA AÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. Consoante dispõe o art. 267, IV, do CPC, extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual. Assim, constatado a ilegitimidade passiva ad causam do primeiro réu, impõe-se a extinção do feito sem resolução de mérito, nos termos do referido dispositivo legal.

2. RECURO DO SEGUNDO RECLAMADO. NÃO CONHECIMENTO. DESERÇÃO. Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, salvo quando a empresa pleiteia sua exclusão da lide. Assim, tendo o primeiro reclamado pleiteado sua exclusão da lide e como o segundo litisconsorte não comprovou o recolhimento das custas e do depósito recursal, impõe-se o não conhecimento do recurso, em face da deserção. Incidência da Súmula n.º 128 do col. TST.

3. Recurso do primeiro reclamado conhecido e preliminar de ilegitimidade passiva acolhida. Recurso do segundo reclamado não conhecido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, rejeitar a preliminar de não conhecimento suscitada pelo reclamante em sede de contrarrazões, conhecer do recurso do primeiro reclamado, rejeitar a preliminar de incompetência material da Justiça do Trabalho e acolher a preliminar de ilegitimidade ad causam, para declarar a ilegitimidade do ITAÚ UNIBANCO S.A. para compor o polo passivo da demanda, por conseguinte, extinguir o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do CPC. Não conhecer do recurso do segundo reclamado. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1637-36.2011.5.10.0021

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Dlf Engenharia Comercio e Representação Ltda
Advogado	Dalmo Rogério S. de Albuquerque(OAB: 10010-N/DF)
Recorrente	Fabio Augusto de Sousa Santos (Recurso Adesivo)
Advogado	Judson de Araújo Gurgel(OAB: 25414-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: 1. ENQUADRAMENTO SINDICAL. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. INAPLICABILIDADE. É norma consolidada (arts. 511, 570 e 577 da CLT) que o enquadramento sindical ocorre em função da atividade econômica preponderante na empresa em que o trabalhador ativar-se, à exceção dos casos em que integrar categoria profissional diferenciada, quando o enquadramento observa a profissão exercida, onde quer que o seja. Ressaindo dos autos que a reclamada desenvolve uma multiplicidade de atividades, não havendo nos autos nenhuma comprovação de que o desempenho de uma prepondera sobre as outras, constata-se que ela é representada pelo sindicato apontado na exordial, sendo, portanto, a ela aplicáveis as normas previstas nos respectivos instrumentos coletivos. Precedentes.

2. JORNADA DE TRABALHO EM REGIME DE COMPENSAÇÃO. 12X36. PERÍODO NOTURNO. HORA REDUZIDA. LABOR EM SOBRETEMPO. COMPATIBILIDADE. HORAS EXTRAS DEVIDAS. Mesmo sendo realizado o trabalho na escala de 12x36 horas, não pode ser desconsiderada a redução da hora noturna fixada em lei, por observância obrigatória da regra constante do art. 73, § 1º, da CLT, a qual visa garantir a higidez física e mental do trabalhador, conforme atual e iterativa jurisprudência no âmbito da SDI-1 do col. TST. Desse modo, e constatada a existência de diferenças de horas extras não pagas, em razão da não redução da hora ficta noturna e do fato de que a jornada de trabalho desenvolvida pelo reclamante perdurava das 19h às 7h do dia seguinte, deve ser a reclamada condenada ao respectivo pagamento.

3. Recursos ordinários conhecidos, sendo parcialmente o apelo patronal, e provido apenas o do obreiro.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório e conhecer dos recursos, sendo parcialmente do apelo patronal. No mérito, negar provimento ao recurso da reclamada e prover o do obreiro para acrescer à condenação 1h15 como extra ficta noturna, no período de fevereiro de 2008 a junho de 2011, acrescida do adicional de 50%, com reflexos em férias acrescidas do terço constitucional, aviso prévio e FGTS com a indenização de 40%. Para atendimento do disposto no art. 832, § 3º, da CLT, com a redação conferida pela Lei nº 10.035/2000, declarar que, das parcelas objeto da condenação, possuem natureza salarial, passível de incidência previdenciária, a hora extra e seu reflexo em décimo terceiro salário e aviso prévio. Em face dessa decisão, arbitrar novo valor à condenação no importe de R$10.000,00(dez mil reais), fixando as custas processuais em R$200,00(duzentos reais). Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1670-20.2010.5.10.0002

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Juíza - ELKE DORIS JUST
Recorrente	Maria Francisca de Oliveira
Advogado	Davi Rodrigues Ribeiro(OAB: 23455-N/DF)
Recorrido	Massa Falida de Zl Ambiental Ltda (Sindico Paulo Pacheco de menezes Neto)
Recorrido	Fundação Universidade de Brasilia
Advogado	Leila Poconé Dantas(OAB: 4576-N/SE)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Emergindo o elemento culposo, inadimplência das obrigações trabalhistas, pelo empregador, resulta na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, ainda que ele integre a administração pública. MASSA FALIDA. CONTRATO DE TRABALHO. RESCISÃO. MULTA DO ARTIGO 477, § 8º, DA CLT. A rescisão do contrato de trabalho, antes da decretação da falência, não afasta a aplicação da multa do art. 477, § 8º, da CLT, pois à época nada impedia a oportuna solução das verbas rescisórias.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e no mérito dar-lhe provimento, para atribuir à segunda litisconsorte passiva a responsabilidade subsidiária pelo pagamento das verbas reconhecidas em favor da autora, alcem de acrescer às condenatórias as multas previstas nos arts. 467 e 477, §º da CLT.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-1689-96.2010.5.10.0011

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Agravante	Confea - Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia
Advogado	João de Carvalho Leite Neto(OAB: 19914-N/DF)
Agravante	Rivanildo Lima Moura
Advogado	Karla Cristina Ferreira(OAB: 13899-N/DF)
Agravado	Os Mesmos

EMENTA: 1. CONSELHO PROFISSIONAL. PROCESSAMENTO DA EXECUÇÃO. SUBMISSÃO AO REGIME DE PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.

É cediço que os Conselhos de Classe exercem função de ordem pública, dado que desempenham atividade de fiscalização do exercício profissional, sendo certo, entretanto, que esses órgãos são mantidos por meio de contribuições arrecadadas de seus membros e não pelos cofres públicos, além de que não se submetem a controle político do chefe do poder executivo, nem à supervisão ministerial, autogovernando-se com absoluta independência em relação ao restante da administração pública, de modo que são considerados autarquias especiais. Embora detenham essa natureza, eles não usufruem de forma ampla e irrestrita das mesmas prerrogativas previstas para a Fazenda Pública, entre elas a execução por precatório.

2. ACORDO JUDICIAL. CLÁUSULA PENAL. ATRASO NO PAGAMENTO DA ÚNICA PARCELA. INCIDÊNCIA DA MULTA PACTUADA. "O objeto da uniformização da jurisprudência doméstica, dessa forma, tem como núcleo as consequências do atraso de uma das parcelas sucessivas, e não a alteração do pactuado entre as partes, até mesmo porque tal aspecto vem literalmente ressalvado no final do verbete. E mais, não houve o descumprimento parcial da obrigação - pois ela consistia em parcela única -, além da devedora, quando do ato, não haver apresentado mínima justificativa a amparar a mora.

Entendendo, pois, que a decisão agravada fere a garantia constitucional da coisa julgada - inclusive sob a ótica do direito intertemporal -, dou provimento ao agravo do exequente e determino a execução da multa, em sua integralidade."

(Desembargador João Amílcar)

3. Agravos de petição conhecidos e desprovido o apelo patronal e provido o do exequente.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer dos agravos de petição e, no mérito, negar provimento ao apelo da executada e prover o recurso obreiro para determinar a execução da multa prevista no acordo sobre a totalidade do valor nele estipulado. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),11 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 11 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1742-98.2011.5.10.0801

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Recorrente	Marcos Eduardo Marques da Silva
Advogado	Murilo Braz Vieira(OAB: 4863-N/TO)
Recorrido	Companhia Brasileira de Distribuição
Advogado	Debora Renata Lins Cattoni(OAB: 5169-N/RN)

EMENTA:

RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO: RECONHECIMENTO.

Recurso conhecido e provido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o recurso e, no mérito, dar-lhe provimento para reconhecer a rescisão indireta do contrato de trabalho, e assim, condenar a Reclamada ao pagamento do aviso prévio indenizado, salário do mês de agosto/11, saldo de salário de julho/2011, 13º salario proporcional 2011, férias 2010/2011, com acréscimo de 1/3, FGTS e multa de 40%, bem como para fixar os honorários assistenciais em 15%, nos termos da fundamentação. Em consequência, invertendo os ônus da sucumbência, fixando custas pela Reclamada no importe de R$ 78,48, calculadas sobre o valor atribuído à causa (R$ 3.924,47) e acolhido para os devidos fins, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ELKE DORIS JUST

Juíza Relatora

(Convocada)Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1830-36.2011.5.10.0802

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Redator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	União
Procurador	André Luis Rodrigues de Souza(OAB: 1429-N/DF)
Recorrido	Iberoamericana Consultoria e Serviços Ltda-Me

EMENTA:

-"AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA. FIXAÇÃO. CRITÉRIOS. 1. Ação civil pública proposta pela União, com o objetivo de obter ordem judicial de bloqueio de créditos da empresa prestadora de serviços, para a quitação de

débitos trabalhistas dos empregados vinculados ao contato administrativo. 2. A competência em razão da matéria é estabelecida, de ordinário, pela causa de pedir e correspondente pedido. Estando ambos situados como decorrência dos contratos de empregos, a competência para processar e julgar o litígio é da Justiça do Trabalho."(Desembargador João Amílcar, Relator Original).

-AÇÃO CIVIL PÚBLICA: PEDIDO DE LIMINAR DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA REITERADO PERANTE O TRIBUNAL: POSSIBILIDADE: CASO DE SUSTAÇÃO DE PAGAMENTO DE FATURAS DEVIDAS PELA UNIÃO À EMPRESA DE TERCEIRIZAÇÃO: DEFERIMENTO.

Não há impedimento a que o Tribunal, convencido da presença das premissas liminares ensejadoras da antecipação de tutela, assim examine esse pedido, mesmo que sobre ele se tenha silenciado o Juiz sentenciante, já que a questão de urgência invocada não se submete às premissas de duplo grau, não por menos podendo haver cautelas deferidas de imediato no segundo grau de jurisdição, ainda que silente o primeiro.

Recurso conhecido e provido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer e dar provimento ao recurso ordinário interposto pela União, para reconhecer a competência da Justiça do Trabalho, determinando o retorno dos autos à origem para prosseguir como de direito, deferindo, desde logo, por presentes os requisitos legais, a antecipação de tutela requerida, assim determinando a sustação do pagamento das faturas devidas pela União à Ré desde setembro de 2011, tudo nos termos do voto do Desembargador Alexandre Nery de Oliveira, designado Redator para o acórdão. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 11 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador designado Redator para o acórdãoEm, 11 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1834-12.2011.5.10.0014

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	Maria do Socorro Laurinda da Silva
Advogado	Marcone Guimarães Vieira(OAB: 9336-N/DF)
Recorrido	Companhia Nacional de Abastecimento Conab
Advogado	Eder Jacoboski Viegas(OAB: 11532-N/ES)

EMENTA: CONAB. PROMOÇÕES POR MÉRITO. As promoções nas empresas cujo pessoal é organizado em quadro de carreira têm base nos critérios de merecimento e antiguidade, alternativamente aplicados (CLT, art. 461, §§ 2º e 3º). A concessão anual automática, desconectada de avaliação qualitativa da prestação de serviços, descaracteriza o instituto da promoção por mérito. Recurso parcialmente conhecido e não provido.

I DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na respectiva certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 11 de abril de 2012(data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador Relator

Em, 11 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1856-09.2011.5.10.0002

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Lmo Comercio de Alimentos Ltda
Advogado	Daniel Ayres Kalume Reis(OAB: 17107 -N/DF)
Recorrido	Leonardo Dourado Camelo
Advogado	José Orlando de Amorim(OAB: 21011-N/DF)

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, por maioria, negar-lhe provimento, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos, nos termos do voto do Desembargador Relator. Vencido o Desembargador Alexandre Nery de Oliveira nos termos do voto que fará juntar. Ressalvas do Desembargador João Amílcar. Obs. O Representante do Ministério Público do Trabalho opinou pelo prosseguimento do recurso.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012 (data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador RelatorEm, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1970-39.2011.5.10.0101

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Ricardo da Silva Rabelo
Advogado	Sérgio Luiz dos Santos(OAB: 8328-N/DF)
Recorrido	Accert Transportes e Logistica Ltda
Advogado	Cosmevaldo Ramos da Silva(OAB: 24212-N/DF)

EMENTA: 1. RECURSO ORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE ATAQUE AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. NÃO CONHECIMENTO. Não se conhece de recurso quando a parte deixa de apresentar os fundamentos de fato e de direito com os quais almeja a modificação do julgado (CPC, art. 514, II). Incidência da Súmula n.º 422 do col. TST.

2. Recurso ordinário não conhecido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório e não conhecer do recurso ordinário, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-2135-83.2011.5.10.0102

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Recorrente	Promarket Promoção de Eventos Comunicação e Consultoria
Advogado	Ricardo Coelho de Medeiros(OAB: 21791-N/DF)
Recorrido	Douglas Ferreira de Castro
Advogado	Marco Guimarães Grande Pousa(OAB: 19013-N/DF)

EMENTA:

- HORAS EXTRAORDINÁRIAS: ESTABELECIMENTO COM MENOS DE 10 (DEZ) FUNCIONÁRIOS: INAPLICABILIDADE DO TEOR DA SÚMULA Nº 338/TST: ÔNUS DA PROVA PERTENCENTE AO AUTOR: IMPRESTABILIDADE DO DEPOIMENTO PRESTADO PELA TESTEMUNHA OBREIRA: ADEQUAÇÃO DA CONDENAÇÃO IMPOSTA AOS TERMOS DO DEPOIMENTO DA TESTEMUNHA PATRONAL.

- ASSÉDIO MORAL: AUSÊNCIA NA ESPÉCIE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A SUA CONFIGURAÇÃO: FRAGILIDADE DA PROVA PRODUZIDA: IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

Recurso patronal conhecido parcialmente e provido em parte.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer em parte o recurso ordinário interposto pela Reclamada e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, assim mantendo a condenação patronal apenas ao pagamento das horas extras, e ainda assim em menor extensão ao quanto imposto na origem, consequentemente arbitrando à

condenação o novo valor de R$ 2.000,00, com as custas processuais de R$ 40,00 ainda a cargo da Ré, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-8000-08.2007.5.10.0012

Processo Nº AP-80/2007-012-10-00.3

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Agravante	Sérgio Fernando Motta Correa
Advogado	Sirlei Carneiro da Silva(OAB: 32320-A/DF)
Agravado	Aleide Gomes de Almeida
Advogado	João Carlos de Sousa das Mercês(OAB: 7466-N/DF)
Agravado	Eclipse Serviços de Cabeleireiros Ltda
Agravado	Lilian Mendes de Sa

EMENTA: EXECUÇÃO. SÓCIO RETIRANTE. LEGITIMIDADE PASSIVA. A responsabilidade dos sócios pelas dívidas contraídas pela empresa, quando verificada a ausência de bens da pessoa jurídica capazes de arcar com a execução, não se limita aos sócios atuais; refere-se também àqueles que já se retiraram da sociedade, mas, ao tempo em que contraídas as obrigações, dela faziam parte. BENS NECESSÁRIOS OU ÚTEIS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. IMPENHORABILIDADE. Nos termos do art. 649 do CPC, são impenhoráveis apenas os bens necessários ou úteis ao exercício da profissão, é dizer, apenas aqueles diretamente utilizados no trabalho. O automóvel usado no deslocamento residência-trabalho-residência não se insere neste rol, pois utilizado apenas como meio de transporte para o executado, o que não compromete o seu exercício profissional. Agravo conhecido e não provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores desta Eg. Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do agravo de petição e, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 11 de abril de 2012 (Data do julgamento)

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador RelatorEm, 11 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-21200-03.1993.5.10.0003

Processo Nº AP-212/1993-003-10-00.0

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Agravante	Alexandre Kohl
Advogado	Rogério Avelar(OAB: 4337-N/DF)
Agravado	Dulciana Vilas Boas Domingues
Advogado	Josaphá Francisco dos Santos(OAB: 13080-N/DF)
Agravado	Cariday Studio Comércio e Indústria de Roupas e Acessórios Ltda e Outros
Advogado	Rogério Avelar(OAB: 4337-N/DF)
Agravado	Olga Iizuka E Cavalho e Outra
Advogado	Cristiana Rodrigues Gontijo(OAB: 6930-N/DF)
Agravado	Isabel Sawa Iizuka
Advogado	Cristiana Rodrigues Gontijo(OAB: 6930-N/DF)
Agravado	Daisy Salem e Outros
Agravado	Carlos Salem
Agravado	Alfredo Kohl
Agravado	Fabio Nesi Curi
Agravado	Jose Divino Da Costa
Agravado	Adriana Algranti
Agravado	Herodites Fraga Bandeira
Agravado	Glaucia Fraga Bandeira
Agravado	Patrick Algranti
Agravado	Mauristane Francisco da Silva

EMENTA: PENHORA. VALIDADE. BEM DE FAMÍLIA. ARGUIÇÃO. OPORTUNIDADE IMPENHORABILIDADE. REQUISITOS. 1. A impenhorabilidade do bem de família, prevista na Lei nº 8.009/1990, constitui proteção de ordem pública, e como tal é infensa à preclusão, ao menos enquanto ainda não aperfeiçoada a alienação judicial. Precedentes. 2. O bem alvo da blindagem é aquele único imóvel da parte, ou da entidade familiar, destinado à sua moradia permanente, incumbido ao interessado demonstrar essa condição. Ausente tal prova, remanesce hígida a constrição judicial, ainda que por fundamento diverso daquele adotado pela decisão agravada.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, rejeitar as preliminares suscitadas e conhecer do agravo de petição, para no mérito negar-lhe provimento.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-26300-36.1993.5.10.0003

Processo Nº AP-263/1993-003-10-00.1

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Juíza - ELKE DORIS JUST
Agravante	Oneisilvia Braga
Advogado	Renata Dias Resende(OAB: 24498-N/GO)
Agravado	Agda de Oliveira Neves Maciel
Advogado	Jomar Alves Moreno(OAB: 5218-N/DF)

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. GARANTIA DA EXECUÇÃO. INSUFICIÊNCIA. Constitui pressuposto extrínseco de admissibilidade do agravo de petição a garantia da instância, sem a qual é inadequado o seu conhecimento.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório e não conhecer do recurso, por deserto.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-AP-29900-80.2007.5.10.0001

Processo Nº ED-AP-299/2007-001-10-00.9

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Embargante	Antônio Carlos de Andrade e Outro
Advogado	Ciro Heleno Silvano(OAB: 4130-N/DF)
Embargante	José Jerônimo Filho
Embargado	v.acordão
Embargado	Ercilio Valdir de Souza
Advogado	Celso José Soares(OAB: 17919-N/DF)
Embargado	Instituto Candango de Solidariedade

EMENTA: 1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. Os embargos de declaração têm o seu cabimento restrito às hipóteses previstas no artigo 535 da Lei Processual Civil e 897-A do Estatuto Consolidado. Inexistindo no decisum qualquer vício a ser sanado, impõem-se o desprovimento dos declaratórios.

2. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-30500-74.2007.5.10.0010

Processo Nº RO-305/2007-010-10-00.9

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Caixa Economica Federal
Advogado	Marcelo Frossard Pincinato(OAB: 21768-N/DF)
Recorrente	Rosângela Cortat Melo
Advogado	Juliana Rocha de Almeida Borges(OAB: 28705-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. INDENIZAÇÃO. DOENÇA PROFISSIONAL. Transcorridos menos de 05 (cinco) anos, entre a ciência inequívoca do dano (súmulas 230 do STF e 278 do STJ) e o ajuizamento da ação, não há falar na extinção do processo na forma do art. 269, inciso IV, do CPC. DOENÇA PROFISSIONAL. RESPONSABILIDADE. ATO ILÍCITO DO EMPREGADOR. CARACTERIZAÇÃO. Incumbe à empresa zelar pela integridade física de seus empregados, oferecendo-lhes ambiente de trabalho seguro e adequado. Revela-se presente a responsabilidade do empregador, quando há elementos a evidenciar que ele deixou de adotar as medidas necessárias para evitar a doença ocupacional da empregada. DANO MATERIAL. PENSIONAMENTO. ART. 950, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CCB. INCIDÊNCIA. REQUISITOS. O art. 950, parágrafo único, do CCB, não confere potestade absoluta ao credor, inclusive pela inexistência de direito com tal feição no ordenamento jurídico. Para a incidência do preceito há de aflorar a irreversibilidade do dano, requisito presente na hipótese dos autos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos recursos ordinários, sendo o da empresa apenas de forma parcial. Rejeitar as preliminares suscitadas e no mérito desprover o da empresa, dando parcial provimento ao da autora para condenar a parte contrária ao pagamento de indenização em uma única vez.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-54300-96.2000.5.10.0004

Processo Nº AP-543/2000-004-10-00.6

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Agravante	Cristine de Figueiredo Lisboa
Advogado	Luciana Martins Barbosa(OAB: 12453-N/DF)
Agravado	W.T.A Serviços Tecnicos Profissionais Ltda
Agravado	Waldemar Alves Aguiar
Agravado	Neder Alves das Neves

EMENTA: 1. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INAPLICABILIDADE AO PROCESSO DO TRABALHO. Ressalvando-se as hipóteses do executivo fiscal, segundo a Súmula n.º 114 do col. TST, não se aplica a prescrição intercorrente na Justiça do Trabalho, sob pena de afronta ao artigo 7.º, inc. XXIX, da Constituição Federal. Precedentes do col. TST.

2. Recurso conhecido e provido em parte.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer do apelo e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para afastar a prescrição intercorrente e determinar o prosseguimento regular da execução, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-AP-56400-76.2004.5.10.0006

Processo Nº ED-AP-564/2004-006-10-00.8

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Embargante	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	Agnaldo Nunes da Silva(OAB: 11336-N/DF)
Embargado	v. acórdão
Embargado	Thiago Candido Queiroz
Advogado	Dalmo Rogério S. de Albuquerque(OAB: 10010-N/DF)
Embargado	Mundial Serviços de Vigilancia Ltda
Advogado	Mozart Camapum Barroso(OAB: 9978-N/DF)
Embargado	Cleusa Dorneles Cordeiro (Espolio de)
Embargado	Euclides Correa Cordeiro

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: ACÓRDÃO FUNDAMENTADO: PLENA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NA ESPÉCIE: INTUITO ÚNICO DE MODIFICAÇÃO DO JULGADO: REJEIÇÃO.

Embargos Declaratórios conhecidos e rejeitados.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer e rejeitar os embargos de declaração que foram opostos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília/DF, 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador RelatorEm, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-61500-69.2005.5.10.0008

Processo Nº AP-615/2005-008-10-00.5

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Juíza - ELKE DORIS JUST
Agravante	União (Ministério do Meio Ambiente - MMA)
Procurador	Raphael Nazareth Barbosa(OAB: 1379 -N/DF)
Agravante	Hermes Renato de Farias Viana Junior
Advogado	Jomar Alves Moreno(OAB: 5218-N/DF)
Agravado	Os Mesmos
Agravado	Multipla Prestação de Serviços e Higienização Ltda
Agravado	Fernando Accorci Junior
Agravado	Jose Alexandre Oliveira

EMENTA: 1. EXECUÇÃO PROVISÓRIA CONTRA UNIÃO. POSSIBILIDADE. LIMITE. A limitação aos atos executivos não é absoluta, de forma que não há óbice para que se promova, na pendência de recurso com efeito apenas devolutivo, a liquidação da sentença e a apuração dos cálculos devidos. Assim, a execução provisória contra a Fazenda Pública é possível, desde que nela não haja conteúdo expropriatório. No caso, a União foi citada somente para a ciência dos cálculos elaborados, não havendo, pois, requisição ou constrição de bens ou valores.

2. JUROS DE MORA REDUZIDOS. FAZENDA PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. APLICABILIDADE. ARTIGO 1.º-F DA LEI N.º 9.494 DE 10/07/1997, COM A NOVA REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 11.960 DE 29/06/2009. Consoante a nova redação do artigo 1.º-F da Lei n.º 9.494/97, dada pelo artigo 5.º da Lei n.º 11.960/09, os índices de juros reduzidos de 6%, equivalentes aos índices oficiais de remuneração da caderneta de poupança, alcançam as condenações impostas à Fazenda Pública independentemente da natureza da responsabilidade que lhe foi imposta.

3. Agravo de petição da União conhecido e desprovido. Agravo de petição do exequente conhecido e provido em parte.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer do agravo de petição da União e, no mérito, negar-lhe provimento; conhecer do agravo de petição do exequente, e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para determinar que, em relação à União, seja aplicada a taxa de juros diferenciada, prevista no artigo 1.º - F da Lei n.º 9.494/1997, com a nova redação dada pela Lei n.º 11.960/2009, a partir de eventual direcionamento da execução ao ente público, responsável subsidiário pelos créditos obreiros, caso não solvidos pelo empregador. Tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-64900-34.2009.5.10.0111

Processo Nº RO-649/2009-111-10-00.4

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Rm Veiculos Nacional e Importados Ltda
Advogado	Newton Rubens de Oliveira(OAB: 22443-N/DF)
Recorrido	Welinton Noronha Rodrigues da Silva
Advogado	Ivan Lima dos Santos(OAB: 12316-N/DF)

EMENTA: COMISSÕES. PAGAMENTO "POR FORA". Ante a ausência de impugnação específica dos fatos alegados na exordial, presumem-se verdadeiras as alegações obreiras, segundo inteligência do art. 302 do CPC. Recurso conhecido e não provido.

I- DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ressalvas do Desembargador João Amílcar.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012 (data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-76285-09.2009.5.10.0101

Processo Nº AP-762/2009-101-10-85.5

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Agravante	Apros Industria e Comercio Ltda
Advogado	Aderaldo de Moraes Leite(OAB: 8129-N/DF)
Agravado	Jurandir Manoel Filho
Advogado	Gercilênio Menezes de Souza(OAB: 17571-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS À PENHORA. GRADAÇÃO LEGAL. ART. 655 DO CPC. Ante o permissivo do art. 655 do Código de Processo Civil, é possível a penhora de numerário via Sistema BACENJUD em execução definitiva, considerando a possibilidade de penhora anterior não ser suficiente ao pagamento integral da execução (TST, Súmula nº 417, I). Agravo de petição conhecido e não provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Eg. Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do agravo de petição e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012 (data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador RelatorEm, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº A-AP-83700-43.2005.5.10.0017

Processo Nº A-AP-837/2005-017-10-00.9

Relator	Juíza - ELKE DORIS JUST
Agravante	União (Ministério da Saúde)
Procurador	Ana Cecília Lapenda Farinha(OAB: 1389-N/DF)
Agravado	R. Decisão de fls. 425/430
Agravado	Márcia de Oliveira Uchoa
Advogado	Genesco Resende Santiago(OAB: 11746-N/DF)

EMENTA:

AGRAVO DE PETIÇÃO TRANCADO PELO RELATOR: MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA: INCONSTITUCIONALIDADE DO PARÁGRAFO 5º, DO ARTIGO 884, DA CLT E DO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ARTIGO 741, DO CPC: ENTENDIMENTO PACÍFICO DESTE E. REGIONAL: VERBETE Nº 08/TRT-10

Decisão monocrática do Relator mantida: agravo em agravo de petição conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o agravo interposto pela União (Ministério da Saúde) e, no mérito, negar-lhe provimento, assim mantendo íntegra a r. decisão denegatória do agravo de petição antes interposto, nos termos do voto da Relatora. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ELKE DORIS JUST

Juíza Relatora

(Convocada)

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº EDED-AP-94800-57.2003.5.10.0019

Processo Nº EDED-AP-948/2003-019-10-00.6

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Embargante	Cezar Socias Schenkel (Espólio de)
Advogado	Adilson Magalhães de Brito(OAB: 12111-N/DF)
Embargado	v.acordão
Embargado	Banco do Brasil Sa
Advogado	Laureana Martins dos Santos(OAB: 211303-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. REEXAME DA DECISÃO. IMPOSSIBILIDADE. Verifica-se, conforme já expresso por ocasião do julgamento dos embargos de declaração anteriormente opostos, que a questão impugnada foi devidamente examinada pela Turma, nada existindo a ser sanado no acórdão combatido. Sob os alegados vícios imputados ao julgado, o que se revela é o inconformismo da parte quanto ao próprio entendimento adotado e sua pretensão de ver reexaminada controvérsia sobre a qual obteve decisão desfavorável, finalidade a que não se prestam os embargos de declaração. Inconformada com a conclusão alcançada pela Turma, que busque a parte recorrer mediante as vias processuais adequadas. Embargos declaratórios conhecidos e não providos.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos contidos na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012(data do julgamento)

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador RelatorEm, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-AP-101200-83.2009.5.10.0017

Processo Nº ED-AP-1012/2009-017-10-00.5

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Embargante	Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social
Advogado	Décio Flávio Gonçalves Freire(OAB: 1742-A/DF)
Embargado	v.acordão
Embargado	Hadnilton Jose de Oliveira
Advogado	Francisca Aires de Lima Leite(OAB: 2300-N/DF)
Embargado	Conservo Brasilia Serviços Tecnicos Ltda

EMENTA: 1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. Os embargos de declaração têm o seu cabimento restrito às hipóteses previstas no artigo 535 da Lei Processual Civil e 897-A do Estatuto Consolidado. Inexistindo no decisum qualquer vício a ser sanado, impõem-se o desprovimento dos declaratórios.

2. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF),18 de abril de 2012(data do julgamento).

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-104100-31.2002.5.10.0002

Processo Nº AP-1041/2002-002-10-00.1

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Juíza - ELKE DORIS JUST
Agravante	Banco do Brasil Sa
Advogado	Maria Teresa Barbosa Campelo de Melo(OAB: 31558-N/DF)
Agravante	Maria José de Albuquerque Wanderley (Espólio de Breno Wanderley)
Advogado	Adilson Magalhães de Brito(OAB: 12111-N/DF)
Agravado	Os Mesmos

EMENTA: COMPENSAÇÃO. Não há que se falar em compensação quando a parcela paga sobeja a devida, por se tratar de mera liberalidade da empresa, ainda mais quando as diferenças são ínfimas. Recurso do reclamado conhecido e não provido. Recurso do espólio/reclamante conhecido e provido.

I- DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Eg. 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer dos agravos de petição do espólio/reclamante e reclamado e, no mérito, negar provimento ao agravo do banco e dar provimento ao agravo do espólio/exequente, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012(data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-117300-12.1996.5.10.0004

Processo Nº AP-1173/1996-004-10-00.7

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Agravante	Marlene Alves de Souza
Advogado	Camilo André dos Santos Noleto de Carvalho(OAB: 26378-N/DF)
Agravado	It-Companhia Internacional de Tecnologia

EMENTA: EXECUÇÃO TRABALHISTA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. A paralisação do processo em razão de dificuldades em localizar o devedor e seus bens não caracteriza falta de interesse do exequente nem tampouco é hipótese de incidência da prescrição intercorrente (CLT, art. 878 e Súmula 114 do Colendo TST). De acordo com os arts. 268 a 276 do Provimento Geral Consolidado, tal situação não enseja a extinção do feito em detrimento do credor, mas a expedição de certidão do crédito trabalhista ao exequente, com a qual poderá retomar a execução posteriormente. Agravo conhecido e provido.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer o agravo de petição e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento, a fim de afastar a prescrição intercorrente declarada pelo Juízo da execução, nos termos do voto do Desembargador Revisor que redigirá o acórdão. Vencido o Desembargador Relator nos termos do voto que fará juntar aos autos.

Brasília (DF) , 11 de abril de 2012 (data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Desembargador Revisor Redator designado

Em, 11 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-156088-95.1987.5.10.0009

Processo Nº AP-1560/1987-009-10-88.5

Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Agravante	Antonio Carrijo Barbosa Junior e Outros
Advogado	João Barbosa de Sousa Filho(OAB: 5227-N/DF)
Agravante	Emanuel Ferreira Borges
Agravante	Jose Sebastiao Pereira
Agravante	Maria Madalena Caputo Barreto

Agravante	Milton Fonseca Pimentel
Agravante	Reginaldo Gontijo
Agravado	Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan
Advogado	Titus Livius de Paula Senna(OAB: 26069-N/DF)
Agravado	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Ticiana Lopes Pontes Bourscheit(OAB: 1025-N/DF)

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. São requisitos de admissibilidade para o conhecimento do recurso de agravo de petição (por meio do qual os executados reversos pretendem a revisão da sentença de liquidação e o desbloqueio de conta bancária), além da apresentação da prévia impugnação àquela decisão, a garantia do Juízo, conforme o regramento contido no art. 884, caput, da CLT, requisito não atendido. Não conheço do agravo de petição.

DECISÃO: Por tais fundamentos, ACORDAM os Desembargadores da eg. Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, em aprovar o relatório e não conhecer do agravo de petição por ser inadmissível, nos termos do voto do Desembargador Relator.
Brasília (DF), 18 de abril de 2012 (data do julgamento).

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Desembargador Relator
Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-173885-39.2009.5.10.0001

Processo Nº RO-1738/2009-001-10-85.5

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Carmen Francisca Woitowicz da Silveira
Advogado	Nilton da Silva Correia(OAB: 1291-N/DF)
Recorrido	Banco do Brasil Sa
Advogado	Carlos Alberto de Souza(OAB: 19962-N/DF)
Recorrido	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
Advogado	Walfrêdo Federico de Siqueira Cabral Dias(OAB: 12090-N/DF)

EMENTA:

- DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS DA ALTERAÇÃO DO PACTUADO: DIREITO À PARCELA NÃO ASSEGURADO POR LEI: PRESCRIÇÃO TOTAL.

- EQUIPARAÇÃO SALARIAL: AUSÊNCIA DE REQUISITOS. LEGAIS: DIFERENÇAS SALARIAIS INDEVIDAS.

Recurso obreiro parcialmente conhecido e desprovido.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer parcialmente o recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data de julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-196500-66.2009.5.10.0019

Processo Nº RO-1965/2009-019-10-00.6

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Alexsandro Braz Moreira
Advogado	Maurício de Figueiredo Corrêa da Veiga(OAB: 21934-N/DF)
Recorrido	Politec Tecnologia da Informacao S/A
Advogado	Josaphá Francisco dos Santos(OAB: 13080-N/DF)
Recorrido	Mitsubishi Corporation S.A.

EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO. REQUISITOS. PROVA. ÔNUS. Admitida a prestação dos serviços, à demandada incumbe o ônus de demonstrar a ausência dos pressupostos exigidos pelo art. 3º, da CLT (CPC, art. 333, inciso II). Além da insatisfação do encargo, ressaem dos autos fatos impositivos do reconhecimento de vínculo de emprego entre os litigantes.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e no mérito dar-lhe parcial provimento. Reconhecer a relação de emprego entre as partes, condenando a empregadora a proceder aos cabíveis registros na CTPS do obreiro, bem como ao pagamento de aviso prévio, férias integrais, na forma simples e dobrada, e fracionadas, gratificações natalinas inteiras e proporcionais, depósitos do FGTS e multa sobre

eles incidente, multa prevista no § 8º do artigo 477 da CLT, repousos semanais remunerados, adicional incidente sobre todas as horas extraordinárias já solvidas, feriados e seus reflexos, reajustes salariais e reflexos, anuênios e repercussões, auxílio-alimentação e participação nos lucros e resultados, além de deferir a realização de hipoteca judiciária.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-215500-07.1989.5.10.0002

Processo Nº AP-2155/1989-002-10-00.0

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Agravante	União
Procurador	Mariana de Souza Piaz(OAB: 1362-N/DF)
Agravado	Leonardo Bastos Lage e Outros
Advogado	João Emanuel Silva de Jesus(OAB: 5937-N/DF)
Agravado	Helio Andrade de Azevedo
Agravado	Henrique Cesar de Conti

EMENTA: EXECUÇÃO. COISA JULGADA. LIMITES. Emergindo a consonância entre os limites objetivos da coisa julgada e os cálculos elaborados, não há falar em sua retificação.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso, para no mérito negar-lhe provimento.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-235100-98.2009.5.10.0103

Processo Nº ED-RO-2351/2009-103-10-00.4

Relator	Desembargador - ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Embargante	União (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios)
Procurador	Danilo Barbosa de Sant'Anna(OAB: 1369-N/DF)
Embargado	v.acordão
Embargado	Juranita Francisca de Jesus
Advogado	José Wilton Borges Cruz(OAB: 10563-N/DF)
Embargado	Capital Empresa de Serviços Gerais Limitada

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: PREQUESTIONAMENTO: EXISTÊNCIA DE TESE EXPLÍCITA: REFERÊNCIA NORMATIVA DISPENSÁVEL: OMISSÃO INEXISTENTE: OJ-118/TST-SDI-1: REJEIÇÃO.

Embargos de declaração da União conhecidos e rejeitados.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer os embargos de declaração opostos pela União e, no mérito, rejeitá-los, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 18 de abril de 2012.

(data do julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Pauta

PAUTA

012ª SESSAO ORDINÁRIA A TER INÍCIO NO DIA 09/05/2012 ÀS 14:00

Agravo de Petição

Processo Nº AP-73400-21.2006.5.10.0006

Processo Nº AP-734/2006-006-10-00.6

Complemento	6ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Agravante	Espólio de Lino Martins Pinto e Outros
Advogado	Marcelo Luiz Ávila de Bessa(OAB: 12330-N/DF)
Agravante	Fazenda Manga ou Estiva
Agravante	Fazenda Poço Claro
Agravante	Fazenda Santa Prisca
Agravante	Luiz Estevao de Oliveira Neto
Agravado	Jose Honorio Caixeta
Advogado	Paulo Roberto Ivo da Silva(OAB: 6545-N/DF)

Recurso Ordinário

Processo Nº RO-1673-26.2011.5.10.0006

Complemento	6ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS

Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	João Guilherme Baars Miranda
Advogado	André Jorge Rocha de Almeida(OAB: 16023-N/DF)
Recorrente	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	Marcio Yoshio Tazaki(OAB: 230542-N/SP)
Recorrido	Os Mesmos

Processo Nº RO-2174-77.2011.5.10.0006

Complemento	6ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Elizabeth Solange Alfinito
Advogado	Arlindo de Oliveira Xavier Netto(OAB: 5828-N/DF)
Recorrido	Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan
Advogado	Sandra Maria M. F. Melo(OAB: 1375-N/DF)

Processo Nº RO-21-43.2012.5.10.0004

Complemento	4ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Marivaldo Teixeira de Araujo
Advogado	Alexandre Guimarães Peres(OAB: 21720-N/DF)
Recorrido	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	Angélica Cristina Conceição Dutra(OAB: 10752-N/DF)

Processo Nº RO-165-17.2012.5.10.0004

Complemento	4ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Wanderlucio Magela Souza
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)
Recorrido	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	Gabriela Lucas Queiroz Oliveira(OAB: 17013-N/DF)

Processo Nº RO-191-15.2012.5.10.0004

Complemento	4ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Edivaldo Souza Ribeiro
Advogado	Kelly Cristiane Marques Gonçalves(OAB: 21193-N/DF)
Recorrido	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	Maurício Costa Pitanga Maia(OAB: 22572-N/DF)

Processo Nº RO-283-84.2012.5.10.0006

Complemento	6ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Valdenir Ramos dos Santos
Advogado	Emilena Tavares Santos Amorim(OAB: 12336-N/DF)
Recorrido	Antonio Joao da Silva Braga
Advogado	Fernando Mendes do Carmo(OAB: 25383-N/DF)
Recorrido	Fogaça Construtora e Incorporadora Ltda.
Advogado	Everaldo Ferreira da Silva(OAB: 25379-N/DF)

Processo Nº RO-310-68.2011.5.10.0017

Complemento	17ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Lojas Renner Sociedade Anonima
Advogado	Júlio César Goulart Lanes(OAB: 285224-N/SP)
Recorrido	Flavio Charles de Castro Oliveira
Advogado	Luiz Fernando Carvalho Maciel(OAB: 14007-N/DF)
Recorrido	Tradição Tecnologia e Serviços Ltda.
Advogado	Paulo Eduardo Sampaio Mendonça(OAB: 31058-N/DF)

Processo Nº RO-637-13.2011.5.10.0017

Complemento	17ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Carlos Augusto Pereira dos Santos
Advogado	Hudson Linhares Batista(OAB: 9713-N/DF)
Recorrido	Condominio do Bloco F/G da Sqn 306
Advogado	Delzio João de Oliveira Júnior(OAB: 13224-N/DF)

Processo Nº RO-952-62.2011.5.10.0010

Complemento	10ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Irene Serafim Teixeira Ferreira
Advogado	Francisco José dos Santos Miranda(OAB: 4989-N/DF)
Recorrido	Fiança Serviços Gerais Ltda
Advogado	Carlita Rocha Brito(OAB: 1687-N/DF)

Processo Nº RO-1157-70.2011.5.10.0017

Complemento	17ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Adailton Marques de Sena
Advogado	Cirene Estrela(OAB: 15338-N/DF)
Recorrido	Valenge Construtora e Incorporadora Ltda
Advogado	Ednei Ribeiro S. Júnior(OAB: 21048-N/GO)

Processo Nº RO-1222-13.2011.5.10.0002

Complemento	2ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Mdf Moveis Ltda
Advogado	Laiza dos Santos Silva(OAB: 28618-N/DF)
Recorrido	Alex do Nascimento
Advogado	Aldêmio Ogliari(OAB: 4373-N/DF)

Processo Nº RO-1232-33.2011.5.10.0010

Complemento	10ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Brunna Polyanna Erasmo da Silva Ramos
Advogado	Antônio de Jesus Costa Nascimento(OAB: 32183-N/DF)
Recorrido	Prado & Teixeira Ltda
Advogado	Mônica Gonçalves da Cunha Castro(OAB: 20210-N/DF)

Processo Nº RO-1269-57.2011.5.10.0011

Complemento	11ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Sustentare Serviços Ambientais S.A.
Advogado	Suely Mulky(OAB: 97512-N/SP)
Recorrido	Clodoaldo da Silva dos Santos

Advogado	Davino Alves Cavalcante(OAB: 24705-N/DF)

Processo Nº RO-1332-91.2011.5.10.0008

Complemento	8ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Carlos Eduardo Suarez Baptista
Advogado	Ulisses Borges de Resende(OAB: 4595-N/DF)
Recorrido	Bauruense Tecnologia e Serviços Ltda.
Advogado	Adelicio Souza Gusmão(OAB: 30589-N/GO)
Recorrido	Furnas-Centrais Eletricas S.A.
Advogado	Adriano Souza da Fonseca(OAB: 114612-N/RJ)

Processo Nº RO-1376-10.2011.5.10.0009

Complemento	9ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Global Servicos de Cobrancas Ltda
Advogado	Albert do Carmo Amorim(OAB: 72847-N/MG)
Recorrente	Ronyere Souza Amaral
Advogado	Áurea Feliciana Pinheiro Martins(OAB: 11464-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

Processo Nº RO-1456-65.2011.5.10.0011

Complemento	11ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Roberta Giani dos Santos Oliveira
Advogado	Alexandre do Couto e Silva Costa(OAB: 11646-N/DF)
Recorrido	Hospital Santa Helena S/A
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-N/DF)

Processo Nº RO-1479-90.2011.5.10.0017

Complemento	17ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Patricia da Silva Oliveira
Advogado	Guilherme Ataídes Jordão(OAB: 10-N/DF)
Recorrido	Merchan Treinamento Gerencial Ltda - Me
Advogado	Carlos Roberto Siqueira Castro(OAB: 20015-N/DF)

Processo Nº RO-1591-77.2011.5.10.0011

Complemento	11ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Everaldo Vieira Mares
Advogado	Paulo Guilherme Marçal(OAB: 30900-N/DF)
Recorrido	Coopertran-Cooperativa dos Transportes Publicos do Df
Advogado	Luciane Coêlho Carvalho(OAB: 21550-N/DF)

Processo Nº RO-1593-50.2011.5.10.0010

Complemento	10ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Itamar Comercial de Alimentos Ltda
Advogado	Mônica Cristina das Chagas(OAB: 10936-N/DF)
Recorrido	Maricelia Matias da Silva
Advogado	Adelvair Pêgo Cordeiro(OAB: 7462-N/DF)

Processo Nº RO-1654-05.2011.5.10.0011

Complemento	11ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Data Contruções e Projetos Ltda e Outro
Advogado	Marcelo Luiz Ávila de Bessa(OAB: 12330-N/DF)
Recorrente	Grupo Ok Construções e Incorporações Ltda Epp
Recorrido	Jose Elieudo Gonçalves da Silva
Advogado	Fabiana Vendramini Nunes Oliveira(OAB: 14989-N/DF)

Processo Nº RO-1703-25.2011.5.10.0018

Complemento	18ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Ednilton Caetano de Araujo
Advogado	Celma Nunes Franco Osório(OAB: 19499-N/DF)
Recorrente	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap (Recurso Adesivo)
Advogado	Alexandre Guimarães Peres(OAB: 21720-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

Processo Nº RO-1834-42.2011.5.10.0004

Complemento	4ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Life Defense Segurança Ltda
Advogado	Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto(OAB: 13802-N/DF)
Recorrido	Dalcino da Trindade Alves
Advogado	Beatriz Veríssimo de Sena(OAB: 15777-N/DF)

Processo Nº RO-1846-56.2011.5.10.0004

Complemento	4ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Agil Serviços Especiais Ltda
Advogado	Nilton da Silva Correia(OAB: 1291-N/DF)
Recorrente	Irene Pereira da Silva (Recurso Adesivo)
Advogado	Jomar Alves Moreno(OAB: 5218-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

Processo Nº RO-1895-82.2011.5.10.0009

Complemento	9ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Flavio Antonio Araujo Andrade
Advogado	Climene Quirido Ferreira Santos(OAB: 6064-N/DF)
Recorrido	Patrimonial Serviços Especializados Ltda
Advogado	Roseli Dias Valentim(OAB: 24068-N/DF)

Processo Nº RO-1901-13.2011.5.10.0002

Complemento	2ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Daniel Seiichiro Marumo
Advogado	Antônio Marques da Silva(OAB: 20599-N/DF)
Recorrido	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	Angélica Cristina Conceição Dutra(OAB: 10752-N/DF)

Processo Nº RO-1968-03.2011.5.10.0802

Complemento	2ª VARA DE PALMAS/TO
Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Salomão Gonçalves de França
Advogado	Flávio Alves do Nascimento(OAB: 4610-N/TO)

Recorrido	Saudibras Agrop. Empreendimento e Representações Ltda
Advogado	Rafael Dalla Costa(OAB: 4696-N/TO)

Processo Nº RO-2065-48.2011.5.10.0011

Complemento	11ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	Celma Nunes Franco Osório(OAB: 19499-N/DF)
Recorrido	Norivanio Goncalves Mendes
Advogado	Alexandre Guimarães Peres(OAB: 21720-N/DF)

Processo Nº RO-2069-12.2011.5.10.0003

Complemento	3ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Mirna Augusto de Oliveira
Advogado	Osmar Lobão Veras Filho(OAB: 9725-N/DF)
Recorrido	Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan
Advogado	Sandra Maria M. F. Melo(OAB: 1375-N/DF)

Processo Nº RO-2154-86.2011.5.10.0006

Complemento	6ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Jozemar Cruz Santana Ribeiro
Advogado	Antônio Marques da Silva(OAB: 20599-N/DF)
Recorrido	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	Angélica Cristina Conceição Dutra(OAB: 10752-N/DF)

Agravo de Petição

Processo Nº AP-130-86.2010.5.10.0017

Complemento	17ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Agravante	Caixa Economica Federal
Advogado	Wanessa Rosa Oliveira Mendes(OAB: 22527-N/DF)
Agravado	Daniel de Freitas Barbosa
Advogado	Aline Mendonça Pires Ferreira(OAB: 25415-N/DF)
Agravado	Massa Falida de Montana Soluções Corporativas Ltda
Agravado	Carlos Antonio de Sousa Almeida
Agravado	Gustavo de Sousa Almeida

Processo Nº AP-76100-41.2009.5.10.0013

Processo Nº AP-761/2009-013-10-00.0

Complemento	13ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Agravante	Aline Pinto Ferreira
Advogado	Geraldo Marcone Pereira(OAB: 14038-N/DF)
Agravado	Massa Falida de Montana Soluções Corporativas Ltda
Agravado	Caixa Economica Federal
Advogado	Elizabeth Pereira de Oliveira(OAB: 17348-N/DF)

AGRAVO EM AIRO

Processo Nº A-AIRO-4-19.2012.5.10.0000

Complemento	T.R.T. DE PALMAS/TO
Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Agravante	Conceito Comercial de Moveis para Escritorio Ltda
Advogado	Marcelo de Mesquita(OAB: 21826-N/GO)
Agravado	R. Decisão de fls. 108
Agravado	Wilmar Oliveira Cardoso
Advogado	Flávio Alves do Nascimento(OAB: 4610-N/TO)

Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário

Processo Nº AIRO-307-33.2012.5.10.0000

Complemento	17ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Agravante	Votorantim Cimentos Brasil S.A.
Advogado	Frederico de Mello e Faro da Cunha(OAB: 129282-N/SP)
Agravado	Antonio Marcos Pereira Bom Tempo
Advogado	Sebastião Pereira Gomes(OAB: 7914-N/DF)

Agravo de Petição

Processo Nº AP-103-11.2011.5.10.0004

Complemento	4ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Agravante	Brasclean - Lavanderia e Passadoria Ltda
Advogado	Marcelo Luiz Ávila de Bessa(OAB: 12330-N/DF)
Agravado	Alexandra da Silva Santos
Advogado	Cleide Alves Guimarães(OAB: 14906-N/DF)

Processo Nº AP-142-94.2010.5.10.0019

Complemento	19ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Agravante	Wendel Ferreira Correia
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)
Agravado	Taguatur Taguatinga Transportes e Turismo Ltda
Advogado	Paulo Jorge Carvalho da Costa(OAB: 17000-N/DF)

Processo Nº AP-37100-14.2007.5.10.0010

Processo Nº AP-371/2007-010-10-00.9

Complemento	10ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Agravante	Arlete Ramires Cortez Guterres
Advogado	José Eymard Loguércio(OAB: 1441-A/DF)
Agravado	Caixa Economica Federal
Advogado	Maria Eliza Nogueira da Silva(OAB: 11349-N/PA)

Processo Nº AP-413-06.2010.5.10.0019

Complemento	19ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Agravante	União (Tribunal Regional Federal da 1.ª Região)
Procurador	Ana Cecília Lapenda Farinha(OAB: 1389-N/DF)
Agravado	Eduardo Ferreira Bastos
Advogado	Oscar Alexandre da Silva Muniz(OAB: 30688-N/DF)

Agravado	Contrat Administração Empresarial Ltda
Agravado	Carlos Otavio Lacerda
Agravado	Paulo Deibson Batista Pires

Processo Nº AP-44800-11.1997.5.10.0004

Processo Nº AP-448/1997-004-10-00.6

Complemento	4ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Agravante	Tesildo Pereira Nunes
Advogado	Patrícia Pinheiro Martins(OAB: 14753-N/DF)
Agravado	Coramar Empresa de Conservação Ltda

Processo Nº AP-59900-50.1990.5.10.0004

Processo Nº AP-599/1990-004-10-00.8

Complemento	4ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Agravante	Solange Bernandes de Souza
Advogado	Ulisses Riedel de Resende(OAB: 968-N/DF)
Agravado	União (Ministério da Justiça)
Procurador	Ana Cecília Lapenda Farinha(OAB: 600383-N/DF)

Processo Nº AP-72900-97.2002.5.10.0004

Processo Nº AP-729/2002-004-10-00.7

Complemento	4ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Agravante	Niedson Marcos de Carvalho
Advogado	Márcio Flávio de Oliveira Souza(OAB: 15660-N/DF)
Agravado	Mic Informatica Ltda
Advogado	Filadelfo Paulino da Silva(OAB: 9429-N/DF)
Agravado	Ary Freitas Pereira
Advogado	Filadelfo Paulino da Silva(OAB: 9429-N/DF)

Processo Nº AP-73400-95.2009.5.10.0012

Processo Nº AP-734/2009-012-10-00.0

Complemento	12ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Agravante	Anhanguera Educacional Participações S/A
Advogado	Décio Plinio Chaves(OAB: 12644-N/DF)
Agravado	Clovis Lopes Guimaraes
Advogado	Luiz Humberto Vieira Guido(OAB: 16298-N/DF)
Agravado	M3a Cursos Ltda
Agravado	Marcelo Goncalves Brasileiro de Sant Anna
Agravado	Jose Agissander Oliveira de Moraes
Agravado	Alvaro Moreira Domingues Junior
Advogado	Ronaldo Barbosa de Oliveira Filho(OAB: 35721-N/DF)
Agravado	Andre Luiz Poincare Diniz

Processo Nº AP-856-66.2011.5.10.0812

Complemento	2ª VARA DE ARAGUAÍNA/TO
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Agravante	Nacional Transporte e Turismo Ltda
Advogado	Jeocarlos dos Santos Guimarães(OAB: 2128-N/TO)
Agravado	Elvina Ribeiro de Araújo
Advogado	Clayton Silva(OAB: 2126-N/TO)

Processo Nº AP-94300-33.2008.5.10.0013

Processo Nº AP-943/2008-013-10-00.0

Complemento	13ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Agravante	Brasfort Administração e Serviços Ltda
Advogado	Marcelo Luiz Ávila de Bessa(OAB: 12330-N/DF)
Agravado	Celenio Jose Dias Sampaio
Advogado	Antônio de Pádua Araújo(OAB: 7760-N/DF)

Processo Nº AP-1214-98.2010.5.10.0801

Complemento	1ª VARA DE PALMAS/TO
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Agravante	Jusley Rodrigues Bezerra
Advogado	Kelen Cristina Weiss Scherer(OAB: 27386-N/GO)
Agravado	Banco Bradesco Sa
Advogado	Washington de Siqueira Coelho(OAB: 28029-N/DF)

Processo Nº AP-127500-55.2008.5.10.0005

Processo Nº AP-1275/2008-005-10-00.3

Complemento	5ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Agravante	Distrito Federal
Advogado	Elizabeth Alves de Oliveira(OAB: 27258-N/DF)
Agravado	Delna Maria Tavares Queiroz
Advogado	Elizabeth Alves de Oliveira(OAB: 27258-X/DF)
Agravado	Instituto Candango de Solidariedade
Agravado	Manoel Pereira de Lucena
Agravado	Jose Vital de Araujo Fagundes
Agravado	Lazaro Severo Rocha

Processo Nº AP-1866-81.2011.5.10.0801

Complemento	1ª VARA DE PALMAS/TO
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Agravante	Eleomar Cabral Oliveira
Advogado	Oswaldo Penna Júnior(OAB: 4327-N/TO)
Agravante	Shirley de Fatima Nunes de Castro Agra
Advogado	Rui Jerônimo da Silva Junior(OAB: 22164-N/GO)
Agravado	Os Mesmos

Processo Nº AP-259500-81.1992.5.10.0004

Processo Nº AP-2595/1992-004-10-00.6

Complemento	4ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Agravante	Luiz Fernando de Souza Messina

Advogado	Ubiratan Batista Pedroso(OAB: 5350-N/DF)
Agravado	Nts-Nucleo de Tecnologia de Software Ltda
Advogado	Demétrio Berehulka(OAB: 13822-N/PR)
Agravado	Luiz Carlos Duclos
Advogado	Demétrio Berehulka(OAB: 13822-N/PR)
Agravado	Arnalda Claudino Duclos

Processo Nº AP-2668-09.2011.5.10.0016

Complemento	16ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Agravante	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Roberta Thaiane Torres de Abreu Moreira(OAB: 1229-N/DF)
Agravado	Geovani Alves Pinho Me
Agravado	Geovani Alves Pinho

Processo Nº AP-801500-38.2008.5.10.0017

Processo Nº AP-8015/2008-017-10-00.9

Complemento	17ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Agravante	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Ingrid Caroline Cavalcante de Oliveira(OAB: 1355-N/DF)
Agravado	Prata Prestadora Auxiliar de Transporte Aereo Ltda
Agravado	Rinaldo Rodrigues de Oliveira

Processo Nº AP-805100-71.2006.5.10.0006

Processo Nº AP-8051/2006-006-10-00.7

Complemento	6ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Agravante	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Sara de França Lacerda(OAB: 1383-N/DF)
Agravado	Ema Serviços de Pintura Ltda
Agravado	Valsuir Rodrigues Galvão

Recurso Ordinário

Processo Nº RO-26-59.2012.5.10.0006

Complemento	6ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Roberto de Sousa Tosi
Advogado	Antônio Marques da Silva(OAB: 20599-N/DF)
Recorrido	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	Angélica Cristina Conceição Dutra(OAB: 10752-N/DF)

Processo Nº RO-38-73.2012.5.10.0006

Complemento	6ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Raimundo Gomes de Oliveira
Advogado	Antônio Marques da Silva(OAB: 20599-N/DF)
Recorrido	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	Angélica Cristina Conceição Dutra(OAB: 10752-N/DF)

Processo Nº RO-108-03.2011.5.10.0111

Complemento	1ª VARA DE GAMA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Porto Seco Recicláveis
Advogado	Willer Tomaz de Souza(OAB: 32023-N/DF)
Recorrente	Cristina Rocha de Oliveira e Outro (Sucessores de José Carlos Nunes Batista) (Recurso Adesivo)
Advogado	Mércia Kururdez Cordeiro(OAB: 19053-N/DF)
Recorrente	Victor Henrique de OLiveira Nunes Batista
Recorrido	Os Mesmos

Processo Nº RO-111-97.2012.5.10.0021

Complemento	21ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Analia Nunes da Mata
Advogado	Ibaneis Rocha Barros Júnior(OAB: 11555-N/DF)
Recorrido	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	Wellington Moises de Oliveira(OAB: 22394-X/DF)

Processo Nº RO-333-87.2011.5.10.0801

Complemento	1ª VARA DE PALMAS/TO
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Locadora Tacolar Ltda Epp
Advogado	Fábio Jaber(OAB: 19898-N/GO)
Recorrido	Alzimar Nunes Silva
Advogado	Carlos Augusto de Souza Pinheiro(OAB: 1340-N/TO)

Processo Nº RO-383-76.2011.5.10.0005

Complemento	5ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Elis Cristina Gonçalves de Oliveira
Advogado	José Hamilton Araújo Dias(OAB: 11501-N/DF)
Recorrido	Caixa Economica Federal
Advogado	Osvaldo Caitano de Moraes(OAB: 101854-N/MG)

Processo Nº RO-39500-74.2007.5.10.0018

Processo Nº RO-395/2007-018-10-00.9

Complemento	18ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Distrito Federal
Procurador	Robson Vieira Teixeira de Freitas(OAB: 2001-N/DF)
Recorrido	Kennya Emanuelle Mendes Bispo
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)
Recorrido	Ação Social Nossa Senhora de Fátima
Advogado	Terson Ribeiro Carvalho(OAB: 11195-N/DF)

Processo Nº RO-420-73.2011.5.10.0015

Complemento	15ª VARA DE BRASÍLIA/DF

Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Caixa Economica Federal
Advogado	Rafael Santana e Silva(OAB: 18997-N/DF)
Recorrente	Vanessa de Moura Minervino
Advogado	Geraldo Magela Silva Freire(OAB: 15748-N/MG)
Recorrido	Os Mesmos

Processo Nº RO-435-75.2011.5.10.0004

Complemento	4ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Mary Perfumaria Ltda - Me e Outra
Advogado	Cleber dos Santos Costa(OAB: 7487-N/DF)
Recorrente	Lpc Perfumaria Ltda
Recorrido	Rosana Emiliao de Andrade
Advogado	Pedro Ulisses Coelho Teixeira(OAB: 21264-N/DF)

Processo Nº RO-514-39.2011.5.10.0009

Complemento	9ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Sindicato dos Trab.Em Transp.Mar.E Fluv.Emp.Terrest.Em Transp.Aquav.E Ativ.Afins No Est.S.C.
Advogado	Bernadete Maria de Carvalho Leandro(OAB: 21753-N/PR)
Recorrido	Sintac-Sind.Trab.Adm.Cap Admin.Ogmo Portos e Retrop.Publ.Priv.Itajai,Laguna e Sao Franc.Sul
Advogado	Marcelo Antônio Graf(OAB: 190755-N/SC)
Recorrido	União (Ministério do Trabalho e Emprego)
Procurador	Fabiana Cavinatto Salibe Venzel(OAB: 600402-N/DF)

Processo Nº RO-537-70.2011.5.10.0013

Complemento	13ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Setec Soc de Ensino Tecnologia Educação e Cultura
Advogado	Maria Claudinea Sobrinho(OAB: 22569-N/DF)
Recorrido	Elizabeth Rideko Imoto
Advogado	Patrícia Mendes Santos(OAB: 27088-N/DF)

Processo Nº RO-706-54.2011.5.10.0014

Complemento	14ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)
Advogado	Nilton da Silva Correia(OAB: 1291-N/DF)
Recorrente	Carlos Alves Pereira Filho (Recurso Adesivo)
Advogado	Klaus Stenius Bezerra Camelo de Melo(OAB: 24897-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

Processo Nº RO-731-70.2011.5.10.0013

Complemento	13ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	União (Tribunal de Contas da União)
Procurador	Douglas Guilherme Fernandes(OAB: 1365-N/DF)
Recorrido	Cleide Bessa Lima
Advogado	Antônio Rildo Pereira Siriano(OAB: 29403-A/DF)
Recorrido	Higiterc - Higienização e Terceirização Ltda

Processo Nº RO-803-39.2011.5.10.0019

Complemento	19ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Dorgival Pinto Venceslau
Advogado	Hercílio de Azevedo Aquino(OAB: 33148-N/DF)
Recorrente	Federação do Comercio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal - Fecomercio/Df
Advogado	Maria de Fatima Pereira de Souza(OAB: 28852-X/DF)
Recorrido	Os Mesmos

Processo Nº RO-851-04.2011.5.10.0017

Complemento	17ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Sheila Nunes de Medeiros
Advogado	Sérgio Rodrigues Marinho Filho(OAB: 27024-N/DF)
Recorrido	Umbelino Lobo Assessoria e Consultoria Ltda
Advogado	Mila Umbelino Lôbo(OAB: 11834-N/DF)

Processo Nº RO-927-46.2011.5.10.0011

Complemento	11ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Cristiano de Souza Geraldo
Advogado	José Maria de Oliveira Santos(OAB: 9004-N/DF)
Recorrido	Ipanema Empresa de Serviços Gerais e Transportes Ltda
Advogado	Carlos Costa Silva Freire(OAB: 7250-N/DF)

Processo Nº RO-950-10.2011.5.10.0102

Complemento	2ª VARA DE TAGUATINGA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Associação Objetivo de Ensino Superior - Assobes
Advogado	Víctor Russomano Júnior(OAB: 3609-N/DF)
Recorrido	Barbara Aparecida Feitosa Monteiro dos Santos
Advogado	Daniel Rocha Saraiva(OAB: 27252-N/DF)

Processo Nº RO-1001-21.2011.5.10.0005

Complemento	5ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Ppj Comercio de Tintas Ltda
Advogado	Mariângela Jungmann Gonçalves Godoy(OAB: 16791-N/GO)
Recorrente	Carlito Cardoso de Paiva
Advogado	Jonas Duarte José da Silva(OAB: 6083 -N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

Processo Nº RO-1013-86.2011.5.10.0861

Complemento	1ª VARA DE GUARAÍ/TO
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Pedro Afonso Açucar e Bioenergia S.A.
Advogado	Adolfo Ribeiro dos Santos Júnior(OAB: 17305-N/BA)
Recorrido	Sebastião Mamédio dos Santos
Advogado	Juarez Ferreira(OAB: 3405-A/TO)

Processo Nº RO-1026-43.2011.5.10.0002

Complemento	2ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Companhia Brasileira de Distribuição
Advogado	Carlos José Elias Júnior(OAB: 10424-N/DF)
Recorrido	Joana D Arc dos Santos
Advogado	Sônia Maria Freitas(OAB: 4008-N/DF)
Recorrido	Reciclo Cooperativa de Coleta Seletiva de Materiais Sólidos
Advogado	Reilos Monteiro(OAB: 22612-N/DF)

Processo Nº RO-1026-41.2011.5.10.0811

Complemento	1ª VARA DE ARAGUAÍNA/TO
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Município de Esperantina - TO
Advogado	Renato Duarte Bezerra(OAB: 4296-N/TO)
Recorrido	Anildo de Sousa Silva
Advogado	Maiara Brandao da Silva(OAB: 4670-N/TO)
Recorrido	Santos & Gonzaga Ltda

Processo Nº RO-1043-73.2011.5.10.0004

Complemento	4ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Daniel Oliveira Santana
Advogado	Cirene Estrela(OAB: 15338-N/DF)
Recorrido	Sesc-Serviço Social do Comercio-Administração Regional do Df
Advogado	Roberta Santos Sousa(OAB: 25897-N/DF)

Processo Nº RO-1044-52.2011.5.10.0006

Complemento	6ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Aleir Alves de Oliveira
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)
Recorrido	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb
Advogado	Otonil Mesquita Carneiro(OAB: 1236-N/DF)

Processo Nº RO-1109-05.2011.5.10.0020

Complemento	20ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Francisco Claudio Silva de Abreu
Advogado	Cézar Rocha Pereira dos Santos(OAB: 21946-N/DF)
Recorrido	União
Procurador	Ana Cecília Lapenda Farinha(OAB: 600383-N/DF)
Recorrido	Visual - Locação, Serviço, Construção Civil e Mineração Ltda

Processo Nº RO-1131-87.2011.5.10.0012

Complemento	12ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Solon Correia Mesquita
Advogado	Francisco de Assis Brasil(OAB: 22426-N/DF)
Recorrido	Construtora Gontijo Ltda
Advogado	Fernando Luís Russomano Otero Villar(OAB: 14559-N/DF)

Processo Nº RO-1154-18.2011.5.10.0017

Complemento	17ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan
Advogado	Titus Livius de Paula Senna(OAB: 26069-N/DF)
Recorrido	Nilva Lacerda Rios de Castro
Advogado	Airton Rocha Nóbrega(OAB: 5369-N/DF)

Processo Nº RO-1161-23.2011.5.10.0821

Complemento	1ª VARA DE GURUPI/TO
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Luiz Gonzaga Pereira
Advogado	José Luciano de Castilho Pereira E OUTRO(OAB: 25225-N/DF)
Recorrido	Sindicato dos Trabalhadores Nas Industrias da Construção Pesada e Afins do Estado do Tocantins
Advogado	Alcidino de Souza Franco(OAB: 2616-N/TO)
Recorrido	Associação dos Trabalhadores Na Industria da Construção Pesada No Estado do Tocantins
Advogado	Marcos Roberto de Oliveira Villanova Vidal(OAB: 3671-N/TO)
Recorrido	David da Silva Carvalho e Outros
Advogado	Alcidino de Souza Franco(OAB: 2616-N/TO)
Recorrido	Mauro de Sousa Lima
Advogado	Alcidino de Souza Franco(OAB: 2616-N/TO)
Recorrido	Aldemi Alves Pereira
Advogado	Alcidino de Souza Franco(OAB: 2616-N/TO)

Recorrido	Anflizio Rodrigues Feitosa
Recorrido	Eugenio Lima da Silva
Recorrido	Gilmario Vieira de Aguiar
Advogado	Alcidino de Souza Franco(OAB: 2616-A/TO)
Recorrido	Ilso Franca Goncalves
Advogado	Alcidino de Souza Franco(OAB: 2616-A/TO)
Recorrido	Lemuel Barros da Silva
Advogado	Alcidino de Souza Franco(OAB: 2616-A/TO)
Recorrido	Alessandro Alves de Oliveira
Advogado	Alcidino de Souza Franco(OAB: 2616-A/TO)

Processo Nº RO-1166-44.2011.5.10.0013

Complemento	13ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Factus - Assessoria Empresarial, Cobrança e Serviços Ltda
Advogado	Rafael Marques Siqueira Mendes(OAB: 26346-N/DF)
Recorrente	Amanda Ferreira e Silva
Advogado	Thiago Portes Mol(OAB: 31264-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

Processo Nº RO-1217-31.2011.5.10.0021

Complemento	21ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Politec Tecnologia da Informação S/A
Advogado	Josaphá Francisco dos Santos(OAB: 13080-N/DF)
Recorrente	União (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios)
Procurador	Luiz Felipe Cardoso de Moraes Filho(OAB: 1172-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Alexandre Dumas da Conceição
Advogado	Robson Antas de Oliveira(OAB: 31359-N/DF)
Recorrido	Corpservice- Cooperativa de Serviços Ltda

Processo Nº RO-1220-40.2011.5.10.0003

Complemento	3ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuaria
Advogado	Janaína Marcon Barbosa Lemos dos Santos(OAB: 28077-N/DF)
Recorrido	Maria Sonia Gonçalves
Advogado	Alexandre Benevides Cabral(OAB: 7-N/DF)
Recorrido	Visual - Locação, Serviço, Construção Civil e Mineração Ltda

Processo Nº RO-1221-22.2011.5.10.0004

Complemento	4ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	União (Supremo Tribunal Federal)
Procurador	Ana Cecília Lapenda Farinha(OAB: 600383-N/DF)
Recorrido	Jose Ardonio de Araujo Silva
Advogado	Márcio Lima da Silva(OAB: 30936-N/DF)
Recorrido	Etil Assessoria Empresarial Ltda
Advogado	Rodrigo Duque Dutra(OAB: 12313-N/DF)

Processo Nº RO-1229-87.2011.5.10.0007

Complemento	7ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Procurador	Daniella Ribeiro de Pinho(OAB: 1260-N/DF)
Recorrido	Mariana Ferreira Xavier
Advogado	Flávio José da Rocha(OAB: 23640-N/DF)
Recorrido	Higiterc - Higienização e Terceirização Ltda

Processo Nº RO-1230-81.2011.5.10.0004

Complemento	4ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Companhia de Bebidas das Americas - Ambev
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-N/DF)
Recorrente	Geraldo da Mota Santos
Advogado	Magda Ferreira de Souza(OAB: 8364-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

Processo Nº RO-1233-36.2011.5.10.0004

Complemento	4ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Barbara Silva Diniz
Advogado	Fábio Tomás de Souza(OAB: 22315-N/DF)
Recorrido	Ceb Distribuição S.A.
Advogado	Francisco José de Campos Amaral(OAB: 7210-N/DF)

Processo Nº RO-1298-31.2011.5.10.0101

Complemento	1ª VARA DE TAGUATINGA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Renilda Alves Pereira
Advogado	Luís Eduardo Bruns de Moraes(OAB: 30334-N/DF)
Recorrido	W a Serviços Educacionais Ltda
Advogado	Izabel Cristina Diniz Viana(OAB: 29587-N/DF)

Processo Nº RO-1397-95.2011.5.10.0102

Complemento	2ª VARA DE TAGUATINGA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Mdf Moveis Ltda
Advogado	Laiza dos Santos Silva(OAB: 28618-N/DF)
Recorrido	Adair Cardoso Gualberto Junior
Advogado	Marcone Guimarães Vieira(OAB: 9336-N/DF)

Processo Nº RO-1415-16.2011.5.10.0006

Complemento	6ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	União (Ministério da Saúde)
Procurador	Ana Cecília Lapenda Farinha(OAB: 1389-N/DF)
Recorrente	Luana Alves de Castro
Advogado	Geraldo Marcone Pereira(OAB: 14038-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Worktime Assessoria Empresarial Ltda
Advogado	Leandro Coelho Diniz(OAB: 19802-N/BA)

Processo Nº RO-1417-89.2011.5.10.0004

Complemento	4ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Glaucia Lobo Ribeiro
Advogado	Luciano Pedro Areal(OAB: 14023-N/DF)
Recorrido	Itaú Unibanco S/A
Advogado	Cristiana Rodrigues Gontijo(OAB: 6930-N/DF)

Processo Nº RO-1419-53.2011.5.10.0006

Complemento	6ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Caixa Economica Federal
Advogado	Rafael Santana e Silva(OAB: 18997-N/DF)
Recorrente	Vania de Lourdes Alves Freitas e Outros
Advogado	Marcos D'Ávila Melo Fernandes(OAB: 24952-N/DF)
Recorrente	Giovanni de Maman Momoli
Recorrente	Mauro Latalisa Franca
Recorrente	Vicente Herculano Dias Fiuza
Recorrente	William Rodrigues de Castro
Recorrente	Fundação dos Economiarios Federais Funcef
Advogado	Luiz Antônio Muniz Machado(OAB: 750-A/DF)
Recorrido	Os Mesmos

Processo Nº RO-1436-92.2011.5.10.0102

Complemento	2ª VARA DE TAGUATINGA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Wolmer Julio de Faria
Advogado	Ana Paula Machado Amorim(OAB: 14267-X/DF)
Recorrente	Aline Rosa de Oliveira - Epp (Recurso Adesivo)
Advogado	Eurípedes Almeida da Costa(OAB: 9703-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Comercial Brasilia de Plasticos Ltda.
Advogado	Raquel Regina Barbosa(OAB: 29521-N/DF)

Processo Nº RO-1451-19.2011.5.10.0019

Complemento	19ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Telma Luzinete de Lyra Dias
Advogado	Sidney Morais Lacerda(OAB: 32194-N/DF)
Recorrente	União (Câmara dos Deputados)
Procurador	Ana Cecília Lapenda Farinha(OAB: 1389-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Visual - Locação, Serviço, Construção Civil e Mineração Ltda

Processo Nº RO-1456-83.2011.5.10.0005

Complemento	5ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Recorrente	União (Câmara dos Deputados)
Procurador	Fabiana Cavinatto Salibe Venzel(OAB: 600402-N/DF)
Recorrido	Maria Emilia de Almeida Carvalho
Advogado	Sidney Morais Lacerda(OAB: 32194-N/DF)
Recorrido	Visual - Locação, Serviço, Construção Civil e Mineração Ltda

Processo Nº RO-1488-40.2011.5.10.0021

Complemento	21ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	Marcelo José Leles Carvalho(OAB: 107826-N/MG)
Recorrido	Elias Barbosa Coutinho
Advogado	Jorivalma Muniz de Sousa(OAB: 12910-N/DF)
Recorrido	SERVNAC - Serviços de Mão de Obra Temporária Ltda.

Processo Nº RO-1524-36.2011.5.10.0004

Complemento	4ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Real Sociedade Espanhola de Beneficencia
Advogado	Tiago Cedraz Leite Oliveira(OAB: 23167-N/DF)
Recorrido	Andreia Cunha de Oliveira
Advogado	Marco Aurélio Ghisleni Zardin(OAB: 21511-N/DF)

Processo Nº RO-1554-47.2011.5.10.0012

Complemento	12ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Thiago Bragança Souto Pereira
Advogado	Geraldo Marcone Pereira(OAB: 14038-N/DF)
Recorrido	Worktime Assessoria Empresarial Ltda
Advogado	Leandro Coelho Diniz(OAB: 19802-N/BA)
Recorrido	União (Ministério da Saúde)
Procurador	Ana Cecília Lapenda Farinha(OAB: 1389-N/DF)

Processo Nº RO-1598-02.2011.5.10.0001

Complemento	1ª VARA DE BRASÍLIA/DF

Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	Alisson Evangelista Silva(OAB: 23457-N/DF)
Recorrido	Daniel Damascena Rodrigues
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)

Processo Nº RO-1688-90.2010.5.10.0018

Complemento	18ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - JOÃO AMÍLCAR
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Tarcides de Souza Barbosa
Advogado	Sidney Morais Lacerda(OAB: 32194-N/DF)
Recorrente	União (Câmara dos Deputados)
Procurador	Lygia Maria Avancini(OAB: 594-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Adservis Multiperfil Ltda
Recorrido	Adservis Telemarketing e Informatica Ltda.
Recorrido	Logpar - Logistica e Participações Ltda

Processo Nº RO-1723-52.2011.5.10.0006

Complemento	6ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Lucio Antonio de Oliveira
Advogado	Celso Ferrareze(OAB: 16521-N/RS)
Recorrido	Caixa Economica Federal
Advogado	Elizabeth Pereira de Oliveira(OAB: 17348-N/DF)
Recorrido	Fundação dos Economiarios Federais - Funcef
Advogado	Luiz Antônio Muniz Machado(OAB: 750 -A/DF)

Processo Nº RO-1723-31.2011.5.10.0013

Complemento	13ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	União
Procurador	Ana Carolina Fernandes de Mendonça(OAB: 1375-N/DF)
Recorrido	Ilka Magnolia Lucas
Advogado	Nelson Alves Ferreira(OAB: 28308-N/DF)
Recorrido	Helpserv Locação de Mão-De-Obra Ltda-Me

Processo Nº RO-1749-26.2011.5.10.0014

Complemento	14ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Josailde Dias de Sousa
Advogado	Antônio Rildo Pereira Siriano(OAB: 29403-A/DF)
Recorrido	Higiterc - Higienização e Terceirização Ltda
Recorrido	União (Tribunal de Contas da União)
Procurador	Fabiana Cavinatto Salibe Venzel(OAB: 600402-N/DF)

Processo Nº RO-1771-87.2011.5.10.0013

Complemento	13ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	União
Procurador	Fabiana Cavinatto Salibe Venzel(OAB: 600402-N/DF)
Recorrido	Rafael Bernardo Carreiro
Advogado	Nelson Alves Ferreira(OAB: 28308-N/DF)
Recorrido	Helpserv Locação de Mão-De-Obra Ltda-Me

Processo Nº RO-1776-91.2011.5.10.0019

Complemento	19ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Transunica Transportadora Universal de Cargas Ltda e Outros
Advogado	Thiago Januário de Andrade(OAB: 21800-N/DF)
Recorrente	Global Distribuidora de Combustiveis Ltda
Recorrente	Global Distribuidora de Combustiveis Ltda
Recorrido	Cristovam Silva Sobreira
Advogado	Roseli Melo da Silva(OAB: 28875-N/DF)

Processo Nº RO-1969-18.2011.5.10.0016

Complemento	16ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Nil Correia Santiago
Advogado	Alencar Campos de Lima(OAB: 20995-N/DF)
Recorrido	Sustentare Serviços Ambientais S.A.
Advogado	José Edgard da Cunha Bueno Filho(OAB: 32032-N/DF)
Recorrido	Serviço de Limpeza Urbana
Advogado	Alexandre Viana Paes Soares(OAB: 21222-N/DF)

Processo Nº RO-1977-07.2011.5.10.0012

Complemento	12ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Sebastiao Rodrigues Lima
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)
Recorrido	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	Gabriela Lucas Queiroz Oliveira(OAB: 17013-N/DF)

Processo Nº RO-2062-93.2011.5.10.0011

Complemento	11ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	Celma Nunes Franco Osório(OAB: 19499-N/DF)
Recorrido	Missae Hirako
Advogado	Antônio Marques da Silva(OAB: 20599-N/DF)

Processo Nº RO-2075-77.2011.5.10.0016

Complemento	16ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Alzira Rodrigues Marinho
Advogado	Sebastião Pereira Gomes(OAB: 7914-N/DF)
Recorrido	Sustentare Serviços Ambientais S.A.
Advogado	José Edgard da Cunha Bueno Filho(OAB: 32032-N/DF)
Recorrido	Serviço de Limpeza Urbana
Advogado	Alexandre Viana Paes Soares(OAB: 21222-N/DF)

Processo Nº RO-2137-87.2011.5.10.0802

Complemento	2ª VARA DE PALMAS/TO
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Município de Palmas/TO
Procurador	Sandro de Almeida Cambraia(OAB: 1444-N/DF)
Recorrido	Maria Jose da Silva Ferreira Sousa
Advogado	Clóvis Teixeira Lopes(OAB: 875-N/TO)
Recorrido	Pollygono Serviços e Locações Ltda Epp
Advogado	Luís Carlos Teixeira(OAB: 4872-N/GO)

Processo Nº RO-2185-09.2011.5.10.0006

Complemento	6ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Daniel Pinto
Advogado	Ibaneis Rocha Barros Júnior(OAB: 11555-N/DF)
Recorrido	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	Angélica Cristina Conceição Dutra(OAB: 10752-N/DF)

Processo Nº RO-2191-83.2011.5.10.0016

Complemento	16ª VARA DE BRASÍLIA/DF
Relator	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Revisor	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Recorrente	Serviço de Limpeza Urbana
Advogado	Guizélia Dunice Brito(OAB: 4032-N/DF)
Recorrido	Valdemar Leao Silva
Advogado	Francisca Aires de Lima Leite(OAB: 2300-N/DF)
Recorrido	Sustentare Serviços Ambientais S.A.
Advogado	José Edgard da Cunha Bueno Filho(OAB: 32032-N/DF)

Processo Nº RO-2242-64.2011.5.10.0802

Complemento	2ª VARA DE PALMAS/TO
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Sindicato dos Trab. Em Eletricidade No Est do Tocantins
Advogado	Clóvis Teixeira Lopes(OAB: 875-N/TO)
Recorrido	Ete Construções e Montagens Eletricas Ltda
Advogado	Ataul Corrêa Guimarães(OAB: 1235-B/TO)
Recorrido	Sindicato dos Trabalhadores Nas Industrias da Construção Civil de Palmas - To
Advogado	Edwardo Nelson Luis Chaves Franco(OAB: 2557-N/TO)

Processo Nº RO-2351-75.2010.5.10.0103

Complemento	3ª VARA DE TAGUATINGA/DF
Relator	Desembargador - BRASILINO SANTOS RAMOS
Revisor	Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Recorrente	Alex Oliveira da Silva
Advogado	Genesco Resende Santiago(OAB: 11746-N/DF)
Recorrente	Cda - Companhia de Distribuição Araguaia
Advogado	Rodrigo Marçal Vieira e Silva(OAB: 31444-N/GO)
Recorrido	Os Mesmos

Serão também julgados processos acaso existentes e oriundos de Sessões anteriores.

Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, a presente Pauta será publicada no D.E.J.T. e afixada no local de costume.

Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Secretaria da 2ª Turma, 02 de maio de 2012.

Tomás de Moura Lara Resende
Secretario da Eg. 2ª Turma

SECRETARIA DA 3ª TURMA

Acórdão

Acórdão

Processo Nº RO-26-02.2011.5.10.0101

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Recorrente	Japao Sistemas de Seguranca Ltda
Advogado	Rogéria Cristina Albenaz Iuata Costa(OAB: 14808-N/DF)
Recorrente	Almir Cardoso Ferreira (Recurso Adesivo)
Advogado	Leandro Oliveira Alves(OAB: 25014-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: I RECURSO EMPRESARIAL. 1. CONTRATO DE TRABALHO. RESOLUÇÃO. FALTA GRAVE. Alegação empresarial de prática de falta grave - concorrência desleal - não demonstrada pelo acervo probatório produzido. Motivação empresarial que não deve receber a chancela judicial. Resilição contratual reconhecida, com os efeitos patrimoniais correlatos. 2. HORAS EXTRAS. CONTROLES DE PONTO. EXIBIÇÃO PARCIAL. EFEITOS. Pertencendo à empresa o ônus da sobrejornada (CLT, art. 74, § 2º c/c a Súmula 338 do TST) e não exibidos todos os controles horários, correta a sentença condenatória alusiva ao período não comprovado. 3. MULTA. ART. 477, § 8º, DA CLT. Evidenciado o descumprimento do prazo para pagamento das verbas rescisórias incontroversas, correta a condenação ao pagamento da multa em relevo. 4. MULTA CONVENCIONAL. INCIDÊNCIA. Atendido o pressuposto fático para a incidência da sanção convencional ausência de quitação integral das horas extras -, correta a condenação imposta a tal título. 5. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CONFIGURAÇÃO. Não há litigância de má-fé quando a parte

exerce o direito de ação, pouco importando a procedência ou não dos fatos por ela articulados ou a maior ou menor proficiência com que defende seus argumentos. Não detectada infração ética, indefere-se a pretensão patrimonial correlata. Recurso empresarial conhecido e desprovido. II RECURSO DO RECLAMANTE. 1. RESCISÃO CONTRATUAL POR JUSTA CAUSA. DANOS MORAIS. INDEFERIMENTO. Pretensão recursal reparatória fundada em duplo fundamento: ciência da empresa da conduta supostamente irregular por longo período (fato por si só insuficiente para configurar ofensa de ordem moral) e omissão do motivo da dissolução no documento de comunicação da dispensa (embora ciente o obreiro acerca da causa respectiva). Fatos insuscetíveis de configurar dano. Pretensão improcedente. 2. HONORÁRIOS ASSISTENCIAIS. Preenchidos os requisitos da Lei 5.584/70, impositiva a condenação ao pagamento da verba honoráia (Súmula 329 do TST). Recurso operário conhecido e parcialmente provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer dos recursos e, no mérito, negar provimento ao interposto pela Reclamada e dar provimento parcial ao adesivo para deferir os honorários assistenciais, no patamar de 15% sobre o valor da condenação. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-28-54.2011.5.10.0009

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Recorrente	Nelba dos Santos Lucio
Advogado	João Emílio Falcão Neto(OAB: 9593-N/DF)
Recorrido	União (Ministério da Defesa)
Advogado	Lygia Maria Avancini(OAB: 6-N/DF)

EMENTA: "1. ENQUADRAMENTO PCC/HFA. REAJUSTE SALARIAL. Conquanto vinculado à administração pública por força de um contrato de trabalho, o empregado público (servidor em sentido amplo) não ostenta as mesmas garantias e vantagens atribuídas ao servidor público em sentido estrito, ou seja, aquele que tem a sua regência funcional disciplinada pela Lei nº 8.112/90. Daí porque, à luz do disposto no artigo 92 da Lei n.º 11.784/2008, o incremento salarial autorizado pelo citado diploma legal alcança somente esta última espécie de servidor público, sem que isso importante em violação ao princípio isonômico. 2. Recursos ordinários conhecidos, sendo o do reclamante, em parte; no mérito, desprovidos." (TRT10ªRegião; RO-00025-2011-018-10-00-8; Ac. 3ª Turma; Relator Desembargador Ribamar Lima Júnior; Publicado em 02/09/2011).

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para determinar o pagamento do adicional noturno relativo ao período de prorrogação da jornada até às 07 horas. Majorada a condenação, arbitra-se novo valor de R$1.200,00, do qual resultam custas processuais no importe de R$24,00. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-141-93.2011.5.10.0013

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Dftrans - Transporte Urbano do Distrito Federal
Advogado	Gisele de Britto(OAB: 7868-N/DF)
Recorrente	Geraldo Franca da Silva (Recurso Adesivo)
Advogado	Djalma Nogueira dos Santos Filho(OAB: 4604-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Centro de Assistencia Social As Pessoas Portadoras de Deficiencia do Distrito Federal

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA UNIÃO. SÚMULA N.º 331, DO COL. TST. "IV -O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial. V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO. SÚMULA 331, VI. "A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referente ao período da prestação laboral." Ressalva de entendimento da Desembargadora Relatora. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. Para que possa ensejar pedido de indenização, a configuração do dano moral depende de provas robustas e incontestes. Para tal prova é imprescindível que tenha havido alguma repercussão do fato capaz de expor o trabalhador a constrangimentos perante seus semelhantes, de tal modo que o sofrimento causado tenha reflexos conhecidos e sabidos por seus pares. Não há de se olvidar que o simples fato do não pagamento das verbas rescisórias ou salários, isoladamente, não conduz ao deferimento do pleito.MULTA DO ART. 467 DA CLT. REVELIA. A pena de confissão ficta, em face da revelia, abrange a parcela em epígrafe. Recursos conhecidos, sendo o ordinário parcialmente. Parcialmente provido o recurso ordinário e provido o apelo adesivo.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do

Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos recursos ordinário e adesivo, sendo que parcialmente do apelo ordinário e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso ordinário, para afastar a condenação por dano moral e dar provimento ao recurso adesivo, para deferir ao reclamante a parcela prevista no art. 467, da CLT , nos termos do voto da Desembargadora Relatora, que ressalva entendimento em relação à aplicação da Súmula n.º 331/TST e, também, quanto à existência de culpa do responsável subsidiário. Manter o valor da condenação fixado na origem. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-145-15.2011.5.10.0019

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Fernando Rodrigo Ferreira da Costa
Advogado	Deliana Machado Valente(OAB: 28648 -N/DF)
Recorrente	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	Agnaldo Nunes da Silva(OAB: 11336-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Ceprodem Centro de Processamento de Dados Empresariais Ltda Epp

EMENTA: 1.RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CULPA IN VIGILANDO. ADC Nº16/STF. Mesmo diante da regra prevista no artigo 71 da Lei nº 8.666/93 - de constitucionalidade já expressamente declarada pelo excelso STF na ADC Nº 16, julgada em 24/11/2010-, e da recente alteração na Súmula nº 331 do colendo TST, a aplicação do dispositivo somente se verifica na hipótese em que o contratado agiu dentro das regras e dos procedimentos normais de desenvolvimento de suas atividades. Do mesmo modo, o ente da Administração que o contratou. Se inexistem provas nos autos de que o ente público tenha adotado providências no sentido de fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo contratado, em virtude de seu comportamento omisso, incorre na modalidade de culpa in vigilando, devendo, portanto, responsabilizar -se subsidiariamente pelo inadimplemento do contrato durante todo o período em que se caracterizou a relação de emprego.

2.LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. SÚMULA Nº 331, INCISO VI, DO COLENDO TST. VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.(NOVA REDAÇÃO)

3. Recursos conhecidos e desprovidos.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório; conhecer dos recursos ordinários interpostos pelo reclamante e pela segunda reclamada; no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-199-23.2011.5.10.0005

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Recorrente	Sandra Lucia dos Santos
Advogado	Aldêmio Ogliari(OAB: 4373-N/DF)
Recorrido	Atacadao Distribuicao Comercio e Industria Ltda
Advogado	Oséias Nascimento de Oliveira(OAB: 23189-N/DF)

EMENTA: 1.RESCISÃO CONTRATUAL. JUSTA CAUSA. COMPROVAÇÃO. Toda justa causa pressupõe ato praticado pelo empregado, dotado de gravidade suficiente para tornar inviável a continuidade do pacto laboral. Comprovadas as práticas irregulares levadas a efeito pelo trabalhador no exercício de cargo, prevalece a justa causa infligida.

2. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório; conhecer do recurso interposto; no mérito, dar-lhe parcial provimento para afastar a multa por litigância de má-fé, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-251-89.2011.5.10.0014

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Recorrente	Companhia Brasileira de Distribuicao
Advogado	Carlos José Elias Júnior(OAB: 10424-N/DF)
Recorrido	Orlando Jose Pereira
Advogado	Marcone Guimarães Vieira(OAB: 9336-N/DF)

EMENTA: 1.RELAÇÃO DE EMPREGO. CONFIGURAÇÃO. O contrato individual de trabalho corresponde ao negócio jurídico pelo qual uma pessoa física (empregado) se obriga, mediante o pagamento de uma contraprestação (salário), a prestar trabalho não eventual em proveito de uma outra pessoa, física ou jurídica (empregador), a quem fica juridicamente subordinada (DÉLIO MARANHÃO). Restando demonstrado que o trabalhador executava suas atividades de forma subordinada e com pessoalidade, impositiva a declaração de existência de contrato de emprego.

2. Recurso conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório; conhecer do recurso ordinário interposto pela reclamada; rejeitar a preliminar arguida; no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-290-71.2011.5.10.0019

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Embargante	União (Câmara dos Deputados)
Advogado	Fabiana Cavinatto Salibe Venzel(OAB: 60039-N/DF)
Embargado	Diego Pereira de Araujo
Advogado	Sérgio Luiz Tomaz(OAB: 32471-N/DF)
Embargado	Adservis Multiperfil Ltda
Embargado	Logpar - Logistica e Participacoes Ltda
Embargado	Adservis Multiperfil Ltda

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. Nos termos do art. 897- da CLT c/c o art. 535 do CPC, os embargos de declaração visam à correção de impropriedades formais havidas no julgado, definidas como omissão, contradição, obscuridade, erro material ou manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. In casu, não se verificando nenhum dos vícios relacionados, impertinente o ataque ao conteúdo do julgado, uma vez que a prestação jurisdicional se deu de forma satisfatória, responsável e dentro da previsão legal. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos declaratórios e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-290-71.2011.5.10.0019

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Embargante	União (Câmara dos Deputados)
Advogado	Fabiana Cavinatto Salibe Venzel(OAB: 60039-N/DF)
Embargado	Diego Pereira de Araujo
Advogado	Sérgio Luiz Tomaz(OAB: 32471-N/DF)
Embargado	Adservis Multiperfil Ltda
Embargado	Logpar - Logistica e Participacoes Ltda
Embargado	Adservis Multiperfil Ltda

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. Nos termos do art. 897- da CLT c/c o art. 535 do CPC, os embargos de declaração visam à correção de impropriedades formais havidas no julgado, definidas como omissão, contradição, obscuridade, erro material ou manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. In casu, não se verificando nenhum dos vícios relacionados, impertinente o ataque ao conteúdo do julgado, uma vez que a prestação jurisdicional se deu de forma satisfatória, responsável e dentro da previsão legal. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos declaratórios e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-342-07.2010.5.10.0018

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	União (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios)
Procurador	Mariana de Souza Piaz(OAB: 1362-N/DF)
Recorrido	Ivanilde Cantuario Dias
Advogado	Tatiane de Oliveira Sousa(OAB: 31262-N/DF)
Recorrido	Capital Empresa de Servicos Gerais Limitada
Advogado	Fabiano Feliciano Jerônimo(OAB: 19400-N/DF)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA UNIÃO. SÚMULA N.º 331 DO COL. TST. "IV -O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial. V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada. VI A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral". Ressalva da Desembargadora Relatora.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora, que ressalva entendimento em relação à aplicação da Súmula n.º 331/TST. Juros com base na OJ-TP-7, II, do TST, refletido em todo o período do cálculo de liquidação. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-404-04.2011.5.10.0021

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Recorrente	Home - Hospital Ortopedico e Medicina Especializada Ltda.
Advogado	Denise Chaves Ros(OAB: 26105-N/DF)
Recorrido	Ivanilde Alves de Oliveira Nascimento
Advogado	Antônio Leonel de Almeida Campos(OAB: 3529-N/DF)

EMENTA: 1.PEDIDO DE DEMISSÃO. VALIDADE. SÚMULA Nº 212 DO COLENDO TST. Em face do princípio da continuidade da relação de emprego, que milita em favor do empregado -- hipossuficiente na relação empregatícia -- (Súmula nº 212 do colendo TST), o ônus de prova quanto à iniciativa do trabalhador em romper o liame é cometido ao empregador (CLT, artigo 818; artigo 333, inciso II, do CPC). Apresentado o pedido de demissão e não comprovada a existência de vício de consentimento na manifestação de vontade do empregado, impera a presunção de que foi deste a iniciativa de extinguir o liame empregatício.

2. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório; conhecer do recurso ordinário interposto pelo reclamado; no mérito, dar-lhe parcial provimento, a fim de reconhecer a ruptura contratual por iniciativa da empregada, excluindo da condenação o pagamento de aviso prévio; de FGTS mais multa de 40%; da multa do artigo 477, § 8º, da CLT; e a determinação de liberação das guias TRCT e seguro-desemprego; arbitrar à condenação novo valor de R$3.000,00; fixar as custas processuais em R$ 60,00, pelo reclamado, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-423-12.2011.5.10.0861

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Recorrente	Município de Pedro Afonso
Advogado	Carlos Alberto Dias Noleto(OAB: 906-N/TO)
Recorrido	Antonio Soares de Sousa
Advogado	Juarez Ferreira(OAB: 3405-A/TO)
Recorrido	Rb Engenharia e Comercio Ltda
Recorrido	Carlos Alisson de Oliveira Furtado

EMENTA: DONO DA OBRA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA OU SUBSIDIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE (OJ n.º 191/SDI-I do col. TST). "DONO DA OBRA. RESPONSABILIDADE. Diante da inexistência de previsão legal, o contrato de empreitada entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora". Recurso ordinário do terceiro reclamado conhecido e provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário e, no mérito, dar-lhe provimento para excluir a responsabilidade subsidiária do terceiro reclamado, nos termos do voto da Desembargadora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-436-30.2011.5.10.0014

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Maria Guimar de Ornelas Moura
Advogado	Rogério Avelar(OAB: 4337-N/DF)
Recorrente	Cristal Servicos e Mao de Obra Especializada Ltda
Advogado	Gabriel Albanese de Araújo(OAB: 20334-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: DESVIO DE FUNÇÃO. NÃO-CONFIGURAÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS INDEVIDAS. Configura desvio funcional o exercício de função diversa para a qual contratado o empregado, sem o pagamento do salário compatível, segundo os parâmetros definidos pelo empregador. Não demonstrado, pela Reclamante, o exercício da função alegada na inicial, correta a r. sentença primária em que indeferidos os efeitos patrimoniais pleiteados. Recursos conhecidos e desprovidos.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer dos recursos interpostos e, no mérito, negar-lhes provimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-447-83.2011.5.10.0006

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Karina Pereira Michelette
Advogado	Moacir Akira Yamakawa(OAB: 1937-A/DF)
Recorrente	Fundacao Zerbini
Advogado	Esdras Gomes Aguiar(OAB: 31420-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. NÃO COMPROVAÇÃO. Em se tratando a hipótese de pleito referente a pagamento de diferenças de horas extras, compete à autora, a teor do disposto nos arts. 818 da CLT e 333, I, do CPC, a demonstração criteriosa das eventuais divergências entre as horas extraordinárias trabalhadas, constantes nos registros de frequência, e as consignadas nos demonstrativos de pagamento. Não se desincumbindo de tal ônus, indevidas são as diferenças perseguidas. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. O deferimento de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho subsome-se aos requisitos legais peculiares (inteligência da Súmula n.º 219 do col. TST). In casu, não preenchidos os requisitos indispensáveis à concessão dos honorários. Recurso ordinário da reclamante conhecido e desprovido. Recurso ordinário da reclamada conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos recursos ordinários da reclamante e da reclamada, e, no mérito, negar provimento àquele e dar parcial provimento ao da reclamada para excluir a condenação em honorários advocatícios. Mantido o valor da condenação, tudo nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-451-11.2011.5.10.0010

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Editora Jb S.A.
Advogado	Taunai Gonçalves Moreira(OAB: 215936-N/SP)
Recorrido	Lia Kunzler de Souza Carmo
Advogado	Helena Von Tiesenhausen de Souza Carmo(OAB: 32902-N/DF)

EMENTA: 1.RELAÇÃO DE EMPREGO. PROVA. CONFIGURAÇÃO. O contrato individual de trabalho corresponde ao negócio jurídico pelo qual uma pessoa física (empregado) se obriga, mediante o pagamento de uma contraprestação (salário), a prestar trabalho não eventual em proveito de uma outra pessoa, física ou jurídica (empregador), a quem fica juridicamente subordinada (DÉLIO MARANHÃO). Nesse contexto, se da prova produzida constata-se a presença dos requisitos insertos nos artigos 2º e 3º da CLT, impõe-se o reconhecimento de relação de emprego entre as partes.

2. Recurso conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório; conhecer do recurso interposto pela reclamada; no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-497-70.2011.5.10.0019

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Empresa Brasileira de Telecomunicacoes S a Embratel
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-N/DF)
Recorrido	Leticia dos Santos Lopes
Advogado	André Silva da Mata(OAB: 29054-N/DF)
Recorrido	P & M Servicos de Telemarketing Ltda e Outros
Recorrido	Marcio Leandro Stanislawski
Recorrido	Paulo Henrique Stanislawski
Recorrido	Marco Aurelio dos Santos Russo
Recorrido	Daniel Roberto Mario Osmundo
Recorrido	Telnet Consultoria Tecnica Ltda

EMENTA: "PRESTADORA DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIARIA DO TOMADOR. ITEM IV DA SÚMULA Nº 331/TST A responsabilidade subsidiária da tomadora de serviços encontra suporte na teoria do risco empresarial, que aporta no reconhecimento da responsabilidade objetiva. Se a empresa usufrui dos benefícios, deve arcar com os ônus decorrentes (ubi comoda ib et incomoda). Se utiliza da prerrogativa de contratar terceiros para o fornecimento de mão-de-obra necessária à execução de serviços especializados, ligados à sua atividade-meio, torna-se subsidiariamente responsável pelo adimplemento das obrigações trabalhistas dos empregados da prestadora, pois beneficiou-se da sua força de trabalho. Recurso da Reclamante conhecido e provido

para declarar a responsabilidade subsidiária da 3ª Reclamada (Embratel Participações S.A.)." (TRT da 10ª Região, Terceira Turma, RO nº 00684-2011-013-10-00-2, Relatora Desembargadora Heloísa Pinto Marques, julgado em 01/02/2012, publicado em 17/02/2012.) Ressalva de entendimento da Desembargadora Relatora. Recurso ordinário conhecido e desprovido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, negar-lhe provimento para manter incólume a r. sentença de origem, tudo nos termos do voto da Desembargadora Relatora, que ressalva entendimento pessoal com relação à imposição da responsabilização subsidiária. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-536-70.2011.5.10.0018

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Recorrente	Swissport Brasil Ltda
Advogado	Luiz Cláudio Botelho(OAB: 110495-N/RJ)
Recorrente	Wuelio Pereira de Sousa (Recurso Adesivo)
Advogado	José Maria de Oliveira Santos(OAB: 9004-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE. AUSÊNCIA DE ATAQUE AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. NÃO CONHECIMENTO. Havendo dois ou mais fundamentos que, por si só, são suficientes para indeferimento da pretensão, cabe a parte atacar todos eles, sob pena de ver o apelo não conhecido. RECURSO DA RECLAMADA. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. TRABALHO EM ÁREA DE RISCO. Comprovado que o autor laborava em área de risco, faz jus o empregado ao adicional de periculosidade previsto em lei.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do recurso da Reclamada, não conhecer do recurso adesivo do Reclamante, rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, dar parcial provimento ao apelo patronal para afastar a condenação da Reclamada nas horas extras, nos termos do voto do Desembargador Relator. Mantido o valor da condenação, porquanto ainda compatível. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-648-30.2011.5.10.0021

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Recorrente	José de Sousa Vasques
Advogado	Paulo Jose Mendes(OAB: 34710-N/DF)
Recorrido	Contrat - Administração Empresarial Ltda.
Recorrido	União (Justiça Federal de 1ª Grau)
Advogado	Fabiana Cavinatto Salibe Venzel(OAB: 60039-N/DF)

EMENTA: 1.RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CULPA IN VIGILANDO. ADC Nº16/STF. Mesmo diante da regra prevista no artigo 71 da Lei nº 8.666/93 - de constitucionalidade já expressamente declarada pelo excelso STF na ADC Nº 16, julgada em 24/11/2010 -, a aplicação do dispositivo somente se verifica na hipótese em que o contratado agiu dentro das regras e dos procedimentos normais de desenvolvimento de suas atividades. Do mesmo modo, o ente da Administração que o contratou. Se inexistem provas nos autos de que o ente público tenha adotado providências no sentido de fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo contratado, em virtude de seu comportamento omisso, incorre na modalidade de culpa in vigilando, devendo, portanto, responsabilizar-se subsidiariamente pelo inadimplemento do contrato durante todo o período em que se caracterizou a relação de emprego.

2.LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. SÚMULA Nº 331, INCISO VI, DO COLENDO TST. VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.(NOVA REDAÇÃO)

3. Recurso parcialmente conhecido e provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento (fls. retro), aprovar o relatório; conhecer parcialmente do recurso interposto pelo reclamante e, no mérito, dar-lhe provimento para condenar a segunda reclamada, subsidiariamente, ao adimplemento das verbas impostas à primeira reclamada, inclusive quanto às multas previstas nos artigos 467 e 477, §8º, da CLT, bem como da multa do FGTS, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-665-78.2011.5.10.0017

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Fundacao Jardim Zoologico de Brasilia
Advogado	Gisele de Britto(OAB: 7868-N/DF)
Recorrido	Maisa Fiedler Barbosa
Advogado	Luiz Fernando Carvalho Maciel(OAB: 14007-N/DF)
Recorrido	Icb - Construtora, Incorporadora e Servicos Ltda
Advogado	Bruno da Silva Vasconcelos(OAB: 33182-N/DF)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. SÚMULA n.º 331, DO COL. TST. "IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial. V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". Ressalva de entendimento da Desembargadora Relatora. Ante a inexistência de provas contundentes de que foram tomadas as devidas providências pela tomadora dos serviços, decorrentes de uma regular fiscalização, com a finalidade de salvaguardar os direitos dos trabalhadores vinculados à empresa terceirizada, tem-se que a responsabilidade subsidiária do ente público é apenas consectário de sua omissão. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. O deferimento de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho subsome-se aos requisitos legais peculiares (inteligência da Súmula n.º 219 do col. TST). Não preenchidos os requisitos indispensáveis para a concessão dos honorários, impõe-se afastar a condenação. FAZENDA PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. APLICABILIDADE DE JUROS DE MORA. "OJTP 7. JUROS DE MORA. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA.I - Nas condenações impostas à Fazenda Pública, incidem juros de mora segundo os seguintes critérios: a) 1% (um por cento) ao mês, até agosto de 2001, nos termos do § 1º do art. 39 da Lei n.º 8.177, de 01.03.1991;b) 0,5% (meio por cento) ao mês, de setembro de 2001 a junho de 2009, conforme determina o art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10.09.1997, introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.08.2001. II A partir de 30 de junho de 2009, atualizam-se os débitos trabalhistas da Fazenda Pública, mediante a incidência dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, por força do art. 5º da Lei n.º 11.960, de 29.06.2009. III - A adequação do montante da condenação deve observar essa limitação legal, ainda que em sede de precatório.(nova redação Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011)". Recurso ordinário da segunda reclamada conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para excluir da condenação o pagamento de honorários advocatícios, bem como para determinar que os juros a serem cobrados da FUNDACAO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASILIA sejam calculados com base na OJ-TP-7, II, do col. TST, refletido em todo o período do cálculo de liquidação, nos termos do voto da Desembargadora Relatora, que ressalva entendimento em relação à aplicação da Súmula n.º 331/TST. Mantido o valor da condenação. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-699-53.2011.5.10.0017

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Leonardo Melo Farias Mourao
Advogado	José Maria de Oliveira Santos(OAB: 9004-N/DF)
Recorrido	Hs Diigitalização e Desenho Ltda
Advogado	José Carlos Vicente Martins(OAB: 139570-N/RJ)

EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO. CONTROVÉRSIA. ÔNUS DA PROVA. A partir da máxima de que o normal se presume e o excepcional se prova, a jurisprudência consagrou o entendimento de que o ônus de provar a natureza da relação havida, quando negados o vínculo de emprego e a prestação de serviços, caberá ao sujeito ativo da relação processual (CLT, art. 818 c/c art. 333, I, do CPC). Nesse sentido, não comprovada pelo Reclamante a prestação de serviços em prol da Reclamada, não merece qualquer reparo a decisão originária que não reconheceu a existência do pacto jurídico afirmado na inicial, indeferindo as verbas trabalhistas decorrentes. Recurso conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-706-54.2011.5.10.0111

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Recorrente	Nova Casa Bahia S/A
Advogado	Marcelo Tostes de Castro Maia(OAB: 63440-N/MG)
Recorrente	Sandro Silva Araujo (Recurso Adesivo)
Advogado	Rogério Alves de Oliveira(OAB: 34720-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. O deferimento de horas extras demanda comprovação cabal e inconteste dos fatos noticiados na peça de ingresso. Não é possível à parte fatiar a prova testemunhal e aproveitar apenas o que lhe interessa. A coerência das declarações não se toma por partes, mas sim pelo seu conjunto, que deve ser harmonioso. A prova oral, mormente o depoimento das partes, deve espelhar as informações levadas ao Judiciário pelos demandantes, objetivando esclarecer a situação posta nos autos com a maior fidelidade e lealdade possíveis aos fatos verdadeiramente ocorridos. In casu, a análise da prova oral, mormente em razão da confissão do preposto da reclamada, permite inferir que o autor desincumbiu-se do seu ônus probatório (CLT, art. 818 c/c CPC, art. 333, I), pois comprovou a imprestabilidade dos cartões de ponto, bem como a jornada descrita na peça de ingresso. CONVERSÃO DE FÉRIAS EM PECÚNIA. ABONO. O abono pecuniário não se trata de adiantamento de férias, mas de parcela apta a remunerar os dias de férias transformados em pecúnia, faculdade conferida ao empregado na forma perfilhada no art. 143 da CLT. Na situação vertente, constatando-se que a empresa deduzia o valor pago a título de abono, deve arcar com o regular pagamento da parcela. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ARTIGO 461 DA CLT. CARACTERIZAÇÃO. Para que o empregado faça jus à equiparação salarial é necessário o preenchimento concomitante dos requisitos previstos no art. 461 consolidado. In casu, ante o conjunto probatório produzido nos autos, vislumbram-se presentes os requisitos necessários à declaração da equiparação salarial. ASSÉDIO MORAL. Entende-se por conduta abusiva impingir ao assediado pressões, intimidações, humilhações, perseguições, ridicularizações, xingamentos, causando situações de degradação das condições de trabalho, com ameaças de demissão, sobrecarga de trabalho, desmoralização perante os colegas, falta de reconhecimento e desprezo pelos esforços do empregado, de modo a conduzi-lo ao comportamento almejado pelo assediador. Inexistindo prova contumaz do alegado comportamento patronal em relação à reclamante, não há de se falar em indenização. Recurso ordinário da reclamada parcialmente conhecido e parcialmente provido. Recurso adesivo do autor conhecido e não provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso ordinário da reclamada. Conhecer do recurso adesivo do reclamante e, no mérito, negar provimento ao recurso adesivo do autor e dar provimento parcial ao recurso da reclamada para excluir da condenação o pagamento de indenização por dano moral e multa por ato atentatório à dignidade da justiça, tudo nos termos da fundamentação, com ressalvas de entendimento quanto à aplicação da OJ nº307/SDI-I/TST. Em face da procedência parcial do recurso da reclamada e havendo redução da condenação, arbitro as custas processuais em R$1.000,00 (mil reais), calculadas sobre R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), pela reclamada, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-711-76.2011.5.10.0111

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Mdf Moveis Ltda
Advogado	Laiza dos Santos Silva(OAB: 28618-N/DF)
Recorrido	Manoel Messias dos Santos
Advogado	Eduardo Rodrigues Figueiredo(OAB: 21176-N/DF)
Recorrido	Montaja Moveis Ltda
Advogado	Jefferson Lima Roseno(OAB: 27875-N/DF)

EMENTA: 1. RELAÇÃO DE EMPREGO. CONTROVÉRSIA. ÔNUS DA PROVA. A partir da máxima de que o normal se presume e o excepcional se prova, a jurisprudência consagrou o entendimento de que o ônus de provar a natureza da relação havida, quando admitida a prestação de serviços e negado o vínculo de emprego, caberá ao sujeito passivo da relação processual (CLT, art. 818, c/c, art. 333, II, do CPC). Nesse sentido, não comprovada pela Ré a natureza autônoma da relação havida entre as partes, há de ser mantida a decisão originária que reconheceu a existência do pacto jurídico afirmado na inicial. 2. RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO. CONDUTA ILÍCITA DO EMPREGADOR. CONFIGURAÇÃO. Evidenciado o quadro de completa ilicitude quanto à prestação de serviços pelo autor na condição de autônomo, bem como a fraude na terceirização de serviços levada a efeito pelas reclamadas, justificável a iniciativa do reclamante em romper as relação de emprego por ato culposo do empregador, impondo-se o reconhecimento judicial da resilição contratual nos moldes estabelecidos na alínea "d" do artigo 483 da CLT.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso, rejeitar a prefacial de nulidade por negativa de prestação jurisdicional e acolher a preliminar suscitada para declarar a incompetência da Justiça do Trabalho para executar as contribuições previdenciárias resultantes do vínculo de emprego reconhecido. No mérito, dar parcial provimento ao recurso ordinário para declarar a prescrição das pretensões condenatórias anteriores a 23/08/2006, bem como para autorizar os descontos relativos aos tíquetes-alimentação nos termos das normas coletivas colacionadas; excluir da condenação o pagamento de vales-transporte e das multas dos artigos 467 e 477 da CLT; e para afastar o prazo de 48 horas fixado na sentença para o cumprimento das obrigações ali estabelecidas. Para evitar o enriquecimento ilícito do Autor, autoriza-se a dedução dos valores pagos sob idêntico título das parcelas deferidas na origem, durante o período em que o Reclamante prestou serviços sob a égide do pacto laboral firmado com a segunda Reclamada. Reduzida a condenação, arbitra-se o novo valor de R$40.000,00, do que resultam custas processuais de R$800,00. Ementa aprovada

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-724-75.2011.5.10.0014

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Embargante	Venuzelda de Azevedo
Advogado	Rosa Maria Fernandes Troina Gomes(OAB: 8297-N/DF)
Embargado	União
Advogado	Ana Carolina Fernandes de Mendonça(OAB: 32100-X/DF)
Embargado	Ma dos Santos Serviços - Me

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. VÍCIOS INEXISTENTES. DESPROVIMENTO. Inexistindo no acórdão qualquer vício que justifique a oposição de embargos declaratórios, forçoso decretar o respectivo desprovimento. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração opostos e, no mérito, negar-lhes provimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-738-62.2011.5.10.0013

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Recorrente	Nextel Telecomunicacoes Ltda.
Advogado	Carlos Roberto Siqueira Castro(OAB: 20015-N/DF)
Recorrido	Flavia Vieira Neves
Advogado	Gladston Ferreira da Silva(OAB: 26791 -N/DF)

EMENTA: PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL A arguição de negativa de prestação jurisdicional é fato de extrema gravidade no curso processual. No caso, analisadas cuidadosamente a sentença recorrida e a decisão integrativa proferida nos embargos de declaração, não se verifica nenhuma irregularidade processual ? omissão ? apta a justificar a arguição da reclamante. Preliminar rejeitada. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. Para que possa ensejar pedido de indenização, a configuração do dano moral depende de provas robustas e incontestes. Para tal prova é imprescindível que tenha havido alguma repercussão do fato capaz de expor o trabalhador a constrangimentos perante seus semelhantes, de tal modo que o sofrimento causado tenha reflexos conhecidos e sabidos por seus pares. É por esse reflexo que se buscará estabelecer a prova. No caso, não cuidou a autora de provar o alegado dano advindo dos fatos apontados na inicial. Não há de se olvidar que o simples fato do não pagamento das verbas rescisórias ou salários, isoladamente, não conduz ao deferimento do pleito. Recurso ordinário conhecido e provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário interposto pela reclamada, rejeitar as preliminares de negativa de prestação jurisdicional e de julgamento extra e ultra petita e, no mérito, dar-lhe provimento a fim de excluir da condenação o verbas rescisórias deferidas e o pagamento de indenização por danos morais. Invertido o ônus da sucumbência, custas no importe de R$600,00, pela reclamante, calculadas sobre o valor ora arbitrado, de R$30.000,00, dispensadas por ser beneficiária da justiça gratuita (fls. 97/98). Tudo nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-AP-797-56.2011.5.10.0011

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Embargante	Maria Luisa Coelho Ferreira
Advogado	Rogério Avelar(OAB: 4337-N/DF)
Embargado	Andrea Rabello
Advogado	Davi Rodrigues Ribeiro(OAB: 23455-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS DO RECLAMANTE. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. Nos termos do art. 897-A da CLT c/c o art. 535 do CPC, os embargos de declaração visam à correção de impropriedades formais havidas no julgado, definidas como omissão, contradição, obscuridade, erro material ou manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. In casu, não se verificando nenhum dos vícios relacionados, impertinente o ataque ao conteúdo do julgado, uma vez que a prestação jurisdicional se deu de forma satisfatória, responsável e dentro da previsão legal. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos declaratórios e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-809-67.2011.5.10.0012

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Agencia Espacial Brasileira - Aeb

Procurador	Bruno Roberto Maciel Cunha de Maria(OAB: 60013-N/DF)
Recorrente	Luciana Mara de Sousa (Recuraso Adesivo)
Advogado	Rafael Ferreira Guimarães(OAB: 31643-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	D Corline Conservacao e Limpeza Ltda
Advogado	Rogério Rosa Santana(OAB: 32850-N/DF)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. SÚMULA 331 DO C. TST. ADC 16 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. O E. Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADC 16/DF, assentou que, de fato, segundo os termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, a mera inadimplência do contratado não autoriza seja transferida à Administração Pública a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, a vedar irrestrita aplicação da Súmula 331, IV, V e VI, do TST. Entretanto, também reconheceu expressamente, no julgamento da mesma ADC nº 16/DF, que referido preceito normativo não obsta o reconhecimento dessa responsabilidade em virtude de eventual omissão da Administração Pública no dever - que impõem os arts. 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/1993 - de fiscalizar as obrigações do contratado, caso que ocorreu nestes autos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, acolher a preliminar suscitada nas contrarrazões da segunda Reclamada e não conhecer do recurso adesivo da Reclamante; conhecer do recurso ordinário da segunda Reclamada, e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para determinar incidência de juros de mora diferenciados ao Ente Público, conforme parâmetros traçados na OJ-TP-07 do C. TST, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-817-41.2011.5.10.0013

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	Agnaldo Nunes da Silva(OAB: 11336-N/DF)
Recorrido	Gerson Antonio de Lima
Advogado	Beatriz Viana de Andrade(OAB: 32784-N/GO)

EMENTA: 1.PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. PROGRESSÃO HORIZONTAL. A deliberação da diretoria da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT prevista no Plano de Carreira, Cargos e Salários como requisito necessário para a concessão de progressão, por se tratar de condição puramente potestativa, não constitui óbice ao deferimento da progressão horizontal, seja ela por antiguidade ou por mérito, quando preenchidas as demais condições dispostas no aludido plano (inteligência da OJ Transitória nº 71/SBDI-1). Presente o requisito temporal para a concessão de progressão horizontal e invocando a ré fato impeditivo da pretensão, o ônus da prova quanto à lucratividade a ela é cometido. Não se exonerando desse encargo, o corolário é o deferimento do pedido, observando-se apenas a prescrição parcial.

2. Recurso ordinário conhecido e desprovido.

I DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento (fls. retro), aprovar o relatório; conhecer do recurso ordinário interposto pela reclamada para, no mérito, negar-lhe provimento; determinar a renumeração dos autos a partir de fls. 315, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-822-63.2011.5.10.0013

Relator	Juiz - GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Agravante	Condominio Rural San Diego
Advogado	Ednilson Paula Melo(OAB: 6401-N/DF)
Agravado	Rogério Ferreira
Advogado	Welignton Bezerra de Araujo(OAB: 27851-N/DF)

EMENTA: 1. EXECUTADO QUE INTERPÕE EMBARGOS DE TERCEIRO. FALTA DE LEGITMIDADE PARA AGIR COMO TAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Provado que o autor da ação de embargos de terceiro é o verdadeiro executado no feito principal(reclamação trabalhista), correta a decisão de origem que extinguiu o processo, sem resolução do mérito, na forma do artigo 267, VI, do CPC. Sentença mantida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

2. Agravo de petição conhecido e não provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-846-18.2011.5.10.0005

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Embargante	Francisco das Chagas Costa dos Santos

Advogado	Janaína Guimarães Santos(OAB: 14500-N/DF)
Embargado	Comando Auto Pecas Ltda
Advogado	José Raimundo de Carvalho(OAB: 10502-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. Nos termos do art. 897-A da CLT c/c o art. 535 do CPC, os embargos de declaração visam à correção de impropriedades formais havidas no julgado, definidas como omissão, contradição, obscuridade, erro material ou manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. Não tendo o embargante logrado demonstrar nenhum dos vícios enumerados acima, impertinente o ataque ao conteúdo do julgado, uma vez que a prestação jurisdicional se deu de forma clara, coerente e satisfatória, dentro da previsão legal. Embargos conhecidos e desprovidos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-855-65.2011.5.10.0009

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Recorrente	Banco Santander (Brasil) S.A.
Advogado	Osmar Mendes Paixão Côrtes(OAB: 15553-N/DF)
Recorrido	Fernanda Mourao Matos
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva(OAB: 11776-N/DF)

EMENTA: RECURSO DO RECLAMADO. BANCÁRIO. FUNÇÃO DE CONFIANÇA. ARTIGO 62,II, DA CLT. JORNADA DE OITO HORAS. ART.224, § 2º, DA CLT. A Súmula nº 287/TST dispõe que "A jornada de trabalho do empregado de banco gerente de agência é regida pelo art 224, §2º, da CLT. Quanto ao gerente geral de agência bancária, presume?se o exercício de encargo de gestão, aplicando?se?lhe o art 62 da CLT". Todavia, esta presunção é relativa, admitindo prova em contrário. O conjunto probatório dos autos indica que a Reclamante não detinha poder de mando ou de gestão suficiente para enquadrá-la no art. 62, II, da CLT. Assim, não tendo o Reclamado feito prova de que o cargo (emprego) ocupado pela Autora era efetivamente "de confiança", a fim de que ela pudesse ser enquadrada na exceção prevista no art. 224, § 2º, da CLT, devido é o pagamento das horas trabalhadas, como extras.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos contidos na respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-864-51.2011.5.10.0001

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Embargante	Lidnaldo Coelho Machado
Advogado	Víctor Russomano Júnior(OAB: 3609-N/DF)
Embargado	Dba Engenharia de Sistemas Ltda
Advogado	Janaína Jardim Correia de Araújo(OAB: 122796-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. Nos termos do art. 897-A da CLT c/c o art. 535 do CPC, os embargos de declaração visam à correção de impropriedades formais havidas no julgado, definidas como omissão, contradição, obscuridade, erro material ou manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. Não tendo o embargante logrado demonstrar nenhum dos vícios enumerados acima, impertinente o ataque ao conteúdo do julgado, uma vez que a prestação jurisdicional se deu de forma clara, coerente e satisfatória, dentro da previsão legal. Embargos conhecidos e desprovidos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-899-90.2011.5.10.0007

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Delta Construcoes Sa

Advogado	Renato Oliveira Ramos(OAB: 20562-A/DF)
Recorrido	Artur Barbosa
Advogado	João Batista de Almeida(OAB: 8102-N/DF)

EMENTA: CLÁUSULA DE INCENTIVO À CONTINUIDADE. VALIDADE - É incontroversa a presença, cada vez mais constante, da terceirização como forma alternativa de disponibilidade de mão de obra em nosso país, caracterizada pela transferência de determinadas atividades de uma pessoa jurídica (pública ou privada) para uma empresa contratada especificamente para esse fim. Um dos efeitos dessa dinâmica sobre as relações de trabalho se refletiu na alternância de contratos com entes da Administração Pública direta e indireta, motivo inegável de insegurança para os trabalhadores terceirizados. O amplo reconhecimento dos instrumentos coletivos de trabalho foi alçado ao status de garantia fundamental, sob a modalidade de direito social, consoante preconiza o inciso XXVI do art. 7º da Carta Magna, não se vislumbrando irregularidade ou afronta constitucional da cláusula de incentivo à continuidade, haja vista estar em consonância aos princípios que norteiam o Direito do Trabalho. Recurso ordinário conhecido e não provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-907-73.2011.5.10.0005

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Luiz Carlos de Paula
Advogado	José Augusto Santos da Conceição(OAB: 34126-N/DF)
Recorrido	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda
Recorrido	União (Câmara dos Deputados)
Advogado	Lygia Maria Avancini(OAB: 6-N/DF)

EMENTA: 1.RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CULPA IN VIGILANDO. ADC N.º 16 DO STF. Mesmo diante da regra prevista no artigo 71 da Lei n.º 8.666/93 - de constitucionalidade já expressamente declarada pelo excelso STF na ADC Nº 16, julgada em 24/11/2010 -, a aplicação do dispositivo somente se verifica na hipótese em que o contratado agiu dentro das regras e dos procedimentos normais de desenvolvimento de suas atividades. Do mesmo modo, o ente da Administração que o contratou. Se inexistem provas nos autos de que o ente público tenha adotado providências no sentido de fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo contratado, em virtude de seu comportamento omisso, incorre na modalidade de culpa in vigilando, devendo, portanto, responsabilizar-se subsidiariamente pelo inadimplemento do contrato durante todo o período em que se caracterizou a relação de emprego.

2.LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. SÚMULA Nº 331, INCISO VI, DO COLENDO TST. "VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral."(NOVA REDAÇÃO).

3. DISPENSA SEM JUSTA CAUSA. CLÁUSULA COLETIVA. INCENTIVO À CONTINUIDADE NO EMPREGO. MULTA DO FGTS. REDUÇÃO PARA 20%. INVALIDADE. Não se conformando o Termo Rescisório com as exigências estabelecidas na convenção coletiva de trabalho da categoria, devido se torna o pagamento da multa do FGTS no patamar legal de 40%.

4. Recurso conhecido e provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento (a fls. retro), aprovar o relatório; conhecer do recurso interposto pelo reclamante e, no mérito, dar-lhe provimento para deferir o pagamento da indenização de 40% sobre os depósitos do FGTS e para condenar a segunda reclamada, subsidiariamente, ao adimplemento das verbas impostas à primeira reclamada, inclusive quanto às multas previstas nos artigos 467 e 477, §8.º, da CLT, bem assim da multa do FGTS, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-916-32.2011.5.10.0103

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Aluizio Matias da Silva
Advogado	Douglas Lacerda Lucas(OAB: 26205-N/DF)
Recorrido	Froylan Engenharia Projetos e Comércio Ltda.
Advogado	José Alves Nunes(OAB: 14635-N/DF)

EMENTA: ADICIONAL DE INSAUBRIDADE. INDEFERIMENTO. Inexistindo prova de que o trabalho do Reclamante fosse realizado em condições insalutíferas (CLT, art. 195), não há espaço para a condenação ao pagamento do adicional de insalubridade. Recurso conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do

contido na certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-917-30.2010.5.10.0013

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Embargante	Caixa de Previdencia dos Funcionários do Banco do Brasil
Advogado	Walfrêdo Federico de Siqueira Cabral Dias(OAB: 12090-N/DF)
Embargado	Maria Regina de Menezes Gonçalves
Advogado	Ricardo Luiz Rodrigues da Fonseca Passos(OAB: 15523-N/DF)

EMENTA: 1.EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. Nos termos dos artigos 535 do CPC e 897-A da CLT são cabíveis embargos declaratórios quando o julgado (monocrático ou de órgão colegiado) padecer de omissão, contradição, obscuridade, quando houver erro material ou quando houver manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. Se no v. acórdão embargado não se vislumbra a existência de quaisquer destes vícios, há que se negar provimento aos embargos.

2. Embargos declaratórios parcialmente conhecidos e desprovidos.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório, conhecer dos embargos declaratórios opostos pela reclamada para, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-928-04.2011.5.10.0020

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Embargante	Djaci Marques
Advogado	Rosa Maria Fernandes Troina Gomes(OAB: 8297-N/DF)
Embargado	União
Procurador	Fabiana Cavinatto Salibe Venzel(OAB: 600402-N/DF)
Embargado	Ma dos Santos Serviços - ME

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. VÍCIOS INEXISTENTES. DESPROVIMENTO. Inexistindo no acórdão qualquer vício que justifique a oposição de embargos declaratórios, forçoso decretar o respectivo desprovimento. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer dos embargos de declaração opostos e, no mérito, negar-lhes provimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-941-25.2011.5.10.0821

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Embargante	Companhia de Energia Eletrica do Estado do Tocantins - Celtins
Advogado	Daniel Domingues Chiode(OAB: 173117-N/SP)
Embargado	Cetel Instalacoes Eletricas Ltda
Advogado	Donatila Rodrigues Rêgo(OAB: 789-N/TO)
Embargado	Meirival da Silva Reis (Recurso Adesivo)
Advogado	Lucywaldo do Carmo Rabello(OAB: 2331-N/TO)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. Nos termos do art. 897-A da CLT c/c o art. 535 do CPC, os embargos de declaração visam à correção de impropriedades formais havidas no julgado, definidas como omissão, contradição, obscuridade, erro material ou manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. Não tendo a embargante logrado demonstrar nenhum dos vícios enumerados acima, impertinente o ataque ao conteúdo do julgado, uma vez que a prestação jurisdicional se deu de forma clara, coerente e satisfatória, dentro da previsão legal. Embargos conhecidos e desprovidos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-945-91.2011.5.10.0003

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Amanda Sofia Silva Mascarenhas
Advogado	Celso José Soares(OAB: 17919-N/DF)
Recorrido	Perinatal Servicos Medicos Ltda
Advogado	Orestes Fernando Corssini Quércia(OAB: 145373-N/SP)
Recorrido	Instituto Bras do Meio Ambien e dos Rec Nat Renovaveis
Advogado	Bruno Roberto Maciel Cunha de Maria(OAB: 270021-N/SP)

EMENTA: INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ATO

ABUSIVO NÃO COMPROVADO. INDEFERIMENTO. Hipótese em que não restaram comprovadas as atitudes abusivas anunciadas na inicial Pretensão reparatória de ordem moral improcedente. Recurso parcialmente conhecido e desprovido

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, nega-lhe provimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-990-98.2011.5.10.0002

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Embargante	Dba Engenharia de Sistemas Ltda
Advogado	Janaína Jardim Correia de Araújo(OAB: 122796-N/RJ)
Embargante	Andre Daniel Fernandes Causanilhas
Advogado	Víctor Russomano Júnior(OAB: 3609-N/DF)
Embargado	Andre Daniel Fernandes Causanilhas
Advogado	Víctor Russomano Júnior(OAB: 3609-N/DF)
Embargado	Dba Engenharia de Sistemas Ltda
Advogado	Janaína Jardim Correia de Araújo(OAB: 122796-N/RJ)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. Nos termos do art. 897-A da CLT c/c o art. 535 do CPC, os embargos de declaração visam à correção de impropriedades formais havidas no julgado, definidas como omissão, contradição, obscuridade, erro material ou manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. O postulado constitucional da fundamentação das decisões não autoriza ilação apta a vincular o conteúdo da decisão a todos os argumentos lançados pelas partes, mas sim ao alicerce jurídico que deve nortear a solução da demanda. Embargos declaratórios das partes conhecidos e desprovidos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos declaratórios opostos pelas partes e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1030-77.2011.5.10.0003

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	VRG Linhas Aéreas S.A.
Advogado	Osmar Mendes Paixão Côrtes(OAB: 15553-N/DF)
Recorrido	George Ferreira Matos
Advogado	Alfredo José Santos da Cunha(OAB: 8922-N/DF)

EMENTA: 1.ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. PROVA TÉCNICA. EXISTÊNCIA. Evidenciada a exposição habitual do autor à substância perigosa, impõe-se a manutenção da decisão originária que deferiu ao reclamante o adicional respectivo e consequentes reflexos.

2. Recursos ordinário conhecido; no mérito não provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório; conhecer do recurso ordinário interposto pela reclamada; no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-1054-63.2011.5.10.0017

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Embargante	Infra-Engeth Infra-Estrutura Construcao e Comercio Ltda
Advogado	Valério Alvarenga Monteiro de Castro(OAB: 13398-N/DF)
Embargado	Helton Gomes Carvalho
Advogado	André Luiz Miranda de Oliveira(OAB: 27853-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. Nos termos do art. 897-A da CLT c/c o art. 535 do CPC, os embargos de declaração visam à correção de impropriedades formais havidas no julgado, definidas como omissão, contradição, obscuridade, erro material ou manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. Não tendo a embargante logrado demonstrar nenhum dos vícios enumerados acima, impertinente o ataque ao conteúdo do julgado, uma vez que a prestação jurisdicional se deu de forma clara, coerente e satisfatória, dentro da previsão legal. Embargos conhecidos e desprovidos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de

julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1153-30.2011.5.10.0018

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Liliane Denise Guardiano Nascimento
Advogado	Dalvijania Nunes Dutra(OAB: 31130-N/DF)
Recorrido	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	Alisson Evangelista Silva(OAB: 23457-N/DF)

EMENTA: CAESB. PROCESSO SELETIVO INTERNO. PROMOÇÃO EFETIVADA EM DATA POSTERIOR À DEFINIDA. IRREGULARIDADE. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. OBSEVÂNCIA DO EDITAL. RETROATIVIDADE EFETIVA DA PROMOÇÃO. DIFRENÇAS DEVIDAS. Invalidada em Reclamação Trabalhista anterior decisão administrativa que impossibilitara a participação da Reclamante em processo de promoção, foi possibilitado à Autora a verificação dos requisitos necessários à obtenção de promoção. Contudo, a efetivação da promoção da Reclamante ocorreu em data posterior, sem observância das diretrizes definidas pelo Edital regulamentador. Integrante da administração indireta, à Reclamada se aplica o princípio da legalidade, razão pela qual sua atuação deve se limitar aos parâmetros definidos pelo normativo. Definido o prazo para promoção dos participantes do processo seletivo, a este se vincula a Reclamada, fazendo jus a Autora à efetivação de sua promoção na mesma data, bem como às diferenças decorrentes.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento para deferir à Reclamante a efetivação de sua promoção na data de 01/11/2009, com reflexo até 31/01/2011, bem como às diferenças e depósitos de FGTS, descritos nos pedidos de letras 'a', 'b' e 'c' da inicial. Inverte-se o ônus da sucumbência, fixando as custas processuais em R$600,00 calculadas sobre R$30.000,00, valor ora arbitrado à condenação, a cargo da Reclamada, nos termos do Voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1157-85.2011.5.10.0012

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Eliana de Fatima Caixeta Rocha
Advogado	Régis Cajaty Barbosa Braga(OAB: 11056-N/DF)
Recorrido	Companhia Nacional de Abastecimento Conab
Advogado	Eder Jacoboski Viegas(OAB: 32836-N/DF)

EMENTA: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. PROMOÇÃO POR MERECIMENTO. REGULAMENTO PESSOAL DA RECLAMADA. A concessão de promoção por merecimento está prevista no Regulamento Pessoal da CONAB e condicionada ao preenchimento dos requisitos nele estabelecidos, entre eles a disponibilidade de recursos orçamentários e o limite de 1% (um por cento) do valor da folha salarial, sendo da Reclamada o ônus de provar os fatos impeditivos do direito obreiro, encargo do qual não se desincumbiu.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho - Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, rejeitar as preliminares apresentadas, conhecer do recurso interposto pela Reclamante e, no mérito, dar-lhe provimento para deferir à Reclamante as promoções por mérito, na base de dois níveis a cada ano (desde 2006), nos termos do Regulamento de Pessoal da Reclamada, observando-se os limites de níveis estabelecido para o cargo ocupado pela empregada, com diferenças reflexas nas parcelas de cunho salarial (férias + 1/3 constitucional, abono pecuniário e FGTS, 13º salário, 14º salário, horas extras, licença prêmio, anuênio (adicional de tempo de serviço), FGTS). As diferenças salariais e reflexos possuem natureza salarial, portanto, incide contribuição previdenciária e fiscal, bem como repercute na contribuição à Previdência Privada - CIBRIUS. Inverter o ônus da sucumbência, fixando as custas em R$ 2.000,00, calculadas sobre R$ 100.000,00,valor arbitrado à condenação, a cargo da Reclamada. Recolhimentos tributários, juros e correção monetária como de lei, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1170-11.2011.5.10.0004

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Renato Ferreira Gomes
Advogado	Patrícia Pinheiro Martins(OAB: 14753-N/DF)
Recorrente	União (Câmara dos Deputados)

Procurador	Ana Carolina Fernandes de Mendonça(OAB: 1360-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Adservis Multiperfil Ltda
Recorrido	Adser Servicos Ltda
Recorrido	Adservis Telemarketing e Informatica Ltda.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. ENQUADRAMENTO SINDICAL. O enquadramento sindical em nosso país, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, é determinado pelos "laços de solidariedade ou semelhança que aproximam certos empregados de outros empregados e certos empregadores de outros empregadores", no dizer de Russomano (Comentários à CLT. 16. ed. Forense,1994, v. II, p. 677). O critério, por excelência, para a determinação do enquadramento sindical consiste na identificação da atividade preponderante da empresa, tarefa nem sempre fácil. Apreciado o conjunto fático-probatório carreado aos autos, conclui-se que a CCT anexada pelo reclamante alcança a reclamada e seus empregados, por tratar-se de norma coletiva mais específica à categoria invocada. RECURSO ORDINÁRIO DA UNIÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. SÚMULA Nº 331, DO COL. TST. "IV -O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial. V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.". Ressalva de entendimento da Desembargadora Relatora. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO. SÚMULA 331, VI. "A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referente ao período da prestação laboral." Recurso ordinário do reclamante conhecido e parcialmente provido. Recurso da quarta reclamada conhecido e desprovido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos recursos ordinários e, no mérito, negar provimento ao recurso da União e dar parcial provimento ao recurso do reclamante deferir-lhe a restituição dos descontos realizados indevidamente relativos aos 6% do vale transporte, durante todo o pacto laboral, nos termos da CCT do STICMB/DF, bem como o pagamento da multa prevista na cláusula 62ª da CCT, no percentual de 20% ao ano sobre triênios não pagos, e a multa convencional no percentual de 6% do piso do servente (R$ 501,60), no valor total de R$30,09, a ser revertida em favor do autor, a incidir uma única vez, com os acréscimos legais, e para aumentar o percentual da indenização do FGTS para 40%. Custas processuais pelas reclamadas em R$ 200,00 (duzentos reais), calculadas sobre R$ 10.000,00 (dez mil reais), novo valor arbitrado à condenação, tudo nos termos do voto da Desembargadora Relatora que ressalva entendimento quanto à aplicação da Súm. n.º 331 do col. TST. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1177-58.2011.5.10.0018

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Clodoaldo Inor de Oliveira
Advogado	Manoel Veras Nascimento(OAB: 16459-X/DF)
Recorrido	Telemont Engenharia de Telecomunicações S/A
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-N/DF)

EMENTA: EQUIPARAÇÃO SALARIAL. DIFERENÇAS SALARIAIS. PROCEDÊNCIA. SÚMULA Nº 6/TST. De acordo com o entendimento adotado pela Súmula nº 6, do C. TST, o ônus da prova da equiparação salarial é dividido entre empregado e empregador, competindo ao empregado a prova sobre os fatos constitutivos do seu direito, ou seja, a identidade de funções com o paradigma, a qual não está adstrita à igualdade de nomenclatura do cargo. Por outro lado, incumbe ao empregador o ônus de provar os fatos impeditivos do direito do empregado, ou seja, o serviço prestado em localidades diferentes, o tempo de serviço na função superior a dois anos, a diferença de produtividade e de perfeição técnica. A ausência de um desses requisitos torna inviável a equiparação salarial. No presente caso, o fato de o paradigma possuir maior experiência na função, não tem o condão de justificar o indeferimento do pleito de equiparação salarial, uma vez que não restou comprovado nos autos se havia desigualdade de produtividade e de qualidade entre os serviços prestados pelo Autor e paradigma, daí porque provido o recurso do Reclamante, no particular.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, para condenar a Reclamada ao pagamento das diferenças salariais pleiteadas, na forma do pedido de letra "c" da inicial, com as repercussões no FGTS e verbas rescisórias, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ônus da sucumbência invertido. Custas processuais fixadas no importe de R$200,00, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação de R$10.000,00, a cargo da Reclamada. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1183-86.2011.5.10.0011

Relator	Juiz - GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Recorrente	Globex Utilidades S A
Advogado	Carlos Eduardo Palinkas Neves(OAB: 215954-N/SP)
Recorrido	Lucivana Barros Oliveira
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva(OAB: 11776-N/DF)

EMENTA: "COMISSIONISTA. HORAS EXTRAS (nova redação) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003 - O empregado, sujeito a controle de horário, remunerado à base de comissões, tem direito ao adicional de, no mínimo, 50% (cinqüenta por cento) pelo trabalho em horas extras, calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas no mês, considerando-se como divisor o número de horas efetivamente trabalhadas." Ressalvas de entendimento do Juiz Relator. Recurso parcialmente conhecido e provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na certidão de julgamento, em aprovar o relatório e conhecer parcialmente do recurso, não o fazendo quanto aos danos morais e, no mérito, dar-lhe provimento, para determinar o pagamento apenas do adicional das horas extras, nos termos da Súmula 340 do TST, considerada a jornada de trabalho fixada na r. sentença. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1185-44.2011.5.10.0015

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Johnson Controls Be do Brasil Ltda.
Advogado	Celita Oliveira Souza(OAB: 3174-N/DF)
Recorrido	Francisco das Chagas Coutinho da Silva
Advogado	José Aldemir Borges de Matos(OAB: 6580-N/DF)
Recorrido	Fp Fontenele Ins. Elet. e Automacao Ltda

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA TOMADORA. SÚMULA Nº 331, IV, DO COL. TST. "O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial". (Inciso IV da Súmula nº 331 do colendo TST). Recurso conhecido e desprovido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário da segunda reclamada e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1202-19.2011.5.10.0003

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Recorrente	Fundacao Universidade de Brasilia
Procurador	Bruno Roberto Maciel Cunha de Maria(OAB: 60013-N/DF)
Recorrido	Cristiano Gomes Pereira
Advogado	Luiz Fernando Carvalho Maciel(OAB: 14007-N/DF)

EMENTA: "FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA COMPETÊNCIA. EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 45/2004. ADI N.º 3.395/STF. O pedido veiculado na petição inicial diz respeito a pretenso crédito exigível em uma relação empregatícia ? fato que por si só já conduziria a solução da controvérsia para a Justiça Especializada do Trabalho. Assim já era ao tempo da promulgação da Carta de 1988 e, com maior ênfase, passou a ser a partir da Emenda Constitucional n.º 45/2004. Na dicção do STF, quando do deferimento da liminar em sede de ADI (3395), somente as causas estabelecidas entre o Poder Público e os Servidores Estatutários refugiriam ao alcance da disciplina contida no artigo 114, inciso I, da Constituição Federal ? elastecimento interpretativo da Suprema Corte para alcançar relações outras entre trabalhador temporário e ente público. Não havendo, porém, comprovação de contratação de empregado sob a modalidade de trabalho temporário, não há que se falar em incompetência da Justiça do Trabalho 2. Recurso conhecido e provido." (TRT10ªRegião; RO-01801?2009?003?10?00?3; Acordão 3ª Turma; Relator Desembargador Ribamar Lima Junior; Publicado em: 08.10.2010). Recurso conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do recurso, e, no mérito, negar-lhe provimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1231-82.2010.5.10.0010

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Ministério Público do Trabaho
Procurador	Vanessa Fucina Amaral de Carvalho(OAB: 1441-N/DF)

Recorrido	Passaredo Transportes Aereos Ltda
Advogado	Eduardo Magalhães Rodrigues Busch(OAB: 144698-N/SP)

EMENTA: 1.DANO MORAL COLETIVO. TERCEIRIZAÇÃO IRREGULAR. ATIVIDADES FINALÍSTICAS. Constatada a terceirização em atividade finalística da empresa reclamada, com sua perenização durante a apuração do processo investigatório, reputa-se evidenciado o vilipendio a direitos da coletividade, impondo-se a reparação inibitória.

2. Recurso conhecido e parcialmente provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório; conhecer do recurso ordinário interposto pelo Ministério Público do Trabalho; no mérito, dar-lhe parcial provimento para condenar a reclamada à obrigação de não fazer, no sentido de abster-se de contratar terceiros para a execução de atividades finalísticas relacionadas com os serviços de "check in, check out, procedimentos de análise e conferência de documentos de passageiros e bagagens, embarque e desembarque de passageiros e bagagens"; condenar a reclamada ao pagamento de indenização a título de danos morais coletivos, fixando-a no montante de R$100.000,00 (cem mil reais), reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador; condenar, ainda, a reclamada à multa diária pelo descumprimento da obrigação de não fazer em R$1.000,00 (mil reais), por empregado encontrado em situação irregular, também reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador; arbitrar à condenação novo valor de R$100.000,00 (cem mil reais), fixando as custas processuais em R$2.000,00 (dois mil reais), pela reclamada, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1278-34.2011.5.10.0103

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Banco Bradesco Sa
Advogado	Marilice Pezente dos Santos(OAB: 28013-N/DF)
Recorrido	Regilene Mota da Silva
Advogado	Cassius Ferreira Moraes(OAB: 19582-N/GO)

EMENTA: BANCÁRIO. CARGO DE CONFIANÇA. HORAS EXTRAS. A submissão do empregado de instituição bancária à disciplina do art. 224, § 2°, da CLT, pressupõe o exercício de atribuições diferenciadas, que demandam grau de fidúcia especial. Por isso, se o cargo ocupado pela empregada - de natureza eminentemente técnica - não demandava a concessão de quaisquer poderes de gestão ou representação, sendo exercido sem o concurso de subordinados, não há como reconhecer aplicável a exceção do art. 224, § 2°, da CLT, sendo extras as horas prestadas a partir da sexta diária. Recurso conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do recurso interposto e, no mérito, negar-lhe provimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-1285-87.2011.5.10.0018

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Embargante	Caixa de Previdencia dos Funcs do Banco do Brasil
Advogado	Walfrêdo Federico de Siqueira Cabral Dias(OAB: 12090-N/DF)
Embargado	Manoel Edinei Alberto
Advogado	Rogério Ferreira Borges(OAB: 16279-N/DF)
Embargado	Banco do Brasil Sa
Advogado	Aline Patachi(OAB: 34145-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. Nos termos do art. 897-A da CLT c/c o art. 535 do CPC, os embargos de declaração visam à correção de impropriedades formais havidas no julgado, definidas como omissão, contradição, obscuridade, erro material ou manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. Não tendo a embargante logrado demonstrar nenhum dos vícios enumerados acima, impertinente o ataque ao conteúdo do julgado, uma vez que a prestação jurisdicional se deu de forma clara, coerente e satisfatória, dentro da previsão legal. Embargos conhecidos e desprovidos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1290-92.2010.5.10.0811

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Consorcio Rio Tocantins
Advogado	Fernando de Almeida Prado Sampaio(OAB: 235387-N/SP)

Recorrente	Paulo Gonzaga da Silva (Recurso Adesivo)
Advogado	Karina Paula Brumati de Freitas(OAB: 2663-A/TO)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. A arguição de negativa de prestação jurisdicional é fato de extrema gravidade no curso processual. No caso, analisadas cuidadosamente a sentença vergastada e a decisão integrativa proferida nos embargos de declaração, não se verifica nenhuma irregularidade processual ? omissão ? apta a justificar a arguição da parte. Preliminar rejeitada. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. Vigora no Direito Processual o princípio da livre persuasão racional, albergado no art. 131 do CPC, segundo o qual "O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento". Reafirmando a regra, dispõe o art. 436 do CPC que "O juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos". Significa dizer que o chamado princípio da reserva técnica, referido no art. 335 do CPC, não é absoluto. APLICAÇÃO DAS INDENIZAÇÕES POR DANO MORAL E MATERIAL COM BASE NO PERCENTUAL DE INCAPACIDADE. A lesão não fatal autoriza a indenização em importe equivalente à importância do trabalho para o qual se inabilitou o autor, na forma do art. 950 do Código Civil, ou seja, a perda parcial da capacidade de trabalho autoriza fixação de pensão em percentual equivalente. Recursos parcialmente conhecidos e desprovidos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente dos recursos ordinário e adesivo e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1304-20.2011.5.10.0010

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Glauciley Braga Reinaldo
Advogado	Sidney Morais Lacerda(OAB: 32194-N/DF)
Recorrido	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda
Recorrido	Uniao (Câmara dos Deputados)
Procurador	Ana Cecília Lapenda Farinha(OAB: 1389-N/DF)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. SÚMULA 331 DO C. TST. ADC 16 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. O E. Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADC 16/DF, assentou que, de fato, segundo os termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, a mera inadimplência do contratado não autoriza seja transferida à Administração Pública a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, a vedar irrestrita aplicação da Súmula 331, IV, V e VI do TST. Entretanto, também reconheceu expressamente, no julgamento da mesma ADC nº 16/DF, que referido preceito normativo não obsta o reconhecimento dessa responsabilidade em virtude de eventual omissão da Administração Pública no dever - que impõem os arts. 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/1993 - de fiscalizar as obrigações do contratado, caso que ocorreu nestes autos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso interposto pelo Reclamante e parcialmente das contrarrazões da segunda Reclamada e, no mérito, dar provimento ao recurso do Reclamante para, reconhecer a existência da responsabilidade subsidiária da segunda Reclamada (UNIÃO), majorar a multa do FGTS de 20% para 40% e determinar o pagamento da multa do artigo 477 da CLT, nos termos do voto do Desembargador Relator. Mantido o valor da condenação, porquanto ainda compatível com o condeno. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1311-24.2011.5.10.0006

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Marco Andre Lobao da Mota
Advogado	Moacir Akira Yamakawa(OAB: 1937-A/DF)
Recorrente	Caixa Economica Federal
Advogado	Rafael Santana e Silva(OAB: 18997-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO. O recurso ordinário interposto pela Reclamada não merece conhecimento, por intempestivo, tendo em conta haver sido protocolizado após o decurso do prazo legal previsto no art. 895, I, da CLT, observada, no caso, a incidência da Súmula nº 197/TST. RECURSO DO RECLAMANTE. REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS NO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. DIVISOR. Havendo Acordo Coletivo de Trabalho no sentido de que "as horas extraordinárias pagas deverão integrar o pagamento do repouso semanal remunerado, considerados os sábados, domingos e feriados", as horas extras deferidas deverão repercutir sobre o RSR e aplicado, no caso dos autos, o divisor 200 na sua apuração das horas extras deferidas.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos contidos na respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário interposto pelo Reclamante, não conhecer do recurso ordinário da Reclamada, por intempestivo e, no mérito, dar provimento ao recurso do Reclamante para para que as horas extras deferidas incidam sobre o RSR (sábados, domingos e feriados) pelo período de 18.6.2006 a 31.12.2010, bem como seja adotado o divisor 200 no cálculo das horas extras, nos termos da fundamentação, nos termos do voto do Desembargador Relator. Arbitra-se novo valor à condenação no importe de R$25.000,00 e custas processuais de R$500,00, a cargo da Reclamada. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1315-25.2011.5.10.0018

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Eduardo Jose Barbosa Silva
Advogado	Deliana Machado Valente(OAB: 28648 -N/DF)
Recorrido	Servico Federal de Processamento de Dados (Serpro)
Advogado	Nilton da Silva Correia(OAB: 1291-N/DF)

EMENTA: PRESCRIÇÃO. FGTS. Em relação aos recolhimentos/depósitos do FGTS, a serem realizados na conta vinculada do empregado, o prazo prescricional é trintenário, conforme disposto no art. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/90, quando a pretensão é voltada para recolhimentos de parcelas já pagas no curso do contrato. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. NATUREZA SALARIAL. Inicialmente concedido ao Reclamante o auxílio alimentação com natureza salarial, tal direito incorporou-se definitivamente ao contrato de trabalho obreiro, não mais podendo ser suprimido (art. 468 da CLT). Recurso Provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do recurso do Reclamante e, no mérito dar-lhe parcial provimento para reconhecer a prescrição trintenária quanto aos depósitos do FGTS sobre as parcelas pagas, mantendo a sentença quanto às verbas reflexas e reconhecer a natureza salarial do auxílio alimentação, deferindo os consequentes reflexos sobre FGTS, férias acrescidas de 1/3, décimo terceiro salário e RSR (sábados, domingos e feriados) nos termos do voto do Desembargador Relator. Inverte-se o ônus de sucumbência para fixar o valor das custas no importe de R$500,00, calculadas sobre R$ 25.000,00, valor ora arbitrado à condenação, a cargo do Reclamado. Recolhimentos tributários (imposto de renda e contribuição previdenciária), juros e correção monetária como de lei. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1349-30.2011.5.10.0008

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Recorrente	Andrea Chagas de Oliveira
Advogado	Carmen Soares Martins Jancoski(OAB: 7165-N/DF)
Recorrido	Smashe Lanchonete e Carne de Sol Ltda-Me
Advogado	Michela Almeida de Farias(OAB: 21099-N/DF)

EMENTA: (dispensada na forma do art. 895, IV, da CLT).

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: dispensar o relatório, conhecer do recurso ordinário da Reclamante, rejeitar a preliminar de coisa julgada suscitada nas contrarrazões da Reclamada e, dar parcial provimento ao recurso da Reclamante para condenar a Reclamada no pagamento de indenização por danos materiais no importe equivalente a 120 dias (salário maternidade), observada a média dos 12 últimos salários recebidos; e no pagamento de indenização por danos morais, no importe ora arbitrado de R$2.000,00, nos termos do voto do Desembargador Relator. Inverte-se o ônus da sucumbência, fixando-se as custas processuais em R$120,00 calculadas sobre R$6.000,00, valor ora arbitrado à condenação, a cargo da Reclamada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1351-76.2011.5.10.0015

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR

Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Condominio do Conjunto Comercial Brasilia Shopping And Towers
Advogado	Márcio Machado Vieira(OAB: 13458-N/DF)
Recorrido	Joao dos Santos Dias
Advogado	Hudson Linhares Batista(OAB: 9713-N/DF)

EMENTA: 1.DANOS MORAIS. ASSÉDIO MORAL. A proteção à honra encontra assento na Constituição Federal, sendo assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem (CF, art. 5º, V). Ainda no ambiente constitucional, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (CF, art. 5º, X). Na dicção do Código Civil atual, "aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito." (art. 186). O preceito é complementado pela regra contida no artigo 927, que dispõe: "aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo." A comprovação nos autos de que a dispensa do autor foi motivada pelo fato de não ter o empregado renunciado ao direito de receber parcelas vencidas a título de adicional de periculosidade evidencia o dano moral, ensejador da indenização à qual foi condenada a empregadora.

2. Recurso conhecido em parte e desprovido.

I DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento (fls. retro), aprovar o relatório; conhecer parcialmente do recurso interposto pelo réu; no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1356-20.2010.5.10.0020

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Albino Brito Lisboa
Advogado	Francisco José dos Santos Miranda(OAB: 4989-N/DF)
Recorrido	Singular Solucoes e Servicos Gerais Ltda Epp
Advogado	Adelvair Pêgo Cordeiro(OAB: 7462-N/DF)
Recorrido	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	Agnaldo Nunes da Silva(OAB: 11336-N/DF)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. SÚMULA 331 DO C. TST. ADC 16 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. O E. Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADC 16/DF, assentou que, de fato, segundo os termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, a mera inadimplência do contratado não autoriza seja transferida à Administração Pública a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, a vedar irrestrita aplicação da Súmula 331, IV, V e VI, do TST. Entretanto, também reconheceu expressamente, no julgamento da mesma ADC nº 16/DF, que referido preceito normativo não obsta o reconhecimento dessa responsabilidade em virtude de eventual omissão da Administração Pública no dever - que impõem os arts. 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/1993 - de fiscalizar as obrigações do contratado, caso que ocorreu nestes autos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do recurso do Reclamante e, no mérito, dar-lhe provimento para declarar a responsabilidade subsidiária da segunda Reclamada (ECT) pelas verbas deferidas na sentença, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-1374-31.2011.5.10.0012

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Embargante	Servico Federal de Processamento de Dados (Serpro)
Advogado	Nilton da Silva Correia(OAB: 1291-N/DF)
Embargado	Ablleython Ribeiro do Nascimento
Advogado	Deliana Machado Valente(OAB: 28648-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CABIMENTO. Nos termos do art. 897-A da CLT c/c o art. 535 do CPC, os embargos de declaração visam à correção de impropriedades formais havidas no julgado, definidas como omissão, contradição, obscuridade, erro material ou manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. Constatada a omissão apontada pela reclamada, tal vício deve ser sanado para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Embargos declaratórios conhecidos e parcialmente providos para sanar omissão, sem, contudo, emprestar-lhes o excepcional efeito modificativo.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de

julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos declaratórios e, no mérito, dar-lhes parcial provimento para sanar a omissão detectada, mas sem emprestar-lhes o excepcional efeito modificativo, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1378-90.2010.5.10.0016

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Mt 6 Assistencia Tecnica Autorizada e Representacoes Ltda
Advogado	Fernando Luís Russomano Otero Villar(OAB: 14559-N/DF)
Recorrido	Joao Batista Cardoso Viana
Advogado	Thiago Portes Mol(OAB: 31264-N/DF)

EMENTA: 1.ACIDENTE DO TRABALHO. ARTIGO 20, INCISO I, DA LEI nº 8.213/1991. Se a prova dos autos evidencia tanto a existência de nexo causal entre o acidente sofrido pelo empregado e o trabalho por ele executado na empresa, quanto a culpa empresarial pelo infortúnio que o vitimou, há que se concluir pela responsabilidade subjetiva do empregador, atraindo a obrigação de indenizar.

2. PENSÃO MENSAL. ARTIGO 950 DA LEI CIVIL. DANO MATERIAL CONFIGURADO. Havendo incapacidade total do trabalhador para seu ofício - evento para o qual concorreu a empresa, adotando conduta omissiva, é legítimo o pensionamento compatível com a perda suportada pelo acidentado.

3. Recurso ordinário conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento (fls. retro), aprovar o relatório; conhecer do recurso ordinário interposto pela reclamada; no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1378-95.2011.5.10.0003

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Recorrente	Edelvito Pinheiro de Santana
Advogado	Gilberto Garcia Gomes(OAB: 8849-N/DF)
Recorrido	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal Metro Df
Advogado	Felipe Augusto Lopes Ruela(OAB: 27495-N/DF)

EMENTA: 1.CARGO EM COMISSÃO. REAJUSTE SALARIAL. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE. Não há afronta ao princípio da isonomia quando se observa que o reajuste determinado em normativo abrange tão somente os empregados integrantes da tabela permanente de empregos e não aqueles ocupantes de cargos em comissão.

2. Recurso conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório; conhecer do recurso ordinário interposto pelo reclamante; no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1383-90.2011.5.10.0012

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Flavia Evangelista Rodrigues
Advogado	João Américo Pinheiro Martins(OAB: 10434-N/DF)
Recorrido	Jl Rodrigues, Carlos Atila & Consultores Associados Ltda
Advogado	Clóvis Polo Martinez(OAB: 12701-N/DF)

EMENTA: GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA. A estabilidade provisória concedida à gestante tem por termo inicial a fecundação, não havendo sentido em garantir estabilidade à empregada antes da concepção, nem em esperar a fixação do óvulo ou a formação do embrião para só então proteger o nascituro. No caso concreto, comprovado que a concepção ocorreu no curso do contrato de trabalho, considerada a projeção do aviso prévio indenizado, faz jus à estabilidade provisória, na forma insculpida no art.10 do ADCT, com o pagamento da indenização pela estabilidade gestante.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento para condenar a Reclamada ao pagamento da indenização do período de estabilidade, relativamente ao pagamento dos salários e demais direitos correspondentes (reflexos nas férias proporcionais acrescidas de 1/3, 13º salário proporcional, FGTS e multa de 40% (quarenta por cento), bem como dos honorários advocatícios na base de 15%, sobre o valor total da condenação. Ônus da sucumbência invertido. Custas, pela Reclamada, no importe de R$714,76, calculadas sobre R$35.738,00 valor arbitrado à condenação (Súmula nº 25/TST), nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1388-88.2011.5.10.0020

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Recorrente	Elineuda Ponte Prado
Advogado	Jorivalma Muniz de Sousa(OAB: 12910 -N/DF)
Recorrido	Banco do Brasil Sa
Advogado	Paula Rodrigues da Silva(OAB: 221271-N/SP)
Recorrido	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda

EMENTA: 1.RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CULPA IN VIGILANDO. ADC Nº16/STF. Mesmo diante da regra prevista no artigo 71 da Lei nº 8.666/93 - de constitucionalidade já expressamente declarada pelo excelso STF na ADC Nº 16, julgada em 24/11/2010 -, a aplicação do dispositivo somente se verifica na hipótese em que o contratado agiu dentro das regras e dos procedimentos normais de desenvolvimento de suas atividades. Do mesmo modo, o ente da Administração que o contratou. Se inexistem provas nos autos de que o ente público tenha adotado providências no sentido de fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo contratado, em virtude de seu comportamento omisso, incorre na modalidade de culpa in vigilando, devendo, portanto, responsabilizar -se subsidiariamente pelo inadimplemento do contrato durante todo o período em que se caracterizou a relação de emprego.

2.LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. SÚMULA Nº 331, INCISO VI, DO COLENDO TST. VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.(NOVA REDAÇÃO)

3. Recurso conhecido e provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento (fls. retro), aprovar o relatório; conhecer do recurso interposto pela reclamante e, no mérito, dar-lhe provimento para condenar o segundo reclamado, subsidiariamente, ao adimplemento das verbas impostas à primeira reclamada, inclusive quanto às multas previstas nos artigos 467 e 477, §8º, da CLT, bem como da multa do FGTS, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1395-31.2011.5.10.0004

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Wellington Saturnino Nascimento
Advogado	José Augusto Santos da Conceição(OAB: 34126-N/DF)
Recorrido	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda
Recorrido	União (Câmara dos Deputados)
Procurador	Ana Carolina Fernandes de Mendonça(OAB: 1375-N/DF)

EMENTA: TERCEIRIZAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ADC Nº 16/DF. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CABIMENTO. CULPA IN VIGILANDO. A lesão a direito trabalhista, em razão da execução de pacto civil ajustado pelo prestador de serviço com outro ente jurídico, acarreta a responsabilidade subsidiária desse último, ainda que se trate de entidade integrante da Administração Pública, na forma da Súmula nº 331, IV e V, do C. TST. A constitucionalidade do art. 71 da Lei nº 8.666/93, declarada em definitivo pela Excelsa Corte Suprema no julgamento proferido na ADC nº 16/DF, não impede a condenação subsidiária imposta, porquanto o contrato de prestação de serviços celebrado com a empresa prestadora, na hipótese examinada, não foi regularmente fiscalizado pela Administração, restando configurada a culpa in vigilando. Recurso conhecido e parcialmente provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário interposto pelo Reclamante e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para condenar a segunda Reclamada, de forma subsidiária, ao pagamento das verbas trabalhistas inadimplidas pela primeira Ré. Mantém-se o valor arbitrado à condenação. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1401-35.2011.5.10.0102

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Hospital Anchieta Ltda
Advogado	Osmar Aarão Goncalves de Lima Filho(OAB: 24522-N/DF)
Recorrido	Fernanda Piubelli
Advogado	Rosilene Karolina Pires Carrijo(OAB: 33384-N/DF)

EMENTA: MEMBRO SUPLENTE DA CIPA. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. SÚMULA 339/TST. O col. TST, analisando a natureza jurídica da estabilidade conferida aos membros da CIPA, reconheceu o direito à estabilidade provisória também aos membros eleitos como suplentes, de acordo com o teor da Súmula 339, I, do C. TST, verbis:"I - O suplente da CIPA goza da garantia de emprego prevista no art. 10, II, "a", do ADCT a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. (ex-Súmula nº 339 - Res. 39/1994, DJ 22.12.1994 - e ex-OJ nº 25 da SBDI-1 - inserida em 29.03.1996)". Na hipótese dos autos, uma vez comprovada a condição da Reclamante como membro suplente da CIPA, resta perfeitamente aplicável o entendimento sumulado pelo Col. TST, razão porque não há o que reformar na r. sentença originária, no particular.

MULTA DO ART. 477/CLT. JULGAMENTO EXTRA PETITA. Compete ao Juiz, a partir dos fatos deduzidos pelas partes, dar o correto enquadramento jurídico relacionado à causa, não estando adstrito às alegações das partes, podendo formar seu convencimento com base em outros elementos dos autos desde que fundamente a sua decisão. No caso dos autos, a decisão proferida extrapolou os limites da lide, uma vez que inexiste na petição inicial pleito relacionado com o pagamento de multa por atraso na quitação das verbas rescisórias, o que inviabiliza o seu deferimento, visto que não é dado ao julgador conhecer de questão não suscitada, cuja iniciativa depende de provocação da parte interessada, daí porque provido o recurso, no particular.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, para excluir da condenação o pagamento da multa do art. 477/CLT, nos termos do Voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1421-29.2011.5.10.0004

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Tex Barreds Modas Ltda
Advogado	Regina Sebastiana Caldeira(OAB: 15949-X/DF)
Recorrido	Priscila Moreira Borges
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva(OAB: 11776-N/DF)

EMENTA: 1.HORAS EXTRAS. O artigo 74, §2º, da CLT, exige que os estabelecimentos que possuam mais de dez empregados anotem os horários de entrada e de saída do trabalho de seus empregados, devendo haver pré-assinalação do período de intervalo. Deve-se considerar para tal fim não o número de empregados por estabelecimento, mas sim a totalidade de empregados da empresa. A não apresentação injustificada de tais controles de frequência acarretará a presunção relativa de verdade das alegações operárias, a qual, todavia, poderá ser derrogada por prova contrária (Súmula nº 338, I, do colendo TST). Não se desvencilhando a ré do ônus que lhe era cometido, o deferimento das horas extras é medida que se impõe.

2. Recurso ordinário parcialmente conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório; conhecer parcialmente do recurso ordinário interposto pela reclamada; no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-1438-51.2010.5.10.0020

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Embargante	Brasil Telecom S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-N/DF)
Embargado	Claudia Pombo Puppim
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva(OAB: 11776-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. Nos termos do art. 897-A da CLT c/c o art. 535 do CPC, os embargos de declaração visam à correção de impropriedades formais havidas no julgado, definidas como omissão, contradição, obscuridade, erro material ou manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. Não tendo a embargante logrado demonstrar nenhum dos vícios enumerados acima, impertinente o ataque ao conteúdo do julgado, uma vez que a prestação jurisdicional se deu de forma clara, coerente e satisfatória, dentro da previsão legal. Embargos conhecidos e desprovidos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1453-86.2011.5.10.0019

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Vinicius Wanderley de Queiroz

Advogado	Adailton da Rocha Teixeira(OAB: 19283-N/DF)
Recorrido	Eibsbnet Treinamento e Escola de Informatica Ltda Epp
Advogado	Claudi Mara Soares(OAB: 9437-N/DF)

EMENTA: 1.RELAÇÃO DE EMPREGO. PROVA. NÃO CONFIGURAÇÃO. O contrato individual de trabalho corresponde ao negócio jurídico pelo qual uma pessoa física (empregado) se obriga, mediante o pagamento de uma contraprestação (salário), a prestar trabalho não eventual em proveito de uma outra pessoa, física ou jurídica (empregador), a quem fica juridicamente subordinada (DÉLIO MARANHÃO). Nesse contexto, se da prova produzida não evidencia a presença dos requisitos insertos nos artigos 2º e 3º da CLT, mas apenas prestação autônoma de serviços, não há que se falar em relação de emprego entre as partes.

2. Recurso ordinário do reclamante conhecido e não provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório; conhecer do recurso ordinário interposto pelo reclamante; no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1483-66.2011.5.10.0005

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	Gabriela Lucas Queiroz Oliveira(OAB: 17013-N/DF)
Recorrido	Daniel Damascena Rodrigues
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)

EMENTA: "JORNADA 12X36. JORNADA MISTA QUE COMPREENDA A TOTALIDADE DO PERÍODO NOTURNO. ADICIONAL NOTURNO. DEVIDO. (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010). O empregado submetido à jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, que compreenda a totalidade do período noturno, tem direito ao adicional noturno, relativo às horas trabalhadas após as 5 horas da manhã." (OJ 388 da SBDI-I do TST). Recurso parcialmente conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1484-57.2011.5.10.0003

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Recorrente	Luiz Augusto Leite
Advogado	Marcone Guimarães Vieira(OAB: 9336-N/DF)
Recorrido	Companhia Nacional de Abastecimento Conab
Advogado	Eder Jacoboski Viegas(OAB: 32836-N/DF)

EMENTA: 1.PROMOÇÃO POR MERECIMENTO. CONAB. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO. INEXISTÊNCIA. O ônus da comprovação de bom desempenho não pode ser repassado à reclamante, por se tratar de fato impeditivo ao direito vindicado. Competia à reclamada, pois, demonstrar a ocorrência dos critérios que inviabilizassem a promoção por merecimento do reclamante, ônus do qual não se desincumbiu (art. 818 da CLT, c/c art. 333, II, do CPC).

2. Recurso conhecido e parcialmente provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento (fls. retro), aprovar o relatório; conhecer do recurso ordinário interposto pelo reclamante; no mérito, dar-lhe parcial provimento; deferir, a título de promoção por merecimento, e a partir de outubro de 1996, dois níveis salariais por ano, os quais deverão ser incorporados ao salário, observando-se, contudo, os limites de progressão funcional preconizados pelo PCS para o cargo ocupado pelo autor, com reflexos sobre férias, incluído o terço constitucional, salários trezenos e décimo quarto salários, anuênios, licença-prêmio e FGTS; determinar que o reclamante seja incluído nas novas faixas/níveis salariais que eventualmente sejam implementadas pela reclamada em atos normativos posteriores; determinar o desentranhamento e acondicionamento da petição de fls. 136/152 e documentos de fls. 154/349; encaminhar ao subscritor da peça, via postal; inverter o ônus de sucumbência; arbitrar à condenação o valor de R$25.000,00; fixar as custas processuais em R$500,00, pela reclamada, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1497-84.2010.5.10.0005

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Recorrente	Brb Banco de Brasilia Sa
Advogado	Braulio Henrique Lacerda da Natividade(OAB: 31715-N/DF)
Recorrente	Lucia Meire dos Santos Santiago
Advogado	Luís Antônio Castagna Maia(OAB: 13377-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: 1.ACIDENTE DE TRABALHO. CONDUTA OMISSIVA.

NEGLIGÊNCIA. PROVA. Comprovada a negligência do empregador na condução das atividades desenvolvidas pela empresa, violando o dever de proporcionar ambiente seguro de trabalho ao empregado, cumpre atribuir?lhe a obrigação de reparar os danos advindos do infortúnio proporcionado pelo labor em condições prejudiciais à saúde, sendo devidas as indenizações compensatórias.

2. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. DESCABIMENTO. LIDE ACIDENTÁRIA ENTRE EMPREGADA E EMPREGADOR. NATUREZA TRABALHISTA. Cuidando-se de litígio envolvendo trabalhadora e empregador, em que a primeira pretende do segundo o pagamento de créditos, que entende devidos em razão do liame empregatício havido entre ambos, não há falar em honorários de advogado, conforme Súmula nº 219, I, e art. 5º da IN 27/05 do colendo Tribunal Superior do Trabalho, quando ausentes os pressupostos legais (assistência por entidade de classe e situação econômica precária).

3. Recursos conhecidos e providos em parte.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório; conhecer dos recursos ordinários interpostos pelas partes; não conhecer dos documentos juntados ao recurso patronal; rejeitar a preliminar de nulidade; no mérito, dar parcial provimento a ambos, sendo ao da autora para deferir danos materiais, na modalidade de pensão vitalícia, em uma única vez, correspondente a 100% do valor líquido por ela percebido como última remuneração, até completar 79,20 anos de idade, contados a partir de 22/11/2005; ao do Banco, para excluir da condenação a indenização equivalente aos depósitos do FGTS; as parcelas deferidas possuem natureza indenizatória, razão pela qual não há incidência de contribuições previdenciárias; arbitrar à condenação novo valor de R$600.000,00, fixando as custas processuais, pelo reclamado, no importe R$12.000,00, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1504-21.2011.5.10.0012

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Ediniuza Francisca da Silva
Advogado	Sidney Morais Lacerda(OAB: 32194-N/DF)
Recorrente	União (Câmara dos Deputados)
Procurador	Priscila Bessa Rodrigues(OAB: 121212 -N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda

EMENTA: 1. TERCEIRIZAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ADC Nº 16/DF. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CABIMENTO. CULPA IN VIGILANDO. A lesão a direito trabalhista, em razão da execução de pacto civil ajustado pelo prestador de serviço com outro ente jurídico, acarreta a responsabilidade subsidiária desse último, ainda que se trate de entidade integrante da Administração Pública, na forma da Súmula nº 331, IV e V, do c. TST. A constitucionalidade do art. 71 da Lei nº 8.666/93, declarada em definitivo pela Excelsa Corte Suprema no julgamento proferido na ADC nº 16/DF, não impede a condenação subsidiária, porquanto o contrato de prestação de serviços celebrado com a empresa prestadora, na hipótese examinada, não foi regularmente fiscalizado pela Administração, restando provada e configurada a culpa in vigilando. 2. "DISPENSA SEM JUSTA CAUSA. CLÁUSULA COLETIVA. INCENTIVO À CONTINUIDADE NO EMPREGO. MULTA DO FGTS. REDUÇÃO PARA 20%. INVALIDADE. Não se conformando o Termo Rescisório com as exigências estabelecidas na convenção coletiva de trabalho da categoria, devido se torna o pagamento da multa do FGTS no patamar legal de 40%." Recurso conhecido e parcialmente provido. (Processo TRT-RO-00370-2011-013-10-00-0, Acórdão da 3ª Turma, Desembargador Relator Ribamar Lima Junior, DEJT 21/07/2011). Recurso da Reclamada conhecido parcialmente e provido parcialmente. Recurso da Reclamante conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso interposto pela União e integralmente do recurso da Reclamante. No mérito, negar provimento ao recurso da Reclamante e dar parcial provimento ao apelo da União para deferir a incidência de juros de mora de 0,5% sobre os débitos a serem adimplidos pela União (responsável subsidiária). Mantém-se o valor arbitrado à condenação. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1505-61.2010.5.10.0005

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Recorrente	Politec Tecnologia da Informacao S/A
Advogado	Josaphá Francisco dos Santos(OAB: 13080-N/DF)
Recorrente	Hugo Braga Santana (Recurso Adesivo)
Advogado	Robson Vieira Teixeira de Freitas(OAB: 22064-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: 1.DIFERENÇAS SALARIAIS. DESVIO FUNCIONAL. CONFIRMAÇÃO. Para ser reconhecido o direito às diferenças salariais resultantes de desvio funcional, há necessidade de comprovação do desenvolvimento, pelo empregado, de atribuições distintas daquelas para as quais fora contratado, cujo desempenho mereceria melhor remuneração. Se o conjunto probatório constante dos autos atendeu a esse desiderato, conclui-se que o reclamante desvencilhou-se a contento do ônus probatório que lhe fora cometido, devendo ser mantida a sentença que reconheceu o direito do autor às diferenças salariais pretendidas.

2 Recurso ordinário parcialmente conhecido e não provido; recurso adesivo conhecido e provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório; conhecer parcialmente do recurso ordinário interposto pela reclamada e , no mérito, negar-lhe provimento; conhecer do recurso adesivo do autor e, no mérito, dar-lhe provimento para deferir o pagamento das diferenças salariais relativas aos cargos de Supervisor de Projetos e de Gerente de Projetos, nelas incidindo os reajustes estipulados em convenção coletiva de trabalho; arbitrar à condenação novo valor de R$110.000,00; fixar as custas processuais em R$2.200,00, pela reclamada, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1507-06.2011.5.10.0002

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Recorrente	Confidere Informática e Serviços Ltda
Advogado	Dino Araújo de Andrade E OUTRO(OAB: 20182-N/DF)
Recorrido	Keyla Cristina dos Santos
Advogado	Frederico Soares de Alvarenga(OAB: 19468-N/DF)

EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO. ÔNUS DA PROVA. A CLT considera empregado "toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob dependência deste e mediante salário" (art. 3º). É de se esperar que tais elementos estejam presentes, necessariamente, em um contrato de trabalho, que, na definição de Orlando Gomes, é "(...) a convenção pela qual um ou vários empregados, mediante certa remuneração e em caráter não eventual, prestam trabalho pessoal em proveito e sob direção de empregador" (Contrato individual de trabalho. Forense, 1994, p. 118). Admitida a prestação pessoal de serviços, mas negada a presença dos requisitos constantes no artigo 3º da CLT, à reclamada incumbe o ônus de provar o alegado, já que fato impeditivo básico dos direitos postulados em Juízo (CPC, artigo 333, inciso II), ônus do qual, na hipótese dos autos, a reclamada não se desincumbiu. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DURANTE O VÍNCULO EMPREGATÍCIO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. "Recurso extraordinário. Repercussão geral reconhecida. Competência da Justiça do Trabalho. Alcance do art. 114, VIII, da Constituição Federal. 1. A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal alcança apenas a execução das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir." (Recurso Extraordinário nº 569.056-3/PA. Relator Ministro Menezes Direito)." (RO - 01112-2008-021-10-00-0, Rel. Des. Douglas Alencar Rodrigues). Ressalva de entendimento da Desembargadora Relatora. MULTA DO ART. 477 DA CLT. A fundada controvérsia acerca da existência de vínculo ou da modalidade de rescisão não afasta a incidência da multa preconizada no § 8º do art. 477 da CLT. Ressalva de entendimento da Desembargadora Relatora. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para afastar a condenação ao recolhimento das contribuições previdenciárias ante a incompetência da Justiça do Trabalho, bem como ao pagamento da parcela prevista no artigo 467 da CLT, mantido o valor da condenação, tudo nos termos do voto da Desembargadora Relatora, que ressalva entendimento pessoal. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1514-50.2011.5.10.0017

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Recorrente	Edson Geraldo Pereira
Advogado	Marcelo Batista de Souza(OAB: 30893-N/DF)
Recorrido	Disbrave Locadora de Veículos Ltda
Advogado	Sebastiao Alves Pereira Neto(OAB: 16467-X/DF)

EMENTA: 1.JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO ORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE ATAQUE AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. NÃO CONHECIMENTO. A regra estampada no artigo 899 da CLT não exonera a parte recorrente do ônus de apresentar, de forma clara e lógica, os fundamentos de fato e direito que ensejam o pedido de reforma (CPC, artigo 514, inciso II). Desatendendo a norma em comento, a parte obsta a atuação do órgão revisor, deixando de submeter ao juízo ad quem a matéria objeto de inconformismo. (inteligência da Súmula nº 422 do colendo TST).

2. Recurso ordinário não conhecido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório; não conhecer do recurso ordinário interposto pelo reclamante, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1521-81.2011.5.10.0004

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE

Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuaria
Advogado	Janaína Marcon Barbosa Lemos dos Santos(OAB: 28077-N/DF)
Recorrido	Fabio Araujo de Sousa
Advogado	Alexandre Benevides Cabral(OAB: 7-N/DF)
Recorrido	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. SÚMULA 331 DO C. TST. ADC 16 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. O E. Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADC 16/DF, assentou que, de fato, segundo os termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, a mera inadimplência do contratado não autoriza seja transferida à Administração Pública a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, a vedar irrestrita aplicação da Súmula 331, IV e V, do TST. Entretanto, também reconheceu expressamente, no julgamento da mesma ADC nº 16/DF, que referido preceito normativo não obsta o reconhecimento dessa responsabilidade em virtude de eventual omissão da Administração Pública no dever - que impõem os arts. 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/1993 - de fiscalizar as obrigações do contratado, caso que ocorreu nestes autos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do recurso interposto pela segunda Reclamada, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1534-80.2011.5.10.0004

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Recorrente	União (Câmara dos Deputados)
Procurador	Luiz Felipe Cardoso de Moraes Filho(OAB: 1172-N/DF)
Recorrido	Abraao Morais Pereira
Advogado	Eliana Aparecida de Oliveira Santos(OAB: 14062-N/DF)
Recorrido	Visual - Locação, Serviço, Construção Civil e Mineração Ltda

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA UNIÃO. SÚMULA N.º 331 DO COL. TST. "IV -O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial. V Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada." Ressalva da Desembargadora Relatora. DO AVISO PRÉVIO. Incontroverso nos autos que o reclamante passou a prestar serviços à empresa sucessora da primeira reclamada, sem solução de continuidade, conforme se depreende do afirmado em audiência pelo autor, não há de se falar em pagamento de aviso prévio. DA LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO. SÚMULA N.º 331 DO COL. TST. "VI A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral". Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário da segunda reclamada e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para excluir da condenação o pagamento de aviso prévio indenizado, e manter o valor da condenação, tudo nos termos do voto da Desembargadora Relatora, que ressalva entendimento pessoal quanto à aplicação da Súmula n.º 331/TST. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1551-53.2011.5.10.0801

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Jose Emilio Leopoldino
Advogado	Reges Henrique Pallaoro(OAB: 2149-B/TO)
Recorrido	Unihealth Logistica Ltda
Advogado	Clóvis Teixeira Lopes(OAB: 875-N/TO)

EMENTA: HORAS EXTRAS. COMPROVAÇÃO DO LABOR EXTRAORDINÁRIO. PROCEDÊNCIA. O trabalho extraordinário, por sua própria natureza, exige prova ampla e cabal para sua comprovação, visto que o ordinário se presume e o extraordinário se prova. Cumprindo o Reclamante com seu encargo probatório, mormente considerando a ausência legal da figura de banco de horas e o enquadramento do Reclamante na exceção prevista no art. 62, II, da CLT, devidas as horas extras pleiteadas.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do recurso interposto pelo Reclamante e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar o pagamento das horas excedentes a 44ª hora semanal, com adicional de 50% e seus reflexos e o pagamento em dobro pelos domingos e feriados trabalhados, nos termos do voto do Desembargador Relator. Fixar as custas processuais em R$ 800,00, calculadas sobre R$ 40.000,00, novo valor arbitrado à condenação, à cargo da Reclamada. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1557-78.2011.5.10.0019

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Banco do Brasil Sa
Advogado	Gustavo Amato Pissini(OAB: 32089-N/DF)
Recorrido	Helena das Neves Barros
Advogado	Célia Maria Regis Valente(OAB: 12180-N/DF)
Recorrido	Gvb Serviços de Limpeza e Conservação Ltda
Advogado	D'Annunzio François Silva Dias(OAB: 6685-N/DF)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. SÚMULA 331 DO C. TST. ADC 16 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. O E. Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADC 16/DF, assentou que, de fato, segundo os termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, a mera inadimplência do contratado não autoriza seja transferida à Administração Pública a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, a vedar irrestrita aplicação da Súmula 331, IV, V e VI do TST. Entretanto, também reconheceu expressamente, no julgamento da mesma ADC nº 16/DF, que referido preceito normativo não obsta o reconhecimento dessa responsabilidade em virtude de eventual omissão da Administração Pública no dever - que impõem os arts. 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/1993 - de fiscalizar as obrigações do contratado, caso que ocorreu nestes autos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da - 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1560-60.2011.5.10.0010

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Andrea Cordeiro de Moura
Advogado	Cibelle Dell' Armelina(OAB: 35232-A/DF)
Recorrido	Uniao Sul Brasileira de Educacao e Ensino
Advogado	Delzio João de Oliveira Júnior(OAB: 13224-N/DF)

EMENTA: EQUIPARAÇÃO SALARIAL. DIFERENÇAS SALARIAIS. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE DE ATRIBUIÇÕES. INDEFERIMENTO. De acordo com a ordem jurídica (CF, art. 7º, XXXII), é ilícita a concessão de tratamento remuneratório diferenciado a trabalhadores que exercem funções idênticas, nos termos preconizados pelo art. 461 da CLT. No entanto, restando evidente a ausência de identidade de funções entre a Reclamante (coordenadora do ensino fundamental) e o paradigma (coordenador do ensino médio), inviável a equiparação salarial pretendida. Recurso ordinário conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário e, no mérito, negar-lhe provimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1570-31.2011.5.10.0002

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Demerson Martins Cilloti
Advogado	Maria de Fátima Mendonça dos Santos(OAB: 17153-N/DF)
Recorrente	Banco do Brasil Sa
Advogado	Ana Paula D'Avila de Souza(OAB: 31400-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: BANCÁRIO. CARGO DE CONFIANÇA. HORAS EXTRAS. A submissão do empregado de instituição bancária à disciplina legal exceptiva da jornada especial da categoria -- § 2º do art. 224 da CLT -- pressupõe o exercício de atribuições diferenciadas, que demandam grau de fidúcia especial. Por isso, se o cargo ocupado pelo operário, de natureza eminentemente técnica, não demandava a concessão de quaisquer poderes de gestão, sendo exercido sem o concurso de subordinados, não há como reconhecer aplicável a exceção do art. 224, § 2º, da CLT, sendo extras as horas prestadas a partir da sexta diária. Recurso patronal conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer dos recursos ordinários interpostos pelo Reclamado e pelo Reclamante e, no mérito, negar provimento ao recurso do Reclamado e dar provimento parcial ao recurso do Reclamante para determinar a aplicação do divisor 150. Por compatível, mantém-se o valor arbitrado à condenação. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1576-26.2011.5.10.0006

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Eldon Sant Anna Teixeira Lima
Advogado	Maria de Fátima Mendonça dos Santos(OAB: 17153-N/DF)
Recorrente	Banco do Brasil S. A.
Advogado	Marlon Rodrigues Barroso(OAB: 7236-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: BANCÁRIO. CARGO DE CONFIANÇA. HORAS EXTRAS. A submissão do empregado de instituição bancária à disciplina legal exceptiva da jornada especial da categoria -- § 2º do art. 224 da CLT -- pressupõe o exercício de atribuições diferenciadas, que demandam grau de fidúcia especial. Por isso, se o cargo ocupado pelo operário, de natureza eminentemente técnica, não demandava a concessão de quaisquer poderes de gestão, sendo exercido sem o concurso de subordinados, não há como reconhecer aplicável a exceção do art. 224, § 2º, da CLT, sendo extras as horas prestadas a partir da sexta diária. Recursos patronal e obreiro conhecidos e parcialmente providos.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer dos recursos ordinários interpostos pelo Reclamado e pelo Reclamante e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso do Reclamado para excluir da condenação em horas extras os períodos em que o Reclamante exerceu a função de gerente; dar provimento parcial ao recurso do Reclamante para deferir o reflexo das horas extras nas faltas abonadas, bem como nos dias de folga, respeitada, neste último caso, a limitação e parâmetros constantes do item 03 do Título 20 do Capítulo 110 do Livro de Instruções Codificadas nº 056 do Banco do Brasil, além da repercussão no FGTS e para deferir os reflexos das horas extras sobre a gratificação semestral e destes sobre o FGTS. Por compatível, mantém-se o valor arbitrado à condenação. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1583-24.2011.5.10.0004

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	União (Ministério da Saúde)
Procurador	Raphael Nazareth Barbosa(OAB: 1379-N/DF)
Recorrido	Danielle Luciani Pires Marques do Nascimento
Advogado	Geraldo Marcone Pereira(OAB: 14038-N/DF)
Recorrido	Worktime Assessoria Empresarial Ltda
Advogado	Leandro Coelho Diniz(OAB: 19802-N/BA)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. SÚMULA 331 DO C. TST. ADC 16 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. O E. Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADC 16/DF, assentou que, de fato, segundo os termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, a mera inadimplência do contratado não autoriza seja transferida à Administração Pública a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, a vedar irrestrita aplicação da Súmula 331, IV, V e VI do TST. Entretanto, também reconheceu expressamente, no julgamento da mesma ADC nº 16/DF, que referido preceito normativo não obsta o reconhecimento dessa responsabilidade em virtude de eventual omissão da Administração Pública no dever - que impõem os arts. 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/1993 - de fiscalizar as obrigações do contratado, caso que ocorreu nestes autos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso voluntário da União e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-1598-30.2010.5.10.0003

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Agravante	Maria do Socorro Geraldo da Mota
Advogado	José Eymard Loguércio(OAB: 1441-A/DF)
Agravado	Caixa Economica Federal
Advogado	Estefânia Gonçalves Barbosa Colmanetti(OAB: 13158-N/DF)

EMENTA: SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO. BASE DE CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS. ADEQUAÇÃO À COISA JULGADA. Processados os cálculos das horas extras em desconformidade com a coisa julgada, determina-se o processamento da retificação devida. Agravo conhecido e provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do agravo e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar que as horas extras sejam apuradas de forma linear, sem as limitações somente apontadas na fase de execução. Custas processuais, no importe de R$44,26, pela Executada (CLT, art. 789-A, IV). Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1601-76.2011.5.10.0802

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Recorrente	Jose Carlos Alves da Silva
Advogado	Leonardo Meneses Maciel(OAB: 4221-N/TO)
Recorrido	Unihealth Logistica Ltda
Advogado	Clóvis Teixeira Lopes(OAB: 875-N/TO)

EMENTA: HORAS EXTRAS. SÚMULA Nº 338 DO COL. TST. Pleiteado o pagamento de horas extras, a não apresentação dos controles de horário de todo o período de trabalho do autor gera presunção de veracidade da jornada declinada na exordial, mormente quando tal presunção não for elidida por prova em contrário, em conformidade com a Súmula nº 338/TST, ressalvado entendimento pessoal. SEGURO-DESEMPREGO. FRUSTRAÇÃO DA ENTREGA DAS GUIAS. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA. O col. TST já pacificou entendimento no sentido de que o descumprimento empresarial da obrigação de entrega das guias do seguro-desemprego, em época própria, implica na sua conversão em obrigação de dar, consistente em indenização correspondente ao valor do benefício, a teor do art. 159 do Código Civil, em decorrência dos sérios prejuízos causados ao empregado - inteligência da Súmula nº 389 do col. TST. Ressalva de entendimento da Desembargadora Relatora. Recurso parcialmente conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso ordinário e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para condenar a reclamada ao pagamento das horas extras excedentes à 8ª diária e 44ª semanal, com acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal de trabalho, observado o divisor 220 e reflexos postulados, nos limites do pedido (itens 'a' e 'b' - à fl. 8), bem como ao pagamento da indenização substitutiva do seguro-desemprego. Invertido o ônus da sucumbência, fixar custas processuais, pela reclamada, em R$ 100,00 (cem reais), calculadas sobre R$ 5.000,00 (cinco mil reis), valor arbitrado à condenação, tudo nos termos do voto da Desembargadora Relatora, que ressalva entendimento pessoal. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1605-49.2011.5.10.0015

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Maria Eunice Alves de Oliveira
Advogado	Jonas Duarte José da Silva(OAB: 6083-N/DF)
Recorrido	Empresa Brasil de Comunicacao S.A. - Ebc
Advogado	Marco Fridolin Sommer dos Santos(OAB: 27299-N/DF)

EMENTA: 1."ABONOS SALARIAIS. NEGOCIAÇÃO COLETIVA. PREVISÃO DE PAGAMENTO EM MESES ESPECÍFICOS. INTEGRAÇÃO DEFINITIVA AO SALÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. Alçada a autonomia negocial coletiva ao patamar constitucional (art. 7º, XXVI, da CF), as regras previstas em acordos e convenções coletivas de trabalho devem ser integralmente cumpridas e respeitadas, salvo quando, segundo a teoria da adequação setorial negociada, afrontem normas jurídicas consagradoras de direitos revestidos com a nota da indisponibilidade absoluta. Nesse cenário, a previsão em sucessivas normas coletivas de concessão de abonos salariais em meses específicos não traduz violação a qualquer preceito de ordem pública, sobretudo em face do que dispõe o art. 10 da Lei 10.192/2001, que, afastando a intervenção estatal, reservou à negociação coletiva a definição dos parâmetros de reajuste dos salários. Disso decorre que a pretensão de integração definitiva dos abonos, fundada apenas em sua natureza salarial, não pode ser deferida, sob pena de afronta à regra inscrita no inciso XXVI do art. 7º da CF. Recurso conhecido parcialmente e desprovido" (Processo: 01447-2010-008-10-00-2 RO, Relator: Desembargador Douglas Alencar Rodrigues, Publicado em: 08/04/2011 no DEJT).

2. Recurso ordinário da reclamante conhecido e não provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório; conhecer do recurso ordinário interposto pela reclamante; no mérito, negar-lhe

provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1667-22.2011.5.10.0102

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Recorrente	Cristiano Rodrigues Lima
Advogado	Ivan Lima dos Santos(OAB: 12316-N/DF)
Recorrente	Atacadao Distribuicao Comercio e Industria Ltda
Advogado	Oséias Nascimento de Oliveira(OAB: 23189-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: DANO MORAL. DESPEDIDA POR JUSTA CAUSA. A despedida motivada, por si só, não tem o condão de denegrir a imagem do laborista. Não logrou o reclamante comprovar a lesão moral sofrida nem o excesso porventura praticado pela empresa quando da rescisão contratual. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. MODALIDADE DA RUPTURA. Em virtude do princípio da continuidade da relação de emprego, do qual decorre a presunção de que o empregado é dispensado sem justa causa, o ônus da prova do justo motivo é do empregador. Não provando a reclamada a ocorrência dos fatos narrados na defesa, deve ser declarada a despedida imotivada. In casu, o conjunto probatório não remete à prática de ato que enseje a aplicação da justa causa. SEGURO-DESEMPREGO. FRUSTRAÇÃO DA ENTREGA DAS GUIAS. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA. O col. TST já pacificou o entendimento no sentido de que o descumprimento empresarial da obrigação de entrega das guias do seguro-desemprego, em época própria, implica conversão desta em obrigação de dar, consistente em indenização correspondente ao valor do benefício, a teor do art. 159 do Código Civil, em decorrência dos sérios prejuízos causados ao empregado - inteligência da Súmula nº 389 do col. TST. Ressalva de entendimento da Desembargadora Relatora. MULTA DO ART. 477 DA CLT. MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. Indevido o pagamento da multa prevista no artigo 477 da CLT quando houver controvérsia instaurada quanto à modalidade do termo final do contrato de trabalho. Recursos ordinários do reclamante e do reclamado conhecidos. Não provido o recurso do reclamante. Provido parcialmente o recurso do reclamado.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos recursos ordinários interpostos pelo reclamante e pelo reclamado e, no mérito, negar provimento ao recurso do reclamante e dar provimento parcial ao recurso do reclamado para excluir da condenação o pagamento da multa prevista no § 8º do art. 477 da CLT. Em face da procedência parcial do recurso do reclamado e havendo redução da condenação, arbitro as custas em R$ 200,00 (duzentos reais), calculadas sobre R$ 10.000,00 (dez mil reais), pelo reclamado, nos termos do voto da Desembargadora Relatora, com ressalva de entendimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1668-86.2011.5.10.0011

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Combrasen - Companhia Brasileira de Solucoes Em Engenharia Ltda.
Advogado	Francisco José Matos Teixeira(OAB: 16315-N/DF)
Recorrido	Jackson Aniceto Ferreira Vieira
Advogado	Maurício Gomes Neto(OAB: 27082-N/DF)

EMENTA: PROCESSO DO TRABALHO. CONFISSÃO FICTA. AUSÊNCIA DA PARTE À AUDIÊNCIA DE PROSSEGUIMENTO. SÚMULA 74 DO TST. HORAS EXTRAS DEVIDAS. Deixando a parte de comparecer à audiência em que deveria prestar depoimento, a situação processual subjetiva de imposição de confissão ficta, instituída em favor da parte contrária (art. 343, § 2º, do CPC c/c o art. 769 da CLT e Súmula 74/TST), apenas será elidido se demonstrada a ocorrência de motivo ponderoso, devidamente demonstrado até o início daquele ato processual (CPC, art. 453, II, § 1º, c/c o art. 769 da CLT). Não verificada qualquer circunstância elisiva da sanção processual em exame, correta a sentença que a aplica ao litigante ausente. Assim, inexistindo nos autos provas capazes de infirmar a jornada de trabalho indicada na inicial, presume-se ser essa verdadeira, mostrando-se devido o pagamento das horas extras correspondentes. Recurso conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1672-30.2010.5.10.0021

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Banco do Brasil Sa
Advogado	Mariana Oliveira Kmofel(OAB: 25200-N/DF)
Recorrido	Jose Luis Meneghim
Advogado	Elizabeth Tostes Peixoto(OAB: 7311-N/DF)

EMENTA: FUNÇÃO DE CONFIANÇA HORAS EXTRAS. Para que o bancário tenha como remuneradas a 7ª e 8ª horas trabalhadas/dia, é necessário o concurso de duas condições: que exerça ele cargo de confiança e que receba gratificação não inferior a um terço de seu salário, sendo certo que tal ônus é do Reclamado (inteligência dos arts. 333, II, do CPC e 818, da CLT). Não tendo esse feito prova

de que o cargo (emprego) ocupado pelo Autor era efetivamente "de confiança", a fim de que ele pudesse ser enquadrado na exceção prevista no art. 224, § 2º, da CLT, devido é o pagamento da 7ª e 8ª horas trabalhadas, como extras.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional - 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos contidos na respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso ordinário do Reclamado e, no mérito, dar-lhe parcial provimento a fim de excluir da condenação os reflexos do repouso semanal remunerado em 13º salários, férias mais 1/3, licença-prêmio, folga, faltas abonadas, licença-saúde e conversões em espécie de licença-prêmio e férias com 1/3, bem como os reflexos das horas extras sobre as folgas e abono-assiduidade convertidos em espécie, nos termos do voto do Desembargador Relator. Fixa-se novo valor às custas processuais no importe de R$3.800,00, calculadas sobre R$190.000,00, valor ora arbitrado à condenação, a cargo do Reclamado. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1687-08.2010.5.10.0018

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Jose dos Santos Junior
Advogado	Sidney Morais Lacerda(OAB: 32194-N/DF)
Recorrente	Uniao (Camara dos Deputados)
Procurador	Mariana de Souza Piaz(OAB: 1362-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Adservis Multiperfil Ltda e Outras
Recorrido	Adservis Telemarketing e Informatica Ltda.
Recorrido	Logpar - Logistica e Participacoes Ltda

EMENTA: TERCEIRIZAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ADC Nº 16/DF. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CABIMENTO. CULPA IN VIGILANDO. A lesão a direito trabalhista, em razão da execução de pacto civil ajustado pelo prestador de serviço com outro ente jurídico, acarreta a responsabilidade subsidiária desse último, ainda que se trate de entidade integrante da Administração Pública, na forma da Súmula nº 331, IV e V, do col. TST. A constitucionalidade do art. 71 da Lei nº 8.666/93, declarada em definitivo pela Excelsa Corte Suprema no julgamento proferido na ADC nº 16/DF, não impede a condenação subsidiária imposta, porquanto o contrato de prestação de serviços celebrado com a empresa prestadora, na hipótese examinada, não foi regularmente fiscalizado pela Administração, restando configurada a culpa in vigilando. Recurso ordinário da segunda Reclamada parcialmente conhecido e parcialmente provido. Recurso ordinário do Reclamante conhecido e provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso ordinário da União e conhecer do recurso ordinário do Reclamante. No mérito, dar parcial provimento ao recurso da segunda Reclamada para excluir da condenação o recolhimento do FGTS relativo aos meses de janeiro e de agosto/2010, bem como para deferir a incidência de juros de mora de 0,5% sobre os débitos a serem adimplidos pela União (responsável subsidiária); dar provimento ao recurso do Reclamante para deferir a indenização de 40% sobre os depósitos do FGTS, com repercussões reflexas na multa do art. 467 da CLT e no adicional de insalubridade. Mantido o valor arbitrado à condenação. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1689-38.2011.5.10.0019

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Luiz Claudio de Oliveira Coutinho
Advogado	Rodolfo Rodrigues Galvão(OAB: 31246-N/DF)
Recorrido	Centrais Eletricas do Norte do Brasil S/A Eletronorte
Advogado	Ludmila Oliveira Rezio(OAB: 21416-N/DF)

EMENTA: PRESCRIÇÃO TOTAL. ATO ÚNICO DO EMPREGADOR. SÚMULA Nº 294 DO TST. O pleito de pagamento das diferenças salariais e reflexos, formulado pelo Autor, fundamenta-se na Resolução de Diretoria da Reclamada nº RD-0239/96, que entrou em vigor no dia 1º.8.1996 e previa adequação no Plano de Cargos, Carreiras e Salários da empresa, com reajustes salariais no percentual de no mínimo 5% e máximo de 18%. Contudo, o referido ato foi revogado pela Resolução nº 269/96, de 16.8.1996, da mesma Diretoria da Reclamada, o que constitui ato único da empregadora, razão pela qual a prescrição aplicável é a quinquenal e total, conforme inteligência da Súmula nº 294/TST.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1701-09.2011.5.10.0001

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Rosalha Maria de Lima dos Anjos
Advogado	Aldêmio Ogliari(OAB: 4373-N/DF)
Recorrido	Hospital Santa Luzia S A
Advogado	Henrique de Souza Vieira(OAB: 12913-N/DF)

EMENTA: 1. MODALIDADE DA RESCISÃO CONTRATUAL. PEDIDO DE DEMISSÃO. VALIDADE. Hipótese em que a Reclamante pretende o reconhecimento da dispensa sem justa causa, com a elisão da ruptura por sua iniciativa, observados os efeitos pecuniários correlatos. Alegação de vício de vontade no ato de dissolução contratual decorrente de metas exaustivas e perseguição sofrida no trabalho que não encontra ressonância no acervo probatório produzido. Improcedência das pretensões pronunciada na origem e que é ratificada no julgamento proferido em sede recursal. 2. INTERVALO INTRAJORNADA. FRUIÇÃO REGULAR. Havendo registro documental da fruição do intervalo para refeição e descanso, a alegação operária em contrário demandará prova cabal e convincente, a cargo da operária. Não apresentado qualquer elemento de convicção nesse sentido, prevalece a presunção de gozo regular do intervalo, impondo-se o indeferimento da pretensão patrimonial respectiva. 3. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CONDUTA ILÍCITA. NÃO-COMPROVAÇÃO. EFEITOS. Inexistindo prova da conduta ilícita imputada ao Reclamado para embasar a pretensão de reparação de dano de ordem moral, incensurável o julgado que indefere a pretensão deduzida. Recurso conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário e, no mérito, negar-lhe provimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1709-53.2011.5.10.0011

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Recorrente	União
Procurador	Douglas Guilherme Fernandes(OAB: 1365-N/DF)
Recorrido	Sindicato Nacional dos Empregados Em Emp Adm de Aeropor
Recorrido	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuaria

EMENTA: "AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. EXTENSÃO DO DANO CAUSADO OU A SER REPARADO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 93 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DJ 04.05.2004. Para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito supraregional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal." (OJ nº130 da SDI-2 do col. TST). PERDA DO OBJETO. O objeto a ser alcançado com a presente ação civil pública consiste em assegurar 90% da força de trabalho em paralisação anunciada pelos aeroportuários para os dias 20 e 21 de outubro de 2011. Protocolizado o presente recurso ordinário após passados quatorze dias da anunciada paralisação de dois dias. Assim, extingo o feito em razão da superveniente perda do objeto.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso da reclamante, afastar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho e extinguir o feito, sem resolução do mérito, por perda do objeto (art. 267, VI, do CPC), mantendo o valor arbitrado na decisão primária, tudo nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1752-17.2011.5.10.0002

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Recorrente	Arlete Bispo de Oliveira e Souza
Advogado	Leandro Oliveira Alves(OAB: 25014-N/DF)
Recorrido	Companhia Nacional de Abastecimento Conab
Advogado	Eder Jacoboski Viegas(OAB: 32836-N/DF)

EMENTA: 1.PROMOÇÃO POR MERECIMENTO. CONAB. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO. INEXISTÊNCIA. O ônus da comprovação de bom desempenho não pode ser repassado ao reclamante, por se tratar de fato impeditivo ao direito vindicado. Competia à reclamada, pois, demonstrar a ocorrência dos critérios que inviabilizassem a promoção por merecimento do reclamante, ônus do qual não se desincumbiu (art. 818 da CLT, c/c art. 333, II, do CPC).

2. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento (fls. retro), aprovar o relatório; conhecer do recurso ordinário interposto pela reclamante; no mérito, dar-lhe parcial provimento, a fim de deferir, a título de promoção por merecimento,

e a partir de 31/10/2006 (período imprescrito), dois níveis salariais por ano, os quais deverão ser incorporados ao salário, observando-se, contudo, os limites de progressão funcional preconizados pelo PCS para o cargo ocupado pela autora, com reflexos sobre férias, incluído o terço constitucional, salários trezenos, anuênios, licença-prêmio e FGTS; inverter o ônus da sucumbência; arbitrar à condenação o valor de R$40.000,00; fixar as custas processuais em R$800,00, pela reclamada, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1759-94.2011.5.10.0006

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Recorrente	Sergio Soares Carvalho
Advogado	Klaus Stenius Bezerra Camelo de Melo(OAB: 24897-N/DF)
Recorrente	Servico Federal de Processamento de Dados (Serpro)
Advogado	Nilton da Silva Correia(OAB: 1291-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: "GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO TÉCNICA COMISSIONADA FCT - REDUÇÃO DO PERCENTUAL. ALTERAÇÃO UNILATERAL ILÍCITA DO CONTRATO DE TRABALHO. Na forma legal, é nula a alteração contratual que cause prejuízo direto ou indireto ao trabalhador (CLT, art. 468 da CLT), sendo certo que a modificação das regras autônomas informativas do contrato de emprego apenas pode alcançar os trabalhadores admitidos após essa inovação, na exata dicção da Súmula nº 51, I/TST. (...)" (Acordão 3ª Turma, Proc. nº 00464-2010-010-10-00-9-RO, Relator: Desembargador Douglas Alencar Rodrigues, julgado em 17/12/2010). HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. O deferimento de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho subsome-se aos requisitos legais peculiares (inteligência da Súmula n.º 219 do col. TST). In casu, não preenchidos os requisitos indispensáveis à concessão dos honorários. Recursos ordinários conhecidos; parcialmente provido o recurso do reclamado e desprovido o apelo do reclamante.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, não conhecer do aditamento ao recurso ordinário ofertado às fls. 584/598, conhecer dos recursos e, no mérito, dar parcial provimento ao recurso ordinário do reclamado para excluir a condenação em honorários advocatícios e negar provimento ao apelo do reclamante, mantido o valor da condenação, tudo nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1809-23.2011.5.10.0006

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Recorrente	Elossandro de Souza e Borges
Advogado	Carlos Márcio Rissi Macedo(OAB: 22703-N/DF)
Recorrente	Real Sociedade Espanhola de Beneficencia
Advogado	Tiago Cedraz Leite Oliveira(OAB: 23167-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: RECURSO DA RECLAMADA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. Na Justiça do Trabalho, devem ser chamados ao processo de conhecimento todos aqueles que possam ser responsabilizados pelos créditos do trabalhador. Assim, mister que a reclamada integre o polo passivo da reclamação trabalhista. Preliminar rejeitada. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. O deferimento de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho subsome-se aos requisitos legais peculiares (inteligência da Súmula n.º 219 do col. TST). Não preenchidos os requisitos indispensáveis para a concessão dos honorários, impõe-se afastar a condenação. RECURSO DO RECLAMANTE. "INTERVALO INTERJORNADAS. INOBSERVÂNCIA. HORAS EXTRAS. PERÍODO PAGO COMO SOBREJORNADA. ART. 66 DA CLT. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO § 4º DO ART. 71 DA CLT (DJ 14.03.2008). O desrespeito ao intervalo mínimo interjornadas previsto no art. 66 da CLT acarreta, por analogia, os mesmos efeitos previstos no § 4º do art. 71 da CLT e na Súmula nº 110 do TST, devendo-se pagar a integralidade das horas que foram subtraídas do intervalo, acrescidas do respectivo adicional". INTERVALO INTRAJORNADA. O deferimento da indenização pela ausência de gozo do intervalo intrajornada pede comprovação cabal e inconteste dessa situação (art. 818 da CLT c/c o art. 333, do CPC), cumprindo ao reclamante demonstrar de forma clara e induvidosa a veracidade das alegações iniciais. Inexistindo prova cabal de irregularidade na sua concessão, improcede o pleito. Recurso do reclamante conhecido e parcialmente provido. Recurso da reclamada parcialmente conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário do reclamante, conhecer parcialmente do recurso da reclamada, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, dar parcial provimento ao recurso do reclamante para deferir como extras as horas subtraídas do intervalo interjornada não concedido, acrescidas do adicional de 50% (cinquenta por cento), nos limites do pedido, e dar parcial provimento ao recurso da reclamada para excluir da condenação o pagamento de honorários advocatícios. Arbitra-se o valor de R$20.000,00 (vinte mil reais) à condenação e custas processuais no importe de R$

400,00(quatrocentos reais), pela reclamada, nos termos do item VII da Instrução Normativa nº 3/93 do colendo Tribunal Superior do Trabalho, tudo nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1879-46.2011.5.10.0101

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Recorrente	Heglisson Gadelha de Jesus
Advogado	Régis Cajaty Barbosa Braga(OAB: 11056-N/DF)
Recorrido	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal Metro Df
Advogado	Luís Maurício Lindoso(OAB: 19757-N/DF)

EMENTA: PROGRESSÃO FUNCIONAL. PLANO DE EMPREGOS E SALÁRIOS PES/94. Embora perfeito e válido, a previsão de regulamento interno específico para a progressão salarial implica eficácia limitada ao PES/94, não autoaplicável. A inexistência do dito regulamento, requisito objetivo, inviabiliza as progressões por antiguidade e merecimento postuladas. Nego provimento.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, acolher a preliminar de inovação à lide suscitada nas contrarrazões do Reclamado, conhecer parcialmente do recurso do Reclamante, e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1885-50.2011.5.10.0102

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Rogério de Souza Silva
Advogado	Régis Cajaty Barbosa Braga(OAB: 11056-N/DF)
Recorrido	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal Metro Df
Advogado	Felipe Augusto Lopes Ruela(OAB: 27495-N/DF)

EMENTA: PLANO DE EMPREGOS E SALÁRIOS DA EMPRESA. PROGRESSÃO FUNCIONAL. NORMA DE CARÁTER PROGRAMÁTICO. EXIGIBILIDADE JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. Hipótese em que as regras que tratam das progressões funcionais previstas no Plano de Emprego e Salário da empresa ostentam conteúdo programático, limitando-se a prever a possibilidade de concessão de progressões por mérito anuais, alcançando quantitativo não definido de empregados, por classe de emprego, consideras as dotações orçamentárias para tal finalidade. Previsão de que a apuração do merecimento seria processada por meio de avaliação de desempenho, segundo critérios a serem fixados em regulamento empresarial próprio, observada a competência da Diretoria Colegiada para a construção dos conceitos relevantes para a implementação do sistema de mérito. Normas de conteúdo meramente programático situadas no âmbito diretivo empresarial e insuscetíveis de configurar direitos subjetivos, mas que podem ser objeto de negociação coletiva, fonte material de evolução da condição social dos trabalhadores (CF, art. 7º, XXVI). Recurso parcialmente conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1890-36.2011.5.10.0017

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	Celma Nunes Franco Osório(OAB: 19499-N/DF)
Recorrido	Jorgemar de Jesus
Advogado	Alexandre Guimarães Peres(OAB: 21720-N/DF)

EMENTA: 1.GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO. LEI Nº 3.824/06. ARTIGO 37. EMPRESA PÚBLICA. A gratificação de titulação, versada na Lei Distrital nº 3.824/06, alcança tanto os servidores vinculados à administração pública pelo regime jurídico único, como também aos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

2. Recurso conhecido e parcialmente provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento (fls. retro), aprovar o relatório; conhecer do recurso ordinário interposto pela reclamada; no mérito, dar-lhe parcial provimento para determinar que a gratificação de titulação tenha por marco inicial o primeiro dia do mês subsequente ao ajuizamento da presente ação, nos termos do voto do Desembargador Relator. Preservado o valor da condenação fixado na origem, pois compatível com a presente decisão.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1902-86.2011.5.10.0102

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Gilvanete da Silva Xavier
Advogado	Régis Cajaty Barbosa Braga(OAB: 11056-N/DF)
Recorrido	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal Metro Df
Advogado	Felipe Augusto Lopes Ruela(OAB: 27495-N/DF)

EMENTA: PLANO DE EMPREGOS E SALÁRIOS DA EMPRESA. PROGRESSÃO FUNCIONAL. NORMA DE CARÁTER PROGRAMÁTICO. EXIGIBILIDADE JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. Hipótese em que as regras que tratam das progressões funcionais previstas no Plano de Emprego e Salário da empresa ostentam conteúdo programático, limitando-se a prever a possibilidade de concessão de progressões por mérito anuais, alcançando quantitativo não definido de empregados, por classe de emprego, consideras as dotações orçamentárias para tal finalidade. Previsão de que a apuração do merecimento seria processada por meio de avaliação de desempenho, segundo critérios a serem fixados em regulamento empresarial próprio, observada a competência da Diretoria Colegiada para a construção dos conceitos relevantes para a implementação do sistema de mérito. Normas de conteúdo meramente programático situadas no âmbito diretivo empresarial e insuscetíveis de configurar direitos subjetivos, mas que podem ser objeto de negociação coletiva, fonte material de evolução da condição social dos trabalhadores (CF, art. 7º, XXVI). Recurso parcialmente conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1930-57.2011.5.10.0101

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Aurea Mota Santana
Advogado	Genesco Resende Santiago(OAB: 11746-N/DF)
Recorrido	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal Metro Df
Advogado	Felipe Augusto Lopes Ruela(OAB: 27495-N/DF)

EMENTA: PLANO DE EMPREGOS E SALÁRIOS DA EMPRESA. PROGRESSÃO FUNCIONAL. NORMA DE CARÁTER PROGRAMÁTICO. EXIGIBILIDADE JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. Hipótese em que as regras que tratam das progressões funcionais previstas no Plano de Emprego e Salário da empresa ostentam conteúdo programático, limitando-se a prever a possibilidade de concessão de progressões por mérito anuais, alcançando quantitativo não definido de empregados, por classe de emprego, consideras as dotações orçamentárias para tal finalidade. Previsão de que a apuração do merecimento seria processada por meio de avaliação de desempenho, segundo critérios a serem fixados em regulamento empresarial próprio, observada a competência da Diretoria Colegiada para a construção dos conceitos relevantes para a implementação do sistema de mérito. Normas de conteúdo meramente programático situadas no âmbito diretivo empresarial e insuscetíveis de configurar direitos subjetivos, mas que podem ser objeto de negociação coletiva, fonte material de evolução da condição social dos trabalhadores (CF, art. 7º, XXVI). Recurso parcialmente conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso, não conhecer das contrarrazões e, no mérito, negar-lhe provimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-1994-31.2011.5.10.0016

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Servico de Limpeza Urbana
Advogado	Guizélia Dunice Brito(OAB: 4032-N/DF)
Recorrente	Edivaldo Crisostomo dos Santos (Recurso Adesivo)
Advogado	Francisca Aires de Lima Leite(OAB: 2300-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Sustentare Servicos Ambientais S.A.
Advogado	José Edgard da Cunha Bueno Filho(OAB: 32032-N/DF)

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. SÚMULA 331 DO C. TST. ADC 16 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. O E. Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADC 16/DF, assentou que, de fato, segundo os termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, a mera inadimplência do contratado não autoriza seja transferida à Administração Pública a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, a vedar irrestrita aplicação da Súmula 331, IV, do TST. Entretanto, também reconheceu expressamente, no julgamento da mesma ADC nº 16/DF, que referido preceito normativo não obsta o reconhecimento dessa responsabilidade em virtude de eventual omissão da Administração Pública no dever - que impõem os arts. 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/1993 - de fiscalizar as obrigações do contratado, caso que ocorreu nestes autos

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do recurso da segunda Reclamada e do recurso

adesivo do Reclamante, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada no recurso da segunda Reclamada e, no mérito, negar provimento ao recurso da segunda Reclamada e dar provimento ao recurso do Reclamante para deferir o pagamento da indenização relativa ao intervalo intrajornada não usufruído e reflexos sobre aviso prévio, 13º salário integral e proporcional, férias integrais e proporcionais acrescidas de 1/3, FGTS, multa de 40% e repouso semanal remunerado, nos termos do voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-2014-22.2011.5.10.0016

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Servico de Limpeza Urbana
Advogado	Guizélia Dunice Brito(OAB: 4032-N/DF)
Recorrido	Francisco das Chagas da Silva Araujo
Advogado	Francisca Aires de Lima Leite(OAB: 2300-N/DF)
Recorrido	Sustentare Servicos Ambientais S.A.
Advogado	José Edgard da Cunha Bueno Filho(OAB: 32032-N/DF)

EMENTA: TERCEIRIZAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ADC Nº 16/DF. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CABIMENTO. CULPA IN VIGILANDO. A lesão a direito trabalhista, em razão da execução de pacto civil ajustado pelo prestador de serviço com outro ente jurídico, acarreta a responsabilidade subsidiária desse último, ainda que se trate de entidade integrante da Administração Pública, na forma da Súmula nº 331, IV e V, do c. TST. A constitucionalidade do art. 71 da Lei nº 8.666/93, declarada em definitivo pela Excelsa Corte Suprema no julgamento proferido na ADC nº 16/DF, não impede a condenação subsidiária imposta, porquanto o contrato de prestação de serviços celebrado com a empresa prestadora, na hipótese examinada, não foi regularmente fiscalizado pela Administração, restando configurada a culpa in vigilando. Recurso conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do recurso, rejeitar a preliminar suscitada e, no mérito, negar-lhe provimento. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-2017-07.2011.5.10.0006

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Recorrente	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb
Advogado	Maurício Costa Pitanga Maia(OAB: 22572-N/DF)
Recorrido	Marcos Antonio Neves da Silva
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)

EMENTA: 1.JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO ORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE ATAQUE AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. NÃO CONHECIMENTO. A regra estampada no artigo 899 da CLT não exonera a parte recorrente do ônus de apresentar, de forma clara e lógica, os fundamentos de fato e direito que ensejam o pedido de reforma (CPC, artigo 514, inciso II). Desatendendo a norma em comento, a parte obsta a atuação do órgão revisor, deixando de submeter ao juízo ad quem a matéria objeto de inconformismo. (inteligência da Súmula nº 422 do colendo TST).

2. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. COMPROVAÇÃO. "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. COMPROVAÇÃO. Atendidos os requisitos da Lei nº 5.584/70 (art. 14, § 2º), para a concessão da assistência judiciária, basta a simples afirmação do declarante ou de seu advogado, na petição inicial, para se considerar configurada a sua situação econômica (art. 4º, § 1º, da Lei nº 7.510/86, que deu nova redação à Lei nº 1.060/50)" (OJ?SDI1?304/TST).

3. Recurso ordinário parcialmente conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório; conhecer parcialmente do recurso ordinário interposto pela reclamada; no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-2048-09.2011.5.10.0012

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Revisor	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Recorrente	Pedro Gilmar Galvan Martins
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)
Recorrido	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	Gabriela Lucas Queiroz Oliveira(OAB: 17013-N/DF)

EMENTA: 1.GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO. LEI Nº 3.824/06. ARTIGO 37. EMPRESA PÚBLICA. A gratificação de titulação, versada na Lei Distrital nº 3.824/06, alcança tanto os servidores vinculados à administração pública pelo regime jurídico único, como também aos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

2. Recurso conhecido e provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório; conhecer do recurso ordinário interposto pelo reclamante; no mérito, dar-lhe provimento para deferir a gratificação de titulação, no percentual de 8%, a incidir sobre o vencimento básico, a contar de 1º/11/2011, procedendo-se à incorporação de tal parcela aos vencimentos mensais, com reflexos em 13º salário, férias mais 1/3, horas extras e depósito para o FGTS; condenar a reclamada ao pagamento de honorários assistenciais, no patamar de 15% sobre o valor da condenação; a gratificação de titulação e seus reflexos, à exceção do FGTS, integram o salário de contribuição para fins de recolhimento ao INSS; inverta-se o ônus da sucumbência, arbitrando provisoriamente a condenação em R$20.000,00; fixar as custas em R$400,00, pela reclamada, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-2062-51.2011.5.10.0801

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Claudio Ribeiro de Assis
Advogado	Newton César da Silva Lopes(OAB: 4516-B/TO)
Recorrente	Confederal Vigilancia e Transporte de Valores Ltda
Advogado	Darcy Maria Gonçalves de Almeida(OAB: 8832-N/DF)
Recorrido	Os Mesmos

EMENTA: JORNADA NOTURNA REDUZIDA. PREVISÃO EM ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. ESCALA 12X36. VALIDADE. A Constituição Federal vigente conferiu amplo reconhecimento às convenções e acordos coletivos de trabalho (art. 7º, XXVI), sendo que, especificamente quanto às normas atinentes à amplitude da jornada de trabalho, o texto constitucional previu expressamente a possibilidade de flexibilização ao permitir a redução, ampliação e compensação de jornada, desde que a transação se faça mediante negociação coletiva (art. 7º, XIII e XIV). Assim, válida a cláusula constante em ACT no qual os sindicatos patronal e do trabalhador transacionaram não haver distinção para efeitos de jornada de trabalho entre os turnos diurnos e noturnos, em razão da natural compensação do horário de descanso previsto na escala 12x36. INTERVALO INTRAJORNADA. INDENIZAÇÃO DO § 4º DO ART. 71 DA CLT. ESCALA 12X36. Evidenciada irregularidade na concessão do intervalo intrajornada, uma vez que não observado o mínimo legal, impõe-se a condenação inserta no artigo 71, § 4º, da CLT (OJ nº 307 da SDI-1/TST), que autoriza o pagamento total do período correspondente, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho. Ressalva de entendimento da Desembargadora Relatora. Recursos ordinários do reclamante e da reclamada conhecidos e desprovidos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos recursos ordinários interpostos pelas partes e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora, que ressalva entendimento pessoal. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-2073-80.2011.5.10.0801

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Recorrente	Refrescos Bandeirantes Industria e Comercio Ltda
Advogado	João Bezerra Cavalcante(OAB: 6753-N/GO)
Recorrido	Antonio Marcos Felix da Silva
Advogado	Reges Henrique Pallaoro(OAB: 2149-B/TO)

EMENTA: "(...) 3. DANOS MORAIS. BANCÁRIO. TRANSPORTE DE VALORES. O transporte de valores do Reclamado, por empregado destituído de qualificação legal para a função, causa ao trabalhador abalo emocional e medo de ver sua integridade física ameaçada. Restando comprovado que o Autor transportava valores, é imperioso reconhecer que esteve submetido à situação de risco, gerando medo, aflição, aptos à configuração do dano moral, restando caracterizados os elementos que autorizam a condenação ao pagamento de indenização por danos morais. (Desembargador Braz Henriques de Oliveira)" (TRT 10ªRegião; RO-0697-2009-861-10-00-6; Acórdão da 3ª Turma; Redator Designado Desembargador Douglas Alencar Rodrigues; DEJT de 26.03.2010). Recurso parcialmente conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer parcialmente do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento . Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº RO-2078-68.2011.5.10.0004

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Recorrente	Carlos Eduardo Bivar Pereira
Advogado	Gladston de Lima Donola(OAB: 12329-N/DF)
Recorrido	Servico Federal de Processamento de Dados (Serpro)
Advogado	Nilton da Silva Correia(OAB: 1291-N/DF)

EMENTA: DIREITO DE AÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. CONFIGURAÇÃO. Hipótese em que o Autor postula a condenação de seu ex-empregador ao pagamento de vantagem por ele criada (auxílio-alimentação) em favor dos empregados ativos e que foi, também por ato empresarial, estendida a aposentados e

pensionistas. Tese defensiva de ausência de legitimidade passiva "ad causam", sob o fundamento de que a concessão da vantagem pertenceria ao fundo fechado de previdência complementar regularmente instituído. Discurso inicial que revela a presença de todas as condições da ação (legitimidade ativa e passiva, interesse e possibilidade jurídica do pedido), cujo exame há de se processar "in statu assertionis" (Watanabe), sem, portanto, compromisso efetivo com o veracidade das alegações e mérito da disputa. Eventual inexistência da responsabilidade imputada ao ex-empregador não denota ilegitimidade passiva "ad causam", antes justificando o indeferimento da pretensão. Recurso conhecido e provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário e, no mérito, dar-lhe provimento para declarar a legitimidade do SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) para compor o polo passivo da lide, determinando o retorno dos autos à origem para que se prossiga como entender de direito. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-5700-27.2008.5.10.0016

Processo Nº AP-57/2008-016-10-00.5

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Agravante	Henrique Costa Rodrigues
Advogado	Víctor Russomano Júnior(OAB: 3609-N/DF)
Agravado	Brt do Brasil Operadora Turistica Ltda Epp e Outros
Advogado	José de Castro Alves Ferreira(OAB: 4084-N/PR)
Agravado	Mauricio Leon Lefcovich
Agravado	Ernestina Rosa Susevich
Agravado	Mgn Operadora Turistica Ltda
Agravado	Arnaldo Levandowski
Advogado	André Dias Andrade(OAB: 37504-N/PR)
Agravado	Ivan Lewandowski
Agravado	Mauricio Leon Lefcovich
Agravado	Eraldo Palmerini

EMENTA: DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. EX-SÓCIO. ARTS. 50; 1003, PARÁGRAFO ÚNICO E 1.032 DO CÓDIGO CIVIL. A nova disciplina trazida pelo art. 50 do Código Civil autoriza a desconsideração da personalidade jurídica com o fim de imputar aos sócios ou administradores a responsabilidade pelas dívidas do empreendimento. Não há margem para tergiversar sobre a distinção entre os patrimônios da pessoa jurídica e das pessoas naturais que a instituem e administram que, apesar de continuarem distintos, sobre estes últimos não incide mais a proteção absoluta ou intangibilidade, respondendo nas hipóteses traçadas na lei. De acordo com o disposto nos artigos 1003, parágrafo único e 1.032, ambos do Código Civil, o ex-sócio retirante deve responder até dois anos após se afastar da pessoa jurídica. Contudo, no caso dos autos, restou comprovado que o Sr. Ronaldo Levandowski foi sócio da empresa executada até 14 de junho de 2005, quando se retirou, tendo sido chancelada a sua saída em 23.6.2005, e o contrato de trabalho durou de 1º.7.2006 a 3.11.2007. Logo, não se beneficiou da força de trabalho do Exequente, daí porque não deve responder pelos passivos que não puderam ser suportados pela pessoa jurídica.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do recurso, rejeitar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Custas processuais pelos Executados, no importe de R$ 44,26, na forma do art. 789-A, IV, da CLT

Em, 11 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-23300-88.2004.5.10.0020

Processo Nº AP-233/2004-020-10-00.4

Relator	Juiz - GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Agravante	Veg Administracao e Servicos Ltda e Outro
Advogado	Raquel Corazza(OAB: 17240-N/DF)
Agravante	Veg Seguranca Patrimonial Ltda
Agravado	Jose Nivaldo de Souza
Advogado	Jonas Duarte José da Silva(OAB: 6083-N/DF)

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PENHORA INCIDENTE SOBRE BEM SUPOSTAMENTE ALIENADO A TERCEIROS. ILEGITIMIDADE DOS EXECUTADOS PARA DEFENDER OS INTERESSES DOS TERCEIROS. Se o imóvel penhorado não pertence aos Agravantes/executados, como reiteradamente sustentado nos embargos à execução e no agravo de petição, é certo que eles não detêm legitimidade para pleitear a desconstituição da penhora do imóvel. Agravo de petição conhecido e não provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, em aprovar o relatório, conhecer do agravo de petição e, no mérito, negar-lhe provimento. Custas processuais pelos Agravantes, no importe de R$44,26, na forma do

art. 789-A, IV, da CLT. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº A-RO-29300-80.2008.5.10.0015

Processo Nº A-RO-293/2008-015-10-00.5

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargadora - HELOISA PINTO MARQUES
Agravante	Companhia Brasileira de Bebidas
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-N/DF)
Agravado	Valdenice Silva Reis
Advogado	Jorge Barbosa Lobato(OAB: 21041-N/DF)

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. AGRAVO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. ARTIGO 557 DO CPC. DECISÃO MANTIDA. Considerando que, ao contrário do alegado pela Agravante, não há nos autos a figura do mandato tácito em relação ao advogado subscritor do recurso ordinário, a manutenção da decisão monocrática que negou seguimento ao recurso interposto por irregularidade de representação, amparada nas disposições do art. 557 do Código de Processo Civil, é medida que se impõe. Negado provimento ao Agravo, deve a Agravante ser apenada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido da causa, na forma prevista no §2º do art. 557 do CPC.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do recurso de Agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, condenando a Agravante ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido da causa, nos termos do §2º do art. 557 do CPC, nos termos do Voto do Desembargador Relator. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-44500-25.2002.5.10.0020

Processo Nº AP-445/2002-020-10-00.0

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Agravante	Joao dos Santos Horvath Junior
Advogado	Fabiano Santos Borges(OAB: 12998-N/DF)
Agravado	Bomcorte Comercial de Alimentos
Agravado	Vega Indústria e Comércio de Carnes Ltda
Advogado	Sérgio Rodrigues Prestes(OAB: 14940-N/DF)
Agravado	Empreendimentos Manner Industria e Comercio de Confeccoes Ltda
Advogado	Sérgio Rodrigues Prestes(OAB: 14940-N/DF)
Agravado	Gilson Caminura
Agravado	Marcelo Camimura
Agravado	Edmar Teixeira Guimaraes
Agravado	Lucilene Ee Sousa Araujo
Agravado	Vigilato Francisco Neto
Agravado	Dilves Jose Pereira

EMENTA: DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. EX-SÓCIO. ARTS. 50; 1003, PARÁGRAFO ÚNICO E 1.032 DO CÓDIGO CIVIL. A nova disciplina trazida pelo art. 50 do Código Civil autoriza a desconsideração da personalidade jurídica com o fim de imputar aos sócios ou administradores a responsabilidade pelas dívidas do empreendimento. Não há margem para tergiversar sobre a distinção entre os patrimônios da pessoa jurídica e das pessoas naturais que a instituem e administram que, apesar de continuarem distintos, sobre estes últimos não incide mais a proteção absoluta ou intangibilidade, respondendo nas hipóteses traçadas na lei. No caso, resta perfeitamente aplicável o disposto nos artigos 1003, parágrafo único e 1.032, ambos do Código Civil que preceituam a responsabilidade do ex-sócio retirante até dois anos após se afastar da pessoa jurídica.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar a inclusão do ex-sócio Sr. Eduardo Ferri Amaral no polo passivo da execução, nos termos do voto do Desembargador Relator. Custas processuais pelos Executados, no importe de R$ 44,26, na forma do art. 789-A, IV, da CLT.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-AP-55500-51.2004.5.10.0020

Processo Nº ED-AP-555/2004-020-10-00.3

Relator	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Embargante	Erivelto de Souza Filgueira
Advogado	Rodrigo da Silva Castro(OAB: 22829-N/DF)
Embargante	Maria Irma Barbosa Costa e Outros
Advogado	Rodrigo da Silva Castro(OAB: 22829-N/DF)
Embargante	Valdivina de Fatima Caetano de Faria Santiago

Embargante	Lindalva dos Santos Silva
Embargante	Rozilene Ribeiro da Silva
Embargante	Jose Dario Goncalves Filho
Embargado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	Agnaldo Nunes da Silva(OAB: 11336-N/DF)

EMENTA: 1.EMBARGOS DECLARATÓRIOS. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. INTUITO PROCRASTINATÓRIO. MULTA. ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. Nos termos dos artigos 535 do CPC e 897-A da CLT são cabíveis embargos declaratórios quando o julgado (monocrático ou de órgão colegiado) padecer de omissão, contradição, obscuridade, quando houver erro material ou quando houver manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. Se no v. acórdão embargado não se vislumbra a existência de quaisquer destes vícios, evidenciando-se o intuito meramente procrastinatório, impõe-se a aplicação da multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do CPC

2. Embargos conhecidos e desprovidos.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, conforme certidão de julgamento a fls. retro, aprovar o relatório; conhecer dos embargos declaratórios opostos pelos reclamantes e, no mérito, negar-lhes provimento; impor aos embargantes a multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do CPC, no importe de 1% sobre o valor da causa, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-67500-06.2001.5.10.0015

Processo Nº AP-675/2001-015-10-00.2

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Agravante	Maria de Jesus do Nascimento Costa
Advogado	Paulo Ayrton Campos(OAB: 8521-X/DF)
Agravado	Rtc Restaurante Terminal de Cargas Ltda Me
Agravado	Magaly Helena de Castro Soares
Agravado	Bernardo de Castro e Soares

EMENTA: EXECUÇÃO. INÉRCIA DA PARTE. IMPULSO OFICIAL. EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DA DÍVIDA TRABALHISTA EM FAVOR DO EXEQUENTE. RECOMENDAÇÃO Nº 002/2011 DA CGJT. ART. 270 DO PROVIMENTO GERAL CONSOLIDADO DO TRT/10ª REGIÃO. Demonstrado nos autos o efetivo desinteresse da parte em promover a execução e o esgotamento das possibilidades de movimentação da execução ex officio, impõe-se a expedição de certidão da dívida trabalhista, em favor do credor, que poderá a qualquer tempo provocar novamente o Judiciário na busca do recebimento do seu crédito, indicando a localização do devedor e os bens sobre os quais possam recair uma eventual penhora. Diante desse cenário, há de se dar provimento parcial ao recurso para determinar expedição de certidão da dívida trabalhista em favor do Exequente (Resolução nº 2/2011 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho c/c o art. 270 do Provimento Geral Consolidado do TRT/10ª Região).

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do agravo de petição interposto pela Exequente e, no mérito, dar parcial provimento ao recurso para determinar o arquivamento definitivo dos autos com a expedição da certidão da dívida trabalhista em favor da Exequente em atenção à Recomendação nº 002/2011, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho e art. 270 do Provimento Geral Consolidado do TRT/10ª Região, nos termos do voto do Desembargador Relator. Custas processuais pelos Executados, no importe de R$44,26, na forma do art. 789-A, IV, da CLT.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-101200-50.2008.5.10.0007

Processo Nº AP-1012/2008-007-10-00.7

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Agravante	Distrito Federal
Procurador	Edvaldo Nilo de Almeida(OAB: 29502-N/DF)
Agravado	Adnelson da Silva Morais
Advogado	Júlio César Borges de Resende(OAB: 8583-N/DF)
Agravado	Ação Social Nossa Senhora de Fátima
Advogado	Terson Ribeiro Carvalho(OAB: 11195-N/DF)
Agravado	Antonio Semin
Agravado	Pedro Benício Ferreira Lopes
Agravado	Jose Domingos Tereza

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO SÚMULA 331 DO C. TST. ADC 16 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.§ 5º DO ART. 884 DA CLT. A decisão proferida na ADC-16/STF, que declarou a constitucionalidade do artigo 71 da Lei nº 8.666/93, se por um lado prevê que a mera inadimplência do contratado não autoriza transferir ao Ente Público a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, por outro lado não impede a condenação subsidiária imposta e nem torna inexigível o título executivo, nos casos em que se configura a culpa in vigilando do Ente Público, como no caso dos autos, não se aplicando à hipótese o disposto no § 5º do art. 884 da CLT.

AGRAVO DE PETIÇÃO. JUROS DE MORA. OJ-TP-7. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA. (nova redação) Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011. Após a publicação da nova redação da referida orientação jurisprudencial, não há mais espaço para discussão acerca da matéria, devendo os juros diferenciados serem aplicados desde setembro de 2001 (de setembro de 2001 até 29/06/2009, aplica-se 0,5% ao mês; a partir de 30/06/2009 aplica-se índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança - também de 0,5% ao mês), independentemente da natureza da condenação, ou seja, se de forma principal ou subsidiária.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do agravo de petição interposto pelo segundo Executado e não conhecer da contraminuta apresentada pelo Exequente, no mérito, dar parcial provimento ao agravo para determinar que a conta seja refeita, observando a incidência de juros de mora diferenciados ao Ente Público, conforme parâmetros traçados na OJ-TP-07 do c. Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do voto do Desembargador Relator. Custas processuais pelas Executadas, no importe de R$ 44,26, na forma do art. 789-A, IV, da CLT, ficando o Agravante dispensado do recolhimento.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-113500-19.2005.5.10.0017

Processo Nº AP-1135/2005-017-10-00.2

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Agravante	Caixa Economica Federal
Advogado	Keila de Medeiros Duarte(OAB: 16686-N/DF)
Agravado	Celia Aparecida Pereira Filippin
Advogado	Euler Rodrigues de Souza(OAB: 19822-N/DF)

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. RAZÕES QUE NÃO ATACAM OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. NÃO-CONHECIMENTO. Impossível conhecer de agravo de petição quando a matéria objeto de irresignação não ataca os fundamentos da decisão recorrida (CLT, art. 897, § 1º; CPC, art. 514, II, subsidiariamente aplicado, e Súmula nº 422 do col. TST). AGRAVO DE PETIÇÃO. CÁLCULOS EM CONSONÂNCIA COM A RES JUDICATA. Constatada a consonância dos cálculos homologados com o comando emanado da res judicata, merecem ser convalidados. Agravo conhecido parcialmente e desprovido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento e, para corrigir erro material apontado pela exequente, para fazer constar na parte dispositiva sentença de fls.813/814, como Total da execução, a importância de R$105.659,57 (atualizado até 31.3.11). Custas na forma da lei, tudo nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-114000-40.2009.5.10.0019

Processo Nº AP-1140/2009-019-10-00.1

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Revisor	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Agravante	União (Superior Tribunal de Justiça)
Procurador	Lygia Maria Avancini(OAB: 600022-N/DF)
Agravado	Rafael Martins de Lima
Advogado	Jonas Duarte José da Silva(OAB: 6083-N/DF)
Agravado	Selecao - Servicos Especializados Ltda
Agravado	Joao Luiz Gomes de Oliveira
Agravado	Ieda Maria Gutierres Almeida

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO SÚMULA 331 DO C. TST. ADC 16 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.§ 5º DO ART. 884 DA CLT. A decisão proferida na ADC-16/STF, que declarou a constitucionalidade do artigo 71 da Lei nº 8.666/93, se por um lado prevê que a mera inadimplência do contratado não autoriza transferir ao Ente Público a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, por outro lado não impede a condenação subsidiária imposta e nem torna inexigível o título executivo, nos casos em que se configura a culpa in vigilando do Ente Público, como no caso dos autos, não se aplicando à hipótese o disposto no § 5º do art. 884 da CLT.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do Agravo de Petição interposto pela segunda Executada e, no mérito, negar provimento ao recurso da segunda Executada, bem como em relação à litigância de má-fé suscitada na contraminuta do Exequente, nos termos do voto do Desembargador

Relator. Custas processuais pelas Executadas, no importe de R$44,26, na forma do art. 789-A, IV, da CLT, ficando a Agravante dispensada do recolhimento.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-119600-31.2002.5.10.0005

Processo Nº AP-1196/2002-005-10-00.7

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Agravante	Adauto Rodrigues
Advogado	José Maria de Oliveira Santos(OAB: 9004-N/DF)
Agravado	Seta Comercial e Servicos Ltda

EMENTA: EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ARQUIVAMENTO DEFINITIVO. PROCEDIMENTOS. ADEQUAÇÃO. PROVIMENTO GERAL CONSOLIDADO E RECOMENDAÇÃO Nº 2/2011 DA CGJT. Verificado, na hipótese, que não foi determinada a suspensão da execução, nos termos do Provimento Geral Consolidado deste Regional, nem adotado o iter procedimental indicado na Recomendação nº 2/2011 da CGJT, afigura-se inviável a declaração da ocorrência de prescrição intercorrente e o arquivamento definitivo dos autos. Agravo de petição conhecido e provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do agravo e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a prescrição pronunciada na origem e determinar o prosseguimento da execução, observado o Provimento geral Consolidado desta Corte e a Recomendação nº 2/2011 da CGJT antes do possível arquivamento definitivo dos autos. Custas pela Agravada, no importe de R$44,26 (art. 789-A, caput e inciso IV, da CLT). Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-AP-123700-53.2007.5.10.0005

Processo Nº ED-AP-1237/2007-005-10-00.0

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Embargante	Banco do Brasil S.A
Advogado	Marlon Rodrigues Barroso(OAB: 7236-N/DF)
Embargado	Ronaldo Cruz Couto
Advogado	Maria de Fatima Mendonça dos Santos(OAB: 17153-X/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. Nos termos do art. 897-A da CLT c/c o art. 535 do CPC, os embargos de declaração visam à correção de impropriedades formais havidas no julgado, definidas como omissão, contradição, obscuridade, erro material ou manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. Não tendo a embargante logrado demonstrar nenhum dos vícios enumerados acima, impertinente o ataque ao conteúdo do julgado, uma vez que a prestação jurisdicional se deu de forma clara, coerente e satisfatória, dentro da previsão legal. Embargos conhecidos e desprovidos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-126300-46.2009.5.10.0015

Processo Nº AP-1263/2009-015-10-00.7

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Agravante	Antonio Triana Filho
Advogado	Gustavo Varela(OAB: 20897-N/DF)
Agravado	Caixa Econômica Federal
Advogado	Elizabeth Pereira de Oliveira(OAB: 17348-N/DF)

EMENTA: EXECUÇÃO. COMPENSAÇÃO AUTORIZADA NO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. CRITÉRIO. AUSÊNCIA DE QUESTIONAMENTO NO PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE OS PRIMEIROS CÁLCULOS. PRECLUSÃO. Deixando a parte de discutir questões alusivas à exatidão do critério de compensação no momento apropriado, a oposição extemporânea de embargos à execução, ainda que ofertados no quinquídio seguinte à complementação da garantia do juízo, não constitui nova oportunidade para reacender o debate contábil, sob pena de ofensa aos postulados da segurança jurídica e do devido processo legal (arts. 836/CLT e 5º, LIV, da CF). O caráter sucessivo e preclusivo dos atos processuais, característica do sistema procedimental brasileiro, inibe a reabertura de etapas processuais percorridas em estrita conformidade com os postulados da ampla defesa, contraditório e devido processo legal. Agravo de petição conhecido e provido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do agravo de petição para, no mérito, reabilitar os cálculos confeccionados às fls. 1142/1149. Custas processuais, no importe de R$44,26, pela Agravada/executada (CLT, art. 789-A, IV).Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-134300-41.2009.5.10.0013

Processo Nº ED-RO-1343/2009-013-10-00.0

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Embargante	VRG Linhas Aéreas S.A.
Advogado	Osmar Mendes Paixão Côrtes(OAB: 15553-N/DF)
Embargado	Sindicato Nacional dos Aeroviários
Advogado	Ricardo Laerte Gentil Junior(OAB: 22253-N/DF)
Embargado	Swissport Brasil Ltda
Advogado	Luiz Cláudio Botelho(OAB: 110495-N/RJ)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CABIMENTO. ERRO MATERIAL. EXISTÊNCIA. Nos termos do art. 897-A da CLT c/c o art. 535 do CPC, os embargos de declaração visam à correção de impropriedades formais havidas no julgado, definidas como omissão, contradição, obscuridade, erro material ou manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. Constatado o erro material apontado, tal vício deve ser sanado como forma de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Embargos conhecidos e parcialmente providos para sanar o erro material detectado, sem emprestar efeito modificativo ao julgado.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, dar-lhes parcial provimento para sanar o erro material detectado, sem emprestar o excepcional efeito modificativo ao julgado, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº ED-RO-163100-67.2009.5.10.0017

Processo Nº ED-RO-1631/2009-017-10-00.0

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Embargante	Caixa Economica Federal
Advogado	Marcelo Frossard Pincinato(OAB: 21768-N/DF)
Embargado	Sônia Kihomi Takenaka
Advogado	Luís Antônio Castagna Maia(OAB: 13377-N/DF)

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. Nos termos do art. 897-A da CLT c/c o art. 535 do CPC, os embargos de declaração visam à correção de impropriedades formais havidas no julgado, definidas como omissão, contradição, obscuridade, erro material ou manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. Não tendo a embargante logrado demonstrar nenhum dos vícios enumerados acima, impertinente o ataque ao conteúdo do julgado, uma vez que a prestação jurisdicional se deu de forma clara, coerente e satisfatória, dentro da previsão legal. Embargos conhecidos e desprovidos.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 18 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-183300-67.1991.5.10.0004

Processo Nº AP-1833/1991-004-10-00.5

Relator	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Agravante	Roberto Neles Batista
Advogado	Robson Freitas Melo(OAB: 1982-N/DF)
Agravado	Potencial Engenharia Ltda.

EMENTA: EXECUÇÃO. INÉRCIA DA PARTE. IMPULSO OFICIAL. RECOMENDAÇÃO Nº 002/2011, DA CGJT. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. Demonstrado nos autos o efetivo desinteresse da parte em promover a execução, não havendo, entretanto, o esgotamento das possibilidades de movimentação da execução ex officio, faz-se necessário o prosseguimento dos atos executórios, observando-se a Recomendação nº 002/2011, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho. Diante desse cenário, dá-se provimento ao recurso, para determinar o prosseguimento da execução, observando a recomendação nº 002/2011, da CGJT. Agravo de petição do Exequente conhecido e provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região, em sessão realizada na data e nos termos da respectiva certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer do agravo de petição interposto pelo Exequente; e, no mérito, dar provimento ao recurso para determinar o prosseguimento da execução em atenção à recomendação nº 002/2011, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, nos termos do voto do Desembargador Relator. Custas processuais pela Executada, no importe de R$44,26, na forma do art. 789-A, IV, da CLT.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-195200-16.1992.5.10.0003

Processo Nº AP-1952/1992-003-10-00.2

Relator	Desembargador - DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Revisor	Desembargador - RIBAMAR LIMA JUNIOR
Agravante	Maria Iris de Carvalho Barbosa
Advogado	Alcides Souza Henriques(OAB: 10048-N/DF)
Agravado	Jose Nilton Martins Marinho
Advogado	Milton Soares de Melo(OAB: 8393-N/DF)

EMENTA: EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ARQUIVAMENTO DEFINITIVO. PROCEDIMENTOS. PROVIMENTO GERAL CONSOLIDADO DO TRT 10ª REGIÃO E RECOMENDAÇÃO Nº 2/2011 DA CGJT. Inviável a declaração da prescrição intercorrente e o arquivamento definitivo dos autos se não foram esgotados todos os meios de se dar efetividade à execução, não determinada a suspensão da execução, nos termos do Provimento Geral Consolidado deste 10º Regional ou adotado o iter procedimental indicado na Recomendação nº 2/2011 da CGJT. Agravo de petição conhecido e desprovido.

I - DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento, em aprovar o relatório, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. De ofício, determinar a correção de erro material, para que a multa de 50% prevista no acordo somente incida sobre a parcela não paga, no valor de R$4.000.000,00, apurando-se o montante a ser monetariamente corrigido e sobre o qual incidirão juros de mora. Custas, pela Agravante/Executada, no importe de R$44,26 (art. 789-A, caput e inciso IV, da CLT). Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

Acórdão

Processo Nº AP-199700-23.2009.5.10.0006

Processo Nº AP-1997/2009-006-10-00.5

Relator	Desembargadora - MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Revisor	Desembargador - JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Agravante	Shoulder Indústria e Comércio de Confecções Ltda.
Advogado	Marthius Sávio Cavalcante Lobato(OAB: 12273-N/SP)
Agravado	Jaqueline Ferreira Avelino
Advogado	Adriano Souza Nóbrega(OAB: 7803-N/DF)

EMENTA: ADICIONAL DE HORAS EXTRAS. FERIADOS. INOBSERVÂNCIA AO COMANDO DA RES JUDICATA. Constatando-se, na memória descritiva de cálculo, a utilização de adicional de horas extras relativo aos feriados, não autorizado na sentença exequenda, reparos devem ser feitos na conta, pois em dissonância aos comandos emanados da res judicata. Agravo de petição parcialmente conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO:

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer parcialmente do agravo de petição e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para que sejam excluídos da conta liquidanda os valores referentes ao adicional de horas extras, no percentual de 150%, incidentes sobre o labor extraordinário nos feriados. Custas na forma da lei, tudo nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Em, 25 de Abril de 2012 (Data do Julgamento)

COORDENADORIA DE APOIO AO JUÍZO CONCILIATÓRIO E DE EXECUÇÕES ESPECIAIS

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-804700-84.2007.5.10.0018

Processo Nº RT-8047/2007-018-10-00.0

Exequente	União Federal (Fazenda Nacional)
Advogado	PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL(OAB: null)
Executado	Fortium - Editora e Treinamento Ltda
Advogado	FÁBIO TOMÁS DE SOUZA(OAB: null)
Executado	Ruthe Prates Barroso
Advogado	NORMANDO AUGUSTO CAVALCANTI JÚNIOR(OAB: null)
Executado	Centro Educacional de Ensino Superior de Brasilia
Advogado	FÁBIO TOMÁS DE SOUZA(OAB: null)
Executado	Ricardo Antônio Pizano
Executado	Hye Ok Kang Teixeira

"Senteça de fls. 249/253.

Diante do exposto, o referido sócio não poderia ser incluído na execução, sendo parte ilegítima para o feito. Logo, este juízo extingue o processo de execução em relação ao executado HYE OK KANG TEIXEIRA por ilegitimidade passiva.

Face à extinção, prejudicado o pedido de pesquisa BACENJUD.

Custas no importe de R$ 1.133,05, calculadas sobre R$ 56.652,80,

sendo a exequente dispensada na forma do art. 39 da Lei 6.830/80.
Considerando o valor da execução e tendo em vista a decisão contrária à Fazenda Pública, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal para reexame necessário na forma da Súmula 303 do TST.
Intime-se a União (PGFN).
Brasília, 10 de abril de 2012.
JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES Juiz Federal do Trabalho"

"Despacho de fl. 287.
DESPACHO
1.Vistos os autos.
2.Prolatada a sentença de fls. 249/253 a exequente interpôs o Agravo de Petição de fls. 255/269. O recurso é tempestivo e regulamente representado, sendo dispensado o recolhimento de custas (Lei 6.830/80, art. 39).
3.RECEBO, pois, o Agravo de Petição.
4.Intimem-se, por EDITAL, o executado HYE OK KANG TEIXEIRA e os demais executados via DEJT, da sentença de fls. 249/253 , para querendo, em 8 (oito) dias, apresentar contraminuta ao Agravo de Petição aviado pela exequente.
5.Decorrido o prazo, remetam-se os autos ao Egrégio TRT.
6.Publique-se.
Brasília, 27 de abril de 2012.
GUSTAVO CARVALHO CHEHAB Juiz(a) do Trabalho Substituto(a) em exercício na Diretoria de Apoio
ao Juízo Conciliatório e Execuções Especiais"

Despacho

Processo Nº RT-807400-88.2006.5.10.0011

Processo Nº RT-8074/2006-011-10-00.7

Exequente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL(OAB: null)
Executado	SAUD E LIMEIRA LTDA.
Advogado	BRUNO EDUARDO FERNANDES SOARES(OAB: null)
Executado	Gerson Limeira Alves (curadora - Ana Saud Limeira)
Executado	Hened Saud Limeira

"DESPACHO de fl. 184. Item 4.
4.Intimem-se, por DEJT, os executados da sentença de fls.161/164, bem como para, querendo, apresentar em 8 dias contraminuta ao Agravo de Petição aviado pela exequente.
GUSTAVO CARVALHO CHEHAB Juiz(a) do Trabalho Substituto(a) em exercício na Diretoria de Apoio
ao Juízo Conciliatório e Execuções Especiais"

"SENTENÇA de fls. 161/164(parte)
Diante do exposto, indefere-se a inclusão do administrador pretendido pela exequente.
Após o decurso do prazo de suspensão deferido (fl. 148), os autos serão automaticamente arquivados na forma do art. 40, § 2º da LEF.
Intime-se a União (PGFN).
Brasília, 02 de abril de 2012.
JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES Juiz Federal do Trabalho"

Despacho

Processo Nº RT-816900-24.2005.5.10.0009

Processo Nº RT-8169/2005-009-10-00.3

Exequente	União (Fazenda Nacional)
Executado	Tour Assistence- Agência de Viagens e Turismo Ltda
Executado	Emerson da SIlva Lelis

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO Nº. 215/2012 PROCESSO Nº 0816900-24.2005.5.10.0009 *08169200500910003* EXEQUENTE: União (Fazenda Nacional) CPF/CNPJ EXECUTADO: Tour Assistence- Agência de Viagens e Turismo Ltda CPF/CNPJ 00.511.222/0001-79 EXECUTADO: Emerson da SIlva Lelis CPF/CNPJ 552.335.701-49 Número(s) da(s) CDA(s): 10 5 98 003231-52; 10 5 98 003230-71; 10 5 98 003232-33; 10 5 98 003213-70 Sua Excelência, GUSTAVO CARVALHO CHEHAB, Juiz(a) do Trabalho Substituto(a), no uso das atribuições que lhe confere a Lei, INTIMA TOUR ASSISTENCE-AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA e EMERSON DA SILVA LELIS, atualmente em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência do despacho abaixo transcrito(parte):
Despacho de fls.286/290 (parte):
"1.Ante todo o exposto, intimem-se os executados da garantia parcial do juízo e da abertura do prazo legal de 30 (trinta) para interposição de embargos à execução, por EDITAL.
2.Decorrido o prazo, venham-me conclusos os autos.
Brasília, 27 de abril de 2012.
GUSTAVO CARVALHO CHEHAB Juiz(a) do Trabalho Substituto(a) em exercício na Diretoria de Apoio ao Juízo Conciliatório e Execuções Especiais".
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede deste Juízo, sito à SEPN 513, bloco B, lotes 2/3, salas 401-407, Brasília DF, CEP: 70.760-530.
Brasília-DF, 30 de abril de 2012.
Assinado pelo(a) Coordenador de Apoio ao Juízo Conciliatório e de Execuções Especiais, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.
CÉLIA LIZ DALTRO DE MIRANDA Coordenadora Substituta - CDJUC

1ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-7-68.2012.5.10.0001

Reclamante	Fabricio Pedreira Flavio
Advogado	EXPEDITO BARBOSA JÚNIOR(OAB: null)
Reclamado	Humano Tecnologia da Informacao Ltda
Advogado	RAUL CANAL(OAB: null)

"CONCLUSÃO - Isso posto, conheço e acolho os embargos, para prestar esclarecimentos, na forma da fundamentação, que, para todos os efeitos legais, passa a integrar este dispositivo.
Publique-se."

Despacho

Processo Nº RT-16-30.2012.5.10.0001

Reclamante	Carlos Adalberto Estuqui Filho
Advogado	ANTÔNIO MARQUES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	ANGELICA CRISTINA CONCEIÇÃO DUTRA(OAB: null)

"DISPOSITIVO - Ante o exposto, conheço dos embargos interpostos pelas partes e, no mérito, DOU PROVIMENTO aos declaratórios do reclamante e da reclamada para sanar omissões, contradições e erro material nos termos da fundamentação supra . Intimem-se as partes. Brasília, 20 de abril de 2012."

Despacho

Processo Nº RT-50-05.2012.5.10.0001

Reclamante	Marcio Bonfim da Silva

Advogado	NATHANRY MORAIS BALDONE(OAB: null)
Reclamado	Shopping Mell Tosa Banho e Acessorios Ltda Me (pet shop)

Intime-se o Reclamante para trazer sua CTPS para anotação, em 5 dias, sob pena de arquivamento provisório do feito.

Despacho

Processo Nº RT-88-51.2011.5.10.0001

Reclamante	Anderson Rodrigues de Siqueira
Advogado	LINCOLN DE SENA MOURA JÚNIOR(OAB: null)
Reclamado	Contagem Derivados de Petroleo Ltda
Advogado	MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA(OAB: null)

Vistos os autos.O exequente anuiu com os cálculos nos termos da petição à fl. 312. Assim, expeça-se alvará para desmembrar os depósitos às fl. 240 e 311, nos valores da planilha à fl. 304, liberando-se o crédito do exeqüente. Julgo extinta a execução nos termos do inciso I art. 794 do CPC.

Despacho

Processo Nº RT-89-02.2012.5.10.0001

Reclamante	Erisvaldo Pereira de Lima
Advogado	LEANDRO COELHO CONCEICAO(OAB: null)
Reclamado	Prosegur Brasil S/A - Transportadora de Val e Seguranca
Advogado	MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA(OAB: null)

"CONCLUSÃO - Isso posto, conheço e acolho os embargos, para prestar esclarecimentos, na forma da fundamentação, que, para todos os efeitos legais, passa a integrar este dispositivo. Publique-se."

Despacho

Processo Nº RT-98-61.2012.5.10.0001

Reclamante	Milton Teodoro de Souza
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	ANGELICA CRISTINA CONCEIÇÃO DUTRA(OAB: null)

"DISPOSITIVO - Ante o exposto, conheço dos embargos interpostos pela reclamante e, no mérito, DOU-LHES PROVIMENTO para prestar os esclarecimentos e corrigir erro material nos termos da fundamentação supra. Intimem-se as partes. Brasília, 20 de abril de 2012."

Despacho

Processo Nº RT-106-38.2012.5.10.0001

Reclamante	Marcia Aparecida dos Santos
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	ANGELICA CRISTINA CONCEIÇÃO DUTRA(OAB: null)

DESPACHO: "Vista ao reclamado, no prazo de cinco dias, para, querendo, manifestar-se sobre os Embargos de Declaração opostos. Em 27/4/2012."

Despacho

Processo Nº RT-108-08.2012.5.10.0001

Reclamante	Wanderson Oliveira Tavares
Advogado	CARLOS ANDRÉ LOPES ARAÚJO(OAB: null)
Reclamado	Companhia Brasileira de Distribuicao
Advogado	JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ(OAB: null)

Vista às partes dos EDS interpostos. Prazo sucessivo de 5 dias, a iniciar pelo reclamante.

Despacho

Processo Nº RT-120-22.2012.5.10.0001

Reclamante	Ivania Cordeiro Lima
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Danluz Industria, Comercio e Servicos Ltda
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap
Advogado	ANGELICA CRISTINA CONCEIÇÃO DUTRA(OAB: null)

Vista ao reclamante do recurso ordinário, prazo de 8 dias.

Despacho

Processo Nº RT-122-89.2012.5.10.0001

Reclamante	Valmi Oliveira da Silva
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	ANGELICA CRISTINA CONCEIÇÃO DUTRA(OAB: null)

DESPACHO: "Vista às partes dos Recursos Ordinários interpostos, no prazo sucessivo de oito dias, a começar pelo reclamante. Em 27/4/2012."

Despacho

Processo Nº RT-133-21.2012.5.10.0001

Reclamante	Roselio da Silva Sousa
Advogado	ADAILTON DA ROCHA TEIXEIRA(OAB: null)
Reclamado	Chopp Time
Reclamado	Botequeria

Vistos os autos em inspeção. Ante a certidão de fl. 25, intime-se o exequente das diligências efetuadas por este Juízo. Prazo 10 dias. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-186-02.2012.5.10.0001

Reclamante	Maria Auxiliadora Mota
Advogado	JUDSON DE ARAÚJO GURGEL(OAB: null)
Reclamado	Danluz Indústria, Comércio e Serviços Ltda
Reclamado	Companhia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap
Advogado	ANGELICA CRISTINA CONCEIÇÃO DUTRA(OAB: null)

Vista ao reclamante do recurso ordinário, prazo de 8 dias.

Despacho

Processo Nº RT-220-74.2012.5.10.0001

Reclamante	Joaquim Manoel de Morais
Advogado	MILTON LOPES MACHADO FILHO(OAB: null)
Reclamado	Fiança Serviços Gerais Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Distrito Federal
Advogado	CLÁUDIO ROCHA SANTOS(OAB: null)

Vista ao reclamante e 1ª reclamada dos embargos declaratórios, prazo sucessivo de 5 dias, a começar pelo reclamante.

Despacho

Processo Nº RT-223-29.2012.5.10.0001

Autor	Hardalla Lins Martins dos Santos

Advogado	RAQUEL OTÍLIA DE CARVALHO CHAVES(OAB: null)
Réu	Iberoamericana Consultoria e Servicos Ltda-Me
Réu	União Federal

Vista ao autor desta informação, prazo de 5 dias.

Despacho

Processo Nº RT-271-85.2012.5.10.0001

Reclamante	Maria Goretti Braga de Sousa
Advogado	DAVI RODRIGUES RIBEIRO(OAB: null)
Reclamado	AST - Assessoria em Serviços Terceirizados Ltda
Reclamado	FUB - Fundação Universidade de Brasilia

"CONCLUSÃO - Isso posto, conheço e acolho os embargos, para prestar esclarecimentos, na forma da fundamentação, que, para todos os efeitos legais, passa a integrar este dispositivo. Publique-se."

Despacho

Processo Nº RT-301-23.2012.5.10.0001

Reclamante	Eufrosina da Conceicao
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Danluz Industria, Comercio e Servicos Ltda

Vistos os autos em inspeção ordinária. Intime-se a Reclamante para trazer sua CTPS para anotação, em 5 dias, sob pena de arquivamento provisório do feito.

Despacho

Processo Nº RT-303-90.2012.5.10.0001

Reclamante	Mariza Ferreira da Silva
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Danluz Industria, Comercio e Servicos Ltda
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital
Advogado	ANGELICA CRISTINA CONCEIÇÃO DUTRA(OAB: null)

Intime-se a Reclamante para trazer sua CTPS para anotação, em 5 dias, sob pena de arquivamento provisório do feito.

Despacho

Processo Nº RT-305-60.2012.5.10.0001

Reclamante	Manasses Maciel do Monte
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Danluz Industria, Comercio e Servicos Ltda
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap
Advogado	ANGELICA CRISTINA CONCEIÇÃO DUTRA(OAB: null)

Vistos os autos em inspeção ordinária. Intime-se o Reclamante para trazer sua CTPS para anotação, em 5 dias, sob pena de arquivamento provisório do feito.

Despacho

Processo Nº RT-307-30.2012.5.10.0001

Reclamante	Joana Ribeiro Nascimento
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Danluz Industria, Comercio e Servicos Ltda
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap
Advogado	ANGELICA CRISTINA CONCEIÇÃO DUTRA(OAB: null)

Intime-se a Reclamante para trazer sua CTPS para anotação, em 5 dias, sob pena de arquivamento provisório do feito.

Despacho

Processo Nº RT-309-97.2012.5.10.0001

Reclamante	Jaqueline Sousa da Silva
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Danluz Industria, Comercio e Servicos Ltda
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap
Advogado	ANGELICA CRISTINA CONCEIÇÃO DUTRA(OAB: null)

Intime-se a Reclamante para trazer sua CTPS para anotação, em 5 dias, sob pena de arquivamento provisório do feito.

Despacho

Processo Nº RT-332-77.2011.5.10.0001

Reclamante	Claiton Silva dos Santos
Advogado	MARCIO EDUARDO CAIXETA BORGES(OAB: null)
Reclamado	Pedreira Pedra Negra Ltda
Advogado	ESTEFÂNIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS(OAB: null)

Atenda a Reclamada à promoção da Contadoria de fls. 232, devendo apresentar, no prazo de 10 dias, os contracheques de um "Operador de Painel" no período de julho/2010 a janeiro/2011, sob pena de designação de perícia às suas expensas.

Despacho

Processo Nº RT-335-95.2012.5.10.0001

Reclamante	Gilberto Coelho dos Santos
Advogado	BENEDITO SÍLVIO PALMA MASSELI(OAB: null)
Reclamado	Wm Servicos de Carga e Descarga Ltda Me
Advogado	CARLOS DOS REIS(OAB: null)
Reclamado	Grupo Pão de Açúcar
Advogado	CARLOS JOSÉ ELIAS JÚNIOR(OAB: null)

"CONCLUSÃO - Isso posto, conheço e acolho os embargos, para prestar esclarecimentos, na forma da fundamentação, que, para todos os efeitos legais, passa a integrar este dispositivo. Publique-se."

Despacho

Processo Nº RT-467-89.2011.5.10.0001

Reclamante	Daniela Ribeiro da Silva
Advogado	MAGDA FERREIRA DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Coopertran - Cooperativa dos Transportes Publicos do DF
Advogado	LUCIANE COÊLHO CARVALHO(OAB: null)

Vistos os autos em inspeção. Ante a certidão de fl. 102, intime-se a exequente das diligências efetuadas por este Juízo. Prazo 10 dias. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-493-87.2011.5.10.0001

Reclamante	Daiane Viana da Silva Lima
Advogado	CARMEM CARINA RODRIGUES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Natan Joias Ltda
Advogado	WELINGTON DE SOUZA FERREIRA(OAB: null)

Vistos os autos em inspeção. Ante a certidão de fl. 120, intime-se a exequente das diligências efetuadas por este Juízo. Prazo 10 dias. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-507-71.2011.5.10.0001

Reclamante	Jose Ronaldo Dantas
Advogado	JONAS RODRIGUES DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Casa Bahia Comercial Ltda.
Advogado	ADRIANA CORROCHANO MORI(OAB: null)

DESPACHO: "Ante o pagamento da execução, abro vista ao exequente, no prazo de cinco, para os fins do art. 884/CLT. Em 27/4/2012."

Despacho

Processo Nº RT-511-74.2012.5.10.0001

Reclamante	Andreia Penna de Lima Monteiro
Advogado	GUILHERME HENRIQUE MORAES VIEIRA DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil Sa

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 09:30,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-521-21.2012.5.10.0001

Reclamante	Tatiane Mota Santos
Advogado	ALDENEI DE SOUZA E SILVA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Ave Alimentos Ltda

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 09:40,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-525-58.2012.5.10.0001

Reclamante	Waldivan Ferreira De Carvalho
Advogado	PAULO FERNANDO DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Suelio R Oliveira
Reclamado	Brookfield Incorporações S/A

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 09:45,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-529-95.2012.5.10.0001

Reclamante	Aluisio Temperine Gois
Advogado	KLAUS STENIUS BEZERRA CAMELO DE MELO(OAB: null)
Reclamado	Servico Federal de Processamento de Dados (Serpro)

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 09:50,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-531-65.2012.5.10.0001

Reclamante	Wagner Gomes de Paula
Advogado	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Nivel Engenharia de Pisos Ltda - Me

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 09:55,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-533-35.2012.5.10.0001

Reclamante	Luiz Sergio Miranda Lopes
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 09:35,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-549-86.2012.5.10.0001

Reclamante	Hudson Lopes Novaes
Advogado	MARCELO BARBOSA COELHO(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Serviços Especializados Ltda

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 10:10,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-551-56.2012.5.10.0001

Reclamante	Julio Cesar Araujo Brito
Advogado	ONEDIR DIAS BRITO(OAB: null)
Reclamado	Fic Promotora de Vendas Ltda.
Reclamado	Banco Itaucard S.A.

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 10:15,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-557-63.2012.5.10.0001

Reclamante	Lucia de Alvarenga Brito Araujo
Advogado	GILBERTO CLAUDIO HOERLLE(OAB: null)
Reclamado	Brb - Banco de Brasilia

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 10:20,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-570-62.2012.5.10.0001

Reclamante	Francisco Lima das Chagas
Advogado	HERCÍLIO DE AZEVEDO AQUINO(OAB: null)
Reclamado	Steel Servicos Auxiliares Ltda
Reclamado	União Federal

Tendo em vista a necessidade de reordenamento de pauta, em observância ao disposto no artigo 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional e de ordem da Exma juíza do Trabalho, Débora Heringer Megiorin, retiro o feito da pauta

anteriormente designada e marco nova AUDIÊNCIA INICIAL para o dia 11/06/2012 às 13h55min, mantidas as cominações anteriores.

Despacho

Processo Nº RT-575-84.2012.5.10.0001

Reclamante	Elias de Cunha Tome
Advogado	ROGÉRIO ISAIAS ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Reclamado	Banco Central do Brasil

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 05/05/2012,às 13:57,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-577-54.2012.5.10.0001

Reclamante	Marlene Maria Arantes Gomes
Advogado	ROGÉRIO ISAIAS ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Reclamado	Banco Central do Brasil

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 05/06/2012,às 13:58,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-597-45.2012.5.10.0001

Reclamante	Ananias Ribeiro dos Santos
Advogado	MAURICIO GOMES NETO(OAB: null)
Reclamado	Monica Valeria Vladares Ferreira

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 11:20,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-599-15.2012.5.10.0001

Reclamante	Abadio Mendes Ferreira
Advogado	EDIMAR VIEIRA DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 11:25,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-607-89.2012.5.10.0001

Reclamante	Ricardo Sousa Ferreira
Advogado	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Luiz Claudio Simoes Machado

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 11:40,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-609-59.2012.5.10.0001

Reclamante	Andre Luiz Magalhaes da Costa
Advogado	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Mais Barato Comércio de Bebidas e Alimentos Ltda

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 11:45hs,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-613-96.2012.5.10.0001

Reclamante	Elias Perdomo de Jesus
Advogado	CELSO JOSE SOARES(OAB: null)
Reclamado	Fortal Servicos e Reformas Ltda Me
Reclamado	Almatep Tecnologia em Construções Ltda

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 11:50,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-615-66.2012.5.10.0001

Reclamante	Salvador Caixeta de Andrade
Advogado	ROGERIO ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 11:55,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-616-51.2012.5.10.0001

Reclamante	Eduardo Arantes Leao
Advogado	HERCÍLIO DE AZEVEDO AQUINO(OAB: null)
Reclamado	Steel Servicos Auxiliares Ltda
Reclamado	União Federal

"Vistos os autos em inspeção. A reclamante postula verbas rescisórias e demais parcelas em face da empresa Stell Serviços Auxiliares Ltda e a União Federal, com pedido liminar para o levantamento da multa do FGTS depositado, no valor de R$ 16.309,23. Não constato a verossimilhança da alegação, uma vez o referido valor já foi levantado, conforme extrato de conta vinculada às fls.37/39. Ademais, o artigo 29-B da Lei 8.036/90 estatui, verbis: "Não será cabível medida liminar em mandado de segurança, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, nem a tutela antecipada prevista nos artigos 273 e 461 do Código de Processo Civil que impliquem saque ou movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS." Inclua-se o feito na pauta de AUDIÊNCIA INAUGURAL do dia 11/06/2012, às 13:50 horas, sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT. Notifiquem-se as reclamadas, sendo a União, via PRU. Publique-se."

Despacho

Processo Nº RT-617-36.2012.5.10.0001

Reclamante	Iranilson Barbosa Aires
Advogado	SEBASTIÃO DUQUE NOGUEIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasilia Ltda

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia

24/05/2012,às 11:35,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-619-06.2012.5.10.0001

Reclamante	Cleber de Jesus do Nascimento
Advogado	SANDOVAL CURADO JAIME(OAB: null)
Reclamado	Gvx Restaurante Ltda-Me

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 09:00hs sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-621-73.2012.5.10.0001

Reclamante	Livia Goncalves Bennet
Advogado	UBIRATAN BATISTA PEDROSO(OAB: null)
Reclamado	Fundacao Brasileira de Teatro

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 09:05,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-623-43.2012.5.10.0001

Reclamante	Reginaldo Marinho de Oliveira
Advogado	EDSON TOMAZ DE AQUINO(OAB: null)
Reclamado	Joatan Mariano Felix Me

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 09:10,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-627-80.2012.5.10.0001

Reclamante	Heliane Maria Bergo
Advogado	CLEBER DOS SANTOS COSTA(OAB: null)
Reclamado	Fubrae - Centro de Ensino tecnológico de Brasília - Ceteb

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 09:15,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-629-50.2012.5.10.0001

Reclamante	Rodrigo Pereira Rodella
Advogado	PEDRO VILAS BOAS RIBEIRO(OAB: null)
Reclamado	Mackson Marques Martins Maia
Reclamado	Global Village Telecom Ltda

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 09:20,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-631-20.2012.5.10.0001

Reclamante	Diebo Jose de Carvalho Sousa
Advogado	ADELVAIR PÊGO CORDEIRO(OAB: null)
Reclamado	Egs Servicos Ltda - Me
Reclamado	Peninsula Construtora Ltda

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 09:25,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-633-87.2012.5.10.0001

Reclamante	Francisca Izildene Esmeraldo de Oliveira
Advogado	EDINA RÊGO OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal

Em observância ao disposto no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional, procedi a inclusão do feito na pauta para realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL no dia 24/05/2012,às 12:00,sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT,devendo a Secretaria notificar o reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-678-62.2010.5.10.0001

Reclamante	Luana Elide dos Reis Pinho
Advogado	ADRIANE NOBLE CORDEIRO(OAB: null)
Reclamado	Fatos e Fotos Comunicacao Ltda
Reclamado	Mauricio Carvalho de Sousa
Reclamado	Marta de Lourdes da Silva Gomes

Vistos os autos em inspeção. Ante a certidão de fl. 106, intime-se a exequente das diligências efetuadas por este Juízo. Prazo 10 dias. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-753-67.2011.5.10.0001

Reclamante	Cleidson Lopes Pereira
Advogado	PEDRO HENRIQUE MEDEIROS DE ARAUJO(OAB: null)
Reclamado	Dba Engenharia de Sistemas Ltda
Advogado	JANAINA JARDIM DE ARAUJO ALBAGLI(OAB: null)

Com a garantia da execução à fl. 227, abro vista às partes para fins do art. 884 da CLT. Prazo sucessivo de 5 dias, a iniciar pela Reclamada.

Despacho

Processo Nº RT-827-24.2011.5.10.0001

Reclamante	Henrique Trindade Abadia
Advogado	WILSON BORGES JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Life Defense Seguranca Ltda
Advogado	JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO(OAB: null)

DESPACHO: "Homologo o acordo firmado entre as partes, às fls. 144/145, para que surta seus efeitos legais e jurídicos. Custas processuais pelo reclamante, no importe de R$ 119,11, dispensadas. Desnecessária a remessa dos autos à PGF, nos termos do of. /PRF 1ª Região/ PGF/AGU nº 279/2010, uma vez que o valor do acordo é inferior ao valor de R$ 10.000,00.

Expeça-se alvará para liberar o depósito recursal à fl. 76 ao reclamante, intimando-o para recebê-lo no prazo de cinco dias.Decorrido o prazo de cinco dias do pagamento da última parcela sem manifestação do reclamante acerca do descumprimento do acordo, remetam-se os autos ao arquivo definitivo. Em 26/4/2012."

Despacho

Processo Nº RT-955-44.2011.5.10.0001

Reclamante	Oscivaldo de Jesus Lima
Advogado	ANTÔNIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Fundex Fundacoes e Recuperacao de Estruturas Ltda
Advogado	GABRIEL ALBANESE DINIZ DE ARAUJO(OAB: null)

Ante a certidão supra, expeça-se alvará para desmembrar a guia de fl. 139, nos valores da planilha de fl. 131, recolhendo as custas processuais, contribuições previdenciárias e liberando ao exequente o saldo remanescente da conta. Proceda a exclusão do executado no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, nos termos da determinação do TST (Ra nº 1470/2011). Julgo extinta a execução, nos termos do art. 794, I do CPC. Decorrido o prazo legal, ao arquivo definitivo.

Despacho

Processo Nº RT-973-65.2011.5.10.0001

Reclamante	Alessandra Pereira da Silva
Advogado	GILBERTO PRATES(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa de Profissionais Autônomos de Transporte de Samambaia - COOPATRAM
Reclamado	Brb Credito Financiamento e Investimento S A
Advogado	MARINA MIDLEJ ROCHA VELAME(OAB: null)

Vistos os autos em inspeção. Ante a certidão de fl. 224, intime-se a exequente das diligências efetuadas por este Juízo. Prazo 10 dias. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-990-04.2011.5.10.0001

Reclamante	Mauricio Almeida Gameiro
Advogado	ELY TALYULI JÚNIOR(OAB: null)
Reclamado	Dba Engenharia de Sistemas Ltda
Advogado	JANAINA JARDIM DE ARAUJO ALBAGLI(OAB: null)

DESPACHO: "Intime-se o reclamante para receber, no prazo de cinco dias, os documentos apresentados pelo reclamado. Em 27/4/2012."

Despacho

Processo Nº RT-1023-91.2011.5.10.0001

Reclamante	Helder Jorge de Araujo
Advogado	JOSÉ PEREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Interpol Administradora e Serviços Especializados Ltda

Homologo a desistência quanto à 2ª reclamada, que deverá ser excluída do polo passivo. Intime-se a 1ª reclamada da decisão dos embargos por edital.

Despacho

Processo Nº RT-1033-72.2010.5.10.0001

Reclamante	Ronaldo Pires Rodrigues
Advogado	NABIAN MARTINS DE PAIVA(OAB: null)
Reclamado	MMS-Servicos de Conservacao e Limpeza Ltda.
Advogado	GUILHERME XAVIER ALACOQUE(OAB: null)

Vistos os autos em inspeção. Ante a certidão de fl. 155, intime-se o exequente das diligências efetuadas por este Juízo. Prazo 10 dias. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-1053-63.2010.5.10.0001

Reclamante	Gustavo Cruz de Sousa Junior
Advogado	ERYKA FARIAS DE NEGRI(OAB: null)
Reclamado	Associação Educativa do Brasil - Soebras (Faculdades Integradas Unicesp)
Advogado	RICARDO NOGUEIRA DUARTE(OAB: null)

Receba o reclamante o alvará para saque do fgts, em 5 dias.

Despacho

Processo Nº RT-1145-41.2010.5.10.0001

Reclamante	Ailton Oliveira Fernandes
Advogado	NEDER ALVES DAS NEVES(OAB: null)
Reclamado	Restaurante Encontro do Sabor Ltda - EPP
Reclamado	Jaconias Carvalho Moreira
Advogado	JEAN CLEBER GARCIA FARIAS(OAB: null)
Reclamado	Marcelo Godoi de Souza
Reclamado	Giselle Carvalho Buani
Advogado	MARCILLO MAGALHÃES MONTEIRO(OAB: null)

DESPACHO:"J. Defiro a vista dos autos requerida pelo 2º executado pelo prazo de cinco dias."

Despacho

Processo Nº RT-1167-65.2011.5.10.0001

Reclamante	Nubia Fernandes Vieira
Advogado	GILBERTO CLAUDIO HOERLLE(OAB: null)
Reclamado	CP Promotora de Vendas S.A.
Advogado	JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO(OAB: null)
Reclamado	BV Financeira S.A. Credito Financiamento e Investimento
Advogado	JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO(OAB: null)

Indefiro o pedido da Reclamada de designação de audiência de conciliação, uma vez que os autos não se encontram neste Juízo.

Despacho

Processo Nº RT-1203-10.2011.5.10.0001

Reclamante	Pedro Ivo Sa Martins
Advogado	PAULO CESAR FARIAS VIEIRA(OAB: null)
Reclamado	Matisse Comunicacao de Marketing Ltda
Advogado	FLAVIO LUCAS DE MENEZES SILVA(OAB: null)

DESPACHO: "A diligência requerida já fora realizada. Vista ao exequente da certidão do Sr. oficial de Justiça à fl. 117, pelo prazo de cinco dias. Em 27/4/2012."

Despacho

Processo Nº RT-1241-56.2010.5.10.0001

Reclamante	Francisco Domingos da Silva
Advogado	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Rolando Jose de Sousa
Reclamado	Rolando Jose de Sousa

Vistos os autos em inspeção. Ante a certidão de fl. 112, intime-se o exequente das diligências efetuadas por este Juízo. Prazo 10 dias. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-1252-51.2011.5.10.0001

Reclamante	Mariane Candido de Oliveira Santos
Advogado	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)

Reclamado	Havana Distribuidora de Bebidas e Mercado Ltda (Nome fantasia Supermercado Pague Menos)

Intime-se a reclamante para apresentar a CTPS, a fim de ser anotada, prazo de 5 dias.

Despacho

Processo Nº RT-1253-36.2011.5.10.0001

Reclamante	Pedro Kleiber de Bezerril Beltrao
Advogado	PEDRO KLEIBER DE BEZERRIL BELTRAO JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Instituto Euro Americano de Educacao Ciencia Tecnologia
Advogado	LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO(OAB: null)

Intime-se o Reclamante para entregar, no prazo de 5 dias, sua CTPS para anotação de baixa.

Despacho

Processo Nº RT-1255-06.2011.5.10.0001

Reclamante	Camila Nunes Batista
Advogado	JULIANA DA CRUZ ROCHA(OAB: null)
Reclamado	PH Empreendimentos Ltda
Advogado	THIAGO LEMOS MENDES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Paulo Henrique Ribeiro Borges
Reclamado	Alice Benedita Ribeiro Borges

Intime-se a exequente para informar o correto endereço para citação do 2º executado.

Despacho

Processo Nº RT-1301-92.2011.5.10.0001

Reclamante	Joseli Gava Reali
Advogado	JOSÉ IDEMAR RIBEIRO(OAB: null)
Reclamado	Instituto Euro Americano de Educacao Ciencia Tecnologia - Uniero
Advogado	LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO(OAB: null)

"CONCLUSÃO - Isso posto, conheço e acolho os embargos, para prestar esclarecimentos, na forma da fundamentação, que, para todos os efeitos legais, passa a integrar este dispositivo. Publique-se. Brasília/DF, 2 de maio de 2012."

Despacho

Processo Nº RT-1330-45.2011.5.10.0001

Reclamante	Fabio Amaro da Silva
Advogado	ANDRÉ SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa Mista de Trab e Prod do Instit Castro Alves
Advogado	LEANDRO ARTIAGA E VIEIRA(OAB: null)

Vistos. Indefiro o 3º pedido à fl. 60, intime-se o exequente das diligências efetuadas por este Juízo. Prazo 10 dias. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-1447-70.2010.5.10.0001

Reclamante	Anderson Batista de Melo
Advogado	SILVANETE CANDIDA SENA(OAB: null)
Reclamado	Pearson Sistemas do Brasil S/A
Advogado	BRASIL DO PINHAL PEREIRA SALOMAO(OAB: null)
Reclamado	Instituto Dinatos Ltda
Advogado	AIRES VIGO(OAB: null)

Vistos os autos em inspeção. Ante a certidão de fl. 446, intime-se o exequente das diligências efetuadas por este Juízo. Prazo 10 dias. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-1525-30.2011.5.10.0001

Reclamante	Samuel de Oliveira Borges
Advogado	MARCONE OLIVEIRA PORTO(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda
Reclamado	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuaria
Advogado	JANAÍNA MARCON BARBOSA LEMOS DOS SANTOS(OAB: null)

Vista ao Reclamante do RO interposto pela Reclamada. Prazo de 8 dias.

Despacho

Processo Nº RT-1642-55.2010.5.10.0001

Reclamante	Joao Artur Ramos Cardoso
Advogado	JOSE EYMARD LOGUERCIO(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	PAULO AFONSO DE SOUZA(OAB: null)

Os reflexos foram deferidos na forma requerida na inicial (fl.546). Intime-se o exequente para ajustar a conta embargada aos termos das alíneas 'b' e 'c' dos embargos de fl.820, conforme esclarecimentos da SECAL (fls.855/856), no prazo de 10 (dez) dias.

Despacho

Processo Nº RT-1657-87.2011.5.10.0001

Reclamante	Rubens Gomes da Silva
Advogado	ROSALINA GONÇALVES PEREIRA(OAB: null)
Reclamado	Vipasa-Vigilancia Patrimonial Armada Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

Vistos os autos em inspeção. Ante a certidão de fl. 96, intime-se o exequente das diligências efetuadas por este Juízo. Prazo 10 dias. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-1659-57.2011.5.10.0001

Reclamante	Marcos Antonio do Nascimento Costa
Advogado	GUSTAVO HENRIQUE MARINHO(OAB: null)
Reclamado	Comal Combustiveis Automotivos Ltda
Advogado	MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA(OAB: null)

Homologo os cálculos de fls. 32/36, e fixo a execução em R$ 2.226,61, com atualização até 30/04/12, ressalvadas posteriores atualizações. Intime-se a Executada para fins de pagamento, no prazo 05 (cinco) dias, sob pena de penhora.

Despacho

Processo Nº RT-1841-43.2011.5.10.0001

Reclamante	Adao Jose Carneiro dos Santos
Advogado	JOSE ALDEMIR BORGES DE MATOS(OAB: null)
Reclamado	Pinturas Jato Ltda Me
Advogado	CHRYSTIAN JUNQUEIRA ROSSATO(OAB: null)
Reclamado	Grupo Ok Construçoes e Incorporaçoes S/A
Advogado	MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA(OAB: null)

"CONCLUSÃO - Isso posto, conheço e acolho os embargos, para novamente prestar esclarecimentos, na forma da fundamentação, que, para todos os efeitos legais, passa a integrar este dispositivo. Publique-se."

Despacho

Processo Nº RT-1892-54.2011.5.10.0001

Reclamante	Thais Regina de Abreu

Advogado	MAURO DA MOTTA AGUIAR(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	ELISA ALENCAR MENEZES DE LIMA(OAB: null)

"CONCLUSÃO - Isso posto, conheço e acolho os embargos, para prestar esclarecimentos, na forma da fundamentação, que, para todos os efeitos legais, passa a integrar este dispositivo. Publique-se."

Despacho

Processo Nº RT-1901-16.2011.5.10.0001

Reclamante	Cristiano Cruz de Lima
Advogado	JOSÉ ALBERTO QUEIROZ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Transbrasiliana Transportes e Turismo Ltda.
Advogado	IGOR LOPES CARVALHO(OAB: null)

"CONCLUSÃO - Isso posto, conheço e acolho os embargos, para eliminar omissão no julgado, na forma da fundamentação, que, para todos os efeitos legais, passa a integrar este dispositivo. Publique-se."

Despacho

Processo Nº RT-1903-83.2011.5.10.0001

Reclamante	Jose Hamilton Vargas de Castro
Advogado	MARIA DE FÁTIMA MENDONÇA DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	MARIA TERESA BARBOSA CAMPELO DE MELO(OAB: null)

"CONCLUSÃO - Isso posto, conheço e acolho os embargos declaratórios, para prestar esclarecimentos e eliminar omissões, nos termos da fundamentação, que, para os efeitos legais, passa a fazer parte integrante do dispositivo. Publique-se."

Despacho

Processo Nº RT-1956-64.2011.5.10.0001

Reclamante	Ismailde Fernandes de Almeida
Advogado	LEANDRO OLIVEIRA ALVES(OAB: null)
Reclamado	Condominio do Bloco D da Sqn 303
Advogado	DELZIO JOÃO DE OLIVEIRA JUNIOR(OAB: null)

Vista à Reclamada do RO interposto pela Reclamante. Prazo de 8 dias.

Despacho

Processo Nº RT-1981-77.2011.5.10.0001

Reclamante	Aldenor Ferreira Galvao
Advogado	JULIANA VALADARES VERSIANI MARTINEZ(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Fianca Empresa de Seguranca Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Vipasa-Vigilancia Patrimonial Armada Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

Vistos os autos em inspeção. Ante a certidão de fl. 75, intime-se o exequente das diligências efetuadas por este Juízo. Prazo 10 dias. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-1997-31.2011.5.10.0001

Reclamante	Daniel Pereira Ramos
Advogado	JACKELINE GUIMARÃES SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Vestcon Editora Ltda
Advogado	EURIPEDES DE ARAUJO MENDES JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Asa Sul Treinamentos Cursos e Concursos Ltda (socios: Genivaldo Pereira Salgado e Idair Pereira Salgado Fraga
Reclamado	Idair Pereira Salgado Fraga
Reclamado	Genivaldo Pereira Salgado

Vista aos Reclamados do RO interposto, por 8 dias.

Despacho

Processo Nº RT-2104-75.2011.5.10.0001

Reclamante	Dinah Almeida Cavalcante
Advogado	GUILHERME HENRIQUE MORAES VIEIRA DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	VICENTE CARDOSO DE FIGUEIREDO(OAB: null)

Vista à reclamante dos embargos declaratórios, prazo de 5 dias.

Despacho

Processo Nº RT-2115-07.2011.5.10.0001

Reclamante	Marcela Camara Roriz
Advogado	DINORÁ CARNEIRO(OAB: null)
Reclamado	DF Veiculos Ltda(np rep.legal)
Advogado	ALCESTE VILELA JÚNIOR(OAB: null)

"CONCLUSÃO - Isso posto, conheço e acolho os embargos, para prestar esclarecimentos, na forma da fundamentação, que, para todos os efeitos legais, passa a integrar este dispositivo. Publique-se. Brasília/DF, 2 de maio de 2012."

Despacho

Processo Nº RT-2131-58.2011.5.10.0001

Reclamante	Deusdedite Santana
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Servicos Ambientais S.A.
Advogado	MICHAEL LUSTOSA ELVAS RORIZ DE FARIAS(OAB: null)

"CONCLUSÃO - Isso posto, conheço e acolho os embargos, para prestar esclarecimento, na forma da fundamentação, que, para todos os efeitos legais, passa a integrar este dispositivo. Publique-se."

Despacho

Processo Nº RT-2134-13.2011.5.10.0001

Reclamante	Odercio Raposo Picerni
Advogado	ELIZABETH TOSTES PEIXOTO(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil Sa
Advogado	VICENTE CARDOSO DE FIGUEIREDO(OAB: null)

DESPACHO: "Vista às partes para querendo, manifestarem-se sobre os Embargos de Declaração opostos, no prazo sucessivo de cinco dias, a começar pelo reclamante. Em 27/4/2012."

Despacho

Processo Nº RT-2158-41.2011.5.10.0001

Reclamante	Rubens Dias Rosa
Advogado	WELLINGTON MENDONÇA DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A
Advogado	CARLOS ALBERTO BEZERRA(OAB: null)

Vista às partes dos embargos declaratórios, prazo sucessivo de cinco dias, a começar pelo reclamante.

Despacho

Processo Nº RT-4600-19.2007.5.10.0001

Processo Nº RT-46/2007-001-10-00.5

Reclamante	Delmar Nicolau Schmidt
Advogado	MAURÍCIO PEREIRA GOMES(OAB: null)
Reclamado	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	GIOVANNI SIMÃO DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
Advogado	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: null)

Vista aos executados dos embargos declaratórios do exequente, no prazo sucessivo de cinco dias, a começar pelo primeiro.

Despacho

Processo Nº RT-20800-53.1997.5.10.0001

Processo Nº RT-208/1997-001-10-00.2

Reclamante	ADAILTON PEREIRA BONFIM
Advogado	PAULO AYRTON CAMPOS(OAB: null)
Reclamado	RESTAURANTE E LANCHONETE RONALD LTDA
Advogado	JUSCELINO JOSE DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Marta Helena Ferreira
Reclamado	Terezinha Maria do Nascimento

Vistos os autos em inspeção. Ante a certidão de fl. 388, intime-se 0 exequente das diligências efetuadas por este Juízo. Prazo 10 dias. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-46100-46.1999.5.10.0001

Processo Nº RT-461/1999-001-10-00.8

Reclamante	FRANCISCO SOARES DOS SANTOS
Advogado	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Hml Decoracoes Reformas Pinturas e Servic Em Geral Ltda
Advogado	JACIARA VALADARES(OAB: null)
Reclamado	TV GLOBO (REDE GLOBO)
Advogado	JACIARA VALADARES(OAB: null)
Reclamado	Carlos Tadeu Castro Gomes
Reclamado	ANTONIO HUMBERTO MEDEIROS LEMOS - ESPOLIO DE (INVENTARIANTE: HUMBERTO MENANDRO PIERASSOL LEMOS)

O processo não está arquivado e o exequente já foi intimado à fl.472 para impulsionar a execução e nada requereu. Aguarde-se por mais 30 dias. Decorrido o prazo sem manifestação, ao arquivo provisório.

Despacho

Processo Nº RT-58600-66.2007.5.10.0001

Processo Nº RT-586/2007-001-10-00.9

Reclamante	Wanderlan Coelho Ribeiro
Advogado	LUCIANO PEDRO AREAL(OAB: null)
Reclamado	Lajes Lago Ltda. ME
Advogado	FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE(OAB: null)
Reclamado	Márcia Alvarez Lemos
Advogado	ALESSANDRO FREITAS DA ROCHA(OAB: null)

Com a garantia da execução, expeça-se autorização judicial para o Banco do Brasil, para recolher o saldo atualizado da conta nº 700129389913, a título de INSS reclamado + SAT, zerando-se a conta. Ato contínuo, expeça-se autorização judicial à CEF, para utilizando-se os saldos atualizados às 151/152, recolher o valor de R$ 143,78 a título de INSS reclamado + SAT, R$ 118,64 a título de custas processuais, R$ 379,69 ao INSS terceiros, e o saldo remanescente a título de INSS Reclamante. Julgo extinta a execução, nos termos do inciso I do art. 794 do CPC. Com a comprovação da movimentação, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.

Despacho

Processo Nº RT-76400-15.2004.5.10.0001

Processo Nº RT-764/2004-001-10-00.9

Reclamante	Salvaneide da Silva Carvalho
Advogado	ÁUREA FELICIANA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Pc Planet Informatica Ltda.
Reclamado	Davi Dortas Faro
Reclamado	Alexandre Cabral Mendonca

Vista ao Exequente das diligências efetuadas por este Juízo, devendo indicar meios de prosseguimento da execução, em 30 dias.

Despacho

Processo Nº RT-97900-64.2009.5.10.0001

Processo Nº RT-979/2009-001-10-00.4

Consignante	Brasfort Empresa de Segurança Ltda.
Advogado	MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA(OAB: null)
Consignado	Erizone Alves de Souza
Advogado	GERCILENIO MENEZES DE SOUZA(OAB: null)

Vistos os autos em inspeção ordinária.Intime-se a consignante/executada para receber a guia de fl. 444, referente ao saldo remanescente, em 5 dias.

Despacho

Processo Nº RT-106800-36.2009.5.10.0001

Processo Nº RT-1068/2009-001-10-00.4

Reclamante	Luzia Mara Mataveli de Araujo
Advogado	ROGÉRIO FERREIRA BORGES(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	TAÍSE MACHADO MELO(OAB: null)
Reclamado	Caixa de Previdencia dos Funcs do Banco do Brasil - previ
Advogado	MARCOS VINÍCIUS BARROS OTTONI(OAB: null)

Homologo os cálculos de atualização às fls. 756/757. Em 19/04/2012 fiz a remessa de ofício eletrônico ao BACEN, na forma da lei. Em 24/04/12, ao consultar o Sistema BACEN, este juízo verificou que não houve resposta positiva, conforme fl. 758/v. Em 24/04/2012 fiz a remessa de ofício eletrônico ao BACEN, na forma da lei. Nesta data, determinei a transferência do valor bloqueado junto ao Banco BTG Pactual, no importe de R$ 188.478,80, e o desbloqueio do valor de R$ 59.929,19, bloqueado junto ao Banco do Brasil.Dou, assim, o juízo por garantido. Incluam-se os Executados no BNDT, nos termos da determinação do C. TST (RA nº 1470/2011). Vista às partes dos cálculos, para fins do art. 884 da CLT, pelo prazo sucessivo de 5 dias, iniciando pelo 1º Executado(BB) em 07/05/12, para o 2º executado (PREVI) em 14/05/12 e para o exequente em 21/05/12.

Despacho

Processo Nº RT-107000-19.2004.5.10.0001

Processo Nº RT-1070/2004-001-10-00.9

Reclamante	WESLEN COSTA DA SILVA
Advogado	ANTÔNIO VALE LEITE(OAB: null)
Reclamado	Massa Falida de VASP Viação Aérea São Paulo S.A. (administrador judicial: Dr. Alexandre Tajra)
Advogado	IVAN CLEMENTINO(OAB: null)

Reclamado	Expresso Brasília Ltda.
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)
Reclamado	Hotel Nacional S.A.
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)
Reclamado	Transportadora Wadel Ltda.
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)
Reclamado	Lotaxi Transportes Urbanos Ltda
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)

Vistos os autos em inspeção. Ante as certidões de fls. 642 e 644, intime-se o exequente das diligências efetuadas por este Juízo. Prazo 10 dias. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-171800-80.2009.5.10.0001

Processo Nº RT-1718/2009-001-10-00.1

Reclamante	Angela Correa da Silva Melo
Advogado	GERCILENIO MENEZES DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Instituto de Educacao e Cultura Heloisa Marinho Ltda
Advogado	FREDERICO ALISSON PERES(OAB: null)
Reclamado	Julyana Nogueira Firme
Reclamado	Leonardo Vidal de Oliveira

Com a garantia da execução, abro vista dos cálculos ao exequente e Executado Leonardo Vidal de Oliveira, para fins do art. 884 da CLT. Prazo de 5 dias.

Despacho

Processo Nº RT-220900-04.2009.5.10.0001

Processo Nº RT-2209/2009-001-10-00.6

Reclamante	Laudimiro Alves Pereira
Advogado	DENISE APARECIDA RODRIGUES P DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Empresa Brasielira de Pesquisa Agropecuaroa - Embrapa Cerrados
Advogado	KÁTIA REALE DA MOTA(OAB: null)

Intime-se a reclamada para receber o alvará do depósito recursal, prazo de 5 dias.

2ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-28-41.2012.5.10.0002

Reclamante	Diego da Conceicao dos Santos
Advogado	ALEXANDRE FERREIRA DE CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	House Service Servicos Gerais Ltda
Advogado	LUIZ PAULO FERREIRA(OAB: null)

Vistos. Entregue a CTPS, intime-se o reclamante para recebimento no prazo de 05 dias.
Cumpridas as determinações supra, encaminhem-se os autos à Contadoria para liquidação do julgado.Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-61-31.2012.5.10.0002

Reclamante	Brb Banco de Brasilia Sa
Advogado	LEONARDO JORGE QUEIROZ GONCALVES(OAB: null)
Reclamado	Luciana Silva Santos
Advogado	JOSE EYMARD LOGUERCIO(OAB: null)

Intime-se a reclamada para contrarrazões ao Recurso Ordinário interposto pela reclamante, no prazo de 08 dias.

Despacho

Processo Nº RT-81-22.2012.5.10.0002

Reclamante	João Soares Neto
Advogado	VITAL DA COSTA GUIMARÃES NETO(OAB: null)
Reclamado	Arezza RH Ltda.
Advogado	FERNANDO CELLA(OAB: null)
Reclamado	ETEC Empreendimentos Técnicos Engenharia e Comércio S/A
Advogado	LÉO ROCHA MIRANDA(OAB: null)

Intime-se as reclamadas para vista e manifestação acerca da petição de fls. 90, no prazo de 10 dias.

Despacho

Processo Nº RT-135-85.2012.5.10.0002

Reclamante	Gilvan de Barros Pinange Junior
Advogado	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Vise Vigilância e Segurança Ltda.

Processo 00135-2012-002-10-00-5 CERTIDÃO
Nesta data, faço conclusos os presentes autos à Exmª. Srª. Juíza do Trabalho,
Drª. ADRIANA ZVEITER
Brasília, 02 de maio de 2012.
Elenir Lopes de Alencar
Secretária de Audiência CONCLUSÃO Vistos, etc...O advogado do reclamante informou em audiência que o autor havia recebido a quantia aproximada de R$ 5.000,00 pela tomadora de serviços, a título de verbas rescisórias, requerendo a compensação. Por um lapso não constou da ata tal informação, razão pela qual determino a intimação do reclamante para que informe o valor exato da quantia recebida para fins de compensação, no prazo de 48 horas. Publique-se. Data supra.ADRIANA ZVEITER Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-184-29.2012.5.10.0002

Consignante	Luzia Maria da Costa Epp - PAMONHÃO KALU
Advogado	DANILO BERNARDES RABELO(OAB: null)
Consignado	Max Deneo Rodrigues dos Santos

Retire-se o feito da pauta de inaugurais do dia 03.05.2012 às 14h40min.Tendo em vista a manifestação do consignante, expeça-se nova notificação do consignado, desta feita por VIA POSTAL, cientificando-o que a sua ausência importará na declaração de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT).Designo nova audiência inicial para o dia 05.06.2012 às 14h15min.Intime-se o consignante para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento do feito, nos termos do art. 844 da CLT.Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-257-98.2012.5.10.0002

Reclamante	Renato Cesar de Godoi Pinto
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan
Advogado	SANDRA MARIA M F MELO(OAB: null)

Vistos.
Ante o supra certificado, nos termos do art.23, IV do PGC do TRT 10ª Região, remeto à intimação do reclamado para Contra Razões no prazo de 08 (oito) dias ao Recurso Ordinário interposto pela(s)

reclamante(s).

Despacho

Processo Nº RT-291-73.2012.5.10.0002

Reclamante	Sebastiao Goncalves de Oliveira
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan
Advogado	ROBERTA MARIA MIRANDA MOREIRA DE CARVALHO(OAB: null)

Intime-se a reclamada para contrarrazões ao Recurso Ordinário interposto pela reclamante, no prazo de 08 dias.

Despacho

Processo Nº RT-301-20.2012.5.10.0002

Reclamante	Maria de Fatima Ribeiro Silva
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan
Advogado	TITUS LIVIUS DE PAULA SENNA(OAB: null)

Intime-se a reclamada para contrarrazões ao Recurso Ordinário interposto pela reclamante, no prazo de 08 dias.

Despacho

Processo Nº RT-302-05.2012.5.10.0002

Reclamante	Simone Carneiro da Cruz
Advogado	GREGÓRIO DE SOUZA RABÊLO NETO(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Reclamado	Fianca Empresa de Seguranca Ltda
Reclamado	Christianno Transportes e Servicos Ltda
Reclamado	Governo do Distrito Federal

Reitera a reclamante, por meio da petição de fls. 52/53, o requerimento de liberação do FGTS, ao argumento de que foi demitida sem justa causa 06.01.2012, sem receber, até o momento, as verbas rescisórias.Pois bem.Considerando que a dificuldade econômica enfrentada pelas empresas reclamadas é fato público e notório, bem como a existência neste juízo de uma quantidade enorme de processos em face das rés, defiro o pedido de liberação do FGTS. Expeça-se ALVARÁ em nome da reclamante, eis que o artigo 20 da Lei 8.036/1990 veda o saque por meio de procurador.Mantenho a audiência inaugural para o dia 22.05.2012 às 13h30min.Publique-se para ciência da reclamante.

Despacho

Processo Nº RT-331-55.2012.5.10.0002

Reclamante	Francisco de Assis Oliveira
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan
Advogado	TITUS LIVIUS DE PAULA SENNA(OAB: null)

Intime-se a reclamada para contrarrazões ao Recurso Ordinário interposto pela reclamante, no prazo de 08 dias.

Despacho

Processo Nº RT-335-63.2010.5.10.0002

Reclamante	Ivania Stroligo Mundim
Advogado	ADELVAIR PEGO CORDEIRO(OAB: null)
Reclamado	Vanilla Perfumaria Ltda (O Boticario)
Advogado	ALMIRO CARDOSO FARIAS JÚNIOR(OAB: null)
Reclamado	Mystic Perfumaria Ltda - ME
Advogado	ALMIRO CARDOSO FARIAS JÚNIOR(OAB: null)

Trata-se de reclamação trabalhista julgada improcedente, com trânsito em julgado, pela qual se instaurou execução trabalhista em desfavor da reclamante para cobrança de multa de litigância de má-fé, cujo valor era de R$ 1.549,84, atualizado até o dia 31/08/2011, momento em que foi expedido mandado de penhora e avaliação de uma aliança de brilhante, tendo a executada informado ao sr. Oficial de justiça que desistiu de oferecer o bem à penhora, alegando que entraria em contato com o Juízo para "negociar" o pagamento da dívida.

Após, diversos procedimentos executórios utilizados em desfavor da reclamante/executada, a autora peticionou às fls. 494 pugnando pelo parcelamento do débito a seu cargo, tendo este Juízo deferido o pagamento da quantia de R$ 100,00 mensais até a quitação integral do débito exequendo, a serem pagos diretamente no Banco do Brasil ou CEF, em conta judicial vinculada aos presentes autos.

A executada efetuou o pagamento na conta judicial nº 500114121409, junto ao Banco do Brasil, a quantia de R$ 100,00, no dia 12/09/2011 e R$ 100,00, no dia 16/11/2011.

Por meio da petição de fl. 503, noticiou que, por motivo de problemas de saúde, não conseguiu efetuar o pagamento das parcelas do mês de dezembro e janeiro, aduzindo que rotomaria aos pagamentos no mês de fevereiro de 2012. Informou ainda que recebe uma pensão de R$ 214,00 por mês do Ministério da Defesa, Marinha do Brasil.

Dado vista à parte contrária, as exequentes peticionaram à fl. 322 noticiando que não concordam com o pedido feito pela executada, aduzindo que a executada encontra-se andando com carro novo e que ofereceu R$ 5.000,00 para uma testemunha depor em seu favor. Pugnou pela aplicação da multa de 100% sobre cada parcela inadimplida.

Pois bem.

Analisando detidamente os autos, não se trata de acordo judicial descumprido, mas sim de uma autorização judicial conferida à executada de forma a possibilitar o pagamento da execução, tendo em vista que provou não possuir outras rendas, pois possui limitada capacidade financeira (pensão de R$ 214,00 junto a Marinha do Brasil), bem como de estar passando dificuldades em sua saúde, sendo descabida a aplicação de qualquer multa por descumprimento de acordo, que nunca existiu.

Desta forma, determino o prosseguimento da execução, até a garantia do Juízo.

Atualizem-se os cálculos e proceda-se o BACENJUD em contas da executada.

Despacho

Processo Nº RT-438-02.2012.5.10.0002

Reclamante	Ananias Francisco de Santana
Advogado	RITA DE CASSIA DA COSTA KANEKO(OAB: null)
Reclamado	Servi Seguranca e Vigilancia de Instalacoes Ltda
Advogado	DIEGO SILVA CAMILO(OAB: null)

Em obediência à decisão proferida no Mandado de Segurança de nº TRT-0000300-41.2012.5.10.0000-MS e considerando que os bloqueios anteriormente efetuados junto ao BACEN e METRO já foram depositados em conta judicial, libere-se, COM URGÊNCIA, à reclamada Servi Segurança e Vigilância de Instalações LTDA, todo o valor existente nas contas judiciais indicadas às fls. 152 e 627.Publique-se para ciência das partes.

Despacho

Processo Nº RT-544-95.2011.5.10.0002

Reclamante	Tania Regina Nascimento dos Santos Alves
Advogado	LUÍS ANTÔNIO CASTAGNA MAIA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal - Cef
Advogado	FELIPE DE VASCONCELOS SOARES MONTENEGRO MATTOS(OAB: null)

Em 24 de abril de 2012, na sala de sessões da MM. 2ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF, sob a direção da Exmo(a). Juíza Odélia França Noleto, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 15h24min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a). Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.

Ausente o(a) reclamante e seu advogado.

Ausente o(a) reclamado(a) e seu advogado.

Manuseando o feito verifico que a perita que irá realizar o laudo técnico foi devidamente intimada, fls. 901.

Assim, adia-se a audiência de encerramento de instrução para a data de 24/07/2012, às 14h40min.

Facultado o comparecimento das partes.

Intimem-se as partes, via DEJT.

Audiência encerrada às 15h26min.

Nada mais.

Odélia França Noleto Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-622-55.2012.5.10.0002

Reclamante	Marcia Regina Luiza da Cunha Torres dos Santos
Advogado	CLAUDIO BARBOSA DE MORAES(OAB: null)
Reclamado	Across Comercio e Prestacao de Servicos em Telecomunicacoes Ltda.
Reclamado	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ante o supra certificado, torno sem efeito a publicação divulgada em 10.04.2012, determinando nova intimação da reclamante para ciência da audiência inaugural designada.

Vistos etc.

Satisfeitos os pressupostos necessários, determino que seja observado o PROCEDIMENTO ORDINÁRIO para a solução do presente litígio.

Inclua-se o feito na pauta de audiência do dia 29/05/2012 às 13:20 horas, quando as partes deverão comparecer, sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Os Reclamados poderão, querendo, apresentar defesa (artigo 846 da CLT), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da CLT), podendo se fazer representar por preposto, na forma do art. 843, § 1º, da CLT).

AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA

Notifiquem-se os reclamados,sendo o primeiro por VIA POSTAL e o segundo por REMESSA, enviando-lhes cópia da inicial.

Intime-se o (a) reclamante, por seu procurador.

Em cumprimento ao Provimento n.º 05/2003, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, o (a) Reclamante deverá informar, por escrito, na primeira audiência, o número de sua CTPS, RG, CPF e PIS. Os reclamados deverão informar, na defesa, o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

Data supra.

Despacho

Processo Nº RT-654-60.2012.5.10.0002

Reclamante	Marineide de Carvalho Freitas
Advogado	MARIA DE LOURDES MONTEIRO DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda

Inclua-se o feito na pauta de julgamento do dia 20/04/2012 às 17h31min.Trata-se de reclamação trabalhista proposta por JAMIS SILVA CRUZ em face de MARIA DAS DORES ALVES DE SOUZA objetivando a condenação desta ao pagamento das verbas decorrentes da ruptura injustificada do contrato de trabalho mantido. Deu à causa o valor de R$ 12.961,77 (doze mil, novecentos e sessenta e um reais e setenta e sete centavos).Insere-se a presente demanda trabalhista no Rito Sumaríssimo, tendo em vista o valor da causa e a natureza das parcelas.Nesse procedimento, é imperativo que o reclamante indique com precisão, o endereço da reclamada, conforme exigência do art.852-B-II, da CLT.No presente caso, o endereço da reclamada, fornecido pelo reclamante, está incorreto, conforme SEED de fl. 27v.Ressalte-se que por se tratar de rito sumaríssimo não é possível conceder a possibilidade de emenda à exordial para indicação do correto endereço.Diante disso, com fulcro no art. 852 - "B" da CLT, determino o arquivamento da presente Ação Reclamatória.Custas pelo reclamante, no importe de R$ 259,24 (duzentos e cinquenta e nove reais e vinte e quatro centavos), calculadas sobre R$ 12.961,77 (doze mil, novecentos e sessenta e um reais e setenta e sete centavos), valor atribuído à causa e de cujo o pagamento fica dispensado, conforme permissivo legal.Decorrido o prazo recursal, defere-se ao reclamante o desentranhamento dos documentos juntados com a inicial, sendo a procuração e a declaração de hipossuficiência financeira, mediante traslado.Retire-se o feito da pauta de audiências inaugurais do dia 27.04.2012 às 17h00min.Intime-se o reclamante.

Despacho

Processo Nº RT-676-21.2012.5.10.0002

Reclamante	Joaquim Monteiro dos Santos
Advogado	ROBSON FREITAS MELO(OAB: null)
Reclamado	Condominio do Bloco D da SQN 304

Vistos etc.

Satisfeitos os pressupostos necessários, determino que seja observado o PROCEDIMENTO ORDINÁRIO para a solução do presente litígio.

Inclua-se o feito na pauta de audiência do dia 31/05/2012 às 16:29 horas, quando as partes deverão comparecer, sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Os Reclamados poderão, querendo, apresentar defesa (artigo 846 da CLT), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da CLT), podendo se fazer representar por preposto, na forma do art. 843, § 1º, da CLT).

A AUDIÊNCIA SERÁ UNA (art. 852, "C", da CLT), e que elas deverão, na oportunidade, produzir as provas que julgarem necessárias.

Notifiquem-se os reclamados, por VIA POSTAL, enviando-lhes cópia da inicial.

Intime-se o (a) reclamante, por seu procurador.

As testemunhas deverão ser trazidas espontaneamente ou arroladas no prazo de 05(cinco)dias, antes da audiência, sob pena de preclusão. Em cumprimento ao Provimento n.º 05/2003, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, o (a) Reclamante deverá informar, por escrito, na primeira audiência, o número de sua CTPS, RG, CPF e PIS. Os reclamados deverão informar, na defesa, o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

Data supra.

Despacho

Processo Nº RT-678-88.2012.5.10.0002

Reclamante	Cassio Silva Ferreira
Advogado	ANA LUCIA AMARAL QUEIROZ(OAB: null)
Reclamado	Brf - Brasil Foods S.A.

Inclua-se o feito na pauta de julgamento do dia 30/04/2012 às 17h03min.Trata-se de reclamação trabalhista proposta por CASSIO SILVA FERREIRA em face de BRF-BRASIL FOODS S.A. objetivando a condenação desta ao pagamento das verbas decorrentes da ruptura injustificada do contrato de trabalho mantido. Deu à causa o valor de R$ 20.265,00 (Vinte mil, duzentos e sessenta e cinco reais).Insere-se a presente demanda trabalhista no Rito Sumaríssimo, tendo em vista o valor da causa e a natureza das parcelas.Nesse procedimento, é imperativo que o reclamante indique com precisão, o endereço da reclamada, conforme exigência do art.852-B-II, da CLT.No presente caso, o endereço da reclamada, fornecido pelo reclamante, está incorreto, conforme SEED de fl. 14v.Ressalte-se que por se tratar de rito sumaríssimo não é possível conceder a possibilidade de emenda à exordial para indicação do correto endereço.Diante disso, com fulcro no art. 852 - "B" da CLT, determino o arquivamento da presente Ação Reclamatória.Custas pelo reclamante, no importe de R$ 405,30 (quatrocentos e cinco reais e trinta centavos), calculadas sobre R$ 20.265,00 (Vinte mil, duzentos e sessenta e cinco reais), valor atribuído à causa e de cujo o pagamento fica dispensada, conforme permissivo legal.Decorrido o prazo recursal, defere-se ao reclamante o desentranhamento dos documentos juntados com a inicial, sendo a procuração e a declaração de hipossuficiência financeira, mediante traslado.Retire-se o feito da pauta de audiências inaugurais do dia 17.05.2012 às 14h20min.Intime-se o reclamante.

Despacho

Processo Nº RT-679-73.2012.5.10.0002

Reclamante	Francisco das Chagas Rodrigues
Advogado	JOSE ALDEMIR BORGES DE MATOS(OAB: null)
Reclamado	Grupo Amaral

Inclua-se o feito na pauta de julgamento do dia 30/04/2012 às 17h00min.Trata-se de reclamação trabalhista proposta por FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES em face de GRUPO AMARAL objetivando a condenação desta ao pagamento das verbas decorrentes da ruptura injustificada do contrato de trabalho mantido. Deu à causa o valor de R$ 7.740,29 (Sete mil, setecentos e quarenta reais e vinte e nove centavos). Insere-se a presente demanda trabalhista no Rito Sumaríssimo, tendo em vista o valor da causa e a natureza das parcelas.Nesse procedimento, é imperativo que o reclamante indique com precisão, o endereço da reclamada, conforme exigência do art.852-B-II, da CLT.No presente caso, o endereço da reclamada, fornecido pelo reclamante, está incorreto, conforme SEED de fl. 16v.Ressalte-se que por se tratar de rito sumaríssimo não é possível conceder a possibilidade de emenda à exordial para indicação do correto endereço.Diante disso, com fulcro no art. 852 - "B" da CLT, determino o arquivamento da presente Ação Reclamatória.Custas pelo reclamante, no importe de R$ 154,80 (cento e cinquenta e quatro reais e vinte reais e sessenta e cinco centavos), calculadas sobre R$ 7.740,29 (Sete mil, setecentos e quarenta reais e vinte e nove centavos), valor atribuído à causa e de cujo o pagamento fica dispensada, conforme permissivo legal.Decorrido o prazo recursal, defere-se ao reclamante o desentranhamento dos documentos juntados com a inicial, sendo a procuração e a declaração de hipossuficiência financeira, mediante traslado.Retire-se o feito da pauta de audiências inaugurais do dia 07.05.2012 às 13h00min.Intime-se o reclamante.

Despacho

Processo Nº RT-786-20.2012.5.10.0002

Reclamante	Regilson Pacheco da Silva
Advogado	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Viplan Viacao Planalto Limitada

Trata-se de reclamação trabalhista em que o reclamante pugna pela declaração de nulidade de sua dispensa, posto ser portador de estabilidade acidentária. Requer a antecipação da tutela, sem oitiva da parte contrária, para que seja reintegrada imediatamente ao cargo anteriormente ocupado.Isso é o essencial para exame do pedido formulado.Decido.A concessão da tutela antecipada exige a presença de certos requisitos, materializados na prova inequívoca que convença da verossimilhança da alegação (caput, art. 273, CPC), conciliada, com o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (inciso I) ou de difícil reparação (inciso I) ou ainda, quando caracterizado o abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (inciso II).Pois bem. Não obstante a existência de documentos acerca de suposta doença profissional, a viabilidade de sua reintegração nos quadros da empresa somente é possível aferir após instrução do feito. A análise dos documentos juntados com a exordial não permite inferir, de forma inequívoca, ao menos nesta fase processual, ter sido o reclamante dispensado de forma arbitrária.Ressalto, por último, que eventual procedência do pedido com a declaração de nulidade do ato de dispensa, conferirá ao reclamante o direito a todos os salários e demais reflexos desde a data da suposta demissão ilegal, razão pela qual não há que se falar em irreparabilidade do dano.Diante do exposto, INDEFIRO o pleito liminar. Satisfeitos os pressupostos necessários, determino que seja observado o PROCEDIMENTO ORDINÁRIO para a solução do presente litígio.Inclua-se o feito na pauta de audiência do dia 05/06/2012 às 14h10min, quando as partes deverão comparecer, sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. O Reclamado poderá, querendo, apresentar defesa (artigo 846 da CLT), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da CLT), podendo se fazer representar por preposto, na forma do art. 843, § 1º, da CLT).AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.Notifique-se o reclamado, por VIA POSTAL, enviando-lhe cópia da inicial.Intime-se o reclamante, por seu procurador.

Despacho

Processo Nº RT-1132-05.2011.5.10.0002

Reclamante	Josiane dos Santos Ribeiro
Advogado	REGINA MACHADO DE ARAUJO SALES(OAB: null)
Reclamado	Visual Presence Marketing Integrado Ltda.
Advogado	FABIO BISKER(OAB: null)
Reclamado	Vivo S.A.
Advogado	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: null)

Do Agravo de Instrumento interposto pela 1ª reclamada, vista ao reclamante e 2ª reclamada, no prazo sucessivo de 8 dias.

Despacho

Processo Nº RT-1182-31.2011.5.10.0002

Requerente	Silvana Maria da Silva
Advogado	GILBERTO RODRIGUES DE FREITAS(OAB: null)
Requerido	Caixa Economica Federal. - CEF
Requerido	Fundação dos Economiários Federais - Funcef

Defiro o pedido do autor para vista dos autos, no prazo de 5 dias, considerando que os autos se encontram em Secretaria disponíveis para consulta.

Despacho

Processo Nº RT-1251-63.2011.5.10.0002

Reclamante	Marcio Cezar da Cunha Amaral

Advogado	MARIA DE FÁTIMA MENDONÇA DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil Sa
Advogado	MARIA TERESA BARBOSA CAMPELO DE MELO(OAB: null)

Intime-se a reclamante para contrarrazões ao Recurso Ordinário interposto pelo reclamado, no prazo de 08 dias.

Despacho

Processo Nº RT-1311-36.2011.5.10.0002

Reclamante	Moacir Jose da Silva
Advogado	VANDIR CHALEGRA CASSIANO(OAB: null)
Reclamado	Fianca Empresa de Seguranca Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Vipasa-Vigilancia Patrimonial Armada Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

Ante o supra certificado, intime-se a reclamante para que junte aos autos os contracheques/fichas financeiras do período de 19/08/2006 a 02/03/2011, no prazo de 20 dias.
Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-1382-72.2010.5.10.0002

Reclamante	Clauber Sander Rosa Veloso
Advogado	RITA HELENA PEREIRA PINTO(OAB: null)
Reclamado	Active Engenharia Ltda
Advogado	ROSANGELA FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	ESTEFÂNIA GONÇALVES BARBOSA COLMANETTI(OAB: null)

Indefiro o pedido do autor tendo em vista que o despacho com força de alvará de 298/2012, foi expedido no dia 26 de março de 2012 com os cálculos atualizados até 31/03/2012.
Ainda, compulsando os autos, verifico que houve Recurso Ordinário interposto pela 2º reclamada CEF (fls.423/436), da decisão de fls.413/422, que julgou PROCEDENTES, EM PARTE, condenando a primeira Reclamada ACTIVE ENGENHARIA LTDA, de forma principal, e a segunda reclamada CAIXA ECONÔMICA FEDERAL de forma subsidiária, a qual foi mantida incólume.
Citada para pagar a 1ª reclamada juntou o comprovante de depósito relativo ao pagamento da execução no valor de R$86.304,22, atualizados até 30/11/2011.
Quando da confecção do alvará para liberação dos valores, o saldo atualizado da guia depositada pela 1ª reclamada era de R$88.244,43, conforme se observa no extrato de fls.573 e o valor da execução atualizada estava no importe de R$88.979,42 (fls.574). Contudo, liberado os valores ao exequente por intermédio do despacho com força nº298/2012 (vide fls.570), necessário se fez usar o valor do depósito recursal que fora efetuado pela Caixa Econômica Federal para complementação da execução.
Diante disso, intime-se a 1ª reclamada para que, no prazo de 10 dias, deposite a quantia de R$734,99 para fins de ressarcimento à 2ª reclamada CEF, condenada subsidiária.

Despacho

Processo Nº RT-1470-76.2011.5.10.0002

Reclamante	Maria do Carmo Felix Pedrosa
Advogado	Kleber Vinícius Bezerra Camelo de Melo(OAB: null)
Reclamado	João Domingos da Silva Neto
Reclamado	Ana Maria Araújo da Silva

Em 24 de abril de 2012, na sala de sessões da MM. 2ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF, sob a direção da Exmo(a). Juíza Odélia França Noleto, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.
Às 13h37min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a). Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.
Ausente o(a) reclamante e seu advogado.
Presente o(a) reclamado(a) Ana Maria Araújo da Silva, desacompanhado(a) de advogado.
Ausente o(a) reclamado(a) João Domingos da Silva Neto e seu advogado.
Diante da ausência injustificada das partes, decide-se ARQUIVAR a presente reclamação (CLT, art. 844).
Fica autorizado o desentranhamento dos documentos juntados com a inicial, sendo a procuração e a declaração de pobreza mediante cópia.
Custas pelo(a) reclamante no importe de R$ 187,70, calculadas sobre R$ 9.385,00, dispensadas na forma da lei.
Intime-se o(a) reclamante, por seu procurador.
Dispensada a assinatura da reclamada Ana Maria Araújo da Silva.
Audiência encerrada às 13h37min.
Nada mais.
Odélia França Noleto Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-14900-57.1995.5.10.0002

Processo Nº RT-149/1995-002-10-00.7

Reclamante	JOSE GERARDO DE MEDEIROS
Advogado	LUIS CARLOS BARRETO DE OLIVEIRA ALCOFORADO(OAB: null)
Reclamado	CHAVES ENG¦.E URBANIZACAO LTDA(A/CSR.IRON JOSE DA C. CHAVES
Advogado	MARIA UMBELINA ALEXANDRINO LIMA(OAB: null)

Vistos. Indefiro o pedido, tendo em vista que nos presentes autos não há procuração e/ou substalecimento que comprove sua atuação. Publique-se. Após, retornem os autos ao Arquivo Definitivo.

Despacho

Processo Nº RT-24500-87.2004.5.10.0002

Processo Nº RT-245/2004-002-10-00.7

Reclamante	Paulo Henrique Ribeiro
Advogado	WASHINGTON DE VASCONCELOS SILVA(OAB: null)
Reclamado	Veg Seguranca Patrimonial Ltda
Advogado	RAQUEL CORAZZA(OAB: null)

Vistos.
Intime-se o reclamante para vista e manifestação acerca das informações prestadas pelos Cartórios de Registros de Imóveis e pela Superintendência do Patrimônio da União no Estado da Paraíba, requerendo, no prazo de 30 dias, o que entender de direito.
Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-37900-86.1995.5.10.0002

Processo Nº RT-379/1995-002-10-00.6

Reclamante	RICARDO COSTA DE ALMEIDA
Advogado	PAULO FERNANDO DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Oppem House Comercio de Moveis Ltda
Reclamado	VILMA DE MOURA MENDES
Advogado	WALDIVINO CARVALHO DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	SUETONE MENDES DA SILVA

Reclamado	W. de Moura

Vistos.Intime-se o reclamante para manifestação acerca do cumprimento do acordo homologado no prazo de 10 (dez) dias. O silêncio importará na presunção do acordo ter sido integralmente cumprido e será determinado o arquivamento definitivo.Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-42900-28.1999.5.10.0002

Processo Nº RT-429/1999-002-10-00.9

Reclamante	Cleia Aparecida Costa Cardoso
Advogado	ANGELO BACELAR(OAB: null)
Reclamado	G G Classic Comercio e Confeccoes Ltda-Me
Advogado	LÉA-AURORA-MARIA STAMILE GONÇALVES DE LACERDA NOGUEIRA BARROSO(OAB: null)
Reclamado	Paula Grigorio

Vistos.Intime-se o exequente para fins do art.884 da CLT.Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-53200-39.2005.5.10.0002

Processo Nº RT-532/2005-002-10-00.8

Reclamante	Zilda Aparecida Bocato
Advogado	ELTON LUIZ CYRILLO(OAB: null)
Reclamado	Previ-Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
Advogado	ANISIO SOARES NOGUEIRA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S/A
Advogado	TAISE MACHADO MELO(OAB: null)

Defiro o pedido da 1ª executada. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem os autos ao arquivo definitivo.

Despacho

Processo Nº RT-54900-02.1995.5.10.0002

Processo Nº RT-549/1995-002-10-00.2

Reclamante	Nascimento Tertuliano da Silva
Advogado	ALDENEI DE SOUZA E SILVA(OAB: null)
Reclamado	Stradus Construcoes e Incorporacoes Ltda
Advogado	VALÉRIA BARNABÉ LIMA(OAB: null)
Reclamado	Luiz de Oliveira Goncalves
Advogado	GILBERTO ANTONIO VIEIRA(OAB: null)
Reclamado	Joao Batista Cruz Alves
Reclamado	Claudio Romildo Magalhaes Lima
Reclamado	Tertuliano Bofill Junior

Trata-se de petição formulada pela executada principal à fl. 276, pela qual noticia gravíssimas dificuldades de saúde enfrentadas pelo sócio executado Luiz de Oliveira Gonçalves, conforme cópia de relatórios médicos juntados às fls. 277, pugnando pela liberação do saldo remanescente existente nos presentes autos, resguardando-se o crédito líquido e demais recolhimentos do exequente.

Passo a um breve relato dos autos antes de decidir.

Compulsando os autos, verifico que após a garantia do juízo, mediante transferência de saldo remanescente dos autos do processo nº 0048400-17.1995.5.10.0002 e da existência de saldos nas contas judiciais elencadas às fls. 257, este Juízo concedeu às partes possibilidade para discussão da conta de liquidação, nos termos do art. 884 da CLT, tendo, para ambas as partes, decorrido os prazos in albis.

Após o decurso dos prazos, o exequente peticionou às fls. 267, 268 e 269 pugnando pela liberação de seu crédito líquido.

Contudo, por meio do despacho de fl. 272, este Juízo, por cautela, determinou que o exequente juntasse aos autos nova procuração, no prazo de 5 dias, considerando que aquela juntada à fl. 04, encontra-se datada de 17/05/1995, contando com quase 17 anos, sendo necessário que o exequente renovasse os poderes conferidos.

Por fim, noticiou a executada (fl. 276) que há um excesso de penhora no valor de R$ 4.543,10, pugnando pela liberação do excesso.

Razão assiste a executada.

Considerando que a mora na quitação do débito trabalhista ocorreu exclusivamente em virtude do exequente não ter efetuado a juntada aos autos de novo instrumento de procuração, considerando que há nos autos excesso de penhora, bem como a comprovada situação de grave situação de saúde do sócio da executada, libero o excesso de penhora dos autos.

Desta forma, considerando que o débito exequendo atualizado até o dia 30/04/2012, perfaz o montante de R$ 6.848,21, bem como considerando que há nos autos a quantia total de R$ 11.429,29, determino a liberação à executada STRADUS CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, da quantia de R$ 4.581,08, e nada mais, da conta judicial nº 5000121696400, junto ao Banco do Brasil, ao advogado Dr. GILBERTO ANTÔNIO VIEIRA, OAB/DF nº 8.914 (procuração às fls. 275), devendo a referida instituição bancária informar o saldo remanescente na conta.

O banco deverá comprovar a movimentação no prazo de 10 (dez) dias.

O prazo de validade do alvará será de 90 (noventa) dias, a contar de sua expedição.

Cumpra-se na forma da Lei.

Ato contínuo, defiro novo prazo de 30 dias ao exequente para que junte aos autos novo instrumento de procuração, com vistas ao regular prosseguimento da execução, com a consequente liberação dos créditos nos autos.

Intimem-se as partes.

Publique-se.

Por medida de celeridade e economia processual, o presente despacho será expedido em duas vias e terá força de ALVARÁ.

Despacho

Processo Nº RT-62300-13.2008.5.10.0002

Processo Nº RT-623/2008-002-10-00.6

Reclamante	Valdeis Monteiro Pereira
Advogado	NABIAN MARTINS DE PAIVA(OAB: null)
Reclamado	Auto Posto Gasol Ltda.
Advogado	ANA CAROLINA MARTINS SEVERO DE ALMEIDA(OAB: null)

intime-se a reclamada para que proceda a retificação e restituição da CTPS devidamente anotada no prazo de 5 dias.

Despacho

Processo Nº RT-104500-98.2009.5.10.0002

Processo Nº RT-1045/2009-002-10-00.6

Reclamante	Luiz Madureira Campos
Advogado	ROGÉRIO FERREIRA BORGES(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil
Advogado	TAISE MACHADO MELO(OAB: null)
Reclamado	PREVI - Caixa De Previdência Dos Funcionários Do Banco Do Brasil
Advogado	WALFREDO FREDERICO DE S. CABRAL DIAS(OAB: null)

Vistos.

Devidamente recebido o alvará de nº 122/12 , conforme verso de

fls. 485, intime-se a 2ª reclamada, PREVI, para que informe a este Juízo, no prazo de 05 dias, acerca do efetivo levantamento dos valores referentes ao depósito recursal.

Decorrido o prazo e comprovado o recolhimento, retornem-se os autos ao ARQUIVO GERAL.

Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-112300-51.2007.5.10.0002

Processo Nº RT-1123/2007-002-10-00.0

Reclamante	Jeane Carla Nogueira Barbosa dos Santos
Advogado	JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Kompe Comercio e Servicos Ltda-Epp
Advogado	MIKAELA MINARÉ BRAÚNA DIEFENTHAELER(OAB: null)
Reclamado	Jose Olivio Chaves
Reclamado	Fernando Soffa Chaves

Preliminarmente, ante o supra certificado, retifique-se a denominação da executada para que conste: " INTEGRAL COMÉRCIO E SERVIÇOS EM OBRAS CIVIS LTDA".

Indefiro por ora o pedido formulado pelo exequente na petição de fls. 697/698, posto que não apresentou vinculação direta entre a executada e seus sócios nos presentes autos com relação às empresas elencadas em seu petitório.

Passo à análise da responsabilidade dos ex-adminstradores.

Compulsando os autos, verifico que a executada, INTEGRAL COMÉRCIO E SERVIÇOS EM OBRAS CIVIS LTDA, procedeu alteração em seu quadro societário, tendo como atual sócio administrador a pessoa do Sr. JOSÉ OLÍVIO CHAVES, tendo sido infrutíferos os procedimentos executórios em seu desfavor.

Em análise ao relatório emitido pelo Cadastro Nacional de Empresas, que ora se junta aos autos, verifico que resta comprovado que o ex-administradore, Sr. FERNANDO SOFFA CHAVES, CPF nº 723.994.061-68, somente se retirarou do quadro societário da executada em 22/09/2010.

Pois bem.

A questão acerca da responsabilidade dos ex-sócios é bastante controversa no âmbito deste Egrégio Tribunal, havendo duas correntes, quais sejam:

a) aqueles que defendem que o prazo de 2 anos será contado entre a saída do sócio e o ajuizamento da ação e;

b) aqueles que entendem que a contagem ocorrerá entre a retirada da sociedade e o direcionamento da execução em face dos sócios retirantes.

O entendimento da jurisprudência predominante desta Corte Regional é de que o prazo de 2 anos será contado entre a saída do sócio e o ajuizamento da ação, sendo isoladas as decisões que entenderam o oposto.

Na esteira deste entendimento, observa-se que o ex-administradore, Sr. FERNANDO SOFFA CHAVES, CPF nº 723.994.061-68, somente se retirarou do quadro societário da executada em 22/09/2010 (conforme relatório supra citado), tendo a presente reclamação trabalhista sido ajuizada em 19/10/2007, ou seja, após o ajuizamento da presente reclamação trabalhista.

Assim, nos termos do entendimento dominante deste Egrégio Regional, o sócio retirante ficaria responsabilizado por deveres trabalhistas da reclamada principal decorrentes de reclamações trabalhistas ajuizadas contra a empresa até a data de 22/09/2012.

A fim de subsidiar minha decisão, colaciono julgamento de Agravo de Petição proferido pela Egrégia 3ª Turma deste Regional, em 08/06/2011, tendo como relatora a Exma. Desembargadora Federal do Trabalho Heloísa Pinto Marques, processo nº 00368-2008-021-10-00-0-AP, que adoto como razões de decidir:

"(...)MÉRITO. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO RETIRANTE O MM Juízo originário acolheu os embargos à Penhora opostos por Maurício Sampaio Cavalcante, nos quais ele alegava ter sido sócio da Empresa Pulitzer Capital e Jornalismo Ltda em período anterior ao ajuizamento da presente ação. A MM. Juíza entendeu que, na hipótese, não há contemporaneidade suficiente a justificar a responsabilidade do sócio que se retirou da empresa no ano de 2006, afastando a caracterização da responsabilidade do sócio e liberando a guia de depósito judicial de fls. 355 (fls.463). Nas suas razões de Recurso, a Agravante pretende a manutenção do sócio no pólo passivo, alegando que foi contratada à época em que o Agravado era sócio da empresa executada. Informa que sua admissão ocorreu em 01.06.2006 e perdurou até 2008, sendo que o Agravado foi sócio no período de 10.02.2006 a 10.10.2006, a fls. 478. Por fim, aduz que a alteração contratual referente à retirada do sócio foi averbada em 13.11.2006, conforme fls. 422, e a presente ação foi proposta em abril de 2008, dentro do prazo de dois anos. Nos termos do artigo 1003, parágrafo único, e artigo 1032, ambos do Código Civil, a resposabilidade do sócio retirante pelas dívidas da sociedade é tratada da seguinte forma: "Art. 1003. (...) Parágrafo único. Até dois depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio. "Art. 1.032. A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação." (sem grifo no original) De conformidade com os dispositivos legais suso mencionados, a responsabilidade dos sócios retirantes se estende por mais 2 anos, a contar da data da averbação da cessão das cotas. O Sr. Maurício Sampaio Cavalcante, ex sócio, compunha o quadro societário da Executada (Roberpar Serviços de Impressão Ltda), na data 10 de fevereiro de 2006, conforme contrato social a fls. 390/399. Tendo se retirado do quadro societário da executada em 13.11.2006, consoante alteração do contrato social e averbação da referida modificação (fls.408/417 e 422). Por outro lado, observa-se dos autos que o contrato de trabalho da Reclamante vigeu no período de 01.06.2006 a 28.02.2008, conforme CTPS (fls.23) e decisão a fls.223, tendo a Autora ajuizado a Reclamação Trabalhista contra a empresa em 11.04.2008. Logo, necessário concluir que ao tempo da vigência do contrato de trabalho da ora Exequente, o sócio Sr. Mauricio Sampaio Cavalcanti pertencia ao quadro societário da empresa Executada, posto que ingressou na sociedade em 10.02.2006 e dela se retirou em 13.11.2006, ou seja, quando ainda vigia o contrato de trabalho. A desconsideração da personalidade jurídica visa prover o Juízo de meios alternativos para possibilitar o pagamento dos débitos judiciais, atingindo o patrimônio dos sócios e ex-sócios que, de alguma forma, beneficiaram-se do trabalho do credor. Nesse sentido, o artigo 1032 do Código Civil de 2002 preceitua que o sócio retirante é responsável pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade. Entretanto, exsurge dos autos que ao tempo do ajuizamento da demanda trabalhista pela Exeqüente contra a empresa executada, ainda não havia transcorrido o prazo previsto no artigo 1032 do CCB, haja vista que a averbação ocorreu na data de 13.11.2006 e a reclamação foi proposta em 11.04.2008. Por conseguinte, tendo em vista que o Sr Maurício pertencia ao quadro societário à época da vigência do contrato de trabalho da Reclamante, não tendo sido implementando o prazo previsto no art.

1032 do CCB, responde ele pelas dívidas trabalhistas contraídas pela sociedade empresarial. Dá-se provimento a fim de determinar a inclusão do sócio Mauricio Sampaio Cavalcanti no pólo passivo da presente execução.(...)" (grifo adicionado)

Portanto, em reverenciado entendimento majoritário deste Regional, determino a inclusão do ex-administradore da executada INTEGRAL COMÉRCIO E SERVIÇOS EM OBRAS CIVIS LTDA, Sr. FERNANDO SOFFA CHAVES, CPF nº 723.994.061-68, devendo ser expedida citação executória para pagamento em 48 horas do valor exequendo, sob pena de penhora.32. A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação." (sem grifo no original) De conformidade com os dispositivos legais suso mencionados, a responsabilidade dos sócios retirantes se estende por mais 2 anos, a contar da data da averbação da cessão das cotas. O Sr. Maurício Sampaio Cavalcante, ex sócio, compunha o quadro societário da Executada (Roberpar Serviços de Impressão Ltda), na data 10 de fevereiro de 2006, conforme contrato social a fls. 390/399. Tendo se retirado do quadro societário da executada em 13.11.2006, consoante alteração do contrato social e averbação da referida modificação (fls.408/417 e 422). Por outro lado, observa-se dos autos que o contrato de trabalho da Reclamante vigeu no período de 01.06.2006 a 28.02.2008, conforme CTPS (fls.23) e decisão a fls.223, tendo a Autora ajuizado a Reclamação Trabalhista contra a empresa em 11.04.2008. Logo, necessário concluir que ao tempo da vigência do contrato de trabalho da ora Exequente, o sócio Sr. Mauricio Sampaio Cavalcanti pertencia ao quadro societário da empresa Executada, posto que ingressou na sociedade em 10.02.2006 e dela se retirou em 13.11.2006, ou seja, quando ainda vigia o contrato de trabalho. A desconsideração da personalidade jurídica visa prover o Juízo de meios alternativos para possibilitar o pagamento dos débitos judiciais, atingindo o patrimônio dos sócios e ex-sócios que, de alguma forma, beneficiaram-se do trabalho do credor. Nesse sentido, o artigo 1032 do Código Civil de 2002 preceitua que o sócio retirante é responsável pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade. Entretanto, exsurge dos autos que ao tempo do ajuizamento da demanda trabalhista pela Exeqüente contra a empresa executada, ainda não havia transcorrido o prazo previsto no artigo 1032 do CCB, haja vista que a averbação ocorreu na data de 13.11.2006 e a reclamação foi proposta em 11.04.2008. Por conseguinte, tendo em vista que o Sr Maurício pertencia ao quadro societário à época da vigência do contrato de trabalho da Reclamante, não tendo sido implementando o prazo previsto no art. 1032 do CCB, responde ele pelas dívidas trabalhistas contraídas pela sociedade empresarial. Dá-se provimento a fim de determinar a inclusão do sócio Mauricio Sampaio Cavalcanti no pólo passivo da presente execução.(...)" (grifo adicionado)

Portanto, em reverenciado entendimento majoritário deste Regional, determino a inclusão do ex-administradore da executada INTEGRAL COMÉRCIO E SERVIÇOS EM OBRAS CIVIS LTDA, Sr. FERNANDO SOFFA CHAVES, CPF nº 723.994.061-68, devendo ser expedida citação executória para pagamento em 48 horas do valor exequendo, sob pena de penhora.

Edital

Edital

Processo Nº RT-343-69.2012.5.10.0002

Reclamante	Luciano Antero Souto
Advogado	BRUNO GUEDES SANTIAGO(OAB: null)
Reclamado	Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO/DECISÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ACÉLIO RICARDO VALES LEITE, Juiz(íza) da MM. 2ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica INTIMADO(A) o(a) reclamado(a) Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito: "Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para condenar a primeira reclamada BEIT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, a pagar à LUCIANO ANTERO SOUTO as parcelas deferidas nos termos da fundamentação, que passa a fazer parte integrante desse decisum, apuradas em liquidação de sentença, por simples cálculo do Contador.

Condeno a segunda reclamada EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, de forma subsidiária, pelo pagamento de todas as verbas deferidas à parte autora.

Atendendo ao disposto no artigo 832, § 3º da CLT, com a redação que lhe foi dada pela Lei 10.035/00, declaro que incidirão contribuições previdenciárias sobre as parcelas deferidas a título de diferenças salariais, 13º salário, horas e as repercussões em descanso semanal remunerado e no 13º salário.

Correção monetária na forma do disposto no artigo 39 e parágrafos da Lei nº 8.177/91, e juros de mora a partir do ajuizamento da ação, nos termos do contido no artigo 883 da CLT, devendo ser observado o disposto no Provimento CG/TST nº 01/96, com as alterações promovidas pelo Provimento CG/TST 03/2005 e, ainda, o disposto nas Súmulas 200 e 381 do TST.

Custas pela primeira reclamada, no valor de R$ 160,00, calculadas sobre o valor de R$ 8.000,00 atribuído à condenação, para este fim.

A segunda reclamada é isenta de custas e do depósito recursal e a execução, quando for direcionada contra si, será promovida com observância do contido no artigo 100 da Constituição Federal

A Secretaria deverá expedir alvará para a parte autora sacar o saldo existente na conta vinculada do FGTS.

Deverão ser compensados os valores pagos à parte autora pela segunda reclamada, conforme termos da defesa e documentos que a acompanham.

Cientes a parte reclamante e a segunda reclamada (Súmula 197/TST).

Intime-se a primeira reclamada, por edital. ". O seu inteiro teor poderá ser obtido na Secretaria do Juízo, localizada na SHLN, Quadra 513- Bloco "B/C" - Sala T14 Brasília/DF. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume na Vara. Brasília/DF, 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-372-22.2012.5.10.0002

Reclamante	Aline Taciane Souza Santos
Advogado	BRUNO GUEDES SANTIAGO(OAB: null)
Reclamado	Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO/DECISÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ACÉLIO RICARDO VALES LEITE, Juiz(íza) da MM. 2ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica INTIMADO(A) o(a) reclamado(a) Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito: "Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para condenar a primeira reclamada BEIT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, a pagar à ALINE TACIANE SOUZA SANTOS as parcelas deferidas nos termos da fundamentação, que passa a fazer parte integrante desse decisum, apuradas em liquidação de sentença, por simples cálculo do Contador.

Condeno a segunda reclamada EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, de forma subsidiária, pelo pagamento de todas as verbas deferidas à parte autora.

Atendendo ao disposto no artigo 832, § 3º da CLT, com a redação que lhe foi dada pela Lei 10.035/00, declaro que incidirão contribuições previdenciárias sobre as parcelas deferidas a título de diferenças salariais, 13º salário, horas e as repercussões em descanso semanal remunerado e no 13º salário.

Correção monetária na forma do disposto no artigo 39 e parágrafos da Lei nº 8.177/91, e juros de mora a partir do ajuizamento da ação, nos termos do contido no artigo 883 da CLT, devendo ser observado o disposto no Provimento CG/TST nº 01/96, com as alterações promovidas pelo Provimento CG/TST 03/2005 e, ainda, o disposto nas Súmulas 200 e 381 do TST.

Custas pela primeira reclamada, no valor de R$ 200,00, calculadas sobre o valor de R$ 10.000,00 atribuído à condenação, para este fim.

A segunda reclamada é isenta de custas e do depósito recursal e a execução, quando for direcionada contra si, será promovida com observância do contido no artigo 100 da Constituição Federal

A Secretaria deverá expedir alvará para a parte autora sacar o saldo existente na conta vinculada do FGTS.

Deverão ser compensados os valores pagos à parte autora pela segunda reclamada, conforme termos da defesa e documentos que a acompanham.

Cientes a parte reclamante e a segunda reclamada (Súmula 197/TST).

Intime-se a primeira reclamada, por edital. ". O seu inteiro teor poderá ser obtido na Secretaria do Juízo, localizada na SHLN, Quadra 513- Bloco "B/C" - Sala T14 Brasília/DF. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume na Vara. Brasília/DF, 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-375-74.2012.5.10.0002

Reclamante	Luzineide Lemos de Andrade
Advogado	BRUNO GUEDES SANTIAGO(OAB: null)
Reclamado	Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO/DECISÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ACÉLIO RICARDO VALES LEITE, Juiz(íza) da MM. 2ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica INTIMADO(A) o(a) reclamado(a) Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito: "Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para condenar a primeira reclamada BEIT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, a pagar à LUZINEIDE LEMOS DE ANDRADE as parcelas deferidas nos termos da fundamentação, que passa a fazer parte integrante desse decisum, apuradas em liquidação de sentença, por simples cálculo do Contador.

Condeno a segunda reclamada EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, de forma subsidiária, pelo pagamento de todas as verbas deferidas à parte autora.

Atendendo ao disposto no artigo 832, § 3º da CLT, com a redação que lhe foi dada pela Lei 10.035/00, declaro que incidirão contribuições previdenciárias sobre as parcelas deferidas a título de diferenças salariais, 13º salário, horas e as repercussões em descanso semanal remunerado e no 13º salário.

Correção monetária na forma do disposto no artigo 39 e parágrafos da Lei nº 8.177/91, e juros de mora a partir do ajuizamento da ação, nos termos do contido no artigo 883 da CLT, devendo ser observado o disposto no Provimento CG/TST nº 01/96, com as alterações promovidas pelo Provimento CG/TST 03/2005 e, ainda, o disposto nas Súmulas 200 e 381 do TST.

Custas pela primeira reclamada, no valor de R$ 160,00, calculadas sobre o valor de R$ 8.000,00 atribuído à condenação, para este fim.

A segunda reclamada é isenta de custas e do depósito recursal e a execução, quando for direcionada contra si, será promovida com observância do contido no artigo 100 da Constituição Federal

A Secretaria deverá expedir alvará para a parte autora sacar o saldo existente na conta vinculada do FGTS.

Deverão ser compensados os valores pagos à parte autora pela segunda reclamada, conforme termos da defesa e documentos que a acompanham.

Cientes a parte reclamante e a segunda reclamada (Súmula 197/TST).

Intime-se a primeira reclamada, por edital. ". O seu inteiro teor poderá ser obtido na Secretaria do Juízo, localizada na SHLN, Quadra 513- Bloco "B/C" - Sala T14 Brasília/DF. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume na Vara. Brasília/DF, 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-382-66.2012.5.10.0002

Reclamante	Maria das Gracas Dantas da Silva
Advogado	BRUNO GUEDES SANTIAGO(OAB: null)
Reclamado	Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO/DECISÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ACÉLIO RICARDO VALES LEITE, Juiz(íza) da MM. 2ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica INTIMADO(A) o(a) reclamado(a) Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito: "Diante do exposto,

JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para condenar a primeira reclamada BEIT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, a pagar à MARIA DAS GRAÇAS DANTAS DA SILVA as parcelas deferidas nos termos da fundamentação, que passa a fazer parte integrante desse decisum, apuradas em liquidação de sentença, por simples cálculo do Contador.

Condeno a segunda reclamada EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, de forma subsidiária, pelo pagamento de todas as verbas deferidas à parte autora.

Atendendo ao disposto no artigo 832, § 3º da CLT, com a redação que lhe foi dada pela Lei 10.035/00, declaro que incidirão contribuições previdenciárias sobre as parcelas deferidas a título de diferenças salariais, 13º salário, horas e as repercussões em descanso semanal remunerado e no 13º salário.

Correção monetária na forma do disposto no artigo 39 e parágrafos da Lei nº 8.177/91, e juros de mora a partir do ajuizamento da ação, nos termos do contido no artigo 883 da CLT, devendo ser observado o disposto no Provimento CG/TST nº 01/96, com as alterações promovidas pelo Provimento CG/TST 03/2005 e, ainda, o disposto nas Súmulas 200 e 381 do TST.

Custas pela primeira reclamada, no valor de R$ 160,00, calculadas sobre o valor de R$ 8.000,00 atribuído à condenação, para este fim.

A segunda reclamada é isenta de custas e do depósito recursal e a execução, quando for direcionada contra si, será promovida com observância do contido no artigo 100 da Constituição Federal

A Secretaria deverá expedir alvará para a parte autora sacar o saldo existente na conta vinculada do FGTS.

Deverão ser compensados os valores pagos à parte autora pela segunda reclamada, conforme termos da defesa e documentos que a acompanham.

Cientes a parte reclamante e a segunda reclamada (Súmula 197/TST).

Intime-se a primeira reclamada, por edital. ". O seu inteiro teor poderá ser obtido na Secretaria do Juízo, localizada na SHLN, Quadra 513- Bloco "B/C" - Sala T14 Brasília/DF. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume na Vara. Brasília/DF, 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-384-36.2012.5.10.0002

Reclamante	Maristela Herculano da Silva
Advogado	BRUNO GUEDES SANTIAGO(OAB: null)
Reclamado	Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO/DECISÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ACÉLIO RICARDO VALES LEITE, Juiz(íza) da MM. 2ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica INTIMADO(A) o(a) reclamado(a) Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito: "Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para condenar a primeira reclamada BEIT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, a pagar à MARISTELA HERCULANO DA SILVA as parcelas deferidas nos termos da fundamentação, que passa a fazer parte integrante desse decisum, apuradas em liquidação de sentença, por simples cálculo do Contador.

Condeno a segunda reclamada EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, de forma subsidiária, pelo pagamento de todas as verbas deferidas à parte autora.

Atendendo ao disposto no artigo 832, § 3º da CLT, com a redação que lhe foi dada pela Lei 10.035/00, declaro que incidirão contribuições previdenciárias sobre as parcelas deferidas a título de diferenças salariais, 13º salário, horas e as repercussões em descanso semanal remunerado e no 13º salário.

Correção monetária na forma do disposto no artigo 39 e parágrafos da Lei nº 8.177/91, e juros de mora a partir do ajuizamento da ação, nos termos do contido no artigo 883 da CLT, devendo ser observado o disposto no Provimento CG/TST nº 01/96, com as alterações promovidas pelo Provimento CG/TST 03/2005 e, ainda, o disposto nas Súmulas 200 e 381 do TST.

Custas pela primeira reclamada, no valor de R$ 160,00, calculadas sobre o valor de R$ 8.000,00 atribuído à condenação, para este fim.

A segunda reclamada é isenta de custas e do depósito recursal e a execução, quando for direcionada contra si, será promovida com observância do contido no artigo 100 da Constituição Federal

A Secretaria deverá expedir alvará para a parte autora sacar o saldo existente na conta vinculada do FGTS.

Deverão ser compensados os valores pagos à parte autora pela segunda reclamada, conforme termos da defesa e documentos que a acompanham.

Cientes a parte reclamante e a segunda reclamada (Súmula 197/TST).

Intime-se a primeira reclamada, por edital. ". O seu inteiro teor poderá ser obtido na Secretaria do Juízo, localizada na SHLN, Quadra 513- Bloco "B/C" - Sala T14 Brasília/DF. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume na Vara. Brasília/DF, 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-388-73.2012.5.10.0002

Reclamante	Alexsandro Luis da Silva
Advogado	BRUNO GUEDES SANTIAGO(OAB: null)
Reclamado	Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO/DECISÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ACÉLIO RICARDO VALES LEITE, Juiz(íza) da MM. 2ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica INTIMADO(A) o(a) reclamado(a) Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito: "Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para condenar a primeira reclamada BEIT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, a pagar à ALEXSANDRO LUÍS DA SILVA as parcelas deferidas nos termos da fundamentação, que passa a fazer parte integrante desse decisum, apuradas em liquidação de sentença, por simples cálculo do Contador.

Condeno a segunda reclamada EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, de forma subsidiária, pelo pagamento de todas as verbas deferidas à parte autora.

Atendendo ao disposto no artigo 832, § 3º da CLT, com a redação que lhe foi dada pela Lei 10.035/00, declaro que incidirão contribuições previdenciárias sobre as parcelas deferidas a título de 13º salário, horas e as repercussões em descanso semanal remunerado e no 13º salário.

Correção monetária na forma do disposto no artigo 39 e parágrafos da Lei nº 8.177/91, e juros de mora a partir do ajuizamento da ação, nos termos do contido no artigo 883 da CLT, devendo ser observado o disposto no Provimento CG/TST nº 01/96, com as alterações promovidas pelo Provimento CG/TST 03/2005 e, ainda, o disposto nas Súmulas 200 e 381 do TST.

Custas pela primeira reclamada, no valor de R$ 160,00, calculadas sobre o valor de R$ 8.000,00 atribuído à condenação, para este fim.

A segunda reclamada é isenta de custas e do depósito recursal e a execução, quando for direcionada contra si, será promovida com observância do contido no artigo 100 da Constituição Federal

A Secretaria deverá expedir alvará para a parte autora sacar o saldo existente na conta vinculada do FGTS.

Deverão ser compensados os valores pagos à parte autora pela segunda reclamada, conforme termos da defesa e documentos que a acompanham.

Cientes a parte reclamante e a segunda reclamada (Súmula 197/TST).

Intime-se a primeira reclamada, por edital. ". O seu inteiro teor poderá ser obtido na Secretaria do Juízo, localizada na SHLN, Quadra 513- Bloco "B/C" - Sala T14 Brasília/DF. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume na Vara. Brasília/DF, 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-390-43.2012.5.10.0002

Reclamante	Ana Maria Alves dos Santos
Advogado	GENESCO RESENDE SANTIAGO(OAB: null)
Reclamado	Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO/DECISÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ACÉLIO RICARDO VALES LEITE, Juiz(íza) da MM. 2ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica INTIMADO(A) o(a) reclamado(a) Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito: "Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para condenar a primeira reclamada BEIT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, a pagar à ANA MARIA ALVES DOS SANTOS as parcelas deferidas nos termos da fundamentação, que passa a fazer parte integrante desse decisum, apuradas em liquidação de sentença, por simples cálculo do Contador.

Condeno a segunda reclamada EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, de forma subsidiária, pelo pagamento de todas as verbas deferidas à parte autora.

Atendendo ao disposto no artigo 832, § 3º da CLT, com a redação que lhe foi dada pela Lei 10.035/00, declaro que incidirão contribuições previdenciárias sobre as parcelas deferidas a título de diferenças salariais, 13º salário, horas e as repercussões em descanso semanal remunerado e no 13º salário.

Correção monetária na forma do disposto no artigo 39 e parágrafos da Lei nº 8.177/91, e juros de mora a partir do ajuizamento da ação, nos termos do contido no artigo 883 da CLT, devendo ser observado o disposto no Provimento CG/TST nº 01/96, com as alterações promovidas pelo Provimento CG/TST 03/2005 e, ainda, o disposto nas Súmulas 200 e 381 do TST.

Custas pela primeira reclamada, no valor de R$ 160,00, calculadas sobre o valor de R$ 8.000,00 atribuído à condenação, para este fim.

A segunda reclamada é isenta de custas e do depósito recursal e a execução, quando for direcionada contra si, será promovida com observância do contido no artigo 100 da Constituição Federal

A Secretaria deverá expedir alvará para a parte autora sacar o saldo existente na conta vinculada do FGTS.

Deverão ser compensados os valores pagos à parte autora pela segunda reclamada, conforme termos da defesa e documentos que a acompanham.

Cientes a parte reclamante e a segunda reclamada (Súmula 197/TST).

Intime-se a primeira reclamada, por edital. ". O seu inteiro teor poderá ser obtido na Secretaria do Juízo, localizada na SHLN, Quadra 513- Bloco "B/C" - Sala T14 Brasília/DF. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume na Vara. Brasília/DF, 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-393-95.2012.5.10.0002

Reclamante	Gildemar Ferreira de Almeida
Advogado	GENESCO RESENDE SANTIAGO(OAB: null)
Reclamado	Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO/DECISÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ACÉLIO RICARDO VALES LEITE, Juiz(íza) da MM. 2ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica INTIMADO(A) o(a) reclamado(a) Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito: "Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para condenar a primeira reclamada BEIT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, a pagar à GILDEMAR FERREIRA DE ALMEIDA as parcelas deferidas nos termos da fundamentação, que passa a fazer parte integrante desse decisum, apuradas em liquidação de sentença, por simples cálculo do Contador.

Condeno a segunda reclamada EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, de forma subsidiária, pelo pagamento de todas as verbas deferidas à parte autora.

Atendendo ao disposto no artigo 832, § 3º da CLT, com a redação que lhe foi dada pela Lei 10.035/00, declaro que incidirão contribuições previdenciárias sobre as parcelas deferidas a título de diferenças salariais, 13º salário, horas e as repercussões em descanso semanal remunerado e no 13º salário.

Correção monetária na forma do disposto no artigo 39 e parágrafos da Lei nº 8.177/91, e juros de mora a partir do ajuizamento da ação, nos termos do contido no artigo 883 da CLT, devendo ser observado o disposto no Provimento CG/TST nº 01/96, com as alterações promovidas pelo Provimento CG/TST 03/2005 e, ainda, o

disposto nas Súmulas 200 e 381 do TST.

Custas pela primeira reclamada, no valor de R$ 160,00, calculadas sobre o valor de R$ 8.000,00 atribuído à condenação, para este fim.

A segunda reclamada é isenta de custas e do depósito recursal e a execução, quando for direcionada contra si, será promovida com observância do contido no artigo 100 da Constituição Federal

A Secretaria deverá expedir alvará para a parte autora sacar o saldo existente na conta vinculada do FGTS.

Deverão ser compensados os valores pagos à parte autora pela segunda reclamada, conforme termos da defesa e documentos que a acompanham.

Cientes a parte reclamante e a segunda reclamada (Súmula 197/TST).

Intime-se a primeira reclamada, por edital. ". O seu inteiro teor poderá ser obtido na Secretaria do Juízo, localizada na SHLN, Quadra 513- Bloco "B/C" - Sala T14 Brasília/DF. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume na Vara. Brasília/DF, 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-397-35.2012.5.10.0002

Reclamante	Odineide Lemos de Andrade
Advogado	GENESCO RESENDE SANTIAGO(OAB: null)
Reclamado	Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO/DECISÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ACÉLIO RICARDO VALES LEITE, Juiz(íza) da MM. 2ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica INTIMADO(A) o(a) reclamado(a) Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito: "Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para condenar a primeira reclamada BEIT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, a pagar à ODINEIDE LEMOS DE ANDRADE as parcelas deferidas nos termos da fundamentação, que passa a fazer parte integrante desse decisum, apuradas em liquidação de sentença, por simples cálculo do Contador.

Condeno a segunda reclamada EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, de forma subsidiária, pelo pagamento de todas as verbas deferidas à parte autora.

Atendendo ao disposto no artigo 832, § 3º da CLT, com a redação que lhe foi dada pela Lei 10.035/00, declaro que incidirão contribuições previdenciárias sobre as parcelas deferidas a título de diferenças salariais, 13º salário, horas e as repercussões em descanso semanal remunerado e no 13º salário.

Correção monetária na forma do disposto no artigo 39 e parágrafos da Lei nº 8.177/91, e juros de mora a partir do ajuizamento da ação, nos termos do contido no artigo 883 da CLT, devendo ser observado o disposto no Provimento CG/TST nº 01/96, com as alterações promovidas pelo Provimento CG/TST 03/2005 e, ainda, o disposto nas Súmulas 200 e 381 do TST.

Custas pela primeira reclamada, no valor de R$ 160,00, calculadas sobre o valor de R$ 8.000,00 atribuído à condenação, para este fim.

A segunda reclamada é isenta de custas e do depósito recursal e a execução, quando for direcionada contra si, será promovida com observância do contido no artigo 100 da Constituição Federal

A Secretaria deverá expedir alvará para a parte autora sacar o saldo existente na conta vinculada do FGTS.

Deverão ser compensados os valores pagos à parte autora pela segunda reclamada, conforme termos da defesa e documentos que a acompanham.

Cientes a parte reclamante e a segunda reclamada (Súmula 197/TST).

Intime-se a primeira reclamada, por edital. ". O seu inteiro teor poderá ser obtido na Secretaria do Juízo, localizada na SHLN, Quadra 513- Bloco "B/C" - Sala T14 Brasília/DF. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume na Vara. Brasília/DF, 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-402-57.2012.5.10.0002

Reclamante	Elinalva Rodrigues da Costa
Advogado	GENESCO RESENDE SANTIAGO(OAB: null)
Reclamado	Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO/DECISÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ACÉLIO RICARDO VALES LEITE, Juiz(íza) da MM. 2ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica INTIMADO(A) o(a) reclamado(a) Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito: "Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para condenar a primeira reclamada BEIT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, a pagar à ELINALVA RODRIGUES DA COSTA as parcelas deferidas nos termos da fundamentação, que passa a fazer parte integrante desse decisum, apuradas em liquidação de sentença, por simples cálculo do Contador.

Condeno a segunda reclamada EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, de forma subsidiária, pelo pagamento de todas as verbas deferidas à parte autora.

Atendendo ao disposto no artigo 832, § 3º da CLT, com a redação que lhe foi dada pela Lei 10.035/00, declaro que incidirão contribuições previdenciárias sobre as parcelas deferidas a título de diferenças salariais, 13º salário, horas e as repercussões em descanso semanal remunerado e no 13º salário.

Correção monetária na forma do disposto no artigo 39 e parágrafos da Lei nº 8.177/91, e juros de mora a partir do ajuizamento da ação, nos termos do contido no artigo 883 da CLT, devendo ser observado o disposto no Provimento CG/TST nº 01/96, com as alterações promovidas pelo Provimento CG/TST 03/2005 e, ainda, o disposto nas Súmulas 200 e 381 do TST.

Custas pela primeira reclamada, no valor de R$ 160,00, calculadas sobre o valor de R$ 8.000,00 atribuído à condenação, para este fim.

A segunda reclamada é isenta de custas e do depósito recursal e a execução, quando for direcionada contra si, será promovida com observância do contido no artigo 100 da Constituição Federal

A Secretaria deverá expedir alvará para a parte autora sacar o saldo existente na conta vinculada do FGTS.

Deverão ser compensados os valores pagos à parte autora pela segunda reclamada, conforme termos da defesa e documentos que

a acompanham.

Cientes a parte reclamante e a segunda reclamada (Súmula 197/TST).

Intime-se a primeira reclamada, por edital. ". O seu inteiro teor poderá ser obtido na Secretaria do Juízo, localizada na SHLN, Quadra 513- Bloco "B/C" - Sala T14 Brasília/DF. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume na Vara. Brasília/DF, 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-1796-36.2011.5.10.0002

Reclamante	Jose de Almeida Filho
Advogado	ROBERTA RODRIGUES FORTUNATO DE MELO(OAB: null)
Reclamado	Iberoamericana Consultoria e Serviços Ltda-Me
Reclamado	Ministério da Educação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ACÉLIO RICARDO VALES LEITE, Juiz(íza) da MM. 2ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Iberoamericana Consultoria e Serviços Ltda-Me de que o processo em referência foi incluído em pauta e que deverá comparecer pessoalmente no dia 29/05/12, às 14h35min, à AUDIÊNCIA relativa à Ação Trabalhista em referência, sendo facultada a nomeação de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844), no que deve apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, ficando desde logo intimado(a) para vista dos documentos apresentados. Cópia da petição inicial está à disposição na Secretaria do Juízo, localizada na SHLN, Quadra 513- Bloco "B/C" - Sala T14 Brasília/DF. O feito tramita pelo RITO ORDINÁRIO, sendo que a audiência será realizada de forma FRACIONADA. Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) fica desde já intimado(a) a apresentar, com a defesa, os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido o número do CNPJ e do CEI Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e sua última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios (Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT da 10ª Região). Quanto à apresentação de documentos, deverão ser observados os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado do Eg. Regional. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume na Vara. Brasília/DF, 2, MAIO de 2012.

3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-2-40.2012.5.10.0003

Reclamante	Josias Luiz da Silva
Advogado	EDVALDO MOREIRA PIRES(OAB: null)
Reclamado	Fianca Empresa de Seguranca Ltda
Advogado	ALICE RODRIGUES AUERSWALD(OAB: null)
Reclamado	Vipasa-Vigilancia Patrimonial Armada Ltda
Advogado	ALICE RODRIGUES AUERSWALD(OAB: null)

Vistos. Diante do requerimento do exequente, fixo a execução em R$ 5.000,00, valor devido desde 27/4/2012, já incluída a multa de 100%.

Cite-se a executada para pagamento do seu débito, no prazo de 48 horas.

Despacho

Processo Nº RT-25-83.2012.5.10.0003

Reclamante	Antonio Gonçalves de Lima
Advogado	ANTÔNIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Christianno Transportes e Servicos Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

Vistos. Tendo em vista a inadimplência de inúmeros acordos pelo grupo econômico da reclamadas destes, deixo de intimá-las para comprovar o pagamento, por medida de economia e celeridade processual e com fulcro no art. 5º LXXXVIII da CF/88.Fixo o débito das reclamadas em R$ 10.000,00, referente ao total do acordo, e multa sobre a primeira parcela.Cite-se a executada para pagamento no prazo de 48 horas sob pena de prosseguimento dos atos executórios.

Despacho

Processo Nº RT-40-52.2012.5.10.0003

Reclamante	Nuria Garcia Camblor Wolney
Advogado	RODOLFO RODRIGUES GALVÃO(OAB: null)
Reclamado	Gestor Serviços Empresariais Ltda

III - CONCLUSÃO

REJEITO os Embargos de Declaração prestar esclarecimentos, nos termos da fundamentação supra.

Intimem-se as partes

Despacho

Processo Nº RT-48-97.2010.5.10.0003

Reclamante	Rejane Carvalho de Sousa
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Liderança Limpeza e Conservação Ltda
Advogado	ANDRÉ SOBRAL ROLEMBERG(OAB: null)
Reclamado	União Federal (Advocacia Geral da União)
Advogado	MARIANA DE SOUZA PIAZ(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO

Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do
CPC e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o
presente feito terá a seguinte movimentação:
Encaminhe-se intimação a reclamada para proceder a devolução da CTPS da reclamante, no prazo de 5 dias.
Mirian Villas Boas Fernandes - Diretora de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-51-81.2012.5.10.0003

Reclamante	Fernanda dos Santos Pereira
Advogado	JOÃO BATISTA MENEZES LIMA(OAB: null)
Reclamado	Viação Luziânia Ltda
Advogado	ROBSON MORAIS LIÃO(OAB: null)

Intime-se a reclamante para receber as guais do TRCT e chave de

conectividade, que estão acostadas à contracapa dos autos.
Prazo: 10 (dez) dias.
Intime-se.

Despacho

Processo Nº RT-56-74.2010.5.10.0003

Reclamante	Delfina Botelho de Souza
Advogado	LUCIANA CARVALHO FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Lojas Americanas S.A.
Advogado	RAFAEL BRITTO FUNAYAMA(OAB: null)

Intime-se a exequente, via DEJT, para os fins do art. 884 da CLT. Prazo de cinco dias.

Despacho

Processo Nº RT-61-28.2012.5.10.0003

Reclamante	Jackelyne dos Santos Pereira
Advogado	BARTOLOMEU BEZERRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Hospital Santa Luzia S A
Advogado	HENRIQUE DE SOUZA VIEIRA(OAB: null)

SENTENÇA: "DISPOSITIVO

Ante o exposto, REJEITO os Embargos de Declaração, consoante fundamentação esposada, que passa a fazer parte integrante do presente decisum.
Intimem-se as partes.
Data supra.
"

Despacho

Processo Nº RT-71-72.2012.5.10.0003

Reclamante	Raimundo Welington de Sousa Nascimento
Advogado	JOSEVALDO DOS SANTOS SILVA(OAB: null)
Reclamado	Car - Confeccao e Comercio de Artefatos em Couro Ltda
Advogado	MARIANA KOURY VELOSO(OAB: null)
Reclamado	Leal Serviços Automotivos e Comércio de Acessórios Ltda
Reclamado	Angelo Jose Ferreira
Advogado	MARIANA KOURY VELOSO(OAB: null)

SENTENÇA: "DISPOSITIVO

Ante o exposto, REJEITO os Embargos de Declaração, consoante fundamentação esposada, que passa a fazer parte integrante do presente decisum.
Intimem-se as partes.
Data supra."

Despacho

Processo Nº RT-86-41.2012.5.10.0003

Reclamante	Joao Ribeiro dos Santos
Advogado	JOÃO EVANGELISTA DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Cremonenca Produtos Alimenticios Ltda Me
Advogado	FLÁVIO CHRISTMANN REIS(OAB: null)

III - CONCLUSÃO

REJEITO os Embargos de Declaração, nos termos da fundamentação supra.
Intimem-se as partes

Despacho

Processo Nº RT-129-12.2011.5.10.0003

Reclamante	Claudio Marcio Ribeiro Marcellos
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal. - CAESB
Advogado	OTONIL MESQUITA CARNEIRO(OAB: null)

sENTENÇA: "III - CONCLUSÃO

Em face do exposto, CONHEÇO da impugnação aos cálculos, para, no mérito ACOLHÊ-LAS, tudo nos termos da fundamentação supra, parte integrante deste dispositivo.
Na oportunidade, homologo os cálculos de liquidação de fls. 319/339 em substituição aos de fls. 270/291, fixando o valor da execução em R$ 49.335,55 atualizados até 30/04/2012, sem prejuízo de futuras atualizações.
Intimem-se as partes.
Decorridos os prazos, intime-se a executada a complementar o valor da execução.
Data supra."

Despacho

Processo Nº RT-151-36.2012.5.10.0003

Reclamante	Roberto Bahia Rocha
Advogado	ULISSES BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Uniao Federal
Advogado	PRISCILA BESSA RODRIGUES(OAB: null)

JULGO PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados por ROBERTO BAHIA ROCHA em face de UNIÃO nos termos da fundamentação, que integra o dispositivo para todos os fins legais e de direito.
Incidem juros de mora, correção monetária e recolhimentos previdenciários e fiscais, na forma da fundamentação.
Concedidos à parte autora os benefícios da justiça gratuita.
Custas, pela reclamada, no importe de R$ 400,00, das quais é isenta a União (CLT, art. 790-A, inc. I), calculadas sobre R$ 20.000,00, valor ora arbitrado à condenação.
Em razão do valor da condenação, dispensada a remessa dos autos ao e. Tribunal para fins de reexame necessário, de acordo com o disposto no art. 475, § 2º, do CPC e Súmula 303 do TST.
Ciente o reclamante, nos termos da Súmula 197 do C. TST.
Intime-se a reclamada.

CARLOS AUGUSTO DE LIMA NOBRE
Juiz do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº RT-154-88.2012.5.10.0003

Reclamante	Ivan Wolff do Espirito Santos
Advogado	GASPAR REIS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Servicos Especializados Ltda
Advogado	DALMO ROGÉRIO SOUZA DE ALBUQUERQUE(OAB: null)

Intime-se a reclamada, via DEJT, para proceder à retificação na CTPS do autor,conforme ata de fl. 142, bem como para, no mesmo prazo, comprovar o depósito das diferenças do FGTS e multa de 20% sobre o saldo total.

Despacho

Processo Nº RT-335-89.2012.5.10.0003

Reclamante	Thiago Henrique da Silva Costa
Advogado	GARDENIA DE FATIMA GONÇALVES MIRANDA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

Vistos.Tendo em vista a inadimplência de inúmeros acordos pela reclamada deste, deixo de intimá-la para comprovar o pagamento, por medida de economia e celeridade processual e com fulcro no art. 5º LXXXVIII da CF/88.Fixo o débito das reclamadas em R$ 5.400,00 referente ao total do acordo e multa sobre a primeira parcela.Solicite-se reserva de crédito à 7ª Vara do Trabalho de Brasília nos autos do processo 1665/2010. Por medida de celeridade e economia processual, o presente despacho será expedido em duas vias e terá força de ofício.Dê-se ciência ao reclamante que segundo informações recentes do Juízo da 7ª Vara do Trabalho de Brasília, não há previsão de atendimento da reserva e que o numerário à disposição daquele Juízo poderá ser insuficiente para quitar os inúmeros processos vinculados à Cautelar. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-391-25.2012.5.10.0003

Reclamante	Cicero Borges Pereira
Advogado	HERÁCLITO GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Carla Galvao - Me
Advogado	MAIRA MAMEDE ROCHA(OAB: null)

Vistos.

Intime-se a reclamada para proceder as anotações na CTPS do reclamante.

Prazo: 15 (quinze) dias.

Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-499-54.2012.5.10.0003

Reclamante	Antonia Alves Ferreira
Advogado	CARMEN SOARES MARTINS JANCOSKI(OAB: null)
Reclamado	Livia Barcelos Araujo

Diante da ausência injustificada das partes, decide-se ARQUIVAR a presente reclamação(CLT, art. 844).

Fica autorizado o desentranhamento da fl. 09, sendo a procuração e a declaração de pobreza, mediante cópia.

Despacho

Processo Nº RT-549-51.2010.5.10.0003

Reclamante	Jair Luciano Soares
Advogado	JORIVALMA MUNIZ DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Sociplan Engenharia Ltda
Reclamado	Banco do Brasil
Advogado	SANDRO PISSINI ESPINDOLA(OAB: null)

fl. 312... concedo vista ao exequente para se manifestar sobre as informações acima certificadas e requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias, importando o silêncio em arquivamento provisório dos autos até o retorno do AIRR interposto pelo segundo reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-575-15.2011.5.10.0003

Reclamante	Alissonelio Conceicao Araujo
Advogado	JOSÉ DEMERVAL BORGES DE PÁDUA(OAB: null)
Reclamado	Coopertran-Cooperativa dos Transportes Publicos do Df
Advogado	LUCIANE COÊLHO CARVALHO(OAB: null)

Vistos.Dê-se ciência ao exequente do resultado negativo do leilão, devendo manifestar-se acerca da proposta de pagamento apresentada pela executada à fl. 131 no prazo de cinco dias, importando o silêncio em aceitação. Publique-se

Despacho

Processo Nº RT-602-61.2012.5.10.0003

Reclamante	Sidclei Marriel dos Santos
Reclamado	BSI do Brasil Ltda

Tendo em vista os termos da decisão exarada à fl. 489, homologo os cálculos retificatórios apresentados pelo NUPRE, às fls. 490/496, em substituição aos de fls. 486.

Na oportunidade, fixa-se o valor da execução no importe de R$20.099,61, atualizados até 31/03/2012.

Publique-se para ciência das partes.

Despacho

Processo Nº RT-647-02.2011.5.10.0003

Reclamante	Marcio da Silva Lima
Advogado	MARIA AUGUSTA ALMEIDA DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Coopatram - Cooperativa de Profissionais Autonomos de Transporte de Sam

Vistos.Intime-se o exequente para informar o novo endereço da reclamada ou requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias, a fim de possibilitar o prosseguimento do feito. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-667-56.2012.5.10.0003

Reclamante	Welliton da Silva Costa
Advogado	SANDRO PEREIRA DE CASTRO(OAB: null)
Reclamado	Coral Empresa de Seguranca Ltda Em Recuperacao Judicial

Intime-se o reclamante, por seu patrono, para fornecer o endereço correto da reclamada, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-682-25.2012.5.10.0003

Reclamante	Carlos Augusto de Sousa
Advogado	PATRÍCIA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Ast Assessoria Em Servicos Terceirizados Ltda
Reclamado	Fub- Fundaçao Universidade de Brasília

Tendo em vista a proximidade da audiência, retiro o feito da pauta do dia 23/05/2012, às 14h05.

Incluo o feito na pauta de audiência inaugural do dia 06/06.2012, às 14h00.

Notifique(m)-se o(s) primeiro reclamado(s), com cópia da inicial, via postal.

Notifique-se o segundo reclamado, com cópia da inicial, por intermédio da PRF.

Publique-se para ciência do(a) reclamante.

As partes deverão ser advertidas acerca das cominações legais em caso de ausência.

Despacho

Processo Nº RT-697-91.2012.5.10.0003

Reclamante	Davi Silva Santos
Advogado	ROGÉRIO ISAIAS ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Reclamado	Banco Central do Brasil

Tendo em vista a proximidade da audiência, retiro o feito da pauta do dia 25/05/2012, às 13h30.

Incluo o feito na pauta de audiência inaugural do dia 05/06.2012, às 14h15.

Notifique(m)-se o(s) primeiro reclamado(s), com cópia da inicial, via postal.

Notifique-se o segundo reclamado, com cópia da inicial, por mandado.

Publique-se para ciência do(a) reclamante.

As partes deverão ser advertidas acerca das cominações legais em caso de ausência.

Despacho

Processo Nº RT-725-59.2012.5.10.0003

Reclamante	Andre Ferreira Gomes
Advogado	ANTÔNIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Flora Nativa Comercio de Plantas e Flores Ltda Me

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

25.05.2012 às 16:10 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-727-29.2012.5.10.0003

Reclamante	Maria Filha Barros do Nascimento
Advogado	ALDEMIO OGLIARI(OAB: null)
Reclamado	Condominio do Edificio Barao de Campanema

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

25.05.2012 às 17:00 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-728-14.2012.5.10.0003

Reclamante	Rodrigo Gomes Rezende
Advogado	GERALDO MARCONE PEREIRA(OAB: null)
Reclamado	Brxnq Telecomunicacoes Ltda

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

31.05.2012 às 13:45 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-729-96.2012.5.10.0003

Reclamante	Cristiane de Sousa Galiza
Advogado	ANTONIO DE PADUA ARAUJO(OAB: null)
Reclamado	Gomes Leite - Servicos Esteticos Ltda - Me

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

25.05.2012 às 16:00 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-730-81.2012.5.10.0003

Reclamante	Marilia Malheiro Yamashita
Advogado	BETANIA VIANA CORDEIRO(OAB: null)
Reclamado	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

06.06.2012 às 14:15 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-731-66.2012.5.10.0003

Reclamante	Ana Carolina Souza Magalhaes dos Santos
Advogado	EUZIMAR MACEDO LISBOA(OAB: null)
Reclamado	Monte Sinai Service Locacao de Mao de Obra Ltda
Reclamado	Fundacao Nacional do Indio

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

04.06.2012 às 14:05 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do

Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-732-51.2012.5.10.0003

Reclamante	Marcio Vanderley Sousa
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Omega Tecnologia e Engenharia Ltda
Reclamado	Mvg Engenharia e Construcao Ltda

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

23.05.2012 às 13:25 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-733-36.2012.5.10.0003

Reclamante	Jose Luiz Vieira
Advogado	LUIZ CEZAR DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Sermatec Assistencia Tecnica Ltda Me
Reclamado	Caixa Economica Federal

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

04.06.2012 às 14:00 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-734-21.2012.5.10.0003

Reclamante	Ocimar Ferreira Dias
Advogado	FRANCISCO BARBOSA DE MORAIS(OAB: null)
Reclamado	Viplan Viacao Planalto Limitada

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

25.05.2012 às 16:30 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-735-06.2012.5.10.0003

Reclamante	Jemerson Mota de Franca
Advogado	JOÃO CÂNDIDO DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Hotel Nacional S/A

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

25.05.2012 às 16:20 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-736-88.2012.5.10.0003

Reclamante	Flavia Ribeiro Soares
Advogado	ANTÔNIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Ebf Industria, Comercio e Servicos Ltda

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

25.05.2012 às 16:40 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-737-73.2012.5.10.0003

Reclamante	Jean Carlos Nascimento de Azevedo
Advogado	HERCÍLIO DE AZEVEDO AQUINO(OAB: null)
Reclamado	Steel Servicos Auxiliares Ltda
Reclamado	União Federal

Indefiro no momento a antecipação dos efeitos da tutela, para a expedição de alvará para levantamento do FGTS na forma requerida, tendo em vista não vislumbrar a presença dos requisitos, nos termos do art. 273 do CPC, revelando-se indispensável a formação do contraditório.
Ademais a documentação acostada aos autos não comprova a dispensa imotivada, requisito para o recebimento do benefício requerido.
Incluo o feito na pauta de audiência inaugural do dia 05/ 06/2012, 14h05min.
Notifique-se o primeiro reclamado via postal.
Notifique-se a segunda reclamada por mandado, encaminhando-lhe cópia da inicial.
Publique-se para ciência do(a) reclamante.
As partes deverão ser advertidas acerca das cominações legais

em caso de ausência.
Data supra.

Despacho

Processo Nº RT-739-43.2012.5.10.0003

Reclamante	Luciana Baptista de Souza Lage
Advogado	RODRIGO DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Centro de Formacao de Condutores "A,B" Serrana Ltda Me

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

25.05.2012 às 17:10 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-740-28.2012.5.10.0003

Reclamante	Elmir Ribeiro dos Santos
Advogado	MARCIA DOS SANTOS CORDEIRO(OAB: null)
Reclamado	A Maior Produtos de Limpeza Ltda-Me
Reclamado	União Federal (Tribunal Superior Eleitoral)

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

06.06.2012 às 14:10 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-741-13.2012.5.10.0003

Reclamante	Antonio Lisboa Pimentel de Souza
Advogado	JOSÉ VERISSIMO DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Concrecon Concreto e Construcoes Ltda

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

21.05.2012 às 13:20 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-742-95.2012.5.10.0003

Reclamante	Marcigeane Camilo Alves
Advogado	SANDOVAL CURADO JAIME(OAB: null)
Reclamado	Gvx Restaurante Ltda

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

01.06.2012 às 17:20 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-743-80.2012.5.10.0003

Reclamante	Fausto Mamedio Araujo
Advogado	SIMONE DE SOUSA TORRES(OAB: null)
Reclamado	Mac - Mara Alcamim Comercial de Alimentos Ltda

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

25.05.2012 às 15:40 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-744-65.2012.5.10.0003

Reclamante	Sind dos Trab Nas Ind da Constr e do Mob de Brasilia
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Mevato Construcoes e Comercio Ltda

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

25.05.2012 às 16:50 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-745-21.2010.5.10.0003

Reclamante	Silvia de Souza Carvalho

Advogado	GILBERTO CLAUDIO HOERLLE(OAB: null)
Reclamado	Globex Utilidades S. A.
Advogado	RAFAEL CALLY VILELA(OAB: null)

01. Homologo os cálculos de fls. 288/302, para fixar o débito em R$ 6.356,88, na data de 30/04/2012, sem prejuízo de futuras atualizações.
02.Cite-se a reclamada, via DJET, para pagar o débito, no prazo de 48 horas, sob pena de execução.

Despacho

Processo Nº RT-745-50.2012.5.10.0003

Reclamante	Marcelo Alves dos Santos
Advogado	RODRIGO OLIVEIRA ALVARES(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

25.05.2012 às 15:50 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-746-35.2012.5.10.0003

Reclamante	Carlos Cleiton da Silva Cortes
Advogado	CLÓVIS POLO MARTINEZ(OAB: null)
Reclamado	Sos Movel Tres R Ltda

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

01.06.2012 às 17:30 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-747-20.2012.5.10.0003

Reclamante	Araul Colli
Advogado	SEBASTIÃO DUQUE NOGUEIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasilia Ltda

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

04.06.2012 às 13:55 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-748-05.2012.5.10.0003

Reclamante	Julimar Leal Paes Landim
Advogado	PAULO RENAN PEREIRA LOPES(OAB: null)
Reclamado	Eletrocom Materiais de Construcao Ltda
Reclamado	Vert Engenharia Ltda

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

24.05.2012 às 13:20 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-749-58.2010.5.10.0003

Reclamante	Valdeci Moreira dos Santos
Advogado	RUBENS SANTORO NETO(OAB: null)
Reclamado	Higiterc - Higienizacao e Terceirizacao Ltda.
Reclamado	Uniao Federal Ministerio do Meio Ambiente
Advogado	MARIANA DE SOUZA PIAZ(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO

Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do
CPC e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o
presente feito terá a seguinte movimentação:
Renova-se o prazo de 5 dias ao reclamante para recebimento do Alvará para levantamento de FGTS e da CTPS.
Mirian Villas Boas Fernandes - Diretora de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-749-87.2012.5.10.0003

Reclamante	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	RAFAEL DE SA OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Sindicato dos T Na Ind P Dist Agua Serv Esgotos do Df

Trata-se a presente de ação declaratória com pedido de tutela antecipada ajuizada pela COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL CAESB em face de SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE PURIFICAÇÃO DE ÁGUA E SERVIÇOS DE ESGOTO NO DISTRITO FEDERAL - SINDIÁGUA. Pretende a autora a concessão de tutela antecipada para que seja declarada a quantidade mínima de empregados que devem se manter trabalhando em caso de movimento paredista. Afirma que o Sindicato réu para não incorrer em abuso do direito de greve, tem adotado a postura de determinar quais as áreas da Companhia não podem ser paralisadas e quantas pessoas são necessárias para a realização dos serviços, e que tal atitude afronta o art.

11 da lei 7783/99, pois não há consenso entre as partes. Requer seja declarada a quantidade mínima de empregados que devem se manter trabalhando durante o movimento paredista.

Em cognição sumária, não verifico a existência dos requisitos do art. 273 do CPC, revelando-se prudente o estabelecimento do contraditório, em homenagem ao princípio da ampla defesa.

Acrescente-se não justificar o receio de dano irreparável ou de difícil reparação, tendo em vista as partes ainda estão em fase de processo de negociação das necessidades da categoria, conforme ofício de fls. 21, portanto, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, sem prejuízo de nova apreciação até a sentença de mérito.

Incluo o feito na pauta de audiência inaugural do dia 05/06/2012 às 14h00.

Notifique-se o réu, via postal, encaminhando-lhe cópia da inicial.

Publique-se para ciência do(a) autora.

As partes deverão ser advertidas acerca das cominações legais em caso de ausência.

Despacho

Processo Nº RT-750-72.2012.5.10.0003

Reclamante	Raimundo Nonato da Silva
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

31.05.2012 às 13:50 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-751-57.2012.5.10.0003

Reclamante	Waldir Lopes Luz
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

04.06.2012 às 14:10 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-752-42.2012.5.10.0003

Reclamante	Eliane Dias Lima do Nascimento
Advogado	ALDEISE DE SOUSA E SILVA FIGUEIREDO(OAB: null)
Reclamado	Home - Hospital Ortopedico e Medicina Especializada Ltda.

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

25.05.2012 às 15:30 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-754-12.2012.5.10.0003

Reclamante	Edilson Macedo Lima
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

06.06.2012 às 14:05 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-755-94.2012.5.10.0003

Reclamante	Raquel Rodrigues dos Santos
Advogado	RODRIGO FRATTARI GOMES SILVA(OAB: null)
Reclamado	Unilimp - Distribuidora de Produtos de Limpeza Ltda

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

04.06.2012 às 13:45 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-756-79.2012.5.10.0003

Reclamante	Genicio Silva Lima

Advogado	LEONARDO GOMES ALVES(OAB: null)
Reclamado	Dan Engenharia e Consultoria Ltda
Reclamado	Ceb - Companhia Eletrica De Brasília

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

06.06.2012 às 13:35 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-757-64.2012.5.10.0003

Reclamante	Marcela Augusto Sampaio
Advogado	FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE(OAB: null)
Reclamado	Higiterc - Higienizacao e Terceirizacao Ltda

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

04.06.2012 às 13:50 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-758-49.2012.5.10.0003

Reclamante	Mychelle de Araujo Silva
Advogado	SUZI ANNE ROSA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Sintonia Gestao de Pessoas e Servicos Temporarios Ltda. - Me
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

06.06.2012 às 13:30 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-760-19.2012.5.10.0003

Reclamante	Marta de Andrade Martins Teixeira
Advogado	PEDRO VILAS BOAS RIBEIRO(OAB: null)
Reclamado	Mackson Marques Martins Maia
Reclamado	Global Village Telecom Ltda. -GVT

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

06.06.2012 às 13:50 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-761-04.2012.5.10.0003

Reclamante	Milton Rogerio de Souza
Advogado	LIDIANA LEMOS DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Linknet Tecnologia e Telecomunicacoes Ltda
Reclamado	Distrito Federal

DESPACHO: "Vistos etc...,

Trata-se de ação trabalhista por MILTON ROGÉRIO DE SOUSA em face de LINKNET TECNLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. E DISTRITO FEDERAL, visando em sede de liminar o arresto de valores via bloqueio de créditos em favor reclamada existentes junto à TERRACAP a fim de garantir a satisfação de seus créditos. Alega o reclamante, que foi dispensado imotivadamente sem recebimento das verbas rescisórias.
O art. 273, § 7º do CPC autoriza a antecipação incidental dos efeitos da tutela jurisdicional para determinar providência de natureza cautelar, desde que presentes os respectivos requisitos processuais.
O fumus boni iuris evidencia-se tendo em vista que os direitos afirmados são plausíveis.
O periculum in mora resta evidente, ante a situação financeira da ré, bem como por possuírem as verbas pleiteadas caráter alimentar .
Assim, nos termos do art. 273, § 7º, do CPC, antecipo os efeitos da tutela jurisdicional, para determinar o bloqueio dos créditos da reclamada LINKNET TECNLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA., existentes junto à TERRACAP, no importe de R$6.012,32. Expeça-se mandado judicial para o bloqueio dos créditos até o limite de R$ 6.012,32, que a reclamada possui junto à TERRACAP.

Inclua-se o feito na pauta de audiência inaugural do dia05/06/2012, às 14h10.
Notifique-se as reclamadas da presente de decisão e da audiência inaugural ora designada, remetendo-lhe cópia da petição inicial, sendo o segundo reclamado por mandado.
Publique-se para ciência do autor.
Data supra.
"

Despacho

Processo Nº RT-762-86.2012.5.10.0003

Reclamante	Patricia Daniele Ramalho Alves
Advogado	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO(OAB: null)
Reclamado	Beleza Pura Cabeleireiros Ltda Em

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

25.05.2012 às 13:30 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-763-71.2012.5.10.0003

Reclamante	Vardilei Pereira de Matos
Advogado	JANAÍNA GUIMARÃES SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Rei Distribuidora e Atacadista de Materiais para Construcao Ltda

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

01.06.2012 às 16:40 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-764-56.2012.5.10.0003

Reclamante	Carlos Joaquim Fontes
Advogado	MÔNICA GONÇALVES DA CUNHA CASTRO(OAB: null)
Reclamado	Engeprax Construtora Ltda
Reclamado	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuaria

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

06.06.2012 às 13:55 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-765-41.2012.5.10.0003

Reclamante	Maria Eliza Nunes Marques
Advogado	CIRENE ESTRELA(OAB: null)
Reclamado	Garra Distribuição

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

01.06.2012 às 17:00 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-766-26.2012.5.10.0003

Reclamante	Helio Sales de Sousa
Advogado	KARLA FERNANDA BASTOS CUNHA DE OLIVEIRA O. COHEN(OAB: null)
Reclamado	Lindapele Produtos de Beleza Ltda Epp

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

01.06.2012 às 13:30 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-767-11.2012.5.10.0003

Reclamante	Gerson Pereira da Costa
Advogado	ANTÔNIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Maqfrigor Refrigeracao e Maquinas Ltda Me

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

01.06.2012 às 16:50 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-769-78.2012.5.10.0003

Reclamante	Simone Brito dos Santos
Advogado	ANTÔNIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Creuzelita do Vale Bezerra Me

INTIMAÇÃO AO RECLAMANTE AUDIÊNCIA INICIAL DESIGNADA PARA:

01.06.2012 às 17:10 horas

Fica V.Sa. intimado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia e hora epigrafados, na sala de audiências da 3a. Vara do

Trabalho de Brasília, sita a:
SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Térreo, sala 25, devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sob pena de arquivamento da reclamação trabalhista na forma do artigo 844 da CLT, ficando ciente, desde já, de que a audiência NÃO será una.

Despacho

Processo Nº RT-880-96.2011.5.10.0003

Reclamante	Carlos Augusto Lopes da Silva
Advogado	MARCELO TEODORO GUIMARAES PIRES(OAB: null)
Reclamado	Ph Servicos e Administracao Ltda
Advogado	LAURO ANTONIO CALENZANI(OAB: null)
Reclamado	União - Fundação Universidade de Brasilia - FUB
Advogado	MAURICIO NEVES ARBACH(OAB: null)

Após, intime-se a primeira reclamada, via DEJT, para apresentar contrarrazões ao recurso ordinário interposto, caso queira. Prazo oito dias.

Despacho

Processo Nº RT-886-40.2010.5.10.0003

Reclamante	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO
Advogado	NILTON DA SILVA CORREIA(OAB: null)
Reclamado	Candido Jose Correia Ribeiro

Vistos.De fato, analisando a matrícula de fls. 461/462 constatamos que o imóvel não é mais de propriedade do Sr. CÂNDIDO JOSÉ CORREIA RIBEIRO.Assim, intime-se o autor, SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS, para que indique bens livres e desembaraçados do executado à penhora, no prazo de cinco dias, ou requeira o que entender de direito.Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-1145-98.2011.5.10.0003

Reclamante	Osvaldo Diniz
Advogado	ALICE RODRIGUES AUERSWALD(OAB: null)
Reclamado	Nova União Construções Ltda
Reclamado	Brookfield Incorporações
Advogado	RAPHAEL LOCATELLI(OAB: null)

Sentença: "Pelo exposto, rejeitam-se as preliminares suscitadas e, no mérito, julgam-se PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados, para condenar as reclamadas, sendo a segunda de forma subsidiária, a pagarem ao reclamante, no prazo legal, as verbas deferidas, tudo nos termos da fundamentação supra, parte integrante deste dispositivo.

Condena-se a primeira reclamada a efetuar, no prazo legal, o depósito do FGTS acrescidos da multa fundiária (percentual de 40% - quarenta por cento) e sobre aviso prévio e 13º salário proporcional, sob pena de, não o fazendo, ter que arcar com o pagamento de indenização correspondente, pela qual responde subsidiariamente a segunda reclamada, tudo nos termos da fundamentação.

Liquidação da sentença por cálculos.

Juros e correção monetária na forma da lei.

Contribuições previdenciárias e Imposto de Renda nos termos do art. 114, inciso VIII, da CF, Consolidação dos Provimentos do TST, Sum. 368 do TST e demais legislação pertinente à matéria.

Após o trânsito em julgado, oficie-se à CEF, à DRT, ao INSS e à Receita Federal.

Custas pela primeira reclamada, no importe de R$ 300,00, calculadas sobre a condenação, ora arbitrada em R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Intimem-se as partes, sendo a primeira reclamada por edital.

Nada mais.

"

Despacho

Processo Nº RT-1158-34.2010.5.10.0003

Reclamante	Iracema de Souza Beguito
Advogado	PEDRO VILAS BOAS RIBEIRO(OAB: null)
Reclamado	Ana Karen da Silva Pinheiro - Me
Advogado	RAFAEL DIAS PETTINATI(OAB: null)

Revendo melhor os autos, verifico que não foi publicada a decisão de fl. 166, não fluindo, portanto, os prazos recursais.
Publique-se a decisão de fls. 166 que deferiu a adjudicação de bens, devendo a executada no prazo recursal indicar a localização do bem adjudicado, sob as penas da lei.

Despacho

Processo Nº RT-1179-73.2011.5.10.0003

Reclamante	Gutemberg Ferreira dos Santos
Advogado	ROGERIO ALVES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Nova Casa Bahia S/A
Advogado	ADRIANA CORROCHANO MORI(OAB: null)

Sentença: "Pelo exposto, julgam-se TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos formulados pelo reclamante em face da reclamada, conforme fundamentos acima lançados.

Custas pela reclamante, no importe de R$ 3000,00, calculadas sobre o valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), atribuído à causa, dispensadas, na forma da lei.

Intimem-se as partes.

Nada mais."

Despacho

Processo Nº RT-1211-78.2011.5.10.0003

Reclamante	Francisca Alves Miranda do Vale
Advogado	PAULO CESAR FARIAS VIEIRA(OAB: null)
Reclamado	Matisse Comunicação de Marketing Ltda
Advogado	FLAVIO LUCAS DE MENEZES SILVA(OAB: null)

Vistos. Com razão a exequente. Conforme documento de fl. 97 e manifestação de fl. 99, do exequente, apenas a terceira parcela do acordo ficou pendente de pagamento.
Dessa forma, proceda a Secretaria o cálculo da 3ª parcela do acordo acrescida de multa de 100%.
Após, expeça-se alvará para liberação do crédito líquido do exequente, intimando-o para recebimento no prazo de 10 (dez) dias.
O saldo remanescente deverá ser transferido para os autos do processo n. 0001093-05.2011.5.10.0003, desta vara, no qual contendem JULIANA CARVALHO MACHADO, reclamante, e MATISSE COMUNICAÇÃO DE MARKETING LTDA, reclamada.
Declaro extinta a execução.
Efetivadas as movimentações acima determinadas, remetam-se os autos ao arquivo definitivo, com exclusão dos dados do BNDT e a retirada de eventual restrição judicial sobre veículos.
Intimem-se.

Despacho

Processo Nº RT-1267-48.2010.5.10.0003

Reclamante	Elismar Fernandes da Silva Santos
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda
Advogado	ADRIANO MAGALHÃES PINHO COELHO(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S/A
Advogado	GUSTAVO AMATO PISSINI(OAB: null)
Reclamado	Silvio Pimenta Vieira
Reclamado	Alessandro Facundes Bonfim Bezerra

Vistos.Homologo o cálculo, fixando o débito referente aos recolhimentos previdenciários do pacto laboral conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT).

Especificação do débito:

Total da execução R$ 5.406,50 Atualizado até: 30/04/2012

INSS Pacto Laboral: 5.406,50

Cite-se o executado, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e os sócios, para pagamento do débito de R$ 5.406,50, valor atualizado até o dia 30/04/2012, em 48 horas, sob pena de penhora.

Despacho

Processo Nº RT-1280-47.2010.5.10.0003

Reclamante	Fernando Augusto Souza Borges
Advogado	JOSÉ DA SILVA LEÃO(OAB: null)
Reclamado	Higiterc - Higienizacao e Terceirizacao Ltda
Reclamado	UNIÃO - União

Tendo em vista os termos da decisão exarada à fl. 260, homologo os cálculos retificatórios apresentados pelo NUPRE, às fls. 261/265, em substituição aos de fls. 201/208.

Na oportunidade, fixa-se o valor da execução no importe de R$1.083,19, atualizados até 31/10/2011.

Publique-se para ciência das partes.

Despacho

Processo Nº RT-1372-25.2010.5.10.0003

Reclamante	Severino Jose de Franca
Advogado	JAIRO RODRIGUES BIJOS(OAB: null)
Reclamado	Coop Hab de Mao de Obra Trab e Hab Serv Legis do Df e Entorn
Advogado	CARLOS ABRAHÃO FAIAD(OAB: null)
Reclamado	Robinson Adolfo Goncalves Teixeira
Reclamado	Henrique Jose Pinto

ATO ORDINATÓRIO - Ao exequente, por 10 dias, para vista das declarações de bens do Presidente da executada, arquivadas de forma digital, nesta Secretaria.

Despacho

Processo Nº RT-1399-71.2011.5.10.0003

Reclamante	Osvaldo Francisco da Silva
Advogado	JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Fiança Empresa de Segurança Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Vipasa-Vigilancia Patrimonial Armada Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Luiz Vicente Araujo
Reclamado	Maria de Lourdes Nogueira Araujo
Reclamado	Christianno Nogueira Araujo
Reclamado	Julieta Rebeca Nogueira Araujo

Garantida a execução com o bloqueio bacenjud da quantia de R$ 33.591,89 de fls. 125/128.

O valor atual da presente execução encontra-se no montante de R$ 19.800,00.

Entretanto, tendo em vista as inúmeras execuções em trâmite neste juízo em desfavor das executadas e seus sócios, convolo em penhora o valor total bloqueado.

Intime-se as executadas, via DEJT, para ciência da penhora e para os fins do art. 884 da CLT.

Intime-se o sócio Chistiano Nogueira Araújo, via postal, para ciência da penhora e para os fins do art. 884 da CLT.

Despacho

Processo Nº RT-1597-45.2010.5.10.0003

Reclamante	Rivaldo Fernandes de Sena
Advogado	PAULO ROBERTO ALVES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	GUSTAVO OUVINHAS GAVIOLI(OAB: null)

Libero o valor incontroverso apontado à fl. 779.Determino à Caixa Econômica Federal efetuar a movimentação abaixo, utilizando para tal o numerário existente na conta judicial de número 3920-042 - 04937477-5.Libere-se ao exequente, na pessoa do Dr. PAULO ROBERTO ALVES DA SILVA, OAB Nº 27473/DF, CPF Nº 40388506091 o valor líquido de R$ 257.495,61;O banco deverá comprovar a movimentação no prazo de 10 (dez) dias.O prazo de validade do alvará será de 90 dias, a contar de sua expedição.Cumpra-se na forma da Lei.Intime-se o exequente, via DEJT, para receber o alvará no prazo de 5 dias.

Despacho

Processo Nº RT-1654-29.2011.5.10.0003

Reclamante	Sergina Ferreira de Sousa
Advogado	CARLOS ANDRÉ LOPES ARAÚJO(OAB: null)
Reclamado	Wal Mart Brasil Ltda
Advogado	MARIA HELENA VILLELA AUTUORI ROSA(OAB: null)

Intime-se a reclamante, para, querendo, contraarrazoar o recurso ordinário da reclamada fls. 427/445. Prazo de 08 dias.

Despacho

Processo Nº RT-1703-70.2011.5.10.0003

Reclamante	Sindicato Nacional dos Aeroviários
Advogado	ÁLVARO SÉRGIO GOUVÊA QUINTÃO(OAB: null)
Reclamado	Webjet Linhas Aereas S.A.
Advogado	MARCELO HENRIQUE TADEU MARTINS SANTOS(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO - Ao reclamante, por 8 dias, para contra-arrazoar o recurso ordinário adesivo interposto pelo reclamado.

Despacho

Processo Nº RT-1810-17.2011.5.10.0003

Reclamante	Jorrana Leite Bessa
Advogado	SIMONE BORGES MARTINS COELHO(OAB: null)
Reclamado	Intermédica Sistema de Saúde S A
Advogado	CAIO ANTONIO RIBAS DA SILVA PRADO(OAB: null)

III - CONCLUSÃO

ACOLHO PARCIALMENTE os Embargos de Declaração prestar esclarecimentos, nos termos da fundamentação supra.

Intimem-se as partes

Despacho

Processo Nº RT-1937-52.2011.5.10.0003

Reclamante	Julio Silva de Lucena
Advogado	KAROLYNE GUIMARÃES DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Corpservice- Cooperativa de Servicos Ltda
Reclamado	Politec Tecnologia da Informacao S/A
Advogado	JOSAPHA FRANCISCO DOS SANTOS(OAB: null)

Vistos.Certifique-se nos autos principais a interposição de agravo de instrumento pela segunda reclamada.Mantenho a decisão agravada.Intime-se o reclamante, via DEJT, para, querendo, contraminutar o agravo de instrumento interposto pela segunda reclamada. Prazo oito dias.

Despacho

Processo Nº RT-2011-09.2011.5.10.0003

Reclamante	Leonildo Jose da Silva
Advogado	ITALO JOSÉ BARBOSA XAVIER(OAB: null)
Reclamado	Ruricula Serviços Agropecuários Ltda
Advogado	ROGERIO REIS DE AVELAR(OAB: null)

Vistos.

Indefiro o requerimento de expedição de ofício ao HSBC, tendo em vista os limites estabelecidos na inicial. Ressalte-se que o reclamante faz menção apenas de forma genérica, na inicial, ao recebimento de salário por fora.

Aguarde-se o cumprimento da medida deprecada e a realização da audiência designada.

Intime-se.

Despacho

Processo Nº RT-2039-74.2011.5.10.0003

Reclamante	Robson Rodrigues de Oliveira
Advogado	ANTÔNIO MARQUES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	ANGELICA CRISTINA CONCEIÇÃO DUTRA(OAB: null)

SENTENÇA: "DISPOSITIVO

Em face do exposto, ACOLHO PARCIALMENTE os Embargos de Declaração para, sanando a omissão apontada, imprimir-lhes efeito modificativo para condenar a reclamada a pagar ao reclamante os reflexos da gratificação de titulação em: férias, 1/3 férias, adicional de tempo de serviço, 13º salário, horas extras e FGTS, nos termos constantes da fundamentação.

Intimem-se as partes.

Data supra.

"

Despacho

Processo Nº RT-18200-24.1995.5.10.0003

Processo Nº RT-182/1995-003-10-00.3

Reclamante	TIMOTEO JOSE LUSTOSA
Advogado	ALDENEI DE SOUZA E SILVA(OAB: null)
Reclamado	Suporte Estruturas Metalicas Ltda
Advogado	ISAU DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Edson Luiz Bernardes Ferreira
Reclamado	Roque Land Bernardes Ferreira
Reclamado	Silvia Regina Ferreira Vaz

ATO ORDINATÓRIO - Informe o exequente, em 30 dias, o nº do seu CPF, com vistas à expedição de mandado de protesto notarial.

Despacho

Processo Nº RT-20600-88.2007.5.10.0003

Processo Nº RT-206/2007-003-10-00.9

Reclamante	Ramon Carneiro da Costa
Advogado	ULISSES RIEDEL DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal
Advogado	ADRIANA SOUSA DE OLIVEIRA(OAB: null)

Manifeste-se a executada acerca dos requerimentos e documentos apresentados às fls. 394/403 e 407/409. Prazo de 05 dias.

Despacho

Processo Nº RT-33200-10.2008.5.10.0003

Processo Nº RT-332/2008-003-10-00.4

Reclamante	Luzia Maria dos Reis
Advogado	ELIZABETH TOSTES PEIXOTO(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A
Advogado	JULIANA FURTADO DE MOURA(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO - À executada, por 10 dias, para manifestar -se sobre as alegações do exequente de fl. 1238. Frise-se que eventual saldo remanescente será liberado, quando encerrada a discussão dos valores devidos pela executada, caso ainda existentes.

Despacho

Processo Nº RT-34400-28.2003.5.10.0003

Processo Nº RT-344/2003-003-10-00.4

Reclamante	Benicio Viana da Silva
Advogado	ANTONIO LEONEL DE ALMEIDA CAMPOS(OAB: null)
Reclamado	Inttermedium Empreendimentos Imobiliarios Ltda
Advogado	REGINA MARIA DE FREITAS CASTRO(OAB: null)

Em face da quitação do débito por parte do exequente, declaro extinta a execução nos termos do art. 794, I do CPC. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-75400-32.2008.5.10.0003

Processo Nº RT-754/2008-003-10-00.0

Reclamante	Aline Petisco Boscarino Fernandes Vieira
Advogado	ANTONIO LEONEL DE ALMEIDA CAMPOS(OAB: null)
Reclamado	Rodinei Aparecido do Nascimento
Advogado	BRUNO RODRIGUES PENA(OAB: null)
Reclamado	Rodinei Aparecido do Nascimento

Intime-se a exequente, via DEJT, para, querendo, manifestar-se sobre os embargos à execução do executado fls. 289/321. Prazo de 05 dias.

Despacho

Processo Nº RT-111600-04.2009.5.10.0003

Processo Nº RT-1116/2009-003-10-00.7

Reclamante	Francisco Cruz do Nascimento Filho
Advogado	JOSE ALDEMIR BORGES DE MATOS(OAB: null)
Reclamado	Palma Construcoes Ltda
Advogado	WALTER JOSÉ FAIAD DE MOURA(OAB: null)
Reclamado	Joao Leonardi Linhares Falcao Morais
Reclamado	Heitor de Mendonca Studart

Vistos.À vista da certidão supra, assino o prazo de dez dias ao exequente para informar o atual endereço do sócio JOÃO

LEONARDI LINHARES FALCÃO ou requerer o que entender de direito. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-111800-79.2007.5.10.0003

Processo Nº RT-1118/2007-003-10-00.4

Reclamante	Romildo Inacio Xavier
Advogado	FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS MIRANDA(OAB: null)
Reclamado	ARNALDO DA SILVA SANTOS
Advogado	MILTON CLEBER LOPES COSTA(OAB: null)

Vistos.A União reitera o pedido de fl. 258, requerendo que sejam juntadas as GFIP/SEFIP referentes às GPS anexadas aos autos, para que tais valores possam ser apropriados aos benefícios previdenciários do reclamante.Assim, concedo o prazo de trinta dias à reclamada para atender a exigência da Autarquia previdenciária.Intime-se.

Despacho

Processo Nº RT-113300-49.2008.5.10.0003

Processo Nº RT-1133/2008-003-10-00.3

Reclamante	Luciana Sales Silva
Advogado	ROSEMEIRE DAVID DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Art Midia Comercio de Confeccoes Ltda/Me
Advogado	MOISES ADRIANO AMORIM DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Michele Araujo Pereira
Reclamado	Marcella Araujo Pereira

Vistos.Defiro o requerimento do exequente quanto à restrição de circulação do veículo de placa DKN 5732, por meio do sistema RENAJUD.

No entanto, por desconhecido o paradeiro da sócia executada MARCELLA ARAÚJO PEREIRA, impossibilitada a expedição de mandado de penhora e avaliação. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-118600-89.2008.5.10.0003

Processo Nº RT-1186/2008-003-10-00.4

Reclamante	Cláudio José da Costa
Advogado	HERACLITO ZANONI PEREIRA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Servicos Ambientais S.A. (em Recuperação Judicial)
Advogado	SUELY MULKY(OAB: null)

Vistos.Requer a executada a sua intimação para fluência do prazo para embargos à execução, por encontrar-se em .recuperação judicial.Ocorre, pois, que a intimação de fls. 710/711 teve esse objetivo, e o prazo concedido à executada para embargos à execução já esgotou.Assim, nada a decidir sobre tal requerimento, prossiga-se conforme despacho de fl. 709.Intime-se o exequente para ciência dos cálculos e fins do art. 884 da CLT. Prazo de cinco dias.Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-127400-43.2007.5.10.0003

Processo Nº RT-1274/2007-003-10-00.5

Reclamante	Rubia Cristina Oliveira da Silva
Advogado	ROSA MARIA FERNANDES TROINA GOMES(OAB: null)
Reclamado	Ribruvima Comercial de Alimentos Ltda-Epp
Advogado	JESUS GERALDO MOROSINO(OAB: null)
Reclamado	Mayra Quintas de Sousa
Reclamado	Vinicius Quintas de Sousa

ATO ORDINATÓRIO

Certifico e dou fé, com amparo no § 4ºdo art.162 do CPC e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste TRT,que o presente feito terá a seguinte movimentação:Vista à reclamante. Prazo de dez dias. Transcorridos, restituam-se ao arquivo provisório.

Brasília - DF, 30 de abril de 2012 (2ªfeira)

MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES

Diretora de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-132400-53.2009.5.10.0003

Processo Nº RT-1324/2009-003-10-00.6

Reclamante	Rozane de Oliveira Santos
Reclamado	BSI do Brasil Ltda
Advogado	JOÃO PAULO GONÇALVES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal
Advogado	ANA CAROLINA ALVES DE LANA TÔRRES(OAB: null)

Intime-se a exequente, para, querendo, contraarrazoar o Agravo de Petição da executada fls. 395/406. Prazo de 08 dias.

Despacho

Processo Nº RT-147200-86.2009.5.10.0003

Processo Nº RT-1472/2009-003-10-00.0

Reclamante	Luciene Resende Dourado
Advogado	JORIVALMA MUNIZ DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Banco Cacique S.A.
Advogado	CAIO ANTONIO RIBAS DA SILVA PRADO(OAB: null)
Reclamado	Cacique Promotora de Vendas Ltda.
Advogado	CAIO ANTONIO RIBAS DA SILVA PRADO(OAB: null)

Cite-se o executado, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, dando-lhe ciência de que seu débito é de R$ 11.041,89, valor atualizado até 30/4/2012, estando o juízo parcialmente garantido com o numerário existente à fl. 351 (R$ 8.720,41), procedente do depósito recursal da fl. 175 e 290, o qual fica convertido em penhora.

Cientifique, ainda, o executado de que a penhora proceder-se-á, apenas, em relação ao valor do débito remanescente, no importe de R$ 2.321,48, valor atualizado até o dia 30/04/2012, para total garantia do juízo e posterior fluência de prazo para embargos.

Deverá o executado providenciar o pagamento do débito remanescente no prazo de 48 horas ou garantir o juízo para fins de embargos. Sob pena de prosseguimento da execução, observada a gradação do art. 655 do CPC.

O débito será atualizado pela Secretaria no ato do pagamento.

Despacho

Processo Nº RT-171200-53.2009.5.10.0003

Processo Nº RT-1712/2009-003-10-00.7

Reclamante	Raimundo Rodrigues Batista
Advogado	GASPAR RODRIGUES DA ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Faster Brasex Transportes e Logistica Ltda.
Reclamado	Daniella Araujo Soares
Reclamado	Karina Araujo Sette Camara
Reclamado	Banco Daycoval S/A
Advogado	DANIEL NUNES ROMERO(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO - Ao exequente, por 10 dias, para vista das declarações de renda das sócias, arquivadas em pasta digital, nesta Secretaria.

Despacho

Processo Nº RT-181200-15.2009.5.10.0003

Processo Nº RT-1812/2009-003-10-00.3

Reclamante	Raimundo Nonato dos Santos Araujo
Advogado	ALISSON DE SOUZA E SILVA(OAB: null)
Reclamado	M M - Panificadora e Confeitaria Ltda - Me
Advogado	MARCIA PAIVA BERNARDES(OAB: null)
Reclamado	Marcia Paiva Bernardes

ATO ORDINATÓRIO - Ao exequente, por 10 dias, para vista das declarações de bens da sócia da executada, arquivadas em pasta digital, nesta Secretaria.

Edital

Edital

Processo Nº RT-327-49.2011.5.10.0003

Reclamante	Jose Almir Reis da Silva
Advogado	JOSEVALDO DOS SANTOS SILVA(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locacão, Servico, Construcão Civil e Mineracão Ltda
Reclamado	Caixa Econômica Federal-CEF
Advogado	OSVALDO CAITANO DE MORAES(OAB: null)

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho CARLOS AUGUSTO DE LIMA NOBRE da 3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADO o RECLAMADO Visual - Locacão, Servico, Construcão Civil e Mineracão Ltda, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito:

"Sentença: " III - CONCLUSÃO

Em face do exposto, CONHEÇO dos embargos à execução opostos por CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, para, no mérito REJEITÁ-LOS, tudo nos termos da fundamentação supra, parte integrante deste dispositivo.

Custas da presente decisão, pela executada, no importe de R$44,26, nos termos do art. 789-A, V da CLT, com redação dada pela Lei 10.537/02.

Fixo a execução em R$ 6.054,59, atualizados até 31.01.2012, sem prejuízo de futuras atualizações (fls. 244).

Julgo subsistente a penhora de fls. 267.

Decorridos os prazos, atualizem-se os cálculos, libere-se à exequente o seu crédito líquido, a partir da conta judicial de fls.267, procedendo, ainda, aos recolhimentos para o INSS e custas processuais.

Confeccionado o alvará, intime-se a exequente para recebimento, devendo comprovar o valor sacado no prazo de 5 dias e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção da execução.

Intimem-se as partes.

Data supra.

"Intime-se a primeira executada, por edital, para ciência da decisão de embargos à execução e para, querendo, contraminutar o agravo de petição interposto pela segunda executada. Prazo oito dias.".

O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na SEPN 513, BLOCO B, LOTES 2/3, SALA T21 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, e para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES

Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-452-80.2012.5.10.0003

Reclamante	Wesley de Souza Silva
Advogado	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Criare Brasilia Móveis Planejados Ltda-Me - n/p: Ana Paula Mesquita Carneiro Fortes

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO AUDIÊNCIA INICIAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 31/05/2012 13h30.

O(A) Juiz(a) do Trabalho VILMAR REGO OLIVEIRA da 3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Criare Brasilia Móveis Planejados Ltda-Me - n/p: Ana Paula Mesquita Carneiro Fortes, a comparecer perante esta Vara do Trabalho, no dia 31/05/2012 13h30, à AUDIÊNCIA INICIAL relativa à reclamação trabalhista cuja cópia está à disposição do(a) reclamado(a) na Secretaria deste Juízo, sito na SEPN 513, BLOCO B, LOTES 2/3, SALA T21 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, onde deverá apresentar defesa (art. 846 - CLT). Deverá estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sob pena da Lei (art. 844 - CLT), sendo-lhe facultada a substituição prevista no parágrafo 1º do art. 843 consolidado. Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES

Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-472-71.2012.5.10.0003

Reclamante	Regina Cassia Montenegro Braz Gomes
Advogado	WENDERSON BRAZ GOMES JÚNIOR(OAB: null)
Reclamado	Work - Services Conservacao e Limpeza Ltda
Reclamado	União Federal - Ministério da Saúde

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO AUDIÊNCIA INICIAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 31/05/2012 13h35.

O(A) Juiz(a) do Trabalho VILMAR REGO OLIVEIRA da 3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Work - Services Conservacao e Limpeza Ltda, a comparecer perante esta Vara do Trabalho, no dia 31/05/2012 13h35, à AUDIÊNCIA INICIAL relativa à reclamação trabalhista cuja cópia está à disposição do(a) reclamado(a) na Secretaria deste Juízo, sito na SEPN 513, BLOCO B, LOTES 2/3, SALA T21 - ASA

NORTE - BRASÍLIA/DF, onde deverá apresentar defesa (art. 846 - CLT). Deverá estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sob pena da Lei (art. 844 - CLT), sendo-lhe facultada a substituição prevista no parágrafo 1º do art. 843 consolidado. Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-757-64.2012.5.10.0003

Reclamante	Marcela Augusto Sampaio
Advogado	FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE(OAB: null)
Reclamado	Higiterc - Higienizacao e Terceirizacao Ltda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA

VILMAR REGO OLIVEIRA, Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, faz saber a todos quantos virem o presente Edital que fica: Higiterc - Higienizacao e Terceirizacao Ltda - CNPJ: 7359967000103, reclamado nos autos do processo em epígrafe, encontrado em local incerto e não sabido, NOTIFICADO a comparecer à audiência relativa ao processo identificado em epígrafe, cuja cópia da petição inicial, bem como dos documentos apresentados, encontra-se disponível à reclamada na Secretaria do Juízo, a ser realizada na sala de audiências desta 3ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, instalada na Avenida W/3 Norte, Quadra 513, Lote 02/3, bloco"B", sala T21, às 13:50 horas do dia 04/06/2012, quando poderá apresentar defesa (CLT, Art. 846), devendo estar presente independentemente do comparecimento de advogado, sendo-lhe facultado designar prepostos, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento importará na aplicação de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT), A parte reclamada deverá apresentar resposta através de advogado (art. 846, CLT, c/c art. 1º da Lei 8.906/94). Considerando a diversidade/complexidade da matéria e pedidos em debate haverá fracionamento de audiência, com designação específica para audiência de instrução e julgamento, não havendo, portanto, necessidade de comparecimento de testemunhas na data acima especificada. Entretanto, quando da realização da audiência de instrução, havendo impossibilidade do comparecimento espontâneo de testemunhas, o respectivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial ora designada, sob pena de preclusão. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial e ainda afixado no local de costume na sede desta Vara. Eu, MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES, Diretora de Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, conferi e subscrevi o presente no dia 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-1008-19.2011.5.10.0003

Reclamante	Flavio Ribeiro da Silva
Advogado	GIOVANNI SIMÃO DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Lyon - Servicos Terceirizados Ltda
Advogado	GERALDO SILVEIRA RODRIGUES JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Carlos Adriano dos Santos Rocha
Reclamado	Germano Oliveira de Carvalho

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO

O(A) Juiz(a) do Trabalho CARLOS AUGUSTO DE LIMA NOBRE da 3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADO o RECLAMADO Germano Oliveira de Carvalho, para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:

Total da execução R$ 624,94 Atualizado até: 31/03/2012

Liq. Exequente....: 148,98

INSS Pacto Laboral: 475,96

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-1009-04.2011.5.10.0003

Reclamante	Luciana dos Santos Barroso
Advogado	GIOVANNI SIMÃO DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Lyon - Servicos Terceirizados Ltda
Advogado	GERALDO SILVEIRA RODRIGUES JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Carlos Adriano dos Santos Rocha
Reclamado	Germano Oliveira de Carvalho

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO

O(A) Juiz(a) do Trabalho CARLOS AUGUSTO DE LIMA NOBRE da 3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADO o RECLAMADO Germano Oliveira de Carvalho, para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:

Total da execução R$ 310,38 Atualizado até: 31/03/2012

Liq. Exequente....: 60,38

INSS Terceiros....: 40,50

INSS Pacto Laboral: 209,50

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-1267-48.2010.5.10.0003

Reclamante	Elismar Fernandes da Silva Santos
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda
Advogado	ADRIANO MAGALHÃES PINHO COELHO(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S/A
Advogado	GUSTAVO AMATO PISSINI(OAB: null)
Reclamado	Silvio Pimenta Vieira
Reclamado	Alessandro Facundes Bonfim Bezerra

EDITAL DE CITAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho VILMAR REGO OLIVEIRA da 3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, ficam CITADOs os sócios SÍLVIO PIMENTA VIEIRA e ALESSANDRO FACUNDES BONFIM BEZERRA, para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAREM a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:
Total da execução R$ 5.406,50 Atualizado até: 30/04/2012
INSS Pacto Laboral: 5.406,50

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 30 de abril de 2012.

MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-1301-86.2011.5.10.0003

Reclamante	Eila Mota dos Santos
Advogado	ANDERSON FERREIRA GONÇALVES(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda
Reclamado	Silvio Pimenta Vieira
Reclamado	Alessandro Facundes Bonfim Bezerra

EDITAL DE CITAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho CARLOS AUGUSTO DE LIMA NOBRE da 3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, ficam CITADOS os RECLAMADOS SILVIO PIMENTA VIEIRA e ALESSANDRO FACUNDES BONFIM BEZERRA, para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:

Liq. Exequente....: 4.099,53;
INSS Reclamante...: 79,64;
INSS Reclamado....: 199,12;
INSS SAT.....: 29,87;
Custas do Processo: 83,58;
Custas Art.789....: 20,90;
Total da execução.: 4.512,64;
Atualizado até 30/11/2011.

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-196400-62.2009.5.10.0003

Processo Nº RT-1964/2009-003-10-00.6

Reclamante	Alexsandro Matias de Oliveira
Advogado	FLAVIO JOSÉ DA ROCHA(OAB: null)
Reclamado	D Corline Conservacao e Limpeza Ltda
Reclamado	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS
Advogado	MARIANA DE SOUZA PIAZ(OAB: null)
Reclamado	Marcelo Fernando Rodrigues de Araujo
Reclamado	Edison Jose de Araujo Junior

EDITAL DE CITAÇÃO

CARLOS AUGUSTO DE LIMA NOBRE, Juiz do Trabalho da Eg. 3ª Vara do Trabalho de Brasília-DF,sita no SEPN 513, BLOCO B, Lotes 2/3, sala T21, asa norte, nesta capital, no uso das atribuições que lhe confere a lei, faz saber a todos quantos virem o presente Edital que fica o sócio do Executado: MARCELO FERNANDO RODRIGUES DE ARAUJO - CPF: 585.322.771-87, Nos autos do processo em epígrafe, encontrado em local incerto e não sabido, CITADO para,no prazo de 48 (quarenta e oito horas, pagar a quantia devida no valor de R$ 19.281,37, atualizado até 31.01.2012, sem prejuízo de posteriores atualizações, ou apresentar bens à penhora. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Nacional, e ainda afixado no local de costume na sede desta Vara.

Eu, MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi o presente, no dia 2, MAIO de 2012.

4ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-11-96.2012.5.10.0004

Reclamante	Sind dos Trab Nas Ind da Constr e do Mob de Brasilia
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Miranda Trindade Construcoes e Reformas Ltda

fl.48: Intime-se o reclamante para, no prazo de 5 (cinco) dias, fornecer o novo endereço da reclamada.

Após, conclusos. Juiz do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-117-58.2012.5.10.0004

Reclamante	Marcelo Soares Souto
Advogado	GENGIZCAN BRITO SIMÕES(OAB: null)
Reclamado	Tam Linhas Aereas S/A.
Advogado	BIANCA BASSOA REINSTEIN(OAB: null)

Intimem-se as partes para se manifestarem, caso queiram, acerca do laudo pericial de fls.209/237, prazo comum de 05 dias.

Despacho

Processo Nº RT-149-63.2012.5.10.0004

Reclamante	Verberson Rodrigues da Silva
Advogado	JAIME DE OLIVEIRA JÚNIOR(OAB: null)
Reclamado	Mp Manobristas Ltda
Advogado	FABIANO FAGUNDES DIAS(OAB: null)
Reclamado	Fratellao Bar e Pizzaria Ltda
Advogado	FABIANO FAGUNDES DIAS(OAB: null)

Dê-se vista às partes do laudo pericial apresentado às fls.271/293, pelo prazo comum de 05 dias. Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-176-80.2011.5.10.0004

Reclamante	Myreila Rosa Girardi

Advogado	ESTEVAO RAMOS MUNIZ(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal
Advogado	GUSTAVO OUVINHAS GAVIOLI(OAB: null)

Fl. 443: [...] intime-se a Executada para levantamento do saldo remanescente existente nos autos, mediante a guia que se encontra acostada a contracapa dos autos, no prazo de cinco dias. Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-179-98.2012.5.10.0004

Reclamante	Ivanilde Alves dos Santos
Advogado	FERDINAN TEIXEIRA CUTRIM(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

Vista as partes do laudo pericial apresentado pela Perita às fls.70/92, no prazo comum de 05 dias. Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-183-38.2012.5.10.0004

Reclamante	Adenir Jose de Castro
Advogado	ANTONIO ABRAHAO BAYMA SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Coral Administracao e Servicos Ltda Em Recuperacao Judicial (em Recuperação Judicial)
Advogado	NUBIA CRISTINA DA SILVA SIQUEIRA(OAB: null)
Reclamado	Gvt - Global Village Telecom Ltda.
Advogado	VICTOR RUSSOMANO JUNIOR(OAB: null)

Despacho de fl. 125: " Intime-se o Exequente a se manifestar acerca dos cálculos, caso queira, prazo legal, sob pena de extinção da execução." Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-185-08.2012.5.10.0004

Reclamante	Silvana Sousa dos Santos
Advogado	ALDEISE DE SOUSA E SILVA FIGUEIREDO(OAB: null)
Reclamado	Itamar Comercial de Alimentos Ltda(Supermercados Tatico)

Fl. 28: [...] intime-se a Reclamante para recebimento dos demais documentos acostados à contracapa dos autos, declaração e relatório dos salários de contribuição, no prazo de cinco dias. Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-347-03.2012.5.10.0004

Reclamante	João Silvânio Soares
Advogado	ERALDO NOBRE CAVALCANTE(OAB: null)
Reclamado	Viplan Viacao Planalto Limitada
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)

Intime-se a Reclamada a informar nos autos de que tratam os depósitos efetuados às fls.29 e 30, prazo de 05 dias.

Despacho

Processo Nº RT-460-88.2011.5.10.0004

Reclamante	Marcia Camargo Guimaraes Gonzaga
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	MAURICIO COSTA PITANGA MAIA(OAB: null)

Intime-se o Exequente para manifestar-se acerca dos cálculos apresentados às fls.213/220 e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção da execução. Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-462-24.2012.5.10.0004

Reclamante	Erenilto Bezerra da Silva
Advogado	ANDRE LUIZ CONDOTO OSHIRO(OAB: null)
Reclamado	Jose Vanderley de Rezende Me

Os autos estavam conclusos para julgamento.

Todavia, melhor examinando o feito, tenho por necessária a reabertura da fase instrutória.

Isso porque o endereço da reclamada foi erroneamente consignado na Notificação nº 707/2012 (fl. 31), divergindo daquele informado na petição inicial, corroborado pelos documentos de fls. 16 e 19.

Conforme se observa à fl. 31-verso, a notificação foi entregue na Quadra QS 06, Conjunto 02, Lote 05, Riacho Fundo I. Todavia, o endereço correto da reclamada é: Quadra QS 06, Conjunto 03, Lote 05, Riacho Fundo I.

Assim, para que não se alegue, futuramente, nulidade processual por vício de citação, tenho por necessária a renovação da notificação, devendo a Secretaria proceder à devida retificação do endereço da reclamada no Sistema de Administração de Processos de 1º Grau.

Retiro o feito da pauta de audiências de julgamento do dia 04/05/2012.

Inclua-se o processo na pauta do dia 28/05/2012, às 14h30, para audiência inaugural, observadas as cautelas e advertências de praxe.

Intime-se o reclamante, via DEJT.

Notifique-se a reclamada, via postal. Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-724-71.2012.5.10.0004

Autor	Sindicato dos Empregados de Empresas de Seg e Vig do DF
Advogado	JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: null)
Réu	Patrimonial Seguranca Integrada Ltda

Despacho de fl. 95: " Dê-se vista ao Autor da certidão negativa de fl. 94, prazo de cinco dias." Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-765-38.2012.5.10.0004

Reclamante	Agnaldo Pereira de Magalhaes
Advogado	ADELVAIR PÊGO CORDEIRO(OAB: null)
Reclamado	Dom Bosco Empreendimentos Imobiliarios S/A - Spe

Vistos.

Designo o dia 31/05/2012 às 14h10 horas, para realização da audiência relativa ao processo e partes supra, a ser realizada na sala de audiências da MM. 4ª Vara do Trabalho de Brasília/DF,

situada na Avenida W/3 Norte, Quadra 513, Bloco "B", lotes 2/3, Sala T-18, Térreo, nesta Capital.

Intime-se o reclamante, por seu procurador, via DEJT, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 844 da CLT.

Cite-se a parte reclamada, encaminhando-lhe cópia da petição inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de ser considerada revel e confessa quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). A parte reclamada deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado (CLT, artigo 846, c/c, artigo 1º da Lei nº 8.906, de 1994), ficando desde logo intimada para vista dos documentos apresentados com a petição inicial, sem carga dos autos.

Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, a reclamada fica desde já intimada a apresentar, com sua defesa, os registros de que trata o artigo 74, § 2º, da CLT (TST, Enunciado nº 338);

O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada, em face da complexidade, realizada de forma particionada.

Em audiência, acaso não constante das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo reclamante o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela reclamada, os números do CNPJ, CEJ (Cadastro Específico do INSS) e seus contratos sociais acompanhados da última alteração, com a precisa indicação do CPF dos proprietários ou sócios (TST, Provimento CGJT nº 05/2003). Juiz do Trabalho NAIANA CARAPEBA NERY DE OLIVEIRA

Despacho

Processo Nº RT-766-23.2012.5.10.0004

Reclamante	Jeova Ferreira da Silva
Advogado	RAUL CANAL(OAB: null)
Reclamado	SER Clinica de Atencao Interdisciplinar em Saude Mental Ltda

Vistos.

Designo o dia 28/05/2012 às 14h25 horas, para realização da audiência relativa ao processo e partes supra, a ser realizada na sala de audiências da MM. 4ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W/3 Norte, Quadra 513, Bloco "B", lotes 2/3, Sala T-18, Térreo, nesta Capital.

Intime-se o reclamante, por seu procurador, via DEJT, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 844 da CLT.

Cite-se a parte reclamada, encaminhando-lhe cópia da petição inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de ser considerada revel e confessa quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). A parte reclamada deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado (CLT, artigo 846, c/c, artigo 1º da Lei nº 8.906, de 1994), ficando desde logo intimada para vista dos documentos apresentados com a petição inicial, sem carga dos autos.

Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, a reclamada fica desde já intimada a apresentar, com sua defesa, os registros de que trata o artigo 74, § 2º, da CLT (TST, Enunciado nº 338);

O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada, em face da complexidade, realizada de forma particionada.

Em audiência, acaso não constante das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo reclamante o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela reclamada, os números do CNPJ, CEJ (Cadastro Específico do INSS) e seus contratos sociais acompanhados da última alteração, com a precisa indicação do CPF dos proprietários ou sócios (TST, Provimento CGJT nº 05/2003). Juiz do Trabalho NAIANA CARAPEBA NERY DE OLIVEIRA

Despacho

Processo Nº RT-767-08.2012.5.10.0004

Reclamante	Ana Claudia Avena da Cruz
Advogado	FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE(OAB: null)
Reclamado	Higiterc - Higienizacao e Terceirizacao Ltda

Vistos.

Designo o dia 31/05/2012 às 14h15 horas, para realização da audiência relativa ao processo e partes supra, a ser realizada na sala de audiências da MM. 4ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W/3 Norte, Quadra 513, Bloco "B", lotes 2/3, Sala T-18, Térreo, nesta Capital.

Intime-se o reclamante, por seu procurador, via DEJT, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 844 da CLT.

Cite-se a parte reclamada, por edital, nos termos do artigo 232, inciso IV, do CPC, para comparecimento pessoal ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de ser considerada revel e confessa quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). A reclamada deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado (CLT, artigo 846, c/c, artigo 1º da Lei nº 8.906, de 1994), ficando desde logo intimada para vista dos documentos apresentados com a petição inicial, sem carga dos autos.

Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, a reclamada fica desde já intimada a apresentar, com sua defesa, os registros de que trata o artigo 74, § 2º, da CLT (TST, Enunciado nº 338);

O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada, em face da complexidade, realizada de forma particionada.

Em audiência, acaso não constante das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo reclamante o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela reclamada, os números do CNPJ, CEJ (Cadastro Específico do INSS) e seus contratos sociais acompanhados da última alteração, com a precisa indicação do CPF dos proprietários ou sócios (TST, Provimento CGJT nº 05/2003). Juiz do Trabalho NAIANA CARAPEBA NERY DE OLIVEIRA

Despacho

Processo Nº RT-908-95.2010.5.10.0004

Reclamante	Wagner Gomes de Jansel
Advogado	ELYSSA GONÇALVES DA PAZ(OAB: null)
Reclamado	Anderson Mello de Paula Assessoria e Consultoria do Trabalho
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	PAULA RODRIGUES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Anderson Mello de Paula

Tendo o Exequente concordado com os cálculos (fl.464), declaro extinta a execução, nos termos do Art. 794, I, do CPC. Certifique-se nos autos do processo nº 00523-2012-004-10-00-9 (Embargos de Terceiro). Por consentâneo, determino desde já a exclusão dos nomes dos executados do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Observe a Secretaria da Vara. Proceda a Secretaria da Vara à retirada da restrição RENAJUD incidente sobre os veículos à fl.389. Ato contínuo, expeça-se alvará em nome do Exequente para liberação do seu crédito líquido, bem

como para quitação dos valores de fls.458, utilizando-se para tanto o saldo existente na conta judicial de fl.455, intimando-o ao recebimento em cinco dias. Concomitantemente, intime-se o 2º Executado (Banco do Brasil) ao recebimento da guia de fl.341, referente ao depósito recursal convolado em penhora, prazo de 05 dias. Comprovada a operação bancária determinada, e recebida a guia pelo 2º Executado, arquivem-se, dando baixa na distribuição.

Despacho

Processo Nº RT-991-14.2010.5.10.0004

Reclamante	Joyce Peixoto Fraga
Advogado	NABIAN MARTINS DE PAIVA(OAB: null)
Reclamado	Subway Bandeirante Comércio de Alimentos Ltda - Me
Advogado	THIAGO DINIZ SEIXAS(OAB: null)

intime-se a Executada para os fins do artigo 884 da CLT. Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-1041-06.2011.5.10.0004

Reclamante	Rosangela Maria Ferreira Papa
Advogado	JULIANA MORATO CAMARGOS(OAB: null)
Reclamado	Lidia Elizabeth Dantas Bimbi

fl.84: Renove-se à reclamante para, no prazo de 10 (dez) dias, para receber o Alvará para liberação de seu crédito líquido e sua CTPS.

Após, conclusos. Juiz do Trabalho NAIANA CARAPEBA NERY DE OLIVEIRA

Despacho

Processo Nº RT-1366-78.2011.5.10.0004

Reclamante	Roniele de Souza Martins
Advogado	HUMBERTO FERNANDO VALLIM PORTO(OAB: null)
Reclamado	Agropecuaria Palma Ltda
Advogado	MARINALDA DE SOUSA PARREIRA(OAB: null)

Fl. 219: Vistos. Intime-se o Exequente para se manifestar sobre os cálculos, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção da execução. Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-1369-33.2011.5.10.0004

Reclamante	Maria Domingas Pereira Correa
Advogado	ALENCAR CAMPOS DE LIMA(OAB: null)
Reclamado	Ducilia Leão da Silva Assunção - ME (Restaurante Sabor Maranhense)
Advogado	SAMARYA COSTA SILVA SOUZA(OAB: null)

Intime-se o Exequente para manifestar-se sobre o requerimento do Executado (fls.76) de parcelamento da execução, no prazo de 05 dias, ficando desde já determinado que o silêncio importará em prosseguimento da execução nos termos do despacho de fls.73. Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-1452-49.2011.5.10.0004

Reclamante	Luiz Henrique Sousa Araújo
Advogado	KLAUS STENIUS BEZERRA CAMELO DE MELO(OAB: null)
Reclamado	World Service Terceirização
Advogado	DIOGO CÉZAR REIS AMADOR(OAB: null)

fl.65: Primeiramente, assevero que, ante os termos da Portaria nº 435 do Ministério da Fazenda, de 08 de setembro de 2011, o Órgão Jurídico da União responsável pelo acompanhamento da execução de ofício das contribuições previdenciárias perante a Justiça do Trabalho poderá deixar de se manifestar quando o valor das contribuições previdenciárias, se porventura devidas neste processo, for igual ou inferior a R$10.000,00 (dez mil reais).

Homologo os cálculos de fls. 58/64, fixando o débito exequendo no importe total de R$ 18.674,98, atualizado até 30/04/2012, sem prejuízo de posteriores atualizações.

Com esteio no art. 880 da CLT c/c art. 652, § 4º do CPC, cite-se a parte executada, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, intimando-a a pagar o débito ou indicar bens à penhora no prazo de 48 horas, sob pena de penhora, observados os termos constantes no art. 655 do CPC. Juiz do Trabalho NAIANA CARAPEBA NERY DE OLIVEIRA

Despacho

Processo Nº RT-1463-78.2011.5.10.0004

Reclamante	Samuel Venancio Araujo
Advogado	KLAUS STENIUS BEZERRA CAMELO DE MELO(OAB: null)
Reclamado	World Service Terceirizacao Ltda
Advogado	DIOGO CÉZAR REIS AMADOR(OAB: null)

Despacho de fl. 63: "Homologo os cálculos de fls. 56/62, fixando o débito exequendo no importe total de R$ 10.311,58, atualizado até 30/04/2012, sem prejuízo de posteriores atualizações.

Com esteio no art. 880 da CLT c/c art. 652, § 4º do CPC, cite-se a parte executada, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, intimando-a a pagar o débito ou indicar bens à penhora no prazo de 48 horas, sob pena de penhora, observados os termos constantes no art. 655 do CPC." Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-1468-03.2011.5.10.0004

Reclamante	Michelle Regina Ananias Xavier
Advogado	KLAUS STENIUS BEZERRA CAMELO DE MELO(OAB: null)
Reclamado	World Service Terceirização
Advogado	DIOGO CÉZAR REIS AMADOR(OAB: null)

Primeiramente, assevero que, ante os termos da Portaria nº 435 do Ministério da Fazenda, de 08 de setembro de 2011, o Órgão Jurídico da União responsável pelo acompanhamento da execução de ofício das contribuições previdenciárias perante a Justiça do Trabalho poderá deixar de se manifestar quando o valor das contribuições previdenciárias, se porventura devidas neste processo, for igual ou inferior a R$10.000,00 (dez mil reais). Homologo os cálculos de fls. 56/62, fixando o débito exequendo no importe total de R$ 7.763,61, atualizado até 30/04/2012, sem prejuízo de posteriores atualizações. Com esteio no art. 880 da CLT c/c art. 652, § 4º do CPC, cite-se a parte executada, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, intimando-a a pagar o débito ou indicar bens à penhora no prazo de 48 horas, sob pena de penhora, observados os termos constantes no art. 655 do CPC.

Despacho

Processo Nº RT-1470-70.2011.5.10.0004

Reclamante	Renata Diniz da Silva
Advogado	KLAUS STENIUS BEZERRA CAMELO DE MELO(OAB: null)
Reclamado	World Service Terceirização
Advogado	DIOGO CÉZAR REIS AMADOR(OAB: null)

Primeiramente, assevero que, ante os termos da Portaria nº 435 do

Ministério da Fazenda, de 08 de setembro de 2011, o Órgão Jurídico da União responsável pelo acompanhamento da execução de ofício das contribuições previdenciárias perante a Justiça do Trabalho poderá deixar de se manifestar quando o valor das contribuições previdenciárias, se porventura devidas neste processo, for igual ou inferior a R$10.000,00 (dez mil reais). Homologo os cálculos de fls. 50/56, fixando o débito exequendo no importe total de R$ 11.173,81, atualizado até 30/04/2012, sem prejuízo de posteriores atualizações.

Com esteio no art. 880 da CLT c/c art. 652, § 4º do CPC, cite-se a parte executada, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, intimando-a a pagar o débito ou indicar bens à penhora no prazo de 48 horas, sob pena de penhora, observados os termos constantes no art. 655 do CPC.

Caso decorra "in albis" o prazo acima mencionado, em obediência à gradação legal prevista no art. 655 do CPC, retornem-me os autos conclusos para bloqueio de ativos financeiros da parte executada, via convênio BacenJud, com verificação das respostas e determinações subsequentes, inclusive transferência de valores eventualmente bloqueados. Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-1471-55.2011.5.10.0004

Reclamante	Ana Klarissa Leite e Aguiar
Advogado	KLAUS STENIUS BEZERRA CAMELO DE MELO(OAB: null)
Reclamado	World Service Terceirização
Advogado	DIOGO CÉZAR REIS AMADOR(OAB: null)

fl.79: Primeiramente, assevero que, ante os termos da Portaria nº 435 do Ministério da Fazenda, de 08 de setembro de 2011, o Órgão Jurídico da União responsável pelo acompanhamento da execução de ofício das contribuições previdenciárias perante a Justiça do Trabalho poderá deixar de se manifestar quando o valor das contribuições previdenciárias, se porventura devidas neste processo, for igual ou inferior a R$10.000,00 (dez mil reais).

Homologo os cálculos de fls. 72/78, fixando o débito exequendo no importe total de R$ 20.910,10, atualizado até 30/04/2012, sem prejuízo de posteriores atualizações.

Com esteio no art. 880 da CLT c/c art. 652, § 4º do CPC, cite-se a parte executada, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, intimando-a a pagar o débito ou indicar bens à penhora no prazo de 48 horas, sob pena de penhora, observados os termos constantes no art. 655 do CPC. Juiz do Trabalho NAIANA CARAPEBA NERY DE OLIVEIRA

Despacho

Processo Nº RT-1623-06.2011.5.10.0004

Reclamante	Juliana Caroline Batista Borges
Advogado	ANTONIO DE JESUS COSTA NASCIMENTO(OAB: null)
Reclamado	Captar Servicos Tecnicos Ltda

Despacho de fl. 74: " Intime-se o Reclamante a proceder a entrega de sua CTPS na secretaria da vara, prazo de dez dias, sob pena de se considerar satisfeita a obrigação, no particular." Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-1697-60.2011.5.10.0004

Reclamante	Jose Gilson Gomes da Silva
Advogado	ELIAS SOARES DA COSTA(OAB: null)
Reclamado	Fiança Empresa de Segurança Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Christianno Transportes e Servicos Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

Intime-se o Reclamante a se manifestar acerca do adimplemento das 1ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas do acordo de fls.43/43v, prazo de 05 dias, sob pena de considera-lo satisfeito quanto à essas parcelas.

Despacho

Processo Nº RT-1717-51.2011.5.10.0004

Reclamante	Paulo Cesar Mendes de Oliveira
Advogado	MAXMINIANO MAGALHÃES DE LIMA(OAB: null)
Reclamado	Vipasa-Vigilância Patrimonial Armada Ltda
Reclamado	Fiança Empresa de Segurança Ltda
Reclamado	Fiança Serviços Gerais Ltda

Intime-se o Reclamante a se manifestar acerca do adimplemento da 5ª parcela do acordo de fls.67/67v, prazo de 05 dias, sob pena de considera-lo satisfeito quanto a essa parcela.

Despacho

Processo Nº RT-1884-68.2011.5.10.0004

Reclamante	Werlle da Silva Nascimento
Advogado	SIDENY DE JESUS MELO(OAB: null)
Reclamado	Brasil Gerais - Construções e Empreendimentos e Serviços Especializados Ltda
Advogado	HUGO HENRIQUE DE LIMA BORGES(OAB: null)

Ata de fl. 186: "Às 13h58min, aberta a audiência, foram, de ordem do Exmo(a). Juiz do Trabalho, apregoadas as partes.
Ausente o(a) reclamante e seu advogado.
Presente o preposto do(a) reclamado(a), Sr(a). ROBERTO LEANDRO RODRIGUES DO CARMO, desacompanhado(a) de advogado.
Prejudicado o encerramento da instrução, considerando que as partes não tiveram vista do laudo pericial.
Defiro o prazo sucessivo de 5 dias para manifestação, a iniciar pela reclamada, a partir de 02/05/2012, inclusive, e pela reclamante, a partir de 09/05/2012, inclusive.
Designa-se para ENCERRAMENTO da instrução e renovação da proposta conciliatória a data de 22/05/2012, às 13h55min.
Facultado o comparecimento das partes.
Publique-se para ciência da reclamante.
Dispensada a assinatura da ata pelas partes (CLT, art. 851, §2º)."

Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-1981-68.2011.5.10.0004

Reclamante	Raphael Alessandro Alves da Costa
Advogado	DANIEL SARAIVA VICENTE(OAB: null)
Reclamado	Forte Comercial de Almentos Ltda Epp
Advogado	PATRICIA JUNQUEIRA SANTIAGO(OAB: null)

fl.139: Intime-se o reclamante para, no prazo de 5 (cinco) dias, receber o TRCT, relação de salários, chave de conectividade e a guia seguro desemprego.
Recebidos os documentos, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-2148-85.2011.5.10.0004

Reclamante	Carlos Alfredo Farias Graciano
Advogado	WELLINGTON MENDONÇA DOS SANTOS(OAB: null)

Reclamado	Banco do Brasil S.A
Advogado	MARLON RODRIGUES BARROSO(OAB: null)

Há Recurso Ordinário interposto pelo(a) Reclamante dentro do prazo legal. Vista à parte contrária, mediante intimação via DEJT para, caso queira, apresentar contrarrazões ao recurso no prazo legal.

Despacho

Processo Nº RT-5100-52.2002.5.10.0004

Processo Nº RT-51/2002-004-10-00.2

Reclamante	Antônio Rodrigues Xavier
Advogado	NILTON LAFUENTE(OAB: null)
Reclamado	Gra Construcoes e Empreendimentos Ltda
Advogado	JOSE EDUARDO C DE FREITAS(OAB: null)
Reclamado	Adalcino Rodrigues Pereira
Advogado	JOSE EDUARDO C DE FREITAS(OAB: null)
Reclamado	Vergílio Rodrigues das Neves - espólio de - representado por Olivete Giudice das Neves
Advogado	FLAVIO JOSÉ DA ROCHA(OAB: null)

fl. 333: Renove-se aos executados a intimação para, no prazo de 5 (cinco) dias, receber a autorização judicial para cancelamento de protesto, sob pena de arquivamento definitivo dos autos, independentemente ao recebimento do referido documento. Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-62300-18.1982.5.10.0004

Processo Nº RT-623/1982-004-10-00.9

Reclamante	JOSE DUARTE PEREIRA FILHO
Advogado	CARLOS EDUARDO CAPUTO BASTOS(OAB: null)
Reclamado	UNISYS ELETRONICA LTDA
Advogado	MAURICIO DE FIGUEIREDO CORREA DA VEIGA(OAB: null)

Despacho de fl. 1119: "Intime-se a Executada a se manifestar, caso queira, acerca da impugnação aos cálculos ofertada pelo Exequente às fls. 1114/1118, prazo legal." Juiz do Trabalho NAIANA CARAPEBA NERY DE OLIVEIRA

Despacho

Processo Nº RT-89000-30.2002.5.10.0004

Processo Nº RT-890/2002-004-10-00.0

Reclamante	SECONCI SERVICO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL
Advogado	ROGERIO REIS DE AVELAR(OAB: null)
Reclamado	CONSTRUTEC CONSTRUTORA TORRES ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
Advogado	ANTONIO ALBERTO DO VALE CERQUEIRA(OAB: null)

Intime-se novamente o Exequente para recebimento do alvará judicial acostado a contracapa dos autos no prazo de 05 dias.Após, arquivem-se os autos. Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-108500-72.2008.5.10.0004

Processo Nº RT-1085/2008-004-10-00.0

Reclamante	Alexandra Matos Mamede Martins
Advogado	MOACIR AKIRA YAMAKAWA(OAB: null)
Reclamado	Politec Tecnologia da Informação S.A.
Advogado	JOSAPHA FRANCISCO DOS SANTOS(OAB: null)

Fl. 658: [...] intime-se a Reclamante para recebimento da sua CTPS, no prazo de cinco dias. Juiz do Trabalho NAIANA CARAPEBA NERY DE OLIVEIRA

Despacho

Processo Nº RT-109300-72.1986.5.10.0004

Processo Nº RT-1093/1986-004-10-00.0

Reclamante	SALVADOR VIEIRA DOS SANTOS
Advogado	ULISSES RIEDEL DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	DISTRITO FEDERAL.
Advogado	MARCOS GUSTAVO DE SA E DRUMOND(OAB: null)

Despacho de fl. 460: "Intime-se o Exequente a proceder a devida movimentação da conta judicial, por meio do alvará judicial de fl. 457, o qual foi por ele recebido em 10/04/2012, conforme recibo de fl. 458V, prazo de cinco dias." Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-125600-06.2009.5.10.0004

Processo Nº RT-1256/2009-004-10-00.1

Reclamante	José Márcio Lopes dos Reis
Advogado	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Blindar Segurança Integrada Ltda.
Reclamado	Telecomunicações de São Paulo S.A.
Advogado	CLEBER MAGNOLER(OAB: null)

Fl. 247: Vistos. Dê-se vista ao 2º Executado por trinta dias. Decorrido o prazo sem manifestação, devolvam-se os autos ao arquivo definitivo. Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Despacho

Processo Nº RT-125700-58.2009.5.10.0004

Processo Nº RT-1257/2009-004-10-00.6

Reclamante	Silvânio Barbosa Rodrigues
Advogado	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Blindar Segurança Integrada Ltda.
Reclamado	Telefonica Brasil S.A.
Advogado	CLEBER MAGNOLER(OAB: null)

Anote-se e observe-se. Dê-se vista à Reclamada por cinco dias. Decorrido "in albis" o prazo supra, devolvam-se os autos ao arquivo.

Despacho

Processo Nº RT-138400-66.2009.5.10.0004

Processo Nº RT-1384/2009-004-10-00.5

Reclamante	Manoel Estevam de Morais
Advogado	PEDRO MARTINS FILHO(OAB: null)
Reclamado	Palma Construcoes Ltda
Advogado	FERNANDA BARREIROS ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Fujita Engenharia Ltda
Advogado	ARMANDO BARROSO DE FARIAS(OAB: null)

Despacho de fl. 281: "Vistos.Expeça-se alvará em nome do Exequente para levantamento do seu crédito líquido remanescente, bem como para quitação das custas processuais, no importe de R$55,32, a ser sacado da conta judicial de fl. 280, intimando-o ao recebimento, devendo requerer o que entender de direito em cinco dias, sob pena de extinção da execução." Juiz do Trabalho RAUL GUALBERTO F. KASPER DE AMORIM

Edital

Edital

Processo Nº RT-1348-57.2011.5.10.0004

Reclamante	Veronica de Albuquerque Sousa
Advogado	NATHALYA BUCHER HOERLLE(OAB: null)
Reclamado	Ph Empreendimentos Ltda
Advogado	VINICIUS MAIA RODRIGUES(OAB: null)
Reclamado	Paulo Henrique Ribeiro Borges
Reclamado	Alice Benedita Ribeiro Borges

EDITAL DE INTIMAÇÃO

DENILSON BANDEIRA COÊLHO, Juiz do Trabalho Titular da Eg. 4ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, sita à SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, Sala T-22 - Térreo, nesta capital, no uso das atribuições que lhe confere a lei, faz saber a todos quantos virem o presente Edital que fica o executado: Ph Empreendimentos Ltda - CNPJ:8528599000142, encontrado em local incerto e não sabido, INTIMADO do despacho exarado à fl. 215 dos autos, a seguir transcrito: estando o juízo integralmente garantido por meio dos bloqueios de fls.189, 211 e 212, intime-se o executado dos termos do art.884 da CLT, prazo legal. Denilson Bandeira Coêlho, Juiz do Trabalho Titular. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Nacional, e ainda afixado no local de costume na sede desta Vara. Eu, CÉSAR NEVES VIANA, Diretor de Secretaria, conferi e subscrevi o presente, aos 2, MAIO de 2012.

CÉSAR NEVES VIANA
Diretor de Secretaria

5ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-50-27.2011.5.10.0005

Reclamante	Flavio Roberto Gomes de Farias
Advogado	IVO GOMES(OAB: null)
Reclamado	Calltech - Combustíveis e Serviços Ltda
Advogado	MAURICIO GONZALEZ NARDELLI(OAB: null)

Renove-se ao exequente o prazo de 10 dias para informar o Numero da CTPS , bem como o numero do PIS/PASEP, para que seja realizado o recolhimento das verbas previdenciárias.
Intime-se diretamente ao exequente via postal.

Despacho

Processo Nº RT-126-51.2011.5.10.0005

Reclamante	Helena Costa Pereira
Advogado	ADRIANE NOBLE CORDEIRO(OAB: null)
Reclamado	Eleicao 2010 Jader Correa de Sa Deputado Federal
Reclamado	Jader Correa de Sa

"...intime-se o exequente para, no prazo de 30 dias, indicar meios hábeis ao prosseguimento do feito e garantia da execução, sob pena de arquivamento provisório dos autos, a teor do art. 268 e seguintes do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, o que fica desde já determinado em caso de inércia."

Despacho

Processo Nº RT-193-79.2012.5.10.0005

Reclamante	Jose Ivan Januario da Costa
Advogado	PATRÍCIA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	L Sousa da Silva EPP
Reclamado	UNIÃO - Ministério da Saúde

ATO ORDINATÓRIO, amparado no art. 23 do Provimento Geral Consolidado
do egrégio TRT/10: Intimação do reclamante para retirar o alvará para saque do FGTS no prazo de 24 horas. Por questão de organização os autos permanecerão no gabinete.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-225-21.2011.5.10.0005

Reclamante	Gerismar Alves Ribeiro
Advogado	MARCO ANTONIO VAZ(OAB: null)
Reclamado	Luiz Gomes da Silva
Advogado	CARLOS DAUTON NUNES DE OLIVEIRA(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO, amparado no art. 23 do Provimento Geral Consolidado
do egrégio TRT/10:Intimação da reclamada para , no prazo de 48 horas, comprovar o adimplemento do acordo referente a 1ª parcela. Fica a parte ciente que a sua inércia implicará em execução imediata.

Eugênio Miranda - Diretor

Tânia Ponte - Assistente

Despacho

Processo Nº RT-428-46.2012.5.10.0005

Reclamante	Viviana do Nascimento Lemos
Advogado	ROBSON FREITAS MELO(OAB: null)
Reclamado	Uni Engenharia e Comercio Ltda

DESPACHO:"Considerando que não houve retorno do comprovante de recebimento da notificação de fls. 41, endereçada à reclamada, e para que não sejam ofendidos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal, retiro o feito da pauta de julgamento do dia 11/05/2012 e determino a reabertura da instrução processual, a fim de que a primeira reclamada seja regularmente notificada, desta vez por oficial de justiça.
Fica designada nova audiência INICIAL para o dia 28/05/2012 às 08h50 sendo exigido, nos termos dos artigos 843 e 844 da CLT, o comparecimento das partes que deverão ser intimadas, com urgência, sendo a reclamante, via DEJT, na pessoa do seu advogado, e a reclamada, por oficial de justiça, com cópia da inicial e deste despacho.
Publique-se."

Despacho

Processo Nº RT-444-97.2012.5.10.0005

Reclamante	Rayane Jesus da Silva
Advogado	JOSE ALDEMIR BORGES DE MATOS(OAB: null)
Reclamado	Panificadora Del Lago Ltda Me(Na pessoa de seu sócio João Kleber Esper)
Reclamado	Panificadora Del Lago Ltda-me(Na pessoa de seu sócio Sérgio Soubhe Tonnous)

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se

o dia
14-5-2012 às 8h50min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-446-67.2012.5.10.0005

Reclamante	Clidenor Batista do Nascimento
Advogado	FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE(OAB: null)
Reclamado	Construtora Villela e Carvalho Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
14-5-2012 às 8h45min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-447-52.2012.5.10.0005

Reclamante	Edmar Francisco dos Santos
Advogado	JOSE ALDEMIR BORGES DE MATOS(OAB: null)
Reclamado	Metal Construções e Vidros

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
25-5-2012 às 09 horas, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para

comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-449-22.2012.5.10.0005

Reclamante	Paulo de Souza Reis
Advogado	CICERO DIEGO ROMUALDO CARNEIRO(OAB: null)
Reclamado	Jjpa Empreendimentos e Participacoes Ltda
Reclamado	Universo Construcoes e Incorporacoes Ltda
Reclamado	Atha Assessoria Tecnica Habitacional Limitada

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
25-5-2012 às 8h55min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-450-07.2012.5.10.0005

Reclamante	Joao Evangelista Farias
Advogado	Defensoria Pública da União(OAB: null)
Reclamado	Bm Construcao Civil e Reformas Ltda
Reclamado	Jc Gontijo Engenharia S/A

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
21-5-2012 às 8h40min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja

discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-452-74.2012.5.10.0005

Reclamante	Raimundo Nonato dos Santos Lima
Advogado	ALISSON DE SOUZA E SILVA(OAB: null)
Reclamado	Delta Construções S/A

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
21-5-2012 às 8h35min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-454-44.2012.5.10.0005

Reclamante	Lucia Ferreira dos Santos
Advogado	ANDRE LUIZ CONDOTO OSHIRO(OAB: null)
Reclamado	Valéria Dias Tress

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
14-5-2012 às 8h40min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação

de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-456-14.2012.5.10.0005

Reclamante	Jorge Ivaldo Silva Junior
Advogado	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO(OAB: null)
Reclamado	Porto Belo Comercio de Alimentos Ltda Epp

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
14-5-2012 às 8h35min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-457-96.2012.5.10.0005

Reclamante	Daniel do Nascimento Morais
Advogado	MARCO AURÉLIO GHISLENI ZARDIN(OAB: null)
Reclamado	Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me
Reclamado	Ect - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
19-6-2012 às 8h25min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-459-66.2012.5.10.0005

Reclamante	Gustavo Jatoba Souto
Reclamado	Ayrton Pinto Santos Filho

Vistos os autos.
Diante do adiamento da audiência no Juízo Deprecante para o dia 14-5-2012, às 9h35min, suspendo o cumprimento da determinação de fl. 10.
Cumpra-se a deprecata com a expedição de mandado de notificação.
Ultimada a providência, restituam-se os autos à origem, com as cautelas habituais.

Despacho

Processo Nº RT-463-06.2012.5.10.0005

Reclamante	Ana Lourdes Costa
Advogado	LUIZ DANIEL RODRIGUES CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	Juliano Assis Pimenta Almeida

CERTIFICO que a notificação enviada ao reclamado foi devolvida pela ECT com a seguinte mensagem "desconhecido".
Nestes termos, faço CONCLUSOS os presentes autos ao(à) Exmo(a). Sr(a). Juiz(íza) do Trabalho.
Brasília/DF, Quarta-feira, 2 de Maio de 2012.

Tânia Maria Gomes Ponte
Assistente

Vistos os autos.
Ante os termos da certidão supra, intime-se o reclamante, para no prazo de 10 dias, indicar o endereço do reclamado, sob pena extinção dos pedidos sem resolução do mérito, a teor do art.267 do CPC.
Informado o endereço, notifique-se a reclamada, com cópia da inicial.
Brasília/DF, Quarta-feira, 2 de Maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-468-28.2012.5.10.0005

Reclamante	Jacira Silva Pereira Novais
Advogado	JERÔNIMO AGENOR SUSANO LEITE(OAB: null)
Reclamado	Hero Comercio de Alimentos Ltda
Reclamado	Mariner Alimentos Ltda Me (nome fantasia de Submore)

Trata-se de Reclamação Trabalhista ajuizada por JACIRA SILVA PEREIRA NOVAIS em face de MARINER ALIMENTOS LTDA -ME.
A notificação endereçada ao segundo reclamado foi devolvida pelos Correios com informação de que a parte é "desconhecida".
Estando o feito submetido ao rito sumaríssimo e não tendo sido fornecido o endereço correto de uma das reclamada (fl. (19v.), extingo os pedido sem resolução do mérito.
Custas de R$ 84,30 sobre o valor dado à causa, R$ 4.215,00 a cargo do reclamante que fica dispensado do recolhimento (fl. 7) e poderá desentranhar os documentos de fls. 6/14

Despacho

Processo Nº RT-472-65.2012.5.10.0005

Reclamante	Ana Paula da Silva Bastos
Advogado	JORIVALMA MUNIZ DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Sandes Conservação e Serviços Ltda
Reclamado	Banco do Brasil S/A

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
23-5-2012 às 8h250min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e
fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente
habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto
à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da
CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50,
parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa
suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-491-71.2012.5.10.0005

Reclamante	Jose Armando de Souza
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Servicos Ambientais S.A.

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
25-5-2012 às 8h50min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências

localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-493-41.2012.5.10.0005

Reclamante	Luiz Raimundo Rodrigues Neto
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Servicos Ambientais S.A.

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
25-5-2012 às 8h45min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-499-48.2012.5.10.0005

Reclamante	Joilson Almeida dos Santos
Advogado	ANA CRISTINA GOMES DE MATOS(OAB: null)
Reclamado	Dgl Telecom Servicos e Comercio de Telecomunicacoes Ltda Me
Reclamado	Oi Brasil Telecom S/A

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
25-5-2012 às 8h40min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente

habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-505-55.2012.5.10.0005

Reclamante	Gabryelle Lima Oliveira
Advogado	OSCAR ALEXANDRE DA SILVA MUNIZ(OAB: null)
Reclamado	Nazza Construcoes e Servicos Ltda Me

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
25-5-2012 às 8h35min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-509-92.2012.5.10.0005

Reclamante	Pedro de Oliveira
Advogado	NATHANRY MORAIS BALDONE(OAB: null)
Reclamado	F2 Lanternagem e Pintura Ltda - Me

(...)"Ante os termos da certidão supra, fica intime-se o reclamante para no prazo de 05 dias indicar o endereço da reclamada F2 Lanternagem e Pintura Ltda Me, sob pena extinção dos pedidos sem resolução do mérito, a teor do art.267 do CPC.
Informado o endereço, notifique-se a reclamada, com cópia da inicial.
Publique-se."

Despacho

Processo Nº RT-524-61.2012.5.10.0005

Reclamante	Elissandro de Souza Vieira da Silva
Advogado	ALINE MARTINS DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Servicos Especializados Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
14-5-2012 às 8h30min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer

pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração, com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a) poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-532-38.2012.5.10.0005

Reclamante	Marcos Antonio Carvalho
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia 14-5-2012 às 8h25min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar, sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração, com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a) poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-533-23.2012.5.10.0005

Reclamante	Cristina da Costa Gebrim
Advogado	JOSE ALDEMIR BORGES DE MATOS(OAB: null)
Reclamado	Caldeiro Costelaria E Galeteria
Advogado	ROSELI PAULINA DE ÁVILA(OAB: null)

Vistos os autos.

Apresentam as partes petição conjunta na qual noticiam que chegaram a consenso visando findar o litígio.

Por se tratar de processo na fase de conhecimento pendente de julgamento, necessário o comparecimento pessoal das partes para homologação da avença.

Diante disso, para realização da audiência INICIAL designo o dia 25-5-2012, às 8h30min, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar, sala 109, em Brasília/DF.

A reclamante será intimada na pessoa do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar à outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.

O reclamado será notificado para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844), caso não sejam ratificados os termos do acordo.

O reclamado deverá, nesse caso, apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o reclamado deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).

Em audiência, caso não constem dentre as peças dos autos, deverá ser fornecido pela reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como pelo reclamado o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro Específico

do INSS, bem como o contrato social e a última alteração, com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. A autora poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Despacho

Processo Nº RT-536-75.2012.5.10.0005

Reclamante	Fabio Henrique Nascimento da Silva
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Incorporacao Garden Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
14-5-2012 às 8h20min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e
fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente
habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto
à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da
CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50,
parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa
suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-538-45.2012.5.10.0005

Reclamante	Nadia Sarita Martins Araujo de Abreu
Advogado	DIEGO MICHEL COSTA BARBOSA(OAB: null)
Reclamado	Mil Flores Decoracoes Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
16-5-2012 às 9h05min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e
fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente
habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto
à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da
CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50,
parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa
suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-539-30.2012.5.10.0005

Reclamante	Maria Celia Pereira dos Santos Romão
Advogado	ROBSON FREITAS MELO(OAB: null)
Reclamado	Contato Pintura e Reformas Ltda
Reclamado	Brasal Incorporacoes e Construcoes de Imoveis Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
25-5-2012 às 8h25min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e
fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-540-15.2012.5.10.0005

Reclamante	Miguel Quirino de Souza
Advogado	SEBASTIÃO DUQUE NOGUEIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasilia Ltda

ATA DE AUDIÊNCIA:
"Às 08h40min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a). Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.
Ausente o(a) reclamante e seu advogado.
Presente o preposto do(a) reclamado(a), Sr(a). JOAO COSTA FEITOSA, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). MAURICIO MIRANDA DURAES, OAB nº 22018/DF.
Diante da ausência injustificada do(a) reclamante, decide-se ARQUIVAR a presente reclamação (CLT, art. 844).
Fica autorizado o desentranhamento dos documentos de fls. 6/15, sendo a procuração e a declaração de pobreza mediante cópia.
Custas pelo(a) reclamante no importe de R$ 1.400,00, calculadas sobre R$ 70.000,00 dispensadas na forma da lei.
Intime-se o(a) reclamante, por seu procurador.
Audiência encerrada às 08h42min.
Nada mais.
PATRÍCIA SOARES SIMÕES DE BARROS
Juíza do Trabalho"

Despacho

Processo Nº RT-545-37.2012.5.10.0005

Reclamante	Fernando Rodrigues de Carvalho
Advogado	GLADSTOM DE LIMA DONOLA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
25-5-2012 às 8h20min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e
fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A)

autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-549-74.2012.5.10.0005

Reclamante	Jardel Castro Araujo
Advogado	NABIAN MARTINS DE PAIVA(OAB: null)
Reclamado	Gasol Combustiveis Automotivos Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
25-5-2012 às 8h15min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-561-88.2012.5.10.0005

Reclamante	Rafael Mangueira Borges
Advogado	JONNAS MARRISSON SILVA PEREIRA(OAB: null)
Reclamado	Probank Software e Consultoria S/A

CERTIDÃO e CONCLUSÃO

CERTIFICO que a notificação enviada á 1ª reclamada foi devolvida pela ECT com a seguinte mensagem "mudou-se".
Nestes termos, faço CONCLUSOS os presentes autos ao(à) Exmo(a). Sr(a). Juiz(íza) do Trabalho.
Brasília/DF, Quarta-feira, 2 de Maio de 2012.

Tânia Maria Gomes Ponte
Assistente

Vistos os autos.
Ante os termos da certidão supra, intime-se o reclamante, para no prazo de 10 dias, indicar o endereço da primeira reclamada, sob pena extinção dos pedidos sem resolução do mérito, a teor do art.267 do CPC.
Informado o endereço, notifique-se a reclamada, com cópia da inicial.

Despacho

Processo Nº RT-562-73.2012.5.10.0005

Reclamante	Ana Cristina Pedro da Silva
Advogado	JONAS PEDRO DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Servicos Especializados Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
14-5-2012 às 8h15min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as

peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-567-95.2012.5.10.0005

Reclamante	Luiz Carlos Queiroz Santos
Advogado	LEANDRO OLIVEIRA ALVES(OAB: null)
Reclamado	Serralheria Ferraco Ltda Me
Reclamado	Construções Artega Llda

LUIZ CARLOS QUEIROZ SANTOS, na ação que promove contra SERRALHERIA FERRAÇO LTDA ME e CONSTRUÇÕES ARTEGA LTDA, requer a antecipação do provimento jurisdicional, a fim que sejam bloqueados os créditos a serem repassados pela segunda reclamada à primeira reclamada, para fins de garantir o adimplemento das verbas trabalhistas a que faz jus, no montante de R$ 30.435,64.

Alega o reclamante que foi contratado pela primeira reclamada em 1º.10.2009, sendo que desde 10.10.2011 presta serviços diretamente à segunda reclamada, na função de meio oficial de serralheiro. Afirma que foi dispensado sem justa causa em 31.03.2012, sem receber qualquer verba trabalhista, tendo a reclamada argumentado que não tinha recursos financeiros para custear o pagamento das verbas rescisórias.

Brevemente relatado, decido.

A concessão da tutela antecipada pressupõe o preenchimento dos requisitos previstos no art. 273, do CPC, consubstanciados na prova inequívoca da verossimilhança do direito alegado e na existência de fundado de receio de dano de difícil ou incerta reparação ou, ainda, na configuração do abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu. Não obstante, o perigo de irreversibilidade do provimento judicial obstaculiza o deferimento da referida medida de natureza satisfativa.

Não restou noticiada a existência de crédito a ser bloqueado, pedido que, na verdade, é uma providência de natureza cautelar (§ 7º do art. 273 do CPC).

Não vislumbro, por ora, no caso em tela, a presença inequívoca dos requisitos elencados acima. Considero necessária a formação do contraditório.

Nesse sentido, indefiro a antecipação dos efeitos da tutela.

Designa-se audiência INICIAL para o dia 21/05/2012 às 8h50, que será realizada na sala de audiência desta 5ª Vara do Trabalho, localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, sala 108 (1º andar), Brasília/DF.

A parte reclamante será intimada na pessoa de seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, que ficará encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.

As reclamadas serão notificadas para comparecer pessoalmente à audiência, ou por meio de preposto legalmente habilitado (artigo 843, CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (artigo 844, CLT). As reclamadas deverão apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.

A audiência será realizada de forma fracionada.

Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).

Em audiência, caso não constem dentre as peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração, com o CPF dos proprietários ou sócios.

Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do artigo 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.

A parte autora poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Intimem-se as partes, sendo a terceira reclamada por mandado.

Publique-se.Brasília, 26 de abril de 2012.

ELISÂNGELA SMOLARECK. Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-570-50.2012.5.10.0005

Reclamante	Geison Charles da Silva Moreira
Advogado	RAFAEL ALCANTARA RIBAMAR(OAB: null)
Reclamado	Retifica Sabonete Comercio e Retifica de Pecas Automotivos Ltda Epp

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
16-5-2012 às 09 horas, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá

apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração, com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a) poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-575-72.2012.5.10.0005

Reclamante	Jose Paixao Francisco Alves
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Jda Construes e Reformas Ltda
Reclamado	Joao Fortes Engenharia S A

Trata-se de Reclamação Trabalhista ajuizada por JOSÉ PAIXÃO FRANCISCO ALVES em face de JDA CONSTRUES E REFORMAS LTDA.

A notificação endereçada ao reclamado foi devolvida pelos Correios com informação de que a parte teria mudado de endereço.

É cediço que, por se tratar de processo que tramita sob o rito sumaríssimo, é ônus do autor a correta indicação do nome e endereço da parte contrária, sob pena de arquivamento do feito. Desse modo, por não ter sido cumprida a exigência legal, extingo o processo sem resolução do mérito, a teor do art. 852-B, II, e seu § 1º, da CLT c/c o art. 267, I, do CPC.

Preenchidos os requisitos legais, defiro ao reclamante os benefícios da Justiça Gratuita.

Fica desde já autorizado o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, sendo a procuração e a declaração de pobreza mediante cópia.

Custas pelo reclamante, no importe de R$97,36, calculadas sobre o valor dado à causa, dispensadas na forma da lei.

Transitada em julgado a presente decisão ou entregue os documentos que instruem a inicial, arquivem-se os autos em definitivo.

Despacho

Processo Nº RT-577-42.2012.5.10.0005

Reclamante	Andrea Pereira Dias
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Construtora Kadore Ltda.
Reclamado	Jardins Mangueiral Empreendimentos Imobiliarios S.A.

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia 25-5-2012 às 8h10min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar, sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração, com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a) poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-578-27.2012.5.10.0005

Reclamante	Rosimeire Pereira de Oliveira Candido
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Construtora Kadore Ltda.
Reclamado	Jardins Mangueiral Empreendimentos Imobiliarios S.A.

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia 19-6-2012 às 8h15min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar, sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na

pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-584-34.2012.5.10.0005

Reclamante	Valdemilson de Oliveira Felix
Advogado	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	GME Construcoes Ltda
Reclamado	Spasso Engenharia Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
16-5-2012 às 8h55min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-585-19.2012.5.10.0005

Reclamante	Francisco Rogerio Ferreira de Souza
Advogado	NATHANRY MORAIS BALDONE(OAB: null)
Reclamado	Fercon Ferragens e Materiais de Construcao Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
19-6-2012 às 8h10min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado,

e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da
CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50,
parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa
suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-586-04.2012.5.10.0005

Reclamante	Camerino Maximo dos Santos
Advogado	PEDRO ALVES DE SOUZA FILHO(OAB: null)
Reclamado	Industria e Comercio de Alimentos Tia Quita Ltda
Reclamado	Jc Gontijo Engenharia S/A

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
19-6-2012 às 8h05min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e
fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente
habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto
à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da
CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50,
parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa
suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-588-71.2012.5.10.0005

Reclamante	Anastacio Portela de Aguiar
Advogado	PATRÍCIA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Ahp Tec Comercio de Informática e Serviços de Tecnologia Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
16-5-2012 às 8h50min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e
fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente
habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto
à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da
CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu

CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-589-56.2012.5.10.0005

Reclamante	Mercilei Antonio Ferreira da Silva
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
19-6-2012 às 08 horas, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-590-41.2012.5.10.0005

Reclamante	Marcelo Moreira de Souza
Advogado	GILSON DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Companhia Brasileira de Distribuicao(Extra Hipermercado)
Reclamado	Alvestur Transporte e Turismo Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
21-6-2012 às 9h05min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa

suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-591-26.2012.5.10.0005

Reclamante	Miguel Alexandre de Carvalho
Advogado	LUCIANA APARECIDA DE MACEDO PIRES(OAB: null)
Reclamado	Ast Assessoria em Servicos Terceirizados Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
21-6-2012 às 09 horas, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e
fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-592-11.2012.5.10.0005

Reclamante	Marcelo Dourado Fernandes
Advogado	MAURO JUNIOR PIRES DO NASCIMENTO(OAB: null)
Reclamado	Autotrac Comercio e Telecomunicacoes S/A

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
21-6-2012 às 8h55min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e
fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-593-93.2012.5.10.0005

Reclamante	Lindivaldo Macedo de Souza
Advogado	FRANCISCO FERREIRA DE FARIAS(OAB: null)
Reclamado	Valmir Ribeiro Andrade

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23

do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
21-6-2012 às 8h50min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-594-78.2012.5.10.0005

Reclamante	Sindicato dos Trabalhadores no Comercio de Minerios e Derivados de Petroleo no Distrito Federal
Advogado	ALCESTE VILELA JÚNIOR(OAB: null)
Reclamado	Companhia Ultragaz S.A.

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
22-6-2012 às 8h55min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-595-63.2012.5.10.0005

Reclamante	Amarildo da Silva Lima Araujo
Advogado	JADIR SANTOS FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Jose Pinto da Mota Filho

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
22-6-2012 às 8h50min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos

termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-596-48.2012.5.10.0005

Reclamante	Davyd Alisson da Silva Pereira
Advogado	RENATA ALMEIDA DE SOUSA SAMPAIO LEÃO MARQUES(OAB: null)
Reclamado	E C Maquinas e Telefonia Ltda Me
Reclamado	Banco Bradesco Sa

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
16-5-2012 às 8h45min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-597-33.2012.5.10.0005

Reclamante	Rafaela Rodrigues Gonzalez dos Reis
Advogado	LUCIEIDE FERREIRA VIANA DA PAIXÃO(OAB: null)
Reclamado	Esave Motocicletas e Nautica Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
22-6-2012 às 8h45min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a)

deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-598-18.2012.5.10.0005

Reclamante	Cristiane Costa Pedroso
Advogado	GILBERTO CLAUDIO HOERLLE(OAB: null)
Reclamado	Banco Santander (Brasil) S.A.

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
16-5-2012 às 8h40min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-599-03.2012.5.10.0005

Reclamante	Priscila de Almeida Leite
Advogado	IZABEL CRISTINA DINIZ VIANA(OAB: null)
Reclamado	Ctis Tecnologia S.A

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
22-6-2012 às 8h40min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de

documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-601-70.2012.5.10.0005

Reclamante	Clodoaldo Oliveira Martins
Advogado	ERALDO NOBRE CAVALCANTE(OAB: null)
Reclamado	Viplan Viacao Planalto Limitada

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
22-6-2012 às 8h35min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-604-25.2012.5.10.0005

Reclamante	Marcos André de Sousa
Advogado	WALDOMIRO RODRIGUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Julie Anna de Wander Lopes. - Me

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
16-5-2012 às 8h35min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-605-78.2010.5.10.0005

Reclamante	Fabio Licker
Advogado	GIORGINEI TROJAN REPISO(OAB: null)
Reclamado	Higiterc - Higienizacao e Terceirizacao Ltda

Reclamado	Fundacao Universidade de Brasilia

ATO ORDINATÓRIO, amparado no art. 23 do Provimento Geral Consolidado
do egrégio TRT/10: Intimação diretamente ao reclamante para que no prazo de 5 dias proceda a entrega da CTPS na secretaria da 5ª Vara do Trabalho, para as devidas anotações.

Eugênio Miranda - Diretor

Tânia Ponte -
Assistente

Despacho

Processo Nº RT-605-10.2012.5.10.0005

Reclamante	Hildebergue Alves da Silva
Advogado	GLEYTON ROCHA ARAUJO(OAB: null)
Reclamado	Global Seguranca Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
22-6-2012 às 8h30min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e
fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-606-92.2012.5.10.0005

Reclamante	Rita Alves de Santana
Advogado	MARIA DE FATIMA BONFIM BISPO(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
23-5-2012 às 8h20min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e
fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-607-77.2012.5.10.0005

Reclamante	Livanilda Gomes de Lacerda

Advogado	GERALDO MARCONE PEREIRA(OAB: null)
Reclamado	Icb - Construtora Incorporadora e Servicos Ltda(Na pessoa de seu sócio Luiz Vicente Araujo Junior)
Reclamado	Icb- Construtora Incorporadora e Servicos Ltda(Na pessoa de seu sócio Marcelo Moreira Araujo)

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
22-6-2012 às 8h20min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e
fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da
CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50,
parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa
suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-608-62.2012.5.10.0005

Reclamante	Ivonete Ferreira de Sá
Advogado	GUILHERME DE OLIVEIRA LEMOS(OAB: null)
Reclamado	Federal Serviços Gerais Ltda.
Reclamado	Banco do Brasil Sa

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
16-5-2012 às 8h30min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e
fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da
CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50,
parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa
suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-610-32.2012.5.10.0005

Reclamante	Dermivaldo Pereira de Alcantara
Advogado	JOVANKA BAPTISTA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Viplan - Viacao Planalto Limitada

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
16-5-2012 às 8h25min, para realização da audiência relativa ao

processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-611-17.2012.5.10.0005

Reclamante	Vinicius Rodrigues da Silva
Advogado	RENATA VELOSO COUTO(OAB: null)
Reclamado	Unimix Tecnologia Ltda
Reclamado	Infotecoop - Cooperativa de Tecnologia da Informacao Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
22-6-2012 às 815hmin, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-612-02.2012.5.10.0005

Reclamante	Wilton Aparecido Neves
Advogado	ALDEISE DE SOUSA E SILVA FIGUEIREDO(OAB: null)
Reclamado	Alfa Luz Viacao Transportes Ltda.

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
16-5-2012 às 8h20min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer

pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-614-69.2012.5.10.0005

Reclamante	Diego de Santana Cunha
Advogado	HILTON BORGES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Universo Servicos e Assessoria Empresarial Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
16-5-2012 às 8h15min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-615-54.2012.5.10.0005

Reclamante	Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Construção e do Mobiliario de Brasilia - Df
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Araras Comercio de Pedras Ltda (nome de fantasia Marmoraria Ideal)

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
22-6-2012 às 8h10min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da

CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-616-39.2012.5.10.0005

Reclamante	Francigane Silva da Costa
Advogado	LEANDRO SOUZA LEITE(OAB: null)
Reclamado	Henrique Andrade de Almeida

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
21-5-2012 às 8h30min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-617-24.2012.5.10.0005

Reclamante	Marcos Jose da Silva
Advogado	LEANDRO SOUZA LEITE(OAB: null)
Reclamado	Pexx Instalações Elétrica
Reclamado	Jose Celso Gontijo Engenharia S/A

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
22-6-2012 às 8h05min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50,

parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-622-46.2012.5.10.0005

Reclamante	Fabiana Lopes Martins
Advogado	FABIANA SILVA DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Associacao Assistencial de Santa Maria

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
21-5-2012 às 8h20min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-624-16.2012.5.10.0005

Reclamante	Dewilson Soares
Advogado	FABIANA SILVA DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Travmet - Industria Metalurgica Ltda.

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
21-5-2012 às 8h25min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-625-98.2012.5.10.0005

Reclamante	Alessandro Antonio Santos Sobrinho
Advogado	Defensoria Pública da União(OAB: null)
Reclamado	Vit Servicos Auxiliares de Transportes Aereos Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
21-5-2012 às 8h15min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-627-68.2012.5.10.0005

Reclamante	Francisco Egidio Filho
Advogado	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Araujo Abreu Engenharia S/A

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
22-6-2012 às 08 horas, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-629-38.2012.5.10.0005

Reclamante	Fausto Coutinho Vieira dos Santos
Advogado	OMAR HUSSEIN MOHAMAD NETTO(OAB: null)
Reclamado	Setec Construtora e Incorporadora Ltda Epp

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
28-6-2012 às 8h40min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e

fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-631-08.2012.5.10.0005

Reclamante	Alan Rones da Silva
Advogado	HILTON BORGES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Universo Servicos e Assessoria Empresarial Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
28-6-2012 às 8h35min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e
fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-632-90.2012.5.10.0005

Reclamante	Joana D Arc Alves Oliveira
Advogado	HILTON BORGES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Universo Servicos e Assessoria Empresarial Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
21-5-2012 às 8h10min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e
fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a

petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-636-30.2012.5.10.0005

Reclamante	Jefferson Stadler Silva
Advogado	CAUBY HENRIQUE BARBOSA OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Seguranca Integrada Ltda

Vistos os autos.
Conforme requerido pelo reclamante e diante do teor do Ofício 6ª VT/DF Circular s/nº de 30-4-2012, que noticia o julgamento da Ação Cautelar 00257-2012-006-10-00-2 e solicita a remessa dos processos dos trabalhadores que prestaram serviços para a Patrimonial Segurança Integrada Ltda junto à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, declino da competência e determino o encaminhamento dos autos à Distribuição de Feitos de Brasília para as providências cabíveis.
Por economia processual, confiro força de ofício à presente decisão.
Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-637-15.2012.5.10.0005

Reclamante	Altaide de Sousa Silva
Advogado	ADEILSON DOS SANTOS MORAES(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Reclamado	Fianca Empresa de Seguranca Ltda
Reclamado	Christianno Transportes e Servicos Ltda
Reclamado	Distrito Federal Governo do Distrito

ALTAÍDE DE SOUSA SILVA na ação que promove contra FIANÇA SERVIÇOS GERAIS LTDA e OUTROS, requer a antecipação do provimento jurisdicional, a fim que seja determinada a liberação do FGTS mediante alvará judicial.
Assevera que foi demitida sem justa causa em 06.01.2012 e que, até a presente data, não pôde realizar o saque do seu FGTS com o respectivo pagamento da multa fundiária, não tendo sido quitadas as verbas rescisórias do contrato.
Brevemente relatado, decido.
A concessão da tutela antecipada pressupõe o preenchimento dos requisitos previstos no art. 273, do CPC, consubstanciados na prova inequívoca da verossimilhança do direito alegado e na existência de fundado de receio de dano de difícil ou incerta reparação ou, ainda, na configuração do abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu. Não obstante, o perigo de irreversibilidade do provimento judicial obstaculiza o deferimento da referida medida de natureza satisfativa.
Analisando o caso concreto, nota-se que não restou comprovada a modalidade de rescisão contratual, o que impede a comprovação de que a reclamante faz jus ao levantamento de FGTS.
Não vislumbro, por ora, no caso em tela, a presença inequívoca dos requisitos elencados acima. Considero necessária a formação do contraditório.
Nesse sentido, indefiro a antecipação dos efeitos da tutela.
Designa-se audiência INICIAL para o dia 19/06/2012 às 08h35, que será realizada na sala de audiência desta 5ª Vara do Trabalho, localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, sala 108 (1º andar), Brasília/DF.
A parte reclamante será intimada na pessoa de seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, que ficará encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.
As reclamadas serão notificadas para comparecer pessoalmente à audiência, ou por meio de preposto legalmente habilitado (artigo 843, CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (artigo 844, CLT). As reclamadas deverão apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.
A audiência será realizada de forma fracionada.
Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).
Em audiência, caso não constem dentre as peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração, com o CPF dos proprietários ou sócios.
Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do artigo 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.
A parte autora poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.
Intimem-se as partes.Publique-se.Brasília, 27 de abril de 2012.ELISÂNGELA SMOLARECK. Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-641-52.2012.5.10.0005

Reclamante	Jovita Rodrigues dos Santos
Advogado	ADEILSON DOS SANTOS MORAES(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Reclamado	Fianca Empresa de Seguranca Ltda
Reclamado	Christianno Transportes e Servicos Ltda
Reclamado	Distrito Federal

JOVITA RODRIGUES DOS SANTOS na ação que promove contra FIANÇA SERVIÇOS GERAIS LTDA e OUTROS, requer a antecipação do provimento jurisdicional, a fim que seja determinada a liberação do FGTS mediante alvará judicial.
Assevera que foi demitida sem justa causa em 25.11.2011 e que, até a presente data, não pôde realizar o saque do seu FGTS com o respectivo pagamento da multa fundiária, não tendo sido quitadas

as verbas rescisórias do contrato.
Brevemente relatado, decido.
A concessão da tutela antecipada pressupõe o preenchimento dos requisitos previstos no art. 273, do CPC, consubstanciados na prova inequívoca da verossimilhança do direito alegado e na existência de fundado de receio de dano de difícil ou incerta reparação ou, ainda, na configuração do abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu. Não obstante, o perigo de irreversibilidade do provimento judicial obstaculiza o deferimento da referida medida de natureza satisfativa.
Analisando o caso concreto, nota-se que não restou comprovada a modalidade de rescisão contratual, o que impede a comprovação de que a reclamante faz jus ao levantamento de FGTS.
Não vislumbro, por ora, no caso em tela, a presença inequívoca dos requisitos elencados acima. Considero necessária a formação do contraditório.
Nesse sentido, indefiro a antecipação dos efeitos da tutela.
Designa-se audiência INICIAL para o dia 19/06/2012 às 08h30, que será realizada na sala de audiência desta 5ª Vara do Trabalho, localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, sala 108 (1º andar), Brasília/DF.
A parte reclamante será intimada na pessoa de seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, que ficará encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.
As reclamadas serão notificadas para comparecer pessoalmente à audiência, ou por meio de preposto legalmente habilitado (artigo 843, CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (artigo 844, CLT). As reclamadas deverão apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.
A audiência será realizada de forma fracionada.
Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).
Em audiência, caso não constem dentre as peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração, com o CPF dos proprietários ou sócios.
Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do artigo 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.
A parte autora poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.
Intimem-se as partes.
Publique-se.
Brasília, 27 de abril de 2012.
ELISÂNGELA SMOLARECK
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-646-74.2012.5.10.0005

Reclamante	Reinaldo Ferreira Pinto
Advogado	EDNA MARIA FERNANDES REIS(OAB: null)
Reclamado	Viacao Sao Luiz Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
21-5-2012 às 08 horas, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-647-59.2012.5.10.0005

Reclamante	Carlos Antonio do Nascimento Alves
Advogado	THIAGO FERREIRA MENEZES(OAB: null)
Reclamado	Dinamica Administracao, Servicos e Obras Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
28-6-2012 às 8h30min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,

sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-648-44.2012.5.10.0005

Reclamante	Nilton Fernandes da Costa
Advogado	SIMONE DE SOUSA TORRES(OAB: null)
Reclamado	Restaurante Divino Sabor Self Service

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
23-5-2012 às 9h05min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-649-29.2012.5.10.0005

Reclamante	Richard da Silva Santos
Advogado	MAGDA FERREIRA DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Bebidas das Americas - Ambev

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
28-6-2012 às 8h25min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado,

e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da
CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50,
parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa
suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-650-14.2012.5.10.0005

Reclamante	Marcio Niemeyer Borges
Advogado	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
23-5-2012 às 09 horas, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e
fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente
habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto
à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da
CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50,
parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa
suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-651-96.2012.5.10.0005

Reclamante	Marcos Roberto Souza Santos
Advogado	JULIO CESAR DA SILVA ALVES(OAB: null)
Reclamado	Acopronto Logistica e Servicos Ltda
Advogado	SERGIO ROSSI JUNIOR(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
28-6-2012 às 8h20min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências
localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e
fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente
habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto
à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da
CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS,

bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-652-81.2012.5.10.0005

Reclamante	Adriana Bezerra da Silva Pereira
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
23-5-2012 às 8h55min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-653-66.2012.5.10.0005

Reclamante	Irene Gonzaga Coutinho
Advogado	ROGÉRIO ISAIAS ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Reclamado	Banco Central do Brasil

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
22-6-2012 às 8h25min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-654-51.2012.5.10.0005

Reclamante	Aparecida da Silva Braz Coutinho
Advogado	ROGÉRIO ISAIAS ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Reclamado	Banco Central do Brasil

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia 13-6-2012 às 8h45min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar, sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração, com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a) poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-655-36.2012.5.10.0005

Reclamante	Jorge Marcos Ferreira Lima
Advogado	JOSE EYMARD LOGUERCIO(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia 28-6-2012 às 8h15min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar, sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração, com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a) poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-656-21.2012.5.10.0005

Reclamante	Rosa Cristina Gomes da Silva
Advogado	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO(OAB: null)
Reclamado	Maria Sergina dos Santos Araujo-Me

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia 23-5-2012 às 8h50min, para realização da audiência relativa ao

processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-658-88.2012.5.10.0005

Reclamante	Marcos de Souza Lima
Advogado	GABRIEL DE OLIVEIRA MADEIRA(OAB: null)
Reclamado	Laysse do Nascimento Portela Me

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
23-5-2012 às 8h45min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja
discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-659-73.2012.5.10.0005

Reclamante	Naiara Keli Mendes de Sousa
Advogado	THIAGO FERREIRA MENEZES(OAB: null)
Reclamado	Inter Vagas Servicos de Locacao de Mai de Obra Ltda Me

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
28-6-2012 às 8h10min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer

pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-660-58.2012.5.10.0005

Reclamante	Jose Francisco Marques dos Santos
Advogado	LUIZ HUMBERTO VIEIRA GUIDO(OAB: null)
Reclamado	Peninsula Comercial de Alimentos Ltda(Supermercado Bib Box)

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
23-5-2012 às 8h40min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-661-43.2012.5.10.0005

Reclamante	Marcos Antonio Santana Oliveira
Advogado	JOSUÉ PEREIRA DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Cdt Comunicacao de Dados Ltda
Reclamado	Caixa Economica Federal

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
28-6-2012 às 8h05min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as

peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-662-28.2012.5.10.0005

Reclamante	Jairo Nunes da Silva
Advogado	ANDRÉ LUIS PINHEIRO GUIMARÃES(OAB: null)
Reclamado	Luiz Carlos Garcia

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
23-5-2012 às 8h35min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)
poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-664-95.2012.5.10.0005

Reclamante	Cristian da Silva Albuquerque
Advogado	HERCÍLIO DE AZEVEDO AQUINO(OAB: null)
Reclamado	Lumi Software Ltda

ATO ORDINATÓRIO AUDIÊNCIA INICIAL

De ofício, nos termos do art. 23
do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, designa-se o dia
23-5-2012 às 8h30min, para realização da audiência relativa ao processo
acima identificado, que será realizada na sala de audiências localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar,
sala 109, em Brasília/DF. O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa
do seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer
pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do
art. 844 da CLT. O(A) reclamado(a) será notificado(a) para comparecer
pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá
apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e
poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição
inicial. A audiência será realizada de forma fracionada. Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá
apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem dentre as peças
dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu
CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, além de cópia de sua CTPS, bem como
pelo(a) reclamado(a) o número do CPF, CNPJ ou CEI Cadastro
Específico do INSS, bem como o contrato social e a última alteração,
com o CPF dos proprietários ou sócios. Quanto à apresentação de
documentos, deverão as partes observar os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado. O(A) autor(a)

poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

Eugênio Miranda - Diretor

Despacho

Processo Nº RT-731-31.2010.5.10.0005

Reclamante	Jefferson Silva de Paula
Advogado	FILLIPE GUIMARÃES DE ARAÚJO(OAB: null)
Reclamado	Viação Novo Horizonte Ltda.
Advogado	EVANDO CAMILO RICARDO(OAB: null)

(...)"O reclamante peticiona requerendo a aplicação de multa ao reclamado bem como que a reclamada seja intimada novamente para que apresente os documentos solicitados pela Secretaria de Cálculos Judiciais e Assessoramento Econômico (fls. 238).
Tendo em vista o inadimplemento pelo reclamado das obrigações de fazer (anotar CTPS e apresentar documentos), condeno-o ao pagamento da multa no valor de R$622,00, valor que deverá ser acrescido no momento da liquidação.
Intime-se novamente a reclamada para, no prazo de 10 dias, traga os contracheques/fichas financeiras de maio/2005 a junho/2007 e o extrato detalhado da conta vinculada de todo pacto laboral, documentos essenciais à elaboração da conta, conforme promoção da Contadoria de fls. 238.
Entregues os documentos remetam-se os autos à Secretaria de Cálculos Judiciais e Assessoramento Econômico, para liquidação da Sentença, devendo a ser acrescido a multa de R$622,00."

Despacho

Processo Nº RT-812-43.2011.5.10.0005

Reclamante	Reinaldo da Silva Sa
Advogado	ELIZIO ROCHA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	5 Estrelas Servicos de Apoio Administrativo Ltda
Advogado	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO(OAB: null)
Reclamado	5 Estrelas Special Service Limp e Serv Auxiliares Ltda
Advogado	ÂNGELA MARTINS DA CRUZ(OAB: null)
Reclamado	Conservadora Nacional de Imoveis 5 Estrelas Ltda
Advogado	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO(OAB: null)
Reclamado	5 Estrelas Sistema de Segurança Ltda
Advogado	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO, amparado no art. 23 do Provimento Geral Consolidado
do egrégio TRT/10: Intime-se a 1ª reclamada para, no prazo de 05 dias, proceder à anotação da CTPS obreira, sob pena de expedição à DRT(CLT,art.39).

Eugênio Miranda - Diretor

Tânia Ponte -
Assistente

Despacho

Processo Nº RT-945-85.2011.5.10.0005

Reclamante	Edival Terencio Monteiro
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal-Caesb
Advogado	MAURICIO COSTA PITANGA MAIA(OAB: null)

SENTENÇA:
"CONCLUSÃO
Diante do exposto, resolve a MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília-DF:
a) extinguir o processo com resolução do mérito com relação às parcelas anteriores a 24.06.06, nos termos do art. 7°, XXIX, da Lex Fundamentalis c/c art. 269, IV do CPC;
b) julgar PROCEDENTES EM PARTE os pedidos iniciais, para condenar a reclamada COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB a pagar ao reclamante EDIVAL TERENCIO MONTEIRO, tão logo esta sentença transite em julgado, as parcelas deferidas na fundamentação que é parte integrante deste decisum, com juros e correção monetária, a serem calculados em regular liquidação de sentença, observando-se o disposto nas Súmulas nº. 368 e 381 do c. Tribunal Superior do Trabalho.
O cálculo dos recolhimentos previdenciários deverá ser realizado pela contadoria deste Juízo, observando-se a natureza jurídica das parcelas deferidas, nos termos do disposto no art. 28 da Lei nº 8.112/91, com redação alterada pela Lei nº 9.528/97, e do disposto na Lei n. 10.035/00 e na Súmula nº. 368 do TST.
A reclamada deverá efetuar o pagamento das parcelas relativas aos recolhimentos previdenciários e fazendários a seu cargo, sobre as parcelas deferidas, nos termos do art. 880 da CLT e art. 28 da Lei nº 10.833/03, sob pena de execução, nos termos do art. 114, § 3º, da Constituição Federal.
Custas processuais no valor de R$200,00, calculadas sobre R$10.000,00, valor arbitrado provisoriamente à condenação, que deverão ser pagas em cinco dias pela reclamada.
Publique-se.
ELISÂNGELA SMOLARECK"

Despacho

Processo Nº RT-1005-58.2011.5.10.0005

Reclamante	Eliana Batista de Sousa
Advogado	SIMONE DE SOUSA TORRES(OAB: null)
Reclamado	Francisco Alvino da Silva- Me
Advogado	CLAUDIA MARIA PATRICIO DE SOUZA COSTA DA SILVA(OAB: null)

Ante o exposto, ACOLHO EM PARTE os Embargos Declaratórios opostos pela reclamante ELIANA BATISTA DE SOUSA, nos termos da fundamentação que integra este decisum, e que passa a integrar a sentença de fls. 132/136.
A Secretaria deverá observar o disposto na Portaria nº. 0001/2008 deste juízo no que se refere ao prazo para conclusão dos Embargos Declaratórios, uma vez que não se justifica tamanho atraso no encaminhamento destes autos para prolação desta decisão, observando-se que o processo estava pronto para conclusão 10 dias antes do início do gozo de férias por esta juíza.Publique-se.
Brasília-DF, 30 de abril de 2012.
ELISÂNGELA SMOLARECK. Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-1012-50.2011.5.10.0005

Reclamante	Renata Amaro Maia
Advogado	SIMONE DE SOUSA TORRES(OAB: null)
Reclamado	Michael Douglas Lopes Restaurantes-Me (Restaurante e Lanchonete Tocantins)

Vistos os autos.
Fica intimado o reclamante para, no prazo de 05 dias, a partir da

publicação desta decisão, entregar sua CTPS na Secretaria da Vara para que seja dado baixa, caso ainda não tenha sido providenciado, sob pena de se ter por cumprida a obrigação no particular.
Entregue o documento, intime-se a reclamada, Michael Douglas Lopes Restaurantes-Me (Restaurante e Lanchonete Tocantins), via postal, para no prazo de 05 dias, proceder à baixa da CTPS obreira, com data de saída 10-07-2011, lançando também no documento a informação de que a autora recebe produtividade à razão de 5% no salário mensal, sob pena sob pena de pagamento de multa no importe de R$ 622,00, consoante autorizado no art. 461 do CPC.
Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-1020-27.2011.5.10.0005

Reclamante	Aline Gomes Xavier
Advogado	ANTONIO LEONEL DE ALMEIDA CAMPOS(OAB: null)
Reclamado	Mourão Comércio de Móveis Ltda. EPP
Advogado	EURIPEDES ALMEIDA COSTA(OAB: null)

Homologo os cálculos e fixo o débito exequendo em R$10.277,86, conforme discriminado na consolidação dos cálculos, sem prejuízo das atualizações e acréscimos legais.
Intime-se a reclamada, Mourão Comercio de Móveis Ltda, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para ciência desta decisão e pagamento do débito homologado, em 48 horas, sob pena de execução.

Despacho

Processo Nº RT-1023-16.2010.5.10.0005

Reclamante	Geralda Lopes de Resende
Advogado	CELIA REGINA AMANCIO DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Faculdades Integradas da Terra de Brasília
Reclamado	Faculdade Ad1/Unisaber

Homologo os cálculos e fixo o débito exequendo em R$90.157,39, conforme discriminado na consolidação dos cálculos, sem prejuízo das atualizações e acréscimos legais.
Intime-se a reclamada, Faculdade Integradas da Terra de Brasília, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, via postal, para ciência desta decisão e pagamento do débito homologado, em 48 horas, sob pena de execução.

Despacho

Processo Nº RT-1029-23.2010.5.10.0005

Reclamante	Willany Lindoso Morais
Advogado	RITA HELENA PEREIRA PINTO(OAB: null)
Reclamado	Rapidão Cometa Logística e Transporte S.A.
Advogado	VERONICA DE SOUZA RIBEIRO CHAVES(OAB: null)

Vistos os autos.
Ante a inércia do reclamante em retirar as guias de TRCT e Chave de Conectividade, remetam-se os autos à Secretaria de Cálculos Judiciais e Assessoramento Econômico, para liquidação da Sentença, devendo a conta ser apresentada, também, de forma consolidada.
Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-1099-40.2010.5.10.0005

Reclamante	Jose Jaques Medeiros Lemos
Advogado	RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Kenia Maria Oliveira Reis ME
Advogado	FRANCISCO DE MEDEIROS LOPES FILHO(OAB: null)
Reclamado	Kênia Maria Oliveira Reis

ATO ORDINATÓRIO, amparado no art. 23 do Provimento Geral Consolidado
do egrégio TRT/10: intimação do reclamante para no prazo de 5 dias receber a guia de pagamento de acordo, acostado na contracapa.

Eugênio Miranda - Diretor

Tânia Ponte -
Assistente

Despacho

Processo Nº RT-1100-88.2011.5.10.0005

Reclamante	Frank Alexandre Couto Alves
Advogado	PABLÍCIO MONTEIRO CARDOSO(OAB: null)
Reclamado	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasilia Ltda
Advogado	MAURICIO MIRANDA DURAES(OAB: null)

Homologo os cálculos e fixo o débito exequendo em R$1.011,21, conforme discriminado na consolidação dos cálculos, sem prejuízo das atualizações e acréscimos legais.
O depósito recursal realizado em 15-09-11 no valor de R$6.390,00(fl. 197) garante integralmente a execução.
Intimem-se as partes dando-lhes ciência desta decisão, bem como para os fins do art. 884 da CLT. Prazo sucessivo de 05 dias, a começar pelo executado, que deverá observar o disposto no art. 475-L, § 2º, do CPC.
Caso o executado apresente embargos, deverá o exequente, querendo, no prazo já assinado, apresentar sua manifestação em contraposição.

Despacho

Processo Nº RT-1110-35.2011.5.10.0005

Reclamante	Luzimar Pereira da Silva Nascimento
Advogado	ANA BEATRIZ RAMALHO DE OLIVEIRA RIBEIRO(OAB: null)
Reclamado	Brasil Telecom S/A
Advogado	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: null)

DECISÃO:"CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço dos embargos de declaração opostos por Luzimar Pereira da Silva Nascimento para, no mérito, rejeitá-los integralmente, consoante os fundamentos elencados acima, parte integrante desta conclusão.

Ficam mantidos todos os termos da sentença.

Intimem-se via DEJT.

Brasília/DF, 02 de maio de 2012.

Raul Gualberto Fernandes Kasper de Amorim
Juiz do Trabalho"

Despacho

Processo Nº RT-1248-02.2011.5.10.0005

Reclamante	Patricia Mendes da Silva
Advogado	GERALDO MARCONE PEREIRA(OAB: null)

Reclamado	Telco do Brasil Call Center Ltda
Advogado	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO(OAB: null)
Reclamado	Agencia Nacional de Telecomunicações

Vistos os autos.
Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, recebo o Recurso Ordinário interposto pela segunda reclamada.
Intime-se a Reclamante para manifestação, querendo, no prazo de 08 dias.
Cumprido ou decorrido o prazo in albis, encaminhem-se os autos ao egrégio Regional, com as cautelas habituais.

Despacho

Processo Nº RT-1366-12.2010.5.10.0005

Reclamante	Maria de Fatima Sales da Silva
Advogado	NILTON MENDES GOMES(OAB: null)
Reclamado	Milton Arcanjo Martins

Vistos os autos.
A exequente informa que o executado é servidor do corpo de bombeiros e requer pesquisa bacenjud visando penhorar valores nas suas contas.
Renove-se a pesquisa via bacenjud em desfavor do executado.
Após, inclua-o no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas-BNDT, nos termos da RA nº1470, de 24 de Agosto de 2011 e expeça-se mandado de penhora de quaisquer bens de comprovada propriedade do devedor que estejam livres e desembaraçados.

Despacho

Processo Nº RT-1406-91.2010.5.10.0005

Reclamante	Marcones Alves Carvalho Souza
Advogado	UBIRATAN BATISTA PEDROSO(OAB: null)
Reclamado	Blue Water Piscinas e Construcoes Ltda
Advogado	RUBENS SANTORO NETO(OAB: null)

Homologo os cálculos e fixo o débito exequendo em R$11.876,36, conforme discriminado na consolidação dos cálculos, sem prejuízo das atualizações e acréscimos legais.
Converto o depósito recursal no valor de R$5.000,00, efetuado em 15-03-11, em penhora. (FLS.80)
Expeça-se ofício à Caixa Econômica Federal, com determinação para que seja procedida à transferência do depósito recursal para uma conta judicial à disposição deste Juízo, no prazo de 05 dias, com comprovação nos autos tão logo seja a transação efetivada.
Intimem-se a reclamada, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para ciência desta decisão e pagamento do débito remanescente no importe de R$6.876,36, em 48 horas, sob pena de execução.

Despacho

Processo Nº RT-1423-93.2011.5.10.0005

Reclamante	Angela Rodrigues Borges
Advogado	JUDSON DE ARAÚJO GURGEL(OAB: null)
Reclamado	Roberto Oliveira

(...)"Intime-se a reclamante para, no prazo de 5 dias, retirar sua CTPS na Secretaria da Vara devidamente anotada.
Após, recebida ou não a CTPS, remetam-se os autos à Secretaria de Cálculos Judiciais e Assessoramento Econômico, para liquidação da Sentença."

Despacho

Processo Nº RT-1496-65.2011.5.10.0005

Reclamante	Rafael Tarouco Saldanha
Advogado	ADERCILIO SEBASTIÃO PEIXOTO(OAB: null)
Reclamado	Sangari do Brasil Ltda
Advogado	GUSTAVO DABUL E SILVA(OAB: null)

SENTENÇA:
"Dispositivo
Isto posto, nos termos da fundamentação supra, a qual integra o presente dispositivo para todos os fins, rejeito o que foi arguido como preliminar e, no mérito, julgo PROCEDENTES, EM PARTE, os pedidos para condenar a reclamada a, no prazo de 48 horas, pagar ao reclamante, com juros e correção monetária, aplicando-se o disposto no artigo 883 da CLT, nas OJS 363 e 400 da SDI I do C. TST e nas Súmulas 200, 368 e 381 do C. TST, o que se apurar em liquidação de sentença por simples cálculos, a título de diferenças salariais com reflexos.
Descontos previdenciários na forma da Lei nº 8.212/91 (artigo 43) e fiscais na forma da Lei nº 8.541/92 (artigo 46).
Declaro, para os efeitos da Lei nº 10.035/00, que são suscetíveis de incidência previdenciária as parcelas relativas a diferenças salariais e 13º salário.
Oficie-se à SRTE-DF, ante as irregularidades constatadas, sendo considerada desnecessária a expedição de mais ofícios.
Custas de R$ 200,00, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação (R$ 10.000,00), a cargo da reclamada.
Julgamento antecipado, INTIMEM-SE AS PARTES.
Brasília/DF, 30 de abril de 2012 2ª feira.
Nada mais.
PATRÍCIA SOARES SIMÕES DE BARROS
Juíza do Trabalho Substituta"

Despacho

Processo Nº RT-1500-05.2011.5.10.0005

Reclamante	Renato Domingos Bertolino
Advogado	ADERCILIO SEBASTIÃO PEIXOTO(OAB: null)
Reclamado	Sangari do Brasil Ltda
Advogado	GUSTAVO DABUL E SILVA(OAB: null)

SENTENÇA:
"Dispositivo
Isto posto, nos termos da fundamentação supra, a qual integra o presente dispositivo para todos os fins, rejeito o que foi arguido como preliminar e, no mérito, julgo PROCEDENTES, EM PARTE, os pedidos para condenar a reclamada a, no prazo de 48 horas, pagar ao reclamante, com juros e correção monetária, aplicando-se o disposto no artigo 883 da CLT, nas OJS 363 e 400 da SDI I do C. TST e nas Súmulas 200, 368 e 381 do C. TST, o que se apurar em liquidação de sentença por simples cálculos, a título de diferenças salariais com reflexos.
Descontos previdenciários na forma da Lei nº 8.212/91 (artigo 43) e fiscais na forma da Lei nº 8.541/92 (artigo 46).
Declaro, para os efeitos da Lei nº 10.035/00, que são suscetíveis de incidência previdenciária as parcelas relativas a diferenças salariais e 13º salário.
Oficie-se à SRTE-DF, ante as irregularidades constatadas, sendo considerada desnecessária a expedição de mais ofícios.
Custas de R$ 200,00, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação (R$ 10.000,00), a cargo da reclamada.
Julgamento antecipado, INTIMEM-SE AS PARTES.
Brasília/DF, 30 de abril de 2012 2ª feira.
Nada mais.
PATRÍCIA SOARES SIMÕES DE BARROS
Juíza do Trabalho Substituta"

Despacho

Processo Nº RT-1539-02.2011.5.10.0005

Reclamante	Lusiano Francisco de Sousa

Advogado	GUSTAVO IMBROISI MESQUITA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Empresa de Seguranca Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Vipasa-Vigilancia Patrimonial Armada Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Distrito Federal

Ante os termos da certidão supra, intime-se o reclamante, para no prazo de 10 dias, indicar o endereço da 2ª reclamada, sob pena de extinção, sem resolução do mérito, a teor do art.267 do CPC.

Despacho

Processo Nº RT-1755-60.2011.5.10.0005

Reclamante	Natanael Jerfeson Sousa Ribeiro
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Santa Susana Empreendimentos Imobiliarios S.A.
Advogado	ALEXANDRE DA SILVEIRA BARBOSA(OAB: null)

(...)"Verifico que na ata de audiência de fls. 35 consta que foi deferido prazo ao reclamado para juntada de documentos complementares a sua defesa.
A reclamada, tempestivamente, peticiona requerendo a juntada de documentos, porém sua petição foi endereçada à 12ª Vara do Trabalho de Brasília, sendo juntada ao presente processo apenas em 24/04/2012.
Essencial seja observado o contraditório.
Reabro a instrução processual para determinar a intimação da reclamante para, querendo, manifestar-se a respeito da petição de fls. 88/89 no prazo de 5 dias.
Após, façam-se os autos conclusos."

Despacho

Processo Nº RT-1783-28.2011.5.10.0005

Reclamante	Michelle Alves do Prado
Advogado	CAMILA CARVALHO FONTINELE(OAB: null)
Reclamado	Facilita Promotora S.A.
Reclamado	Fai - Financeira Americanas Itau S.A. Credito Financiamento e Investimento

ATO ORDINATÓRIO, amparado no art. 23 do Provimento Geral Consolidado
do egrégio TRT/10:Remessa dos autos Secretaria de Cálculos Judiciais e Assessoramento Econômico para manifestação acerca da petição de fls.244/248, informando se a reclamante se enquadra na faixa de isenção de recolhimento do tributo.

Eugênio Miranda - Diretor

Tânia Ponte -
Assistente

Despacho

Processo Nº RT-1836-09.2011.5.10.0005

Reclamante	Cintia Maiara Souza Santana
Advogado	TEREZINHA APARECIDA MOREIRA COURA(OAB: null)
Reclamado	Imunisempre Dedetizações e Serviços Ltda
Advogado	JANINE NESSRALLA CYRILLO DA COSTA(OAB: null)

DECISÃO:"Dispositivo

Isto posto, nos termos da fundamentação supra, a qual integra o presente dispositivo para todos os fins, extingo o pedido referente a recolhimentos previdenciários sem resolução de mérito com base nos artigos 267, IV e 301, § 4, do CPC, e, no mérito, julgo PROCEDENTES, EM PARTE, os pedidos para condenar a reclamada a, no prazo de 48 horas, retificar na CTPS obreira a data de admissão, fazendo constar 09/04/2010, sob pena de a Secretaria da Vara fazê-lo, bem como, pagar à reclamante, com juros e correção monetária, aplicando-se o disposto no artigo 883 da CLT, nas OJ 363 e 400 da SDI I do C.TST e nas Súmulas 200, 368 e 381 do C. TST, o que se apurar em liquidação de sentença por simples cálculos, a título de saldo de salário de 14 dias de junho de 2011; um período de férias 2010/2011 acrescidas de 1/3, na forma simples; 2/12 de férias 2011/2012 acrescidas de 1/3; 5/12 de 13º salário de 2010; 5/12 de 13º salário de 2011; multa do artigo 477 da CLT e, ainda, depositar em conta vinculada obreira o FGTS de todo o período contratual (inclusive incidentes no saldo de salário e nas gratificações natalinas deferidas), compensando-se apenas os valores já recolhidos (fls. 15).

Em tudo, deverão ser observados como teto, os valores dados pela reclamante aos pedidos, a fim de que este receba, no máximo, o que postulou e não mais que isso, além de juros e correção monetária.

Descontos previdenciários na forma da Lei nº 8.212/91 (artigo 43) e fiscais na forma da Lei nº 8.541/92 (artigo 46).

Declaro, para os efeitos da Lei nº 10.035/00, que são suscetíveis de incidência previdenciária as parcelas relativas a 13º salário e saldo de salário.

Oficie-se ao INSS ante o reconhecimento de vínculo empregatício anterior ao registro e, ainda, ao MPT, à SRTE/DF e à CEF, na forma acima determinada, ante a ocorrência de fraude, sendo desnecessária a expedição de mais ofícios.

Custas de R$ 100,00, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação (R$ 5.000,00), a cargo da reclamada.

Cientes as partes na forma da Súmula 197 do C. TST.

Cumpra-se a determinação do item "A" supra.

Nada mais.

PATRÍCIA SOARES SIMÕES DE BARROS
Juíza do Trabalho Substituta"

Despacho

Processo Nº RT-1880-28.2011.5.10.0005

Reclamante	Antonio Cordeiro de Lima
Advogado	JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Vipasa-Vigilância Patrimonial Armada Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Fiança Empresa de Segurança Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Fiança Serviços Gerais Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

Diante das alegações do reclamante quanto ao saque do FGTS, expeça-se alvará, intimando o reclamante para retirar no prazo de 5 dias.
Intime-se ainda as reclamadas para no prazo de 48 horas comprovar o adimplemento da primeira e segunda parcelas do acordo.
Fica as reclamada ciente que a sua inercia implicará a sua execução.

Despacho

Processo Nº RT-1994-64.2011.5.10.0005

Reclamante	Ubirajara Lopes Mateus

Advogado	MARCELO BARBOSA COELHO(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Servicos Especializados Ltda
Advogado	THIAGO BEZE(OAB: null)

SENTENÇA:

"Dispositivo

Isto posto, nos termos da fundamentação supra, a qual integra o presente dispositivo para todos os fins, extingo o pedido de recolhimentos previdenciários sem resolução de mérito com base nos artigos 267, IV e 301, § 4º, do CPC,e, no mérito, julgo PROCEDENTES, EM PARTE, os demais pedidos para condenar a reclamada a, no prazo de 48 horas, efetuar o registro de baixa na CTPS obreira fazendo constar data de saída em 27/10/2011, sob pena de a Secretaria da Vara fazê-lo, bem como, pagar ao reclamante, com juros e correção monetária, aplicando-se o disposto no artigo 883 da CLT, nas OJ 363 e 400 da SDI I do C.TST e nas Súmulas 200, 368 e 381 do C. TST, o que se apurar em liquidação de sentença por simples cálculos, a título de multa do artigo 477 da CLT; aviso prévio que se projeta no tempo de serviço para todos os fins; um período de férias vencidas 2010/2011 acrescidas de 1/3, na forma simples; 5/12 de férias 2011/2012 acrescidas de 1/3; 10/12 de 13º salário de 2011; multa do artigo 477 da CLT; indenização em valor equivalente ao FGTS de todo o período contratual, inclusive incidente em aviso prévio e 13º salário ora deferidos, mais multa fundiária de 40%, compensados os valores depositados na conta vinculada obreira, já sacados; por fim, multa do artigo 467 da CLT em valor equivalente ao de 50% do que se está deferindo a título de 13º salário, férias acrescidas de 1/3 (sem a projeção do aviso prévio) e metade da multa fundiária.

Em tudo, deverão ser observados como teto, os valores dados pelo reclamante aos pedidos, a fim de que este receba, no máximo, o que postulou e não mais que isso, além de juros e correção monetária.

Descontos previdenciários na forma da Lei nº 8.212/91 (artigo 43) e fiscais na forma da Lei nº 8.541/92 (artigo 46).

Declaro, para os efeitos da Lei nº 10.035/00, que são suscetíveis de incidência previdenciária as parcelas relativas a 13º salário.

Oficie-se à SRTE/DF e ao INSS, ante as irregularidades constatadas, sendo desnecessária a expedição de mais ofícios.

Custas de R$ 40,00, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação (R$ 20.000,00), a cargo da reclamada.

INTIMEM-SE AS PARTES.

Nada mais.

PATRÍCIA SOARES SIMÕES DE BARROS

Juíza do Trabalho Substituta"

Despacho

Processo Nº RT-2000-71.2011.5.10.0005

Reclamante	Junio Camilo Farias da Silva
Advogado	RAFAEL SILVA OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Arz Mão de Obra Especializada Ltda
Advogado	FERNANDO CELLA(OAB: null)
Reclamado	Aqua Tecnologia em Instalações Ltda
Advogado	DANIELA CHRISTIANE FRAGA PERES(OAB: null)
Reclamado	Faenge - Figueiredo Avila Engenharia Ltda
Advogado	ADERALDO DE MORAIS LEITE(OAB: null)

DECISÃO:"Dispositivo

Isto posto, nos termos da fundamentação supra, a qual integra o presente dispositivo para todos os fins, julgo PROCEDENTES, EM PARTE, os pedidos para condenar a primeira reclamada a, no prazo de 48 horas, registrar na CTPS obreira, mais especificamente, no lugar apropriado para o registro de contratos de trabalho (e não naquele destinado a anotações gerais), o contrato de trabalho mantido com o reclamante, observando datas de admissão, função e remuneração mencionados às fls. 9 e, ainda, como data de saída, 28/07/11, sob pena de a Secretaria da Vara fazê-lo, bem como pagar ao reclamante, com juros e correção monetária, aplicando-se o disposto no artigo 883 da CLT, nas OJS 363 e 400 da SDI I do C. TST e nas Súmulas 200, 368 e 381 do C. TST, o que se apurar em liquidação de sentença por simples cálculos, a título de multa do artigo 477 da CLT; saldo de salário de 28 dias de julho de 2011 com acréscimo de 50% (multa do artigo 467 da CLT); 5/12 de 13º salário com acréscimo de 50% (multa do artigo 467 da CLT) e 5/12 de férias acrescidas de 1/3 com acréscimo de 50% (multa do artigo 467 da CLT), devendo, ainda, depositar na conta vinculada obreira o FGTS de todo o período contratual, compensando-se, apenas valores que já tenham sido comprovadamente recolhidos.

Como parte integrante da condenação, estabeleço que as seguintes parcelas (e consequentes incidências previdenciárias) deverão - cumprido o Verbete 37/2008 do Egrégio Tribunal Pleno do TRT da 10ª Região e compensados valores depositados em conta vinculada - ser pagas pela segunda reclamada (AQUA TECNOLOGIA EM INSTALAÇÕES LTDA), caso a primeira não o faça: multa do artigo 477 da CLT; saldo de salário de 28 dias de julho de 2011 com acréscimo de 50% (multa do artigo 467 da CLT); 5/12 de 13º salário com acréscimo de 50% (multa do artigo 467 da CLT) e 5/12 de férias acrescidas de 1/3 com acréscimo de 50% (multa do artigo 467 da CLT) e indenização - a ser depositada em conta vinculada obreira - em valor equivalente ao FGTS de todo o período contratual, compensando-se, apenas valores que já tenham sido comprovadamente recolhidos.

Como parte integrante da condenação, estabeleço que as seguintes parcelas (e consequentes incidências previdenciárias) deverão - cumprido o Verbete 37/2008 do Egrégio Tribunal Pleno do TRT da 10ª Região e compensados valores depositados em conta vinculada - ser pagas pela terceira reclamada (FAENGE - FIGUEIREDO AVILA ENGENHARIA LTDA), caso a primeira não o faça: multa do artigo 477 da CLT; saldo de salário de 10 dias de julho de 2011 com acréscimo de 50% (multa do artigo 467 da CLT) e indenização - a ser depositada em conta vinculada obreira - em valor equivalente ao FGTS de 19/07/11 em diante, compensando-se, apenas valores do período que já tenham sido comprovadamente recolhidos. Estas verbas, porque referentes a dias nos quais tanto a AQUA quanto a FAENGE se beneficiaram do trabalho obreiro, em caso de ausência de quitação pela primeira reclamada, poderão ser cobradas indistintamente, da segunda ou da terceira reclamadas.

Em tudo, deverão ser observados como teto, os valores dados pelo reclamante aos pedidos, a fim de que este receba, no máximo, o que postulou e não mais que isso, além de juros e correção monetária.

Descontos previdenciários na forma da Lei nº 8.212/91 (artigo 43) e fiscais na forma da Lei nº 8.541/92 (artigo 46).

Declaro, para os efeitos da Lei nº 10.035/00, que são suscetíveis de incidência previdenciária o saldo de salário e o 13º salário.

Oficie-se, na forma acima determinada, à SRTE-DF e, frente à possibilidade de não terem ocorrido recolhimentos previdenciários, também ao INSS, ante as irregularidades constatadas, sendo considerada desnecessária a expedição de mais ofícios.

Custas de R$ 60,00, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação (R$ 3.000,00), a cargo das reclamadas.

INTIMEM-SE AS PARTES, mas, antes, cumpra-se a determinação do item "A" da fundamentação.
Nada mais.

PATRÍCIA SOARES SIMÕES DE BARROS
Juíza do Trabalho Substituta"
MÕES DE BARROS
Juíza do Trabalho Substituta"

Despacho

Processo Nº RT-2004-11.2011.5.10.0005

Reclamante	Eliel Celes Araujo
Advogado	MARCELO BARBOSA COELHO(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Servicos Especializados Ltda
Advogado	THIAGO BEZE(OAB: null)

SENTENÇA:
"Dispositivo
Isto posto, nos termos da fundamentação supra, a qual integra o presente dispositivo para todos os fins, extingo o pedido de recolhimentos previdenciários sem resolução de mérito com base nos artigos 267, IV e 301, § 4º, do CPC,e, no mérito, julgo PROCEDENTES, EM PARTE, os pedidos para condenar a reclamada a, no prazo de 48 horas, efetuar o registro de baixa na CTPS obreira fazendo constar data de saída em 27/10/2011, sob pena de a Secretaria da Vara fazê-lo, bem como, pagar ao reclamante, com juros e correção monetária, aplicando-se o disposto no artigo 883 da CLT, nas OJ 363 e 400 da SDI I do C.TST e nas Súmulas 200, 368 e 381 do C. TST, o que se apurar em liquidação de sentença por simples cálculos, a título de multa do artigo 477 da CLT; aviso prévio que se projeta no tempo de serviço para todos os fins; um período de férias vencidas 2010/2011 acrescidas de 1/3, na forma simples; 8/12 de férias 2011/2012 acrescidas de 1/3; 10/12 de 13º salário de 2011; multa do artigo 477 da CLT; indenização em valor equivalente ao FGTS de todo o período contratual, inclusive incidente em aviso prévio e 13º salário ora deferidos, mais multa fundiária de 40%, compensados os valores depositados na conta vinculada obreira, já sacados; por fim, multa do artigo 467 da CLT em valor equivalente ao de 50% do que se está deferindo a título de 13º salário, férias acrescidas de 1/3 (sem a projeção do aviso prévio) e metade da multa fundiária.
Em tudo, deverão ser observados como teto, os valores dados pelo reclamante aos pedidos, a fim de que este receba, no máximo, o que postulou e não mais que isso, além de juros e correção monetária.
Descontos previdenciários na forma da Lei nº 8.212/91 (artigo 43) e fiscais na forma da Lei nº 8.541/92 (artigo 46).
Declaro, para os efeitos da Lei nº 10.035/00, que são suscetíveis de incidência previdenciária as parcelas relativas a 13º salário.
Oficie-se à SRTE/DF e ao INSS, ante as irregularidades constatadas, sendo desnecessária a expedição de mais ofícios.
Custas de R$ 40,00, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação (R$ 20.000,00), a cargo da reclamada.
INTIMEM-SE AS PARTES.
Nada mais.
PATRÍCIA SOARES SIMÕES DE BARROS
Juíza do Trabalho Substituta"

Despacho

Processo Nº RT-2046-60.2011.5.10.0005

Reclamante	Jose Santos de Oliveira Filho
Advogado	JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Vise Vigilancia e Seguranca Ltda

Fica intimado o reclamante para, no prazo de 05 dias, entregar sua CTPS na Secretaria da Vara para registro da baixa, nos termos da r. sentença, devendo a Secretaria da Vara proceder a devida baixa e devolver o documento no mesmo ato.
Após, oficie-se à SRTE-DF, conforme disposto em sentença.
Em seguida, remetam-se os autos à Secretaria de Cálculos Judiciais e Assessoramento Econômico, para liquidação da Sentença de fls. 56/57, devendo a conta ser apresentada, também, de forma consolidada.
Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-2050-97.2011.5.10.0005

Reclamante	Heleno Mendonca Reis Filho
Advogado	JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Vise Vigilancia e Seguranca Ltda

ATO ORDINATÓRIO, amparado no art. 23 do Provimento Geral Consolidado do egrégio TRT/10: Intimação do reclamante para receber sua CTPS em Secretaria com a devida baixa no contrato. Prazo 05 dias.

Eugênio Miranda - Diretor

Tânia Ponte - Assistente

Despacho

Processo Nº RT-2070-88.2011.5.10.0005

Reclamante	Moacir dos Santos
Advogado	JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Vise Vigilancia e Seguranca Ltda

ATO ORDINATÓRIO, amparado no art. 23 do Provimento Geral Consolidado do egrégio TRT/10: Intimação do reclamante para receber sua CTPS em Secretaria com a devida baixa no contrato. Prazo 05 dias.

Eugênio Miranda - Diretor

Tânia Ponte - Assistente

Despacho

Processo Nº RT-5400-40.2004.5.10.0005

Processo Nº RT-54/2004-005-10-00.4

Reclamante	MARIA JOSE DA CONCEICAO
Advogado	FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE(OAB: null)
Reclamado	SELECTA ADMINISTRACAO DE BENS LTDA
Advogado	PAULO ROBERTO RIBEIRO ALVES(OAB: null)
Reclamado	Maria de Lourdes Nobrega de Negreiros
Reclamado	Luciano Nobrega de Negreiros
Reclamado	Geane Nobrega de Negreiros Araujo

Vistos os autos.
Restando preenchidos os pressupostos de admissibilidade, recebo o Agravo de Petição interposto.
Intimem-se os Executados, para manifestação, querendo, no prazo de 08 dias, quanto ao Agravo de Petição interposto.
Cumprido ou decorrido o prazo in albis, encaminhem-se os autos ao egrégio Regional, com as cautelas habituais.

Despacho

Processo Nº RT-9200-37.2008.5.10.0005

Processo Nº RT-92/2008-005-10-00.0

Autor	Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Construção e do Mobiliario de Brasilia - STICMB
Advogado	ROBSON FREITAS MELO(OAB: null)
Réu	G Martins Alves Pintura e Reformas Me
Réu	Gildemar Martins Alves

"...intime-se o exequente para, no prazo de 30 dias, indicar meios hábeis ao prosseguimento do feito e garantia da execução, sob pena de arquivamento provisório dos autos, a teor do art. 268 e seguintes do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, o que fica desde já determinado em caso de inércia."

Despacho

Processo Nº RT-18000-20.2009.5.10.0005

Processo Nº RT-180/2009-005-10-00.3

Reclamante	Leandro Lima Viana
Advogado	GERCILENIO MENEZES DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Paulo Melo Editora Ltda
Reclamado	Francisco Paulo Mendes de Melo Junior
Reclamado	Zenilda Moreira de Melo

Vistos os autos.
Realize-se diligência, via BACENJUD, com a única finalidade de encontrar o número da conta-corrente do exequente.
Com a informação, expeça-se ofício à CEF para que efetue a transferência de todo o saldo da conta judicial 042.04871844-6, devendo comprovar a movimentação no prazo de 10 dias.
Ultimadas as providências, remetam-se os autos ao arquivo provisório, conforme já determinado às fl. 191.
Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-25800-02.2009.5.10.0005

Processo Nº RT-258/2009-005-10-00.0

Reclamante	Josimar Barboza dos Santos
Advogado	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO(OAB: null)
Reclamado	Restaurante Sonho Verde

ATO ORDINATÓRIO, amparado no art. 23 do Provimento Geral Consolidado
do egrégio TRT/10:Intimação do reclamante para que, no prazo de 10 dias, tenha vista dos documentos juntados às fls.73/86 e requeira o que entender de direito

Eugênio Miranda - Diretor

Tânia Ponte -
Assistente

Despacho

Processo Nº RT-27300-55.1999.5.10.0005

Processo Nº RT-273/1999-005-10-00.5

Reclamante	Albertino Ramos da Silva
Advogado	ALDENEI DE SOUZA E SILVA(OAB: null)
Reclamado	LIMP CAR LIMPEZA E CONSERVACAO DE VEICULOS LTDA ME (ANA PAULA CAMPOS REZENDE)
Reclamado	Ana Paula Campos Rezende

Vistos os autos.
Tendo em vista a recusa do mandado de protesto nº 54/2012, expeça-se novo mandado de protesto , com a observação de que a empresa executada está em local incerto e não sabido.
Lavrado e registrado o protesto, cumpra-se a determinação final das folhas 165.
Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-36600-60.2007.5.10.0005

Processo Nº RT-366/2007-005-10-00.0

Reclamante	Gilson Roberto de Abreu
Advogado	RUBENS SANTORO NETO(OAB: null)
Reclamado	Ação Social Nossa Senhora de Fátima
Advogado	TERSON RIBEIRO CARVALHO(OAB: null)

Vistos os autos.
Restando preenchidos os pressupostos de admissibilidade, recebo o Agravo de Petição interposto.
Intimem-se os Executados, para manifestação, querendo, no prazo de 08 dias, quanto ao Agravo de Petição interposto.
Cumprido ou decorrido o prazo in albis, encaminhem-se os autos ao egrégio Regional, com as cautelas habituais.

Despacho

Processo Nº RT-44600-15.2008.5.10.0005

Processo Nº RT-446/2008-005-10-00.7

Reclamante	Luiz Carlos de Brito Lourenço
Advogado	VICTOR RUSSOMANO JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A
Advogado	GIOVANNI SIMAO DA SILVA(OAB: null)

CERTIDÃO e ATO ORDINATÓRIO
CERTIFICO que no dia 23/04/2012 decorreu o prazo de 5 dias para o executado manifestar-se para os fins do art.884 da CLT.
Assim, amparado no art. 23 do Provimento Geral Consolidado do egrégio TRT/10:Intimação do exequente para os fins do art. 884/CLT. Prazo de 05 dias.

Eugênio Miranda - Diretor

Tânia Ponte -
Assistente

Despacho

Processo Nº RT-69400-73.2009.5.10.0005

Processo Nº RT-694/2009-005-10-00.9

Reclamante	Espólio de Dianary Lima de Souza
Advogado	SERGIO FONSECA IANNINI(OAB: null)
Reclamado	Almir Filho Construcoes S/A
Advogado	ALESSANDRA BARRETO CARVALHO(OAB: null)

Vistos os autos.
Intime-se novamente a inventariante Raimunda de Cena Ferreira, via postal, para no prazo de 30 dias, proceder a juntada do Termo de Compromisso de Inventariante ou Certidão de Dependentes habilitados perante ao INSS.
Intime-se, também, advogado do espólio, via DEJT, para apresentar os documentos exigidos.
Cumprida a decisão, cumpra-se a determinação de fl. 52.
Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-90700-91.2009.5.10.0005

Processo Nº RT-907/2009-005-10-00.2

Reclamante	José Carlos Gomes Dada
Advogado	CIRENE ESTRELA(OAB: null)

Reclamado	Disbrave Locadora de Veículos Ltda.
Advogado	SEBASTIÃO ALVES PEREIRA NETO(OAB: null)

CERTIDÃO e ATO ORDINATÓRIO
CERTIFICO que no dia 23/04/2012 decorreu o prazo de 5 dias para o executado manifestar-se para os fins do art.884 da CLT.
Assim, amparado no art. 23 do Provimento Geral Consolidado do egrégio TRT/10:Intimação do exequente para os fins do art. 884/CLT. Prazo de 05 dias.

Despacho

Processo Nº RT-107700-75.2007.5.10.0005

Processo Nº RT-1077/2007-005-10-00.9

Reclamante	Irlande Martins dos Santos
Advogado	MARCO ANTONIO DA CRUZ BORBA(OAB: null)
Reclamado	José Antonio Sousa Pamonharia ME
Reclamado	José Antônio de Sousa

"...intime-se o exequente para, no prazo de 30 dias, indicar meios hábeis ao prosseguimento do feito e garantia da execução, sob pena de arquivamento provisório dos autos, a teor do art. 268 e seguintes do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, o que fica desde já determinado em caso de inércia."

Despacho

Processo Nº RT-109800-76.2002.5.10.0005

Processo Nº RT-1098/2002-005-10-00.0

Reclamante	WALCLENILDA PEREIRA
Advogado	PATRÍCIA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	CONSORCIO CARRO CASA FACIL SOPAVE S/C
Reclamado	Maria Romera da Silva
Reclamado	Naul Ozi
Reclamado	Luiz Fernando de Oliveira Borga

A exequente peticiona requerendo consulta ao CNE.
Defiro o pedido. Verifique a Secretaria a constituição societária da empresa, via Cadastro Nacional de Empresas - CNE, para a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, o que fica desde já determinado.

Despacho

Processo Nº RT-114300-06.1993.5.10.0005

Processo Nº RT-1143/1993-005-10-00.4

Reclamante	MARISA MARIA HYGINO DOS SANTOS
Advogado	GELSON VILMAR DICKEL(OAB: null)
Reclamado	BANCO REAL S/A
Advogado	LUIS HENRIQUE BORGES SANTOS(OAB: null)

A executada requer a expedição de alvará para levantamento dos valores remanescentes da conta 3920.042.1512935-2, conforme extrato apresentado, o que já determinado à fl. 400.
Assim, restitua-se ao executado o crédito remanescente, via alvará, intimando-o para o recebimento no prazo de 05 dias, bem como para promover o saque nos 05 dias subsequentes.
Entregue o Alvará retornem os autos ao arquivo definitivo.

Despacho

Processo Nº RT-115100-19.2002.5.10.0005

Processo Nº RT-1151/2002-005-10-00.2

Reclamante	MARCOS ANTONIO PINTO MAGALHAES
Advogado	JOÃO BATISTA DE ALMEIDA(OAB: null)
Reclamado	Construtora Martins e Oliveira Ltda
Advogado	HUDSON LINHARES BATISTA(OAB: null)
Reclamado	Randolfo Martins de Oliveira
Reclamado	Raff Martins de Oliveira

(...)"VISTOS EM INSPEÇÃO.
Trata-se de execução trabalhista em processo arquivado provisoriamente há mais de dois anos, em face da impossibilidade de prosseguimento dos atos executivos, por não terem sido indicados pela exequente meios eficazes para viabilizar a execução, não obstante ele tenha sido instado a tanto.
Nos termos do despacho de fls. 126, a exequente/PRF foi intimada para para promover o andamento da execução, todavia, não indicou meios hábeis para prosseguimento à execução (petição de fls. 129).
Pois bem.
O § 4º do artigo 40 da Lei n. 6.830/80 (incluído pela Lei n. 11.051, de 29/12/2004), aplicável subsidiariamente ao processo trabalhista em decorrência do disposto no art. 769 da CLT, tornou possível a decretação ex-offício da prescrição intercorrente. O dispositivo citado tem a seguinte redação:

"Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição.
(omissis)
Parágrafo 4º Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato".

Embora os artigos 765 e 878 da CLT determinem o impulso ex officio da execução trabalhista, é certo que os processos nesta fase processual não podem permanecer arquivados indefinidamente. Decorre ainda da lógica processual que o interesse que o credor tem de promover a execução da sentença impõe que aja com zelo e responda aos chamados do juízo quando instado a se manifestar, ainda que sua fala seja no sentido de que não dispõe de conhecimentos ou meios para prosseguir na execução.
A inércia do credor em atender aos despachos do juízo revela desinteresse em impulsionar a execução, acarretando a perda do direito de prosseguir com a mesma após determinado prazo, ou seja, a prescrição intercorrente.
A Súmula nº. 327 do Excelso Supremo Tribunal Federal, corte suprema no poder judiciário brasileiro, vem corroborar a aplicação da prescrição intercorrente no processo trabalhista, ao dispor que "O direito trabalhista admite a prescrição intercorrente", como não poderia ser diferente, já que o art. 884, § 1º, da CLT admite a arguição de prescrição da dívida nos Embargos à Execução. Por outro lado, a prescrição intercorrente pode ser decretada de ofício, nos termos do disposto no art. 219, § 5º, do CPC.
Observe-se que a Súmula nº. 150 do Excelso Supremo Tribunal Federal dispõe que "Prescreve-se a execução no mesmo prazo de prescrição da ação", que no processo trabalhista é de dois anos, nos termos do art. 7º, XXIX, da Constituição Federal.
A jurisprudência de nosso Eg. Regional corrobora a aplicação da prescrição intercorrente em casos similares, senão vejamos:

"PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. APLICAÇÃO. Quando o processo em fase de execução encontra-se paralisado por longos anos por inércia do credor, que deixa de diligenciar no sentido de encontrar bens penhoráveis do devedor, a aplicação da prescrição intercorrente é plenamente admissível, a qual deverá ser declarada

de ofício (art. 219, § 5º, do CPC)." (Processo nº 00830-2000-001-10 -7 AP, Ac. 1ª Turma)

"EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. APLICABILIDADE. Não se pode negar a aplicabilidade da prescrição intercorrente na seara trabalhista quando a paralisação do feito decorre da inação do próprio exequente. Tal conclusão se reforça nas situações em que se confirma que lhe foi exigida a prática de ato processual exclusivo e essencial ao prosseguimento da execução, mas o exequente deixou de tomar as providências necessárias. Inteligência da Súmula nº. 327 do Excelso Supremo Tribunal Federal." (Processo nº. 00665-2003-020-10-00 AP, Ac. 1ª Turma)

Nesse último julgamento, o desembargador Relator com propriedade ressalta que "evidenciada a omissão do autor da reclamação, ao deixar de buscar as providências necessárias para a satisfação de seu crédito, sem ao menos trazer qualquer argumento justificador da falta de ação, correta a decisão que deu por extinta a execução, vez que transcurso o prazo legal atinente, previsto no art. 7º, XXIX, da Constituição da República. Por fim, deve-se esclarecer que o princípio do impulso oficial aplicável ao processo do trabalho e previsto no art. 262 do CPC,, não impõe que o juiz pratique atos e diligências que são inerentes às próprias partes, mas que pratique os atos ordinatórios necessários à condução do processo..."

Ante o exposto, nos termos da Súmula nº. 327 do Supremo Tribunal Federal, c/c art. 884, § 1º, da CLT c/c art. 40, § 4º, da Lei nº. 6.830/80 c/c art. 219, § 5º, do CPC c/c art. 7º, XXIX, da Constituição Federal, declaro a prescrição intercorrente no presente processo de execução trabalhista.
Considerando o baixo valor das custas processuais, bem como que o processo de execução acarretará para o erário gastos superiores ao valor do crédito, com base na Portaria n.º 049/2004, do Ministério da Fazenda, dispenso a comprovação do recolhimento das custas no presente processo.
Publique-se.
Intime-se o exequente/PRF via convênio.
Decorrido o prazo recursal, certifique-se e excluam-se os executados do BNDT.
Após, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.
Brasília/DF, segunda-feira, 30 de abril de 2012."o de seu crédito, sem ao menos trazer qualquer argumento justificador da falta de ação, correta a decisão que deu por extinta a execução, vez que transcurso o prazo legal atinente, previsto no art. 7º, XXIX, da Constituição da República. Por fim, deve-se esclarecer que o princípio do impulso oficial aplicável ao processo do trabalho e previsto no art. 262 do CPC,, não impõe que o juiz pratique atos e diligências que são inerentes às próprias partes, mas que pratique os atos ordinatórios necessários à condução do processo..."

Ante o exposto, nos termos da Súmula nº. 327 do Supremo Tribunal Federal, c/c art. 884, § 1º, da CLT c/c art. 40, § 4º, da Lei nº. 6.830/80 c/c art. 219, § 5º, do CPC c/c art. 7º, XXIX, da Constituição Federal, declaro a prescrição intercorrente no presente processo de execução trabalhista.
Considerando o baixo valor das custas processuais, bem como que o processo de execução acarretará para o erário gastos superiores ao valor do crédito, com base na Portaria n.º 049/2004, do Ministério da Fazenda, dispenso a comprovação do recolhimento das custas no presente processo.
Publique-se.
Intime-se o exequente/PRF via convênio.
Decorrido o prazo recursal, certifique-se e excluam-se os executados do BNDT.
Após, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.
Brasília/DF, segunda-feira, 30 de abril de 2012."

Despacho

Processo Nº RT-128500-86.1991.5.10.0005

Processo Nº RT-1285/1991-005-10-00.0

Reclamante	MANOEL BATISTA MAIA NETO
Advogado	GUY FURTADO DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Embrael Emp Brasileira de Limpeza Vig e Conserv Ltda
Advogado	MARCOS ANTONIO DE MORAIS(OAB: null)
Reclamado	Waldemar Alves Aguiar

"...intime-se o exequente para, no prazo de 30 dias, indicar meios hábeis ao prosseguimento do feito e garantia da execução, sob pena de arquivamento provisório dos autos, a teor do art. 268 e seguintes do Provimento Geral Consolidado do egrégio Regional, o que fica desde já determinado em caso de inércia."

Despacho

Processo Nº RT-134100-58.2009.5.10.0005

Processo Nº RT-1341/2009-005-10-00.6

Reclamante	Solange de Souza Dias
Advogado	JOÃO AMÉRICO PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Zl Ambiental Ltda
Advogado	BRUNO EDUARDO FERNANDES SOARES(OAB: null)
Reclamado	Higiterc - Higienizacao e Terceirizacao Ltda
Advogado	JAIRO FRANCISCO RICARDO FILHO(OAB: null)
Reclamado	FUB - Fundação Universidade de Brasília

(...)"O exequente peticiona requerendo a inclusão dos sócios SAMIR CASTELO OLYMIO, ALINE ALVES DE HOLANDA, ELIAS GOMES DE ARAÚJO, RICARDO SILVA FRANCO DE ALBUQUERQUE e MARTA PEREIRA DOS SANTOS no polo passivo da presente execução.

Considerando que restaram infrutíferas todas as medidas e diligências determinadas de ofício, verifique a Secretaria a constituição societária da empresa, via CNE, para a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, o que fica desde já determinado.

Indefiro, por ora, o pedido de expedição de ofício ao TJMG para que seja determinado bloqueio e a indisponibilidade dos bens imóveis dos sócios tendo em vista que ainda não foram intimados para pagar o débito exequendo."

Despacho

Processo Nº RT-155200-69.2009.5.10.0005

Processo Nº RT-1552/2009-005-10-00.9

Reclamante	Manoel Messias Feitosa de Brito
Advogado	MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA(OAB: null)
Reclamado	Orca Veículos Ltda.
Advogado	MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA(OAB: null)

Intime-se o exequente para manifestação, querendo, no prazo de 05 dias, quanto aos Embargos à Execução opostos às fls. 553/564.

Edital

Edital

Processo Nº RT-2-05.2010.5.10.0005

Reclamante	Nilson Esteves Fernandes
Advogado	ULISSES RIEDEL DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Aero Base Táxi Aéro Ltda.

EDITAL DE CITAÇÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ELISÂNGELA SMOLARECK, Juiz(a) da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica CITADO(A) o(a) reclamado(a) Aero Base Táxi Aéro Ltda. para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR o débito a seguir discriminado, que deverá ser devidamente atualizado no momento do pagamento, sob pena de execução:

Resumo de Cálculo
Liq. Exequente....: 74.040,50 (82,71%)
INSS Reclamante...: 3.070,15 (3,43%)
INSS Reclamado....: 6.421,88 (7,17%)
INSS Terceiros....: 1.517,90 (1,70%)
Custas do Processo: 1.542,21 (1,72%)
Custas Art.789....: 385,56 (0,43%)
Hon. Periciais....: 2.538,28 (2,84%)
Total Geral: 89.516,48
Atualizado:30/04/2012

Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e afixado no local de costume na Vara. Brasília 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-461-07.2010.5.10.0005

Reclamante	Maria Ecilda Carvalho Filha
Advogado	ASTÉRIO CARRIJO BARBOSA(OAB: null)
Reclamado	Biotecnology Industria e Comercio Ltda.
Reclamado	Verao Cia. Distribuidora de Cosmeticos Ltda.
Reclamado	Yedda Maria de Mello Bettarello
Reclamado	Doriel da Cruz Oliveira

EDITAL DE CITAÇÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) PATRICIA SOARES SIMOES DE BARROS, Juiz(a) da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica CITADO(A) o(a) EXECUTADA YEDA MARIA DE MELLO BETTARELLO Biotecnology Industria e Comercio Ltda. para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR o débito a seguir discriminado, que deverá ser devidamente atualizado no momento do pagamento, sob pena de execução:

Resumo de Cálculo
Liq. Exequente....: 30.954,94 (86,24%)
INSS Reclamante...: 558,23 (1,56%)
INSS Reclamado....: 1.291,63 (3,60%)
INSS Terceiros....: 340,52 (0,95%)
I R P F.....: 1.285,32 (3,58%)
Custas do Processo: 655,97 (1,83%)
Custas Art.789....: 163,99 (0,46%)
Diversos.....: 644,10 (1,79%)
Total Geral: 35.894,70
Atualizado:30/04/2012

Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e afixado no local de costume na Vara. Brasília 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-577-42.2012.5.10.0005

Reclamante	Andrea Pereira Dias
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Construtora Kadore Ltda.
Reclamado	Jardins Mangueiral Empreendimentos Imobiliarios S.A.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ELISÂNGELA SMOLARECK, Juiz(a) da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Construtora Kadore Ltda. de que o processo em referência foi incluído em pauta e que deverá comparecer pessoalmente no dia 25-5-2012, às 8h10min, à AUDIÊNCIA relativa à Ação Trabalhista em referência, sendo facultada a nomeação de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844), no que deve apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, ficando desde logo intimado(a) para vista dos documentos apresentados. Cópia da petição inicial está à disposição na Secretaria do Juízo, localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar, sala 108, em Brasília/DF. O feito tramita pelo RITO ORDINÁRIO, sendo que a audiência será realizada de forma FRACIONADA. Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) fica desde já intimado(a) a apresentar, com a defesa, os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido o número do CNPJ e do CEI Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e sua última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios (Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT da 10ª Região). Quanto à apresentação de documentos, deverão ser observados os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado do Eg. Regional. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e afixado no local de costume na Vara. Brasília 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-578-27.2012.5.10.0005

Reclamante	Rosimeire Pereira de Oliveira Candido
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Construtora Kadore Ltda.
Reclamado	Jardins Mangueiral Empreendimentos Imobiliarios S.A.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ELISÂNGELA SMOLARECK, Juiz(a) da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Construtora Kadore Ltda. de que o processo em referência foi incluído em pauta e que deverá comparecer pessoalmente no dia 19-6-2012, às 8h15min, à AUDIÊNCIA relativa à Ação Trabalhista em referência, sendo

facultada a nomeação de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844), no que deve apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, ficando desde logo intimado(a) para vista dos documentos apresentados. Cópia da petição inicial está à disposição na Secretaria do Juízo, localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar, sala 108, em Brasília/DF. O feito tramita pelo RITO ORDINÁRIO, sendo que a audiência será realizada de forma FRACIONADA. Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) fica desde já intimado(a) a apresentar, com a defesa, os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido o número do CNPJ e do CEI Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e sua última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios (Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT da 10ª Região). Quanto à apresentação de documentos, deverão ser observados os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado do Eg. Regional. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e afixado no local de costume na Vara. Brasília 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-608-62.2012.5.10.0005

Reclamante	Ivonete Ferreira de Sá
Advogado	GUILHERME DE OLIVEIRA LEMOS(OAB: null)
Reclamado	Federal Serviços Gerais Ltda.
Reclamado	Banco do Brasil Sa

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ELISÂNGELA SMOLARECK, Juiz(a) da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Federal Serviços Gerais Ltda. de que o processo em referência foi incluído em pauta e que deverá comparecer pessoalmente no dia 16-5-2012, às 8h30min, à AUDIÊNCIA relativa à Ação Trabalhista em referência, sendo facultada a nomeação de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844), no que deve apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, ficando desde logo intimado(a) para vista dos documentos apresentados. Cópia da petição inicial está à disposição na Secretaria do Juízo, localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar, sala 108, em Brasília/DF. O feito tramita pelo RITO ORDINÁRIO, sendo que a audiência será realizada de forma FRACIONADA. Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) fica desde já intimado(a) a apresentar, com a defesa, os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido o número do CNPJ e do CEI Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e sua última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios (Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT da 10ª Região). Quanto à apresentação de documentos, deverão ser observados os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado do Eg. Regional. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e afixado no local de costume na Vara. Brasília 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-614-69.2012.5.10.0005

Reclamante	Diego de Santana Cunha
Advogado	HILTON BORGES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Universo Servicos e Assessoria Empresarial Ltda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ELISÂNGELA SMOLARECK, Juiz(a) da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Universo Servicos e Assessoria Empresarial Ltda de que o processo em referência foi incluído em pauta e que deverá comparecer pessoalmente no dia 16-5-2012, às 8h15min, à AUDIÊNCIA relativa à Ação Trabalhista em referência, sendo facultada a nomeação de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844), no que deve apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, ficando desde logo intimado(a) para vista dos documentos apresentados. Cópia da petição inicial está à disposição na Secretaria do Juízo, localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar, sala 108, em Brasília/DF. O feito tramita pelo RITO ORDINÁRIO, sendo que a audiência será realizada de forma FRACIONADA. Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) fica desde já intimado(a) a apresentar, com a defesa, os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido o número do CNPJ e do CEI Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e sua última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios (Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT da 10ª Região). Quanto à apresentação de documentos, deverão ser observados os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado do Eg. Regional. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e afixado no local de costume na Vara. Brasília 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-631-08.2012.5.10.0005

Reclamante	Alan Rones da Silva
Advogado	HILTON BORGES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Universo Servicos e Assessoria Empresarial Ltda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ELISÂNGELA SMOLARECK, Juiz(a) da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Universo Servicos e Assessoria Empresarial Ltda de que o processo em referência foi incluído em pauta e que deverá comparecer pessoalmente no dia 28-6-2012, às 8h35min, à AUDIÊNCIA relativa à Ação Trabalhista em referência, sendo facultada a nomeação de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844), no que deve apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, ficando desde logo intimado(a) para vista dos

documentos apresentados. Cópia da petição inicial está à disposição na Secretaria do Juízo, localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar, sala 108, em Brasília/DF. O feito tramita pelo RITO ORDINÁRIO, sendo que a audiência será realizada de forma FRACIONADA. Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) fica desde já intimado(a) a apresentar, com a defesa, os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido o número do CNPJ e do CEI Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e sua última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios (Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT da 10ª Região). Quanto à apresentação de documentos, deverão ser observados os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado do Eg. Regional. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e afixado no local de costume na Vara. Brasília 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-632-90.2012.5.10.0005

Reclamante	Joana D Arc Alves Oliveira
Advogado	HILTON BORGES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Universo Servicos e Assessoria Empresarial Ltda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ELISÂNGELA SMOLARECK, Juiz(a) da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Universo Servicos e Assessoria Empresarial Ltda de que o processo em referência foi incluído em pauta e que deverá comparecer pessoalmente no dia 21-5-2012 às 8h10min, à AUDIÊNCIA relativa à Ação Trabalhista em referência, sendo facultada a nomeação de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844), no que deve apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, ficando desde logo intimado(a) para vista dos documentos apresentados. Cópia da petição inicial está à disposição na Secretaria do Juízo, localizada na Avenida W3 Norte, quadra 513, lotes 02/03, 1º andar, sala 108, em Brasília/DF. O feito tramita pelo RITO ORDINÁRIO, sendo que a audiência será realizada de forma FRACIONADA. Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) fica desde já intimado(a) a apresentar, com a defesa, os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido o número do CNPJ e do CEI Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e sua última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios (Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT da 10ª Região). Quanto à apresentação de documentos, deverão ser observados os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado do Eg. Regional. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e afixado no local de costume na Vara. Brasília 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-1651-68.2011.5.10.0005

Reclamante	Raimunda Nonata dos Santos Nascimento
Advogado	SEBASTIÃO PEREIRA GOMES(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda

EDITAL DE CITAÇÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) PATRICIA SOARES SIMOES DE BARROS, Juiz(a) da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica CITADO(A) o(a) reclamado(a) Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR o débito a seguir discriminado, que deverá ser devidamente atualizado no momento do pagamento, sob pena de execução:

Resumo de Cálculo
Liq. Exequente....: 1.276,58 (71,08%)
INSS Reclamante...: 105,38 (5,87%)
INSS Reclamado....: 263,45 (14,67%)
INSS Terceiros....: 76,41 (4,25%)
INSS SAT.....: 39,51 (2,20%)
Custas do Processo: 27,64 (1,54%)
Custas Art.789....: 6,91 (0,38%)
Total Geral: 1.795,88
Atualizado:30/04/2012

Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e afixado no local de costume na Vara. Brasília 2, MAIO de 2012.

6ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-1-46.2012.5.10.0006

Reclamante	Luciene Rodrigues de Oliveira
Reclamado	Brasconserv Construcoes e Servicos Ltda.
Advogado	GILSON MOREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Instituto Nacional de Colonizacao e Reforma Agraria - Incra

III- DISPOSITIVO: Em face do exposto, julgo improcedentes os pedidos. Custas pelo reclamante no valor de R$ 550,52,00 (2% de R$ 27.526,00, valor da causa), isenta na forma da lei. Intimem-se as partes.

Juiz do Trabalho ROGÉRIO NEIVA PINHEIRO

Despacho

Processo Nº RT-79-40.2012.5.10.0006

Reclamante	Luis Carlos da Silva Camelo
Advogado	FABIANA DA SILVA NERY(OAB: null)
Reclamado	Coral Empresa de Seguranca Ltda. - Em Recuperacao Judicial
Advogado	NUBIA CRISTINA DA SILVA SIQUEIRA(OAB: null)

III - DISPOSITIVO ISTO POSTO, nos termos da fundamentação, julgo P R O C E D E N T E E M P A R T E a presente reclamatória, condenando CORAL EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL a pagar a LUÍS CARLOS DA SILVA CAMELO, em 60 dias, com juros (Lei nº 9.494/97, art. 1º-F) e correção monetária, conforme se apurar em regular liquidação: a) adicional de jejum; b) horas extras e reflexos em férias integrais e proporcionais, incluído o terço constitucional, 13ºs, FGTS e

respectiva multa de 20%. Honorários advocatícios à base de 10% sobre o valor da condenação, pela reclamada. Oficie-se à SRTE. Incluam-se na conta de liquidação as contribuições previdenciárias, só não incidentes sobre os reflexos sobre as férias indenizadas e seu terço e o FGTS e respectiva multa de 20%. Observe-se, quanto ao imposto de renda, o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.127/2011. Custas, pela reclamada, no importe de R$ 500,00, calculadas sobre R$ 25.000,00, valor arbitrado à condenação. Retire-se o processo da pauta de julgamentos do dia 4.5.2012. Publique-se.

Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-96-76.2012.5.10.0006

Reclamante	Luana Cristina Costa Cortez Lima
Advogado	GERALDO MAGELA DA SILVA FREIRE(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal - CEF
Advogado	EVERARDO DA SILVA AMARAL(OAB: null)

III - DISPOSITIVO ISTO POSTO, nos termos da fundamentação, pronuncio a prescrição das pretensões a parcelas vencidas até 16.12.2004, extinguindo o processo com resolução do mérito quanto a elas e, em relação aos pedidos remanescentes, julgo P R O C E D E N T E E M P A R T E a presente reclamatória, para condenar CAIXA ECONÔMICA FEDERAL a pagar a LUANA CRISTINA COSTA CORTEZ LIMA, em 15 dias, com juros e correção monetária, conforme for apurado em regular liquidação, horas extras e seus reflexos sobre férias, terço, 13ºs, repouso semanal remunerado aos sábados, domingos e feriados e FGTS sobre as parcelas anteriores (a ser recolhido à conta vinculada do reclamante). Honorários advocatícios, pela reclamada, no importe de 10% sobre o valor da condenação. Oficie-se à SRTE. Em caso de não cumprimento espontâneo da presente decisão, incluam-se na conta de liquidação as contribuições previdenciárias (CF, art. 114, VIII), só não incidentes sobre os reflexos sobre o FGTS (Lei nº 8.212/91, art. 28, § 9º). Recolhimentos fiscais na forma da lei. Custas, pela reclamada, no importe de R$ 500,00, calculadas sobre R$ 25.000,00, valor arbitrado à condenação. Publique-se.

Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-109-75.2012.5.10.0006

Reclamante	Vinicius Barbosa Xavier
Advogado	ITALO JOSÉ BARBOSA XAVIER(OAB: null)
Reclamado	Techresult Solucoes Em Tecnologia da Informacao Ltda.
Advogado	JOÃO PAULO XAVIER VEIGA(OAB: null)
Reclamado	Uniao (MRE)

De ordem do Exmo. Juiz do Trabalho, assinar ao reclamante e 2ª reclamada o prazo sucessivo de prazo de 8 dias, a iniciar pelo reclamante, para, querendo, contrarrazoarem o(s) recurso(s) interposto(s) (Portaria 6ªVT/Brasília, nº 2/2011, art. 5º, V, d). Intime-se a 2ª reclamada por meio do convênio (PRU). Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-160-23.2011.5.10.0006

Reclamante	Alessandro de Souza Bezerra
Advogado	LUIZ PAULO FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Paulista Servicos e Transportes Ltda.
Advogado	MICHELLE CRISTHINA DIAS(OAB: null)

"Vistos. Libere-se ao exequente, utilizando para tal o(s) saldo(s) existente(s) na(s) conta(s) judicial(ais) de número(s) 042/04933525-7 da CEF (Ag. 3920), fazendo e comprovando, em 5 dias, as seguintes transferências:

FGTS Deposito.....:289,70; INSS Reclamante.....:281,43; INSS Reclamado.....:809,17

INSS Terceiros.....:204,02; Custas do Processo.....:91,78; Custas Art.789....:22,94

Hon. Periciais.....:2.016,19.

OBSERVAÇÕES:

1) O crédito líquido do exequente deverá ser liberado ao(à) Dr(a). LUIZ PAULO FERREIRA, OAB Nº 7573/DF, CPF Nº 8438315100;

2) INSS empregado - recolher no código 1708;

3) INSS empregador, pacto, SAT e terceiros - recolher no código 2909;

4) Custas - recolher no código 8019; 5) Hon. Periciais ? transferir para uma conta à disposição deste juizo. 6) Zerar a referida conta. Cumpra-se na forma da Lei. Assino ao(s) exequente(s) o prazo de 5 dias para recebimento, comprovação dos valores sacados e requerimento sobre o que for de seu interesse, sob pena de extinção da execução. Intime(m)-se o(s) exequente(s) apenas para ciência deste despacho. Publique-se. Por medida de celeridade e economia processual, o presente despacho foi expedido em duas vias e tem força de alvará. Decorrido o prazo, liberar os Honorários Periciais." Brasília, 27 de abril de 2012. ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR - Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-169-82.2011.5.10.0006

Reclamante	Maria de Fatima Oliveira
Advogado	JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Singular Solucoes e Servicos Gerais Ltda. Epp
Reclamado	Conselho Federal de Psicologia
Advogado	FERNANDO AUGUSTO MIRANDA NAZARÉ(OAB: null)

Vistos. Informo à reclamante que a parcela denominada de "diversos" nos cálculos de liquidação, trata-se da multa cominada à fl. 461 (CPC, art . 475-J). Proceda-se a exclusão das executadas do BNDT. Arquivem-se definitivamente. Publique-se. Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-197-16.2012.5.10.0006

Reclamante	Aldenir Pereira dos Santos
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Bm Construcao Civil e Reformas Ltda.
Reclamado	Jose Celso Gontijo Engenharia S. A.
Advogado	RODRIGO BADARO ALMEIDA DE CASTRO(OAB: null)

De ordem do Exmo. Juiz do Trabalho, conceder ao reclamante, novo prazo suplementar e improrrogável, de 5 (cinco) dias para entregar sua CTPS em Secretaria, para as devidas anotações, sob pena de arquivamento provisório dos autos (Portaria nº 6ªVT/DF, 2/2011 art. 5º, V e XXXI, a e b). Intime-se o reclamante diretamente. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-256-38.2011.5.10.0006

Reclamante	Juraci Brito dos Santos
Advogado	MÁRIO CAVALCANTE DE SOUSA(OAB: null)

Reclamado	Confibras Servicos Gerais Ltda. Epp
Advogado	VICENTE WILSON FERREIRA REIS(OAB: null)
Reclamado	Huyara Karolina Calazans Fernandes
Reclamado	Raiana Lopes Mateus

Vistos. Quitado integralmente o débito da executada, declaro, por sentença, extinto o processo de execução (art. 794, I, do CPC). Libere-se ao exequente, utilizando para tal o(s) saldo(s) existente(s) na(s) conta(s) judicial(ais) de número(s) 042/04912558 -9 da CEF (Ag. 3920), fazendo e comprovando, em 5 dias, as seguintes transferências: Total da execução R$ 1.593,13 Atualizado até: 31/03/2012 Liq. Exequente....: 736,71 (46,24%)INSS Reclamante...: 49,10 (3,08%)INSS Reclamado....: 141,16 (8,86%)INSS Terceiros....: 35,60 (2,23%)Custas do Processo: 95,93 (6,02%)Custas Art.789....: 23,99 (1,51%)Diversos.....: 510,64 (32,05%) OBSERVAÇÕES: 1) O crédito líquido do exequente deverá ser liberado ao(à) Dr(a). MÁRIO CAVALCANTE DE SOUSA, OAB Nº 28855/DF, CPF Nº 30643716149; 2) INSS empregado - recolher no código 1708;3) INSS empregador, pacto, SAT e terceiros - recolher no código 2909;4) Imposto de Renda - observar a Lei nº 10.833/2003. Base de cálculo R$; 5) Custas - recolher no código 8019;6) Zerar a referida conta.Assino ao(s) exequente(s) o prazo de 5 dias para recebimento, comprovação dos valores sacados. Intime(m)-se o(s) exequente(s) apenas para ciência deste despacho.Publique-se.Decorrido o prazo e comprovados os recolhimentos, arquivem-se definitivamente.Por medida de celeridade e economia processual, o presente despacho será expedido em duas vias e terá força de alvará. Juiz do Trabalho ROGÉRIO NEIVA PINHEIRO

Despacho

Processo Nº RT-294-16.2012.5.10.0006

Reclamante	Jose Maria Oliveira Leao
Advogado	PAULO ROBERTO ALVES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	RAFAEL SANTANA E SILVA(OAB: null)
Reclamado	Fundacao dos Economiarios Federais Funcef
Advogado	LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO(OAB: null)

III - DISPOSITIVO ISTO POSTO, nos termos da fundamentação, acolho a preliminar suscitada pelas reclamadas para declarar a INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA DO TRABALHO (CPC, art. 113, caput). Considerando a presença de empresa pública federal no polo passivo da presente ação, remetam-se estes autos à Seção Judiciária do Distrito Federal da Justiça Federal de 1º Grau (CF, art. 109, I). Custas ao final. Retire-se o feito da pauta de julgamentos do dia 4.5.2012. Publique-se.

Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-357-41.2012.5.10.0006

Reclamante	Geovane Rodrigues dos Santos Franca
Advogado	MARCIA BOTELHO DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Big Trans Comercial de Alimentos S/A
Advogado	REGINA SEBASTIANA CALDEIRA(OAB: null)

II DISPOSITIVO ISTO POSTO, nos termos da fundamentação, julgo P R O C E D E N T E E M P A R T E a presente reclamatória para condenar BIG TRANS COMERCIAL DE ALIMENTOS S/A a pagar a GEOVANE RODRIGUES DOS SANTOS FRANÇA, em 15 dias, com juros e correção monetária, conforme for apurado em regular liquidação, adicional de jejum. A reclamada anotará a saída na CTPS do reclamante com data de 9.1.2012, sob pena de lhe suprir a falta a Secretaria desta Vara e de se sujeitar às penalidades administrativas cabíveis. Honorários advocatícios, pela reclamada, no importe de 10% sobre o valor da condenação. Oficie -se à SRTE. Em caso de não cumprimento espontâneo da presente decisão, incluam-se na conta as contribuições previdenciárias incidentes sobre a condenação (CF, art. 114, VIII; OJ 354/SDI-1/TST). Observe-se o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.127/2011. Custas, pela reclamada, no importe de R$ 26,00, calculadas sobre R$ 1.300,00, valor arbitrado à condenação. Retire-se o feito da pauta de julgamentos do dia 4.5.2012. Publique-se.

Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-378-17.2012.5.10.0006

Requerente	Zilda Valentino dos Santos
Advogado	RIVAEL ALVES BORGES(OAB: null)
Requerido	Construtora Anhanguera Ltda.
Advogado	OTAVIO BATISTA CARNEIRO(OAB: null)

Vistos. Libere-se ao exequente, utilizando para tal o(s) saldo(s) existente(s) na(s) conta(s) judicial(ais) de número(s) 042-04937919-0 da CEF (Ag. 3920), fazendo e comprovando, em 5 dias, as seguintes transferências: Custas do Processo: 770,40; Custas Art.789....: 192,60. OBSERVAÇÕES: 1) O crédito líquido do exequente deverá ser liberado ao(à) Dr(a). RIVAEL ALVES BORGES, OAB Nº 32883/DF, CPF Nº 58842691100; 2) Custas - recolher no código 8019; 3) Zerar a referida conta. Cumpra-se na forma da Lei. Assino ao(s) exequente(s) o prazo de 5 dias para recebimento. ASSINO À RECLAMADA/EXECUTADA O PRAZO DE 10 (10) DEZ DIAS PARA COMPROVAR A INCLUSÃO DA PENSÃO PROVISÓRIA NA FOLHA DE PAGAMENTO, SOB PENA DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO, INCLUSIVE DA MULTA COMINATÓRIA , DE R$ 100,00 (CEM REAIS), POR DIA DE ATRASO. Intime(m)-se o(s) exequente(s) apenas para ciência deste despacho. Publique-se. Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-485-61.2012.5.10.0006

Reclamante	Marcos Sabino de Sousa Pereira
Advogado	ANDRE LUIZ CONDOTO OSHIRO(OAB: null)
Reclamado	Coral Administracao e Servicos Ltda. - Em Recuperacao Judicial
Advogado	NUBIA CRISTINA DA SILVA SIQUEIRA(OAB: null)
Reclamado	Leroy Merlin Companhia Brasileira de Bricolagem
Advogado	MARIA HELENA VILLELA AUTUORI ROSA(OAB: null)

II - DISPOSITIVO ISTO POSTO, nos termos da fundamentação, julgo P R O C E D E N T E E M P A R T E a presente reclamatória, para condenar CORAL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e, subsidiariamente, LEROY MERLIN COMPANHIA BRASILEIRA DE BRICOLAGEM a pagar a MARCOS SABINO DE SOUSA PEREIRA, em 15 dias, com juros e correção monetária, conforme for apurado em regular liquidação, assegurada a compensação dos valores comprovadamente pagos sob as mesmas rubricas: a) aviso prévio indenizado; b) salário de novembro/2011; c) férias

proporcionais (7/12), incluído o terço constitucional; d) 13º/2011 proporcional (7/12); e) multa de 40% sobre o total devido a título de FGTS; f) acréscimo de 50% sobre as parcelas anteriores; g) multa do art. 477, § 8º, da CLT. Honorários advocatícios, pelas reclamadas, à base de 10% sobre o valor da condenação. Oficie-se à SRTE. Em caso de não cumprimento espontâneo da presente decisão, incluam-se na conta as contribuições previdenciárias incidentes sobre o saldo salarial, aviso prévio e o 13º/2011 proporcional (CF, art. 114, VIII; Lei nº 8.212/91, art. 28, § 9º), assim como os recolhimentos fiscais, observado o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.127/2011. Custas, pelas reclamadas, no importe de R$ 90,00, calculadas sobre R$ 4.500,00, valor arbitrado à condenação. Publique-se. Retire-se o feito da pauta de julgamentos do dia 4.5.2012.

Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-487-31.2012.5.10.0006

Reclamante	Luciene Silva Correia
Advogado	TEREZINHA APARECIDA MOREIRA COURA(OAB: null)
Reclamado	Espolio de Lino Martins Pinto (Representado por Luiz Estevao de Oliveira Neto)
Advogado	MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA(OAB: null)

II DISPOSITIVO ISTO POSTO, nos termos da fundamentação, julgo P R O C E D E N T E E M P A R T E a presente reclamatória para condenar ESPÓLIO DE LINO MARTINS PINTO a recolher, a favor de LUCIENE SILVA CORREIA, em 15 dias, com juros e correção monetária, conforme for apurado em regular liquidação, FGTS de todo o pacto laboral, na conta vinculada da reclamante. Honorários advocatícios, pelo reclamado, no importe de 10% sobre o valor da condenação. Oficie-se à SRTE e à CEF. Dada a natureza indenizatória do FGTS, declaro a presente condenação imune a incidências previdenciárias e fiscais (CF, art. 114, VIII; Lei nº 8.212/91, art. 28, § 9º). Custas, pelo reclamado, no importe de R$ 50,00, calculadas sobre R$ 2.500,00, valor arbitrado à condenação. Retire-se o feito da pauta de julgamentos do dia 4.5.2012. Publique-se.

Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-562-41.2010.5.10.0006

Reclamante	Fernando Allah de Farias Moreira
Advogado	RICARDO LUIZ RODRIGUES DA FONSECA PASSOS(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil Sa
Advogado	MARLON RODRIGUES BARROSO(OAB: null)

De ordem do Exmo. Juiz do Trabalho, assinar a(o) reclamado o prazo de 10 dias, para, querendo, se manifestar sobre os cálculos apresentados pela parte contrária, nos termos do art. 879, §2º, da CLT, sob pena de preclusão (Portaria 6ªVT/Brasília, nº 2/2011, art. 5º, V, e). Trata-se de execução provisória. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-571-32.2012.5.10.0006

Reclamante	Felipe da Rocha Candido
Reclamado	Expresso Brilhante Ltda.

"De ordem do Exmo. Juiz do Trabalho, constatado que a notificação enviada à reclamada retornou sem cumprimento ("ausente 3 vezes"), fica mantida a audiência una para 21 / 05 /2012, às 13 : 50 horas, mantendo as cominações anteriores. (Portaria 6ªVT/Brasília, nº 2/2011, art. 5º, II). Expeça-se mandado de notificação à reclamada.Publique-se".Brasília, 27 de abril de 2012

Despacho

Processo Nº RT-610-63.2011.5.10.0006

Reclamante	Sonia Marilia Franco de Carvalho
Advogado	MOACIR AKIRA YAMAKAWA(OAB: null)
Reclamado	Politec Tecnologia da Informacao S. A.
Advogado	JOSAPHA FRANCISCO DOS SANTOS(OAB: null)

"Vistos. Intime-se a União/PRF para vista e manifestação sobre as alegações obreira (fls. 343/344, com documentos às fls. 345/346) e patronal (fls. 350/353), no prazo de 10 dias.
Publique-se e, em seguida, intime-se a União/PRF, por meio do acordo de cooperação próprio".
Brasília, 30 de abril de 2012. - ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JÚNIOR - Juiz Titular da 6ª VT de Brasília-DF

Despacho

Processo Nº RT-689-08.2012.5.10.0006

Reclamante	Marineide Alves
Advogado	JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Seguranca Integrada Ltda.
Advogado	DALMO ROGÉRIO SOUZA DE ALBUQUERQUE(OAB: null)

"Vistos, etc. Propõe a parte autora reclamação trabalhista, com pedido de antecipação de tutela para expedição de alvará para movimentação imediata de sua conta vinculada.
Juridicamente inviável a liberação imediata dos valores depositados na conta vinculada da reclamante junto ao FGTS (Lei nº 8.036/90, art. 29-B), indefiro a antecipação dos efeitos da tutela. Considerando a importância da conciliação como mecanismo preferencial de solução dos litígios trabalhistas (CLT, art. 764); Considerando a importância social da solução dos processos judiciais mediante acordo; DESIGNO audiência para tentativa de conciliação o dia 11/05 /2012 às 14h45.
NÃO SERÁ NECESSÁRIO TRAZER DEFESA NEM PROVAS para a audiência, pois, não havendo acordo, será marcada audiência UNA para outra data.
Notifique-se, por ora, somente a primeira reclamada.Publique-se"

Despacho

Processo Nº RT-691-75.2012.5.10.0006

Reclamante	Edilma de Sa Nunes
Advogado	ROSALINA GONÇALVES PEREIRA(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Seguranca Integrada Ltda.
Advogado	DALMO ROGÉRIO SOUZA DE ALBUQUERQUE(OAB: null)
Reclamado	Distrito Federal

?Vistos, etc. Propõe a parte autora reclamação trabalhista, com pedido de antecipação de tutela para expedição de alvará para movimentação imediata de sua conta vinculada.
Juridicamente inviável a liberação imediata dos valores depositados na conta vinculada da reclamante junto ao FGTS (Lei nº 8.036/90, art. 29-B), indefiro a antecipação dos efeitos da tutela. Considerando a importância da conciliação como mecanismo preferencial de solução dos litígios trabalhistas (CLT, art. 764); Considerando a importância social da solução dos processos judiciais mediante acordo; DESIGNO audiência para tentativa de conciliação o dia 11/05 /2012 às 14h30
NÃO SERÁ NECESSÁRIO TRAZER DEFESA NEM PROVAS para a audiência, pois, não havendo acordo, será marcada audiência UNA para outra data.

Notifique-se, por ora, somente a primeira reclamada.Publique-se"

Despacho

Processo Nº RT-692-60.2012.5.10.0006

Reclamante	Joana Nunes Oliveira
Advogado	GRAZIELLE DINIZ MARQUES(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Seguranca Integrada Ltda.
Advogado	DALMO ROGÉRIO SOUZA DE ALBUQUERQUE(OAB: null)
Reclamado	Distrito Federal

"Vistos, etc. Propõe a parte autora reclamação trabalhista, com pedido de antecipação de tutela para expedição de alvará para movimentação imediata de sua conta vinculada.
Juridicamente inviável a liberação imediata dos valores depositados na conta vinculada da reclamante junto ao FGTS (Lei nº 8.036/90, art. 29-B), indefiro a antecipação dos efeitos da tutela. Considerando a importância da conciliação como mecanismo preferencial de solução dos litígios trabalhistas (CLT, art. 764); Considerando a importância social da solução dos processos judiciais mediante acordo; DESIGNO audiência para tentativa de conciliação o dia 11/05 /2012 às 14h50.
NÃO SERÁ NECESSÁRIO TRAZER DEFESA NEM PROVAS para a audiência, pois, não havendo acordo, será marcada audiência UNA para outra data.
Notifique-se, por ora, somente a primeira reclamada.Publique-se"

Despacho

Processo Nº RT-693-45.2012.5.10.0006

Reclamante	Giovanne Travaglini Vieira
Advogado	ROSALINA GONÇALVES PEREIRA(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Seguranca Integrada Ltda.
Advogado	DALMO ROGÉRIO SOUZA DE ALBUQUERQUE(OAB: null)
Reclamado	Distrito Federal

"Vistos, etc. Propõe a parte autora reclamação trabalhista, com pedido de antecipação de tutela para expedição de alvará para movimentação imediata de sua conta vinculada.
Juridicamente inviável a liberação imediata dos valores depositados na conta vinculada da reclamante junto ao FGTS (Lei nº 8.036/90, art. 29-B), indefiro a antecipação dos efeitos da tutela. Considerando a importância da conciliação como mecanismo preferencial de solução dos litígios trabalhistas (CLT, art. 764); Considerando a importância social da solução dos processos judiciais mediante acordo; DESIGNO audiência para tentativa de conciliação o dia 11/05 /2012 às 14h35. NÃO SERÁ NECESSÁRIO TRAZER DEFESA NEM PROVAS para a audiência, pois, não havendo acordo, será marcada audiência UNA para outra data. Notifique-se, por ora, somente a primeira reclamada.Publique-se" Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-694-30.2012.5.10.0006

Reclamante	Vilmar Francisco das Chagas
Advogado	ROSALINA GONÇALVES PEREIRA(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Seguranca Integrada Ltda.
Advogado	DALMO ROGÉRIO SOUZA DE ALBUQUERQUE(OAB: null)
Reclamado	Distrito Federal

"Vistos, etc. Propõe a parte autora reclamação trabalhista, com pedido de antecipação de tutela para expedição de alvará para movimentação imediata de sua conta vinculada.
Juridicamente inviável a liberação imediata dos valores depositados na conta vinculada da reclamante junto ao FGTS (Lei nº 8.036/90, art. 29-B), indefiro a antecipação dos efeitos da tutela. Considerando a importância da conciliação como mecanismo preferencial de solução dos litígios trabalhistas (CLT, art. 764); Considerando a importância social da solução dos processos judiciais mediante acordo; DESIGNO audiência para tentativa de conciliação o dia 11/05 /2012 às 14h40.
NÃO SERÁ NECESSÁRIO TRAZER DEFESA NEM PROVAS para a audiência, pois, não havendo acordo, será marcada audiência UNA para outra data.
Notifique-se, por ora, somente a primeira reclamada.Publique-se"

Despacho

Processo Nº RT-889-83.2010.5.10.0006

Reclamante	Solimar Alves dos Santos
Advogado	VICTOR RUSSOMANO JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	DBA Engenharia de Sistemas Ltda.
Advogado	JANAINA JARDIM DE ARAUJO ALBAGLI(OAB: null)

De ordem do Exmo. Juiz do Trabalho, considerando-se o Provimento nº 3/2000 da Corregedoria deste Regional, publicado no DJ de 11/7/2000, Seção 3, incluir o presente processo na pauta do dia 03/05/2012 às 13:15 horas para audiência em execução (tentativa de conciliação), conforme requerido (Portaria 6ªVT/Brasília, nº 2/2011, art. 5º, II). Intime-se às partes. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-951-89.2011.5.10.0006

Reclamante	Edwaldo Cardoso Von Grapp
Advogado	MARCIO ROBERTO FERRARI(OAB: null)
Reclamado	Brinquedoteca Comercial Ltda. - Me
Advogado	MARCO ROBERTO ROSSETTI(OAB: null)
Reclamado	Trol Distribuidora de Brinquedos Ltda. Me
Advogado	ODAIR DE MORAES JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Projeto Crianca Feliz Mercosul Ltda. - Epp
Advogado	MARCO ROBERTO ROSSETTI(OAB: null)

De ordem do Exmo. Juiz do Trabalho, dê-se ciência às partes sobre audiência designada pelo juízo deprecante (09/5/2012 às 08h20min) para oitiva da testemunha (Portaria 6ªVT/Brasília, nº 2/2011, art. 5º, V). Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-1134-60.2011.5.10.0006

Reclamante	Fernando Jose Sampaio
Advogado	GUILHERME HENRIQUE MORAES VIEIRA DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S. A.
Advogado	MARLON RODRIGUES BARROSO(OAB: null)

III- DISPOSITIVO: Em face do exposto, julgo procedente em parte os pedidos, para condenar, na forma da fundamentação, que integra o dispositivo, a reclamada ao pagamento de: horas extras (natureza salarial) acrescidas de reflexos. Determino a retenção do IRPF e o recolhimento das contribuições previdenciárias na forma da lei, com observância da tese dos parâmetros da Súmula 368 do TST. Juros de mora conforme o entendimento firmado por meio do En. 200 do TST e correção monetária com a observância da tese da tese da Súmula 381 do TST. Custas pela reclamada no valor de R$ 400,00 (2% de R$ 20.000,00, arbitrado). Publique-se.

Juiz do Trabalho ROGÉRIO NEIVA PINHEIRO

Despacho

Processo Nº RT-1490-55.2011.5.10.0006

Reclamante	Gersilene Alves Pugas
Advogado	MARCELO LUCAS DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Cibele Karine

"De ordem do Exmo. Juiz do Trabalho, conceder ao reclamante, novo prazo suplementar e improrrogável, de 5 (cinco) dias para entregar sua CTPS em Secretaria, para as devidas anotações, sob pena de arquivamento provisório dos autos (Portaria nº 6ªVT/DF, 2/2011 art. 5º, V e XXXI, a e b). Intime-se o reclamante diretamente. Publique-se". Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-1558-05.2011.5.10.0006

Reclamante	Jorge Luiz Ferreira de Souza Junior
Advogado	REGIA SANTOS BRASIL(OAB: null)
Reclamado	Vrg Linhas Aereas S. A.
Advogado	OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: null)

III- DISPOSITIVO: Em face do exposto, julgo procedente em parte os pedidos, para condenar, na forma da fundamentação, que integra o dispositivo, a reclamada ao pagamento de: adicional de periculosidade (natureza salarial) acrescidas de reflexos; décimo terceiro salário (natureza salarial); férias e multa do art. 477 da CLT (natureza indenizatória). Determino a retenção do IRPF e o recolhimento das contribuições previdenciárias na forma da lei, bem como devendo ser observada a Súmula 368 e a tese da OJ 400 da SBDI-1 do TST. Juros de mora conforme o entendimento firmado por meio do En. 200 do TST. Custas pela reclamada no valor de R$ 200,00 (2% de R$ 10.000,00, arbitrado). Intimem-se as partes.

Juiz do Trabalho ROGÉRIO NEIVA PINHEIRO

Despacho

Processo Nº RT-1573-71.2011.5.10.0006

Reclamante	Elison Luiz Ferreira
Advogado	JOSE EYMARD LOGUERCIO(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal - CEF
Advogado	RAFAEL SANTANA E SILVA(OAB: null)

(...) II- CONCLUSÃO: Em face do exposto, conheço e acolho os embargos opostos pela reclamante, para prestar esclarecimento, e não conheço os embargos opostos pela reclamada.
Intimem-se as partes.

Juiz do Trabalho ROGÉRIO NEIVA PINHEIRO

Despacho

Processo Nº RT-1597-02.2011.5.10.0006

Reclamante	Aldo Lisboa de Sousa
Advogado	GASPAR REIS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa de Transportes do Distrito Federal

Vistos. Homologo os cálculos de fls. para fixar o débito da(s) executada(s), sem prejuízo das atualizações de direito, em: Total da execução R$ 133,02 Atualizado até: 30/04/2012. INSS Reclamante...: 28,92; INSS Reclamado....: 72,29; INSS Terceiros...: 20,97; INSS SAT..: 10,84. Notifique-se a executada, POR AR, para cumprimento espontâneo da decisão condenatória, nos valores ora fixados, em 15 dias. Decorrido o prazo marcado sem o cumprimento espontâneo da decisão,penhorem-se imediatamente tantos bens, observada a ordem preferencial do art. 655 do CPC, quantos bastem para garantir o débito acrescido da multa legal de 10% (CPC, art. 475-J). Publique-se. Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-1609-16.2011.5.10.0006

Autor	Leila Bueno Monteiro
Advogado	LUISA CAROLINA DE SOUZA MORAES(OAB: null)
Réu	Fundação Atlântico de Seguridade Social

Vistos, etc. Escorado no disposto nos arts. 844, II, e 845, e demonstrado o interesse processual na obtenção das informações desejadas pelo vínculo securitário entre as partes, ordeno que a requerida exiba nos autos, trazendo o original ou cópia autêntica do: a) extrato de contribuição no exercício do Plano TCS-PREV alusiva à requerente; b) o demonstrativo do cálculo da reserva de transferência do Plano PBS-TCS para o TCS -PREV com todos os itens mencionados no art. 138 do Regulamento. A não exibição dos documentos exigidos implicará a sua busca e apreensão e a imposição de multa de R$ 5.000,00 pela desatenção à ordem judicial (CPC, arts. 287 e 461). Notifique-se a ré pela via postal para que cumpra a ordem judicial. No mesmo ato, cite-se a ré, pela via postal, para que, querendo, conteste a presente ação, no prazo de cinco dias, sob pena de revelia. Publique-se. Cumpra-se. Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-1612-68.2011.5.10.0006

Reclamante	Antonio Silva Araujo
Advogado	ALISSON EVANGELISTA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa de Profissionais Autonomos de Transporte de Samambaia - COOPATRAN

III - DISPOSITIVO ISTO POSTO, nos termos da fundamentação, determino o A R Q U I V A M E N T O da presente reclamatória (CLT, art. 844). Custas, pelo reclamante, no importe de R$ 5.140,43, calculadas sobre R$ 257.021,99, valor atribuído à causa, de cujo pagamento fica dispensado. Retire-se o feito da pauta de julgamentos do dia 7.5.2012. Publique-se.

Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-1723-86.2010.5.10.0006

Reclamante	Paulo Walter Schneider
Advogado	MARIA DE FÁTIMA MENDONÇA DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S. A.
Advogado	MARLON RODRIGUES BARROSO(OAB: null)

De ordem do Exmo. Juiz do Trabalho, assinar às partes o prazo sucessivo de prazo de 8 dias, a iniciar pelo reclamante, para, querendo, contrarrazoarem o(s) recurso(s) interposto(s) (Portaria 6ªVT/Brasília, nº 2/2011, art. 5º, V, d).. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-1887-17.2011.5.10.0006

Reclamante	Maria Ivonete de Oliveira
Advogado	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa de Profissionais Autonomos de Transporte de Samambaia - COOPATRAN

Reclamado	Distrito Federal
Advogado	LUCAS TERTO FERREIRA VIEIRA(OAB: null)

De ordem do Exmo. Juiz do Trabalho, assinar ao reclamante e 1ª reclamada o prazo sucessivo de 8 dias, a iniciar pelo reclamante, para, querendo, contrarrazoarem o(s) recurso(s) interposto(s) (Portaria 6ªVT/Brasília, nº 2/2011, art. 5º, V, d). Intime-se a 1ª reclamada por edital. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-1942-65.2011.5.10.0006

Reclamante	Arilton Alves Cruzeiro
Advogado	SILVIA DE FÁTIMA PRATES MENDES(OAB: null)
Reclamado	Grafica e Editora Jornal de Brasilia Ltda.
Advogado	EDSON DIAS MIZAEL(OAB: null)

III - DISPOSITIVO ISTO POSTO, nos termos da fundamentação, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva e julgo I M P R O C E D E N T E a presente reclamatória. Custas, pelo reclamante, no importe de R$ 2.391,04, calculadas sobre R$ 119.590,24, valor atribuído à causa, de cujo pagamento fica dispensado. Retire-se o feito da pauta de julgamentos de 4.5.2012. Publique-se.

Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-1967-78.2011.5.10.0006

Reclamante	Brieda Moreira Rodrigues
Advogado	DIVINO CAVALHEIRO LEITE(OAB: null)
Reclamado	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	ANGELICA CRISTINA CONCEIÇÃO DUTRA(OAB: null)

III- DISPOSITIVO: Em face do exposto, julgo improcedentes os pedidos. Custas pelos reclamantes no valor de R$ 762,00 (2% de R$ 38.100,00, valor da causa). Intime-se a reclamante. Reclamada intimada na forma da Súmula 197 do TST.

Juiz do Trabalho ROGÉRIO NEIVA PINHEIRO

Despacho

Processo Nº RT-2041-35.2011.5.10.0006

Reclamante	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Orgaos Publicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informatica, Similares e Profissionais de Processamento de Dados do DF
Advogado	DELIANA MACHADO VALENTE(OAB: null)
Reclamado	Empresa de Tecnologia e Informacoes da Previdencia Social - Dataprev
Advogado	PATRICIA VIEIRA FIGUEIREDO(OAB: null)

III- DISPOSITIVO: Em face do exposto, julgo extinto o processo sem exame do mérito. Custas pelo autor no valor de R$ 20,00 (2% de R$ 1.000,00, valor da causa), isento na forma da lei. Intimem-se as partes.

Juiz do Trabalho ROGÉRIO NEIVA PINHEIRO

Despacho

Processo Nº RT-2150-49.2011.5.10.0006

Reclamante	Euclides Floriano da Silva
Advogado	JOSE RODOLFO ALVES DA SILVA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Procomp Industria Eletronica Ltda.
Advogado	ROSA MARIA MOTTA BROCHADO(OAB: null)

De ordem do Exmo. Juiz do Trabalho, assinar às reclamadas o prazo sucessivo de prazo de 8 dias, a iniciar pela primeira, para, querendo, contrarrazoarem o(s) recurso(s) interposto(s) (Portaria 6ªVT/Brasília, nº 2/2011, art. 5º, V, d).. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-12600-22.2009.5.10.0006

Processo Nº RT-126/2009-006-10-00.4

Reclamante	Marilia Mendonca Leao
Advogado	CASSIUS FERREIRA MORAES(OAB: null)
Reclamado	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO
Reclamado	União

SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO:"(...)3. CONCLUSÃO ISTO POSTO, conheço dos embargos declaratórios opostos pela exequente e, no mérito, dou-lhes provimento, para, sanando omissão na sentença embargada, conhecer da impugnação à sentença de liquidação de fls. 409/411 e, no mérito, julgá-la parcialmente procedente, para determinar que a União restitua à exequente o valor gasto com o pagamento das custas processuais (O.J. nº 186 da SDI-1/TST), tudo nos termos da fundamentação supra. Na oportunidade, HOMOLOGO os cálculos retificadores de fls. 449/455, fixando o débito da segunda executada (UNIÃO) em R$ 27.170,38, valor atualizado até 30/6/2011, sem prejuízo de novas atualizações, correspondente ao principal líquido da exequente acrescido do crédito alusivo ao ressarcimento das custas processuais. Publique-se.
Intime-se a União/PRU, por meio do acordo de cooperação próprio."

Despacho

Processo Nº RT-35000-35.2006.5.10.0006

Processo Nº RT-350/2006-006-10-00.3

Reclamante	Carlos Henrique Paz Bandeira
Advogado	ELGINA LINO FRANÇA DE MORAES(OAB: null)
Reclamado	M C Publicidade e Representacao Ltda.
Advogado	CLAUDIO MENDES SATURNINO(OAB: null)
Reclamado	Fabiana de Fatima Ferreira
Reclamado	Marcia Regina Ridolfi Ferreira

"Vistos. Libere-se ao exequente, o(s) saldo(s) existente(s) na(s) conta(s) judicial(ais) de número(s) 042/04853744-1 e 042/04898819-2 da CEF (Ag. 3920).
OBSERVAÇÕES:
1) O crédito líquido do exequente deverá ser liberado ao(à) Dr(a). ELGINA LINO FRANÇA DE MORAES, OAB Nº 9183/DF, CPF Nº 73802077849; 2) Zerar as referidas contas.
Cumpra-se na forma da Lei. Assino ao(s) exequente(s) o prazo de 5 dias para recebimento, comprovação dos valores sacados. Intime(m)-se o(s) exequente(s) apenas para ciência deste despacho. Publique-se. Por medida de celeridade e economia processual, o presente despacho foi expedido em duas vias e tem força de alvará. Decorrido o prazo e efetivados os levantamentos, atualizem-se os cálculos, compensando os valores levantados e arquivem-se os autos provisoriamente, até manifestação da parte interessada". Brasília, 27 de abril de 2012. ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR - Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-41900-73.2002.5.10.0006

Processo Nº RT-419/2002-006-10-00.5

Reclamante	Marcio Barros Lima
Advogado	ELIZIO ROCHA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Plano Seguranca e Vigilancia Ltda.
Advogado	LUCIANO MARACABA(OAB: null)
Reclamado	Claudionor da Silva Franca
Reclamado	Fernando da Silva Lonp
Reclamado	Maria Beatriz Mendes Rechden

Vistos. À míngua de notícia de apresentação de certidão de óbito do cônjuge da executada MARIA BEATRIZ MENDES RECHDEN, Sr. JOSÉ JORGE SALGADO RECHDEN, determino, por extremada cautela, a sua intimação para ciência da penhora sobre o imóvel constante da fl. 238, por edital. Após ultimada a providência, ao leilão do imóvel. Expeça-se edital de intimação. Publique-se.". Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-54400-40.2003.5.10.0006

Processo Nº RT-544/2003-006-10-00.6

Reclamante	Francisca Ribeiro da Silva
Advogado	UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Massa Falida de Servicon Servicos e Construcoes DF Ltda.
Advogado	MARCELO BARBOSA COELHO(OAB: null)
Reclamado	Uniao

Vistos. Considerando-se que a execução é provisória em relação à segunda reclamada (AI-RE ainda pendente de exame pelo c. TST - fl.217) e o que dispões a CLT em seu art.899, in fine, emerge clara a ilação de que tal modalidade de execução é incompatível com a regra própria das execuções movidas contra a Fazenda Pública (CF, art.100). Assim, chamo o feito à ordem para sobrestar a execução e determinar, após a citação para pagamento endereçada à massa falida e decurso do prazo legal do art.884/CLT, o arquivamento provisório até o efetivo trânsito em julgado e consequente conversão da execução provisória em definitiva. Para viabilizar a citação da massa falida, à vista das informações prestadas à fl.244, quanto à inexistência de administrador, expeça-se edital de citação a ela, aguardando-se por 5 dias o eventual exercício da faculdade do art.884/CLT. Publique-se.
. Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-73800-06.2004.5.10.0006

Processo Nº RT-738/2004-006-10-00.2

Reclamante	Wellington Côrtes
Advogado	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Marques Prieto Ltda.
Advogado	LUIZ GONZAGA LEITE SILVA(OAB: null)

Vistos. Assino ao autor o prazo de 05 (cinco) dias para se manifestar sobre o pedido da reclamada de dilação do prazo para pagamento da multa de 100% incidente sobre a 6ª parcela da transação homologada à fl. 589/590. Publique-se. Juiz do Trabalho ROGÉRIO NEIVA PINHEIRO

Despacho

Processo Nº RT-91200-33.2004.5.10.0006

Processo Nº RT-912/2004-006-10-00.7

Reclamante	Carlos Henrique da Silva Oliveira
Advogado	RENATO ALENCAR PORTO(OAB: null)
Reclamado	Welt Motors Ltda.
Advogado	JOSE AUGUSTO OLIVEIRA SANTOS(OAB: null)

Vistos. CARLOS HENRIQUE DA SILVA OLIVEIRA ofertou IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO proferida na execução movida contra WELT MOTORS LTDA., alegando que apurada média de 15 horas extras mensais, ao passo que o título executivo dá azo à média de 32,14 horas extras mensais (fls. 426/427). A executada não se manifestou sobre a impugnação (fl. 431). A SCJAE prestou esclarecimentos e sugeriu novos cálculos (fls. 433/458). É, em síntese, o relatório. Decido. A execução está garantida pelos depósitos de fls. 406 e 422, a impugnação é tempestiva e está regularmente subscrita, pelo que dela conheço. No mérito, assiste razão ao exequente. Como reconhece a SCJAE à fl. 433, foi deferido em sentença o pagamento de horas extras excedentes à oitava diária e à quadragésima quarta semanal, mas equivocadamente somente foram contabilizadas como extras aquelas que ultrapassaram o limite semanal, o que deve ser retificado nos cálculos. Procede a impugnação à sentença de liquidação. PELO EXPOSTO, conheço da impugnação à sentença de liquidação para, no mérito, julgá-la procedente, nos termos da fundamentação acima. HOMOLOGO os cálculos retificadores de fls. 434/458, fixando o valor da execução em R$ 94.781,38, atualizados até 31/8/2011, sem prejuízo de novas atualizações, onde incluídos o total bruto do exequente (R$ 81.806,99), as custas processuais (R$ 1.251,28) e do art. 789-A, IX, da CLT (R$ 409,03) e as contribuições sociais patronais (R$ 7.856,96 INSS/Empregador; R$ 1.178,60 SAT e R$ 2.278,52 Terceiros). O INSS/Empregado a ser deduzido do crédito bruto obreiro importa em R$ 3.934,93. Custas, pela executada, no importe de R$ 55,35 (CLT, art. 789-A, VII), a serem recolhidas ao final. Publique-se.

Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-95700-69.2009.5.10.0006

Processo Nº RT-957/2009-006-10-00.6

Reclamante	Eldonor Fernandes Araújo
Advogado	JOSE EYMARD LOGUERCIO(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S. A.
Advogado	CARLOS ALBERTO DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI
Advogado	WALFREDO FREDERICO DE S. CABRAL DIAS(OAB: null)

Vistos. Tendo em vista a controvérsia estabelecida entre as partes quanto à liquidação, determino que a liquidação se faça por meio de perícia contábil, encargo para o qual nomeio como perito o Sr. HAMILTON RAFAEL DE OLIVEIRA, que deverá ser intimado para dar início aos trabalhos e, em 30 dias, apresentar o valor atual devido a título de mensalidade de aposentadoria e a liquidação do período pretérito. As partes terão vista do relatório pericial oportunamente. Intime-se o perito. Publique-se. Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-96300-95.2006.5.10.0006

Processo Nº RT-963/2006-006-10-00.0

Reclamante	Adriane de Souza Oliveira
Advogado	DANIEL MUNIZ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	RJA Serviços Ltda.
Reclamado	União

CONCLUSÃO. PELO EXPOSTO, conheço dos embargos à execução, rejeito a preliminar de inexigibilidade de título

executivo e, no mérito, julgo-os parcialmente procedentes, para reduzir a taxa de juros ao percentual mensal de 0,5% a partir de 30/6/2009, nos termos da fundamentação. Na oportunidade, homologo os cálculos retificadores de fls. 400/404, fixando o valor da execução em R$ 10.492,77, atualizado até 29/02/2012, sem prejuízo de novas atualizações, em que estão incluídos o total bruto do exequente (R$ 9.035,82), as contribuições previdenciárias patronais (R$ 463,47) e a multa do art. 475-J/CPC. O INSS/Empregado a ser deduzido do crédito bruto da exequente importa em R$ 161,07. Custas, pela embargante, no importe de R$ 44,26 (CLT, art. 789-A, V), de cujo recolhimento está isenta (CLT, art. 790-A, I).Publique-se.

Intime-se a União/PRU, por meio do acordo de cooperação próprio.

Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-97700-13.2007.5.10.0006

Processo Nº RT-977/2007-006-10-00.5

Reclamante	Jair Rocha Taboada
Advogado	GENESCO RESENDE SANTIAGO(OAB: null)
Reclamado	Infoccop Cooperativa de Profissionais de Prestação de Serviços Ltda
Advogado	ALESSANDRA ALMEIDA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Infocoop Serviços Cooperativa de Profissionais de Prestação de Serviços
Advogado	ALESSANDRA ALMEIDA BRITO(OAB: null)
Reclamado	União

Vistos. Este Juízo realizou consulta às declarações de renda do(s) executado(s), por meio de requerimento eletrônico via sistema INFOJUD. No entanto, as declarações existentes não indicam quaisquer bens passíveis de penhora. Informo ao exequente que as referidas declarações de renda estão gravadas digitalmente e que, a qualquer momento, poderá o exequente comparecer à Secretaria do Juízo e conferir o seu inteiro teor. Considerando que todas as diligências de BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD se revelaram infrutíferas, assino ao exequente o prazo de 15 dias para indicar meios de prosseguimento do feito, sob pena de arquivo provisório. Publique-se. Juiz do Trabalho ROGÉRIO NEIVA PINHEIRO

Despacho

Processo Nº RT-99600-60.2009.5.10.0006

Processo Nº RT-996/2009-006-10-00.3

Reclamante	Maria Judite Mesquita Coelho
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Federal Servicos Gerais Ltda
Reclamado	Uniao Federal (Ministério da Agricultura)

Vistos. MARIA JUDITE MESQUITA COELHO apresentou IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO proferida na execução que move contra FEDERAL SERVIÇOS GERAIS LTDA., alegando que os cálculos homologados desconsideraram a liquidação dos honorários assistenciais, cujo pagamento fora determinado no título executivo no percentual de 10% sobre o valor da condenação (fls. 180/181). A executada não se manifestou sobre a impugnação (fl. 185).Provocada (fl. 185), a SCJAE prestou esclarecimentos e sugeriu novos cálculos (fls. 188/194).Determinada nova intimação da executada para manifestação sobre a impugnação, agora por edital (fl. 200), quedando-se silente a parte (fl. 203). A União, que somente após iniciada a execução contra a reclamada principal fora intimada para ciência da sentença proferida na fase cognitiva (fl. 204), interpôs recurso ordinário (fls. 205/219).Liberado o crédito obreiro e determinado o processamento do recurso da União após o julgamento da impugnação à sentença de liquidação (fl. 219).A exequente requereu o prosseguimento do feito (fl. 222). É, em síntese, o relatório.Decido.No tocante à garantia da execução, reputo-a excepcionalmente presente apenas com depósito de fl. 143, em que pese ele ser menor (R$ 3.019,11) que o valor dos cálculos homologados (R$ 6.042,18), ante a total incúria patrimonial da executada (FEDERAL SERVIÇOS GERAIS LTDA.). No mais, a impugnação é tempestiva e está regularmente subscrita, pelo que dela conheço.No mérito, assiste razão à exequente, pois bem reconhece a SCJAE que efetivamente não fora apurado o crédito alusivo aos honorários assistenciais nos cálculos homologados (fl. 187). Procede a impugnação à sentença de liquidação.PELO EXPOSTO, conheço da impugnação à sentença de liquidação para, no mérito, julgá-la procedente, nos termos da fundamentação acima. Na oportunidade, HOMOLOGO os cálculos retificadores de fls. 188/194, para fixar o valor da execução em R$ 6.612,10, valor atualizado até 30/11/2009, sem prejuízo de novas atualizações, em que estão incluídos o total bruto da exequente (R$ 5.699,18), as custas processuais (R$ 113,98), as custas do art. 789-A, IX, da CLT (R$ 28,50), os honorários assistenciais (R$ 569,92) e as contribuições previdenciárias patronais (R$ 144,25 INSS/Empregador; R$ 14,43 SAT e R$ 41,84 Terceiros). O INSS/Empregado a ser deduzido do crédito bruto da exequente importa em R$ 57,70. Custas, pela executada principal, no importe de R$ 55,35 (CLT, art. 789-A, VII), a serem recolhidas ao final.Decorrido o prazo recursal, proceda-se ao contraditório em relação ao recurso ordinário interposto pela União. A atualização dos cálculos (compensando-se o montante levantado), terá lugar depois do processamento e julgamento do recurso ordinário da União.Observe a Secretaria o imediato cumprimento do item 2 de fl. 219.Intime-se a executada (FEDERAL SERVIÇOS GERAIS LTDA.), por edital.Publique-se." Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-108000-63.2009.5.10.0006

Processo Nº RT-1080/2009-006-10-00.0

Reclamante	Francisco de Sousa Lima
Advogado	JUDSON DE ARAÚJO GURGEL(OAB: null)
Reclamado	Massa Falida de Zl Ambiental Ltda (na pessoa do administrador judicial Dr. Paulo Pacheco de Medeiros Neto)

"Vistos.Proceda a secretaria a expedição da competente certidão de crédito, a fim viabilizar a habilitação do crédito do exequente junto ao juízo competente.

Efetivada a medida, assino ao autor o prazo de 05 (cinco) dias para o recebimento.

Decorrido, remetam-se os autos ao arquivo provisório até a manifestação da parte interessada.

Publique-se."Brasília, 25 de abril de 2012.ROGÉRIO NEIVA PINHEIRO - Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-108800-91.2009.5.10.0006

Processo Nº RT-1088/2009-006-10-00.7

Reclamante	Silvia de Moraes
Advogado	MOACIR AKIRA YAMAKAWA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal - CEF

Advogado	ANA CAROLINA ALVES DE LANA TÔRRES(OAB: null)
Reclamado	Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF
Advogado	LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO(OAB: null)

Vistos. Assino à FUNCEF o prazo de 10 dias para vista e manifestação sobre a petição do reclamante. Decorrido o prazo, à conclusão novamente. Publique-se. Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-114700-89.2008.5.10.0006

Processo Nº RT-1147/2008-006-10-00.6

Reclamante	Edglay de Souza Borges
Advogado	JOSÉ MARIA CEZAR NUNES CAMPOS(OAB: null)
Reclamado	Data Contrucoes e Projetos Ltda.
Advogado	MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA(OAB: null)
Reclamado	Eps Prestacao de Servico Na Construcao Civil Ltda. Me
Advogado	MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA(OAB: null)

Vistos. Assino à reclamada o prazo de 5 dias para indicar o seu representante legal, com poderes para proceder ao levantamento de seu crédito, por meio do alvará de fl. 293.
Decorrido o prazo sem manifestação, ao arquivo defintivo. Publique-se. Juiz do Trabalho ROGÉRIO NEIVA PINHEIRO

Despacho

Processo Nº RT-128200-24.1991.5.10.0006

Processo Nº RT-1282/1991-006-10-00.2

Reclamante	MARCIA CRISTINA DA MATA LACERDA
Advogado	MARCO ANTÔNIO BILIBIO CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	UNIAO FEDERAL (COMISSAO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA)

Vistos. UNIÃO ajuizou EMBARGOS À EXECUÇÃO movida por MÁRCIA CRISTINA DA MATA LACERDA (fls. 704/705, com documento às fls. 706/707), alegando que os cálculos não obedeceram aos ditames do acórdão de fls. 570/574, que limitaram a condenação ao pagamento de 7/30 das URPs de abril e maio de 1988. A exequente apresentou impugnação aos embargos (fls. 710/711). Provocada (fl. 712), a Secretaria retificou os cálculos (fls. 713/717, com atualização às fls. 718/720). É, em síntese, o relatório. DECIDO CONHECIMENTO. Conheço dos embargos, por tempestivos e devidamente subscritos. MÉRITO. Os embargos merecem abrigo, tendo em vista que não observaram a redução da condenação ao pagamento proporcional a 7/30 das URPs de abril e maio de 1988, estabelecida no acórdão de fls. 570/574. Procedem os embargos.CONCLUSÃO. PELO EXPOSTO, conheço dos embargos à execução e, no mérito, julgo-os procedentes, nos termos da fundamentação. Na oportunidade, homologo os cálculos retificadores de fls. 713/717, atualizados às fls. 718/720, para fixar o valor da execução em R$ 145,01, quantia atualizada até 30/4/2012, sem prejuízo de novas atualizações, em que estão incluídos o total bruto do exequente (R$ 134,26) e o FGTS a depositar (R$ 10,75). Não há incidência de INSS/Empregado e IRRF. Custas, pela embargante, no importe de R$ 44,26 (CLT, art. 789-A, caput e V), isenta na forma do art. 790-A, I, da CLT. Decorrido o prazo recursal, expeça-se a RPV. Publique-se.
Intime-se a União/PRU, por meio do acordo de cooperação próprio.
Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Despacho

Processo Nº RT-181700-72.2009.5.10.0006

Processo Nº RT-1817/2009-006-10-00.5

Reclamante	Maria de Nazare Sales
Advogado	ASDRUBAL NASCIMENTO LIMA JÚNIOR(OAB: null)
Reclamado	Promedi Comercio de Produtos Medico -Hospitalares Ltda. - Me
Advogado	PABLÍCIO MONTEIRO CARDOSO(OAB: null)
Reclamado	Claudia Gomes de Araujo
Reclamado	Eduardo de Castro Borges

Vistos. Trata-se de exceção de pré-executividade arguída por PROMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA.-ME, em que pretende a declaração de nulidade por vício de citação, na medida em que seu sócio EDUARDO DE CASTRO BORGES - e segundo reclamado - fora citado por via editalícia, ao passo que tinha residência fixa de conhecimento da exequente (fls. 169/170, com documentos às fls. 171/176). A exequente apresentou impugnação à exceção (fls. 180/182). A exceção de pré-executividade tem cabimento na hipótese de nulidade de citação. No caso dos autos, porém, a existência de reclamações trabalhistas ajuizadas em maio e junho de 2009 (processos nº 0836-2009-013-10-00-2 e 1042-2009-006-10-00-8, respectivamente), com indicações do endereço do sócio EDUARDO DE CASTRO BORGES, bem como do comparecimento deste às audiências realizadas nos respectivos Juízos em 29/9/2009 (processo 1042-2009-006-10-00-8) e 06/10/2009 (processo 0836-2009-013-10-00-2)do mesmo ano, não constituem provas cabais de que o sócio ainda se encontrava no endereço indicado nas exordiais dos respectivos feitos quando do ajuizamento da presente ação em 21/10/2009, cuja inicial consigna estar o aludido sócio em local incerto e não sabido. A comprovação de que o sócio residia no local indicado quando do ajuizamento da presente reclamação trabalhista exige uma dilação probatória que extrapola os limites da exceção de pré-executividade. O vício passível de demonstração na exceção há de ser cabal e inequívoco, ou seja, de forma pré-constituída, o que não ocorre nos autos, devendo a parte se valer dos embargos à execução, após a garantia do juízo, para comprovar suas alegações. Assino aos executados o prazo de 5 dias para garantirem a execução indicando bens com a observância da regra do art. 655 do CPC, sob pena de lhes serem penhorados tantos bens quantos bastem para a garantia da execução. Para que não paire nenhuma dúvida, registra-se que a matéria fática cogitada na peça de embargos poderá ser demonstrada pelos meios próprios quando da instrução daqueles, sendo a presente decisão meramente interlocutória. Intimem-se o segundo e terceiro executados, via postal. Publique-se. Juiz do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

Edital

Edital

Processo Nº RT-890-34.2011.5.10.0006

Reclamante	Jair Ferreira Soares
Advogado	JOSE ALDEMIR BORGES DE MATOS(OAB: null)
Reclamado	Metro Construcoes e Servicos Ltda.
Advogado	ALEXANDRE RANIERI DE CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	Rosivan Alves Pessoa
Reclamado	Rosivania Alves de Sousa

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO

O(A) Juiz(a) do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR da 6ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, ficam INTIMADOS os RECLAMADOS ROSIVAN ALVES PESSOA E ROSIVANIA ALVES DE SOUSA, para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:

Total da execução R$ 2.908,57 Atualizado até: 31/01/2012

Liq. Exequente..: 2.570,39; Custas do Processo: 51,41;

Custas Art.789..: 12,85; Diversos.: 273,92

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.Brasília, 2 de maio de 2012.

Edital

Processo Nº RT-1711-38.2011.5.10.0006

Reclamante	Espólio de Manoel Ferreira Dias
Advogado	HOSANAH MUNIZ DA COSTA(OAB: null)
Reclamado	Engebran Construcao Civil e Obras Publicas Ltda.
Reclamado	Construcoes e Comercio Camargo Correa S. A.
Advogado	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: null)

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR da 6ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADO o RECLAMADO Engebran Construcao Civil e Obras Publicas Ltda., para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito:(...) DISPOSITIVO ISTO POSTO, nos termos da fundamentação, rejeito as preliminares de incompetência absoluta internacional e de ilegitimidade passiva e, no mérito, julgo

P R O C E D E N T E E M P A R T E a presente reclamatória, condenando, solidariamente, ENGEBRAN CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS LTDA. e CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A. a pagar ao ESPÓLIO DE MANOEL FERREIRA DIAS em 15 dias, com juros e correção monetária, conforme se apurar em regular liquidação, considerados os valores apontados na fundamentação:

a) férias proporcionais com o acréscimo de 1/3;

b) subsídio de Natal;

c) indenização por danos materiais e morais.

Honorários advocatícios à base de 5% sobre o valor da condenação, pelas reclamadas. Anotará a Secretaria o contrato de trabalho na CTPS do reclamante com base nos dados estipulados na fundamentação, parte integrante da presente decisão para todos os efeitos. Por submeter-se o contrato de trabalho em tela às regras previdenciárias angolanas, deixo de determinar a inclusão de contribuições sobre as parcelas de cunho salarial. Pela contenção do único valor salarial (subsídio de natal) na faixa de isenção, também deixo de determinar qualquer espécie de retenção fisca.

Custas, pelas reclamadas, no importe de R$ 30.000,00, calculadas sobre R$ 1.500.000,00, valor arbitrado à condenação. Cientes o reclamante e a segunda reclamada. Intime-se a primeira reclamada por edital." O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na SEPN QD 513 BLOCO B LOTE 02/03 SALAS 108/113 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, e para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara. Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Edital

Processo Nº RT-1887-17.2011.5.10.0006

Reclamante	Maria Ivonete de Oliveira
Advogado	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa de Profissionais Autonomos de Transporte de Samambaia - COOPATRAN
Reclamado	Distrito Federal
Advogado	LUCAS TERTO FERREIRA VIEIRA(OAB: null)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO/DECISÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR, Juiz(a) do Trabalho da 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF,

FAZ SABER que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Cooperativa de Profissionais Autonomos de Transporte de Samambaia - COOPATRAN, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido (a) nos autos e a seguir transcrito(a):

"De ordem do Exmo. Juiz do Trabalho, assinar ao reclamante e 1ª reclamada o prazo sucessivo de 8 dias, a iniciar pelo reclamante, para, querendo, contrarrazoarem o(s) recurso(s) interposto(s) (Portaria 6ªVT/Brasília, nº 2/2011, art. 5º, V, d). Intime-se a 1ª reclamada por edital. Publique-se.".

O inteiro teor poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SEPN - Q.513 - Bloco 'B' - Lote 2/3 - 1º Andar - Salas 108/113. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Eu, MARCO AURÉLIO WILLMAN SAAR DE CARVALHO, Diretora da 6ª VT/Brasília-DF, conferi.

Dado e passado em Brasília, aos 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-41900-73.2002.5.10.0006

Processo Nº RT-419/2002-006-10-00.5

Reclamante	Marcio Barros Lima
Advogado	ELIZIO ROCHA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Plano Seguranca e Vigilancia Ltda.
Advogado	LUCIANO MARACABA(OAB: null)
Reclamado	Claudionor da Silva Franca
Reclamado	Fernando da Silva Lonp
Reclamado	Maria Beatriz Mendes Rechden

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO/DECISÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR, Juiz(a) do Trabalho da 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF,

FAZ SABER que, pelo presente Edital, fica INTIMADO a Sra. MARIA BEATRIZ MENDES RECHDEN sócia do reclamado Plano Seguranca e Vigilancia Ltda., que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido

(a) nos autos e a seguir transcrito(a):

"Vistos. À míngua de notícia de apresentação de certidão de óbito do cônjuge da executada MARIA BEATRIZ MENDES RECHDEN, Sr. JOSÉ JORGE SALGADO RECHDEN, determino, por extremada cautela, a sua intimação para ciência da penhora sobre o imóvel constante da fl. 238 (SHIS, QI 19, CONJ. 07, CASA 26), por edital. Após ultimada a providência, ao leilão do imóvel. Expeça-se edital de intimação. Publique-se.".

O inteiro teor poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SEPN - Q.513 - Bloco 'B' - Lote 2/3 - 1º Andar - Salas 108/113. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Eu, MARCO AURÉLIO WILLMAN SAAR DE CARVALHO, Diretora da 6ª VT/Brasília-DF, conferi.

Dado e passado em Brasília, aos 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-54400-40.2003.5.10.0006

Processo Nº RT-544/2003-006-10-00.6

Reclamante	Francisca Ribeiro da Silva
Advogado	UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Massa Falida de Servicon Servicos e Construcoes DF Ltda.
Advogado	MARCELO BARBOSA COELHO(OAB: null)
Reclamado	Uniao

EDITAL DE CITAÇÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR, Juiz(a) do Trabalho da 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF,

FAZ SABER que, pelo presente Edital, FICA CITAD(O)A o(a) executado(a) Massa Falida de Servicon Servicos e Construcoes DF Ltda., domiciliado(a) em lugar incerto e não sabido, para, em 48 horas, pagar a quantia correspondente abaixo especificada, depositar ou indicar bens passíveis de penhora, devida nos termos da decisão/acordo:TOTAL DA EXECUÇÃO R$5.000,00 ATUALIZADO ATÉ 30/04/2012

""

Para que chegue ao conhecimento do(a) reclamado(a) retrocitado(a), foi passado o presente edital que deverá ser publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume na sede da Vara.

Eu, MARCO AURÉLIO WILLMAN SAAR DE CARVALHO, Diretora da 6ª VT/Brasília-DF, conferi.

Dado e passado em Brasília, aos 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-99600-60.2009.5.10.0006

Processo Nº RT-996/2009-006-10-00.3

Reclamante	Maria Judite Mesquita Coelho
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Federal Servicos Gerais Ltda
Reclamado	Uniao Federal (Ministério da Agricultura)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR, Juiz(a) do Trabalho da 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF ,

FAZ SABER que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Federal Servicos Gerais Ltda, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DECISÃO de fls.224/225 proferido (a) nos autos e a seguir transcrito(a):

"(...)PELO EXPOSTO, conheço da impugnação à sentença de liquidação para, no mérito, julgá-la procedente, nos termos da fundamentação acima. Na oportunidade, HOMOLOGO os cálculos retificadores de fls. 188/194, para fixar o valor da execução em R$ 6.612,10, valor atualizado até 30/11/2009, sem prejuízo de novas atualizações, em que estão incluídos o total bruto da exequente (R$ 5.699,18), as custas processuais (R$ 113,98), as custas do art. 789-A, IX, da CLT (R$ 28,50), os honorários assistenciais (R$ 569,92) e as contribuições previdenciárias patronais (R$ 144,25 INSS/Empregador; R$ 14,43 SAT e R$ 41,84 Terceiros). O INSS/Empregado a ser deduzido do crédito bruto da exequente importa em R$ 57,70.Custas, pela executada principal, no importe de R$ 55,35 (CLT, art. 789-A, VII), a serem recolhidas ao final. Decorrido o prazo recursal, proceda-se ao contraditório em relação ao recurso ordinário interposto pela União. A atualização dos cálculos (compensando-se o montante levantado), terá lugar depois do processamento e julgamento do recurso ordinário da União. Observe a Secretaria o imediato cumprimento do item 2 de fl. 219. Intime-se a executada (FEDERAL SERVIÇOS GERAIS LTDA.), por edital.

Publique-se."

O inteiro teor poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SEPN - Q.513 - Bloco 'B' - Lote 2/3 - 1º Andar - Salas 108/113. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Eu, MARCO AURÉLIO WILLMAN SAAR DE CARVALHO, Diretora da 6ª VT/Brasília-DF, conferi.

Dado e passado em Brasília, aos 2, MAIO de 2012.

7ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-184-48.2011.5.10.0007

Reclamante	Francisco Romualdo Filho
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
Advogado	OTONIL MESQUITA CARNEIRO(OAB: null)

(fls. 301) Vistos, etc. 1. Recebo a petição de fls. 299/300 como embargos à execução. 2. Vista ao reclamante, no prazo de 05 dias, dos embargos à execução ofertados pela reclamada. 3. Intime-se. 4. Após, manifeste-se a Contadoria acerca dos termos dos embargos da reclamada e contrarrazões do reclamante se houver (fls. 299 e seguintes). Brasília, 18/04/2012. ERICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-237-29.2011.5.10.0007

Reclamante	Wellington José Gonçalves da Silva
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
Advogado	OTONIL MESQUITA CARNEIRO(OAB: null)

(fls.294)(...)2.Expedido o alvará, intime-se o(a) Reclamante para o

recebimento do alvará e da guia acostada à contracapa, devendo requerer o que entender pertinente, no prazo de 05 dias. 3. Decorrido o prazo, sem manifestação, remetam-se os autos ao arquivo definitivo, observando as formalidades legais. Brasília, 20/04/2012. ERICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-318-75.2011.5.10.0007

Reclamante	Claudio Marques Rosa
Advogado	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Superbom Supermercado Ltda.
Advogado	PATRICIA JUNQUEIRA SANTIAGO(OAB: null)

(fls.225)Vistos, etc. 1.Intime-se o Reclamante para , no prazo de 05 dias, se manifestar sobre a petição e comprovante de pagamento juntados pela reclamada, bem como para requerer o que entender pertinente. 2.Intime-se a reclamada para que, caso efetue o pagamento da 5ª parcela em agência diversa da situada neste juízo, junte o comprovante de pagamento no prazo máximo de 05 dias, sob pena de aplicação de multa por inadimplência. 3.Após, aguarde -se o cumprimento do acordo. Brasília, 30/04/2012. ERICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-679-58.2012.5.10.0007

Reclamante	Andreia Alves Lima
Advogado	JOÃO PAULO INACIO DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Fiança - Serviços Gerais Ltda.

(fls.35) Vistos. trata-se de reclamação trabalhista, com pedido de antecipação parcial dos efeitos da tutela, proposta por ANDREIA ALVES LIMA em desfavor de FIANÇA SERVIÇOS GERAIS LTDA. Pretende a Autora a expedição de alvará para o levantamento do FGTS. O artigo 29-B da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 veda a antecipação dos efeitos da tutela relativamente à conta vinculada do referido Fundo. Assim, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Ressalto que o citado indeferimento não prejudica o exame posterior do pleito.

Designo audiência inaugural para o dia 5/7/2012, às 9h05, a ser realizada na sala de audiências da 7ª Vara, localizada na Avenida W3 Norte, Quadra 513, Lotes 2/3, Sala 117. Haverá o fracionamento da audiência, com designação específica de pauta para instrução e julgamento, não havendo, pois, necessidade de comparecimento de testemunha na audiência inicial acima designada; na impossibilidade de comparecimento espontâneo de testemunhas para a audiência de instrução, o respectivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial, sob pena de preclusão. Notifique-se a Reclamada para, querendo, apresentar defesa, no prazo da lei, considerando-se as disposições do artigo 844 da CLT. Intime-se a Reclamante por seu procurador. Brasília, 20 de março de 2012. Oswaldo F. Neme Júnior, Juiz do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-696-94.2012.5.10.0007

Reclamante	David dos Carmelo Bayma
Advogado	CESAR ODAIR WELZEL(OAB: null)
Reclamado	Fiança - Serviços Gerais Ltda.
Reclamado	Fiança - Empresa de Segurança Ltda.
Reclamado	Vipasa - Vigilância Patrimonial Armada Ltda.
Reclamado	Aerosat Servicos Auxiliares de Transporte Aereo Ltda.
Reclamado	Christianno Transportes e Servicos Ltda.
Reclamado	Agropecuaria Rebeca Criação de Gado Ltda.
Reclamado	Taif Tecnologia e Serviços de Informática
Reclamado	Distrito Federal

(fls.27) Vistos, etc. 1. Fica designada audiência inaugural para o dia 11/07/2012, às 08:30 horas, a qual será realizada na sala de audiências da 7ª Vara do Trabalho (Av. W-3 Norte, Quadra 513, Lotes 02 e 03). 2. Haverá o fracionamento da audiência, com designação específica de pauta para instrução e julgamento, não havendo, pois, necessidade de comparecimento de testemunha na audiência inicial acima designada; na impossibilidade de comparecimento espontâneo de testemunhas para a audiência de instrução, o respectivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial, sob pena de preclusão. 3. Cite-se o 8º Reclamado, por mandado. 4. Após, citem-se as demais Reclamadas, bem como intime-se o(a) Reclamante, por seu procurador. Brasília/DF, 21 de março de 2012. Erica de Oliveira Angoti,
Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-709-93.2012.5.10.0007

Reclamante	Wilton Francisco Novais
Advogado	CARLA ANDREA ANTUNES CINTRA(OAB: null)
Reclamado	Fiança - Empresa de Segurança Ltda.
Reclamado	Vipasa - Vigilância Patrimonial Armada Ltda.
Reclamado	Distrito Federal

(fls.117) Vistos, etc. 1. Fica designada audiência inaugural para o dia 10/07/2012, às 08:55 horas, a qual será realizada na sala de audiências da 7ª Vara do Trabalho (Av. W-3 Norte, Quadra 513, Lotes 02 e 03). 2. Haverá o fracionamento da audiência, com designação específica de pauta para instrução e julgamento, não havendo, pois, necessidade de comparecimento de testemunha na audiência inicial acima designada; na impossibilidade de comparecimento espontâneo de testemunhas para a audiência de instrução, o respectivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial, sob pena de preclusão. 3. Cite-se o 3º Reclamado, por mandado. 4. Após, citem-se as 1ª e 2ª Reclamadas, bem como intime-se o(a) Reclamante, por seu procurador. Brasília/DF, 21 de março de 2012. Erica de Oliveira Angoti,
Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-716-85.2012.5.10.0007

Reclamante	Aldemir Silva Alves
Advogado	ANTONIO CARLOS SOBRAL ROLLEMBERG(OAB: null)
Reclamado	Fiança - Serviços Gerais Ltda.

(fls.28) Vistos, etc. 1. Fica designada audiência inaugural para o dia 13/07/2012, às 08:40 horas, a qual será realizada na sala de audiências da 7ª Vara do Trabalho (Av. W-3 Norte, Quadra 513, Lotes 02 e 03). 2. Haverá o fracionamento da audiência, com designação específica de pauta para instrução e julgamento, não havendo, pois, necessidade de comparecimento de testemunha na audiência inicial acima designada; na impossibilidade de comparecimento espontâneo de testemunhas para a audiência de instrução, o respectivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial, sob pena de preclusão. 3. Cite-se a Reclamada, bem como intime-se o Reclamante, por seu procurador. Brasília/DF, 23 de março de 2012. Erica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-719-74.2011.5.10.0007

Reclamante	Maxwell Gomes Henschel

Advogado	HOROZIMBO ALVES FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Farmaclin Drogaria e Perfumaria Ltda.
Advogado	RAQUEL CORAZZA(OAB: null)

(fls.218) Vistos, etc. 1. Ante a decisão de fls. 213/215, fica designada audiência de instrução para o dia 18/05/2012, às 09:45 horas. 2. Intimem-se as partes. Brasília, 28.3.12. ÉRICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-873-92.2011.5.10.0007

Reclamante	Maria dos Anjos Nascimento França
Advogado	ALDEMIO OGLIARI(OAB: null)
Reclamado	GW Restaurante Ltda. (Skina Mineira)
Advogado	ISAC SOARES CÂMARA(OAB: null)

(fls. 66) Vistos, etc. 1. Vista ao reclamante dos cálculos apresentados pelo reclamado, no prazo de 05 dias. 2. Intime-se. Brasília, 17/04/2012. OSWALDO FLORÊNCIO NEME JUNIOR, Juiz(a) do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-934-84.2010.5.10.0007

Reclamante	Maria Beatriz da Silva Conrado
Advogado	SIRLENE PEREIRA LIMA(OAB: null)
Reclamado	Fundacao de Gestao e Inovacao
Advogado	MOACIR AKIRA YAMAKAWA(OAB: null)
Reclamado	Paulo Celso dos Reis Gomes
Advogado	FREDERICO SOARES DE ARAGÃO(OAB: null)

(fls. 284) Vistos, etc. À vista da certidão negativa do oficial de justiça, intime-se o reclamante para ciência e manifestação no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos, o que fica desde já autorizado. Brasília, 16/04/2012. ERICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-964-85.2011.5.10.0007

Reclamante	Joana Lopes e Silva
Advogado	MARIA DE FÁTIMA MENDONÇA DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Personal Service Recursos Humanos e Assistência Empresarial Ltda
Advogado	ROBERTO DONATO BARBOZA PIRES DOS REIS(OAB: null)
Reclamado	Fundação Nacional de Apoio a Arte - Funarte
Advogado	MAURICIO NEVES ARBACH(OAB: null)

(fls. 296) ATO ORDINATÓRIO Artigo 162, § 4º do CPC. Vistos, etc. 1. Vista à reclamante e à 1ª reclamada do Recurso Ordinário interposto pela 2ª reclamada, no prazo sucessivo de 08 dias, a iniciar-se pelo reclamante. 2. Intime-se. Brasília, 17/04/2012. DARLON BATISTA DE OLIVEIRA, Assistente de Diretor de Secretaria.

Despacho

Processo Nº RT-1000-98.2009.5.10.0007

Processo Nº RT-10/2009-007-10-00.1

Reclamante	Cleber Selestino da Silva
Advogado	GENGIZCAN BRITO SIMOES(OAB: null)
Reclamado	Oceanair Linhas Aéreas Ltda.
Advogado	MARIA INES CALDEIRA P. DA SILVA MURGEL(OAB: null)

(fls.586) 2. Expedido o alvará, intime-se o Reclamante para recebimento do documento e da guia acostada à contracapa e requerer o que entender pertinente no prazo de 05 dias. 3. Comprovados os recolhimentos, ao arquivo definitivo, observando-se a existência de documentos originais juntados nos autos. Brasília, 18/04/2012. ERICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-1110-29.2011.5.10.0007

Reclamante	Miguel D'Oliveira Lins
Advogado	OSMAR LOBAO VERAS FILHO(OAB: null)
Reclamado	Fiança - Serviços Gerais Ltda.
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

(fls.334) (...) 2. Expedido o alvará, intime-se o Reclamante para recebimento do documento e requerer o que entender pertinente no prazo de 05 dias. 3. Comprovados os recolhimentos, ao arquivo definitivo, observando-se a existência de documentos originais juntados nos autos.
Brasília, 16/04/2012. ERICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-1141-49.2011.5.10.0007

Reclamante	Viviane Camargo Ferraz
Advogado	ANTONIO APARECIDO MATOS(OAB: null)
Reclamado	HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo
Advogado	MAURICIO DE FIGUEIREDO CORREA DA VEIGA(OAB: null)
Reclamado	Losango Promoções de Vendas Ltda.
Advogado	CAROLINE GOMES SERVO(OAB: null)

(Fls.612/623)(...)Por tais fundamentos, REJEITO a preliminar de inépcia da inicial, DECLARO prescrita a pretensão a eventuais parcelas anteriores a 26/7/2006 e, nesse ponto, JULGO EXTINTO o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, inciso IV, do CPC; e JULGO PROCEDENTE EM PARTE a postulação inicial, condenando de forma solidária as Reclamadas ao pagamento da verbas deferidas, nos termos da FUNDAMENTAÇÃO, que integra este DISPOSITIVO, para todos os efeitos legais.Liquidação por cálculos, observada a fundamentação. Acresçam-se ao valor da condenação os juros e a correção monetária, conforme Súmulas nºs. 200 e 381 do col. TST.Contribuições previdenciária e fiscal na forma da lei (Súmula nº 368 do col. TST). As horas extras e seus reflexos sobre gratificação natalina deverão sofrer a incidência das exações previdenciárias (artigo 832, § 3º, da CLT). Determino que cada parte arque a sua cota das contribuições previdenciárias, devendo a reclamada deduzir do crédito obreiro a cota-parte do empregado e comprovar o recolhimento nos autos. Custas pelos Reclamados, no importe de R$1.000,00 calculadas sobre R$50.000,00, valor atribuído provisoriamente à condenação. Intimem-se as partes. Brasília, 20 de abril de 2012. Oswaldo F. Neme Júnior
Juiz do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-1150-11.2011.5.10.0007

Reclamante	Sidney Aparecido Monteiro da Silva
Advogado	LUIS EDUARDO BRUNS DE MORAES(OAB: null)
Reclamado	Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A.
Advogado	DIEGO VEGA POSSEBON DA SILVA(OAB: null)

(fls.339/347) (...) III - DISPOSITIVO Ex positis, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por SIDNEY APARECIDO MONTEIRO DA SILVA, condenando

STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A. a pagar ao reclamante as verbas deferidas no curso da fundamentação, que passa a integrar o dispositivo. Liquidação por cálculos, observada a fundamentação. Acresçam-se ao valor da condenação os juros e a correção monetária, conforme Súmulas nºs 200 e 381 do TST. Descontos fiscais na forma da lei, observando-se a Súmula nº 368 e Orientações Jurisprudenciais nºs 363 e 400, todas do TST e os Provimentos nº 01/96 e 03/2005 da Corregedoria -Geral da Justiça do Trabalho/TST. Após o trânsito em julgado, expeça-se requisição de pagamento de honorários periciais, nos termos da Portaria PRE-DGJUD nº 1, de 2011, do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. A reclamada deve comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias, nos termos da fundamentação, sob pena de execução. Custas devidas pela reclamada no valor de R$ 40,00, calculadas sobre R$ 2.000,00, valor provisoriamente arbitrado à condenação. Publique-se. Brasília, 20 de abril de 2012. Érica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho Substituta.

Despacho

Processo Nº RT-1158-85.2011.5.10.0007

Reclamante	Francisco Rodrigues Carvalho
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Conservo Brasilia Servicos Tecnicos Ltda

(fls..110) (...)5.Após, intime-se o reclamante para, no prazo de 05 dias, requerer o que entender pertinente, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório, o que fica desde já determinado. Brasília, 01/03/2012.OSWALDO FLORÊNCIO NEME JUNIOR, Juiz(a) do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-1164-92.2011.5.10.0007

Reclamante	Joao Batista Rodrigues de Carvalho
Advogado	ALDEMIO OGLIARI(OAB: null)
Reclamado	Academia de Tenis Resort Ltda
Advogado	THIAGO DINIZ SEIXAS(OAB: null)

(fls. 209) Vistos os autos. Manifeste-se o reclamante sobre as alegações do perito de fls. 206 no prazo de 5 dias, viabilizando a realização da perícia, sob pena de se considerar que desistiu da prova pericial. Determino a retirada do feito da pauta de audiências do dia 16/05/2012. Após a manifestação do autor ou decorrido o prazo, voltem conclusos. Publique-se.
Brasília, 13 de abril de 2012. Érica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho Substituta.

Despacho

Processo Nº RT-1169-51.2010.5.10.0007

Reclamante	Érica Almeida de Araújo
Advogado	LUIZ GONZAGA BAIÃO(OAB: null)
Reclamado	Jireh Consultoria Empresarial Ltda.
Reclamado	Gerson Fogolin Filho
Reclamado	Ana Maria Santos

(fls.105) 2. Expedido o alvará, intime-se o Reclamante para recebimento do documento e requerer o que entender pertinente no prazo de 05 dias. 1. Comprovados os recolhimentos, ao arquivo definitivo, observando-se a existência de documentos originais juntados nos autos.
Brasília, 20/04/2012. ÉRICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-1224-02.2010.5.10.0007

Reclamante	José Jameson Lima de Melo
Advogado	MOACIR AKIRA YAMAKAWA(OAB: null)
Reclamado	Linknet Tecnologia e Telecomunicações Ltda.
Advogado	WALDIR RAMOS DA SILVA(OAB: null)

(fls. 182) Vistos, etc. 1. Vista ao reclamante da resposta ao Ofício nº 321/2012. 2. Intime-se. Brasília, 17/04/2012. OSWALDO FLORÊNCIO NEME JUNIOR, Juiz(a) do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-1293-97.2011.5.10.0007

Reclamante	Antonia Mendes de Sousa
Advogado	LUIZ FERNANDO CARVALHO MACIEL(OAB: null)
Reclamado	Maria de Lourdes Batista Dos Santos
Advogado	VALNEI CARVALHO BARBOSA(OAB: null)

(fls. 66) Vistos, etc. Intime-se o reclamante para fornecer o nº de seu NIT, no prazo de 05 dias, para fins de recolhimentos previdenciários. Brasília, 16/04/2012. ÉRICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-1400-44.2011.5.10.0007

Reclamante	Guilherme Lima da Silva
Advogado	ALDEMIO OGLIARI(OAB: null)
Reclamado	E.C.A. Comercial de Alimentos Ltda (Recuperação Judicial)
Advogado	FREDERICO RAPOSO DE MELO(OAB: null)

(fls.109) ATO(S) ORDINATÓRIO(S)-Art. 162, §4º (CPC) - Vistos, etc. Cumpra-se o item 2 do despacho de fls. 107. Brasília/DF, 19 de abril de 2012. Cláudio Bittencourt de Pinho, Diretor de Secretaria. (fls.107) 1. Apresentada a CTPS, proceda a Secretaria à anotação na CTPS obreira. 2. Após, intime-se o reclamante para recebimento do documento e das guias juntadas nos autos, no prazo de 05 dias, conforme determinado às fls. 103/104, devendo comprovar os valores levantados para fins de compensação junto à Contadoria Judicial, no mesmo prazo.
3. Cumpridas as determinações, à Contadoria para liquidação do feito. Brasília, 13.3.12. Oswaldo Florêncio Neme Júnior, Juiz do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-1420-35.2011.5.10.0007

Reclamante	Renato Frota dos Santos
Advogado	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Fiança - Empresa de Segurança Ltda.
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Vipasa - Vigilância Patrimonial Armada Ltda.
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

(fls.104) Vistos, etc. 1. Homologo os cálculos de atualização, fixando o débito exequendo em R$ 14.435,43. 2. Considero penhorada a importância acima referida, a ser deduzida do saldo existente na conta judicial nº 042.04925730-2 (processo nº 1665/2010, em curso nesta 7ª Vara do Trabalho). 3. Intimem-se as Reclamadas, para os fins do art.884/CLT. Brasília/DF, 20 de abril de 2012. Erica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-1498-29.2011.5.10.0007

Reclamante	Josue Paulo de Oliveira
Advogado	JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Fiança -Empresa de Segurança Ltda.
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

Reclamado	Vipasa - Vigilância Patrimonial Armada Ltda.
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

(fls.90) Vistos, etc. 1.À vista do ofício encaminhado pela 3ª Vara de Família Órfãos e Sucessões de Ceilândia, susto por hora a liberação do despacho com força de alvará acostado à contracapa dos autos. 2.Expeça-se ofício à 3 ª Vara de Família Órfãos e Sucessões de Ceilândia, prestando as informações solicitadas, bem como fornecendo cópia deste despacho. 3.Intime-se o reclamante. Brasília, 23/04/2012. ERICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-1507-88.2011.5.10.0007

Reclamante	Ubaldo de Assis Bernardes
Advogado	JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Fiança - Empresa de Segurança Ltda.
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Vipasa - Vigilância Patrimonial Armada Ltda.
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

(fls.100)Vistos, etc. 1. Homologo os cálculos de atualização, fixando o débito exequendo em R$ 13.295,02. 2. Considero penhorada a importância acima referida, a ser deduzida do saldo existente na conta judicial nº 042.04925730-2 (processo nº 1665/2010, em curso nesta 7ª Vara do Trabalho). 3. Intimem-se as Reclamadas, para os fins do art.884/CLT. Brasília/DF, 23 de abril de 2012. Erica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-1570-16.2011.5.10.0007

Reclamante	Cleberson Rocha Pimentel
Advogado	JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Fiança - Empresa de Segurança Ltda.
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Vipasa - Vigilância Patrimonial Armada Ltda.
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

(fls.82) Vistos, etc. 1. Homologo os cálculos de atualização, fixando o débito exequendo em R$ 5.994,84. 2. Considero penhorada a importância acima referida, a ser deduzida do saldo existente na conta judicial nº 042.04925730-2 (processo nº 1665/2010, em curso nesta 7ª Vara do Trabalho). 3. Intimem-se as Reclamadas, para os fins do art.884/CLT. Brasília/DF, 20 de abril de 2012. Erica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-1679-30.2011.5.10.0007

Reclamante	Agilon da Silva Dias
Advogado	SEBASTIÃO PEREIRA GOMES(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locação, Serviços, Construção Civil e Mineração Ltda.
Reclamado	Alessandro Facundes Bonfim Bezerra
Reclamado	Silvio Pimenta Vieira
Reclamado	Irenice Maria de Ávila Pimenta Vieira

(fls.100) Vistos, etc. 1. Acoste-se à contracapa a CTPS do(a) Reclamante. 2. Proceda a Secretaria às devidas anotações na CTPS do(a)Reclamante. 3. Efetuadas as anotações, intime-se o(a) Reclamante para o recebimento, no prazo legal. Brasília, 20/04/2012. ERICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-1691-44.2011.5.10.0007

Reclamante	Raimundo da Costa Rabelo
Advogado	JOÃO TEIXEIRA DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Construtora Leão de Ouro Ltda.
Advogado	JOSE ORLANDO DE AMORIM(OAB: null)
Reclamado	Brookfield MB Engenharia Empreendimentos Imobiliários S.A.
Advogado	DANIEL BATTIPAGLIA SGAI(OAB: null)

(Fls.93/94)DECISÃO - BROOKFIELD MB ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. opôs Embargos de Declaração em face dos termos da sentença prolatada nos autos do processo identificado em epígrafe. Instado a se manifestar, o embargado pronunciou-se às fls. 90/91.

Por serem tempestivos, conheço dos Embargos de Declaração opostos. Busca a embargante sanar os alegados vícios que entende existir na sentença objurgada. No entanto, razão não lhe assiste. Verifica-se que este Juízo externou claramente o seu posicionamento, considerando os elementos constantes dos autos e em sentido contrário aos argumentos postos pela embargante.

A matéria trazida a debate encontra-se, na verdade, devidamente apreciada, daí a impertinência dos argumentos formulados, ante a ausência dos requisitos inscritos nos arts. 535 do CPC e 897-A da CLT que ensejam a oposição do remédio jurídico intentado.

Não concordando com os fundamentos da decisão prolatada, deve a embargante valer-se do recurso próprio, sendo certo que a revisão do julgado, como se pretende na oportunidade, há de ser intentada perante a 2ª Instância, sendo obviamente descabida no Juízo de 1º Grau.

Com efeito, a decisão atacada não se mostra passível de qualquer retificação no âmbito estreito da via dos embargos de declaração, tendo abordado e solucionado as questões debatidas naquilo que considerou relevante. Ante o exposto, este Juízo resolve CONHECER dos Embargos de Declaração opostos, por serem tempestivos e, no mérito, REJEITÁ-LOS, por não divisar no julgado os vícios indicados pela embargante. Publique-se para conhecimento das partes.Brasília-DF, 23 de abril de 2012 - Érica de Oliveira Angoti - Juíza do Trabalho Substituta

Despacho

Processo Nº RT-1781-52.2011.5.10.0007

Reclamante	Francisca Alves de Sousa Lima
Advogado	ANTÔNIO MARQUES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	ANGELICA CRISTINA CONCEIÇÃO DUTRA(OAB: null)

(Fls.135/136)DECISÃO - FRANCISCA ALVES DE SOUSA LIMA opôs Embargos de Declaração em face dos termos da sentença prolatada nos autos do processo identificado em epígrafe.

Instada a se manifestar, a embargada pronunciou-se às fls. 128/133.

Por serem tempestivos, conheço dos Embargos de Declaração opostos.Busca a embargante sanar os alegados vícios que entende existir na sentença objurgada.No entanto, razão não lhe assiste.Verifica-se que este Juízo externou claramente o seu posicionamento, considerando os elementos constantes dos autos e em sentido contrário aos argumentos postos pela embargante.A matéria trazida a debate encontra-se, na verdade, devidamente apreciada, daí a impertinência dos argumentos formulados, ante a ausência dos requisitos inscritos nos arts. 535 do CPC e 897-A da CLT que ensejam a oposição do remédio jurídico intentado. Não concordando com os fundamentos da decisão prolatada, deve a embargante valer-se do recurso próprio, sendo certo que a revisão

do julgado, como se pretende na oportunidade, há de ser intentada perante a 2ª Instância, sendo obviamente descabida no Juízo de 1º Grau. Com efeito, a decisão atacada não se mostra passível de qualquer retificação no âmbito estreito da via dos embargos de declaração, tendo abordado e solucionado as questões debatidas naquilo que considerou relevante. Ante o exposto, este Juízo resolve CONHECER dos Embargos de Declaração opostos, por serem tempestivos e, no mérito, REJEITÁ-LOS, por não divisar no julgado os vícios indicados pela embargante. Publique-se para conhecimento das partes. Brasília-DF, 23 de abril de 2012 - Érica de Oliveira Angoti
Juíza do Trabalho Substituta

Despacho

Processo Nº RT-2063-90.2011.5.10.0007

Reclamante	Deusdedit Matias Chaves
Reclamado	GVB Serviços de Limpeza e Conservação Ltda
Advogado	DANIEL AUGUSTO NITSCHKE(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	PAULA RODRIGUES DA SILVA(OAB: null)

(FLS. 183/191) S E N T E N Ç A. (...) CONCLUSÃO. Ex positis, a 7ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA -DF declara a incompetência desta Justiça em matéria previdenciária, rejeita a preliminar de carência de ação e, no mérito, julga procedente em parte o pedido formulado por DEUSDEDITH MATIAS CHAVES, em face de GVB SERVIÇOS, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA e BANCO DO BRASIL S/A, para declarar a responsabilidade subsidiária da segunda reclamada e condenar a primeira reclamada ao cumprimento das obrigações e pagamento das verbas deferidas, no prazo de 5 dias a partir do trânsito em julgado, tudo conforme fundamentação retro que passa a fazer parte deste dispositivo como se nele estivesse. Liquidação da sentença, contribuições previdenciárias e IR na forma da fundamentação. À parte autora foi deferido o benefício da justiça gratuita. Custas sobre o valor da condenação, ora arbitrado em R$ 5.000,00, no importe de R$ 100,00, pela primeira reclamada. INTIMEM-SE AS PARTES, OBSERVANDO-SE A PRERROGATIVA DO ENVIO DOS AUTOS À DEFENSORIA PÚBLICA, QUE ORA ASSISTE A PARTE AUTORA. MARIA SOCORRO DE SOUZA LOBO, Juíza do Trabalho Substituta.

Despacho

Processo Nº RT-2084-66.2011.5.10.0007

Reclamante	Tiago Veríssimo do Nascimento Silva
Advogado	MARCELO BARBOSA COELHO(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Serviços Especializados Ltda.
Advogado	THIAGO BEZE(OAB: null)

(fls. 86) Vistos, etc. Intime-se a reclamada para apresentar os documentos solicitados pela Contadoria, necessários à liquidação do feito, no prazo de 05 dias. Brasília, 18/04/2012. ERICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-2090-73.2011.5.10.0007

Reclamante	Homero Pereira de Oliveira
Advogado	PATRÍCIA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Adservis Multiperfil Ltda.
Reclamado	Adser Servicos Ltda
Reclamado	Adservis Telemarketing e Informática Ltda.
Reclamado	União Federal (Câmara dos Deputados)

(fls. 281/292) III - DISPOSITIVO Ex positis, conforme determina o § 5º do artigo 219 do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.280/2006, declaro a prescrição total da pretensão relativa ao primeiro contrato de trabalho, e no particular, julgo extinto o processo com apreciação do mérito, nos termos do artigo 269, IV do CPC. No mais, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por HOMERO PEREIRA DE OLIVEIRA, condenando ADSERVIS MULTIPERFIL LTDA, ADSER SERVIÇOS LTDA e ADSERVIS TELEMARKETING E INFORMÁTICA LTDA a pagar ao reclamante, de forma solidária, as verbas deferidas no curso da fundamentação, que passa a integrar o dispositivo, além de cumprir a obrigação de fazer ali delineada. Indefiro os demais pleitos.
Em relação à reclamada UNIÃO, julgo IMPROCEDENTE o pedido. Liquidação por cálculos, observada a fundamentação. Acresçam-se ao valor da condenação os juros e a correção monetária, conforme Súmulas nºs 200 e 381 do TST. Descontos fiscais na forma da lei, observando-se a Súmula nº 368 do TST, as Orientações Jurisprudenciais nºs 363 e 400 da SBDI-1 do TST e os Provimentos nº 01/96 e 03/2005 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho/TST. As três primeiras reclamadas devem comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias, nos termos da fundamentação, sob pena de execução. Custas devidas pelas primeira, segunda e terceira reclamadas no valor de R$ 140,00, calculadas sobre R$ 7.000,00, valor provisoriamente arbitrado à condenação. Publique-se. Notifiquem-se todas as reclamadas, sendo as três primeiras por edital e a última, de forma pessoal. Brasília, 11 de abril de 2012. Érica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho Substituta.

Despacho

Processo Nº RT-2169-52.2011.5.10.0007

Reclamante	David Pereira da Silva
Advogado	ESTEVAO RAMOS MUNIZ(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal
Advogado	ELISA ALENCAR MENEZES DE LIMA(OAB: null)
Reclamado	Fundação dos Economiários Federais - Funcef
Advogado	LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO(OAB: null)

(fls.750/757) ... CONCLUSÃO Ex positis, a 7ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF rejeita as preliminares de incompetência material e carência de ação e, no mérito, rejeita a prescrição e julga procedente em parte o pedido formulado por DAVID PEREIRA DA SILVA, em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF, para declarar a responsabilidade solidária da segunda reclamada e condenar as demandadas, nos limites de sua responsabilidade ao cumprimento das obrigações, no prazo de 5 dias a contar do trânsito em julgado, tudo conforme motivação retro que passa a fazer parte deste dispositivo como se nele estivesse. A liquidação far-se-á por cálculos, se necessária, na forma da fundamentação.
Ao reclamante foi deferido o benefício da justiça gratuita. Custas sobre o valor da condenação, ora arbitrado em R$ 4.000,00, no importe de R$ 80,00, pelas reclamadas.
INTIMEM-SE AS PARTES. MARIA SOCORRO DE SOUZA LOBO, Juíza do Trabalho Substituta.

Despacho

Processo Nº RT-2193-80.2011.5.10.0007

Reclamante	Valdenrok dos Anjos Passos

Advogado	GUSTAVO PEREIRA GOMES(OAB: null)
Reclamado	Shopping do Panificador Comércio de Alimentos Ltda - Mais Atacadista
Advogado	OSÉIAS NASCIMENTO DE OLIVEIRA(OAB: null)

(fls. 66/68) SENTENÇA. (...) Isso posto, julgo PROCEDENTE EM PARTE esta reclamação, para condenar a Reclamada a pagar ao Reclamante, com juros e correção monetária, os valores relativos ao auxílio alimentação, e a multa convencional, tudo nos termos e limites da FUNDAMENTAÇÃO supra, que integra este DISPOSITIVO para todos os fins. As verbas da condenação não têm natureza de salário de contribuição (art. 832, § 3º, da CLT). Custas pela Reclamada, no importe de R$30,00, calculadas sobre R$1.500,00, valor arbitrado à condenação. Intimem-se as partes. Nada mais. Brasília, 12 de abril de 2012. Oswaldo F. Neme Jr., Juiz do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-2194-65.2011.5.10.0007

Reclamante	Cícero José Valdevino da Silva
Advogado	ANTÔNIO MARQUES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	ANGELICA CRISTINA CONCEIÇÃO DUTRA(OAB: null)

(fls. 102) ATO ORDINATÓRIO Artigo 162, § 4º do CPC. Vistos, etc. 1. Vista à reclamada do Recurso Ordinário interposto pela reclamante, no prazo de 08 dias. 2. Intime-se. Brasília, 13/04/2012. DARLON BATISTA DE OLIVEIRA, Assistente de Diretor de Secretaria.

Despacho

Processo Nº RT-8800-80.2009.5.10.0007

Processo Nº RT-88/2009-007-10-00.6

Reclamante	Georgina da Silva Pedro
Advogado	FLAVIA NAVES SANTOS PENA(OAB: null)
Reclamado	Telemont Engenharia de Telecomunicações S. A.
Advogado	FLÁVIA CRISTINA DEUSDARÁ ROSA(OAB: null)

(fls. 517)ATO ORDINATÓRIO ARTIGO 162, § 4º DO CPC - Vistos, etc. 1.Vista ao(à) Reclamante, no prazo legal, do recurso ordinário interposto pela parte contrária. 2.Intime-se. Brasília, 19/04/2012. DARLON BATISTA DE OLIVEIRA, Assistente do Diretor de Secretaria.

Despacho

Processo Nº RT-33800-97.2000.5.10.0007

Processo Nº RT-338/2000-007-10-00.0

Reclamante	Juarez Araujo Barros
Advogado	ELPIDIO ARAUJO NERIS(OAB: null)
Reclamado	CONSTRUTORA LDN LTDA
Advogado	LUSIMAR VOLNEY POVOA(OAB: null)

(fls.313) Vistos, etc. 1.Cumpra-se novamente o item 3 do despacho de fls. 306.(...)(fls.306) 3.Após, intime-se o advogado dos Reclamantes para que informe a este Juízo, no prazo de 05 dias, o PIS/PASEP dos Reclamantes para fins de recolhimento do INSS (cota-parte dos empregados e cota-parte do empregador) e expedição de alvará para levantamento da parcela fiscal, deduzida indevidamente quando da expedição do alvará de fls. 268. 4. Após, será liberado à Reclamada o saldo remanescente existente na conta judicial nº 042.02076437-0, para fins de remessa dos autos ao arquivo definitivo. Brasília/DF, 11 de janeiro de 2012. Erica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-38900-52.2008.5.10.0007

Processo Nº RT-389/2008-007-10-00.9

Reclamante	Patrícia Pereira dos Santos
Advogado	ADRIANE NOBLE CORDEIRO(OAB: null)
Reclamado	J. Machado Rodrigues de Souza - ME
Reclamado	Jose Machado Rodrigues de Souza

(fls.160) Vistos, etc. 1. Indefiro a expedição de mandado de protesto notarial, ante os termos do Ofício GCGJT nº 182/2011, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.
2. Intime-se a Reclamante para que requeira, no prazo de 05 dias, o que entender pertinente, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório. Brasília/DF, 23 de abril de 2012. Erica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-66000-50.2006.5.10.0007

Processo Nº RT-660/2006-007-10-00.4

Reclamante	NORBERTO DE ARAUJO COSTA
Advogado	RANIERI LIMA RESENDE(OAB: null)
Reclamado	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
Advogado	AGNALDO NUNES DA SILVA(OAB: null)

(fls.475) ATO(S) ORDINATÓRIO(S) - Art. 162, § 4º (CPC) - Vistos, etc. 1. Vista ao Reclamante, no prazo legal, dos embargos à execução opostos pela Reclamada. 2. Intime-se.
Brasília/DF, 24 de abril de 2012. Claudio Bittencourt de Pinho, Diretor de Secretaria.

Despacho

Processo Nº RT-92400-33.2008.5.10.0007

Processo Nº RT-924/2008-007-10-00.1

Reclamante	Francisca Carneiro de Aguiar
Advogado	MARCEL BATISTA YOKOMIZO(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal
Advogado	ELGA LUSTOSA DE MOURA(OAB: null)

(fls. 1205/1207) IMPUGNAÇÃO À CONTA. (...) ISSO POSTO, conheço da impugnação para, no mérito, ACOLHÊ-LA parcialmente, nos termos da fundamentação supra. Noto que a douta Contadoria apresenta novos cálculos contendo as alterações estabelecidas nesta decisão. Assim, homologo os cálculos de fls. 1.196/1.203, fixando o débito da executada em R$ 87.182,59, valores atualizados até 31/07/2011. Intimem-se as partes. Brasília, 16 de abril de 2012. OSWALDO F. NEME JÚNIOR, Juiz do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-100000-76.2006.5.10.0007

Processo Nº RT-1000/2006-007-10-00.0

Reclamante	João Marcelo de Souza Rosa
Advogado	RÉGIS CAJATY BARBOSA BRAGA(OAB: null)
Reclamado	Varig S.A. (Viação Aérea Rio Grandense)
Advogado	EDUARDO ALBUQUERQUE SANT'ANNA(OAB: null)
Reclamado	Sata Serviço Auxiliar de Transporte Aéreo S.A.
Advogado	PAULO ROBERTO MOGLIA THOMPSON FLORES(OAB: null)
Reclamado	Companhia Tropical de Hotéis da Amazônia

Advogado	EDUARDO ALBUQUERQUE SANT'ANNA(OAB: null)
Reclamado	VRG Linhas Aéreas S/A
Advogado	OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: null)
Reclamado	Varig Logística S.A. - Variglog
Advogado	OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: null)

(fls.1219) Vistos, etc. 1. Expeça-se alvará ao(à) 5º reclamado(a) para levantamento do(s) depósito(s) recursal(is) de fls. 977, intimando-o(a) para o recebimento no prazo de 05 dias.
2. Recebido o alvará, remetam-se os autos ao arquivo definitivo. Brasília, 18/04/2012. ERICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-104700-90.2009.5.10.0007

Processo Nº RT-1047/2009-007-10-00.7

Reclamante	Cristina Ferreira Dutra
Advogado	PAULA ECHAMENDE LINDOSO BAUMANN(OAB: null)
Reclamado	Montana Solucoes Corporativas Ltda (n/p síndica Maria José Rodrigues Fróes)
Advogado	GISELE VIEIRA DA SILVA JANTALIA(OAB: null)
Reclamado	União Federal

(fls.254) Vistos, etc. Intime-se o reclamante para, no prazo de 05 dias, requerer o que entender pertinente, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório. Brasília, 23/04/2012. ERICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-109000-76.2001.5.10.0007

Processo Nº RT-1090/2001-007-10-00.5

Reclamante	VALDERI FERREIRA BRANDAO
Advogado	PAULO FERNANDO DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Construtora Lobato Ltda Epp
Advogado	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: null)

(fls.71) Vistos, etc. 1. À vista dos termos da petição de fls. 70, revogo o despacho de fls. 69. 2. Defiro o desentranhamento das peças de fls. 66/68. 3. Intime-se a Reclamada para recebimento da petição, no prazo de 05 dias. 4. Cumpra-se o item 9 do despacho de fls.65.
Brasília, 23/04/2012. ERICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-113900-30.1986.5.10.0007

Processo Nº RT-1139/1986-007-10-00.0

Reclamante	MARIA DEUSAMAR RIBEIRO
Advogado	EUNICE PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	SO ELA CALCADOS LTDA
Advogado	JOAO SILVANO DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	João Misael da Silva e Beltrata Maria da Silva

(fls.336) Vistos, etc. Expeça-se alvará à Reclamante em nome do se advogado Dr. João Américo Pinheiro Martins, OAB/DF 10.434, para levantamento do saldo existente na conta Judicial nº 042.020829839, intimando-o(a) para o recebimento, no prazo legal. Brasília, 20/04/2012.
ERICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-114700-53.1989.5.10.0007

Processo Nº RT-1147/1989-007-10-00.9

Reclamante	JORGE PEREIRA DA SILVA
Advogado	RENAULT CAMPOS LIMA(OAB: null)
Reclamado	CONFEDERAL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/A

(fls.404)Vistos, etc. 1. Expeça-se alvará à Reclamada, em nome do representante legal José de Souza Soares, para levantamento do depósito recursal de fls. 222, intimando-a para o recebimento, no prazo de 05 dias. 2. Após, remetam-se os autos ao arquivo definitivo. Brasília/DF, 19 de abril de 2012. Oswaldo Florencio Neme Junior, Juiz do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-116400-78.2000.5.10.0007

Processo Nº RT-1164/2000-007-10-00.2

Reclamante	CLAUDIO LACERDA RODRIGUES
Advogado	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: null)
Reclamado	GRA CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA (NA PESSOA DO SÓCIO ADALCINO RODRIGUES PEREIRA)
Advogado	RITA CRISTINA SZERVINSK(OAB: null)
Reclamado	CONSTRUTORA NOVA GAMA LTDA
Advogado	JOSE EDUARDO C DE FREITAS(OAB: null)

(fls. 141) Vistos, etc. 1. Mantenho o despacho de fls. 136. 2. Recebo a petição de fls. 137/139 como Agravo de Petição. 3. Intimem-se os reclamados para vista do Agravo de Petição interposto pela reclamante, no prazo de 08 dias. Brasília, 16/04/2012. ERICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-123800-66.1988.5.10.0007

Processo Nº RT-1238/1988-007-10-00.3

Reclamante	EDISON CARLOS MENDONCA DOS REIS (10)
Advogado	RUY JORGE CALDAS PEREIRA(OAB: null)
Reclamado	FUNDACAO HOSPITALAR DO DF
Advogado	GERALDO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)

(fls.250)ATO(S) ORDINATÓRIO(S) - Art. 162, § 4º (CPC)- Vistos, etc. 1.Vista à reclamada, no prazo legal, do agravo de petição interposto pelos Reclamantes. 2.Intime-se. Brasília, 20/04/2012. DARLON BATISTA DE OLIVEIRA, Assistente do Diretor de Secretaria.

Despacho

Processo Nº RT-126000-45.2008.5.10.0007

Processo Nº RT-1260/2008-007-10-00.8

Reclamante	Valter Gonçalves da Silva júnior
Advogado	GENGIZCAN BRITO SIMOES(OAB: null)
Reclamado	R . a . a . - Servicos Aeroportuarios Ltda
Advogado	NORMANDO AUGUSTO CAVALCANTI JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	TAM Linhas Aéreas S.A.
Advogado	BIANCA BASSOA REINSTEIN(OAB: null)
Reclamado	Marcelo Tadeu de Angelis
Reclamado	Marcos Tadeu de Angelis

(fls.523) ATO ORDINATÓRIO Artigo 162, § 4º do CPC - Vistos, etc. Cumpra-se o item 7 do despacho de fls.510. Brasília, 16/04/2012. DARLON BATISTA DE OLIVEIRA, Assistente de

Diretor de Secretaria. (fls.510) 7. Ato contínuo, expeça-se alvará ao(à) 2ª reclamado(a) para levantamento do(s) depósito(s) recursal(is) de fls. 391 (R$ 5.621,90 em 25.11.09), intimando-o(a) para o recebimento no prazo de 05 dias. 8. Recebida a guia pelo perito e o alvará pela 2ª reclamada, ao arquivo definitivo, observando-se a existência de documentos originais juntados nos autos. Brasília, 07.03.12. ÉRICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-138900-26.2009.5.10.0007

Processo Nº RT-1389/2009-007-10-00.7

Reclamante	Jane Suely Silveira
Advogado	MURILO GUSTAVO FAGUNDES(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal
Advogado	JOAO CARDOSO DA SILVA(OAB: null)

(fls.1240) (...) 2. Expedido o alvará, intime-se o(a) Reclamante para o recebimento, bem como para requerer o que entender pertinente, no prazo de 05 dias. 3. Decorrido o prazo, sem manifestação, expeça-se alvará à reclamada para levantamento do depósito recursal de fls. 1031. 4. Expedido o alvará, intime-se a reclamada para receber o documento no prazo de 05 dias. 5. Após, remetam-se os autos ao arquivo definitivo, observando as formalidades legais.
Brasília, 16/04/2012. ERICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-159400-16.2009.5.10.0007

Processo Nº RT-1594/2009-007-10-00.2

Reclamante	Mara Stella Mignon Marquez de Oliveira
Advogado	LIZETE GUIMARÃES DE OLIVEIRA PARREIRA(OAB: null)
Reclamado	D'Corline Conservação e Limpeza Ltda.
Reclamado	União (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio)

(fls. 328) Vistos, etc. 1. Expeça-se alvará à Reclamante em nome do advogado Lizete G. de O. Parreira - OAB nº 28.577 - DF para levantamento da importância correspondente aos valores indicados, bem como que se proceda aos recolhimentos, na forma abaixo discriminada, cujos valores deverão ser deduzidos do saldo existente na conta judicial nº. 042/04932529-4. (...) 3. Intime-se o(a) Reclamante para o recebimento do documento e requerer o que entender pertinente no prazo de 05 dias. (...) Brasília, 16/04/2012. ERICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-165100-76.1986.5.10.0007

Processo Nº RT-1651/1986-007-10-00.6

Reclamante	LUCAS OLIVEIRA FRANA
Reclamado	Perdigao Agroindustrial S/A
Advogado	MARIA LOPES DE MORAIS(OAB: null)

(Fls.142)Vistos, etc. 1. Libere-se à Reclamada a guia de levantamento acostada à contracapa, intimando-a para o recebimento, no prazo de 05 dias. 2. Após, remetam-se os autos ao arquivo definitivo. Brasília/DF, 29 de fevereiro de 2012. Erica de Oliveira Angoti - Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-177900-33.2009.5.10.0007

Processo Nº RT-1779/2009-007-10-00.7

Reclamante	Martiniano da cruz Oliveira
Advogado	GIZELE BRUM CHAVES DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Capital Empresa de Servicos Gerais Limitada
Reclamado	União Federal

(fls.403/409)(...) ISSO POSTO, conheço dos presentes embargos e, no mérito, decido ACOLHÊ-LOS, parcialmente, nos termos da fundamentação supra, que passa a fazer parte integrante deste dispositivo. Intimem-se as partes. Brasília, 18 de abril de 2012. OSWALDO F. NEME JÚNIOR, Juiz do Trabalho.

8ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-86-60.2011.5.10.0008

Reclamante	Sebastiao Rodrigues da Silva
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	ALISSON EVANGELISTA SILVA(OAB: null)

AS PARTES: "Vistos os autos.

Convolo em penhora a quantia amealhada via bacen jud.
Uma vez que plenamente garantida a execução, intimem-se as partes para os fins do art. 884 da CLT.
Prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, iniciando-se pelo Réu.
D. S.

Urgel Ribeiro Pereira Lopes
Juiz Titular 8ª VT/DF".

Despacho

Processo Nº RT-51700-75.2009.5.10.0008

Processo Nº RT-517/2009-008-10-00.1

Reclamante	SEGREDO DE JUSTIÇA
Advogado	HUGO MORAES PEREIRA DE LUCENA(OAB: null)
Reclamado	SEGREDO DE JUSTIÇA
Advogado	VERA ELIZA MULLER(OAB: null)
Reclamado	SEGREDO DE JUSTIÇA
Advogado	JOÃO PAULO INACIO DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	SEGREDO DE JUSTIÇA
Advogado	WELLINGTON DE QUEIROZ(OAB: null)

Ao sócio Etevaldo Dias - : "O prazo de cinco dias para retirada de certidão".
Juiz do Trabalho URGEL RIBEIRO PEREIRA LOPES

Despacho

Processo Nº RT-63400-92.2002.5.10.0008

Processo Nº RT-634/2002-008-10-00.9

Reclamante	WALTER LUIZ VINHAL JUNIOR
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
Advogado	JOSELITO NOVAIS DE OLIVEIRA(OAB: null)

AS PARTES: "Vistos os autos.

Uma vez que plenamente garantida a execução, intimem-se as

partes para os fins do art. 884 da CLT.

Prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, iniciando-se pelo Réu.

D. S.

Urgel Ribeiro Pereira Lopes

Juiz Titular 8ª VT/DF".

Despacho

Processo Nº RT-100200-56.2001.5.10.0008

Processo Nº RT-1002/2001-008-10-00.1

Reclamante	ADAO AILTON FARIAS SOUSA
Advogado	ROSA MARIA FERNANDES TROINA GOMES(OAB: null)
Reclamado	Devillon Comercio de Artigos P Pres e Armarinho Ltda
Reclamado	Elizabeth Dias
Advogado	EDEN LINO DE CASTRO(OAB: null)
Reclamado	Telma Dantas Cavaleiro

À RÉ - ELISABETH DIAS: "Vistos os autos.

Convolo em penhora a quantia amealhada via bacen jud.

Intime-se a Executada ELISABETH DIAS para ciência do gravame, bem como para complementar a quantia remanescente devida, sob pena de liberação do montante captado e posterior prosseguimento da execução em relação à diferença.

D. S.

Urgel Ribeiro Pereira Lopes

Juiz Titular 8ª VT/DF".

9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-12-66.2012.5.10.0009

Reclamante	Benjamim Adriano Pereira
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	CELMA NUNES FRANCO OSÓRIO(OAB: null)

Decisão de fls.94/95:"Por tais fundamentos, decide a 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF julgar IMPROCEDENTE a totalidade dos pedidos formulados na presente reclamação trabalhista.Custas pelo reclamante, no importe de R$500,00 (quinhentos reais), calculadas sobre R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), valor atribuído à causa na petição inicial, dispensado o pagamento, na forma da lei.É reconhecida ao reclamante a justiça gratuita, em face da declaração de fl.14." Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-158-78.2010.5.10.0009

Reclamante	Eduardo Zacarias dos Santos
Advogado	PEDRO MARTINS FILHO(OAB: null)
Reclamado	Hiperforma Construtora Positiva Ltda.
Advogado	CARLOS HERNANI DINELLY FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Brasal Incorporações e Construções de Imóveis Ltda.
Advogado	MARIAH FAGUNDES ROSA DE FARIAS(OAB: null)

Vistos etc. Homologo os cálculos de fls. 214/218 e fixo à execução o valor de R$111,36 (cento e onze reais e trinta e seis centavos), sem prejuízo de futuras atualizações. CITE-SE a primeira Ré, na pessoa do seu advogado, via DEJT, para pagar o débito, ora fixado, no prazo de 15 dias ou oferecer bens para garantia da execução. Brasília(DF), 14 de março de 2012. Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-178-69.2010.5.10.0009

Reclamante	Ana Cláudia Almeida Cardoso Sena
Advogado	ROBSON FREITAS MELO(OAB: null)
Reclamado	Corpservice- Cooperativa de Servicos Ltda
Advogado	NIXON FERNANDO RODRIGUES(OAB: null)
Reclamado	Politec Tecnologia da Informação
Advogado	PAULO ANDRÉ VACARI BELONE(OAB: null)
Reclamado	União
Advogado	DOUGLAS GUILHERME FERNANDES(OAB: null)

À RECLAMANTE: Vistos os autos.Em face da informação dos Correios de que a 1ª reclamada mudou-se,fl.694v, intime-se a reclamante para informar o atual endereço da reclamada. Prazo 10 dias.À Secretaria para as devidas providências.Data supra. Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-189-64.2011.5.10.0009

Reclamante	Francisco Soares da Silva Filho
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	OTONIL MESQUITA CARNEIRO(OAB: null)

Garantida a execução, conforme penhora de fl. 234, intime-se a Executada para os efeitos do art. 884 da CLT. Fernando Gabriele Bernardes, Juiz do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-210-40.2011.5.10.0009

Reclamante	Jaciara Castro Bezerra
Advogado	JORIVALMA MUNIZ DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda
Reclamado	Alessandro Facundes Bonfim Bezerra
Reclamado	Silvio Pimenta Vieira

AO EXEQUENTE: Vistos os autos.Em face dos resultados negativos das diligências realizadas, intime-se o exequente para no prazo de 30 dias fornecer meios hábeis para prosseguimento da execução, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório.À Secretaria para as devidas providências.Data supra.

Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-238-08.2011.5.10.0009

Reclamante	Ronaldo Mascena da Silva
Advogado	JOSE CARLOS DE ALMEIDA(OAB: null)
Reclamado	Instituto Candango de Solidariedade
Reclamado	Manoel Pereira de Lucena
Reclamado	José Vital de Araujo Fagundes
Reclamado	Adilson de Queiroz Campos
Reclamado	Ronan Batista de Souza
Reclamado	Lázaro Severo Rocha

Vistos etc. Indique o Exequente, no prazo de 30 (trinta) dias, bens passíveis de constrição judicial, sob pena de envio dos autos ao arquivo, desde já determinado. Brasília(DF), 14 de março de 2012.

Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-379-27.2011.5.10.0009

Reclamante	Gislaine Fonseca Rodrigues
Advogado	EUVALDO THOMAZ SOARES(OAB: null)
Reclamado	Campo da Esperança Serviços Ltda
Advogado	SEBASTIÃO ALVES PEREIRA NETO(OAB: null)

Vistos etc. Promova à Reclamada a juntada dos controles de jornada dos períodos de 21/11/2007 a 20/12/2007 e de 21/01/2008 a 20/01/2009. Prazo de 05 (cinco) dias. Brasília(DF), 14 de março de 2012. Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-664-54.2010.5.10.0009

Reclamante	Samuel Pereira da Silva Filho
Advogado	PAULO ROBERTO ALVES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA(OAB: null)

Vistos etc. Intime-se o Exequente para os fins previstos no artigo 879 da CLT. Prazo de 10 (dez) dias. Havendo concordância com a conta de liquidação ou decorrido o prazo concedido, libere-se ao Exequente o seu crédito, observando o pagamento do FGTS, das contribuições previdenciáris, dos honorários assistenciais, bem assim das despesas processuais, tudo em conformidade com os percentuais fixados no resumo de cálculo de fl. 925. Expeça-se o correspondente alvará, devendo a movimentação ocorrer na conta judicial CEF nº 042/04933139-1 (guia de fl. 937). Expedida a ordem de pagamento, intime-se o Exequente para o seu recebimento no prazo de 05 (cinco) dias. Há saldo na conta CEF 042/04932166-3 (guia de fl. 936). Comprovada a movimentação, voltem-me os autos. Brasília(DF), 15 de março de 2012. Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-703-17.2011.5.10.0009

Reclamante	Francisco Alcione Cardoso de Moura
Advogado	GASPAR REIS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Espaco Engenharia e Reformas Ltda
Reclamado	Base Investimentos e Incorporacoes S/A
Advogado	CARLOS ANDRÉ MORAES MILHOMEM DE SOUSA(OAB: null)

Considerando que não há previsão em sentença de anotação da CPTS do reclamante, intime-o para recebimento da mesma no prazo de 05 dias;
Após, à Contadoria para liquidação, com exclusão da rubrica "INSS TERCEIROS".
Fernando Gabriele Bernardes, Juiz do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-988-44.2010.5.10.0009

Reclamante	Andrea Chagas de Oliveira
Advogado	CARMEN SOARES MARTINS JANCOSKI(OAB: null)
Reclamado	Smashe Lanchonete e Carne de Sol Ltda-Me
Advogado	MICHELA ALMEIDA DE FARIAS(OAB: null)

Vistos etc. 1. Extraia-se cópia da petição inicial da presente ação, procedendo a Secretaria ao correspondente envio à Secretaria da Terceira Turma na forma solicitada à fl. 190.
2. Vista à Executada do agravo de petição interposto às fls. 191/193. Prazo legal. Brasília(DF), 14 de março de 2012. Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-988-10.2011.5.10.0009

Reclamante	Tiago Gomes da Cunha
Advogado	JOSÉ EMILIANO PAES LANDIM NETO(OAB: null)
Reclamado	Instituto Fecomércio de Pesquisa e Desenvolvimento
Advogado	MARIA DE FATIMA PEREIRA DE SOUZA(OAB: null)

(fls.186/194)"...Por tais fundamentos, decide a 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF julgar IMPROCEDENTE a totalidade dos pedidos formulados na presente reclamação trabalhista.

Custas pelo reclamante, no importe de R$ 614,50 (seiscentos e catorze reais e cinqüenta centavos), calculadas sobre R$ 30.725,00 (trinta mil setecentos e vinte e cinco reais), valor atribuído à causa na petição inicial, dispensado o pagamento, na forma da lei.

É reconhecida ao reclamante a justiça gratuita.

Intimem-se as partes.

Nada mais."

Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-989-92.2011.5.10.0009

Reclamante	Casa do Ceara em Brasilia
Advogado	JOÃO RODRIGUES NETO(OAB: null)
Reclamado	Cecilia Damiana de Melo Silvestre
Advogado	JOSÉ MARTINS PONTE(OAB: null)

(fls.158/163)"...Por tais fundamentos, decide a 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na presente reclamação trabalhista, para reconhecer a justa causa da dispensa e declarar parcialmente solvidas as férias proporcionais, nos termos da fundamentação.

É reconhecida à reclamada a justiça gratuita.

Custas pela reclamada, no importe de R$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos), valor mínimo legal, calculadas sobre R$ 50,00 (cinqüenta reais), valor ora arbitrado para este fim, dispensado o pagamento, na forma da lei.

Contribuições previdenciárias e fiscais a cargo das partes incidirão na forma da lei.

Intimem-se as partes.

Nada mais."

Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1025-37.2011.5.10.0009

Reclamante	Angelo Rodrigues da Silva
Advogado	PATRIQUENIA BUENO SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Decio Nunes Teixeira
Advogado	DÉCIO NUNES TEIXEIRA(OAB: null)

Tendo em vista o pagamento do débito exequendo, julgo extinta a presente execução, nos termos do art. 794, I, do CPC. Decorrido o prazo recursal in albis, arquivem-se os autos definitivamente. Não obstante, proceda-se à exclusão do Executado do BNDT. Fernando Gabriele Bernardes, Juiz do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-1118-97.2011.5.10.0009

Reclamante	Julio Cesar de Sa Nascimento
Advogado	GASPAR REIS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Terra Plenagem do Brasil Servicos e Locacao de Maquinas Ltda Me
Advogado	DIOGO FONSECA SANTOS KUTIANSKI(OAB: null)
Reclamado	Brookfield Mb Empreendimentos Imobiliarios S.A.
Advogado	DIOGO FONSECA SANTOS KUTIANSKI(OAB: null)

(fls.60/62)"...Por tais fundamentos, decide a 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF julgar IMPROCEDENTE o pleito de condenação subsidiária da segunda reclamada, bem como julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na presente reclamação trabalhista, para condenar a primeira reclamada a pagar ao reclamante, com o trânsito em julgado desta decisão, as parcelas deferidas no item 2 supra, observados os comandos da fundamentação e os juros e correção monetária previstos em lei.

Custas pela reclamada, no importe de R$ 140,00 (cento e quarenta reais), calculadas sobre R$ 7.000,00 (sete mil reais), valor ora arbitrado para este fim, a serem recolhidas no prazo legal.

Contribuições previdenciárias e fiscais a cargo das partes incidirão na forma da lei.

É reconhecida ao reclamante a justiça gratuita.

Intimem-se as partes."

Juiz do Trabalho MARIA SOCORRO DE SOUZA LOBO

Despacho

Processo Nº RT-1160-83.2010.5.10.0009

Reclamante	Janaina de Sousa Santos
Advogado	NATHANRY MORAIS BALDONE(OAB: null)
Reclamado	Zahra - Estudio de Danca do Ventre Ltda. - Me
Advogado	ALEXANDRE MAGALHAES DE MESQUITA(OAB: null)

Intime-se a Executada para levantamento do alvará, prazo de 05 dias. Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1163-38.2010.5.10.0009

Reclamante	Mirian Fontele de Lima
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Collossal do Brasil Servicos Ltda Epp
Reclamado	Colossal do Brasil Vigilância Ltda
Reclamado	Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan
Advogado	CAROLINA PERRELLI LINDOSO(OAB: null)
Reclamado	Andrea Alves de Souza
Reclamado	Anderson Ferreira Queiroz da Silva

Tendo em vista os resultados infrutíferos das pesquisas BACENJUD e RENAJUD, intime-se o(a) Exequente para fornecer meios eficazes para o prosseguimento da execução, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos, desde já determinado. Fernando Gabriele Bernardes, Juiz do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-1167-75.2010.5.10.0009

Reclamante	Joao Rocha dos Santos
Advogado	PATRÍCIA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Adservis Multiperfil Ltda
Reclamado	Logpar - Logistica e Participacoes Ltda
Reclamado	Jose Vicente Fonseca

Vistos etc. Em face da certidão negativa de citação do réu José Vicente Fonseca (Carta Precatória), intime-se o Exequente para fornecer o endereço atualizado do mencionado réu no prazo de 15 (quinze) dias. Brasília/DF, 15 de março de 2012. Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1273-03.2011.5.10.0009

Reclamante	Walter Henrique Sena
Advogado	GASPAR REIS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Nasa Comercio de Bebidas e Alimentos Ltda Me
Advogado	JULIANA OLIVEIRA REZENDE ROCHA(OAB: null)

(fls.38)"Em face da certidão supra, julgo extinta a execução de recolhimento previdenciários. Oficie-se a CEF, solicitando a transferência dos valores depositados às fls. 35 para os Cofres do INSS, observando a Secretaria os percentuais consignados às fls. 28. Comprovada a transferência, arquivem-se os autos definitivamente. Publique-se para ciência das partes." Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1293-28.2010.5.10.0009

Autor	Associacao dos Ex Combatentes do Brasil
Advogado	CARLOS RODRIGUES SOARES(OAB: null)
Réu	Joao Francisco de Lima Costa
Advogado	FRANCISCO PEREIRA SERPA(OAB: null)

Tendo em vista a certidão negativa de fl. 275, intime-se o(a) Exequente para fornecer meios eficazes para o prosseguimento da execução, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos, desde já determinado. Fernando Gabriele Bernardes, Juiz do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-1303-38.2011.5.10.0009

Reclamante	Elvis de Paiva Borges
Advogado	JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO(OAB: null)
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	HEBERT BARROS BEZERRA(OAB: null)

(fls.140)"...Por tais fundamentos, decide a 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF conhecer dos embargos declaratórios, e no mérito REJEITÁ-LOS. Intimem-se.

Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1373-55.2011.5.10.0009

Reclamante	Heliton Jean de Oliveira Leite

Advogado	OTACILIO FRANCO DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Enseg Servicos de Engenharia e Seguranca Ltda
Advogado	JOSÉ CLAUDIO DE OLIVEIRA PINTO(OAB: null)
Reclamado	Petrobrás S/A
Advogado	VANESSA APARECIDA MENDES BAESSE(OAB: null)

(fls. 294) " Por tais fundamentos, decide a 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF conhecer dos embargos declaratórios, e no mérito REJEITÁ-LOS.

Intimem-se."

Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1385-69.2011.5.10.0009

Reclamante	Jeovha Batista da Costa
Advogado	MARCONE GUIMARAES VIEIRA(OAB: null)
Reclamado	Conab
Advogado	EDER JACOBOSKI VIEGAS(OAB: null)

(fls.524/532)"...Por tais fundamentos, decide a 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF julgar IMPROCEDENTE a totalidade dos pedidos formulados na presente reclamação trabalhista.

Custas pelos reclamantes, no importe de R$ 500,00 (seiscentos reais), calculadas sobre R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), valor atribuído à causa na petição inicial, dispensado o pagamento, na forma da lei. É reconhecida aos reclamantes a justiça gratuita. Intimem-se as partes. Nada mais."

(fls.556)"Intime-se a Reclamada, inclusive, para, querendo, no prazo de 08 dias, contrarrazoar o Recurdo Ordinário interposto pela parte Reclamante às fls. 533/555."

Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1394-31.2011.5.10.0009

Reclamante	Flavia Paiva Brito
Advogado	HERALDO AMARAL DE ALBUQUERQUE(OAB: null)
Reclamado	Matisse Comunicacao de Marketing Ltda
Advogado	FLAVIO LUCAS DE MENEZES SILVA(OAB: null)

(fls.43/47)"...Por tais fundamentos, decide a 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF EXTINGUIR O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, quanto à segunda reclamada, mantida a sua permanência facultativa no feito como ASSISTENTE, bem como julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na presente reclamação trabalhista, para condenar a primeira reclamada a pagar à reclamante, com o trânsito em julgado desta decisão, as parcelas deferidas no item 2 supra, além de promover as anotações na CTPS determiandas no item 4, observados os comandos da fundamentação, em especial quanto aos alvarás a serem expedidos pela Secretaria, e os juros e correção monetária previstos em lei.

Custas pela reclamada, no importe de R$ 120,00 (cento e vinte reais), calculadas sobre R$ 6.000,00 (seis mil reais), valor ora arbitrado para este fim, a serem recolhidas no prazo legal.

Contribuições previdenciárias e fiscais a cargo das partes incidirão na forma da lei.

É reconhecida à reclamante a justiça gratuita.

Intimem-se as partes.

Nada mais."

Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1412-86.2010.5.10.0009

Reclamante	Deuzelia Souza Santos Pereira
Advogado	ULISSES BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Escola Santa Isabel Ltda ME

Intime-se a Reclamante para retirada da CTPS, prazo de 05 dias.

Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1414-22.2011.5.10.0009

Reclamante	Jose Henrique Santos Souza
Advogado	ALDEMIO OGLIARI(OAB: null)
Reclamado	Transata Transportes Rodoviarios Ltda
Advogado	HODECY FERREIRA PINHEIRO(OAB: null)

ÀS PARTES: Vistos os autos.Em face da certidão supra e tendo em vista o pagamento da execução, não remanescendo parcelas a quitar julgo, por sentença, extinta a execução, nos termos do art. 794, I, do CPC.Decorrido o prazo in albis, arquivem-se os autos definitivamente. Publique-se. Data supra.

Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1419-44.2011.5.10.0009

Autor	Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região - Procuradoria do Município de Cascavel
Réu	Expresso Vitoria do Xingu Ltda
Réu	Viacao Nossa Senhora de Medianeira Ltda

(fls.172/177)"...Por tais fundamentos, decide a 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF julgar IMPROCEDENTE a totalidade dos pedidos formulados na presente reclamação trabalhista.

Custas pelo reclamante, no importe de R$ 10.000,00 (dez mil reais), calculadas sobre R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), valor atribuído à causa na petição inicial, dispensado o pagamento, na forma da lei. Intimem-se as partes. Nada mais."

Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1459-60.2010.5.10.0009

Reclamante	Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuario
Advogado	RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf
Advogado	FERNANDO ANTONIO FREIRE DE ANDRADE(OAB: null)

(fls.1001)"1. Defiro o requerimento formulado às fls. 920/927 e determino à reclamada que retenha, dos créditos derivados do acordo homologado nesta demanda, a importância correspondente aos honorários advocatícios devidos aos advogados do sindicato

assistente, no importe de 10% do valor de tais créditos, depositando -a em conta à disposição deste juízo, na mesma data de efetuação dos créditos, para ulterior liberação à sociedade de advocacia que patrocina o feito.
2. Quanto ao requerimento de fls. 897/898, indefiro, visto não ter ainda expirado o prazo de comprovação concedido à reclamada.
3. Intime-se a reclamada para cumprimento do item 1 deste despacho."

Despacho

Processo Nº RT-1460-11.2011.5.10.0009

Reclamante	Alexandre Monteiro
Advogado	INGRID DE OLIVEIRA ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal
Advogado	WANESSA ROSA OLIVEIRA MENDES(OAB: null)

(fls. 243/244) "Por tais fundamentos, decide a 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na presente reclamação trabalhista, para condenar a reclamada a pagar ao reclamante, com o trânsito em julgado desta decisão, as parcelas deferidas no item 2 supra, observados os comandos da fundamentação e os juros e correção monetária previstos em lei.
Custas pela reclamada, no importe de R$ 600,00 (seiscentos reais), calculadas sobre R$ 30.000,00 (trinta mil reais), valor ora arbitrado para este fim, a serem recolhidas no prazo legal.
Contribuições previdenciárias e fiscais a cargo das partes incidirão na forma da lei.
É reconhecida ao reclamante a justiça gratuita.
Intimem-se as partes."
Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1461-93.2011.5.10.0009

Reclamante	Adailton Rodrigues da Costa
Advogado	ROBSON BATISTA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Carrefour Comércio e Indústria Ltda
Advogado	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: null)

(fls. 166) " Por tais fundamentos, decide a 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF conhecer dos embargos declaratórios do reclamante, e no mérito ACOLHÊ-LOS para, sanando omissão da sentença, indeferir a postulação de reajustes salariais e seus reflexos.
Intimem-se."
Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1463-63.2011.5.10.0009

Reclamante	Antonio Severino da Silva
Advogado	GASPAR RODRIGUES DA ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Mp Manobristas Ltda
Advogado	FABIANO FAGUNDES DIAS(OAB: null)
Reclamado	Dumal Restaurante Ltda-Epp
Advogado	ANDRE ALMEIDA BLANCO(OAB: null)

(fls.49/56)"...Ex positis, a 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA DF julga procedente em parte o pedido formulado por ANTONIO SEVERINO DA SILVA, em face de MP MANOBRISTAS LTDA e DUMAL RESTAURANTE LTDA (CANTINA ITALIANA UNANIMITÁ), para declarar a responsabilidade subsidiária da segunda reclamada e condenar a primeira reclamada ao cumprimento das obrigações e pagamento das parcelas deferidas, no prazo de cinco dias, após o trânsito em julgado, tudo conforme motivação retro que passa a fazer parte deste dispositivo como se nele estivesse.

Liquidação da sentença, descontos previdenciários e fiscais na forma da fundamentação.

À parte autora foi deferido o benefício da justiça gratuita.

Custas sobre o valor da condenação, provisoriamente arbitrado em R$ 10.000,00, no importe legal de R$ 200,00, pela primeira reclamada.

INTIMEM-SE."

Juiz do Trabalho MARIA SOCORRO DE SOUZA LOBO

Despacho

Processo Nº RT-1466-18.2011.5.10.0009

Reclamante	Francisco Pereira dos Santos
Advogado	VALDETE PEREIRA DA SILVA ARAÚJO DE MIRANDA(OAB: null)
Reclamado	Dom Bosco Comercio de Alimentos Ltda Me
Advogado	SIMONE SOARES ALVES(OAB: null)

(fls. 123) " Por tais fundamentos, decide a 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF conhecer dos embargos declaratórios das partes, e no mérito ACOLHÊ-LOS a ambos, para sanar omissão da sentença e corrigir erro material, nos termos da fundamentação.
Intimem-se."
Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1503-45.2011.5.10.0009

Reclamante	Maria da Penha Araujo
Advogado	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Frigorífico Santa Fé
Reclamado	Supermercado 09 de Março Ltda
Reclamado	Amafisa Comércio Representações Factore e Fomento Mercantil Ltda
Reclamado	E.C.A. Comercial de Alimentos Ltda Epp
Reclamado	Favorito Comercial de Alimentos Ltda

Ata de fls. 55: "Chamo o feito à ordem, para, convertendo o julgamento em diligência, determinar a reabertura da instrução processual para a realização de perícia acerca da insalubridade. Deferida prova pericial.
Nomeado(a) como perito(a) o(a) Sr(a). Cira Garrido da Silva Saba, que deverá tomar carga dos autos e apresentar laudo em 40 dias, a contar de 2/4/2012.
Intime-se o(a) Sr(a). Perito(a).
Para apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico terão as partes o prazo de 5 dias, a contar de 20/03/2012, para a reclamante, e a partir da intimação dos reclamados, que deverá ser realizada via postal.
Do laudo pericial as partes poderão se manifestar no prazo sucessivo de 5 dias, sendo a reclamante a partir de 28/05/2012 e os reclamados a contar de 04/06/2012.
Designa-se para ENCERRAMENTO da instrução e renovação da proposta conciliatória a data de 18/6/2012, às 09h05min, dispensado o comparecimento das partes e procuradores." Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1519-96.2011.5.10.0009

Reclamante	Eraldo Pereira Filho

Advogado	JOÃO BATISTA MENEZES LIMA(OAB: null)
Reclamado	Viacao Anapolina Ltda
Advogado	ROBSON MORAIS LIÃO(OAB: null)

(fls.108) " Por tais fundamentos, decide a 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF conhecer dos embargos declaratórios, e no mérito ACOLHÊ-LOS para, sanando omissão da sentença, deferir ao reclamante o pagamento correspondente às cotas do FGTS devidas nos meses indicados na petição inicial (fl. 03).

Eleva-se, em conseqüência o valor da condenação para R$ 4.600,00 (quatro mil seiscentos reais), fixando-se as custas a cargo da reclamada no importe de R$ 92,00 (noventa e dois reais).

Intimem-se."

Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1531-13.2011.5.10.0009

Autor	Marcelo Lopes Porto
Advogado	LUISA CAROLINA DE SOUZA MORAES(OAB: null)
Réu	Fundação Atlântico de Seguridade Social
Advogado	JOAO JOAQUIM MARTINELLI(OAB: null)

(fls. 243/244) "Por tais fundamentos, decide a 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na presente reclamação trabalhista, para condenar a reclamada a pagar ao reclamante, com o trânsito em julgado desta decisão, as parcelas deferidas no item 2 supra, observados os comandos da fundamentação e os juros e correção monetária previstos em lei.

Custas pela reclamada, no importe de R$ 600,00 (seiscentos reais), calculadas sobre R$ 30.000,00 (trinta mil reais), valor ora arbitrado para este fim, a serem recolhidas no prazo legal.

Contribuições previdenciárias e fiscais a cargo das partes incidirão na forma da lei.

É reconhecida ao reclamante a justiça gratuita.

Intimem-se as partes."

Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1685-31.2011.5.10.0009

Reclamante	Denise Albuquerque
Advogado	LEANDRO COELHO CONCEICAO(OAB: null)
Reclamado	Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do D F
Advogado	FERNANDA GURGEL NOGUEIRA(OAB: null)

(fls.147)"...Às 17h40min, aberta a audiência, foram, de ordem do Exmo(a). Juiz do Trabalho, apregoadas as partes.

Ausente o(a) reclamante e seu advogado. Ausente o(a) reclamado(a) e seu advogado.

CONCILIAÇÃO: As partes acordaram nos termos da petição protocolada nesta data.

O(A) reclamado(a) cumprirá a(s) seguinte(s) obrigação(ões) de fazer: reintegração da reclamante, recolhimento das diferenças de INSS e FGTS, além de retificação da CTPS.

As partes declaram que a transação é composta de 100% de parcelas indenizatórias, quais sejam: R$ 3.750,00, a título de diferença de 40% sobre o FGTS e R$ 3.250,00 referentes a diferença de férias indenizadas com 1/3, sobre as quais não há incidência de contribuição previdenciária.

ACORDO HOMOLOGADO.

Custas pelo(a) reclamante no importe de R$ 140,00, calculadas sobre R$ 7.000,00, dispensadas na forma da lei.

O(A) reclamado(a) deverá comprovar os recolhimentos previdenciários e os depósitos das diferenças de FGTS, no prazo de 30 dias após o vencimento do acordo.

Deixa-se de intimar a União da presente conciliação em vista do que dispõe a Portaria do Ministério da Fazenda nº 176, de 19/02/2010, bem como os termos do OFÍCIO/PRF 1ª Região/PGF/AGU/nº 294/2010, de 23/02/2010.

Intimem-se as partes, inclusive, para o pagamento do valor informado, em 5 (cinco) dias, a contar de sua intimação acerca da homologação do acordo conforme requerido na petição.

Após o cumprimento do acordo, ao arquivo definitivo, eis que não há nos autos documentos de valor histórico.

Não havendo manifestação da reclamante após 10 dias do vencimento do acordo, será presumido o seu adimplemento.

Audiência encerrada às 17h42min.

Nada mais."

Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1691-38.2011.5.10.0009

Reclamante	Leandro Castro Muniz de Melo
Reclamado	D3 Partner Comunicacao e Marketing Ltda
Advogado	ADRIANO AMARAL BEDRAN(OAB: null)

(fls.98/101)"...Por tais fundamentos, decide a 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na presente reclamação trabalhista, para condenar a reclamada a pagar ao reclamante, com o trânsito em julgado desta decisão, as parcelas deferidas nos itens supra, observados os comandos da fundamentação e os juros e correção monetária previstos em lei.

Custas pela reclamada, no importe de R$ 50,00 (cinqüenta reais), calculadas sobre R$ 2.500,00 (dois mil quinhentos reais), valor ora arbitrado para este fim, a serem recolhidas no prazo legal.

Contribuições previdenciárias e fiscais a cargo das partes incidirão na forma da lei.

É reconhecida ao reclamante a justiça gratuita.

Intimem-se as partes."

Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1699-15.2011.5.10.0009

Reclamante	Jose Henrique da Silva

Advogado	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Arezza Rh Ltda (Grupo Arezza System
Advogado	FERNANDO CELLA(OAB: null)

(fls.41/44)"...Ex positis, a 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF julga improcedente o pedido formulado por JOSÉ HENRIQUE DA SILVA, em face AREZZA RH LTDA (GRUPO AREZZA SYSTEM), tudo conforme motivação retro que passa a fazer parte deste dispositivo como se nele estivesse.
Ao reclamante foi deferido o benefício da justiça gratuita. Custas sobre o valor da causa, R$ 14.267,00, no importe de R$ 285,34, pelo reclamante, desde logo isento. INTIMEM-SE AS PARTES."

Juiz do Trabalho MARIA SOCORRO DE SOUZA LOBO

Despacho

Processo Nº RT-1728-65.2011.5.10.0009

Reclamante	Rogerio Alves Passos
Advogado	KLAUS STENIUS BEZERRA CAMELO DE MELO(OAB: null)
Reclamado	Servico Federal de Processamento de Dados (Serpro)
Advogado	NILTON DA SILVA CORREIA(OAB: null)

(fls.480/486)"...Ex positis, a 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA DF declara prescritos os direitos anteriores a 31/10/2006, devendo o processo em relação a tais direitos ser extinto com resolução do mérito (art. 269, IV, CPC), exceto quanto àqueles não insertos na regra geral contida no inciso XXIX, art. 7º, CF, os quais foram privilegiados pelo legislador ordinário com prazos distintos e julga procedente em parte o pedido formulado por ROGERIO ALVES PASSOS, em face do SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS, para declarar a natureza salarial da FCT e condenar o demandado ao cumprimento das obrigações e pagamento das parcelas deferidas, no prazo de 5 dias a contar do trânsito em julgado, tudo conforme fundamentação retro que passa a fazer parte deste dispositivo como se nele estivesse. Liquidação de sentença, descontos fiscais e previdenciários, na forma da fundamentação.
À parte autora foi deferido o benefício da justiça gratuita. Custas sobre o valor da condenação, ora arbitrado em R$ 3.000,00, no importe de R$ 60,00, pelo reclamado.
INTIMEM-SE AS PARTES."

Juiz do Trabalho MARIA SOCORRO DE SOUZA LOBO

Despacho

Processo Nº RT-1861-10.2011.5.10.0009

Reclamante	Michelle Correa Rabello
Advogado	LAIS LIMA MUYLAERT CARRANO(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	WANESSA ROSA OLIVEIRA MENDES(OAB: null)

(...) Ex positis, a 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA DF declara prescritos os direitos anteriores a 02/02/2005, devendo o processo em relação a tais direitos ser extinto com resolução de mérito (art. 269, IV, CPC) e julga procedente em parte o pedido formulado por MICHELLE CORREA RABELLO, em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para condenar a reclamada ao cumprimento das obrigações e pagamento das verbas deferidas, no prazo de 5 dias a contar do trânsito em julgado, tudo nos termos da fundamentação que passa a fazer parte deste dispositivo como se nele estivesse. Liquidação da sentença, descontos fiscais e previdenciários na forma da fundamentação. Ao reclamante foi deferido o benefício da justiça gratuita. Custas sobre o valor da condenação, ora arbitrado em R$ 5.000,00, no importe de R$ 100,00 e honorários assistenciais, tudo pela reclamada. CIENTES AS PARTES. Juiz do Trabalho MARIA SOCORRO DE SOUZA LOBO

Despacho

Processo Nº RT-1877-61.2011.5.10.0009

Reclamante	Maria Valdalia Soares Dias
Advogado	LUIZ HUMBERTO VIEIRA GUIDO(OAB: null)
Reclamado	Restaurante Skina Brasil Ltda
Advogado	DANILO RINALDI DOS SANTOS(OAB: null)

D E S P A C H O
Vistos os autos.
CTPS na contracapa dos autos.No que pertine aos termos da petição de fls. 85/87, esclareço a Reclamante que a validade ou não do documento impugnado será objeto de análise por parte deste juízo quando da prolação de sentença.Aguarde-se o julgamento designado.Publique-se para ciência das partes.Data supra. Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-1910-51.2011.5.10.0009

Reclamante	Clayton Ferreira
Advogado	CARLOS ANDRÉ LOPES ARAÚJO(OAB: null)
Reclamado	Premier Veiculos Ltda
Advogado	PAULA BRUNNA MARTINS LOPES(OAB: null)

D E S P A C H O
Vistos os autos.
Em face da intervenção de fls. 135, suspendo a Perícia anteriormente designada. Aguarde-se até 22/03/2012 o protocolo da minuta de acordo. Publique-se para ciência das partes.Dê-se ciência a Sra. Perita da suspensão da prova pericial.Data supra.
Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-2082-90.2011.5.10.0009

Reclamante	Osmar de Jesus Xavier
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	CELMA NUNES FRANCO OSÓRIO(OAB: null)

Decisão de fls. 92/93:"Por tais fundamentos, decide a 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF julgar IMPROCEDENTE a totalidade dos pedidos formulados na presente reclamação trabalhista.Custas pelo reclamante, no importe de R$500,00 (quinhentos reais), calculadas sobre R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), valor atribuído à causa na petição inicial, dispensado o pagamento, na forma da lei.É reconhecida ao reclamante a justiça gratuita, em face da declaração de fl.14." Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-28100-90.2007.5.10.0009

Processo Nº RT-281/2007-009-10-00.8

Reclamante	Maria da Conceição Pereira da Silva
Advogado	DENISE APARECIDA RODRIGUES PINHEIRO DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE - ICS
Reclamado	Distrito Federal (Secretaria de Solidariedade - SESOL)

Advogado	LILIA ALMEIDA SOUSA(OAB: null)

Tendo em vista o pagamento do débito exequendo, julgo extinta a presente execução, nos termos do art. 794, I, do CPC. Decorrido o prazo recursal in albis, arquivem-se os autos definitivamente. Fernando Gabriele Bernardes, Juiz do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-29100-67.2003.5.10.0009

Processo Nº RT-291/2003-009-10-00.0

Reclamante	Servico Social do Distrito Federal
Advogado	RONALDO LEMES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	NUNES CONSTRUCAO INCORPORACAO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
Advogado	MARCUS RUPERTO SOUZA DAS CHAGAS(OAB: null)

Tendo em vista o pagamento do débito exequendo, julgo extinta a presente execução, nos termos do art. 794, I, do CPC. Decorrido o prazo recursal in albis, arquivem-se os autos definitivamente. Fernando Gabriele Bernardes, Juiz do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-29200-17.2006.5.10.0009

Processo Nº RT-292/2006-009-10-00.7

Reclamante	Cristina Lemos de Almeida
Advogado	JOÃO EMILIO FALCÃO COSTA NETO(OAB: null)
Reclamado	União Federal

(fls.536)"...Por tais fundamentos, decide a 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF conhecer dos embargos declaratórios, e no mérito REJEITÁ-LOS. Intimem-se"

Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-45400-02.2006.5.10.0009

Processo Nº RT-454/2006-009-10-00.7

Reclamante	Stefanin Avelino de Oliveira
Advogado	LUIZ FERNANDO CARVALHO MACIEL(OAB: null)
Reclamado	Siarom Otaner Generos Alimenticios Ltda
Advogado	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Marcos Antonio de Freitas Guimaraes
Reclamado	Wescley Pereira da Silva

AO EXEQUENTE: Vistos os autos.Em face dos resultados negativos das diligências realizadas, intime-se o exequente para no prazo de 30 dias fornecer meios hábeis para prosseguimento da execução, sob pena de retorno dos autos ao arquivo provisório.À Secretaria para as devidas providências.Data supra.

Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-50900-44.2009.5.10.0009

Processo Nº RT-509/2009-009-10-00.1

Reclamante	Ronaldo Francisco Regis
Advogado	FRANCISCO PEREIRA SERPA(OAB: null)
Reclamado	Conservo Brasilia Servicos Tecnicos Ltda

1 - Intime-se o (a) Exequente para que se manifeste, no prazo de 10 dias, sobre a conta de liquidação, sob pena de preclusão;

2 - Havendo expressa concordância por parte do (a) autor (a) com a conta de liquidação, determino:

2.1. Liberação do crédito, com base nos percentuais consignados à fl. 62, observando a Secretaria a retenção e o recolhimento das contribuições previdenciárias, fiscais e custas processuais;

2.2. Expeça-se o alvará, devendo a movimentação ocorrer na conta judicial do BB à fl. 71, com a utilização de todo o numerário existente.

3 - Expedido o alvará, intime-se o(a) Exequente para levantamento em 05 dias;

Fernando Gabriele Bernardes, Juiz do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-70400-33.2008.5.10.0009

Processo Nº RT-704/2008-009-10-00.0

Reclamante	Fabio Santos Silva
Advogado	LUCYARA RIBEIRO DE LIMA(OAB: null)
Reclamado	Asa Administradora de Serviços Ltda. (na pessoa do síndico Dr. Fernando Celso de Aquino Chad)
Reclamado	Teleperformance CRM S.A.
Advogado	EDUARDO VALDERRAMAS FILHO(OAB: null)

Na forma do artigo 23 do Provimento-Geral Consolidado, fica o Exequente intimado da excessão oposta às fls. 195/200 pela empresa Teleperformance CRM S/A. Brasília(DF), 15 de março de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-78500-70.1991.5.10.0009

Processo Nº RT-785/1991-009-10-00.0

Reclamante	Lourivaldo Paes Landim
Advogado	PAULO AYRTON CAMPOS(OAB: null)
Reclamado	Jornais Brasileiros Ltda
Reclamado	Mucio Athayde

Vistos etc. Em face da certidão negativa de fl. 15-verso da Carta Precatória, intime-se o Exequente para fornecer o endereço atualizado do réu Múcio Athayde. Prazo de 15 (quinze) dias. Brasília/DF, 15 de março de 2012. Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-86800-98.2003.5.10.0009

Processo Nº RT-868/2003-009-10-00.3

Reclamante	ANEMILTON SILVINO LOPES
Advogado	PEDRO MARTINS FILHO(OAB: null)
Reclamado	Anrossi Construtora e Incorporadora Ltda

(fls.156)"1. Verifica-se que a União, intimada por este juízo em 21/01/2005, deixou de praticar ato processual a ela inerente.

2. Os autos foram subseqüentemente remetidos ao arquivo provisório em 21/02/2005.

3. Nos termos do art.40, § 4º, da Lei 6.830/80, pode o juiz decretar de ofício a prescrição intercorrente, quando da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional.

4. O citado dispositivo legal aplica-se à execução trabalhista, por força do art.889 da CLT.

5. Considerando, pois, o transcurso de mais de cinco anos desde a determinação de suspensão do processo e arquivamento provisório dos autos, decide este juízo extinguir o processo, pelo pronunciamento da prescrição intercorrente.

6. Remetam-se os autos ao arquivo definitivo.

7. Intimem-se as partes, sendo a União na forma do convênio celebrado com o Eg. TRT. Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-104900-62.2007.5.10.0009

Processo Nº RT-1049/2007-009-10-00.7

Reclamante	Fábio Roberto Pereira
Advogado	JOSE ALDEMIR BORGES DE MATOS(OAB: null)
Reclamado	Assados e Grelhados Monte Sinai Restaurante

Tendo em vista a certidão negativa de fl. 132, intime-se o(a) Exequente para fornecer meios eficazes para o prosseguimento da execução, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos, desde já determinado. Fernando Gabriele Bernardes, Juiz do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-122800-87.2009.5.10.0009

Processo Nº RT-1228/2009-009-10-00.6

Reclamante	Carlos Fernandes da Silva Cabral
Advogado	HUMBERTO FERNANDO VALLIM PORTO(OAB: null)
Reclamado	Conservo Brasilia Servicos Tecnicos Ltda
Reclamado	Companhia Brasileira de Distribuição (Supermercado Pão de Açúcar)
Advogado	BRENDA GUEDES DE FARIAS(OAB: null)

Vistos etc. 1. Julgo extinta a presente execução (inciso I do artigo 794 do CPC).
2. Intimem-se as partes. 3. Decorrido o prazo para recurso, enviem-se os autos ao arquivo, observando a Secretaria os devidos registros de baixa no sistema de acompanhamento processual. Brasília(DF), 14 de março de 2012. Juiz do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES

Despacho

Processo Nº RT-139500-41.2009.5.10.0009

Processo Nº RT-1395/2009-009-10-00.7

Reclamante	Jose Jeronimo da Silva
Advogado	FABIANA VENDRAMINI NUNES OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	D Corline Conservacao e Limpeza Ltda
Advogado	MARCIO SANDRO PEREIRA MEIRELES(OAB: null)
Reclamado	Condominio da SCLN 211, Bloco B, Ent 10,
Reclamado	Marcelo Fernando Rodrigues de Araujo
Reclamado	Edison Jose de Araujo Junior

Ante os termos da certidão negativa de fl. 376, intime-se o(a) Exequente para fornecer meios eficazes para o prosseguimento da execução, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos, desde já determinado. Fernando Gabriele Bernardes, Juiz do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-800100-52.2004.5.10.0009

Processo Nº RT-8001/2004-009-10-00.7

Exequente	Maria Lucia Soares Silva
Advogado	ROBSON FREITAS MELO(OAB: null)
Executado	Telmec Engenharia Ltda
Advogado	CASSIUS FERREIRA MORAES(OAB: null)
Executado	Telmec Engenharia Ltda
Advogado	CASSIUS FERREIRA MORAES(OAB: null)
Executado	Sidney Coatio da Silva
Executado	Claudio Manerich

Intime-se a autora para manifestação, conforme despacho de fl. 136, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos, desde já determinado. Fernando Gabriele Bernardes, Juiz do Trabalho.

Edital

Edital

Processo Nº RT-511-50.2012.5.10.0009

Reclamante	Luciene Oliveira de Menezes
Advogado	MARCELO BARBOSA COELHO(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Servicos Especializados Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 14/06/2012 08h30.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Patrimonial Servicos Especializados Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 14/06/2012 08h30, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-577-30.2012.5.10.0009

Reclamante	Geraldo Inacio Severino
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Servicos Ambientais S.A.

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 14/06/2012 08h35.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Sustentare Servicos Ambientais S.A., a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 14/06/2012 08h35, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN

513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-578-15.2012.5.10.0009

Reclamante	Wagner de Almeida da Silva
Advogado	JUDSON DE ARAÚJO GURGEL(OAB: null)
Reclamado	Posto Sobradinho Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 06/06/2012 08h55.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Posto Sobradinho Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 06/06/2012 08h55, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-579-97.2012.5.10.0009

Reclamante	Gilberto Martins de Moura
Advogado	KLEBER DE OLIVEIRA BARROS(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Seguranca Integrada Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 31/05/2012 08h55.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Patrimonial Seguranca Integrada Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 31/05/2012 08h55, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-583-37.2012.5.10.0009

Reclamante	Rosimeire Moreira Farias
Advogado	CARMEN SOARES MARTINS JANCOSKI(OAB: null)
Reclamado	Valdomiro Luiz

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 06/06/2012 09h00.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Valdomiro Luiz, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 06/06/2012 09h00, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;

2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-588-59.2012.5.10.0009

Reclamante	Jorge Henrique Portela de Oliveira
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	F. de Assis da Conceicao Lima - Me
Reclamado	Construtora Meireles Ltda Me
Reclamado	Santa Maria Empreendimentos Imobiliários Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 11/06/2012 09h00.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO F. de Assis da Conceicao Lima - Me, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 11/06/2012 09h00, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-598-06.2012.5.10.0009

Reclamante	Gabriela Pinheiro Gonzaga
Advogado	NATHALYA BUCHER HOERLLE(OAB: null)
Reclamado	Restoque Comercio e Confeccoes de Roupas S/A (Le Lis Blanc Deux)

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 04/06/2012 08h40.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Restoque Comercio e Confeccoes de Roupas S/A (Le Lis Blanc Deux), a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 04/06/2012 08h40, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-601-58.2012.5.10.0009

Reclamante	Vinicius Albernas Nascimento
Advogado	ODILON VALE DE MESQUITA(OAB: null)
Reclamado	Associacao dos Serv.Do Banco Central - Asbac Brasilia

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 06/06/2012 08h45.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Associacao dos Serv.Do Banco Central- Asbac Brasilia, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 06/06/2012 08h45, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da

ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-603-28.2012.5.10.0009

Reclamante	Ivo Ferreira da Costa
Advogado	TABATA DA SILVA COSTA(OAB: null)
Reclamado	Expresso Sao Jose Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 04/06/2012 08h45.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Expresso Sao Jose Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 04/06/2012 08h45, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-608-50.2012.5.10.0009

Reclamante	Jan Michel Nascimento Silva
Advogado	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Segurança Integrada Ltda
Reclamado	Caixa Economica Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 06/06/2012 08h40.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Patrimonial Segurança Integrada Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 06/06/2012 08h40, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-609-35.2012.5.10.0009

Reclamante	Bruno Francisco de Jesus
Advogado	WILSON BORGES JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Red Comercial de Calcados Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 04/06/2012 08h50.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Red Comercial de Calcados Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 04/06/2012 08h50, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º),

devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-610-20.2012.5.10.0009

Reclamante	Dany Spiridon Khallouf
Advogado	HÉLIA FERNANDA PINHEIRO(OAB: null)
Reclamado	Pr DF Publicidade Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 04/06/2012 08h55.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Pr DF Publicidade Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 04/06/2012 08h55, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-614-57.2012.5.10.0009

Reclamante	Jose de Ribamar Souza
Reclamado	Engerede Engenharia e Representacao Ltda
Reclamado	Prefeitura Militar de Brasilia

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 04/06/2012 09h00.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Engerede Engenharia e Representacao Ltda e Prefeitura Militar de Brasília, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 04/06/2012 09h00, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-623-19.2012.5.10.0009

Reclamante	Joao Pereira Bizerra
Advogado	THIAGO FERREIRA MENEZES(OAB: null)
Reclamado	Confederal Vigilancia e Transporte de Valores Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 14/06/2012 08h50.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Confederal Vigilancia e Transporte de Valores Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 14/06/2012 08h50, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)

3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-630-11.2012.5.10.0009

Reclamante	Miriam Carvalho de Azevedo
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Universo Servicos e Assessoria Empresarial Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 14/06/2012 08h55.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Universo Servicos e Assessoria Empresarial Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 14/06/2012 08h55, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-631-93.2012.5.10.0009

Reclamante	Tisciane Cristine da Silva Marques
Advogado	ADELVAIR PÊGO CORDEIRO(OAB: null)
Reclamado	Cemed - Care Empaten Clínico Geral Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 11/06/2012 08h30.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Cemed - Care Empaten Clínico Geral Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 11/06/2012 08h30, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-636-18.2012.5.10.0009

Reclamante	Pedro Ricardo Carvalho de Oliveira
Advogado	DAVID VERISSIMO DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa de Profissionais Autonomos de Transporte de Samambaia

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 11/06/2012 08h35.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Cooperativa de Profissionais Autonomos de Transporte de Samambaia, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 11/06/2012 08h35, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na

Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-637-03.2012.5.10.0009

Reclamante	Fabricia Carina Souza Araujo
Advogado	MÔNICA GONÇALVES DA CUNHA CASTRO(OAB: null)
Reclamado	Fundação Universa

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 11/06/2012 08h40.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Fundação Universa, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 11/06/2012 08h40, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-640-55.2012.5.10.0009

Reclamante	Andre Luis Gomes da Fonseca
Advogado	NATHANRY MORAIS BALDONE(OAB: null)
Reclamado	Brasiliense Futebol Clube

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 11/06/2012 08h45.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Brasiliense Futebol Clube, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 11/06/2012 08h45, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-641-40.2012.5.10.0009

Reclamante	Evelyn Kellen Leite da Cruz
Advogado	BERNADETE DOS ANJOS CELESTINO(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 31/05/2012 08h45.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Fianca Servicos Gerais Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 31/05/2012 08h45, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-643-10.2012.5.10.0009

Reclamante	Keila Soares Xisto
Advogado	RENATA VELOSO COUTO(OAB: null)
Reclamado	Unimix Tecnologia Ltda
Reclamado	Infotecoop - Cooperativa de Tecnologia da Informacao Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 11/06/2012 08h50.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Unimix Tecnologia Ltda e INFOTECOOP Cooperativa de Tecnologia da Informação Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 11/06/2012 08h50, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-645-77.2012.5.10.0009

Reclamante	Maria dos Remedios Gomes de Araujo
Advogado	FILLIPE GUIMARÃES DE ARAÚJO(OAB: null)
Reclamado	Sadia S.A.

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 11/06/2012 08h55.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Sadia S.A., a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 11/06/2012 08h55, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-647-47.2012.5.10.0009

Reclamante	Patricia Freire Batista
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Universo Servicos e Assessoria Empresarial Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 14/06/2012 09h00.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Universo Servicos e Assessoria Empresarial Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 14/06/2012 09h00, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-650-02.2012.5.10.0009

Reclamante	Luiz Antonio Ribeiro de Barros
Advogado	MARIA LUCIANA DA COSTA LIMA CUNHA(OAB: null)
Reclamado	Dominio Consultoria e Tecnologia Relacional Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 17/05/2012 08h45.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Dominio Consultoria e Tecnologia Relacional Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 17/05/2012 08h45, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-655-24.2012.5.10.0009

Reclamante	Edmar Clementino da Silva
Advogado	MARCOS ANTONIO BARRETO(OAB: null)
Reclamado	Expresso Guanabara S/A

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 17/05/2012 08h50.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Expresso Guanabara S/A, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 17/05/2012 08h50, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-657-91.2012.5.10.0009

Reclamante	Paulo de Tarcio Soares da Silva
Advogado	ISABELLA CASTSIAMAKIS QUEIROGA DE ARAÚJO PEREIRA(OAB: null)
Reclamado	Tork Engenharia Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 17/05/2012 08h55.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Tork Engenharia Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 17/05/2012 08h55, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-659-61.2012.5.10.0009

Reclamante	Christiane Saraiva
Advogado	ROBSON FREITAS MELO(OAB: null)
Reclamado	Gival Distribuidora de Baterias Ltda - Me

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 21/05/2012 08h35.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Gival Distribuidora de Baterias Ltda - Me, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 21/05/2012 08h35, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-661-31.2012.5.10.0009

Reclamante	Edivaldo Araujo Sousa
Advogado	CICERO DIOGO DE SOUSA RODRIGUES(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Seguranca Integrada Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 17/05/2012 09h00.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Patrimonial Seguranca Integrada Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 17/05/2012 09h00, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-663-98.2012.5.10.0009

Reclamante	Alva de Almeida Pinheiro
Advogado	BENEDITO SÍLVIO PALMA MASSELI(OAB: null)
Reclamado	Cdt - Comunicação de Dados Ltda
Reclamado	Caixa Economica Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 21/05/2012 08h30.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Cdt - Comunicação de Dados Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 21/05/2012 08h30, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-666-53.2012.5.10.0009

Reclamante	Djames Nascimento da Silva
Advogado	MARCELO VARDANEGA RIBEIRO(OAB: null)

Reclamado	Associacao Botafogo Futebol Clube - DF

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 21/05/2012 08h45.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Associacao Botafogo Futebol Clube -DF, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 21/05/2012 08h45, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-669-08.2012.5.10.0009

Reclamante	Maria Delmira dos Santos
Advogado	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Ast Assessoria em Servicos Terceirizados Ltda
Reclamado	Fundacao Universidade de Brasilia

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 21/05/2012 08h50.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Ast Assessoria em Servicos Terceirizados Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 21/05/2012 08h50, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-671-75.2012.5.10.0009

Reclamante	Ivanusia Alves de Oliveira Guedes
Advogado	PATRÍCIA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Ast Assessoria em Servicos Terceirizados Ltda
Reclamado	Fub - Fundaçao Universidade de Brasilia

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 31/05/2012 08h50.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Ast Assessoria em Servicos Terceirizados Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 31/05/2012 08h50, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-678-67.2012.5.10.0009

Reclamante	Filipe Magalhaes Missel

Advogado	FLAVIO JOSÉ DA ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Plena Servicos Gerais Ltda-Me
Reclamado	Uniao Federal (Policia Rodoviária Federal)

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 19/06/2012 08h35.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Plena Servicos Gerais Ltda-Me, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 19/06/2012 08h35, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-680-37.2012.5.10.0009

Reclamante	Elaine Batista de Oliveira Souza Rocha
Advogado	ADRIANE NOBLE CORDEIRO(OAB: null)
Reclamado	Servnac Serviços Técnicos Ltda (Grupo Captar Serviços Técnicos e Terceirização Ltda)
Reclamado	Uniao Federal - Ministerio do Trablho e Emprego

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 19/06/2012 08h30.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Servnac Serviços Técnicos Ltda (Grupo Captar Serviços Técnicos e Terceirização Ltda), a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 19/06/2012 08h30, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-707-20.2012.5.10.0009

Reclamante	Marques Eduardo da Silva Jacobina
Advogado	KLEBER DE OLIVEIRA BARROS(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Seguranca Integrada Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 31/05/2012 09h00.

O(A) Juiz(a) do Trabalho FERNANDO GABRIELE BERNARDES da 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Patrimonial Seguranca Integrada Ltda, a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 31/05/2012 09h00, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista acima epigrafada

As partes deverão comparecer no endereço sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 - 2º andar, Sala 208 - Brasília/DF, ficando desde já cientes que:

1.A ausência do (a) Reclamante, implicará no arquivamento da ação nos termos do Art. 844 da CLT;
2.Faculta-se a(ao) Reclamado (a) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), devendo apresentar sua defesa aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e consequentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)
3.Cópia integral da petição inicial poderá ser retirada na Secretaria da Vara.
4.A audiência não será una.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-85200-37.2006.5.10.0009

Processo Nº RT-852/2006-009-10-00.3

Reclamante	LUIZ AUGUSTO PORTILHO MAGALHAES
Advogado	VICENTE DE PAULO BARROS PEGORARO(OAB: null)
Reclamado	Planer Sistemas e Consultoria Ltda
Reclamado	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP
Reclamado	Walter Antunes dos Reis
Reclamado	Joao Vicente Cunha

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) FERNANDO GABRIELE BERNARDES, Juiz(a) do Trabalho da 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Planer Sistemas e Consultoria Ltda, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO proferido nos autos e a seguir transcrito:fl. 353 "...Intime-se a empresa Executada, do agravo de petição interposto pela União (fls. 350/351-verso) ". O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SEPN Q. 513, BL. B, LOTES 02/03, SALA 203 - BRASÍLIA/DF. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 2, MAIO de 2012

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS
Diretor de Secretaria da 9ª VTB/DF

10ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-24-77.2012.5.10.0010

Reclamante	Antonio Carlos de Araujo
Advogado	GLEYSON ARAUJO TEIXEIRA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Empresa de Seguranca Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Vipasa-Vigilancia Patrimonial Armada Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

Ficam os reclamados intimados para manifestarem acerca dos documentos de fls. 62/63 no prazo de 10 dias, sob pena de serem consideradas verdadeiras as alegações do reclamante. Juiz do Trabalho MONICA RAMOS EMERY

Despacho

Processo Nº RT-25-62.2012.5.10.0010

Reclamante	Celma Catarina
Advogado	GILBERTO CLAUDIO HOERLLE(OAB: null)
Reclamado	Banco Citibank S.A
Advogado	BEATRIZ MARTINS COSTA(OAB: null)

DISPOSITIVO Ante o exposto, na reclamatória trabalhista que CELMA CATARINA move em desfavor de BANCO CITIBANK S/A, julgo PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados, condenando o reclamado a pagar ao autor, no prazo legal, o que se apurar em liquidação de sentença por simples cálculos, com base na remuneração constante das fichas financeiras, a título de: a) indenização por quilômetro rodado em veículo próprio, trajeto residência-trabalho-residência, considerada a necessidade de utilização em 12 dias por mês, excetuando-se o período de licença-maternidade e as férias usufruídas e comprovadas nos autos, no importe de 24,2km diários, de 21/1/2008 a 30/6/2009 e 37,8km diários, de 1º/7/2009 a 9/12/2011, tomando-se por base de cálculo R$ 0,50 por quilômetro rodado; b) indenização por transporte de valores no importe de R$ 20.000,00; c) 3h30min (três horas e trinta minutos) extras diárias, de 2ª a 6ª feira, durante todo o contrato, com acréscimo de 50% e divisor 180, bem como reflexos em RSR, inclusive sábados e feriados, aviso prévio, 13º salários, férias com 1/3 e FGTS com 40%. Tudo nos termos da fundamentação supra, que passa a fazer parte integrante do presente dispositivo. Incidem juros simples e correção monetária, na forma da Lei n1 8.177/91 e Súmulas 200 e 381 do c. TST. No tocante aos recolhimentos fiscais, deverá o Reclamado efetuar os descontos pertinentes, na forma do Provimento CGJT n1 03/2005, autorizada a dedução relativa ao Autor, sob pena de remessa de ofícios aos órgãos competentes. O cálculo do IRPF não incidirá sobre os juros de mora, a teor do art. 46 da Lei n1 8.541/92. Sobre horas extras com 50% e reflexos em RSR, 1/3 sobre férias usufruídas e 13º salários incidirão contribuições previdenciárias (art. 214, I, §§ 6º e 9º do Dec. 3.048/99), promovendo-se execução ex officio pelo juízo, na forma dos arts. 114, § 3º da CF/88 e 876, § único da CLT, observado o limite do teto mensal de contribuição. Custas, pelo reclamado, no importe de R$ 1.400,00, calculadas sobre R$ 70.000,00, valor arbitrado à condenação e para este fim fixado. Intimem-se as partes, via DJTE. Nada mais. Juiz do Trabalho MONICA RAMOS EMERY

Despacho

Processo Nº RT-85-69.2011.5.10.0010

Reclamante	Waldir Lopes Luz
Advogado	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)

Pelo exposto CONHEÇO e JULGO PROCEDENTE PARCIALMENTE a Impugnação aos Cálculos ofertada por WALDIR LOPES LUZ contra COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, nos termos da fundamentação expendida.

A reclamada não ofertou embargos à execução, motivo pelo qual, defiro a expedição de alvará para pagamento do líquido obreiro e recolhimentos, consoante cálculo à fl. 211.

Publique-se.

Juiz do Trabalho SANDRA NARA BERNARDO SILVA

Despacho

Processo Nº RT-100-04.2012.5.10.0010

Reclamante	Paulo Estevao Souza Silva
Advogado	ALESSANDRA NUNES CABRAL(OAB: null)
Reclamado	Bombeiros Brasileiros
Reclamado	Apam - Associacao de Pais, Alunos e Mestres do Colegio Militar Dom Pedro Ii
Advogado	PEDRO HENRIQUE ANDRADE SOUZA(OAB: null)

"...Vista ao reclamante para, querendo, manifestar sobre o recurso de fls. 27/741 interposto pela 2ª reclamada, no prazo legal..."

Juiz do Trabalho SANDRA NARA BERNARDO SILVA

Despacho

Processo Nº RT-240-38.2012.5.10.0010

Reclamante	Sandra Matias de Paula
Advogado	RODOLFO RODRIGUES GALVÃO(OAB: null)
Reclamado	Work - Services Conservacao e Limpeza Ltda(JOSE LACERDA BRITO)

Ex expositis julgo PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados por SANDRA MATIAS DE PAULA para condenar a Reclamada WORK-SERVICES CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA a pagar, no prazo legal, as verbas descritas na fundamentação, consoante seus comandos emergentes.Custas pela Reclamada de R$ 529,72, calculadas sobre R$ 26.486,12, valor atribuído à causa e à condenação para tal fim.Intimem-se as partes, a reclamada, via postal, na pessoa do sócio. Juiz do Trabalho SANDRA NARA BERNARDO SILVA

Despacho

Processo Nº RT-243-90.2012.5.10.0010

Reclamante	Thais Raquel Gregorio Albuquerque
Advogado	RODOLFO RODRIGUES GALVÃO(OAB: null)
Reclamado	Work - Services Conservacao e Limpeza Ltda(Jose Lacerda brito)

Ex expositis julgo PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados por THAIS RAQUEL GREGÓRIO ALBUQUERQUE para condenar a Reclamada WORK-SERVICES CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA a pagar, no prazo legal, as verbas descritas na fundamentação, consoante seus comandos emergentes.Custas pela Reclamada de R$ 154,94, calculadas sobre R$ 7.747,31, valor atribuído à causa e à condenação para tal fim.Intimem-se as partes, a reclamada, via postal, na pessoa do sócio. Juiz do Trabalho SANDRA NARA BERNARDO SILVA

Despacho

Processo Nº RT-244-75.2012.5.10.0010

Reclamante	Dyesnika Amanda Souza da Silva
Advogado	RODOLFO RODRIGUES GALVÃO(OAB: null)
Reclamado	Work - Services Conservacao e Limpeza Ltda(José Lacerda Brito)

Ex expositis julgo PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados por DYESNIKA AMANDA SOUZA DA SILVA para condenar a Reclamada WORK-SERVICES CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA a pagar, no prazo legal, as verbas descritas na fundamentação, consoante seus comandos emergentes.Custas pela Reclamada de R$ 288,60, calculadas sobre R$ 14.430,40, valor atribuído à causa e à condenação para tal fim.Intimem-se as partes, a reclamada, via postal, na pessoa do sócio. Juiz do Trabalho SANDRA NARA BERNARDO SILVA

Despacho

Processo Nº RT-293-87.2010.5.10.0010

Reclamante	Francisco Ricardo Camara Rodrigues
Advogado	WESLEY RICARDO DE SOUSA LACERDA(OAB: null)
Reclamado	Marcos Antonio Ribeiro dos Anjos
Advogado	GASPAR REIS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Rosileide Roque
Reclamado	Empreendimentos Imobiliarios Brasilia Leasing Ltda
Reclamado	Marcos Marcos Comercio e Representacoes Ltda

Vistos.Considerando que a requerente juntou aos autos documentos comprovando que os bloqueios BACENJUD incidiram sobre seus créditos de origem salarial, defiro os requerimentos de fls. 117 e 124.Intime-se a sócia Rosileide Roque para receber as guias de fls. 93,112 e 130, nesta Secretaria, no prazo de 10 dias.

Juiz do Trabalho MONICA RAMOS EMERY

Despacho

Processo Nº RT-354-11.2011.5.10.0010

Reclamante	Claudia Ferreira dos Santos
Advogado	ADRIANE NOBLE CORDEIRO(OAB: null)
Reclamado	Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	CARLA PATRICIA PIRES XAVIER(OAB: null)

Fica a 1ª reclamada intimada a manifestar sobre o recurso de fls.265/284 no prazo legal.

Despacho

Processo Nº RT-508-92.2012.5.10.0010

Reclamante	Julio Cesar Silveira Dornelas
Advogado	LUIZ GONZAGA BAIÃO(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Seguranca Integrada Ltda
Reclamado	Infraero
Reclamado	União

CONCLUSÃO 1 - Concedo a antecipação parcial da tutela postulada para determinar a liberação imediata dos depósitos de FGTS, bem como do Seguro Desemprego, possuindo a presente ata força de alvará perante a CEF, SINE e demais órgãos federais competentes para liberação do FGTS, suprindo a inexistência do TRCT, dos recolhimentos rescisórios do FGTS, das guias SD/CD e do carimbo de baixa da CTPS, desde que satisfeitos os requisitos legais para habilitação ao benefício. 2 - Intime-se o reclamante. 3 - Após, aguarde-se a audiência designada. Juiz do Trabalho MONICA RAMOS EMERY

Despacho

Processo Nº RT-751-70.2011.5.10.0010

Reclamante	Alberto de Mello Mattos
Advogado	VICTOR RUSSOMANO JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	CARLA PATRICIA PIRES XAVIER(OAB: null)

Ex expositis CONHEÇO dos EMBARGOS DECLARATÓRIOS apresentados por ALBERTO DE MELLO MATTOS e ACOLHO-OS, nos termos da fundamentação supra que passa a fazer parte integrante do decisum.Publique-se.Arquivem-se os autos, definitivamente.

Juiz do Trabalho SANDRA NARA BERNARDO SILVA

Despacho

Processo Nº RT-931-23.2010.5.10.0010

Reclamante	Shirley Brito de Oliveira
Advogado	MARCELO AMÉRICO MARTINS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Levycred Corretora de Seguros e Representacao Comercial Ltda
Advogado	SANDRO PONTUAL BROTHERHOOD(OAB: null)
Reclamado	Banco Cruzeiro do Sul S/A
Advogado	SANDRO PONTUAL BROTHERHOOD(OAB: null)

fica intimada a reclamante e 1ª reclamda a manifestar sobre o recurso de fls.628/634 no prazo legal, de 07/05 a 14/05/2012 para a reclamante e 17/05 a 25/05/2012 para a 1ª reclamada.

Despacho

Processo Nº RT-979-45.2011.5.10.0010

Reclamante	Diolino Antonio Lopes Neto
Advogado	CIRENE ESTRELA(OAB: null)
Reclamado	Rodoviario Ramos Ltda
Advogado	GELMA NUNES DE MORAES(OAB: null)

1- Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT).

Especificação do débito:

Total da execução R$ 19.202,91 Atualizado até: 30/04/2012
Liq. Exequente....: 14.350,07 (74,73%)
INSS Reclamante...: 977,59 (5,09%)
INSS Reclamado....: 2.512,32 (13,08%)
INSS Terceiros....: 728,54 (3,79%)
INSS SAT.....: 251,20 (1,31%)
Custas do Processo: 306,55 (1,6%)
Custas Art.789....: 76,64 (0,40%)

2 - Fica o(a) executado(a), citado(a) para pagamento do valor da execução, até o dia anterior à audiência designada, ficando ciente que poderá, se for o caso, ser aplicada a cominação prevista no artigo 475-J do CPC, acrescendo o percentual de 10% sobre a condenação.

3 - Ficam as partes intimadas para manifestação sobre os cálculos, no prazo legal sucessivo, a começar pelo reclamante, sob pena de preclusão.

4 - Determino o comparecimento das partes à sala de audiências desta Vara, no dia 31/05/2012 14h30, devendo o(a)reclamante apresentar sua CTPS para as anotações devidas pela reclamada, na forma do disposto no inciso I, do art. 599 do CPC, para as seguintes providências:

a) nomeação de bens à penhora, com a apresentação do título de propriedade, sob pena de preclusão, bem como indicação de depositário do bem;

b) aceitação da nomeação pelo credor ou indicação de outros bens, podendo postular a remoção dos bens, sob pena de preclusão;

c)tentativa de conciliação.

5 - Decorrido o prazo sem o devido pagamento, atualizem-se os cálculos e venham-me os autos conclusos para realização das medidas restritivas necessárias para a garantia da execução, na forma do art. 655 do CPC.

FICAM AUTORIZADAS, DE OFÍCIO, AS PESQUISAS POR MEIO DOS SISTEMAS BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, CNE, RECEITA FEDERAL SEMPRE QUE NECESSÁRIO PARA CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES SUPRA.

6 - Se positivo o resultado das penhoras intimem-se as partes para os fins previstos no art. 884 da CLT.

7- Não obtendo êxito na execução contra a empresa executada, desconsidero a personalidade jurídica da executada, a teor do art. 28 da Lei 8078/90, devendo a execução prosseguir nas pessoas dos sócios.

"EXECUÇÃO - TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - BENS DO SÓCIO - APLICABILIDADE - A teoria da desconsideração da personalidade jurídica autoriza o juiz a responsabilizar os sócios pelo pagamento da dívida, mesmo que este não tenha participado do processo em sua fase de conhecimento, máxime quando não apresentado, pela executada, bens passíveis de constrição e suficientes à satisfação do crédito obreiro".

8 - Se frustradas as tentativas de execução contra os sócios proceda-se à pesquisa INFOJUD, intimando-se o exequente para vista, em Secretaria, dos documentos sigilosos arquivados em pasta própria, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos.

9 - Intimem-se as partes, via postal e seus procuradores, via DJTE.

Juiz do Trabalho MONICA RAMOS EMERY

Despacho

Processo Nº RT-1086-26.2010.5.10.0010

Reclamante	Sirlene Pestana Sales
Advogado	ISAAC NAFTALLI OLIVEIRA E SILVA(OAB: null)
Reclamado	Saint Moritz Distribuidora de Veiculos e Servicos Ltda.
Advogado	LUZIA DE ANDRADE COSTA FREITAS(OAB: null)

Diante da Certidão supra, extingo a execução nos temos do artigo 794, Inciso II, do CPC.

Indefiro a liberação da guia de fl. 468, convolado em penhora fl. 471, tendo em vista a sua liberação ao patrono do reclamante.

Juiz do Trabalho MONICA RAMOS EMERY

Despacho

Processo Nº RT-1337-10.2011.5.10.0010

Reclamante	Jair Pereira da Costa
Advogado	MARCOS D'AVILA MELO FERNANDES(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal
Advogado	OSVALDO CAITANO DE MORAES(OAB: null)
Reclamado	Fundação dos Economiários Federais . - Funcef
Advogado	LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO(OAB: null)

CONCLUSÃO Por todo o exposto, na reclamação trabalhista em que são partes JAIR PEREIRA DA COSTA, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF decido CONHECER dos embargos declaratórios opostos pelas partes, para, no mérito, ACOLHER PARCIALMENTE os embargos opostos pelo reclamante; REJEITAR os embargos opostos pela 1ª reclamada e ACOLHER PARCIALMENTE os opostos pela 2ª reclamada, para: 1) declarar que o direito às repercussões do auxílio-alimentação em férias com 1/3, 13º salários, FGTS, horas extras, ATS, conversão em pecúnia de licença-prêmio, RSR (inclusive sábados, domingos e feriados), dizem respeito a parcelas vencidas desde 26/8/2006 e vincendas; 2) excluir da condenação a determinação de incidência de recolhimentos à FUNCEF sobre auxílio-alimentação e suas repercussões; tudo nos termos da fundamentação retro que fica fazendo parte integrante do presente dispositivo. RENUMEREM-SE OS AUTOS A PARTIR DE FLS. 1055. Intimem-se as partes, via DJTE. Nada mais. Juiz do Trabalho MONICA RAMOS EMERY

Despacho

Processo Nº RT-1424-63.2011.5.10.0010

Reclamante	Antonio de Mello Sobrinho
Advogado	JOAO BATISTA DE ALMEIDA(OAB: null)
Reclamado	Jda Construes e Reformas Ltda
Advogado	LEONARD LEDUC LAMAS(OAB: null)

Ficam as reclamadas intimadas para pagarem as 3ª e ª parcelas do acordo inadimplidas com a multa de 100%, bem como o valor das parcelas previdenciárias e fiscais incidentes sobre o acordo de fl. 63 no prazo de 10 dias. Decorrido o prazo sem manifestação, prossiga a execução nos termos do art. 655 do CPC.

MONICA RAMOS EMERY
Juiz do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-1504-27.2011.5.10.0010

Reclamante	Jessica Aline Cordeiro da Silva
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Monte Sinai Service Locacao de Mao de Obra Ltda
Advogado	RICARDO SIMÕES XAVIER DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Fundação Universidade de Brasília

Diante disso e considerando o prazo de validade dos documentos, expeçam-se novos alvarás e intime-se a reclamante para recebê-los e comprovar o valor levantado a título de FGTS no prazo de 10 dias, sob pena de ser considerada quitada a parcela.

Despacho

Processo Nº RT-1591-17.2010.5.10.0010

Reclamante	Ney Verissimo da Silva
Advogado	JOSE EYMARD LOGUERCIO(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA(OAB: null)

Fica a reclamada intimada para apresentarcálculos de liquidação, tendo em vista a promoção da Contadoria à fl. 781, no prazo de 20 dias. Juiz do Trabalho SANDRA NARA BERNARDO SILVA

Despacho

Processo Nº RT-1617-78.2011.5.10.0010

Reclamante	Leandro Alves Garcia
Advogado	MARCILIO ALVES DE CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	Worktime Assessoria Empresarial Ltda
Advogado	LEANDRO COELHO DINIZ(OAB: null)
Reclamado	União Federal - Ministério da Saúde

Fica intimada a 1ª reclamda a manifestar sobre o recurso de fls.155/164 no prazo legal.

Despacho

Processo Nº RT-1694-87.2011.5.10.0010

Reclamante	Felipe do Sacramento Martins
Advogado	GERCILENIO MENEZES DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda
Reclamado	Infraero - Empresa de Infraestrutura Aeroportuária
Advogado	ELIZABETH EUSTAQUIA SOARES(OAB: null)

Fica o reclamante intimado para trazer aos autos o extrato da conta vinculada do reclamante, elemento essencial para o cálculo da indenização de 20% sobre o FGTS, no prazo de 10 dias. Juiz do Trabalho MONICA RAMOS EMERY

Despacho

Processo Nº RT-1749-38.2011.5.10.0010

Reclamante	Marcello Silva Neves
Advogado	ÁUREA FELICIANA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Rr Parafarmacia Comercio de Materiais Medicos Hospitalares Ltda - Me
Advogado	BIRON CARDOSO LEITE(OAB: null)

1- Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT).

Especificação do débito:

Total da execução R$ 509,78 Atualizado até: 30/04/2012
Liq. Exequente....: 387,28 (75,97%)
INSS Reclamante...: 15,53 (3,05%)
INSS Reclamado....: 38,85 (7,62%)
INSS Terceiros....: 11,28 (2,21%)
INSS SAT.....: 3,91 (0,77%)
Custas do Processo: 10,64 (2,09%)
Custas Art.789....: 2,01 (0,39%)
Hon. Advocatício..: 40,28 (7,90%)

2 - Fica o(a) executado(a), citado(a) para pagamento do valor da execução, até o dia anterior à audiência designada, ficando ciente que poderá, se for o caso, ser aplicada a cominação prevista no artigo 475-J do CPC, acrescendo o percentual de 10% sobre a condenação.

3 - Ficam as partes intimadas para manifestação sobre os cálculos, no prazo legal sucessivo, a começar pelo reclamante, sob pena de preclusão.

4 - Determino o comparecimento das partes à sala de audiências desta Vara, no dia 31/05/2012 14h20, devendo o(a)reclamante apresentar sua CTPS para as anotações devidas pela reclamada, na forma do disposto no inciso I, do art. 599 do CPC, para as seguintes providências:

a) nomeação de bens à penhora, com a apresentação do título de propriedade, sob pena de preclusão, bem como indicação de depositário do bem;

b) aceitação da nomeação pelo credor ou indicação de outros bens, podendo postular a remoção dos bens, sob pena de preclusão;

c)tentativa de conciliação.

5 - Decorrido o prazo sem o devido pagamento, atualizem-se os cálculos e venham-me os autos conclusos para realização das medidas restritivas necessárias para a garantia da execução, na forma do art. 655 do CPC.

FICAM AUTORIZADAS, DE OFÍCIO, AS PESQUISAS POR MEIO DOS SISTEMAS BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, CNE, RECEITA FEDERAL SEMPRE QUE NECESSÁRIO PARA CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES SUPRA.

6 - Se positivo o resultado das penhoras intimem-se as partes para os fins previstos no art. 884 da CLT.

7- Não obtendo êxito na execução contra a empresa executada, desconsidero a personalidade jurídica da executada, a teor do art. 28 da Lei 8078/90, devendo a execução prosseguir nas pessoas dos sócios.

"EXECUÇÃO - TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - BENS DO SÓCIO - APLICABILIDADE - A teoria da desconsideração da personalidade jurídica autoriza o juiz a responsabilizar os sócios pelo pagamento da dívida, mesmo que este não tenha participado do processo em sua fase de conhecimento, máxime quando não apresentado, pela executada, bens passíveis de constrição e suficientes à satisfação do crédito obreiro".

8 - Se frustradas as tentativas de execução contra os sócios proceda-se à pesquisa INFOJUD, intimando-se o exequente para vista, em Secretaria, dos documentos sigilosos arquivados em pasta própria, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos.

9 - Intimem-se as partes, via postal e seus procuradores, via DJTE. Juiz do Trabalho MONICA RAMOS EMERY

Despacho

Processo Nº RT-1754-60.2011.5.10.0010

Reclamante	Eva Alves Rodrigues
Advogado	PEDRO PEREIRA DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	MARIANA NUNES SCANDIUZZI(OAB: null)

Ex expositis julgo PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados por EVA ALVES RODRIGUES em face às reclamadas para condenar a BEIT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - ME e, subsidiariamente, a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT a pagarem, no prazo legal, como se apurar em regular liquidação de sentença, as verbas descritas na fundamentação, consoante seus comandos emergentes.Custas pela 1ª reclamada no importe de R$ 400,00, calculadas sobre R$ 20.000,00, valor atribuído à condenação.Aplicam-se à 2ª reclamada as prerrogativas do Decreto-lei 509/69.Eventual execução observará os benefícios atribuíveis à Fazenda Publica com expedição de precatório (art. 100 CF/88). Juiz do Trabalho SANDRA NARA BERNARDO SILVA

Despacho

Processo Nº RT-1837-76.2011.5.10.0010

Reclamante	Ailton Cezar Alves Neves
Advogado	ROSALINA GONÇALVES PEREIRA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Empresa de Seguranca Ltda
Reclamado	Vipasa-Vigilancia Patrimonial Armada Ltda
Reclamado	Distrito Federal

1. Deixo de receber Recurso de Agravo de Petição interposto pela executada fls. 750/780,por intempestivo, eis que o prazo para sua interposição encerrou-se em 30/03/2012. Publique-se

Data supra.

Despacho

Processo Nº RT-1908-78.2011.5.10.0010

Reclamante	Rosita Batista Belem da Silva
Advogado	SIMONE DE SOUSA TORRES(OAB: null)
Reclamado	Hajime Restaurante e Fast Food Ltda
Advogado	CLÁUDIO RODARTE CAMOZZI(OAB: null)

Fica a reclamante intimada para se manifestar sobre os Embargos Declaratórios apresentados pela reclamada às fls. 91/92, bem como para receber a CTPS acostada à contracapa dos autos, no prazo de 05 dias. Juiz do Trabalho MONICA RAMOS EMERY

Despacho

Processo Nº RT-14400-73.2009.5.10.0010

Processo Nº RT-144/2009-010-10-00.5

Reclamante	Magno Cardoso Veras Neto
Advogado	ANDRE LUIZ MIRANDA DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Instituto Candango de Solidariedade
Reclamado	Companhia Urbanizadora Nova Capital - Novacap
Advogado	FLÁVIO DE SOUSA E SILVA(OAB: null)

Do exposto conheço e julgo PROCEDENTES os Embargos à Execução apresentados por COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL NOVACAP (Devedora Subsidiária) em face de MAGNO CARDOSO VERAS NETO, nos termos da fundamentação expendida, para fixar a execução em R$ 5.416,60, em 30.04.2010 (cálculo retificador à fl. 176), sem prejuízo de futuras atualizações.

Custas pela Embargante de R$ 44,26, a teor do art. 789-A, V da CLT.

Publique-se. Juiz do Trabalho SANDRA NARA BERNARDO SILVA

Despacho

Processo Nº RT-33900-14.1998.5.10.0010

Processo Nº RT-339/1998-010-10-00.1

Reclamante	Francisco Alves de Oliveira
Advogado	ALISSON DE SOUZA E SILVA(OAB: null)
Reclamado	Pizzaria Moreira Ltda
Advogado	SÉRGIO ROGÉRIO MACHADO DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	José Nivaldo de Medeiros
Reclamado	Rodrigo Varela de Medeiros
Reclamado	Ivan Moreira
Reclamado	Marizete Alves Damacena
Advogado	EDMEIA PORTO FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Manoel Medeiros
Advogado	MARCIO EDUARDO CAIXETA BORGES(OAB: null)
Reclamado	Maria Lucia da Costa Medeiros
Advogado	MARCIO EDUARDO CAIXETA BORGES(OAB: null)

Fica o Procurador do reclamante intimado para vista dos documentos extraídos da base de dados da Receita Federal no prazo de 10 dias. Juiz do Trabalho MONICA RAMOS EMERY

Despacho

Processo Nº RT-85900-25.1997.5.10.0010

Processo Nº RT-859/1997-010-10-00.3

Reclamante	Rosalino Cardoso dos Santos
Advogado	ROBSON FREITAS MELO(OAB: null)
Reclamado	Restaurante Ze Luzia Ltda Me
Reclamado	Mauricio Viana Rocha
Reclamado	Francisca de Araujo Melo
Reclamado	Ademir Pereira da Silva
Reclamado	Jose Nilton Soares da Silva

Fica o exequente intimado para manifestar-se sobre a proposta de acordo oferecida pela socia executada à fl.122, em 05 dias, implicando o silêncio em concordância.

Despacho

Processo Nº RT-96900-03.1989.5.10.0010

Processo Nº RT-969/1989-010-10-00.5

Reclamante	MARIA LUCIA HELENA SANTOS (33)
Advogado	CARLOS BELTRÃO HELLER(OAB: null)
Reclamado	DISTRITO FEDERAL (SUCESSOR DA FUNDACAO ZOOBOTANICA DF)
Advogado	LUÍS AUGUSTO SCANDIUZZI(OAB: null)

1 - À fl. 789, manifestam-se as exequentes MARIA OLIMPIA DUARTE FRANCO e MARIA ONEIDA ALMEIDA ROCHA pedindo a não compensação das cessões que fizeram em favor de CARLOS BELTRÃO HELLER (fls. 601), tendo em vista que essas cessões referiam-se a mera formalidade, para garantir os 20% referentes aos seus honorários advocatícios.

2 - Indefiro o pedido supra, tendo em vista que as cessões em epígrafe se deram através de Escritura Pública de Cessão de Direitos lavradas em Cartório e foge à competência este Juízo deliberar acerca do assunto.

3 - Diante da certidão supra, expeça-se alvará para levantamento dos créditos líquidos dos exequentes, compensando-se os valores cedidos por MARIA OLIMPIA DUARTE FRANCO, MARIA ONEIDA ALMEIDA ROCHA e MARLAN PEREGRINO RAMOS FREITAS (§ 9º do art. 100 da CF/88 - Resol. 115/2010 do CNJ). Juiz do Trabalho SANDRA NARA BERNARDO SILVA

Edital

Edital

Processo Nº RT-10-93.2012.5.10.0010

Reclamante	Silvio Meireles Soares
Advogado	ROBSON ANTAS DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Corpservice- Cooperativa de Servicos Ltda
Reclamado	Politec Tecnologia da Informacao S/A

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) SANDRA NARA BERNARDO SILVA, Juiz(a) do Trabalho da 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Corpservice- Cooperativa de Servicos Ltda, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO proferido nos autos e a seguir transcrito: "DISPOSITIVO Ante o exposto, na reclamação trabalhista que SILVIO MEIRELES SOARES move em desfavor de CORPSERVICE COOPERATIVA DE SERVIÇOS LTDA. e POLITEC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A, declarando a nulidade da adesão à cooperativa reclamada e a existência de vínculo empregatício no período de 01/12/2006 a 05/01/2010, julgo EXTINTO O FEITO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO (art. 269, IV do CPC) relativamente aos pleitos anteriores a 09/01/2007, à exceção do FGTS e PROCEDENTES EM PARTE os demais pedidos formulados para condenar as reclamadas, de forma solidária, a pagar ao autor, com base no salário de R$ 4.400,00, o que se apurar em liquidação de sentença por simples cálculos a título de: a) RSR sobre os salários mensais; b) aviso prévio projetado; c) 13º salário integral de 2007, 2008, 2009 e proporcional de 2010 (1/12); d) férias 2006/2007, 2007/2008, de forma dobrada; 2008/2009, de forma simples e proporcionais (2/12), todas acrescidas de 1/3. Deverá a 1ª reclamada efetuar em conta vinculada os depósitos de FGTS sobre os salários recebidos durante o pacto laboral, bem como sobre aviso prévio e 13º salários, ora deferidos, acrescidos da indenização compensatória de 40%, expedindo as guias próprias, sob pena de conversão em pecúnia. Deverá a 1ª reclamada, ainda, anotar a CTPS obreira. Tudo nos termos da fundamentação supra, que passa a fazer parte integrante do presente dispositivo. Incidem juros e correção monetária, na forma da Lei nº 8.177/91, observados, ainda, os termos das Súmulas 200 e 381 do c. TST. No tocante aos recolhimentos fiscais, deverão as reclamadas efetuar os descontos pertinentes, na forma do Provimento CGJT nº 03/05, autorizada a dedução relativa ao autor, sob pena de remessa de ofícios aos órgãos competentes. Sobre RSR e 13º salários incidirão contribuições previdenciárias (art. 214, I, §§6º e 9º, IV, V, "a", "f" e XXII do Decreto 3.048/99), procedendo-se à execução ex officio na forma dos artigos 114, § 3º da CF/88 e 876, § único da CLT. Custas, pelas reclamadas, no importe de R$ 2.000,00, calculadas sobre R$ 100.000,00, valor atribuído à condenação e para este fim fixado. Cientes o autor e a 2ª reclamada (S. 197/TST).
Intime-se a 1ª reclamada, por edital. Nada mais.". O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita à Avenida W3-NORTE, Quadra 5l3, Lote 2 e 3, Sala 216, CEP 70860-900, Brasília/DF.

E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

PAULO SÉRGIO FERREIRA PAIVA_____
Diretor de Secretaria da 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 30, ABRIL de 2012.

SANDRA NARA BERNARDO SILVA
JUIZ DO TRABALHO

Edital

Processo Nº RT-1754-60.2011.5.10.0010

Reclamante	Eva Alves Rodrigues
Advogado	PEDRO PEREIRA DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	MARIANA NUNES SCANDIUZZI(OAB: null)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) MÔNICA RAMOS EMERY, Juiz(a) do Trabalho da 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Beit Terceirizacao de Servicos Ltda - Me, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO proferido nos autos e a seguir transcrito: "Ex expositis julgo PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados por EVA ALVES RODRIGUES em face às reclamadas para condenar a BEIT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - ME e, subsidiariamente, a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT a pagarem, no prazo legal, como se apurar em regular liquidação de sentença, as verbas descritas na fundamentação, consoante seus comandos emergentes.Custas pela 1ª reclamada no importe de R$ 400,00, calculadas sobre R$ 20.000,00, valor atribuído à condenação.Aplicam-se à 2ª reclamada as prerrogativas do Decreto -lei 509/69.Eventual execução observará os benefícios atribuíveis à Fazenda Publica com expedição de precatório (art. 100 CF/88).". O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita à Avenida W3-NORTE, Quadra 5l3, Lote 2 e 3, Sala 216, CEP 70860-900, Brasília/DF.

E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

PAULO SÉRGIO FERREIRA PAIVA_____
Diretor de Secretaria da 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 2, MAIO de 2012.

MÔNICA RAMOS EMERY
JUIZ DO TRABALHO

Edital

Processo Nº RT-1772-81.2011.5.10.0010

Reclamante	Thiago Alves Lopes
Advogado	ROBSON ANTAS DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Corpservice- Cooperativa de Servicos Ltda
Reclamado	Politec -Tecnologia da Informacao S/A
Reclamado	União Federal - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) MÔNICA RAMOS EMERY, Juiz(a) do Trabalho da 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Corpservice- Cooperativa de Servicos Ltda, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO proferido nos autos e a seguir transcrito: "Ex expositis julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por THIAGO ALVES LOPES para reconhecer o vínculo de emprego com a reclamada CORPSERVICE- COOPERATIVA DE SERVICOS LTDA, e condenar solidariemente a POLITEC - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. a pagarem, no prazo legal, como se apurar em regular liquidação de sentença, as verbas descritas na fundamentação, consoante seus comandos emergentes.Custas pelas reclamadas de R$ 400,00, calculadas sobre R$ 20.000,00, valor atribuído à condenação.Cientes o reclamante e 2ª reclamada.Intime-se a 1ª reclamada por edital.". O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita à Avenida W3-NORTE, Quadra 5l3, Lote 2 e 3, Sala 216, CEP 70860-900, Brasília/DF.

E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

PAULO SÉRGIO FERREIRA PAIVA_____
Diretor de Secretaria da 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 2, MAIO de 2012.

MÔNICA RAMOS EMERY
JUIZ DO TRABALHO

11ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-141-02.2011.5.10.0011

Reclamante	Luiz de Gonzaga Costa de Araujo Filho
Advogado	LEONARDO MIRANDA SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	GUSTAVO OUVINHAS GAVIOLI(OAB: null)

DESPACHO PROFERIDO À FL. 544, A SEGUIR TRANSCRITO: "Tendo em vista a certidão supra, intime-se o exequente para receber o alvará, no prazo de 10 (dez) dias".

Despacho

Processo Nº RT-164-11.2012.5.10.0011

Reclamante	Mara Conceicao Silva
Advogado	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Center Parque - Parque de Diversoes Nicolandia Ltda
Advogado	ADELINO DE CARVALHO TUCUNDUVA JUNIOR(OAB: null)

Vistos.
Intime-se a reclamante para que se manifeste nos autos concernente ao recebimento das guias de acordo.
Decorrido o prazo in albis, ter-se-á por cumprida a obrigação da reclamada, com a consequente remessa dos autos ao arquivo definitivo.

Despacho

Processo Nº RT-173-70.2012.5.10.0011

Consignante	Drive Car Transportes e Combustiveis Ltda
Advogado	MAURO FERREIRA ROZA FILHO(OAB: null)
Consignado	Maikon Douglas Nunes da Costa
Advogado	MAURO FERREIRA ROZA FILHO(OAB: null)

Vistos.
Considerando os termos da ata de audiência de fls. 23, intime-se a consignante para que apresente os comprantes dos recolhimentos previdenciários.
Prazo de 10 dias.

Despacho

Processo Nº RT-284-25.2010.5.10.0011

Reclamante	Anderson Vianna Trindade
Advogado	FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE(OAB: null)
Reclamado	Adservis Multiperfil Ltda
Advogado	WILLIAM BRUNO DE CASTRO SILVA(OAB: null)
Reclamado	Jose Vicente Fonseca
Reclamado	Logpar - Logistica e Participacoes Ltda
Reclamado	Patricia Crhistina Alves Ramos

Indefiro o requerido, ante os termos da certidão de fls. 409 e considerando ainda que a diligência está ao alcance da parte. Intime-se. Prazo de quinze dias. No silêncio, venham-me os autos para protesto dos executados.

Despacho

Processo Nº RT-295-20.2011.5.10.0011

Reclamante	Wender Oliveira Fernandes Silva
Advogado	ELIZIO ROCHA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Zerbinatti Zerbinatti Ltda
Advogado	ANDREZA DA SILVA FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Ciplan Cimento Planalto Sa
Advogado	ROBERTA FERREIRA REIS(OAB: null)

Despacho às fls. - Vistos.
Ante o resultado infrutífero da carta precatória expedida nos autos, prossiga-se o feito em desfavor da segunda reclamada, condenada de forma subsidiária, consoante decisório de fls. 253.
Cite-se o segundo executado, para ciência da execução que se processa nestes autos, devendo efetuar o pagamento da dívida, no prazo de três dias, sob pena de execução.
Valor da execução:R$11.600,14

Despacho

Processo Nº RT-350-68.2011.5.10.0011

Reclamante	Rinaldo Cruz Petroceli
Advogado	KARINNE MIRANDA RODRIGUES(OAB: null)
Reclamado	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuaria
Advogado	LUCIANA TENÓRIO EBERT(OAB: null)

Despacho às fls. - Vistos.
Considerando os termos da promoção da Contadoria, intimem-se as partes para que juntem aos autos, os contracheques referentes ao período de 01/08/2008 a 30/04/2009. Prazo de quinze dias.

Despacho

Processo Nº RT-401-79.2011.5.10.0011

Reclamante	Heber Peixoto Sabino do Nascimento
Advogado	NARRYMA KEZIA DA SILVA JATOBA(OAB: null)
Reclamado	William Frederico Carneiro de Almeida (Deputado Distrital)

Advogado	GIORGIO RUBIN CANTUARIA FERREIRA GOMES(OAB: null)

DESPACHO PROFERIDO À FL. 530, A SEGUIR TRANSCRITO:"INTIME-SE O EXEQUENTE PARA RECEBER A GUIA DE FL. 496, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, NO MESMO PRAZO DEVERÁ COMPROVAR O MONTANTE LEVANTADO".

Despacho

Processo Nº RT-409-22.2012.5.10.0011

Reclamante	Andre Luiz Barbosa da Silva
Advogado	OSNIR OSTWALD(OAB: null)
Reclamado	Ipanema Empresa de Servicos Gerais e Transportes Ltda

O petitório de acordo deve ser firmado também pelo reclamante.Intime-se.

Despacho

Processo Nº RT-422-89.2010.5.10.0011

Reclamante	Hilda Teruko Nakakura
Advogado	DINARTH ARAUJO CARDOSO JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	JOÃO AMILCAR VALLE ABOUD(OAB: null)

Diante da manifestação da contadoria (fls. 581/582), e ainda considerando a freqüente dificuldade para liquidação dos créditos que envolvam instituições bancárias, bem como o habitual debate das partes acerca da metodologia para a apuração das parcelas devidas, dada a peculiaridade das rubricas existentes nos contracheques, mister a liquidação do feito por perito do Juízo, ficando desde já consignado que o ônus pela realização da prova técnica recairá para a reclamada. Portanto, nomeio para o encargo o perito contábil Charles Lopes Ferreira (Endereço: Quadra 204 Conj. 10, Casa 16, Residencial Oeste São Sebastião, CEP 716.914 -19), o qual deverá ser intimado para início imediato do trabalho técnico.

Deverá o profissional observar os limites decisórios, bem como os regulamentos inerentes à previdência privada da reclamada (acaso deferida), devendo apresentar o laudo no prazo de 30 dias. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-459-48.2012.5.10.0011

Reclamante	Valdileide Vieira Chagas da Silva
Advogado	FLORISVALDO TEIXEIRA DE SOUZA FILHO(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Reclamado	Distrito Federal - Secretaria de Estado de Planejamento e Orcamento do DF

(...)Entendo presentes todos os elementos legais que justificam a adoção da medida liminar postulada. Expeça-se ofício de reserva de crédito existente no processo 0001665-2010-007-10-00-0, que tramita perante a MM. 7ª Vara do Trabalho de Brasília, no importe de R$8.195,55, devendo a importância constrita ser transferida para conta à disposição deste Juízo tão logo seja possível. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-537-42.2012.5.10.0011

Reclamante	Maria das Vitorias Araujo de Macedo
Advogado	MICHELLE DE SOUSA E SILVA FIGUEIREDO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Ast Assessoria em Servicos Terceirizados Ltda

Intime-se o reclamante a emendar a inicial, informando o endereço atualizado da reclamada, em dez dias, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito. Publique-se para ciência do reclamante. Com a informação do endereço, notifique-se a reclamada

Despacho

Processo Nº RT-571-17.2012.5.10.0011

Reclamante	Daisy Lorraine Correa Silva
Advogado	JOSE ORLANDO DE AMORIM(OAB: null)
Reclamado	Maria Amélia Nascimento de Souza

Intime-se o reclamante a emendar a inicial, informando o endereço atualizado da reclamada, em dez dias, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito. Publique-se para ciência do reclamante. Com a informação do endereço, notifique-se a reclamada

Despacho

Processo Nº RT-607-59.2012.5.10.0011

Embargante	Michelle de Sousa Pimenta Vieira
Advogado	ISABELA MENEZES DE FARIAS(OAB: null)
Embargado	Maria do Socorro dos Santos
Advogado	ARLINDO DE OLIVEIRA XAVIER NETTO(OAB: null)
Embargado	Visual - Locação, Serviço, Construção Civil e Mineração Ltda
Embargado	União - Ministério da Ciência e Tecnologia
Embargado	Silvio Pimenta Vieira
Embargado	Alessandro Facundes Bonfim Bezerra

CONCLUSÃO Diante do exposto, conheço dos embargos de terceiro opostos por MICHELLE DE SOUSA PIMENTA VIEIRA para, no mérito, julgar improcedentes suas alegações, nos termos da fundamentação precedente que integra o presente decisum para todos os efeitos legais e jurídicos. Custas, pelo Embargante, no importe de R$44,26 (quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos), cujo recolhimento deverá ser comprovado no prazo de 5 dias. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-634-42.2012.5.10.0011

Reclamante	Sandra Soares da Cunha
Advogado	TABATA DA SILVA COSTA(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa de Profissionais Autonomos de Transporte de Samambaia
Reclamado	Distrito Federal (DFTrans - Transporte Urbano do Distrito Federal)

Vistos.

Audiência INAUGURAL a ser realizada no dia 13/06/2012 14h00.

Intime-se o(a) reclamante para que informe o correto endereço do(a) reclamado(a), no prazo de dez dias, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito. Esclareço, desde já, que a notificação mediante edital somente poderá ser feita após a tentativa de notificação do(s) sócio(s), hipótese em que o(a) autor(a) deverá apresentar nos autos o respectivo contrato social.

Despacho

Processo Nº RT-637-94.2012.5.10.0011

Reclamante	Moises Gomes da Silva
Advogado	TABATA DA SILVA COSTA(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa de Profissionais Autonomos de Transporte de Samambaia
Reclamado	Distrito Federal (DFTrans - Transporte Urbano do Distrito Federal)

Intime-se o reclamante a emendar a inicial, informando o endereço atualizado da 1ªreclamada, em dez dias, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito. Ressalto que a notificação pela via

editalícia, somente se dará após a tentativa de notificação da reclamada em comento por meios dos dirigentes da cooperativa, para tanto, a parte deverá apresentar a última ata de eleição. Publique-se para ciência do reclamante. Com a informação do endereço, notifique-se a reclamada.

Despacho

Processo Nº RT-638-79.2012.5.10.0011

Reclamante	Jefferson Lima dos Santos
Advogado	TABATA DA SILVA COSTA(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa de Profissionais Autonomos de Transporte de Samambaia
Reclamado	Distrito Federal (DFTrans - Transporte Urbano do Distrito Federal)

DESPACHO PROFERIDO À FL. 80, A SEGUIR TRANSCRITO: "J. Diante da presente devolução, intime-se o reclamante a informar o endereço atualizado da primeira reclamada em dez dias, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito. Esclareço desde já que a notificação mediante edital somente poderá ser feita após a tentativa de notificação de seus dirigentes, hipótese em que o autor deverá apresentar nos autos a ata de eleição".

Despacho

Processo Nº RT-717-92.2011.5.10.0011

Reclamante	Pollyanna Clara da Silva Pereira
Advogado	GILBERTO CLAUDIO HOERLLE(OAB: null)
Reclamado	Fináustria Assessoria, Administração, Serviços de Crédito e Participações S/A
Advogado	DENISE BRAGA TORRES STAMM(OAB: null)
Reclamado	Itau Unibanco S.A.
Advogado	DENISE BRAGA TORRES STAMM(OAB: null)

"Renovo ao reclamado o prazo de 10 dias para que apresente os documentos solicitados pela contadoria. Saliento que, o silêncio reiterado importará na apuração dos valores por arbitramento"

Despacho

Processo Nº RT-722-80.2012.5.10.0011

Reclamante	Maria Helena Dias da Silva
Advogado	PATRÍCIA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Ast Assessoria em Servicos Terceirizados Ltda
Reclamado	Fub-Fundaçao Universidade de Brasilia

Entendo presentes todos os elementos legais que justificam a adoção da medida acautelatória postulada. Assim, defiro a liminar requerida, que será cumprida, a princípio, junto aos tomadores de serviços sediados no Distrito Federal. Expeça-se mandado de bloqueio de eventuais créditos existentes da empresa AST - ASSESSORIA E, SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. perante a FUB - Fundação Universidade de Brasília, até o limite de R$60.000,00, devendo a importância constrita ser transferida para conta à disposição deste Juízo. Caso a medida se revele inócua, a mesma deverá ser cumprida perante o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Juiz do Trabalho PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI

Despacho

Processo Nº RT-734-65.2010.5.10.0011

Reclamante	Carlos Henrique Saraiva dos Reis
Advogado	ROBSON FREITAS MELO(OAB: null)
Reclamado	Tim Celular S.A.
Advogado	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: null)

Homologo os cálculos de fls. 402/417, para fixar o débito da executada, sem prejuízo das atualizações de direito, em R$41.287,26, atualizado até 30/04/2012 ,com as devidas deduções. Cite-se a executada para, em três dias, pagar a quantia correspondente especificada, depositar ou indicar bens passíveis de penhora.

Despacho

Processo Nº RT-757-40.2012.5.10.0011

Reclamante	Valdeli da Silva Goncalves
Advogado	RENAULT CAMPOS LIMA(OAB: null)
Reclamado	Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará

Alega a reclamante que foi dispensada pela ré durante o gozo do benefício previdenciário auxílio doença. Requer a concessão de liminar para que seja determinada sua imediata reintegração ao trabalho. Por ora, indefiro o pedido de liminar formulado, uma vez que a natureza dos pedidos pressupõe regular instrução probatória do feito, revelando-se necessária a oitiva da parte contrária. Publique-se. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-760-29.2011.5.10.0011

Reclamante	Francisco Dilemilson da Silva
Advogado	GERCILENIO MENEZES DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda
Reclamado	Infraero Empresa de Infraestrutura Aeroportuária
Advogado	CYNTHIA SANTOS MAGALHAES ROCHA(OAB: null)

Intime-se o reclamante para se manifestar acerca da promoção da Contadoria, colacionando aos autos o saldo/extrato da conta vinculada elementos essenciais para apuração do cálculo da indenização de 20% sobre FGTS, garantida a integralidade dos depósitos, conforme determinado às fls.535. Prazo de 15 dias.

Despacho

Processo Nº RT-784-23.2012.5.10.0011

Reclamante	Maria Ademildes Carmo Nunes Scalia
Advogado	IRENÍ BRAGA(OAB: null)
Reclamado	Lidovino Antonio Fantan

Em consulta à base de dados da Receita Federal, observa-se que o reclamado possivelmente já tenha falecido, em razão da informação "CANCELADA ENCERRAMENTO ESPÓLIO" (fl. 19). Em sendo assim, determino a intimação da reclamante a fim de que regularize o polo passivo do feito, colacionando aos autos informação de a quem deve-se dirigir a notificação citatória. Prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial e conseguinte extinção sem exame do mérito. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-791-83.2010.5.10.0011

Reclamante	Bruno Goncalves de Farias
Advogado	CELSO JOSE FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Sk Fisioclinica-Clinica de Fisioterapia e Ortopedia Ltda.
Advogado	DANIEL ROCHA SARAIVA(OAB: null)
Reclamado	Cer Clinica Especializada Em Reabilitacao Ltda
Advogado	DANIEL ROCHA SARAIVA(OAB: null)
Reclamado	Centroplan - Centro Ortopedico de Brasilia S/A Epp

Petitório de fls. 341/342. Indefiro a indicação de bens pela

executada, sendo certo que no endereço informado já fora cumprido mandado de penhora, sem ter o oficial de justiça localizado bens livres à garantia do Juízo (certidão à fl. 338). Nova diligência mostrar-se-ia, pois, inócua. Por outro lado, indefiro, por ora, o direcionamento da execução em face do quadro societário das executadas, como pretendido pelo exequente, porquanto ainda não esgotadas as medidas executórias em face das empresas demandadas. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-913-96.2010.5.10.0011

Reclamante	Marcelo Ribas de Araujo
Advogado	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb
Advogado	ANA CECÍLIA DE FREITAS SANTOS(OAB: null)

CONCLUSÃO Diante do exposto, conheço da impugnação aos cálculos oposta por MARCELO RIBAS DE ARAÚJO para, no mérito, julgar improcedentes seus argumentos, tudo nos termos da fundamentação, que faz parte integrante deste dispositivo. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-952-59.2011.5.10.0011

Reclamante	Janaina Barbosa Araujo
Advogado	MARCIO ROBERTO FERRARI(OAB: null)
Reclamado	Brinquedoteca Comercial Ltda-Me
Advogado	MARCO ROBERTO ROSSETTI(OAB: null)
Reclamado	Trol Distribuidora de Brinquedos Ltda Me
Advogado	ODAIR DE MORAES JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Projeto Crianca Feliz Mercosul Ltda - Epp
Advogado	MARCO ROBERTO ROSSETTI(OAB: null)

J. Intimem-se as partes, via DEJT, para ciência da data designada para oitiva da testemunha Sr. Humberto da Mota Bordin no MM. Juízo Deprecado da 3ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto-SP: dia 16/5/2012 às 10h00 horas.

Despacho

Processo Nº RT-1173-76.2010.5.10.0011

Reclamante	João Cesar Vianna
Advogado	GERALDO JESUS ARAUJO TEIXEIRA(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	BRUNO NASCIMENTO COELHO(OAB: null)
Reclamado	Caixa de Previdencia dos Funcionários do Banco do Brasil
Advogado	PAOLA AIRES CORREA LIMA(OAB: null)

Em face do exposto, conheço dos embargos de declaração opostos por CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI, para no mérito, rejeitá-los, nos termos da fundamentação supra, que integra o presente dispositivo. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-1174-61.2010.5.10.0011

Reclamante	Tatiana Kelly Cavalcante da Silva
Advogado	DANIEL HENRIQUE DE CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	Zl Ambiental Ltda
Reclamado	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira
Advogado	DANIELLA RIBEIRO DE PINHO(OAB: null)

Defiro. Considerando que há determinação nos autos para a liberação do FGTS por alvará às fls.179 e, a primeira executa da ZL Ambiental Ltda, não recorreu nos autos , libere-se o alvará para o recebimento do seguro desemprego. Intime-se para o recebimento do alvará acostado à contracapa, assim como, comprovar nos autos o valor sacado. Prazo de 15 dias. Após, tornem-se os autos sobrestados.

Despacho

Processo Nº RT-1308-54.2011.5.10.0011

Reclamante	Carlos Alexandre Nunes da Costa
Advogado	RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE(OAB: null)
Reclamado	Central Implementos Agricolas Ltda
Advogado	CARLOS SIDNEY DE OLIVEIRA(OAB: null)

DESPACHO PROFERIDO À FL. 166, A SEGUIR TRANSCRITO: "Garantida a execução por meio do bloqueio efetuado na conta da Executada (Central Implementos Agrícolas LTDA), por intermédio do Bacen-Jud à fl. 164, assino às partes o prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, a começar pela Executada, para, caso, queiram, se manifestarem nos termos do art. 884, § 3º da CLT, sob pena de preclusão".

Despacho

Processo Nº RT-1634-14.2011.5.10.0011

Reclamante	Janice Pereira de Freitas
Advogado	JOSÉ ALBERTO QUEIROZ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Info-Key Comercio e Servicos Ltda-Me
Reclamado	Banco do Brasil S/A
Advogado	PAULA RODRIGUES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Infokey Com e Serv Ltda na pessoa da sócia Katia Christina Correa
Reclamado	Infokey Com e Serv Ltda na pessoa do sócio Nilton Monteiro Mendes

Sentença: "...III CONCLUSÃO - Pelo exposto, julgo PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados por JANICE PEREIRA DE FREITAS em face de INFO-KEY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME e BANCO DO BRASIL S/A, para condenar as rés, a segunda de forma subsidiária, ao cumprimento das seguintes obrigações, nos termos da fundamentação: pagar à autora o salário retido de junho de 2011, 3 dias de saldo salarial em julho de 2011, férias proporcionais de 07/12 com a incidência da gratificações de 1/3, 06/12 de décimo terceiro salário fracionado de 2011, multa rescisória de 20% sobre os depósitos fundiários, liberação das guias para o levantamento do FGTS por via de alvará judicial, garantida a integralidade dos depósitos e multa do art. 477, parágrafo oitavo da CLT. A base de cálculo será composta pelo salário mensal de R$647,95. Deverá ainda proceder a baixa na CTPS do autor com data de 3 de julho de 2011, sob pena de a própria Secretaria da Vara fazê-lo; pagar à autora uma hora diária de egunda a sexta-feira com o adicional de 50%, em todo o contrato de trabalho, sem nenhum reflexo porque parcela eminentemente indenizatória, cuja base de cálculo é o salário mensal de R$960,00; pagar à autora diferenças de vale transporte e vale alimentação no mês de junho de 2011, R$384,00 e R$189,60. Ficam concedidos à autora os benefícios da Justiça Gratuita. Correção monetária e juros, na forma da lei, observando-se, quanto à correção do crédito devido ao

autor, o disposto no art. 459 da CLT e o entendimento consolidado nas Orientações Jurisprudenciais nº 124 e 302 da SDI I do col. TST. Na liquidação das parcelas ora deferidas, observem-se, como limites para as respectivas apurações, os valores atribuídos às pretensões na inicial (CPC, artigos 128 e 460). Para atendimento do disposto no art. 832, § 3º, da CLT, com a redação conferida pela Lei 10.035/2000, declara-se que, das parcelas objeto da condenação, possuem natureza salarial, passível de incidência previdenciária, o salário retido de junho de 2011 e o saldo salarial de julho de 2011 e o décimo terceiro salário fracionado de 2011. A reclamada deverá recolher as contribuições previdenciárias (inclusive a devida pelo reclamante) e o imposto de renda incidentes sobre a condenação, facultando-se-lhes deduzir do crédito do autor os valores relativos ao IR e ao INSS a este imputáveis, mediante comprovação do recolhimento. Recolhimentos previdenciários e fiscais incidirão sobre o total apurado em liquidação (excetuadas as parcelas que legalmente não constituem base de cálculo dos tributos), quando do efetivo pagamento, observando-se, quanto à contribuição previdenciária devida pelo autor, o limite máximo do salário de contribuição.

Custas, no importe de R$200,00, calculadas sobre R$10.000,00, valor provisoriamente arbitrado à condenação para este efeito, a cargo das reclamadas. Intimem-se as partes. Nada mais. Brasília/DF, 27 de abril de 2012. GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS - JUIZ TITULAR DA 11ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF.

Despacho

Processo Nº RT-1676-97.2010.5.10.0011

Reclamante	César Ataíde Cavalcante
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB
Advogado	EDER JACOBOSKI VIEGAS(OAB: null)

Considerando que há outra petição de contrarrazões da parte juntada às fls. 565/567, intime-se o autor ao recebimento do documento, no prazo de cinco dias.

Despacho

Processo Nº RT-1681-85.2011.5.10.0011

Reclamante	Sindicato dos Trabalhadores em Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados Serviços de Informártica Similares e Profissionais de Processamento de Dados do DF. SINDPD.DF
Advogado	DELIANA MACHADO VALENTE(OAB: null)
Reclamado	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdencia Social - Dataprev
Advogado	CÍNTIA BRAGA E SOUSA GUIMARÃES(OAB: null)

DESPACHO PROFERIDO À FL. 112, A SEGUIR TRANSCRITO: "J. Preenchidos os pressupostos processuais de admissibilidade, recebo o Recurso interposto pelo reclamado. Intime-se o reclamante para, querendo, apresentar contrarrazões. Prazo legal".

Despacho

Processo Nº RT-1706-98.2011.5.10.0011

Reclamante	Luis Carlos Ferreira dos Santos
Advogado	GERCILENIO MENEZES DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Delta Construções S/A
Advogado	FÁBIO HENRIQUE IBIAPINA GOMES(OAB: null)

Renovo ao exequente o prazo de cinco dias para recebimento de seu crédito, por meio do alvará de fls. 135.Intime-se o autor diretamente e por seu advogado, via DEJT.

Despacho

Processo Nº RT-1717-30.2011.5.10.0011

Reclamante	Abadia da Gloria Araujo Spezia
Advogado	CÉZAR ROCHA PEREIRA DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	União Federal (Ministério da Agricultura)

Sentença: "...3.DISPOSITIVO - Isto posto, DECIDO, na reclamatória trabalhista em que ABADIA DA GLÓRIA ARAUJO SPEZIA move em face da UNIÃO declarar a incompetência absoluta para reconhecimento de tempo de serviço, bem como rejeitar a prescrição e no mérito. julgar TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos por total falta de amparo legal. Tudo nos termos da fundamentação retro que fica fazendo parte integrante do presente dispositivo. Custas pelo reclamante fixadas no importe de (R$ 1.000,00) sobre o valor que ora arbitro à causa em R$ 50.000,00. O reclamante é beneficiário da gratuidade de justiça, pelo concedo a isenção.

Intimem-se as partes, sendo a União de forma pessoal, na forma do convênio perante o E. TRT da 10ª Região. Nada mais. LAURA RAMOS MORAIS - Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-1770-11.2011.5.10.0011

Reclamante	Wilson da Mota Fernandes
Advogado	ERALDO NOBRE CAVALCANTE(OAB: null)
Reclamado	Coopertran-Cooperativa dos Transportes Publicos do Df
Advogado	LUCIANE COÊLHO CARVALHO(OAB: null)

Sentença: "...DISPOSITIVO - Pelo exposto, nos autos da Reclamação trabalhista ajuizada por Wilson da Mota Fernandes contra Coopertran Cooperativa dos Transportes Públicos do DF, julgo procedente em parte os pedidos para condenar a reclamada a: a) d) proceder aos depósitos de FGTS dos meses faltantes, inclusive décimo terceiro, da multa de 40%. Após o depósito, deverá a reclamada entregar à reclamante o TRCT código 01 e chave de conectividade, para saque do FGTS, sob pena de expedição de alvará substitutivo. e) fornecer ao reclamante as guias para levantamento do seguro desemprego, em tempo hábil para o requerimento, sob pena de se converter a obrigação de fazer em indenização (Súmula 389 do TST). i) pagar a multa do artigo 477 da CLT. A fundamentação passa a fazer parte integrante do presente dispositivo. A correção monetária deverá incidir nos termos da Lei 8.177/91 e súmula 381 do TST. Os juros moratórios de 1% ao mês deverão ser contados a partir da propositura da ação, nos termos do artigo 883 da CLT e incidirão sobre a condenação já corrigida, nos termos da súmula 200 do TST. A correção monetária dos créditos referentes ao FGTS aqui condenados observa o mesmo índice aplicável aos débitos trabalhista. Neste sentido OJ 302 da SDI 1 do TST. A reclamada deverá proceder aos recolhimentos fiscais acaso existentes, nos termos do artigo 46 da Lei 8.541/92 e OJ 228 da SDI 1 do TST, e provimento 2/2005 da CGJT. Depois de comprovados deverão ser descontados do crédito do reclamante. A reclamada também deverá comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pelo empregado e pelo o empregador de todo o período contratual, incidentes mês a mês, observado o limite máximo do salário contribuição, e retendo as importâncias correspondentes as contribuições devidas pela autora (art. 3º do provimento TST CG 1/96 e art. 6º do TST CG 2/93), sob pena de execução direta pela quantia equivalente (art. 114, §3º da CF/88).

Para fins de incidência e base de cálculo das contribuições previdenciárias, a condenação da sentença alcança as seguintes parcelas de natureza salarial (artigo 832, §3º da CLT): salários, décimo terceiro, horas extras. As parcelas serão apuradas em liquidação de sentença por cálculo. Arbitro o valor da condenação em R$ 15.000,00, sendo as custas pela reclamada no importe de R$ 300,00. (art. 789 da CLT). Julgo improcedente a reconvenção. Arbitro o valor da causa da reconvenção em R$ 3.788,75, sendo as custas pela reconvinte no importe de R$ 75,77. (art. 789 da CLT). Oficie-se ao INSS e à CEF. Intimem-se as partes. Publique-se. Brasília, 27 de abril de 2012. PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - JUÍZA DO TRABALHO SUBSTITUTA.

Despacho

Processo Nº RT-1781-40.2011.5.10.0011

Reclamante	Elizeth Pereira Coelho
Advogado	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa de Profissionais Autônomos de Transporte de Samambaia - COOPATRAM
Reclamado	Distrito Federal
Advogado	JOSUÉ PINHEIRO DE MENDONÇA(OAB: null)

Em face do exposto, conheço dos embargos de declaração opostos por ELIZETH PEREIRA COELHO para, no mérito, acolhê-los em parte, tudo nos termos da fundamentação supra, que integra o presente dispositivo. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-1892-24.2011.5.10.0011

Reclamante	Erickson Castro dos Santos
Advogado	ANTONIO WANDERLAAN BATISTA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Ativa Conservação e Limpeza Ltda
Advogado	MAIRA MAMEDE ROCHA(OAB: null)

despacho de fls. 52 - Intime-se a reclamada acerca da presente alegação de descumprimento da 1ª parcela do acordo homologado às fls. 50/51. Prazo de cinco dias.

Despacho

Processo Nº RT-1950-27.2011.5.10.0011

Reclamante	Julio Cesar Lampert Zart
Advogado	JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO(OAB: null)
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
Advogado	MARIANA NUNES SCANDIUZZI(OAB: null)

Despacho às fls. - Vistos.

Preenchidos os pressupostos processuais de admissibilidade, recebo o recurso interposto pelo reclamante. Intime-se o reclamado para, querendo, apresentar contra-razões. Prazo legal.

Despacho

Processo Nº RT-2023-96.2011.5.10.0011

Reclamante	Jose Antonio dos Santos
Advogado	ANTÔNIO MARQUES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil Novacap
Advogado	CELMA NUNES FRANCO OSÓRIO(OAB: null)

Em face do exposto, conheço dos embargos de declaração os opostos por JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS para, no mérito, rejeitá-los, nos termos da fundamentação supra, que integra o presente dispositivo. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-14000-27.2007.5.10.0011

Processo Nº RT-140/2007-011-10-00.1

Reclamante	Cássia Tecylia Pereira Fagundes de Oliveira
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Wladimir Rodney Palermo
Reclamado	QUADRATA COMUNICAÇÕES EMPRESARIAIS LTDA.
Advogado	NORBERTO BEZERRA MARANHAO RIBEIRO BONAVITA(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A
Advogado	ISRAEL PINHEIRO TORRES(OAB: null)

Defiro o requerido. Estando exauridas as possibilidades executórias contra a primeira executada, prossiga-se em desfavor do segundo executado, condenado subsidiariamente nos autos, o qual deve ser citado para em três dias pagar o valor de R$30.392,92. Cite-se por seu advogado.

Despacho

Processo Nº RT-26500-91.2008.5.10.0011

Processo Nº RT-265/2008-011-10-00.2

Reclamante	Manuel Raimundo Coelho Sousa
Advogado	HERACLITO GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	SYN DA AMAZÔNIA LTDA.
Advogado	JOÃO NAYLOR VILLAS-BÔAS AGRA(OAB: null)
Reclamado	José Carlos Rocha Lima
Advogado	ALEXANDRE JUSTINO DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Bernard de Teves Rocha Lima

Despacho às fls. - Vistos.

Petição de fls. 201. Indefiro. Diga o exequente se pretende adjudicar o bem.

Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-28500-98.2007.5.10.0011

Processo Nº RT-285/2007-011-10-00.2

Reclamante	Silvio Márcio Monteiro
Advogado	RITA HELENA PEREIRA PINTO(OAB: null)
Reclamado	João Amélio da Silva - Serviço Auxiliar Transporte Aéreo + 2
Advogado	PEDRO PAULO SARTIN MENDES(OAB: null)
Reclamado	Cargo Brasil Transportes Ltda
Advogado	PEDRO PAULO SARTIN MENDES(OAB: null)
Reclamado	Varig Logistica S.A. - Em Recuperacao Judicial
Advogado	SANDRA REGINA SOLLA(OAB: null)
Reclamado	Andre Luiz de Paula Silva
Reclamado	Cesar Antonio de Paula Silva
Reclamado	Luiz Carlos de Paula Silva
Reclamado	Patricia da Silva Oliveira Machado
Reclamado	Chan Lup Wai Ohira
Advogado	SANDRA REGINA SOLLA(OAB: null)
Reclamado	Miguel Ribeiro Bellas

Como já afirmado pelo Juízo à fl. 956, o fato de se encontrar a Varig Logística em recuperação judicial não mais se configura em óbice ao prosseguimento desta execução, razão pela qual indefiro a pretensão patronal de expedição de certidão de crédito. No que

pertine à atualização das parcelas da condenação, trata-se de previsão amparada na coisa julgada, que determinou inclusive a incidência de juros de mora a partir da propositura da ação. Ademais, a mitigação pretendida pela parte apenas se faz razoável na hipótese de pagamento do crédito perante o concurso universal de credores, não sendo esta a hipótese dos autos. Por fim, e com relação à desconsideração da personalidade jurídica da empresa, esclareço aos executados que a hipótese dos autos revelou indispensável a inclusão do quadro societário no pólo passivo da demanda, em vista do fato de não ter a executada, a qual é gerida por deliberações de seu quadro de dirigentes, cumprido com as obrigações contratuais, podendo ser atribuído o inadimplemento de seus compromissos à sua má administração. E, devido à má administração, não há que se falar na limitação da responsabilidade dos dirigentes, tal como prevê a legislação empresarial, a qual só pode ser referenciada nos casos em que seja nítida a regularidade das atividades comerciais, o que não se vislumbra quanto à executada.Tal entendimento pode ser visualizado no Código de Defesa do Consumidor, aplicado à legislação trabalhista em tais casos, onde se traz a possibilidade de inclusão dos sócios da empresa nos casos de abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação do contrato social, bem como nos casos de falência, insolvência ou encerramento das atividades empresariais causados por má administração.Feitos os esclarecimentos, nada a deferir. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-32300-71.2006.5.10.0011

Processo Nº RT-323/2006-011-10-00.6

Reclamante	Antonio Jose Barbosa de Farias Neto
Advogado	LUCIANO PEDRO AREAL(OAB: null)
Reclamado	Brunela Produtos Alimenticios Industria e Comercio Ltda. Supermercado Big Box
Advogado	REGINA SEBASTIANA CALDEIRA(OAB: null)

Declaro extinta a execução na forma do art. 794, I, do CPC.

Determino ao(a) Gerente da Caixa Econômica Federal proceder à movimentação abaixo, utilizando para tal o numerário existente no somatório das contas judiciais (...), observando os seguintes VALORES:

(...)

OBSERVAÇÕES:

1) O crédito líquido do exequente deverá ser liberado ao(à) Dr(a). LUCIANO PEDRO AREAL, OAB Nº 14023/DF, CPF Nº 66406587120, procuração às fls. 04;

2) INSS empregado - recolher no código 1708;

3) INSS empregador, pacto e SAT - recolher no código 2909;

4) INSS terceiros - recolher no código 2917;

5) Custas - recolher em guia GRU, no código 18740-2;

7) Autenticar guia de saldo remanescente em favor da reclamada BRUNELA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.

O banco deverá comprovar a movimentação no prazo de 10 (dez) dias.

Intimem-se as partes, sendo o(a) reclamante ao recebimento de seu crédito, no prazo de 10 dias.

Determino, concomitantemente, a exclusão da(s) parte(s) no BNDT Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, caso essa(s) configure(m) no cadastro mencionado.

Despacho

Processo Nº RT-32400-41.1997.5.10.0011

Processo Nº RT-324/1997-011-10-00.9

Reclamante	CARLA PESSOA ROCHA
Advogado	ÁUREA FELICIANA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Limpida Industria Comercio e Representacoes Ltda
Advogado	INGRID NÍGIA VIEIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Arquimedes Sampaio Filho
Reclamado	Ernandes Batista de Oliveira
Reclamado	Emilene Oliveira dos Santos
Reclamado	Jackson Lucas Bezerra
Advogado	GUILHERME FERREIRA VALÉRIO(OAB: null)
Reclamado	Renato Ferreira Feitosa Costa
Reclamado	Luiz Fernando de Souza Messina
Advogado	LUIZ GUSTAVO ALVES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Francisco do Vale Bezerra
Reclamado	Leonardo Ferreira Feitosa Costa
Reclamado	Marcos Antonio da Silva Vale
Advogado	IRANI DE SOUZA ARAÚJO LEAL FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Rosangela de Guadalupe Kachel Serighelli
Advogado	GUILHERME XAVIER ALACOQUE(OAB: null)

Defiro o prazo de cinco dias ao peticionário. Após, conclusos. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-33100-31.2008.5.10.0011

Processo Nº RT-331/2008-011-10-00.4

Reclamante	Redimar Carvalho de Moraes
Advogado	EZEQUIEL SALVADOR(OAB: null)
Reclamado	Bar Restaurante e Chopparia Corsarios Ltda - Me
Advogado	HELEN APARECIDA PORTO(OAB: null)
Reclamado	Raimundo Alves de Moura
Reclamado	Paulo Gleyber Guerreiro de Sena

Por tais motivos, rejeito a exceção de pré-executividade apresentada pelo ex-sócio Raimundo Alves de Moura, julgando correto o direcionamento da execução em seu desfavor. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-39000-83.1994.5.10.0011

Processo Nº RT-390/1994-011-10-00.6

Reclamante	ADOLFO MIRANDA
Advogado	BARTOLOMEU BEZERRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	BLUE STAR SERVICOS DE SEGURANCA LTDA
Advogado	JOÃO CARLOS DE SOUSA DAS MERCÊS(OAB: null)
Reclamado	Jose Eduardo Pacheco
Reclamado	Luiz Fernando Medeiros

Vistos.

Intime-se o reclamante para vista do petitório retro, bem como para que indique meios hábeis ao prosseguimento da execução, no prazo de 30 dias, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório, desde já autorizada.

Despacho

Processo Nº RT-43200-11.2009.5.10.0011

Processo Nº RT-432/2009-011-10-00.6

Reclamante	Marco Antônio Barbosa da Silva
Advogado	RENATO BORGES REZENDE(OAB: null)
Reclamado	Habilite Telecom Ltda.
Reclamado	Tim Celular S.A.
Advogado	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: null)
Reclamado	Tamar Cyceles Cunha
Advogado	SHEILA CRISTINA DE OLIVEIRA MARONI(OAB: null)
Reclamado	Silvana Mendes Peixoto Machado

CONCLUSÃO Diante do exposto, conheço dos embargos à execução opostos TIM CELULAR S/A para, no mérito, rejeitar seus argumentos, tudo nos termos da fundamentação supra, que passa a integrar o presente decisum para todos os efeitos. Custas, pela embargante, no importe de R$44,26, pela oposição de embargos à execução (art. 789-A, V, da CLT). Observe a Secretaria. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-50800-20.2008.5.10.0011

Processo Nº RT-508/2008-011-10-00.2

Reclamante	Iranete Rodrigues Belém
Advogado	LUIZ FERNANDO CARVALHO MACIEL(OAB: null)
Reclamado	Maria Zuleide Pereira Ayres
Advogado	CRISTIANO PESSANHA LOBATO(OAB: null)

DESPACHO PROFERIDO À FL. 115, A SEGUIR TRANSCRITO: "DEFIRO O REQUERIDO. VISTA À RECLAMADA PELO PRAZO DE 10 DIAS. PUBLIQUE-SE".

Despacho

Processo Nº RT-64500-54.1994.5.10.0011

Processo Nº RT-645/1994-011-10-00.0

Reclamante	Ramiro de Araujo Silva
Advogado	MARCIO DE ALMEIDA CESAR(OAB: null)
Reclamado	Companhia Brasileira de Distribuicao
Advogado	OTONIL MESQUITA CARNEIRO(OAB: null)

Despacho às fls. - Vistos.

Garantida a execução por meio da penhora Bacen-jud (fls. 257), assino às partes o prazo sucessivo de cinco dias, a começar pela Executada, para, caso, queiram, se manifestarem nos termos do art. 884, § 3º da CLT, sob pena de preclusão.

Despacho

Processo Nº RT-67800-96.2009.5.10.0011

Processo Nº RT-678/2009-011-10-00.8

Reclamante	Eduardo Brito da Cunha
Advogado	FABIANO SANTOS BORGES(OAB: null)
Reclamado	Editora JB S.A.
Advogado	FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	JB Comercial S.A.
Advogado	ANDRESSA BARROS FIGUEREDO DE PAIVA(OAB: null)
Reclamado	Brasil Mídia Digital Ltda
Advogado	ANDRESSA BARROS FIGUEREDO DE PAIVA(OAB: null)
Reclamado	Companhia Brasileira de Multimídia S/A
Advogado	ANDRESSA BARROS FIGUEREDO DE PAIVA(OAB: null)
Reclamado	Inews Comércio de Jornais, Revistas e Periódicos Ltda
Advogado	ANDRESSA BARROS FIGUEREDO DE PAIVA(OAB: null)
Reclamado	Brasillog Comércio de Jornais e Revistas Ltda
Advogado	ANDRESSA BARROS FIGUEREDO DE PAIVA(OAB: null)
Reclamado	Gazeta Mercantil S/A
Reclamado	Boavista Ltda
Advogado	NEUZA MARIA LAMY ROSÁRIO(OAB: null)
Reclamado	Docas Investimentos S/A
Advogado	CLÓVIS LUIZ SANT'ANNA DA SILVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Jvco Participacoes Ltda
Reclamado	Intelig Telecomunicacoes Ltda.
Reclamado	Tim Brasil Servicos e Participacoes S.A
Advogado	ANDRÉ LUIZ GONÇALVES TEIXEIRA(OAB: null)
Reclamado	Tim Participacoes S.A
Advogado	ANDRÉ LUIZ GONÇALVES TEIXEIRA(OAB: null)

DESPACHO PROFERIDO À FL. 1486, A SEGUIR TRANSCRITO: "J. Preenchidos os pressupostos processuais de admissibilidade, recebo o Recurso interposto pelo execUtado. Intime-se o exeqüente para, querendo, apresentar contraminuta. Prazo legal".

Despacho

Processo Nº RT-73100-39.2009.5.10.0011

Processo Nº RT-731/2009-011-10-00.0

Reclamante	Vobio Amorim dos Santos
Advogado	JOSEVALDO DOS SANTOS SILVA(OAB: null)
Reclamado	Conservo Brasilia Servicos Tecnicos Ltda
Reclamado	União Federal (Agência Brasileira de Inteligência - ABIN)

DESPACHO PROFERIDO À FL. 327, A SEGUIR TRANSCRITO: "ANOTADA A CTPS, INTIME-SE O RECLAMANTE A VIR RECEBÊ-LA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

Despacho

Processo Nº RT-74300-18.2008.5.10.0011

Processo Nº RT-743/2008-011-10-00.4

Reclamante	Celso Antunes dos Santos
Advogado	GENGIZCAN BRITO SIMOES(OAB: null)
Reclamado	Recris Empreendimentos e Serviços Ltda.
Reclamado	União Federal

Vistos.

Nada a deferir ante a ausência de determinação legal.

Publique-se.

Decorrido o prazo, retornem-se os autos ao arquivo definitivo.

Despacho

Processo Nº RT-81100-72.2002.5.10.0011

Processo Nº RT-811/2002-011-10-00.0

Reclamante	Ivone Rodrigues Alves
Advogado	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	LEA CHRISTINA RODRIGUES JUVENCIO DE OLIVEIRA
Advogado	CARMEN SOARES MARTINS JANCOSKI(OAB: null)

Quanto à alegada duplicidade de penhoras, observe a executada que, acerca da penhora realizada à fl. 51, houve manifestação obreira de desinteresse quanto aos bens, devidamente certificada à fl. 92. A nova medida constritiva deu-se por força do comando de fls 107, em observância à gradação legal do art. 655 do CPC, regra que mitiga a abrangência do art. 620 do mesmo diploma. Com relação aos valores atingidos, certo é que a devedora não logrou demonstrar ser a verba proveniente de sua remuneração sua única fonte de renda, o que torna inócua a insurgência retro. Mesmo que assim o fosse, este Juízo vem flexibilizando a regra do art. 649 do CPC, a fim de possibilitar a penhora mesmo de valores salariais, quando para garantia de verbas de igual natureza. Por tais motivos, nada a deferir. Publique-se. No mais, aguarde-se como determinado à fl. 124. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-81600-31.2008.5.10.0011

Processo Nº RT-816/2008-011-10-00.8

Reclamante	Ana Carolina Ferreira de Almeida
Advogado	MARCONE GUIMARAES VIEIRA(OAB: null)
Reclamado	MDF Móveis Ltda.
Advogado	LAÍZA DOS SANTOS SILVA(OAB: null)

A parte autora reitera argumentos já analisados e refutados pelo Juízo, relativamente ao valor recolhido a título de imposto de renda. Em sendo assim, e por revelar insurgência já apreciada, mantenho os comandos de fls. 456 e 460 pelos seus próprios fundamentos. Publique-se. No mais, aguarde-se o decurso do prazo legal quanto à extinção da execução operada à fl. 472. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-88500-64.2007.5.10.0011

Processo Nº RT-885/2007-011-10-00.0

Requerente	Kelly das Neves Paiva
Advogado	ALESSANDRA NUNES CABRAL(OAB: null)
Requerido	Banco Citibank S.A
Advogado	MARIA JOSÉ DUARTE OLIVEIRA MANCINI(OAB: null)

Despacho às fls. - Vistos.
Petição de fls. 597/607. A parte requer o resgate dos valores ainda existentes nos autos, referentes aos depósitos recursais de fls. 467 e 506, alegando o extravio das guias outrora recebidas, consoante documento de fls. 595. Defiro. Intime-se a reclamada ao recebimento das guias em comento, no prazo de dez dias.

Despacho

Processo Nº RT-110200-96.2007.5.10.0011

Processo Nº RT-1102/2007-011-10-00.6

Reclamante	Valéria Siqueira Gomide Prado
Advogado	LUCIANA MARTINS BARBOSA(OAB: null)
Reclamado	Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Advogado	HUMBERTO VINICIUS QUEIROZ LINHARES(OAB: null)

Esclareço à exequente que a oportunidade de manifestação estabelecida no art. 884 da CLT é única, e, portanto, preclusiva. A parte já apresentou os itens de discordância em face da conta de liquidação, razão pela qual deixo de conhecer a nova impugnação obreira, mormente porque não relacionada à parte em que modificada a conta por força do comando de fls. 364/365. Publique-se. Decorrido o prazo legal, prossiga-se na execução, com a intimação do devedor ao pagamento do valor remanescente da dívida. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-115000-41.2005.5.10.0011

Processo Nº RT-1150/2005-011-10-00.2

Autor	Jakeline Costa Gonçalves
Advogado	HUDSON CUNHA(OAB: null)
Réu	Mobitel Telecomunicações S.A.
Advogado	ALESSANDRA TEREZA PAGI CHAVES FONSECA(OAB: null)

CONCLUSÃO Em face do exposto, resolve a 11ª Vara do Trabalho de Brasília-DF conhecer dos embargos de declaração opostos por JAKELINE COSTA GONÇALVES para, no mérito, acolhê-los parcialmente, prestando esclarecimentos, de acordo com a fundamentação que passa a integrar o dispositivo. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-133600-08.2008.5.10.0011

Processo Nº RT-1336/2008-011-10-00.4

Reclamante	Ernando de Fátima Jardim Oliveira
Advogado	RICARDO RODRIGUES FIGUEIREDO(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal - CEF
Advogado	ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA(OAB: null)

CONCLUSÃO Diante do exposto, conheço da impugnação oposta por ERNANDO DE FÁTIMA JARDIM OLIVEIRA para, no mérito, julgar parcialmente procedentes seus argumentos, nos termos da fundamentação supra, que passa a integrar o presente decisum para todos os efeitos legais e jurídicos. Após o trânsito em julgado deste decisum, a executada deverá, em 15 dias, demonstrar documentalmente o fiel cumprimento da obrigação de fazer pendente (incorporação na folha de pagamento do autor das parcelas pagas a título de Cargo em Comissão Efetifo e CTVA, pelos valores pagos em março/2007), nos termos já apurados pela perita no laudo de fls. 1131/1175, em face dos quais não houve insurgência das partes. Esclareço que, no cumprimento de tal mister, mostram-se impertinentes quaisquer compensações, tal como procedido pela ré a exemplo do contracheque de abril/2012. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-143400-26.2009.5.10.0011

Processo Nº RT-1434/2009-011-10-00.2

Impetrante	Sindicato dos Empregados no Comércio de Palmares, Água Preta e Catende - SINDEC
Advogado	JOÃO VICENTE MURINELLI NEBIKER(OAB: null)
Aut. Coatora	Ministério do Trabalho e Emprego (nas pessoas dos Srs. Luiz Antonio de Medeiros Neto, Marcelo Panella e André Grandizoli)
Aut. Coatora	Sindicato dos Empregados em Administradoras de Consórcios e Empregados em Concessionárias e Distribuidoras de Veículos do Estado de Pernambuco e Paraíba -SINDCON-PEPA
Advogado	MANOEL FREDERICO VIEIRA(OAB: null)

Considerando certidão supra e tendo em vista que a petição não é destinada a este Juízo, intime-se o Sindicato autor ao recebimento da petição de Recurso Extraordinário, protocolada sob o número 00.072.997/2012, no prazo de dez dias.Decorrido o prazo sem manifestação, a Secretaria fica autorizada a descartar a petição,

devendo, em tal hipótese, certificar tal diligência nos autos.Com o recebimento, mantenha-se o feito suspenso até o retorno do AI interposto.Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-146700-93.2009.5.10.0011

Processo Nº RT-1467/2009-011-10-00.2

Reclamante	Josefina Costa Ferreira
Advogado	ROGÉRIO FERREIRA BORGES(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	LEONARDO RABÊLO DE AMORIM(OAB: null)
Reclamado	PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
Advogado	WALFREDO FREDERICO DE S. CABRAL DIAS(OAB: null)

Acerca dos argumentos obreiros expendidos na impugnação de fls. 755/767, vista às executadas, pelo prazo comum de 5 dias. Juiz do Trabalho GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS

Despacho

Processo Nº RT-185600-73.1994.5.10.0011

Processo Nº RT-1856/1994-011-10-00.0

Reclamante	EDIMILSON FELIPE DA COSTA
Advogado	PEDRO ALVES DA SILVA FILHO(OAB: null)
Reclamado	SERVIG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
Advogado	HUMBERTO MENDES DOS ANJOS(OAB: null)
Reclamado	Braz Roberto Martins Scaldaferri

Primeiramente, intime-se o exequente a atualizar seu endereço nos autos, mediante apresentação de documento comprobatório recente. Prazo de quinze dias...

Despacho

Processo Nº RT-198400-11.2009.5.10.0011

Processo Nº RT-1984/2009-011-10-00.1

Reclamante	Elenir da Silva Barbosa
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Bureau Serviços Técnicos e Infra Estrutura Ltda.
Advogado	MARCELO MÜLLER LOBATO(OAB: null)

...intime-se a exequente para se manifestar nos termos do art.884, § 3º da CLT.

Edital

Edital

Processo Nº RT-1869-78.2011.5.10.0011

Reclamante	Ednelia Rodrigues da Silva
Advogado	SEBASTIÃO PEREIRA GOMES(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda
Reclamado	Alessandro Facundes Bonfim Bezerra
Reclamado	Silvio Pimenta Vieira
Reclamado	Irenice Maria de Avila Pimenta Vieira

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS, Juiz(a) do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, ficam INTIMADOS o(a) reclamado(a) Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda,e os sócios ALESSANDRO FACUNDES BONFIM BEZERRA, SÍLVIO PIMENTA VIEIRA E IRENICE MARIA DE AVILA PIMENTA VIEIRA que se encontram em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO proferido nos autos e a seguir transcrito: ""Tendo em vista os termos do despacho de fls. 64, intimem-se os reclamados para, querendo, apresentarem contra-razões ao recurso interposto pela reclamante. Prazo legal e comum" ". O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na sito na SEPN 513, Bloco B, Lotes 2/3, 2º andar, 11ª Vara, CEP 70.760-223 - Brasília/DF. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por MÁRCIA ELIZABETH COELHO PISCO Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 11ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 27, ABRIL de 2012

12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-7-35.2012.5.10.0012

Reclamante	Cloves Afonso de Alarcao
Advogado	EDVALDO MOREIRA PIRES(OAB: null)
Reclamado	Fianca Empresa de Seguranca Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Vipasa-Vigilancia Patrimonial Armada Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

Despacho:Vistos.

Assino às reclamadas o prazo de 5 dias para comprovarem o pagamento da parcela do acordo, vencida em 18/04/2012, ou proceder ao pagamento da referida parcela acrescida da multa de 100%, sob pena de execução do acordo.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-56-13.2011.5.10.0012

Reclamante	Carlos Alberto da Silva
Advogado	AURILANDES VIEIRA MATHNE(OAB: null)
Reclamado	Premier Veículos Ltda.
Advogado	HERMANO CAMARGO JUNIOR(OAB: null)

Despacho:Vistos.

Julgo extinta a execução na forma do art. 794, I, do CPC.

Libere-se à executada a guia de levantamento referente ao depósito de fls. 379, referente ao depósito recursal, devendo a reclamada receber o documento no prazo de 5 dias.

Faculto ao exequente a extração de cópia dos comprovantes de recolhimento previdenciário e/ou fiscal com vistas ao resguardo de futuras comprovações.

Efetivadas as medidas e decorrido o prazo legal, arquivem-se os autos.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-81-89.2012.5.10.0012

Reclamante	Marlene Maria Pereira
Advogado	JÔNATAS DA COSTA COELHO(OAB: null)
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

Advogado	LEONARDO MATTEDI MATARANGAS(OAB: null)

Intime-se a reclamada para, querendo, contrarrazoar o recurso interposto no prazo legal.

Despacho

Processo Nº RT-102-65.2012.5.10.0012

Reclamante	Sebastiao da Silva
Advogado	CAIO ANTONIO RIBAS DA SILVA PRADO(OAB: null)
Reclamado	Cial Comercio e Industria de Alimentos Ltda
Advogado	WALDOMIRO ALVES DA COSTA JÚNIOR(OAB: null)

J. Vistas ao reclamado. Prazo de 05 dias. P.

Despacho

Processo Nº RT-110-42.2012.5.10.0012

Reclamante	Edsom Lucio Monteiro
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	CELMA NUNES FRANCO OSÓRIO(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO:Intime-se a reclamada para, querendo, contrarrazoar o recurso interposto no prazo legal.

Despacho

Processo Nº RT-119-04.2012.5.10.0012

Reclamante	Edson de Moura Lucas
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. - NOVACAP
Advogado	CELMA NUNES FRANCO OSÓRIO(OAB: null)

Desp.:"Intime-se a reclamada para, querendo, contrarrazoar o recurso interposto no prazo legal.
BRASÍLIA, 24/04/2012."

Despacho

Processo Nº RT-121-71.2012.5.10.0012

Reclamante	Ivonei Fernandes Mariano
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	CELMA NUNES FRANCO OSÓRIO(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO:Intime-se a reclamada para, querendo, contrarrazoar o recurso interposto no prazo legal.

Despacho

Processo Nº RT-128-97.2011.5.10.0012

Reclamante	Jose Weliton Lopes Araujo
Advogado	GASPAR REIS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Velox Empreendimentos Participacoes Ltda
Advogado	RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Construtora Tenda S/A
Advogado	MARCELO HENRIQUE TADEU MARTINS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Marcos Eduardo Franco Rego
Reclamado	Antonio Lopes da Silva

Desp."Assino ao exequente o prazo de 30 dias para vista, apenas em secretaria, das declarações de renda dos executados extraídas do banco de dados da Receita Federal, devendo, no mesmo prazo, requerer o que entender de direito no que tange àqueles documentos, sob pena de arquivamento provisório dos autos. Decorrido o prazo sem manifestação as declarações de renda serão eliminadas, haja vista o seu caráter sigiloso.
Publique-se.
Brasília, 2 de maio de 2012."

Despacho

Processo Nº RT-138-10.2012.5.10.0012

Reclamante	Erica Oliveira Santos
Advogado	MOZART CAMAPUM BARROSO(OAB: null)
Reclamado	Rita de Cássia Augusto da Silva - ME
Advogado	JOAO DE ASSIS SILVEIRA MARQUES(OAB: null)

Desp."Assino à reclamada o prazo de 5 dias para entregar a CTPS da reclamante devidamente anotada, conforme acordado em ata à fl.21.
Publique-se.
Brasília, 23 de abril de 2012."

Despacho

Processo Nº RT-143-32.2012.5.10.0012

Reclamante	Luiz Claudio da Silva Campos
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	CELMA NUNES FRANCO OSÓRIO(OAB: null)

Intime-se a reclamada para, querendo, contrarrazoar o recurso interposto no prazo legal.

Despacho

Processo Nº RT-167-60.2012.5.10.0012

Reclamante	Luciano Neves Garcia
Advogado	CRISTINA DE ALMEIDA CANEDO(OAB: null)
Reclamado	Gw Construcoes e Incorporacoes Ltda
Advogado	JOAO PEDRO DA COSTA BARROS(OAB: null)

Despacho:Vistos.
Homologo os cálculos de fls. 75/81 para fixar o débito da(s) executada(s), sem prejuízo das atualizações de direito, em:
Total da execução R$ 29.916,68 Atualizado até: 31/03/2012
INSS Reclamante...: 431,01
INSS Reclamado....: 23.112,33
INSS Terceiros....: 6.093,25
I R P F.....: 280,09
Vistas às partes para ciência da presente homologação, observando-se que o prazo para o recolhimento é aquele fixado às fls. 68.
Publique-se.
Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-180-93.2011.5.10.0012

Reclamante	Katia Leandro Canela Dias
Advogado	JOAQUIM JOSE PESSOA(OAB: null)
Reclamado	Finasa Promotora de Vendas Ltda.
Advogado	RAVENA CUNHA LOBATO(OAB: null)
Reclamado	Banco Finasa S.A
Advogado	RAVENA CUNHA LOBATO(OAB: null)

Despacho:Vistos.
Defiro ao exequente o levantamento do crédito incontroverso.
Assino o prazo de 5 dias ao exequente para recebimento do alvará supra determinado e o prazo sucessivo também de 5 dias à executada para, querendo, contestar a impugnação aos cálculos apresentada pelo obreiro.

Despacho

Processo Nº RT-192-73.2012.5.10.0012

Reclamante	Edvaldo Cordeiro Barbosa
Advogado	LINCOLN DINIZ BORGES(OAB: null)
Reclamado	Expresso Riacho Grande Ltda.
Advogado	LUIZ ANTONIO DE ARAUJO LIMA(OAB: null)

[...] intime-se a reclamada para vista da emenda à inicial promovida pelo prazo de 5 dias.

Despacho

Processo Nº RT-242-36.2011.5.10.0012

Reclamante	Edvaldo Raimundo dos Santos
Advogado	ANTONIO DE PADUA ARAUJO(OAB: null)
Reclamado	Rapido Brasilia Transportes e Turismo Ltda
Advogado	DENISE BRANDÃO NUNES RIBEIRO(OAB: null)

Desp.:"Intime-se a reclamada para receber o alvará e a guia acostados à contra-capa dos autos. Prazo de 5 dias.

Ultimada a medida, arquivem-se os autos.

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2012."

Despacho

Processo Nº RT-277-59.2012.5.10.0012

Reclamante	Alan Goncalves Gomes
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap

DECISÃO:"Vistos.

Retiro o feito da pauta do dia 14/05/2012, às 17h.

Emende o autor a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, indicando a data de admissão; a função; a remuneração; os cursos que realizou e as datas (fls. 03), bem como o título e o percentual de titulação que pretende (item "a", fl. 11), sob pena de indeferimento (art. 284 do CPC).

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2012." Juiz do Trabalho FLAVIA FRAGALE MARTINS PEPINO

Despacho

Processo Nº RT-300-44.2008.5.10.0012

Processo Nº RT-3/2008-012-10-00.4

Autor	Senalba - Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais Recreativas de Assistência Social e de Orientação e Formação Profissional de Brasília
Advogado	DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO(OAB: null)
Réu	Asefe - Associação de Assistência aos Trabalhadores em Educação do Distrito Federal
Advogado	ULISSES BORGES DE RESENDE(OAB: null)

J. Vistas ao reclamante. Prazo de 05 dias. P.

Despacho

Processo Nº RT-302-09.2011.5.10.0012

Reclamante	Nathalia Aparecida Miranda de Andrade
Advogado	MARCELO AUGUSTO DE ALMEIDA MIRANDA(OAB: null)
Reclamado	Froes Eriton Clinica de Estetica Ltda

DESPACHO: "...Vista ao exequente para requerer o que mais entender de direito, no prazo de 30 dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos..."

Despacho

Processo Nº RT-304-42.2012.5.10.0012

Reclamante	Joaquim Brasilino da Silva
Advogado	ROBSON FREITAS MELO(OAB: null)
Reclamado	Jose Amauri da Silva
Reclamado	Park Sul Incorporadora e Construtora S/A

Despacho de fls. "Vistos.

Ante a certidão de fl. 37, considero que a peça de ingresso não se alinha à forma expressamente determinada pelo art. 852-B, II, da CLT, quanto à indicação do correto endereço da 1ª reclamada.

Em face disso, resolvo arquivar a reclamação trabalhista, na forma do §1º do citado dispositivo legal.

Custas, pelo reclamante, no importe de R$136,22, calculadas sobre R$ 6.811,43, valor atribuído à causa, dispensado do pagamento ante a declaração de miserabilidade jurídica de fl. 07.

Defiro ao reclamante o desentranhamento dos documentos de fls. 06/26, sendo a procuração e a declaração de pobreza mediante traslado.

Retire-se o feito da pauta anteriormente designada.

Intime-se a 2ª reclamada diretamente, pela via postal.

Publique-se. "

Despacho

Processo Nº RT-311-68.2011.5.10.0012

Reclamante	Adriana Jansen Alencar
Advogado	GUSTAVO BERALDO FABRÍCIO(OAB: null)
Reclamado	Ultralimpo Servicos de Locacao de Mao-De-Obra Empresarial Ltda
Advogado	JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO(OAB: null)

Despacho:Vistos.

Expeça-se alvará para saque do FGTS.

Expeça-se certidão para fins de levantamento do seguro desemprego.

Assino ao reclamante o prazo de 10 dias para receber os documentos e comprovar o valor sacado a título de FGTS.

Publique-se.

Brasília, 26 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-352-69.2010.5.10.0012

Reclamante	Marcos Vinícius de Jesus Batista Souza da Silva
Advogado	ANTONIO EVANGELISTA DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Lojas Renner Sociedade Anônima
Advogado	JULIO CESAR GOULART LANES(OAB: null)

Vistos.

Homologo os cálculos de fls. para fixar o débito da(s) executada(s), sem prejuízo das atualizações de direito, em:

Total da execução R$ 5.777,07 Atualizado até: 30/04/2012

Liq. Exequente....: 5.366,15

INSS Reclamante...: 61,85

INSS Reclamado....: 154,62

INSS Terceiros....: 44,84

INSS SAT.....: 15,46

Custas do Processo: 107,32

Custas Art.789....: 26,83

1- Estando o juízo parcialmente garantido com o numerário existente à fl. 205, oriundo da transferência do(s) depósito(s) recursal(is), o(s) qual(is) converto em penhora, cite(m)-se a(s) executada(s) para, em 48 horas, pagar(em) a quantia de

R$1.567,18, correspondente à diferença entre o valor total da execução acima homologado e o valor do depósito recursal. Cumpra-se por publicação no DJTE (art. 880 CLT c/c art. do 652, § 4º do CPC) ou, não existindo advogado da parte cadastrado, pela via postal, com aviso de recebimento, conforme autorizado pelo §1º do art.238 do Provimento Geral Consolidado do TRT da 10ªregião. Estando a(s) executada(s) em local incerto e não sabido, cumpra-se por edital;

Despacho

Processo Nº RT-404-65.2010.5.10.0012

Reclamante	Alessandro Pinheiro da Silva
Advogado	GILBERTO ANDERSON BOSE LIKER DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Hepx Servicos, Construcao Civil e Recuperacao Ambiental Ltda (atual denominação de GVB Serviços de Limpeza e Conservação Ltda)
Advogado	SIBELE GUIMARAES SALGADO(OAB: null)
Reclamado	Michelle de Sousa Pimenta Vieira
Reclamado	Nilton Monteiro Mendes

Vistos.

Requeira o exequente o que mais entender de direito, no prazo de 30 dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-426-55.2012.5.10.0012

Reclamante	Sandra de Araujo Teixeira
Advogado	MAURO SEVERINO DIAS(OAB: null)
Reclamado	Icb - Construtora, Incorporadora e Servicos Ltda

Despacho:Vistos.

Ante a certidão de fl. 26v., considero que a peça de ingresso não se alinha à forma expressamente determinada pelo art. 852-B, II, da CLT, quanto à indicação do correto endereço da reclamada.

Em face disso, resolvo arquivar a reclamação trabalhista, na forma do §1º do citado dispositivo legal.

Custas, pelo reclamante, no importe de R$218,35, calculadas sobre R$10.917,83, valor atribuído à causa, dispensado do pagamento ante a declaração de miserabilidade jurídica de fl. 06.

Defiro ao reclamante o desentranhamento dos documentos de fls. 05/22, sendo a procuração e a declaração de pobreza mediante traslado.

Retire-se o feito da pauta anteriormente designada.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-430-29.2011.5.10.0012

Reclamante	Jose Severo Filho
Advogado	RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Associacao Cruz de Malta
Advogado	DIOMAR BEZERRA LIMA(OAB: null)

Despacho:Vistos.

Assino à reclamada o prazo de 5 dias para comprovar o pagamento da 10ª parcela do acordo, vencida em 16/04/2012, ou proceder ao pagamento da referida parcela acrescida da multa de 100%, sob pena de execução do acordo.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-491-84.2011.5.10.0012

Reclamante	Nilzair Maria de Oliveira Bassani
Advogado	SÉRGIO HENRIQUE PEIXOTO BAPTISTA(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A
Advogado	MARIO CEZAR DE ALMEIDA ROSA(OAB: null)

Desp."Homologo os cálculos de fls. para fixar o débito da(s) executada(s), sem prejuízo das atualizações de direito, em: Total da execução R$ 35.981,05 Atualizado até: 19/04/2012

Liq. Exequente....: 35.906,99

Custas do Processo: 74,06

1- Cite(m)-se a(s) executada(s) para, em 48 horas, pagar(em) a quantia correspondente especificada, depositar(em) ou indicar(em) bens passíveis de penhora."

Despacho

Processo Nº RT-493-88.2010.5.10.0012

Reclamante	Fernanda Silva Farias Medeiros
Advogado	THIAGO BEZE(OAB: null)
Reclamado	Financeira Alfa S.A. Crédito Financiamento e Investimentos
Advogado	OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: null)

Vistos.

Assino à executada o prazo de 5 dias para, querendo, contestar a impugnação aos cálculos apresentada pelo exequente.

Publique-se.

Brasília, 25 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-541-13.2011.5.10.0012

Reclamante	Anesio Marcos Damiao da Silva
Advogado	LECIO REIS LOPES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Shopping do Panificador Comercial de Alimentos/Mais Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.
Advogado	ANA CAROLINA CORDEIRO DE ARAÚJO MIRANDA(OAB: null)

Despacho:Vistos.

Ante a inércia do reclamante, julgo extinta a execução.

Decorrido o prazo legal, arquivem-se os autos.

Publique-se.

Brasília, 19 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-616-86.2010.5.10.0012

Reclamante	Ronaldo Raiol de Sousa
Advogado	CELIA REGINA AMANCIO DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	União Brasileira de Educação e Participações Ltda. (Faculdade AD1 - Unisaber)
Advogado	RICARDO NOGUEIRA DUARTE(OAB: null)
Reclamado	Centro de Apoio de Vivencias Agrarias
Reclamado	Vanderci Carrara
Reclamado	Kenia Giacomini Carrara
Reclamado	Jose Wallay Teodoro de Paula
Reclamado	Theceu Participacoes S/S Ltda
Reclamado	Aurha Participacoes S/S Ltda
Reclamado	Centro de Estudos Avancados e Tecnologicos S/C Ltda
Reclamado	Itp Empreendimentos Educacionais S/C Ltda

Despacho:Vistos.

Assino ao exequente o prazo de 30 dias para vista do ofício encaminhado pela JCDF e para requerer o que mais entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-670-18.2011.5.10.0012

Reclamante	Willyam Lucas Caldeira Passos
Advogado	CARLOS EDUARDO BERNARDONI CAPELLINI(OAB: null)
Reclamado	Proservice Terceirizacao de Servicos Ltda

Despacho: J, Defiro, como requerido. Prazo de 20 dias.

Despacho

Processo Nº RT-677-10.2011.5.10.0012

Reclamante	Regina Celia de Camargo Campos
Advogado	CARLOS EDUARDO BERNARDONI CAPELLINI(OAB: null)
Reclamado	Proservice Terceirizacao de Servicos Ltda

Despacho:Vistos.

Renovo ao reclamante o prazo de 5 dias, para carrear aos autos o extrato analítico da sua conta vinculada ao FGTS para os fins de liquidação.

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-679-77.2011.5.10.0012

Reclamante	Maria de Nazare Cardoso Souza Carvalho
Advogado	HUMBERTO FERNANDO VALLIM PORTO(OAB: null)
Reclamado	Agil Servicos Especiais Ltda
Advogado	ELISE RAMOS CORREIA(OAB: null)
Reclamado	Instituto Nacional de Coloniz. e Reforma Agraria Incra
Advogado	ILDETE DOS SANTOS PINTO(OAB: null)

Desp.":Intime-se a 1ª reclamada para, querendo, contrarrazoar o recurso interposto no prazo legal. "

Despacho

Processo Nº RT-681-13.2012.5.10.0012

Reclamante	Carlos Martins Gomes
Advogado	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Viacao Alvorada Ltda
Reclamado	Viacao Satelite Ltda

Despacho:Vistos.

Ante a devolução da notificação da 1ª reclamada, assino ao reclamante o prazo fatal de 10 (dez) dias para emenda à inicial no que concerne ao endereço da demandada, adequando-a aos moldes do art. 282, II, do CPC, sob pena de indeferimento.

Publique-se.

Brasília, 26 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-683-80.2012.5.10.0012

Reclamante	Antonio Bias Pacheco
Advogado	TABATA DA SILVA COSTA(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa de Profissionais Autonomos de Transporte de Samambaia
Reclamado	Distrito Federal
Reclamado	Df trans

Vistos.

Ante a devolução da notificação da 1ª reclamada, assino ao reclamante o prazo fatal de 10 (dez) dias para emenda à inicial no que concerne ao endereço da demandada, adequando-a aos moldes do art. 282, II, do CPC, sob pena de indeferimento.

Intime-se o reclamante por seu procurador.

Brasília, 25 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-747-61.2010.5.10.0012

Reclamante	Cicero Edmario da Silva
Advogado	PATRÍCIA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Adservis Multiperfil Ltda
Advogado	ANA PAULA COSTA MELO(OAB: null)
Reclamado	José Vicente Fonseca

Despacho:Vistos.

Tendo em vista que na matrícula encaminhada pelo 15° Cartório de Registro de Imóveis/SP não consta o nome do 2° executado José Vicente Fonseca e que, conforme certidão supra, o imóvel ali mencionado, sito na cidade de Lagoa Santa/MG, é de propriedade dos filhos do 2º executado, possuindo este apenas o direito de usufruto vitalício do imóvel, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 30 dias, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório, resguardada manifestação da parte interessada.

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-771-55.2011.5.10.0012

Requerente	Monise Campos Pereira
Advogado	THIAGO CAMPOS PEREIRA(OAB: null)
Requerido	Adservis Multiperfil Ltda
Requerido	UNIÃO - União Federal - Câmara dos Deputados Federal

EDITAL DE CITAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA da 12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica CITADO o Sr. JOSÉ VICENTE FONSECA - CPF: 124.701.806-78 para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:
Total da execução R$ 27.374,61 Atualizado até: 29/02/2012
Liq. Exequente....: 25.972,02
INSS Reclamante...: 123,34
INSS Reclamado....: 274,11
INSS SAT.....: 27,41
I R P F.....: 317,41
Custas do Processo: 528,26
Custas Art.789....: 132,06

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 25 de abril de 2012.

PAULA DA SILVA BORDONI
Diretor(a) de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-771-21.2012.5.10.0012

Reclamante	Jessika Rodrigues Farias
Advogado	IVAN LIMA DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Facil - Brasilia Transporte Integrado
Reclamado	Distrito Federal DFtrans

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 25/07/2012 14h30.

O(A) Juiz(a) do Trabalho CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA da 12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Facil - Brasilia Transporte Integrado, a comparecer perante esta Vara do Trabalho, no dia 25/07/2012 14h30, à AUDIÊNCIA INICIAL relativa à reclamação trabalhista cuja cópia está à disposição do(a) reclamado(a) na Secretaria deste Juízo, sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2 E 3 SALAS 220, 224 E 226 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, onde deverá apresentar defesa (art. 846 - CLT). Deverá estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sob pena da Lei (art. 844 - CLT), sendo-lhe facultada a substituição prevista no parágrafo 1º do art. 843 consolidado. Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 26 de abril de 2012.

PAULA DA SILVA BORDONI
Diretor(a) de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-805-30.2011.5.10.0012

Reclamante	Maria do Socorro Fernandes de Lacerda
Advogado	CLEIDE ALVES GUIMARAES KAMINSKI(OAB: null)
Reclamado	J B Industria, Comercio, Importacao e Exportacao de Calcados Ltda
Advogado	HERÁCLITO ZANONI PEREIRA(OAB: null)

Despacho de fls. "Vistos em inspeção.

Ante a não aceitação da reclamante à proposta de acordo da reclamada, prossiga o feito.

Intime-se a reclamada para, no prazo de 5 dias, proceder às devidas anotações da CTPS caso carreada aos autos.

Publique-se."

Despacho

Processo Nº RT-843-08.2012.5.10.0012

Reclamante	Windson de Paula Alvarenga
Advogado	SEBASTIÃO DUQUE NOGUEIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasilia Ltda

Fica o reclamante intimado de que o processo epigrafado foi incluído
na pauta do dia 25/07/2012 às 14h35 para audiência inaugural, à qual
deverá comparecer, observadas as cominações do artigo 844 da CLT e do
Provimento CGJT-5/2003 (DJU de 24/10/2003).
OBS.: A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-845-12.2011.5.10.0012

Reclamante	Osmar Rodrigues de Almeida
Advogado	JOSE ALDEMIR BORGES DE MATOS(OAB: null)
Reclamado	Marmore e Granitos (Parque das Pedras)
Advogado	ANDRE LUIZ INGNACIO DE ALMEIDA(OAB: null)

DECISÃO:"Vistos.

Desconstituo a penhora de fl. 97, desonerando o fiel depositário do encargo que lhe foi atribuído.

Intime-se o fiel depositário.

Publique-se para ciência das partes.

Brasília, 30 de abril de 2012."

Juiz do Trabalho CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA

Despacho

Processo Nº RT-845-75.2012.5.10.0012

Reclamante	Aldo Santana Moreira
Advogado	ALISSON DE SOUZA E SILVA(OAB: null)
Reclamado	Transportadora JN Ltda

Fica o reclamante intimado de que o processo epigrafado foi incluído
na pauta do dia 25/07/2012 às 14h45 para audiência inaugural, à qual
deverá comparecer, observadas as cominações do artigo 844 da CLT e do
Provimento CGJT-5/2003 (DJU de 24/10/2003).
OBS.: A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-846-60.2012.5.10.0012

Reclamante	Jose Geraldo Coimbra
Advogado	SEBASTIÃO DUQUE NOGUEIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasilia Ltda

Fica o reclamante intimado de que o processo epigrafado foi incluído
na pauta do dia 26/07/2012 às 14h para audiência inaugural, à qual
deverá comparecer, observadas as cominações do artigo 844 da CLT e do
Provimento CGJT-5/2003 (DJU de 24/10/2003).
OBS.: A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-847-45.2012.5.10.0012

Reclamante	Cristiane da Silva e Santos
Advogado	CARLOS VICTOR SANTOS ALMEIDA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal

Fica o reclamante intimado de que o processo epigrafado foi incluído
na pauta do dia 26/07/2012 às 14h05 para audiência inaugural, à qual
deverá comparecer, observadas as cominações do artigo 844 da CLT e do
Provimento CGJT-5/2003 (DJU de 24/10/2003).
OBS.: A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-848-30.2012.5.10.0012

Reclamante	Juliana Macedo de Oliveira
Advogado	JOSE ALDEMIR BORGES DE MATOS(OAB: null)
Reclamado	Setec - Sociedade de Ensino, Tecnologia, Educação e Cultura

Fica o reclamante intimado de que o processo epigrafado foi incluído

na pauta do dia 26/07/2012 às 14h10 para audiência inaugural, à qual
deverá comparecer, observadas as cominações do artigo 844 da CLT e do
Provimento CGJT-5/2003 (DJU de 24/10/2003).
OBS.: A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-849-15.2012.5.10.0012

Reclamante	Jesse Vieira da Silva
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Servicos Ambientais S.A.

Fica o reclamante intimado de que o processo epigrafado foi incluído
na pauta do dia 26/07/2012 às 14h15 para audiência inaugural, à qual
deverá comparecer, observadas as cominações do artigo 844 da CLT e do
Provimento CGJT-5/2003 (DJU de 24/10/2003).
OBS.: A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-850-97.2012.5.10.0012

Reclamante	Roberto Moreira de Paiva
Advogado	SAMUEL CHAGAS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Omni Empresa de Vigilancia e Seguranca Ltda

Fica o reclamante intimado de que o processo epigrafado foi incluído
na pauta do dia 26/07/2012 às 14h20 para audiência inaugural, à qual
deverá comparecer, observadas as cominações do artigo 844 da CLT e do
Provimento CGJT-5/2003 (DJU de 24/10/2003).
OBS.: A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-851-82.2012.5.10.0012

Reclamante	Roberto Moreira de Paiva
Advogado	SAMUEL CHAGAS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Seguranca Integrada Ltda

Fica o reclamante intimado de que o processo epigrafado foi incluído
na pauta do dia 26/07/2012 às 14h25 para audiência inaugural, à qual
deverá comparecer, observadas as cominações do artigo 844 da CLT e do
Provimento CGJT-5/2003 (DJU de 24/10/2003).
OBS.: A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-853-23.2010.5.10.0012

Reclamante	Rogério Anjos da Silva
Advogado	MOACIR AKIRA YAMAKAWA(OAB: null)
Reclamado	Linknet Tecnologia e Telecomunicacoes Ltda
Advogado	WALDIR RAMOS DA SILVA(OAB: null)

DECISÃO:"Ex positis, conheço dos embargos à execução opostos por POLITEC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A, para, no mérito, REJEITÁ-LOS, nos termos da fundamentação, que a este decisum integra.

Custas da presente decisão, pela embargante, no importe de R$ 44,26 nos termos do artigo 789-A, V, da CLT.

Publique-se.

Nada mais.

Brasília, 24 de abril de 2012." Juiz do Trabalho CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA

Despacho

Processo Nº RT-853-52.2012.5.10.0012

Reclamante	Mariana Pimentel Pinto Eugenio
Advogado	JONATAS DE LIMA SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Fortesul-Servicos, Construcoes e Saneamento Ltda
Reclamado	União Federal

Fica o reclamante intimado de que o processo epigrafado foi incluído
na pauta do dia 26/07/2012 às 14h30 para audiência inaugural, à qual
deverá comparecer, observadas as cominações do artigo 844 da CLT e do
Provimento CGJT-5/2003 (DJU de 24/10/2003).
OBS.: A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-857-89.2012.5.10.0012

Reclamante	Ivaneide dos Anjos Almeida
Advogado	CARLOS ANDRÉ LOPES ARAÚJO(OAB: null)
Reclamado	Carlos Saraiva Importacao e Comercio Ltda

Fica o reclamante intimado de que o processo epigrafado foi incluído
na pauta do dia 30/07/2012 às 14h para audiência inaugural, à qual
deverá comparecer, observadas as cominações do artigo 844 da CLT e do
Provimento CGJT-5/2003 (DJU de 24/10/2003).
OBS.: A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-867-36.2012.5.10.0012

Reclamante	Jose Alexandre da Silva
Advogado	NELSON ALVES FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Servicos Especializados Ltda
Reclamado	Agencia Nacional de Transportes Terrestres - Antt

DECISÃO:"Vistos.

Trata-se de pedido de tutela antecipada para que seja determinada o bloqueio de créditos que a reclamada possuiria perante a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Tendo em vista que não há nos autos prova do referido crédito, entendo não presentes os requisitos do art. 273 do CPC.

Indefiro a antecipação da tutela.

Notifique-se a reclamada da audiência já designada.

Publique-se para ciência do reclamante.

Data supra." Juiz do Trabalho FLAVIA FRAGALE MARTINS PEPINO

Despacho

Processo Nº RT-886-42.2012.5.10.0012

Reclamante	Maria dos Milagres Rodrigues de Sales
Advogado	ROGÉRIO ISAIAS ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Reclamado	Banco Central do Brasil

Decisão:"Trata-se de pedido liminar da reclamante para que seja determinada a liberação do saldo de sua conta fundiária.

Indefiro, por ora, o pedido, visto que o mesmo revela-se incompatível com o extrato do FGTS carreado aos autos a fls. 019/021.

Intime-se a reclamante sobre a designação de audiência inaugural para o dia 01.08.2012 às 14h35.

Notifiquem-se as reclamadas." Juiz do Trabalho FLAVIA FRAGALE MARTINS PEPINO

Despacho

Processo Nº RT-945-64.2011.5.10.0012

Reclamante	Solimeire Lula de Oliveira
Advogado	ULISSES RIEDEL DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Preodonto Avaliação Reabilitação e Estética Odontológica Ltda
Advogado	JACKSON SARKIS CARMINATI(OAB: null)

DECISÃO:"Vistos.

Considerando-se a possibilidade de efeitos modificativos à decisão embargada, intime-se a reclamante para, querendo, se manifestar no prazo de 5 dias.

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2012." Juiz do Trabalho FLAVIA FRAGALE MARTINS PEPINO

Despacho

Processo Nº RT-957-78.2011.5.10.0012

Reclamante	Celina Tubias de Souza
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Serviços Ambientais S.A (em Recuperação Judicial)
Advogado	SUELY MULKY(OAB: null)

Despacho:Vistos.

Indefiro haja vista que o prazo em questão foi concedido ao reclamante para pretensão modificativa nos embargos declaratórios.

Façam os autos conclusos para julgamento do embargos de declaração opostos.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-970-14.2010.5.10.0012

Reclamante	Maria Nilsa Xavier de Oliveira
Advogado	HELOISA RODRIGUES CAMARGO F DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Tillo Construcoes e Servicos Ltda Epp
Advogado	LAURA OLIVEIRA PEREIRA DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	UNIÃO - União (Presidência da República)
Advogado	EDVARD DE FREITAS MACHADO(OAB: null)

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) da 12ª Vara do

Trabalho de Brasília/DF, fica a reclamada epigrafada CITADA, na

pessoa de seu advogado, para pagamento do débito total abaixo

indicado, em 48 horas, sob pena de penhora (art. 880 da CLT, c/c

art. 652, §4º, do CPC).

VALOR DO DÉBITO: R$12568,36, atualizado até

CITAÇÃO DIRIGIDA À 1ª RECLAMADA.

Despacho

Processo Nº RT-1023-92.2010.5.10.0012

Reclamante	Alexandre Inacio de Oliveira (Espolio de) representado por MARIA DALVA INACIO DE OLIVEIRA
Advogado	ALINE SILVA(OAB: null)
Reclamado	Athos Farma Sudeste S.A.
Advogado	WADIH HABIB BOMFIM(OAB: null)

Despacho:Vistos.

Assino ao exequente o prazo de 30 dias para se manifestar acerca dos documentos encaminhados pela Junta Comercial do Rio de Janeiro/RJ, sob pena de arquivamento provisório dos autos.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-1055-97.2010.5.10.0012

Reclamante	Shirley de Almeida Reis
Advogado	MARCELO MARTINS DA CUNHA(OAB: null)
Reclamado	MHZ Administracao e Servicos de Saude Ltda EPP
Advogado	TIAGO LOPES ROZADO(OAB: null)

DECISÃO:"4 - CONCLUSÃO

Ex positis, conheço os embargos à execução opostos por MHZ ADMINISTRAÇÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA. para, no mérito, REJEITÁ-LOS, nos termos da fundamentação supra, que a este decisum integra.

Custas da presente decisão pela embargante, no valor de R$ 44,26 (art. 789-A, V, da CLT).

Publique-se.

Nada mais.

Brasília-DF, 24 de abril de 2012."

Juiz do Trabalho CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA

Despacho

Processo Nº RT-1057-33.2011.5.10.0012

Reclamante	Sandra Maria Rodrigues
Advogado	LUIZ FERNANDO CARVALHO MACIEL(OAB: null)
Reclamado	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda
Advogado	ARIZALDA ARAUJO DA SILVA(OAB: null)

Despacho:Vistos.

Renovo à exequente o prazo suplementar de 5 dias para receber o despacho com força de alvará de fls. 241.

Intime-se pela via postal.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-1128-69.2010.5.10.0012

Reclamante	Gilmar Fernandes dos Santos
Advogado	JOSÉ HAMILTON ARAUJO DIAS(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal
Advogado	OSVALDO CAITANO DE MORAES(OAB: null)

Desp.:"Assino à reclamada o prazo de 30 dias para incorporar ao salário do autor a parcela paga sob a rubrica "quebra de caixa", a fim de fixar-se termo final aos cálculos de liquidação.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012."

Despacho

Processo Nº RT-1134-42.2011.5.10.0012

Reclamante	Domingos Cardoso Barreto

Advogado	JOEMIL ALVES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Itatico Comercio de Alimentos Ltda
Advogado	ADRIANA RODRIGUES FERREIRA(OAB: null)

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, fica a reclamada epigrafada CITADA, na pessoa de seu advogado, para pagamento do débito total abaixo indicado, em 48 horas, sob pena de penhora (art. 880 da CLT, c/c art. 652, §4º, do CPC).
VALOR DO DÉBITO: R$ 1.045,61 , atualizado até 30/04/2012
CITAÇÃO DIRIGIDA À 1ª RECLAMADA.

Despacho

Processo Nº RT-1189-90.2011.5.10.0012

Reclamante	Geovani de Jesus Soares
Advogado	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Samuel Pereira de Sousa (Nome Fantasia Metalúrgica e Marcenaria)
Advogado	WESLEY DA SILVA FILGUEIRA(OAB: null)

Desp.:"Assino o prazo de 5 dias ao exequente para recebimento do alvará supra determinado e requerer o que entender de direito, sob pena de preclusão."

Despacho

Processo Nº RT-1247-93.2011.5.10.0012

Reclamante	Mario Gomes Terrao
Advogado	MARCILLO MAGALHÃES MONTEIRO(OAB: null)
Reclamado	Venture Service Ltda Epp
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)

"Vistos.

Diante da impugnação do autor quanto à indicação pelo perito do efetivo uso dos EPI's descritos no laudo pericial em razão de informações repassadas por paradigmas ao argumento de não utilização pelo reclamante, tenho por necessário oportunizar as partes a produção de prova testemunhal restritivamente para este fim.

Assim, reabro a instrução processual para incluir o feito na pauta do dia 23/05/2012, às 14h58min para produção de prova testemunhal com esta única finalidade, mediante apresentação espontânea pelas partes, sem prejuízo de apresentação, em audiência, de documento a atestar o recebimento e efetiva utilização dos EPI's pelo autor.

Publique-se.

Brasília, 26 de abril de 2012." Juiz do Trabalho CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA

Despacho

Processo Nº RT-1335-68.2010.5.10.0012

Reclamante	Charles Rodrigues dos Santos
Advogado	ALDEMIO OGLIARI(OAB: null)
Reclamado	Taguasul Comercio de Alimentos Ltda
Advogado	REGINA MARIA DE FREITAS CASTRO(OAB: null)

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, fica a reclamada epigrafada CITADA, na pessoa de seu advogado, para pagamento do débito total abaixo indicado, em 48 horas, sob pena de penhora (art. 880 da CLT, c/c art. 652, §4º, do CPC).
VALOR DO DÉBITO: R$, atualizado até
CITAÇÃO DIRIGIDA À 1ª RECLAMADA.

Despacho

Processo Nº RT-1421-05.2011.5.10.0012

Reclamante	Luterra Isabella do Vale Freire
Advogado	CLAUDIANA MONTEIRO BENICIO(OAB: null)
Reclamado	Capitar Serviços Técnicos Ltda
Advogado	ERIKA FEITOSA BENEVIDES(OAB: null)

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, fica a reclamada epigrafada CITADA, na pessoa de seu advogado, para pagamento do débito total abaixo indicado, em 48 horas, sob pena de penhora (art. 880 da CLT, c/c art. 652, §4º, do CPC).
VALOR DO DÉBITO: R$11568,22, atualizado até 30/04/2012
CITAÇÃO DIRIGIDA À 1ªRECLAMADA.

Despacho

Processo Nº RT-1503-36.2011.5.10.0012

Reclamante	Adrianno Lima Cruz
Advogado	ANTONIO ABRAHAO BAYMA SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Lojas Renner
Advogado	RICARDO MIRANDA MALVEIRA ALVES(OAB: null)

DECISÃO "[...]Diante do exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por ADRIANNO LIMA CRUZ em face de LOJAS RENNER S/A para condenar a reclamada a pagar ao reclamante:
- diferenças de horas extras e comissões: R$ 1.683,24;
- reflexos das diferenças em férias mais 1/3, 13º e FGTS mais 40%.
Juros e correção monetária na forma da lei, observando-se o índice do mês subseqüente ao da prestação dos serviços (orientação 124 da SDI/TST).
Em cumprimento ao § 3º do artigo 832 da CLT (Lei 10.035/00), observa-se que têm caráter salarial as diferenças de horas extras e comissões e seus reflexos em 13º.
Descontos fiscais e previdenciários autorizados, nos termos do art. 46, § 1°, da Lei 8541/92, artigo 43 da lei 8212/91 e Provimento 1/96 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, devendo as reclamadas comprovar os recolhimentos previdenciários nos autos, sob pena de execução (§ 3º do art. 114 da CF).
Deferem-se ao reclamante os benefícios da justiça gratuita.
Honorários periciais pela reclamada, no importe de R$ 1.000,00
Custas pela reclamadas, sobre o valor da condenação arbitrado em R$ 6.000,00, no importe de R$ 120,00.
Publique-se.
Brasília, 02 de maio de 2012."
Juiz do Trabalho FLAVIA FRAGALE MARTINS PEPINO

Despacho

Processo Nº RT-1511-47.2010.5.10.0012

Reclamante	Cosme Mauricio Teixeira Bottino

Advogado	DELIANA MACHADO VALENTE(OAB: null)
Reclamado	Serviter-Servicos Terceirizados Ltda
Reclamado	Cons Nac de Desenvolvimento Cientifico e Tecnologico
Advogado	ED LYRA LEAL(OAB: null)
Reclamado	Marcio Carneiro de Albuquerque
Reclamado	Railson Batista da Silva

Vistos.

Atualizem-se os cálculos excluindo-se as custas processuais, ante a isenção legal do ente público.

Assino ao exequente o prazo de 5 dias para os fins do art.884, da CLT.

Decorrido o prazo, expeça-se a devida Requisição de Pequeno Valor, a qual deverá ser encaminha ao Núcleo de Precatórios.

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-1520-72.2011.5.10.0012

Reclamante	Gustavo de Sousa Cabral
Advogado	JOÃO AMÉRICO PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Golcam Comercio e Servicos de Produtos Automotivos Ltda Me
Advogado	DINO ARAÚJO DE ANDRADE(OAB: null)

Despacho:Homologo os cálculos de fls. para fixar o débito da(s) executada(s), sem prejuízo das atualizações de direito, em:

Total da execução R$ 92,24 Atualizado até: 30/04/2012

Liq. Exequente....: 81,19

Custas do Processo: 10,64

Custas Art.789....: 0,41

1- Cite(m)-se a(s) executada(s) para, em 48 horas, pagar(em) a quantia correspondente especificada, depositar(em) ou indicar(em) bens passíveis de penhora.

Cumpra-se por publicação no DJTE (art. 880 CLT c/c art. do 652, § 4º do CPC).

Despacho

Processo Nº RT-1541-82.2010.5.10.0012

Reclamante	Adelson Lúcio Pereira
Advogado	JOSE EYMARD LOGUERCIO(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal
Advogado	GUSTAVO OUVINHAS GAVIOLI(OAB: null)

Despacho:Vistos.

Homologo os cálculos de fls. para fixar o débito da(s) executada(s), sem prejuízo das atualizações de direito, em:

Total da execução R$ 4.777,78 Atualizado até: 30/04/2012

Liq. Exequente....: 4.262,85

INSS Reclamado....: 3,40

I R P F.....: 5,95

Custas do Processo: 84,26

Hon. Advocatício..: 421,32

1- Assino à executada o prazo de 5 dias para promover e comprovar o depósito do valor complementar a execução, sob pena de prosseguimento com a constrição forçada.

Despacho

Processo Nº RT-1546-70.2011.5.10.0012

Reclamante	Jeova Castro de Jesus
Advogado	WILSON BORGES JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Elda Comercial de Calcados Ltda
Advogado	BRUNO VIEIRA BOMFIM(OAB: null)
Reclamado	Red Comercial de Calcados Ltda
Advogado	BRUNO VIEIRA BOMFIM(OAB: null)

DECISÃO "[...]Pelo exposto, julgam-se procedentes em parte as pretensões formuladas na presente demanda para:

I declarar a unicidade contratual no período de 24/11/2010 a 07/04/2011, com ambas as reclamadas;

II condenar as reclamadas, solidariamente, ao pagamento das seguintes parcelas, como se apurar em liquidação, observados todos os parâmetros contidos nos fundamentos, que passam a integrar o presente dispositivo:

- horas extras e reflexos;
- aviso prévio;
- indenização de 40% sobre o FGTS de todo o período;
- multa do art. 477, § 8º, da CLT.

Incidem juros de mora, correção monetária e recolhimentos previdenciários e fiscais, na forma da fundamentação.

Concedidos ao reclamante os benefícios da justiça gratuita.

O valor da condenação é provisoriamente arbitrado em R$2.000,00, com custas de R$40,00, pelas reclamadas.

Intimem-se as partes.

Registre-se a antecipação do julgamento.

Nada mais.

Brasília, 30/04/2012."

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-1611-65.2011.5.10.0012

Reclamante	Vera Lucia de Oliveira
Advogado	GERALDO MARCONE PEREIRA(OAB: null)
Reclamado	Velox Consultoria em Recursos Humanos Ltda (em Recuperação Judicial)
Advogado	LUDNEY ROBERTO CAMPEDELLI FILHO(OAB: null)

Vistos.

Retifique-se o polo passivo da lide para fazer constar Velox Consultoria em Recursos Humanos Ltda. (em recuperação judicial).

Homologo o cálculo fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais.

Total da execução R$ 6.431,48 Atualizado até: 30/04/2012

Liq. Exequente....: 4.698,01

INSS Reclamante...: 301,18

INSS Reclamado....: 768,24

INSS SAT.....: 76,80

Custas do Processo: 93,96

Custas Art.789....: 23,49

Hon. Advocatício..: 469,80

Tendo em vista o deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial da executada, suspenda-se a execução por 180 dias, nos termos do §4º do art. 6º da Lei 1.101/2005, a contar de 27/02/2012, data do deferimento. [...]

Despacho

Processo Nº RT-1631-56.2011.5.10.0012

Reclamante	Gilmar da Silva Rodrigues
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Empresa de Seguranca Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Vipasa-Vigilancia Patrimonial Armada Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

Despacho: "Intime-se a(s) executada(s) da assinatura do auto de

arrematação para os fins de direito."

Despacho

Processo Nº RT-1632-75.2010.5.10.0012

Reclamante	Jose Candido da Silva
Advogado	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasilia-TCB
Advogado	MAURICIO MIRANDA DURAES(OAB: null)

DESPACHO: "...Garantida a execução, assino ao exequente o prazo de 5 dias para os fins do art.884, da CLT.

O exequente deverá informar o número do seu NIT ou PIS, assim como o nome do advogado que deverá constar no alvará, caso existam dois ou mais procuradores constituídos, importando a inércia a liberação na pessoa do advogado cadastrado nos autos, resguardada, porém, a modificação por meio de petição escrita, ficando vedado pedido verbal no balcão da secretaria..."

Despacho

Processo Nº RT-1663-61.2011.5.10.0012

Reclamante	Lailson dos Santos Nunes
Advogado	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Froylan Engenharia Projetos e Comercio Limitada
Advogado	JOSE ALVES NUNES(OAB: null)

Vistos.

Assino ao reclamante o prazo de 5 dias para retirar sua CTPS dos autos, haja vista a improcedência da ação.

Efetivada a medida, arquivem-se os autos em definitivo.

Publique-se.

Brasília, 24 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-1681-82.2011.5.10.0012

Reclamante	Natalia de Sousa Goncalves
Advogado	CARLOS VICTOR AZEVEDO SILVA(OAB: null)
Reclamado	Real Sociedade Espanhola de Beneficência
Advogado	TIAGO CEDRAZ LEITE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Distrito Federal
Advogado	MARCOS GUSTAVO DE SA E DRUMOND(OAB: null)

Intimem-se o reclamante e a 2ª reclamada para, querendo, contrarrazoarem o recurso interposto pela 1ª reclamada no prazo sucessivo de 8 dias, a iniciar-se pelo reclamante.

Despacho

Processo Nº RT-1733-78.2011.5.10.0012

Reclamante	Fabiana Gomes de Sousa Freitas
Advogado	CAMILA CARVALHO FONTINELE(OAB: null)
Reclamado	Facilita Promotora S.A.
Advogado	CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: null)
Reclamado	Fai - Financeira Americanas Itau S.A. Credito Financiamento e Investimento
Advogado	CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: null)

Vistos.

Renovo às reclamadas o prazo de 5 dias para apresentarem planilha com a discriminação das parcelas que compõem o acordo, haja vista que a presente petição não satisfaz a determinação contida na ata de fls. 408/409, sob pena do valor do acordo ser considerado 100% de natureza salarial (parágrafo único do art. 43 da Lei 8.212/91).

No mesmo prazo, as reclamadas deverão apresentar a guia GFIP que vincule o recolhimento em guia GPS ora apresentada à reclamante.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-1898-28.2011.5.10.0012

Reclamante	Ellen Cristina Vilarindo de Sousa
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Works Construção e Serviços Ltda Epp
Advogado	SANDRA REGINA P. CARVALHO DE LIMA(OAB: null)

Desp.:"Intime-se a reclamada para, querendo, contrarrazoar o recurso interposto no prazo legal.

BRASÍLIA, 24/04/2012."

Despacho

Processo Nº RT-1986-66.2011.5.10.0012

Reclamante	Gabriela Ferreira Caldas
Advogado	EDNA MARIA FERNANDES REIS(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa de Profissionais Autonomos de Transporte de Samambaia - COOPATRAM

Despacho:Vistos.

Deixo de cumprir a obrigação de fazer no que se refere a anotação da CTPS , haja vista a manifestação do reclamante na petição de fls. 83.

Cumpra-se o item 3 do despacho de fls. 81.

No que se refere ao pedido de reserva de crédito solicitado, aguarde-se a apuração dos cálculos com a devida homologação.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-2016-04.2011.5.10.0012

Reclamante	Carlivaldo Rufino de Sousa
Advogado	HUGO VASCONCELOS(OAB: null)
Reclamado	Rapido Planaltina Ltda
Advogado	DENISE BRANDÃO NUNES RIBEIRO(OAB: null)

Despacho:Vistos.

Renovo à reclamada o prazo de 5 dias para comprovar a integralização dos depósitos de FGTS, conforme determinado em sentença às fls. 21.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-2049-91.2011.5.10.0012

Reclamante	Maryangela Oliveira Senna
Advogado	RENATA VIEIRA FONSECA(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan
Advogado	ROBERTA MARIA MIRANDA MOREIRA DE CARVALHO(OAB: null)

DECISÃO:"Vistos.

Não merece acolhida a pretensão do autor de integração dos dois filhos indicados no Plano de Saúde, pois como corretamente descrito pela reclamada, a coisa julgada determinou a observância do regramento do Plano que foi mencionado para o cumprimento das obrigações de pagar ali ditadas.

Pois bem. Limitando o regramento à inclusão dos dependentes esposa/ou companheira, filhos inválidos menores de 21 anos

somente para os aposentados com até 58 anos de idade, tem-se que o fato de o autor encontrar-se com 59 anos constitui fator excludente da inclusão dos dependentes pretendidos maiores ou menores de 21 anos, inexistindo no dito regulamento hipótese de inclusão ou manutenção desses dependentes por encontrarem-se cursando ensino superior, como pretendido pelo autor.

Portanto, e dado ao limite inscrito na coisa julgada que expressamente vincula a observância das regras reguladoras do dito plano de saúde, não há que se falar em inclusão dos filhos indicados.

Assim, correta a forma do restabelecimento promovida pela reclamada.

Nesse compasso, alinha-se a obrigação de pagamento pela reclamada de pagamento ao autor das mensalidades pela EMBRATEL-TELOS a partir da aposentação em 05.02.2007, inclusive de seus dependentes, e, ainda, a restituição dos valores mensalmente pagos pelo reclamante a este título desde aposentadoria, guardando seu termo final, então, com a data em que o autor completou 59 anos de idade, sendo em relação aos dependentes até a data em que os filhos alcançaram a idade de 21 anos ou a data em que o autor completou 59 anos de idade, o que ocorrer primeiro em relação aos dependentes, como, aliás, ditado pela própria reclamada.

Nesse quadro, determino a reclamada que junte aos autos em 15 dias os documentos solicitados pela Contadoria na promoção de fls. 957/958 para a correta liquidação de sentença, observando-se os termos inicial e final já delineados.

Ultimado o ato, vista ao autor sobre os documentos que serão juntados.

Após, voltem-me conclusos.

Intime-se a reclamada.

Publique-se para ciência da reclamante.

Brasília, 27 de abril de 2012."

Juiz do Trabalho CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA

Despacho

Processo Nº RT-2088-88.2011.5.10.0012

Reclamante	Luiz Oscar Marques Ferreira
Advogado	JOSE EYMARD LOGUERCIO(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	RAFAEL SANTANA E SILVA(OAB: null)

Desp.fl.:"1- Assino à reclamada o prazo de 30 dias para comprovar o cumprimento da obrigação de integrar o valor do CTVA ao adicional de incorporação pago ao autor, na forma ordenada em sentença.

2- Cumpridas a obrigação de fazer, à contadoria para liquidação da sentença. Não deverá ser incluída na conta a contribuição previdenciária a terceiros, vez que este Juízo não detém competência para a execução de tal encargo.

Brasília, 24 de abril de 2012."

Despacho

Processo Nº RT-2095-80.2011.5.10.0012

Reclamante	Luiz Pereira da Silva
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Serviços Ambientais S.A. (em recuperação judicial)
Advogado	SUELY MULKY(OAB: null)

Despacho de fls. "Vistos.

Considerando o pedido da reclamada, indefiro, posto que, o pedido já foi atendido às fls. 299.

Publique-se."

Despacho

Processo Nº RT-2109-64.2011.5.10.0012

Reclamante	Francilucia Silva Monteiro
Advogado	ANTONIO CARLOS SOBRAL ROLLEMBERG(OAB: null)
Reclamado	Fianca Empresa de Seguranca Ltda

Desp." Assino à reclamada o prazo de 5 dias para proceder ao pagamento da 1ª parcela do acordo, vencida em 10/4/2012, acrescida da multa de 100%, totalizando R$6.500,00.

Decorrido o prazo sem pagamento, aguarde-se o vencimento das demais parcelas do acordo para prosseguimento da execução, ante a peculiaridade fincada no acordo a imprimir a impossibilidade de antecipação das parcelas vincendas, obstando a execução de forma fracionada.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012."

Despacho

Processo Nº RT-7100-59.2006.5.10.0012

Processo Nº RT-71/2006-012-10-00.1

Reclamante	Homero Batista Kzam
Advogado	JOÃO PEDRO AVELAR PIRES(OAB: null)
Reclamado	Roma Systems Tecnologia Informação Ltda.
Advogado	JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO(OAB: null)
Reclamado	Rodrigo Jose Figueiredo Loureiro
Reclamado	Benita Figueiredo Ferreira Loureiro

Despacho:Vistos.

Ante a presente manifestação, registre-se como procurador do exequente o Dr. João Pedro Avelar Pires- OAB/DF 19425 (fl.231).

Defiro o desentranhamento do documento de fl.265, mediante traslado.

Prazo de 05 dias para recebimento.

Efetivada a medida ou decorrido o prazo, aguarde-se resposta do ofício de fl. 303.

Publique-se.

Brasília, 25 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-7500-78.2003.5.10.0012

Processo Nº RT-75/2003-012-10-00.7

Reclamante	DENISE RODRIGUES PEREIRA
Advogado	JOÃO PORFÍRIO FILHO(OAB: null)
Reclamado	Ferreira Santos - Arquitetura e Engenharia Ltda

Despacho:Vistos.

Renovo ao reclamante o prazo de 30 dias para se manifestar e requerer o que entender de direito, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-10500-76.2009.5.10.0012

Processo Nº RT-105/2009-012-10-00.0

Reclamante	Eliomar Euzébio Linhares da Silva
Advogado	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Conservo Brasilia Empresa de Seguranca Ltda
Advogado	CARLUCIO CAMPOS RODRIGUES COELHO(OAB: null)

Reclamado	Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM
Advogado	DALTON SOARES PEREIRA(OAB: null)

DECISÃO:"4 - CONCLUSÃO.

Ex positis, admito os embargos à execução para ACOLHÊ-LOS PARCIALMENTE, a fim de determinar a exclusão dos cálculos apresentados das custas processuais, de conhecimento e execução, nos termos da fundamentação, que a este decisum integra.

Fixo, portanto, o débito da executada, na data de 30/04/2012, sem prejuízo de futuras atualizações, em:

Total da execução R$ 29.620,72
Liq. Exequente....: R$23.487,29
INSS Reclamante...: R$454,01
INSS Reclamado....: R$2.088,23
Hon. Advocatício..: R$3.591,19

Custas pela presente decisão, no importe de R$ 44,26, pelo embargado, conforme artigo 789-A, V, da CLT, isento nos termos da lei.

Intime-se a União, nos termos do convênio 65/2010.

Publique-se.

Brasília, 25 de abril de 2012."

Juiz do Trabalho CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA

Despacho

Processo Nº RT-12200-63.2004.5.10.0012

Processo Nº RT-122/2004-012-10-00.3

Reclamante	RAFAEL FERREIRA DE SOUSA
Advogado	JOÃO AMÉRICO PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	CONSTRUTORA CIVIL TEC LTDA (ELIEZIO)

DESPACHO: "...Vista ao exequente para requerer o que mais entender de direito, no prazo de 30 dias, sob pena de retorno dos autos ao arquivo provisório..."

Despacho

Processo Nº RT-12500-88.2005.5.10.0012

Processo Nº RT-125/2005-012-10-00.8

Reclamante	Clesio de Lima Alves
Advogado	PAULO RENAN PEREIRA LOPES(OAB: null)
Reclamado	Alumid Aluminio Brasiliense Ltda - Epp
Advogado	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Domingos Jose de Oliveira
Reclamado	Ana Vicencia Santos de Oliveira
Advogado	LUCIANA SANTOS DE OLIVEIRA(OAB: null)

Despacho:Vistos.

Indefiro o pedido do exequente, haja vista que existe penhora garantindo a execução nos presentes autos (fls.290).

Expeça-se certidão para averbação da penhora.

Após, encaminhe-se a certidão ao CRI competente (2° Cartório de Registro de Imóveis/DF) ao qual determino que proceda à averbação da constrição, comprovando o ato no prazo de 10 dias. Por medida de celeridade e economia processual, CONFIRO FORÇA DE OFÍCIO AO PRESENTE DESPACHO, o qual será expedido em duas vias.

Ultimadas as medidas e comprovada a averbação da penhora, venham os autos conclusos para julgamento dos embargos à execução opostos (fls. 206/285).

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-12800-45.2008.5.10.0012

Processo Nº RT-128/2008-012-10-00.4

Reclamante	Izabelle Galheno Pieri
Advogado	JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	BRASFORT - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
Advogado	LIVIO RODRIGUES CIOTTI(OAB: null)
Reclamado	Fundação Nacinal de Saúde - FUNASA

Desp.":Trata-se de execução provisória cujos atos executórios encontram limite àqueles que importem alienação ou transferência de domínio ou outros que resultem grave dano.

Apesar de o ato constritivo não importar nenhum ato daquela natureza, tenho que o pronunciamento judicial acerca da impugnação aos cálculos apresentada importará tumulto processual perante o eg. TRT, pois viabilizará a interposição de recurso próprio dirigido ao órgão ad quem nesta execução provisória, quando ainda pendente recurso a ser apreciado no processo de cognição.

Assim, e com o fito de evitar o delineado tumulto processual, determino o sobrestamento do feito até decisão judicante final no processo de conhecimento, ocasião em que os embargos à execução serão julgados.

Encaminhem-se os autos ao arquivo provisório.

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2012."

Despacho

Processo Nº RT-12900-68.2006.5.10.0012

Processo Nº RT-129/2006-012-10-00.7

Autor	Márcia Lopes Batista
Advogado	LUÍS ANTÔNIO CASTAGNA MAIA(OAB: null)
Réu	Banco Bradesco S.A.
Advogado	MARIO LUCIO MARQUES JUNIOR(OAB: null)

Vistos.

Determino à executada que, doravante, proceda ao pagamento da pensão mensal à qual foi condenada por meio de sua folha de pagamento mensal, devendo comprovar o cumprimento da ordem no prazo de 30 dias, observado o valor mensal apurado pela contadoria judicial referente a agosto/2011, qual seja R$555,35, acrescido das correções monetárias pelos mesmos índices de reajuste salarial aplicáveis à categoria profissional da exequente.

O valor referente às parcelas vencidas a partir de setembro/2011, não incluídas na primeira conta cuja execução já fora extinta, também deverá ser pago à reclamante na primeira folha de pagamento que ocorrer dentro do prazo ora fixado, sob pena de execução.

Caso a autora não mais esteja afastada em face da sua incapacidade laboral, a reclamada deverá, no mesmo prazo, comprovar tal fato em Juízo.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-13400-32.2009.5.10.0012

Processo Nº RT-134/2009-012-10-00.2

Reclamante	Raimundo Fabiano Lopes Ferreira Travassos Nunes

Advogado	MARCILIO ALVES DE CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	Conservo Brasilia Servicos Tecnicos Ltda
Advogado	CLAUDIA CRISTINA NUNES NOBREGA(OAB: null)
Reclamado	Victor João Cugola
Reclamado	Debora Ferreira Passos Cugola

Despacho de fls. "Vistos.

Ante a devolução da CPE, vista ao reclamante por 10 dias para requerer o que entender de direito.

Publique-se."

Despacho

Processo Nº RT-25500-34.2000.5.10.0012

Processo Nº RT-255/2000-012-10-00.6

Reclamante	ELCIONY ALVARENGA DOS SANTOS
Advogado	PAULO AYRTON CAMPOS(OAB: null)
Reclamado	JALMES RESTAURANTE LTDA (MARCIA MADEIRA NOGUEIRA E ADVANIA FIGUEIREDO DE SOUZA)
Reclamado	Edilson Figueiredo de Souza
Reclamado	Marcia Madeira Nogueira

Despacho de fls. "Vistos.

Assino ao exequente o prazo de 30 dias para vista, apenas em secretaria, das declarações de renda dos executados extraídas do banco de dados da Receita Federal, devendo, no mesmo prazo, requerer o que entender de direito no que tange àqueles documentos, sob pena de arquivamento provisório dos autos.

Decorrido o prazo sem manifestação as declarações de renda serão eliminadas, haja vista o seu caráter sigiloso.

Publique-se. "

Despacho

Processo Nº RT-35300-42.2007.5.10.0012

Processo Nº RT-353/2007-012-10-00.0

Reclamante	Niraldo Dias Rocha
Advogado	RINALDO TADEU PIEDADE DE FARIA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal
Advogado	RAMON DANTAS MANHÃES SOARES(OAB: null)

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) da 12ª Vara do
Trabalho de Brasília/DF, fica a reclamada epigrafada CITADA, na
pessoa de seu advogado, para pagamento do débito total abaixo
indicado, em 48 horas, sob pena de penhora (art. 880 da CLT, c/c
art. 652, §4º, do CPC).
VALOR DO DÉBITO: R$ 109.387,78, atualizado até 30/04/2012.

Despacho

Processo Nº RT-35600-67.2008.5.10.0012

Processo Nº RT-356/2008-012-10-00.4

Reclamante	José Gilson Almeida Lima
Advogado	JOSE ALBERTO QUEIROZ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Stilo Automóveis Ltda.
Advogado	FLAVIANE LACERDA PINTO(OAB: null)
Reclamado	Flavio Distretti Romão
Reclamado	Alexandra dos Santos Iglessias DISTRITTI

Despacho:Vistos.

Requeira o exequente o que mais entender por direito em 30 dias, sob pena de arquivamento provisório, resguardada a manifestação da parte interessada.

Publique-se.

Brasília, 26 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-43200-52.2002.5.10.0012

Processo Nº RT-432/2002-012-10-00.6

Reclamante	AGUINALDO ELIAS GUIMARAES JUNIOR
Advogado	ROBSON FREITAS MELO(OAB: null)
Reclamado	ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTACAO FOU/ONU(FOOD ANDA AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS)

Despacho: J. Como requer. Prazo legal. P.

Despacho

Processo Nº RT-44800-64.2009.5.10.0012

Processo Nº RT-448/2009-012-10-00.5

Reclamante	Antônio Aparecido Rossi
Advogado	SILVÂNI ALVES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	JULIANA FURTADO DE MOURA(OAB: null)

Desp.:"Intimem-se as partes para, querendo, contrarrazoarem o recurso interposto pela parte contrária no prazo sucessivo de 8 dias, a iniciar-se pelo reclamante.

BRASÍLIA, 02/05/2012."

Despacho

Processo Nº RT-52200-18.1998.5.10.0012

Processo Nº RT-522/1998-012-10-00.0

Reclamante	MARIA BETANIA DA SILVA ALVES
Advogado	DORGEVAL LOPES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Reticencias Confeccoes Ltda

Despacho:Vistos.

Renovo à reclamante o prazo de 15 dias para carrear aos autos sua CTPS para verificação da sua variação salarial ou ainda informar o valor de seu salário na rescisão contratual (setembro/1996), para liquidação de sentença.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-54200-05.2009.5.10.0012

Processo Nº RT-542/2009-012-10-00.4

Reclamante	Beatriz Helena Gomes
Advogado	ROGÉRIO FERREIRA BORGES(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	RAFAEL MONTENEGRO DE ÁVILA E SILVA BUDAL(OAB: null)
Reclamado	Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil S.A.
Advogado	MARCOS VINÍCIUS BARROS OTTONI(OAB: null)

Vistos.

Tendo em vista que a conta apresentada pela 2ª reclamada resultou em valor negativo, assino ao reclamante o prazo de 30 dias para apresentar sua planilha de cálculo, informando, inclusive, o valor atualizado da complementação da aposentadoria a ser incorporado.

Publique-se.

Brasília, 25 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-56100-33.2003.5.10.0012

Processo Nº RT-561/2003-012-10-00.5

Reclamante	CARLOS MAX TORRES
Advogado	RAFAEL AUGUSTO BRAGA DE BRITO(OAB: null)
Reclamado	JORNAL DO BRASIL S/A
Advogado	VICTOR RUSSOMANO JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	EDITORA JB S/A
Advogado	FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	COMPANHIA BRASILEIRA DE MULTIMIDIA S/A
Advogado	ANDRESSA BARROS FIGUEREDO DE PAIVA(OAB: null)
Reclamado	JB COMERCIAL S/A
Advogado	ANDRESSA BARROS FIGUEREDO DE PAIVA(OAB: null)
Reclamado	AGÊNCIA JB SERVIÇOS DE IMPRENSA S/A
Advogado	EDUARDO ALBUQUERQUE SANT'ANNA(OAB: null)
Reclamado	Jose Henrique Martins Leao Teixeira
Reclamado	Jacqueline de Almeida Porto
Reclamado	Angela Maria Pereira Moreira
Reclamado	Jose Carlos Torres Hardman
Reclamado	Paulo Roberto Franco Marinho

DECISÃO:" Cuida-se de exceção de pré-executividade argüida por JACQUELINE DE ALMEIDA PORTO às fls. 1321/1332. Sustentou que não é parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda, na qual foi incluída após a desconsideração da personalidade jurídica do Jornal do Brasil S/A . Pugna pela exclusão do polo passivo.

Não obstante os argumentos lançados pela executada, impossível o proveito pretendido, vez que o tema trazido a debate consiste em hipótese objeto de arguição nos embargos à execução de que cuida o art. 884 da CLT, momento em que poderá comprovar documentalmente o fato alegado.

Portanto, não há de se falar em proveito da medida ora requerida.

Assim, REJEITO a exceção de pré-executividade apresentada.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Juiz do Trabalho CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA

Despacho

Processo Nº RT-58700-56.2005.5.10.0012

Processo Nº RT-587/2005-012-10-00.5

Reclamante	Maria do Rosário de Fátima Miranda
Advogado	MARIA DE LOURDES SILVA DE MELO(OAB: null)
Reclamado	Viação Aérea São Paulo Sociedade Anônima - VASP (Massa Falida de) N/P do Administrador judicial Dr. Alexandre Tajra (OAB/SP 77.624)
Advogado	IVAN CLEMENTINO(OAB: null)
Reclamado	Lotaxi Transportes Urbanos LTDA.
Advogado	JOÃO TADEU SEVERO DE ALMEIDA NETO(OAB: null)
Reclamado	Bramind Brasil Mineração Ind. e Comercio LTDA
Reclamado	Hotel Nacional s/a
Advogado	JOÃO TADEU SEVERO DE ALMEIDA NETO(OAB: null)
Reclamado	Agropecuaria Vale do Araguaia LTDA
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)
Reclamado	Viplan Viação Planalto Limitada
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)
Reclamado	Bratur Brasilia Turismo LTDA.

Despacho:Vistos.

Renovo ao exequente o prazo de 30 dias para se manifestar e requerer o que entender de direito sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-61000-83.2008.5.10.0012

Processo Nº RT-610/2008-012-10-00.4

Reclamante	Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no DF - SINDISERVIÇOS/DF
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Parceria - Conservação e Serviços Técnicos Ltda.
Reclamado	União (Ministério da Defesa - MD)
Reclamado	Dijalma Ferreira Guarda
Reclamado	Luiz Carlos Ferreira

Despacho:Vistos.

Requeira o sindicato o que mais entender por direito em 30 dias, sob pena de arquivamento provisório, haja vista que a executada não têm créditos perante o Ministério da Defesa.

Publique-se.

Brasília, 24 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-61700-06.2001.5.10.0012

Processo Nº RT-617/2001-012-10-00.0

Reclamante	SANDRA DE FATIMA MARTINS
Advogado	MOACIR AKIRA YAMAKAWA(OAB: null)
Reclamado	FUBRAE CENTRO DE ENSINO TECNICO DE BRASILIA - CETEB
Advogado	IGOR BARQUETTE SEVERO DE ALMEIDA(OAB: null)
Reclamado	UNIAO EDUCACIONAL DE BRASILIA - UNEB
Advogado	PAULO ROBERTO IVO DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Carlos Antonio de Almeida e Silva
Reclamado	Edson Granato Valin
Reclamado	Cleuton Sathler Garcia
Reclamado	Gilberto Tristao
Reclamado	Mario Sergio Mafra

Despacho:Vistos.

Defiro a suspensão requerida pela 1ª reclamada por 90 dias, devendo a demandada comprovar o andamento do recurso pendente na Justiça Federal dentro do referido prazo.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-77300-57.2007.5.10.0012

Processo Nº RT-773/2007-012-10-00.6

Reclamante	Gislaine Aparecida Gonçalves
Advogado	RAPHAEL MESQUITA CARNEIRO(OAB: null)
Reclamado	Centro de Estética Sarres LTDA.

Advogado	ARNALDO ROCHA MUNDIM JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Adriane Azevedo Sarres
Reclamado	Goiandira Viana de Azevedo
Advogado	FLÁVIO STUDART WERNIK(OAB: null)

DESPACHO: "...Mantenho o bloqueio da importância de fls. 312, indeferindo o pedido de devolução à 3ª executada, GOIANDIRA VIANA AZEVEDO, tendo em vista que na conta aonde foi efetuado o bloqueio via sistema Bacen Jud são creditados outros valores além de créditos de natureza salarial, conforme se infere dos extratos juntados às fl. 349 a 352..."

Despacho

Processo Nº RT-82500-74.2009.5.10.0012

Processo Nº RT-825/2009-012-10-00.6

Reclamante	Marcelo Ferreira da Silva
Advogado	JUDSON DE ARAÚJO GURGEL(OAB: null)
Reclamado	Maria Carmelita da Silva Rodrigues ME (Mercado Bom Jesus)
Reclamado	Maria Carmelita da Silva Rodrigues

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) da 12ª Vara do
Trabalho de Brasília/DF, fica a reclamada epigrafada CITADA, na
pessoa de seu advogado, para pagamento do débito total abaixo
indicado, em 48 horas, sob pena de penhora (art. 880 da CLT, c/c
art. 652, §4º, do CPC).
VALOR DO DÉBITO: R$ 2.862,62, atualizado até 30/04/2012
CITAÇÃO DIRIGIDA À 1ª
RECLAMADA.

Despacho

Processo Nº RT-95500-49.2006.5.10.0012

Processo Nº RT-955/2006-012-10-00.6

Reclamante	Aquiles Avelino dos Santos Costa
Advogado	NABIAN MARTINS DE PAIVA(OAB: null)
Reclamado	Conservo Servicos Gerais Ltda
Advogado	FERNANDA ROCHA SOUZA(OAB: null)

Despacho de fls. "Vistos.
Convolo em penhora o depósito recursal de fl. 236.
Assino à executada o prazo de 48 horas para depositar a diferença restante para a total garantia da execução, no importe de R$ 17.742,13 , sob pena de constrição forçada.
Publique-se. "

Despacho

Processo Nº RT-95600-33.2008.5.10.0012

Processo Nº RT-956/2008-012-10-00.2

Reclamante	Pollianna Sampaio do Egito
Advogado	ALISSON DE SOUZA E SILVA(OAB: null)
Reclamado	Prompt Empregos de Terceirização de Mão de Obra Ltda.
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos ECT
Advogado	IARA PEREIRA LARA(OAB: null)

Despacho:Vistos.
Garantida a execução, assino ao exequente o prazo de 5 dias para os fins do art.884, da CLT.
O exequente deverá informar o número do seu NIT ou PIS, assim como o nome do advogado que deverá constar no alvará, caso existam dois ou mais procuradores constituídos, importando a inércia a liberação na pessoa do advogado cadastrado nos autos, resguardada, porém, a modificação por meio de petição escrita, ficando vedado pedido verbal no balcão da secretaria, .
Publique-se.
Brasília, 2 de maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-97600-79.2003.5.10.0012

Processo Nº RT-976/2003-012-10-00.9

Reclamante	VANDA FERREIRA DA SILVA
Advogado	HUDSON DE FARIA(OAB: null)
Reclamado	Uniway - Cooperativa de Profissionais Liberais Ltda
Advogado	CLELIA SCAFUTO(OAB: null)
Reclamado	UNIÃO - UNIAO FEDERAL (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)
Reclamado	E-Dablio Consultoria e Projetos Ltda
Reclamado	Jose Carlos Gonçalves Carvalheira
Advogado	OSVALDO BRILHANTE FILHO(OAB: null)
Reclamado	Marcelo Coelho Carpenter
Advogado	MAURICIO DE FIGUEIREDO CORREA DA VEIGA(OAB: null)
Reclamado	Gilberto Amaral dos Santos Junior
Reclamado	Guilherme Antonio Monteiro da Costa

Despacho:Vistos.
Assino à 1ª executada o prazo de 5 dias para,querendo, contestar os embargos à execução opostos.
Publique-se.
Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-98600-95.1995.5.10.0012

Processo Nº RT-986/1995-012-10-00.3

Reclamante	JUCINEIDE DA CONCEICAO CARLOS
Advogado	BARTOLOMEU NOGUEIRA(OAB: null)
Reclamado	ART LAR MOVEIS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Advogado	CELIVALDO ELÓI LIMA DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Weruska Lima Barbosa Mourelle
Reclamado	Virgelio do Rego Monteiro Neto

Inclua-se o presente feito na pauta de audiências do dia 17/05/2012, às 13h50, para audiência de execução.
O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2 E 3 SALAS 220, 224 E 226 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, e para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.
Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.
Brasília, 2 de maio de 2012.
Juiz do Trabalho FLAVIA FRAGALE MARTINS PEPINO

Despacho

Processo Nº RT-102500-32.2008.5.10.0012

Processo Nº RT-1025/2008-012-10-00.1

Reclamante	Valdeci Gomes Soares
Advogado	FLAVIA NAVES SANTOS PENA(OAB: null)
Reclamado	Brasil Telecom S.A.

Advogado	JOSE ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: null)

DECISÃO "[...]Pelo exposto, decido, nos autos da Reclamação Trabalhista movida por VALDECI GOMES SOARES em face de BRASIL TELECOM S.A

a) Julgar IMPROCEDENTES os pedidos formulados na presente demanda trabalhista e liberar a reclamada dos pleitos formulados na inicial, nos termos da fundamentação supra que passa a fazer parte integrante deste decisum.

b) Honorários periciais na forma da fundamentação.

Concedo os benefícios da justiça gratuita à reclamante, nos termos do art. 789, § 9°, da CLT.

Contribuições previdenciárias e Imposto de renda nos termos do art. 114, VIII da Constituição Federal, Lei 10.035/00 e Provimento Geral Consolidado do TST, com observância da Súmula 381 do TST.

Custas, pela reclamante, arbitradas em R$ 6.000,00, calculadas sobre R$300.000,00, valor atribuído à causa, das quais fica dispensado por ser beneficiário da justiça gratuita.

Intimem-se as partes.

Brasília, 30 de abril de 2012." Juiz do Trabalho ADRIANA ZVEITER

Despacho

Processo Nº RT-103300-36.2003.5.10.0012

Processo Nº RT-1033/2003-012-10-00.3

Reclamante	RAIMUNDO NONATO DA SILVA LIMA
Advogado	HOSANAH MUNIZ DA COSTA(OAB: null)
Reclamado	Conservadora Mundial Ltda
Advogado	MOZART CAMAPUM BARROSO(OAB: null)

Vistos.

Indefiro o pedido do arrematante, ficando mantido o comando de fl. 334, devendo o interessado custear as despesas necessárias à transferência do imóvel.

Intime-se o arrematante.

Renovo ao procurador do reclamante o prazo fatal de 10 dias para informar o atual endereço do reclamante.

Ultimada a medida, voltem os autos conclusos para liberação dos créditos.

Publique-se.

Brasília, 25 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-106200-21.2005.5.10.0012

Processo Nº RT-1062/2005-012-10-00.7

Reclamante	Ivelise Rodrigues Ribeiro
Advogado	EULER RODRIGUES DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal
Advogado	FREDERICO SOARES DE ALVARENGA(OAB: null)

Vistos.

Ante a promoção da contadoria de fl. 342, assino à reclamada o prazo de 30 dias para, caso a reclamante ainda esteja ocupando o mesmo cargo, promover e comprovar nos autos a inclusão na folha de pagamento da reclamante de duas horas extras diárias, com adicional de 50%, conforme ordenado em sentença, a fim de fixar-se o prazo final dos cálculos de liquidação.

No mesmo prazo, a reclamada deverá carrear aos autos os contracheques/fichas financeiras do período de 11/2005 até o mês da efetiva incorporação em folha de pagamento, as folhas de ponto do período de 10/2000 até o mês da efetiva incorporação e a tabela contendo os valores do cargo comissionado para a jornada de 8 horas e 6 horas, de 10/2000 até a efetiva incorporação das horas extras.

Publique-se.

Brasília, 25 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-106200-50.2007.5.10.0012

Processo Nº RT-1062/2007-012-10-00.9

Reclamante	Fábio Pereira da Mota
Advogado	IDOLINE ALVES(OAB: null)
Reclamado	Cimento Planalto S.A. - CIPLAN
Advogado	WESLEY RICARDO BENTO DA SILVA(OAB: null)

Vistos.

Homologo os cálculos de fls. para fixar o débito da(s) executada(s), sem prejuízo das atualizações de direito, em:

Total da execução R$ 19.878,74 Atualizado até: 30/04/2012

Liq. Exequente....: 16.905,62

INSS Reclamante...: 419,84

INSS Reclamado....: 1.806,29

INSS SAT.....: 270,94

I R P F.....: 52,39

Custas do Processo: 336,77

Custas Art.789....: 86,89

1- Cite(m)-se a(s) executada(s) para, em 48 horas, pagar(em) a quantia correspondente especificada, depositar(em) ou indicar(em) bens passíveis de penhora.

Cumpra-se por publicação no DJTE (art. 880 CLT c/c art. do 652, § 4º do CPC) ou, não existindo advogado da parte cadastrado, pela via postal, com aviso de recebimento, conforme autorizado pelo §1º do art.238 do Provimento Geral Consolidado do TRT da 10ªregião. Estando a(s) executada(s) em local incerto e não sabido, cumpra-se por edital;

Despacho

Processo Nº RT-108100-97.2009.5.10.0012

Processo Nº RT-1081/2009-012-10-00.7

Reclamante	Gualter Tavares Neto
Advogado	LUCIANA MARTINS BARBOSA(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S/A
Advogado	LEONARDO RABELO DE AMORIM(OAB: null)
Reclamado	Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
Advogado	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: null)

Despacho:Vistos.

Garantida a execução, assino ao exequente o prazo de 5 dias para os fins do art.884, da CLT, e, querendo, contestar os embargos opostos.

Publique-se.

Brasília, 25 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-110000-52.2008.5.10.0012

Processo Nº RT-1100/2008-012-10-00.4

Reclamante	Amaro Quintino Pereira
Advogado	ADILSON MAGALHAES DE BRITO(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	CARLOS ALBERTO DE SOUZA(OAB: null)

Despacho:Vistos.

Indefiro o pedido, haja vista que o valor bloqueado via sistema BACEN JUD não foi transferido à disposição deste Juízo, o qual foi

substituído pelo pagamento espontâneo de fl.1005.

Assino à executada o prazo de 5 dias para, querendo, contestar a impugnação aos cálculos.

Publique-se.

Brasília, 19 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-127200-09.2007.5.10.0012

Processo Nº RT-1272/2007-012-10-00.7

Reclamante	Alcides Rodrigues Pessoa
Advogado	JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO(OAB: null)
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Advogado	MATIAS DE ARAUJO NETO(OAB: null)

Desp.:"Considerando o teor do §10º do art. 100 da Constituição Federal, acrescentado pela EC nº 62/2009, intime-se a(o) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT para que informe, no prazo de 30 (trinta) dias, a existência de débitos líquidos e certos que se enquadrem nos termos do § 9º daquele artigo.

A(O) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT deverá ficar ciente, ainda, de que, decorrido o prazo, sem manifestação, formar-se-á o ofício precatório para posterior expedição.

Brasília, 2 de maio de 2012."

Despacho

Processo Nº RT-127500-39.2005.5.10.0012

Processo Nº RT-1275/2005-012-10-00.9

Reclamante	Márcio de Araújo Maciel
Advogado	MOACIR AKIRA YAMAKAWA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal
Advogado	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: null)

Despacho de fls. "Vistos.

Ante a oposição dos embargos à execução pela executada, assino ao exequente o prazo de 5 dias para os fins do art.884, da CLT, e, querendo, contestar os embargos opostos.

O exequente deverá informar o número do seu NIT ou PIS, assim como o nome do advogado que deverá constar no alvará, caso existam dois ou mais procuradores constituídos, importando a inércia a liberação na pessoa do advogado cadastrado nos autos, resguardada, porém, a modificação por meio de petição escrita, ficando vedado pedido verbal no balcão da secretaria, .

Publique-se. "

Despacho

Processo Nº RT-132100-98.2008.5.10.0012

Processo Nº RT-1321/2008-012-10-00.2

Reclamante	Elizabeth de Azeredo Arneitz
Advogado	REGINA SEBASTIANA CALDEIRA(OAB: null)
Reclamado	Centro de Ensino Unificado de Brasilia. - CEUB
Advogado	JOAO VITOR MESQUITA AGRESTA(OAB: null)

Despacho:Vistos.

Julgo extinta a execução na forma do art. 794, I, do CPC.

Exclua-se o executado do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Faculto ao exequente a extração de cópia dos comprovantes de recolhimento previdenciário e/ou fiscal com vistas ao resguardo de futuras comprovações.

Efetivadas as medidas e decorrido o prazo legal, arquivem-se os autos.

Publique-se.

Brasília, 19 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-149000-25.2009.5.10.0012

Processo Nº RT-1490/2009-012-10-00.3

Reclamante	Antonio Conceição de Sousa
Advogado	GASPAR REIS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Construtora Vasconcelos Ltda. - ME
Reclamado	Uni Engenharia e Comércio Ltda.
Advogado	FRANCISCO DE SOUZA LOPES(OAB: null)
Reclamado	Fanny Pellegatti
Reclamado	Fernando Bennati Salerno
Reclamado	Maria Roselia Sousa Vasconcelos
Reclamado	Francisco Sousa Vasconcelos

Despacho:Vistos.

Assino ao exequente o prazo de 30 dias para vista, apenas em secretaria, das declarações de renda dos executados extraídas do banco de dados da Receita Federal, devendo, no mesmo prazo, requerer o que entender de direito no que tange àqueles documentos, sob pena de arquivamento provisório dos autos.

Decorrido o prazo sem manifestação as declarações de renda serão eliminadas, haja vista o seu caráter sigiloso.

Publique-se.

Brasília, 19 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-149700-98.2009.5.10.0012

Processo Nº RT-1497/2009-012-10-00.5

Reclamante	Genivaldo Loiola da Cruz
Advogado	LUIZ HUMBERTO VIEIRA GUIDO(OAB: null)
Reclamado	Ariston dos Santos Costa
Advogado	MARCELINO SOARES VASCONCELOS(OAB: null)

Despacho: "Intime-se o executado da assinatura do auto de arrematação para os fins de direito."

Despacho

Processo Nº RT-150700-36.2009.5.10.0012

Processo Nº RT-1507/2009-012-10-00.2

Reclamante	Vera Campos Cordeiro
Advogado	ROGÉRIO FERREIRA BORGES(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	BRUNO NASCIMENTO COELHO(OAB: null)
Reclamado	Previ Caixa de Previdênia dos Funcionários do Banco do Brasil
Advogado	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: null)

Despacho: Vistos.

De todo modo, os embargos de declaração mencionados encontravam-se intempestivos.

Tendo em vista o trânsito em julgado de fls. 460, nada a deferir.

Aguarde-se o fluxo do prazo de fls. 458.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-156300-38.2009.5.10.0012

Processo Nº RT-1563/2009-012-10-00.7

Reclamante	Georgia Medina Rodrigues

Advogado	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB
Advogado	ALISSON EVANGELISTA SILVA(OAB: null)

DECISÃO:"4 - CONCLUSÃO

Ex positis, admito os embargos à execução para, no mérito, REJEITÁ-LOS, nos termos da fundamentação supra, que a este decisum integra.

Custas processuais pela presente decisão, no importe de R$ 44,26, pela embargante, nos termos do Artigo 789-A, V, da CLT.

Publique-se.

Nada mais.

Brasília-DF, 25 de abril de 2012." Juiz do Trabalho CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA

Despacho

Processo Nº RT-166100-90.2009.5.10.0012

Processo Nº RT-1661/2009-012-10-00.4

Reclamante	Delamare Holanda Pereira
Advogado	GUSTAVO ARTHUR COELHO LOBO DE CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Advogado	CAROLINA TENÓRIO DE MELLO(OAB: null)

Vistos.

Tendo em vista que o acórdão proferido no recurso de revista afastou somente a multa aplicada pelo acórdão regional de fls. 2477/2480, não se pronunciando quanto àquela fixada pela decisão de 1º grau de fls. 2389/2390, homologo a presente atualização para fixar a multa devida pelo reclamante em R$665,59, atualizada até 30/04/2012, sem prejuízo das atualizações de direito.

Assino ao reclamante o prazo de 5 dias para comprovar o pagamento da referida multa, sob pena de execução.

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-181300-40.2009.5.10.0012

Processo Nº RT-1813/2009-012-10-00.9

Reclamante	José Arnaldo Bezerra de Albuquerque Júnior
Advogado	JOSE OLIVEIRA NETO(OAB: null)
Reclamado	Itaú Unibanco S.A.
Advogado	CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: null)

Vistos.

Determino à CEF a movimentação abaixo, que deverá ser comprovada no prazo de 48 horas após o levantamento, utilizando para tal o numerário existente na conta judicial de número 042.04938244-1, observando os seguintes PERCENTUAIS: INSS Reclamado....: (100,00%)

OBSERVAÇÕES:

1) INSS empregador, pacto, SAT e terceiros - recolher no código 2909;

Por medida de celeridade e economia processual, O PRESENTE DESPACHO TEM FORÇA DE OFÍCIO.

Compulsando os autos, verifico erro material ocorrido na atualização de fls. 769/772, haja vista que as custas processuais de conhecimento, atualizadas à fl. 771, não constaram do resumo de cálculo de fl. 769.

Assim, chamo o feito à ordem para determinar que a reclamada proceda ao depósito de R$4.257,90, no prazo de 5 dias, a título de custas processuais, sob pena de prosseguimento da execução nesse particular.

Publique-se.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-183100-06.2009.5.10.0012

Processo Nº RT-1831/2009-012-10-00.0

Reclamante	Ronilde Martins de Melo Marques
Advogado	ANTONIETA PAULINA BULBOL C.M. DA COSTA(OAB: null)
Reclamado	Capital Empresa de Servicos Gerais Ltda
Advogado	TIAGO CAMARGO THOMÉ MAYA MONTEIRO(OAB: null)

Despacho:À vista da promoção supra, requeira o exequente o que mais entender por direito em 30 dias, sob pena de arquivamento provisório, resguardada a manifestação da parte interessada.

Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-202400-51.2009.5.10.0012

Processo Nº RT-2024/2009-012-10-00.5

Reclamante	Joao Juliao de Souza
Advogado	ROSA MARIA FERNANDES TROINA GOMES(OAB: null)
Reclamado	Marka Construtora e Incorporadora Ltda.
Advogado	EDUARDO GONÇALVES VALADÃO(OAB: null)

Despacho de fls. "Vistos em inspeção.

Ante os termos da certidão supra, renove-se a intimação a reclamada para proceder a retirada da certidão de inteiro teor desta Secretaria, no prazo de 5 dias, sob pena de devolução dos autos ao arquivo provisório."

Edital

Edital

Processo Nº RT-412-42.2010.5.10.0012

Reclamante	Loyanne da Silva Pereira
Advogado	HELIO DE OLIVEIRA SEIXAS FILHO(OAB: null)
Reclamado	Contrat Administracao Empresarial Ltda.

EDITAL DE CITAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA da 12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica CITADO o RECLAMADO Contrat Administração Empresarial Ltda., para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:

Total da execução R$ 5.495,85 Atualizado até: 30/04/2012

Liq. Exequente....: 5.049,93

INSS Reclamante...: 77,89

INSS Reclamado....: 194,72

INSS SAT.....: 19,47

Custas do Processo: 102,56

Custas Art.789....: 51,28

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 20 de abril de 2012.

PAULA DA SILVA BORDONI
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-1822-04.2011.5.10.0012

Reclamante	Joao Florencio de Abreu Neto
Advogado	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa de Profissionais Autônomos de Transporte de Samambaia
Reclamado	Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho FLAVIA FRAGALE MARTINS PEPINO da 12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADO o RECLAMADO Cooperativa de Profissionais Autônomos de Transporte de Samambaia, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito:

"...Intime-se a 1ª reclamada por edital, para, querendo, contrarrazoar o recurso interposto no prazo legal...".

O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2 E 3 SALAS 220, 224 E 226 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, e para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

PAULA DA SILVA BORDONI
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-1836-85.2011.5.10.0012

Reclamante	Vanderlei dos Reis da Silva Dias
Advogado	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa de Profissionais Autônomos de Transporte de Samambaia
Reclamado	Distrito Federal
Advogado	EDVALDO NILO DE ALMEIDA(OAB: null)

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA da 12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADO o RECLAMADO Cooperativa de Profissionais Autônomos de Transporte de Samambaia, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito:

" Assino à 1ª reclamada o prazo legal,para, querendo, contrarazoar os recursos interpostos.".

O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2 E 3 SALAS 220, 224 E 226 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, e para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 20 de abril de 2012.

PAULA DA SILVA BORDONI
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-1978-89.2011.5.10.0012

Autor	Rosemeire Aparecida da Silva
Advogado	JADIR SANTOS FERREIRA(OAB: null)
Réu	A4 Servicos Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) FLAVIA FRAGALE MARTINS PEPINO, Juiz(a) da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o Sr.(a) A4 Servicos Ltda, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO proferido nos autos e a seguir transcrito: Despacho: "Certifique-se nos autos dos processos nº 116-49.2012.5.10.0012, 405-79-2012.5.10.0012 e 416-11.2012.5.10.0012 a efetivação de bloqueio de numerário requerido, liminarmente, pelas autoras dos processos supracitados no montante de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme guia de fls. 36. Digam as partes, no prazo comum de 5 dias, se pretendem produzir outras provas, individualizando-as, em caso positivo.

Intimem-se as reclamantes, por meio de seu procurador, pelo DJET. Notifique-se a reclamada por edital, inclusive, sobre o deferimento do pedido liminar com o consequente bloqueio de créditos da ré perante a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ correspondente a R$ 40.000,00. Juiz do Trabalho CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA". O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2 E 3 SALAS 220, 224 E 226, Brasília-DF. E para que chegue ao conhecimento do interessado é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por PAULA DA SILVA BORDONI Diretor(a) de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) Titular da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Dr(a). FLAVIA FRAGALE MARTINS PEPINO.

Brasília/DF 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-2136-47.2011.5.10.0012

Reclamante	Luis Zico Sales Brilhante
Advogado	MARCELO SANTOS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Via Net Express Transporte Ltda
Reclamado	Cargopress Transportes e Logistica Ltda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 16/05/2012 às 13h55.

O(A) Juiz(a) do Trabalho CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA da 12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, ficam NOTIFICADO(A)(S) o(a)(S) RECLAMADOS Via Net Express Transporte Ltda e CARGOSPRESS TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA , a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 16/05/2012 13h55, à AUDIÊNCIA INICIAL relativa à reclamação trabalhista cuja cópia está à disposição do(a) reclamado(a) na Secretaria deste Juízo, sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2 E 3 SALAS 220, 224 E 226 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, onde deverá apresentar defesa (art. 846 - CLT). Deverá estar presente,

independentemente do comparecimento de seu representante, sob pena da Lei (art. 844 - CLT), sendo-lhe facultada a substituição prevista no parágrafo 1º do art. 843 consolidado. Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

OBS: As reclamadas deverão também ficar cientes da emenda apresentada pelo reclamante por este edital.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 23 de abril de 2012.

PAULA DA SILVA BORDONI

Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-17500-35.2006.5.10.0012

Processo Nº RT-175/2006-012-10-00.6

Reclamante	Maurício Félix de Sirqueira
Advogado	IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI(OAB: null)
Reclamado	DR - Lanternagem e Pintura Ltda ME
Reclamado	Domingos Silva dos Santos
Reclamado	Pamela Regina Cruz dos Santos

EDITAL DE CITAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA da 12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, ficam CITADOS os RECLAMADOS DOMINGOS SILVA DOS SANTOS E PAMELA REGINA CRUZ DOS SANTOS, para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAREM a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:

Total da execução R$ 1.480,38 Atualizado até: 31/03/2012

Liq. Exequente....: 1.110,87

INSS Reclamante...: 120,20

INSS Reclamado....: 218,53

Custas do Processo: 24,62

Custas Art.789....: 6,16

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 23 de abril de 2012.

PAULA DA SILVA BORDONI

Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-51700-63.2009.5.10.0012

Processo Nº RT-517/2009-012-10-00.0

Reclamante	Roger Lobo
Advogado	KLAUS STENIUS BEZERRA CAMELO DE MELO(OAB: null)
Reclamado	Montana Solucoes Corporativas Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA da 12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADA a RECLAMADA Montana Solucoes Corporativas Ltda, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito:

"Após, intime-se a primeira reclamada, para, no prazo de 05 dias entregar as guias para saque do FGTS, cód. 01, garantida a integralidade dos depósitos, sob pena de execução equivalente aos depósitos faltantes e expedição de alvará para levantamento dos depósitos efetuados; assim como para entregar ao reclamante as guias do seguro desemprego, arcando com indenização compensatória com relação aos prejuízos sofridos nos casos de não entrega ou inviabilidade no saque, observados os parâmetros do art. 5º da Lei 7998/90 e art. 2º, § 2º da Lei 8900/94.Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

".

O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2 E 3 SALAS 220, 224 E 226 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, e para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 23 de abril de 2012.

PAULA DA SILVA BORDONI

Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-63800-84.2008.5.10.0012

Processo Nº RT-638/2008-012-10-00.1

Reclamante	Jean de Jesus Castro
Advogado	UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Parceria Conservação e Serviços Técnicos Ltda.
Reclamado	União Federal (Ministério de Estado da Defesa)

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA da 12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADO o RECLAMADO Parceria Conservação e Serviços Técnicos Ltda., para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito:

"Intime-se a 1ª reclamada para, querendo, contrarrazoar o recurso interposto no prazo legal.

BRASÍLIA, 23/04/2012.".

O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2 E 3 SALAS 220, 224 E 226 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, e para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 23 de abril de 2012.

PAULA DA SILVA BORDONI

Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-73200-79.1995.5.10.0012

Processo Nº RT-732/1995-012-10-00.5

Reclamante	ABRAAO ALVES DOS SANTOS
Advogado	SERGIO SILVA LEME(OAB: null)
Reclamado	Vila Rica Prestadora de Servicos e Rep Comercial Ltda
Advogado	ANA MARIA MARQUES UCHOA DA COSTA(OAB: null)
Reclamado	Carlston Valentino de Oliveira

Advogado	ANA MARIA MARQUES UCHOA DA COSTA(OAB: null)
Reclamado	Sergio Cupertino Marques
Advogado	ANA MARIA MARQUES UCHOA DA COSTA(OAB: null)
Reclamado	Gildo da Silva Gadelha
Advogado	ANA MARIA MARQUES UCHOA DA COSTA(OAB: null)
Reclamado	Valdelania Maria da Silva Gomes

EDITAL DE CITAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA da 12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica CITADA a 5ª RECLAMADA VALDELÂNIA MARIA DA SILVA GOMES , para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:
Total da execução R$ 10.511,20 Atualizado até: 31/01/2012
Liq. Exequente....: 10.384,73
INSS Reclamante...: 28,26
INSS Reclamado....: 70,65
INSS Terceiros....: 20,49
INSS SAT.....: 7,07

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 23 de abril de 2012.

Edital

Processo Nº RT-98600-95.1995.5.10.0012

Processo Nº RT-986/1995-012-10-00.3

Reclamante	JUCINEIDE DA CONCEICAO CARLOS
Advogado	BARTOLOMEU NOGUEIRA(OAB: null)
Reclamado	ART LAR MOVEIS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Advogado	CELIVALDO ELÓI LIMA DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Weruska Lima Barbosa Mourelle
Reclamado	Virgelio do Rego Monteiro Neto

EDITAL DE INTMAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho FLAVIA FRAGALE MARTINS PEPINO da 12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADO o RECLAMADO WERUSKA LIMA BARBOSA MOURELLE, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito:

"Inclua-se o presente feito na pauta de audiências do dia 17/05/ 2012, às 13h50, para audiência de execução"

O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2 E 3 SALAS 220, 224 E 226 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, e para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

13ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-2-44.2011.5.10.0013

Reclamante	Vicente Manoel de Souza
Advogado	MAGDA FERREIRA DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB
Advogado	EDER JACOBOSKI VIEGAS(OAB: null)

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Intime-se a reclamada para que, no prazo de 30 dias, apresente a conta que entende devida, cientificando-lhe que, no seu silêncio, o cálculo será elaborado por perícia contábil.

Publique-se.

Data supra.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-35-97.2012.5.10.0013

Reclamante	Deise Margarida Marques
Advogado	PAULO ROBERTO ALVES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	RAFAEL SANTANA E SILVA(OAB: null)

RESULTADO: Isto posto, resolve a Egrégia 13ª Vara do Trabalho de Brasília - DF julgar PROCEDENTES, EM PARTE, os pedidos constantes na reclamatória movida por DEISE MARGARIDA MARQUES em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, consoante os fundamentos que ficam integrando este dispositivo. Incidem juros e correção monetária. Custas, pelo Reclamado, de R$ 420,00, calculadas sobre R$ 21.000,00, valor arbitrado à condenação e ora utilizado para os devidos fins. As partes providenciarão os recolhimentos fiscais e previdenciários que couberem, na forma e prazos legais. Intime-se a Fazenda Nacional, na forma regular, operado o trânsito em julgado. Intimem-se as partes, por seus procuradores. Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-83-90.2011.5.10.0013

Reclamante	Marcos Junio da Silva
Advogado	MARCELO SANTOS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locaçao, Serviço, Construçao Civil e Mineraçao Ltda
Reclamado	Info-Key Comercio e Servicos Ltda
Advogado	SIBELE GUIMARAES SALGADO(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal
Advogado	ALBERTO CAVALCANTE BRAGA(OAB: null)

Assino às partes o prazo sucessivo de cinco dias cada, reclamante, primeira reclamada, segunda reclamada e terceira reclamada, a iniciar-se em 08/05/2012, para manifestação acerca dos esclarecimentos trazidos aos autos pela perita.
Designa-se para encerramento da instrução e renovação da proposta conciliatória a data de 11/06/2012, às 9h45min, facultada a presença das partes. Juiz do Trabalho RUBENS DE AZEVEDO MARQUES CORBO

Despacho

Processo Nº RT-103-81.2011.5.10.0013

Reclamante	Raimunda Antonia Mota Trindade
Advogado	ALDEMIO OGLIARI(OAB: null)
Reclamado	Manchester Servicos Ltda
Advogado	EMERSON BARBOSA MACIEL(OAB: null)

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

A reclamada insurge-se com relação à conta, apenas no que se refere à cobrança das contribuições sociais devidas a terceiros.

No mais, não se opõe aos cálculos.

Devidamente intimado, o reclamante quedou-se inerte.

Nesses termos, determino a expedição de alvará para movimentação do saldo existente na conta judicial n. 3920.042.04938267-0, agência n. 3920 da CEF, procedendo-se à liberação de R$ 379,24 ao reclamante, e ao recolhimento de R$ 22,40 - INSS/EMPREGADO; R$ 62,63 - INSS-EMPREGADOR + SAT.

O saldo remanescente deverá ser mantido à disposição do Juízo.

Intime-se o reclamante para receber o alvará no prazo de cinco dias.

Tendo em vista o ínfimo valor referente às contribuições sociais de terceiros (R$ 16,61), intime-se a reclamada para dizer se ainda possui interesse na oposição dos embargos à execução, prazo de cinco dias.

OS PRAZOS SERÃO CONTADOS DE FORMA SUCESSIVA, INICIANDO-SE PELO RECLAMANTE.

Publique-se.

Data supra.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-121-68.2012.5.10.0013

Reclamante	Miguel Azevedo
Advogado	SERGIO FONSECA IANNINI(OAB: null)
Reclamado	Real Service Administradora de Bens Ltda
Advogado	HELIO PEREIRA LEITE FILHO(OAB: null)

Para que surtam os jurídicos e legais efeitos, corrijo de ofício a data da realização da audiência constante da ata de fl. 138, para fazer constar como correto o dia 02 de maio de 2012. Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-157-47.2011.5.10.0013

Exequente	Gerson Antonio Rodrigues
Advogado	JOSE ALDEMIR BORGES DE MATOS(OAB: null)
Executado	Distrito Federal

2. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, decide-se JULGAR EXTINTO O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, nos termos do artigo 267, VI, do CPC, nos termos da fundamentação, que fica fazendo parte integrante deste dispositivo.

Custas processuais pelo autor no importe de R$ 128,16, calculadas sobre R$ 6.408,00, valor atribuído à causa, isento na forma da lei.

Fica o reclamante autorizado a desentranhar os documentos de fls. 06/17, sendo a procuração e a declaração de hipossuficiência mediante traslado.

Havendo o decurso in albis do prazo recursal, arquivem-se os autos definitivamente.

Intime-se o DISTRITO FEDERAL, por mandado.

Intime-se a parte autora, por seu procurador, mediante disponibilização no DJTE.

Brasília/DF,25 de abril de 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-160-02.2011.5.10.0013

Autor	Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional da 15º Região - Campinas - SP
Réu	Tegma Cargas Especiais Ltda.
Advogado	RAQUEL BOTELHO SANTORO(OAB: null)

SENTENÇA DE FLS.1427 e seguintes: "RESULTADO:
Isto posto, resolve a Egrégia 13ª Vara do Trabalho de Brasília - Distrito Federal julgar PROCEDENTES, EM PARTE, os pedidos constantes nos autos da ação civil pública apresentada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO em face de TEGMA CARGAS ESPECIAIS LTDA, consoante os fundamentos que ficam integrando este dispositivo.
Custas, pelo Requerido, de R$ 4.000,00, calculadas sobre R$ 200.000,00, valor ora utilizado para os devidos fins. Intime-se o MPT, enviando-se os autos.Intime-se o Requerido, por seu procurador.Nada mais havendo a ser registrado, encerrou-se a audiência às 18:00 h.ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS Juíza do Trabalho".

Despacho

Processo Nº RT-170-80.2010.5.10.0013

Reclamante	Jerônimo Silva Galvão Júnior
Advogado	CARLA APARECIDA RUFINO FREITAS(OAB: null)
Reclamado	Higiterc - Higienizacao e Terceirizacao Ltda
Reclamado	Inep

Despacho:Infrutíferas as diligências no BACENJUD. Inclua-se o devedor no BNDT.
A citação dos executados se deu por edital tendo em vista que se encontram em local incerto e não sabido, o que inviabiliza a expedição de mandado de penhora.Assim, Intime-se o exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 30 dias, sob pena de envio dos autos ao arquivo provisório

Despacho

Processo Nº RT-179-42.2010.5.10.0013

Reclamante	Antonio Jose Costa Galeno
Advogado	OSCAR ALOYSIO SCHEIBEL(OAB: null)
Reclamado	Decor Line Servicos Gerais Ltda.
Advogado	MARCIO SANDRO PEREIRA MEIRELES(OAB: null)

Reclamado	B2b Administracao e Tecnologia Ltda.
Advogado	MARLINSON CARLO BRANDÃO DA CRUZ(OAB: null)

Despacho de fls.(...)Vistos etc. Efetivado desbloqueio das contas junto aos Bancos: BRB e HSBC. Intime-se.

Despacho

Processo Nº RT-195-59.2011.5.10.0013

Reclamante	Anderson Gomes Ribeiro
Advogado	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO(OAB: null)
Reclamado	Engetécnica Serviços e Construções Ltda.
Advogado	HENRIQUE GUSTAVO RIBEIRO JACOME(OAB: null)
Reclamado	Serviços de Limpeza Urbana Distrito Federal - SLU
Advogado	ALEXANDRE VIANA PAES SOARES(OAB: null)

DESPACHO: "Expeça-se alvará em favor do exequente para movimentação dos depósitos do FGTS e habilitação ao seguro desemprego. Feito, libere-se a Carteira de Trabalho a seu titular, intimando-o para seu recebimento, bem como dos respectivos alvarás. Levantados os alvarás, remetam-se os autos à Contadoria Judicial, com vistas à liquidação do julgado." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-202-85.2010.5.10.0013

Reclamante	José Antônio Ramalho
Advogado	AMÉRICO PAES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - Codhab DF
Advogado	CLAUDIA MATHEUS DE LIMA E GARCIA(OAB: null)

DESPACHO: "Garantido o juízo por meio do bloqueio judicial de fl. 333, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, impugnar a conta de liquidação, na forma do art. 884 da CLT. Intime-se via DEJT." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-203-36.2011.5.10.0013

Reclamante	Hellen Paula Lopes da Silva
Advogado	GILBERTO CLAUDIO HOERLLE(OAB: null)
Reclamado	Brasil Telecom
Advogado	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: null)

DESPACHO: "Em aditamento à decisão de fl. 270 (frente e verso), DETERMINO a expedição de alvará em favor da reclamada, com vistas à movimentação dos depósitos recursais de fls. 192 e 254/verso, com determinação específica para recolhimento das custas processuais no importe de R$800,00, conforme previamente definido na respectiva decisão, fazendo zerar os depósitos ora reportados. Feito, intime-se a reclamada para, no prazo de 05 (cinco) dias, receber o respectivo alvará. No mais, cumpra-se a determinação de fl. 270/verso, in fine." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-204-84.2012.5.10.0013

Reclamante	Michel Ibrahim Bayeh
Advogado	JOÃO RODRIGUES NETO(OAB: null)
Reclamado	Tcs Suport Consultoria Treinamento e Sistemas Ltda
Advogado	FREDERICO TOLÊDO MELO(OAB: null)

À vista do retorno do SEED referente à intimação endereçada à testemunha arrolada pelo autor, determino sua intimação para indicar o atual endereço para sua intimação, caso persista o interesse na sua oitiva. Prazo de cinco dias.
O silêncio será interpretado como desistência da produção da prova. Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-221-57.2011.5.10.0013

Reclamante	Jonilda Izaura de Souza
Advogado	DELIANA MACHADO VALENTE(OAB: null)
Reclamado	Bsi do Brasil Ltda (na pessoa de Dr Clorival Florindo da Silva)
Reclamado	Caixa de Assistencia dos Funcionarios do Banco do Brasil
Advogado	RODRIGO MOLINA RESENDE SILVA(OAB: null)

DESPACHO: "1. Intime-se a autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, exibir sua CTPS, com vistas às anotações pertinentes." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-228-49.2011.5.10.0013

Autor	Irlange Alves do Nascimento
Advogado	FLORISVALDO TEIXEIRA DE SOUZA FILHO(OAB: null)
Réu	Helpserv Locacao de Mao-De-Obra Ltda-Me

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Intimem-se os requerentes a comprovarem nos autos o cumprimento do disposto no artigo 806 do CPC, prazo de cinco dias, sob pena de incidência do artigo 808, I, do mesmo diploma legal.

Publique-se.

Data supra.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-250-10.2011.5.10.0013

Reclamante	Adilson Roque dos Santos
Advogado	ANTONIO DE PADUA ARAUJO(OAB: null)
Reclamado	House Administracao Condominial Ltda
Advogado	MURILO GUIMARÃES DE MENEZES(OAB: null)

DESPACHO: "Garantido o juízo por meio do depósito de fl. 87, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, impugnar a conta de liquidação, na forma do art. 884 da CLT. Intime -se via DEJT." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-251-92.2011.5.10.0013

Reclamante	Clivia Mara Fernandes
Advogado	DELIANA MACHADO VALENTE(OAB: null)
Reclamado	Bsi do Brasil Ltda (Na pessoa do adm. jud. Clorival Florindo da Silva)
Reclamado	Caixa de Assistencia dos Funcionarios do Banco do Brasil. - CASSI
Advogado	EDIMAR LUIZ DA SILVA(OAB: null)

DESPACHO FL. 97: "Apresentada a CTPS, proceda a Secretaria da

Vara os registros devidos, comunicando-se à SRTE, ao final, por meio de ofício, devendo, ainda, expedir alvará para habilitação ao seguro desemprego e movimentação do FGTS. Após, devolva-se a Carteira de Trabalho a sua Titular, intimando-a ao seu recebimento, bem como dos respectivos alvarás, no prazo de 05 (cinco) dias. Ultimadas as providências, remetam-se os autos à Contadoria Judicial, com vistas à liquidação do julgado."

Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-267-46.2011.5.10.0013

Reclamante	Marcus Vinicius Ribeiro Ferreira
Advogado	MARINA VIEIRA COELHO(OAB: null)
Reclamado	Centro de Apoio de Vivências Agrárias - Cava (Facultades Integradas da Terra de Brasília)
Reclamado	Organização Social Evangélica das Assembléias de Deus - Osead
Advogado	WALTER TADEU TRINDADE FERREIRA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Integra Sociedade Brasília de Recebíveis Ltda. ME
Reclamado	União Brasileira de Educação e Participações Ltda.

DESPACHO: "Proceda a Secretaria da Vara os registros devidos na CTPS do autor, observados os ditames da decisão de fls. 117/120, comunicando-se à SRTE, ao final, por meio de ofício, devendo, ainda, expedir alvará para movimentação dos depósitos do FGTS. Feito, devolva-se a Carteira de Trabalho a seu Titular, intimando-o ao seu recebimento, bem como do respectivo alvará, no prazo de 05 (cinco) dias. Ultimadas as providências, remetam-se os autos à Contadoria Judicial, com vistas à liquidação do julgado." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-271-49.2012.5.10.0013

Reclamante	Manoel Bonfim Alencar Oliveira
Advogado	ANDRE LUIZ MIRANDA DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Universo Construcoes e Incorporacoes Ltda
Advogado	LEANDRO ARTIAGA E VIEIRA(OAB: null)

DECISÃO: "Considerando a inadimplência da transação firmada pelas partes, DETERMINO a execução do acordo, acrescido da multa estipulada na Assentada de fls. 21/22, ao tempo em que fixo a execução no importe de R$12.000,00 (doze mil reais), sem prejuízos das atualizações legais. Cite-se a executada, via DEJT, para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, providenciar o pagamento do respectivo débito, sob pena de penhora." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-285-33.2012.5.10.0013

Requerente	Jose Bete Santana de Souza
Advogado	RENATO KRASNY PORCINIO DOS SANTOS(OAB: null)
Requerido	Atlantica Servicos Tecnicos Ltda Me

DESPACHO: "Intime-se o exequente a apresentar os documentos solicitados pela Contadoria, prazo de 15 dias (fl. 25). Publique-se." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-292-59.2011.5.10.0013

Reclamante	Emerson Ferreira de Macedo
Advogado	ANTONIO LEONEL DE ALMEIDA CAMPOS(OAB: null)
Reclamado	Combrasen - Companhia Brasileira de Solucoes em Engenharia Ltda.
Advogado	FRANCISCO JOSÉ MATOS TEIXEIRA(OAB: null)

DESPACHO: "Julgo extinta a execução, uma vez que cumpridas as obrigações constituídas aos autos, na forma do art. 794, I c/c art. 795, ambos do CPC. Expeça-se alvará judicial em favor do exequente para liberação de seu crédito, com determinação específica para recolhimento os valores devidos a título de custas processuais, observado o espelho de cálculo de fl. 96, tudo a partir do saldo da conta judicial indicada à fl. 104, a qual deverá ser zerada. Confeccionado o alvará, intime-se o credor para seu recebimento, no prazo de 05 (cinco) dias. Ultimadas as providências e decorrido o prazo legal, remetam-se os autos ao arquivo definitivo, dando-se regular baixa na distribuição." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-337-29.2012.5.10.0013

Reclamante	Luis Carlos Gomes
Advogado	BENEDITO SÍLVIO PALMA MASSELI(OAB: null)
Reclamado	Massa Falida de Samambaia Extintores Ltda

DECISÃO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Nos autos do processo em epígrafe, LUÍS CARLOS GOMES propõe reclamação trabalhista em face de MASSA FALIDA DE SAMAMBAIA EXTINTORES LTDA, alegando ter sido dispensado imotivadamente sem ter recebido as suas verbas rescisórias. Afirma ainda que a reclamada não procedeu à baixa de sua CTPS, não depositou regularmente o FGTS e não forneceu as guias para levantamento do FGTS e do Seguro Desemprego. Sustenta finalmente que houve labor extraordinário sem a devida contraprestação pecuniária. Requer a condenação da reclamada ao pagamento de horas extras acrescidas de 50%, FGTS, verbas rescisórias, multas dos artigos 467 e 477, ambas da CLT, indenização por danos morais e honorários advocatícios. Requer ainda seja a Reclamada compelida a entregar as guias para levantamento do FGTS e do seguro desemprego e proceder à baixa de sua CTPS.

Deu à causa o valor de R$ 46.676,00.

Na audiência inaugural (fls. 22), foi determinada a emenda da inicial para a correta informação do endereço do administrador da massa falida, pois, de acordo com informação prestada pelos Correios, a notificação enviada foi devolvida com a justificativa "firma falida", fls. 21-v.

O reclamante apresentou a emenda acompanhada de documentos, porém, não cumpriu a determinação anterior, motivo pelo qual lhe foi conferida nova oportunidade de suprir o vício, fls. 38.

Porém, conforme certidão retro, não houve o cumprimento da determinação.

Nesses termos, não estando a petição inicial em consonância integral com os requisitos previstos no artigo 282 do CPC, procede-se ao seu indeferimento e JULGA-SE EXTINTO O PROCESSO

SEM EXAME DO MÉRITO, nos termos do artigo 267, I, do CPC.

Custas processuais, pelo reclamante, no importe de R$ 933,52, calculadas sobre R$ 46.676,00, valor atribuído à causa.

Fica deferido o desentranhamento dos documentos de fls. 07/16 e 28/37, sendo a procuração e a declaração de hipossuficiência mediante traslado.

Havendo o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos definitivamente.

Brasília/DF, 27 de abril de 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-343-07.2010.5.10.0013

Reclamante	Walterci Antonio Teixeira
Advogado	VIVIAN DE ABREU MARQUES HENRIQUES(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento do Distrito Federal - Caesb
Advogado	RAUL FREITAS PIRES DE SABOIA(OAB: null)

DECISÃO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Tendo em vista a concordância do reclamante com os novos cálculos apresentados pela Contadoria e a ausência de impugnação pela executada, determino a expedição de alvará para movimentação do saldo existente na conta judicial de fls. 405/406, com o recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais, custas processuais e FGTS (transferência para conta vinculada do autor) discriminados na planilha de fls. 418, e a liberação do saldo remanescente ao reclamante, incluindo-se os honorários advocatícios, haja vista que o crédito será levantado por advogado do sindicato assistente legalmente constituído pela parte.

Intime-se a parte autora para receber o alvará no prazo de cinco dias.

Declara-se prejudicada a impugnação aos cálculos oposta pelo reclamante.

Julgo extinta a execução, nos termos do artigo 794, I, do CPC.

A União está dispensada de atuar no feito, em conformidade com a Portaria MF n. 176/2010.

Após o recebimento do crédito e a comprovação dos recolhimentos, arquivem-se os autos definitivamente.

Publique-se.

Data supra.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-389-25.2012.5.10.0013

Reclamante	Rosane Vilela dos Santos
Advogado	FRANCISCO PEREIRA SERPA(OAB: null)
Reclamado	Associacao Assistencial de Santa Maria
Advogado	HAMILTON JORGE BRAGA(OAB: null)

DESPACHO: "1. Intime-se a autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, exibir sua CTPS, com vistas às anotações pertinentes." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-401-73.2011.5.10.0013

Reclamante	Rafael Silva Sousa
Advogado	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Ellus do Brasil Confeccoes e Comercio S/A
Advogado	GUILHERME KLING LAGO ALVES DA CRUZ(OAB: null)

DESPACHO: "Julgo extinta a execução, uma vez que cumpridas as obrigações constituídas aos autos, na forma do art. 794, I c/c art. 795, ambos do CPC. Expeça-se alvará judicial em favor do exequente para liberação de seu crédito, com determinação específica para recolhimento os valores devidos a título de custas processuais, observado o espelho de cálculo de fl. 108, tudo a partir do saldo da conta judicial indicada à fl. 122, a qual deverá ser zerada. Confeccionado o alvará, intime-se o credor para seu recebimento, no prazo de 05 (cinco) dias. Ultimadas as providências e decorrido o prazo legal, remetam-se os autos ao arquivo definitivo, dando-se regular baixa na distribuição." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-406-95.2011.5.10.0013

Reclamante	Lucia Valkiria Sampaio Alves
Advogado	DELIANA MACHADO VALENTE(OAB: null)
Reclamado	Gvp Consultoria e Producao de Eventos Ltda Me
Advogado	DELIZE SOUSA MARTINS ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Cons Nac de Desenvolvimento Cientifico e Tecnologico

DESPACHO DE FL. 52: "libere-se à reclamada (1ª ré) o valor bloqueado via BACENJUD, através das guias acostadas à contracapa dos autos. Prazo 05 (cinco) dias." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-433-78.2011.5.10.0013

Reclamante	SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PREST SERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Icb - Construtora, Incorporadora e Servicos Ltda
Advogado	BRUNO DA SILVA VASCONCELOS(OAB: null)

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Trata-se o presente feito de ação proposta pelo SINDSERVIÇOS/DF em face da sociedade empresária ICB-CONSTRUTORA, INCORPORADORA E SERVIÇOS LTDA, tendo sido proferida sentença condenando a reclamada a efetuar o pagamento de verbas devidas ao sindicato.

Instaurada a fase de liquidação do julgado, a Contadoria afirmou a impossibilidade de feitura dos cálculos, nos termos da promoção de fls. 138/139, o que motivou a designação de perícia contábil.

Todavia, o perito informou a impossibilidade de realização da perícia, haja vista a necessidade de apresentação dos documentos por ele indicados a fls. 142, sendo que o sindicato, em resposta, afirmou não possuir os dados dos substituídos relativos a funções, cargos e salários, inviabilizando-se, mais uma vez, a liquidação.

Diante disso, o sindicato autor apresenta requerimento de liquidação por arbitramento.

A liquidação por arbitramento pressupõe a realização de perícia contábil com a utilização de elementos já existentes nos autos, situação que não ocorre neste feito, haja vista que somente a reclamada detinha as informações referentes a funções, cargos e salários dos substituídos, fundamentais para subsidiar os cálculos.

Portanto, há de se demonstrar por artigos de liquidação novos parâmetros a serem utilizados, com base em normas coletivas, documentos profissionais dos substituídos ou demais elementos que permitam a fixação dos parâmetros solicitados.

Assim, com base no artigo 475-E do CPC, determina-se a liquidação por artigos, devendo o sindicato autor apresentar os devidos artigos de liquidação no prazo de 30 dias.

Em razão da inviabilidade de liquidação por perícia, por ora, destituo o perito SÉRGIO MEGALE do encargo designado, devendo este ser intimado pela via postal do inteiro teor desta decisão.

Intimem-se as partes, por seus procuradores, disponibilizando-se esta decisão no DJTE.

Brasília/DF, Abril 26, 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-455-39.2011.5.10.0013

Reclamante	Wellington Soares de Oliveira
Advogado	ANDERSON FERREIRA GONÇALVES(OAB: null)
Reclamado	Dual Link Computadores Ltda Epp np de Jorge Luis Beltrão da Silva
Advogado	JOSÉ ADIRSON DE VASCONCELOS JÚNIOR(OAB: null)
Reclamado	Micro House Servicos Ltda np de Jorge Luis Beltrão da Silva
Advogado	JOSÉ ADIRSON DE VASCONCELOS JÚNIOR(OAB: null)
Reclamado	Micro House Informatica Ltda np de Jorge Luis Beltrão da Silva
Advogado	JOSÉ ADIRSON DE VASCONCELOS JÚNIOR(OAB: null)

DECISÃO: "Na obstante a determinação passada à fl. 208, extrai-se que até o momento nenhuma parcela do acordo teve seu pagamento comprovado, razão porque DETERMINO a instauração da execução no particular, acrescido da multa estipulada para o caso de inadimplemento, ao tempo em que fixo a execução no importe de R$10.000,00 (dez mil reais), sem prejuízos das atualizações legais. Com efeito, determino o imediato registro no sistema do patrono das reclamadas qualificado na Ata de fls. 203/204, já que não cumprida tal ordem, conforme se observa do expediente de fl. 209. Citem-se as executadas, responsáveis solidárias, via DEJT, para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, providenciar o pagamento do respectivo débito, sob pena de penhora." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-479-33.2012.5.10.0013

Reclamante	Maria Edna da Cruz dos Santos
Advogado	MARIA LINDINALVA DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	TCB - Sociedade de Transportes Coletivos de Brasilia Ltda
Advogado	MAURICIO MIRANDA DURAES(OAB: null)

RESULTADO: Isto posto, resolve a Egrégia 13ª Vara do Trabalho de Brasília - DF julgar IMPROCEDENTES os pedidos constantes da reclamatória movida por MARIA EDNA DA CRUZ DOS SANTOS em face da SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA, consoante os fundamentos que ficam integrando este dispositivo.Custas, pela Reclamante, de R$ 22,00, calculadas sobre R$ 1.109,34, valor dado à causa e ora utilizado para os devidos fins. Isenta de recolhimento, na forma da lei.As partes estão intimadas da decisão, na forma do Enunciado 197-TST. Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-552-73.2010.5.10.0013

Reclamante	William Morais de Souza
Advogado	ALENCAR CAMPOS DE LIMA(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa de Profissionais Autonomos de Transporte de Sama

DESPACHO: "Intime-se o exequente para, no prazo de 30 (trinta) dias, indicar novas diretrizes ao prosseguimento da execução, sob pena de arquivo provisório." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-564-87.2010.5.10.0013

Reclamante	Luiz Gonzaga Teles de Araujo
Advogado	GIORGINEI TROJAN REPISO(OAB: null)
Reclamado	Higiterc - Higienizacao e Terceirizacao Ltda

DESPACHO: "É de sabença correntia que a reserva de crédito solicitada à fl. 259 não comporta mais nenhuma habilitação, haja vista a inexistência de saldo para tal, razão porque DETERMINO a intimação do exequente para, no prazo de 30 (trinta) dias, indicar novas diretrizes ao prosseguimento da execução, sob pena de arquivo provisório." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-571-11.2012.5.10.0013

Impetrante	Sinnex - Sindicato Nacional Das Empresas De Comercialização, Importação E Exportação De Equipamentos E Produtos Xerográficos
Advogado	GABRIEL MORGADO DA FONSECA(OAB: null)
Aut. Coatora	Secretaria De Relações Do Trabalho Do Ministério Do Trabalho E Emprego - Sra. Zilmara David de Alencar
Aut. Coatora	União Federal

MANDADO DE SEGURANÇA

DECISÃO

Vistos os autos.

Nos autos do processo em epígrafe, o SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE COMERCIALIZAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS XERORÁFICOS - SINNEX impetra mandado de segurança contra ato praticado pela SECRETÁRIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, figurando ainda como litisconsorte passivo a UNIÃO FEDERAL.

Sustenta que a autoridade coatora, em decisão arbitrária, determinou o arquivamento de processo administrativo em que busca a concessão do registro sindical perante o Ministério do Trabalho.

Afirma a existência de violação a direito líquido e certo à regular tramitação do processo administrativo, porquanto a fundamentação para o arquivamento (artigo 5º da Portaria MTE n. 186/2008) não se aplica, pelo fato de inexistir coincidência de categoria econômica e base territorial com outra entidade sindical.

Requer a concessão de medida liminar para sustação do ato administrativo que determinou o arquivamento e, no mérito, a concessão definitiva da segurança pretendida, com o regular prosseguimento do processo de concessão de registro sindical.

É o relatório.

DECIDE-SE.

Analisando-se os documentos apresentados pelo impetrante, verifica-se que o impetrante formulou pedido de reconsideração da decisão de arquivamento, fls. 27/29 e fls. 57/59, o qual se encontra pendente de apreciação.

O artigo 56 da Lei n. 9.784/99, que trata do trâmite do processo administrativo, assim prescreve: "Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e mérito. § 1º. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior. ..."

Assim, caso a autoridade coatora não reconsidere a decisão, deverá enviar os autos à autoridade superior para julgamento do recurso.

O artigo 5º, I, da Lei n. 12.016/2009, determina: "Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: I - de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução."

É cabível recurso ou pedido de reconsideração do ato administrativo impugnado, inclusive com a possibilidade de concessão de efeito suspensivo, conforme previsto no parágrafo único do artigo 61 da Lei n. 9.784/99.

Portanto, há de se esgotar as vias administrativas existentes para a impugnação do ato, antes da busca do provimento jurisdicional por intermédio de mandado de segurança.

Ante o exposto, incide-se à hipótese o disposto no artigo 5º, I, da Lei n. 12.016/2009, motivo pelo qual julga-se EXTINTO O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, nos termos do artigo 267, IV, do CPC.

Custas processuais pelo impetrante, no importe de R$ 20,00, calculadas sobre R$ 1.000,00, valor atribuído à causa, que deverão ser recolhidas no prazo de cinco dias, sob pena de execução.

Brasília/DF, 17 de abril de 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-589-66.2011.5.10.0013

Reclamante	Nilton Modesto da Silva
Advogado	BRUNA DA SILVA RODRIGUES(OAB: null)
Reclamado	Athos Farma Sudeste S.A.

DESPACHO: "Acoste-se à contracapa os autos da Carta Precatória. Intime-se o exequente para, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestar-se sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, devendo, no mesmo prazo, indicar novas diretrizes ao prosseguimento da execução, sob pena de arquivo provisório." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-611-90.2012.5.10.0013

Reclamante	Arguimar dos Santos
Advogado	MANOEL GALVÃO DE MELO(OAB: null)
Reclamado	Condor Atacadista de Materiais para Construcao S/A

Verifico que o SEED referente à notificação endereçada à reclamada retornou com a informação de que a parte mudou-se. Desta forma, determino a intimação dos autores para informar o paradeiro da parte no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Por exíguo o espaço de tempo até a audiência já designada, adio sua realização para o dia 04/06./2012, às 9 horas.
Publique-se para ciência da parte autora.
Com a informação, notifique-se a parte para comparecimento, sob as penas do artigo 844 da CLT. Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-642-13.2012.5.10.0013

Reclamante	Dheyson dos Santos Araujo
Advogado	THIAGO JANUÁRIO DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Pinheiro de Sá Construtora Ltda Me
Reclamado	Brasal Incorporações e Construções de Imóveis Ltda
Advogado	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: null)

Por comprovado o recolhimento dos emolumentos devidos, defiro a expedição da certidão requerida, devendo a parte ser intimada para receber o documento em até cinco dias. Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-654-27.2012.5.10.0013

Reclamante	Maria Aparecida da Silva Gonzaga
Advogado	ROGÉRIO ISAIAS ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Reclamado	Banco Central do Brasil

DECISÃO

Vistos os autos em inspeção ordinária.
SONIA LÚCIA DE PAULO DE SOUSA propõe reclamação trabalhista, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, em

face de FIANÇA SERVIÇOS GERAIS LTDA E BANCO CENTRAL DO BRASIL.

Afirma que trabalhou para a Reclamada no período de 20.08.10 a 29.02.12, na função de auxiliar de serviços gerais, exercendo suas funções como terceirizado no 2º reclamado. Argumenta que foi dispensado sem justa causa, em virtude de encerramento de contrato de prestação de serviços firmado entre os reclamados, e que não recebeu suas verbas rescisórias.

Requer a concessão de medida liminar, para que seja deferida a expedição de alvará para movimentação de sua conta vinculada, possibilitando-lhe o saque do FGTS, alegando a existência do fumus boni juris e do periculum in mora.

DECIDE-SE.

São requisitos para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela aqueles previstos no artigo 273 do CPC: verossimilhança das alegações, mediante prova inequívoca, fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

Quanto ao FGTS, o pleito de antecipação esbarra em impedimento legal, haja vista que o artigo 29-B da Lei n. 8.036/90, incluído pela Medida Provisória n. 2.197-43/2001, assim dispõe: "Não será cabível medida liminar em mandado de segurança, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, nem a tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil que impliquem saque ou movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS.".

Pelo exposto, INDEFERE-SE A LIMINAR.

Designa-se audiência inaugural para o dia 11/06/2012, às 08h40min, com as cominações do artigo 844 da CLT.

Notifique-se a 1ª Reclamada, via postal.

Notifique-se o 2º Reclamado, por mandado.

Intime-se o reclamante, por seu procurador.

Brasília/DF, 23 de abril de 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-655-12.2012.5.10.0013

Reclamante	Daniel de Jesus Nascimento
Advogado	ROGÉRIO ISAIAS ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Reclamado	Banco Central do Brasil

DECISÃO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

DANIEL DE JESUS NASCIMENTO propõe reclamação trabalhista, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, em face de FIANÇA SERVIÇOS GERAIS LTDA E BANCO CENTRAL DO BRASIL.

Afirma que trabalhou para a Reclamada no período de 11.12.08 a 29.02.12, na função de auxiliar de serviços gerais, exercendo suas funções como terceirizado no 2º reclamado. Argumenta que foi dispensado sem justa causa, em virtude de encerramento de contrato de prestação de serviços firmado entre os reclamados, e que não recebeu suas verbas rescisórias.

Requer a concessão de medida liminar, para que seja deferida a expedição de alvará para movimentação de sua conta vinculada, possibilitando-lhe o saque do FGTS, alegando a existência do fumus boni juris e do periculum in mora.

DECIDE-SE.

São requisitos para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela aqueles previstos no artigo 273 do CPC: verossimilhança das alegações, mediante prova inequívoca, fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

Quanto ao FGTS, o pleito de antecipação esbarra em impedimento legal, haja vista que o artigo 29-B da Lei n. 8.036/90, incluído pela Medida Provisória n. 2.197-43/2001, assim dispõe: "Não será cabível medida liminar em mandado de segurança, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, nem a tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil que impliquem saque ou movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS.".

Pelo exposto, INDEFERE-SE A LIMINAR.

Designa-se audiência inaugural para o dia 11/06/2012, às 08h45min, com as cominações do artigo 844 da CLT.

Notifique-se a 1ª Reclamada, via postal.

Notifique-se o 2º Reclamado, por mandado.

Intime-se o reclamante, por seu procurador.

Brasília/DF, 23 de abril de 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-681-78.2010.5.10.0013

Reclamante	Marlon Rogério Ledesma - (6ª VT de Guarulhos/SP)
Reclamado	Wagner Canhedo Azevedo Filho
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)
Reclamado	VIPLAN - Viação Planalto Ltda.
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)
Reclamado	Brata - Brasilis Taxi Aereo S. A.
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)
Reclamado	Transportadora Wadel Ltda.
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)
Reclamado	Agropecuaria Vale do Araguaia Ltda.
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)
Reclamado	Hotel Nacional S. A.
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)
Reclamado	Expresso Brasilia Ltda.

Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)
Reclamado	Polifabrica Formularios e Uniformes Ltda.
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)
Reclamado	Condor Transportes Urbanos Ltda.
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)
Reclamado	Wagner Canhedo Azevedo
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)
Reclamado	Izaura Valerio Azevedo
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)
Reclamado	Cesar Antonio Canhedo Azevedo
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Tendo em vista a solicitação do Juízo Deprecado, designo leilão do bem penhorado a fls. 96 para o dia 25/06/2012, às 10h00, o qual será realizado pelo leiloeiro JORGE FRANCISCO, no átrio deste Foro.

Expeça-se e publique-se o edital.

Intime-se o leiloeiro e a Diretoria do Foro.

Cientifique-se o Juízo Deprecado, por e-mail.

Publique-se, para ciência da executada.

Data supra.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-694-09.2012.5.10.0013

Reclamante	Jose Pereira da Silva
Advogado	ALDENEI DE SOUZA E SILVA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Itamar Comercial de Alimentos - Supermercado Tatico

Despacho: Vistos, etc.De ordem do Exmo. Juiz da 13ª Vara do Trabalho de Brasília, incluo o feito na pauta do dia 21/05/2012 às 09:05 horas, devendo as partes comparecer sob cominação do artigo 844/CLT.Na audiência a reclamada poderá apresentar resposta (defesa) e a prova documental que julgar necessária para a defesa dos seus direitos. O não comparecimento importará em revelia, que tem como efeito a confissão quanto à matéria de fato alegada na inicial. Se possível, comparecer acompanhado de advogado e trazer defesa escrita.A empregadora reclamada deverá apresentar, com a contestação, os recibos de pagamento de todo o pacto laboral ou do último quinquenio na forma e sob as penas dos artigos 464 da CLT c/c 35 a 359 do CPC.Caso queiram a intimação das testemunhas, as partes apresentarão, na audiência, o respectivo rol (art.825/CLT), sob pena de preclusão. Intime-se o(a)reclamante por seu procurador. Notifique-se a reclamada, enviando-lhe cópia da inicial e observando as formalidades de praxe. Brasília, 02/05/2012 (4ª feira) DURVAL MENDES DA SILVA JÚNIOR Diretor de Secretaria da 13ª VTB/DF

Despacho

Processo Nº RT-696-76.2012.5.10.0013

Reclamante	Maria do Socorro Bezerra da Costa
Advogado	ANTONIO MONTEIRO BARBOSA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda

Despacho: Vistos, etc.De ordem do Exmo. Juiz da 13ª Vara do Trabalho de Brasília, incluo o feito na pauta do dia 17/05/2012 às 09:30 horas, devendo as partes comparecer sob cominação do artigo 844/CLT.Na audiência a reclamada poderá apresentar resposta (defesa) e a prova documental que julgar necessária para a defesa dos seus direitos. O não comparecimento importará em revelia, que tem como efeito a confissão quanto à matéria de fato alegada na inicial. Se possível, comparecer acompanhado de advogado e trazer defesa escrita.A empregadora reclamada deverá apresentar, com a contestação, os recibos de pagamento de todo o pacto laboral ou do último quinquenio na forma e sob as penas dos artigos 464 da CLT c/c 35 a 359 do CPC.Caso queiram a intimação das testemunhas, as partes apresentarão, na audiência, o respectivo rol (art.825/CLT), sob pena de preclusão. Intime-se o(a)reclamante por seu procurador. Notifique-se a reclamada, enviando-lhe cópia da inicial e observando as formalidades de praxe. Brasília, 02/05/2012 (4ª feira) DURVAL MENDES DA SILVA JÚNIOR Diretor de Secretaria da 13ª VTB/DF

Despacho

Processo Nº RT-697-61.2012.5.10.0013

Reclamante	Daiana Gomes Cordeiro dos Santos
Advogado	MICHEL OLIVEIRA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Itamar Coemrcial de Alimentos

Despacho: Vistos, etc.De ordem do Exmo. Juiz da 13ª Vara do Trabalho de Brasília, incluo o feito na pauta do dia 21/05/2012 às 09:10 horas, devendo as partes comparecer sob cominação do artigo 844/CLT.Na audiência a reclamada poderá apresentar resposta (defesa) e a prova documental que julgar necessária para a defesa dos seus direitos. O não comparecimento importará em revelia, que tem como efeito a confissão quanto à matéria de fato alegada na inicial. Se possível, comparecer acompanhado de advogado e trazer defesa escrita.A empregadora reclamada deverá apresentar, com a contestação, os recibos de pagamento de todo o pacto laboral ou do último quinquenio na forma e sob as penas dos artigos 464 da CLT c/c 35 a 359 do CPC.Caso queiram a intimação das testemunhas, as partes apresentarão, na audiência, o respectivo rol (art.825/CLT), sob pena de preclusão. Intime-se o(a)reclamante por seu procurador. Notifique-se a reclamada, enviando-lhe cópia da inicial e observando as formalidades de praxe. Brasília, 02/05/2012 (4ª feira) DURVAL MENDES DA SILVA JÚNIOR Diretor de Secretaria da 13ª VTB/DF

Despacho

Processo Nº RT-1019-18.2011.5.10.0013

Reclamante	Jair Ferreira da Silva
Advogado	ANDRE LUIZ MIRANDA DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Engenharia Ambiental S.A.
Advogado	MICHAEL LUSTOSA ELVAS RORIZ DE FARIAS(OAB: null)

RESULTADO: Isto posto, resolve a Egrégia 13ª Vara do Trabalho de Brasília - DF julgar PROCEDENTES, EM PARTE, os pedidos constantes nos autos da reclamatória, movida por JAIR FERREIRA DA SILVA em face de SUSTENTARE SERVIÇOS AMBIENTAIS S.A., consoante os fundamentos que ficam integrando este dispositivo. Incidem juros e correção monetária. Custas, pelo Reclamado, de R$ 96,00, calculadas sobre R$ 4.800,00, valor arbitrado à condenação. As partes providenciarão os recolhimentos previdenciários que couberem, na forma e prazos legais. Intime-se a Fazenda Nacional, na forma regular, operado o trânsito em julgado. Intimem-se as partes, publicando-se a parte dispositiva da presente decisão. Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-1028-14.2010.5.10.0013

Reclamante	Alessandro Fontes da Costa
Advogado	AMIR PEDRO DE MELO(OAB: null)
Reclamado	Collossal do Brasil Vigilancia Ltda Epp
Advogado	DALMO ROGÉRIO SOUZA DE ALBUQUERQUE(OAB: null)
Reclamado	Collossal do Brasil Servicos Ltda Epp
Advogado	DALMO ROGÉRIO SOUZA DE ALBUQUERQUE(OAB: null)
Reclamado	Deborah Aline Medeiros Souza
Advogado	ROBERTO SILVA AMARANTE(OAB: null)

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Nos autos do processo em epígrafe, foi instaurada execução para cobrança de contribuições previdenciárias devidas pela reclamada.

Houve a penhora, em duplicidade, de veículos aparentemente de propriedade da reclamada, fls. 71 e 82.

Levado o bem a leilão, este foi arrematado, porém, a arrematante informa a fls. 95/103 que incidem pendências tributárias e gravame de alienação fiduciária sobre o veículo.

Após a expedição de ofício ao credor fiduciário, este informa a fls. 121 que o veículo foi vendido a terceiro, o que presume ter havido a sua busca e apreensão.

Constata-se ainda que o edital expedido por este Juízo não mencionou o gravame existente.

Por estas razões, declara-se sem efeito a arrematação, nos termos do artigo 694, § 1º, I e III, do CPC.

Expeça-se alvará para liberação à arrematante do saldo existente nas contas judiciais de fls. 93/94, ficando intimada a receber o documento no prazo de cinco dias.

Ficam desconstituídas as penhoras de fls. 71 e 82, devendo a Secretaria intimar o fiel depositário de sua destituição do encargo, via postal.

Intime-se o leiloeiro do inteiro teor desta decisão, por e-mail, para ciência.

Tendo em vista a execução referir-se apenas a contribuições previdenciárias e a quantia exequenda estar abaixo do limite estabelecido pela Portaria MF n. 00176/2010, o que enseja a dispensa de atuação no feito da União, determino a suspensão do curso da execução pelo prazo de 01 ano, nos termos do artigo 40 da Lei n. 6.830/80.

Expirado o prazo de suspensão, conclusos os autos para deliberações quanto ao prosseguimento da execução.

Publique-se.

Brasília/DF, Abril 27, 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-1034-84.2011.5.10.0013

Reclamante	Joao Batista Freire
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Mpe Servicos Gerais Ltda Me
Advogado	SYLVANNA DE JESUS SILVA SCHULTS(OAB: null)

Despacho de fl. 123. (...) Intime-se o reclamante ao recebimento do Alvará Judicial nº. 292/2012, no prazo de 5 dias.

Despacho

Processo Nº RT-1055-94.2010.5.10.0013

Reclamante	Cristiane Batista Gomes
Advogado	GILBERTO CLAUDIO HOERLLE(OAB: null)
Reclamado	Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A
Advogado	CARLOS JOSÉ ELIAS JÚNIOR(OAB: null)

DESPACHO DE FL.194: "Vistos, etc...

Às fls. 157, vem aos autos o Banco Santander (Brasil) S/A apresentando quitação do valor apurado e tecendo ponderações quanto aos valores de INSS computados em relação à quota parte da empresa.

A petição foi processada como embargos à execução, quando, em verdade, trata-se de simples petição, jamais tendo o peticionário endereçado a medida processada, até porque é terceiro e estranho à lide.

Revogo, portanto, o despacho que recebeu a petição em questão como embargos à execução. INTIME-SE AS PARTES POR SEUS PROCURADORES.

INTIME-SE O BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, diretamente, eis que o substabelecimento que acompanha a petição de fls. 157 não se ancora em procuração do subscritor.

Após, venham conclusos para decisão da impugnação aos cálculos apresentada pela reclamante.Data supra.RUBENS DE AZEVEDO MARQUES CORBO Juiz do Trabalho Substituto".

Despacho

Processo Nº RT-1220-44.2010.5.10.0013

Reclamante	Jamir Antonio Evangelista
Advogado	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	ANA CECÍLIA DE FREITAS SANTOS(OAB: null)

Despacho de fl. 291. (...) Intime-se a reclamada ao recebimento do Alvará Judicial nº. 291/2012, no prazo de 5 dias.

Despacho

Processo Nº RT-1664-43.2011.5.10.0013

Reclamante	Sindicato dos Empregados de Empresas Distribuidoras de Gêneros em Geral do Estado de São Paulo. - SEEDESP
Advogado	EDU MONTEIRO JÚNIOR(OAB: null)
Reclamado	União Federal
Reclamado	Sindicato dos Empregados e Trabalhadores em Empresas Locadoras de Veículos Automotores dom Estado de São Paulo. - SINDEELOCADESP

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Nos termos da certidão de fls. 153, há informação de que o SINDEELOCADESP teria se mudado para o bairro Praça da Árvore, na Zona Sul da cidade de São Paulo/SP.

O atual endereço do sindicato mencionado, descrito em sua página na internet, RUA GRAVI, 41 - PRAÇA DA ÁRVORE - SÃO PAULO/SP, corrobora a informação do Oficial de Justiça.

Havendo a informação do atual endereço sindicato reclamado, não se justifica a sua citação por edital.

Designo audiência inaugural para o dia 04/06/2012, às 08h55min, mantidas as cominações do artigo 844 da CLT.

Notifique-se a União, por intermédio da PRU.

Notifique-se o reclamado SINDEELOCADESP, no endereço acima informado, via postal.

Intime-se o autor, por seu procurador.

Data supra.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-1788-26.2011.5.10.0013

Autor	Federacao dos Emprs em Estabel de Serv de Saude Est Pr
Advogado	KATIA DOS PRAZERES MORAIS(OAB: null)
Réu	Confederacao Nacional dos Trabalhadores Na Saúde
Advogado	MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO(OAB: null)

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Intime-se a parte autora a comprovar nos autos o cumprimento do disposto no artigo 806 do CPC, prazo de cinco dias, sob pena de incidência do artigo 808, I, do mesmo diploma.

Publique-se.

Data supra.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-1866-20.2011.5.10.0013

Autor	Thais Carvalho Lobo
Advogado	KLEBER DE OLIVEIRA BARROS(OAB: null)
Réu	Tech Mix Comercial e Servicos Ltda
Réu	Dnit-Departamento Nacional de Infraest de Transportes

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Intime-se a parte autora a comprovar nos autos o cumprimento das disposições do artigo 806 do CPC, prazo de cinco dias, sob pena de incidência do artigo 808, I, do mesmo diploma.

Publique-se.

Brasília/DF, Abril 27, 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho Juiz do Trabalho ACÉLIO RICARDO VALES LEITE

Despacho

Processo Nº RT-1875-79.2011.5.10.0013

Reclamante	Jose Eduardo Chalita
Advogado	MARIA DE FÁTIMA MENDONÇA DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
Advogado	WALFREDO FREDERICO DE S. CABRAL DIAS(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S/A
Advogado	VICENTE CARDOSO DE FIGUEIREDO(OAB: null)

RESULTADO: Isto posto, resolve a Egrégia 13ª Vara do Trabalho de Brasília - DF EXTINGUIR O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do artigo 269, IV, do CPC, nos autos da reclamatória movida por JOSÉ EDUARDO CHALITA em face da CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI E BANCO DO BRASIL S.A., consoante os fundamentos que ficam integrando este dispositivo. Custas, pelo Reclamante, de R$ 520,00, calculadas sobre R$ 26.000,00, valor dado à causa e ora utilizado para os devidos fins. Isento de recolhimento, na forma da declaração de fl. 24. Intimem-se as partes, por seus procuradores. Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-1947-66.2011.5.10.0013

Reclamante	Guilhermino Jose Filho
Advogado	MARCELO OLIVEIRA MACHADO(OAB: null)
Reclamado	Itiban Comercio de Utilidades Domésticas
Advogado	ELY NASCIMENTO DA ROCHA(OAB: null)

DESPACHO: "Libere-se ao reclamante as guias CD/SD, CTPS e o TRCT, além da chave de conectividade, intimado-o para o respectivo recebimento, no prazo de 05 (cinco) dias, os quais encontram-se anexados à contracapa dos autos." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-1991-85.2011.5.10.0013

Reclamante	Janaina Ribeiro de Azevedo Souza
Advogado	MAURICIO GOMES NETO(OAB: null)
Reclamado	Cinemark Brasil S.A.
Advogado	DIEGO VEGA POSSEBON DA SILVA(OAB: null)

DISPOSITIVO - Isto posto, DECIDO, na reclamatória trabalhista que move JANAÍNA RIBEIRO DE AZEVEDO SOUZA em face de CINEMARK BRASIL S/A. I - Julgar TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos elencados na inicial nos termos da fundamentação.Tudo nos termos da fundamentação retro que fica fazendo parte integrante do presente dispositivo.Custas pela reclamante no importe de (R$ 400,00) calculadas sobre R$ 20.000,00 valor ora atribuído a causa A reclamante é beneficiária da gratuidade de justiça, pelo que isento.Ciente a reclamada (súmula 197 do C. TST). Intime-se a reclamante.Nada mais. Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-2027-30.2011.5.10.0013

Reclamante	Antonio Alves da Silva
Advogado	LUIZ HUMBERTO VIEIRA GUIDO(OAB: null)

Reclamado	Marmoraria Marmo Pedras Ltda-Me
Advogado	JONNAS MARRISSON SILVA PEREIRA(OAB: null)

RESULTADO: Isto posto, resolve a Egrégia 13ª Vara do Trabalho de Brasília - DF julgar PROCEDENTES, EM PARTE, os pedidos constantes da reclamatória movida por ANTÔNIO ALVES DA SILVA em face de MARMORARIA MARMO PEDRAS LTDA ME, consoante os fundamentos que ficam integrando este dispositivo. Incidem juros e correção monetária. Custas, pelo Reclamado, de R$ 84,00, calculadas sobre R$ 4.200,00, valor arbitrado à condenação. As partes providenciarão os recolhimentos fiscais e previdenciários que couberem, na forma e prazos legais. Intime-se a Fazenda Nacional, na forma regular, operado o trânsito em julgado. Intimem-se as partes, por seus procuradores. Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-2062-87.2011.5.10.0013

Reclamante	Alexandre dos Santos Ramos
Advogado	KEILA QUERLY DE LIMA(OAB: null)
Reclamado	Vestcon Editora Ltda

Despacho de fl. 26. (...) Intime-se a reclamada a comprovar o depósito de FGTS relativo ao mês de novembro de 2010, no prazo de 5 dias, sob pena de execução.

Despacho

Processo Nº RT-7400-18.2006.5.10.0013

Processo Nº RT-74/2006-013-10-00.1

Reclamante	Cristiano Nascimento Osorio
Advogado	MOACIR AKIRA YAMAKAWA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	SUZANA RODRIGUEZ ALVES MOREIRA(OAB: null)

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Intime-se a reclamada para informar se concorda com as alegações da perita a fls. 673/675 ou se ratifica os termos de seus embargos opostos, prazo de cinco dias.

Após, conclusos.

Publique-se.

Data supra.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-10400-75.1996.5.10.0013

Processo Nº RT-104/1996-013-10-00.7

Reclamante	CARLOS SABINO DE OLIVEIRA
Advogado	FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS MIRANDA(OAB: null)
Reclamado	Mario Zinato Santos
Reclamado	Maria Elisa Gomes Santos

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Nos autos do processo em epígrafe, foi instaurada a execução da sentença, sendo após diversas tentativas, não se logrou êxito na penhora de bens do executado MARIO ZINATO DOS SANTOS.

Também houve diversas tentativas de penhora da área em que se localiza a executada FAZENDA TOCA DA RAPOSA, o que não foi possível em razão de irregularidades no registro de sua matrícula perante o Registro de Imóveis.

No curso da execução, houve acordo firmado entre o exequente e os executados JOSÉ BRAZ GOMES e MARIA CÉLIA PEREIRA GOMES, fls. 695/696, homologado pelo Juízo a fls. 699, em que as partes avençaram que a execução somente prosseguiria contra os executados MARIO ZINATO DOS SANTOS e MARIA ELISA GOMES DOS SANTOS (fls. 699).

Efetivadas diversas diligências, não houve êxito, até o momento, na penhora de bens dos executados.

A fls. 815, houve a ordem de averbação de bloqueio do registro de transferência de imóvel de propriedade da executada, mencionado a fls. 816/817.

Após a expedição de mandado de penhora do imóvel, a diligência não cumprida por alegação de que a executada teria falecido e que os atuais ocupantes são beneficiário de usufruto vitalício, fls. 836.

Requer o reclamante o protesto do título executivo em nome dos executados.

Analisando-se os presentes autos com cautela, verifica-se que foram realizadas diversas diligências contra os executados.

Ambos foram devidamente citados da execução.

Por todo o exposto e restando infrutíferas as diligências, determino a inclusão dos nomes dos executados MARIO ZINATO SANTOS, CPF n. 055.871.741-15, e MARIA ELISA GOMES SANTOS, CPF n. 578.949.731-49, no BNDT, e a expedição de mandado de protesto.

Após o cumprimento das diligências, arquivem-se os autos provisoriamente.

Publique-se.

Brasília/DF, Abril 23, 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-12400-33.2005.5.10.0013

Processo Nº RT-124/2005-013-10-00.0

Reclamante	Vilson Santos Alencar
Advogado	ALICE RODRIGUES AUERSWALD(OAB: null)
Reclamado	Casamais Construções e Comércio de Materiais de Construcão Ltda
Advogado	DANIELA MACHADO FERNANDES MOREIRA(OAB: null)

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Nos autos do processo em epígrafe, processa-se a fase executória do julgado, sendo que não houve êxito na penhora de bens dos executados, tendo sido expedido, inclusive, mandado de protesto.

O terceiro interessado LAURINDO AELSON TEIXEIRA COSTA se manifesta nos autos, informando ser o atual proprietário do veículo mencionado a fls. 255, além de afirmar ser desnecessária a restrição de sua circulação, requerendo a baixa do gravame, a fim de que possibilitada a expedição do licenciamento anual.

Contudo, verifica-se que o veículo foi adquirido em 11/04/2006 (fls. 366) e seu DUT foi preenchido e registrado em 16/05/2007 (fls. 368), enquanto que a decisão determinando a desconsideração da personalidade jurídica foi proferida em 23/03/2008 (fls. 235).

Dessa forma, não há que se falar em fraude à execução.

Determina-se a conclusão dos autos para cancelamento da restrição informada a fls. 255, via RENAJUD.

Intime-se o exequente para impulsionar a execução, prazo de 60 dias.

Publique-se.

Data supra.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-12800-13.2006.5.10.0013

Processo Nº RT-128/2006-013-10-00.9

Reclamante	Luiz Carlos Lessa de Vasconcellos
Advogado	ADRIANO PEIXOTO FRANCO(OAB: null)
Reclamado	Mi Montreal Informática Ltda.
Advogado	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: null)
Reclamado	DNIT
Reclamado	União

DESPACHO: "Intime-se o autor, via DEJT para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar acerca do processamento do Alvará nº 168/2012, fornecendo, na mesma data, cópia dos documentos aptos a comprovar o recolhimento dos tributos nele consignados." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-16800-03.1999.5.10.0013

Processo Nº RT-168/1999-013-10-00.0

Reclamante	RAIMUNDO NONATO COSTA JORGE
Advogado	LUCIO CEZAR DA COSTA ARAUJO(OAB: null)
Reclamado	BANCO BRADESCO S/A
Advogado	CELSO JOSE SOARES(OAB: null)

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Os autos originais do processo em epígrafe estão desaparecidos, motivo pelo qual foi iniciado o incidente de restauração, com a intimação das partes para a apresentação de documentos.

Todavia, de acordo com a dicção do artigo 1.063 do CPC, aplicável subsidiariamente, na forma do artigo 769 da CLT, a iniciativa de promover a restauração de autos desaparecidos é das partes.

Nesses termos, determino a intimação do reclamante para que proceda de acordo com o procedimento do artigo 1.064 e incisos, do CPC, prazo de 15 dias, sob pena de arquivamento.

Publique-se.

Data supra.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-18100-19.2007.5.10.0013

Processo Nº RT-181/2007-013-10-00.0

Autor	Edilson Pereira do Nascimento
Advogado	SILVIO CIRILO DA SILVA(OAB: null)
Réu	Caf Industria e Comércio de Alimentos Ltda.
Advogado	SIMONE CERQUEIRA BATISTA(OAB: null)
Réu	Marcos Joao da Conceicao

DESPACHO: "Reitere-se a intimação de fl. 498, também via DEJT, para levantamento, no prazo de 05 dias, por parte da sócia Elizabeth de Oliveira, do alvára nº 43/2012, com vistas à movimentação da importância apurada a partir de bloqueio judicial. No mais, intime-se o exequente para, no prazo de 30 (trinta) dias, indicar novas diretrizes ao prosseguimento da execução, sob pena de arquivo de provisório. Intimem-se via DEJT." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-19500-05.2006.5.10.0013

Processo Nº RT-195/2006-013-10-00.3

Reclamante	Alberto Vieira de Matos
Advogado	JANAINA GUIMARAES SANTOS(OAB: null)
Reclamado	TAGUAUTO Taguatinga Automóveis e Serviços Ltda
Advogado	JONAS MOREIRA DE MORAES NETO(OAB: null)

DESPACHO: "Garantido o juízo por meio do depósito de fl. 250, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, impugnar a conta de liquidação, na forma do art. 884 da CLT. Intime-se via DEJT." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-20800-31.2008.5.10.0013

Processo Nº RT-208/2008-013-10-00.6

Reclamante	Domingos Gregório Dias
Advogado	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Viação Planalto Ltda. - VIPLAN
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)
Reclamado	Cerealista Vale do Araguaia Ltda-Grupo Econômico
Reclamado	Polifabrica Formularios e Uniformes Ltda - Grupo Econômico
Reclamado	Wagner Canhedo Azevedo - sócio
Reclamado	Wagner Canhedo Azevedo Filho
Reclamado	Izaura Valerio Azevedo - sócia
Reclamado	Cesar Antonio Canhedo Azevedo - sócio

DECISÃO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Oficie-se à CEF, agência n. 3920, para que transfira o depósito recursal de fls. 114 para a conta judicial n. 3920.042.04938377-4, prazo de cinco dias.

Tendo em vista a medida liminar concedida pelo c. STJ, que determinou a suspensão desta execução, determino o sobrestamento do feito pelo prazo de 180 dias, período pelo qual ficará aguardando o deslinde da recuperação judicial em trâmite no Juízo Falimentar.

Publique-se.

Data supra.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-21100-71.2000.5.10.0013

Processo Nº RT-211/2000-013-10-00.2

Reclamante	MARIA APARECIDA DA SILVA
Advogado	UBIRATAN BATISTA PEDROSO(OAB: null)
Reclamado	Nair Silva Guimaraes Souza

DESPACHO: "Considerando que a correspondência reproduzida à fl. 133 foi devolvida, sem a regular entrega ao destinatário, sob a justificativa: "desconhecido", conforme atesta o documento de fl. 19/verso, DETERMINO seja a autora intimada, através de seu

patrono, para, no prazo de 10 dias, indicar o correto endereço da executada, visando sua regular citação, sob pena de arquivo provisório." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-21800-37.2006.5.10.0013

Processo Nº RT-218/2006-013-10-00.0

Reclamante	Rose Machado da Fonseca Cabral
Advogado	CORNÉLIO JÚNIOR ROSA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	GUSTAVO PEREIRA MENDES(OAB: null)

DECISÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO DE FLS.823/826: "CONCLUSÃO

Por todo o exposto, CONHEÇO dos embargos à execução opostos por CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para, no mérito, julga-los PROCEDENTE EM PARTE, fixando a conta na forma retificada de fls. 789 e seguintes.

Libere-se o valor incontroverso ao reclamante, na forma do cálculo apresentado pela embargante.

Custas processuais pela embargante, no importe de R$ 44,26, nos termos do artigo 789-A, V, da CLT.

Intime-se as partes.

Brasília/DF, Abril 27, 2012.

RUBENS DE AZEVEDO MARQUES CORBO Juíza do Trabalho Substituto ".

Despacho

Processo Nº RT-22300-69.2007.5.10.0013

Processo Nº RT-223/2007-013-10-00.3

Reclamante	Sheila Mendes dos Santos
Advogado	FRANCISCO PEREIRA SERPA(OAB: null)
Reclamado	Radiologia Odontológica do Gama ROG
Advogado	TATIANA SALIBA DAHER GALINDO MADEIRA(OAB: null)
Reclamado	Paulo Sergio Rodrigues da Cunha
Reclamado	Tatiana Inês de Sousa Rodrigues da Cunha

DECISÃO: "Julgo extinta a execução, uma vez que cumpridas as obrigações constituídas aos autos, na forma do art. 794, I c/c art. 795, ambos do CPC. DETERMINO o recolhimento, por parte do Banco do Brasil S/A - Agência 4200, do saldo total das contas judiciais nº 200.131.940.105 a título de contribuição previdenciária, imposto de renda e custas processuais, observados os percentuais definidos no espelho de cálculo de fl. 421, a saber: 10,21% do total - INSS Recte (código 1708), 36,72% do total - INSS Empregador + SAT e 9,68% do total - INSS Terceiros (ambos código 2801). Mais ainda, 32,44% do total referente ao imposto de renda - {base de cálculo = R$5.617,40, em 30/06/2008} - (código 5936) e o restante do total a título de custas processuais (código 18740-2 - Unidade Gestora 080016). Por medida de celeridade e economia processual, o presente despacho será expedido em duas vias e terá força de ofício. Promova a Secretaria o desbloqueio, via sistema RENAJUD, dos veículos objeto da pesquisa de fls. 398/399. Ultimadas as providências e decorrido o prazo legal, remetam-se os autos ao arquivo definitivo, dando-se regular baixa na distribuição. Intime-se via DEJT." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-23400-69.2001.5.10.0013

Processo Nº RT-234/2001-013-10-00.8

Reclamante	SIMONE GABRIELA SANTOS ABADIO
Advogado	EMENS PEREIRA DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	SHARP DO BRASIL S/A INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS
Advogado	MARLI DE SOUSA FERREIRA(OAB: null)

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Proceda-se à troca das capas dos autos e a reorganização dos expedientes que estão soltos.

Junte-se a CP n. 1508/01, que se encontra na contracapa.

De acordo com informação prestada pela Receita Federal, a reclamada teve sua falência decretada em 05/08/2004.

Portanto, determina-se à reclamante que apresente ao Juízo informações acerca do estágio atual do processo de falência da reclamada, prazo de 30 dias.

Quanto ao requerimento de desconsideração da personalidade jurídica, indefere-se, tendo em vista que se trata de sociedade anônima.

Publique-se.

Data supra.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-23700-84.2008.5.10.0013

Processo Nº RT-237/2008-013-10-00.8

Autor	Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional da 10.ª Região
Réu	COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS - LAVORCOOP
Advogado	SILVIO PUJOL GRAÇA(OAB: null)
Réu	Rhesus Apoio S/C Ltda.
Advogado	MIGUEL AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA(OAB: null)
Réu	Vanessa Figueiredo Graça
Advogado	MARCOS PAULO PUJOL GRAÇA(OAB: null)

DECISÃO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Nos autos do processo em epígrafe, foi instaurada execução para cobrança de quantia fixada em sentença referente a danos morais coletivos.

As reclamadas foram condenadas solidariamente, sendo que não houve êxito na localização de bens da 1ª reclamada, enquanto que a 2ª reclamada está em recuperação judicial.

Diante deste quadro, requereu o MPT a desconsideração da personalidade jurídica da 1ª reclamada, o que foi deferido a fls. 783/787, estando incluída no polo passivo a Sra. VANESSA FIGUEIREDO GRAÇA, presidente na época dos fatos que ensejaram a presente ação.

A fls 800/809, a executada acima mencionada questiona sua inclusão no polo passivo, ao fundamento de que não mais está vinculada à cooperativa, tendo se afastado do cargo.

O MPT refuta as alegações, dizendo que a Sra. VANESSA era a presidente da cooperativa quando ocorreram as fraudes que originaram esta ação e, por tal razão, deve suportar a execução.

Vislumbra-se assistir razão à executada, pois, de acordo com o expediente de fls. 805, foi registrada em 14/10/2005 na Junta

Comercial do Estado de São Paulo a ata da Assembléia comunicando o seu afastamento do cargo.

Nos termos do parágrafo único do artigo 1.003 do Código Civil, a responsabilidade por eventuais atos ilícitos praticados durante sua gestão expirou em 14/10/2007, data que expirou-se os dois anos subsequentes.

A presente ação foi proposta apenas em 07/03/2008.

Nesse ínterim, DECLARA-SE A ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE da ex-presidente da 1ª reclamada, Sra. VANESSA FIGUEIREDO GRAÇA pelos débitos oriundos da sentença proferida neste feito, com fundamento no artigo 1.003, parágrafo único do Código Civil, e determina-se a exclusão de seu nome do pólo passivo da demanda.

Intime-se VANESSA FIGUEIREDO GRAÇA do inteiro teor desta decisão, na pessoa de seu procurador, mediante disponibilização no DJTE.

Intime-se, POR MANDADO E MEDIANTE REMESSA DOS AUTOS, o Ministério Público do Trabalho, do inteiro teor desta decisão e para impulsionar a execução do julgado no prazo de 60 dias.

Brasília/DF, Abril 25, 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-35300-83.2000.5.10.0013

Processo Nº RT-353/2000-013-10-00.0

Reclamante	STENIO GRANGEIRO LOUREIRO
Advogado	GILBERTO ANTONIO VIEIRA(OAB: null)
Reclamado	CONDOMINIO DO EDIFICIO SUPERCENTER VENANCIO 2000
Advogado	PAULO ROBERTO MOGLIA THOMPSON FLORES(OAB: null)
Reclamado	CONDOMINIO DO EDIFICIO SUPER CENTER VENANCIO 3000
Advogado	NILO GUSTAVO SULVA SULZ GONSALVES(OAB: null)

DESPACHO: "Garantido o juízo por meio do depósito de fl. 807, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, impugnar a conta de liquidação, na forma do art. 884 da CLT. Intime -se via DEJT." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-36800-77.2006.5.10.0013

Processo Nº RT-368/2006-013-10-00.3

Reclamante	Helvia Terezinha de Araujo
Advogado	JOSE EYMARD LOGUERCIO(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	GUSTAVO PEREIRA MENDES(OAB: null)

DECISÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO DE FLS.635/637: "CONCLUSÃO

Por todo o exposto, CONHEÇO dos embargos à execução opostos por CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para, no mérito, julga-los IMPROCEDENTES .

Custas processuais pela embargante, no importe de R$ 44,26, nos termos do artigo 789-A, V, da CLT, isenta na forma da lei.Intime-se as partes.Brasília/DF, Abril 27, 2012.RUBENS DE AZEVEDO MARQUES CORBO Juíza do Trabalho Substituto ".

Despacho

Processo Nº RT-41400-15.2004.5.10.0013

Processo Nº RT-414/2004-013-10-00.2

Reclamante	MARINA GOMES DOS SANTOS
Advogado	JOÃO PORFÍRIO FILHO(OAB: null)
Reclamado	CICA MULT MARCAS DIVERSOES ELETRONICAS LTDA
Advogado	MARCO AURÉLIO GONSALVES(OAB: null)

DECISÃO DE FL.94: "Vistos os autos, Constata-se que os presentes autos foram arquivados provisoriamente em 09 de agosto de 2005 e desde então o Exequente não apresentou qualquer manifestação deixando de indicar meios aptos para o prosseguimento do feito.

O princípio da segurança jurídica é elemento constitutivo do Estado de Direito e a eternização do processo judicial atenta contra a segurança jurídica e a tranquilidade social.

A Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal dispõe que a execução prescreve no mesmo prazo da ação e o entendimento da Súmula 114 do TST encontra-se superado, pelas legislações supervenientes.

O parágrafo 4º, do artigo 40, da Lei de Execuções Fiscais, com redação dada pela Lei 11.051/2004, aplicável, subsidiariamente, à execução trabalhista, autoriza a declaração, de ofício, da prescrição intercorrente na execução fiscal.

A Lei n.º 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, alterou o § 5.º do artigo 219 do CPC, que passou a ter a seguinte redação: "Art.219 - [] §5.º O juiz pronunciará, de ofício,a prescrição".

E por fim, o Ato nº 17 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (DEJT 04/047/2011), em seu artigo 2º, cita o reconhecimento da prescrição, como uma das hipóteses de extinção do processo de execução.

Neste contexto, considerando o prazo quinquenal aplicável no Direito do Trabalho e o período de paralisação do presente processo, constata-se a ocorrência do fenômeno prescricional, razão pela qual julga-se extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos dos artigos 269, IV e 794, II, do CPC.

Intimem-se as partes.

Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.

Brasília, 2 de maio de 2012.ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS Juiz(a) do Trabalho".

Despacho

Processo Nº RT-41700-69.2007.5.10.0013

Processo Nº RT-417/2007-013-10-00.9

Reclamante	Carlos Alberto de Souza Carvalho
Advogado	ULISSES BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	CEB Distribuição S/A
Advogado	ANA CAROLINA SOARES DA ROCHA(OAB: null)

DESPACHO: "Registre-se no sistema a qualificação de quaisquer dos procuradores da ré elencados no instrumento de mandato de fl. 468. Feito, intime-se a executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, receber o alvará nº 177/2012, bem como do original da guia de fl. 513 (acostada à contracapa). Levantado os documentos, remetam-se os autos ao arquivo geral." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-41800-05.1999.5.10.0013

Processo Nº RT-418/1999-013-10-00.2

Reclamante	ANGELA MARIANO MARTINS
Advogado	JOSE MAGNO DE AVILA(OAB: null)
Reclamado	CENTRO EDUCACIONAL DINAMICO LTDA
Reclamado	Gerivaldo Nogueira da Silva

DECISÃO DE FL.85: "Vistos os autos, Constata-se que os presentes autos foram arquivados provisoriamente em 30 de outubro de 2003 e desde então o Exequente não apresentou qualquer manifestação deixando de indicar meios aptos para o prosseguimento do feito.

O princípio da segurança jurídica é elemento constitutivo do Estado de Direito e a eternização do processo judicial atenta contra a segurança jurídica e a tranquilidade social.

A Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal dispõe que a execução prescreve no mesmo prazo da ação e o entendimento da Súmula 114 do TST encontra-se superado, pelas legislações supervenientes.

O parágrafo 4º, do artigo 40, da Lei de Execuções Fiscais, com redação dada pela Lei 11.051/2004, aplicável, subsidiariamente, à execução trabalhista, autoriza a declaração, de ofício, da prescrição intercorrente na execução fiscal.

A Lei n.º 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, alterou o § 5.º do artigo 219 do CPC, que passou a ter a seguinte redação: "Art.219 - [] §5.º O juiz pronunciará, de ofício,a prescrição".

E por fim, o Ato nº 17 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (DEJT 04/047/2011), em seu artigo 2º, cita o reconhecimento da prescrição, como uma das hipóteses de extinção do processo de execução.

Neste contexto, considerando o prazo quinquenal aplicável no Direito do Trabalho e o período de paralisação do presente processo, constata-se a ocorrência do fenômeno prescricional, razão pela qual julga-se extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos dos artigos 269, IV e 794, II, do CPC.

Intimem-se as partes, sendo os executados por VIA POSTAL.

Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.

Brasília, 2 de maio de 2012.ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS Juiz(a) do Trabalho".

Despacho

Processo Nº RT-41900-81.2004.5.10.0013

Processo Nº RT-419/2004-013-10-00.5

Reclamante	WARLISSON FIUZA DA COSTA
Advogado	GERALDO ANTONIO DE CASTRO(OAB: null)
Reclamado	SABINO IMOVEIS LTDA
Advogado	MERYCLIS D'MEDEIROS BATISTA(OAB: null)

DECISÃO DE FLS.140: "Vistos os autos,

Constata-se que os presentes autos foram arquivados provisoriamente em 17 de janeiro de 2005 e desde então o Exequente não apresentou qualquer manifestação deixando de indicar meios aptos para o prosseguimento do feito.

O princípio da segurança jurídica é elemento constitutivo do Estado de Direito e a eternização do processo judicial atenta contra a segurança jurídica e a tranquilidade social.

A Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal dispõe que a execução prescreve no mesmo prazo da ação e o entendimento da Súmula 114 do TST encontra-se superado, pelas legislações supervenientes.

O parágrafo 4º, do artigo 40, da Lei de Execuções Fiscais, com redação dada pela Lei 11.051/2004, aplicável, subsidiariamente, à execução trabalhista, autoriza a declaração, de ofício, da prescrição intercorrente na execução fiscal.

A Lei n.º 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, alterou o § 5.º do artigo 219 do CPC, que passou a ter a seguinte redação: "Art.219 - [] §5.º O juiz pronunciará, de ofício,a prescrição".

E por fim, o Ato nº 17 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (DEJT 04/047/2011), em seu artigo 2º, cita o reconhecimento da prescrição, como uma das hipóteses de extinção do processo de execução.

Neste contexto, considerando o prazo quinquenal aplicável no Direito do Trabalho e o período de paralisação do presente processo, constata-se a ocorrência do fenômeno prescricional, razão pela qual julga-se extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos dos artigos 269, IV e 794, II, do CPC.

Intimem-se as partes.Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.Brasília, 2 de maio de 2012.ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS.Juiz(a) do Trabalho".

Despacho

Processo Nº RT-43300-72.2000.5.10.0013

Processo Nº RT-433/2000-013-10-00.5

Reclamante	EVA FERREIRA DOS SANTOS
Advogado	SILVANETE CANDIDA SENA(OAB: null)
Reclamado	CILAS MOREIRA BRAGANCA

DECISÃO DE FLS.101: "Vistos os autos, Constata-se que os presentes autos foram arquivados provisoriamente em 30 de outubro de 2003 e desde então o Exequente não apresentou qualquer manifestação deixando de indicar meios aptos para o prosseguimento do feito.

O princípio da segurança jurídica é elemento constitutivo do Estado de Direito e a eternização do processo judicial atenta contra a segurança jurídica e a tranquilidade social.

A Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal dispõe que a execução prescreve no mesmo prazo da ação e o entendimento da Súmula 114 do TST encontra-se superado, pelas legislações supervenientes.

O parágrafo 4º, do artigo 40, da Lei de Execuções Fiscais, com redação dada pela Lei 11.051/2004, aplicável, subsidiariamente, à execução trabalhista, autoriza a declaração, de ofício, da prescrição intercorrente na execução fiscal.

A Lei n.º 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, alterou o § 5.º do artigo 219 do CPC, que passou a ter a seguinte redação: "Art.219 - [] §5.º O juiz pronunciará, de ofício,a prescrição".

E por fim, o Ato nº 17 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (DEJT 04/047/2011), em seu artigo 2º, cita o reconhecimento da prescrição, como uma das hipóteses de extinção do processo de execução.

Neste contexto, considerando o prazo quinquenal aplicável no Direito do Trabalho e o período de paralisação do presente processo, constata-se a ocorrência do fenômeno prescricional, razão pela qual julga-se extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos dos artigos 269, IV e 794, II, do CPC.

Intimem-se as partes, sendo os executados por VIA POSTAL.

Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos ao

arquivo definitivo.

Brasília, 2 de maio de 2012.ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS Juiz(a) do Trabalho".

Despacho

Processo Nº RT-43500-84.1997.5.10.0013

Processo Nº RT-435/1997-013-10-00.8

Reclamante	SERGIO JOSE DA SILVA
Advogado	RAUL FREITAS PIRES DE SABOIA(OAB: null)
Reclamado	EBAL EMPRESA DE SEGURANCA LTDA

DECISÃO DE FL.272: "Vistos os autos, Constata-se que os presentes autos foram arquivados provisoriamente em 05 de setembro de 2001 e desde então o Exequente não apresentou qualquer manifestação deixando de indicar meios aptos para o prosseguimento do feito.

O princípio da segurança jurídica é elemento constitutivo do Estado de Direito e a eternização do processo judicial atenta contra a segurança jurídica e a tranquilidade social.

A Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal dispõe que a execução prescreve no mesmo prazo da ação e o entendimento da Súmula 114 do TST encontra-se superado, pelas legislações supervenientes.

O parágrafo 4º, do artigo 40, da Lei de Execuções Fiscais, com redação dada pela Lei 11.051/2004, aplicável, subsidiariamente, à execução trabalhista, autoriza a declaração, de ofício, da prescrição intercorrente na execução fiscal.

A Lei n.º 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, alterou o § 5.º do artigo 219 do CPC, que passou a ter a seguinte redação: "Art.219 - [] §5.º O juiz pronunciará, de ofício,a prescrição".

E por fim, o Ato nº 17 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (DEJT 04/047/2011), em seu artigo 2º, cita o reconhecimento da prescrição, como uma das hipóteses de extinção do processo de execução.

Neste contexto, considerando o prazo quinquenal aplicável no Direito do Trabalho e o período de paralisação do presente processo, constata-se a ocorrência do fenômeno prescricional, razão pela qual julga-se extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos dos artigos 269, IV e 794, II, do CPC.

Intimem-se as partes.

Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.

Brasília, 2 de maio de 2012.ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS Juiz(a) do Trabalho".

Despacho

Processo Nº RT-43600-05.1998.5.10.0013

Processo Nº RT-436/1998-013-10-00.3

Reclamante	GERALDO DE ARAUJO MEDEIROS
Advogado	LUIZ CARLOS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	SINAL COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS DE HIGIENIZACAO DE IMOVEIS LTDA
Advogado	INGRID NÍGIA VIEIRA DA SILVA(OAB: null)

DECISÃO DE FL.129: "Vistos os autos, Constata-se que os presentes autos foram arquivados provisoriamente em 22 de janeiro de 2004 e desde então o Exequente não apresentou qualquer manifestação deixando de indicar meios aptos para o prosseguimento do feito.

O princípio da segurança jurídica é elemento constitutivo do Estado de Direito e a eternização do processo judicial atenta contra a segurança jurídica e a tranquilidade social.

A Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal dispõe que a execução prescreve no mesmo prazo da ação e o entendimento da Súmula 114 do TST encontra-se superado, pelas legislações supervenientes.

O parágrafo 4º, do artigo 40, da Lei de Execuções Fiscais, com redação dada pela Lei 11.051/2004, aplicável, subsidiariamente, à execução trabalhista, autoriza a declaração, de ofício, da prescrição intercorrente na execução fiscal.

A Lei n.º 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, alterou o § 5.º do artigo 219 do CPC, que passou a ter a seguinte redação: "Art.219 - [] §5.º O juiz pronunciará, de ofício,a prescrição".

E por fim, o Ato nº 17 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (DEJT 04/047/2011), em seu artigo 2º, cita o reconhecimento da prescrição, como uma das hipóteses de extinção do processo de execução.

Neste contexto, considerando o prazo quinquenal aplicável no Direito do Trabalho e o período de paralisação do presente processo, constata-se a ocorrência do fenômeno prescricional, razão pela qual julga-se extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos dos artigos 269, IV e 794, II, do CPC.

Intimem-se as partes, sendo a executada por EDITAL, ante o que consta dos autos.Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.

Brasília, 2 de maio de 2012.ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS Juiz(a) do Trabalho".

Despacho

Processo Nº RT-44100-13.1994.5.10.0013

Processo Nº RT-441/1994-013-10-00.2

Reclamante	IRALDO LUCIO DE SOUSA
Advogado	JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	BLUE STAR SERVICOS DE SEGURANCA LTDA
Advogado	MARCIO HERLEY TRIGO DE LOUREIRO(OAB: null)

DECISÃO DE FL.232: " Vistos os autos, em inspeção.

Constata-se que os presentes autos foram arquivados provisoriamente em 05 de junho de 2003 e desde então o Exequente não apresentou qualquer manifestação deixando de indicar meios aptos para o prosseguimento do feito.

O princípio da segurança jurídica é elemento constitutivo do Estado de Direito e a eternização do processo judicial atenta contra a segurança jurídica e a tranquilidade social.

A Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal dispõe que a execução prescreve no mesmo prazo da ação e o entendimento da Súmula 114 do TST encontra-se superado, pelas legislações supervenientes.

O parágrafo 4º, do artigo 40, da Lei de Execuções Fiscais, com redação dada pela Lei 11.051/2004, aplicável, subsidiariamente, à execução trabalhista, autoriza a declaração, de ofício, da prescrição intercorrente na execução fiscal.

A Lei n.º 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, alterou o § 5.º do artigo 219 do CPC, que passou a ter a seguinte redação: "Art.219 - [] §5.º O juiz pronunciará, de ofício,a prescrição".

E por fim, o Ato nº 17 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (DEJT 04/047/2011), em seu artigo 2º, cita o reconhecimento da prescrição, como uma das hipóteses de

extinção do processo de execução.

Neste contexto, considerando o prazo quinquenal aplicável no Direito do Trabalho e o período de paralisação do presente processo, constata-se a ocorrência do fenômeno prescricional, razão pela qual julga-se extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos dos artigos 269, IV e 794, II, do CPC.

Intimem-se as partes, sendo os sócios JOSÉ FERREIRA PEDROSA FILHO e sua mulher MARIA APARECIDA PASSOS PEDROSA, no endereço de fl.81.

Considerando o lapso temporal que se efetuou a penhora de bens nos presentes autos (19/06/1995) e a falta de interesse do reclamante em adjudicar os bens. Desconstituo a penhora de fls.101. Oficie-se ao Cartório do 2.º Ofício de registro de Imóveis do DF, cientificando-lhe acerca da presente decisão.

Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.

Brasília, 2 de maio de 2012.ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-44200-94.1996.5.10.0013

Processo Nº RT-442/1996-013-10-00.9

Reclamante	ROSANGELA LEMOS DE SOUZA
Advogado	ALVARO CAETANO DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	COOPERFLOR COMERCIO DE FLORES LTDA

DECISÃO DE FL.134: "Vistos os autos, Constata-se que os presentes autos foram arquivados provisoriamente em 04 de junho de 2003 e desde então o Exequente não apresentou qualquer manifestação deixando de indicar meios aptos para o prosseguimento do feito.

O princípio da segurança jurídica é elemento constitutivo do Estado de Direito e a eternização do processo judicial atenta contra a segurança jurídica e a tranquilidade social.

A Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal dispõe que a execução prescreve no mesmo prazo da ação e o entendimento da Súmula 114 do TST encontra-se superado, pelas legislações supervenientes.

O parágrafo 4º, do artigo 40, da Lei de Execuções Fiscais, com redação dada pela Lei 11.051/2004, aplicável, subsidiariamente, à execução trabalhista, autoriza a declaração, de ofício, da prescrição intercorrente na execução fiscal.

A Lei n.º 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, alterou o § 5.º do artigo 219 do CPC, que passou a ter a seguinte redação: "Art.219 - [] §5.º O juiz pronunciará, de ofício,a prescrição".

E por fim, o Ato nº 17 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (DEJT 04/047/2011), em seu artigo 2º, cita o reconhecimento da prescrição, como uma das hipóteses de extinção do processo de execução.

Neste contexto, considerando o prazo quinquenal aplicável no Direito do Trabalho e o período de paralisação do presente processo, constata-se a ocorrência do fenômeno prescricional, razão pela qual julga-se extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos dos artigos 269, IV e 794, II, do CPC.

Intimem-se as partes, sendo o executado por EDITAL.

Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.

Brasília, 2 de maio de 2012.ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS Juiz(a) do Trabalho".

Despacho

Processo Nº RT-46500-43.2007.5.10.0013

Processo Nº RT-465/2007-013-10-00.7

Reclamante	Ramon Borges Braga de Santana
Advogado	JOSÉ MENDES DA SILVA NETO(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa Habitacional de Mão de Obra dos Trabalhadores e Servidores do Legislativo do Distrito Federal e Entorno - Cooserlegis
Advogado	GLEI ROBERTO VILELA(OAB: null)

DESPACHO: "Intime-se o exequente para, no prazo de 30 (trinta) dias, indicar novas diretrizes ao prosseguimento da execução, sob pena de retorno ao arquivo provisório." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-50700-25.2009.5.10.0013

Processo Nº RT-507/2009-013-10-00.1

Reclamante	Uellinton Ramos dos Santos
Advogado	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Wellington Alves Costa Me
Advogado	CLAUDIO FERNANDES DUARTE DA SILVA(OAB: null)

DESPACHO: "Intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, impugnar a conta de liquidação, na forma do art. 884 da CLT. Intime-se via DEJT." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-54700-68.2009.5.10.0013

Processo Nº RT-547/2009-013-10-00.3

Reclamante	Antonio de Sousa Santos
Advogado	ALDENEI DE SOUZA E SILVA(OAB: null)
Reclamado	Conservo Brasilia Servicos Tecnicos Ltda (na pessoa do sócio Victor João Cúgola)
Reclamado	Rh Empreendimentos Imobiliarios Ltda
Advogado	FLÁVIO LUIZ MEDEIROS SIMÕES(OAB: null)

DESPACHO: "Em execuções idênticas, cuja demandada é a mesma Conservo Brasília Serviços Técnicos Ltda - foram realizadas as providências relativas a pesquisa BACENJUD e RENAJUD em face da empresa e seus sócios, restando exauridos os atos executórios, sem que importasse em nenhum efeito prático, razão porque DEIXO de determinar o cumprimento das diligências reportadas à fl. 243, posto que inexoravelmente inócuas. Nesse passo, DETERMINO a instauração da execução em desfavor da executada subsidiária RH Empreendimentos Imobiliários Ltda a qual deverá ser citada, via DEJT, para pagamento do débito exequendo (R$15.271,79), no prazo de 48 horas, observadas as atualizações devidas, sob pena de penhora." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-54900-95.1997.5.10.0013

Processo Nº RT-549/1997-013-10-00.8

Reclamante	Jose Leonardo da Silva
Advogado	ROBSON FREITAS MELO(OAB: null)
Reclamado	Formaco Montagem de Forma e Armadura Ltda
Advogado	LUSIMAR VOLNEY POVOA(OAB: null)

DESPACHO: "Intime-se o exequente para, no prazo de 30 (trinta)

dias, indicar novas diretrizes ao prosseguimento da execução, sob pena de arquivo provisório." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-55300-12.1997.5.10.0013

Processo Nº RT-553/1997-013-10-00.6

Reclamante	CARLOS EMANUEL HURTADO GOMEZ
Advogado	ADELVAIR PÊGO CORDEIRO(OAB: null)
Reclamado	RESTAURANTE ESTACAO GRILL LTDA

DECISÃO

Vistos os autos.

Constata-se que os presentes autos foram arquivados provisoriamente em 17/07/2006 e, desde então, o Exequente não apresentou qualquer manifestação deixando de indicar meios aptos para o prosseguimento do feito.

O princípio da segurança jurídica é elemento constitutivo do Estado de Direito e a eternização do processo judicial atenta contra a segurança jurídica e a tranquilidade social.

A Súmula n. 150 do STF dispõe que a execução prescreve no mesmo prazo da ação e o entendimento da Súmula n. 114 do TST encontra-se superado pelas legislações supervenientes.

O parágrafo 4º, do artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais, com redação dada pela Lei n. 11.051/2004, aplicável, subsidiariamente, à execução trabalhista, autoriza a declaração, de ofício, da prescrição intercorrente na execução fiscal.

A Lei n. 11.280/2006 alterou o § 5º do artigo 219 do CPC, que passou a ter a seguinte redação: "Art. 219 - (...) § 5º - O juiz pronunciará, de ofício, a prescrição".

E, por fim, o Ato n. 17 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (DEJT 04/07/2011), em seu artigo 2º, cita o reconhecimento da prescrição, como uma das hipóteses de extinção do processo de execução.

Neste contexto, considerando o prazo quinquenal aplicável no Direito do Trabalho e o período de paralisação do presente processo, constata-se a ocorrência do fenômeno prescricional, razão pela qual julga-se extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos dos artigos 269, IV e 794, II, do CPC.

Intimem-se as partes.

Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.

Brasília/DF, Abril 18, 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-55800-97.2005.5.10.0013

Processo Nº RT-558/2005-013-10-00.0

Reclamante	Gustavo Guilherme Leon Chauvet
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Sociedade de Educação e Cultura Caiçaras
Reclamado	Milton Silverio da Silva
Advogado	RAIMUNDO EUSTAQUIO MARTINS SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Agropecuaria Palmeiras Ltda Me
Reclamado	Associacao Recreativa Caicaras Ltda
Reclamado	Ki Balas e Bombons Ltda
Reclamado	Centro Educacional Caicaras Ltda-Grupo Econômico

DESPACHO: "Intime-se o exequente para, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestar-se sobre o teor da certidão de fl. 396, devendo, no mesmo prazo, indicar novas diretrizes ao prosseguimento da execução, sob pena de arquivo provisório." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-56800-84.1995.5.10.0013

Processo Nº RT-568/1995-013-10-00.2

Reclamante	ESTELITA ALMEIDA DA ROCHA
Advogado	MARCO ANTÔNIO BILIBIO CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	NEUMA M MENEZES DE SOUSA

DESPACHO: "Por presentes os pressupostos processuais gerais ensejadores de admissibilidade, RECEBO o Agravo de Petição ora interposto pela exequente (peça registrada sob nº 5.700.068). Assim, intime-se a executada, por edital, para, querendo, no prazo de 08 (oito) dias, manifestar-se sobre o apelo. No mesmo ato, a executada também deverá ser intimada quanto aos termos da sentença de fls. 88. Vindo as contrarrazões ou mesmo decorrido o prazo para tal, subam os autos ao Egrégio 10º Regional, para apreciação do respectivo A.P., observadas as cautelas devidas." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-58100-90.2009.5.10.0013

Processo Nº RT-581/2009-013-10-00.8

Reclamante	Carlos José de Alencar
Advogado	NORMANDO AUGUSTO CAVALCANTI JÚNIOR(OAB: null)
Reclamado	Fundação de Estudos e Pesquisas em Adm. e Desenv. - FEPAD (n/p do administrador, Sr. Jeremias P. da Silva)
Reclamado	Fundação Universidade de Brasília - FUB

DESPACHO: "Dê-se vista dos autos ao exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o teor da certidão de fl. 916, devendo, no mesmo prazo, indicar o atual administrador da primeira executada FEPAD para formalização da citação da respectiva ré. Intime-se via DEJT. " Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-58700-63.1999.5.10.0013

Processo Nº RT-587/1999-013-10-00.2

Reclamante	ZILDENI DE BRITO SOARES
Advogado	IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI(OAB: null)
Reclamado	Matyis e Pavin Ltda Me
Reclamado	Roberto Matyis
Reclamado	Odete Bento Matyis
Reclamado	Marcia Cristina Bento Matyis Bacega

DESPACHO: "Considerando a impossibilidade de mandado de protesto expedido às fls. 169/170, porquanto não indicado o CPF da autora, DETERMINO a intimação da reclamante, por sua patrona para, no prazo de 10 (dez) dias, informar o número do respectivo registro (CPF/MF). O silêncio será considerado como desistência quanto respectiva medida. Intime-se via DEJT." Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-59600-31.2008.5.10.0013

Processo Nº RT-596/2008-013-10-00.5

Reclamante	Eline Maria Dayrell Bretas
Advogado	RICARDO LUIZ RODRIGUES DA FONSECA PASSOS(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	BRUNO NASCIMENTO COELHO(OAB: null)

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Nos autos do processo em epígrafe, foi instaurada a execução provisória do julgado, tendo em vista a pendência do julgamento de agravo de instrumento interposto pelo banco reclamado.

Homologados os valores atualizados dos cálculos de liquidação (fls. 2.042), foi determinada a penhora on-line, via BACENJUD, da quantia total devida, bem como a transferência para conta judicial.

Porém, até o momento, não há comprovação nos autos da transferência determinada.

O reclamado apresentou embargos à execução, por meio do petitório de fls. 2.053/2.054.

Em razão da impugnação aos valores apurados pelo perito, este Juízo determinou ao reclamado que apresentasse a conta que entendesse devida (fls. 2.068).

Melhor analisados os autos, constata-se que o reclamado já apresentou cálculos a fls. 1.158/1.172, impugnando aqueles apresentados pelo autor a fls. 1.139/1.150.

Conforme mencionado pela Contadoria a fls. 2.067, os embargos à execução de fls. 2.053/2.054 possuem as mesmas alegações da impugnação de fls. 1.158/1.162, sendo que houve decisão a fls. 2.001/2.002 sobre o tema, complementada a fls. 2.006, da qual houve a interposição de agravo de petição, que não foi conhecido em razão da falta de garantia do Juízo.

Todavia, tal decisão não é revestida de caráter definitivo, haja vista que não havia, naquele momento, a garantia do Juízo e, por conseguinte, o início dos prazos previstos no artigo 884 da CLT.

Pelo exposto, indefiro o requerimento de sobrestamento da execução, haja vista o disposto no artigo 899 da CLT.

Intime-se o reclamado, por seus procuradores, mediante disponibilização no DJTE, para comprovar nos autos a transferência da quantia penhora via BACENJUD, a fls. 2.044/2.045, prazo de cinco dias, sob pena de incidência de multa diária pelo descumprimento de ordem judicial.

Havendo a garantia do Juízo, conclusos os autos para análise do embargos à execução.

Publique-se.

Brasília/DF, Abril 26, 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-60100-83.1997.5.10.0013

Processo Nº RT-601/1997-013-10-00.6

Reclamante	BENISIA DIAS SOARES
Advogado	SAULO DE OMENA MICHILES(OAB: null)
Reclamado	Sinal Verde Agropecuaria Ltda

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Melhor analisados os autos, infere-se do documento de fls. 183 que os sócios da empresa SINAL VERDE AGROPECUÁRIA LTDA, com sede em Parnaguá/PI são os mesmos da executada, conforme se verifica a fls. 60, razão pela qual vislumbra-se a existência de grupo econômico, o que faz incidir o disposto no artigo 2º, § 2º, da CLT.

Portanto, instauro a execução contra SINAL VERDE AGROPECUÁRIA LTDA, CNPJ 00.860.063/0001-18, sediada na Fazenda Sítio, Zona Rural, CEP 64.970-000, PARNAGUÁ/PI.

Determino a expedição de carta precatória executória, solicitando-se ao Juízo Deprecado que, havendo o decurso do prazo in albis para pagamento do débito, seja efetuada a penhora e a avaliação do imóvel correspondente à Fazenda Sítio, Zona Rural, CEP 64.970 -000, PARNAGUÁ/PI, bem como a averbação do ato constritivo no Cartório de Registro de Imóveis competente.

Publique-se.

Brasília/DF, Abril 26, 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-61000-51.2006.5.10.0013

Processo Nº RT-610/2006-013-10-00.9

Reclamante	Avânio Barbosa Gomes
Advogado	RAQUEL CRISTINA RIEGER(OAB: null)
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos ECT
Advogado	NILTON DA SILVA CORREIA(OAB: null)

Intime-se a executada para se manifestar sobre a impugnação oferecida aos cálculos pelo exequente, no prazo de cinco dias. Decorrido o prazo, à contadoria judicial para manifestação. Juiz do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Despacho

Processo Nº RT-61000-80.2008.5.10.0013

Processo Nº RT-610/2008-013-10-00.0

Reclamante	Soraya Aparecida Ferreira
Advogado	JULIANA GIRALDES DELAIX(OAB: null)
Reclamado	Sociedade Pestalozzi de Brasília
Advogado	DINALVA ALMEIDA COSTA DE JESUS(OAB: null)

DESPACHO DE FL.321: "Vistos, etc...

O documento de fl.302 evidencia que a advogada Dra.Juliana Giraldes Delaix, procedeu ao soerguimento dos valores indevidamente transferidos, ante a ocorrência de duplicidade.

O fato de ser decorrente de equívoco cometido pelo Banco do Brasil não torna legítimo o soerguimento realizado e sua restituição se impõe.

Intime-se a advogada Dra. JULIANA GIRALDES DELAIX e a reclamante, para restituição no prazo de 5 dias.No silêncio, execute-se.Data supra.RUBENS DE AZEVEDO MARQUES CORBO Juiz do Trabalho Substituto".

Despacho

Processo Nº RT-63000-53.2008.5.10.0013

Processo Nº RT-630/2008-013-10-00.1

Reclamante	Eloiza Maria Pereira

Advogado	HOROZIMBO ALVES FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	M. I. - Montreal Informática Ltda.
Advogado	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: null)

DECISÃO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Nos autos do processo em epígrafe, foi proposta ação de indenização por acidente de trabalho, que consistiu em doença ocupacional e perda da capacidade laborativa da reclamante.

Este Juízo, por intermédio da sentença de fls. 402/421, complementada a fls. 434/436, julgou procedente em parte a ação, condenando a reclamada ao pagamento de pensão mensal no importe de R$650,55, até seu restabelecimento, sendo devida desde a data da dispensa, ocorrida em 08/11/2007; ao pagamento de danos morais no importe de R$ 20.000,00; e ao pagamento de honorários periciais, no importe de R$ 3.500,00.

A reclamada interpôs recurso ordinário, o qual foi improvido, e embargos declaratórios, sendo que no acórdão de fls. 574/576, ficou determinado que a obreira deve se submeter a controle bimestral, de modo a avaliar a progressão de seu tratamento.

Efetuada nova perícia, o laudo de fls. 605/614 conclui pela permanência da incapacidade laborativa.

Tendo em vista que a última consulta da reclamante ocorreu em 25/10/2011 (fls. 608) e, visando dar cumprimento ao que restou decidido a fls. 574/576, deverá a reclamante, doravante, se submeter a consulta bimestral, de forma permanente, enquanto durar sua incapacidade laborativa.

Para viabilizar a efetivação deste controle, determino ao Sr. perito MÁRCIO MOREIRA SALES que submeta a obreira à nova perícia, apresentando o respectivo laudo, e, no mesmo ato, a cientifique de que deverá retornar ao seu consultório bimestralmente, ou seja, de dois em dois meses, juntando-se aos autos os respectivos laudos, enquanto perdurar a incapacidade laborativa.

Os honorários periciais serão sempre suportados pela Reclamada, haja vista que deu causa à incapacidade laborativa da obreira.

Fica advertida a reclamante que o não comparecimento a qualquer das consultas a serem marcadas pelo perito implicará a presunção de restabelecimento da capacidade laborativa e o cancelamento do pagamento da pensão.

Determina-se ainda à reclamante, no prazo de cinco dias, que indique n. de conta bancária onde deverão ser feitos os depósitos mensais pela reclamada, a qual deverá comprovar a constituição de fundo de capital e a implementação dos pagamentos a partir de maio de 2012, no prazo de 30 dias, sob pena de fixação de multa diária e configuração do crime de desobediência, com a adoção das medidas cabíveis à espécie.

Quanto às parcelas vincendas até abril de 2012 e às demais verbas deferidas em sentença, determina-se a remessa dos autos à Contadoria para liquidação, com planilha de cálculos atualizada.

Intime-se o perito MÁRCIO MOREIRA SALES do inteiro teor desta decisão, via postal, o qual deverá iniciar, o quanto antes, o cronograma de perícias bimestrais na reclamante, nos termos desta decisão, e contactá-la, observando-se os dados fornecidos a fls. 606.

Intimem-se as partes por seus procuradores, disponibilizando-se esta decisão no DJTE.

Remetam-se os autos à Contadoria para liquidação das parcelas vencidas até abril de 2012 e demais verbas deferidas em sentença.

Fixam-se os honorários periciais da última consulta em R$ 2.500,00, totalizando-se a quantia devida em R$ 6.000,00, a qual deve ser incluída na conta e arcada pela reclamada.

Brasília/DF, Abril 26, 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-65100-78.2008.5.10.0013

Processo Nº RT-651/2008-013-10-00.7

Reclamante	Dalva Maria Ramos de Castro
Advogado	ELIAS VIEIRA ALMADO(OAB: null)
Reclamado	Marco Allan Carniello Fonseca
Advogado	LUIZ ANTONIO MARTINS BAHIA(OAB: null)

DECISÃO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

A medida solicitada pelo reclamado já foi providenciada, conforme se verifica a fls. 94, razão pela qual não há nada a deferir.

Expeça-se alvará para movimentação do saldo existente na conta judicial n. 100.133.854.004, agência n. 4200-5 do Banco do Brasil, procedendo-se ao recolhimento das contribuições previdenciárias e custas processuais discriminadas a fls. 50 e à liberação do saldo remanescente ao exequente, zerando-se a conta.

Julgo extinta a execução, nos termos do artigo 794, I, do CPC.

A União está dispensada de atuar no feito, em conformidade com a Portaria MF n. 00176/2010.

Intime-se o exequente para receber o alvará no prazo de cinco dias.

Após o recebimento do crédito e a comprovação dos recolhimentos, arquivem-se os autos definitivamente.

Exclua-se o nome do executado do BNDT.

Intime-se o reclamado diretamente, via postal, remetendo-lhe cópia do expediente de fls. 94.

Publique-se.

Data supra.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-66300-67.2001.5.10.0013

Processo Nº RT-663/2001-013-10-00.5

Reclamante	MARIA DAS DORES DE JESUS
Advogado	ÁUREA FELICIANA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	ASSOCIACAO DE CARROCEIROS DO PARANOA ASCARP

DECISÃO DE FL.173: "Vistos os autos, Constata-se que os presentes autos foram arquivados provisoriamente em 16 de agosto de 2004 e desde então o Exequente não apresentou qualquer manifestação deixando de indicar meios aptos para o prosseguimento do feito.

O princípio da segurança jurídica é elemento constitutivo do Estado de Direito e a eternização do processo judicial atenta contra a segurança jurídica e a tranquilidade social.

A Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal dispõe que a execução prescreve no mesmo prazo da ação e o entendimento da Súmula 114 do TST encontra-se superado, pelas legislações supervenientes.

O parágrafo 4º, do artigo 40, da Lei de Execuções Fiscais, com redação dada pela Lei 11.051/2004, aplicável, subsidiariamente, à execução trabalhista, autoriza a declaração, de ofício, da prescrição intercorrente na execução fiscal.

A Lei n.º 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, alterou o § 5.º do artigo 219 do CPC, que passou a ter a seguinte redação: "Art.219 - [] §5.º O juiz pronunciará, de ofício,a prescrição".

E por fim, o Ato nº 17 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (DEJT 04/047/2011), em seu artigo 2º, cita o reconhecimento da prescrição, como uma das hipóteses de extinção do processo de execução.

Neste contexto, considerando o prazo quinquenal aplicável no Direito do Trabalho e o período de paralisação do presente processo, constata-se a ocorrência do fenômeno prescricional, razão pela qual julga-se extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos dos artigos 269, IV e 794, II, do CPC.

Intimem-se as partes.

Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.

Brasília, 2 de maio de 2012.ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS Juiz(a) do Trabalho".

Despacho

Processo Nº RT-78600-32.1999.5.10.0013

Processo Nº RT-786/1999-013-10-00.0

Reclamante	PEDRO WILSON CARRANO ALBUQUERQUE
Advogado	ADILSON MAGALHÃES DE BRITO(OAB: null)
Reclamado	BANCO DO BRASIL S/A
Advogado	CELISMAR COELHO DE FIGUEIREDO(OAB: null)

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

No presente feito, foi instaurada execução provisória, a qual foi garantida por meio de depósito judicial pelo reclamado, tendo havido a oposição de embargos à execução.

Todavia, os autos ficaram no arquivo provisório desde 2008, sendo que não houve o julgamento dos embargos opostos.

Apesar de tal situação, houve o trânsito em julgado das decisões relativas à fase de conhecimento, sendo que os cálculos constantes na carta de sentença não observaram os parâmetros definidos no acórdão de fls. 411/415, o qual foi prolatado em data posterior aos cálculos provisórios.

Nesses termos, restam prejudicado os embargos opostos pelo executado.

Intime-se o executado para que formule novos cálculos, observando-se os comandos da coisa julgada, inclusive o acórdão de fls. 411/415, devendo apresentar planilhas com valores atualizados, prazo de 30 dias, advertindo-o que, no seu silêncio, os cálculos serão elaborados pelo reclamante.

Oficie-se à agência n. 3920 da CEF para que transfira o valor total atualizado dos depósitos recursais de fls. 283 e 350 para a conta judicial n. 4.500.240.218.690, agência n. 4200-5, do Banco do Brasil, prazo de cinco dias.

Publique-se.

Data supra.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-86200-31.2004.5.10.0013

Processo Nº RT-862/2004-013-10-00.6

Reclamante	SABRINA ALCIONE ANDRE COSTA
Advogado	MARIO MARTO(OAB: null)
Reclamado	PONTO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA(SECURE HOUSE)
Advogado	HELEN APARECIDA PORTO NASCENTE(OAB: null)

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Junte-se os autos da CP n. 01624-2008-001-02-00-5, que se encontra na contracapa.

Nos autos do processo em epígrafe, após ser instaurada a execução, constatou-se que a sociedade empresária encerrou suas atividades (fls. 84) e que inexistem créditos em suas contas bancárias, razão pela qual foi determinada a desconsideração de sua personalidade jurídica e redirecionada a execução contra o patrimônio dos sócios.

Após diversas diligências para a localização de bens dos executados, especificamente veículos, não houve êxito.

Houve tentativa de penhora on-line, com êxito parcial, porém foi determinada a liberação do crédito sob a alegação de que se tratava de salário.

Vem o reclamante, neste momento, por petição, requerer nova penhora on-line de créditos dos executados, ao fundamento de que não houve a comprovação do recebimento de salários pela sócia executada na conta por ela indicada, e, sucessivamente, a pesquisa pelo RENAJUD.

Há depósito nos autos a fls. 155.

Analisando-se o extrato juntado a fls. 257, não há qualquer comprovação cabal pela executada de que recebe salários pela conta indicada.

Inclusive, consta no extrato crédito em conta, de origem diversa de salário.

Pelo exposto, não se mostrou adequada a liberação do crédito, determinada a fls. 259, motivo porque determino a conclusão dos autos para nova tentativa de penhora on-line, sendo que, em caso de futura alegação de penhora de salário, deve ser feita prova cabal do fato.

Publique-se.

Brasília/DF,26 de abril de 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS

Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-90500-65.2006.5.10.0013

Processo Nº RT-905/2006-013-10-00.5

Reclamante	Eduardo Engel
Advogado	MOACIR AKIRA YAMAKAWA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	EULER RODRIGUES DE SOUZA(OAB: null)

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Por ora, intime-se a perita, via postal, para manifestação acerca do item 1.1.1 da petição de fls. 1.217, formulada pela reclamada, prazo de 15 dias.

Após, conclusos.

Publique-se.

Data supra.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-95300-05.2007.5.10.0013

Processo Nº RT-953/2007-013-10-00.4

Reclamante	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários do Distrito Federal - SINDMETRÔ/DF
Advogado	REGIS CAJATY BARBOSA BRAGA(OAB: null)
Reclamado	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRO/DF
Advogado	ANDRÉ LUIZ VIEIRA DE MELO(OAB: null)

DECISÃO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Nos autos do processo em epígrafe, foi instaurada a execução provisória do julgado.

Os autos foram enviados à Contadoria, e esta manifestou sua impossibilidade de formular os cálculos, nos termos da promoção de fls. 348.

A partir daí, as partes travaram longa discussão, mas sem apresentar os cálculos.

Por este fato, o Juízo, por meio do despacho de fls. 386, homologou a conta apresentada pela parte autora a fls. 194/221 e determinou a remessa dos autos à Contadoria para consolidação, apurando-se a quantia discriminada na planilha de fls. 388.

Devidamente citado para o pagamento do débito, o reclamado opôs agravo de petição em face do despacho de fls. 386, o qual foi convertido em embargos declaratórios, consubstanciado no princípio da fungibilidade, conforme decidido a fls. 416.

Intimado a se manifestar sobre os embargos declaratórios, o autor apresentou contraminuta a fls. 419/424.

É o atual contexto dos autos.

Com relação ao recurso de fls. 395/414, recebido como embargos declaratórios, estes são REJEITADOS LIMINARMENTE, haja vista que não há qualquer vício consistente em omissão, obscuridade ou contradição no despacho formulado a fls. 386, porquanto estão devidamente fundamentados os motivos que levaram o Juízo a adotar o procedimento mencionado (falta de apresentação de planilha de cálculos pelo reclamado e observância ao disposto no artigo 884 da CLT).

Por outro lado, considerando a complexidade dos cálculos a serem formulados e a constatação de que a planilha apresentada pelo sindicato autor não observou estritamente os comandos da coisa julgada, ressaltados por meio dos parâmetros definidos no despacho de fls. 347/347-v, determino nova intimação do reclamado para que apresente a conta que entende devida no prazo de 30 dias.

Deverá o reclamado observar, além da res judicata, o despacho de fls. 347/347-v.

No caso de nova inércia do reclamado, será designada perícia contábil, cujos honorários correrão às suas expensas.

Reitera-se às partes que este Juízo adota o procedimento previsto no artigo 884 da CLT, razão pela qual eventuais embargos à execução ou impugnação aos cálculos somente serão aceitas após a citação para pagamento e prévia garantia do débito pelo executado.

Intimem-se as partes por seus procuradores, mediante disponibilização desta decisão no DJTE.

Brasília/DF, Abril 25, 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-100500-27.2006.5.10.0013

Processo Nº RT-1005/2006-013-10-00.5

Reclamante	Alberto Silva Júnior
Advogado	MARCEL BATISTA YOKOMIZO(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal
Advogado	MARCIA ALVES DE OLIVEIRA(OAB: null)

DESPACHO DE FL.1215: "Vistos, etc...

Antes, intime-se a reclamada para vista das impugnações ao cálculo opostas pelo reclamante, querendo. Prazo de cinco dias.INTIME-SE AS PARTES POR SEUS PROCURADORES.Data supra.RUBENS DE AZEVEDO MARQUES CORBO.Juiz do Trabalho Substituto".

Despacho

Processo Nº RT-101000-45.1996.5.10.0013

Processo Nº RT-1010/1996-013-10-00.5

Reclamante	JOAQUIM VICENTE BATISTA
Advogado	JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Seg-Servicos Espec de Seguranca e Transp de Valores S/A
Advogado	FRANCISCO RICARDO SOARES SETTE(OAB: null)
Reclamado	Marcelo Baptista de Oliveira
Advogado	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: null)

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Nos autos do processo em epígrafe, foi proposta reclamação

trabalhista por JOAQUIM VICENTE BATISTA em face de SEG SERVIÇOS ESPECIAIS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES S/A, PROTEGE PROTEÇÃO DE TRANSPORTES DE VALORES LTDA, AGROSEG AGROPECUS IMOBILIÁRIA LTDA E BANCO VEGA S/A.

Na sentença, houve a procedência em parte dos pedidos relacionados com a SEG SERVIÇOS ESPECIAIS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES S/A, e a extinção do processo sem exame do mérito quanto às demais reclamadas.

Após o trânsito em julgado e o cumprimento das obrigações de fazer, foi instaurada a execução do julgado, não tendo havido êxito na localização de bens desembaraçados da reclamada, além da existência de informação de decretação de sua falência e da inexistência de créditos da massa para pagamento dos débitos.

Foi desconsiderada a personalidade jurídica e instaurada a execução contra o sócio, não tendo havido a penhora de bens deste.

Requer o reclamante a execução contra sociedade empresária que alega ser sucessora da reclamada.

Porém, não há nos autos comprovação de que a sociedade empresária PROFORTE S/A - TRANSPORTE DE VALORES S/A seja sucessora da executada.

Nesse ínterim, determino a intimação do reclamante para que comprove, por meio de documentos, a sucessão de empresas por ele alegada, prazo de 30 dias.

Após, conclusos.

Brasília/DF, Abril 25, 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-102000-60.2008.5.10.0013

Processo Nº RT-1020/2008-013-10-00.5

Reclamante	Salvio Albuquerque de Oliveira
Advogado	MOACIR AKIRA YAMAKAWA(OAB: null)
Reclamado	GV Formulários Ltda.
Reclamado	Gráfica Valci Editora Ltda.
Advogado	LUCAS MENDES DA COSTA(OAB: null)
Reclamado	JR. Gráfica e Editora Ltda.

decisão de embargos á execução de fls.314/315: "CONCLUSÃO

Por todo o exposto, CONHEÇO dos embargos à execução opostos por GRÁFICA VALCI E EDITORA LTDA, para, no mérito, julga-los IMPROCEDENTES.

Custas processuais pela embargante, no importe de R$ 44,26, nos termos do artigo 789-A, V, da CLT. Intime-se as partes e a União. Brasília/DF, Abril 27, 2012.RUBENS DE AZEVEDO MARQUES CORBO Juíza do Trabalho Substituto ".

Despacho

Processo Nº RT-103000-03.2005.5.10.0013

Processo Nº RT-1030/2005-013-10-00.8

Reclamante	Allyson de Oliveira Noronha
Advogado	EULER RODRIGUES DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal
Advogado	LEONARDO DA SILVA PATZLAFF(OAB: null)

DECISÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO DE FLS.630/634: "CONCLUSÃO

Por todo o exposto, CONHEÇO dos embargos à execução opostos pelo CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para, no mérito, julga-los PROCEDENTE EM PARTE, determinando-se a retificação da conta, nos termos da fundamentação supra.

Custas processuais pela embargante, no importe de R$ 44,26, nos termos do artigo 789-A, V, da CLT. intime-se o perito para refazimento da conta. Intime-se as partes. Brasília/DF, Abril 27, 2012.RUBENS DE AZEVEDO MARQUES CORBO Juíza do Trabalho Substituto ".

Despacho

Processo Nº RT-106200-13.2008.5.10.0013

Processo Nº RT-1062/2008-013-10-00.6

Autor	Sind. Interestadual dos Trabalhadores Metalúrgicos do Distrito Federal, Goiás e Tocantins
Advogado	LEANDRO OLIVEIRA ALVES(OAB: null)
Réu	Paulo Alves de Almeida Cia Ltda
Réu	Genir Pereira de Almediad

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Intime-se a parte autora a comprovar nos autos o cumprimento das disposições do artigo 806 do CPC, prazo de cinco dias, sob pena de incidência do artigo 808, I, do mesmo diploma.

Publique-se.

Brasília/DF, Abril 27, 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-110400-10.2001.5.10.0013

Processo Nº RT-1104/2001-013-10-00.2

Reclamante	MARIA DE LOURDES FERREIRA CANDIDO
Advogado	ÁUREA FELICIANA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	ASSOCIACAO DE CARROCEIROS DO PARANOA - ASCARP
Advogado	FABIO BINICHESKI(OAB: null)
Reclamado	BELACAP SERVICO DE AJARDINAMENTO E LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL
Advogado	GESILDA DE MORAES DE LACERDA RAMALHO(OAB: null)

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Tendo em vista que já houve o decurso do prazo legal para oposição de embargos à execução ou impugnação aos cálculos, vislumbra-se a preclusão da matéria arguida pelo SLU.

Indefere-se o requerimento.

Intime-se o SLU, via DJTE.

Após, devolvam-se os autos ao Núcleo de Precatórios.

Data supra.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-120400-88.2009.5.10.0013

Processo Nº RT-1204/2009-013-10-00.6

Reclamante	Silvana Rodrigues
Advogado	JORIVALMA MUNIZ DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Federal Servicos Gerais Ltda
Advogado	NERYLTON THIAGO LOPES PEREIRA(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	ISRAEL PINHEIRO TORRES JÚNIOR(OAB: null)
Reclamado	Marilea Assunção de Souza
Reclamado	Valdeci Osvaldo da Silva
Reclamado	Maria Aparecida Moreschi
Reclamado	Adonias Moreira da Silva Junior
Advogado	ELIEL SOARES GONÇALVES SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Augusto Moreschi Neto

DECISÃO EM IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS DE FLS.276/277: "CONCLUSÃO

Por todo o exposto, CONHEÇO da impugnação ao Cálculo oposta por SILVANA RODRIGUES, para, no mérito, julgá-la PROCEDENTE, nos termos da fundamentação supra, fixando o montante da execução na forma da conta refeita às fls.198 e seguintes.

Intime-se as partes.

Brasília/DF, Abril 27, 2012.

RUBENS DE AZEVEDO MARQUES CORBO Juíza do Trabalho Substituto ".

Despacho

Processo Nº RT-126000-32.2005.5.10.0013

Processo Nº RT-1260/2005-013-10-00.7

Autor	Carlos Wellington Gomes
Advogado	NADJA FERREIRA GUEDES(OAB: null)
Réu	VIPLAN Viação Planalto Ltda
Advogado	GALBA MAGALHAES VELOSO(OAB: null)
Réu	Cerealista Vale do Araguaia Ltda - grupo econômico
Réu	Polifabrica Formularios e Uniformes Ltda - grupo economico
Réu	Wagner Canhedo Azevedo - sócio
Réu	Wagner Canhedo Azevedo Filho
Réu	Izaura Valerio Azevedo - sócia
Réu	Cesar Antonio Canhedo Azevedo - sócio

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Tendo em vista que a executada encontra-se em recuperação judicial, o que implica a suspensão dos atos executórios neste Juízo, determino o sobrestamento do feito pelo prazo de 01 ano, aguardando informações quanto ao andamento do processo em trâmite no Juízo Falimentar.

Publique-se.

Data supra.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-132900-17.1994.5.10.0013

Processo Nº RT-1329/1994-013-10-00.9

Reclamante	LICIA DE ARAUJO BORGES
Advogado	RAIMUNDO SOARES MOTA(OAB: null)
Reclamado	COMERCIAL DE ALIMENTOS LUAN LTDA
Advogado	PEDRO SILVA OLIVEIRA(OAB: null)

DECISÃO

Vistos os autos.

Constata-se que os presentes autos foram arquivados provisoriamente em 07/07/1997 e, desde então, o Exequente não apresentou qualquer manifestação deixando de indicar meios aptos para o prosseguimento do feito.

O princípio da segurança jurídica é elemento constitutivo do Estado de Direito e a eternização do processo judicial atenta contra a segurança jurídica e a tranquilidade social.

A Súmula n. 150 do STF dispõe que a execução prescreve no mesmo prazo da ação e o entendimento da Súmula n. 114 do TST encontra-se superado pelas legislações supervenientes.

O parágrafo 4º, do artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais, com redação dada pela Lei n. 11.051/2004, aplicável, subsidiariamente, à execução trabalhista, autoriza a declaração, de ofício, da prescrição intercorrente na execução fiscal.

A Lei n. 11.280/2006 alterou o § 5º do artigo 219 do CPC, que passou a ter a seguinte redação: "Art. 219 - (...) § 5º - O juiz pronunciará, de ofício, a prescrição".

E, por fim, o Ato n. 17 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (DEJT 04/07/2011), em seu artigo 2º, cita o reconhecimento da prescrição, como uma das hipóteses de extinção do processo de execução.

Neste contexto, considerando o prazo quinquenal aplicável no Direito do Trabalho e o período de paralisação do presente processo, constata-se a ocorrência do fenômeno prescricional, razão pela qual julga-se extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos dos artigos 269, IV e 794, II, do CPC.

Intimem-se as partes.

Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.

Brasília/DF, Abril 19, 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-158200-53.2009.5.10.0013

Processo Nº RT-1582/2009-013-10-00.0

Reclamante	Joelma Pereira e Silva
Advogado	JORIVALMA MUNIZ DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Federal Seviços Gerais Ltda.
Advogado	LEANDRO COELHO CONCEICAO(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	ISRAEL PINHEIRO TORRES(OAB: null)

Reclamado	Marilea Assuncao de Souza
Reclamado	Valdeci Osvaldo da Silva

DECISÃO DE FLS.206/207: "CONCLUSÃO

Por todo o exposto, CONHEÇO da impugnação ao Cálculo oposta por JOELMA PEREIRA E SILVA, para, no mérito, julga-las PROCEDENTE, nos termos da fundamentação supra, fixando o montante da execução na forma da conta refeita às fls.198 e seguintes. Intime-se as partes.Brasília/DF, Abril 27, 2012.RUBENS DE AZEVEDO MARQUES CORBO Juíza do Trabalho Substituto ".

Despacho

Processo Nº RT-183100-03.2009.5.10.0013

Processo Nº RT-1831/2009-013-10-00.7

Reclamante	Pablo Rummenigge Ludugerio Viana
Advogado	JOAO CARLOS DE SOUSA DAS MERCES(OAB: null)
Reclamado	Capital Empresa de Servicos Gerais Limitada
Advogado	FABIANO FELICIANO JERONIMO(OAB: null)
Reclamado	União - Ministério do Meio Ambiente
Reclamado	Leandro Soares Lemos de Sousa
Reclamado	Larissa Soares Lemos de Sousa
Reclamado	Wilson Lemos de Sousa

DESPACHO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

No presente feito, instaurada a execução, constatou-se o encerramento das atividades da 1ª reclamada, razão pela qual foi determinada a desconsideração da personalidade jurídica e o redirecionamento da execução contra os sócios.

Efetuadas pesquisas no BACENJUD e no RENAJUD, não houve êxito na localização de bens dos executados.

Instado a impulsionar a execução, o reclamante apresenta documentos que comprovam ter havido inventário extrajudicial dos bens deixados pelo de cujus WILSON LEMOS DE SOUSA, que era um dos sócios da 1ª reclamada e figurava como executado, efetivação da partilha entre os herdeiros e posterior venda a terceiros.

Requer a declaração de fraude à execução e ineficácia dos negócios jurídicos firmados pelos executados com terceiros, e a penhora dos imóveis.

Em que pesem as alegações obreiras, conclui-se não estar caracterizada a fraude à execução, haja vista que o inventário, partilha e venda dos bens foram realizados em período anterior à instauração da execução neste feito e à inclusão dos sócios executados no polo passivo desta demanda.

Deveria o reclamante, em momento próprio, vislumbrando a possibilidade de fraude contra credores, propor o respectivo inventário ou protesto contra alienação dos imóveis, de modo a resguardar seus direitos, ou ainda, até mesmo a respectiva ação pauliana.

Pelo exposto, indefere-se o requerimento.

Considerando a inexistência de bens da 1ª reclamada e de seus sócios e a condenação subsidiária da União, instauro a execução contra o ente público.

Cite-se a União, nos termos do artigo 730 do CPC, via PRU, com remessa dos autos.

Publique-se.

Brasília/DF, Abril 27, 2012.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-188700-30.1994.5.10.0013

Processo Nº RT-1887/1994-013-10-00.4

Reclamante	DOMINGOS ALVES MENDES
Advogado	EDUARDO ANTONIO LEAL(OAB: null)
Reclamado	MONTCALM MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A
Advogado	NILSON PINTO DUARTE(OAB: null)

DECISÃO

Vistos os autos em inspeção ordinária.

Conforme mencionado no despacho anterior, o perito já recebeu seu crédito, conforme declarado por ele a fls. 141-v.

Apesar disso, a fls. 151, manifestou-se dizendo que ainda não havia recebido os seus honorários.

Devidamente intimado a prestar esclarecimentos, quedou-se inerte, razão pela qual declara-se a quitação dos honorários periciais e extinção da execução, nos termos do artigo 794, I, do CPC.

Intime-se o perito desta decisão, via postal.

Publique-se.

Data supra.

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-190300-61.2009.5.10.0013

Processo Nº RT-1903/2009-013-10-00.6

Reclamante	Mario Bastos de Sena
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Caesb - Companhia de Saneamento do Distrito Federal
Advogado	ANA CECÍLIA DE FREITAS SANTOS(OAB: null)

DECISÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO DE FLS.395/396: "CONCLUSÃO

Por todo o exposto, CONHEÇO da Impugnação aos Cálculos opostas por MARIO BASTOS DE SENA, para, no mérito, julga-la PROCEDENTE, fixando-se a conta na forma da retificação de fls. 383 e seguintes.

Intime-se as partes.

Brasília/DF, Abril 27, 2012.

RUBENS DE AZEVEDO MARQUES CORBO
Juíza do Trabalho Substituto ".

Despacho

Processo Nº RT-207300-74.2009.5.10.0013

Processo Nº RT-2073/2009-013-10-00.4

Reclamante	Ricardo Amorim Mendes

Advogado	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Fiança Serviços Gerais Ltda.
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Fiança Empresa de Segurança Ltda.
Advogado	MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA(OAB: null)

Despacho de fl. 299. (...) Intime-se o exequente para se manifestar sobre a conta de liquidação, no prazo de 5 dias.

Edital

Edital

Processo Nº RT-180-56.2012.5.10.0013

Reclamante	Enesio Oliveira
Advogado	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: null)
Reclamado	União Hipê Construtora Ltda
Reclamado	Brookfield Mb Engenharia, Empreendimentos Imobiliários S/A
Advogado	ANDRÉ TOLEDO DE ALMEIDA(OAB: null)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO AUDIÊNCIA

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS, Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília-DF , no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO(A), União Hipê Construtora Ltda, para comparecer perante esta Vara do Trabalho, no dia 15/05/2012 às 8H35MIN, à AUDIÊNCIA relativa à reclamação trabalhista cuja cópia está à disposição do(a) reclamado(a) na Secretaria deste Juízo, sita na SEPN 513, Bloco "B", lotes 2/3 Salas 230 e 232-Brasília/DF, onde deverá apresentar defesa (art. 846 - CLT). O reclamado poderá fazer-se substituir por preposto(art. 843, § 1º da CLT), desde que observada a condição de empregado, exceção feita ao empregador doméstico, micro-empresa e pequeno empresário (Súmula 377, do C.TST). Em caso de doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado nos autos, poderá o reclamante fazer-se representar em audiência por outro empregado de mesma profissão ou pelo Sindicato Profissional(art. 843, § 2º, da CLT). Fora estas hipóteses, a ausência do reclamante importará em arquivamento da reclamação e a ausência da reclamada, ainda que presente o seu advogado, em revelia e confissão quanto a matéria de fato(art. 844, da CLT). Em se tratando de pessoa jurídica, a reclamada deverá juntar aos autos seus atos constitutivos e eventuais alterações societárias subseqüentes e, em se tratando de Sociedade Anônima, a ata de Eleição da atual diretoria. As partes poderão apresentar, na audiência referida, o rol de testemunhas a serem ouvidas na audiência de prosseguimento(art. 825/CLT). Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado por DURVAL MENDES DA SILVA JUNIOR Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-288-56.2010.5.10.0013

Reclamante	Sônia Moreira da Silva
Advogado	RUBENS SANTORO NETO(OAB: null)
Reclamado	Capital Empresa de Servicos Gerais Limitada
Reclamado	União Federal - Ministério do Meio Ambiente

EDITAL DE CITAÇÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS, Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica CITADO o Executado Capital Empresa de Servicos Gerais Limitada para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:

Resumo de Cálculo

Liq. Exequente....: 6.044,87 (88,87%)

INSS Reclamante...: 143,25 (2,11%)

INSS Reclamado....: 330,57 (4,86%)

INSS Terceiros....: 95,86 (1,41%)

INSS SAT.....: 33,05 (0,49%)

Custas do Processo: 123,76 (1,82%)

Custas Art.789....: 30,94 (0,45%)

Total Geral: 6.802,30

Atualizado:31/01/2012

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado por DURVAL MENDES DA SILVA JÚNIOR Diretor de Secretaria, por ordem da Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 25, ABRIL de 2012.

Edital

Processo Nº RT-303-54.2012.5.10.0013

Reclamante	Luis Carlos da Costa Veloso
Advogado	MARCELO NUNES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Higiterc - Higienizacao e Terceirizacao Ltda
Reclamado	União Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS, Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Higiterc - Higienizacao e Terceirizacao Ltda, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência da DECISÃO proferida nos autos e a seguir transcrito: "RESULTADO:Isto posto, resolve a Egrégia 13ª Vara do Trabalho de Brasília - DF julgar PROCEDENTES, EM PARTE, os pedidos constantes na reclamatória movida por LUIS CARLOS DA COSTA VELOSO e DEROCIO BATISTA DA SILVA em face de HIGITERC HIGIENIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA e UNIÃO, responsável subsidiária, consoante os fundamentos que ficam integrando este dispositivo.Incidem juros e correção monetária.Custas, pelo 1º Reclamado, de R$ 60,00, calculadas sobre R$ 3.000,00, valor arbitrado à condenação.As partes providenciarão os recolhimentos previdenciários que couberem, na forma e prazos legais. Intime-se a Fazenda Nacional, na forma regular, operado o trânsito em julgado.Os Reclamantes estão intimados da decisão, na forma do Enunciado 197-TST.Intimem-se o 1º Reclamado, POR EDITAL.Intime-se a União , por intermédio da PRF/1ª Região, nos termos do Convênio TRT/10ª Região nº 65/2010.Nada mais havendo a ser registrado, encerrou-se a audiência às 18:00 h. Juíza do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS". O inteiro teor da decisão poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SEPN 513, Bloco "B", Lotes 2/3 , Salas 230 e 232-Brasília/DF. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será

publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por DURVAL MENDES DA SILVA JÚNIOR Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-315-68.2012.5.10.0013

Reclamante	Tereza Rodrigues Sousa
Advogado	HÉLIO JOSÉ DE SOUZA FILHO(OAB: null)
Reclamado	Centro de Apoio de Vivências Agrárias - Cava

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS, Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Centro de Apoio de Vivências Agrárias - Cava, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO proferido nos autos e a seguir transcrito: "Despacho: Intime-se a reclamada por via editalícia, para ciência da emenda apresentada à incial pela parte autora.Aguarde-se a audiência já designada.". O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SEPN 513, Bloco "B", Lotes 2/3 Salas 230 e 232-Brasília/DF. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por DURVAL MENDES DA SILVA JÚNIOR Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-454-20.2012.5.10.0013

Reclamante	Olivia Ribeiro Machado
Advogado	CARMEN SOARES MARTINS JANCOSKI(OAB: null)
Reclamado	Original Farma Comercio de Produtos Farmaceuticos e Perfumaria Ltda Me

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS, Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Original Farma Comercio de Produtos Farmaceuticos e Perfumaria Ltda Me, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência da DECISÃO proferida nos autos e a seguir transcrito: "RESULTADO: Isto posto, resolve a Egrégia 13ª Vara do Trabalho de Brasília - DF julgar PROCEDENTES, EM PARTE, os pedidos constantes nos autos da reclamatória, movida por OLIVIA RIBEIRO MACHADO em face de ORIGINAL FARMA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E PERFUMARIA LTDA ME, consoante os fundamentos que ficam integrando este dispositivo. Incidem juros e correção monetária. Custas, pelo Reclamado, de R$ 164,00, calculadas sobre R$ 8.200,00, valor arbitrado à condenação. As partes providenciarão os recolhimentos previdenciários que couberem, na forma e prazos legais. Intime-se a Fazenda Nacional, na forma regular, operado o trânsito em julgado.A Reclamante está intimada da decisão, na forma do Enunciado 197-TST.Intime-se o Reclamado, por edital.Nada mais havendo a ser registrado, encerrou-se a audiência às 17:34 h.Juíza do Trabalho ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS". O inteiro teor da decisão poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SEPN 513, Bloco "B", Lotes 2/3 , Salas 230 e 232-Brasília/DF. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por DURVAL MENDES DA SILVA JÚNIOR Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-685-47.2012.5.10.0013

Reclamante	Oziel Batista
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Construtora Kadore Ltda
Reclamado	Jardins Mangueiral Empreendimentos Imobiliarios S.A.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO AUDIÊNCIA

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS, Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília-DF , no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO(A), Construtora Kadore Ltda, para comparecer perante esta Vara do Trabalho, no dia 17/05/2012 às 09h25min, à AUDIÊNCIA relativa à reclamação trabalhista cuja cópia está à disposição do(a) reclamado(a) na Secretaria deste Juízo, sita na SEPN 513, Bloco "B", lotes 2/3 Salas 230 e 232-Brasília/DF, onde deverá apresentar defesa (art. 846 - CLT). O reclamado poderá fazer-se substituir por preposto(art. 843, § 1º da CLT), desde que observada a condição de empregado, exceção feita ao empregador doméstico, micro-empresa e pequeno empresário (Súmula 377, do C.TST). Em caso de doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado nos autos, poderá o reclamante fazer-se representar em audiência por outro empregado de mesma profissão ou pelo Sindicato Profissional(art. 843, § 2º, da CLT). Fora estas hipóteses, a ausência do reclamante importará em arquivamento da reclamação e a ausência da reclamada, ainda que presente o seu advogado, em revelia e confissão quanto a matéria de fato(art. 844, da CLT). Em se tratando de pessoa jurídica, a reclamada deverá juntar aos autos seus atos constitutivos e eventuais alterações societárias subseqüentes e, em se tratando de Sociedade Anônima, a ata de Eleição da atual diretoria. As partes poderão apresentar, na audiência referida, o rol de testemunhas a serem ouvidas na audiência de prosseguimento(art. 825/CLT). Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado por DURVAL MENDES DA SILVA JUNIOR Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-1194-12.2011.5.10.0013

Reclamante	Carlos Roberto Firmo da Silva
Advogado	Kleber Vinícius Bezerra Camelo de Melo(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda
Reclamado	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS, Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência da DECISÃO proferida nos autos e a seguir transcrito: "DISPOSITIVO - Isto posto, DECIDO, na reclamatória trabalhista que move CARLOS ROBERTO FIRMO DA SILVA em face de VISUAL LOCAÇÃO SERVIÇO CONSTRUÇÃO CIVIL E MINERAÇÃO LTDA E EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA-INFRAERO I - Julgar PROCEDENTE pedidos elencados na inicial para: CONDENAR a 1ª reclamada e de forma subsidiária a 2ª reclamada a pagar ao reclamante o que for apurado pelo Setor de Cálculos, acrescidos de juros e correção monetária, a título das seguintes parcelas: a) 1 férias proporcionais 2/12 acrescidas de 1/3, 13º salário proporcional 2/12, multa do art. 477 da CLT uma vez que a data do depósito das verbas rescisórias pagas supera o prazo legal, multa do art. 467 da CLT pela ausência de impugnação específica (art. 302 do CPC) dos pedidos dedizidos na exordial pela empregadora principal. A liberação do depósitos de FGTS foi feito por alvará, e assim o autor deverá proceder a comprovação do valor sacado no prazo de 5 dias a contar da intimação e após o trânsito em julgado, e a reclamada deverá proceder os depósitos da diferença devidas acaso apuradas e existente por todo pacto acrescido de multa de 20% com entrega do TRCT código 01 e chave de conectividade sob pena de indenização equivalente. Deverá ser abatido todos os valores de depósitos de FGTS juntados pela 2ª ré. A reclamada deverá proceder a entrega das guias de seguro desemprego, sob pena de pagamento de indenização equivalente a 4 cotas conforme resolução do Codefat. Compensação no importe de R$ 664,12. A 1ª ré deverá proceder a baixa na CTPS do autor com projeção do aviso prévio na forma da OJ nº 87 da SDI, I do C. TST no prazo de 5 dias após o trânsito em julgado, omitindo-se será efetuada pela secretaria da Vara. Juros e correção na forma da lei. Liquidação pelo Setor de Cálculos (contadoria);A apuração pelo setor de cálculos deverá obedecer os limites da lide, apuração com base na variação salarial devidamente comprovada, observando os limites da lide. Tudo nos termos da fundamentação retro que fica fazendo parte integrante do presente dispositivo, observando-se os limites da exordial.Descontos previdenciários e fiscais a incidirem na forma do art. 114, VIII da CF/88 e demais legislações aplicáveis. Na esteira do art. 832, § 3º, da CLT, tem-se que as parcelas de natureza salarial são 13º salário. Improcedente os demais pedidos por falta de amparo no ordenamento jurídico. Custas pela 1ª reclamada no importe de R$ 200,00 calculadas sobre o valor que passo ora arbitrar a causa de R$ 10.000,00. O demandante e a 2ª reclamada são beneficiários da gratuidade de justiça, pelo que ficam isentos. Ciente a 2ª reclamada (súmula 197 do C. TST). Intime-se o autor, por intermédio da Defensoria Pública, de forma pessoal e nos termos da lei, bem como a 1ª reclamada revel por edital. Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS". O inteiro teor da decisão poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SEPN 513, Bloco "B", Lotes 2/3 , Salas 230 e 232-Brasília/DF. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por DURVAL MENDES DA SILVA JÚNIOR Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-52000-56.2008.5.10.0013

Processo Nº RT-520/2008-013-10-00.0

Reclamante	Maria de Fátima Machado Brito Gonçalves
Advogado	RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Adilson de Queiroz Campos
Reclamado	Distrito Federal (Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais - SUCAR)
Advogado	EDUARDO CORDEIRO ROCHA(OAB: null)

EDITAL DE CITAÇÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS, Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica CITADO o Executado Adilson de Queiroz Campos para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:

Resumo de Cálculo
Liq. Exequente....: 3.137,56 (86,70%)
INSS Reclamante...: 94,81 (2,62%)
INSS Reclamado....: 242,02 (6,69%)
INSS Terceiros....: 63,80 (1,76%)
Custas do Processo: 64,64 (1,79%)
Custas Art.789....: 16,16 (0,45%)
Total Geral: 3.618,99
Atualizado:29/02/2012

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado por DURVAL MENDES DA SILVA JÚNIOR Diretor de Secretaria, por ordem da Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 27, ABRIL de 2012.

Edital

Processo Nº RT-56800-84.1995.5.10.0013

Processo Nº RT-568/1995-013-10-00.2

Reclamante	ESTELITA ALMEIDA DA ROCHA
Advogado	MARCO ANTÔNIO BILIBIO CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	NEUMA M MENEZES DE SOUSA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS, Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado NEUMA M MENEZES DE SOUSA, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência da DECISÃO proferido nos autos e a seguir transcrito: "Constata-se que os presentes autos foram arquivados provisoriamente em 30/06/2003 e desde então o Exequente não apresentou qualquer manifestação deixando de indicar meios aptos para o prosseguimento do feito. O princípio da segurança jurídica é elemento constitutivo do Estado de Direito e a eternização do processo judicial atenta contra a segurança jurídica e a tranquilidade social. A Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal dispõe que a execução prescreve no mesmo prazo da ação e o entendimento da Súmula 114 do TST encontra-se superado, pelas legislações supervenientes. O parágrafo 4º, do artigo 40, da Lei de Execuções Fiscais, com redação dada pela Lei 11.051/2004, aplicável, subsidiariamente, à execução trabalhista, autoriza a

declaração, de ofício, da prescrição intercorrente na execução fiscal. A Lei n.º 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, alterou o § 5.º do artigo 219 do CPC, que passou a ter a seguinte redação: "Art.219 - [] §5.º O juiz pronunciará, de ofício,a prescrição". E por fim, o Ato nº 17 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (DEJT 04/047/2011), em seu artigo 2º, cita o reconhecimento da prescrição, como uma das hipóteses de extinção do processo de execução. Neste contexto, considerando o prazo quinquenal aplicável no Direito do Trabalho e o período de paralisação do presente processo, constata-se a ocorrência do fenômeno prescricional, razão pela qual julga-se extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos dos artigos 269, IV e 794, II, do CPC. Intimem-se as partes. Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos ao arquivo definitivo". DESPACHO: "Por presentes os pressupostos processuais gerais ensejadores de admissibilidade, RECEBO o Agravo de Petição ora interposto pela exequente (peça registrada sob nº 5.700.068). Assim, intime-se a executada, por edital, para, querendo, no prazo de 08 (oito) dias, manifestar-se sobre o apelo. No mesmo ato, a executada também deverá ser intimada quanto aos termos da sentença de fls. 88. Vindo as contrarrazões ou mesmo decorrido o prazo para tal, subam os autos ao Egrégio 10º Regional, para apreciação do respectivo A.P., observadas as cautelas devidas.O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SEPN 513, Bloco "B", Lotes 2/3 Salas 230 e 232-Brasília/DF. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por DURVAL MENDES DA SILVA JÚNIOR Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 27, ABRIL de 2012.

14ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-1-22.2012.5.10.0014

Reclamante	Soraia Conceicao Santos
Advogado	JADER FREITAS SILVA(OAB: null)
Reclamado	Congel-Servicos do Brasil Ltda
Advogado	FARNEY DOUGLAS FERREIRA FERRAZ(OAB: null)
Reclamado	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuaria - INFRAERO
Advogado	ELIZABETH EUSTAQUIA SOARES(OAB: null)

Despacho/decisão de fls.248:"Certifico e dou fé que no dia 26.04.2012 decorreu o prazo para o reclamante e a primeira reclamada interporem recurso ordinário em face da decisão proferida.

Nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Tribunal, expeça-se intimação ao reclamante e a primeira reclamada para, querendo, contra-arrazoarem o recurso ordinário interposto pela segunda reclamada (Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - INFRAERO).Brasília-DF, 27 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-178-20.2011.5.10.0014

Reclamante	Arailson Lima dos Santos
Advogado	GENGIZCAN BRITO SIMÕES(OAB: null)
Reclamado	Swissport Brasil Ltda
Advogado	LUIZ CLAUDIO BOTELHO(OAB: null)
Reclamado	VRG Linhas Áereas S.A.
Advogado	OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: null)

Despacho/decisão de fls.770:"Nos termos do art.23 do Provimento Geral Consolidado deste Tribunal, expeça-se intimação ao reclamante e à segunda reclamada para vista dos embargos declaratorios opostos pela primeira ré, nos termos da OJ 142 da SDI-I/TST.Prazo comum e legal.Brasília-DF, 30 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-534-15.2011.5.10.0014

Reclamante	Bruno Almeida Santana
Advogado	MARCONE GUIMARAES VIEIRA(OAB: null)
Reclamado	Mundo dos Filtros Ltda Epp
Advogado	VICTOR RUSSOMANO JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Rc Filtros e Utilidades para o Lar Ltda
Advogado	VICTOR RUSSOMANO JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Filtros Norte Ltda.
Advogado	VICTOR RUSSOMANO JUNIOR(OAB: null)

Despacho/decisão de fls.235/313:"CONCLUSÃO Ante o exposto decido:I - REJEITAR as preliminares de coisa julgada e ilegitimidade passiva da primeira reclamada;

II - REJEITAR as prejudiciais de prescrição total e parcial, de quitação da Súmula 330, do TST e validade exoneratória do termo de conciliação firmado na Comissão de Conciliação Prévia;III - JULGAR PROCEDENTES EM PARTE os pedidos para reconhecer a existência de um único contrato de trabalho e condenar MUNDO DOS FILTROS LTDA - EPP, RC FILTROS E UTILIDADES PARA O LAR LTDA (MUNDO DOS FILTROS) e FILTROS NORTE LTDA (MUNDO DOS FILTROS), de forma solidária conforme art. 2.º, § 2.º, da CLT a pagarem ao reclamante BRUNO ALMEIDA SANTANA, tão logo a decisão transite em julgado, com juros sobre o principal corrigido, conforme se apurar em liquidação, com observância das Súmulas 368 e 381, do TST e OJs 302 e 400 da SDI1, as seguintes parcelas:a) diferenças decorrentes das comissões pagas por fora em de férias vencidas e proporcionais com acréscimo de 1/3, diferenças de 13.º salários, diferenças RSR e FGTS com indenização de 40% no período de 1º/12/2006 a 31/1/2009, conforme se apurar em liquidação de sentença, devendo a contadoria adotar o valor de R$1.800,00 de comissões mensais no período de 1º/12/2006 a 31/1/2009, deduzindo os valores comprovadamente pagos nos documentos (contracheques e TRCT) contidos nos autos;

b) adicional de horas extras e reflexos no período de 12/4/2006 a 30/9/2009, exceto os meses de agosto/2006, agosto/2007, agosto/2008 e agosto/2009, da seguinte forma:b.1) adicional de 50% sobre 1h diária de segunda a sexta-feira, 5h por semana, 25h por mês, já computado o reflexo em RSR, bem como o seu reflexo em férias vencidas e proporcionais com acréscimo de um terço. 13.º salários e FGTS com indenização de 40%, observando-se o valor das comissões acolhidos nesta decisão até janeiro/2009 e aqueles registrados em contracheques a partir de fevereiro/2009, observando-se a Súmula 340, do TST;b.2) adicional de 50% sobre 2h diárias aos sábados bem como o seu reflexo em RSR, férias vencidas e proporcionais com acréscimo de um terço. 13.º salários e FGTS com indenização de 40%, observando-se o valor das comissões acolhidos nesta decisão até janeiro/2009 e aqueles registrados em contracheques a partir de fevereiro/2009, observando-se a Súmula 340, do TST;b.3) adicional de 100% sobre 3h diárias aos sábados bem como o seu reflexo em RSR, férias

vencidas e proporcionais com acréscimo de um terço. 13.º salários e FGTS com indenização de 40%, observando-se o valor das comissões acolhidos nesta decisão até janeiro/2009 e aqueles registrados em contracheques a partir de fevereiro/2009, observando-se a Súmula 340, do TST, haja vista que o trabalho extra além da segunda hora diária é remunerado com 100% conforme cláusula convencional;b.4) adicional de 100% sobre 9h diárias aos domingos bem como o seu reflexo em RSR, férias vencidas e proporcionais com acréscimo de um terço. 13.º salários e FGTS com indenização de 40%, observando-se o valor das comissões acolhidos nesta decisão até janeiro/2009 e aqueles registrados em contracheques a partir de fevereiro/2009, observando-se a Súmula 340, do TST, haja vista que o trabalho extra além da segunda hora diária é remunerado com 100% conforme cláusula convencional. A contadoria deverá observar que o reclamante folgava em dois domingos por mês;

b.5) dedução para evitar o enriquecimento sem causa autorizo a dedução das horas extras comprovadamente pagas nos contracheques contidos nos autos.c) adicional de horas extras e reflexos nos meses de agosto/2006, agosto/2007, agosto/2008 e agosto/2009 da seguinte forma:c.1) adicional de 50% sobre 2h diárias de segunda a sexta-feira, 10h por semana, 50h por mês, já computado o reflexo em RSR, bem como o seu reflexo em férias vencidas e proporcionais com acréscimo de um terço. 13.º salários e FGTS com indenização de 40%, observando-se o valor das comissões acolhidos nesta decisão até janeiro/2009 e aqueles registrados em contracheques a partir de fevereiro/2009, observando-se a Súmula 340, do TST;c.2) adicional de 100% sobre 3h40min diárias de segunda a sexta-feira, 18h20min por semana, 91h40min por mês, já computado o reflexo em RSR, bem como o seu reflexo em férias vencidas e proporcionais com acréscimo de um terço. 13.º salários e FGTS com indenização de 40%, observando-se o valor das comissões acolhidos nesta decisão até janeiro/2009 e aqueles registrados em contracheques a partir de fevereiro/2009, observando-se a Súmula 340, do TST;c.3) adicional de 50% sobre 2h aos sábados bem como o seu reflexo em RSR, férias vencidas e proporcionais com acréscimo de um terço. 13.º salários e FGTS com indenização de 40%, observando-se o valor das comissões acolhidos nesta decisão até janeiro/2009 e aqueles registrados em contracheques a partir de fevereiro/2009, observando-se a Súmula 340, do TST; c.4) adicional de 100% sobre 7h40min aos sábados bem como o seu reflexo em RSR, férias vencidas e proporcionais com acréscimo de um terço. 13.º salários e FGTS com indenização de 40%, observando-se o valor das comissões acolhidos nesta decisão até janeiro/2009 e aqueles registrados em contracheques a partir de fevereiro/2009, observando-se a Súmula 340, do TST;c.5) adicional de 100% sobre 13h40min aos domingos bem como o seu reflexo em RSR, férias vencidas e proporcionais com acréscimo de um terço. 13.º salários e FGTS com indenização de 40%, observando-se o valor das comissões acolhidos nesta decisão até janeiro/2009 e aqueles registrados em contracheques a partir de fevereiro/2009, observando-se a Súmula 340, do TST, haja vista que o trabalho extra além da segunda hora diária é remunerado com 100% conforme cláusula convencional;c.6) dedução para evitar o enriquecimento sem causa autorizo a dedução das horas extras comprovadamente pagas nos contracheques contidos nos autos.d) intervalo intrajornada e reflexos no período de 12/4/2006 a 30/9/2009 - adicional de 50% sobre 1h diária nos dias efetivamente laborados, bem como o seu reflexo em RSR, férias vencidas e proporcionais com acréscimo de um terço, 13.º salários e FGTS com indenização de 40%, observando-se o valor das comissões acolhidos nesta decisão até janeiro/2009 e aqueles registrados em contracheques a partir de fevereiro/2009, nos termos da Súmula 340, do TST. A contadoria deverá observar que só havia duas folgas em cada mês. Deferimento com base no art. 71, § 4.º, da CLT e OJs 307 e 354 da SBDI1. Após o trânsito em julgado oficie-se a CEF, DRT e RFB, para as providências cabíveis no âmbito de suas competências. Publicada a decisão oficie-se ao Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal enviando cópia desta sentença, dos termos de conciliação na CCP (fls. 77/79, 253/267), da ata de instrução e desta decisão, para as providências no âmbito de suas competências.Deferidos ao reclamante os benefícios da justiça gratuita.Contribuições fiscais e previdenciárias na forma da lei e da fundamentação.Custas de R$600,00, calculadas sobre R$30.000,00, valor arbitrado à condenação, pela reclamada.Os valores principais apurados pela contadoria não poderão ultrapassar os pedidos na inicial em cada título deferido nos termos dos artigos 128, 293 e 460, do CPC.Decisão nos termos da fundamentação que fica fazendo parte integrante desta conclusão.A Secretaria deverá corrigir a autuação demais assentamentos para constar os corretos nomes das reclamadas MUNDO DOS FILTROS LTDA - EPP, RC FILTROS E UTILIDADES PARA O LAR LTDA (MUNDO DOS FILTROS) e FILTROS NORTE LTDA (MUNDO DOS FILTROS). Intimem-se as partes por seus procuradores.Brasília DF, 30 de abril de 2012 às 17h59min.Nada mais. CILENE FERREIRA AMARO SANTOS Juíza do Trabalho Titular da 14.ª Vara do Trabalho de Brasília-DF.

E FERREIRA AMARO SANTOS Juíza do Trabalho Titular da 14.ª Vara do Trabalho de Brasília-DF.

Despacho

Processo Nº RT-617-31.2011.5.10.0014

Reclamante	Carlos Alberto Palharini
Advogado	ELIZABETH TOSTES PEIXOTO(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A
Advogado	LEONARDO RABÊLO DE AMORIM(OAB: null)

Despacho/decisão de fls.770/783:"DISPOSITIVO Diante do exposto, nos termos da fundamentação que passa a fazer parte integrante deste dispositivo, este juízo julga PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, condenando a reclamada BANCO DO BRASIL S/A a satisfazer as pretensões do reclamante CARLOS ALBERTO PALHARINI deferidas na fundamentação. Juros e correção monetária na forma lei, devendo ser obedecida a Súmula 381 do TST.

O montante da condenação será apurado em liquidação por cálculos, devendo a reclamada quitar o débito em 48hs, sob pena de execução.Incidirão contribuições previdenciárias sobre horas extras e reflexos destas em 13º salários, em licença-prêmio, licença-saúde, em conversão em espécie de licença-prêmio, em férias acrescidas de terço e em repouso semanal remunerado.Serão deduzidas contribuições previdenciárias, devendo a reclamada efetuar o recolhimento sob pena de execução. Haverá dedução de IRRF, onde cabível, devendo a reclamada proceder ao recolhimento sob pena de ofício à Receita Federal.Deferem-se os benefícios da Justiça Gratuita.Custas pela reclamada, sobre o valor da condenação, arbitrada para tal fim em R$ 15.000,00, no importe de R$ 300,00.Após o trânsito em julgado,

oficie-se a SRTE.Intimem-se as partes.Nada mais.JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES
Juiz Federal do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-1169-30.2010.5.10.0014

Reclamante	Camila de Armelin Ribeiro
Advogado	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
Advogado	ANA CECÍLIA DE FREITAS SANTOS(OAB: null)

Despacho/decisão de fls.483:"Vistos os autos.Intime-se a reclamante para recebimento de seus creditos.Prazo 05 dias.Brasília-DF, 16 de abril de 2012.Cilene Ferreira Amaro Santos Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-1958-92.2011.5.10.0014

Reclamante	Jose Maria da Cunha
Advogado	ANNA PATRICIA CAVALCANTI GARROTE SOARES(OAB: null)
Reclamado	Mario Rodrigues de Lima
Reclamado	Expedita Alves de Lima
Reclamado	Angelo Eustaquio Pereira de Mani Rodrigues

Despacho/decisão de fls.237:"Nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Tribunal, expeça-se intimação aos reclamados para, querendo, contra-arrazoarem o recurso ordinário interposto pelo autor.Prazo comum e legal.Brasília-DF, 27 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-3300-80.2007.5.10.0014

Processo Nº RT-33/2007-014-10-00.2

Reclamante	Nalzira de Souza Rocha
Advogado	JOÃO CÂNDIDO DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	ATM Áudio Thermediações Ltda.
Advogado	PEDRO ALVES DA SILVA FILHO(OAB: null)
Reclamado	Mariano Eustáquio do Nascimento Braga
Advogado	PEDRO ALVES DA SILVA FILHO(OAB: null)
Reclamado	Ivonete Rocha da Gama
Advogado	PEDRO ALVES DA SILVA FILHO(OAB: null)

Despacho/decisão de fls.483:"Vistos os autos.Verifica-se que os cálculos de fls. 438/443 e atualizações posteriores contêm erro, visto que os pagamentos foram abatidos em duplicidade, primeiramente com os valores obtidos pelas pesquisas Bacenjud e após com os valores recebidos pelo reclamante.Homologo, portanto, os cálculos de fls. 472/474, em que foram feitas as devidas retificações.Libere-se ao exequente, mediante alvará, os saldos das contas judiciais de fls. 448/450 e 475/482.Após, intime-se para recebimento do alvará e para informar o valor efetivamente sacado, no prazo sucessivo de cinco dias. Por fim, tendo em vista que a última pesquisa Bacenjud não retornou resultados positivos, fica desde já o exequente intimado para indicar meios aptos para o prosseguimento da execução, no prazo de 120 dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos, desde já autorizado. Brasília-DF, Maio 2, 2012.Cilene Ferreira Amaro Santos Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-22800-98.2008.5.10.0014

Processo Nº RT-228/2008-014-10-00.3

Reclamante	Marcos de Araujo
Advogado	ELIANA TRAVERSO CALEGARI(OAB: null)
Reclamado	Escola Evangelica de Brasilia - Ensino Fundamental e Medio Ltda
Reclamado	Arthur Ricardo Reis Cerutti
Advogado	JOAO PEDRO DE SABOIA BANDEIRA DE MELLO FILHO(OAB: null)
Reclamado	Eduardo Melasso Garcia
Advogado	FLÁVIO LUIZ MEDEIROS SIMÕES(OAB: null)

Despacho/decisão de fls.356:"Vistos os autos. O arrematante peticiona às fls. 353/354, informando a existência de erro material no Auto de Arrematação expedido pelo Leiloeiro Público Oficial quanto à definição do imóvel arrematado, onde constou o endereço SQSW 301, Bloco D, Apartamento 108, Brasília/DF, sendo que na verdade deveria constar SQSW 306, Bloco D, Apartamento 108, Brasília/DF. Sustenta que tal correção é imprescindível para a efetivação do registro no Cartório competente.Extrai-se dos documentos existentes nos autos, tais como a certidão cartorária de fl. 200 e o auto de penhora e avaliação de fl.203, que o imóvel penhorado é: apartamento 108, Bloco D, SQSW 306, Brasília/DF, logo, o auto de arrematação apresentado à fl. 407 possui evidente erro material. Assim, corrijo o erro material do Auto de Arrematação quanto à descrição do imóvel objeto do leilão, onde consta 01 (um) imóvel, apartamento, 03 quartos, situada SQSW 301, Bloco D, Apartamento 108, c/ uma vaga na garagem, Brasília/DF, passa a constar: 01 (um) imóvel, apartamento, 03 quartos, situada SQSW 306, Bloco D, Apartamento 108, c/ uma vaga na garagem, Brasília/DF. Registre-se que a Carta de Arrematação expedida por este juízo à fl.347 se encontra correta.O pedido de expedição de mandado de imissão de posse do imóvel, somente será apreciado por este juízo após a efetivação do registro da Carta de Arrematação perante o órgão competente.A liberação dos créditos existentes nos autos foi devidamente tratada na decisão de fl.346.Intime-se o arrematante para retirada da referida certidão e da cópia desta decisão.Intime-se o Leiloeiro Público Oficial da presente decisão.Publique-se.Brasília/DF, 25 de abril de 2012 Cilene Ferreira Amaro Santos Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-37700-86.2008.5.10.0014

Processo Nº RT-377/2008-014-10-00.2

Reclamante	REJANE RODRIGUES OLIVEIRA
Advogado	FABIANO SANTOS BORGES(OAB: null)
Reclamado	PULITZER CAPITAL JORNALISMO LTDA.
Advogado	VERA ELIZA MULLER(OAB: null)
Reclamado	Roberpar Participações Ltda.
Advogado	GABRIELA OSORIO DE CARVALHO ARRUDA(OAB: null)
Reclamado	Gutember Impressões e Comércio de Equipamentos Gráficos Ltda.
Advogado	GABRIELA OSORIO DE CARVALHO ARRUDA(OAB: null)
Reclamado	Alcyr Duarte Collaço Filho
Advogado	GABRIELA OSORIO DE CARVALHO ARRUDA(OAB: null)
Reclamado	Etevaldo Dias
Advogado	WELLINGTON DE QUEIROZ(OAB: null)
Reclamado	Mauricio Sampaio Cavalcanti
Advogado	ENNIO FERREIRA BASTOS(OAB: null)

Despacho/decisão de fls.1145:"Vistos os autos.Considerando que constam nos autos penhoras do imóvel do executado Maurício Sampaio Cavalcanti (fls. 804/807), bem como dos aluguéis do referido bem, cujos valores estão sendo depositados em juízo mensalmente, indefiro a constrição dos veículos arrolados à fl. 1139.Intime-se o exequente para receber a guia de fl. 1142.Intime-se, ainda, o executado Etevaldo Dias para retirar a certidão que se encontra acostada à contracapa dos autos. Após, proceda-se à nova pesquisa das contas bancárias de todos os executados.Publique-se.Brasília-DF, 25 de abril de 2012. Cilene Ferreira Amaro Santos Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-44300-36.2002.5.10.0014

Processo Nº RT-443/2002-014-10-00.9

Reclamante	Maria do Socorro dos Santos Silva
Advogado	IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI(OAB: null)
Reclamado	Simone Alves da Silva

Despacho/decisão de fls.396:"Vistos os autos.Julgo extinta a execução, nos termos do art. 794,I, do CPC.Intimem-se as partes e a União(PGF).Publique-se.Brasília-DF, 25 de abril de 2012.Cilene Ferreira Amaro Santos
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-46500-06.2008.5.10.0014

Processo Nº RT-465/2008-014-10-00.4

Reclamante	Ana Helena Oliveira Penido Lima Feitosa
Advogado	JOSE OLIVEIRA NETO(OAB: null)
Reclamado	Itaú Unibanco S.A.
Advogado	CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: null)

Despacho/decisão de fls.1009/1011:" Vistos os autos.Analisando os autos, constatam-se as seguintes ocorrências:a) transitada a conta de liquidação, foi expedida autorização judicial para a CEF, de forma a quitar os débitos decorrentes do presente processo (fl. 941), o que restou atendido, consoante documentos de fls. 942/945; b) às fls. 950/951, este juízo, tendo verificado a incorreção quanto aos valores recolhidos a título de contribuição previdenciária cotas-partes empregado e empregador e custas processuais, determinou a expedição de ofício à Divisão de Orientação e Análise Tributária da Receita Federal (DIORT) solicitando a retificação quanto aos recolhimentos e devolução da importância retida a maior; c) neste ínterim, a executada opôs exceção de pre-executividade, alegando que, estando o feito em execução provisória, não poderia ter ocorrido a quitação dos valores ao autor (fls. 953/955); o juízo, em decisão proferida à fl. 970, não conheceu do referido incidente.d) em atendimento à determinação do juízo, a Receita Federal informou a devolução dos valores recolhidos a maior a título de custas processuais, bem como a impossibilidade de retificação quanto às contribuições previdenciárias cota-parte empregado, colocando ambos os valores à disposição do juízo (fls. 967/969); e) o exequente opôs impugnação aos cálculos, alegando a incorreção da importância retida a título de imposto de renda, em face da IN 1127/2011; solicitou a retificação dos cálculos quanto ao tributo e restituição dos valores recolhidos a maior, o que restou indeferido pelo juízo (fls. 975/978 e 979, respectivamente); f) diante da referida decisão, interpôs o exequente agravo de petição, com pedido de reconsideração (fls. 1001/1008).Esposadas tais considerações, passo à análise.Primeiramente, registre-se no decorrer de tais acontecimentos, o título judicial transitou em julgado, conforme documentos de fls. 980/996, relativos ao agravo de instrumento interposto pela executada. Registre-se, também, que se encontra pendente de quitação parte da contribuição previdenciária cota-parte empregado, bem como das custas processuais, haja vista a devolução promovida pela DIORT à fl. 969.Por outro lado, em que pese as bem fundadas considerações da decisão de fl. 979, é certo que a retenção do imposto de renda do crédito obreiro ocorreu em 05.07.2011 (fl. 942/945), quando já se encontrava em vigor a IN 1127/2011, de forma que o recolhimento deve observar a legislação vigente.Assim sendo, acolho o pedido de reconsideração formulado em agravo de petição e determino à Secretaria que proceda à retificação dos cálculos quanto ao imposto de renda, observada a IN 1127/2011.Retificados os cálculos, oficie-se à DIORT solicitando seja restituído a este juízo o valor recolhido a maior a título de imposto de renda, para fins de devolução ao exequente.Ultimadas as medidas, voltem-me os autos conclusos para deliberação quanto à quitação do restante das contribuições previdenciárias cota-parte empregado e custas processuais.Por conseguinte, resta prejudicado o agravo de petição interposto pelo autor.Publique-se.Brasília-DF, 24 de abril de 2012.

Cilene Ferreira Amaro Santos Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-69500-69.2007.5.10.0014

Processo Nº RT-695/2007-014-10-00.2

Reclamante	Daniela Gonçalves dos Santos
Advogado	RODRIGO SILVERIO SALOMÃO(OAB: null)
Reclamado	Adilson de Queiroz Campos
Reclamado	Lazaro Severo Rocha
Advogado	ZÉLIO MAIA DA ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Jose Vital de Araujo Fagundes
Reclamado	Ronan Batista de Souza
Reclamado	Distrito Federal
Advogado	ZÉLIO MAIA DA ROCHA(OAB: null)

Despacho/decisão de fls.396:"Vistos os autos.Intime-se o exeqüente para, querendo, contestar os embargos à execução opostos pela executada (Distrito Federal), oportunidade em que poderá se manifestar acerca dos cálculos de liquidação, nos termos do art. 884, da CLT. Prazo cinco dias. Publique-se.Brasília-DF, 25 de abril de 2012.Cilene Ferreira Amaro Santos
Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-79500-07.2002.5.10.0014

Processo Nº RT-795/2002-014-10-00.4

Reclamante	GERVACI BUENO DOS SANTOS (+ 01)
Advogado	PATRÍCIA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	ASSOCIACAO DOS CARROCEIROS DO RIACHO FUNDO (+ 02)
Reclamado	BELACAP/SLU SERVICO DE AJARDINAMENTO E LIMPEZA URBANA DE BRASILIA
Advogado	MARLENE MARTINS FURTADO DE OLIVEIRA(OAB: null)

Despacho/decisão de fls.338:"Vistos os autos.Ressalvado o entendimento pessoal desta Juíza, e preliminarmente à expedição do Precatório, e ainda, nos termos do art. 1º, I, da Portaria PRE-DGJUD nº 10/2010 deste Tribunal, intime-se a executada para informar acerca de eventuais débitos do exequente perante a Fazenda Pública, para fins do abatimento previsto no art. 100,

§9º da CR/88. A informação deverá ser prestada no prazo de trinta dias, sob pena de perda do direito de abatimento (art. 100, §10º, CR/88). O requerimento de exclusão das custas processuais será apreciado após o decurso do prazo acima.Decorrido o prazo sem manifestação, venham-me os autos conclusos. Publique-se.Brasília-DF, 25 de abril de 2012.Cilene Ferreira Amaro Santos Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-88300-48.2007.5.10.0014

Processo Nº RT-883/2007-014-10-00.0

Reclamante	Nelson Hideaki Fujimoto
Advogado	RICARDO LUIZ RODRIGUES DA FONSECA PASSOS(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A
Advogado	BRUNO NASCIMENTO COELHO(OAB: null)

Despacho/decisão de fls.831/836:"CONCLUSÃO Ante o exposto conheço dos embargos à execução para JULGÁ-LOS PARCIALMENTE PROCEDENTES nos termos da fundamentação precedente que fica fazendo parte integrante desta conclusão.Custas de R$44,26, pelo embargante, dispensadas face ao princípio da causalidade. Homologo os novos cálculos de fls. 813/824, sem prejuízo de atualização posterior.Libere-se ao exequente o valor líquido que restou incontroverso à fl. 793 (R$73.890,09).Advirto ao embargante para que se abstenha de litigar de má-fé, como demonstrado em linhas anteriores, que se abstenha de formular pleito contra texto de lei e do título executivo, na forma dos artigos 14 a 18 do CPC. Em caso de reincidência além da penalidade respectiva será comunicada a OAB do subscritor da peça.Intimem-se as partes por seus procuradores.Brasília-DF, 27 de abril de 2012.CILENE FERREIRA AMARO SANTOS Juíza do Trabalho

Titular da 14.ª Vara do Trabalho de

Despacho

Processo Nº RT-88600-20.2001.5.10.0014

Processo Nº RT-886/2001-014-10-00.9

Reclamante	ROBERVAL FERREIRA LEAL
Advogado	ÁUREA FELICIANA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	ASSOCIACAO DE CARROCEIROS DO PARANOA - ASCARP + 01
Advogado	FABIO BINICHESKI(OAB: null)
Reclamado	SERVIÇO DE AJARDINAMENTO E LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL - BELACAP
Advogado	ROBSON VIEIRA TEIXEIRA DE FREITAS(OAB: null)

Despacho/decisão de fls.388:"Vistos os autos.Ressalvado o entendimento pessoal desta Juíza, e preliminarmente à expedição do Precatório, e ainda, nos termos do art. 1º, I, da Portaria PRE-DGJUD nº 10/2010 deste Tribunal, intime-se a executada para informar acerca de eventuais débitos do exequente perante a Fazenda Pública, para fins do abatimento previsto no art. 100, §9º da CR/88. A informação deverá ser prestada no prazo de trinta dias, sob pena de perda do direito de abatimento (art. 100, §10º, CR/88). O requerimento de exclusão das custas processuais será apreciado após o decurso do prazo acima.Decorrido o prazo sem manifestação, venham-me os autos conclusos. Publique-se.Brasília-DF, 25 de abril de 2012.Cilene Ferreira Amaro Santos Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-107700-63.1998.5.10.0014

Processo Nº RT-1077/1998-014-10-00.8

Reclamante	FERNANDO JOSE TEIXEIRA
Advogado	RENATO LÔBO GUIMARÃES(OAB: null)
Reclamado	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A
Advogado	GISELLE MACHADO BRUZACA DE ALENCAR(OAB: null)

Despacho/decisão de fls.351:"Vistos os autos.Comprove a reclamada a existência de saldo remanescente em seu favor (R$5.250,83, conforme alegado), tendo em vista o teor da certidão supra. Prazo cinco dias. No silêncio da reclamada, retornem os autos ao arquivo definitivo.Publique-se.Brasília-DF, 24 de abril de 2012. Cilene Ferreira Amaro Santos Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-113500-96.2003.5.10.0014

Processo Nº RT-1135/2003-014-10-00.1

Reclamante	SEVERINO JOSE DA SILVA
Advogado	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LTDA - TCB
Advogado	GISLAYNE ROCHA MIRANDA(OAB: null)

Despacho/decisão de fls.382:"Vistos os autos.O reclamante não trouxe aos autos nenhuma comprovação de suas alegações, portanto não há como acolher o seu pedido.Publique-se.Em 27/4/2012.Cilene Ferreira Amaro Santos-Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-181400-86.2009.5.10.0014

Processo Nº RT-1814/2009-014-10-00.6

Reclamante	Rodrigo Adriano Barnabé da Silva
Reclamante	Ducemberg Alves da Silva
Advogado	FERNANDO RAMIRO SILVA FERNANDES(OAB: null)
Reclamante	Franklin de Oliveira Azevedo
Advogado	MARINA ARAGAO DE PAULA AMORIM(OAB: null)
Reclamante	Odinir Costa Rodrigues
Advogado	ODIZE BENEDITA RODRIGUES(OAB: null)
Reclamante	Weyner Pereira de Almeida
Advogado	DÉBORA BRITO D'ALMEIDA(OAB: null)
Reclamante	Valeria Jordao de Padua
Advogado	DÉBORA BRITO D'ALMEIDA(OAB: null)
Reclamante	Rudyardy Araujo Mendes
Advogado	DÉBORA BRITO D'ALMEIDA(OAB: null)
Reclamante	Ricardo Koiti Ishida
Advogado	DÉBORA BRITO D'ALMEIDA(OAB: null)
Reclamante	Marlecio Batista Pereira Oliveira
Advogado	DÉBORA BRITO D'ALMEIDA(OAB: null)
Reclamante	Luciano Fernandes Cascimiro Muniz
Advogado	DÉBORA BRITO D'ALMEIDA(OAB: null)
Reclamante	Karla Mayeda Bezerra
Advogado	DÉBORA BRITO D'ALMEIDA(OAB: null)
Reclamante	Jacy Ierece Bommino Lira
Advogado	DÉBORA BRITO D'ALMEIDA(OAB: null)

Reclamante	Idonab Gomes das Neves
Advogado	DÉBORA BRITO D'ALMEIDA(OAB: null)
Reclamante	Gabriel Henrique de Azevedo Veloso
Advogado	DÉBORA BRITO D'ALMEIDA(OAB: null)
Reclamante	Eliane de Almeida Sa
Advogado	DÉBORA BRITO D'ALMEIDA(OAB: null)
Reclamante	Carlos Eduardo Gomes Neri
Advogado	DÉBORA BRITO D'ALMEIDA(OAB: null)
Reclamante	Leonardo Rodrigues Ribeiro
Advogado	NELSON ALVES FERREIRA(OAB: null)
Reclamante	Joao Paulo dos Reis Junior
Advogado	NELSON ALVES FERREIRA(OAB: null)
Reclamante	Carlos Alberto Flores dos Santos
Advogado	NELSON ALVES FERREIRA(OAB: null)
Reclamante	Cyntia da Silva Secchin
Advogado	NELSON ALVES FERREIRA(OAB: null)
Reclamante	Gustavo Esdra Nogueira de Oliveira
Advogado	NELSON ALVES FERREIRA(OAB: null)
Reclamante	Gilson Vilela de Assuncao
Advogado	NELSON ALVES FERREIRA(OAB: null)
Reclamante	Roberta Correa Sousa
Advogado	ROLLAND FERREIRA DE CARVALHO(OAB: null)
Reclamante	Glenia Borges Ferreira
Advogado	ROLLAND FERREIRA DE CARVALHO(OAB: null)
Reclamante	Fabiano Caetano de Sa
Advogado	ROLLAND FERREIRA DE CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	Capital Empresa de Servicos Gerais Limitada

Despacho/decisão de fls.298/299:"Vistos os autos em inspeção. Ana Paula Vasconcelos de Oliveira peticiona nos autos requerendo a "penhora do inventariante do espólio do proprietário da Capital Empresa de Serviços LTDA, conforme terceiro reclamado no processo 1294/2009 da 09ª Vara do Trabalho", o que recebo como requerimento de penhora no rosto dos autos do processo 1294/2009.Conforme certificado acima, não existem créditos no processo 1.294/2009, indefiro o requerimento.O despacho de fls. 226/227 determinou a intimação dos reclamantes para apresentar os cálculos de liquidação sob pena de extinção do processo por abandono de causa, nos termos do art 267, III do CPC.

No entanto, verifico que os reclamantes abaixo não foram devidamente intimados.

Processo N.ÿ Reclamante 1831/2009 Gabriela Cristina Barnabé da Silva 3197/2009 Luís Ricardo de Alencar César Zubcov 1821/2009 Priscila Amorim de Oliveira Batista 1819/2009 Rafael Souza Faria 1827/2009 Manuel Carlos Vieira Freitas 2029/2009 Lôrwan Moisés Ferreira de Brito 473/2010 Ari Roberto Vilela Silva 1843/2009 Alison Rodrigo de Melo 2359/2009 Katarina Amaral Nascimento Jordão 178/2010 Ducemberg Alves da Silva 3157/2009 Carlos Eduardo Gomes Neri Assim, intimem-se os reclamantes acima, para a apresentação dos cálculos de liquidação no prazo de 20 dias, sob pena de extinção definitiva do processo por abandono de causa, nos termos do art. 267, III, do CPC.Observe-se que, com exceção dos reclamantes Ducemberg Alves da Silva (fl 28). e Carlos Eduardo Gomes Neri (fl. 53), os demais não possuem procurador, devendo ser intimados via postal.Brasília-DF, 24 de abril de 2012.CILENE FERREIRA AMARO SANTOS Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-182100-87.1994.5.10.0014

Processo Nº RT-1821/1994-014-10-00.0

Reclamante	OSMAR LEITE DA SILVA
Advogado	HOSANAH MUNIZ DA COSTA(OAB: null)
Reclamado	MODULO ENGENHARIA LTDA
Reclamado	Paulo Sérgio Alfonso Vieira
Reclamado	Marisa Pignataro de Santanna

Despacho/decisão de fls.259:" Vistos os autos em inspeção ordinária. Razão assiste ao exequente, uma vez que as alterações contratuais de fls. 146/153 comprovam que a executada Marisa Pignataro de Santanna integrava o quadro societário da executada durante o vínculo empregatício reconhecido em sentença.Assim sendo, oficie-se ao Juízo Deprecado solicitando que se dê prosseguimento ao cumprimento da medida deprecada. Publique-se.Brasília-DF, terça-feira, 3 de abril de 2012 Cilene Ferreira Amaro Santos Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-300200-73.2009.5.10.0014

Processo Nº RT-3002/2009-014-10-00.5

Reclamante	Solange Ferreira de Macêdo da Silva
Advogado	HELIO DE OLIVEIRA SEIXAS FILHO(OAB: null)
Reclamado	Capital Empresa de Servicos Gerais Limitada
Advogado	TIAGO CAMARGO THOMÉ MAYA MONTEIRO(OAB: null)
Reclamado	Larissa Soares Lemos de Sousa
Reclamado	Leandro Soares Lemos de Sousa
Reclamado	União
Advogado	ANA CAROLINA FERNANDES DE MENDONÇA(OAB: null)

Despacho/decisão de fls.416:"Vistos os autos. Constato que a União não foi intimada da decisão de fls. 402/407, do que decorre a ausência de trânsito em julgado daquela. Logo, não é possível a expedição de requisição de pequeno valor, motivo porque revogo a decisão de fl. 415.Intime-se a União acerca da decisão retro mencionada.Publique-se. Brasília - DF, 02 de maio de 2012.Cilene Ferreira Amaro Santos Juíza do Trabalho

Edital

Edital

Processo Nº RT-79500-07.2002.5.10.0014

Processo Nº RT-795/2002-014-10-00.4

Reclamante	GERVACI BUENO DOS SANTOS (+ 01)
Advogado	PATRÍCIA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	ASSOCIACAO DOS CARROCEIROS DO RIACHO FUNDO (+ 02)
Reclamado	BELACAP/SLU SERVICO DE AJARDINAMENTO E LIMPEZA URBANA DE BRASILIA
Advogado	MARLENE MARTINS FURTADO DE OLIVEIRA(OAB: null)

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho CILENE FERREIRA AMARO SANTOS da 14ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADO o

RECLAMADO ASSOCIACAO DOS CARROCEIROS DO RIACHO FUNDO (+ 02), para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito:Despacho/decisão de fls.338:"Vistos os autos.Ressalvado o entendimento pessoal desta Juíza, e preliminarmente à expedição do Precatório, e ainda, nos termos do art. 1º, I, da Portaria PRE-DGJUD nº 10/2010 deste Tribunal, intime-se a executada para informar acerca de eventuais débitos do exequente perante a Fazenda Pública, para fins do abatimento previsto no art. 100, §9º da CR/88. A informação deverá ser prestada no prazo de trinta dias, sob pena de perda do direito de abatimento (art. 100, §10º, CR/88). O requerimento de exclusão das custas processuais será apreciado após o decurso do prazo acima.Decorrido o prazo sem manifestação, venham-me os autos conclusos. Publique-se.Brasília-DF, 25 de abril de 2012.Cilene Ferreira Amaro Santos Juíza do Trabalho

"".

O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2 E 3 - - BRASÍLIA/DF, e para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

RENATA DE ANDRADE
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-84400-67.2001.5.10.0014

Processo Nº RT-844/2001-014-10-00.8

Reclamante	IDNER FAUSTINO LIMA MARTINS
Advogado	RICARDO ANDRÉ DO AMARAL LEITE(OAB: null)
Reclamado	Federacao Atletica Universitaria de Brasilia
Reclamado	Uniao Educacional de Brasilia
Advogado	TIAGO CAMARGO THOME MAYA MONTEIRO(OAB: null)
Reclamado	Paulo Rodolpho Guimaraes Gil
Reclamado	Elinna de Campos

EDITAL DE CITAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho CILENE FERREIRA AMARO SANTOS da 14ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica CITADO o RECLAMADO ELINNA DE CAMPOS, para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:

Total da execução R$ 2.906,44 Atualizado até: 31/03/2012

I R P F.....: 2.906,44

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

RENATA DE ANDRADE
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-102800-03.1999.5.10.0014

Processo Nº RT-1028/1999-014-10-00.6

Reclamante	Rogerio Silva Saraiva
Advogado	JORGE RAUL NARA FUNES(OAB: null)
Reclamado	Antonio Carlos Moreira Gomes
Reclamado	Polcar Servicos de Conservacao e Limpeza Ltda
Reclamado	Amarilto Moreira Gomes

EDITAL DE CITAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho CILENE FERREIRA AMARO SANTOS da 14ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica CITADO o RECLAMADO AMARILTO MOREIRA GOMES, para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:

Total da execução R$ 3.352,35 Atualizado até: 31/03/2012

Liq. Exequente....: 3.352,35

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

RENATA DE ANDRADE
Diretor(a) de Secretaria

15ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-29-84.2012.5.10.0015

Reclamante	Sergio Augusto L Orican da Silva
Advogado	ANTÔNIO MARQUES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	RODRIGO MADEIRA NAZÁRIO(OAB: null)

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo o recurso interposto pela reclamada.

Assino ao reclamante o prazo de 08 dias para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso ordinário interposto.

Apresentada a manifestação ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-37-61.2012.5.10.0015

Reclamante	Aurora Gomes Ferreira Aragao Santos
Advogado	ANTÔNIO MARQUES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	RODRIGO MADEIRA NAZÁRIO(OAB: null)

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo o recurso interposto pela reclamada.

Assino à reclamante o prazo de 08 dias para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso ordinário interposto.

Apresentada a manifestação ou decorrido o prazo, remetam-se os

autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-41-98.2012.5.10.0015

Reclamante	Katia Marly Queiroz de Brito
Advogado	ANTÔNIO MARQUES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	RODRIGO MADEIRA NAZÁRIO(OAB: null)

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo o recurso interposto pela reclamada.

Assino à reclamante o prazo de 08 dias para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso ordinário interposto.

Apresentada a manifestação ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-47-08.2012.5.10.0015

Reclamante	Jose Pacheco da Silva
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	RODRIGO MADEIRA NAZÁRIO(OAB: null)

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo os recursos interpostos por ambas as partes.

Assino à reclamada o prazo de 08 dias para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso ordinário interposto pela outra parte.

Sucessivamente, o mesmo prazo para o reclamante, a partir de 15/05/2012, aos mesmos fins.

Apresentadas as manifestações ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-76-58.2012.5.10.0015

Reclamante	Osmaires Batista Teles
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	WELLINGTON MOISES DE OLIVEIRA(OAB: null)

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo os recursos interpostos por ambas as partes.

Assino à reclamada o prazo de 08 dias para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso ordinário interposto pela outra parte.

Sucessivamente, o mesmo prazo para o reclamante, a partir de 15/05/2012, aos mesmos fins.

Apresentadas as manifestações ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-90-42.2012.5.10.0015

Reclamante	Flaviano Barbosa do Nascimento
Advogado	ALESSANDRA BARRETO CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	Viação Planalto Ltda

ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO: 00090-2012-015-10-00-5

RECLAMANTE: Flaviano Barbosa do Nascimento

RECLAMADO: Viação Planalto Ltda

Em 27 de abril de 2012, na sala de sessões da MM. 15ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF, sob a direção da Exmo(a). Juíza LAURA RAMOS MORAIS, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 13h02min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a). Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.

Ausente o(a) reclamante e seu advogado.

Ausente o(a) reclamado(a) e seu advogado.

Diante da ausência injustificada do(a) reclamante, decide-se ARQUIVAR a presente reclamação, nos termos do art. 844 da CLT.

Fica autorizado o desentranhamento dos documentos de fls.05/24.

Custas pelo(a) reclamante no importe de R$ 187,04, calculadas sobre R$ 9.352,00, ficando dispensado do recolhimento, em face da declaração de insuficiência de recursos, nos termos do art. 790, § 3º, da CLT c/c art. 4º da Lei 1.060/50.

Intime-se o(a) reclamante, por seu procurador.

Audiência encerrada às 13h04min.

Nada mais.

LAURA RAMOS MORAIS

Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-105-11.2012.5.10.0015

Consignante	Scopus Tecnologia Ltda.
Advogado	KURT SCHUNEMANN JÚNIOR(OAB: null)
Consignado	Francisco Cleiton de Sousa Santos
Advogado	GLAUBERTH BARBOSA NOGUEIRA(OAB: null)

Vistos, etc.

Por motivo de reordenamento de pauta, retire-se o feito da pauta do dia 11/07/2012, às 13h55min, e inclua-o na pauta de audiências do dia 18/07/2012, às 14h50min, mantendo todas as observações e cominações anteriores.

Intimem-se as partes, por seus procuradores, via DJ. Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS

Despacho

Processo Nº RT-128-88.2011.5.10.0015

Reclamante	Waldson Tavares Santos
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal. - CAESB
Advogado	ALISSON EVANGELISTA SILVA(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO, a teor do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT/10:

Pelo presente ato, fica o executado intimado para no prazo de 05 (cinco) dias apresentar contraminuta a impugnação aos cálculos oposta pelo(a) exequente.

Apresentada a contraminuta ou decorrido o prazo in albis, conclusos os autos ao MM. Juiz para decisão.

Adalberto Patrocinio Corrêa de Araújo
Assistente Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-149-30.2012.5.10.0015

Reclamante	Arantes Roberto da Cunha
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	WELLINGTON MOISES DE OLIVEIRA(OAB: null)

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo os recursos interpostos por ambas as partes.

Assino à reclamada o prazo de 08 dias para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso ordinário interposto pela outra parte.

Sucessivamente, o mesmo prazo para o reclamante, a partir de 15/05/2012, aos mesmos fins.

Apresentadas as manifestações ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-173-58.2012.5.10.0015

Reclamante	Jose Silmar Fagundes Rocha
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	WELLINGTON MOISES DE OLIVEIRA(OAB: null)

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo os recursos interpostos por ambas as partes.

Assino à reclamada o prazo de 08 dias para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso ordinário interposto pela outra parte.

Sucessivamente, o mesmo prazo para o reclamante, a partir de 15/05/2012, aos mesmos fins.

Apresentadas as manifestações ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-196-38.2011.5.10.0015

Reclamante	Valdemir Estevao
Advogado	GERALDO MAGELA DA SILVA FREIRE(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal-CEF
Advogado	ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO, a teor do art. 23 do Provimento Geral
Consolidado
do Eg. TRT/10: Pelo presente ato, fica o executado intimado para no prazo de 05 (cinco) dias apresentar contraminuta a impugnação aos cálculos oposta pelo(a) exequente.
Apresentada a contraminuta ou decorrido o prazo in albis, conclusos os autos ao MM. Juiz para decisão. Bsb,
KLEBER FERREIRA COSTA
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-392-08.2011.5.10.0015

Reclamante	Deymison Ray de Melo Rabelo
Advogado	ANDRÉA PILOTTI DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	HJ Comércio de Massas Ltda-EPP(114)
Advogado	SILVIO LUCIO DE OLIVEIRA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Henrique Nascimento Mota de Araujo
Reclamado	Joao Paulo de Oliveira Machado

Vistos os autos.

O executada apresenta guia para comprovação de pagamento do débito exequendo.

No entanto, percebe que a valor constante na referida guia não atende ao valor correspondente à execução em curso nos presentes autos.

Intime-se a executada para pagamento do débito exequendo no importe de R$414,81.

Proceda à Secretaria a pesquisa para penhora de ativos financeiros em desfavor da executada: HJ COMÉRCIO DE MASSAS Ltda EPP CNPJ: 11985315/0001-51; Henrique Nascimento Mota de Araújo CPF: 009.670.671-62 e João Paulo de Oliveira Machado CPF: 990.801.091-34, utilizando-se do convênio BACENJUD, diligência esta que mostrando-se proveitosa deverá ser renovada até a quitação total do débito.

Caso reste infrutífera, a Secretaria deverá efetuar o bloqueio de transferência de veículos do executado que não se encontrem gravados de ônus, utilizando-se da ferramenta RENAJUD, bem como expedir mandado para a sua penhora, ficando o Oficial de Justiça autorizado a penhorar quaisquer outros bens de comprovada propriedade do devedor que estejam livres e desembaraçados.

Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-464-29.2010.5.10.0015

Reclamante	Adonay Alves Ferreira
Advogado	ALDEMIO OGLIARI(OAB: null)
Reclamado	Planalto Service Ltda.
Advogado	PRISCILA SILVA FREITAS(OAB: null)
Reclamado	Fundação Universidade de Brasília - FUB

...intime-se a primeira reclamada para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:
(a) anotar a CTPS da autora consignando dispensa em 09/04/2010, sob pena de multa diária de R$ 200,00, até o limite de R$ 5.000,00.
(b) comprovar o recolhimento do FGTS relativo aos pagamentos de fevereiro e março de 2010, sob pena de conversão em obrigação de pagar esses valores à reclamante e, no mesmo prazo, entregar o TRCT à reclamante para movimentação do FGTS (Lei 8.036/90, art. 20, inc. I), sob pena de multa diária de R$ 100,00, até o limite de R$ 1.000,00... Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-493-79.2010.5.10.0015

Reclamante	Ana Maria Marques Pereira
Advogado	BENEDITO SÍLVIO PALMA MASSELI(OAB: null)
Reclamado	Norte A Brasília Cirurgias Odontológicas Ltda. - Imbra

Advogado	FABIO JOSE DE CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	Stefano Samyr Simao
Reclamado	Imbrapar Sul Participações Societárias S.A.

Vistos os autos.

Diante da pesquisa realizada no Cadastro Nacional de Empresas e tendo restado infrutíferas as diligências efetuadas para garantia total do Juízo, intime-se o exeqüente para, no prazo de 30 dias, fornecer meios efetivos ao prosseguimento da execução, ou requerer o que entender de direito, sob pena de sobrestamento do feito por execução frustrada por 1 ano, a teor dos artigos 268 a 270 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, publicado no Diário da Justiça, Seção 3, n° 66, páginas 1/12, de 5/4/2006, o que desde já fica autorizado, caso o prazo ora concedido decorra in albis.

Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-597-37.2011.5.10.0015

Reclamante	Gilmar de Vasconcelos Lira
Advogado	PATRIQUENIA BUENO SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Móveis FM Comércio e Serviços Ltda. EPP
Advogado	JOSAPHA FRANCISCO DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Fábrica de Móveis Florense Ltda.
Advogado	CLÓVIS POLO MARTINEZ(OAB: null)

Vistos, etc.

Concedo ao Sr. Perito o elastecimento do prazo para elaboração de laudo pericial, por mais trinta dias, conforme requerido.

Considerando o prazo acima concedido, retire-se o feito da pauta de audiências anteriormente marcada, designando como nova data para realização de audiência o dia 28/06/2012 às 09h17min.

Dê-se ciência ao Sr. Perito, bem como às partes envolvidas. Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS

Despacho

Processo Nº RT-656-25.2011.5.10.0015

Reclamante	Dimar Suares Fernandes
Advogado	PAULO GUILHERME MARÇAL RODRIGUES(OAB: null)
Reclamado	Coopertran-Cooperativa dos Transportes Publicos do Distrito Federal
Advogado	JOYCE KELLY BARRA(OAB: null)

Vistos. Compulsando melhor os autos, verifico que assiste razão o reclamante em suas alegações contidas à fl. 137. Corrijo o valor das duas primeiras parcelas, acrescidas das multas pela ausência de pagamento, para R$ 2.000,00 (dois mil reais).

Aplico multa quanto a terceira parcela, no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), tendo em vista que o pagamento fora efetuado após o vencimento, conforme se verifica no extrato bancário juntado à fl. 139. Pelo exposto, fixo o novo valor da execução em R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sem prejuízo de futuras atualizações.

Intime-se a executada, para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas proceder o pagamento do valor acima, sob pena de prosseguimento dos atos executórios.

Não ocorrendo o pagamento espontâneo, proceda-se a constrição de ativos financeiros, via bacen/jud, em desfavor da executada CNPJ 00.402.539/0001-77, observando-se o valor retro mencionado. Publique-se. Cumpra-se. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-662-32.2011.5.10.0015

Reclamante	Paulo Pereira da Silva
Advogado	GILVANIO LUIZ RODRIGUES(OAB: null)
Reclamado	Viplan Viacao Planalto Limitada
Advogado	SONIA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: null)

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo o recurso interposto pela reclamada.

O reclamante fora devidamente intimado para contra-arrazoar, conforme se vê do Ato de fls. 234, tendo se manifestado às fls.236.

Remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-669-87.2012.5.10.0015

Reclamante	Marcia Ribeiro de Oliveira
Advogado	SIMONE DE SOUSA TORRES(OAB: null)
Reclamado	Conversa Cafe e Servicos de Cerimonial Ltda.

Vistos, etc.

Verifica-se que a notificação da reclamada (fl. 26) retornou com a informação de "desconhecido", contudo observa-se que o endereço está incompleto e ainda o número da rua está incorreto, assim não pode considerar válida a referida notificação.

Deverá a Secretaria alterar no sistema de acompanhamento processual o endereço da reclamada para fazer constar: AC Rua Norte, lote 05, bloco 04, loja 28 e 28-A, térreo, Águas Claras/DF, CEP 71.900-100.

Notifique-se, com urgência, a reclamada no endereço acima, enviando cópia da inicial e deste despacho.

Mantida a audiência do dia 13/06/2012 às 12h55min e todas as cominações anteriores. Publique-se. Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS

Despacho

Processo Nº RT-677-98.2011.5.10.0015

Reclamante	Fabiola da Silva Amorim Gurgel de Sousa
Advogado	GILBERTO CLAUDIO HOERLLE(OAB: null)
Reclamado	Banco Citibank S A
Advogado	OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: null)

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo o recurso interposto pelo banco reclamado.

Assino à reclamante o prazo de 08 dias para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso ordinário interposto.

Apresentada a manifestação ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-755-58.2012.5.10.0015

Reclamante	Fabio Jorge Farinha
Advogado	CRISTIANA MEIRA MONTEIRO(OAB: null)
Reclamado	Instituto Euro Americano de Educacao Ciencia Tecnologia

Processo 000755-58.2012.5.10.0015

Vistos os autos, nos termos do art. 23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.

De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 28 de junho de 2012, às 09h10min, para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 513, lotes 02/03, nesta Capital.

Intime-se o Reclamante, através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.

Notifique-se a Reclamada, por SEED, enviando-lhe cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverão o(s) reclamado(s) juntar, obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Havendo necessidade de intimação de testemunha(s), o respetivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial ora designada, sob pena de preclusão.

Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT. Brasília-DF, 30 de abril de 2012 (2ª - feira).

Kleber Ferreira Costa
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-777-53.2011.5.10.0015

Reclamante	Vitor Aparecido Caivano Joppert
Advogado	ANDRÉ JORGE ROCHA DE ALMEIDA(OAB: null)
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos. - ECT
Advogado	ANE CAROLINA DE MEDEIROS RIOS(OAB: null)

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo o recurso interposto pelo reclamante.

Assino à reclamada o prazo de 08 dias para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso ordinário interposto.

Apresentada a manifestação ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-789-33.2012.5.10.0015

Reclamante	Fagner do Nascimento Pereira
Advogado	JOSE ALDEMIR BORGES DE MATOS(OAB: null)
Reclamado	Fercon Ferragens e Materiais de Construcao Ltda

Processo 000789-33.2012.5.10.0015

Vistos os autos, nos termos do art. 23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.

De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 04 de julho de 2012, às 12h55min, para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 513, lotes 02/03, nesta Capital.

Intime-se o Reclamante, através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.

Notifique-se a Reclamada, por SEED, enviando-lhe cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverão o(s) reclamado(s) juntar, obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Havendo necessidade de intimação de testemunha(s), o respetivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial ora designada, sob pena de preclusão.

Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT. Brasília-DF, 30 de abril de 2012 (2ª - feira).

Kleber Ferreira Costa
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-795-40.2012.5.10.0015

Reclamante	Maruska Pimentel Ribeiro
Advogado	JOÃO RODRIGUES NETO(OAB: null)
Reclamado	Centro de Referencia, Estudos e Acoes Sobre Criancas e Adolescentes - Cecria

Processo 000795-40.2012.5.10.0015

Vistos os autos, nos termos do art. 23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.

De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 04 de julho de 2012, às 12h50min, para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 513, lotes 02/03, nesta Capital.

Intime-se a Reclamante, através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.

Notifique-se a Reclamada, por SEED, enviando-lhe cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverão o(s) reclamado(s) juntar, obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Havendo necessidade de intimação de testemunha(s), o respetivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial ora designada, sob pena de preclusão.

Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT. Brasília-DF, 30 de abril de 2012 (2ª - feira).

Kleber Ferreira Costa
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-797-10.2012.5.10.0015

Reclamante	Igor Rafael de Oliveira Goncalves
Advogado	KARLA CRISTINA FERREIRA DE SIQUEIRA(OAB: null)
Reclamado	Sintonia Gestão de Pessoas e Serviços Temporários Ltda
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos

Processo 000797-10.2012.5.10.0015

Vistos os autos, nos termos do art. 23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.

De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 04 de julho de 2012, às 12:45hs., para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 513, lotes 02/03, nesta Capital.

Intime-se o Reclamante, através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.

Notifiquem-se as Reclamadas, a primeira por AR e a segunda por SEED, enviando-lhes cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverão o(s) reclamado(s) juntar, obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

A tramitação do presente feito observará as disposições da Lei nº 9.957/2000 (Procedimento Sumaríssimo), ressalvada a sistemática da audiência, a qual, considerando a diversidade/complexidade da matéria e pedidos em debate, e com base na faculdade estabelecida no art. 852-H, §§ 1º, será fracionada.

Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT. Brasília-DF, 30 de abril de 2012 (2ª - feira).

Kleber Ferreira Costa
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-801-47.2012.5.10.0015

Reclamante	Gilson Arruda de Brito
Advogado	PAULO FERNANDO DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Construtora São Mateus Ltda
Reclamado	JC Gontijo Engenharia S.A.

Processo 000801-47.2012.5.10.0015

Vistos os autos, nos termos do art. 23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.

De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 04 de julho de 2012, às 13:00hs., para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 513, lotes 02/03, nesta Capital.

Intime-se o Reclamante, através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.

Notifiquem-se as Reclamadas, por SEED, enviando-lhes cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverão o(s) reclamado(s) juntar, obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

A tramitação do presente feito observará as disposições da Lei nº

9.957/2000 (Procedimento Sumaríssimo), ressalvada a sistemática da audiência, a qual, considerando a diversidade/complexidade da matéria e pedidos em debate, e com base na faculdade estabelecida no art. 852-H, §§ 1º, será fracionada.

Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT. Brasília-DF, 30 de abril de 2012 (2ª - feira).

Kleber Ferreira Costa
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-803-17.2012.5.10.0015

Reclamante	Joao da Amacena Silva
Advogado	LINCOLN CARVALHO AMACENA(OAB: null)
Reclamado	Petrobras Distribuidora S A

Processo 000803-17.2012.5.10.0015

Vistos os autos, nos termos do art. 23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.

De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 04 de julho de 2012, às 13h25min, para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 513, lotes 02/03, nesta Capital.

Intime-se o Reclamante, através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.

Notifique-se a Reclamada, por SEED, enviando-lhe cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverão o(s) reclamado(s) juntar, obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Havendo necessidade de intimação de testemunha(s), o respetivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial ora designada, sob pena de preclusão.

Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT. Brasília-DF, 30 de abril de 2012 (2ª - feira).

Kleber Ferreira Costa
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-811-91.2012.5.10.0015

Reclamante	Fabio Pereira da Costa
Advogado	ROGÉRIO ISAIAS ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Reclamado	Banco Central do Brasil

Vistos os autos, nos termos do art. 23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.

De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 04 de julho de 2012, às 13h40min, para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 513, lotes 02/03, nesta Capital.

Intime-se o Reclamante, através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.

Notifiquem-se as Reclamadas, sendo a primeira, por SEED , e a segunda, por mandado judicial enviando-lhe cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverão o(s) reclamado(s) juntar, obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Havendo necessidade de intimação de testemunha(s), o respetivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial ora designada, sob pena de preclusão.

Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT.

Despacho

Processo Nº RT-816-16.2012.5.10.0015

Reclamante	Firmino Lucas Neto
Advogado	ROGÉRIO ISAIAS ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Reclamado	Banco Central do Brasil

Vistos os autos, nos termos do art. 23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.

De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 29 de junho de 2012, às 15h30min, para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 513, lotes 02/03, nesta Capital.

Intime-se o Reclamante, através de seu procurador devidamente

constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.

Notifiquem-se as Reclamadas, sendo a primeira, por SEED , e a segunda, por mandado judicial enviando-lhe cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverão o(s) reclamado(s) juntar, obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Havendo necessidade de intimação de testemunha(s), o respetivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial ora designada, sob pena de preclusão.

Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT.

Despacho

Processo Nº RT-823-08.2012.5.10.0015

Reclamante	Quiteria Feitosa dos Santos
Advogado	ROGÉRIO ISAIAS ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Reclamado	Banco Central do Brasil

Vistos os autos, nos termos do art. 23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.

De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 04 de julho de 2012, às 13h35min, para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 513, lotes 02/03, nesta Capital.

Intime-se a Reclamante, através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.

Notifiquem-se as Reclamadas, sendo a primeira, por SEED , e a segunda, por mandado judicial enviando-lhe cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverão o(s) reclamado(s) juntar, obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Havendo necessidade de intimação de testemunha(s), o respetivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial ora designada, sob pena de preclusão.

Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT.

Despacho

Processo Nº RT-837-89.2012.5.10.0015

Reclamante	Raimundo dos Santos Soares
Advogado	ALDEISE DE SOUSA E SILVA FIGUEIREDO(OAB: null)
Reclamado	Tecnica Construcao Comercio e Industria Ltda

Processo 000837-89.2012.5.10.0015

Vistos os autos, nos termos do art. 23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.

De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 28 de junho de 2012, às 09:00hs., para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 513, lotes 02/03, nesta Capital.

Intime-se o Reclamante, através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.

Notifique-se a Reclamada, por SEED, enviando-lhe cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverão o(s) reclamado(s) juntar, obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

A tramitação do presente feito observará as disposições da Lei nº 9.957/2000 (Procedimento Sumaríssimo), ressalvada a sistemática da audiência, a qual, considerando a diversidade/complexidade da matéria e pedidos em debate, e com base na faculdade estabelecida no art. 852-H, §§ 1º, será fracionada.

Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT. Brasília-DF, 30 de abril de 2012 (2ª - feira).

Kleber Ferreira Costa
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-851-73.2012.5.10.0015

Reclamante	José Lenildo da Costa
Advogado	PAULO FERNANDO DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Construtora São Mateus Ltda.
Reclamado	JC Gontijo Engenharia S.A.

Processo 000851-73.2012.5.10.0015

Vistos os autos, nos termos do art. 23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.

De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 28 de junho de 2012, às 09:05hs., para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 513, lotes 02/03, nesta Capital.

Intime-se o Reclamante, através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.

Notifique-se a Reclamada, por SEED, enviando-lhe cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverão o(s) reclamado(s) juntar, obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

A tramitação do presente feito observará as disposições da Lei nº 9.957/2000 (Procedimento Sumaríssimo), ressalvada a sistemática da audiência, a qual, considerando a diversidade/complexidade da matéria e pedidos em debate, e com base na faculdade estabelecida no art. 852-H, §§ 1º, será fracionada.

Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT. Brasília-DF, 30 de abril de 2012 (2ª - feira).

Kleber Ferreira Costa
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-866-76.2011.5.10.0015

Reclamante	Maicon Fernando tomazi
Reclamado	Wagner Canhedo Azevedo e outros (2)

Vistos os autos.

Cumpra-se.

Expeça-se mandado de intimação, conforme pretendido pelo Juízo Deprecante.

Ultimadas as medidas, devolvam-se os autos com nossas homenagens e cautelas habituais.

Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-866-42.2012.5.10.0015

Reclamante	Adailton Lima de Jesus
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Omega Tecnologia e Engenharia Ltda
Reclamado	MVG Engenharia e Construcao Ltda

Processo nº 0000866-42.2012.5.10.0015

Vistos os autos, nos termos do art. 23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.

De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 25/05/2012, às 14:20hs., para realização da audiência UNA relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 513, lotes 02/03, nesta Capital.

Intime-se o Reclamante, através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.

Notifiquem-se as Reclamadas, a primeira por SEED e a segunda por AR, enviando cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverão o(s) reclamado(s) juntar, obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

A reclamação será instruída em audiência UNA, devendo as partes trazer, espontaneamente, suas testemunhas e demais provas, sob pena de preclusão. As testemunhas, em número máximo de duas para cada parte, deverão comparecer independentemente de intimação (arts. 852-C e 852-H, parágrafo 2º da CLT, com redação da Lei nº 9.957/2000), munidas de documento de identificação.

A tramitação do presente feito observará as disposições da Lei nº 9.957/2000 (Procedimento Sumaríssimo).

Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT.

Brasília-DF, 30 de abril de 2012 (2ª - feira).

Kleber Ferreira Costa
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-876-23.2011.5.10.0015

Reclamante	Alberto Lino da Silva Filho

Advogado	RITA HELENA PEREIRA PINTO(OAB: null)
Reclamado	Agil Servicos Especiais Ltda
Advogado	NILTON DA SILVA CORREIA(OAB: null)
Reclamado	Shopping Brasil 21
Advogado	JOSE MAURICIO DE OLIVEIRA(OAB: null)

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo o recurso adesivo interposto pela 1ª reclamada.

Assino ao reclamante o prazo de 08 dias para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso adesivo interposto.

Sucessivamente, o mesmo prazo para a 2ª reclamada, a partir de 15/05/2012, aos mesmos fins.

Apresentadas as manifestações ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-913-50.2011.5.10.0015

Reclamante	Adalucio Brignol Espindola
Advogado	DÁISON CARVALHO FLORES(OAB: null)
Reclamado	Plano Brasilia Editora Ltda.
Reclamado	Nubia Paula Goncalves
Reclamado	Edson Crisostomo Pereira

Vistos os autos.

Diante do levantamento parcial do débito exequendo e abatimento da parcela no importe total da execução, intime-se a executada para, no prazo de 48 horas, proceder o pagamento de forma espontânea no importe de R$3.746,19, sob pena de prosseguimento da execução até seus ulteriores termos.

Decorrido o prazo in albis, proceda à Secretaria a pesquisa para penhora de ativos financeiros em desfavor da executada: Plano Brasília Editora Ltda CNPJ: 06.021.649/0001-75, utilizando-se do convênio BACENJUD, diligência esta que mostrando-se proveitosa deverá ser renovada até a quitação total do débito.

Caso reste infrutífera, a Secretaria deverá efetuar o bloqueio de transferência de veículos do executado que não se encontrem gravados de ônus, utilizando-se da ferramenta RENAJUD, bem como expedir mandado para a sua penhora, ficando o Oficial de Justiça autorizado a penhorar quaisquer outros bens de comprovada propriedade do devedor que estejam livres e desembaraçados.

Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-984-52.2011.5.10.0015

Reclamante	Graziela Ferreira Franca
Advogado	RUBENS SANTORO NETO(OAB: null)
Reclamado	Capital Empresa de Servicos Gerais Limitada
Advogado	TIAGO CAMARGO THOMÉ MAYA MONTEIRO(OAB: null)
Reclamado	Cons Nac de Desenvolvimento Cientifico e Tecnologico - CNPq

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo o recurso interposto pela 2ª reclamada.

Assino à 1ª reclamada o prazo de 08 dias para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso ordinário interposto.

Sucessivamente, o mesmo prazo para o reclamante, a partir de 15/05/2012, aos mesmos fins.

Apresentadas as manifestações ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo.

Intimações apenas por publicação no DJTE, observando-se que é desnecessária expedição de edital, à luz do art. 322 do CPC, que dispõe que os prazos concedidos a partes revéis correm, independentemente de intimação, a partir da publicação do ato. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-1002-10.2010.5.10.0015

Reclamante	Claudemir Pereira Lima
Advogado	GABRIEL VASCONCELOS PORTES(OAB: null)
Reclamado	Linknet Tecnologia e Telecomunicacoes Ltda
Advogado	WALDIR RAMOS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Gilberto Batista de Lucena
Reclamado	Julio Antonio Maciel da Silveira

Vistos os autos.

O exequente requer prosseguimento da execução sobre a multa das parcelas pagas em atraso.

A executada por sua vez alega e comprova que o valor da 1ª parcela foi devidamente paga, no entanto, em processo diverso, na 21ª Vara do Trabalho, requerendo isenção de multa sobre a referida parcela.

Mantenho a decisão de fls. 75 com a aplicação da multa sobre a 1ª e 10ª parcelas do acordo.

Intime-se o exequente para recebimento do pagamento da 1ª e 10ª parcelas do acordo, por intermédio das guias acostadas na contra capa dos autos, sob os números das contas: 3920.042.04936446-0 e 3920.042.04936185-1.

Intime-se, ainda, a executada para efetuar o pagamento da multa referente as duas parcelas, ou seja, R$1.200,00, sob pena de prosseguimento da execução, no prazo de 05 dias.

Decorrido o prazo in albis, prossiga com a execução até seus ulteriores termos.

Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-1020-94.2011.5.10.0015

Reclamante	Fabio Rodrigues Moreira
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Polimix Concreto Ltda
Advogado	PEDRO LUIZ RODRIGUES DE SOUZA(OAB: null)

Vistos.

1. Diante da comprovação apresentada pela executada às fls.77/78, tenho por quitadas as parcelas previdenciárias.

2. Assim, quitado integralmente o débito e não tendo outras parcelas pendentes de pagamento, declaro extinta a execução nos termos do art. 794, I e 795, ambos do CPC.

3. Intime-se a executada para, no prazo de 5 dias, levantar guia acostada à contracapa dos autos.

4. Retirada a guia, arquivem-se os autos definitivamente.

5. Cumpra-se. Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS

Despacho

Processo Nº RT-1070-23.2011.5.10.0015

Reclamante	Valdete Viana
Advogado	KLAUS STENIUS BEZERRA CAMELO DE MELO(OAB: null)
Reclamado	Servico Federal de Processamento de Dados (Serpro)
Advogado	NILTON DA SILVA CORREIA(OAB: null)

Vistos.

Observado erro material às fls. 625, razão pela qual torno sem efeito o referido ato.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo o recurso interposto pelo reclamado.

Assino à reclamante o prazo de 08 dias para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso ordinário interposto.

Apresentada a manifestação ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-1120-49.2011.5.10.0015

Reclamante	Cezario Lima Sa Santos
Advogado	ANTÔNIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Striker Bar Restaurante e Entretenimento Ltda
Advogado	JORGE JAEGER AMARANTE(OAB: null)

...intime-se o autor para, no prazo de cinco dias, receber o referido documento, bem como trazer aos autos o extrato de sua conta vinculada ao FGTS, para a correta e perfeita liquidação do feito. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-1162-35.2010.5.10.0015

Reclamante	Lucilene Soares Brasileiro
Advogado	MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA(OAB: null)
Reclamado	Higiterc - Higienizacao e Terceirizacao Ltda
Reclamado	Agencia Nacional de Vigilancia Sanitaria - Anvisa
Advogado	CAROLINA GARCIA PACHECO(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO, a teor do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do

Eg. TRT/10: intimação da reclamante para, no prazo de cinco dias, receber a sua CTPS devidamente anotada.

KLEBER FERREIRA COSTA

Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-1216-64.2011.5.10.0015

Reclamante	Paulene Pedrosa e Assis
Advogado	PATRICIA ELIZA ALVES MOREIRA(OAB: null)
Reclamado	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda - Tcb
Advogado	MAURICIO MIRANDA DURAES(OAB: null)
Reclamado	DF - Trans - Autarquia do Distrito Federal
Advogado	LUCAS TERTO FERREIRA VIEIRA(OAB: null)
Reclamado	Distrito Federal (Secretaria de Estado de Administração Pública)
Advogado	LUCAS TERTO FERREIRA VIEIRA(OAB: null)

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo o recurso interposto pelos reclamantes.

Assino à 1ª reclamada o prazo de 08 dias para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso ordinário interposto pela outra parte.

Sucessivamente, o prazo legal comum para as 2ª e 3ª reclamadas, a partir de 15/05/2012, aos mesmos fins.

Apresentadas as manifestações ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-1230-48.2011.5.10.0015

Reclamante	Joao Felinto dos Santos
Advogado	FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE(OAB: null)
Reclamado	Ipanema Empresa de Servicos Gerais e Transportes Ltda
Advogado	CARLOS COSTA SILVA FREIRE(OAB: null)

ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO: 01230-2011-015-10-00-1

RECLAMANTE: Joao Felinto dos Santos

RECLAMADO: Ipanema Empresa de Servicos Gerais e Transportes Ltda

Em 27 de abril de 2012, na sala de sessões da MM. 15ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF, sob a direção da Exmo(a). Juíza LAURA RAMOS MORAIS, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 12h56min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a). Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.

Ausente o(a) reclamante e seu advogado.

Ausente o(a) reclamado(a) e seu advogado.

Tendo em vista que o laudo complementar foi apresentado sem vista a parte contrária, concedo o prazo comum de 5 dias para manifestação das partes quanto ao laudo complementar.

As partes não têm outras provas orais a produzir.

Designa-se para ENCERRAMENTO da instrução e renovação da proposta conciliatória a data de 28/05/2012, às 12h44min, dispensado o comparecimento das partes.

Publique-se para ciência das partes. Audiência encerrada às 12h58min.Nada mais.

LAURA RAMOS MORAIS - Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-1335-25.2011.5.10.0015

Reclamante	Rabizaque Pereira Nascimento
Advogado	ALEXANDRE DA SILVEIRA BARBOSA(OAB: null)
Reclamado	Milano Comercial de Moveis Ltda Me
Advogado	HUDSON LINHARES BATISTA(OAB: null)

Vistos.

Intime-se a reclamada para, no prazo de 5 dias, comprovar o depósito da 5ª parcela do acordo homologado às fls.40 dos autos, o qual deveria ter sido feito até 20/04/2012, OU comprovar o depósito acrescido da multa de 100% estipulada em caso de inadimplência, sob pena de execução.

Inadimplida a referida parcela, retornem os autos conclusos à fixação do débito e aos atos executórios, inclusive quanto aos depósitos fundiários inadimplentes.

Publique-se. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-1397-65.2011.5.10.0015

Reclamante	Carlos Guedes de Miranda
Advogado	MARCO AURÉLIO GHISLENI ZARDIN(OAB: null)
Reclamado	Dan Engenharia e Consultoria Ltda
Advogado	REGINA SEBASTIANA CALDEIRA(OAB: null)

Reclamado	Dan Construtora Ltda
Advogado	REGINA SEBASTIANA CALDEIRA(OAB: null)

Isto posto, DECIDO, na reclamatória trabalhista que move CARLOS GUEDES DE MIRANDA em face de DAN ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA E DAN CONSTRUTORA LTDA:
II- Julgar PROCEDENTE EM PARTE os pedidos elencados na inicial para CONDENAR as reclamadas de forma solidária a pagarem ao autor nos termos do art. 2º § 2º da CLT.

A pagar ao reclamante, acrescidos de juros e correção monetária as parcelas elencadas na fundamentação as parcelas a título de:

a) adicional de periculosidade (30%) sobre o salário base contantes dos contracheques (art.128 e art. 460 do CPC) no que tange se tratar de eletricitário, por todo pacto laboral e reflexos em férias acrescidas de 1/3, 13º salários e depósitos de FGTS acrescidos de 40%.

Honorários periciais na forma da fundamentação.

Descontos previdenciários e fiscais a incidirem na forma do art. 114, VIII da CF/88 e demais legislações aplicáveis sobre as parcelas especficadas de natureza salarial como adicional de periculosidade e reflexos em 13º salário.

Tudo nos termos da fundamentação retro que fica fazendo parte integrante do presente dispositivo, observando-se os limites da exordial. Improcedente os demais pedidos por falta de amparo legal.

Custas pela reclamada no importe de R$ 400,00 calculadas sobre o valor da arbitrado a causa de R$ 20.000,00. O reclamante é beneficiário da gratuidade de justiça.

Intimem-se as partes. Nada mais.

Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS

Despacho

Processo Nº RT-1427-03.2011.5.10.0015

Reclamante	Deusa Maria Pereira Mendes
Advogado	Thiago Noboru Takai(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda
Reclamado	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuaria
Advogado	ANDRÉA DURAN SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Info Key Comércio e Serviços Ltda
Advogado	DANIEL AUGUSTO NITSCHKE(OAB: null)

Vistos os autos.

Diante da pesquisa realizada no Cadastro Nacional de Empresas e tendo restado infrutíferas as diligências efetuadas para garantia total do Juízo, intime-se o exeqüente para, no prazo de 30 dias, fornecer meios efetivos ao prosseguimento da execução, ou requerer o que entender de direito, sob pena de sobrestamento do feito por execução frustrada por 1 ano, a teor dos artigos 268 a 270 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, publicado no Diário da Justiça, Seção 3, n° 66, páginas 1/12, de 5/4/2006, o que desde já fica autorizado, caso o prazo ora concedido decorra in albis.

Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-1442-06.2010.5.10.0015

Reclamante	Ricardo de Souza Santos
Advogado	ADERALDO DE MORAIS LEITE(OAB: null)
Reclamado	Confederacao da Agricultura e Pecuaria do Brasil
Advogado	CRISTIANO BARRETO ZARANZA(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO, a teor do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do
Eg. TRT/10: intimação da reclamada para, no prazo de cinco dias, proceder à anotação na CTPS obreira conforme determinado em sentença.

KLEBER FERREIRA COSTA
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-1480-18.2010.5.10.0015

Reclamante	Sindicato dos Trabalhadores Nas Industrias Graficas No Distrito Federal
Advogado	LUIS ANTONIO ALMEIDA CORTIZO(OAB: null)
Reclamado	Ipanema Empresa de Servicos Gerais e Transportes Ltda.
Advogado	CARLOS COSTA SILVA FREIRE(OAB: null)
Reclamado	Tribunal de Justica do Distrito Federal e dos Territorios

Vistos. Trata-se de execução de custas processuais em que o autor fora condenado, nos termos da sentença de fls. 1300/1308. Homologo a atualização de cálculos (fls. 1362/1363) fixando o valor da execução em R$ 17.122,26, sem prejuízo de futuras atualizações. A execução encontra-se parcialmente garantida mediante os numerários correspondentes às guais de fls. 1355, 1356, 1357 1358 e 1359, valores que totalizam a importância de R$ 10.483,40, restando a importância de R$ 6.638,86 para garantia integral da execução. Ante a manifestação do autor/executado contida à fl. 1360, defiro o parcelamento do valor remanescente, para garantia integral da execução, em três parcelas no importe de R$ 2.212,96 (dois mil duzentos e cento e doze reais e noventa e seis centavos), com vencimento da primeira dia 15 de maio de 2012 e as demais no dia 15 dos meses subsequentes, sob pena de aplicação de multa de 50% sob o valor de cada parcela inadimplida. Após a confirmação da garantia integral da execução, façam-me os autos conclusos para determinação do recolhimento das custas processuais e consequente extinção da execução. Publique-se. Cumpra-se. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-1481-66.2011.5.10.0015

Reclamante	Ieda Salete Bellei
Advogado	RICARDO LUIZ RODRIGUES DA FONSECA PASSOS(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil Sa
Advogado	VICENTE CARDOSO DE FIGUEIREDO(OAB: null)

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo o recurso interposto pela reclamante.

Assino ao banco reclamado o prazo de 08 dias para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso ordinário interposto.

Apresentada a manifestação ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo. Juiz do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-1487-73.2011.5.10.0015

Reclamante	Janio Cezar Luiz Pohren
Advogado	RODRIGO FRANÇA DORNELAS(OAB: null)
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Advogado	FÁBIO DOURADO OLIVEIRA(OAB: null)

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse

de agir, pelo que recebo os recursos interpostos por ambas as partes.

Assino à reclamada o prazo de 08 dias para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso ordinário interposto pela outra parte.

Sucessivamente, o mesmo prazo para o reclamante, a partir de 15/05/2012, aos mesmos fins.

Apresentadas as manifestações ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-1543-43.2010.5.10.0015

Reclamante	Jandir Candido da Mota
Advogado	MARCIO EDUARDO CAIXETA BORGES(OAB: null)
Reclamado	Pedreira Pedra Negra Ltda
Advogado	ESTEFÂNIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS(OAB: null)

Vistos.

Trânsito em julgado certificado às fls.168.

Execução inteiramente satisfeita.

Arquivem-se definitivamente os autos. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-1544-91.2011.5.10.0015

Reclamante	Rosa Claudia Mesquita Silva
Advogado	ELIZABETH TOSTES PEIXOTO(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil Sa
Advogado	VICENTE CARDOSO DE FIGUEIREDO(OAB: null)

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo os recursos interpostos por ambas as partes.

Assino à reclamada o prazo de 08 dias para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso ordinário interposto pela outra parte.

Sucessivamente, o mesmo prazo para o reclamante, a partir de 15/05/2012, aos mesmos fins.

Apresentadas as manifestações ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-1545-76.2011.5.10.0015

Reclamante	Myrla Martins Medeiros
Advogado	GERALDO MARCONE PEREIRA(OAB: null)
Reclamado	Worktime Assessoria Empresarial Ltda
Reclamado	União Federal - Ministério da Saúde
Advogado	LUIZ FELIPE CARDOSO DE MORAES FILHO(OAB: null)

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo o recurso interposto pela União.

Assino à reclamante e à 1ª reclamada o prazo comum de 08 dias para, querendo, apresentarem contrarrazões ao recurso ordinário interposto.

Apresentada a manifestação ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo.

Intimações apenas por publicação no DJTE, observando-se que é desnecessária expedição de edital a partes revéis, à luz do art. 322 do CPC, que dispõe que os prazos concedidos às referidas partes correm, independentemente de intimação, a partir da publicação do ato. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-1659-15.2011.5.10.0015

Reclamante	Ivonete Pereira de Souza
Advogado	CARLOS AUGUSTO DITTRICH(OAB: null)
Reclamado	Terra Azul Alimentacao Coletiva e Servicos Ltda
Advogado	ANTONIO CARLOS DA SILVA DUENAS(OAB: null)
Reclamado	Distrito Federal
Advogado	EDVALDO NILO DE ALMEIDA(OAB: null)

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo o recurso interposto pelo Distrito Federal.

Assino à 1ª reclamada o prazo de 08 dias para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso ordinário interposto pela outra parte.

Sucessivamente, o mesmo prazo para o reclamante, a partir de 15/05/2012, aos mesmos fins.

Apresentadas as manifestações ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-1702-49.2011.5.10.0015

Reclamante	Oziel de Souza Gomes
Advogado	FELIPE JOSE PEREIRA SERVA(OAB: null)
Reclamado	Meridional Serviços Gerais Ltda

Vistos.

Expeça-se Alvará Judicial para levantamento de FGTS, conforme determinado em sentença, ficando desde já intimado o reclamante para vir recebê-lo no prazo de cinco dias.

Após o recebimento, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.

Cumpra-se.

Publique-se. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-1756-15.2011.5.10.0015

Reclamante	Osvaldo Francisco de Souza
Advogado	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Hb Engenharia Ltda
Advogado	FERNANDO LUÍS RUSSOMANO OTERO VILLAR(OAB: null)

Vistos.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, tempestividade, preparo, regularidade de representação e interesse de agir, pelo que recebo o recurso interposto pela reclamada.

Assino ao reclamante o prazo de 08 dias para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso ordinário interposto.

Apresentada a manifestação ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao TRT, observadas as cautelas de estilo. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-1760-52.2011.5.10.0015

Reclamante	Carmem Lopes dos Santos
Advogado	SEBASTIÃO PEREIRA GOMES(OAB: null)

Reclamado	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda
Reclamado	Alessandro Facundes Bonfim Bezerra
Reclamado	Silvio Pimenta Vieira
Reclamado	Irenice Maria de Avila Pimenta Vieira

ATO ORDINATÓRIO, a teor do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do
Eg. TRT/10:intimação da 1ª reclamada para, querendo, no prazo de oito dias apresentar suas contrarrazões ao recurso ordinário interposto pela reclamante.
KLEBER FERREIRA COSTA
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-1855-82.2011.5.10.0015

Reclamante	Maria do Livramento da Mota Pio
Advogado	EDMUNDO JOSE MODESTO GONZAGA(OAB: null)
Reclamado	Christianno Transportes e Servicos Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

Vistos.
Intime-se o reclamado para, no prazo de 5 dias, comprovar o depósito da 1ª parcela do acordo homologado às fls.61 dos autos, o qual deveria ter sido feito até 13/04/2012, OU comprovar o depósito acrescido da multa de 100% estipulada em caso de inadimplência, sob pena de antecipação das parcelas vincendas e execução.
Inadimplida a referida parcela, retornem os autos conclusos à fixação do débito e aos atos executórios.
Publique-se. Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS

Despacho

Processo Nº RT-2032-46.2011.5.10.0015

Reclamante	Daniela Alves Martins
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Servicos Especializados Ltda
Advogado	DALMO ROGÉRIO SOUZA DE ALBUQUERQUE(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO, a teor do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do
Eg. TRT/10: remessa dos autos à contadoria, conforme fls.52.
KLEBER FERREIRA COSTA
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-2127-76.2011.5.10.0015

Reclamante	Nathalia Damascena Nascimento
Advogado	GERALDO MARCONE PEREIRA(OAB: null)
Reclamado	Worktime Assessoria Empresarial Ltda
Advogado	LEANDRO COELHO DINIZ(OAB: null)
Reclamado	União Federal - Ministério da Saúde
Advogado	LUIZ FELIPE CARDOSO DE MORAES FILHO(OAB: null)

Isto posto, DECIDO, na reclamatória trabalhista que move NATHALIA DAMASCENA NASCIMENTO em face de WORKTIME ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA E UNIÃO
I - Julgar PROCEDENTE pedidos elencados na inicial para: CONDENAR a 1ª reclamada e de forma subsidiária a 2ª reclamada a pagar ao reclamante o que for apurado pelo Setor de Cálculos, acrescidos de juros e correção monetária, a título das seguintes parcelas:
a) 6 dias de julho de 2011; 13º salário proporcional 07/12; férias proporcionais acrescidas de 1/3, férias vencidas acrescidas de 1/3, depósito de FGTS referente a julho de 2011, a agosto de 2011, multa fundiária de 40% sobre todos os depósitos de FGTS.
Multa do art. 467 da CLT e multa do art. 477 § 8º da CLT.
Devolução de desconto salarial de 1 dia conforme fundamentação.
Juros e correção na forma da lei.
Liquidação complementar pelo Setor de Cálculos (contadoria);
A apuração pelo setor de cálculos deverá obedecer os parâmetros da fundamentação.
Tudo nos termos da fundamentação retro que fica fazendo parte integrante do presente dispositivo, observando-se os limites da exordial.
Descontos previdenciários e fiscais a incidirem na forma do art. 114, VIII da CF/88 e demais legislações aplicáveis.
Na esteira do art. 832, § 3º, da CLT, tem-se que as parcelas de natureza salarial são e saldo de salário 13º salário. Improcedente os demais pedidos por falta de amparo no ordenamento jurídico.
Custas pela 1ª reclamada no importe de R$ 180,00calculadas sobre o valor que passo ora arbitrar a causa de R$ 9.000,00. A demandante e a 2ª reclamada são beneficiários da gratuidade de justiça, pelo que ficam isentos.
Intimem-se as partes.. Nada mais.
Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS

Despacho

Processo Nº RT-2137-23.2011.5.10.0015

Reclamante	Jose Airton Rodrigues de Morais
Advogado	REGIS CAJATY BARBOSA BRAGA(OAB: null)
Reclamado	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal Metro DF
Advogado	SEVERINO DE SOUSA OLIVEIRA(OAB: null)

Isto posto, DECIDO, na reclamatória trabalhista que move JOSE AIRTON RODRIGUES DE MORAIS em face de COMPANHIA DO METROPOLITANDO DO DISTRITO FEDERAL- METRO- DF
I - Julgar PROCEDENTE EM PARTE os pedidos elencados na inicial para: CONDENAR a reclamada a pagar ao reclamante, acrescidos de juros e correção monetária tão somente o pedido de:
a) condenar a reclamada para proceder a incorporação ao vencimento básico da gratificação de titulação prevista nos inciso VIII, no percentual de 7%, sobre o vencimento básico a título de gratificação de titulação prevista no art. 37, inciso VIII, mas a contar de janeiro/12 (conforme termos da fundamentação) até a efetiva incorporação e parcelas vencidas e vincendas e reflexos nas parcelas a título de férias acrescida de 1/3, 13º salários, horas extras pagas, adicional de periculosidade e adicional noturno (Os 3 últimos desde que efetivamente comprovadas nos contracheques) em contracheques e depósitos de FGTS.
Indefiro os reflexos em auxílio alimentação em face da natureza indenizatória do mesmo.
Juros e correção na forma da lei. Improcedentes todos os demais pedidos.
Tudo nos termos da fundamentação retro que fica fazendo parte integrante do presente dispositivo, observando-se os limites da exordial. Improcedente os demais pedidos por falta de amparo legal.
Descontos previdenciários e fiscais a incidirem na forma do art. 114, VIII da CF/88 e demais legislações aplicáveis, inclusive art.876,§ único da CLT.
Na esteira do art. 832, § 3º, da CLT, tem-se que a gratificação de função e reflexos no 13º salário, horas extras, adicional de periculosidade e noturno(os 3 últimos desde que comprovados nos contracheques) se referem a natureza salarial pela qual há incidência de descontos previdenciários e fiscais.
Honorários assistenciais na forma da fundamentação

Custas pela reclamada no importe de R$ 500,00 calculadas sobre o valor que ora arbitro a causa de R$ 25.000,00.O reclamante é beneficiário da gratuidade de justiça.
Intimem-se as partes. Nada mais. Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS

Despacho

Processo Nº RT-3000-52.2006.5.10.0015

Processo Nº RT-30/2006-015-10-00.4

Reclamante	Maurino Rodrigues de Oliveira
Advogado	JOAO CLIMACO DE ALMEIDA FILHO(OAB: null)
Reclamado	Gavea Emp de Vigilancia e Seguranca Ltda
Reclamado	Otávio Alves Neto
Reclamado	Sílvia Alves Cavalcante

Vistos os autos.
Diante da certidão supra, indefiro o pedido do exequente em relação ao pedido de penhora de crédito nos autos do processo nº 1149/2006 2ª VTB.
No entanto, buscando a celeridade e economia processual proceda a reserva de crédito nos autos do processo nº 348/2006 2ª VTB, no importe de R$3.759,26, valores atualizados até 30/04/2012.
Após a resposta do aludido ofício, voltem-me os autos conclusos para análise e deliberação.
Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-82700-43.2007.5.10.0015

Processo Nº RT-827/2007-015-10-00.2

Reclamante	Janaina Lucas Ribeiro
Advogado	AMÉRICO PAES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Cast Informatica S/A
Advogado	DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO(OAB: null)

(...)por garantida a execução mediante o(s) depósito(s) de fls. 395, expeça-se ofício à Caixa Econômica Federal (Ag. 3920) determinando o recolhimento das parcelas previdenciárias, conforme resumo de cálculos constante às fls. 414/415, valores a serem sacados da conta judicial constante na guia de fl. 395, devendo o saldo remanescente permanecer na mesma conta. Comprovadas as movimentações acima e não tendo outras parcelas pendentes de pagamento, declaro extinta a execução nos termos do art. 794, I e 795, ambos do CPC.
Ultimadas as determinações supra após o prazo para recurso, libere-se à executada a guia do deposito judicial de fl.395 com o saldo remanescente.
Retirada a guia, arquivem-se definitivamente os autos.
Publique-se. Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS

Despacho

Processo Nº RT-93400-78.2007.5.10.0015

Processo Nº RT-934/2007-015-10-00.0

Reclamante	Maria Heliane Bueno de Sá
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Probank S/A
Reclamado	Cobra Tecnologia S.A.
Advogado	VICTOR RUSSOMANO JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil Sa
Advogado	ISRAEL PINHEIRO TORRES(OAB: null)

Vistos.
Decorrido o prazo do art. 884 da CLT, conforme certidão supra.
Libere-se, via alvará, o crédito do exequente, condicionado aos recolhimentos das custas processuais e dos recolhimentos previdenciários. Valores a serem sacados da conta judicial de número 042.04994294-9 da Caixa Econômica Federal Ag. 3920. Intime-se o exequente para recebimento de seu crédito, para informar se deseja que a Secretaria proceda a anotação de sua CTPS e comprovar as movimentações financeiras. Prazo de 05 (cinco) dias.
Aguarde-se a comprovação das movimentações financeiras.
Quitado integralmente o débito e não tendo outras parcelas pendentes de pagamento, declaro extinta a execução nos termos do art. 794, I do CPC.
Ante a extinção da execução, determino a exclusão da executada no BNDT.
Com o cumprimento das determinações supra, arquivem-se os autos definitivamente.
Publique-se.
Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS

Despacho

Processo Nº RT-94600-52.2009.5.10.0015

Processo Nº RT-946/2009-015-10-00.7

Reclamante	Gerardo Fernandes de Oliveira
Advogado	JOSE EYMARD LOGUERCIO(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil Sa
Advogado	LEONARDO RABÊLO DE AMORIM(OAB: null)
Reclamado	PREVI - Caixa de Previdencia dos Funcs do Banco do Brasil
Advogado	MARCOS VINÍCIUS BARROS OTTONI(OAB: null)

Vistos. Considerando que a segunda reclamada (fls. 698/702) informa a incorporação ao complemento de aposentadoria do reclamante, indefiro o pedido formulado às fls. 708/709.
Esclareço ao reclamante que a sua intimação quanto ao despacho de fl. 703, é para sua manifestação no sentido de retificação ou alegação de algum dado incorreto quanto a informação prestada pela segunda reclamada, a fim de evitar futura arguição de que a referida incorporação não fora efetuada de forma correta. Desta forma, concedo ao patrono do reclamante o prazo de 30 (trinta) dias para que o mesmo localize o seu constituinte e preste a informação solicitada por este Juízo. Cumprida a determinação supra, façam-me os autos conclusos para designação de perícia técnico-contábil.
Publique-se. Cumpra-se. Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS

Despacho

Processo Nº RT-99800-40.2009.5.10.0015

Processo Nº RT-998/2009-015-10-00.3

Reclamante	Solange Vieira Lima
Advogado	FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE(OAB: null)
Reclamado	Decorline Conservação e Limpeza Ltda.
Reclamado	União (Procuradoria-Geral da República)
Advogado	TARCISIO CORREA MONTE(OAB: null)
Reclamado	Edison Jose de Araujo Junior
Reclamado	Marcelo Fernando Rodrigues de Araujo

intime-se o exequente para, no prazo de 30 dias, por intermédio do seu advogado, FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE, OAB/DF 2300, receber a guia acostada à contracapa dos autos; proceder ao saque; e apresentar meio de constrição eficaz para o

prosseguimento da execução quanto à executada principal e seus sócios, sob pena do arquivamento do feito pelo prazo de 01 (um) ano (AIRR -6190-29.2010.5.10.0000). Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS

Despacho

Processo Nº RT-132700-47.2007.5.10.0015

Processo Nº RT-1327/2007-015-10-00.8

Reclamante	Ricardo Pereira da Silva
Advogado	HOSANAH MUNIZ DA COSTA(OAB: null)
Reclamado	Engecol - Projetos e Edificações Ltda.
Advogado	LOURIVAL MOURA E SILVA(OAB: null)
Reclamado	Sergio Luiz Lisboa de Almeida
Reclamado	Sheila Tatiane Melo Freire

Vistos os autos.

1. A presente ação está em curso desde o ano de 2007 e ainda não se encontra garantida a execução

2. Assim, diante do saldo constante na conta de fl.28, cujo extrato atualizado é de R$ 0,95, intime-se a exequente para, no prazo de 30(trinta) dias, fornecer meios efetivos ao prosseguimento da execução, ou requerer o que entender de direito, sob pena de expedição de certidão de crédito. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

Despacho

Processo Nº RT-163000-21.2009.5.10.0015

Processo Nº RT-1630/2009-015-10-00.2

Reclamante	Jairo Pereira Lino
Advogado	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Caesb - Companhia de Saneamento do Distrito Federal
Advogado	ANA CECÍLIA DE FREITAS SANTOS(OAB: null)

Vistos os autos.

Diante do decurso do prazo para os fins do art. 884 da CLT da executada conforme certidão supra, libere-se ao exeqüente, via alvará e por intermédio do seu procurador, o Dr. Julio César Borges de Resende - OAB/DF 8583, o crédito devido, o que deve ser efetivado com o saldo da(s) conta(s) judicial de nº(s) 3920.042.04939030-4, condicionado aos recolhimentos fiscais, conforme resumo de cálculos de fls. 237.

Diante da garantia do Juízo e quitado o débito exequendo, declaro extinta a execução, a teor dos art. 794, I, e 795, ambos do CPC.

Proceda à Secretaria a exclusão dos executados do Banco Nacional de Dívida Trabalhista BNDT.

Intime-se o exequente para comparecer à Secretaria da vara nos 05 dias subsequentes para receber o alvará acostado na contra capa dos autos.

Os bancos deverão encaminhar à Vara os comprovantes das operações financeiras no prazo de 05 dias, contado da apresentação do alvará.

Decorrido o prazo in albis e comprovadas as movimentações financeiras, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.

Publique-se.

Edital

Edital

Processo Nº RT-206-19.2010.5.10.0015

Reclamante	Jose Roberto Oliveira Dos Santos
Advogado	THIAGO JANUÁRIO DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	JRBL Construções e Reformas Ltda.
Reclamado	Brasal Incorporações e Construções de Imóveis Ltda.
Advogado	JOSE ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: null)

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO da 15ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADO o RECLAMADO JRBL Construções e Reformas Ltda., para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito:

"...intime-se a primeira reclamada para, no prazo de cinco dias:
(a) anotar a CTPS da autora consignando admissão em 05/02/2007, dispensa em 08/01/2010 (já considerada a projeção do aviso prévio), função Armador Oficial, salário mensal de R$ 778,70; (b) comprovar o recolhimento do FGTS relativo a todo o período do vínculo empregatício ora reconhecido, sob pena de conversão em obrigação de pagar esses valores à reclamante e, no mesmo prazo, entregar o TRCT à reclamante para movimentação do FGTS (Lei 8.036/90, art. 20, inc. I), bem como a chave de conectividade, sob pena de multa diária de R$ 100,00, até o limite de R$ 1.000,00; entregar as guias do seguro desemprego, sob pena de conversão da obrigação de fazer em pagamento de indenização no valor equivalente a 5 parcelas, considerando o período de 3 anos do vínculo de emprego (Lei 8.900/94, art. 2º, § 2º, inc. III)."

O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na SEPN QUADRA 513 BLOCO B LOTES 2/3 SALAS 301/307 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, e para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

KLEBER FERREIRA COSTA
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-756-43.2012.5.10.0015

Reclamante	Alessandro Magalhaes Neves
Advogado	KLAUS STENIUS BEZERRA CAMELO DE MELO(OAB: null)
Reclamado	Iberoamericana Consultoria e Servicos Ltda-Me
Reclamado	União Federal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO AUDIÊNCIA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO, Juiz(a) da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF , no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Iberoamericana Consultoria e Servicos Ltda-Me, a comparecer perante esta Vara do Trabalho, no dia 15/06/2012 às 13h35m, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista cuja cópia está à disposição do(a) reclamado(a) na Secretaria deste Juízo, sito na SEPN Q. 513 - Bl B - Lotes 02/03 salas 301/307- Brasília/DF, onde deverá apresentar defesa (art. 846 - CLT). Deverá estar presente, independentemente do comparecimento de seu

representante, sob pena da Lei (art. 844 - CLT), sendo-lhe facultada a substituição prevista no parágrafo 1º do art. 843 consolidado. Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado por KLEBER FERREIRA COSTA Diretor de Secretaria, por ordem do Excelentíssimo Juíz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Dr. Augusto Cesar Alves de Souza Barreto.

Brasília/DF 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-1593-35.2011.5.10.0015

Reclamante	Izabele Costa de Jezus
Advogado	DORALICE DOS SANTOS FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Dgl Telecom Servicos e Comercio de Telecomunicacoes Ltda Me

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO da 15ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADO o RECLAMADO Dgl Telecom Servicos e Comercio de Telecomunicacoes Ltda Me, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito:

"II - CONCLUSÃO

Ante o exposto, EXTINGO o processo, sem resolução de mérito, apenas em relação ao referido pedido de "diferenças salariais de todo o período", equivalente a R$300,00, (fl. 09), com suporte no artigo 852-B, inciso I, §1º, da CLT e JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na reclamação trabalhista ajuizada por IZABELE COSTA DE JEZUS para condenar DGL TELECOM, ao cumprimento, após o trânsito em julgado da decisão, das seguintes obrigações: (i) anotação da CTPS com os registros da data de início em 15.06.2011, salário de R$600,00 acrescido de comissões, função de consultora, e data de saída de 08.09.2011, em razão da projeção do aviso prévio (OJ 82 da SBDI-I do TST); (ii) comissões no importe de R$1.200,00; aviso prévio indenizado, 13º salário proporcional de 2011 (3/12), férias proporcionais acrescidas de 1/3 (3/12), multa do artigo 477, §8º, da CLT; multa do artigo 467 da CLT; FGTS e indenização de 40% d e FGTS; e 1h25min extras, de segunda a sábado, devendo ser observado o divisor 220, adicional de 50% e a Súmula 340 do TST (quanto à parte variável).

Benefícios da Justiça Gratuita à Reclamante.

Juros a partir do ajuizamento da ação e correção monetária a partir do quinto dia útil subseqüente ao vencido, na forma da lei (Lei 8.177/91, art. 39; Decreto-lei 2.322/87, art. 3º; CLT, artigos 459 e 883, OJ 124 da SBDI-I do TST e Súmulas 200 e 381 do TST).

Recolhimentos previdenciários, na forma Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-geral da Justiça do Trabalho e da Súmula 368 do TST, sob pena de execução de ofício (art. 114, VIII, da CF), incidentes sobre as parcelas deferidas a título de comissões, horas extras, gratificação natalina proporcional, reflexos no 13º salário. Deve-se observar a alíquota da contribuição previdenciária do empregado e do empregador, estando autorizada o Reclamado a reter a parcela devida pelo Reclamante (art. 30, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212/91), devendo o mesmo comprovar o recolhimento ao INSS no prazo legal (Lei nº 8.212/91, artigo 30, inciso I, alínea b).

Imposto de Renda na forma da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-geral da Justiça do Trabalho.

Custas, pela Reclamada, no importe de R$100,00, calculadas sobre o valor ora arbitrado à condenação (R$5.000,00).

Ciente a Reclamante.

Intime-se a Reclamada. "

O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na SEPN QUADRA 513 BLOCO B LOTES 2/3 SALAS 301/307 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, e para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 30 de abril de 2012.

KLEBER FERREIRA COSTA
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-107000-98.2009.5.10.0015

Processo Nº RT-1070/2009-015-10-00.6

Reclamante	Vanusa Cirilo Neves
Advogado	MARIA CRISTINA DE FILIPPO GANGANA(OAB: null)
Reclamado	Officina Patio Brasil Shopping Comercio de Bijouterias Ltda
Reclamado	Santana e Freitas Comercial de Bijouterias Ltda
Reclamado	Officina Taguatinga Shopping Comercio de Bijouterias Ltda
Reclamado	Officina Terraco Shopping Comercio de Bijouterias Ltda
Reclamado	Le Top Alameda Comercio de Roupas e Servicos Ltda - E.P.P
Reclamado	G. R. de M. Freitas - Me
Reclamado	Freitas e Freitas Comercio de Bijuterias Ltda-Epp
Reclamado	Freitas e Paulino Comercio de Bijuterias Ltda-Epp (n/p Ana Paula Santana de Freitas)
Reclamado	Gilberto Rodrigues de Miranda Freitas
Reclamado	Getulio Vargas de Freitas Santos
Reclamado	Marcone Eustaquio de Oliveira
Reclamado	Ana Paula Santana de Freitas
Reclamado	Viviane da Costa Viana de Oliveira
Reclamado	Juliana Santana de Freitas

EDITAL DE CITAÇÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO, Juiz(a) da 15ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, ficam CITADOS os Executados GILBERTO RODRIGUES DE MIRANDA FREITAS, GETÚLIO VARGAS DE FREITAS SANTOS, JULIANA SANTANA DE FREITAS E ANA PAULA SANTANA DE FREITAS para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:

Resumo de Cálculo
Liq. Exequente....: 4.321,18 (93,46%)
INSS Reclamante...: 49,85 (1,08%)
INSS Reclamado....: 143,37 (3,10%)
Custas do Processo: 87,42 (1,89%)
Custas Art.789....: 21,86 (0,47%)
Total Geral: 4.623,68
Atualizado:31/01/2012

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado por KLEBER FERREIRA COSTA Diretor de Secretaria, por ordem do Excelentíssimo Juíz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Dr.AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO.

Brasília/DF 27, ABRIL de 2012.

16ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-29-81.2012.5.10.0016

Reclamante	Paulo Goncalves dos Santos
Advogado	ROSIMEIRE ALVES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Servicos Ambientais S.A.
Advogado	SUELY MULKY(OAB: null)
Reclamado	Condominio Solar de Brasilia
Advogado	MÁRIO GILBERTO DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Slu - Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal
Advogado	ALEXANDRE VIANA PAES SOARES(OAB: null)

...DISPOSITIVO Posto isto, decide a 16ª Vara do Trabalho de Brasília - DF rejeitar as preliminares arguidas. No mérito, o pedido é julgado IMPROCEDENTE, nos estritos termos da fundamentação. Concede-se ao reclamante o benefício de gratuidade de Justiça. Custas, pelo reclamante, no importe de R$ 2.612,24 (dois mil seiscentos e doze reais e vinte e quatro centavos), calculadas sobre o valor atribuído à causa, da ordem de R$ 130.611,81(cento e trinta mil, seiscentos e onze reais e oitenta e um centavos), dispensada a parte de pagamento, em vista dos efeitos de Justiça gratuita. As partes serão intimadas desta decisão, nas pessoas dos procuradores constituídos, por meio de publicação em veículo da imprensa oficial.

Despacho

Processo Nº RT-44-50.2012.5.10.0016

Reclamante	Sergio Rosa de Araujo
Advogado	ALISSON DE SOUZA E SILVA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Serviços Ambietais S/A
Advogado	SUELY MULKY(OAB: null)

Em face do que consta no §4º, do art. 162 da Lei Adjetiva Civil e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Eg. TRT 10ª Região, o presente feito terá a seguinte movimentação: A Secretaria intima o reclamado para vista do recurso ordinário interposto pelo reclamante. Prazo legal.

Despacho

Processo Nº RT-71-04.2010.5.10.0016

Reclamante	Nelson Goncalves
Advogado	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda.
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Fianca Empresa de Seguranca Ltda.
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

Oficie-se à CEF solicitando a transferência do depósito recursal de fl. 266 para para conta judicial aberta à disposição do Juízo, observados os dados contidos à certidão supra.Solicite-se a comprovação da transferência.Certifique-se no processo 2366/2011 com cópia desse despacho.Intime-se o reclamado, por seu procurador para ciência do inteiro teor desse despacho e que, comprovada a transferência determinada, os autos serão remetidos ao arquivo em definitivo.

Despacho

Processo Nº RT-198-05.2011.5.10.0016

Reclamante	Luciany Figueiredo Silva
Advogado	GERALDO MAGELA DA SILVA FREIRE(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal
Advogado	GUSTAVO OUVINHAS GAVIOLI(OAB: null)

Em face do que consta no §4º, do art. 162 da Lei Adjetiva Civil e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Eg. TRT 10ª Região, o presente feito terá a seguinte movimentação: A Secretaria intima a exequente para vista, por cinco dias, dos cálculos homologados e dos embargos à execução opostos pelo executado.

Despacho

Processo Nº RT-321-03.2011.5.10.0016

Reclamante	Fabio Barros Leal
Advogado	ELY TALYULI JÚNIOR(OAB: null)
Reclamado	Dba Engenharia de Sistemas Ltda
Advogado	JOANA SOARES CARVALHO(OAB: null)

Em face do que consta no §4º, do art. 162 da Lei Adjetiva Civil e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Eg. TRT 10ª Região, o presente feito terá a seguinte movimentação:
A secretaria intima as partes para, querendo, apresentarem contrarrazões aos Recursos Ordinários interpostos. Prazo de oito dias, iniciando-se pelo reclamado em 07.05.2012 e pelo reclamante em 17.05.2012.

Despacho

Processo Nº RT-367-55.2012.5.10.0016

Reclamante	Simone Gomes dos Santos
Advogado	BERNADETE DOS ANJOS CELESTINO(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda

Ato ordinatório de fls. 46: "Incluo o feito na pauta do dia 29/05/2012 13h40. Intime(m)-se o(s) reclamante(s) por seu procurador. Notifique(m)-se o(s) reclamado(s), VIA POSTAL. Dê-se ciência às partes de que a audiência será INICIAL para recebimento da defesa e que será realizada na sala de audiências da 16ª VTB/DF, deste Foro da Justiça do Trabalho, sito à Av. W3 Norte, Quadra 513, Bloco B, 3º andar, sala 308. A audiência em prosseguimento, de instrução, será designada posteriormente. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Em cumprimento ao Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT(inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.".

Despacho

Processo Nº RT-369-25.2012.5.10.0016

Reclamante	Juliete de Sousa Menezes
Advogado	BERNADETE DOS ANJOS CELESTINO(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda

Ato ordinatório de fls. 78: " Incluo o feito na pauta do dia 29/05/2012 13h45. Intime(m)-se o(s) reclamante(s) por seu procurador. Notifique(m)-se o(s) reclamado(s), VIA POSTAL. Dê-se ciência às partes de que a audiência será INICIAL para recebimento da defesa e que será realizada na sala de audiências da 16ª VTB/DF, deste Foro da Justiça do Trabalho, sito à Av. W3 Norte, Quadra 513, Bloco B, 3º andar, sala 308. A audiência em prosseguimento, de instrução, será designada posteriormente. As partes deverão

comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Em cumprimento ao Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT(inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.".

Despacho

Processo Nº RT-373-62.2012.5.10.0016

Reclamante	Edvar Fernandes dos Santos
Advogado	ROBSON FREITAS MELO(OAB: null)
Reclamado	Omega Tecnologia e Engenharia Ltda
Reclamado	Mvg Engenharia e Construcao Ltda

Ato ordinatório de fls. 17: "Incluo o feito na pauta do dia 28/05/2012 14h00. Intime(m)-se o(s) reclamante(s) por seu procurador. Notifique(m)-se o(s) reclamado(s), VIA POSTAL. Dê-se ciência às partes de que a audiência será INICIAL para recebimento da defesa e que será realizada na sala de audiências da 16ª VTB/DF, deste Foro da Justiça do Trabalho, sito à Av. W3 Norte, Quadra 513, Bloco B, 3º andar, sala 308. A audiência em prosseguimento, de instrução, será designada posteriormente. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Em cumprimento ao Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT(inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.".

Despacho

Processo Nº RT-375-32.2012.5.10.0016

Consignante	Seter Serviços e Teceirização de Mão-de-Obra
Consignado	Givanildo Xavier da Silva

Ato ordinatório de fls. 19: "Incluo o feito na pauta do dia 28/05/2012 14h05. Intime-se o consignante, por seu procurador, para ciência de que deverá, no prazo de cinco dias, depositar a quantia devida. Notifique(m)-se o(s) consignado(s), VIA POSTAL. Dê-se ciência às partes de que a audiência será INICIAL para recebimento da defesa e que será realizada na sala de audiências da 16ª VTB/DF, deste Foro da Justiça do Trabalho, sito à Av. W3 Norte, Quadra 513, Bloco B, 3º andar, sala 308. A audiência em prosseguimento, de instrução, será designada posteriormente. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o consignado deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT(inscrição junto ao INSS). O consignante deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.".

Despacho

Processo Nº RT-380-54.2012.5.10.0016

Reclamante	Eduardo Alves da Conceição
Advogado	ALISSON DE SOUZA E SILVA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Serviços Ambientais S/A.
Advogado	SELMA DE TOLEDO LOTTI(OAB: null)

Ato ordinatório de fls. 25: "Incluo o feito na pauta do dia 23/05/2012 13h25. Intime(m)-se o(s) reclamante(s) por seu procurador. Notifique(m)-se o(s) reclamado(s), VIA POSTAL. Dê-se ciência às partes de que a audiência será INICIAL para recebimento da defesa e que será realizada na sala de audiências da 16ª VTB/DF, deste Foro da Justiça do Trabalho, sito à Av. W3 Norte, Quadra 513, Bloco B, 3º andar, sala 308. A audiência em prosseguimento, de instrução, será designada posteriormente. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Em cumprimento ao Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT(inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.".

Despacho

Processo Nº RT-384-91.2012.5.10.0016

Reclamante	Marco Antonio Ribeiro Lira
Advogado	ALISSON DE SOUZA E SILVA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Serviços Ambientais S/A
Advogado	LEANDRO BARRETO SOARES(OAB: null)

Ato ordinatório de fls. 23: "Incluo o feito na pauta do dia 23/05/2012 13h30. Intime(m)-se o(s) reclamante(s) por seu procurador. Notifique(m)-se o(s) reclamado(s), VIA POSTAL. Dê-se ciência às partes de que a audiência será INICIAL para recebimento da defesa e que será realizada na sala de audiências da 16ª VTB/DF, deste Foro da Justiça do Trabalho, sito à Av. W3 Norte, Quadra 513, Bloco B, 3º andar, sala 308. A audiência em prosseguimento, de instrução, será designada posteriormente. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Em cumprimento ao Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT(inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.".

Despacho

Processo Nº RT-385-76.2012.5.10.0016

Reclamante	Vivaldo Marinho da Silva Alves
Advogado	JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Coral - Empresa de Segurança Ltda
Reclamado	Banco Santander S/A

Ato ordinatório de fls. 46: "Incluo o feito na pauta do dia 17/05/2012 14h07. Intime(m)-se o(s) reclamante(s) por seu procurador. Notifique(m)-se o(s) reclamado(s), VIA POSTAL. Dê-se ciência às partes de que a audiência será INICIAL para recebimento da defesa e que será realizada na sala de audiências da 16ª VTB/DF, deste Foro da Justiça do Trabalho, sito à Av. W3 Norte, Quadra 513, Bloco B, 3º andar, sala 308. A audiência em prosseguimento, de instrução, será designada posteriormente. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Em cumprimento ao Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT(inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.".

Despacho

Processo Nº RT-389-16.2012.5.10.0016

Reclamante	Claudio Martins de Souza
Advogado	LECIO REIS LOPES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Tiago Francisco de Souza

Ato ordinatório de fls. 12: " O processo foi distribuído sob o rito sumaríssimo para a solução do presente litígio, nos termos da lei. Incluo o feito na pauta do dia 28/05/2012 14h10. Intime(m)-se o(s) reclamante(s) por seu procurador. Notifique(m)-se o(s) reclamado(s), VIA POSTAL. Dê-se ciência às partes de que a audiência será INICIAL para recebimento da defesa e que será realizada na sala de audiências da 16ª VTB/DF, deste Foro da Justiça do Trabalho, sito à Av. W3 Norte, Quadra 513, Bloco B, 3º

andar, sala 308. A audiência em prosseguimento, de instrução, será designada posteriormente. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Em cumprimento ao Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT(inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.".

Despacho

Processo Nº RT-450-08.2011.5.10.0016

Reclamante	Nabiha Haddad Simoes Machado
Advogado	LUIS EDUARDO BRUNS DE MORAES(OAB: null)
Reclamado	Associacao Objetivo de Ensino Superior - Assobes
Advogado	VICTOR RUSSOMANO JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Jorge Brihy Junior

A Secretaria intima o exequente para vista, por cinco dias, dos cálculos homologados e ciência do depósito efetuado.

Despacho

Processo Nº RT-484-17.2010.5.10.0016

Reclamante	Antonio Robson Fernandes Homem
Advogado	GENESCO RESENDE SANTIAGO(OAB: null)
Reclamado	Condomínio do Edifício Portal Master Studio
Advogado	JOSÉ WELLINGTON OMENA FERREIRA(OAB: null)

A Secretaria intima o exequente para que em 5 dias tenha vista dos calculos homologados e do depósito efetuado.

Despacho

Processo Nº RT-660-93.2010.5.10.0016

Reclamante	Diego Soares de Paula
Advogado	CLAUDIO DE RESENDE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Status Terceirizacao em Mao de Obras Ltda Me(representada por Francisco de Assis de Carvalho)
Reclamado	Francisco de Assis de Carvalho

A Secretaria intima o exequente para vista, por cinco dias, dos cálculos homologados e ciência do depósito efetuado.

Despacho

Processo Nº RT-709-37.2010.5.10.0016

Reclamante	Faustino Leandro de Paulo
Advogado	PAULO ROBERTO ALVES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Econômica Federal
Advogado	ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA(OAB: null)

Em face do que consta no §4º, do art. 162 da Lei Adjetiva Civil e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Eg. TRT 10ª Região, o presente feito terá a seguinte movimentação:
A secretaria intima o executado para ciência e manifestação quanto à impugnação aos cálculos interposta pelo exequente. Prazo de 5 dias.

Despacho

Processo Nº RT-1579-82.2010.5.10.0016

Reclamante	Janaina Leila de Oliveira Batista
Advogado	ULISSES RIEDEL DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Real Sociedade Espanhola de Beneficencia
Advogado	TIAGO CEDRAZ LEITE OLIVEIRA(OAB: null)

Em face do que consta no §4º, do art. 162 da Lei Adjetiva Civil e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Eg. TRT 10ª Região, o presente feito terá a seguinte movimentação:
A secretaria intima o reclamante para vista e manifestação quanto às alegações trazidas pela reclamada. Prazo de 5 dias.

Despacho

Processo Nº RT-2237-72.2011.5.10.0016

Reclamante	Emerson Ferreira dos Santos
Advogado	MARCIA APARECIDA TEIXEIRA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Servicos Ambientais S.A.
Advogado	SUELY MULKY(OAB: null)

Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT).
Especificação do débito:
Total da execução R$ 5.234,17 Atualizado até: 30/04/2012
Liq. Exequente....: 4.815,83
INSS Reclamante...: 66,22
INSS Reclamado....: 165,52
INSS Terceiros....: 47,99
INSS SAT.....: 16,56
Custas do Processo: 97,64
Custas Art.789....: 24,41
Ante o deferimento do processamento da Recuperação Judicial da executada, suspendo a execução por 180 dias ou até que se obtenha novas informações. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-2259-33.2011.5.10.0016

Reclamante	Valdeci da Luz de Souza
Advogado	ISAC SOARES CÂMARA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Servicos Ambientais S.A.
Advogado	SUELY MULKY(OAB: null)

Deixo de receber as petições de protocolos 5693954, 5694016 e 5694055, encaminhadas pela reclamada via e-doc, em vista do disposto na Resolução Administrativa Nº 62/2011.
Intime-se a reclamada para ciência deste e para que regularize a petição no prazo de cinco dias.

Despacho

Processo Nº RT-2277-54.2011.5.10.0016

Reclamante	Maria das Gracas de Oliveira
Advogado	FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Servicos Ambientais S.A.
Advogado	SUELY MULKY(OAB: null)

Vistos.
Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT).
Especificação do débito:
Total da execução R$ 432,56 Atualizado até: 30/04/2012
Liq. Exequente....: 330,63
Custas do Processo: 10,64
Custas Art.789....: 1,65
Diversos.....: 89,64
Ante o deferimento do processamento da Recuperação Judicial da executada, suspendo a execução por 180 dias ou até que se obtenha novas informações. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-2417-88.2011.5.10.0016

Autor	Sind Trab Empresas e Orgaos Publ Proc Dad S i S do Df
Advogado	DIOGO FONSECA SANTOS KUTIANSKI(OAB: null)
Réu	Contech Tecnologia da Informacao Sa
Réu	Conselho Nacional de Justica (União Federal)

Em face do que consta no §4º, do art. 162 da Lei Adjetiva Civil e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Eg. TRT 10ª Região, o presente feito terá a seguinte movimentação:
A secretaria intima, inicialmente o autor para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Ordinário interposto pela União. Prazo legal.

Despacho

Processo Nº RT-2598-89.2011.5.10.0016

Reclamante	Cosme Pereira da Silva
Advogado	SONIA MARIA FREITAS(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Servicos Ambientais S.A. (em Recuperação Judicial)
Advogado	SUELY MULKY(OAB: null)
Reclamado	Servico de Limpeza Urbana do DF
Advogado	ALEXANDRE VIANA PAES SOARES(OAB: null)

...DISPOSITIVO Posto isto, decide a 16ª Vara do Trabalho de Brasília DF rejeitar as preliminares arguidas, e, no mérito, julgar o pedido IMPROCEDENTE, tudo nos estritos termos da fundamentação, que integra a presente disposição. Concede-se ao reclamante o benefício de gratuidade de Justiça. Custas, pelo reclamante, no importe de R$600,00 (seiscentos reais), calculadas a partir do valor atribuído à causa, da ordem de R$30.000,00 (trinta mil reais), dispensada a parte de pagamento, em vista da concessão dos efeitos de assistência judiciária gratuita. As partes serão intimadas desta decisão, nas pessoas dos procuradores constituídos, por meio de publicação em veículo da imprensa oficial.

Despacho

Processo Nº RT-2599-74.2011.5.10.0016

Autor	Sindicato das Cooperativas de Trabalho do Estado de Sao Paulo
Advogado	EDU MONTEIRO JÚNIOR(OAB: null)
Réu	União Federal

Devolvo ao autor o prazo de cinco dias para manifestação acerca dos documentos trazidos pelo réu, visto que a juntada dos referidos documentos ocorreu em 30.4.2012.

Despacho

Processo Nº RT-14100-98.2006.5.10.0016

Processo Nº RT-141/2006-016-10-00.7

Reclamante	Marcelo Alvez da Cunha
Advogado	MOZART CAMAPUM BARROSO(OAB: null)
Reclamado	Sata Serviços de Transportes Aéreos S.A.
Advogado	PAULO ROBERTO MOGLIA THOMPSON FLORES(OAB: null)

Não há que se falar em suspensão da execução, no presente processo, já que, após declarada extinta a execução, os autos foram encaminhados ao arquivo definitivo, devendo retornar ao Departamento de Arquivo Geral do Eg. TRT. Intime-se o procurador da reclamada para ciência. Após, devolvam-se os autos ao arquivo em definitivo.

Despacho

Processo Nº RT-71400-91.2001.5.10.0016

Processo Nº RT-714/2001-016-10-00.8

Reclamante	SHEILA RIBEIRO DE OLIVEIRA
Advogado	JANUNCIO AZEVEDO(OAB: null)
Reclamado	Convibras Conservacao de Brasilia Ltda
Advogado	VALDIR CAMPOS LIMA(OAB: null)
Reclamado	Fernando Leony de Castro

Em face do que consta no §4º, do art. 162 da Lei Adjetiva Civil e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Eg. TRT 10ª Região, o presente feito terá a seguinte movimentação: A Secretaria intima os executados para vista do agravo de petição interposto pela exequente. Prazo legal.

Despacho

Processo Nº RT-89900-40.2003.5.10.0016

Processo Nº RT-899/2003-016-10-00.2

Reclamante	Jose Inacio de Lima
Advogado	GASPAR REIS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	PIZZARIA SIRI CASCUDO

Intime-se ainda, o exequente, pra informar o CNPJ da empresa ou seu novo endereço, para prosseguimento na execução. Prazo de dez dias.

Despacho

Processo Nº RT-92300-61.2002.5.10.0016

Processo Nº RT-923/2002-016-10-00.2

Reclamante	FLAVIO SILVA SANTOS
Advogado	PAULO RENAN PEREIRA LOPES(OAB: null)
Reclamado	Luiz Claudio de Carvalho Me
Advogado	ROGERIO FURTADO DA SILVA(OAB: null)

Mantenho a decisão de fls. 191/192 pelos próprios fundamentos. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-92500-24.2009.5.10.0016

Processo Nº RT-925/2009-016-10-00.8

Reclamante	Lisete Teresinha Fagundes dos Santos
Advogado	ELIZABETH TOSTES PEIXOTO(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	BRUNO NASCIMENTO COELHO(OAB: null)

Em face do que consta no §4º, do art. 162 da Lei Adjetiva Civil e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Eg. TRT 10ª Região, o presente feito terá a seguinte movimentação:
A secretaria intima o executado para manifestação quanto ao pedido formulado pelos exequente em 30.4.2012. Prazo de 5 dias.

Despacho

Processo Nº RT-105100-53.2004.5.10.0016

Processo Nº RT-1051/2004-016-10-00.1

Reclamante	Erineudo Paulo da Silva
Advogado	PAULO RENAN PEREIRA LOPES(OAB: null)
Reclamado	Medeiros Comercio de Massas Ltda-Me
Advogado	JOSE DE RIBAMAR DE SOUZA NOGUEIRA(OAB: null)
Reclamado	Manoel Medeiros

Em face do que consta no §4º, do art. 162 da Lei Adjetiva Civil e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Eg. TRT 10ª Região, o presente feito terá a seguinte movimentação:
A secretaria intima o exequente para vista dos autos, conforme requerido. Prazo de 10 dias.

Despacho

Processo Nº RT-105100-14.2008.5.10.0016

Processo Nº RT-1051/2008-016-10-00.5

Reclamante	Maria Goreth do Nascimento Alves
Advogado	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Ação Social Nossa Senhora de Fatima
Advogado	TERSON RIBEIRO CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	Distrito Federal
Advogado	JOSUE PINHEIRO DE MENDONCA(OAB: null)
Reclamado	Jose Domingos Tereza

O exequente já recebeu seu crédito, conforme recibo de fl. 508-verso.

Intime-se o Distrito Federal para recebimento do crédito remanescente, através da guia de fl. 492. Prazo de cinco dias.

Despacho

Processo Nº RT-111500-20.2003.5.10.0016

Processo Nº RT-1115/2003-016-10-00.3

Reclamante	ALETEIA VELOSO PASCOAL (22)
Advogado	VICTOR MENDONÇA NEIVA(OAB: null)
Reclamado	Associacao Educativa de Brasilia
Advogado	FRANCISCO DE ASSIS SOARES DE PINHO(OAB: null)
Reclamado	IRENE GARCIA SILVEIRA
Advogado	ALANCARDE FERREIRA DE ALMEIDA(OAB: null)
Reclamado	Maria Socorro Lima
Advogado	GERALDO FRAGA(OAB: null)
Reclamado	IVO GARCIA SILVEIRA
Advogado	CARLOS COSTA SILVA FREIRE(OAB: null)
Reclamado	ZELIA FREITAS BATISTA
Advogado	ALANCARDE FERREIRA DE ALMEIDA(OAB: null)
Reclamado	Ivan Garcia Silveira
Advogado	ALANCARDE FERREIRA DE ALMEIDA(OAB: null)
Reclamado	UNIAO SERRANA DE ENSINO SUPERIOR
Advogado	ALANCARDE FERREIRA DE ALMEIDA(OAB: null)

Vistos.Considerando as várias diligencias efetuadas nestes autos e todas infrutíferas, intime-se o exequente para que em 60 dias informe o número do CPF de todos os exequente a fim de dar prosseguimento ao determinado à fl.1492.

Despacho

Processo Nº RT-115300-17.2007.5.10.0016

Processo Nº RT-1153/2007-016-10-00.0

Reclamante	Willer de Barros Dib
Advogado	ULISSES BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Furnas Centrais Elétricas S/A
Advogado	LYCURGO LEITE NETO(OAB: null)

Em face do que consta no §4º, do art. 162 da Lei Adjetiva Civil e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Eg. TRT 10ª Região, o presente feito terá a seguinte movimentação:

A secretaria intima o exequente para manifestação quanto aos documentos trazidos pela executada. Prazo de 5 dias.

Despacho

Processo Nº RT-116900-05.2009.5.10.0016

Processo Nº RT-1169/2009-016-10-00.4

Reclamante	Denize Gonçalves Machado Santos
Advogado	JORIVALMA MUNIZ DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Federal Servicos Gerais Ltda
Advogado	CELSO JOSE SOARES(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil
Advogado	SERGIO HENRIQUE DE OLIVEIRA GOMES(OAB: null)

A Secretaria intima o 2º reclamado para o recebimento do saldo remanescente referente à movimentação do alvará expedido para o recolhimento das custas processuais residuais. Prazo de dez dias.

Despacho

Processo Nº RT-120800-74.2001.5.10.0016

Processo Nº RT-1208/2001-016-10-00.6

Reclamante	WANDER CORDEIRO DE BRITO
Advogado	THEODORO HILDEBRANDO GARCIA(OAB: null)
Reclamado	Flops-Servicos Auxiliares de Operacoes de Voos Ltda
Advogado	GUSTAVO MOSSO PEREIRA(OAB: null)

Aprovo os cálculos atualizados, para fixar o débito da(s) executada(s), sem prejuízo das atualizações de direito, em: Total da execução R$ 15.165,13 Atualizado até: 30/04/2012

Liq. Exequente....: 12.923,30

INSS Reclamante...: 200,47

INSS Reclamado....: 563,09

INSS Terceiros....: 127,29

I R P F.....: 407,61

Custas do Processo: 270,63

Custas Art.789....: 67,66

Hon. Periciais....: 605,08

Cite(m)-se a(s) executada(s) para, em 48 horas, pagar(em) a quantia correspondente especificada, depositar(em) ou indicar(em) bens passíveis de penhora.

Despacho

Processo Nº RT-128400-68.2009.5.10.0016

Processo Nº RT-1284/2009-016-10-00.9

Reclamante	Caio Soares
Advogado	ROGÉRIO FERREIRA BORGES(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	BRUNO NASCIMENTO COELHO(OAB: null)
Reclamado	Previ Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
Advogado	WALFREDO FREDERICO DE S. CABRAL DIAS(OAB: null)

A Secretaria intima a 2.ª reclamada para vista acerca do recurso ordinário adesivo interposto pelo 1.º reclamado, prazo legal.

Despacho

Processo Nº RT-159100-47.1997.5.10.0016

Processo Nº RT-1591/1997-016-10-00.5

Reclamante	Irisma Morato de Sousa
Advogado	AURELIO ENES PATRAO(OAB: null)
Reclamado	Ferrari Eletrodomesticos e moveis Tubulares Ltda ME
Advogado	AURENI BATISTA DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Abilio Jose de Medeiros
Advogado	AURENI BATISTA DE SOUSA(OAB: null)

Em face do que consta no §4º, do art. 162 da Lei Adjetiva Civil e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Eg. TRT 10ª Região, o presente feito terá a seguinte movimentação:

A secretaria intima o exequente para vista e manifestação quanto aos cálculos, bem como quanto aos embargos à penhora opostos pela executada. Prazo de 5 dias.

Despacho

Processo Nº RT-167600-82.2009.5.10.0016

Processo Nº RT-1676/2009-016-10-00.8

Reclamante	Geralda Antonia da silva
Advogado	RUY BELISARIO DOS SANTOS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Lojas Renner S.A.
Advogado	ANDRÉA DURAN SOUSA(OAB: null)

Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT).

Especificação do débito:

Total da execução R$ 4.359,93 Atualizado até: 31/03/2012

Liq. Exequente....: 3.531,66

INSS Reclamante...: 284,35

INSS Reclamado....: 543,92

O juízo encontra-se garantido pelo(s) depósito(s) recursal(fls.228). Converto, desde já, em penhora o(s) depósito(s) de fl(s).228 . Intimem-se as partes para os fins previstos no art. 884 da CLT. Prazo sucessivo de cinco dias, iniciando-se pela executada.

Edital

Edital

Processo Nº RT-4000-84.2006.5.10.0016

Processo Nº RT-40/2006-016-10-00.6

Autor	Sindicato dos Transportes Escolares de Brasília
Advogado	MIRIAN RIBEIRO RODRIGUES DE MELLO(OAB: null)
Réu	Edmundo Ernesto B. Simões

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO

O(A) Juiz(a) do Trabalho SOLANGE BARBUSCIA DE CERQUEIRA GODOY da 16ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADO o RÉU Edmundo Ernesto B. Simões, para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:

Total da execução R$ 895,02 Atualizado até: 30/04/2012

Liq. Exequente....: 873,19

Custas do Processo: 17,46

Custas Art.789....: 4,37

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

TERESA CRISTINA GUEDES SAMPAIO TROTTA

Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-58300-88.2009.5.10.0016

Processo Nº RT-583/2009-016-10-00.6

Reclamante	Vanessa Fernades de Araújo
Advogado	MOZART DOS SANTOS BARRETO(OAB: null)
Reclamado	Fundacao de Estudos e Pesquisas Em Administracao
Reclamado	Claudio de Moraes Machado

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO

O(A) Juiz(a) do Trabalho SOLANGE BARBUSCIA DE CERQUEIRA GODOY da 16ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADO o RECLAMADO Claudio de Moraes Machado, para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:

Total da execução R$ 6.253,63 Atualizado até: 30/04/2012

Liq. Exequente....: 2.130,01

INSS Reclamante...: 520,96

INSS Reclamado....: 1.041,93

INSS Terceiros....: 274,69

I R P F.....: 1.526,37

Custas do Processo: 607,74

Custas Art.789....: 151,93

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

TERESA CRISTINA GUEDES SAMPAIO TROTTA

Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-108800-86.1994.5.10.0016

Processo Nº RT-1088/1994-016-10-00.7

Reclamante	JOSEFA MARIA DA SILVA MARTINS
Advogado	AUREA FELICIANA P MARTINS(OAB: null)
Reclamado	CLEAN MASTER ASSESSORIA COMERCIAL LTDA
Reclamado	ANTONIO ALFREDO SABOIA LIMA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho SOLANGE BARBUSCIA DE CERQUEIRA GODOY da 16ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, ficam INTIMADOS os RECLAMADOS CLEAN MASTER ASSESSORIA COMERCIAL LTDA e ANTONIO ALFREDO SABOIA LIMA, para tomarem ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito:

"Mantenho o despacho que declarouextintaaexecução por seus próprios fundamentos e recebo a petição como agravo de petição interposto. Publique-se. Intimem-se os executados, por edital, para vista do agravo de petição interposto pelo exequente. Prazo legal".

O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na SEPN 513, BLOCO B, LOTES 02/03, SALAS 303,305,308 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, e para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

TERESA CRISTINA GUEDES SAMPAIO TROTTA

Diretor(a) de Secretaria

17ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-16-79.2012.5.10.0017

Reclamante	Darlan Ferreira Miranda
Advogado	ANDRE LUIZ CONDOTO OSHIRO(OAB: null)
Reclamado	Melo Petitgas - Comercio Varejista de Alimentos Ltda.- Me

Vistos.

Execução garantida.

Intime-se o exequente para se manifestar sobre os cálculos, nos termos do art.884, da CLT, prazo legal.

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2012.

AUDREY CHOUCAIR VAZ

Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-46-85.2010.5.10.0017

Reclamante	Arison Soares Alves
Advogado	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Fiança Empresa de Segurança Ltda
Advogado	RAQUEL DE CASTILHO(OAB: null)
Reclamado	Fiança Serviços Gerais Ltda.
Advogado	RAQUEL DE CASTILHO(OAB: null)

Vistos. Não houve licitante do bem levado à praça.Expeça-se novo EDITAL DE PRAÇA do bem penhorado (fl.592), dando-se ciência às partes e ao Fiel Depositário.Intimar executada via postal para ciência da praça a ser designada.Brasília, 23 de abril de 2012.PAULO HENRIQUE BLAIR DE OLIVEIRA Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-58-31.2012.5.10.0017

Reclamante	Joao Batista do Rosario
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Brookfield Mb Empreendimentos Imobiliários S.A.
Advogado	RENATO BORGES REZENDE(OAB: null)

Vistos.Intime-se o reclamante para se manifestar acerca da petição de fls.88/89, no prazo de 05 dias, valendo o seu silêncio como anuência.

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2012.

AUDREY CHOUCAIR VAZ

Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-100-17.2011.5.10.0017

Reclamante	Josue Oliveira Santos
Advogado	HELENA GONÇALVES LARIUCCI(OAB: null)
Reclamado	Algo Natural Produtos Alimenticios Ltda. - Me
Advogado	KLAUS STENIUS BEZERRA CAMELO DE MELO(OAB: null)

Vistos.Convolo o depósito recursal de fls.139 em penhora.Oficie-se à CEF para transferência dos valores para outra conta à disposição do Juízo.Intimem-se as partes para se manifestarem sobre os cálculos, no prazo sucessivo de 05 dias, a começar pela executada (art. 884 da CLT).

Publique-se.Por medida de celeridade e economia processual, o presente despacho será expedido em duas vias e terá força de ofício.BRASÍLIA, 02/05/2012.Audrey Chaoucair Vaz Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-107-09.2011.5.10.0017

Reclamante	Amadeu Oliveira Matos
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
Advogado	RAUL FREITAS PIRES DE SABOIA(OAB: null)

O executado interpôs agravo de petição dentro do prazo legal. Vista ao exequente para, caso queira, contraminutar o agravo de petição.Prazo legal.

Despacho

Processo Nº RT-125-30.2011.5.10.0017

Reclamante	Joao Jose Ribeiro
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal-CAESB
Advogado	RAFAEL DE SA OLIVEIRA(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO

Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação:

Intimar reclamante para vista dos documentos juntados pela reclamada, prazo legal.

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2012

FRANCISCO CARLOS CARVALHO

Diretor(a) de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-381-70.2011.5.10.0017

Reclamante	Marcelo Pereira Rodrigues
Advogado	RONALDO PINHEIRO DE ALMEIDA(OAB: null)
Reclamado	Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Serviços de Saúde de Bsb DF
Advogado	HUDSON ARAUJO DE SÁ TELES RODRIGUES(OAB: null)

Vistos. Peticiona o reclamante concordando com a proposta de acordo, ressalvando a aplicabilidade de multa de 100% (cem por cento) em caso de inadimplência.Homologo o acordo celebrado entre as partes para que surta seus jurídicos e legais efeitos.Pelos termos do acordo o reclamado pagará ao reclamante o valor devido nos autos em dez (10) parcelas, nos vencimentos indicados na petição.Considerando que a 1ª parcela vence na data de hoje, concedo o prazo de dez (10) dias, após a ciência deste despacho, para a reclamada efetuar o pagamento, mantendo-se o vencimento das demais nas datas aprazadas. Fica estabelecida multa de 100% (cem por cento) em caso de inadimplência.O silêncio do exequente no prazo de 10 dias contados do vencimento de cada parcela valerá como quitação.Custas processuais e encargos previdenciários deverão ser comprovados pelo reclamado, após 30 dias do vencimento da última parcela do acordo, observando-se os valores apurados na planilha de cálculos (fl.197).Intime-se a UNIÃO, através da Procuradoria-Geral Federal, para ciência do

acordo.Intimem-se as partes.Brasília, 20 de abril de 2012.PAULO HENRIQUE BLAIR DE OLIVEIRA
Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-417-49.2010.5.10.0017

Reclamante	SEGREDO DE JUSTIÇA
Advogado	PATRÍCIA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	SEGREDO DE JUSTIÇA
Advogado	HELTON CORREIA DE SOUZA(OAB: null)

Vistos.Homologo os cálculos de fls.401/421 para fixar o débito da(s)executada(s),sem prejuízo das atualizações de direito,em:Total da execução R$ 72.244,99 Atualizado até: 30/04/2012
Liq. Exequente....: 60.323,45
INSS Reclamante...: 2.575,87
INSS Reclamado....: 5.592,21
INSS Terceiros....: 1.621,89
INSS SAT.....: 559,08
Custas do Processo: 1.257,99
Custas Art.789....: 314,50
1- Cite(m)-se a(s) executada(s) para, em 48 horas, pagar(em) a quantia correspondente especificada, depositar(em) ou indicar(em) bens passíveis de penhora.Cumpra-se por publicação no DJTE (art. 880 CLT c/c art. do 652, § 4º do CPC) ou, não existindo advogado da parte cadastrado, pela via postal, com aviso de recebimento, conforme autorizado pelo §1º do art.238 do Provimento Geral Consolidado do TRT da 10ªregião. Estando a(s) executada(s) em local incerto e não sabido, cumpra-se por edital;

Despacho

Processo Nº RT-463-04.2011.5.10.0017

Reclamante	Eduardo Brandão de Oliveira
Advogado	LEANDRO OLIVEIRA ALVES(OAB: null)
Reclamado	Simplício Centro Automotivo Ltda.
Advogado	HELIO PIRES MARTINS JUNIOR(OAB: null)

Vistos.Intime-se a executada para apresentar o comprovante de recolhimento da 12ª parcela do acordo, no prazo de 48 horas, sob pena de constrição judicial.
Publique-se.
Brasília, 2 de maio de 2012.
AUDREY CHOUCAIR VAZ
Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-691-76.2011.5.10.0017

Reclamante	Sadia S.A.
Advogado	CARLOS JOSÉ ELIAS JÚNIOR(OAB: null)
Reclamado	União

Vistos.
Execução garantida via convênio BACEN/JUD.
Intime-se a reclamante executada (SADIA S/A) para se manifestar sobre os cálculos, nos termos do art.884, da CLT, prazo legal.
Decorrido o prazo da legal dê-se vista à UNIÃO, remetendo-se os autos.
Publique-se.
Brasília, 2 de maio de 2012.

AUDREY CHOUCAIR VAZ
Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-742-53.2012.5.10.0017

Reclamante	Marcello Gomes Toledo
Advogado	ANTONIO BATISTA REIS(OAB: null)
Reclamado	Instituto Mauá de Pesquisa e Educação

"INTIME-SE O(A) RECLAMANTE, POR SEU PROCURADOR, PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA INAUGURAL DO DIA 26/06/2012,ÀS 14:00 HORAS,SOB PENA DO ART.844/CLT." Juiz do Trabalho Jonathan Quintão Jacob".

Despacho

Processo Nº RT-746-90.2012.5.10.0017

Reclamante	Eleosina Costa Dias
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Serviços Ambientais SA

"INTIME-SE O(A) RECLAMANTE, POR SEU PROCURADOR, PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA INAUGURAL DO DIA 26/06/2012,ÀS 13:45 HORAS,SOB PENA DO ART.844/CLT." Juiz do Trabalho Jonathan Quintão Jacob".

Despacho

Processo Nº RT-747-75.2012.5.10.0017

Reclamante	Luiz Carlos Adao Resende
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Serviços Ambientais SA

"INTIME-SE O(A) RECLAMANTE, POR SEU PROCURADOR, PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA INAUGURAL DO DIA 27/06/2012,ÀS 14:30 HORAS,SOB PENA DO ART.844/CLT." Juiz do Trabalho Jonathan Quintão Jacob".

Despacho

Processo Nº RT-748-60.2012.5.10.0017

Reclamante	Alcemir do Nascimento Oliveira
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Incorporação Garden Ltda

"INTIME-SE O(A) RECLAMANTE, POR SEU PROCURADOR, PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA INAUGURAL DO DIA 27/06/2012,ÀS 14:25 HORAS,SOB PENA DO ART.844/CLT." Juiz do Trabalho Jonathan Quintão Jacob".

Despacho

Processo Nº RT-749-45.2012.5.10.0017

Reclamante	Maria do Socorro Rosa
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Serviços Ambientais SA

"INTIME-SE O(A) RECLAMANTE, POR SEU PROCURADOR, PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA INAUGURAL DO DIA 27/06/2012,ÀS 14:20 HORAS,SOB PENA DO ART.844/CLT." Juiz do Trabalho Jonathan Quintão Jacob".

Despacho

Processo Nº RT-750-30.2012.5.10.0017

Reclamante	Helton Alves da Silva
Advogado	ANA LUCIA AMARAL QUEIROZ(OAB: null)
Reclamado	Sintonia Gestão de Pessoas e Serviços Temporários Ltda. - Me
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

"INTIME-SE O(A) RECLAMANTE, POR SEU PROCURADOR, PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA INAUGURAL DO DIA 27/06/2012,ÀS 14:15 HORAS,SOB PENA DO ART.844/CLT." Juiz do Trabalho Jonathan Quintão Jacob".

Despacho

Processo Nº RT-751-15.2012.5.10.0017

Reclamante	Flavio Ferreira da Luz
Advogado	HITOSHI ITO(OAB: null)
Reclamado	Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda

"INTIME-SE O(A) RECLAMANTE, POR SEU PROCURADOR, PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA INAUGURAL DO DIA 27/06/2012,ÀS 14:10 HORAS,SOB PENA DO ART.844/CLT." Juiz do Trabalho Jonathan Quintão Jacob".

Despacho

Processo Nº RT-752-97.2012.5.10.0017

Reclamante	Danilo Kevin Pereira Almeida
Advogado	LEANDRO OLIVEIRA ALVES(OAB: null)
Reclamado	Kariny Móveis Ltda Me

"INTIME-SE O(A) RECLAMANTE, POR SEU PROCURADOR, PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA INAUGURAL DO DIA 27/06/2012,ÀS 14:05 HORAS,SOB PENA DO ART.844/CLT." Juiz do Trabalho Jonathan Quintão Jacob".

Despacho

Processo Nº RT-894-38.2011.5.10.0017

Reclamante	Assis Rodrigues Vieira
Advogado	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Café Expresso Serviços Terceirizados Mão de Obra Ltda
Advogado	DURVALINO PICOLO(OAB: null)
Reclamado	Dv Serviços Serviços Temporários Ltda
Advogado	DURVALINO PICOLO(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa Vinícola Aurora Ltda
Advogado	DURVALINO PICOLO(OAB: null)

À míngua de recurso ordinário nos autos, diga o reclamante a que se presta as contrarrazões de fls. 214/215, prazo 10 dias. Juiz do Trabalho AUDREY CHOUCAIR VAZ

Despacho

Processo Nº RT-930-80.2011.5.10.0017

Reclamante	Diolemos Silva Lima
Advogado	RAFAEL TAVARES SILVA(OAB: null)
Reclamado	Hospital Santa Luzia S A
Advogado	HENRIQUE DE SOUZA VIEIRA(OAB: null)

Vistos.Homologo os cálculos de fls.191/213 para fixar o débito da(s)executada(s),sem prejuízo das atualizações de direito,em:Total da execução R$ 18.242,26 Atualizado até: 30/04/2012

Liq. Exequente....: 17.797,32

Custas do Processo: 355,95

Custas Art.789....: 88,99

1- Cite(m)-se a(s) executada(s) para, em 48 horas, pagar(em) a quantia correspondente especificada, depositar(em) ou indicar(em) bens passíveis de penhora.Cumpra-se por publicação no DJTE (art. 880 CLT c/c art. do 652, § 4º do CPC) ou, não existindo advogado da parte cadastrado, pela via postal, com aviso de recebimento, conforme autorizado pelo §1º do art.238 do Provimento Geral Consolidado do TRT da 10ªregião. Estando a(s) executada(s) em local incerto e não sabido, cumpra-se por edital;

Despacho

Processo Nº RT-1045-38.2010.5.10.0017

Reclamante	Patricia Barros Meireles
Advogado	EDUARDO SARDINHA CUNHA(OAB: null)
Reclamado	Higiterc Higienização e Terceirização Ltda.
Reclamado	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio-PRF 1ª Região

ATO ORDINATÓRIO

Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação:

Intime-se o exequente para, no prazo de cinco dias, ter vista dos cálculos e dos embargos à execução opostos pela União.

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2012.

FRANCISCO CARLOS CARVALHO

Diretor(a) de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-1233-94.2011.5.10.0017

Reclamante	Jarmerson Willi Oliveira de Sousa
Advogado	FRANCISCO LUIZ GUEDES(OAB: null)
Reclamado	No Peito e Na Raça Ltda.
Advogado	HUGO FERRAZ RODRIGUES(OAB: null)

CONCLUSÃO ISSO POSTO, na Ação Trabalhista n. 01233-94-2011 -5-10-0017 proposta por JARMERSON WILLI OLIVEIRA DE SOUSA em face de NO PEITO E NA RAÇA LTDA., nos termos da fundamentação supra, que integra este dispositivo para todos os fins, rejeito a preliminar de inépcia da petição inicial, e resolvo extinguir o processo com resolução de mérito (art. 269, I, CPC), para julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pela parte autora, condenando a reclamada a pagar-lhe: salário de julho/2011 (integral) R$740,53 (setecentos e quarenta reais e cinquenta e três centavos);salário de 10 (dez) dias laborados em agosto de 2011 R$246,84 (duzentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos);aviso prévio de 30 (trinta) dias - R$740,53 (setecentos e quarenta reais e cinquenta e três centavos);férias integrais acrescidas de um terço R$987,37 (novecentos e oitenta e sete reais e trinta e sete centavos);férias proporcionais acrescidas de um terço (10/12) R$ 822,80 (oitocentos e vinte e dois reais e oitenta centavos);13º salário proporcional (7/12) R$431,97 (quatrocentos e trinta e um reais e noventa e sete centavos); multa de 40% (quarenta por cento) da totalidade dos depósitos fundiários; FGTS dos meses do pacto laboral em que não houve o correto depósito. A reclamada deverá ainda cumprir as seguintes obrigações de fazer: 1) entregar as guias TRCT, sob o código 01, e chave de conectividade social, hábeis ao levantamento dos depósitos fundiários pela parte reclamante, bem como as guias CD/SD, aptas à habilitação ao seguro-desemprego; 2) anotar o término contratual na CPTS, na data de 09/09/2011. Determina-se à ré que a obrigação de fazer de anotação da CTPS seja cumprida, sob pena de multa diária R$100,00 (cem reais), por descumprimento de prazo fixado em intimação, nos termos do artigo 461, parágrafo 4º, do CPC, limitada ao valor total de R$1.000,00 (mil reais). Na total impossibilidade de cumprimento pela Reclamada da obrigação de anotação da CTPS, determina-se à secretaria do juízo que proceda à anotação. Na recusa da reclamada em entregar as guias, o juiz concederá a tutela específica da obrigação, e expedirá alvará substitutivo para saque dos depósitos fundiários e habilitação ao seguro-desemprego. O crédito devido à reclamante será apurado por simples cálculos. Algumas verbas rescisórias já foram fixadas em valores líquidos e

históricos, ou seja, sem atualização, As verbas ora deferidas serão calculadas observando o salário para fins rescisórios de R$740,53. Para cálculo do FGTS, o reclamante deverá obter extrato atualizado de sua conta vinculada, A reclamada será intimada a apresentar os contracheques de todo o período contratual para cálculo das diferenças de FGTS, e se não o fizer, considerar-se-á a remuneração média de R$740,53. Será feito o cálculo do FGTS devido em todo o período contratual, e em seguida deduzir-se-ão os depósitos já feitos pela reclamada. Sobre o crédito trabalhista incidirá correção monetária a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao mês do vencimento da obrigação, e juros moratórios de 1 (um) por cento ao mês, calculados de forma simples (não capitalizada) a partir da propositura da ação (Súmula 381/TST). Sobre o crédito trabalhista incidirá imposto de renda, na forma da lei da época do recebimento, bem como contribuições previdenciárias, aplicando-se a Súmula 368/TST. A contribuição previdenciária, cota-parte da empregado, será calculada mês a mês. A teor do art. 28, parágrafo 9ª, da Lei 8212/91, não incidirá a contribuição previdenciária sobre as férias indenizadas acrescidas de um terço, o FGTS, multa fundiária. Não haverá incidência de imposto de renda sobre os juros moratórios. Custas pela Reclamada no valor de R$120,00 (cento e vinte reais), atribuídas proporcionalmente ao valor arbitrado à condenação (R$ 6000,00 seis mil reais). À parte reclamante deferiu-se o benefício da justiça gratuita. Intimem-se as partes pelo DEJT. Nada mais. Brasília/DF, 30 de abril de 2012. AUDREY CHOUCAIR VAZ JUÍZA DO TRABALHO SUBSTITUTAHOUCAIR VAZ JUÍZA DO TRABALHO SUBSTITUTA

Despacho

Processo Nº RT-1262-81.2010.5.10.0017

Reclamante	Alexandre de Jesus Alves
Advogado	HERNANE GALLI COSTACURTA(OAB: null)
Reclamado	Companhia Brasileira de Distribuição (Extra Brasília Park)
Advogado	CARLOS JOSÉ ELIAS JÚNIOR(OAB: null)

Vistos.Homologo os cálculos de fls.220/229 para fixar o débito da(s)executada(s),sem prejuízo das atualizações de direito,em:Total da execução R$ 4.989,00 Atualizado até: 30/04/2012

Liq. Exequente....: 3.801,55

INSS Reclamante...: 19,76

INSS Reclamado....: 49,40

INSS Terceiros....: 14,32

INSS SAT.....: 4,94

Custas do Processo: 76,43

Custas Art.789....: 19,11

Hon. Periciais....: 1.003,49

1- Cite(m)-se a(s) executada(s) para, em 48 horas, pagar(em) a quantia correspondente especificada, depositar(em) ou indicar(em) bens passíveis de penhora.Cumpra-se por publicação no DJTE (art. 880 CLT c/c art. do 652, § 4º do CPC) ou, não existindo advogado da parte cadastrado, pela via postal, com aviso de recebimento, conforme autorizado pelo §1º do art.238 do Provimento Geral Consolidado do TRT da 10ªregião. Estando a(s) executada(s) em local incerto e não sabido, cumpra-se por edital;

Despacho

Processo Nº RT-1359-81.2010.5.10.0017

Reclamante	Marcos Roberto Lourenço de Oliveira
Advogado	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb
Advogado	OTONIL MESQUITA CARNEIRO(OAB: null)

Vistos.

Execução garantida.

Intime-se o exequente para se manifestar sobre os cálculos, nos termos do art.884, da CLT, prazo legal.

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2012.

AUDREY CHOUCAIR VAZ

Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-1501-51.2011.5.10.0017

Reclamante	Marcel Couto de Souza
Advogado	JOÃO BATISTA MENEZES LIMA(OAB: null)
Reclamado	Drogaria Vison Ltda
Advogado	LÁZARO LUIZ MENDONÇA BORGES(OAB: null)
Reclamado	Drogasil S.A.
Advogado	LÁZARO LUIZ MENDONÇA BORGES(OAB: null)

CONCLUSÃO ISSO POSTO, na Ação Trabalhista n. 1501-51-2011-5-10-0017 proposta por MARCEL COUTO DE SOUZA em face de DROGARIA VISION LTDA. e DROGASIL S/A, nos termos da fundamentação supra, que integra este dispositivo para todos os fins, resolvo extinguir o processo sem resolução de mérito quanto à primeira reclamada (art. 267, IV, CPC), e com resolução de mérito quanto aos demais pedidos (art. 269, I e IV, CPC), para:1) declarar a prescrição da pretensão relativa às parcelas anteriores a 27/09/2006; 2) julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor, condenando a segunda reclamada a pagar-lhe:2.1) 2h20min horas extras por semana, em todo o período contratual imprescrito, as quais serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho;2.2) incidência das horas extras sobre o FGTS, multa fundiária, férias acrescidas de 1/3, 13º salário, repouso semanal remunerado e aviso prévio indenizado;2.3) repercussão das comissões pagas sem registro contábil, no valor total de R$800,00 (oitocentos reais) por mês, no período contratual imprescrito até março/2008 (inclusive), em férias acrescidas de 1/3, 13º salários, FGTS, multa fundiária, e RSR. 2.4) devolução de descontos indevidamente realizados na remuneração do autor, no valor de R$336,11 (trezentos e trinta e seis reais e onze centavos). A liquidação dos valores devidos à parte Reclamante será feita por simples cálculos, observando que algumas parcelas constantes da fundamentação foram fixadas em valores líquidos, histórico e sem atualização, conforme base de cálculo demonstrada na fundamentação. As horas extras serão calculadas observando a evolução salarial do reclamante, incluindo todas as verbas salariais habitualmente recebidas pelo obreiro, conforme contracheques juntados aos autos, sendo que na ausência de algum contracheque considerar-se-á para o respectivo mês a remuneração para fins rescisórios constante do TRCT. Para cálculo das horas extras será ainda somada à remuneração constante do contracheque o salário "por fora" reconhecido nesta sentença. O divisor de horas extras será 220 (duzentos e vinte). Observar-se-á a efetiva frequência do reclamante ao trabalho, não se computando horas extras nos dias de faltas ou férias informados na ficha de registro de emprego (fls. 51/52).Sobre o crédito trabalhista incidirá imposto de renda, na forma da lei da época do recebimento, bem como contribuições previdenciárias, observando-se em ambos os casos os ditames da

Súmula 368/TST. Declara-se, nos termos da Lei 8212/1991, art. 28, parágrafo 9º, que não sofrem a incidência das contribuições previdenciárias as repercussões de parcelas em férias acrescidas de um terço, FGTS e multa fundiária, e a devolução de descontos feitos na remuneração (valor sobre o qual já houve desconto da contribuição previdenciária no próprio contracheque).O crédito trabalhista sofrerá ainda a incidência de correção monetária, incidente a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao mês da prestação de serviços (Súmula 381/TST). Haverá também incidência de juros moratórios de 1 (um) por cento ao mês, na forma simples (não capitalizada) a partir da propositura da ação. Custas pela Reclamada, no valor de R$500,00 (quinhentos reais), atribuídas proporcionalmente ao valor arbitrado à condenação (R$25.000,00 vinte e cinco mil reais). À parte reclamante deferiu-se o benefício da justiça gratuita.Intimem-se as partes pelo DEJT. Nada mais. Brasília/DF, 27 de abril de 2012.AUDREY CHOUCAIR VAZ JUÍZA DO TRABALHO SUBSTITUTA

Despacho

Processo Nº RT-1509-28.2011.5.10.0017

Reclamante	Igor Lima Loiola de Oliviera
Advogado	CELSO JOSE SOARES(OAB: null)
Reclamado	Linknet Tecnologia e Telecomunicações Ltda
Advogado	LUCIANO CORREA DE OLIVEIRA(OAB: null)

Vistos.Homologo os cálculos de fls. 94/101 para fixar o débito da(s) executada(s),sem prejuízo das atualizações de direito,em:Total da execução R$ 21.030,37 Atualizado até: 30/04/2012
Liq. Exequente....: 19.028,74
INSS Reclamante...: 400,31
INSS Reclamado....: 802,58
INSS Terceiros....: 232,75
INSS SAT.....: 80,26
Custas do Processo: 388,58
Custas Art.789....: 97,15
1- Cite(m)-se a(s) executada(s) para, em 48 horas, pagar(em) a quantia correspondente especificada, depositar(em) ou indicar(em) bens passíveis de penhora.Cumpra-se por publicação no DJTE (art. 880 CLT c/c art. do 652, § 4º do CPC) ou, não existindo advogado da parte cadastrado, pela via postal, com aviso de recebimento, conforme autorizado pelo §1º do art.238 do Provimento Geral Consolidado do TRT da 10ªregião. Estando a(s) executada(s) em local incerto e não sabido, cumpra-se por edital;

Despacho

Processo Nº RT-1525-79.2011.5.10.0017

Reclamante	Gutierres de Souza dos Santos
Advogado	HERNANE GALLI COSTACURTA(OAB: null)
Reclamado	Leandro Jose Leal Me

Vistos.Homologo os cálculos de fls.35/40 para fixar o débito da(s) executada(s),sem prejuízo das atualizações de direito,em:1096Total da execução R$ 3.154,48 Atualizado até: 30/04/2012
Liq. Exequente....: 2.965,45
INSS Reclamante...: 24,84
INSS Reclamado....: 62,10
INSS Terceiros....: 18,01
INSS SAT.....: 9,32
Custas do Processo: 59,81
Custas Art.789....: 14,95
1- Cite(m)-se a(s) executada(s) para, em 48 horas, pagar(em) a quantia correspondente especificada, depositar(em) ou indicar(em) bens passíveis de penhora.Cumpra-se por publicação no DJTE (art. 880 CLT c/c art. do 652, § 4º do CPC) ou, não existindo advogado da parte cadastrado, pela via postal, com aviso de recebimento, conforme autorizado pelo §1º do art.238 do Provimento Geral Consolidado do TRT da 10ªregião. Estando a(s) executada(s) em local incerto e não sabido, cumpra-se por edital;

Despacho

Processo Nº RT-1593-29.2011.5.10.0017

Reclamante	Cristiane Goncalves dos Santos
Advogado	LUIZ HUMBERTO VIEIRA GUIDO(OAB: null)
Reclamado	Escola Nacional de Acupuntura
Advogado	LILIANE BARBOSA DE ANDRADE MELO(OAB: null)

Vistos.Intimem-se as partes para carrear aos autos o documento solicitado pela contadoria:
-documento comprovando a data da realização do parto da reclamante.Prazo de 10 dias.Brasília, 2 de maio de 2012.AUDREY CHOUCAIR VAZ Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-1647-92.2011.5.10.0017

Reclamante	Elma Quele Gomes dos Anjos
Advogado	ISAC SOARES CÂMARA(OAB: null)
Reclamado	Rafael Nascimento Alves (Instituto de Beleza Venus)

Vistos.Intime-se a reclamante para que informe se houve o cumprimento integral do acordo, no prazo de 05 dias, valendo o seu silêncio como anuência.
Publique-se.
Brasília, 2 de maio de 2012.
AUDREY CHOUCAIR VAZ
Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-1658-24.2011.5.10.0017

Reclamante	Eduardo Vianna Gouvea
Advogado	MARCELO BARBOSA COELHO(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Serviços Especializados Ltda
Advogado	GLAICON CORTES BARBOSA(OAB: null)

Vistos.Homologo os cálculos de fls.108/114 para fixar o débito da(s) executada(s),sem prejuízo das atualizações de direito,em:Total da execução R$ 17.676,06 Atualizado até: 30/04/2012
Liq. Exequente....: 16.597,95
INSS Reclamante...: 161,20
INSS Reclamado....: 358,22
INSS Terceiros....: 103,88
INSS SAT.....: 35,83
Custas do Processo: 335,18
Custas Art.789....: 83,80
1- Cite(m)-se a(s) executada(s) para, em 48 horas, pagar(em) a quantia correspondente especificada, depositar(em) ou indicar(em) bens passíveis de penhora.Cumpra-se por publicação no DJTE (art. 880 CLT c/c art. do 652, § 4º do CPC) ou, não existindo advogado da parte cadastrado, pela via postal, com aviso de recebimento, conforme autorizado pelo §1º do art.238 do Provimento Geral Consolidado do TRT da 10ªregião. Estando a(s) executada(s) em local incerto e não sabido, cumpra-se por edital;

Despacho

Processo Nº RT-5000-14.2009.5.10.0017

Processo Nº RT-50/2009-017-10-00.0

Reclamante	André Luiz Quintão

Advogado	SEBASTIAO DO ESPIRITO SANTO NETO(OAB: null)
Reclamado	Consórcio TCI/E-Biz
Advogado	CAMILLA NICODEMOS INOJOSA DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	TCI BPO Tecnologia Conhecimento e Informação S. A.
Advogado	CAMILLA NICODEMOS INOJOSA DE ANDRADE(OAB: null)

Vistos.
Execução garantida via convênio BACEN/JUD.
Intimem-se as partes para se manifestarem sobre os cálculos, nos termos do art.884, da CLT, no prazo sucessivo de cinco dias, a começar pela executada.
Publique-se.
Brasília, 2 de maio de 2012.

AUDREY CHOUCAIR VAZ
Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-7000-55.2007.5.10.0017

Processo Nº RT-70/2007-017-10-00.0

Reclamante	Elias Gonçalves Furtado
Advogado	FRANCISCO DE ASSIS EVANGELISTA(OAB: null)
Reclamado	Eletroclima Engenharia Ltda
Reclamado	Câmara dos Deputados (União Federal)
Advogado	IOLAINE KISNER TEIXEIRA(OAB: null)
Reclamado	Carlos Alberto de Carvalho Alves
Reclamado	Edward Terao

Vistos.
Declaro extinta a execução, na forma do art.794, I, do CPC, ante a quitação do débito e encargos sociais.
Decorrido o prazo legal façam-me os autos conclusos para deliberação sobre o saldo remanescente da conta de fl.441.
Publique-se.
Brasília, 2 de maio de 2012.

AUDREY CHOUCAIR VAZ
Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-9500-26.2009.5.10.0017

Processo Nº RT-95/2009-017-10-00.5

Reclamante	Orlando Serafim Oliveira
Advogado	RAPHAEL MESQUITA CARNEIRO(OAB: null)
Reclamado	Banco da Amazônia S.A. - BASA
Advogado	RODRIGO CESAR DE OLIVEIRA RAMALHO(OAB: null)

CERTIDÃO e CONCLUSÃO
Certifico e dou fé que, à vista da publicação de fl.652, em 03/04/2012 decorreu o prazo para as partes se manifestarem sobre o despacho de fl.651 que extinguiu a execução.
Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Juiz(a) do Trabalho desta Vara.
Brasília, 2 de maio de 2012

FRANCISCO CARLOS CARVALHO
Diretor de Secretaria

Vistos.
Expeça-se ALVARÁ em favor do executado para levantamento do saldo remanescente da conta de fl.647, intimando-o para recebimento.
Publique-se.
Brasília, 2 de maio de 2012

AUDREY CHOUCAIR VAZ
Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-10000-68.2004.5.10.0017

Processo Nº RT-100/2004-017-10-00.5

Reclamante	LOURIVAL JOAQUIM BOITRAGO
Advogado	JOÃO PORFÍRIO FILHO(OAB: null)
Reclamado	Ncs Comercial de Alimentos Ltda Me
Advogado	JUSCELINO JOSE DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Comercial de Alimentos Bandeirante Ltda Me
Advogado	JUSCELINO JOSE DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Reginaldo Carvalho dos Santos
Reclamado	Dalva Maria Alves Costa Santos
Advogado	ERNANES ALVES CRISPIM(OAB: null)
Reclamado	Terezinha Lopes Carvalho
Reclamado	Maria do Socorro Costa

Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação:
Intimar a sócia DALVA MARIA ALVES COSTA, para tomar ciência do despacho de fl.304, por seu procurador (fls.300/301).
Decorrido o pra legal façam os autos conclusos para posteriores deliberações.
Publique-se.
Despacho fl.304. "Indefiro o pedido de fls.300/301, tendo em vista que os documentos juntados pela requerente não são suficientes a comprovar que a penhora incidiu em caderneta de poupança com saldo inferior a 40 salários mínimos".
Brasília, 2 de maio de 2012

Despacho

Processo Nº RT-11700-40.2008.5.10.0017

Processo Nº RT-117/2008-017-10-00.6

Reclamante	Luiz Antonio de Figueredo Neto
Advogado	IVAN ALVES LEÃO(OAB: null)
Reclamado	KUATRO SERVIÇOS LTDA.
Reclamado	União (Tribunal de Contas da União)
Reclamado	Andre Almeida de Sales
Reclamado	Carlos Eduardo Rodrigues Galvao

ATO ORDINATÓRIO
Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação:
Intime-se o exequente para, no prazo de cinco dias, ter vista dos cálculos e dos embargos à execução opostos pela segunda executada UNIÃO .
Publique-se.
Brasília, 2 de maio de 2012.

FRANCISCO CARLOS CARVALHO

Diretor(a) de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-55300-14.2008.5.10.0017

Processo Nº RT-553/2008-017-10-00.5

Reclamante	Marcello José Mattoso D'Ávila
Advogado	PEDRO LOPES RAMOS(OAB: null)
Reclamado	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
Advogado	EDUARDO ALBUQUERQUE SANT'ANNA(OAB: null)

Vistos.Homologo os cálculos de fls.1871/1900 para fixar o débito da(s)executada(s),sem prejuízo das atualizações de direito,em:Total da execução R$ 2.623.727,21 Atualizado até: 30/04/2012
Liq. Exequente....: 1.872.121,43
INSS Reclamante...: 35.977,01
INSS Reclamado....: 297.667,43
INSS Terceiros....: 40.185,06
INSS SAT.....: 14.883,39
I R P F.....: 318.450,26
Custas do Processo: 43.804,17
Custas Art.789....: 638,46
1- Cite(m)-se a(s) executada(s) para, em 48 horas, pagar(em) a quantia correspondente especificada, depositar(em) ou indicar(em) bens passíveis de penhora.Cumpra-se por publicação no DJTE (art. 880 CLT c/c art. do 652, § 4º do CPC) ou, não existindo advogado da parte cadastrado, pela via postal, com aviso de recebimento, conforme autorizado pelo §1º do art.238 do Provimento Geral Consolidado do TRT da 10ªregião. Estando a(s) executada(s) em local incerto e não sabido, cumpra-se por edital;

Despacho

Processo Nº RT-72200-77.2005.5.10.0017

Processo Nº RT-722/2005-017-10-00.4

Reclamante	Diamantina Lima Souza
Advogado	RENAULT CAMPOS LIMA(OAB: null)
Reclamado	Alirio Nunes dos Santos Me

Vistos.Vista ao(a) reclamante da certidão negativa do Oficial de Justiça.Prazo de 10 dias.
Intime-se.Brasília, 2 de maio de 2012.AUDREY CHOUCAIR VAZ
Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-86200-77.2008.5.10.0017

Processo Nº RT-862/2008-017-10-00.5

Reclamante	Edna Heloisa Herculano do Nascimento
Advogado	WESLEN COSTA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	RAMON DANTAS MANHAES SOARES(OAB: null)

Vistos.
Intime-se o exequente para se manifestar sobre os embargos à execução opostos pela executada, prazo legal.
Publique-se.
Brasília, 2 de maio de 2012.

AUDREY CHOUCAIR VAZ
Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-87500-11.2007.5.10.0017

Processo Nº RT-875/2007-017-10-00.3

Reclamante	Odânia Batista de Ursinio
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	VIRTUAL SERVICE EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
Advogado	PAULO MARCELO DE CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	União Federal (Ministério das Relações Exteriores)
Reclamado	Creso de Oliveira Vilela
Reclamado	Israel Gomes de Oliveira

Intimar exequente para se manifestar sobre os embargos à execução, prazo legal. Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-88600-30.2009.5.10.0017

Processo Nº RT-886/2009-017-10-00.5

Reclamante	Aparecida Oliveira Santos
Advogado	RITA HELENA PEREIRA PINTO(OAB: null)
Reclamado	Federal Servicos Gerais Ltda
Advogado	KARINA MENDES DE LIMA ROVARIS(OAB: null)
Reclamado	Associação Brasileira de Educadores Lassalistas
Advogado	VALERIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO(OAB: null)
Reclamado	Divino Antonio de Aguiar
Reclamado	Simao Pedro de Aguiar

Vistos.
Renovem-se as diligências BACEN/JUD e RENAJUD em nomes dos sócios da executada DIVINO PEDRO DE AGUIAR, CPF nº 210.471.178-94 e SIMÃO PEDRO DE AGUIAR, CPF nº 369.609.291-00.
Em sendo negativas as diligências faça-me os autos conclusos para apreciação do outro requerimento contido na petição.
Publique-se.
Brasília, 2 de maio de 2012.

PAULO HENRIQUE BLAIR DE OLIVEIRA
Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-102800-13.2007.5.10.0017

Processo Nº RT-1028/2007-017-10-00.6

Reclamante	CARLOS ROBERTO BEZERRA
Advogado	DALMO ROGÉRIO SOUZA DE ALBUQUERQUE(OAB: null)
Reclamado	Caixa Ecônomica Federal
Advogado	RAMON DANTAS MANHÃES SOARES(OAB: null)

Vistos.
Execução garantida.
Intime-se o exequente para se manifestar sobre os cálculos, nos termos do art.884, da CLT, prazo legal.
Publique-se.
Brasília, 2 de maio de 2012.

AUDREY CHOUCAIR VAZ
Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-108000-64.2008.5.10.0017

Processo Nº RT-1080/2008-017-10-00.3

Reclamante	Ingrid Ribeiro Dias

Advogado	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Ferbos Análise de Crédito Ltda
Advogado	ALEXANDRE ODAIR AHLERT(OAB: null)
Reclamado	Sabemi Seguradora S/A
Advogado	BRUNO VINICIUS FERREIRA DA VEIGA(OAB: null)
Reclamado	Banco BMG
Advogado	EDUARDO ALBUQUERQUE SANT'ANNA(OAB: null)

Vistos.

Ante o requerimento da reclamada (fls.451/452) e o vencimento do prazo para movimentação do alvará nº 664/2011 (fl.442), torno-o sem efeito.

Expeça-se novo ALVARÁ em favor da 2ª reclamada (SABEMI SEGURADORA) para levantamento do depósito recursal de fl.290 em nome do procurador indicado na petição, intimando-o para recebimento.

Publique-se..

Brasília, 30 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-120100-85.2007.5.10.0017

Processo Nº RT-1201/2007-017-10-00.6

Reclamante	Betania Lima Ribeiro
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	KOMPE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (NA PESSOA DO REPRESENTANTE LEGAL SR. JOSÉ OLIVIO CHAVES)
Advogado	JOSÉ DA SILVA LEÃO(OAB: null)
Reclamado	Distrito Federal (Secretaria de Estado de Educação)
Reclamado	Intituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Planalto-IDESP
Reclamado	Jose Olivio Chaves
Reclamado	Fernando Soffa Chaves

Vistos.

Indefiro o requerimento da exequente tendo em vista que a parte indicada na petição não compõe o quadro societário da empresa executada KOMPE COMÉRCIO DE ALIMENTOS (Integral Comercio e Serviços), CNPJ nº 05.011.161/0001-02, conforme informações colhidas no Cadastro Nacional de Empresas- CNE. Por outro lado, em despacho que ensejou a inclusão dos sócios JOSE OLÍVIO CHAVES, CPF nº 095.123.221-53 e FERNANDO SÔFFA CHAVES, CPF nº 723.994.061-68 (fl.494), somente o 1º sócio foi citado para pagamento da execução (fl.501/502).

Assim, primeiramente determino a intimação, via postal, do sócio FERNANDO SÔFFA CHAVES, CPF nº 723.994.061-68 para pagamento da execução em 48 horas.

Decorrido o prazo façam-me os autos conclusos para novas diligências junto ao BACEN/JUD e RENAJUD.

Publique-se.

Brasília, 27 de abril de 2012.

AUDREY CHOUCAIR VAZ

Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-120200-06.2008.5.10.0017

Processo Nº RT-1202/2008-017-10-00.1

Reclamante	Neila Mara Theodoroviz
Advogado	DANIEL FERREIRA BORGES(OAB: null)
Reclamado	Banco de Brasília S.A. - BRB
Advogado	JULIANA XAVIER FERRARESI CAVALCANTE(OAB: null)

Vistos.Homologo os cálculos de fls.1040/1046 para fixar o débito da(s) executada(s),sem prejuízo das atualizações de direito,em:Total da execução R$ 32.257,98 Atualizado até: 30/04/2012

Liq. Exequente....: 26.617,51

INSS Reclamado....: 4.561,58

INSS Terceiros....: 524,09

Custas do Processo: 421,72

Custas Art.789....: 133,08

1- Cite(m)-se a(s) executada(s) para, em 48 horas, pagar(em) a quantia correspondente especificada, depositar(em) ou indicar(em) bens passíveis de penhora.Cumpra-se por publicação no DJTE (art. 880 CLT c/c art. do 652, § 4º do CPC) ou, não existindo advogado da parte cadastrado, pela via postal, com aviso de recebimento, conforme autorizado pelo §1º do art.238 do Provimento Geral Consolidado do TRT da 10ªregião. Estando a(s) executada(s) em local incerto e não sabido, cumpra-se por edital;

Despacho

Processo Nº RT-125700-53.2008.5.10.0017

Processo Nº RT-1257/2008-017-10-00.1

Reclamante	Elizeia Alves da Rocha
Advogado	JUDSON DE ARAUJO GURGEL(OAB: null)
Reclamado	Roberto M. Alves do Amaral
Advogado	MARCUS AURÉLIO BESSA VIEIRA(OAB: null)

Vistos. Intime-se a exequente para se manifestar acerca da proposta de acordo apresentada pelo executado, no prazo de 05 dias, decorrido o prazo, prossiga-se a execução.

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2012.

AUDREY CHOUCAIR VAZ

Juiz(a) do Trabalho

Edital

Edital

Processo Nº RT-46-85.2010.5.10.0017

Reclamante	Arison Soares Alves
Advogado	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Fiança Empresa de Segurança Ltda
Advogado	RAQUEL DE CASTILHO(OAB: null)
Reclamado	Fiança Serviços Gerais Ltda.
Advogado	RAQUEL DE CASTILHO(OAB: null)

EDITAL DE PRAÇA

Depositário: TÂNIA LÚCIA DO ESPÍRITO SANTOS SILVA

Endereço: ÁREA ESPECIAL 08 - GUARÁ II - BRASÍLIA - DF.

O DOUTOR AUDREY CHOUCAIR VAZ, Juiz da 17ª Vara do Trabalho de Brasília, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, torna público que, no dia 30 DE MAIO DE 2012 às 14:00 horas, na sede desta Vara situada na AV. W/3 Norte, Qd. 513, Lotes 02/03, sala 319, será(ão) levado(s) a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der, o(s) bem/bens constante(s) da relação abaixo, devidamente conferida pelo Sr. Diretor de Secretaria, encontrado(a) no endereço supra mencionado, na

guarda do(a) Sr(a). Depositário(a) acima referido. Quem pretender arrematar, adjudicar, ou remir dito(s) bem/bens, deverá estar ciente de que à espécie aplicam-se os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, da Lei n. 5.584, de 26.06.70. da Lei n. 6.830, de 22.09.80 e do Código de Processo Civil, observada a ordem de citação, a omissão e a compatibilidade, principalmente dos dois últimos institutos. Não havendo licitante e não requerendo o Exeqüente a adjudicação dos bens, fica designada nova praça para o dia 30/05/2012 às 16:00 horas.

Relação de Bens: Um(01) Ônibus VOLKS / COMIL SVELTO U, ANO 2000, DIESEL, PLACA KML 6550. Avaliado em R$ 70.000,00(Setenta mil reais).Total da avaliação R$ 70.000,00((Setenta mil reais).

Eu, FRANCISCO CARLOS CARVALHO, Diretor de Secretaria, expedi e conferi o presente Edital, em 2, MAIO de 2012.Doutor AUDREY CHOUCAIR VAZ, Juiz da 17ª Vara do Trabalho de Brasília-DF.

Edital

Processo Nº RT-290-43.2012.5.10.0017

Reclamante	Wesley Ricardo Ribeiro
Advogado	MARCELO NUNES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Higiterc - Higienização e Terceirização Ltda
Reclamado	União Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O DOUTOR AUDREY CHOUCAIR VAZ, Juiz do Trabalho da 17ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, faz saber a(os) Higiterc - Higienização e Terceirização Ltda, atualmente em local incerto e não sabido, que fica INTIMADA da DECISÃO proferida no Processo em epígrafe, cujo inteiro teor é o seguinte:DECISÃO Ex positis, na 17ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, no mérito, julgo PROCEDENTE, os pedidos da inicial e declaro a responsabilidade subsidiária do 2° reclamado, nos termos da fundamentação, que passa a fazer parte integrante deste decisum.Custas pela 1ª reclamada no importe de R$ 25,00 calculada sobre o valor da condenação que ora arbitro em R$ 1.295,85.Intimem-se as partes, sendo a primeira reclamada por edital.Nada mais.PAULO HENRIQUE BLAIR DE OLIVEIRA Juiz do Trabalho Titular 17ª Vara do Trabalho de Brasília/DF. E, para que chegue ao conhecimento da(o) RECLAMADA(O) é passado o presente Edital.Eu, FRANCISCO CARLOS CARVALHO, Diretor de Secretaria da 17ª VARA/DF, passei o presente em 2, MAIO de 2012.As.AUDREY CHOUCAIR VAZ, Juiz do Trabalho da 17ª VT/DF.

Edital

Processo Nº RT-1598-51.2011.5.10.0017

Reclamante	Igor Rodrigues Matchula
Advogado	MARCUS PAULO SANTIAGO TELES CUNHA(OAB: null)
Reclamado	Drogaria Santa Ignes Ltda Me

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O DOUTOR AUDREY CHOUCAIR VAZ, Juiz do Trabalho da 17ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, faz saber a(os) Drogaria Santa Ignes Ltda Me, atualmente em local incerto e não sabido, que fica INTIMADA da DECISÃO proferida no Processo em epígrafe, cujo inteiro teor é o seguinte:DECISÃO Ante o exposto, na 17ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, julgo PROCEDENTES os pedidos da inicial, proposto por IGOR RODRIGUES MATCHULA em desfavor de DROGARIA SANTAIGNES LTDA ME, nos termos da fundamentação precedente, que passa a fazer parte deste decisum.Deverá a demandada proceder as anotações na CTPS da reclamante no prazo de 5 dias após intimada a tanto, quando do trânsito em julgado da presente sentença, sob pena de ser procedida pela Secretaria desta MM Vara, como também, deverá apresentar no mesmo prazo supra os comprovante de recolhimentos do INSS, sob pena de sofrer as cominações legais.Custas pela reclamada no importe de R$ 1.200,00, calculadas sobre R$ 60.000,00 valor arbitrado para esse fim, que deverão ser pagas no prazo de cinco dias, sob pena de execução.Intime-se o INSS.Intimem-se as partes. Nada mais.PAULO HENRIQUE BLAIR DE OLIVEIRA a Juiz do Trabalho Titular 17ª Vara do Trabalho de Brasília/DF. E, para que chegue ao conhecimento da(o) RECLAMADA(O) é passado o presente Edital. Eu, FRANCISCO CARLOS CARVALHO, Diretor de Secretaria da 17ª VARA/DF, passei o presente em 30, ABRIL de 2012.As.AUDREY CHOUCAIR VAZ, Juiz do Trabalho da 17ª VT/DF.

Edital

Processo Nº RT-1813-27.2011.5.10.0017

Reclamante	Rosangela Maria Ribeiro
Advogado	VALERIO DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locação, Serviço, Construção Civil e Mineração Ltda

Edital de Citação

O Doutor AUDREY CHOUCAIR VAZ, Juiz da 17ª Vara do Trabalho do Distrito Federal, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que tramita na MM. 17ªVara do Trabalho de Brasília-DF, situada na AV. W/3 Norte, Qd. 513, Lotes 2/3, sala 319, a Reclamação Trabalhista supracitada, onde a Executada Visual - Locação, Serviço, Construção Civil e Mineração Ltda, atualmente em lugar incerto e não sabido, sendo o presente Edital para proceder a sua CITAÇÃO para, em 48 horas, pagar a quantia total de R$ 4.971,27 sendo: Resumo de Cálculo

Liq. Exequente....: 4.296,65 (86,43%)
INSS Reclamante...: 126,04 (2,54%)
INSS Reclamado....: 315,10 (6,34%)
INSS Terceiros....: 91,38 (1,84%)
INSS SAT.....: 31,54 (0,63%)
Custas do Processo: 88,45 (1,78%)
Custas Art.789....: 22,11 (0,44%)
Total Geral: 4.971,27

Atualizado:30/04/2012, sob pena de penhora de tantos bens quanto bastem, para integral quitação da dívida, sendo o referido valor sujeito à atualizações posteriores, conforme o seguinte despacho:Vistos Cite(m)-se a(s) executada(s) para, em 48 horas, pagar(em) a quantia correspondente especificada, depositar(em) ou indicar(em) bens passíveis de penhora. Cumpra-se por publicação no DJTE (art. 880 CLT c/c art. do 652, § 4º do CPC) ou, não existindo advogado da parte cadastrado, pela via postal, com aviso de recebimento, conforme autorizado pelo §1º do art.238 do Provimento Geral Consolidado do TRT da 10ªregião. Estando a(s) executada(s) em local incerto e não sabido, cumpra-se por edital;2- Decorrido o prazo de pagamento, façam os autos conclusos para bloqueio de ativos financeiros da executada, via sistema BACEN-JUD 2.0;3- Negativa a diligência de constrição, à secretaria para pesquisa de bens da(s) executada(s) nos sistemas RENAJUD/DETRAN e INFOJUD;4- Ultimadas todas as medidas supra sem sucesso, façam os autos conclusos para desconsideração da personalidade jurídica da executada com a inclusão dos sócios no pólo passivo da lide. Não havendo contrato

social nos autos, oficie-se à Junta Comercial competente solicitando certidão simplificada com a última composição societária da(s) executada(s), iniciando-se a execução em desfavor dos sócios a partir do item 1 deste comando.FICAM AUTORIZADAS, DE OFÍCIO, PESQUISAS DE ENDEREÇO, CPF/CNPJ, QUADRO SOCIETÁRIO, FILIAIS, ETC, POR MEIO DO SISTEMA DA RECEITA FEDERAL, SEMPRE QUE NECESSÁRIO PARA CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES SUPRA.Garantida a execução, prossiga-se na forma do art. 884 da CLT.Esgotadas todas as diligências supra ordenadas, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 30 dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos.Brasília, 25 de abril de 2012.AUDREY CHOUCAIR VAZ Juiz(a) do Trabalho. E, para que chegue ao conhecimento da executada acima mencionada, foi passado o presente Edital. Eu, FRANCISCO CARLOS CARVALHO, Diretor de Secretaria, passei o presente em 30, ABRIL de 2012, nesta cidade de Brasília-DF.Doutor AUDREY CHOUCAIR VAZ, Juiz do Trabalho da 17ª Vara/DF.

Edital

Processo Nº RT-4100-22.1995.5.10.0017

Processo Nº RT-41/1995-017-10-00.3

Reclamante	ENOQUE SERAFIM DA SILVA
Advogado	IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI(OAB: null)
Reclamado	Kiteto Projetos e Construcoes Ltda
Reclamado	Paulo Roberto da Silva
Reclamado	Luiz Antonio Bassan

Edital de Citação

O Doutor AUDREY CHOUCAIR VAZ, Juiz da 17ª Vara do Trabalho do Distrito Federal, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que tramita na MM. 17ªVara do Trabalho de Brasília-DF, situada na AV. W/3 Norte, Qd. 513, Lotes 2/3, sala 319, a Reclamação Trabalhista supracitada, onde o sócio da Executada LUIZ ANTONIO BASSAN, CPF Nº 185.772.459-34, atualmente em lugar incerto e não sabido, sendo o presente Edital para proceder a sua CITAÇÃO para, em 48 horas, pagar a quantia total de R$ 13.327,55 sendo: Resumo de Cálculo

Liq. Exequente....: 12.937,37 (97,07%)
Custas do Processo: 258,79 (1,94%)
Custas Art.789....: 131,39 (0,99%)
Total Geral: 13.327,55

Atualizado:31/08/2011, sob pena de penhora de tantos bens quanto bastem, para integral quitação da dívida, sendo o referido valor sujeito à atualizações posteriores, conforme o seguinte despacho:Vistos.Considerando o insucesso das diligências executórias realizadas quanto à empresa executada, o prosseguimento da execução será processado na pessoa do seu(s) sócio(s) gerente(s):Paulo Roberto da Silva, inscrito(a) no CPF: 220.959.851-68. Luiz Antonio Bassan, inscrito(a) no CPF:185.772.459-34. Tudo conforme dados retirados do Cadastro Nacional de Empresas CNE.Proceda a Secretaria às anotações necessárias.Expeça-se MANDADO DE CITAÇÃO E PENHORA em desfavor dos sócios acima citados para pagamento do débito (R$ 13.327, 55), em 48 horas, sob pena de penhora de tantos bens bastem para garantir a execução.BRASÍLIA, 16/02/2012.JONATHAN QUINTÃO JACOB Juiz(a) do Trabalho. E, para que chegue ao conhecimento da executada acima mencionada, foi passado o presente Edital.Eu, FRANCISCO CARLOS CARVALHO, Diretor de Secretaria, passei o presente em 30, ABRIL de 2012, nesta cidade de Brasília-DF.Doutor AUDREY CHOUCAIR VAZ, Juiz do Trabalho da 17ª Vara/DF.

Edital

Processo Nº RT-71800-05.2001.5.10.0017

Processo Nº RT-718/2001-017-10-00.2

Reclamante	MADELEIDE LAISLA DA COSTA OLIVEIRA
Advogado	IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI(OAB: null)
Reclamado	DIGISOFT INFORMATICA E SERVICOS LTDA (VICENTE DE BARROS NOGUEIRA)
Advogado	BIRON CARDOSO LEITE(OAB: null)
Reclamado	Vicente de Barros Nogueira
Reclamado	Sebastiao Alves Ribeiro

Edital de Citação

O Doutor AUDREY CHOUCAIR VAZ, Juiz da 17ª Vara do Trabalho do Distrito Federal, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que tramita na MM. 17ªVara do Trabalho de Brasília-DF, situada na AV. W/3 Norte, Qd. 513, Lotes 2/3, sala 319, a Reclamação Trabalhista supracitada, onde o sócio da Executada VICENTE DE BARROS NOGUEIRA, CPF Nº 076.541.541-00, atualmente em lugar incerto e não sabido, sendo o presente Edital para proceder a sua CITAÇÃO para, em 48 horas, pagar a quantia total de R$ 8.482,22 sendo: Resumo de Cálculo

Liq. Exequente....: 6.391,94 (75,36%)
Custas do Processo: 130,09 (1,53%)
Custas Art.789....: 31,96 (0,38%)
Diversos.....: 1.928,23 (22,73%)
Total Geral: 8.482,22

Atualizado:31/01/2012, sob pena de penhora de tantos bens quanto bastem, para integral quitação da dívida, sendo o referido valor sujeito à atualizações posteriores, conforme o seguinte despacho:Vistos.

1-Com razão a exequente nas alegações na petição (fls.124/126), razão pela qual revogo o despacho de fl.122, ficando prejudicado o recurso interposto. Prossiga-se a execução.

2-Considerando o insucesso das diligências executórias realizadas quanto à empresa executada, o prosseguimento da execução será processado na pessoa do seu(s) sócio(s) gerente(s):Vicente de Barros Nogueira, inscrito(a) no CPF: 076.541.541-00.Sebastiao Alves Ribeiro, inscrito(a) no CPF:003.241.321-15. Tudo conforme dados retirados do Cadastro Nacional de Empresas CNE. 3-Homologo a atualização dos cálculos fixando o valor da execução em R$8.482,22, ressalvadas atualizações posteriores.4-Cite(m)-se o(s) referido(s) sócio(s), via postal com aviso de recebimento, para pagamento do débito, em 48 horas, sob pena de penhora.Publique-se.BRASÍLIA, 10/01/2012.ADRIANA ZVEITER Juiz(a) do Trabalho.E, para que chegue ao conhecimento da executada acima mencionada, foi passado o presente Edital.Eu, FRANCISCO CARLOS CARVALHO, Diretor de Secretaria, passei o presente em 30, ABRIL de 2012, nesta cidade de Brasília-DF.Doutor AUDREY CHOUCAIR VAZ, Juiz do Trabalho da 17ª Vara/DF.

Edital

Processo Nº RT-120900-50.2006.5.10.0017

Processo Nº RT-1209/2006-017-10-00.1

Reclamante	Jaqueline Abadia Ferreira da Silva
Advogado	ADELVAIR PÊGO CORDEIRO(OAB: null)
Reclamado	Ravele Locação de Serviços Ltda.
Reclamado	Paulo Roberto Almeida Rodrigues

Reclamado	Maria Lucia de Almeida

Edital de Citação

O Doutor AUDREY CHOUCAIR VAZ, Juiz da 17ª Vara do Trabalho do Distrito Federal, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que tramita na MM. 17ªVara do Trabalho de Brasília-DF, situada na AV. W/3 Norte, Qd. 513, Lotes 2/3, sala 319, a Reclamação Trabalhista supracitada, onde os sócios da Executada PAULO ROBERTO ALMEIDA RODRIGUES, CPF 283.844.903-68 e MARIA LÚCIA DE ALMEIDA, CPF Nº 259.708.953-34, atualmente em lugar incerto e não sabido, sendo o presente Edital para proceder a sua CITAÇÃO para, em 48 horas, pagar a quantia total de R$ 1.310,87 sendo: Resumo de Cálculo

INSS Reclamante...: 218,56 (16,67%)

INSS Reclamado....: 437,09 (33,34%)

INSS Terceiros....: 115,23 (8,79%)

I R P F.....: 539,99 (41,19%)

Total Geral: 1.310,87

Atualizado:29/02/2012, sob pena de penhora de tantos bens quanto bastem, para integral quitação da dívida, sendo o referido valor sujeito à atualizações posteriores, conforme o seguinte despacho: Vistos.TRATA-SE DE EXECUÇÃO DE ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS. Considerando o insucesso das diligências executórias realizadas quanto à empresa executada, o prosseguimento da execução será processado na pessoa do seu(s) sócio(s) gerente(s):Paulo Roberto Almeida Rodrigues, inscrito(a) no CPF: 283.844.903-68. Maria Lucia de Almeida, inscrito(a) no CPF:259.708.953-34. Tudo conforme dados retirados do Cadastro Nacional de Empresas CNE.Proceda a Secretaria às anotações necessárias.Homologo a atualização dos cálculos, fixando o valor da execução em R$1.310,87, ressalvadas atualizações posteriores.Cite(m)-se o(s) referido(s) sócio(s), via postal com aviso de recebimento, para pagamento do débito, em 48 horas, sob pena de penhora.Decorrido o prazo concedido sem o pagamento do débito exequendo, conclusos.BRASÍLIA, 27/02/2012.PAULO HENRIQUE BLAIR DE OLIVEIRA Juiz(a) do Trabalho. E, para que chegue ao conhecimento da executada acima mencionada, foi passado o presente Edital. Eu, FRANCISCO CARLOS CARVALHO, Diretor de Secretaria, passei o presente em 30, ABRIL de 2012, nesta cidade de Brasília-DF.Doutor AUDREY CHOUCAIR VAZ, Juiz do Trabalho da 17ª Vara/DF.

18ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-17-95.2011.5.10.0018

Reclamante	Joaz Ribeiro de Souza
Advogado	PEDRO MARTINS FILHO(OAB: null)
Reclamado	Mr Santos Conservação e Limpeza Ltda
Reclamado	Irb Brasil Resseguros S/A
Advogado	AFONSO CESAR BOABAID BURLAMAQUI(OAB: null)

Intime-se o Reclamante para, querendo, se manifestar acerca dos embargos à execução, às fls.141/144, prazo legal.

Despacho

Processo Nº RT-56-92.2011.5.10.0018

Reclamante	Elizangela Rodrigues da Silva
Advogado	VERA GESSY FERREIRA FARIA(OAB: null)
Reclamado	Lizete Gomes Vilanova
Advogado	THIAGO GOMES VILANOVA(OAB: null)

Ante os termos da certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, manifeste-se a Reclamante, no prazo de 30 dias.

Despacho

Processo Nº RT-181-26.2012.5.10.0018

Reclamante	Nelson Costa de Paula
Advogado	BENEDITO SÍLVIO PALMA MASSELI(OAB: null)
Reclamado	Centro de Formacao de Condutores B Del Rey Ltda Me

Vistos etc. À vista da certidão supra e considerando que a reclamada esta em lugar incerto e não sabido, proceda-se a Secretaria os alvarás de FGTS e Seguro desemprego, intimando o reclamante para o recebimento em 05 dias. No mesmo prazo deverá apresentar sua CTPS para as devidas anotações. Deverá o reclamante comprovar os valores levantados a titulo de FGTS para o cálculo da multa deferida na decisão.

Despacho

Processo Nº RT-196-92.2012.5.10.0018

Reclamante	Antonio Marcos Rodrigues Guedes
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Servicos Ambientais S.A-Em recuperação Judicial
Advogado	SUELY MULKY(OAB: null)

Ao Recorrido/Reclamante, prazo legal.

Despacho

Processo Nº RT-268-50.2010.5.10.0018

Reclamante	Diego Juvenal Barbosa
Advogado	JOÃO AMÉRICO PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Higiterc - Higienizacao e Terceirizacao Ltda
Reclamado	Fub - Fundação Universidade de Brasília

Intime-se o Reclamante para levantar o seu crédito, por alvará, no prazo de 05 dias.

Julgo extinta a presente execução, nos termos doart. 794, inciso I do CPC. Decorrido o prazo para recurso, oficie-se ao NUPRE para comunicar a quitação integral da RPV, via malote digital. Em seguida, arquivem-se os autos com baixa.

Despacho

Processo Nº RT-297-32.2012.5.10.0018

Reclamante	Francisco Pereira dos Santos
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Advogado	MAURICIO COSTA PITANGA MAIA(OAB: null)

À Recorrida/Reclamada, prazo legal.

Despacho

Processo Nº RT-365-50.2010.5.10.0018

Reclamante	Francisco Jose Antonio da Silva
Advogado	SERGIO RODRIGUES MARINHO FILHO(OAB: null)
Reclamante	Moacir Pinto Osorio Junior
Advogado	JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Sindicato dos Trabalhadores Bombeiros Profissionais do Distrito Federal - Sindbombeiros
Advogado	YURE GAGARIN SOARES DE MELO(OAB: null)

Reclamado	Pedro Teodoro da Silva

Vistos os autos.

Às fls. 1938 e seguintes o réu SINDIBOMBEIROS apresenta petição. Alega que está encontrando dificuldade em efetuar o registro das atas de eleição sindical, que acredita que pode existir ação de opositores para impedir tal registro, e que tal ausência está impedindo a movimentação da conta bancária. Alega que está em risco de sofrer despejo por falta do pagamento do aluguel e que seu presidente está sofrendo ameças, com risco de morte.

Conforme decisão de fl. 1877 foi determinada a intimação do Cartório de Títulos e Documentos para registro da ata de eleição. Sabe-se que as instituições bancárias realmente bloqueiam a movimentação de contas bancárias quando há dúvida quanto ao representante da pessoa jurídica, o que pode ocorrer, por exemplo, quando há ausência de registro da ata de eleição. Por sua vez, a movimentação da conta bancária é essencial para o exercício das atividades do réu, inclusive para aquelas de estrito custeio de sua sede social.

A fim de permitir a plena realização do novo processo eleitoral e a finalização das atividades da atual diretoria, e verificando que a intimação feita ao Cartório deu-se por mero ofício, determino à Secretaria que expeça MANDADO DE INTIMAÇÃO ao Tabelião do 1o Ofício de Títulos e Documentos de Brasília/DF, para que proceda ao registro imediato da ata da última eleição do réu, sob pena de caracterização de crime de desobediência, sujeito às penas legais. Expeça-se com urgência.

Expeça-se MANDADO DE INTIMAÇÃO À CEF, agência 002 (Agência Planalto, SBS, QUADRA 1, BL C, Loja Térreo, BRASILIA/DF), para que desbloqueie a conta n. 1365-5, operação 003, de titularidade do réu, caso o motivo do bloqueio seja a ausência de registro das atas de eleição do réu, sob pena de caracterização de crime de desobediência, sujeito às penas legais. Expeça-se com urgência.

Quanto à alegação de que o presidente da reclamada está sofrendo ameaças, antes de mais nada deve ele registrar ocorrência perante a autoridade policial. Feito isso, poderá o Juízo requerer o reforço de policiamento.

Por fim, esclareço ao peticionante que deve iniciar com urgência as providências relativas ao novo processo eleitoral, pois as primeiras não demandam custo financeiro, tal como composição da comissão eleitoral, reunião da comissão, fixação de datas, etc.

Publique-se para ciência das partes.

Brasília/DF, 30 de abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-365-79.2012.5.10.0018

Reclamante	Joao Paulo de Souza Rios
Advogado	MATHEUS DANTAS DE CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	Coral Empresa de Seguranca Ltda em Recuperacao Judicial
Advogado	NUBIA CRISTINA DA SILVA SIQUEIRA(OAB: null)

3. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo PROCEDENTE, EM PARTE, o pedido formulado por JOÃO PAULO SOUZA RIOS em face de CORAL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., a fim de condenar a Reclamada a pagar ao Reclamante, no prazo de 08 dias, com juros e correção monetária, as parcelas deferidas na fundamentação supra, parte integrante desse decisum, bem como a efetuar a anotação de baixa na CTPS. Liquidação por cálculos. Custas, pela Reclamada, no importe de R$ 100,00, calculadas sobre R$ 5.000,00, valor arbitrado à condenação para o fim. A Reclamada deverá comprovar nos autos os recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais incidentes, cujas retenções de já ficam deferidas, observada a legislação pertinente. Ciente o Reclamante (fl. 75). Intime-se a Reclamada. Nada mais. JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO Juiz Titular da 18ª VT/DF

Despacho

Processo Nº RT-401-58.2011.5.10.0018

Reclamante	Mariana Matoso Silva
Advogado	CAROLINA SIMÃO ODISIO HISSA(OAB: null)
Reclamado	Farias Brambilla Ltda - ME(Academia Pilates Fit Club)
Advogado	SANDRA GISELDA GIL BRAMBILLA(OAB: null)

Intime-se 0 reclamante para receber a sua CTPS em 05 dias.

Despacho

Processo Nº RT-427-56.2011.5.10.0018

Reclamante	Fernanda Lopes dos Santos
Advogado	FÁBIO LUIZ PACHECO(OAB: null)
Reclamado	Cris - Centro de Reabilitacao e Integracao Social Ltda
Advogado	CHRISTINE HELENA COSTA JACARANDÁ MOREIRA(OAB: null)

Manifeste-se a Reclamante acerca das informações prestadas pela Junta Comercial, no prazo de 05 dias.

Despacho

Processo Nº RT-451-21.2010.5.10.0018

Reclamante	Beatriz Marques Pereira
Advogado	FÁBIO DE SÁ BITTENCOURT(OAB: null)
Reclamado	Selecao - Servicos Especializados Ltda.
Reclamado	Joao Luiz Gomes de Oliveira
Reclamado	Ieda Maria Gutierres Almeida

Intime-s o reclamante para indicar em 30 dias meios para o prosseguimento da execução

Despacho

Processo Nº RT-510-38.2012.5.10.0018

Reclamante	Josué Ferreira de Melo
Advogado	ADRIANO SILVA WOBETO(OAB: null)
Reclamado	Câmara dos Deputados

J. Intime-se o Reclamante para, querendo, emendar a inicial no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento.

Despacho

Processo Nº RT-536-36.2012.5.10.0018

Reclamante	William Magalhães dos Santos
Advogado	SIMONE DE SOUSA TORRES(OAB: null)
Reclamado	Master Restaurante Ltda.
Advogado	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: null)

Diga a Reclamada, no prazo de 05 dias, fornecer a chave de conectividade social para o saque do FGTS, bem como as guias para habilitação do Reclamante ao seguro desemprego e assinar o TRCT entregue ao Reclamante sem as devidas anotações.

Despacho

Processo Nº RT-537-21.2012.5.10.0018

Reclamante	Elisangela Rodrigues dos Santos
Advogado	IRENÍ BRAGA(OAB: null)
Reclamado	Jorge Miguel Ataide do Nascimento

Ausente o(a) reclamado(a) e seu advogado.Diante da ausência injustificada das partes, decide-se ARQUIVAR a presente reclamação (CLT, art. 844).Fica autorizado o desentranhamento dos documentos de fls. 11/12, sendo a procuração e a declaração de pobreza mediante cópia.
Custas pelo(a) reclamante no importe de R$ 77,06, calculadas sobre R$ 3.853,20, dispensadas na forma da lei.Intime-se o(a) reclamante, por seu procurador.Audiência encerrada às 14h34min.Nada mais.

Despacho

Processo Nº RT-570-11.2012.5.10.0018

Consignante	Ph Servicos e Administracao Ltda
Advogado	DANIELLE CASSIANO ALBO(OAB: null)
Consignado	Karolline Lopes de Sousa

Diante da ausência injustificada do(a) consignante decide-se ARQUIVAR a presente reclamação (CLT, art. 844).

Despacho

Processo Nº RT-583-44.2011.5.10.0018

Reclamante	Mohara de Melo Guimaraes
Advogado	CRISTIANE AIRES DO RÊGO(OAB: null)
Reclamado	Capital Empresa de Servicos Gerais Limitada
Advogado	TIAGO CAMARGO THOMÉ MAYA MONTEIRO(OAB: null)
Reclamado	Instituto Brasileiro dos Recurso Naturais Renovaveis. - IBAMA
Reclamado	Leandro Soares Lemos de Sousa
Reclamado	Larissa Soares Lemos de Sousa

Ao Recorrido/Reclamante, prazo legal. Intime-se.
Brasília-DF, 02.05.2012

Despacho

Processo Nº RT-674-03.2012.5.10.0018

Reclamante	Marcos Vinicius da Silva Pereira
Advogado	RENATA ALMEIDA DE SOUSA SAMPAIO LEÃO MARQUES(OAB: null)
Reclamado	E C Máquinas e Telefonia Ltda Me
Reclamado	Banco Bradesco Sa

Diante da ausência injustificada do(a) reclamante, decide-se ARQUIVAR a presente reclamação (CLT, art. 844).Fica autorizado o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, sendo a procuração e a declaração de pobreza mediante cópia.

Despacho

Processo Nº RT-681-29.2011.5.10.0018

Reclamante	Glaucio Vinicius Oliveira
Advogado	RENAULT CAMPOS LIMA(OAB: null)
Reclamado	Digisoft Informatica e Servicos Ltda
Reclamado	Vicente de Barros Nogueira
Reclamado	Sebastiao Alves Ribeiro

Intime-s o reclamante para indicar em 30 dias meios para o prosseguimento da execução

Despacho

Processo Nº RT-685-32.2012.5.10.0018

Reclamante	Ana Rita da Silva
Advogado	ALDENEI DE SOUZA E SILVA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Ast Assessoria Serviços Terceirizados Ltda
Reclamado	União - Fundação Universidade de Brasília

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 29.05.2012 às 13h15 a sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF sita à Av. W/3 Norte, Q. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quanto poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO ORDINÁRIO. Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o RECLAMANTE, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do art. 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (insc. junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

Despacho

Processo Nº RT-690-25.2010.5.10.0018

Reclamante	Marcelo Teixeira Barbosa
Advogado	GERALDO MARCONE PEREIRA(OAB: null)
Reclamado	M M Telecom - Engenharia e Servicos de Telecomunicacoes Ltda
Advogado	ANDRÉA DA SILVA ALVES(OAB: null)
Reclamado	Froylan Pinto Santos
Reclamado	Julyana Mendes Santos Rocha

Garantida a execução, intime-se o exequente para receber em 05 dias o alvrá, observando as retenções. Julgo extinta a execução, nos termos do art 794 do CPC. Decorrido o prazo sem oposição de recurso, arquivem-se os autos.

Despacho

Processo Nº RT-696-61.2012.5.10.0018

Reclamante	Cassimira Oliveira da Silva
Advogado	ALDENEI DE SOUZA E SILVA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Ast Assessoria Serviços Terceirizados Ltda
Reclamado	Fub - Fundação Universidade de Brasília

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 29.05.2012 às 13h20 a sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF sita à Av. W/3 Norte, Q. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quanto poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO ORDINÁRIO. Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o RECLAMANTE, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do art. 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (insc. junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

Despacho

Processo Nº RT-715-67.2012.5.10.0018

Reclamante	Manoel da Silva Nascimento
Advogado	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: null)
Reclamado	AJ Instalações Prediais e Residenciais Ltda
Reclamado	Tao Empreendimentos Ltda

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 22.05.2012 às 13h10 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-716-52.2012.5.10.0018

Reclamante	Dwayth Leao Lima
Advogado	REGINO FRANCISCO DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Plansul Planejamento e Consultoria Ltda
Reclamado	Senado Federal

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 04.06.2012 às 13h05 a sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF sita à Av. W/3 Norte, Q. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quanto poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO ORDINÁRIO. Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o RECLAMANTE, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do art. 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (insc. junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

Despacho

Processo Nº RT-742-50.2012.5.10.0018

Reclamante	Ana Carolina de Sousa Barroso
Advogado	ALDO BARBOZA ALBUQUERQUE JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Fundação Zerbini
Reclamado	Distrito Federal - Secretaria de Saúde Do Distrito Federal

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 04.06.2012 às 13h00 a sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF sita à Av. W/3 Norte, Q. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quanto poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO ORDINÁRIO. Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o RECLAMANTE, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do art. 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (insc. junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

Despacho

Processo Nº RT-744-88.2010.5.10.0018

Reclamante	Sidnei Ribeiro de Souza
Advogado	RUBENS MARCIAL FERREIRA DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Norte a Brasilia Cirurgias Odontologicas Ltda
Advogado	DANIEL DOMINGUES CHIODE(OAB: null)
Reclamado	Imbra S.A
Reclamado	Mariana Ilenburg Pimenta
Reclamado	Stefano Samyr Simao

Vistos. Assino ao reclamante o prazo de 5 dias para manifestar-se sobre a exceção de pré-executividade de fls.331/359.Publique-se. Juiz do Trabalho ROSSIFRAN TRINDADE SOUZA

Despacho

Processo Nº RT-750-27.2012.5.10.0018

Reclamante	Celma Gomes Lima do Nascimento
Advogado	MARCELO OLIVEIRA MACHADO(OAB: null)
Reclamado	M C Fabricação Caseira de Bolos e Salgados Ltda

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 14.05.2012 às 13h40 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF sita à Av. W/3 Norte, Q. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quanto poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO ORDINÁRIO. Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o RECLAMANTE, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do art. 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (insc. junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

Despacho

Processo Nº RT-753-79.2012.5.10.0018

Consignante	Manchester Servicos Ltda
Advogado	PAULA ECHAMENDE LINDOSO BAUMANN(OAB: null)
Consignado	Vanessa Lemos Brito

Cuida-se de ação de consignação em pagamento proposta por ex-empregadora da consignada, narrando que esta prestou serviços para si e possui, por esta razão, créditos inadimplidos.

Ocorre que a ex-empregada propôs reclamatória trabalhista perante a 13ª. VTB, autuada sob o número 0001895.70.2011.5.10.0010, visando o recebimento de valores decorrentes da rescisão do contrato de trabalho mantido com a ora autora, a qual foi distribuída antes desta.

Considerando que a causa de pedir remota naquele feito encontra-se em consonância com a deste, ou seja, a existência de contrato de trabalho e os créditos deste decorrente, tenho que a 13ª VTB é a única competente para o julgamento desta demanda, face à nítida conexão existente entre ambas ações.

Assim, com fulcro no art. 106 do CPC, determino sejam os autos encaminhados à 13ª. Vara do Trabalho de Brasília, com as cautelas de praxe e as homenagens de estilo.

Despacho

Processo Nº RT-754-98.2011.5.10.0018

Reclamante	Jucimaria Oliveira Silva
Advogado	EDVALDO MOREIRA PIRES(OAB: null)
Reclamado	Ibi Promotora de Vendas Ltda.
Advogado	LEONARDO PINHEIRO LOPES(OAB: null)

J. Intime-se a reclamante para receber a CTPS, no prazo de 05 dias.

Despacho

Processo Nº RT-757-19.2012.5.10.0018

Reclamante	Marcio Paes Silva
Advogado	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Incorporação Garden Ltda

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 24.05.2012 às 13h20 a sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF sita à Av. W/3 Norte, Q. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quanto poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO ORDINÁRIO. Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o RECLAMANTE, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do art. 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (insc. junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

Despacho

Processo Nº RT-758-04.2012.5.10.0018

Reclamante	Maria dos Navegantes Nascimento da Paz
Advogado	ALISSON DE SOUZA E SILVA(OAB: null)
Reclamado	Empresa Santo Antonio Tranportes e Turismo Ltda

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 14.05.2012 às 13h00 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-760-71.2012.5.10.0018

Reclamante	Juscelia Ribeiro dos Santos
Advogado	CARLOS DOS REIS(OAB: null)
Reclamado	Maria Almendra Freitas Leitão de Sá Araujo

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que

se realizará no dia 14.05.2012 às 13h05 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-761-56.2012.5.10.0018

Reclamante	Tania Maria Teixeira de Carvalho
Advogado	MARIA DE LOURDES SILVA DE MELO(OAB: null)
Reclamado	Telecomunicações Brasileiras S/A - Telebrás

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 15.05.2012 às 13h00 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-763-26.2012.5.10.0018

Reclamante	Jose Wilson Silva Galdino
Advogado	KARLA CRISTINA FERREIRA DE SIQUEIRA(OAB: null)
Reclamado	Sintonia Gestão de Pessoas e Serviços Temporários Ltda
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 05.06.2012 às 13h00 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-764-11.2012.5.10.0018

Reclamante	Weydson de Oliveira Luciano
Advogado	KARLA CRISTINA FERREIRA DE SIQUEIRA(OAB: null)
Reclamado	Sintonia Gestão de Pessoas e Serviços Temporários Ltda
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 04.06.2012 às 13h10 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-765-93.2012.5.10.0018

Reclamante	João Pedro de Oliveira Barbosa
Advogado	KARLA CRISTINA FERREIRA DE SIQUEIRA(OAB: null)
Reclamado	Servenac - Serviços de Mão de Obra Temporária Ltda
Reclamado	Empresa Brasiliera de Correios e Telegrafos

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 05.06.2012 às 13h05 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-768-48.2012.5.10.0018

Reclamante	Romilda Helena Ferreira
Advogado	NATHANRY MORAIS BALDONE(OAB: null)
Reclamado	Paranoá Hoteis e Turismo Ltda

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 14.05.2012 às 13h15 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-771-03.2012.5.10.0018

Reclamante	Flavio Souza Maciel
Advogado	MARCIA BOTELHO DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Terceirize Construcoes e Servicos Ltda

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 23.05.2012 às 13h00 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-777-10.2012.5.10.0018

Reclamante	Thais Limeira da Silva
Advogado	HERMANO CAMARGO JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Silvana Franca Silva Neves - ME

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 15.05.2012 às 13h50 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-779-77.2012.5.10.0018

Reclamante	Kleber Pereira de Souza
Advogado	ALBECY GOMES DE ARAUJO(OAB: null)
Reclamado	Expresso São Jose Ltda

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 15.05.2012 às 13h45 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-780-62.2012.5.10.0018

Reclamante	Marlene Barbosa de Matos
Advogado	ANTONIO DE JESUS COSTA NASCIMENTO(OAB: null)
Reclamado	Posto Cidade do Automóvel Ltda

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 14.05.2012 às 13h55 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-783-17.2012.5.10.0018

Reclamante	Paulo Jacinto Dias
Advogado	SIGRID COSTA DE CAMPOS MENEZES(OAB: null)
Reclamado	Hotel Nacional de Brasília S.A.

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 15.05.2012 às 13h40 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-784-02.2012.5.10.0018

Reclamante	Maria Freitas Gomes
Advogado	HUGO FLÁVIO ARAUJO DE ALMEIDA(OAB: null)
Reclamado	Sistema Coc de Educação e Comunicação Ltda

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 14.05.2012 às 13h30 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e

suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-785-84.2012.5.10.0018

Reclamante	Cinthya Maria Vieira de Paiva
Advogado	MARA ROCHA ALBUQUERQUE DE PAIVA(OAB: null)
Reclamado	Business To Business Informatica do Brasil Ltda.

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 15.05.2012 às 13h35 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-789-24.2012.5.10.0018

Reclamante	Equiel dos Santos Pereira
Advogado	PEDRO MARTINS FILHO(OAB: null)
Reclamado	Ada Construcao Ltda
Reclamado	Soltec Engenharia Ltda

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 24.05.2012 às 13h30 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-793-61.2012.5.10.0018

Reclamante	Andre Rodrigues Teixeira
Advogado	THIAGO JANUÁRIO DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Humana Clínica da Saúde Ltda

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 15.05.2012 às 13h25 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-795-31.2012.5.10.0018

Reclamante	Paulo Jose Mauricio
Advogado	GLEYSON ARAUJO TEIXEIRA(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Segurança Integrada Ltda

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 15.05.2012 às 13h10 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero

de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-796-16.2012.5.10.0018

Reclamante	Veronica Siqueira Tavares
Advogado	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Oliveira Ribeiro Ltda (Lilu Confecções de Roupas)

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 14.05.2012 às 13h50 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF sita à Av. W/3 Norte, Q. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quanto poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO ORDINÁRIO. Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o RECLAMANTE, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do art. 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (insc. junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

Despacho

Processo Nº RT-797-98.2012.5.10.0018

Reclamante	Renato Francisco Moreira Paiva
Advogado	BETANIA VIANA CORDEIRO(OAB: null)
Reclamado	Companhia Nacional de Abastecimento

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 15.05.2012 às 13h20 a sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF sita à Av. W/3 Norte, Q. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quanto poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO ORDINÁRIO. Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o RECLAMANTE, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do art. 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (insc. junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

Despacho

Processo Nº RT-799-68.2012.5.10.0018

Reclamante	Arnaldo Moreira de Magalhaes
Advogado	SEBASTIÃO DUQUE NOGUEIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasilia Ltda

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 15.05.2012 às 13h05 a sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF sita à Av. W/3 Norte, Q. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quanto poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO ORDINÁRIO. Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o RECLAMANTE, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do art. 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (insc. junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

Despacho

Processo Nº RT-810-97.2012.5.10.0018

Reclamante	Maria Islene Santiago Rodrigues
Advogado	UBIRATAN BATISTA PEDROSO(OAB: null)
Reclamado	Modelito Comercio de Roupas Ltda EPP

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 14.05.2012 às 13h45 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF sita à Av. W/3 Norte, Q. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quanto poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO ORDINÁRIO. Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o RECLAMANTE, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do art. 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (insc. junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

Despacho

Processo Nº RT-812-67.2012.5.10.0018

Reclamante	Francisco de Assis Goncalves de Sousa
Advogado	CARLA EMANUELA FERREIRA SIQUEIRA(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Segurança Integrada Ltda
Reclamado	Caixa Economica Federal

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 04.06.2012 às 13h15 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-814-37.2012.5.10.0018

Reclamante	Antonio dos Anjos de Oliveira
Advogado	FRANCISCO DE SOUZA RANGEL(OAB: null)
Reclamado	Uniao Pioneira de Integracao Social

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 14.05.2012 às 13h35 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-818-74.2012.5.10.0018

Reclamante	Rainier Lino de Azevedo
Advogado	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Seguranca Integrada Ltda

VVistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 14.05.2012 às 13h25 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF sita à Av. W/3 Norte, Q. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quanto poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO ORDINÁRIO. Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o RECLAMANTE, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do art. 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (insc. junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

Despacho

Processo Nº RT-819-59.2012.5.10.0018

Autor	Sindicato dos Servidores do Ministerio Publico do Estado do Rio Grande do Norte - Sindsemp/Rn
Advogado	ANA CANDIDA EUGENIO PINTO RIBEIRO(OAB: null)
Réu	Confederacao dos Servidores Publicos do Brasil C S P B

3. DISPOSITIVO Ante o exposto, em vislumbrando a hipótese de ilegitimidade ativa, decido EXTINGUIR O PROCESSO, SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do inciso VI do art. 267 do CPC, tudo conforme fundamentação supra, parte integrante desse decisum. Custas, pelos Demandante, no importe de R$ 40,00, calculadas sobre R$ 2.000,00, valor atribuído à causa na inicial. Intime-se o Autor. Data supra. Nada mais. JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO Juiz Titular da 18ª VT/DF

Despacho

Processo Nº RT-820-44.2012.5.10.0018

Reclamante	Keila Gracieli dos Santos
Advogado	MAX ROBERT MELO(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Seguranca Integrada Ltda
Reclamado	Raul Balduino De Sousa Filho (Diretor Presidente Da Patrimonial Segurança Integrada)
Reclamado	União Federal (Procuradoria Regional Da República Da 1ª Região)

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 04.06.2012 às 13h20 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF sita à Av. W/3 Norte, Q. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quanto poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não

comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO ORDINÁRIO. Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o RECLAMANTE, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do art. 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (insc. junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

Despacho

Processo Nº RT-823-96.2012.5.10.0018

Reclamante	Fernanda Estrela de Oliveira
Advogado	RODRIGO FRATTARI GOMES SILVA(OAB: null)
Reclamado	Unilimp - Distribuidora de Produtos de Limpeza Ltda

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 17.05.2012 às 13h00 na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF na Av. W3 Norte, Qd. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quando poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art. 852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações, se houver.

Despacho

Processo Nº RT-827-36.2012.5.10.0018

Reclamante	Andre Luiz Hortencio Munhoz
Advogado	GENGIZCAN BRITO SIMÕES(OAB: null)
Reclamado	Net Brasilia Ltda

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 15.05.2012 às 13h55 a sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF sita à Av. W/3 Norte, Q. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quanto poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO ORDINÁRIO. Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o RECLAMANTE, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do art. 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (insc. junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

Despacho

Processo Nº RT-830-88.2012.5.10.0018

Reclamante	Bruno da Silva Parente
Advogado	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Vip Seguranca Ltda
Reclamado	Ieda Maria Jaber de Magalhaes
Reclamado	Monica Nacle Navarro de Castro Costa

Vistos, etc.

Intime-se o(a) reclamado(a) a comparecer à audiência que se realizará no dia 14.05.2012 às 13h20 a sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF sita à Av. W/3 Norte, Q. 513, lotes 02 e 03, 3º andar, sala 321, quanto poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO ORDINÁRIO. Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, com designação específica de instrução e julgamento.

Fica o RECLAMANTE, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do art. 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (insc. junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

Despacho

Processo Nº RT-861-45.2011.5.10.0018

Reclamante	Duanderson Marques de Souza
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	MA dos Santos Servicos Me LTDA

Manifeste-se o exequente em 10 dias, acerca da devolução da carta precatória, devendo em igual prazo indicar meios para o prosseguimento da execução.

Despacho

Processo Nº RT-921-52.2010.5.10.0018

Reclamante	Paula de Souza Silva
Advogado	IRENÍ BRAGA(OAB: null)
Reclamado	Proservice Terceirizacao de Servicos Ltda
Advogado	PAULO ROBERTO MONTEIRO PORTELA(OAB: null)

Diante da devolução da carta precatória, manifeste-se a exequente

em 10 dias, devendo em igual prazo indicar meios para o prosseguimento da execução.

Despacho

Processo Nº RT-970-93.2010.5.10.0018

Reclamante	Jose Arnaldo Silva Ferreira
Advogado	BARTOLOMEU BEZERRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Engefe Construcoes Ltda
Advogado	REGINALDO ARANTES DE CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	Jose Fernandes Praxedes Filho
Reclamado	Maria Onofra Cardoso de Melo Trindade

Vistos etc. Analisando os autos, verifico que o exequente não atentou que o veículo Fiat Strada, foi objeto de penhora as fls.302/313. Intime-se novamente o exequente para indicar em 30 dias, outros bens passíveis de penhora. .

Despacho

Processo Nº RT-984-77.2010.5.10.0018

Consignante	VIACAO PIONEIRA LTDA
Advogado	MARCUS RUPERTO SOUZA DAS CHAGAS(OAB: null)
Consignado	Carlos Jose Matias da Silva
Advogado	ALDEMIO OGLIARI(OAB: null)

Ante a certidão supra, oficie-se a CEF para que não seja liberada a guia já autorizada, com urgência.

Verifico que o Consiganado recebeu os seguintes valores: R$21.039,28 e 02 parcelas no valor de R$12.272,92, totalizando o montante levantado em R$ 45.585,12. De acordo com os cálculos fls. 560, o valor liquido do Exequente é R$51.672,02, logo ainda lhe devido o valor de R$6.086,90.

Intime-se, pois, o Consignadopara levantamento de seu crédito, por alvará, no prazo de 05 dias..

Intime-se o perito para levantar seus honorários, por alvará, no prazo de 05 dias.

Aguarde-se o pagamento da última parcela para transferência das previdenciárias, custas e honorários periciais.

Despacho

Processo Nº RT-993-05.2011.5.10.0018

Reclamante	Jesualdo de Souza Santos
Advogado	ROBSON DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Visual Locação Serviço Construção Civil e Mineração Ltda.
Reclamado	Infraero - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Advogado	ANDRÉA DURAN SOUSA(OAB: null)

Ante o exposto, julgo PROCEDENTE, EM PARTE, o pedido formulado por JESUALDO DE SOUZA SANTOS em face de VISUAL - LOCAÇÃO, SERVIÇO, CONSTRUÇÃO CIVIL E MINERAÇÃO LTDA. e EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO, a fim de condenar as Reclamadas - a segunda subsidiariamente - a pagar ao Reclamante, no prazo de 08 dias, com juros e correção monetária, as parcelas deferidas na fundamentação supra, parte integrante desse decisum. Liquidação por cálculos.

Custas, pelas Reclamadas, no importe de R$ 40,00, calculadas sobre R$ 2.000,00, valor atribuído à condenação para o fim. Honorários periciais a cargo do Autor e na forma antes determinada.

As parcelas deferidas, porque de natureza indenizatória, não constituem fato gerador de contribuições previdenciárias e fiscais.

Intimem-se as partes, sendo o Reclamante por meio de remessa dos autos à DPU.

Despacho

Processo Nº RT-1091-87.2011.5.10.0018

Reclamante	Christine Spalla Simao Moreira
Advogado	FERNANDO JOSE GONCALVES ACUNHA(OAB: null)
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Ect
Advogado	CAROLINA TENÓRIO DE MELLO(OAB: null)

ISSO POSTO, na Ação Trabalhista n. 1091-87-2011-5-10-0018 proposta por CHRISTINE SPALLA SIMÃO MOREIRA em face de ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, nos termos da fundamentação supra, que integra este dispositivo para todos os fins, resolvo extinguir o processo com resolução de mérito (art. 269, I e IV, CPC), para declarar prescrita a pretensão relativa ao pedido de anulação da advertência aplicada à reclamante, e para julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os demais pedidos, declarando a nulidade da cobrança de dívida feita pela reclamada, em relação à reclamante, quanto ao pagamento equivocado feito à empresa DEDALUS.

Em caráter de tutela antecipada, determino à reclamada que se abstenha de promover qualquer ato de cobrança da indigitada dívida, em relação à reclamante, até o trânsito em julgado da decisão de mérito, sob pena de fixação de multa diária por descumprimento da obrigação de fazer.

Custas pela Reclamada no valor de R$3600,00 (três mil e seiscentos reais), atribuídas proporcionalmente ao valor arbitrado à condenação (R$1.800.000,00 um milhão e oitocentos mil reais), das quais a reclamada é isenta em razão de sua equiparação à Fazenda Pública (art. 12, decreto-lei 509/69). À reclamante deferiu-se o benefício da justiça gratuita.

Intimem-se as partes via Diário da Justiça.

A presente decisão sujeita necessariamente ao duplo grau de jurisdição. Caso não haja recurso voluntário pela reclamada, encaminhem-se os autos ao e. Tribunal Regional para julgamento do recurso em reenvio necessário. Nada mais.

Juiz do Trabalho AUDREY CHOUCAIR VAZ

Despacho

Processo Nº RT-1109-11.2011.5.10.0018

Reclamante	Ednaldo dos Santos
Advogado	VALDUILSON JOSÉ DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Arezza RH Ltda
Advogado	FERNANDO CELLA(OAB: null)

ISSO POSTO, na Ação Trabalhista n. 1109-11-2011-5-10-0018 proposta por EDNALDO DOS SANTOS em face de AREZZA RH LTDA., nos termos da fundamentação supra, que integra este dispositivo para todos os fins, resolvo extinguir o processo com resolução de mérito (art. 269, I, CPC) para julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pela parte Autora, e condenar a ré a pagar:

1)saldo de salários de 15 (quinze) dias R$792,12 (setecentos e noventa e dois reais e doze centavos);

2)aviso prévio indenizado de 30 (trinta) dias R$1584,24 (mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos);

3)férias integrais 2007/2008, acrescidas de 1/3 R$2112, 25 (dois mil, cento e doze reais e vinte e cinco centavos);

4)férias proporcionais (8/12), acrescidas de um terço R$1408,16 (mil, quatrocentos e oito reais e dezesseis centavos);

5)gratificação natalina de 2007 (3/12) R$396,06 (trezentos e noventa e seis reais e seis centavos);

6)gratificação natalina de 2008 (3/12) R$396,06 (trezentos e

noventa e seis reais e seis centavos);
7)gratificação natalina de 2010 (8/12) R$1056,16 (mil e cinquenta e seis reais e dezesseis centavos);
8)multa de 40% (quarenta por cento) da totalidade dos depósitos fundiários;
9)FGTS sobre os salários do período de 11/10/2007 a 15/09/2010, excetuando o período de afastamento previdenciário de 15/04/2008 a 26/02/2010, e ainda, FGTS sobre o aviso prévio indenizado e gratificação natalina.
A reclamada deverá ainda cumprir as seguintes obrigações de fazer: 1) anotação da CPTS, para fazer constar como data inicial da prestação de serviços o dia 11/10/2007 e data final o dia 15/10/2010, bem como a função exercida (eletricista) e o salário inicial de R$682,00; 2) entregar as guias TRCT, sob o código 01, e chave de conectividade social, hábeis ao levantamento de algum eventual depósito fundiário pela parte reclamante, bem como as guias CD/SD, aptas à habilitação ao seguro-desemprego.
Determino ainda à reclamada que a obrigação de fazer de anotação da CTPS seja cumprida, sob pena de multa diária de R$100,00 (cem reais), por dia de atraso após prazo concedido em intimação, limitada a R$1000,00 (mil reais), nos termos do artigo 461, parágrafo 4º, do CPC. Na total impossibilidade de cumprimento pela Reclamada, determina-se à secretaria do juízo que proceda à anotação. Na recusa da reclamada em entregar as guias rescisórias, o juiz concederá a tutela específica da obrigação, e expedirá alvará substitutivo para saque dos depósitos fundiários e habilitação ao seguro-desemprego.
A liquidação dos valores devidos far-se-á por simples cálculos, observando que as algumas parcelas da condenação já foram fixadas em valores líquidos, históricos e sem atualização, conforme base de cálculo exposta na atualização. As demais parcelas observarão o salário de R$1584,24. Para cálculo das demais parcelas, a mesma base de cálculo deverá ser utilizada.
Sobre o crédito trabalhista incidirá imposto de renda, na forma da lei da época do recebimento, observando os preceitos da Súmula 368/TST. Declara-se, nos termos da Lei 8212/1991, art. 28, parágrafo 9º, que das parcelas da condenação apenas o aviso prévio e a gratificação natalina sofrem a incidência de contribuição previdenciária.
O crédito trabalhista sofrerá ainda a incidência de correção monetária, incidente a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao vencimento da obrigação, e juros moratórios de 1 (um) por cento ao mês, calculados de forma simples (não capitalizada), a partir da propositura da ação (Súmula 381/TST).
Custas pela Reclamada no valor de R$240,00 (duzentos e quarenta reais), atribuídas proporcionalmente ao valor arbitrado à condenação (R$12.000,00 doze mil reais). À parte reclamante foi deferido o benefício da justiça gratuita. Intimem-se as partes via Imprensa Oficial. Nada mais. Juiz do Trabalho AUDREY CHOUCAIR VAZ

Despacho

Processo Nº RT-1114-33.2011.5.10.0018

Reclamante	Irisnéia Barbosa Pereira
Advogado	SIMONE DE SOUSA TORRES(OAB: null)
Reclamado	Crystal Servicos Gerais Alimentacao e Construtora Ltda Epp
Advogado	MARIA SUENI FERREIRA DE MELO(OAB: null)
Reclamado	Maria Cristina Cavalcante
Reclamado	Larissa Cavalcante Braga

Vistos etc. Manifeste-se o reclamante acerca das certidões do sr. Oficial de Justiça, no prazo de 10 dias, no mesmo prazo para informar o valor levantado a titulo de FGTS.

Despacho

Processo Nº RT-1252-97.2011.5.10.0018

Reclamante	Vanderleia Bezerra da Silva
Advogado	JOSE ALDEMIR BORGES DE MATOS(OAB: null)
Reclamado	Ppk Equipamentos Ltda Me

Intime-se a Reclamante para comprovar o valor levantado referente ao FGTS, no prazo de 05 dias.

Despacho

Processo Nº RT-1271-06.2011.5.10.0018

Reclamante	Maria Goncalves Amorim
Advogado	VALERIO DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda

Diante do incusesso da penhora junto ao BacenJud, intime-s o reclamante para indicar em 30 dias meios para o prosseguimento da execução

Despacho

Processo Nº RT-1441-75.2011.5.10.0018

Reclamante	Jorge Augusto Alves Magalhaes
Advogado	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Vipasa-Vigilancia Patrimonial Armada Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Fianca Empresa de Seguranca Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

VISTOS, etc. Mediante a transferência realizada junto aos autos 2084/2009, intime-se o reclamante para receber o seu credito, atualize-se. Julgo extinta apresente execução nos termos do art. 794, inciso I do CPC. Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos.

Despacho

Processo Nº RT-1550-89.2011.5.10.0018

Reclamante	Dalidia Sena de Abreu
Advogado	MARIA CECÍLIA CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Servicos Ambientais S.A. (Qualix)
Advogado	SUELY MULKY(OAB: null)

Manifestem-se as partes, em querendo, acerca do laudo pericial de fls. 165/174, pelo prazo sucessivo de cinco dias, a iniciar pela reclamante.Designa-se para ENCERRAMENTO da instrução e renovação da proposta conciliatória a data de 28/06/2012, às 14 horas, sendo facultado o comparecimento das partes.

Despacho

Processo Nº RT-1560-70.2010.5.10.0018

Reclamante	Willer Alves da Silva
Advogado	MAXIMIANO SOUZA ARAÚJO NETO(OAB: null)
Reclamado	Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	ANTONIO APARECIDO MATOS(OAB: null)

À vista da certidão supra , intime-se a reclamada para receber o alvará do deposito recursal em 05 dias. Após, ao arquivo

Despacho

Processo Nº RT-1583-79.2011.5.10.0018

Reclamante	Luzia Pereira de Carvalho

Advogado	JOSÉ CARLOS FERREIRA MENDES(OAB: null)
Reclamado	Bcem Comercio de Produtos Alimenticios Ltda (BAKED POTATÕES)
Advogado	MIRIAN DOS SANTOS MANGULI(OAB: null)

Tendo em vista a certidão supra, intime-se o reclamante para informar se o acordo foi cumprido, no prazo de 05 dias. No silêncio, será interpretado como já devidamente cumprido com o arquivamento dos autos, com baixa.

Despacho

Processo Nº RT-1600-18.2011.5.10.0018

Reclamante	Daniele Dias
Advogado	SIMONE DE SOUSA TORRES(OAB: null)
Reclamado	Bsb - Subs Comercio de Alimentos Ltda
Advogado	ISABELLA CASTSIAMAKIS QUEIROGA DE ARAÚJO PEREIRA(OAB: null)

Vistos etc. À vista da certidão supra , intime-se a reclamante para apresentar em 05 dias a sua CTPS para a devida retificação. Com a apresentação da CTPS, intime-se a reclamada para proceder a retificação em 05 dias. Feita as anotações, intime-se a reclamante para recebera CTPS em 05 dias. Após, ao cálculo.

Despacho

Processo Nº RT-1609-14.2010.5.10.0018

Reclamante	Jose Walter Nery da Silva Junior
Advogado	CARMEM CARINA RODRIGUES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil Sa
Advogado	GILBERTO VACILES BILACCHI JUNIOR(OAB: null)

J. Ao Recorrido/Reclamante, prazo legal. Intime-se.
brasília-Df, 02.05.2012

Despacho

Processo Nº RT-1616-69.2011.5.10.0018

Reclamante	Kayo Robson Linhares Rosa
Advogado	GILBERTO CLAUDIO HOERLLE(OAB: null)
Reclamado	Banco Bradesco S.A.
Advogado	MARILICE PEZENTE DOS SANTOS(OAB: null)

ANTE O EXPOSTO, resolvo, na presente ação proposta por KAYO ROBSON LINHARES ROSA em face de BANCO BRADESCO S/A, julgar PROCEDENTE EM PARTE as pretensões deduzidas na petição inicial, resolvendo o processo com exame do mérito, na forma do art. 269, I, do CPC, fim de condenar o reclamado a pagar ao reclamante as verbas deferidas no curso da fundamentação retro, que a esta passa a integrar.
Na forma da lei, os juros de mora e, desde a distribuição do feito, a correção monetária, tomada por época própria o mês da prestação dos serviços.
Recolhimentos previdenciários e fiscais, sobre as verbas de natureza salarial, a cargo da reclamada, observada a Súmula 368 do C. TST.
Custas no importe de R$ 40,00, pelo reclamada, calculadas sobre o valor ora arbitrado provisoriamente ao feito de R$ 2.000,00, sujeitas à complementação ao final.
INTIMEM-SE AS PARTES. Juiz do Trabalho ROSSIFRAN TRINDADE SOUZA

Despacho

Processo Nº RT-1647-89.2011.5.10.0018

Reclamante	Jose Luiz Rodrigues da Abadia
Advogado	JUDSON DE ARAÚJO GURGEL(OAB: null)
Reclamado	Tico Car Centro Automotivo
Advogado	DARLISON GOMES DE LIMA(OAB: null)

Intime-se a Reclamada para se manifestar acerca da 5ª e última parcela do acordo, no prazo de 05 dias.

Despacho

Processo Nº RT-1763-95.2011.5.10.0018

Reclamante	Ananesia Correa dos Santos
Advogado	LUIZ ROBERTO ALBUQUERQUE PAIVA(OAB: null)
Reclamado	Worktime Assessoria Empresarial Ltda
Advogado	LEANDRO COELHO DINIZ(OAB: null)
Reclamado	União Federal - Ministerio da Saude
Advogado	LYGIA MARIA AVANCINI(OAB: null)

3. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo PROCEDENTE, EM PARTE, o pedido formulado por ANANÉSIA CORRÊA DOS SANTOS em face de WORKTIME ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. e UNIÃO, a fim de condenar as Reclamadas, a segunda subsidiariamente, a pagar à Reclamante, no prazo de 08 dias, com juros e correção monetária, as parcelas deferidas na fundamentação supra, parte integrante desse decisum. Liquidação por cálculos. Custas, pelas Reclamadas, no importe de R$ 120,00, calculadas sobre R$ 6.000,00, valor atribuído à condenação para o fim, de cujo pagamento é isenta a União. As Reclamadas deverão comprovar nos autos os recolhimentos das contribuições previdenciárias e fiscais incidentes, cujas retenções de já ficam autorizadas, observada a legislação pertinente. Intimem-se as partes. Nada mais. JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO Juiz Titular da 18ª VT/DF

Despacho

Processo Nº RT-1773-42.2011.5.10.0018

Reclamante	Elisio Rodrigues Dantas
Advogado	GASPAR REIS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Multipla Logistica e Transportes Ltda
Reclamado	Bunge Alimentos S/A
Advogado	JOAREZ DE FREITAS HERINGER(OAB: null)

J. Ao Recorrido/Reclamante, prazo legal. Intime-se.
brasília-Df, 02.05.2012

Despacho

Processo Nº RT-1843-59.2011.5.10.0018

Reclamante	Renata Rodrigues Lima
Advogado	LUIZ ROBERTO ALBUQUERQUE PAIVA(OAB: null)
Reclamado	Worktime Assessoria Empresarial Ltda
Advogado	LEANDRO COELHO DINIZ(OAB: null)
Reclamado	União Federal - Ministério da Saúde

3. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo PROCEDENTE, EM PARTE, o pedido formulado por RENATA RODRIGUES LIMA em face de WORKTIME ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. e UNIÃO, a fim de condenar as Reclamadas, a segunda subsidiariamente, a pagar à Reclamante, no prazo de 08 dias, com juros e correção monetária, as parcelas deferidas na fundamentação supra, parte integrante desse decisum. Liquidação por cálculos. Custas, pelas Reclamadas, no importe de R$ 120,00, calculadas sobre R$ 6.000,00, valor atribuído à condenação para o fim, de cujo pagamento é isenta a União. As Reclamadas deverão comprovar nos autos os recolhimentos das contribuições previdenciárias e fiscais incidentes, cujas retenções de já ficam autorizadas, observada a legislação pertinente. Intimem-se as partes. Nada mais. JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO Juiz Titular da 18ª VT/DF

Despacho

Processo Nº RT-1919-83.2011.5.10.0018

Reclamante	Nilva Rosilene Forlin
Advogado	ELIZABETH TOSTES PEIXOTO(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil Sa
Advogado	ALINE PATACHI(OAB: null)

ISSO POSTO, na Ação Trabalhista n. 1919-83-2011-5-10-0018 proposta por NILVA ROSILENE FORLIN em face de BANCO DO BRASIL S/A, nos termos da fundamentação supra, que integra este dispositivo para todos os fins, resolvo extinguir o processo com resolução de mérito (art. 269, I, CPC), para rejeitar a arguição de prescrição quinquenal e julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pela parte Autora, condenando o reclamado a pagar:

1) 2 (duas) horas extras diárias, de segunda a sexta-feira, correspondentes à sétima e à oitava horas diárias trabalhadas, acrescidas do adicional de 50% (cinquenta por cento) da hora normal de trabalho, no período de 18/11/2004 a 04/07/2011;

2) repercussão das horas extras sobre RSR;

3) repercussão das horas extras e do RSR sobre os 13º salários, férias acrescidas de um terço, licenças-prêmios, folgas, faltas abonadas;

4) repercussão de todas as parcelas anteriores sobre o FGTS mensal, excetuando as parcelas de conversões em espécie de férias acrescidas de um terço, folgas e abonos;

5) repercussão das parcelas deferidas nos itens anteriores sobre as contribuições ao plano de previdenciária privada (PREVI), observando aquelas que compõem o salário-de-participação, conforme regulamento do plano de benefícios.

Se o contrato de trabalho ainda estiver em vigor no momento da execução, os valores atinentes a FGTS deverão ser depositados na conta vinculada de depósitos fundiários, ao invés de liberados diretamente ao autor.

A liquidação dos valores devidos far-se-á por simples cálculos, observando a evolução salarial da parte reclamante e as verbas recebidas por ela ao longo do contrato de trabalho, conforme extratos de pagamento constantes dos autos, tomando-se como salário-base todas as verbas remuneratórias normalmente recebidas pela parte empregada, inclusive o eventual adicional noturno, gratificação semestral e a gratificação de função. Observar-se-á o divisor 180 (cento e oitenta), e jornada de trabalho de segundas às sextas-feiras, excetuando os períodos de faltas injustificadas constantes das folhas/relatórios de fls. 684/688 e folhas de presença. Não haverá cômputo de horas extras nos períodos em que o reclamante substituiu a sua gerência, desde que registrados no relatório de comissões exercidas (fl. 683). Para fins de reflexos em RSR, serão incluídos não somente os domingos e feriados, mas também os sábados. Haverá repercussão sobre licenças-prêmios, folgas, faltas abonadas e férias, ainda que convertidos em espécie (indenizados) ao longo do contrato. No tocante às contribuições ao fundo de previdência privada (PREVI) haverá repercussão das horas extras nos termos do regulamento, observando, em especial, o limite de salário-de-participação, conforme artigos 21 e seguintes do regulamento do plano de benefícios. Os repasses serão devidos inclusive em relação aos valores de responsabilidade do reclamante, que serão descontados de seu crédito, a fim de evitar o enriquecimento sem causa do obreiro. Tais contribuições devem ser repassadas ao fundo de previdência privada. No cálculo do crédito devido à reclamante deverá ser calculada a repercussão das horas extras sobre a gratificação semestral, que tenha sido eventualmente registrada nos contracheques e paga ao longo do período da condenação, compensando-se o seu valor do crédito da parte obreira.

O crédito trabalhista sofrerá ainda a incidência de correção monetária, incidente a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao vencimento da obrigação, e juros moratórios de 1 (um) por cento ao mês, calculados de forma simples (não capitalizada), a partir da propositura da ação (Súmula 381/TST).

Sobre o crédito trabalhista incidirá imposto de renda, na forma da lei da época do recebimento, bem como contribuições previdenciárias, observando sempre a Súmula 368/TST. A teor do art. 28, parágrafo 9ª, da Lei 8212/91, não haverá incidência da contribuição previdenciária sobre os reflexos em FGTS, contribuições ao plano de previdência privada, e também sobre as conversões em espécie de férias indenizadas acrescidas de um terço, licenças-prêmio, folgas, faltas abonadas, abonos. As mesmas parcelas não serão objeto de retenção de imposto de renda. Não haverá retenção de imposto de renda sobre os juros moratórios. Não haverá contribuição previdenciária pelo empregado nos períodos em que os contracheques juntados aos autos indicarem o recolhimento pelo teto de contribuição.

Custas pelo reclamado no valor de R$6.000,00 (seis mil reais), atribuídas proporcionalmente ao valor arbitrado à condenação (R$300.000,00 trezentos mil reais). À parte reclamante foi deferido o benefício da justiça gratuita. Intimem-se as partes pelo DEJT.

Juiz do Trabalho AUDREY CHOUCAIR VAZbém sobre as conversões em espécie de férias indenizadas acrescidas de um terço, licenças-prêmio, folgas, faltas abonadas, abonos. As mesmas parcelas não serão objeto de retenção de imposto de renda. Não haverá retenção de imposto de renda sobre os juros moratórios. Não haverá contribuição previdenciária pelo empregado nos períodos em que os contracheques juntados aos autos indicarem o recolhimento pelo teto de contribuição.

Custas pelo reclamado no valor de R$6.000,00 (seis mil reais), atribuídas proporcionalmente ao valor arbitrado à condenação (R$300.000,00 trezentos mil reais). À parte reclamante foi deferido o benefício da justiça gratuita. Intimem-se as partes pelo DEJT.

Juiz do Trabalho AUDREY CHOUCAIR VAZ

Despacho

Processo Nº RT-1921-53.2011.5.10.0018

Reclamante	Fernando Roberto Pereira dos Santos
Advogado	MARCELO BARBOSA COELHO(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Servicos Especializados Ltda
Advogado	ROSELI DIAS VALENTIM(OAB: null)

Vistos etc. À vista da certidão supra , intime-se a reclamante para apresentar em 05 dias a sua CTPS. Com a apresentação da CTPS, intime-se a reclamada para proceder a baixa, bem cono apresentar novas guias do FGTS, em 05 dias. Feita as anotações, intime-se a reclamante para recebera CTPS e guias em 05 dias. Após, ao cálculo. Em, 30.04.2012 -2ª feira

Despacho

Processo Nº RT-1939-74.2011.5.10.0018

Reclamante	Itacir Cardoso Coelho
Advogado	PAULO ROBERTO PEREIRA NEVES BORGES(OAB: null)
Reclamado	Companhia Docas do Rio de Janeiro
Advogado	GUILHERME VILELA DE PAULA(OAB: null)

Assim, em inadmitindo o litisconsórcio ativo, reabro a instrução processual e determino aos Reclamantes a emenda da inicial, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento, a fim de que indiquem qual deles figurará na lide. De já fica designada nova

audiência inaugural para o dia 31/05/2012, às 13h33, devendo as partes comparecer, sob pena de incidência das cominações do art. 844 da CLT. Cientes os Reclamantes. Intime-se a Reclamada. Nada mais. JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO Juiz Titular da 18ª VT/DF

Despacho

Processo Nº RT-2026-30.2011.5.10.0018

Reclamante	Ary Augusto de Souza
Advogado	DIOGO FONSECA SANTOS KUTIANSKI(OAB: null)
Reclamado	Gasol Combustiveis Automotivos Ltda
Advogado	MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA(OAB: null)

Manifeste-se o Reclamante, no prazo de 05 dias, acerca dos recolhimentos previdenciários e fiscais, apresentados pela reclamada.

Despacho

Processo Nº RT-38800-98.2007.5.10.0018

Processo Nº RT-388/2007-018-10-00.7

Reclamante	Levi Celso Ferreira Soares
Advogado	MÁRCIO FLÁVIO DE OLIVEIRA SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Gutemberg Impressões e Comercio de Equipamentos Graficos LTDA.
Advogado	GABRIELA OSÓRIO DE CARVALHO ARRUDA(OAB: null)
Reclamado	Alcyr Duarte Collaço Filho
Advogado	VERA ELIZA MULLER(OAB: null)
Reclamado	Empresa GT Jornalismo Capital
Reclamado	Roberpar Serviços de impressão Ltda
Reclamado	Filipe Correia de Araújo

Considerando que até a presente data não se obteve êxito nas diligências realizadas junto ao BacenJud, intime-se a Exequente para indicar meios para prosseguimento da execução, no prazo de 30 dias.

Despacho

Processo Nº RT-47400-45.2006.5.10.0018

Processo Nº RT-474/2006-018-10-00.9

Autor	Severina Rita da Silva
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Réu	CS Comércio de Materiais de Limpeza Ltda
Advogado	GILSON MOREIRA DA SILVA(OAB: null)
Réu	Condominio do Edificio do Bloco C da SQS 214
Advogado	MARCO AURÉLIO GONÇALVES DORNAS DE ALMEIDA(OAB: null)
Réu	Maria do Socorro Ferreira de Sousa
Réu	Renata Ferreia de Sousa

Vistos. Por ora indefiro o requerido às fls . 801/803, haja vista o pedido, pela segunda reclamada, de designação de audiência em execução, para tentativa de conciliação.Inclua-se o processo na pauta de audiências do dia 13/06/2012, às 16:00 horas.Intimem-se as partes, que deverão comparecer na data designada. Juiz do Trabalho ROSSIFRAN TRINDADE SOUZA

Despacho

Processo Nº RT-71700-66.2009.5.10.0018

Processo Nº RT-717/2009-018-10-00.1

Reclamante	Wilson de Carvalho Amparo
Advogado	ANTONIO DE PADUA ARAUJO(OAB: null)
Reclamado	Conservo Brasilia Servicos Tecnicos Ltda
Reclamado	Victor Joao Cugola
Reclamado	Debora Ferreira Passos Cugola

Concedo o arquivamento pravisório dos autos, por um ano.

Despacho

Processo Nº RT-74700-21.2002.5.10.0018

Processo Nº RT-747/2002-018-10-00.1

Reclamante	ALOISIO ROSA DE ARAUJO
Advogado	MAXIMIANO SOUZA ARAÚJO NETO(OAB: null)
Reclamado	BRISTOL MYERS SQUIBB BRASIL S/A
Advogado	LIRIAN SOUSA SOARES CAVALHERO(OAB: null)

Intime-se a Reclamada para levantar seu crédito (alvará), em 05 dias.

Despacho

Processo Nº RT-77700-82.2009.5.10.0018

Processo Nº RT-777/2009-018-10-00.4

Reclamante	Fagner Pereira da Silva
Advogado	EMENS PEREIRA DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	L R Paisagismo Ltda
Reclamado	Raimunda Barbara de Assis
Reclamado	Leonardo Saulo de Lima Ramalho

Ante os termos da certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, manifeste-se a Reclamante, no prazo de 15 dias.

Despacho

Processo Nº RT-101500-47.2006.5.10.0018

Processo Nº RT-1015/2006-018-10-00.2

Reclamante	Carlos Alberto da Silva
Advogado	CLAUDISMAR ZUPIROLI(OAB: null)
Reclamado	TV Omega Ltda. (Rede TV)
Advogado	MARIA JOSÉ DUARTE OLIVEIRA MANCINI(OAB: null)

VISTOS, etc. Libere-se a reclamada o saldo remanescente, intimando-a para o recebimento, no prazo de 05 dias, com o recebimento retornen-se os autos ao arquivo.

Despacho

Processo Nº RT-101500-13.2007.5.10.0018

Processo Nº RT-1015/2007-018-10-00.3

Reclamante	Robson de Oliveira Lima
Advogado	DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO(OAB: null)
Reclamado	INSTITUTO RECICLA BRASIL/DF
Reclamado	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

Vistos etc. Intime-se a exequente para indicar meios de prosseguimento da execução, no prazo de 30 dias.

Despacho

Processo Nº RT-107500-34.2004.5.10.0018

Processo Nº RT-1075/2004-018-10-00.3

Reclamante	ARISMAR PIMENTA FARIA
Advogado	GERALDO MARCONE PEREIRA(OAB: null)
Reclamado	TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S A TELEBRAS
Advogado	SERGIO ROBERTO RONCADOR(OAB: null)

J. Fica deferido a expedição do alvará. Com a comprovação da movimentação, retornem-se os autos ao arquivo, com baixa. Intime-se.

Brasília-DF, 30.04.2012

Despacho

Processo Nº RT-122100-60.2004.5.10.0018

Processo Nº RT-1221/2004-018-10-00.0

Reclamante	KACIA CRISTINA COSTA
Advogado	RITA HELENA PEREIRA PINTO(OAB: null)
Reclamado	Massa Falida de Viação Aerea Sao Paulo SA - VASP
Advogado	IVAN CLEMENTINO(OAB: null)

Diga a reclamante em 05 dias, se a entrega do bem a reclamada foi concretizada.

Despacho

Processo Nº RT-129700-59.2009.5.10.0018

Processo Nº RT-1297/2009-018-10-00.0

Reclamante	Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores
Advogado	ULISSES BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO
Advogado	RONALDO SILVA DE ASSIS(OAB: null)

Intime-se a Reclamada para levantar o seu crédito (alvará), no prazo de 05 dias.

Despacho

Processo Nº RT-132100-46.2009.5.10.0018

Processo Nº RT-1321/2009-018-10-00.1

Reclamante	Marcelo de Souza Teixeira
Advogado	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Conservo Brasilia Empresa de Seguranca Ltda

À vista da certidão supra , intime-s o reclamante para indicar em 30 dias meios para o prosseguimento da execução

Despacho

Processo Nº RT-185600-27.2009.5.10.0018

Processo Nº RT-1856/2009-018-10-00.2

Reclamante	Bruno Nobrega dos Santos Ibrahim
Advogado	MOZART CAMAPUM BARROSO(OAB: null)
Reclamado	Vrg Linhas Aereas S/A
Advogado	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: null)

Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT).

Especificação do débito:

Total da execução R$ 14.019,11 Atualizado até: 30/04/2012

Liq. Exequente....: 10.004,06

INSS Reclamante...: 535,24

INSS Reclamado....: 1.382,93

INSS Terceiros....: 359,52

INSS SAT.....: 207,44

Hon. Periciais....: 1.529,92

Cite-se o executado, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para pagamento do débito de R$ 14.019,11, valor atualizado até o dia 30/04/2012, em 48 horas, sob pena de penhora.

Edital

Edital

Processo Nº RT-1205-26.2011.5.10.0018

Reclamante	Eduardo Batista Bezerra
Advogado	PAOLO RICARDO DIAS FERNANDES(OAB: null)
Reclamado	Fiança Empresa de Segurança Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Vipasa-Vigilância Patrimonial Armada Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Distrito Federal
Advogado	EDVALDO NILO DE ALMEIDA(OAB: null)

EDITAL DE LEILÃO UNIFICADO

PROCESSO: 1205/2011-18-10-00-0

Reclamante: Eduardo Batista Bezerra

Reclamado: Fiança Empresa de Segurança Ltda e outros

Data e hora do Leilão: 30/05/2012 às 10:00 horas.

Data do 2º Leilão: 28/06/2012 10.00 horas.

Leiloeiro designado: PAULO TOLENTINO.

Descritivo dos bens: UM IMOVEL SITO LOTE C, AREA ESPECIAL Nº 08, DO SRIA - SIA, NESTA CAPITAL, MEDINDO 100,00M X 50,00 M, TOTALIZANDO O TERRENO EM 5.000 M², E O PREDIO NELE EDIFICADO, COMPOSTO DE DEPOSITO ALMOXARIFADO, DUAS SECRETARIAS, DOIS BANHEIROS E UM HALL DE DISTRIBUIÇÃO, COM AREA TOTAL CONSTRUIDA DE 375,43 M², O QUAL POSSUI AMPLO PÁTIO EXTERNO PARA ESTACIONAMENTO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, COM UM MINI POSTO DE ABASTECIMENTO. IMÓVEL COM ACABAMENTO SIMPLES, PISO EM GRANITO CINZA NO PREDIO PRINCIPAL,. O QUAL AVALIO EM R$ 850,00 O METRO QUADRADO, CONFORME TABELA DA CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA IMÓVEIS NAQUELA REGIÃO ADMINISTRATIVA. IMÓVEL EM BOM ESTADO DE USO E CONSERVAÇÃO E COM REGISTRO NO CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL, SOB MATRICULA 2074., Matrícula do Imóvel: 2074 .

Valor da avaliação: R$ 4.250.000,00

Percentual da avaliação para efeito de lance mínimo de arrematação: 30%.

Bens removidos ao depósito do Leiloeiro: Não informado

Depositário: Tânia Lúcia do Espirito Santo Silva.

O(A) Juiz(a) do Trabalho JOÃO LUÍS ROCHA SAMPAIO da 18ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público, nos autos do processo nº 0001205-26.2011.5.10.0018, que no(s) dia(s) e hora(s) acima especificado(s) será(ão) levado(s) a LEILÃO, o(s) bem(ns) constante(s) da relação acima. O leilão realizar-se-à no Foro Trabalhista de Brasília-DF, na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3 SALA 101 ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, pelo Leiloeiro Público Oficial, Sr. PAULO TOLENTINO, na forma da Resolução Administrativa nº 10/2011 do egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Quem pretender arrematar dito(s) bem(ns), deverá estar ciente que à espécie aplicam-se os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, da Lei nº 5.584, de 26-06-1970, da Lei nº 6.830, de 22-09-1980 e do Código de Processo Civil, observada a ordem de citação, a omissão e a compatibilidade, principalmente os dois últimos institutos. O pagamento, a título de honorários do leiloeiro, obedecerá ao disposto nos artigos 173, 174 e 175 do Provimento Geral Consolidado deste TRT. As despesas de honorários do leiloeiro correm a partir da publicação do despacho. O lanço efetuado por cheque será reconhecido como feito, para fins de arrematação, somente após a devida compensação bancária,

não sendo admitidos cheques de terceiros ou fora da praça do Distrito Federal. O documento expedido pelo leiloeiro valerá como auto de arrematação, desde que venha a ser homologada a arrematação e assinado o auto pelo Juiz.

O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na AV.W/3 NORTE QD 513, LOTE 2/3, 3ºANDAR SALA 321 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, e para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Brasília, 27 de abril de 2012.

JOÃO LUÍS ROCHA SAMPAIO
Juiz(a) do Trabalho

19ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-4-93.2011.5.10.0019

Reclamante	Rodrigo Sousa Rodrigues
Advogado	MARCEL BATISTA YOKOMIZO(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	ESTEFÂNIA GONÇALVES BARBOSA COLMANETTI(OAB: null)

Despacho de fls.: "Vistos. Intime-se o(a) executada para, querendo, manifestar-se quanto à impugnação aos cálculos apresentada pelo exequente. Prazo de 05 dias...". Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-78-16.2012.5.10.0019

Reclamante	Marcelo Alves Costa
Advogado	JÔNATAS DA COSTA COELHO(OAB: null)
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Advogado	JOSE LUCIO DO NASCIMENTO NETO(OAB: null)

III - CONCLUSÃO.Ante o exposto, julgo PROCEDENTES, EM PARTE, os pedidos para condenar a reclamada,ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS,a pagar ao autor,MARCELO ALVES COSTA , no prazo legal: i)diferenças salariais decorrente do piso previsto em norma coletiva(CCT's juntadas aos autos), com reflexos sobre anuênios, horas extras, gratificações, inclusive natalina,férias e abono de 1/3, IGQP, trabalhos de fim de semana, repouso semanal remunerado e FGTS; ii)GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE CAIXA prevista em norma coletiva,com os mesmos reflexos antes descritos; iii)7ª E 8ª horas como extras, de segunda a sexta-feira, acrescidas do percentual de 50%, com as repercussões antes anunciadas; iv)cesta alimentação prevista em norma coletiva, "cesta alimentação adicional";v)PLR estabelecida anualmente nas convenções coletivas de trabalho; vi)as parcelas são devidas durante todo o período imprescrito, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2007, vencidas e vincendas, enquanto perdurar a situação, com a devida incorporação dos valores do salário e da gratificação de função de caixa mais elevados à remuneração obreira(CLT, artigo 468).Para evitar o recebimento em duplicidade, os valores pagos a título de auxílio cesta alimentação e também de PLR devem ser compensados. A reclamada deve promover as devidas anotações e retificações na CTPS obreira para ali registrar a correta evolução salarial, incluindo a gratificação de função de caixa, sob pena da Secretaria da Vara fazê-lo, nos exatos termos da fundamentação precedente.Incidirão as contribuições previdenciárias sobre diferenças salariais, gratificação de função, horas extras, reflexos sobre 13º salário e Repouso Semanal Remunerado(Súmula nº 368, do TST).Recolhimentos fiscais, nos termos da Instrução Normativa nº 1.127, de 7 de fevereiro de 2011,da RFB.Não haverá cobrança de imposto de renda sobre os juros de mora, entendimento esse já pacificado no âmbito da jurisprudência do TST.Incidem juros de 1% (um por cento) ao mês a partir do dia do ajuizamento da presente ação e atualização monetária desde a data da exigibilidade de cada uma das verbas deferidas.

Os valores serão apurados em regular liquidação.Custas processuais de R$300,00(trezentos reais), pela reclamada, calculadas sobre R$ 15.000,00 (quinze mil reais), valor provisoriamente arbitrado à condenação e para esse fim aproveitado, que fica dispensada do recolhimento, bem como do depósito recursal, na forma legal.Demanda não sujeita ao duplo grau de jurisdição, tendo em vista que o valor arbitrado à condenação é inferior a 60(sessenta) salários mínimos.Brasília-DF, 30 de abril de 2012. Intimem-se as partes. Juiz do Trabalho GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Despacho

Processo Nº RT-80-83.2012.5.10.0019

Reclamante	Manoel Eudes David de Lima
Advogado	JÔNATAS DA COSTA COELHO(OAB: null)
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos -ECT
Advogado	MARCIO RODRIGO KAIO CARVALHO PIRES(OAB: null)

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, julgo PROCEDENTES, EM PARTE, os pedidos para condenar a reclamada,ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS,a pagar ao autor,MANOEL EUDES DAVID LIMA, no prazo legal: i)diferenças salariais decorrente do piso previsto em norma coletiva(CCT's juntadas aos autos), com reflexos sobre anuênios, horas extras, gratificações, inclusive natalina,férias e abono de 1/3, IGQP, trabalhos de fim de semana, repouso semanal remunerado e FGTS; ii)GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE CAIXA prevista em norma coletiva,com os mesmos reflexos antes descritos; iii)7ª E 8ª horas como extras, de segunda a sexta-feira, acrescidas do percentual de 50%, com as repercussões antes anunciadas; iv)cesta alimentação prevista em norma coletiva, "cesta alimentação adicional";v)PLR estabelecida anualmente nas convenções coletivas de trabalho; vi)as parcelas são devidas durante todo o período imprescrito, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2007, vencidas e vincendas, enquanto perdurar a situação, com a devida incorporação dos valores do salário e da gratificação de função de caixa mais elevados à remuneração obreira(CLT, artigo 468). Para evitar o recebimento em duplicidade, os valores pagos a título de auxílio cesta alimentação e também de PLR devem ser compensados. A reclamada deve promover as devidas anotações e retificações na CTPS obreira para ali registrar a correta evolução salarial, incluindo a gratificação de função de caixa, sob pena da Secretaria da Vara fazê-lo, nos exatos termos da fundamentação precedente.

Incidirão as contribuições previdenciárias sobre diferenças salariais, gratificação de função, horas extras, reflexos sobre 13º salário e Repouso Semanal Remunerado(Súmula nº 368, do TST). Recolhimentos fiscais, nos termos da Instrução Normativa nº 1.127,

de 7 de fevereiro de 2011,da RFB.

Não haverá cobrança de imposto de renda sobre os juros de mora, entendimento esse já pacificado no âmbito da jurisprudência do TST.

Incidem juros de 1% (um por cento) ao mês a partir do dia do ajuizamento da presente ação e atualização monetária desde a data da exigibilidade de cada uma das verbas deferidas.

Os valores serão apurados em regular liquidação.

Custas processuais de R$300,00(trezentos reais), pela reclamada, calculadas sobre R$ 15.000,00 (quinze mil reais), valor provisoriamente arbitrado à condenação e para esse fim aproveitado, que fica dispensada do recolhimento, bem como do depósito recursal, na forma legal.

Demanda não sujeita ao duplo grau de jurisdição, tendo em vista que o valor arbitrado à condenação é inferior a 60(sessenta) salários mínimos.

Brasília-DF, 30 de abril de 2012.

Intimem-se as partes. Juiz do Trabalho GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Despacho

Processo Nº RT-90-30.2012.5.10.0019

Reclamante	Carlos Eduardo de Oliveira Leite
Advogado	GERALDO MAGELA DA SILVA FREIRE(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	JULIANA VARELLA BARCA DE MIRANDA PORTO(OAB: null)

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, julgo PROCEDENTES os pedidos para condenar a reclamada, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF,a pagar ao autor, CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LEITE, no prazo legal, horas extras e reflexos sobre outras verbas, nos exatos termos dos pedidos e da fundamentação precedente.

Incidirão contribuições previdenciárias sobre horas extras e reflexos sobre 13º salário, adicional noturno, Repouso Semanal Remunerado(norma coletiva dos bancários), sábados, feriados observando-se o limite do teto para o valor devido pelo empregado(Súmula 368, TST).Aliás, como o reclamante já recolhia para a Previdência Social observando o teto, as contribuições previdenciárias são devidas apenas pela empregadora, que recolhe sobre a folha de pagamento.

Recolhimentos fiscais, nos termos da Instrução Normativa nº 1.127, de 7 de fevereiro de 2011,da RFB.

Não haverá cobrança de imposto de renda sobre os juros de mora, entendimento esse já pacificado no âmbito da jurisprudência do TST.

Incidem juros de 1% (um por cento) ao mês a partir do dia do ajuizamento da presente ação e atualização monetária desde a data da exigibilidade de cada uma das verbas deferidas.

Os valores serão apurados em regular liquidação.

Custas processuais de R$600,00(seiscentos reais), pela reclamada, calculadas sobre R$ 30.000,00 (trinta mil reais), valor provisoriamente arbitrado à condenação e para esse fim aproveitado.

Brasília-DF, 30 de abril de 2012.

Intimem-se as partes. Juiz do Trabalho GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Despacho

Processo Nº RT-135-68.2011.5.10.0019

Reclamante	Diana Sousa Cirqueira
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal -CAESB
Advogado	JESSE ALVES FERREIRA JUNIOR(OAB: null)

Despacho de fl. 434, penúltimo parágrafo: "...intime-se a executada para, no prazo de 5 dias, levantar os valores remanescentes existentes nas contas referentes às guias de fls. 345 e 359..." Juiz do Trabalho GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Despacho

Processo Nº RT-161-32.2012.5.10.0019

Reclamante	Maria do Socorro Costa Bezerra
Advogado	WILER SOARES DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Bioplast Serviços Médicos S/S ltda
Reclamado	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap
Advogado	WELLINGTON MOISES DE OLIVEIRA(OAB: null)

II CONCLUSÃO.Pelo exposto, antecipo os efeitos da tutela jurisdicional, para determinar que a Secretaria da Vara proceda à anotação da data de saída na CTPS obreira, devendo, ainda, expedir Alvará para possibilitar o levantamento dos valores de FGTS e Seguro Desemprego, bem como julgo PROCEDENTES os pedidos formulados pela reclamante MARIA DO SOCORRO COSTA BEZERRA em face das reclamadas BIOPLAST SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA. e COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL NOVACAP, para condenar as rés, a segunda de forma subsidiária, ao cumprimento das seguintes obrigações, nos termos da fundamentação:pagar salário integral do mês de outubro e saldo salarial relativo aos 15 dias laborados no mês de novembro de 2011; 11/12 de décimo terceiro; férias vencidas acrescidas do terços constitucional; diferenças de FGTS, incluindo a indenização de 40%; e multa prevista no § 8º do art. 477 da CLT.Correção monetária e juros, na forma da lei, observando-se, quanto à correção do crédito devido à autora, o disposto no art. 459 da CLT e o entendimento consolidado nas Orientações Jurisprudenciais nº 124 e 302 da SDI I do col. TST. Na liquidação das parcelas ora deferidas, observem-se, como limites para as respectivas apurações, os valores atribuídos às pretensões na inicial (CPC, artigos 128 e 460).A Secretaria da Vara anotará a data de saída na CTPS obreira, devendo a autora apresentar o documento, no prazo de cinco dias, e expedirá Alvará para levantamento dos depósitos de FGTS e recebimento do Seguro Desemprego.Depois, a reclamante será intimada para apresentar extrato da conta do FGTS e comprovante do valor levantado em razão do Alvará, sob pena de presumir-se cumprida a obrigação relativa ao recolhimento dos depósitos de FGTS.Para atendimento do disposto no art. 832, § 3º, da CLT, com a redação conferida pela Lei 10.035/2000, declara-se que das parcelas objeto da condenação, possuem natureza salarial, passível de incidência previdenciária, os salários integrais e proporcionais, além da gratificação natalina proporcional.A reclamada deverá recolher as contribuições previdenciárias (inclusive a devida pela reclamante) e o imposto de renda incidentes sobre a condenação, facultando-se-lhe deduzir do crédito da autora os valores relativos aos débitos de IR e INSS a este imputáveis, mediante comprovação do recolhimento. Recolhimentos fiscais serão calculados na forma da Instrução Normativa nº 1.127 da Receita Federal (excetuadas as parcelas que legalmente não constituem base de cálculo dos tributos), quando do efetivo pagamento, e, quanto à contribuição previdenciária, será respeitado o limite máximo do salário de

contribuição. Custas, no importe de R$300,00, calculadas sobre R$15.000,00, valor provisoriamente arbitrado à condenação para este efeito, a cargo das reclamadas.Intimem-se as partes.Nada mais. Brasília/DF, 30 de abril de 2012. Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-163-02.2012.5.10.0019

Reclamante	Sueli da Silva Ramos
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locacao, Servico, Construcao Civil e Mineracao Ltda
Reclamado	Ministerio da Fazenda

III- CONCLUSÃO

Em face do exposto, julgo procedentes os pedidos para condenar as reclamadas, VISUAL LOCAÇÃO, SERVIÇO, CONSTRUÇÃO CIVIL E MINERAÇÃO LTDA. e UNIÃO, a segunda de forma subsidiária, em face da sua qualidade de tomadora de serviços, a pagar à reclamante, SUELI DA SILVA RAMOS, no prazo legal, diferença entre o valor pago e o novo piso salarial estabelecido pela norma coletiva (R$ 50,20); diferença de vale alimentação (R$ 330,00); saldo salarial relativo a 10 dias de outubro de 2010 (R$ 187,00); devolução de desconto a título de empréstimo (R$ 845,92); diferença de FGTS relativa aos meses de agosto, setembro, novembro e dezembro de 2009 (R$ 180,00); e multa de 20% sobre o FGTS (R$ 72,00), tudo nos termos da fundamentação, que integra o presente dispositivo.

Possuem natureza salarial e estão sujeitas aos recolhimentos previdenciários as seguintes parcelas: o saldo de salário e a diferença entre o valor pago e o piso salarial.

Juros e correção monetária na forma legal.

Recolhimentos fiscais, nos termos da Instrução Normativa nº 1.127, de 7 de fevereiro de 2011,da RFB.

Não haverá cobrança de imposto de renda sobre os juros de mora a serem apurados em regular processo de liquidação.

Demanda não sujeita ao duplo de grau de jurisdição obrigatório, considerando o valor arbitrado à condenação.

Custas de R$33,30(trinta e três reais e trinta centavos), calculadas sobre R$1.665,12 (um mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e doze centavos), valor provisório da condenação, a cargo da primeira ré. A segunda reclamada é isenta na forma da lei.

Intimem-se as partes.

Brasília, 30 de abril de 2012 Juiz do Trabalho GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Despacho

Processo Nº RT-252-25.2012.5.10.0019

Reclamante	Jairo Arcanjo Ferreira
Advogado	JORIVALMA MUNIZ DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Captar Servicos Tecnicos Ltda
Advogado	ERIKA FEITOSA BENEVIDES(OAB: null)

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto,julgo procedentes, em parte, os pedidos para condenar a reclamada,CAPTAR SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA,a pagar ao autor,JAIRO ARCANJO FERREIRA, no prazo legal, as seguintes parcelas: diferenças do FGTS e da multa de 40%, multa rescisória do artigo 477, §8º, horas extras, intervalo intrajornada e repercussões legais, nos termos da fundamentação precedente.

Ofício ao órgão fiscalizador após o trânsito em julgado da decisão(DRT-DF), para as providências cabíveis, diante das irregularidades verificadas.

Contribuições previdenciárias sobre as seguintes verbas:horas extras, intervalo intrajornada e reflexos sobre gratificações natalinas. As demais verbas possuem natureza indenizatória. Observar o teto máximo da previdência, no caso do empregado(Súmula nº 368, do TST).

Autorizados os respectivos descontos da cota-parte do empregado, quanto às contribuições previdenciárias e ao imposto de renda sobre as parcelas salariais, respeitados, porém, os limites previstos na Instrução Normativa nº 1.127/2011, da RFB.

Incidem juros de 1% (um por cento) ao mês a partir do dia do ajuizamento da presente ação e atualização monetária desde a data da exigibilidade de cada uma das verbas deferidas.

Custas processuais de R$80,00(oitenta reais), pela reclamada,calculadas sobre R$4.000,00(quatro mil reais), valor arbitrado à condenação e para esse fim aproveitado.

Intimem-se as partes.

BSB-DF, 30 de abril de 2012 Juiz do Trabalho GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Despacho

Processo Nº RT-254-92.2012.5.10.0019

Reclamante	Roberto da Silva Pinto
Advogado	JORIVALMA MUNIZ DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Captar Servicos Tecnicos Ltda
Advogado	ERIKA FEITOSA BENEVIDES(OAB: null)

III - CONCLUSÃO .Ante o exposto,julgo procedentes, em parte, os pedidos para condenar a reclamada,CAPTAR SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA,a pagar ao autor,ROBERTO DA SILVA PINTO, no prazo legal, as seguintes parcelas: diferenças do FGTS e da multa de 40%, multa rescisória do artigo 477, §8º, horas extras, intervalo intrajornada e repercussões legais, nos termos da fundamentação precedente.Ofício ao órgão fiscalizador após o trânsito em julgado da decisão(DRT-DF), para as providências cabíveis, diante das irregularidades verificadas.

Contribuições previdenciárias sobre as seguintes verbas:horas extras, intervalo intrajornada e reflexos sobre gratificações natalinas. As demais verbas possuem natureza indenizatória. Observar o teto máximo da previdência, no caso do empregado(Súmula nº 368, do TST).

Autorizados os respectivos descontos da cota-parte do empregado, quanto às contribuições previdenciárias e ao imposto de renda sobre as parcelas salariais, respeitados, porém, os limites previstos na Instrução Normativa nº 1.127/2011, da RFB. Incidem juros de 1% (um por cento) ao mês a partir do dia do ajuizamento da presente ação e atualização monetária desde a data da exigibilidade de cada uma das verbas deferidas.Custas processuais de R$60,00(sessenta reais), pela reclamada,calculadas sobre R$3.000,00(três mil reais), valor arbitrado à condenação e para esse fim aproveitado.Intimem-se as partes.BSB-DF, 30 de abril de 2012 Juiz do Trabalho GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Despacho

Processo Nº RT-268-76.2012.5.10.0019

Reclamante	Celso de Abreu Freitas
Advogado	ESTEVAO RAMOS MUNIZ(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	ALINE LISBOA NAVES GUIMARÃES(OAB: null)

II CONCLUSÃO.Pelo exposto, julgo PROCEDENTES os pedidos formulados pelo reclamante CELSO DE ABREU FREITAS em face

da reclamada CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para condenar a ré ao cumprimento das seguintes obrigações, nos termos da fundamentação:incorporar à remuneração do autor a média dos valores relativos à gratificação denominada CTVA;pagar ao reclamante as diferenças devidas a partir de 1º/02/2011, em razão da incorporação ora determinada

recolher à conta vinculada do autor os valores relativos aos depósitos mensais de FGTS incidentes sobre a parcela;pagar os reflexos do valor incorporado em repousos semanais remunerados (considerados os sábados, em respeito às sucessivas previsões coletivas nesse sentido), férias acrescidas de um terço e décimos terceiros salários de fevereiro/2011 até a data da efetiva incorporação.Correção monetária e juros, na forma da lei, observando-se, quanto à correção do crédito devido ao autor, o disposto no art. 459 da CLT e o entendimento consolidado nas Orientações Jurisprudenciais nº 124 e 302 da SDI I do col. TST. Na liquidação, a reclamada será intimada para comprovar a data da incorporação, que servirá de termo final dos cálculos das diferenças devidas a esse título.Para atendimento do disposto no art. 832, § 3º, da CLT, com a redação conferida pela Lei 10.035/2000, declara-se que, das parcelas objeto da condenação, possuem natureza salarial, passível de incidência previdenciária, os valores referentes à incorporação da CTVA e seus reflexos sobre repousos semanais e décimos terceiros salários.A reclamada deverá recolher as contribuições previdenciárias (inclusive a devida pelo reclamante) e o imposto de renda incidentes sobre a condenação, facultando-se-lhes deduzir do crédito do autor os valores de IR e INSS a este imputáveis, mediante comprovação do recolhimento. Recolhimentos fiscais serão calculados na forma da Instrução Normativa nº 1.127 da Receita Federal (excetuadas as parcelas que legalmente não constituem base de cálculo dos tributos), quando do efetivo pagamento, e, quanto à contribuição previdenciária, será respeitado o limite máximo do salário de contribuição.Custas, no importe de R$200,00, calculadas sobre R$10.000,00, valor provisoriamente arbitrado à condenação para este efeito, a cargo da reclamada. Intimem-se as partes.Brasília/DF, 30 de abril de 2012. Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-273-98.2012.5.10.0019

Reclamante	Jacinto do Carmo Leal
Advogado	MAURICIO GOMES NETO(OAB: null)
Reclamado	Delta Construcoes Sa
Advogado	GUSTAVO DO VALE ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Serviço de Limpeza Urbana do DF - Slu
Advogado	ALEXANDRE VIANA PAES SOARES(OAB: null)

CONCLUSÃO

Diante do exposto, julgo PROCEDENTES, EM PARTE, os pedidos para condenar os reclamados,DELTA CONSTRUÇÕES S/A e SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DF - SLU, o último de forma subsidiária, a pagar ao autor,JACINTO DO CARMO LEGAL, no prazo legal, as seguintes parcelas: R$ 1.450,36 relativa ao período da garantia de emprego reconhecida e reflexos em aviso prévio (R$ 120,86); 13º proporcional (R$ 120,86); férias proporcionais acrescidas do terço constitucional (R$ 161,14); diferenças de FGTS (R$ 166,29) e multa de 40% (R$ 65,51); vales refeição e alimentação decorrentes do período da garantia de emprego, no valor de R$ 550,00, tudo nos termos da fundamentação precedente. Incidem juros de 1% (um por cento) ao mês a partir do dia do ajuizamento da presente ação e atualização monetária desde a data da exigibilidade de cada uma das verbas deferidas.

Haverá contribuições previdenciárias sobre a remuneração decorrente do período estabilitário e seus reflexos em gratificação natalina, observando-se o limite do teto para o valor devido pelo empregado(Súmula 368, TST).

Recolhimentos fiscais, nos termos do Provimento nº03/2005 da CGJT.

Custas processuais pela reclamada, no importe de R$52,70 (cinquenta e dois reais e setenta centavos), calculadas sobre R$ R$2.635,02(dois mil, seiscentos e trinta e cinco reais e dois centavos), valor provisório da condenação e para esse fim aproveitado.

INTIMEM-SE AS PARTES.

BSB-DF, 30 de abril de 2012. Juiz do Trabalho GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Despacho

Processo Nº RT-334-56.2012.5.10.0019

Reclamante	Claudia Militina Chaves Basso
Advogado	ERIC DA SILVA ANDRADE MENDES(OAB: null)
Reclamado	Companhia Nacional de Abastecimento Conab
Advogado	JOSÉ ROBERTO DIAS DE MACÊDO(OAB: null)

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, julgo procedentes, em parte, os pedidos para condenar a reclamada,COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, a pagar à autora, CLAUDIA MILITINA CHAVES BASSO, no prazo legal, as diferenças salariais vindicadas, com base de cálculo desde a supressão (26 níveis), decorrentes da ausência das progressões por merecimento com reflexos em sobre férias, 13º e 14º salários (se percebidos), FGTS, , anuênios, licença-prêmio e demais verbas cuja base de cálculo é a remuneração obreira, inclusive contribuições para a previdência privada (CIBRIUS), observando-se o regulamento,nos termos da fundamentação precedente.

Contribuições previdenciárias devidas sobre as diferenças salariais deferidas, e reflexos em licença-prêmio, 13º e 14º salários. Autorizados os descontos dos valores devidos pela empregada. Recolhimentos fiscais, nos termos da Instrução Normativa nº 1.127, de 7 de fevereiro de 2011,da RFB.

Incidem juros de 1% (um por cento) ao mês a partir do dia do ajuizamento da presente ação e atualização monetária desde a data da exigibilidade de cada uma das verbas deferidas.

Custas processuais de R$ 400,00 (quatrocentos reais), pela reclamada, calculadas sobre R$20.000,00(vinte mil reais), valor arbitrado à condenação e para esse fim aproveitado.

A reclamada está ciente.

Intime-se a reclamante.

Brasília, 30 de abril de 2012 Juiz do Trabalho GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Despacho

Processo Nº RT-453-17.2012.5.10.0019

Reclamante	Cleide Alvim da Silva
Advogado	JEFFERSON RODRIGUES MATOS(OAB: null)
Reclamado	Maria Celeste Palhano Ricarte

Tendo em vista que o documento da ECT que comprovaria a notificação válida da reclamada retornou com a informação "ausente 3x" (fl. 24/verso), determino a reabertura da instrução processual a fim de realizar a citação válida da ré.

Retiro o feito da pauta de julgamento e o incluo na pauta de

audiência inaugural do dia 29/05/2012, às 14h46.
Intime-se a reclamante.
Notifique-se a reclamada por mandado.
As partes deverão comparecer, sob pena de incidência das penalidades previstas no art. 844 da CLT. Juiz do Trabalho GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Despacho

Processo Nº RT-499-06.2012.5.10.0019

Reclamante	Elias Fonseca Batista
Advogado	CICERO DIEGO ROMUALDO CARNEIRO(OAB: null)
Reclamado	Jjpa Empreendimentos e Participacoes Ltda
Advogado	WALTER JOSÉ FAIAD DE MOURA(OAB: null)
Reclamado	Universo Construcoes e Incorporacoes Ltda
Reclamado	Atha Assessoria Tecnica Habitacional Limitada

Despacho de fls.: "Vistos. Defiro o pedido formulado pelo reclamante. Expeça-se alvará para levantamento do FGTS, devendo constar o nome do procurador como beneficiário. Intime-se o reclamante para levantar o alvará no prazo de 05 dias e comprovar o valor sacado no mesmo prazo. Após, aguarde-se a audiência já designada". Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-523-34.2012.5.10.0019

Reclamante	Nerivaldo Silva de Araujo
Advogado	DELIANA MACHADO VALENTE(OAB: null)
Reclamado	Servico Federal de Processamento de Dados (Serpro)
Advogado	NILTON DA SILVA CORREIA(OAB: null)

Compulsando os autos, verifico que a reclamada, preliminarmente, pretende o reconhecimento da prevenção da 20ª Vara do Trabalho de Brasília, uma vez que o autor ingressou com ação anterior, sob o nº 1584-58.2011.5.10.0020, arquivada em razão da ausência do reclamante à audiência.O art. 253, II, do CPC, com redação dada pela nº 11.280/2006, estabeleceu que ações já ajuizadas e extintas sem julgamento de mérito, que forem posteriormente renovadas, devem ser distribuídas por dependência para o mesmo Juízo que proferiu a decisão.
Considerando que os documentos de fls. 159/174 comprovam o ajuizamento de demanda anterior, com pedidos idênticos, arquivada em razão da ausência do reclamante à audiência (fl. 159), a MM. 20ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, para a qual a primeira demanda foi distribuída, é preventa para apreciar o feito.Em face do exposto, decido declinar da competência em favor da 20ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, para onde os autos deverão ser remetidos, via distribuição, com as nossas homenagens e observadas as cautelas de estilo.Intimem-se as partes, via DEJT. Juiz do Trabalho GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Despacho

Processo Nº RT-537-52.2011.5.10.0019

Reclamante	Regina Coeli Moreira Galliac Saavedra
Advogado	EVANDRO BEZERRA DE MENEZES HILDEBRAND(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan
Advogado	TITUS LIVIUS DE PAULA SENNA(OAB: null)

Despacho de fls.: "Vistos. Ao compulsar os autos constato que a reclamada foi intimada para retirar a guia de fls. 138 em 06/03/2012 (fls. 162) e em 02/04/2012 (fls. 166). Às fls. 167/168 a reclamada requereu a expedição de alvará. Indefiro a expedição de alvará já que a guia para levantamento está à disposição do interessado para retirada desde março de 2012.
Pela derradeira vez, intime-se a reclamada por intermédio de seu procurador para levantar a guia no prazo de 48 horas sob pena de expedição comunicação à Presidência da CODEPLAN para a mesma finalidade.Após o levantamento da guia, cumpra-se a parte final do despacho de fls. 153". Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-561-80.2011.5.10.0019

Reclamante	Rita de Cássia Bittencourt de Araujo Silva
Advogado	GILBERTO CLAUDIO HOERLLE(OAB: null)
Reclamado	Brasil Telecom S/A
Advogado	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: null)

Despacho: "Para a execução provisória do feito sem a devolução dos autos principais do Eg. TRT da 10ª Região é necessária a apresentação das cópias dos autos para execução provisória em autos suplementares. Assim, aguarde-se a apresentação das cópias autenticadas pelo exequente pelo prazo de 10 dias ou retorno dos autos principais do Eg. TRT da 10ª Região". Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Despacho

Processo Nº RT-563-16.2012.5.10.0019

Reclamante	Asa Adoniran Pinto Rabelo
Advogado	SEBASTIÃO ALVES PEREIRA NETO(OAB: null)
Reclamado	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos

Vistos.O autor requereu a desistência da ação às fls. 461/463. Por não ter decorrido o prazo para a resposta, não é necessária a anuência do réu.Diante do exposto, homologo a desistência requerida para que surta seus legais e jurídicos efeitos, e extingo o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VIII, do CPC.Custas processuais pela reclamante, no valor de R$ 1.200,00, calculadas sobre o valor dado à causa (R$ 60.000,00), dispensadas do recolhimento em face da declaração de pobreza de fl. 43. Retiro o feito da pauta de audiência do dia 07/05/2012 .Defiro o desentranhamento do documento de fls. 44/451.Intimem-se as partes.Brasília, 30 de abril de 2012. Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-575-98.2010.5.10.0019

Reclamante	Valdeci Rodrigues Piquia
Advogado	DAVINO ALVES CAVALCANTE(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Servicos Ambientais S.A.
Advogado	SUELY MULKY(OAB: null)

Despacho: "Vistos. A decisão de fls. 534/540 não deferiu a suspensão da presente execução, razão pela qual indefiro o pedido de recolhimento da carta precatória expedida à fl. 544.
Intime-se." Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-604-51.2010.5.10.0019

Reclamante	Vicente Freire de Lima
Advogado	DANIELLE ARAUJO FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	George Felipe de Lima Dantas

Advogado	NIVALDO DANTAS DE CARVALHO(OAB: null)

Despacho: "Vistos. Intime-se a reclamada para, no prazo de 5 dias, fornecer seu número do CEI, sob pena de recolhimento de toda a contribuição previdenciário no número do PIS do reclamante..." Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-711-95.2010.5.10.0019

Reclamante	Janete Epping Formagini
Advogado	ALICE RODRIGUES AUERSWALD(OAB: null)
Reclamado	Express Cursos e Serviços de Traduções Ltda (nome fantasia ILAL Instituto Latino Americano de Linguas)
Advogado	REGINALDO DE OLIVEIRA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Marianna Bravo Garonce
Reclamado	Paulo Brigido da Silva

Despacho: "Vistos. A desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada já ocorreu à fl. 103. Intime-se a exequente para, no prazo de 15 dias, informar onde pode ser encontrado o veículo de placa JGK 9344, de propriedade da 2ª executada, caso queira seguir nesse sentido na execução. Decorrido "in albis" o prazo supra, oficie-se à Receita Federal, solicitando o envio das três últimas declarações de ajuste pertinentes a todos os executados..." Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-751-43.2011.5.10.0019

Reclamante	Dayanna Souza Rocha
Advogado	JUDSON DE ARAÚJO GURGEL(OAB: null)
Reclamado	All Cell - Comercio de Telefonia Ltda
Advogado	RODRIGO DUQUE DUTRA(OAB: null)

Despacho: "Vistos. Em face a recomendação contida no Provimento TRT nº 003/2000, determino a intimação da reclamante, via diário, através de seu patrono, com vistas às providências necessárias ao seu comparecimento pessoal na Secretaria da 19ª Vara do Trabalho de Brasília, a fim de firmar termo de ratificação do acordo ora noticiado, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não homologação da respectiva avença." Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-812-64.2012.5.10.0019

Reclamante	Maria Estela de Araujo
Advogado	FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE(OAB: null)
Reclamado	Skyserv Locacao de Mao de Obra Ltda

ATO ORDINATÓRIO - CERTIFICO e dou fé que, em face do permissivo constante no art. 23, inciso II, do Provimento Geral Consolidado, fica designada AUDIÊNCIA INAUGURAL do presente feito para o dia 25/05/2012 11h54, a ser realizada na sala de audiências da 19ª Vara do Trabalho de Brasília, situada na SEPN 513 - Bloco B - Lotes 2/3 -, 3º andar, sala 320), Brasília/ DF.

O feito tramitará pelo rito sumaríssimo. Entretanto, ante a diversidade/complexidade da matéria e pedidos em debate, a audiência será fracionada, com designação de sessão específica para a oitiva de testemunhas, caso necessária.O(A) reclamante deverá ser intimado(a) por meio de seu procurador, via DEJT, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 844 da CLT.Notifique-se o(a) reclamado(a), encaminhando-lhe cópia da petição inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto legalmente habilitado (art. 843 da CLT), sob pena de ser considerado revel e confesso quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT). O(A) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente, por meio de advogado (art. 846 da CLT, c.c art. 1º da Lei 8.906/94), ficando desde logo intimado(a) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial.

Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) fica desde já intimado(a) a apresentar, com a defesa, os registros de que trata o art. 74, § 2º da CLT (Sum. 338/TST).

Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante os números de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela reclamada, a numeração do CNPJ, CEI, além de seu contrato social e alterações contratuais havidas, com a indicação do CPF dos proprietários e sócios (TST, Provimento CGJT nº 005/2003).O(a) reclamado(a) deverá ser notificado(a) via postal.Brasília, 2 de maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-813-49.2012.5.10.0019

Reclamante	Marcio Campos da Mota
Advogado	FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE(OAB: null)
Reclamado	Skyserv Locacao de Mao de Obra Ltda

ATO ORDINATÓRIO - CERTIFICO e dou fé que, em face do permissivo constante no art. 23, inciso II, do Provimento Geral Consolidado, fica designada AUDIÊNCIA INAUGURAL do presente feito para o dia 25/05/2012 11h57, a ser realizada na sala de audiências da 19ª Vara do Trabalho de Brasília, situada na SEPN 513 - Bloco B - Lotes 2/3 -, 3º andar, sala 320), Brasília/ DF.

O feito tramitará pelo rito sumaríssimo. Entretanto, ante a diversidade/complexidade da matéria e pedidos em debate, a audiência será fracionada, com designação de sessão específica para a oitiva de testemunhas, caso necessária. O(A) reclamante deverá ser intimado(a) por meio de seu procurador, via DEJT, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 844 da CLT.Notifique-se o(a) reclamado(a), encaminhando-lhe cópia da petição inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto legalmente habilitado (art. 843 da CLT), sob pena de ser considerado revel e confesso quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT). O(A) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente, por meio de advogado (art. 846 da CLT, c.c art. 1º da Lei 8.906/94), ficando desde logo intimado(a) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial.Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) fica desde já intimado(a) a apresentar, com a defesa, os registros de que trata o art. 74, § 2º da CLT (Sum. 338/TST). Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante os números de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela reclamada, a numeração do CNPJ, CEI, além de seu contrato social e alterações contratuais havidas, com a indicação do CPF dos proprietários e sócios (TST, Provimento CGJT nº 005/2003). O(a) reclamado(a) deverá ser notificado(a) via postal.Brasília, 2 de maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-814-34.2012.5.10.0019

Reclamante	Jucineide Gomes da Silva Martins
Advogado	FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE(OAB: null)
Reclamado	Skyserv Locacao de Mao de Obra Ltda

ATO ORDINATÓRIO - CERTIFICO e dou fé que, em face do permissivo constante no art. 23, inciso II, do Provimento Geral Consolidado, fica designada AUDIÊNCIA INAUGURAL do presente feito para o dia 25/05/2012 12h00, a ser realizada na sala de

audiências da 19ª Vara do Trabalho de Brasília, situada na SEPN 513 - Bloco B - Lotes 2/3 -, 3º andar, sala 320), Brasília/ DF.
O feito tramitará pelo rito sumaríssimo. Entretanto, ante a diversidade/complexidade da matéria e pedidos em debate, a audiência será fracionada, com designação de sessão específica para a oitiva de testemunhas, caso necessária. O(A) reclamante deverá ser intimado(a) por meio de seu procurador, via DEJT, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 844 da CLT.Notifique-se o(a) reclamado(a), encaminhando-lhe cópia da petição inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto legalmente habilitado (art. 843 da CLT), sob pena de ser considerado revel e confesso quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT). O(A) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente, por meio de advogado (art. 846 da CLT, c.c art. 1º da Lei 8.906/94), ficando desde logo intimado(a) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial.Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) fica desde já intimado(a) a apresentar, com a defesa, os registros de que trata o art. 74, § 2º da CLT (Sum. 338/TST).Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante os números de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela reclamada, a numeração do CNPJ, CEI, além de seu contrato social e alterações contratuais havidas, com a indicação do CPF dos proprietários e sócios (TST, Provimento CGJT nº 005/2003). O(a) reclamado(a) deverá ser notificado(a) via postal.Brasília, 2 de maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-829-03.2012.5.10.0019

Autor	Sindicato dos Servidores Publicos Municipais de Espigao do Oeste
Advogado	ANA CANDIDA EUGENIO PINTO RIBEIRO(OAB: null)
Réu	Confederacao dos Servidores Publicos do Brasil C S P B

Vistos.Intime-se o autor para emendar a petição inicial, a fim de apresentar a qualificação da ré, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento, nos moldes do art. 267, I, e 284, todos do CPC. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos, inclusive para deliberação acerca do pedido liminar.Brasília, 30 de abril de 2012. Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-1102-16.2011.5.10.0019

Reclamante	Joao Emilio Benvindo de Sousa
Advogado	EUVALDO THOMAZ SOARES(OAB: null)
Reclamado	Poli Engenharia Ltda
Advogado	REGINA SEBASTIANA CALDEIRA(OAB: null)

Despacho: "Vistos. Declaro, por sentença, extinta a execução nos termos dos artigos 794, I c/c 795, ambos do CPC. Libere-se ao(à) exequente seu crédito líquido, observados os recolhimentos previdenciários e custas processuais, tudo a partir do saldo das contas judiciais de fls. 213 e 225. Intimem-se as partes, sendo o(a) exequente inclusive para retirar o alvará no prazo de 08 dias. Ultimadas as providências supra, remetam-se os autos ao arquivo definitivo, observadas as cautelas de praxe." Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-1142-95.2011.5.10.0019

Reclamante	Junior Geraldo Alves Pires
Advogado	LUIZ GONZAGA LEITE SILVA(OAB: null)
Reclamado	Nova Casa Bahia S/A
Advogado	ADRIANA CORROCHANO MORI(OAB: null)

III CONCLUSÃO.Pelo exposto, julgo PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados pelo reclamante JUNIOR GERALDO ALVES PIRES em face da reclamada NOVA CASA BAHIA S.A. para condenar a ré ao cumprimento das seguintes obrigações, nos termos da fundamentação:pagar ao autor, como extraordinárias, as horas de trabalho que superarem a oitava diária e quadragésima quarta semanal, conforme as jornadas fixadas na fundamentação, com acréscimo de 50% sobre as duas primeiras horas excedentes da jornada normal, de 100% sobre as subsequentes e de 150% para todo o trabalho prestado em domingos, e observadas, como limite de apuração, as quantidades de horas extras expressamente pleiteadas na inicial;pagar os reflexos das horas extras em repousos semanais remunerados, férias acrescidas de um terço e décimos terceiros salários de todo o pacto (inclusive proporcionais), depósitos de FGTS e indenização de 40%;
pagar indenização relativa ao trabalho em intervalo destinado a repouso e alimentação, no valor equivalente ao de uma hora normal de trabalho acrescida de 50% por dia efetivamente trabalhado;devolver ao autor os valores descontados de seus contracheques sob os títulos de férias acrescidas de um terço, abonos de férias e "PREMIO RECEBIDO", "PREMIO ANTECIPADO", "DIF. HORAS RECEB" E PR. ESPECIAL REC.", conforme se apurar em liquidação;pagar ao reclamante indenização relativa aos depósitos de FGTS devidos nos meses de janeiro de 2009 a setembro de 2010, e a correspondente diferença na indenização de 40% do FGTS;pagar ao autor as diferenças da média de horas extras, dos depósitos de FGTS e da indenização de 40% sobre o décimo quarto salário.Correção monetária e juros, na forma da lei, observando-se, quanto à correção do crédito devido ao autor, o disposto no art. 459 da CLT e o entendimento consolidado nas Orientações Jurisprudenciais nº 124 e 302 da SDI I do col. TST. Na liquidação, serão observados, como limites para as respectivas apurações, os valores atribuídos às pretensões na inicial (CPC, artigos 128 e 460). Serão deduzidos os importes pagos aos mesmos títulos das parcelas ora deferidas, conforme registrados em contracheques ou fichas financeiras constantes dos autos.Para atendimento do disposto no art. 832, § 3º, da CLT, com a redação conferida pela Lei 10.035/2000, declara-se que, das parcelas objeto da condenação, possuem natureza salarial, passível de incidência previdenciária, os valores referentes às horas extras e aos respectivos reflexos em repousos semanais e décimos terceiros salários, bem como as devoluções de descontos indevidos.A reclamada deverá recolher as contribuições previdenciárias (inclusive a devida pelo reclamante) e o imposto de renda incidentes sobre a condenação, facultando-se-lhes deduzir do crédito do autor os valores de IR e INSS a este imputáveis, mediante comprovação do recolhimento. Recolhimentos fiscais serão calculados na forma da Instrução Normativa nº 1.127 da Receita Federal (excetuadas as parcelas que legalmente não constituem base de cálculo dos tributos), quando do efetivo pagamento, e, quanto à contribuição previdenciária, será respeitado o limite máximo do salário de contribuição.Custas, no importe de R$600,00, calculadas sobre R$30.000,00, valor provisoriamente arbitrado à condenação para este efeito, a cargo da reclamada.Intimem-se as partes.Nada mais.Brasília/DF, 30 de abril de 2012. Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-1262-41.2011.5.10.0019

Reclamante	Vivian Valladao de Almeida

Advogado	LUCIO CEZAR DA COSTA ARAUJO(OAB: null)
Reclamado	Banco Santander (Brasil) S.A.
Advogado	OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: null)
Reclamado	A7 Virthual Brasil Servicos Temporarios Ltda
Advogado	MARISTELA COSTA MENDES CAIRES SILVA(OAB: null)

III CONCLUSÃO.Pelo exposto, julgo PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados pela reclamante VIVIAN VALLADÃO DE ALMEIDA em face dos reclamados BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e A7 VIRTUAL BRASIL SERVIÇOS TEMPORÁRIOS LTDA, para declarar a nulidade da contratação empregatícia formalizada entre a reclamante e a segunda reclamada; para declarar que a reclamante foi empregada do primeiro reclamado, também no período de 28/07/2008 a 07/04/2010; para declarar que os reclamados respondem solidariamente pelas obrigações devidas à reclamante, nos termos do disposto no art. 942 do Código Civil; e para condenar os réus, de forma solidária, ao cumprimento das seguintes obrigações, nos termos da fundamentação:
proceder, o primeiro reclamado, às devidas retificações na CTPS da autora, no prazo de cinco dias depois do trânsito em julgado. Omitindo-se o demandado, a Secretaria da Vara cumprirá a providência, oficiando à SRTE para aplicação da penalidade administrativa cabível;
pagar as diferenças salariais referentes aos reajustes convencionais de 10% a partir de 1º/09/2008 (cláusula 1ª, alínea "a", fl. 35), e de 6% a partir de 1º/09/2008 (cláusula 1ª, fl. 53), com reflexos em férias acrescidas de 1/3, décimos terceiros salários, depósitos de FGTS e horas extras;pagar, no período de 28/07/2008 a 07/04/2010, o auxílio refeição previsto na cláusula 14ª das CCTs 2008/2009 e 2009/2009 e o auxílio cesta alimentação inscrito na cláusula 15ª dos mesmos instrumentos, nos valores e na forma convencionalmente instituída;pagar, no período de 25/03/2010 a 17/11/2010, a diferença entre os salários mensais pagos à autora, conforme registrados nos contracheques e fichas financeiras constantes dos autos, e aquele que deveria ter sido praticado, de R$2.891,85, com reflexos em décimos terceiros, férias acrescidas do terço constitucional e depósitos de FGTS de todo o período e das horas extras eventualmente pagas;pagar 21h15 extras por semana, no período de 28/07/2008 a 08/04/2010, e como extraordinárias, as horas de trabalho que, no período de 09/04/2010 a 17/11/2010, superarem a sexta diária, conforme registradas nos mencionados controles de ponto, sempre com o adicional legal de 50%, observado o divisor 150;
pagar reflexos das horas extras em décimos terceiros e férias acrescidas de um terço, inclusive proporcionais; repousos semanais remunerados; e depósitos mensais de FGTS;
pagar indenização relativa ao trabalho em intervalo destinado a repouso e alimentação, no valor equivalente ao de uma hora normal de trabalho acrescida de 50%, devida de 28/07/2008 a 08/04/2010.Correção monetária e juros, na forma da lei, observando-se, quanto à correção do crédito devido à autora, o disposto no art. 459 da CLT e o entendimento consolidado nas Orientações Jurisprudenciais nº 124 e 302 da SDI I do col. TST. Na liquidação, serão observados, como limites para as respectivas apurações, os valores atribuídos às pretensões na inicial (CPC, artigos 128 e 460). Serão deduzidos os importes pagos aos mesmos títulos das parcelas ora deferidas, conforme registrados em contracheques ou fichas financeiras constantes dos autos.Para atendimento do disposto no art. 832, § 3º, da CLT, com a redação conferida pela Lei 10.035/2000, declara-se que, das parcelas objeto da condenação, possuem natureza salarial, passível de incidência previdenciária, os valores referentes aos reajustes convencionais, às diferenças salariais, às horas extras e aos respectivos reflexos em repousos semanais e décimos terceiros salários.Os reclamados deverão recolher as contribuições previdenciárias (inclusive a devida pela reclamante) e o imposto de renda incidentes sobre a condenação, facultando-se-lhes deduzir do crédito da autora os valores de IR e INSS a esta imputáveis, mediante comprovação do recolhimento. Recolhimentos fiscais serão calculados na forma da Instrução Normativa nº 1.127 da Receita Federal (excetuadas as parcelas que legalmente não constituem base de cálculo dos tributos), quando do efetivo pagamento, e, quanto à contribuição previdenciária, será respeitado o limite máximo do salário de contribuição.Custas, no importe de R$3.000,00, calculadas sobre R$150.000,00, valor provisoriamente arbitrado à condenação para este efeito, a cargo dos reclamados.
Intimem-se as partes.Providencie a Secretaria a expedição de ofícios acima determinada.
Nada mais.Brasília/DF, 30 de abril de 2012. Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES pagamento, e, quanto à contribuição previdenciária, será respeitado o limite máximo do salário de contribuição.Custas, no importe de R$3.000,00, calculadas sobre R$150.000,00, valor provisoriamente arbitrado à condenação para este efeito, a cargo dos reclamados.
Intimem-se as partes.Providencie a Secretaria a expedição de ofícios acima determinada.
Nada mais.Brasília/DF, 30 de abril de 2012. Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-1433-95.2011.5.10.0019

Reclamante	Luciana Marques da Silva
Advogado	RONALDO LEMES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Mariana Van Erven Santos Epp
Advogado	MICHELLE CRISTHINA DIAS(OAB: null)
Reclamado	Detran - Departamento de Trânsito do Distrito Federal
Advogado	ELDENOR DE SOUSA ROBERTO(OAB: null)

III CONCLUSÃO.Pelo exposto, julgo IMROCEDENTES os pedidos formulados pela reclamante LUCIANA MARQUES DA SILVA em face da reclamada MARIANA VAN ERVEN SANTOS EPP (LOG SOLUTION), restando prejudicada a análise da pretensão de responsabilização subsidiária da reclamada DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, tudo nos termos da fundamentação, que integra este dispositivo para todos os efeitos.Custas, no importe de R$62,10, calculadas sobre R$3.105,03, valor atribuído à causa e aproveitado para este efeito, a cargo da reclamante, dispensada do recolhimento porque beneficiária da gratuidade judiciária.Intimem-se as partes.
Nada mais. Brasília/DF, 30 de abril de 2012. Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-1475-81.2010.5.10.0019

Reclamante	Dalide Barbosa Alves Correa
Advogado	DALIDE BARBOSA ALVES CORREA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	FELIPE DE VASCONCELOS SOARES MONTENEGRO MATTOS(OAB: null)

Despacho de fls.: "Haja vista o trânsito em julgado do V. Acórdão, solicite-se à CEF a transferência do saldo da conta de depósito

recursal de fls. 271 (efetuado em 08/02/2011 - R$ 5.889,50) para conta judicial vinculada aos presentes autos. Imprimo força de ofício a este despacho. Intime-se a reclamada para, no prazo de 20 (vinte) dias, comprovar a regularização do fornecimento dos tíquetes alimentação ao reclamante, inclusive com entrega de cartão se for o caso, sob pena de aplicação de multa. A reclamada deverá ainda, no mesmo prazo, apresentar os cálculos referentes aos valores devidos à título de tíquete alimentação desde a data que o reclamante se aposentou (07/10/2009) até a efetiva regularização do pagamento dessa verba ao reclamante. Observe a reclamada que para cálculo da parcela auxílio-alimentação, deverá ser adotado o patamar de 105% sobre o salário mínimo...". Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-1505-82.2011.5.10.0019

Reclamante	Odilon Alexandre Neto
Advogado	ABADIO FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Jardins Mangueiral Empreendimentos Imobiliarios S.A.
Advogado	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: null)

II CONCLUSÃO.Pelo exposto, julgo PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados pelo reclamante ODILON ALEXANDRE NETO, em face da reclamada JARDINS MANGUEIRAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A., para declarar que houve vínculo de emprego entre as partes, no período e condições ora fixados; e para condenar a ré ao cumprimento das seguintes obrigações, nos termos da fundamentação:registrar os dados do contrato na CTPS do autor, no prazo de cinco dias depois do trânsito em julgado. Omitindo-se a ré, a Secretaria da Vara cumprirá a providência, oficiando à SRTE para aplicação da penalidade administrativa cabível;pagar ao reclamante as seguintes parcelas: salário dos cinco dias trabalhados no mês de julho/2011; aviso prévio indenizado, cujo tempo será computado no tempo de serviço; 02/12 de décimo terceiro salário proporcional; e 02/12 de férias proporcionais acrescidas de um terço;pagar indenização relativa aos depósitos de FGTS devidos em todo o contrato de trabalho (inclusive aqueles incidentes sobre saldo de salário, aviso prévio e décimo terceiro salário) e a indenização relativa aos depósitos de FGTS devidos em todo o contrato de trabalho (inclusive aqueles incidentes sobre saldo de salário, aviso prévio e décimo terceiro salário);comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre o período de vínculo ora reconhecido, no prazo de cinco dias depois do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de execução;pagar honorários assistenciais no importe de 10% sobre o valor da condenação, conforme se apurar em liquidação.Correção monetária e juros, na forma da lei, observando-se, quanto à correção dos créditos devidos ao autor, o disposto no art. 459 da CLT e o entendimento consolidado nas Orientações Jurisprudenciais nº 124 e 302 da SDI I do col. TST. Na liquidação das parcelas ora deferidas, observem-se, como limites para as respectivas apurações, as quantidades e os valores atribuídos às pretensões na inicial (CPC, artigos 128 e 460). Dos valores apurados em liquidação, será deduzido o importe de R$1.168,00, já recebido pelo autor, como noticia a inicial.Para atendimento do disposto no art. 832, § 3º, da CLT, com a redação conferida pela Lei 10.035/2000, declara-se que, das parcelas objeto da condenação, possuem natureza salarial, passível de incidência previdenciária, o saldo salarial e o décimo terceiro proporcional.A reclamada deverá recolher as contribuições previdenciárias (inclusive a devida pelo reclamante) e o imposto de renda incidentes sobre a condenação, facultando-se-lhe deduzir do crédito do autor os valores relativos aos débitos de IR e INSS a este imputáveis, mediante comprovação do recolhimento.Recolhimentos fiscais serão calculados na forma da Instrução Normativa nº 1.127 da Receita Federal (excetuadas as parcelas que legalmente não constituem base de cálculo dos tributos), quando do efetivo pagamento, e, quanto à contribuição previdenciária, será respeitado o limite máximo do salário de contribuição. Custas, no importe de R$40,00, calculadas sobre R$2.000,00, valor provisoriamente arbitrado à condenação para este efeito, a cargo da reclamada.Intimem-se as partes.Expeçam-se os ofícios acima determinados.Brasília/DF, 02 de maio de 2012. Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-1531-80.2011.5.10.0019

Reclamante	Wesley Santos de Jesus
Advogado	ANTONIO WANDERLAAN BATISTA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Wr Telecomunicacao Ltda
Advogado	SAMUEL RIOS VELLASCO DE AMORIM(OAB: null)

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto,julgo procedentes, em parte, os pedidos para condenar a reclamada,WR TELECOMUNICAÇÃO LTDA,a pagar ao autor,WESLEY SANTOS DE JESUS, no prazo legal, as seguintes parcelas:13º salário fracionado(4/12), férias proporcionais(4/12), acrescidas do abono de 1/3,multa rescisória do artigo 477,8º, da CLT, diferenças do FGTS a serem depositadas na conta vinculada, repouso semanal remunerado de todo o contrato sobre as comissões de R$1.000,00 por mês, compensando-se os valores satisfeitos sob os mesmos títulos assim discriminados no TRCT de fls. 66/67, tudo nos termos da fundamentação precedente.
A reclamada deve promover as devidas retificações na CTPS obreira, no prazo de 48 horas, sob pena de assim proceder a Secretaria da Var
Ofício ao órgão fiscalizador após o trânsito em julgado da decisão(DRT-DF), para as providências cabíveis, diante das irregularidades verificadas.
Contribuições previdenciárias sobre o 13º salário fracionado. Observar o teto máximo da previdência, no caso do empregada(Súmula nº 368, do TST).
O imposto de renda devido será calculado de acordo com os termos da Instrução Normativa nº 1.127/2011, da RFB.
Incidem juros de 1% (um por cento) ao mês a partir do dia do ajuizamento da presente ação e atualização monetária desde a data da exigibilidade de cada uma das verbas deferidas.
Custas processuais de R$60,00(sessenta reais), pela reclamada,calculadas sobre R$3.000,00(três mil reais), valor arbitrado à condenação e para esse fim aproveitado.
Intimem-se as partes.
BSB-DF, 30 de abril de 2012 Juiz do Trabalho GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Despacho

Processo Nº RT-1587-16.2011.5.10.0019

Reclamante	Antonio Batista de Oliveira
Advogado	LEANDRO OLIVEIRA ALVES(OAB: null)
Reclamado	Dall Turismo Ltda. - Me
Advogado	LUIZ FERNANDO ALVES DE LIMA(OAB: null)

Vistos.A ata de fl. 75, com força de alvará, autoriza o reclamante a levantar os valores decorrentes do acordo, utilizando a importância

bloqueada na ação cautelar nº 1348/2011, em trâmite neste Juízo.Desnecessária, portanto, nova autorização para a liberação de numerários.

Intime-se o autor, que deverá comprovar nos presentes autos o valor levantado, no prazo de cinco dias.Brasília, 30 de abril de 2012. Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-1619-55.2010.5.10.0019

Reclamante	Flavio Carvalho do Bomfim
Advogado	GASPAR REIS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Jaev Serviços de Pintura Ltda. ME
Reclamado	Joaquim Andre Dias dos Santos
Reclamado	Edivanio Velez Dantas

Despacho: "Vistos. Em face a recomendação contida no Provimento TRT nº 003/2000, determino a intimação do reclamante, via diário, através de seu patrono, com vistas às providências necessárias ao seu comparecimento pessoal na Secretaria da 19ª Vara do Trabalho de Brasília, a fim de firmar termo de ratificação do acordo ora noticiado, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não homologação da respectiva avença." Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-1649-56.2011.5.10.0019

Reclamante	Jesusmaria Pereira Trindade
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Servicos Ambientais S.A.
Advogado	MICHAEL LUSTOSA ELVAS RORIZ DE FARIAS(OAB: null)
Reclamado	Banco Itau
Advogado	CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: null)

Vistos.Ao melhor compulsar os autos, verifico que a inicial veicula pedido de pagamento de diferenças de adicional de insalubridade cuja apuração, por expressa determinação legal, depende de prova técnica, tal como impõe a disposição contida no art. 195 da CLT.

Diante disso, reabro a instrução processual, para determinar a realização de perícia, nomeando para encargo o Sr. DANIEL GODÓI, que deverá informar às partes a data de realização do exame, por meio dos telefones que serão informados para essa finalidade na apresentação de quesitos.Faculto às partes a formulação de quesitos e a apresentação de assistentes técnicos, conferindo-lhes, para tanto, o prazo comum de cinco dias. Intimem-se os litigantes.

Depois, intime-se o senhor Perito para apresentar o laudo técnico, no prazo de 30 dias. Apresentado o laudo, intimem-se as partes para manifestação, no prazo sucessivo de cinco dias, a iniciar pela reclamante.Para encerramento da instrução, designo o dia 26/07/2012, às 14h48, facultado o comparecimento das partes e de seus procuradores.Cumpra-se. Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-1887-75.2011.5.10.0019

Reclamante	Iranildo da Silva
Advogado	MOACIR AKIRA YAMAKAWA(OAB: null)
Reclamado	N. da Silva Pizzaria-Me
Advogado	CLAUDIO BARBOSA DE MORAES(OAB: null)

III CONCLUSÃO.Diante do exposto, conheço e acolho em parte os embargos declaratórios apenas para prestar esclarecimentos, consoante fundamentação que fica integrando o dispositivo.Intimem-se as partes.Brasília-DF, 30 de abril de 2012 Juiz do Trabalho GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Despacho

Processo Nº RT-1987-30.2011.5.10.0019

Reclamante	Welton Rodrigues Pires
Advogado	MAGDA FERREIRA DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Big Trans Comercial de Alimentos S/A
Advogado	REGINA SEBASTIANA CALDEIRA(OAB: null)

Despacho: "...intime-se a reclamada para, no prazo de 5 dias, entregar as guias CD/SD, com vistas à percepção do seguro desemprego sob pena de pagamento da indenização equivalente , tudo conforme determinado em sentença." Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-2006-36.2011.5.10.0019

Reclamante	Ana de Jesus Ferreira da Silva
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Acert Conservacao e Servicos Gerais Ltda
Advogado	MARCELA ARMOND COTA(OAB: null)

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto,julgo procedentes, em parte, os pedidos para condenar a reclamada,ACERT CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS LTDA ,a pagar à autora,ANA DE JESUS FERREIRA DA SILVA , no prazo legal, as seguintes parcelas:diferenças salariais com base na remuneração prevista em norma coletiva para a função de Encarregado(R$7.256,99),multa convencional prevista na Cláusula 63ª da CCT(R$637,79),multa rescisória do artigo 477,§8º, da CLT(R$1.275,58) e honorários assistenciais no percentual de 15% sobre o valor do principal(R$ 1.375,55), tudo nos termos da fundamentação precedente.

Ofício ao órgão fiscalizador após o trânsito em julgado da decisão(DRT-DF), para as providências cabíveis, diante das irregularidades verificadas.

Contribuições previdenciárias sobre as diferenças salariais deferidas. Observar o teto máximo da previdência, no caso da empregada(Súmula nº 368, do TST). No particular, autorizados os respectivos descontos da cota-parte da empregada, quanto às contribuições previdenciárias e ao imposto de renda sobre as parcelas salariais aqui deferidas, respeitados, porém, os limites previstos na Instrução Normativa nº 1.127/2011, da RFB.

O imposto de renda devido será calculado de acordo com os termos da Instrução Normativa nº 1.127/2011, da RFB.

Incidem juros de 1% (um por cento) ao mês a partir do dia do ajuizamento da presente ação e atualização monetária desde a data da exigibilidade de cada uma das verbas deferidas.

Custas processuais de R$ 210,92 (duzentos e dez reais e noventa e dois centavos), pela reclamada,calculadas sobre R$ 10.545,91 (dez mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e um centavos), valor provisório da condenação e para esse fim aproveitado.

Intimem-se as partes.

BSB-DF, 30 de abril de 2012 Juiz do Trabalho GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Despacho

Processo Nº RT-2079-08.2011.5.10.0019

Reclamante	Rodrigo Marques Beneveli
Advogado	MARCELLO FERREIRA MELO(OAB: null)
Reclamado	Instituto Rui Barbosa do Brasil Ss Ltda (Faculdade Michelangelo)
Advogado	WELLINGTON DE QUEIROZ(OAB: null)

III-CONCLUSÃO.Diante do exposto, julgo PROCEDENTES, EM PARTE, os pedidos para condenar a reclamada,INSTITUTO RUI BARBOSA LTDA(FACULDADE MICHELÂNGELO), a pagar ao reclamante,RODRIGO MARQUES BENEVELI, no prazo legal:i)FGTS devido durante todo o contrato de trabalho(15/02/2003 a 01/01/2010), bem como a multa de 50%, compensando-se a importância recolhida em conta vinculada e comprovada nos autos;ii)aviso prévio indenizado(30 dias) e respectiva integração do período ao tempo de serviço obreiro, para todos os fins,gratificações natalinas de 2009(integral)e fracionadas(1/12), férias proporcionais(11/12), acrescidas do abono de 1/3, saldo de salário do mês de janeiro de 2010(1 dia), multa rescisória do artigo 477,§8º, da CLT, parcelas as quais serão apuradas com base na remuneração média mensal descrita na exordial(R$2.500,00),compensando-se, no entanto, os valores pagos sob os mesmos títulos discriminados no TRCT de fl.29;iii)diferenças do adicional noturno do período de 1º de dezembro de 2006 a 1º de janeiro de 2010 e iv)indenização por dano moral arbitrada em R$20.000,00(vinte mil reais),Nos termos da fundamentação precedente.O reclamado deverá retificar anotação constante na CTPS obreira, no que tange à data de admissão (15/02/2003), no prazo de 48 horas após o trânsito em julgado, sob pena de assim proceder a Secretaria da Vara.Ofícios aos órgãos fiscalizadores (INSS, DRT-DF e CEF), após o trânsito em julgado desta decisão.Devida a atualização monetária da verba (Súmula 381, do c. TST), contando-se os juros de mora(1% ao mês) a partir da data do ajuizamento da reclamatória.Recolhimentos previdenciários incidentes sobre as parcelas indicadas na fundamentação, observado o teto salarial do INSS, considerando, inclusive, os recolhimentos mensais já realizados durante a vigência do contrato de trabalho.Recolhimentos fiscais, nos termos da Instrução Normativa nº 1.127, de 7 de fevereiro de 2011,da RFB.Não haverá cobrança de imposto de renda sobre os juros de mora, entendimento esse já pacificado no âmbito da jurisprudência do TST.

Não haverá incidência de imposto de renda sobre juros de mora.Custas de R$1.000,00(um mil reais), pela reclamada, calculadas sobre R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), valor arbitrado provisoriamente à condenação e para esse fim aproveitado, nos termos do art. 789 da CLT.

Brasília-DF, 30 de abril de 2012. Intimem-se as partes. Juiz do Trabalho GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Despacho

Processo Nº RT-9800-55.2004.5.10.0019

Processo Nº RT-98/2004-019-10-00.7

Reclamante	ARNALDO ANDRE DA SILVA
Advogado	JOÃO CYRINO FILHO(OAB: null)
Reclamado	CLEBER PEREIRA DA SILVA CONFECCOES ME
Advogado	HERÁCLITO GOMES DE SANTANA(OAB: null)

Despacho: "Vistos. Haja vista o requerimento do credor de desistência de toda a execução (fl. 80), declaro por sentença extinta a execução, com base no art. 569 c/c art. 794, II, ambos do CPC. Intimem-se. Decorrido "in albis" o prazo para recurso, remetam-se os autos ao arquivo definitivo, observadas as cautelas de praxe." Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Despacho

Processo Nº RT-107000-23.2008.5.10.0019

Processo Nº RT-1070/2008-019-10-00.0

Reclamante	Ana Lucia Pinheiro de Aguiar
Advogado	JOSE OLIVEIRA NETO(OAB: null)
Reclamado	Banco Citibank S/A .
Advogado	CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR(OAB: null)

Despacho de fl. 825, penúltimo parágrafo: "...intime-se a executada para, no prazo de 5 (cinco) dias, levantar o saldo remanescente da respectiva conta judicial e o valor da conta judicial a ser transferido o depósito recursal de fls. 704." Juiz do Trabalho GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Despacho

Processo Nº RT-193300-51.2009.5.10.0019

Processo Nº RT-1933/2009-019-10-00.0

Reclamante	Kelen Dantas Evangelista
Advogado	GILBERTO CLAUDIO HOERLLE(OAB: null)
Reclamado	Itaú Unibanco S/A
Advogado	ELIANE OLIVEIRA DE PLATON AZEVEDO(OAB: null)

Despacho: "Vistos. Haja vista o pagamento da execução pela demandada, proceda à contraordem do bloqueio de fl. 448. Intime-se o(a) exequente para, querendo, manifestar-se quanto aos cálculos nos termos do art. 884 da CLT, sob pena de preclusão. Após, conclusos para as deliberações necessárias." Juiz do Trabalho SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES

Edital

Edital

Processo Nº RT-810-94.2012.5.10.0019

Reclamante	Andre Nunes da Silva
Advogado	CELSO JOSE SOARES(OAB: null)
Reclamado	Fortal Servicos e Reformas Ltda Me
Reclamado	Almatep Tecnologia em Construções Ltda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO AUDIÊNCIA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES, Juiz(a) da 19ª Vara do Trabalho de Brasília-DF , no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Almatep Tecnologia em Construções Ltda , a comparecer perante esta Vara do Trabalho, no dia 30/05/2012 às 14h38min, à AUDIÊNCIA INAUGURAL relativa à reclamação trabalhista cuja cópia está à disposição do(a) reclamado(a) na Secretaria deste Juízo, sito na SEPN 513, Lotes 02/03, sala 320 - Brasília/DF, onde deverá apresentar defesa (art. 846 - CLT). Deverá estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sob pena da Lei (art. 844 - CLT), sendo-lhe facultada a substituição prevista no parágrafo 1º do art. 843 consolidado. Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado por ELTON FLEURINGER Diretor(a) de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) Titular da 19ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Dr(a). SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES.

Brasília/DF 30, ABRIL de 2012.

20ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-109-67.2011.5.10.0020

Reclamante	Domingos Medeiros de Castro

Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb
Advogado	RAFAEL DE SA OLIVEIRA(OAB: null)

Desp.de fls.225.(a ré)Vistos.

Intime-se a ré para vista e manifestação sobre a impugnação aos cálculos apresentada pelo autor. Prazo de 05 (cinco) dias.
Com a manifestação, ou decorrido o prazo, conclusos os autos.

Brasília, 25 de abril de 2012.
Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Despacho

Processo Nº RT-123-17.2012.5.10.0020

Reclamante	Joabe Santos Souza
Advogado	GUSTAVO PEREIRA GOMES(OAB: null)
Reclamado	Mais Comércio de Produtos Alimenticios Ltda
Advogado	KARINNE MIRANDA RODRIGUES(OAB: null)

As Partes. Desp. de fls. 95. Considerando que as partes, no intuito de finalizar a demanda que se processa nos presentes autos, resolveram entabular acordo de fls. 92/93;
Considerando que a finalidade maior desta Justiça Especializada é promover a conciliação entre as partes, homologo-o para que surta seus jurídicos e legais efeitos previstos nos artigos 449, do CPC e 831, parágrafo único da CLT.
Retire-se o feito da pauta de Instrução do dia 06/06/2012, às 09h50min.
A ré deverá comprovar os recolhimentos fiscais e previdenciários, e das custas de R$48,46, calculadas sobre o valor do acordo de R$2.423,00, no prazo de 30 dias após a quitação do acordo, sob pena de execução quanto a estes débitos.
O autor deverá manifestar-se sobre o cumprimento do acordo no prazo de 05 (cinco) dias após a quitação, importando o silêncio em adimplemento.
Quitado o acordo, e comprovados os recolhimentos, arquivem-se os autos definitivamente, com baixa na distribuição vez que dispensada a intimação do INSS em face do valor do acordo. Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Despacho

Processo Nº RT-463-92.2011.5.10.0020

Reclamante	Pedro Henrique Trajano Chaves
Advogado	ANDRE SOARES(OAB: null)
Reclamado	MGE - Equipamentos e Serviços Ferroviários Ltda
Advogado	DIOGO FONSECA SANTOS KUTIANSKI(OAB: null)

Desp.de fls.253, (A ré)Intime-se a ré para,querendo,no prazo de 08(oito)dias,apresentar contrarrazões ao RO interposto pelo autor.

Despacho

Processo Nº RT-540-04.2011.5.10.0020

Reclamante	Sandra Moretti Oliveira e Silva
Advogado	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	MIB - Segurança e Vigilância Ltda
Advogado	EDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSE E AZEVEDO(OAB: null)

A Autora. Desp. de fls. 66. intime-se a autora, mais uma vez, para no prazo derradeiro de 05 (cinco) dias, informar o quantum recebido a título de FGTS, conforme determinado às fls. 54, viabilizando a liquidação da sentença, sob pena aplicação de preclusão intercorrente. Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Despacho

Processo Nº RT-632-16.2010.5.10.0020

Reclamante	Bruno Vieira Menke
Advogado	ELIZABETH TOSTES PEIXOTO(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S/A
Advogado	LAUREANA MARTINS DOS SANTOS(OAB: null)

Deesp.de fls.661,...Apresentados,intime-se o executado para vista e manifestação,no prazo de 10 (dez)dias. Juiz do Trabalho MARLI LOPES DA COSTA G. NOGUEIRA

Despacho

Processo Nº RT-682-08.2011.5.10.0020

Reclamante	Geruza Farias Leite
Advogado	SEBASTIÃO PEREIRA GOMES(OAB: null)
Reclamado	HR Construções Ltda - Me(na pessoa dos sócios Srs. Edmilson Marçal Passos e Edjane Pereira da Silva Passos)

Desp.de fls.92,...4- Entregue e anotada a CTPS, intime-se a reclamante para recebimento.
Cumpridas as determinações supra, encaminhem-se os autos à Contadoria para liquidação do julgado.
Publique-se.
Brasília/DF., 22 de março de 2012.
Juiz do Trabalho MARLI LOPES DA COSTA G. NOGUEIRA

Despacho

Processo Nº RT-715-61.2012.5.10.0020

Autor	Andre de Novaes Fernandes
Advogado	MOZART CAMAPUM BARROSO(OAB: null)
Réu	Markar Empreendimentos e Serviços Ltda

Desp.de fls.154,(aos autors)Vistos.
Intimem-se os autores para apresentarem o cálculo das verbas rescisórias devidas a cada um deles pela reclamada, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial (art. 284, parágrafo único do CPC).
Com a resposta, ou decorrido o prazo, venham-me os autos conclusos.
Brasília, 30 de abril de 2012. Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Despacho

Processo Nº RT-817-54.2010.5.10.0020

Reclamante	Alessandra Romeiro Bastos Barbosa
Advogado	FÁBIO DE SÁ BITTENCOURT(OAB: null)
Reclamado	Contrat Administração Empresarial Ltda
Reclamado	União (Tribunal Regional Federal)
Reclamado	Carlos Otavio Lacerda
Reclamado	Paulo Deibson Batista Pires

A exequente. Desp. de fls. 131. Esgotadas todas as diligências ordenadas, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 10 dias, sob pena de suspensão da execução pelo prazo de 1 ano, podendo o exequente a qualquer tempo indicar meios de prosseguimento da execução. Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

Despacho

Processo Nº RT-868-65.2010.5.10.0020

Reclamante	Rodrigo Ávila Cipullo
Advogado	JESIO ADRIANO FIALHO(OAB: null)

Reclamado	Geoanalise Sondagens e Monitoramento Ltda
Advogado	CESAR ALEXANDRE MARINHO DOS SANTOS(OAB: null)

As Partes. Desp. de fls. 181. Defiro o requerido pela ré.
Aguarde-se o pagamento até o dia 30/04/2012.
Decorrido o prazo, sem pagamento, inclua-se a executada no CNDT e, após, atualizem-se os cálculos e proceda-se à penhora online.
Publique-se para ciência. Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Despacho

Processo Nº RT-895-48.2010.5.10.0020

Reclamante	Francisca Melo Vieira
Advogado	ALEXANDRA TATIANA MORESCHI DE ALBUQUERQUE(OAB: null)
Reclamado	Chaplin Bar e Restaurante Ltda - Me
Advogado	ANTONIO DA LUZ COELHO(OAB: null)

A Ré. Desp. de fls. 86. Indefiro, por ora, o requerido às fls. 85.
Atualizem-se os cálculos e, após, cite-se executada via DJ, por meio do advogado, para pagamento do débito no prazo de 48 horas, sob pena de constrição online. Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

Despacho

Processo Nº RT-912-84.2010.5.10.0020

Reclamante	José Edson Ferreira Bezerra
Advogado	ELIANA TRAVERSO CALEGARI(OAB: null)
Reclamado	Bv Sistemas de Tecnologia da Informação S.A.
Advogado	ISABELA BRAGA POMPÍLIO(OAB: null)
Reclamado	CP Promotora de Vendas S.A.
Advogado	ISABELA BRAGA POMPÍLIO(OAB: null)
Reclamado	Banco Votorantim S.A.
Advogado	ISABELA BRAGA POMPÍLIO(OAB: null)
Reclamado	BV Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento
Advogado	PRISCILA RODRIGUES BRANDT(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S/A
Advogado	CASSIANO BALDACIM DA SILVA(OAB: null)

SENTENÇA DE FLS.1.689/1.727,(Ás Partes.)'...DISPOSITIVO
Diante do exposto, afasto as preliminares suscitadas, declaro a prescrição das parcelas pecuniárias anteriores a 12/07/2005, cinco anteriores à propositura da ação(Súmula 308,I, do C. TST) e Julgo PROCEDENTES EM PARTE os pedidos da presente Reclamação Trabalhista, ajuizada por JOSÉ EDSON FERREIRA BEZERRA em face de BV SISTEMAS LTDA, CP PROMOTORA DE VENDAS S.A, BANCO VOTORANTIM S.A, BV FINANCEIRA e BANCO DO BRASIL S/A condenando as reclamadas, solidariamente nas obrigações de pagar ao reclamante as seguintes parcelas:
a) anuênio, a partir de 12/07/2005, no valor de R$ 13,56/mês(cláusula 3ª da CCT 2005/2006), reajustado para R$ 14,03/mês(cláusula 3ª da CCT 2006/2007) em 01/06/2006, reajustado para R$ 14,73(cláusula 3ª da CCT 2007/2008) em 01/06/2007, reajustado para R$ 15,85 em 01/07/2008(cláusula 3ª da CCT 2007/2008), até o final do contrato(22/07/2008), acrescido dos reflexos em férias, 13º salário, RSR e FGTS;
b) auxílio refeição, a partir de 12/07/2005 até o final do contrato, na forma da cláusula 4.4.1 das CCT´s;
c) ajuda alimentação, a partir de 12/07/2005 até o final do contrato, na forma da cláusula 4.4.2 das CCT´s;
d) indenização pela não concessão de assistência médica e hospitalar(prevista na cláusula 4.6.2), no importe de R$ 500,00/mês, no período de 12/07/2005 até o final do contrato;
e) 13ª Cesta Alimentação, prevista na cláusula 4.4.2.1 da CCT 2007/2008 e 2008/2009(calculada de modo proporcional aos meses trabalhados);
f) 17 dias de salário, observada em sua base de cálculo as integrações legais(anuênios, RSR e comissões pagas “por fora”), na forma da cláusula 4.7.12 da CCT dos Financiários de 2008/2009;
g) Participação nos Lucros e Resultados, no período de 12/07/2005 até o final do contrato, observando o pagamento de forma proporcional quanto aos anos incompletos de atividade, fixado segundo percentuais e valores elencados nos ACT´s juntados aos autos às fls. 537/554, observando, quanto à base de cálculo os valores deferidos no item “D.7” da fundamentação;
h) indenização com despesas de mudança(R$ 2.300,00) e de multa pela rescisão antecipada do contrato de locação(R$2.800,00);
i) reflexos dos valores pagos pela segunda reclamada a título de Participação nos Lucros(comissões disfarçadas), no período de 12/07/2005 até o final do contrato, apurados mediante os depósitos efetuados pelo 3º reclamado via TED ou DOC para a conta pessoal do autor no Bradesco no período em que esteve lotado em Brasília/DF, em férias+1/3, 13º salário, FGTS, RSR, aviso prévio.
j) 7ª e 8ª horas como extras no período de 12/07/2005 a 05/08/2005 – considerando a jornada de trabalho de segunda a sexta, das 9h às 18h, com 1h de intervalo e aos sábados das 9h às 13h -, assim consideradas àquelas que ultrapassem a sexta hora diária e a 30ª hora semanal. Divisor:180 e Base de cálculo considerando o salário fixo mais comissões(reconhecidas no item “D.7” da fundamentação) e anuênios(reconhecidas no item “d.3.1” da fundamentação), observando-se, quanto à parte variável(comissões) a Súmula 340 do C. TST(devido apenas o adicional e divisor o número de horas efetivamente trabalhadas). O divisor é 50% para as horas extras trabalhadas durante a semana e 100% para as horas extras trabalhadas aos sábados.
Juros, na forma da Súmula 200 do C. TST e correção monetária incidente desde o vencimento da obrigação(Súmula 381 do C. TST).
Deferido ao reclamante os benefícios da Justiça Gratuita.
Todas as verbas deferidas devem observar os estritos termos da fundamentação, que complementa o presente dispositivo.
No trânsito em julgado, expeçam-se os ofícios denunciadores, conforme determinação supra.
Improcedentes os demais pleitos formulados.
Deverá ser procedido ao recolhimento das contribuições previdenciárias devidas em relação às parcelas de natureza salarial deferidas na presente condenação(anuênios e reflexos em 13º salário, RSR; 17 dias de salário; comissões e reflexos em 13º salário, RSR e aviso prévio; horas extras), observado o contido no §9º do art. 28 da Lei 8.212/91, com incidências das alíquotas mês a mês, comprovando-as nos autos, sob pena de execução, nos termos dos artigos 43/44 da Lei 8.212/91, com as alterações do art. 1º da Lei 8.620/93, inciso VIII do art. 114 da CF com redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004 e artigos 878-A e ss. da CLT com redação dada pela Lei 10.035/2000.
Comprovados os recolhimentos, autoriza-se à reclamada a deduzir do crédito do reclamante os valores correspondentes à cota devido

pelo mesmo, respeitados os percentuais e o teto de contribuição, conforme art. 198 do RPS(Decreto 3.048/1999).
O Imposto de Renda observará as Leis 8.541/92, 8.620/93 e 10.035/00 respectivamente, bem como os Provimentos nºs 01 e 02/93 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, a Súmula 368 do C. TST e a Instrução Normativa nº 1127/2011 da SRF. Deverá a reclamada comprovar tais recolhimentos nos autos, caso os valores superem os limites de isenção fiscal, sob pena serem oficiados os Órgãos fiscalizadores competentes.
Liquidação por cálculos.
Custas pelas reclamadas, solidariamente, sobre o valor arbitrado à condenação de R$ 75.000,00, no importe de R$ 1.500,00, sem prejuízo da atualização monetária até o efetivo pagamento.
Intimem-se as partes, por intermédio de seus Procuradores, via publicação no DEJT.
Audiência encerrada às 10 h 20 min.(INTEIRO TEOR NA SECRETARIA DA VARA).
Nada mais.

Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOSesente condenação(anuênios e reflexos em 13º salário, RSR; 17 dias de salário; comissões e reflexos em 13º salário, RSR e aviso prévio; horas extras), observado o contido no §9º do art. 28 da Lei 8.212/91, com incidências das alíquotas mês a mês, comprovando-as nos autos, sob pena de execução, nos termos dos artigos 43/44 da Lei 8.212/91, com as alterações do art. 1º da Lei 8.620/93, inciso VIII do art. 114 da CF com redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004 e artigos 878-A e ss. da CLT com redação dada pela Lei 10.035/2000.
Comprovados os recolhimentos, autoriza-se à reclamada a deduzir do crédito do reclamante os valores correspondentes à cota devido pelo mesmo, respeitados os percentuais e o teto de contribuição, conforme art. 198 do RPS(Decreto 3.048/1999).
O Imposto de Renda observará as Leis 8.541/92, 8.620/93 e 10.035/00 respectivamente, bem como os Provimentos nºs 01 e 02/93 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, a Súmula 368 do C. TST e a Instrução Normativa nº 1127/2011 da SRF. Deverá a reclamada comprovar tais recolhimentos nos autos, caso os valores superem os limites de isenção fiscal, sob pena serem oficiados os Órgãos fiscalizadores competentes.
Liquidação por cálculos.
Custas pelas reclamadas, solidariamente, sobre o valor arbitrado à condenação de R$ 75.000,00, no importe de R$ 1.500,00, sem prejuízo da atualização monetária até o efetivo pagamento.
Intimem-se as partes, por intermédio de seus Procuradores, via publicação no DEJT.
Audiência encerrada às 10 h 20 min.(INTEIRO TEOR NA SECRETARIA DA VARA).
Nada mais.

Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Despacho

Processo Nº RT-947-10.2011.5.10.0020

Reclamante	Francisco Antônio Lima
Advogado	VERA GESSY FERREIRA FARIA(OAB: null)
Reclamado	Construtora e Reformadora Uanderson Fátima Ltda

Desp.de fls.35,(ao exeq.)Vistos.
Intime-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 10 dias, sob pena de suspensão da execução pelo prazo de 1 ano, podendo o exequente a qualquer tempo indicar meios de prosseguimento da execução.
Decorrido o prazo de 1 ano sem a prática de atos de execução forçada, fica desde já determinado o arquivamento dos autos pelo prazo de 2 (dois) anos, ante os termos do art. 40, § 2º, da Lei nº 6.830/80.
Decorridos os 2 anos, desarquivem-se os autos, e intime o exequente para que aponte causas suspensivas ou interruptivas da prescrição intercorrente, ante os termos do art. 40, § 4º da Lei 6.830/80.
BRASÍLIA, 18/04/2012.
Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

Despacho

Processo Nº RT-1020-79.2011.5.10.0020

Reclamante	Antônio Carlos da Silva
Advogado	ROGERIO ALVES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Carlos Saraiva Importação e Comércio Ltda(Ricardo Eletro)
Advogado	ATHANÁSIOS GEORGIOS FLESSAS(OAB: null)

A Executada. Desp. de fls. 448/449. Homologo os cálculos de fls. 418/447, para fixar o débito da(s) executada(s), sem prejuízo das atualizações de direito, em:
Total da execução R$ 57.848,87 Atualizado até: 30/04/2012
Liq. Exequente....: 44.327,70
INSS Reclamante...: 2.730,76
INSS Reclamado....: 6.916,53
INSS Terceiros....: 2.005,78
INSS SAT.....: 691,64
Custas do Processo: 941,17
Custas Art.789....: 235,29
Cite(m)-se a(s) executada(s) para, em 48 horas, pagar(em) a quantia correspondente especificada, depositar(em) ou indicar(em) bens passíveis de penhora. Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

Despacho

Processo Nº RT-1031-11.2011.5.10.0020

Reclamante	Wesley Vargas Sampaio
Advogado	MOACIR AKIRA YAMAKAWA(OAB: null)
Reclamado	Caixa Economica Federal
Advogado	ELISA ALENCAR MENEZES DE LIMA(OAB: null)

Desp.de fls.424,(Às partes). As partes apresentaram Recurso Ordinário (fls. 399/409 da ré e fls. 417/423 do autor).
Intimem-se as partes para, querendo, no prazo sucessivo de 08 (oito) dias, a começar pelo autor, apresentarem contrarrazões ao Recurso Ordinário interposto.

Brasília, 30 de abril de 2012

Despacho

Processo Nº RT-1314-34.2011.5.10.0020

Reclamante	Alisson Bonadio
Reclamado	Santa Helena Vigilância Ltda
Advogado	DAVID GONÇALVES DE ANDRADE SILVA(OAB: null)

Desp.de fls.33,(ao autor)Vistos.

Intime-se o autor para, no prazo de 10 (dez) dias, informar nos autos o nº do seu NIT, viabilizando o recolhimento previdenciário cota-parte do empregado, sob pena de recolhimento no código referente à cota-parte do empregador... Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Despacho

Processo Nº RT-1355-98.2011.5.10.0020

Reclamante	José Silva Monteiro
Advogado	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: null)
Reclamado	G e M Serviços Automotivos Ltda. EPP (Oficina Brasil)
Reclamado	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.

Desp.de fls.116,(A ré)Vistos.

Intime-se a ré para pagamento, no prazo de 5 dias, da multa de R$50,00 por dia de atraso das parcelas vencidas em 14/03/2012 e 16/04/2012, sob pena de execução.

Brasília, 30 de abril de 2012.

Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Despacho

Processo Nº RT-1400-20.2002.5.10.0020

Processo Nº RT-14/2002-020-10-00.3

Reclamante	MARIA SALETE DE ARAUJO SILVA
Advogado	RAIMUNDO SOARES MOTA(OAB: null)
Reclamado	CIBRAS EMPREENDIMENTOS E SERVICOS GERAIS LTDA

Desp.de fls.86,(Ao autor).Diante do decurso do prazo de mais de (três)anos de paralização da execução,concedo ao exequente o prazo de 10(dez)dias para indicar causas suspensivas ou interruptivas da prescrição intercorrente,ante o dispositivo no Art.40,§4º,da Lei 6.830/80.

Intime-se o autor. Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

Despacho

Processo Nº RT-1501-42.2011.5.10.0020

Reclamante	Ronildo José da Cruz Mota
Advogado	ANTONIO CARLOS SOBRAL ROLLEMBERG(OAB: null)
Reclamado	Vipasa-Vigilncia Patrimonial Armada Ltda
Advogado	KARLA CRISTINA FERREIRA DE SIQUEIRA(OAB: null)
Reclamado	Fiança Empresa de Segurança Ltda
Advogado	KARLA CRISTINA FERREIRA DE SIQUEIRA(OAB: null)

A Ré. Desp. de fls. 60. intime-se a ré para pagamento da parcela inadimplida, com a multa devida, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de execução.

Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Despacho

Processo Nº RT-1545-61.2011.5.10.0020

Reclamante	Victor Nolasco Guimarães de Sousa
Advogado	ELAINE CRISTINA CALDAS BARROCA(OAB: null)
Reclamado	Servnac Serviço de Mão de Obra Temporária Ltda
Advogado	ERIKA FEITOSA BENEVIDES(OAB: null)

(A Recda)ATA de fls.58,...Intime-se a reclamada para se manifestar no prazo de 5 dias sobre o pedido de desistência da ação,formulado pelo reclamante à fls.56,importando o silêncio em anuência tácita.

As partes não têm outras provas a produzir.Fica encerrada a instrução processual.

Razões finais orais remissivas.

Conciliação final rejeitada.

Designa-se para JULGAMENTO a data de 30/05/2012,às 17h50min.

Audiência encerrada.

Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

Despacho

Processo Nº RT-1561-15.2011.5.10.0020

Reclamante	Wagner José de Sousa
Advogado	CLEIDISON FIGUEREDO DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Christianno Transportes e Serviços Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Fiança Serviços Gerais Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Aerosat Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

Desp.de fls.94/95,(A Executada)Vistos.

Homologo os cálculos de fls. para fixar o débito da(s) executada(s), sem prejuízo das atualizações de direito, em:

Total da execução R$ 14.666,02 Atualizado até: 30/04/2012

Liq. Exequente....: 14.308,31

Custas do Processo: 286,17

Custas Art.789....: 71,54

1- Cite(m)-se a(s) executada(s) para, em 48 horas, pagar(em) a quantia correspondente especificada, depositar(em) ou indicar(em) bens passíveis de penhora.

Cumpra-se por publicação no DJTE (art. 880 CLT c/c art. do 652, § 4º do CPC) ou, não existindo advogado da parte cadastrado, pela via postal, com aviso de recebimento, conforme autorizado pelo §1º do art.238 do Provimento Geral Consolidado do TRT da 10ªregião. Estando a(s) executada(s) em local incerto e não sabido, cumpra-se por edital;

2- Decorrido o prazo de pagamento, façam os autos conclusos para bloqueio de ativos financeiros da executada, via sistema BACEN-JUD 2.0;

3-Se infrutífera a medida, por se tratar de processo em fase de execução, citado(s) o(s) executado(s) e não garantida a integralidade da dívida, proceda à inclusão dos dados do(s) executado(s)no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, nos termos da Lei nº 12.440/2011;

4-Expeça-se mandado/carta precatória para penhora;

5-Negativa a diligência de constrição, à secretaria para pesquisa de bens da(s) executada(s) nos sistemas RENAJUD/DETRAN e INFOJUD;

6-Ultimadas todas as medidas supra sem sucesso, façam os autos conclusos para desconsideração da personalidade jurídica da executada com a inclusão dos sócios no pólo passivo da lide. Não havendo contrato social nos autos, oficie-se à Junta Comercial competente solicitando certidão simplificada com a última composição societária da(s) executada(s), iniciando-se a execução em desfavor dos sócios a partir do item 1 deste comando.

FICAM AUTORIZADAS, DE OFÍCIO, PESQUISAS DE ENDEREÇO, CPF/CNPJ, QUADRO SOCIETÁRIO, FILIAIS, ETC, POR MEIO DO SISTEMA DA RECEITA FEDERAL, SEMPRE QUE NECESSÁRIO PARA CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES SUPRA.

Garantida a execução, prossiga-se na forma do art. 884 da CLT.

Esgotadas todas as diligências supra ordenadas, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 10 dias, sob pena de suspensão da execução pelo prazo de 1 ano, podendo o exequente a qualquer tempo indicar meios de prosseguimento da execução.

Decorrido o prazo de 1 ano sem a prática de atos de execução

forçada, fica desde já determinado o arquivamento dos autos pelo prazo de 2 (dois) anos, ante os termos do art. 40, § 2º, da Lei nº 6.830/80.

Decorridos os 2 anos, desarquivem-se os autos, e intime o exequente para que aponte causas suspensivas ou interruptivas da prescrição intercorrente, ante os termos do art.40, §4º da Lei 6.830/80.

BRASÍLIA, 20/04/2012.

Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Despacho

Processo Nº RT-1633-02.2011.5.10.0020

Reclamante	Lidia Rosa de Carvalho
Advogado	SUSI GUARANY NINAUT(OAB: null)
Reclamado	Agro Paulista Representação de Produtos Agropecuários Ltda
Advogado	SEBASTIAO VALERIANO RODRIGUES(OAB: null)

A Ré. Desp. de fls. 37. Intime-se a ré para pagamento do acordo, com a devida multa, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de execução.

Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Despacho

Processo Nº RT-1698-94.2011.5.10.0020

Reclamante	Paulo Alves Monteiro
Advogado	DINARTH ARAUJO CARDOSO JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Mather Construtora Ltda
Advogado	PAULO ROBERTO IVO DA SILVA(OAB: null)

A Ré. Desp. de fls. 55. Preliminarmente, intime-se a ré para pagamento da parcela inadimplida, com a devida multa, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de execução, com constrição online.

Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Despacho

Processo Nº RT-1732-69.2011.5.10.0020

Reclamante	Ivan da Silva Chaves
Advogado	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO(OAB: null)
Reclamado	MPK Construtora e Montadora
Reclamado	Metalpil Metalurgica de Peças Industriais Ltda

Desp.de fls.18,(As partes).Vistos.

Em face do requerimento autoral de fls. 17, homologo o pedido de desistência da ação, razões que impõem a extinção do processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, inciso VIII, do CPC.

Retire-se da pauta de inicial do dia 20/03/2012, às 13:50 horas.

Custas, pelo autor, no importe de R$220,76, calculadas sobre R$11.038,00, valor dado à causa e aproveitado para este fim. Dispensadas, em face da declaração de fls. 6.

Defiro o desentranhamento da procuração e declaração de pobreza, únicos documentos juntados com a inicial, mediante cópia.

Intimem-se as partes, sendo o autor através de sua procuradora, pelo DJ e a ré, via postal.

Desentranhados os documentos, ou decorrido o prazo, arquivem-se os autos definitivamente, com baixa na distribuição.

Brasília, 20 de janeiro de 2012.

Juiz do Trabalho MARLI LOPES DA COSTA G. NOGUEIRA

Despacho

Processo Nº RT-1737-91.2011.5.10.0020

Reclamante	Ernando Zeferino Alves
Advogado	HUDSON LINHARES BATISTA(OAB: null)
Reclamado	Vipasa-Vigilância Patrimonial Armada Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Fiança Empresa de Segurança Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

A Ré. Desp. de fls. 73. Intime-se a ré para pagamento da parcela inadimplida, com a devida multa, no prazo de 48 horas, sob pena de execução. Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Despacho

Processo Nº RT-1792-42.2011.5.10.0020

Reclamante	Nilza de Oliveira Raulino
Advogado	Kleber Vinícius Bezerra Camelo de Melo(OAB: null)
Reclamado	Maria Helena de Caldas

Desp.de fls.25.(A autora)Vistos.

Retire-se o feito da pauta do dia 13/03/2012, às 14h15min.

Por não atendido o requisito legal e considerando a inviabilidade de suprimento do vício (CLT, art. 852-b, §1º), extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 267, incisos I e IV, do CPC.

A declaração de miserabilidade jurídica de fls. 05 é o documento suficiente para o atendimento do pleito (Lei nº 7.115/83). Consequentemente, a ela defiro os benefícios da justiça gratuita (Lei 1.060 de 1950).

Custas de R$62,02, sobre o valor da causa (R$3.101,49), dispensadas.

Intime-se a autora.

Publique-se.

Decorrido o prazo legal, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição.

Brasília, 2 de março de 2012.

Juiz do Trabalho MARLI LOPES DA COSTA G. NOGUEIRA

Despacho

Processo Nº RT-1836-61.2011.5.10.0020

Reclamante	Antonia Maria da Conceicao
Advogado	ELIAS VIEIRA ALMADO(OAB: null)
Reclamado	Elizabete Simões da Silva
Advogado	JOEMIL ALVES DE OLIVEIRA(OAB: null)

SENTENÇA DE FLS.20/24,"...III-DISPOSITIVO

Ante o exposto,decido conceder os benefícios da Justiça Gratuita à reclamante,e julgar IMPROCEDENTES os demais pedidos.

Custas devidas pela reclamante,no imporete de R$35,32,calculadas sobre o valor da causa,arbitrado na petição inicial dem R$1.766,00.dispensadas nos termos da lei.

Em face da antecipação do julgado,intimem-se as partes.(INTEIRO TEOR NA SECRETARIA DA VARA).

Brasília,03 de abril de 2012. Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

Despacho

Processo Nº RT-1882-50.2011.5.10.0020

Reclamante	José Aparecido da Silva Soares
Advogado	SÉRGIO LUIZ TOMAZ(OAB: null)
Reclamado	Via Net Express Transportes Ltda.

Reclamado	Cargopress Transportes e Logística Ltda.

Desp.de fls.37,(Ao autor)Vistos.

Retire-se o feito da pauta do dia 12/03/2012, às 14h15min.
Por não atendido o requisito legal e considerando a inviabilidade de suprimento do vício (CLT, art. 852-b, §1º), extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 267, incisos I e IV, do CPC.
A declaração de miserabilidade jurídica de fls. 09, é o documento suficiente para o atendimento do pleito (Lei nº 7.115/83). Consequentemente, a ele defiro os benefícios da justiça gratuita (Lei 1.060 de 1950).
Custas de R$463,14, sobre o valor da causa (R$23.157,12), dispensadas.
Intime-se o autor.
Publique-se.
Decorrido o prazo legal, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição.
Brasília, 2 de março de 2012 Juiz do Trabalho MARLI LOPES DA COSTA G. NOGUEIRA

Despacho

Processo Nº RT-1970-88.2011.5.10.0020

Reclamante	Adilson Lopes Vieira
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Patrimonial Serviços Especializados Ltda
Advogado	DALMO ROGÉRIO SOUZA DE ALBUQUERQUE(OAB: null)

A Executada. Desp. de fls. 49/50. Homologo os cálculos de fls. para fixar o débito da(s) executada(s), sem prejuízo das atualizações de direito, em:
Total da execução R$ 5.617,11 Atualizado até: 30/04/2012
Liq. Exequente....: 4.681,31
Hon. Advocatício..: 935,80
Cite(m)-se a(s) executada(s) para, em 48 horas, pagar(em) a quantia correspondente especificada, depositar(em) ou indicar(em) bens passíveis de penhora. Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Despacho

Processo Nº RT-2700-61.1995.5.10.0020

Processo Nº RT-27/1995-020-10-00.2

Reclamante	Jucer Brandao de Santana
Advogado	JORGE RAUL NARA FUNES(OAB: null)
Reclamado	Conscienge Engenharia e Saneamento Ltda
Advogado	ADRIANO MARTINS CORREA(OAB: null)
Reclamado	ARGON ENGENHARIA S.A
Reclamado	Hiram David Alves

Desp.de fls.163,(Ao autor).Diante do decurso do prazo de mais de (três)anos de paralização da execução,concedo ao exequente o prazo de 10(dez)dias para indicar causas suspensivas ou interruptivas da prescrição intercorrente,ante o dispositivo no Art.40,§4º,da Lei 6.830/80.
Intime-se o autor. Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

Despacho

Processo Nº RT-17900-30.2003.5.10.0020

Processo Nº RT-179/2003-020-10-00.6

Reclamante	Maria de Lourdes de Oliveira
Advogado	JOÃO CARLOS DE SOUSA DAS MERCÊS(OAB: null)
Reclamado	Tiharu Fujikawa Me
Advogado	HITOSHI ITO(OAB: null)

Ao Autor. Desp. de fls. 159. Diante do decurso do prazo de mais de 3 (três) anos de paralização da execução, concedo ao exequente o prazo de 10 (dez) dias para indicar causas suspensivas ou interruptivas da prescrição intercorrente, ante o disposto no Art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80. Intime-se o autor. Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

Despacho

Processo Nº RT-41500-75.2006.5.10.0020

Processo Nº RT-415/2006-020-10-00.7

Reclamante	Raissa Neumann Simao
Advogado	EMENS PEREIRA DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	North Star Cursos de Idiomas Ltda - Me
Reclamado	Juarez Bomtempo de Oliveira
Reclamado	Gleicia Pereira de Abreu
Reclamado	Artenisa de Sousa Santos

Desp.de fls.153,(Ao exeq.)Vistos.

Tendo em vista a certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls. 152, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 10 dias, sob pena de suspensão da execução pelo prazo de 1 ano, podendo o exequente a qualquer tempo indicar meios de prosseguimento da execução.
Decorrido o prazo de 1 ano sem a prática de atos de execução forçada, fica desde já determinado o arquivamento dos autos pelo prazo de 2 (dois) anos, ante os termos do art. 40, § 2º, da Lei nº 6.830/80.
Decorridos os 2 anos, desarquivem-se os autos, e intime o exequente para que aponte causas suspensivas ou interruptivas da prescrição intercorrente, ante os termos do art. 40, § 4º da Lei 6.830/80.
BRASÍLIA, 30/04/2012.
Juiz do Trabalho MARLI LOPES DA COSTA G. NOGUEIRA

Despacho

Processo Nº RT-61000-64.2005.5.10.0020

Processo Nº RT-610/2005-020-10-00.6

Reclamante	Arlete Sales de Melo
Advogado	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO(OAB: null)
Reclamado	Dallyson Marguerite Gillian Ramkisson Samson
Advogado	FRANCISCO ROBERTO EMERENCIANO(OAB: null)

Ao Autor. Desp. de fls. 78. Diante do decurso do prazo de mais de 3 (três) anos de paralização da execução, concedo ao exequente o prazo de 10 (dez) dias para indicar causas suspensivas ou interruptivas da prescrição intercorrente, ante o disposto no Art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80. Intime-se o autor. Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

Despacho

Processo Nº RT-62400-50.2004.5.10.0020

Processo Nº RT-624/2004-020-10-00.9

Reclamante	FRANCISCO BASILIO DE SOUZA FIGUEIREDO
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	Star Comercio Locacao Servicos Gerais Ltda

Desp.de fls.132,(Ao autor).Diante do decurso do prazo de mais de (três)anos de paralização da execução,concedo ao exequente o prazo de 10(dez)dias para indicar causas suspensivas ou interruptivas da prescrição intercorrente,ante o dispositivo no

Art.40,§4º,da Lei 6.830/80.
Intime-se o autor. Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS
Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

Despacho

Processo Nº RT-63000-32.2008.5.10.0020

Processo Nº RT-630/2008-020-10-00.0

Reclamante	Nerilma da Cruz Barboza
Advogado	RICARDO LUIZ RODRIGUES DA FONSECA PASSOS(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	TAISE MACHADO MELO(OAB: null)

Desp.de fls.1280,Vistos.

Defiro o requerido pela autora às fls. 1279.
Intime-se o réu para, no prazo derradeiro de 05 (cinco) dias, comprovar nos autos o recolhimento referente à PREVI, na forma determinada às fls. 1270, sob as penas da lei.

Brasília, 20 de abril de 2012.
Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Despacho

Processo Nº RT-71100-73.2008.5.10.0020

Processo Nº RT-711/2008-020-10-00.0

Reclamante	Luiz Augusto Veras
Advogado	GENGIZCAN BRITO SIMOES(OAB: null)
Reclamado	Recris Empreendimentos e Servicos Ltda Me
Reclamado	Ministério Público do Trabalho

Desp.de fls.329,Proceda a Secretaria à anotação de baixa na CTPS,intimando-se o autor para recebimento no prazo de 05(cinco)dias. Juiz do Trabalho MARLI LOPES DA COSTA G. NOGUEIRA

Despacho

Processo Nº RT-74400-82.2004.5.10.0020

Processo Nº RT-744/2004-020-10-00.6

Reclamante	FABIANA PEREIRA BARBOSA
Advogado	FLORIANO MENDONCA RABELO(OAB: null)
Reclamado	Panificadora Diovana Ltda
Advogado	FLORIANO MENDONCA RABELO(OAB: null)

Ao Autor. Desp. de fls. 170. Diante do decurso do prazo de mais de 3 (três) anos de paralisação da execução, concedo ao exequente o prazo de 10 (dez) dias para indicar causas suspensivas ou interruptivas da prescrição intercorrente, ante o disposto no Art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80. Intime-se o autor. Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

Despacho

Processo Nº RT-79000-10.2008.5.10.0020

Processo Nº RT-790/2008-020-10-00.9

Reclamante	Margarida Hatem Pinto Coelho
Advogado	HEITOR FRANCISCO GOMES COELHO(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan
Advogado	PAULO CÉSAR MARQUES DE VELASCO(OAB: null)

AO EXECUTADO.

Vistos.
Homologo o cálculo do saldo devedor remanescente apurado às fls. 438/444, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT).
Especificação do débito:
Total da execução R$ 19.948,10 Atualizado até: 30/04/2012
Liq. Exequente....: 15.280,88
FGTS Deposito.....: 1.228,25
INSS Reclamado....: 2.811,72
INSS SAT.....: 140,56
I R P F.....: 72,15
Custas do Processo: 331,63
Custas Art.789....: 82,91
Cite-se o executado, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para pagamento do débito de R$ 19.948,10, valor atualizado até o dia 30/04/2012, em 48 horas, sob pena de execução forçada.
Brasília, 18 de abril de 2012.

MARCOS ALBERTO DOS REIS
Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-79500-86.2002.5.10.0020

Processo Nº RT-795/2002-020-10-00.6

Reclamante	ARTENIO DE LIMA FERNANDES
Advogado	FABIANA VENDRAMINI NUNES OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Reginaldo Pires Goncalves Me (Auto Centro Ok)
Advogado	FRANCISCO FONTENELE CARVALHO(OAB: null)

Ao Autor. Desp. de fls. 123. Diante do decurso do prazo de mais de 3 (três) anos de paralisação da execução, concedo ao exequente o prazo de 10 (dez) dias para indicar causas supensivas ou interruptivas da prescrição intercorrente, ante o disposto no Art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80. Intime-se o autor. Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

Despacho

Processo Nº RT-80600-08.2004.5.10.0020

Processo Nº RT-806/2004-020-10-00.0

Reclamante	LUZIANO RIBEIRO DA SILVA
Advogado	CIRENE ESTRELA(OAB: null)
Reclamado	Megga - Gerencia Predial Ltda
Reclamado	Julio Cesar Kosmalski
Reclamado	Darlene de Melo Gonsales

Desp.de fls.210 e 211.(Ao autor)Vistos.Intime-se o autor para,querendo,em 05 dias,se manifestar acerca das alegações da ré de fls.155/156,deste feita através da procuradora indicada às fls.208.
Desp.de fls.211.Intime-se o autor para manifestar-se sobre a certidão negativa do Sr.Oficial de Justiça do Juízo Deprecado bem como nos termos do despacho de fls.210. Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

Despacho

Processo Nº RT-83900-36.2008.5.10.0020

Processo Nº RT-839/2008-020-10-00.3

Reclamante	Maria Erivânia Martins Cassiano
Advogado	ASDRUBAL NASCIMENTO LIMA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Renata Cristina Patricio
Advogado	CELSO RUBENS PEREIRA PORTO(OAB: null)

Desp.de fls.88,(as partes)Vistos.

Determino à Caixa Econômica Federal efetuar a movimentação abaixo, utilizando para tal o numerário existente na conta judicial de número 3920-042-04926576-3, observando os seguintes PERCENTUAIS:

Total da execução R$ 154,44 Atualizado até: 31/10/2011

INSS Reclamante...: 60,75 (39,34%)

INSS Reclamado....: 93,69 (60,66%)

OBSERVAÇÕES:

1) INSS empregado - recolher no código 1708;

2) INSS empregador, pacto e SAT - recolher no código 2909;

3) Zerar a referida conta.

Fica liberada a penhora de fls. 59 e a fiel depositária desonerada do encargo.

Determino a exclusão da executada do BNDT.

O banco deverá comprovar a movimentação no prazo de 10 (dez) dias.

Intimem-se as partes. Prazo de cinco dias.

Cumpridas as determinações acima e decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos, com baixa, ficando extinta a execução nos moldes do inciso I, do Art.794 do CPC.

Por medida de celeridade e economia processual, o presente despacho será expedido em duas vias e terá força de ofício.

BRASÍLIA, 25/04/2012.

Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

Despacho

Processo Nº RT-87000-72.2003.5.10.0020

Processo Nº RT-870/2003-020-10-00.0

Reclamante	PAULO ROBERTO DOS SANTOS
Advogado	JOMAR ALVES MORENO(OAB: null)
Reclamado	DINAMICA ADMINISTRACAO SERVICOS E OBRAS LTDA
Advogado	MARCO AURÉLIO MANSUR SIQUEIRA(OAB: null)

A Requerente(Ré). Desp. de fls. 243. Preliminarmente, intime-se a requerente para comprovar o recolhimento dos emolumentos e, comprovados, expeça-se a certidão conforme requerido às fls. 242, intimando-a para recebimento no prazo de 05 (cinco) dias. Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

Despacho

Processo Nº RT-108600-76.2008.5.10.0020

Processo Nº RT-1086/2008-020-10-00.3

Reclamante	Maria de Fátima Santos de Queiroz
Advogado	ROBSON FREITAS MELO(OAB: null)
Reclamado	Logos Imobiliária e Construtora Ltda.
Advogado	RÔMULO ALAN RUIZ(OAB: null)

(Às Partes)Vistos.Intimem-se as partes para vista do laudo pericial,prazo sucessivo de 04(quatro)dias,a começar pela autora. Brasília,30 de abril de 2012. Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

Despacho

Processo Nº RT-115200-16.2008.5.10.0020

Processo Nº RT-1152/2008-020-10-00.5

Reclamante	Ivone Cavalcante da Silva
Advogado	EUNICE DE MEDEIROS BEZERRA ARAUJO(OAB: null)
Reclamado	Taki Comestiveis Ltda Me

A Autora. Desp. de fls. 40. Intime-se a autora para trazer aos autos sua CTPS no prazo de 05 (cinco) dias. Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Despacho

Processo Nº RT-122200-33.2009.5.10.0020

Processo Nº RT-1222/2009-020-10-00.6

Reclamante	Isailde da Silva Almeida
Advogado	JOAO LUIZ DOS SANTOS FILHO(OAB: null)
Reclamado	Conservo Brasilia Servicos Tecnicos Ltda

Desp.de fls.23,Vistos,etc.

Intime-se a reclamada para retificar a CTPS obreira.

Despacho

Processo Nº RT-203100-03.2009.5.10.0020

Processo Nº RT-2031/2009-020-10-00.1

Reclamante	Charles Augusto Lelis de Souza
Advogado	PABLÍCIO MONTEIRO CARDOSO(OAB: null)
Reclamado	SBF Comércio de Produtos Esportivos Ltda. - Grupo Centauro Esporte
Advogado	CAIO EDUARDO DE SOUSA MOREIRA(OAB: null)
Reclamado	SBTEC Comércio de Produtos Esportivos Ltda.
Advogado	CAIO EDUARDO DE SOUSA MOREIRA(OAB: null)

Desp.de fls.484,Vistos.

Intime-se a ré para levantamento da guia relativa ao seu crédito,no prazo de 05(cinco)dias.

Levantada a guia,arquivem-se os autos definitivamente,com baixa,conforme já determinado.

Brasília,30 de abril de 2012. Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Despacho

Processo Nº RT-209200-71.2009.5.10.0020

Processo Nº RT-2092/2009-020-10-00.9

Reclamante	Francisco Roberval Fernandes
Advogado	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Fianca Empresa de Seguranca Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Fianca Servicos Gerais Ltda
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

Desp.de fls.657,(ao autor)Vistos.

Reporto-me ao despacho de fls. 646 e indefiro o requerido às fls. 655.

Publique-se para ciência do autor e, após, tendo em vista que até o momento a CTPS obreira não foi juntada aos autos, remetam-se os autos à SECAL, conforme já determinado.

Brasília, 30 de abril de 2012. Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS

Edital

Edital

Processo Nº RT-311-10.2012.5.10.0020

Reclamante	Iracema Maria Lima
Advogado	FABIANA VENDRAMINI NUNES OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Leal Serviços Automotivos E Comércio De Acessórios Ltda ME
Reclamado	Leandro Jose Leal Me

Reclamado	LCR Serviços Automotivos
Reclamado	Disbrave

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) MARCOS ALBERTO DOS REIS, Juiz(a) da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, faz saber a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que fica NOTIFICADO (A) o(a) 1ª reclamado(a) Leal Serviços Automotivos E Comércio De Acessórios Ltda ME, situada em local incerto e não sabido, PARA COMPARECER perante esta Vara do Trabalho de Brasília/DF, sita à Avenida W3 Norte,Quadra 513-Blocos b e c, Lotes 02/03, 3º andar, sala 329 - Brasília/DF, às 13.30 horas do dia 16/07/2012, à audiência UNA relativa à reclamação trabalhista em epígrafe, onde deverá apresentar sua defesa, preferencialmente por meio de advogado (CLT, Art. 846, c/c art. 1º, da Lei 8.906/94), bem como todas provas que pretendam produzir, constantes de documentos e/ou testemunhas (arts. 821 da CLT), ficando desde já ciente de que terá vista dos documentos porventura apresentados com a petição inicial em audiência, devendo V.Sa. estar presente, independentemente do comparecimento de seu advogado, sob as penas do art. 844 da CLT., sendo-lhe facultada a substituição prevista no parágrafo 1º do art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará a aplicação de revelia e confissão quanto à matéria de fato. A reclamada ora notificada deverá apresentar o nº do CNPJ e do CEI, cópia do contrato social ou da última alteração feita, constando o nº do CPF do(s) sócio(s), nos termos do Provimento nº 5/2003 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho do Colendo TST. A audiência será UNA, devendo as partes apresentar na oportunidade todas as provas que pretendam produzir.

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado por NADIR ALVES PEREIRA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Dr(a). MARCOS ALBERTO DOS REIS. Brasília/DF 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-489-90.2011.5.10.0020

Reclamante	André Luiz Rezende Silva
Advogado	PATRÍCIA PINHEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Atra Prestadora de Serviços Em Geral Ltda
Reclamado	Gelre Trabalho Temporário S/A

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) MARCOS ALBERTO DOS REIS, Juiz(a) da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, ficam INTIMADOS os reclamads Atra Prestadora de Serviços Em Geral Ltda e Gelre Trabalho Temporário S/A, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO proferido nos autos e a seguir transcrito:De fls.57."2- entregue o documento, intime-se o réu para proceder às anotações e devolver a CTPS obreira no prazo de 5 dias;" O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na Avenida W3 Norte,Quadra 513 -Blocos b e c, Lotes 02/03, 3º andar, sala 329 - Brasília/DF. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por NADIR ALVES PEREIRA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Dr(a). MARCOS ALBERTO DOS REIS. Brasília/DF 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-650-66.2012.5.10.0020

Reclamante	Eurenice Ferreira Pinto de Carvalho
Advogado	MARCONE OLIVEIRA PORTO(OAB: null)
Reclamado	Visual - Locação, Serviço, Construção Civil e Mineração Ltda
Reclamado	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuaria(INFRAERO)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) MARCOS ALBERTO DOS REIS, Juiz(a) da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, faz saber a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que fica NOTIFICADO (A) o(a) 1ª reclamado(a) Visual - Locação, Serviço, Construção Civil e Mineração Ltda, situada em local incerto e não sabido, PARA COMPARECER perante esta Vara do Trabalho de Brasília/DF, sita à Avenida W3 Norte,Quadra 513-Blocos b e c, Lotes 02/03, 3º andar, sala 329 - Brasília/DF, às 14.30 horas do dia 14/08/2012, à audiência UNA relativa à reclamação trabalhista em epígrafe, onde deverá apresentar sua defesa, preferencialmente por meio de advogado (CLT, Art. 846, c/c art. 1º, da Lei 8.906/94), bem como todas provas que pretendam produzir, constantes de documentos e/ou testemunhas (arts. 821 da CLT), ficando desde já ciente de que terá vista dos documentos porventura apresentados com a petição inicial em audiência, devendo V.Sa. estar presente, independentemente do comparecimento de seu advogado, sob as penas do art. 844 da CLT., sendo-lhe facultada a substituição prevista no parágrafo 1º do art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará a aplicação de revelia e confissão quanto à matéria de fato. A reclamada ora notificada deverá apresentar o nº do CNPJ e do CEI, cópia do contrato social ou da última alteração feita, constando o nº do CPF do(s) sócio(s), nos termos do Provimento nº 5/2003 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho do Colendo TST. A audiência será UNA, devendo as partes apresentar na oportunidade todas as provas que pretendam produzir.

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado por NADIR ALVES PEREIRA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Dr(a). MARCOS ALBERTO DOS REIS. Brasília/DF 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-1796-79.2011.5.10.0020

Reclamante	Edirley Reis Santana
Advogado	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	COOPATRAM - Cooperativa de Profissionais Autônomos de Transporte de Samambaia
Reclamado	Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) MARCOS ALBERTO DOS REIS, Juiz(a) da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADA a 1ª reclamada, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência da Decisão de fls.124/134."...III ; DISPOSITIVO Ante o exposto, decido

conceder os benefícios da Justiça Gratuita ao reclamante, e julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os demais pedidos para condenar COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DE TRANSPORTE DE SAMAMBAIA – COOPATRAM a fornecer as guias para saque no FGTS e habilitação ao Seguro Desemprego a EDIRLEY REIS SANTANA, e a pagá-lo, após o trânsito em julgado, no prazo de 48 horas da intimação para esse fim, com juros e correção monetária, conforme se apurar em regular liquidação do feito, nos termos da fundamentação, salários retidos, saldo de salário, aviso prévio indenizado, férias acrescidas de 1/3, 13º salário proporcional, FGTS, multas previstas nos artigos 467 e 477, § 8º, da CLT, multa rescisória de 40% do FGTS, horas extras e reflexos.Custas devidas pela 1ª reclamada, no importe de R$ 160,00, calculadas sobre o valor da condenação, arbitrado em R$ 8.000,00.Intimem-se as partes.Brasília, 25 de abril de 2012." O inteiro teor da decisão poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na Avenida W3 Norte,Quadra 513-Blocos b e c, Lotes 02/03, 3º andar, sala 329 - Brasília/DF. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por NADIR ALVES PEREIRA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Dr(a). MARCOS ALBERTO DOS REIS. Brasília/DF 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-1806-26.2011.5.10.0020

Reclamante	Urobet de Assis Teixeira
Advogado	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	COOPATRAM - Cooperativa de Profissionais Autônomos de Transporte de Samambaia
Reclamado	Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) MARCOS ALBERTO DOS REIS, Juiz(a) da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADA a 1ª reclamada, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência da Decisão de fls.140/150."...III ; DISPOSITIVO Ante o exposto, decido conceder os benefícios da Justiça Gratuita ao reclamante, e julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os demais pedidos para condenar COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DE TRANSPORTE DE SAMAMBAIA – COOPATRAM a fornecer as guias para saque no FGTS e habilitação ao Seguro Desemprego, e a anotar a data de saída na CTPS de UROBET DE ASSIS TEIXEIRA, e a pagá-lo, após o trânsito em julgado, no prazo de 48 horas da intimação para esse fim, com juros e correção monetária, conforme se apurar em regular liquidação do feito, nos termos da fundamentação, salários retidos, saldo de salário, aviso prévio indenizado, férias acrescidas de 1/3, 13 salário proporcional, FGTS, multas previstas nos artigos 467 e 477, § 8ºda CLT e multa rescisória de 40% do FGTS.Custas devidas pela 1ª reclamada, no importe de R$ 80,00, calculadas sobre o valor da condenação, arbitrado em R$ 4.000,00.Intimem-se as partes.Brasília, 25 de abril de 2012." O inteiro teor da decisão poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na Avenida W3 Norte,Quadra 513-Blocos b e c, Lotes 02/03, 3º andar, sala 329 - Brasília/DF. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por NADIR ALVES PEREIRA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Dr(a). MARCOS ALBERTO DOS REIS. Brasília/DF 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-1817-55.2011.5.10.0020

Reclamante	Ariston Dourado Rabelo
Advogado	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	COOPATRAM - Cooperativa de Profissionais Autonomos de Transporte de Sama
Reclamado	Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) MARCOS ALBERTO DOS REIS, Juiz(a) da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADA a 1ª reclamada, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência da Decisão de fls.157/166."III DISPOSITIVO Ante o exposto, decido conceder os benefícios da Justiça Gratuita ao reclamante, e julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os demais pedidos para condenar COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DE TRANSPORTE DE SAMAMBAIA; COOPATRAM a fornecer as guias para saque no FGTS e habilitação ao Seguro Desemprego a ARISTON DOURADO RABELO, e a pagá-lo, após o trânsito em julgado, no prazo de 48 horas da intimação para esse fim, com juros e correção monetária, conforme se apurar em regular liquidação do feito, nos termos da fundamentação, salário retido de maio de 2011, saldo de salário, aviso prévio indenizado, férias acrescidas de 1/3, 13 salário proporcional, FGTS, multas previstas nos artigos 467 e 477, 8, da CLT e multa rescisória de 40% do FGTS.
Custas devidas pela 1 reclamada, no importe de R$ 80,00, calculadas sobre o valor da condenação, arbitrado em R$ 4.000,00. Intimem-se as partes.Brasília, 25 de abril de 2012.
MARCOS ALBERTO DOS REIS Juiz do Trabalho Substituto." O inteiro teor da decisão poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na Avenida W3 Norte,Quadra 513-Blocos b e c, Lotes 02/03, 3º andar, sala 329 - Brasília/DF. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por NADIR ALVES PEREIRA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Dr(a). MARCOS ALBERTO DOS REIS. Brasília/DF 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-76800-06.2003.5.10.0020

Processo Nº RT-768/2003-020-10-00.4

Reclamante	Josiel Elias Paixao
Advogado	EVERARDO BRAGA LOPES(OAB: null)
Reclamado	Delta Modulados, Instalações Comerciais (Mario Luis Menezes de Oliveira)

EDITAL DE CITAÇÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) MARCOS ALBERTO DOS REIS, Juiz(a) da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica CITADO o Executado Delta Modulados, Instalações Comerciais (Mario Luis Menezes de Oliveira) para, em 48 (quarenta e oito) horas,

PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:

Resumo de Cálculo

Liq. Exequente....: 9.769,20 (94,30%)

INSS Reclamante...: 64,38 (0,62%)

INSS Reclamado....: 164,54 (1,59%)

INSS Terceiros....: 41,50 (0,40%)

I R P F.....: 72,25 (0,70%)

Custas do Processo: 198,11 (1,91%)

Custas Art.789....: 49,52 (0,48%)

Total Geral: 10.359,50

Atualizado:30/04/2012

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado por NADIR ALVES PEREIRA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Dr(a). MARCOS ALBERTO DOS REIS.

Brasília/DF 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-171000-20.1994.5.10.0020

Processo Nº RT-1710/1994-020-10-00.6

Reclamante	Ilton Renato Meinhart
Advogado	CLAUDIO SANTOS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Bianchessi Cia Auditores
Advogado	JANDIR JOSE DALLELUCCA(OAB: null)
Reclamado	Sergio Luis Pfaff
Reclamado	Rita Heroina Amorim Bem

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) MARCOS ALBERTO DOS REIS, Juiz(a) da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Bianchessi & Cia Auditores, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO proferido nos autos e a seguir transcrito:De 689."...HOMOLOGO PARCIALMENTE o acordo de fls.687/688,devendo os recolhimentos fiscais e previdenciários serem recolhidos conforme já apurados de forma proporcional ao valor do acordo,no prazo de 10 dias após a data da presente audiência,sendo s parcelas discriminadas as mesma já calculadas,porém de forma proporcional ao valor do acordo.. Observe a SEcretaria a liberação do valor bloqueado pelo BACEN-JUD à sua titular,conforme petição de fls.687/688... Juiz do Trabalho CLAUDINEI DA SILVA CAMPOS."O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na Avenida W3 Norte,Quadra 513-Blocos b e c, Lotes 02/03, 3º andar, sala 329 - Brasília/DF. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por NADIR ALVES PEREIRA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Dr(a). MARCOS ALBERTO DOS REIS.

Brasília/DF 2, MAIO de 2012.

21ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-133-58.2012.5.10.0021

Reclamante	Rayane Cristine Ferreira de Sales
Advogado	TABATA DA SILVA COSTA(OAB: null)
Reclamado	COOPATRAM - Cooperativa de Profissionais Autônomos de Transporte de Samambaia

Vistos.

Verifico que, na decisão transitada em julgado, há condenação de anotação de CTPS pela Secretaria.

Intime-se o reclamante para, em 15 dias, juntar a CTPS para cumprimento da obrigação estabelecida quanto à anotação.

Recebida a CTPS e considerando que a reclamada encontra-se em lugar desconhecido, e conforme sentença, proceda a Secretaria às anotações na CTPS, com comunicação à SRTB/DF (DRT) para as providências cabíveis.

Despacho

Processo Nº RT-134-43.2012.5.10.0021

Reclamante	Diana Zeferino de Jesus Sousa
Advogado	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	COOPATRAM - Cooperativa de Profissionais Autônomos de Transporte de Samambaia
Reclamado	Distrito Federal
Advogado	MARCOS GUSTAVO DE SA E DRUMOND(OAB: null)

Do exposto, REJEITO o pedido de distribuição do feito por prevenção à 8ª Vara do Trabalho/DF e, ainda, as preliminares de impossibilidade jurídica do pedido e ilegitimidade passiva e no mérito, JULGO PROCEDENTES EM PARTE OS PEDIDOS, condenando a Reclamada COOPATRAM COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DO TRANSPORTE DE SAMAMBAIA, a pagar à Reclamante DIANA ZEFERINO DE JESUS SOUSA as parcelas constantes da fundamentação supra, a qual é parte integrante do presente dispositivo. Liquidação por cálculos. Juros de mora e correção monetária, na forma da Lei nº 8.177/91, Súmulas 200 e 381 do TST.

Julgo IMPROCEDENTES OS PEDIDOS quanto o Reclamado DISTRITO FEDERAL.

Custas no importe de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), pela primeira Reclamada, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação, provisoriamente, em R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).A primeira Reclamada deverá providenciar os recolhimentos previdenciários sobre as parcelas que integram o conceito de salário de contribuição (art. 28, lei 8.212/91): salários dos meses de março a maio/2011, saldo de salário de junho/2011 (27 dias), aviso prévio e 13º salário proporcional, com retenção da cota parte da empregada, sob pena de execução. Será observado o teor da Súmula 368, I, II e III, do C. TST.

Esta sentença não está sujeita ao reexame obrigatório (art. 475, I § 2º/ CPC).

Anotem-se os dados da procuradora da Reclamante, conforme requerido à fl. 19.

Intimem-se a Reclamante e o segundo Reclamado, por seus procuradores, mediante publicação eletrônica.Intime-se a primeira Reclamada, por edital.

Nada mais.

Despacho

Processo Nº RT-216-11.2011.5.10.0021

Reclamante	Silmara Macedo de Jesus
Advogado	IVO GOMES(OAB: null)
Reclamado	Sadia S/A
Advogado	OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: null)

Ante a possibilidade de emprestar efeito modificativo aos embargos de declaração opostos pela Reclamante, concedo vista à

Reclamada pelo prazo legal.

Intime-se a Reclamada, por seu procurador, via publicação eletrônica.

Despacho

Processo Nº RT-225-36.2012.5.10.0021

Reclamante	Jair Ferreira dos Reis
Advogado	IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP
Advogado	WELLINGTON MOISES DE OLIVEIRA(OAB: null)

Do exposto, ACOLHO a prescrição parcial/quinquenal das pretensões anteriores a 06/02/2007 e no mais, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS absolvendo a Reclamada COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL NOVACAP dos pedidos formulados pelo Reclamante JAIR FERREIRA DOS REIS, conforme fundamentação supra,a qual faz parte do presente dispositivo.

Custas no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais), pelo Reclamante, calculadas sobre o valor atribuído à causa no importe de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), das quais fica dispensado, nos termos da lei.Intimem-se as partes, por seus procuradores, mediante publicação eletrônica. Nada mais.

Despacho

Processo Nº RT-653-18.2012.5.10.0021

Reclamante	Eliane Thomaz Marinsek
Advogado	NATHALYA BUCHER HOERLLE(OAB: null)
Reclamado	Itaú Unibanco S.A.
Advogado	CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: null)

Vistos.

Verifico que o(a) Sr(a). perito(a) foi intimado(a) para realização da perícia.

Aprovo os quesitos apresentados pelo reclamado.

Admito o assistente técnico.

Cabe às partes a comunicação ao assistente técnico do dia da realização da perícia.

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-711-21.2012.5.10.0021

Reclamante	Bruno Henrique Rochelle
Advogado	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO(OAB: null)
Reclamado	New Wine Distribuidora de Bebidas Ltda.

A certidão acima informa que a notificação remetida ao RECLAMADO New Wine Distribuidora de Bebidas Ltda. retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos com informação de "número inexistente".

Intime-se o RECLAMANTE para que, no prazo de dez dias, emende a petição inicial (CPC, Arts. 282, II e 284, parágrafo único), informando o correto endereço do RECLAMADO New Wine Distribuidora de Bebidas Ltda., sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

Despacho

Processo Nº RT-759-77.2012.5.10.0021

Reclamante	Sinézio Antônio de Oliveira
Advogado	ELIZIO ROCHA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Academia Dalmo Ribeiro Ltda.

Em 26 de Abril de 2012, na sala de sessões da Eg. 21ª Vara do Trabalho de Brasília, sob a direção da MMª. Juíza ELKE DORIS JUST, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 11 horas, aberta a audiência, foram, de ordem da MMª. Juíza do Trabalho apregoadas as partes.Ausente o reclamante.

Ausente a reclamada.

O reclamante requer a desistência da ação, nos termos da petição de fl. 22.

Homologo o pedido de desistência formulado pelo reclamante e extingo o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso VIII do CPC.

Custas pelo reclamante, no importe de R$1.600,00, calculadas sobre R$80.000,00, dispensadas na forma da lei e da declaração de pobreza jurídica à fl. 10.

Fica, desde já, autorizado o desentranhamento dos documentos de fls. 09/16, inclusive a procuração e a declaração de pobreza.

Intime-se o(a) reclamante por seu procurador, via publicação eletrônica.

Intime-se a reclamada, via postal, com cópia da presente ata.

Decorrido o prazo sem recurso, ao arquivo definitivo com baixa na Distribuição.

Audiência encerrada às 11h03min.

Nada mais.

Despacho

Processo Nº RT-808-21.2012.5.10.0021

Reclamante	Leonardo Murialdo Rosa Goulart
Advogado	GILBERTO CLAUDIO HOERLLE(OAB: null)
Reclamado	Finasa Promotora de Vendas Ltda.
Reclamado	Banco Finasa S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação:

Inclua-se o feito na pauta do dia 23/08/2012, às 10h10min.

Intime-se o(a) reclamante por seu procurador, via publicação.

Notifiquem-se os(a) reclamados(a), via postal.

As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT.

Dê-se ciência às partes, ainda, de que a audiência será UNA (art. 852, "C", da CLT), e que elas deverão, na oportunidade, produzir as provas que julgarem necessárias.

As testemunhas deverão ser trazidas espontaneamente ou arroladas no prazo de 05(cinco)dias, antes da audiência, sob pena de preclusão. Em cumprimento à Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS).

Brasília, 2 de maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-814-28.2012.5.10.0021

Reclamante	Isaias da Silva Sousa
Advogado	ERALDO NOBRE CAVALCANTE(OAB: null)
Reclamado	Empresa Santo Antônio Transp. e Turismo Ltda.

ATO ORDINATÓRIO

Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação:

Inclua-se o feito na pauta do dia 23/08/2012, às 09h30min.

Intime-se o(a) reclamante por seu procurador, via publicação.

Notifique-se o(a) reclamado(a), via postal.

As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT.

Dê-se ciência às partes, ainda, de que a audiência será UNA (art. 852, "C", da CLT), e que elas deverão, na oportunidade, produzir as provas que julgarem necessárias.

As testemunhas deverão ser trazidas espontaneamente ou arroladas no prazo de 05(cinco)dias, antes da audiência, sob pena de preclusão. Em cumprimento à Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS).

Brasília, 2 de maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-815-13.2012.5.10.0021

Reclamante	Reni Gilberto Antunes Silveira
Advogado	RICARDO LUIZ RODRIGUES DA FONSECA PASSOS(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação:

Inclua-se o feito na pauta do dia 09/07/2012, às 08h40min.

Intime-se o(a) reclamante por seu procurador, via publicação.

Notifique-se o(a) reclamado(a), via postal.

A audiência será INICIAL para recebimento da defesa.

A audiência em prosseguimento, de Instrução, será designada posteriormente. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Em cumprimento à Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT(inscrição junto ao INSS).

Brasília, 2 de maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-819-50.2012.5.10.0021

Reclamante	Ladir Mota da Costa
Advogado	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Viação Planalto Ltda. - VIPLAN

ATO ORDINATÓRIO

Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação:

Inclua-se o feito na pauta do dia 20/08/2012, às 09h20min.

Intime-se o(a) reclamante por seu procurador, via publicação.

Notifique-se o(a) reclamado(a), via postal.

As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT.

Dê-se ciência às partes, ainda, de que a audiência será UNA (art. 852, "C", da CLT), e que elas deverão, na oportunidade, produzir as provas que julgarem necessárias.

As testemunhas deverão ser trazidas espontaneamente ou arroladas no prazo de 05(cinco)dias, antes da audiência, sob pena de preclusão. Em cumprimento à Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS).

Brasília, 2 de maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-821-20.2012.5.10.0021

Reclamante	José Antônio Martins de Sousa
Advogado	RICARDO LUIZ RODRIGUES DA FONSECA PASSOS(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação:

Inclua-se o feito na pauta do dia 10/07/2012, às 08h40min.

Intime-se o(a) reclamante por seu procurador, via publicação.

Notifique-se o(a) reclamado(a), via postal.

A audiência será INICIAL para recebimento da defesa.

A audiência em prosseguimento, de Instrução, será designada posteriormente. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Em cumprimento à Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT(inscrição junto ao INSS).

Brasília, 2 de maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-906-74.2010.5.10.0021

Reclamante	Denise Nunes da Silva Gontijo
Advogado	FLAVIO JOSÉ DA ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Linknet Tecnologia e Telecomunicacoes Ltda

Vistos.

Vista ao exequente, por cinco dias, da certidão do Oficial de Justiça das fls. 208/210.

Decorrido o prazo, aguarde-se o cumprimento do mandado 337/2012.

Intime-se.

Despacho

Processo Nº RT-1091-78.2011.5.10.0021

Reclamante	Luana Maria Rodrigues Fiorote
Advogado	ROBSON BATISTA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Advogado	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: null)

Libero o crédito do exequente.

Expeça-se alvará para movimentação das contas a seguir expostas, observando-se o seguinte:

A) Conta n.º: 042/04938057-0; Valor: R$ 30.732,00.

01 - Autenticar em uma guia do INSS, com cód.1708, 5,20 % (valor do INSS cota parte empregado).

02 - Autenticar em uma guia do INSS, com cód. 2909, 14,37 % (valor do INSS cota parte empregador e SAT).

03 - Autenticar em uma guia do INSS, com cód. 2917, 3,79 %, (valor do INSS terceiros).

04 Transferir para a conta vinculada da reclamante o percentual de 4,39% (valor referente ao FGTS depósito).

05 - Liberar ao exequente e/ou a seu advogado Dr. ROBSON BATISTA DA SILVA, OAB/DF nº 35322, conforme substabelecimento de fl. 157 dos autos, o saldo remanescente (valor do líquido do exequente).

B) Conta nº 042/04937306-0 Valor: R$ 6.367,80

Liberar ao exequente e/ou a seu advogado Dr. ROBSON BATISTA DA SILVA, OAB/DF nº 35322, o saldo existente (valor líquido do exequente).

Despacho

Processo Nº RT-1477-11.2011.5.10.0021

Reclamante	Regina Dias Gomes

Advogado	LUCIO CEZAR DA COSTA ARAUJO(OAB: null)
Reclamado	Banco Bradesco S/A.
Advogado	RAVENA CUNHA LOBATO(OAB: null)

Pelo exposto, julgo procedente, em parte, a ação ajuizada por REGINA DIAS GOMES contra BANCO BRADESCO S/A para condenar a reclamada a pagar à reclamante as verbas deferidas na forma da fundamentação acima. Fica a reclamada absolvida dos demais pedidos.Custas, pela reclamada, no importe de R$ 1.600,00, calculadas sobre R$ 80.000,00, valor arbitrado à condenação.

Observar-se-á o recolhimento previdenciário e de imposto de renda.

Intimem-se as partes, por seus procuradores, via publicação eletrônica.

Despacho

Processo Nº RT-1491-92.2011.5.10.0021

Reclamante	Carlos Roberto Januário
Advogado	JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	VIPASA - Vigilância Patrimonial Armada Ltda. (Antiga Phoenix Segurança Ltda.)
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Fiança - Empresa de Segurança Ltda.
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)
Reclamado	Fiança - Serviços Gerais Ltda.
Advogado	CARLITA ROCHA BRITO(OAB: null)

Os autos de penhoras de fls. 112 e 132 referem-se ao mesmo imóvel.

Para evitar excesso de execução, libera-se a penhora de fl. 132 e mantém-se a penhora de fl. 112.

A secretaria desta vara já possui o histórico dominial do imóvel penhorado à fl. 112.

No referido histórico verifica-se que o imóvel em questão encontra-se com restrições, pelo que não se prosseguirá a execução.

Intime-se o exequente para ciência e, se possível, indicar bens sem restrições e passíveis de penhora.

Publique-se.

Despacho

Processo Nº RT-1536-96.2011.5.10.0021

Reclamante	Anderson Silva Amorim
Advogado	LUIZ GONZAGA LEITE SILVA(OAB: null)
Reclamado	Casa Bahia Comercial Ltda.
Advogado	ADRIANA CORROCHANO MORI(OAB: null)

Vistos.

Intime-se, mais uma vez, a reclamada, diretamente e por seu procurador, para, em cinco dias, receber a guia acostada à contracapa dos autos referente ao saldo remanescente.

Despacho

Processo Nº RT-1823-59.2011.5.10.0021

Reclamante	Leandro Conceição Madureira
Advogado	JOEMIL ALVES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	EDIFICAR Montagens de Estruturas Metálicas Ltda.

ATO ORDINATÓRIO

Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação:

O mandado de intimação da sentença ao RECLAMADO EDIFICAR Montagens de Estruturas Metálicas Ltda. foi infrutífero, conforme fls. 27.

Informe o reclamante, em cinco dias, o novo endereço do referido reclamado.

Intime-se.

Brasília, 2 de maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-1837-43.2011.5.10.0021

Reclamante	SEGREDO DE JUSTIÇA
Advogado	LEANDRO OLIVEIRA ALVES(OAB: null)
Reclamado	SEGREDO DE JUSTIÇA
Advogado	DELZIO JOÃO DE OLIVEIRA JUNIOR(OAB: null)

Do exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS absolvendo a Reclamada CONDOMÍNIO DO BLOCO D DA SQN 303 dos pedidos formulados pela Reclamante MARINEIDE DE ALMEIDA SOUSA, nos termos da fundamentação supra,a qual faz parte do presente dispositivo.

Custas no importe de R$ 710,70 (setecentos e dez reais e setenta centavos), pela Reclamante, calculadas sobre o valor atribuído à causa, de R$ 35.535,00 (trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais), cujo recolhimento fica dispensado.

Intimem-se as partes, por seus procuradores, via publicação eletrônica. Nada mais.

Despacho

Processo Nº RT-1843-50.2011.5.10.0021

Reclamante	Márcio Ferreira Lopes
Advogado	JORIVALMA MUNIZ DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	SERVNAC - Serviços de Mão de Obra Temp. Ltda.

Vistos.

Verifico que na decisão transitada em julgado há condenação de anotação de CTPS, bem como de entrega de guia TRCT.

Intime-se o reclamante, para que diga se teve sua CTPS anotada. Caso negativo, deverá o reclamante apresentar sua CTPS para anotação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser considerada como cumprida a obrigação estabelecida quanto à anotação.

Despacho

Processo Nº RT-1844-35.2011.5.10.0021

Reclamante	Pedro Rafael Vieira de Barros
Advogado	JORIVALMA MUNIZ DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	SERVNAC - Serviços de Mão de Obra Temp. Ltda.

Vistos.

Verifico que na decisão transitada em julgado há condenação de anotação de CTPS, bem como de entrega de guia TRCT.

Intime-se o reclamante, para que diga se teve sua CTPS anotada. Caso negativo, deverá o reclamante apresentar sua CTPS para anotação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser considerada como cumprida a obrigação estabelecida quanto à anotação.

Despacho

Processo Nº RT-1859-04.2011.5.10.0021

Reclamante	Dárcio Freitas Alvim Filho
Advogado	FABIANA CAROLO(OAB: null)
Reclamado	Unimix Tecnologia Ltda.
Advogado	ANTONINO JERONYMO DE OLIVEIRA PIAZZI(OAB: null)

Considerando o silêncio do reclamante, tenho como cumprido o acordo.

Intime-se o reclamada para comprovar, em trinta dias, os

recolhimentos previdenciários, conforme ata de acordo.

Despacho

Processo Nº RT-1861-71.2011.5.10.0021

Reclamante	Sonilda Rodrigues Pereira
Advogado	HUMBERTO FERNANDO VALLIM PORTO(OAB: null)
Reclamado	Antônia de Azevedo Duarte
Advogado	JONAS ALVES DE OLIVEIRA(OAB: null)

Cumpra-se o determinado no despacho da fl. 47, expedindo-se alvará.

Intime-se a reclamante para recebimento.

Recebido o alvará, cumpra-se a parte final do despacho da fl. 47, remetendo-se os autos à contadoria.

Despacho

Processo Nº RT-1952-64.2011.5.10.0021

Reclamante	Maria Helena da Cruz
Advogado	ULISSES BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	União Federal (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

Do exposto, julgo PROCEDENTES EM PARTE OS PEDIDOS condenando a Reclamada UNIÃO FEDERAL (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO) a pagar à Reclamante MARIA HELENA DA CRUZ, as parcelas constantes da fundamentação supra, que é parte integrante do presente dispositivo. Liquidação por cálculos. Juros e correção monetária, na forma da Lei nº 8.177/91, Súmulas 200 e 389, do TST.Custas no importe de R$ 400,00 (quatrocentos reais), pela Reclamada, calculadas sobre o valor arbitrado provisoriamente à condenação, de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), que deverão ser recolhidas, no prazo legal.

Deverá a Reclamada providenciar os recolhimentos previdenciários sobre as parcelas que integram o conceito de salário de contribuição (art. 28, lei 8.212/91): horas extras, com reflexos nos 13ºs salários, nas férias, se gozadas; com retenção da cota parte da empregada, sob pena de execução. Será observado o teor da Súmula 368, I, II e III, do C. TST. Observem-se ainda quanto ao IR as disposições da Instrução Normativa- RFB 1127/2011.

Intimem-se as partes, sendo a Reclamante, por seu procurador, via publicação eletrônica e a Reclamada, via convênio 065/2010.Nada mais.

Despacho

Processo Nº RT-1957-86.2011.5.10.0021

Reclamante	Edimaro da Luz Araújo
Advogado	JOÃO BATISTA MENEZES LIMA(OAB: null)
Reclamado	QS-3 Empreendimentos Imobiliários S/A SPE Ação Luziânia Ltda.
Advogado	DARCY MARIA GONÇALVES DE ALMEIDA(OAB: null)
Reclamado	Jardim Park Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogado	DARCY MARIA GONÇALVES DE ALMEIDA(OAB: null)
Reclamado	Construtora Villela e Carvalho Ltda.
Advogado	DARCY MARIA GONÇALVES DE ALMEIDA(OAB: null)

- CONCLUSÃO -

Pelo exposto, julgo procedente em parte a ação ajuizada por EDIMARO DA LUZ ARAÚJO contra QS-3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A SPE AÇÃO LUZIÂNIA LTDA, JARDIM PARK EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e CONSTRUTORA VILLELA E CARVALHO LTDA para condenar as reclamadas a pagar ao reclamante as verbas deferidas na forma da fundamentação acima. Ficam as reclamadas absolvidas dos demais pedidos.

Custas, pelas reclamadas, no importe de R$ 60,00, calculadas sobre R$ 3.000,00, valor arbitrado à condenação.

Observar-se-á o recolhimento previdenciário.

Anotem-se os dados dos procuradores das reclamada, conforme requerido às fls. 72, 143 e 192 das peças de defesa e observadas as procurações juntadas aos autos.

Intimem-se as partes por seus procuradores via publicação eletrônica.

Despacho

Processo Nº RT-1988-09.2011.5.10.0021

Reclamante	Filipe Anderson Braz André de Oliveira
Advogado	WILSON ROBERTO PREZZOTO(OAB: null)
Reclamado	Dom Bosco Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogado	BRUNO ARRUDA SANTOS DE OLIVEIRA GIL(OAB: null)

Do exposto, PROCEDENTES EM PARTE OS PEDIDOS, condenando a Reclamada DOM BOSCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA a pagar ao Reclamante FILIPE ANDERSON BRAZ ANDRÉ DE OLIVEIRA, as parcelas constantes da fundamentação supra, que é parte integrante do presente dispositivo. Parcelas que deverão ser apuradas em liquidação por cálculos, acrescidas de juros de mora e correção monetária, nos termos da Lei nº 8.177/91, Súmulas 200 e 381 do TST.

Há obrigação de fazer baixa na CTPS.

Custas, pela Reclamada, no importe de R$ 46,00 (quarenta e seis reais), calculadas sobre o valor arbitrado à condenação para efeito de custas, no importe de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

A Reclamada deverá providenciar os recolhimentos previdenciários sobre as parcelas que integram o conceito de salário de contribuição (art. 28, Lei nº 8.212/91): 13º salário proporcional e saldo de salário; com retenção da cota parte do empregado, sob pena de execução. Observe-se o teor da Súmula 368, II e III, do C. TST.

Intimem-se as partes, por seus procuradores, via publicação eletrônica.

Despacho

Processo Nº RT-2004-60.2011.5.10.0021

Reclamante	Fátima Cezária de Araújo
Advogado	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	COCCINELLA - Comércio e Serviços de Jóias Ltda. (Fabrizio Giannone Designer)
Advogado	JOÃO RODRIGUES NETO(OAB: null)

Do exposto, EXTINGO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO quanto ao pedido do item "x" da inicial e no mérito, JULGO PROCEDENTES EM PARTE OS PEDIDOS, condenando a Reclamada COCCINELLA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE JOIAS LTDA (FABRIZZIO GIANNONE DESIGNER), a pagar à Reclamante FÁTIMA CEZÁRIA DE ARAÚJO as parcelas constantes da fundamentação supra, a qual é parte integrante do presente dispositivo. Parcelas que serão apuradas em liquidação por cálculos, acrescidas de juros de mora e correção monetária, na forma da Lei 8.177/91,Súmulas 200 e 381 do TST.

Custas no importe de R$ 140,00 (cento e quarenta reais), pela Reclamada, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação, provisoriamente, para efeito de custas, em R$ 7.000,00 (sete mil reais).As Reclamadas deverão providenciar os recolhimentos

previdenciários sobre as parcelas que integram o conceito de salário de contribuição (art. 28, Lei nº 8.212/91): salário maternidade e diferenças (cota parte empregador), 13ºs salários, horas extras com reflexos nos trezenos e nos RSRs; com retenção da cota parte do empregado, sob pena de execução. Da mesma forma, deverão observar os recolhimentos fiscais, onde couberem, que serão deduzidos do crédito do Reclamante ao final. Observe-se o teor da Súmula 368, II e III, do C. TST. Observem-se ainda quanto ao IR as disposições da Instrução Normativa- RFB 1127/2011.

Intimem-se as partes, por seus procuradores, via publicação eletrônica.

Nada mais.

Despacho

Processo Nº RT-2050-49.2011.5.10.0021

Reclamante	Esdras Alves da Silva
Advogado	REGIS CAJATY BARBOSA BRAGA(OAB: null)
Reclamado	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - Metrô DF
Advogado	SEVERINO DE SOUSA OLIVEIRA(OAB: null)

Há recurso ordinário interposto pelo reclamante dentro do prazo legal.

Vista ao reclamado para, caso queira, apresentar contrarrazões ao recurso.

Prazo legal.

Intime-se o reclamado via publicação.

Despacho

Processo Nº RT-2074-77.2011.5.10.0021

Reclamante	Marlon da Silva Moreira
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Serviços Ambientais S/A. (Antes Denominada QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.) (em Recuperação Judicial)
Advogado	SUELY MULKY(OAB: null)

Vistos.

Verifico que o(a) Sr(a). perito(a) foi intimado(a) para realização da perícia.

Aprovo os quesitos apresentados pelo RECLAMANTE E RECLAMADA.

Admito o assistente técnico.

Cabe às partes a comunicação ao assistente técnico do dia da realização da perícia.

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-15600-87.2006.5.10.0021

Processo Nº RT-156/2006-021-10-00.0

Reclamante	Letiene de Oliveira Leite
Advogado	JOSÉ OLIVEIRA NETO(OAB: null)
Reclamado	BANCO CITIBANK S.A.
Advogado	BEATRIZ MARTINS COSTA(OAB: null)
Reclamado	Best Brasilia Empresa Serviços Tecnicos Ltda.
Reclamado	Ancora Serviços Empresariais Ltda.
Advogado	ARTUR ALEXANDRE GADÊ NEGÓCIO OLIVEIRA(OAB: null)

Vistos.

Considerando os termos da petição da fl. 1085, juntem-se aos autos os alvarás 115/2012 e 116/2012.

Expeçam-se novos alvarás em nome da procuradora requerida.

Intime-se o executado para, em cinco dias, recebê-los.

Recebidos os alvarás, devolvam-se os autos ao arquivo definitivo.

Despacho

Processo Nº RT-107900-63.2009.5.10.0021

Processo Nº RT-1079/2009-021-10-00.9

Reclamante	Herbert Otto
Advogado	ANA MÔNICA PORTELA PATRÍCIO DA COSTA(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	BRUNO NASCIMENTO COELHO(OAB: null)
Reclamado	Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
Advogado	WALFREDO FREDERICO DE S. CABRAL DIAS(OAB: null)

1- A sentença condenatória foi acrescida da ordem que consta do acórdão de fls. 358/386. Transcrevo o comando:"[...] No mérito, nego provimento aos recursos interpostos pelos reclamados e dou parcial provimento ao recurso do autor para:

a) condenar a PREVI a recompor o salário de participação dos últimos trinta e seis meses para acrescer 1/60 do valor pago na CCP a título de desvio de função, incorporando em folha a diferença do benefício, depois do trânsito em julgado, em trinta dias contados da intimação para cumprimento da obrigação;

b) condenar a PREVI a recalcular o salário real de benefício, em função da recomposição do salário de participação, pagando as diferenças de complementação de aposentadoria desde 28.06.2007 até a efetiva incorporação em folha de pagamento, com juros e correção monetária;

c) condenar o Banco do Brasil S/A a arcar com a sua quota-parte de contribuições para a Previ em face dos valores relativos ao desvio de função.

Fica autorizada a dedução da contribuição Previ quota-parte do reclamante, sobre a parcela deferida nesta decisão (desvio de função).

Contribuições previdenciárias, fiscais, correção monetária e juros incidem na forma da legislação aplicável à espécie.

[...]" (fls. 384/385)

2- O crédito do exequente - a incorporação e as parcelas vencidas.

O exequente concordou, à fl. 606, com a incorporação efetuada pela PREVI e que constou do extrato de fl. 585.

Considero, portanto, regularmente cumprida a ordem sob a alínea "a" do acórdão.

A PREVI também apresentou cálculo das diferenças até o mês que antecedeu a incorporação (fl. 586 e verso) e procedeu ao depósito judicial do valor reconhecido como devido (fl. 597).

O exequente, embora tenha pedido a apuração das parcelas vencidas, nada disse sobre a conta apresentada pela PREVI e depósito do valor reconhecido que já constava dos autos quando de sua manifestação.

Considero, portanto, correta a conta apresentada pela PREVI quanto a diferenças vencidas. Autorizo a liberação do valor ao exequente do depósito de fl. 597.

Declaro quitados os débitos da PREVI quanto ao exequente e extinta a execução quanto aos créditos do exequente.

3- A contribuição patronal devida pelo Banco do Brasil à PREVI.

O Banco do Brasil é devedor das contribuições patronais para a PREVI e apresentou o cálculo de fl. 527 que foi homologado (fl. 539).

A PREVI, credora, sustenta como incorreto e insuficiente o cálculo apresentado pelo Banco do Brasil (fls. 545/546) e sustenta como devido o valor de R$ 2.900,95.

Manifestou-se o Banco do Brasil (fls. 595/596), dizendo que os

cálculos do Banco consideraram 80% da parcela mensal do valor acordado na CCP.
Acolho a impugnação da PREVI.
Na forma do comando exequendo, a base de cálculo é o valor integral do acordo na CCP, observado o teor da sentença e do acórdão que ampliou a condenação.
Acolho a impugnação da PREVI e fixo o valor devido em R$ 2.900,95 requerido pela credora.
Há depósitos recursais do Banco do Brasil nos autos (RO- fl. 261 transferido para o depósito de fl. 603 e RR fl. 401). O pagamento será efetuado à PREVI a partir do depósito recursal de fl. 603. Considero, assim, quitado o crédito da PREVI decorrente do comando exequendo.
4- Os honorários assistenciais e as custas.Não foram apurados os honorários assistenciais nem as custas. Após os procedimentos definidos nos itens anteriores, os autos serão remetidos para a Contadoria Judicial para apuração dos honorários advocatícios e das custas.
Os pagamentos serão efetuados a partir do resíduo do depósito recursal de fl. 603 e do depósito recursal de fl. 401.
Intimem-se as partes, por seus procuradores, via publicação eletrônica.
Brasília, 30 abril de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-110300-50.2009.5.10.0021

Processo Nº RT-1103/2009-021-10-00.0

Reclamante	Ronaldo Teixeira da Cunha
Advogado	JOSE EYMARD LOGUERCIO(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil Sa
Advogado	BRUNO NASCIMENTO COELHO(OAB: null)
Reclamado	Caixa de Previdencia dos Funcs do Banco do Brasil
Advogado	WALFREDO FREDERICO DE S. CABRAL DIAS(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO
Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação:

Diligenciando nos autos, verifico que não há cópia da guia do depósito recursal da segunda demandada.
Intime-se a segunda reclamada, PREVI, para, em cinco dias, juntar aos autos cópia da guia do depósito por ela efetuado para fins de recurso ordinário.

Brasília, 2 de maio de 2012.

Despacho

Processo Nº RT-132900-02.2008.5.10.0021

Processo Nº RT-1329/2008-021-10-00.0

Reclamante	Maria do Céu Brito
Advogado	ELIZABETH TOSTES PEIXOTO(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil S.A.
Advogado	JULIANA FURTADO DE MOURA(OAB: null)

"(...)CONCLUSÃO
Pelo exposto, julgo PROCEDENTE EM PARTE a impugnação aos cálculos ofertada por MARIA DO CÉU BRITO. Tudo nos termos da fundamentação.
Rejeito os cálculos de fls. 825/830.
Aprovo os cálculos de fls. 948/953 e fixo o montante da execução em R$ 367.859,94, valor em 30/11/2011, estando as parcelas assim discriminadas:
R$ 312.071,19 crédito líquido da exequente;
R$ 2.789,91 imposto de renda;
R$ 47.667,08 INSS empregador + SAT;
R$ 5.331,76 parcela Terceiros
R$ 367.859,94 montante da execução em 30/11/2011
Ante a majoração na conta, o depósito de fls. 840, tornou-se insuficiente para a garantia do Juízo. Em sendo assim, proceda a executada à complementação do valor do débito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de prosseguimento na execução para esse fim.
Intimem-se as partes, por seus procuradores, via publicação eletrônica.
Transitada em julgado esta decisão, sem que a executada complemente o montante da execução, será realizado o BACEN-JUD do débito residual da executada cujo valor deverá ser apurado pela Secretaria da Vara."

Despacho

Processo Nº RT-202600-31.2009.5.10.0021

Processo Nº RT-2026/2009-021-10-00.5

Reclamante	Ledia de Jesus Ferreira
Advogado	FRANCISCA RODRIGUES MORAIS(OAB: null)
Reclamado	Capital Empresa de Servicos Gerais Limitada

Vistos.
Considerando os termos da petição do exequente à fl. 63, libero o crédito do exequente.
Expeça-se alvará para movimentação do depósito da fl. 50, da seguinte forma:
Conta n.º: 04931973-1; Valor: R$ 112,90.
01 - Liberar ao exequente e/ou a sua advogada Dr. FRANCISCA RODRIGUES MORAIS, OAB/DF nº 27921, conforme procuração da fl. 6 dos autos, o valor total da conta (valor do líquido do exequente).
Declaro extinta a execução.
Intimem-se as partes, sendo, ainda, o exequente para receber o alvará.
Decorrido o prazo e recebido o alvará, ao arquivo definitivo, com exclusão dos dados do BNDT.

Despacho

Processo Nº RT-204600-04.2009.5.10.0021

Processo Nº RT-2046/2009-021-10-00.6

Reclamante	Ozenita Costa
Advogado	FRANCISCA RODRIGUES MORAIS(OAB: null)
Reclamado	Capital Empresa de Servicos Gerais Limitada

Vistos.
Considerando os termos da petição do exequente à fl. 61, libero o crédito do exequente.
Expeça-se alvará para movimentação do depósito da fl. 48 , da seguinte forma:
Conta n.º: 04931972-3 ; Valor: R$ 840,68 .
01 - Liberar ao exequente e/ou a sua advogada Dra. FRANCISCA RODRIGUES MORAIS, OAB/DF nº 27921, conforme procuração da fl. 6 dos autos, o valor total da conta (valor do líquido do exequente).
Declaro extinta a execução.
Intimem-se as partes, sendo, ainda a exequente para receber o alvará.
Decorrido o prazo e recebido o alvará, ao arquivo definitivo, com

exclusão dos dados do BNDT.

Edital

Edital

Processo Nº RT-134-43.2012.5.10.0021

Reclamante	Diana Zeferino de Jesus Sousa
Advogado	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	COOPATRAM - Cooperativa de Profissionais Autônomos de Transporte de Samambaia
Reclamado	Distrito Federal
Advogado	MARCOS GUSTAVO DE SA E DRUMOND(OAB: null)

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho MARTHA FRANCO DE AZEVEDO da 21ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADO o RECLAMADO COOPATRAM - Cooperativa de Profissionais Autônomos de Transporte de Samambaia, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito:EDITAL DE INTIMAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho MARTHA FRANCO DE AZEVEDO da 21ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADO o RECLAMADO COOPATRAM - Cooperativa de Profissionais Autônomos de Transporte de Samambaia, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito: .

Do exposto, REJEITO o pedido de distribuição do feito por prevenção à 8ª Vara do Trabalho/DF e, ainda, as preliminares de impossibilidade jurídica do pedido e ilegitimidade passiva e no mérito, JULGO PROCEDENTES EM PARTE OS PEDIDOS, condenando a Reclamada COOPATRAM COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DO TRANSPORTE DE SAMAMBAIA, a pagar à Reclamante DIANA ZEFERINO DE JESUS SOUSA as parcelas constantes da fundamentação supra, a qual é parte integrante do presente dispositivo. Liquidação por cálculos. Juros de mora e correção monetária, na forma da Lei nº 8.177/91, Súmulas 200 e 381 do TST.

Julgo IMPROCEDENTES OS PEDIDOS quanto o Reclamado DISTRITO FEDERAL.

Custas no importe de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), pela primeira Reclamada, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação, provisoriamente, em R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).A primeira Reclamada deverá providenciar os recolhimentos previdenciários sobre as parcelas que integram o conceito de salário de contribuição (art. 28, lei 8.212/91): salários dos meses de março a maio/2011, saldo de salário de junho/2011 (27 dias), aviso prévio e 13º salário proporcional, com retenção da cota parte da empregada, sob pena de execução. Será observado o teor da Súmula 368, I, II e III, do C. TST.Esta sentença não está sujeita ao reexame obrigatório (art. 475, I § 2º/ CPC).Anotem-se os dados da procuradora da Reclamante, conforme requerido à fl. 19.Intimem-se a Reclamante e o segundo Reclamado, por seus procuradores, mediante publicação eletrônica.Intime-se a primeira Reclamada, por edital.

O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3, SALA 327/328 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, e para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Brasília, 2 de maio de 2012.

JOSÉ DE BONFIN FERREIRA DE MENEZES
Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-773-61.2012.5.10.0021

Reclamante	Crisbel Santos Netto
Advogado	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Visual Locação, Serviço, Construção Civil e Mineração Ltda.
Reclamado	Sílvio Pimenta Vieira
Reclamado	Alessandro Facundes Bonfim Bezerra

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO AUDIÊNCIA UNA

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 01/06/2012 08h35.

O(A) Juiz(a) do Trabalho MARTHA FRANCO DE AZEVEDO da 21ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, ficam NOTIFICADOS os RECLAMADOS Visual Locação, Serviço, Construção Civil e Mineração Ltda., SÍLVIO PIMENTA VIEIRA E ALESSANDRO FACUNDES BONFIM BEZERRA a comparecerem perante esta Vara do Trabalho, no dia 01/06/2012 08h35, à AUDIÊNCIA UNA relativa à reclamação trabalhista cuja cópia está à disposição do(a)s reclamado(a)s na Secretaria deste Juízo, sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3, SALA 327/328 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, onde deverão apresentar defesa (art. 846 - CLT). Deverão estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sob pena da Lei (art. 844 - CLT), sendo-lhe facultada a substituição prevista no parágrafo 1º do art. 843 consolidado.

As testemunhas deverão ser trazidas espontaneamente ou arroladas no prazo de 05(cinco)dias, antes da audiência, sob pena de preclusão.

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Edital

Processo Nº RT-792-67.2012.5.10.0021

Reclamante	Eliana Roberta da Silva
Advogado	Guilherme Ataide Jordão de Vasconcelos(OAB: null)
Reclamado	Visual Locação, Serviço, Construção Civil e Mineral Ltda.
Reclamado	Empresa Info-Key Comércio e Serviços Ltda.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO AUDIÊNCIA UNA

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 19/07/2012 09h15.

O(A) Juiz(a) do Trabalho MARTHA FRANCO DE AZEVEDO da 21ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Visual Locação, Serviço, Construção Civil e Mineral Ltda., a comparecer perante esta Vara do Trabalho, no dia 19/07/2012 09h15, à AUDIÊNCIA UNA relativa à reclamação trabalhista cuja

cópia está à disposição do(a) reclamado(a) na Secretaria deste Juízo, sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3, SALA 327/328 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, onde deverá apresentar defesa (art. 846 - CLT).

Deverá estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sob pena da Lei (art. 844 - CLT), sendo-lhe facultada a substituição prevista no parágrafo 1º do art. 843 consolidado.

As testemunhas deverão ser trazidas espontaneamente ou arroladas no prazo de 05(cinco)dias, antes da audiência, sob pena de preclusão.

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Edital

Processo Nº RT-1995-98.2011.5.10.0021

Reclamante	Ricardo Luiz da Conceição Bicalho
Advogado	SANDRO PEREIRA CARDOSO(OAB: null)
Reclamado	COBRAVE - Cooperativa Brasileira de Profissionais em Vendas Ltda.
Reclamado	Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.
Advogado	CAIO ANTONIO RIBAS DA SILVA PRADO(OAB: null)

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho MARTHA FRANCO DE AZEVEDO da 21ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADO o RECLAMADO COBRAVE - Cooperativa Brasileira de Profissionais em Vendas Ltda., para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito:

"Do exposto, REJEITO as preliminares de inépcia da inicial e ilegitimidade passiva, e no mérito JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS, para condenar a Reclamada COBRAVE ? COOPERATIVA BRASILEIRA DE PROFISSIONAIS EM VENDAS LTDA e subsidiariamente, o Reclamado CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEN ? ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA a pagarem ao Reclamante RICARDO LUIZ DA CONCEIÇÃO BICALHO, as parcelas constantes da fundamentação, a qual faz parte do presente Dispositivo. Liquidação por cálculos.

Custas no importe de R$ 180,00 (cento e oitenta reais) pelos Reclamados, calculadas sobre o valor provisoriamente arbitrado à condenação, no importe de R$ 9.000,00 (nove mil reais), que deverão ser recolhidas no prazo legal.

Os Reclamados deverão providenciar os recolhimentos previdenciários sobre as parcelas que integram o conceito de salário de contribuição: aviso prévio e 13º salário proporcional, com retenção da cota parte do empregado, sob pena de execução. Será observado o teor da Súmula 368, I, II e III, do C. TST. Observem-se ainda quanto ao IR as disposições da Instrução Normativa- RFB 1127/2011.

Anotem-se os dados do procurador do segundo Reclamado, conforme requerido à fl. 46.

Cientes as partes - úmula 197, do TST.

Intime-se a primeira Reclamada, por edital".

O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3, SALA 327/328 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, e para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Edital

Processo Nº RT-202600-31.2009.5.10.0021

Processo Nº RT-2026/2009-021-10-00.5

Reclamante	Ledia de Jesus Ferreira
Advogado	FRANCISCA RODRIGUES MORAIS(OAB: null)
Reclamado	Capital Empresa de Servicos Gerais Limitada

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho MARTHA FRANCO DE AZEVEDO da 21ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADO o RECLAMADO Capital Empresa de Servicos Gerais Limitada, para tomar ciência do DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito:

" Vistos.

Considerando os termos da petição do exequente à fl. 63, libero o crédito do exequente.

Expeça-se alvará para movimentação do depósito da fl. 50, da seguinte forma:

Conta n.º: 04931973-1; Valor: R$ 112,90.

01 - Liberar ao exequente e/ou a sua advogada Dr. FRANCISCA RODRIGUES MORAIS, OAB/DF nº 27921, conforme procuração da fl. 6 dos autos, o valor total da conta (valor do líquido do exequente).

Declaro extinta a execução.

Intimem-se as partes, sendo, ainda, o exequente para receber o alvará.

Decorrido o prazo e recebido o alvará, ao arquivo definitivo, com exclusão dos dados do BNDT.".

O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3, SALA 327/328 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, e para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Edital

Processo Nº RT-204600-04.2009.5.10.0021

Processo Nº RT-2046/2009-021-10-00.6

Reclamante	Ozenita Costa
Advogado	FRANCISCA RODRIGUES MORAIS(OAB: null)
Reclamado	Capital Empresa de Servicos Gerais Limitada

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O(A) Juiz(a) do Trabalho MARTHA FRANCO DE AZEVEDO da 21ª VARA DO

TRABALHO DE BRASÍLIA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que,

por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, fica INTIMADO o

RECLAMADO Capital Empresa de Servicos Gerais Limitada, para tomar ciência do

DESPACHO/DECISÃO proferido(a) nos autos e a seguir transcrito:

" Vistos.
Considerando os termos da petição do exequente à fl. 61, libero o crédito do exequente.
Expeça-se alvará para movimentação do depósito da fl. 48 , da seguinte forma:
Conta n.º: 04931972-3 ; Valor: R$ 840,68 .
01 - Liberar ao exequente e/ou a sua advogada Dra. FRANCISCA RODRIGUES MORAIS,
OAB/DF nº 27921, conforme procuração da fl. 6 dos autos, o valor total da conta (valor
do líquido do exequente).
Declaro extinta a execução.
Intimem-se as partes, sendo, ainda a exequente para receber o alvará.
Decorrido o prazo e recebido o alvará, ao arquivo definitivo, com exclusão dos dados do
BNDT.".
O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sito
na SEPN 513 BLOCO B LOTES 2/3, SALA 327/328 - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF, e para que
chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no
Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.
Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

VARA DO TRABALHO DO GAMA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-2-41.2011.5.10.0111

Reclamante	Eliane Fernandes de Sousa
Advogado	ANA PAULA PEREIRA DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	Radio Tropical Am Ltda
Advogado	AUGUSTO CÉSAR DE OLIVEIRA SAMPAIO(OAB: null)

"Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT).
Especificação do débito:
Total da execução R$ 929,58 Atualizado até: 30/04/2012
Liq. Exequente....: 906,91
Custas do Processo: 18,14
Custas Art.789....: 4,53
Cite-se o executado, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para pagamento do débito de R$ 929,58, valor atualizado até o dia 30/04/2012, em 48 horas, sob pena de penhora.
Gama, 30 de abril de 2012." Juiz do Trabalho LEADOR MACHADO

Despacho

Processo Nº RT-2-07.2012.5.10.0111

Reclamante	Wesley Luiz da Silva
Advogado	ROSIVAL GONÇALVES FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa de Transportes Alternativos do Recanto das Emas - Cooptarde
Advogado	DAVINO ALVES CAVALCANTE(OAB: null)

À reclamada: defiro prazo de 05 dias à parte reclamada para retirar, junto à Secretaria da Vara, a CTPS do reclamante, para que seja procedida a devida anotação de baixa. Juiz do Trabalho LEADOR MACHADO

Despacho

Processo Nº RT-328-98.2011.5.10.0111

Reclamante	Rivaldo Souza Rodrigues dos Santos
Advogado	ANA LUCIA AMARAL QUEIROZ(OAB: null)
Reclamado	Chales California e Lazer Ltda
Advogado	DANILO RINALDI DOS SANTOS JUNIOR(OAB: null)

"Converto em penhora a quantia bloqueada supra. Acerca da quantia bloqueada de R$1.000,00, o executado, Chales Califórnia e Lazer Ltda, prazo de 5 dias." Juiz do Trabalho LEADOR MACHADO

Despacho

Processo Nº RT-341-97.2011.5.10.0111

Reclamante	Izete Francisco dos Santos
Advogado	ALMIRO CARDOSO FARIAS JÚNIOR(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa de Transportes do Distrito Federal
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)

Às partes :"A reclamada depositou nos autos a quantia de R$ 5.926,76 correspondente a 30% do valor devido e propôs o parcelamento do remanescente em 6 vezes, com vencimento no dia 15 de cada mês. Instada a se manifestar, a reclamante aceitou a proposta "desde que haja atualização com juros e correção monetária ao final". Conforme atualização realizada pela Secretaria da Vara, com dedução da importância depositada (fl.227) restou o débito líquido de R$ 10.137,61. Este valor dividido em 6 parcelas, como requerido, equivale a R$ 1.689,60.HOMOLOGO o acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Excetuam-se, todavia, os créditos da União (contribuições fiscais e previdenciárias). Nesse sentido, o parágrafo 6º do Artigo 832 da CLT - acrescido pela Lei 11.457/2007 - e nova redação do Parágrafo Único do Artigo 876 da CLT, com origem no mesmo diploma legal, dispondo, respectivamente que "O acordo celebrado após o trânsito em julgado da sentença ou após a elaboração dos cálculos de liquidação de sentença não prejudicará os créditos da União"..... Tais valores deverão ser recolhidos e comprovados até 30 (trinta) dias após o pagamento da última parcela (15 de outubro) sob pena de prosseguimento da execução, nesse particular. Libere-se ao reclamante o valor depositado. Intimem-se as partes e aguarde-se o cumprimento do acordo.

Despacho

Processo Nº RT-405-10.2011.5.10.0111

Reclamante	Lucinalva Riques Nunes
Advogado	PAULO ROBERTO BESERRA DE LIMA(OAB: null)
Reclamado	Fernanda da Silva Pereira Marinho Cia Ltda Me Panificadora e Confeitaria Bom Pao
Advogado	MARIA DE LOURDES MONTEIRO DE SOUSA(OAB: null)

Despacho à Reclamada: "Intime-se a Reclamada para trazer aos autos comprovante de pagamento das contribuições previdenciárias, sob pena de conversão em indenização e execução pela Secretaria da Vara. Prazo 10 dias".

Despacho

Processo Nº RT-551-51.2011.5.10.0111

Reclamante	Everaldo Novaes de Macedo
Advogado	ALESSANDRA BARBOZA(OAB: null)

Reclamado	Veronica Oliveira Vieira Me (Pizzaria Venezza) (novo endereço da proprietária)
Advogado	LUCIMAR ANTONIA DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Célio Alves de Oliveira - ME

DESPACHO DE FLS.86 À RECLAMADA "Vistos,etc. A CEF para colocar à disposição do uízo a quantia objeto de bloqueio . Converto em penhora os valores bloqueadosàs fls. 81 no importe de R$1.377,32 em conta de titularidade do excutado". Dr. Leador Machado Juiz do Trabalho do Gama-DF.

Despacho

Processo Nº RT-589-63.2011.5.10.0111

Reclamante	Caio Jose de Carvalho Filho
Advogado	SANDRO PEREIRA DE CASTRO(OAB: null)
Reclamado	Destak Engenharia e Servicos Gerais Ltda
Reclamado	Brasal Incorporacoes e Construcoes de Imoveis Ltda

Ao reclamante: Intime-se o reclamante para indicar o atual paradeiro da reclamada BRASAL INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES DE IMÓVEIS LTDA, prazo de 5 dias.

Despacho

Processo Nº RT-633-19.2010.5.10.0111

Reclamante	Alessandro Francisco de Assis
Advogado	SANDRO PEREIRA DE CASTRO(OAB: null)
Reclamado	Collossal do Brasil Servicos Ltda Epp
Reclamado	Collossal do Brasil Vigilancia Ltda Epp
Reclamado	Brookfield Mb Empreendimentos Imobiliarios S.A.
Advogado	DIOGO FONSECA SANTOS KUTIANSKI(OAB: null)

"Conforme certidão supra o reclamante não trouxe ao autos comprovantes de pagamento não permitindo assim aferir o prejuízo alegado. Logo julgo extinta a execução nos termos do artigo 794 do CPC. Intime-se as partes, 8 dias. Decorrido esse prazo sem manifestação arquivem-se os autos." Juiz do Trabalho LEADOR MACHADO

Despacho

Processo Nº RT-729-97.2011.5.10.0111

Reclamante	Lenice de Jesus Rocha
Advogado	ALMIRO CARDOSO FARIAS JÚNIOR(OAB: null)
Reclamado	Comercial de Alimentos Rapha Ltda - Epp - Supermercado Mais Economico
Advogado	GERALDO RAFAEL DA SILVA JUNIOR(OAB: null)

À reclamada:Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT).Especificação do débito:Total da execução R$ 928,07 Atualizado até: 30/04/2012 INSS Terceiros....: 234,17 INSS Pacto Laboral: 693,90 Cite-se o executado, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para pagamento do débito de R$ 928,07, valor atualizado até o dia 30/04/2012, em 48 horas, sob pena de penhora.

Despacho

Processo Nº RT-757-65.2011.5.10.0111

Reclamante	Nailton Cavalcante da Silva
Advogado	JOÃO BRAGA DE LIMA(OAB: null)
Reclamado	União do planalto Central Ltda
Advogado	RUBENS MARCIAL FERREIRA DOS SANTOS(OAB: null)

Despacho à executada:"Vistos. Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT).

Especificação do débito:

Total da execução R$ 17.250,58 Atualizado até: 30/04/2012 Liq. Exequente....: 9.799,86 INSS Reclamante...: 451,87 INSS Reclamado....: 1.626,70 INSS Terceiros....: 366,02 INSS SAT.....: 244,01 Custas do Processo: 205,03 Custas Art.789....: 51,26 Hon. Advocaticio..: 4.505,83 Cite-se o executado, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para pagamento do débito de R$ 17.250,58, valor atualizado até o dia 30/04/2012, em 48 horas, sob pena de penhora."

Despacho

Processo Nº RT-762-87.2011.5.10.0111

Reclamante	Ronaldo Nascimento dos Santos
Advogado	CRISTIANE AIRES DO RÊGO(OAB: null)
Reclamado	Jc da Silva Dedetização Me
Advogado	GUSTAVO TRINDADE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	P B Transporte e Desentupidora Ltda Me

"Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT).

Especificação do débito:

Total da execução R$ 2.141,46 Atualizado até: 30/04/2012

INSS Terceiros....: 346,94

INSS Pacto Laboral: 1.794,52

Cite-se o executado, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para pagamento do débito de R$ 2.141,46, valor atualizado até o dia 30/04/2012, em 48 horas, sob pena de penhora.

Gama, 30 de abril de 2012." Juiz do Trabalho LEADOR MACHADO

Despacho

Processo Nº RT-771-49.2011.5.10.0111

Reclamante	Clovis Mangueira de Souza
Advogado	MÁRIO HENRIQUE DE MELO VELÔSO(OAB: null)
Reclamado	Cooptarde
Advogado	MARCUS AURÉLIO BESSA VIEIRA(OAB: null)

Despacho à executada:"Vistos. Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT).

Especificação do débito:

Total da execução R$ 566,98 Atualizado até: 30/04/2012 INSS Terceiros....: 143,07 INSS Pacto Laboral: 423,91 Cite-se o executado, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para pagamento do débito de R$ 566,98, valor atualizado até o dia 30/04/2012, em 48 horas, sob pena de penhora."

Despacho

Processo Nº RT-820-27.2010.5.10.0111

Reclamante	Juliana Kelly Rodrigues de Sousa

Advogado	JUDSON DE ARAÚJO GURGEL(OAB: null)
Reclamado	Coobrataete - Cooperativa Brasiliense de Transportes Autonomos, Escolares, Turismo e Especiais do Distrito Federal

à reclamante : "Intime-se a reclamante para indicar os meios para prosseguimento da penhora, prazo de 10 dias. Decorrido o prazo sem manifestação, arquivem-se provisoriamente os autos, diante da absoluta impossibilidade andamento da execução".

Despacho

Processo Nº RT-826-97.2011.5.10.0111

Reclamante	Maria Jose dos Santos
Advogado	ROGERIO ALVES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Supermercado e Panificadora Shalon Ltda
Advogado	LUIZ GUSTAVO VISENTIN(OAB: null)
Reclamado	Wagner Dourado de Azevedo
Reclamado	Jacqueline Fernandes de Miranda Dourado

Despacho à executada:"Converto em penhora a importância bloqueada de R$ 2.500,88 de titularidade do executado supra. Intime-se a executada."

Despacho

Processo Nº RT-913-53.2011.5.10.0111

Reclamante	Samuel Correia da Silva
Advogado	DANILO RINALDI DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Carvalho Morais Construcao e Reforma Ltda Me
Reclamado	Brookfield Incorporacoes S.A.
Advogado	ANDRÉ TOLEDO DE ALMEIDA(OAB: null)

"1- Frustado o pagamento do crédito da reclamante pela devedora principal, chamo a segunda reclamada para efetuar o pagamento prazo de 48 horas CITE-SE por meio de seu patrono informando o valor atualizado.DÉBITO R$13.066,59" Juiz do Trabalho LEADOR MACHADO

Despacho

Processo Nº RT-917-90.2011.5.10.0111

Reclamante	Raimundo Jose de Sousa
Advogado	DANILO RINALDI DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Carvalho Morais Construcao e Reforma Ltda Me
Reclamado	Brookfield Incorporacoes S.A.
Advogado	ANDRÉ TOLEDO DE ALMEIDA(OAB: null)

"1- Frustado o pagamento do crédito da reclamante pela devedora principal, chamo a segunda reclamada para efetuar o pagamento prazo de 48 horas CITE-SE por meio de seu patrono informando o valor atualizado. DÉBITO R$18.867,21" Juiz do Trabalho LEADOR MACHADO

Despacho

Processo Nº RT-922-15.2011.5.10.0111

Reclamante	Rita Silva de Santana
Advogado	GERALDO ILTAMAR MADUREIRA(OAB: null)
Reclamado	Sociedade Esportiva do Gama Ltda
Advogado	DANILO RINALDI DOS SANTOS JUNIOR(OAB: null)

"Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT).

Especificação do débito:

Total da execução R$ 566,98 Atualizado até: 30/04/2012

INSS Terceiros....: 143,07

INSS Pacto Laboral: 423,91

Cite-se o executado, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para pagamento do débito de R$ 566,98, valor atualizado até o dia 30/04/2012, em 48 horas, sob pena de penhora. Gama, 30 de abril de 2012."

Despacho

Processo Nº RT-926-52.2011.5.10.0111

Reclamante	Everton Vinicius Rodrigues de Souza
Advogado	GERALDO ILTAMAR MADUREIRA(OAB: null)
Reclamado	Sociedade Esportiva do Gama Ltda
Advogado	DANILO RINALDI DOS SANTOS JUNIOR(OAB: null)

Despacho à executada:"Vistos. Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT).

Especificação do débito:

Total da execução R$ 566,98 Atualizado até: 30/04/2012 INSS Terceiros....: 143,07 INSS Pacto Laboral: 423,91 Cite-se o executado, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para pagamento do débito de R$ 566,98, valor atualizado até o dia 30/04/2012, em 48 horas, sob pena de penhora."

Despacho

Processo Nº RT-929-07.2011.5.10.0111

Reclamante	Nivia Maria Vieira da Costa
Advogado	GERALDO ILTAMAR MADUREIRA(OAB: null)
Reclamado	Sociedade Esportiva do Gama
Advogado	DANILO RINALDI DOS SANTOS JUNIOR(OAB: null)

À reclamada:Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT). Especificação do débito:Total da execução R$ 928,07 Atualizado até: 30/04/2012 INSS Terceiros....: 234,17 INSS Pacto Laboral: 693,90 Cite-se o executado, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para pagamento do débito de R$ 928,07, valor atualizado até o dia 30/04/2012, em 48 horas, sob pena de penhora.

Despacho

Processo Nº RT-944-10.2010.5.10.0111

Reclamante	Giovane Dias Vaz
Advogado	PAULO SÉRGIO SANTOS PANTOJA JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Melhor Posto de Combustíveis Ltda
Advogado	MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA(OAB: null)

Despacho à reclamada:"Cite-se a executada, na pessoa de seu procurador, via Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico (artigo 880 da CLT c/c art. 652, § 4º do CPC) para, no prazo de 48 horas, providenciar o pagamento das contribuições previdenciárias de R$ 2.400,00, sob pena de penhora."

Despacho

Processo Nº RT-1046-95.2011.5.10.0111

Reclamante	Nilma de Jesus Souza

Advogado	CRISTIANE AIRES DO RÊGO(OAB: null)
Reclamado	Antônio Ribeiro Melo

Despacho à Reclamante: "Vistos etc. Tendo em vista que o Mandado de Intimação foi devolvido sem cumprimento (fl.26), intime-se a Reclamante para fornecer endereço do Reclamado, bem como para requerer o que achar de direito. Prazo 10 dias".

Despacho

Processo Nº RT-17400-40.2007.5.10.0111

Processo Nº RT-174/2007-111-10-00.4

Reclamante	Maria Aparecida Falcão Campos
Advogado	CRISTIANE AIRES DO RÊGO(OAB: null)
Reclamado	Toca do Coelho Pizzaria (Neuza Monteiro Coelho)
Advogado	NILZA MARIA DE SOUZA MATOS(OAB: null)
Reclamado	Neuza Monteiro Coelho

À reclamante:Todas as diligência possíveis foram empreendida em prol da execução, sem êxito. À fl. 123 o Oficial de Justiça noticia que ficou "impossibilitado de proceder à Penhora e Avaliação" posto que acessara a residência onde constatou a inexistência de bens possíveis de penhora, senão fogão, geladeira, sofá, cama, estande e armários. Portanto bens singelos para guarnecer minimamente a residência.Logo, intime-se a reclamante para impulsionar o andamento da execução, prazo de 10 dias. Decorrido esse prazo sem qualquer manifestação, arquivem-se provisoriamente os autos.

Despacho

Processo Nº RT-24300-73.2006.5.10.0111

Processo Nº RT-243/2006-111-10-00.9

Reclamante	Raimundo Nonato Paiva Valério
Advogado	MANOEL PINHEIRO FILHO(OAB: null)
Reclamado	Bar Bom Demais

Ao reclamante:"Execução iniciada em 15 de março de 2007 Conforme consta dos autos, o reclamante não identificou o devedor suficientemente para possibilitar o início da execução. Nesse sentido o Juízo emprestou todos os seus esforços, eis que infrutíferas as diligências empreendidas. BAR BOM DEMAIS inexiste nos órgãos do Estado (Receita Federal, Infoseg e Renajud). Instada a se manifestar acerca do despacho de fl.104, a reclamante até a presente data não apontou nenhuma diretriz para suprir essa necessidade, silêncio que empregou durante todo o curso do processo, não seja pedidos de suspensão com prazos dilatados e de arquivamento provisório dos autos, sem qualquer resultado prático. Não há como prosseguir na execução sem identificação do devedor.Assim, nos termos do Art. 267, II e III, do CPC, extingue-se o processo, sem resolução de mérito.Intime-se a autora. Decorrido in albis o prazo para eventual manifestação, arquivem-se os autos

Despacho

Processo Nº RT-57300-59.2009.5.10.0111

Processo Nº RT-573/2009-111-10-00.7

Reclamante	Jefferson de Amorim Peixoto
Advogado	CRISTIANE AIRES DO RÊGO(OAB: null)
Reclamado	WL Sistema de Segurança Ltda
Advogado	ALDENOR FERREIRA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Marília Ferreira de Sousa
Reclamado	Ione Ferreira de Almeida
Advogado	ALDENOR FERREIRA DA SILVA(OAB: null)

Vistos etc. Considerando a certidão acima, intime-se o Reclamado para comprovar nos autos, em 5 dias, o pagamento das contribuições previdenciárias e as custas processuais, sob pena de imediata execução e demais cominações legais.

Despacho

Processo Nº RT-69600-53.2009.5.10.0111

Processo Nº RT-696/2009-111-10-00.8

Exequente	Gedeon Dias Pereira
Advogado	JONAS RODRIGUES DE SOUZA(OAB: null)
Executado	Metalurgica GSM Ltda ME
Executado	Alexandre Coriolano Murillo Betioli
Executado	Gedeon de Souza Machado
Executado	Marcelo Melo Machado

Despacho ao exequente:"Tendo em vista que as medidas de execução restaram infrutíferas, intime-se o exequente para indicar as diretrizes hábeis ao prosseguimento da execução ou requerer o que entender de direito, no prazo de 30 dias."

Despacho

Processo Nº RT-78200-63.2009.5.10.0111

Processo Nº RT-782/2009-111-10-00.0

Reclamante	Abílio Virgilio Diogo
Advogado	IVAI ABIMAEL MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Grafica e Editora Brasil Ltda
Advogado	THIAGO DINIZ SEIXAS(OAB: null)

Ao reclamante: o reclamante deverá comparecer à Secretaria da Vara para retirada de sua CTPS e demais documentos (FGTS, SD)no prazo de 05 dias. (incisos XV, XVI do art. 26 do Provimento Geral Consolidado TRT 10ª REGIÃO).

Edital

VARA DO TRABALHO DO GAMA/DF

QUADRA 02 CONJUNTO A LOTE 20 - SETOR SUL

CEP 72.415-100 - GAMA/DF

e-mail: svt01.gama@trt10.jus.br - Telefone: 35564096

Atendimento ao público das 9 às 18 horas

PROCESSO Nº.0000301-81-2012.5.10.0111

RECLAMANTE: Francisco Gonçalves CPF: 857.434.021-

RECLAMADO: Francis Douglas de São CPF/CNPJ:11.065.5

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO AUDIÊNCIA UNA-PJe -JT

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 31/05/2012 14h50.

O(A) Juiz(a) do Trabalho LEADOR MACHADO da VARA DO TRABALHO DO GAMA/DF no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Frigorifico Santa Fé, a comparecer perante esta Vara do Trabalho, no dia 31/05/2012 14h50, à AUDIÊNCIA UNA relativa à reclamação trabalhista cuja cópia está à disposição do(a) reclamado(a) na Secretaria deste Juízo, sito na QUADRA 02 CONJUNTO A LOTE 20 - SETOR SUL - GAMA/DF, onde deverá apresentar defesa (art. 846 - CLT). Deverá estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sob pena da Lei (art. 844 - CLT), sendo-lhe facultada a substituição prevista no parágrafo 1º do art. 843 consolidado. Audiência UNA (PORTARIA nº 001/2005). O processo tramitará eletronicamente. Em caso de dúvida, a parte poderá consultar a Portaria PRE/SGJUD Nº 1/2012, do TRT 10ª Região. O Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado pelo(a) Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Gama, 19 de abril de 2012.

JOSÉ RIBAMAR ROCHA

Diretor(a) de Secretaria

Edital

Processo Nº RT-222-39.2011.5.10.0111

Reclamante	Claudio Fagundes Nogueira
Advogado	SANDRO PEREIRA DE CASTRO(OAB: null)
Reclamado	Manza Construtora Ambientes Planejados Ltda-Me
Advogado	FERNANDA VIEIRA MATOS DE ALBUQUERQUE(OAB: null)
Reclamado	Brookfield Mb Empreendimentos Imobiliarios S.A.
Advogado	DIOGO FONSECA SANTOS KUTIANSKI(OAB: null)
Reclamado	Jose Carlos Vital
Reclamado	Ulisses Weslei de Freitas Vital

EDITAL DE CITAÇÃO

O Doutor LEADOR MACHADO, Juiz da Vara do Trabalho do Gama-DF, na forma da lei, etc. FAZ SABER, a todos quantos virem o presente EDITAL ou dele conhecimento tiverem que, pelo presente instrumento, fica o Executado JOSÉ CARLOS VIDAL, com endereço em local incerto e não sabido, CITADO para, em 48 horas, pagar a quantia de R$ 3.645,40 (Três mil seissentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos), referente ao débito trabalhista constante dos autos do processo supra. O Executado deverá comparecer perante este Juízo, sito à Quadra 02 conjunto A lote 20 Setor Sul/Gama-DF, para retirada das guias de pagamento ou oferecer bens a penhora. Para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente, que será publicado pela Imprensa Oficial, e ainda, afixado no local de costume na sede desta Vara. Eu,José Ribamar Rocha, Diretor de Secretaria, o subscrevi aos 2, MAIO de 2012. LEADOR MACHADO, Juiz do Trabalho.

Edital

Processo Nº RT-716-98.2011.5.10.0111

Reclamante	Wilamy de Sousa Valles
Advogado	CRISTIANE AIRES DO RÊGO(OAB: null)
Reclamado	Martegran - Mármore e Granito - Sr. Julio Barros

EDITAL DE CITAÇÃO

O Doutor LEADOR MACHADO, Juiz da Vara do Trabalho do Gama-DF, na forma da lei, etc. FAZ SABER, a todos quantos virem o presente EDITAL ou dele conhecimento tiverem que, pelo presente instrumento, fica o Executado Martegran - Mármore e Granito - Sr. Julio Barros , com endereço em local incerto e não sabido, CITADO para, em 48 horas, pagar a quantia de R$ 18.635,57 (Dezoito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), referente ao débito trabalhista constante dos autos do processo supra. O Executado deverá comparecer perante este Juízo, sito à Quadra 02 conjunto A lote 20 Setor Sul/Gama-DF, para retirada das guias de pagamento ou oferecer bens a penhora. Para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente, que será publicado pela Imprensa Oficial, e ainda, afixado no local de costume na sede desta Vara. Eu,José Ribamar Rocha, Diretor de Secretaria, o subscrevi aos 30, ABRIL de 2012. LEADOR MACHADO, Juiz do Trabalho.

Edital

Processo Nº RT-736-89.2011.5.10.0111

Reclamante	Romilson Nunes Gurgel
Advogado	SANDRO PEREIRA DE CASTRO(OAB: null)
Reclamado	Granitos Marmores Triangulo Ltda Me

EDITAL DE CITAÇÃO

O Doutor LEADOR MACHADO, Juiz da Vara do Trabalho do Gama-DF, na forma da lei, etc. FAZ SABER, a todos quantos virem o presente EDITAL ou dele conhecimento tiverem que, pelo presente instrumento, fica o Executado Granitos & Marmores Triangulo Ltda Me , com endereço em local incerto e não sabido, CITADO para, em 48 horas, pagar a quantia de R$ 20.219,78 (Vinte mil, duzentos e dezenove reais e setenta e oito centavos), referente ao débito trabalhista constante dos autos do processo supra. O Executado deverá comparecer perante este Juízo, sito à Quadra 02 conjunto A lote 20 Setor Sul/Gama-DF, para retirada das guias de pagamento ou oferecer bens a penhora. Para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente, que será publicado pela Imprensa Oficial, e ainda, afixado no local de costume na sede desta Vara. Eu,José Ribamar Rocha, Diretor de Secretaria, o subscrevi aos 30, ABRIL de 2012. LEADOR MACHADO, Juiz do Trabalho.

Edital

Processo Nº RT-1117-97.2011.5.10.0111

Reclamante	Dirce Guimaraes Santos de Souza

Advogado	CRISTIANE AIRES DO RÊGO(OAB: null)
Reclamado	José de Souza Isaque

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO

O Dr. LEADOR MACHADO, Juiz da Vara do Trabalho do Gama/DF, na forma da lei, etc, FAZ SABER, a todos quantos virem o presente EDITAL ou dele conhecimento tiverem que, pelo presente instrumento, fica o reclamado, José de Souza Isaque sito em local incerto e não sabido, INTIMADO da Decisão de fls.20/21:

"II - DISPOSITIVO

Ante o exposto, nos autos supra e nos termos da fundamentação, declaro o reclamado revel e confesso com relação à matéria fática e julgo PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para condenar o reclamado na obrigação de fazer consistente nas anotações da CTPS da parte autora, com data de admissão em 26.06.2009 e rescisão em 14.01.2010, com a projeção do aviso prévio, e na obrigação de pagar à mesma, em 48 (quarenta e oito) horas: salário atrasado (R$ 465,00); saldo de salário (R$ 217,00); aviso prévio (R$ 465,00); férias proporcionais mais terço (R$ 352,63); 13º salário proporcional (R$ 232,50); FGTS (R$ 223,20); multa de 40% do FGTS (R$ 89,28); multa do art. 467 (R$ 1.022,16 e 477 (R$ 465,00) da CLT.

Resolvido está o mérito da demanda (art. 269, I, do CPC).

Os recolhimentos previdenciários - excetuando sua incidência sobre as parcelas previstas no art. 28, § 9º, alíneas "a" a "x" da Lei nº 8.212/91) - vinculados ao trabalhador através de NIT, deverão ser comprovados nos autos no prazo de 48 horas, sob penas de serem convertidos em indenização e execução.

A faixa salarial em questão está isenta de imposto de renda.

Não pagando a reclamada os valores no prazo indicado, deverá, em cinco dias, indicar bens suficientes para honrar o valor devido à parte reclamante, considerando-se a inércia ato atentatório à dignidade da justiça, o que fará incidir multa de 20% sobre o valor liquidado (art. 832, § 1º, CLT e 600-1, CPC).

As citações serão processadas na pessoa dos advogados das partes via DEJT (art. 832, § 2º, CLT; 236-7 e 475-J, § 1º, CPC c/c art. 5º, LXXVII, CF).

Custas pela reclamada no importe de R$ 70,63, calculados sobre R$ 3.531,50, valor dado à causa.

Na mesma assentada perguntou-se aos presentes se tinham dúvida, omissão ou contradição a ser suscitada. Diante da negativa deu-se por precluso o prazo para oposição de embargos declaratórios.

Parte reclamante intimada (Súmula 197/TST).

Intime-se a reclamada." Para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente, que será publicado pela Imprensa Oficial e, ainda, afixado no local de costume, na sede desta Vara. Eu,José Ribamar Rocha, Diretor de Secretaria, subscrevi o presente aos 2, MAIO de 2012. LEADOR MACHADO, Juiz da Vara do Trabalho do Gama/DF.

1ª VARA DO TRABALHO DE TAGUATINGA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-226-09.2011.5.10.0101

Reclamante	Dilma Aparecida dos Reis Dias
Advogado	IZABEL CRISTINA DINIZ VIANA(OAB: null)
Reclamado	Oasis Empresa Fotografica Ltda
Advogado	JULIANO TORRANO PARREIRA(OAB: null)

Determino ao Banco do Brasil efetuar a movimentação abaixo, utilizando para tal o numerário existente na conta judicial de número 4200-3800107832976 nos seguintes PERCENTUAIS para recolhimentos e LIBERAÇÃO:

INSS Reclamante...:.... (8,18%)

INSS Reclamado+SAT: (22,49%)

INSS Terceiros....: .... (5,93%)

Custas do Processo: .(9,53%)

Custas Art.789....: ..... (0,30%)

Liberar o saldo remanescente à exequente nos termos do item abaixo.

OBSERVAÇÕES:

1) O crédito líquido do exequente deverá ser liberado ao(à) Dr(a). IZABEL CRISTINA DINIZ VIANA, OAB Nº 29587/DF, CPF Nº 85594075100;

2) INSS empregado - recolher no código 1708;

3) INSS empregador, pacto e SAT - recolher no código 2909;

4) INSS terceiros - recolher no código 2917;

5) Custas - recolher em guia GRU, no código 18740-2;

6) Zerar a referida conta.

O banco deverá comprovar a movimentação no prazo de 10 (dez) dias.

Cumpra-se na forma da Lei.

Declaro extinta a execução.

Intimem-se as partes.

Decorrido o prazo e comprovados os recolhimentos, ao arquivo definitivo.

Por medida de celeridade e economia processual, o presente despacho será expedido em duas vias e terá força de alvará.

Taguatinga, 16 de abril de 2012.

JOÃO BATISTA CRUZ DE ALMEIDA
Juiz do Trabalho

Juiz do Trabalho JOÃO BATISTA CRUZ DE ALMEIDA

Despacho

Processo Nº RT-916-04.2012.5.10.0101

Reclamante	Josineuma Francisca Batista
Advogado	WILSON BORGES JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Flesh Modas Ltda (Polyelle Calçados)
Reclamado	Mezzon Calçados Ltda (Polyelle Calçados)
Reclamado	Red Comercial de Calçados Ltda (Polyelle Calçados)

De ordem, e com fundamento no § 4º do art. 162 do CPC, combinado com o inciso II do artigo 23 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, comunico ao (à) Reclamante que o presente feito foi incluído na pauta do dia 18/05/2012 16.50 Devendo a parte comparecer sob as penas do artigo 844 da CLT. Audiência fracionada.

Ainda de ordem do M.M Juiz Osvani Soares Dias, intime-se o reclamante para informar, no dia da audiência designada, o número do PIS do (a) autor (a) e o CNPJ do (a) reclamado (a). Juiz do Trabalho OSVANI SOARES DIAS

Despacho

Processo Nº RT-917-86.2012.5.10.0101

Reclamante	Maria Helena Jardim Ribeiro
Advogado	KELLY KARYNNE COSTA AMORIM(OAB: null)
Reclamado	Telecel - Tim

De ordem, e com fundamento no § 4º do art. 162 do CPC,

combinado com o inciso II do artigo 23 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, comunico ao (à) Reclamante que o presente feito foi incluído na pauta do dia 18/05/2012 17:00 Devendo a parte comparecer sob as penas do artigo 844 da CLT. Audiência fracionada.

Ainda de ordem do M.M Juiz Osvani Soares Dias, intime-se o reclamante para informar, no dia da audiência designada, o número do PIS do (a) autor (a) e o CNPJ do (a) reclamado (a).

Juiz do Trabalho OSVANI SOARES DIAS

Despacho

Processo Nº RT-918-71.2012.5.10.0101

Reclamante	Maria Suely de Moura
Advogado	KELLY KARYNNE COSTA AMORIM(OAB: null)
Reclamado	Gabriela Barbosa Rego da Silva Lanchonete Me

De ordem, e com fundamento no § 4º do art. 162 do CPC, combinado com o inciso II do artigo 23 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, comunico ao (à) Reclamante que o presente feito foi incluído na pauta do dia 18/05/2012 17:05. Devendo a parte comparecer sob as penas do artigo 844 da CLT. Audiência fracionada.

Ainda de ordem do M.M Juiz Osvani Soares Dias, intime-se o reclamante para informar, no dia da audiência designada, o número do PIS do (a) autor (a) e o CNPJ do (a) reclamado (a). Juiz do Trabalho OSVANI SOARES DIAS

Despacho

Processo Nº RT-919-56.2012.5.10.0101

Reclamante	Deivison Santos de Oliveira
Advogado	THIAGO JANUÁRIO DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Nacantina Alimentos Ltda

De ordem, e com fundamento no § 4º do art. 162 do CPC, combinado com o inciso II do artigo 23 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, comunico ao (à) Reclamante que o presente feito foi incluído na pauta do dia 18/05/2012 17:10. Devendo a parte comparecer sob as penas do artigo 844 da CLT. Audiência fracionada.

Ainda de ordem do M.M Juiz Osvani Soares Dias, intime-se o reclamante para informar, no dia da audiência designada, o número do PIS do (a) autor (a) e o CNPJ do (a) reclamado (a). Juiz do Trabalho OSVANI SOARES DIAS

Despacho

Processo Nº RT-920-41.2012.5.10.0101

Reclamante	Jose Ferreira de Cristo
Advogado	THIAGO JANUÁRIO DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Jr R - Construtora Ltda - EPP
Reclamado	Paulo Octavio Investimentos Imobiliários Ltda

De ordem, e com fundamento no § 4º do art. 162 do CPC, combinado com o inciso II do artigo 23 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, comunico ao (à) Reclamante que o presente feito foi incluído na pauta do dia 18/05/2012 17:15. Devendo a parte comparecer sob as penas do artigo 844 da CLT. Audiência fracionada.

Ainda de ordem do M.M Juiz Osvani Soares Dias, intime-se o reclamante para informar, no dia da audiência designada, o número do PIS do (a) autor (a) e o CNPJ do (a) reclamado (a). Juiz do Trabalho OSVANI SOARES DIAS

Despacho

Processo Nº RT-921-26.2012.5.10.0101

Reclamante	Maria Betania Santana Santos
Advogado	THIAGO JANUÁRIO DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Vanity Cosméticos Ltda

De ordem, e com fundamento no § 4º do art. 162 do CPC, combinado com o inciso II do artigo 23 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, comunico ao (à) Reclamante que o presente feito foi incluído na pauta do dia 18/05/2012 17:20. Devendo a parte comparecer sob as penas do artigo 844 da CLT. Audiência fracionada.

Ainda de ordem do M.M Juiz Osvani Soares Dias, intime-se o reclamante para informar, no dia da audiência designada, o número do PIS do (a) autor (a) e o CNPJ do (a) reclamado (a). Juiz do Trabalho OSVANI SOARES DIAS

Despacho

Processo Nº RT-922-11.2012.5.10.0101

Reclamante	Cicero Trigueiro de Abrantes
Advogado	THIAGO JANUÁRIO DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Theet Construtora Ltda - Me
Reclamado	Jc Gontijo Engenharia

De ordem, e com fundamento no § 4º do art. 162 do CPC, combinado com o inciso II do artigo 23 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, comunico ao (à) Reclamante que o presente feito foi incluído na pauta do dia 18/05/2012 17:25. Devendo a parte comparecer sob as penas do artigo 844 da CLT. Audiência fracionada.

Ainda de ordem do M.M Juiz Osvani Soares Dias, intime-se o reclamante para informar, no dia da audiência designada, o número do PIS do (a) autor (a) e o CNPJ do (a) reclamado (a). Juiz do Trabalho OSVANI SOARES DIAS

Despacho

Processo Nº RT-923-93.2012.5.10.0101

Reclamante	Priscila Rodrigues Fernandes Alves
Advogado	THIAGO JANUÁRIO DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Bizu Artigos Militares e Taticos (n/p Israel Alessandro Araújo Rocha)

"De ordem, e com fundamento no § 4º do art. 162 do CPC, combinado com o inciso II do artigo 23 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, comunico ao (à) Reclamante que o presente feito foi incluído na pauta do dia 25/05/2012 09:30. Devendo a parte comparecer sob as penas do artigo 844 da CLT. Audiência fracionada.

Ainda de ordem do M.M Juiz Osvani Soares Dias, intime-se o reclamante para informar, no dia da audiência designada, o número do PIS do (a) autor (a) e o CNPJ do (a) reclamado (a)." Juiz do Trabalho OSVANI SOARES DIAS

Despacho

Processo Nº RT-924-78.2012.5.10.0101

Reclamante	Viviane Pereira da Silva
Advogado	WILSON BORGES JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Limite Calçados Ltda (Polyelle Calçados)
Reclamado	Estrategia Calçados Ltda (Polyelle Calçados)
Reclamado	Uno Calçados Ltda (Via Uno Polyelle Calçados)
Reclamado	Red Comercial de Calçados Ltda (Polyelle Calçados)

De ordem, e com fundamento no § 4º do art. 162 do CPC, combinado com o inciso II do artigo 23 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, comunico ao (à) Reclamante que o presente feito foi incluído na pauta do dia 18/05/2012 17:30

Devendo a parte comparecer sob as penas do artigo 844 da CLT. Audiência fracionada.
Ainda de ordem do M.M Juiz Osvani Soares Dias, intime-se o reclamante para informar, no dia da audiência designada, o número do PIS do (a) autor (a) e o CNPJ do (a) reclamado (a). Juiz do Trabalho OSVANI SOARES DIAS

Despacho

Processo Nº RT-926-48.2012.5.10.0101

Reclamante	Francisco Breno do Nascimento Bezerra
Advogado	JULIO CESAR DA SILVA ALVES(OAB: null)
Reclamado	Brookfield Empreendimentos Imobiliarios S.A
Reclamado	Fort Administração e Serviços Especializados Ltda- ME.

"De ordem, e com fundamento no § 4º do art. 162 do CPC, combinado com o inciso II do artigo 23 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, comunico ao (à) Reclamante que o presente feito foi incluído na pauta do dia 25/05/2012 09:50. Devendo a parte comparecer sob as penas do artigo 844 da CLT. Audiência fracionada.
Ainda de ordem do M.M Juiz Osvani Soares Dias, intime-se o reclamante para informar, no dia da audiência designada, o número do PIS do (a) autor (a) e o CNPJ do (a) primeiro (a) reclamado (a)." Juiz do Trabalho OSVANI SOARES DIAS

Despacho

Processo Nº RT-927-33.2012.5.10.0101

Reclamante	Admilson Freire Coelho
Advogado	MILTON SOARES DE MELO(OAB: null)
Reclamado	Elccom Engenharia Ltda

"De ordem, e com fundamento no § 4º do art. 162 do CPC, combinado com o inciso II do artigo 23 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, comunico ao (à) Reclamante que o presente feito foi incluído na pauta do dia 25/05/2012 11:15. Devendo a parte comparecer sob as penas do artigo 844 da CLT. Audiência fracionada.
Ainda de ordem do M.M Juiz Osvani Soares Dias, intime-se o reclamante para informar, no dia da audiência designada, o número do PIS do (a) autor (a)." Juiz do Trabalho OSVANI SOARES DIAS

Despacho

Processo Nº RT-928-18.2012.5.10.0101

Reclamante	Claudinei do Nascimento Bernardes
Advogado	ELDRO ANTONIO DE ARAUJO RANGEL CAMPANTE(OAB: null)
Reclamado	Andata Comercial de Alimentos Ltda.

"De ordem, e com fundamento no § 4º do art. 162 do CPC, combinado com o inciso II do artigo 23 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, comunico ao (à) Reclamante que o presente feito foi incluído na pauta do dia 25/05/2012 11:20. Devendo a parte comparecer sob as penas do artigo 844 da CLT. Audiência fracionada." Juiz do Trabalho OSVANI SOARES DIAS

Despacho

Processo Nº RT-930-85.2012.5.10.0101

Reclamante	Luciana Ribeiro dos Santos
Advogado	NILTON DONIZETE DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Papaléguas Distribuidora (n/p do Sr. Riveraldo)
Reclamado	S.A. Correio Braziliense

"De ordem, e com fundamento no § 4º do art. 162 do CPC, combinado com o inciso II do artigo 23 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, comunico ao (à) Reclamante que o presente feito foi incluído na pauta do dia 25/05/2012 11:40. Devendo a parte comparecer sob as penas do artigo 844 da CLT. Audiência fracionada.
Ainda de ordem do M.M Juiz Osvani Soares Dias, intime-se o reclamante para informar, no dia da audiência designada, o número do PIS do (a) autor (a) e o CNPJ do (a) primeiro (a) reclamado (a)." Juiz do Trabalho OSVANI SOARES DIAS

2ª VARA DO TRABALHO DE TAGUATINGA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-5-86.2012.5.10.0102

Reclamante	Kerginaldo Diniz Dantas
Advogado	HUMBERTO FERNANDO VALLIM PORTO(OAB: null)
Reclamado	Eppe Empreendimentos e Construtora Ltda
Advogado	MERCIA ARYCE DA COSTA(OAB: null)

Fls. 39. J. Intime-se o reclamante para ciência e recebimento da 2ª parcela do acordo. Prejudicado portanto o pleito infra. Prazo de 5 dias. Após, recebida a guia e sem manifestação, aguarde-se o cumprimento integral do acordo.

Despacho

Processo Nº RT-58-04.2011.5.10.0102

Reclamante	Bruno Leite Melo
Advogado	TANIA MARIA SOSTER SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Banco Santander S.A.
Advogado	OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: null)

Fls. 201. J. Defiro. Concedo à executada mais 10 dias para cumprimento da determinação de fl. 399. I.

Despacho

Processo Nº RT-131-73.2011.5.10.0102

Reclamante	Ivania do Desterro de Jesus
Advogado	PAULO FERNANDO DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Socorro Aparecida Barros de Sousa

Vistos, etc.
Trata-se de execução exclusivamente de recolhimentos previdenciários. Já transcorrido o prazo do art. 884 da CLT. Declaro extinta a execução nos termos do art. 794, I do CPC.
Libero a penhora de fls. 35.
Oficie-se a CEF para que proceda aos recolhimentos previdenciários utilizando-se o saldo da conta de fls. 56, recolhendo-se previamente R$ 11,06 referente às custas processuais de execução.
A CEF deverá utilizar o número do PIS/NIT do trabalhador para efetivação dos recolhimentos previdenciários no código 1708.
CPF:.025567131-86
PIS: 11988955275
Decorrido o prazo "in albis" e comprovada a movimentação, ao arquivo definitivo.
Confiro força de ofício ao presente despacho.
Intimem-se as partes, sendo o reclamante inclusive para, querendo, obter cópia das guias de recolhimentos previdenciários no arquivo definitivo.
D.S.

Despacho

Processo Nº RT-169-22.2010.5.10.0102

Reclamante	Telma Regina Pereira Mendes
Advogado	SERGIO LUIZ DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Izolina Mesquita Araujo
Advogado	MARILIA MESQUITA ARAÚJO(OAB: null)

Verifica-se dos autos que, apesar de concedido mais 5 dias de prazo ao reclamante para fornecer o número do PIS, a parte interessada quedou-se inerte (certidão de fl. 178-verso). Sendo assim, e considerando que o número do PIS da reclamante somente veio aos autos após a transferência aos cofres públicos dos numerários à disposição do juízo, conforme se verifica da guia GRU colacionada aos autos, nada a deferir.Intime-se o reclamante.Ato contínuo, cumpram-se as demais determinações constantes do despacho de fl.174.Após, ao arquivo definitivo.

Despacho

Processo Nº RT-322-84.2012.5.10.0102

Reclamante	Vicente de Paula
Advogado	JULIO CESAR DA SILVA ALVES(OAB: null)
Reclamado	Irmãos Porfirio Ltda.
Advogado	GIOVANNA APARECIDA MALDONADO(OAB: null)

Fls. 28. Vistos etc.

Mantenha-se a CTPS devolvida pela reclamada à contracapa.

Intime-se o reclamante para recebimento do documento supra. Prazo de 5 dias.

Recebido o documento, ao arquivo definitivo.

Despacho

Processo Nº RT-339-23.2012.5.10.0102

Reclamante	Felisardo Barros da Silva Neto
Advogado	JULIO CESAR DA SILVA ALVES(OAB: null)
Reclamado	Artesanal Construção e Ipermeabilização
Advogado	LAIRSON RODRIGUES BUENO(OAB: null)

Fls. 35. Ante contido na ata de fl. 12, tratando-se de rito sumaríssimo, prejudicado o pleito de intimação das testemunhas ora arroladas pela reclamada. Intime-se para ciência. Após, aguarde-se a audiência.

Despacho

Processo Nº RT-452-74.2012.5.10.0102

Reclamante	Ismar Julio da Silva
Advogado	ELDRO ANTONIO DE ARAUJO RANGEL CAMPANTE(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa de Transportes Alternativo do Recanto das Emas
Advogado	JOSE DOMINGOS GOMES DE SANTANA(OAB: null)

Fls. 70. Vistos etc.

inicialmente, intimem-se as partes para que informem se a liberação do FGTS pela integralidade fez parte da transação homologada. O silêncio será interpretado como resposta afirmativa. Prazo de 5 dias.

Após, à deliberação sobre o pedido da reclamada de expedição de alvará para levantamento do FGTS já depositado.

Despacho

Processo Nº RT-483-94.2012.5.10.0102

Reclamante	Thiago Henrique Pereira de Souza
Advogado	WALTER MORAES(OAB: null)
Reclamado	Light Telecom Serviços Em Telecomunicações Ltda. (Taticonet)
Advogado	TÂMARA KELLY LUCENA QUIXABEIRA(OAB: null)

Fls. 15. J. A reclamada comprova o recolhimento do FGTS conforme guias GFIP retro. Os documentos (guias do TRCT, CD/SD e CTPS) foram recebidos pelo reclamante. Sendo assim, desnecessária a intimação retro. Intime-se a reclamada para entregar a chave de conectividade. Prazo de 48 horas. Recebida a chave pelo reclamante, aguarde-se o recolhimento do INSS até 3.6.2012.

Despacho

Processo Nº RT-501-18.2012.5.10.0102

Reclamante	Wildson Fernandes da Silva
Advogado	GUSTAVO VARELA(OAB: null)
Reclamado	Acquatica Engenharia e Instalações Ltda
Reclamado	Nova Acquática Elétricas Ltda

Vistos etc.

Ante à falta de tempo hábil, retiro o feito da pauta do dia 26.04.2012.

Designo nova audiência inaugural para o dia 02.07.2012, às 14:30 horas, ficando mantidas as cominações do art. 844 da CLT.

Notifiquem-se as reclamadas encaminhando-lhes cópia da contra-fé.

Intime-se o reclamante por seu procurador.

Despacho

Processo Nº RT-809-54.2012.5.10.0102

Reclamante	Valderi Francisco dos Santos
Advogado	PAULO FERNANDO DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Construtora São Mateus Ltda.
Reclamado	Via Engenharia S.A.
Reclamado	Construtora Andrade Gutierrez S.A.
Reclamado	Alfa Empreendimentos Imobiliários S.A.

Mantenha-se a contra-fé à contracapa. Tendo em vista que devolvida a notificação endereçada à 4ª reclamada pela 2ª reclamada VIA ENGENHARIA S/A, concedo ao reclamante prazo de 10 dias para fornecer o atual endereço da 4ª reclamada sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Intime-se.

Despacho

Processo Nº RT-875-05.2010.5.10.0102

Reclamante	Luciana Dias Silva
Advogado	FRANCISCO FERREIRA DE FARIAS(OAB: null)
Reclamado	Grêmio Recreativo Escola de Samba Capela Imperial
Advogado	LOURIVAL MOURA E SILVA(OAB: null)

Fls. 103. Vistos etc.

Ante a informação negativa oriunda da Junta comercial do DF, intime-se o exeqüente para fornecer os meios necessários ao prosseguimento da execução. Prazo de 10 dias.

Após, sem manifestação, ao mandado de protesto.

Cumprido tal mandado, aguarde-se o arquivo provisório por 1 ano .

Despacho

Processo Nº RT-914-31.2012.5.10.0102

Reclamante	Cristian Gomes da Cunha
Advogado	WILSON BORGES JUNIOR(OAB: null)
Reclamado	Serviço de Segurança e Vigilância de Instalações Ltda.
Reclamado	Companhia Metropolitana do Distrito Federal - Metro/DF

A audiência inaugural relativa ao processo e as partes acima identificados está designada para o dia 28/06/2012, às 14:05, na

sala de audiências desta Vara. Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação e da reclamada na aplicação da revelia e confissão quanto à matéria de fato. A reclamada poderá utilizar-se da faculdade prevista no art. 843, § 1.º da CLT, fazendo-se substituir por preposto, devendo apresentar DEFESA PREFERENCIALMENTE ESCRITA e POR MEIO DE ADVOGADO (art.846 da CLT c/c art. 1.º da Lei 8.906/94), juntamente com a prova documental que entender necessária. O reclamante deverá apresentar o número de sua CTPS, CI, CPF, PIS/PASEP, NIT e data de nascimento. A reclamada tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deverá apresentar o número do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS), assim como o contrato social ou a última alteração contratual em que conste o número do CPF e da Carteira de Identidade. Fica facultado à reclamada vista dos documentos porventura juntados com a inicial, em Cartório. A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-917-54.2010.5.10.0102

Reclamante	Wanderley dos Santos Silva
Advogado	VANDERLEI RODRIGUES(OAB: null)
Reclamado	Rogerio Ferreira Guedes

Fls. 98. Vistos etc.

Ante a informação negativa oriunda da Secretaria da Receita Federal do Brasil, intime-se o exeqüente para fornecer os meios necessários ao prosseguimento da execução. Prazo de 10 dias.

Após, sem manifestação, ao mandado de protesto (fl. 91).

Cumprido tal mandado, aguarde-se o arquivo provisório por 1 ano (fl. 91).

Despacho

Processo Nº RT-920-38.2012.5.10.0102

Reclamante	Vanessa Gomes dos Santos
Advogado	FRANCISCA VIEIRA DE SÁ(OAB: null)
Reclamado	Aparecida Sueli Gonçalves Penido Duarte

A audiência inaugural relativa ao processo e as partes acima identificados está designada para o dia 28/06/2012, às 14:25, na sala de audiências desta Vara. Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação e da reclamada na aplicação da revelia e confissão quanto à matéria de fato. A reclamada poderá utilizar-se da faculdade prevista no art. 843, § 1.º da CLT, fazendo-se substituir por preposto, devendo apresentar DEFESA PREFERENCIALMENTE ESCRITA e POR MEIO DE ADVOGADO (art.846 da CLT c/c art. 1.º da Lei 8.906/94), juntamente com a prova documental que entender necessária. O reclamante deverá apresentar o número de sua CTPS, CI, CPF, PIS/PASEP, NIT e data de nascimento. A reclamada tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deverá apresentar o número do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS), assim como o contrato social ou a última alteração contratual em que conste o número do CPF e da Carteira de Identidade. Fica facultado à reclamada vista dos documentos porventura juntados com a inicial, em Cartório. A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-923-90.2012.5.10.0102

Reclamante	Andreia Gomes da Silva
Advogado	MARCONE GUIMARÃES VIEIRA(OAB: null)
Reclamado	Globex Utilidades S/A (Ponto Frio)

A audiência inaugural relativa ao processo e as partes acima identificados está designada para o dia 28/06/2012, às 14:30, na sala de audiências desta Vara. Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação e da reclamada na aplicação da revelia e confissão quanto à matéria de fato. A reclamada poderá utilizar-se da faculdade prevista no art. 843, § 1.º da CLT, fazendo-se substituir por preposto, devendo apresentar DEFESA PREFERENCIALMENTE ESCRITA e POR MEIO DE ADVOGADO (art.846 da CLT c/c art. 1.º da Lei 8.906/94), juntamente com a prova documental que entender necessária. O reclamante deverá apresentar o número de sua CTPS, CI, CPF, PIS/PASEP, NIT e data de nascimento. A reclamada tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deverá apresentar o número do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS), assim como o contrato social ou a última alteração contratual em que conste o número do CPF e da Carteira de Identidade. Fica facultado à reclamada vista dos documentos porventura juntados com a inicial, em Cartório. A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-924-75.2012.5.10.0102

Reclamante	Maria da Conceição Barbosa de Oliveira
Advogado	MARIA LUCIENE FREITAS(OAB: null)
Reclamado	Osmar Roberto da Silva Júnior
Reclamado	Ana Lucia de Assis da Silva

A audiência inaugural relativa ao processo e as partes acima identificados está designada para o dia 02/07/2012, às 13:35, na sala de audiências desta Vara. Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação e da reclamada na aplicação da revelia e confissão quanto à matéria de fato. A reclamada poderá utilizar-se da faculdade prevista no art. 843, § 1.º da CLT, fazendo-se substituir por preposto, devendo apresentar DEFESA PREFERENCIALMENTE ESCRITA e POR MEIO DE ADVOGADO (art.846 da CLT c/c art. 1.º da Lei 8.906/94), juntamente com a prova documental que entender necessária. O reclamante deverá apresentar o número de sua CTPS, CI, CPF, PIS/PASEP, NIT e data de nascimento. A reclamada tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deverá apresentar o número do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS), assim como o contrato social ou a última alteração contratual em que conste o número do CPF e da Carteira de Identidade. Fica facultado à reclamada vista dos documentos porventura juntados com a inicial, em Cartório. A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-925-60.2012.5.10.0102

Reclamante	Daurisson Pereira dos Santos
Advogado	HUMBERTO FERNANDO VALLIM PORTO(OAB: null)
Reclamado	Sadia S.A.

A audiência inaugural relativa ao processo e as partes acima identificados está designada para o dia 02/07/2012, às 13:40, na sala de audiências desta Vara. Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação e da reclamada na aplicação da revelia e confissão quanto à matéria de fato. A reclamada poderá utilizar-se da faculdade prevista no art. 843, § 1.º da CLT, fazendo-se substituir por preposto, devendo apresentar DEFESA PREFERENCIALMENTE ESCRITA e POR MEIO DE ADVOGADO (art.846 da CLT c/c art. 1.º da Lei 8.906/94), juntamente com a prova documental que entender necessária. O reclamante deverá apresentar o número de sua CTPS, CI, CPF, PIS/PASEP, NIT e data de nascimento. A reclamada tratando-se de pessoa jurídica de direito privado,

deverá apresentar o número do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS), assim como o contrato social ou a última alteração contratual em que conste o número do CPF e da Carteira de Identidade. Fica facultado à reclamada vista dos documentos porventura juntados com a inicial, em Cartório. A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-926-45.2012.5.10.0102

Reclamante	Jacqueline dos Santos Sousa
Advogado	ANTONIO RILDO PEREIRA SIRIANO(OAB: null)
Reclamado	Danilson Luiz Gonçalves - ME

A audiência inaugural relativa ao processo e as partes acima identificados está designada para o dia 02/07/2012, às 13:45, na sala de audiências desta Vara. Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação e da reclamada na aplicação da revelia e confissão quanto à matéria de fato. A reclamada poderá utilizar-se da faculdade prevista no art. 843, § 1.º da CLT, fazendo-se substituir por preposto, devendo apresentar DEFESA PREFERENCIALMENTE ESCRITA e POR MEIO DE ADVOGADO (art.846 da CLT c/c art. 1.º da Lei 8.906/94), juntamente com a prova documental que entender necessária. O reclamante deverá apresentar o número de sua CTPS, CI, CPF, PIS/PASEP, NIT e data de nascimento. A reclamada tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deverá apresentar o número do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS), assim como o contrato social ou a última alteração contratual em que conste o número do CPF e da Carteira de Identidade. Fica facultado à reclamada vista dos documentos porventura juntados com a inicial, em Cartório. A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-927-30.2012.5.10.0102

Reclamante	Wilson Moura Rocha
Advogado	KELLY MENDES LACERDA(OAB: null)
Reclamado	SEVI - Serviços de Formas e Aço Ltda - EPP.

A audiência inaugural relativa ao processo e as partes acima identificados está designada para o dia 02/07/2012, às 13:50, na sala de audiências desta Vara. Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação e da reclamada na aplicação da revelia e confissão quanto à matéria de fato. A reclamada poderá utilizar-se da faculdade prevista no art. 843, § 1.º da CLT, fazendo-se substituir por preposto, devendo apresentar DEFESA PREFERENCIALMENTE ESCRITA e POR MEIO DE ADVOGADO (art.846 da CLT c/c art. 1.º da Lei 8.906/94), juntamente com a prova documental que entender necessária. O reclamante deverá apresentar o número de sua CTPS, CI, CPF, PIS/PASEP, NIT e data de nascimento. A reclamada tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deverá apresentar o número do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS), assim como o contrato social ou a última alteração contratual em que conste o número do CPF e da Carteira de Identidade. Fica facultado à reclamada vista dos documentos porventura juntados com a inicial, em Cartório. A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-930-82.2012.5.10.0102

Reclamante	Stephanye Beatriz Andrade Araújo
Advogado	VANDERLEI RODRIGUES(OAB: null)
Reclamado	Forttcred Assessoria Ltda. - ME

A audiência inaugural relativa ao processo e as partes acima identificados está designada para o dia 02/07/2012, às 14:00, na sala de audiências desta Vara. Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação e da reclamada na aplicação da revelia e confissão quanto à matéria de fato. A reclamada poderá utilizar-se da faculdade prevista no art. 843, § 1.º da CLT, fazendo-se substituir por preposto, devendo apresentar DEFESA PREFERENCIALMENTE ESCRITA e POR MEIO DE ADVOGADO (art.846 da CLT c/c art. 1.º da Lei 8.906/94), juntamente com a prova documental que entender necessária. O reclamante deverá apresentar o número de sua CTPS, CI, CPF, PIS/PASEP, NIT e data de nascimento. A reclamada tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deverá apresentar o número do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS), assim como o contrato social ou a última alteração contratual em que conste o número do CPF e da Carteira de Identidade. Fica facultado à reclamada vista dos documentos porventura juntados com a inicial, em Cartório. A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-931-67.2012.5.10.0102

Reclamante	Antonio Otilio Gomes dos Santos
Advogado	VANDERLEI RODRIGUES(OAB: null)
Reclamado	Pessoa Pessoa Ltda- ME. (Supermercado Pessoa)

A audiência inaugural relativa ao processo e as partes acima identificados está designada para o dia 02/07/2012, às 14:05, na sala de audiências desta Vara. Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação e da reclamada na aplicação da revelia e confissão quanto à matéria de fato. A reclamada poderá utilizar-se da faculdade prevista no art. 843, § 1.º da CLT, fazendo-se substituir por preposto, devendo apresentar DEFESA PREFERENCIALMENTE ESCRITA e POR MEIO DE ADVOGADO (art.846 da CLT c/c art. 1.º da Lei 8.906/94), juntamente com a prova documental que entender necessária. O reclamante deverá apresentar o número de sua CTPS, CI, CPF, PIS/PASEP, NIT e data de nascimento. A reclamada tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deverá apresentar o número do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS), assim como o contrato social ou a última alteração contratual em que conste o número do CPF e da Carteira de Identidade. Fica facultado à reclamada vista dos documentos porventura juntados com a inicial, em Cartório. A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-932-52.2012.5.10.0102

Reclamante	Naeudes Maciel da Silva
Advogado	CARLOS ROBERTO MOREIRA(OAB: null)
Reclamado	DB Distribuidora Brasil de Alimentos Ltda.

A audiência inaugural relativa ao processo e as partes acima identificados está designada para o dia 02/07/2012, às 14:10, na sala de audiências desta Vara. Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação e da reclamada na aplicação da revelia e confissão quanto à matéria de fato. A reclamada poderá utilizar-se da faculdade prevista no art. 843, § 1.º da CLT, fazendo-se substituir por preposto, devendo apresentar DEFESA PREFERENCIALMENTE ESCRITA e POR MEIO DE ADVOGADO (art.846 da CLT c/c art. 1.º da Lei 8.906/94), juntamente com a prova documental que entender necessária. O reclamante deverá apresentar o número de sua

CTPS, CI, CPF, PIS/PASEP, NIT e data de nascimento. A reclamada tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deverá apresentar o número do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS), assim como o contrato social ou a última alteração contratual em que conste o número do CPF e da Carteira de Identidade. Fica facultado à reclamada vista dos documentos porventura juntados com a inicial, em Cartório. A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-933-37.2012.5.10.0102

Reclamante	Adriana Pereira dos Santos
Advogado	JOAO CLIMACO DE ALMEIDA FILHO(OAB: null)
Reclamado	Marco Aurelio Gomes Batista - ME

A audiência inaugural relativa ao processo e as partes acima identificados está designada para o dia 02/07/2012, às 14:15, na sala de audiências desta Vara. Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação e da reclamada na aplicação da revelia e confissão quanto à matéria de fato. A reclamada poderá utilizar-se da faculdade prevista no art. 843, § 1.º da CLT, fazendo-se substituir por preposto, devendo apresentar DEFESA PREFERENCIALMENTE ESCRITA e POR MEIO DE ADVOGADO (art.846 da CLT c/c art. 1.º da Lei 8.906/94), juntamente com a prova documental que entender necessária. O reclamante deverá apresentar o número de sua CTPS, CI, CPF, PIS/PASEP, NIT e data de nascimento. A reclamada tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deverá apresentar o número do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS), assim como o contrato social ou a última alteração contratual em que conste o número do CPF e da Carteira de Identidade. Fica facultado à reclamada vista dos documentos porventura juntados com a inicial, em Cartório. A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-934-22.2012.5.10.0102

Reclamante	Clemilson Costa Silva
Advogado	JOAO CLIMACO DE ALMEIDA FILHO(OAB: null)
Reclamado	Marcelo Antonio Maniero

A audiência inaugural relativa ao processo e as partes acima identificados está designada para o dia 02/07/2012, às 14:20, na sala de audiências desta Vara. Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação e da reclamada na aplicação da revelia e confissão quanto à matéria de fato. A reclamada poderá utilizar-se da faculdade prevista no art. 843, § 1.º da CLT, fazendo-se substituir por preposto, devendo apresentar DEFESA PREFERENCIALMENTE ESCRITA e POR MEIO DE ADVOGADO (art.846 da CLT c/c art. 1.º da Lei 8.906/94), juntamente com a prova documental que entender necessária. O reclamante deverá apresentar o número de sua CTPS, CI, CPF, PIS/PASEP, NIT e data de nascimento. A reclamada tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deverá apresentar o número do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS), assim como o contrato social ou a última alteração contratual em que conste o número do CPF e da Carteira de Identidade. Fica facultado à reclamada vista dos documentos porventura juntados com a inicial, em Cartório. A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-935-07.2012.5.10.0102

Reclamante	Paulo Henrique de Jesus Miguel
Reclamado	Ativa Conservação e Limpeza Ltda
Reclamado	SESI - Serviços Social da Indústria

A audiência inaugural relativa ao processo e as partes acima identificados está designada para o dia 03/07/2012, às 13:35, na sala de audiências desta Vara. Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação e da reclamada na aplicação da revelia e confissão quanto à matéria de fato. A reclamada poderá utilizar-se da faculdade prevista no art. 843, § 1.º da CLT, fazendo-se substituir por preposto, devendo apresentar DEFESA PREFERENCIALMENTE ESCRITA e POR MEIO DE ADVOGADO (art.846 da CLT c/c art. 1.º da Lei 8.906/94), juntamente com a prova documental que entender necessária. O reclamante deverá apresentar o número de sua CTPS, CI, CPF, PIS/PASEP, NIT e data de nascimento. A reclamada tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deverá apresentar o número do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS), assim como o contrato social ou a última alteração contratual em que conste o número do CPF e da Carteira de Identidade. Fica facultado à reclamada vista dos documentos porventura juntados com a inicial, em Cartório. A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-936-89.2012.5.10.0102

Reclamante	Wesley do Nascimento Magalhães
Advogado	SERGIO LUIZ DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Cleber Alves

A audiência inaugural relativa ao processo e as partes acima identificados está designada para o dia 03/07/2012, às 13:40, na sala de audiências desta Vara. Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação e da reclamada na aplicação da revelia e confissão quanto à matéria de fato. A reclamada poderá utilizar-se da faculdade prevista no art. 843, § 1.º da CLT, fazendo-se substituir por preposto, devendo apresentar DEFESA PREFERENCIALMENTE ESCRITA e POR MEIO DE ADVOGADO (art.846 da CLT c/c art. 1.º da Lei 8.906/94), juntamente com a prova documental que entender necessária. O reclamante deverá apresentar o número de sua CTPS, CI, CPF, PIS/PASEP, NIT e data de nascimento. A reclamada tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deverá apresentar o número do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS), assim como o contrato social ou a última alteração contratual em que conste o número do CPF e da Carteira de Identidade. Fica facultado à reclamada vista dos documentos porventura juntados com a inicial, em Cartório. A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

Despacho

Processo Nº RT-1312-46.2010.5.10.0102

Reclamante	Eliane Maria da Silva
Advogado	SERGIO LUIZ DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	D' Italiana Panificadora e Confeitaria Ltda
Reclamado	Joao Paulo dos Santos Oliveira
Reclamado	Neuza Francisca Sales Liduario
Advogado	WILSON ROBERTO PREZZOTO(OAB: null)

Fls. 209. Vistos etc.

Arquivem-se os documentos recebidos da Receita Federal do Brasil em pasta própria, na Secretaria.

Após, intime-se o reclamante para vista, em Cartório, dos documentos recebidos, devendo requerer o que for de seu interesse, no prazo de 30 dias(...).

Despacho

Processo Nº RT-1321-71.2011.5.10.0102

Reclamante	Ivan Azevedo Brito
Advogado	SERGIO LUIZ DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Construtora Leão de Ouro Ltda.
Advogado	JOSE ORLANDO DE AMORIM(OAB: null)
Reclamado	Brookfield MB Empreendimentos Imobiliarios S.A.
Advogado	EDUARDO ORDOÑO(OAB: null)

Cadastre-se no SAP1. Tendo em vista que se trata de responsabilidade subsidiária, com razão a 2ª reclamada. Cumpra-se o despacho de fl. 117 por ora apenas em face da 1ª executada, devedora principal. Intime-se a 2ª reclamada para ciência.

Despacho

Processo Nº RT-1334-07.2010.5.10.0102

Reclamante	Valdirene Brito dos Santos
Advogado	JOSÉ WILTON BORGES CRUZ(OAB: null)
Reclamado	Capital Empresa de Servicos Gerais Limitada
Advogado	FABIANO FELICIANO JERONIMO(OAB: null)
Reclamado	União
Reclamado	Leandro Soares Lwmos de Sousa
Reclamado	Larissa Soares Lemnos de Sousa

Fls. 124. J. Preliminarmente, intimem-se a exeqüente e a 1ª executada para, no prazo sucessivo de 5 dias a iniciar-se pela exeqüente, se manifestarem acerca dos embargos à execução opostos pela União. Decorrido "in albis" os prazos supra, conclusos os autos.

Despacho

Processo Nº RT-1378-89.2011.5.10.0102

Reclamante	Francisca Cleide Almeida de Carvalho
Advogado	ANTONIO BATISTA REIS(OAB: null)
Reclamado	ICEI - Instituto Carneirinho de Educacao Infantil Ltda. - ME (n/p Onildo Souza da Silva)
Advogado	TIMÓTEO CARNEIRO FERREIRA(OAB: null)

Fls. 122. J. Intime-se o reclamante para ciência e recebimento da 6ª parcela do acordo quitada conforme fls. 121. Prejudicado portanto o pleito infra. Prazo de 5 dias. Após, recebida a guia e sem manifestação, aguarde-se o cumprimento integral do acordo.

Despacho

Processo Nº RT-1440-32.2011.5.10.0102

Reclamante	José Juarez Ferreira da Silva
Advogado	JULIO CESAR DA SILVA ALVES(OAB: null)
Reclamado	Gasbrax Oxigênio Ltda.
Advogado	IGOR LOPES CARVALHO(OAB: null)

Vistos, etc.Face os termos da certidão supra, instauro a execução para cobrança do valor de R$2.000,00, relativo a 4ª parcela não paga, já acrescida da multa de 100%, conforme acordo homologado as fls. 49/50.
Notifique-se o reclamado para efetuar o pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 475-J, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo acima, sem pagamento espontâneo, proceda-se a penhora de tantos bens quantos forem necessários para garantir o débito, devendo ser obedecida a ordem preferencial prevista no art. 655 do CPC.

Despacho

Processo Nº RT-1964-63.2010.5.10.0102

Reclamante	Waldir dos Santos
Advogado	JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE(OAB: null)
Reclamado	Uniao Brasiliense de Educacao e Cultura
Advogado	MARCELO DE BRAGANÇA NUNES LEITE(OAB: null)

Fls. 420. J. Vista à executada acerca da impugnação aos cálculos apresentados pelo exequente. Prazo de 5 dias (...).

Despacho

Processo Nº RT-2239-75.2011.5.10.0102

Reclamante	Valdimira Rodrigues Assis
Advogado	PAULO FERNANDO DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Restaurante Cantinho da Vila Ltda Me
Advogado	FLAVIA MARTINS BORGES(OAB: null)

J. Mantenho a audiência de instrução designada . Faculto às partes que compareçam neste Juízo para antecipação da audiência e homologação do acordo proposto . Intimem-se os advogados e as partes diretamente.

Despacho

Processo Nº RT-2325-46.2011.5.10.0102

Reclamante	Reginaldo Leite da Silva
Advogado	EDUARDO RODRIGUES FIGUEIREDO(OAB: null)
Reclamado	Casa Bahia Ltda.
Advogado	MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA(OAB: null)

Designa-se para ENCERRAMENTO da instrução, razões finais e renovação da proposta conciliatória a data de 13.06.2012, às 14:45 horas. FAcultado o comparecimento das partes e de seus procuradores. Intime-se o reclamante.

Despacho

Processo Nº RT-2646-81.2011.5.10.0102

Reclamante	Ataidis de Almeida Rocha
Advogado	HERNANE GALLI COSTACURTA(OAB: null)
Reclamado	Recoma Construções, Comércio e Indústria Ltda.
Advogado	JOSÉ ALBERTO ARAÚJO DE JESUS(OAB: null)

III - DISPOSITIVO

Pelo exposto, nos autos da RT 0002646-81.2011.5.10.0102, em curso perante a 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga-DF, proposta por ATAIDIS DE ALMEIDA ROCHA em face de RECOMA CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, decido JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pelo reclamante, condenando o reclamado a pagar as seguintes parcelas:

a) indenização pelo não fornecimento do vale transporte, no importe de R$ 20,00 por semana, observando-se os dias efetivamente trabalhados.
b) multa do artigo 477, §8º da CLT, no valor de R$ 950,40 (clausula 19ª, parágrafo 8º da CCT).

O crédito do reclamante será apurado em liquidação por cálculos, efetuadas as deduções dos créditos pagos sob os mesmos títulos, acrescido de juros de 1% ao mês pro rata die do ajuizamento da reclamatória, incidentes sobre o principal já corrigido na forma da OJ 124 da SDI-1.

Deferida à reclamante os benefícios da gratuidade de justiça.

Não descontos previdenciários e fiscais, diante da natureza das parcelas objeto de condenação.

Custas de R$ 72,00 (setenta e dois reais), às expensas do reclamado, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação, de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

Intimem-se as partes, haja vista a antecipação do julgamento para esta data.

NATÁLIA QUEIROZ CABRAL RODRIGUES Juíza do Trabalho Substituta

Despacho

Processo Nº RT-2647-66.2011.5.10.0102

Reclamante	Ailson de Oliveira Lopes do Couto
Advogado	EUZIMAR MACEDO LISBOA(OAB: null)
Reclamado	PC Transportes e Turismo Ltda Me

III- DISPOSITIVO

Pelo exposto, nos autos da RT 0002647-66.2011.5.10.0102, em curso perante a 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF, ajuizada por AILSON DE OLIVEIRA LOPES DO COUTO em face de PC TRANSPORTES E TURISMO LTDA, decido JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pelo reclamante e declarar rescindido o contrato de trabalho entre as partes, por culpa da reclamada, condenando-a a pagar:

a) saldo de salário de novembro de 11, no valor de R$ 591,67, aviso prévio indenizado de R$ 710,00, 13ª salário proporcional de 2010 (2/12 no valor de R$ 118,34), décimo terceiro salário de 2011, no valor de R$ 710,00, um período de férias integrais, acrescidas de 1/3, no valor de R$ 946,67, férias proporcionais, de 1/12, no valor de R$ 78,89, recolhimentos em favor da conta vinculada do FGTS+40%, multa prevista no artigo 477, §8º, no valor de R$ 710,00 e a multa prevista no artigo 467 da CLT, pois a reclamada confirma em audiência a dispensa imotivada (fl.36), a ser calculada sobre as parcelas deferidas, à exceção da multa do artigo 477;

b) horas extras e projeções.

A reclamada deverá realizar as anotações na CTPS do obreiro, fazendo constar admissão em 11.11.2010 e dispensa em 25.12.11, função de cobrador de ônibus e salário de R$ 710,00, já considerada a projeção do aviso prévio, em 48 horas após o trânsito em julgado, sob pena de multa diária de R$50,00, até o limite de R$1.000,00, ocasião em que a Secretaria da Vara fará as anotações, sem prejuízo da multa.

Juros, no percentual de 1% simples, nos termos da Lei 8177/91, a incidir a partir deste decisum e correção monetária de acordo com artigo 39 da CLT e Súmula 381 do C. TST.

Descontos previdenciários deverão incidir sobre a parcela objeto da condenação de natureza salarial, a saber: saldo de salário, décimo terceiro integral e proporcional e horas extras e reflexos no salário trezeno, além do período laborado ora reconhecido, sob pena de execução. Descontos fiscais autorizados pela Lei 8542/91, devendo ser comprovados nos autos, caso existentes à época do pagamento, nos termos da fundamentação, observado o regime de competência.

Defiro os benefícios da justiça gratuita ao obreiro.

Prazo para cumprimento: 8 dias.

Custas no importe de R$ 300,00 (trezentos reais), calculadas sobre R$ 15.000,00 (quinze mil reais), valor arbitrado à condenação, às expensas da reclamada.

Intimem-se as partes, haja vista a antecipação do julgamento para esta data.

Natália Queiroz Cabral Rodrigues

Juíza do Trabalho Substituta

Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-2649-36.2011.5.10.0102

Reclamante	Marlene Tezelli
Advogado	RODRIGO VIANA LIMA(OAB: null)
Reclamado	Escola Infantil Petutinho Ltda - ME.

III- DISPOSITIVO Pelo exposto, nos autos da RT 0002649-36.2011.5.10.0102, em curso perante a 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF, ajuizada por MARLENE TEZELLI em face de ESCOLA INFANTIL PETUTINHO LTDA - ME, decido JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pela reclamante, nos termos da fundamentação supra, que a este dispositivo integra, para declarar a existência de vínculo empregatício no período de 01 de fevereiro de 2009 até 31 de outubro de 2009, na condição de professora, com salário de R$ 500,00.

Tal registro deverá ser feito na CTPS da reclamante, no prazo de 48 horas após o trânsito em julgado, sob pena de multa no valor de R$ 500,00, ocasião em que a Secretaria fará as anotações, sem prejuízo da multa, revertida em favor da reclamante. .

Defiro os benefícios da justiça gratuita à obreira.

A reclamada deverá comprovar o recolhimento previdenciário referente ao período declarado nesta decisão, em que houve relação de emprego, sob pena de execução.

Custas no importe de R$ 24,00, calculadas sobre R$ 1.200,00, valor atribuído à condenação, às expensas da reclamada.

Intimem-se as partes, haja vista a antecipação da da decisão para esta data.

Natália Queiroz Cabral Rodrigues Juíza do Trabalho Substituta

Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-141000-91.2008.5.10.0102

Processo Nº RT-1410/2008-102-10-00.0

Reclamante	Antonio Costa Lima
Advogado	PEDRO ALVES DA SILVA FILHO(OAB: null)
Reclamado	Cores e Fibras Comercial de Móveis Ltda
Advogado	PAULO ROBERTO DE JESUS ITAJAHY(OAB: null)

Vistos, etc.Trata-se de execução de recolhimentos previdenciários e custas, portanto desnecessária a intimação do reclamante determinada as fls. 315.
Declaro, por sentença, extinta a execução, nos termos do art. 794, I, do CPC. Intimem-se as partes.

Edital

Edital

Processo Nº RT-2335-27.2010.5.10.0102

Reclamante	Adriano da Silva Gonçalves
Advogado	SERGIO LUIZ DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	BSB Engenharia e Terraplanagem Ltda. (Na Pessoa de Darielio Moreira da Silva)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) NATÁLIA QUEIROZ CABRAL RODRIGUES, Juiz(a) do Trabalho da 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado BSB Engenharia e Terraplanagem Ltda. (Na Pessoa de Darielio Moreira da Silva), que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO proferido nos autos e a seguir transcrito: "Vistos.Homologo o cálculo de folha retro, fixando o débito da Reclamada, abaixo especificado, no importe de:

Resumo do Cálculo

Total da execução R$ 3.588,62 Atualizado até: 30/09/2011
Liq. Exequente....: 3.260,08 (90,84%)
FGTS Deposito.....: 328,54 (9,16%).

1-Determino a notificação da Reclamada para cumprimento da obrigação no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 475-J do Código de Processo Civil. A multa deve ser aplicada sobre o valor bruto devido ao reclamante, deduzido o valor já disponível nos autos (depósito recursal), se houver.

Cumpra-se por publicação no DJTE (art. 880 da CLT c/c art. 652 §4º do CPC) ou, não existindo advogado da parte cadastrado, pela via postal. Estando a(s) executada em local incerto e não sabido, cumpra-se por edital;

2- Decorrido o prazo acima sem pagamento espontâneo, proceda-se diligência junto ao sistema BACEN/JUD para bloqueio de valores, devidamente acrescido da multa de 10% (art. 475-J),obedecendo-se a ordem preferencial prevista no art. 655 do CPC;

3- Caso não seja possível ou negativa a diligência, expeça-se mandado/carta precatória para penhora de tantos bens quantos forem necessários para garantir o débito;

4 Negativa a diligência de constrição, à secretaria para pesquisa de bens da(s) executada(s) nos sistemas RENAJUD/DETRAN, com expedição de ofício à SRF, se necessário;

5 Ultimadas todas as medidas supra, sem sucesso, diligencie a Secretaria, via sistema informatizado da Junta Comercial/ofício , certidão simplificada da reclamada, vindo os autos conclusos.

FICAM AUTORIZADAS, DE OFÍCIO, PESQUISAS DE ENDEREÇO, CPF/CNPJ, QUADRO SOCIETÁRIO, FILIAIS, ETC, POR MEIO DO SISTEMA DA RECEITA FEDERAL, SEMPRE QUE NECESSÁRIO PARA CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES SUPRA.

Garantida a execução, inicia-se a contagem do prazo previsto no art. 884 da CLT, para a Reclamada. Decorrido esse, será o reclamante intimado para o mesmo fim.

Publique-se. ". O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na QSB 01 Lote 20 2º andar - Taguatinga/DF. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por BRAYNER GONZAGA PINTO Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF em 2, MAIO de 2012

Edital

Processo Nº RT-80600-77.2009.5.10.0102

Processo Nº RT-806/2009-102-10-00.0

Reclamante	José Vicente Ibiapina
Advogado	EDSON LUIZ TOLEDO(OAB: null)
Reclamado	Projetech Construções e Edificações Ltda. (n/p Carlos Roberto Figueredo Gomes)
Advogado	OSVALDO ELIAS DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Constam Incorporações e Participações Ltda.
Advogado	KARINNE MIRANDA RODRIGUES(OAB: null)
Reclamado	Carlos Roberto Figueredo Gomes
Reclamado	Joana D Arc Alcides

EDITAL DE CITAÇÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) NATÁLIA QUEIROZ CABRAL RODRIGUES, Juiz(a) do Trabalho da 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, ficam CITADOS os Executados JOANA D'ARC ALCIDES e CARLOS ROBERTO FIGUEREDO GOMES para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:

Resumo de Cálculo
Liq. Exequente....: 19.739,44 (70,88%)
INSS Reclamante...: 1.096,29 (3,94%)
INSS Reclamado....: 2.584,36 (9,28%)
INSS Terceiros....: 749,52 (2,69%)
INSS SAT.....: 387,66 (1,39%)
I R P F.....: 2.704,42 (9,71%)
Custas do Processo: 470,80 (1,69%)
Custas Art.789....: 117,70 (0,42%)
Total Geral: 27.850,19
Atualizado:30/04/2010

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de

afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado por BRAYNER GONZAGA PINTO Diretor de Secretaria, por ordem da Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF em 2, MAIO de 2012

Edital

Processo Nº RT-100100-03.2007.5.10.0102

Processo Nº RT-1001/2007-102-10-00.2

Reclamante	Elias Luiz Coimbra
Advogado	ADALBERTO BARBOSA MARQUES VERAS(OAB: null)
Reclamado	Aldeir Macedo dos Reis
Advogado	LANA LUCIA LEVINO DE ARAUJO(OAB: null)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) NATÁLIA QUEIROZ CABRAL RODRIGUES, Juiz(a) do Trabalho da 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Aldeir Macedo dos Reis, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO proferido nos autos e a seguir transcrito: "(fl. 192) Intime-se o executado, diretamente, por mandado a solver os encargos previdenciários, no prazo de 10 dias e/ou comprovar a quitação do parcelamento , haja vista que a União não localizou o pagamento pelo reclamado à fl. Retro, sob pena de prosseguimento da execução, desde já autorizado. ". O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na QSB 01 Lote 20 2º andar - Taguatinga/DF. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por BRAYNER GONZAGA PINTO Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF em 2, MAIO de 2012

Edital

Processo Nº RT-130700-12.2004.5.10.0102

Processo Nº RT-1307/2004-102-10-00.6

Reclamante	JOSE IRISMAR SILVA ARAUJO
Advogado	ADRIANO SOARES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	FRIGORIFICO JMR LTDA
Advogado	ROGERIO ANDRADE MIRANDA(OAB: null)
Reclamado	Industria Frigorifica Norte de Minas Ltda
Reclamado	Walter Luiz Borges Santiago
Reclamado	Ricardo Carvalho

EDITAL DE CITAÇÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) NATÁLIA QUEIROZ CABRAL RODRIGUES, Juiz(a) do Trabalho da 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, ficam CITADOS os Executados Industria Frigorifica Norte de Minas Ltda e Ricardo Carvalho para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:

Resumo de Cálculo

Liq. Exequente....: 5.837,25 (79,98%)

Diversos.....: 1.461,48 (20,02%)

Total Geral: 7.298,73

Atualizado:22/02/2006

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado por BRAYNER GONZAGA PINTO Diretor de Secretaria, por ordem da Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF em 2, MAIO de 2012

Edital

Processo Nº RT-228200-05.2009.5.10.0102

Processo Nº RT-2282/2009-102-10-00.2

Reclamante	Rejane Martins da Costa
Advogado	JERONIMO CAETANO DA FONSECA(OAB: null)
Reclamado	Centro de Apoio de Vivências Agrárias (CAVA)
Advogado	GILSON OLIVEIRA FACIOLA DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	União Brasileira de Educação e Participações S/C Ltda.
Advogado	GILSON OLIVEIRA FACIOLA DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Aurha Participações s/s ltda
Reclamado	Theceu Participações s/s LTDA
Reclamado	Ilson Silva de Oliveira
Reclamado	Jorge Manoel Vieira Guimarães

EDITAL DE CITAÇÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) NATÁLIA QUEIROZ CABRAL RODRIGUES, Juiz(a) do Trabalho da 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica CITADO o Executado JORGE MANOEL VIEIRA GUIMARÃES para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente a R$4.948,48, atualizado até 26/03/2010, sujeito à atualização quando do pagamento e/ou garantia do Juízo.

Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.

Assinado por BRAYNER GONZAGA PINTO Diretor de Secretaria, por ordem da Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF em 2, MAIO de 2012

3ª VARA DO TRABALHO DE TAGUATINGA-DF

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-402-45.2012.5.10.0103

Reclamante	Diogo Alfredo da Costa Lopes
Advogado	WILCK GONTIJO COSTA(OAB: null)
Reclamado	Marizete Queiroz de Morais

"1.Considerando que não há tempo hábil para a notificação do reclamado, vez que não foi expedido o mandado, retiro o feito de pauta do dia 25/04/2012 às 14h35, incluindo-o no dia 01/06/2012 às 09h15 para realização da audiência INAUGURAL.3.Intimem-se o reclamante e seu procurador.4. Notifique-se o reclamado, por mandado." Juiz do Trabalho PATRICIA GERMANO PACIFICO

Despacho

Processo Nº RT-801-74.2012.5.10.0103

Reclamante	Girleide Maria da Silva
Advogado	KARLA ANDREA PASSOS(OAB: null)
Reclamado	Marcelo Araujo Farias

"Vistos, etc. Ante a devolução da CE com o motivo "desconhecido" (fl. 12), após o recebimento da notificação (fl. 11,verso), depreende-se que o reclamado não foi alcançado com a correspondência.

Portanto, intime-se o reclamante para fornecer o atual endereço do reclamado, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 282 c/c art. 284 do CPC. Após fornecido o endereço, notifique-se o reclamado."

Despacho

Processo Nº RT-929-94.2012.5.10.0103

Reclamante	Andreia Cristina Sousa
Advogado	HELENA GONÇALVES LARIUCCI(OAB: null)
Reclamado	Sadia S.A.

"Audiência inicial designada para o dia 26/06/2012, às 14:05 h. Em cumprimento do Provimento nº 005/2003 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação."

Despacho

Processo Nº RT-930-79.2012.5.10.0103

Reclamante	Thaide Cristina Oliveira Benedito
Advogado	FRANCISCO FONTENELE CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	D Carneiro Comercio de Pescados Ltda - ME.
Reclamado	Delicias do Mar Comercio de Pescados Ltda - ME.
Reclamado	Lp-Comercial de Alimentos Ltda-ME.

"Audiência inicial designada para o dia 26/06/2012, às 14:10 h. Em cumprimento do Provimento nº 005/2003 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação."

Despacho

Processo Nº RT-931-64.2012.5.10.0103

Reclamante	Sany Rafael Ribeiro Silva
Advogado	GLAUBERTH BARBOSA NOGUEIRA(OAB: null)
Reclamado	Maritaca Fast Food (n/p Paulo)

"Audiência inicial designada para o dia 26/06/2012, às 14:15 h. Em cumprimento do Provimento nº 005/2003 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação."

Despacho

Processo Nº RT-932-49.2012.5.10.0103

Reclamante	Edison da Rocha Saboia
Advogado	CARLOS ROBERTO MOREIRA(OAB: null)
Reclamado	Siga Serviços Especializados Ltda - EPP.

"Audiência inicial designada para o dia 26/06/2012, às 14:20 h. Em cumprimento do Provimento nº 005/2003 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação."

Despacho

Processo Nº RT-933-34.2012.5.10.0103

Reclamante	Ivaldo Jose da Silva
Advogado	JOSE ORLANDO DE AMORIM(OAB: null)
Reclamado	Fabio Secundo Dias

"Audiência inicial designada para o dia 26/06/2012, às 14:25 h. Em cumprimento do Provimento nº 005/2003 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação."

Despacho

Processo Nº RT-934-19.2012.5.10.0103

Reclamante	Jonathas Rodrigues Lobato
Advogado	EDSON LUIZ TOLEDO(OAB: null)
Reclamado	Rl Esquadrias de Aluminio Ltda-ME.
Reclamado	Pedro Bolinja Rodrigues

"Audiência inicial designada para o dia 26/06/2012, às 14:30 h. Em cumprimento do Provimento nº 005/2003 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação."

Despacho

Processo Nº RT-935-04.2012.5.10.0103

Reclamante	Cicera de Araujo Ferreira
Advogado	JOAO CLIMACO DE ALMEIDA FILHO(OAB: null)
Reclamado	Panificadora e Confeitaria Qnp Cinco Ltda- ME.

"Audiência inicial designada para o dia 26/06/2012, às 14:35 h. Em cumprimento do Provimento nº 005/2003 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). Nos

termos do
art. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento
da ação."

Edital

Edital

Processo Nº RT-1120-76.2011.5.10.0103

Reclamante	Angelica Lucia Ramos de Freitas
Advogado	LUIS EDUARDO BRUNS DE MORAES(OAB: null)
Reclamado	Centro Presbiteriano de Educacao Ltda
Reclamado	Colegio Prisma Bsb Ltda
Reclamado	Tatiana Jaqueline Fagundes
Reclamado	Wilton Luiz Couto Ramos
Reclamado	Cleiton Rogerio Couto Gomes

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) LUCIANA MARIA DO ROSÁRIO PIRES, Juiz(a) do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO os sócios da reclamado(a) CLEITON ROGÉRIO COUTO GOMES,TATIANA JAQUELINE FAGUNDES , WILTON LUIZ COUTO RAMOS, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência da DECISÃO proferida nos autos e a seguir transcrito " Posto isso, JULGO PROCEDENTES EM PARTE os pedidos articulados na presente ação trabalhista, condenando solidariamente os reclamados CENTRO PRESBITERIANO DE EDUCAÇÃO LTDA e COLÉGIO PRISMA BSB LTDA a pagar à reclamante ANGÉLICA LÚCIA RAMOS DE FREITAS após o trânsito em julgado, no prazo de 48 horas contados da intimação para este mister, com juros e correção monetária, conforme se apurar em regular liquidação do feito, as seguintes parcelas: aviso prévio indenizado, que deverá integrar o tempo de serviço para todos os efeitos; férias proporcionais 2010, à razão de 1/12, acrescidas de 1/3 (considerando a integração do aviso prévio); 13º salário proporcional de 2010, à razão de 1/12 (considerando a projeção do aviso prévio), e multa do art. 477, § 8.º, da CLT, no valor da última remuneração e a multa do artigo 467de 50% sobre o aviso prévio, férias+1/3 e a gratificação natalina, nos termos da fundamentação supra, parte integrante deste dispositivo.Cumpram-se as obrigações de fazer determinadas.Honorários advocatícios pelos reclamados.Contribuições previdenciárias incidentes sobre o a gratificação natalina, única parcela de cunho estritamente salarial objeto da condenação, nos termos da Lei 8.212/91, sujeitas à execução de ofício, na hipótese de não satisfeitas voluntariamente. Descontos fiscais na forma da legislação aplicável à espécie.
Custas, pelos reclamados, no importe de R$80,00, calculadas sobre o valor de R$1.560,00, provisoriamente arbitrado à condenação.Ciente a reclamante (Súmula 197 do c. TST).Intimem-se os reclamados, por edital.O inteiro teor da decisão poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na QSB 01, Lote 20, 3º Andar - Taguatinga/DF. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara. Assinado por MARIA DO SOCORRO LEITE LIMA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 3ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF em 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-1223-83.2011.5.10.0103

Reclamante	Francisco Artemir Soares Moreira
Advogado	WALTER MORAES(OAB: null)
Reclamado	Construtora e Reformadora Uanderson Fátima Ltda
Reclamado	Brookfield Mb Empreendimentos Imobiliários S/A
Advogado	DIOGO FONSECA SANTOS KUTIANSKI(OAB: null)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) LUCIANA MARIA DO ROSÁRIO PIRES, Juiz(a) do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o(a) reclamado(a) Construtora e Reformadora Uanderson & Fátima Ltda, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência da DECISÃO proferida nos autos e a seguir transcrito:1. Conheço dos embargos, porque presentes os requisitos legais.2. Não há omissão ou contradição a ser sanada na sentença, consoante fundamentos esposados na referida decisão.Cumpre ressaltar que há entendimento consubstanciado neste Regional de que o tomador de serviços responde pelo pagamento da multas previstas nos artigos 467 e 477, § 8º da CLT, assim dispõe o verbete do Pleno de n.11/200"RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ABRANGÊNCIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. ITEM IV DA SÚMULA Nº 331 DO COL. TST . 'O tomador dos serviços responde, em caráter subsidiário, pelas obrigações trabalhistas do empregador, ainda que aquele integre a Administração Pública. Tal responsabilidade abrange também as multas do artigo 467 e do § 8º do artigo 477, ambos da CLT e § 1º do artigo 18 da Lei nº 8.036/1990, bem como os honorários assistenciais."3. Além disso, a embargante alega omissão, pretendendo, em outras linhas, a reforma da sentença, o que só pode ocorrer mediante o recurso adequado.
4. Embargos acolhidos para prestar esclarecimentos.
POSTO ISSO, ACOLHO os presentes embargos declaratórios, somente para prestar esclarecimentos, nos termos da fundamentação acima que integra este decisum.Intimem-se as partes.". O inteiro teor da decisão poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na QSB 01, Lote 20, 3º Andar - Taguatinga/DF. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara. Assinado por MARIA DO SOCORRO LEITE LIMA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 3ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF em 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-132500-67.2007.5.10.0103

Processo Nº RT-1325/2007-103-10-00.7

Reclamante	Jaciane de Brito Leão de Araujo
Advogado	HILTON BORGES DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Uniao Brasileira de Educacao e Participacoes Ltda
Reclamado	Cooperativa Criativista de Serviços Educacionais e Cultura de Brasília
Advogado	GRACE MARY VERAS OSIK(OAB: null)
Reclamado	Itp Empreendimentos Educacionais S/C Ltda(sucessora da Unisaber)
Reclamado	Centro de Estudos Avancados e Tecnologicos S/C Ltda(sucessora da Unisaber)
Advogado	SORAYA COSTA DE MIRANDA(OAB: null)

EDITAL DE CITAÇÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) LUCIANA MARIA DO ROSÁRIO PIRES, Juiz(a) do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica CITADO(A) o(a) Executado(a) CEAT CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS E TECNOLOGIA S/C LTDA (Sucessora da UNISABER)e ITP EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS S/C LTDA(SUCESSORA UNISABER , para, PAGAR OU GARANTIR, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de penhora em tantos bens quantos bastem à integral quitação da dívida, o valor da execução, R$2.893,10 ao Exeqüente, correspondentes às verbas especificadas no resumo de cálculo à(s) fl(s)335.O total devido é passível de atualização quando do efetivo pagamento e/ou garantia da execução, pois apurado até 30/06/2011.Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.Assinado por MARIA DO SOCORRO LEITE LIMA Diretor(a) de Secretaria, por ordem da Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 3ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF em 2, MAIO de 2012.

Edital

Processo Nº RT-149100-03.2006.5.10.0103

Processo Nº RT-1491/2006-103-10-00.2

Reclamante	Adeilton Fernandes Pimenta
Advogado	HOROZIMBO ALVES FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Drogaria Farmapreco Ltda-Me
Advogado	LUIS ITAMAR RIBEIRO(OAB: null)
Reclamado	Victor Neres de Melo Oliveira
Reclamado	Marcia Correa de Freitas
Reclamado	Fabrize Soares Mascarenhas

EDITAL DE CITAÇÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) LUCIANA MARIA DO ROSÁRIO PIRES, Juiz(a) do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica CITADO(A) o(a) Executado(a) FABRIZE SOARES MASCARENHAS para, PAGAR OU GARANTIR, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de penhora em tantos bens quantos bastem à integral quitação da dívida, o valor da execução, R$ 9.095,01 ao Exeqüente, correspondentes às verbas especificadas no resumo de cálculo à(s) fl(s)249. O total devido é passível de atualização quando do efetivo pagamento e/ou garantia da execução, pois apurado até 31/05/2008.Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.Assinado por MARIA DO SOCORRO LEITE LIMA Diretor(a) de Secretaria, por ordem da Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 3ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF em 2, MAIO de 2012.

1ª VARA DO TRABALHO DE PALMAS-TO

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-139-53.2012.5.10.0801

Reclamante	Rogerio Pereira Miranda
Advogado	JOSÉ ERASMO PEREIRA MARINHO(OAB: null)
Reclamado	Brasil Posto Diesel Ltda
Advogado	JOSÉ PEDRO DA SILVA(OAB: null)

Vistos os autos.

Fixo a execução em R$800,00 (oitocentos reais) referente a multa de 100% incidente sobre a 1ª parcela do acordo paga a destempo.

Cite-se a reclamada, via DEJT, na pessoa do seu advogado, para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas pagar ou garantir a execução, observando-se a gradação legal.

Palmas, 2 de maio de 2012. Juiz do Trabalho SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES

Despacho

Processo Nº RT-266-88.2012.5.10.0801

Reclamante	Cicero Jorge de Sousa
Advogado	ROSA HELENA AMBROSIO DE CARVALHO(OAB: null)
Reclamado	Industria Nacional de Asfaltos S/A

Desp. fl. 56."ATA DE AUDIÊNCIA PROCESSO: 00266-2012-801-10-00-1 RECLAMANTE: Cicero Jorge de Sousa RECLAMADO: Industria Nacional de Asfaltos S/A Em 26 de abril de 2012, na sala de sessões da MM. 1ª VARA DO TRABALHO DE PALMAS/TO, sob a direção do Exmo. Juiz ERASMO MESSIAS DE MOURA FÉ, realizou-se audiência do processo identificado em epígrafe.Às 08h56min, aberta a audiência, foram, de ordem do Exmo. Juiz do Trabalho, apregoadas as partes.Ausente o(a) reclamante.Presente o preposto do(a) reclamado(a), Sr(a). MAIARA ZORTEA BRASIL DIAS, acompanhado(a) do(a) advogado(a) Dr(a).FABRICIO DE MELO BARCELOS COSTA-OAB/TO nº4168.O reclamante requereu a designação de nova data de audiência, alegando dificuldade de locomoção e despesas de viagem(fl.53).Vista à reclamada, que não concorda com a redesignação da audiência e requer o arquivamento.Diante da ausência injustificada do(a) reclamante, decido ARQUIVAR a presente reclamação(CLT, art.844).Fica autorizado o desentranhamento dos documentos de fls. 09/32 e entrega ao reclamante.Custas pelo(a) reclamante no importe de R$ 800,00, calculadas sobre R$ 40.000,00, dispensadas na forma da lei, conforme declaração às fl. e OJ nº 304 da SDI-I/TST.Intime-se o(a) reclamante, por seu procurador.Após decorrido o prazo recursal, ao arquivo.Audiência encerrada às 08h59min.Nada mais.ERASMO MESSIAS DE MOURA FÉ Juiz do Trabalho Titular."

Despacho

Processo Nº RT-511-02.2012.5.10.0801

Autor	Uniao
Réu	Alternativa Empreendimentos e Servicos Ltda
Advogado	RENATTO PEREIRA MOTA(OAB: null)

Vistos.Intime-se a reclamada para que, no prazo de CINCO dias, informe os salários a serem pagos correspondentes ao mês de março/2012, conforme determinado na ata de audiência à fl. 124, sob pena de multa de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) a ser revertida em favor dos empregados listados na planilha de fl. 242.Palmas, 2 de maio de 2012.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-565-65.2012.5.10.0801

Reclamante	Adriano Alves Costa
Advogado	AIRTON ALOISIO SCHÜTZ(OAB: null)
Reclamado	Real Comercio Varejista de Sistemas de Seguranca Ltda (rep. Rosane Balsan)

Desp. fl. 16."ATA DE AUDIÊNCIA Em 26 de abril de 2012, na sala de sessões da MM. 1ª VARA DO TRABALHO DE PALMAS/TO, sob a direção do Exmo. Juiz ERASMO MESSIAS DE MOURA FÉ, realizou-se audiência do processo identificado em epígrafe.Às 08h56min, aberta a audiência, foram, de ordem do Exmo.Juiz do Trabalho, apregoadas as partes.Ausente o(a) reclamante.Presente o preposto do(a) reclamado(a), Sr(a). MAIARA ZORTEA BRASIL

DIAS, acompanhado(a) do(a) advogado(a) Dr(a). FABRICIO DE MELO BARCELOS COSTA - OAB/TO nº 4168.O reclamante requereu a designação de nova data de audiência, alegando dificuldade de locomoção e despesas de viagem (fl. 53). Vista à reclamada, que não concorda com a redesignação da audiência e requer o arquivamento.Diante da ausência injustificada do(a) reclamante, decido ARQUIVAR a presente reclamação (CLT, art. 844).Fica autorizado o desentranhamento dos documentos de fls.09/32 e entrega ao reclamante.Custas pelo(a) reclamante no importe de R$ 800,00, calculadas sobre R$ 40.000,00, dispensadas na forma da lei, conforme declaração às fl. e OJ nº 304 da SDI-I/TST.Intime-se o(a) reclamante, por seu procurador.Após decorrido o prazo recursal, ao arquivo.Audiência encerrada às 08h59min.Nada mais.ERASMO MESSIAS DE MOURA FÉ Juiz do Trabalho Titular."

Despacho

Processo Nº RT-928-52.2012.5.10.0801

Reclamante	Edmundo Rodrigues dos Santos
Advogado	GILBERTO BATISTA DE ALCANTARA(OAB: null)
Reclamado	Fertilizantes Tocantins Ltda

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 05/06/2012 13h20, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-929-37.2012.5.10.0801

Reclamante	Edson Rodrigues da Silva
Advogado	ROGERIO RODRIGO FERREIRA MOTA(OAB: null)
Reclamado	Fertilizantes Tocantins Ltda

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 05/06/2012 13h30, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-930-22.2012.5.10.0801

Reclamante	Ebson Pereira da Silva
Advogado	ROGERIO RODRIGO FERREIRA MOTA(OAB: null)
Reclamado	Fertilizantes Tocantins Ltda

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 05/06/2012 13h40, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-931-07.2012.5.10.0801

Reclamante	Auro Jose Marques de Assuncao
Advogado	REGES HENRIQUE PALLAORO(OAB: null)
Reclamado	Farmacia Meio a Meio Ltda

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 04/06/2012 13h50, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-938-96.2012.5.10.0801

Reclamante	Ejorivaldo Aires da Rocha
Advogado	SEBASTIAO LUIS VIEIRA MACHADO(OAB: null)

Reclamado	Construtora Andrade Ltda
Reclamado	Cia de Energia Eletrica do Estado do Tocantins - Celtins

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 04/06/2012 14h10, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-939-81.2012.5.10.0801

Reclamante	Pauliane Messias Camara
Advogado	ROGÉRIO GOMES COÊLHO(OAB: null)
Reclamado	Adobe Assess de Servicos Cadastrais Ltda

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 31/05/2012 10h28, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-940-66.2012.5.10.0801

Reclamante	Andre Barreira da Conceicao
Advogado	SURAMA BRITO MASCARENHAS(OAB: null)
Reclamado	Porto Motos Comercio de Motos Ltda

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 04/06/2012 13h40, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-941-51.2012.5.10.0801

Reclamante	Rafael Borba Lacerda
Advogado	CINEY ALMEIDA GOMES(OAB: null)
Reclamado	Cp Promotora de Vendas S.A.
Reclamado	Bv Financeira Sa Credito Financiamento e Investimento

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 31/05/2012 09h48, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-942-36.2012.5.10.0801

Reclamante	Joao Carlos Silva de Oliveira
Advogado	LEONARDO MENESES MACIEL(OAB: null)
Reclamado	Confederal Vig. e Transp. de Valores Ltda

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 04/06/2012 13h30, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da

Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-943-21.2012.5.10.0801

Reclamante	Edilberto Aguiar Costa
Advogado	CLOVIS TEIXEIRA LOPES(OAB: null)
Reclamado	Prudencia Vigilancia e Seguranca Ltda
Reclamado	Tribunal Regional Eleitotal do Tocantins

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 31/05/2012 09h24, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-944-06.2012.5.10.0801

Reclamante	Bonfim Bailon Ferreira
Advogado	EDWARDO NELSON LUÍS CHAVES FRANCO(OAB: null)
Reclamado	M V Construcao e Incorporacao Ltda

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 31/05/2012 10h36, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-945-88.2012.5.10.0801

Reclamante	Maycon Alberto Eleuterio Guerra
Advogado	LEANDRO WANDERLEY COELHO(OAB: null)
Reclamado	Souza e Menezes Ltda Me

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 04/06/2012 14h00, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-948-43.2012.5.10.0801

Reclamante	Antonio dos Santos da Silva
Advogado	RANIERE BRITO DA LUZ GOMES(OAB: null)
Reclamado	Spa Engenharia Industria e Comercio Ltda

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 31/05/2012 09h16, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-949-28.2012.5.10.0801

Reclamante	Monica Rezende dos Santos
Advogado	AIRTON ALOISIO SCHÜTZ(OAB: null)
Reclamado	Maria Nilda dos Santos Mendonça

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 31/05/2012 09h32, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente

feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-950-13.2012.5.10.0801

Reclamante	Wanderson Alves dos Santos
Advogado	LEONARDO MENESES MACIEL(OAB: null)
Reclamado	Tnt Aracatuba Transportes e Logistica S.A

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 25/05/2012 13h20, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-951-95.2012.5.10.0801

Reclamante	Renan dos Santos Pereira
Advogado	CLOVIS TEIXEIRA LOPES(OAB: null)
Reclamado	A. M. Comercio de Alimentos Ltda Me (Escritório 02 Bar e Restaurante)

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 31/05/2012 09h40, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-952-80.2012.5.10.0801

Reclamante	Deuzimar Martins Vieira
Advogado	CLOVIS TEIXEIRA LOPES(OAB: null)
Reclamado	T. Andrade Pereira Alimentos (Restaurante Galileu)
Reclamado	Tiago Andrade Pereira
Reclamado	Danielle Lopes

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 31/05/2012 09h56, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-953-65.2012.5.10.0801

Reclamante	Mario Saraiva Carneiro Filho
Advogado	PEDRO CARVALHO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Rg Transportes e Logistica Ltda
Reclamado	Favorita Transportes Ltda

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 31/05/2012 10h20, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-954-50.2012.5.10.0801

Reclamante	Allan Carlos Matos Barros

Advogado	MASOLENE PEREIRA CRUZ(OAB: null)
Reclamado	Iguana Bar Ltda

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 31/05/2012 09h08, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-955-35.2012.5.10.0801

Reclamante	Jose Silva Filemon
Advogado	MARCIO AUGUSTO MONTEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Stock Logistica - Transporte e Armazem Ltda

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 31/05/2012 10h04, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-956-20.2012.5.10.0801

Reclamante	Fernando Faustino
Advogado	JOSE ANTONIO ALVES TEIXEIRA(OAB: null)
Reclamado	Fcs Construtora Ltda - Me

"TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA 1.Designo audiência inicial para o dia 31/05/2012 10h12, relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, Lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o(a)(s) autor(a)(s) por seu(s) procurador(es), via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.3.(...).4.O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas quando da realização da audiência de instrução, nos termos do art. 825 da CLT.5.(...).6.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo autor o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP(...).7.As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O(A)(S) autor(a)(s) poderá(ão), até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas, 2 de maio de 2012.
SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-1002-43.2011.5.10.0801

Requerente	Sind. dos Trabal. Em Saude No Estado do Tocantins
Advogado	MARCO TULIO DE ALVIM COSTA(OAB: null)
Requerido	Unihealth Logistica Ltda
Advogado	CLOVIS TEIXEIRA LOPES(OAB: null)
Requerido	Estado do Tocantins

Desp. de fl. "Vistos os autos.Tendo em vista a solicitação da MM. 2ª Vara Trabalhista de Palmas/TO, através dos ofícios nºs. 501/2012 e 524/2012, de 17/04/2012 e 18/04/2012, respectivamente, determino à Caixa Econômica Federal que, utilizando-se de parte do numerário depositado na conta judicial nº 042/01510234, proceda à transferência dos valores abaixo, no total de R$2.300,00, sendo:1) R$800,00 relativo ao processo nº 000505-89.2012.5.10.0802 (Reclamante: ELEILDE DA SILVA SANTOS e reclamada: Unihealth Logistica Ltda CNPJ:07.312.223/0001-33), a ser depositado em conta vinculada aos autos respectivos, que tramitam na MM. 2ª VT de Palmas/TO; 2) R$1.500,00 relativo ao processo nº 001599-09.2011.5.10.0802 (Reclamante: THYAGO FERREIRA e reclamada: Unihealth Logistica Ltda CNPJ:07.312.223/0001-33), que tramita na MM. 2ª VT de Palmas/TO, a ser depositado na conta corrente de titularidade do patrono do reclamante, Dr. LEONARDO MENESES MACIEL, OAB/TO nº 4221, agência da Caixa Econômica Federal, nº 0793, operação 001, conta nº20.680-7.
A CEF deverá comprovar as operações no prazo de 05 dias.Comprovadas as operações, cientifique-se o Juízo solicitante.Cumpra-se na forma da lei.Por medida de celeridade e economia processual, o presente despacho será expedido em duas vias e terá força de OFÍCIO."
Palmas, 27 de abril de 2012.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-1164-38.2011.5.10.0801

Reclamante	Confederacao da Agricultura e Pecuaria do Brasil
Advogado	MYLENE DAGRAVA NUNES BRAGA(OAB: null)
Reclamado	Eduardo de Oliveira Guimaraes

Desp. de fl."Vistos os autos.Defiro o pedido da autora.Libere-se à reclamante, o saldo da conta judicial de fl. 29, por meio de guia de levantamento.Intime-se a reclamante, via DEJT, para retirar a guia no prazo de 05 dias.Liberada a guia, devolvam-se os autos ao arquivo definitivo."Palmas, 2 de maio de 2012.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-1243-17.2011.5.10.0801

Reclamante	Enikersom Moreira da Cruz

Advogado	REGES HENRIQUE PALLAORO(OAB: null)
Reclamado	Refrescos Bandeirantes Industria e Comercio Ltda
Advogado	MARIA DE JESUS DA COSTA E SILVA(OAB: null)

Vistos os autos. Sem prejuízo do prazo concedido às partes para manifestação, nos termos do art. 884, da CLT, atenda-se a solicitação do Juízo da 2ª Vara de Família da Comarca de Palmas/TO (fls. 173). Lavre-se o respectivo Termo de bloqueio de crédito. Após, oficie-se à 2ª Vara de Família da Comarca de Palmas/TO, informando que este Juízo encontra-se garantido (depósito judicial de fl. 163); que o crédito líquido do obreiro é de R$ 20.221,57 e que a solicitação de bloqueio judicial foi devidamente atendida. Solicitem-se, também, parâmetros para manutenção do bloqueio judicial, uma vez que, possivelmente, este será o único motivo para não liberação imediata do crédito do reclamante, que também se trata de verba de caráter alimentar. Por medida de celeridade e economia processual, o presente despacho será expedido em duas vias e terá força de OFÍCIO. Palmas, 30 de abril de 2012. SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-1251-91.2011.5.10.0801

Reclamante	Jose Carlos Pereira Frazao
Advogado	JOSE ANTONIO ALVES TEIXEIRA(OAB: null)
Reclamado	Temar Transportadora e Distribuidora de Bebidas Ltda
Advogado	ARIVAL ROCHA DA SILVA LUZ(OAB: null)

Despacho de fl. 112 "Vistos os autos. 1. Considerando que consta nos autos, depósito recursal (fl. 80) que garante a execução, converto-o em penhora e reconsidero o despacho de fl. 111. 2. Intimem-se as partes para os fins do artigo 884 da CLT. Palmas, 2 de maio de 2012. SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES Juiz(a) do Trabalho"

Despacho

Processo Nº RT-1375-74.2011.5.10.0801

Reclamante	Roberto dos Santos Silva
Advogado	REGES HENRIQUE PALLAORO(OAB: null)
Reclamado	Refrescos Bandeirantes Industria e Comercio Ltda
Advogado	MARIA DE JESUS DA COSTA E SILVA(OAB: null)

Com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e nos artigos 23 e 24 do Provimento Geral Consolidado/TRT 10ª Região e na Portaria 1VT PALMAS 01/2012, o presente feito terá a seguinte movimentação: Intimação do exequente para os fins do art. 884, da CLT. Palmas, 30 de abril de 2012. SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-1412-04.2011.5.10.0801

Reclamante	Jose de Ribamar Rocha Viana
Advogado	SEBASTIAO LUIS VIEIRA MACHADO(OAB: null)
Reclamado	Construcoes e Comercio Camargo Correa S/A
Advogado	RAFAEL FERRARESI HOLANDA CAVALCANTE(OAB: null)

Vistos os autos. Mantenho a decisão agravada. Forme-se o instrumento, intimando o exequente/agravado para, querendo, no prazo legal, manifestar-se sobre o agravo de instrumento interposto pela executada/agravante e sobre o recurso de fls. 124/126. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, previsto na Lei Nº. 11.419/2006, para que a executada junte as peças de traslado obrigatório a que alude o artigo 897, § 5º, da CLT e apresentada a manifestação do exequente ou decorrido "in albis" o prazo, subam os autos do Agravo de Instrumento ao Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Junte-se cópia deste despacho nos autos do Agravo. Palmas-TO, segunda-feira, 30 de abril de 2012. SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES Juíza do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-1764-59.2011.5.10.0801

Reclamante	Fernando Oliveira Espindola
Advogado	LEONARDO MENESES MACIEL(OAB: null)
Reclamado	Unihealth Logistica Ltda
Advogado	CLOVIS TEIXEIRA LOPES(OAB: null)

Com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e nos artigos 23 e 24 do Provimento Geral Consolidado/TRT 10ª Região e na Portaria 1VT PALMAS 01/2012, o presente feito terá a seguinte movimentação: Intimação das partes para os fins do art. 844, da CLT. Palmas, 30 de abril de 2012. SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-1871-06.2011.5.10.0801

Reclamante	Rioner Antonio Soares
Advogado	GUSTAVO DE BRITO CASTELO BRANCO(OAB: null)
Reclamado	Dom Bosco Instituto de Ensino do Tocantins Ltda.
Advogado	JESUS FERNANDES DA FONSECA(OAB: null)

Ato ordinatório de fl. "Com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e nos artigos 23 e 24 do Provimento Geral Consolidado/TRT 10ª Região e na Portaria 1VT PALMAS 01/2012, o presente feito terá a seguinte movimentação:intimação da reclamada para comprovar o efetivo pagamento dos encargos previdenciários devidos, no prazo de 05 dias, pois o documento apresentado é imprestável para tal fim."Palmas, 10 de abril de 2012.SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA-Diretor(a) de Secretaria.

Despacho

Processo Nº RT-1965-51.2011.5.10.0801

Reclamante	Jeverson Vainel Alves da Silva
Advogado	RICARDO HAAG(OAB: null)
Reclamado	Brasil Ecodiesel Industria e Comercio de Biocombustiveis e Oleos Vegetais S/A
Advogado	ANA ELIZA RAMOS SANDOVAL(OAB: null)

Desp. de f."Vistos os autos.Garantida a execução, intimem-se as partes, prazo e fins do art. 884 da CLT."Palmas, 2 de maio de 2012.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-2014-92.2011.5.10.0801

Reclamante	Sebastiao de Sousa Cabral
Advogado	CARLOS AUGUSTO DE SOUZA PINHEIRO(OAB: null)
Reclamado	Construtora Nogueira Ltda
Reclamado	SPA Engenharia Industria e Comercio Ltda
Advogado	JOSÉ EVERSON CANTO DA MOTA(OAB: null)

Despacho de fl. 97 "Vistos os autos. 1. [...] 2. [...] 3. ..., intime-se o reclamante para impugnação dos cálculos (CLT, art. 884, §3º). 4. Diante dos termos da Portaria n.º 435/2011, do Ministério da

Fazenda, deixo de intimar a União. Palmas, 30 de março de 2012.ERASMO MESSIAS DE MOURA FÉ Juiz do Trabalho"

Despacho

Processo Nº RT-2016-62.2011.5.10.0801

Reclamante	Ady Rodrigues Gomes
Advogado	CARLOS AUGUSTO DE SOUZA PINHEIRO(OAB: null)
Reclamado	Construtora Nogueira Ltda
Reclamado	SPA Engenharia Industria e Comercio Ltda
Advogado	JOSÉ EVERSON CANTO DA MOTA(OAB: null)

Despacho de fl. 104 "Vistos os autos. 1. Homologo os cálculos às fls.97/103-v, fixando, por conseguinte, o débito da executada em R$ 9.999,54 , atualizados até 31/03/2012, já inclusas as custas processuais, encargos previdenciários e fiscais, sem prejuízo de atualizações na forma abaixo discriminada. Especificação do débito:
Total da execução R$ 9.999,54 Atualizado até: 31/03/2012Liq. Exequente....: 7.930,21 INSS Reclamante...: 468,17 INSS Reclamado....: 923,31 INSS Terceiros....: 267,76 INSS SAT.....: 138,49 I R P F.....: 60,14 Custas do Processo: 169,17 Custas Art.789....: 42,29 2. [...] 3. ... intime-se o reclamante para impugnação dos cálculos (CLT, art. 884, §3º). 4. Diante dos termos da Portaria n.º 435/2011, do Ministério da Fazenda, deixo de intimar a União. Palmas, 30 de março de 2012. ERASMO MESSIAS DE MOURA FÉ Juiz do Trabalho"

Despacho

Processo Nº RT-2134-38.2011.5.10.0801

Reclamante	Raimundinho Pereira da Silva
Advogado	CARLOS AUGUSTO DE SOUZA PINHEIRO(OAB: null)
Reclamado	Suportte Construcao e Servicos Ltda
Advogado	ALLYSSON CRISTIANO RODRIGUES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	SPA Engenharia Industria e Comercio Ltda
Advogado	JOSÉ EVERSON CANTO DA MOTA(OAB: null)

Com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e nos artigos 23 e 24 do Provimento Geral Consolidado/TRT 10ª Região e na Portaria 1VT PALMAS 01/2012, o presente feito terá a seguinte movimentação:
1. Anotação da CTPS pela secretaria.
2. Intimação do reclamante para receber a CTPS, no prazo de 05 (cinco) dias.
Palmas, 2 de maio de 2012.

SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA
Diretor(a) de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-2168-13.2011.5.10.0801

Reclamante	Valdete Luiz Henrique
Advogado	ELIZABETE ALVES LOPES(OAB: null)
Reclamado	Milton Muniz
Advogado	ASDRÚBAL CARLOS MENDANHA(OAB: null)

Desp. de fl. "Vistos os autos.Ante os documentos apresentados pelo reclamado, intime-se o reclamante, por seu procurador, para manifestar sobre a regular habilitação seguro desemprego, no prazo de 15 dias, sob pena de presumir-se devidamente cumprida a obrigação do reclamado, quanto ao referido benefício pretendido."Palmas, 2 de maio de 2012.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-2218-39.2011.5.10.0801

Reclamante	Francisco Sampaio de Oliveira Neto
Advogado	CARLOS AUGUSTO DE SOUZA PINHEIRO(OAB: null)
Reclamado	Construtora Nogueira Ltda
Reclamado	SPA Engenharia Industria e Comercio Ltda
Advogado	JOSÉ EVERSON CANTO DA MOTA(OAB: null)

Visando-se ao prosseguimento do feito (fl. 66, item 2), INTIMO o reclamado para, em 48 horas: a) proceder à retificação na CTPS do autor. Em caso de inércia o reclamado o ato será realizado pelo Diretor de Secretaria, conforme sentença de fls. 56/62; b) entregar ao reclamante as guias do seguro-desemprego, incorrendo em indenização substitutiva no caso de inércia, nos termos da referida decisão. Palmas, 02 de maio de 2012. Sílvia Custódia Pedreira - Diretora de Secretaria.

Despacho

Processo Nº RT-2231-38.2011.5.10.0801

Reclamante	Vandirlene Burgue Coutinho
Advogado	EDWARDO NELSON LUÍS CHAVES FRANCO(OAB: null)
Reclamado	Natalicio Slongo Junior
Advogado	ALYNE COELHO PEREIRA(OAB: null)

Vistos.Intime-se a reclamada para, no prazo de QUARENTA E OITO HORAS, promover ao recolhimento da importância apurada referente ao FGTS e multa (R$ 2.670,08) em conta judicial junto à ag. 2525 da Caixa Econômica Federal.Palmas, 2 de maio de 2012.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-2278-12.2011.5.10.0801

Reclamante	Manoel Jurivaldo Alves de Sousa
Advogado	NEWTON CESAR DA SILVA LOPES(OAB: null)
Reclamado	SPA Engenharia Industria e Comercio Ltda
Advogado	JOSÉ EVERSON CANTO DA MOTA(OAB: null)

desp.f.(...)Intime-se a reclamada, via DEJT, para se manifestar sobre a alegação de inadimplemento do acordo de fls.197, no prazo de 05 dias.
Juiz do Trabalho SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES

Despacho

Processo Nº RT-2322-31.2011.5.10.0801

Consignante	Frigocapa Industria e Comercio de Alimentos e Derivados Ltda
Advogado	GUILHERME TRINDADE MEIRA COSTA(OAB: null)
Consignado	Antonio Nunes Neto

Desp. de fl."Vistos os autos.1. Diante dos elementos contidos nos autos, declaro extinta a execução nos termos do artigo 794, I, do CPC.2. Determino ao Gerente da Caixa Econômica Federal que se utilizando do saldo total da(s) conta(s) judicial(ais) 2525/042/01513145-4 e observando os valores da execução, abaixo informados, realize as seguintes operações:
a) Recolha o INSS do empregado no valor de R$37,37, código 1708 e identificador 126.08311.297 ; b) Recolha o INSS do empregador, do SAT e de terceiros no valor do saldo remanescente da conta no código 2909 e identificador 07.653.574/0001-08, zerando-se a(s) conta(s).O banco deverá comprovar a transação no prazo de 5 dias.3. Intime-se a consignante, por seu procurador. Deixo de intimar o consignatário, ante a certidão de fl. 28.4. Diante dos

termos da Portaria n.º 435/2011, do Ministério da Fazenda, deixo de intimar a União.5. Decorrido o prazo e comprovados os recolhimentos, arquivem-se os autos definitivamente.Cumpra-se na forma da lei. Por medida de celeridade e economia processual, o presente despacho será expedido em duas vias e terá força de OFÍCIO."Palmas, 2 de maio de 2012.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-2440-07.2011.5.10.0801

Reclamante	Carisvaldo Francisco Souza
Advogado	EDWARDO NELSON LUÍS CHAVES FRANCO(OAB: null)
Reclamado	Fenix Empreendimentos Ltda Me
Advogado	ISADORA AFONSO GOMES DE ARAUJO(OAB: null)

Desp. de fl."Junte-se.Defere-se como requer."Palmas, 2 de maio de 2012.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-2505-02.2011.5.10.0801

Reclamante	Edson Lopes Rodrigues
Advogado	GUSTAVO DE BRITO CASTELO BRANCO(OAB: null)
Reclamado	Solução Segurança e Vigilância Ltda
Advogado	RENATTO PEREIRA MOTA(OAB: null)

Ato Ordinatório fl. 51:"Com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e nos artigos 23 e 24 do Provimento Geral Consolidado/TRT 10ª Região e na Portaria 1VT PALMAS 01/2012, o presente feito terá a seguinte movimentação: 1. intimação do reclamante, por seu procurador, via DEJT, para, no prazo de 05 dias, levantar seu crédito através de guia judicial; 2. levantado o crédito, remetam-se os autos ao ARQUIVO DEFINITIVO, nos termos da ata de fls. 23/24. Palmas, 2 de maio de 2012. SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA. Diretora de Secretaria."

Despacho

Processo Nº RT-26100-06.2006.5.10.0801

Processo Nº RT-261/2006-801-10-00.0

Reclamante	ELAINE NARCISO LOPES
Advogado	CARLOS AUGUSTO DE SOUZA PINHEIRO(OAB: null)
Reclamado	Farmacia Drogacenter Ltda - Me
Advogado	TELMO HEGELE(OAB: null)
Reclamado	Vanderlei Moco Miclos
Reclamado	Soraia Souza Terreco

Com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e nos artigos 23 e 24 do Provimento Geral Consolidado/TRT 10ª Região e na Portaria 1VT PALMAS 01/2012, o presente feito terá a seguinte movimentação: Intimação dos executados, na pessoa do advogado da empresa FARMÁCIA DROGACENTER LTDA-ME, para os fins do art. 884, da CLT. Palmas, 30 de abril de 2012. SÍLVIA CUSTÓDIA PEDREIRA Diretor(a) de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-46500-22.1998.5.10.0801

Processo Nº RT-465/1998-801-10-00.0

Reclamante	MANOEL TAVARES DE CARVALHO
Advogado	ROMULO SABARA DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	W.G. URBANIZACAO CONSTRUCAO E TRANSPORTE LTDA.
Reclamado	CONSTRURIO - CONSTRUTORA RIO LTDA.
Reclamado	JOSÉ WILSON PEREIRA AIRES
Reclamado	ADELICE FERREIRA SILVA
Reclamado	CLEYTON MAIA BARROS
Reclamado	JAIME LÚCIO BATISTA
Reclamado	VALDENIR MOREIRA ALVES
Advogado	LEONTINO LABRE FILHO(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO/DELEGADO Portaria 1VTPALMAS 01/2012 DEJT 25/01/2012 Com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e nos artigos 23 e 24 do Provimento Geral Consolidado/TRT 10ª Região e na Portaria 1VT PALMAS 01/2012, o presente feito terá a seguinte movimentação: Desarquivamento dos autos, com vista ao reclamante, pelo prazo de 10(dez) dias, nos termos art. 96, § 1º, do Provimento Geral Consolidado do TRT-10ª Região.Decorrido o prazo, os autos serão remetidos ao ARQUIVO DEFINITIVO.Palmas, 2 de maio de 2012. SILVIA CUSTODIA PEDREIRA Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-46600-25.2008.5.10.0801

Processo Nº RT-466/2008-801-10-00.8

Reclamante	Carlos Andre Ferreira da Silva
Advogado	EDER MENDONÇA DE ABREU(OAB: null)
Reclamado	Da Obra Materiais de Construcao Ltda Me (NOVATEC)
Reclamado	Adriana Camargo Janzen
Advogado	VALDONEZ SOBREIRA DE LIMA(OAB: null)
Reclamado	Guilherme Augusto Moreira Lopes
Reclamado	Wilma Soares do Nascimento
Reclamado	Wilian Pereira Sousa

Em cumprimento ao despacho de fl. 319, item 5, intimo a executada para que proceda aos recolhimentos previdenciários e fiscais, no prazo de 30 (trinta) dias (no valor de R$ 886,35), sob pena de prosseguimento da execução, e para que efetue o pagamento dos Emolumentos Notarias, acrescidos de eventuais taxas ou despesas comprováveis pelo Cartório de Protesto da Comarca de Palmas/TO, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de manutenção do protesto. Palmas, 02 de maio de 2012. Sílvia Custódia Pedreira - Diretora de Secretaria.

Despacho

Processo Nº RT-52800-82.2007.5.10.0801

Processo Nº RT-528/2007-801-10-00.0

Reclamante	União Federal (Joao Batista Carneiro da Silva)
Advogado	EDWARDO NELSON LUÍS CHAVES FRANCO(OAB: null)
Reclamado	Jfc Construtora e Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Me
Advogado	NILTON VALIM LODI(OAB: null)
Reclamado	Vera Lucia da Silva
Reclamado	Jailton Ferreira Costa

ATO ORDINATÓRIO/DELEGADO Portaria 1VTPALMAS 01/2012 DEJT 25/01/2012Com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e nos artigos 23 e 24 do Provimento Geral Consolidado/TRT 10ª Região e na Portaria 1VT PALMAS 01/2012, o presente feito terá a seguinte movimentação: Desarquivamento dos autos, com vista ao reclamante, pelo prazo de 10(dez) dias, nos termos art. 96, § 1º, do Provimento Geral Consolidado do TRT-10ª Região.Decorrido o prazo, os autos serão remetidos ao ARQUIVO DEFINITIVO.Palmas, 2 de maio de 2012.SILVIA CUSTODIA PEDREIRA Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-89500-28.2005.5.10.0801

Processo Nº RT-895/2005-801-10-00.2

Reclamante	Andrea Fernandes Braga
Advogado	SEBASTIAO LUIZ VIEIRA MACHADO(OAB: null)
Reclamado	Educandario Passos para o Futuro Ltda
Reclamado	Aurilene Rodrigues de Sousa Lourenco
Reclamado	Fausto Rodrigues de Sousa Neto

Desp. de fl."Vistos os autos.A sócia executada alega que a empresa reclamada encerrou suas atividades em 2004, sendo todos os bens desta transferidos para a empresa Escola Imperador, de propriedade de Eduardo Koichi Mochizuki de Melo e Antônio Rocha Milhomem, cujas atividades tiveram início em 2005, motivo pelo qual diz não ter responsabilidade sobre os débitos exequendos.Requer a liberação dos valores penhorados via BACEN JUD e sua exclusão do polo passivo.Verifica-se, no entanto, que a sócia executada não comprovou suas alegações pois não apresentou os contratos sociais da empresa reclamada, Educandário Passos para o Futuro Ltda, e do Colégio Imperador Ltda.Assim, intime-se a sócia executada para, no prazo de 05 dias, apresentar os documentos de constituição das empresas acima indicadas.Decorrido o prazo acima, intime-se a reclamante, por seu procurador, para se manifestar sobre as alegações da sócia executada, no prazo de 05 dias, sob pena de, no silêncio, presumir-se verdadeiras as alegações de fls. 141/142."Palmas, 2 de maio de 2012.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-
Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-97400-57.2008.5.10.0801

Processo Nº RT-974/2008-801-10-00.6

Reclamante	Fabiano da Silva Lima
Advogado	PAULO SERGIO MARQUES(OAB: null)
Reclamado	Tocantins Futebol Clube
Advogado	ROGERIO BEIRIGO DE SOUZA(OAB: null)

Desp. de fl. "Vistos os autos.Ante a inexistência de crédito em favor do executado, conforme ofício de fl. 362, mantenha-se a suspensão dos atos executórios até 03/10/2012.Cientifique-se o autor."Palmas, 2 de maio de 2012.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho.

Despacho

Processo Nº RT-943400-19.2007.5.10.0801

Processo Nº RT-9434/2007-801-10-00.7

Reclamante	Luiz Carlos Zanebune
Reclamado	NOBEL QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Reclamado	Trento Imoveis Spe-10 Ltda.
Advogado	ADRIANO GUINZELLI(OAB: null)

desp.fl."Cadastre-se o advogado do terceiro interessado/arrematante junto ao SAP, Adriano Guinzelli OAB/TO 2025.2.Indefiro, por ora a expedição de Carta de arrematação, à vista do teor da decisão de fl.235.3.Mantenha-se a execução suspensa até determinação do Juízo Deprecante.4.Publique-se.

2ª VARA DO TRABALHO DE PALMAS-TO

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-70-52.2011.5.10.0802

Reclamante	Divino Batista da Costa
Advogado	Idê Regina de Paula(OAB: null)
Reclamado	Cleanto C de Oliveira-Me
Advogado	EDUARDO PIMENTA DE FARIAS(OAB: null)

Despacho de fl. 288 - "Intime-se o exeqüente para manifestar-se sobre os bens penhorados, prazo de 05 dias, pena de aceite.
Palmas, 02 de maio de 2012." Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

Despacho

Processo Nº RT-172-40.2012.5.10.0802

Requerente	Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Tocantins
Advogado	RENATO MARTINS CURY(OAB: null)
Requerido	Topos Engenharia Comercio e Industria Ltda

"Junte-se. Intime-se o autor a vir retirar guia de resgate do valor depositado em excesso à fl. 51, em 48 horas. Após, remetam-se os autos ao arquivo definitivo. Palmas/TO, 2 de maio de 2012." Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

Despacho

Processo Nº RT-179-32.2012.5.10.0802

Requerente	Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Tocantins
Advogado	RENATO MARTINS CURY(OAB: null)
Requerido	Esplanada Construtora Ltda - Me

"Junte-se. Intime-se o autor a vir retirar guia de resgate do valor depositado em excesso à fl. 54, em 48 horas. Após, remetam-se os autos ao arquivo definitivo. Palmas/TO, 2 de maio de 2012." Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

Despacho

Processo Nº RT-180-17.2012.5.10.0802

Requerente	Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Tocantins
Advogado	RENATO MARTINS CURY(OAB: null)
Requerido	Construtora Andrade Ltda

"Junte-se. Intime-se o autor a vir retirar guia de resgate do valor depositado em excesso à fl. 55, em 48 horas. Após, remetam-se os autos ao arquivo definitivo. Palmas/TO, 2 de maio de 2012." Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

Despacho

Processo Nº RT-322-21.2012.5.10.0802

Reclamante	Ario Bezerra dos Santos
Advogado	SEBASTIAO LUIS VIEIRA MACHADO(OAB: null)
Reclamado	Servi Segurança e Vigilância de Instalações Ltda
Advogado	DIEGO SILVA CAMILO(OAB: null)

Despacho de fl. 326 - "Intime-se a reclamada para que apresente contrarrazões ao Recurso Ordinário interposto pelo reclamante (fls. 294/301), no prazo legal.
Palmas, 02 de maio de 2012." Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

Despacho

Processo Nº RT-407-07.2012.5.10.0802

Reclamante	Sandro Alves Galvão
Advogado	CLOVIS TEIXEIRA LOPES(OAB: null)
Reclamado	Solução Segurança e Vigilância Ltda
Advogado	RENATTO PEREIRA MOTA(OAB: null)

"VISTOS OS AUTOS. Intime-se a reclamada para manifestar-se sobre a pretensão do autor contida na peça de fl. 60, em 48 horas, sob pena de execução, bem como, para, no mesmo prazo, devolver a CTPS do autor, sob pena de busca e apreensão. Palmas/TO, 2 de maio de 2012."

Despacho

Processo Nº RT-501-52.2012.5.10.0802

Reclamante	Adriana Martins Otavio da Silva
Advogado	AIRTON JORGE DE CASTRO VELOSO(OAB: null)
Reclamado	FIC Promotora de Vendas Ltda.
Advogado	FABIANA DA SILVA LELIS(OAB: null)

"Vistos, etc. Diante dos efeitos infringentes dos embargos, vista à reclamante, prazo legal. Após, conclusos. Em 25/04/2012." Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

Despacho

Processo Nº RT-575-43.2011.5.10.0802

Reclamante	Delmiro Duarte da Silva
Advogado	MARCIO AUGUSTO MONTEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Livre - Comunicao Visual Ltda - Me
Reclamado	Emanuella Cintia Neves Mendonca Reis
Reclamado	Andre Luis Carvalho

Despacho: "Vistos os autos.

1. Considerando que resultaram negativas todas as diligências efetuadas por este Juízo, no sentido de satisfazer o valor da execução, intime-se o exequente para, no prazo 30 (trinta) dias, requerer o que for de seu interesse, sob pena de arquivamento provisório dos autos pelo período de um ano, nos termos dos arts. 268 a 270 do PGC/TRT10ª Região; ficando ciente de que neste prazo deverá indicar meios para o efetivo prosseguimento da execução, sob pena de expedição de certidão de crédito trabalhista e arquivamento definitivo dos autos, sem a baixa.

2. Ressalto que requerimentos para a realização de diligências recentemente efetuadas por este Juízo ficam, por ora, indeferidos. FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS-JUIZ TITULAR DA 2ª VT DE PALMAS/TO".

Despacho

Processo Nº RT-605-78.2011.5.10.0802

Reclamante	Wallas Ernandes Pereira da Silva
Advogado	REGES HENRIQUE PALLAORO(OAB: null)
Reclamado	Refrescos Bandeirantes Indústria e Comércio Ltda
Advogado	ISAQUE LUSTOSA DE OLIVEIRA(OAB: null)

Decisão: "PROCESSO nº 0000605-78.2011.5.10.0802

SENTENÇA

(EMBARGOS À EXECUÇÃO)

RELATÓRIO

Vistos os autos.

Tratam os autos de execução derivante de ação proposta por WALLAS ERNANDES PEREIRA DA SILVA em face de REFRESCOS BANDEIRANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Procedida a garantia do Juízo com o depósito recursal de fls. 224 e o valor bloqueado de fls. 302, as partes foram intimadas para os fins do art. 884 da CLT (fls.301), tendo a executada REFRESCOS BANDEIRANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA apresentado petição de embargos à execução (fls.304), acompanhada da planilha de fls. 305, apontando erro na conta homologada, no que concerne a ausência de dedução das horas extras, conforme deferido na sentença, e afirmando que falece competência a esta especializada para calcular e recolher os valores das contribuições sociais devidas a terceiros.

Não houve manifestação do autor, embora intimado (certidão de fls. 308).

O calculista do Juízo presta seus esclarecimentos às fls. 309.

É o Relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

JUÍZO DE CONHECIMENTO

Os embargos à execução são tempestivos, estão subscritos por advogado regularmente constituído, encontrando-se garantido o juízo pelos valores de fls. 224 e 302. Merecem, pois, transpor a barreira da admissibilidade.

JUÍZO DE MÉRITO

1. Da dedução das horas extras

Afirma a empresa executada que "não foram deduzidas as horas extras e DSR s/ horas extras pagos" (fls. 304).

Em seus esclarecimentos de fls. 309, o Calculista do Juízo constata que realmente os valores pagos a titulo de horas extras e DSR sobre as horas extras não foram compensados do referido cálculo. Sendo assim, assiste razão à empresa executada, mormente porque constou, expressamente às fls. 187, que o autor faz jus à horas extras, "deduzindo-se aquelas comprovadamente pagas cujos recibos devidamente assinados pelo autor, já se encontrem nos autos".

Ante ao exposto, acolho os embargos, no particular.

Remetam-se os autos à Contadoria, para adequação dos comandos aqui estabelecidos à conta de fls. 278/287.

2. Do INSS de Terceiros

Afirma o embargante que "deve ser excluído dos cálculos oficiais o valor a título de TERCEIROS(R$ 1.714,89), em razão da incompetência da Justiça do Trabalho para a execução de ofício do mesmo" (fls. 304).

Assiste razão à executada.

Com efeito, o art. 114 da CF/88 se refere às contribuições descritas no art. 195, I, "a", e II, sendo certo que a rubrica terceiros se refere à prestação de serviços por parte do INSS, que arrecada tributos devidos a outros entes e recebe percentual pelo serviço prestado (fonte alternativa de recursos/financiamento).

Acolho os embargos, no particular.

DISPOSITIVO

Por todo o exposto, conheço dos embargos à execução propostos por REFRESCOS BANDEIRANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. em face de WALLAS ERNANDES PEREIRA DA SILVA para, no mérito, ACOLHÊ-LOS, tudo nos termos da fundamentação, que fica integrando este dispositivo para todos os fins.

Custas pelo executado/embargante, no importe de R$44,26 (CLT, art. 789-A, V), a ser incluída nesta execução.

Retornem com os autos à contadoria deste Juízo, para observação dos comandos estabelecidos nesta sentença.

Com o retorno dos autos, intimem-se as partes, via Diário da Justiça.

FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS-JUIZ TITULAR DA 2ª VT DE PALMAS/TO".

Despacho

Processo Nº RT-748-67.2011.5.10.0802

Reclamante	Manoel Pereira de Franca
Advogado	RITA DE CASSIA VATTIMO ROCHA(OAB: null)
Reclamado	Wevs Comercio de Produtos Alimenticios Ltda
Reclamado	Jeferson Silva de Castro
Reclamado	Marcia Ferreira Valadares Castro

DEspacho: "Vistos os autos.

1. Considerando que resultaram negativas todas as diligências efetuadas por este Juízo, no sentido de satisfazer o valor da execução, intime-se o exequente para, no prazo 30 (trinta) dias, requerer o que for de seu interesse, sob pena de arquivamento provisório dos autos pelo período de um ano, nos termos dos arts. 268 a 270 do PGC/TRT10ª Região; ficando ciente de que neste

prazo deverá indicar meios para o efetivo prosseguimento da execução, sob pena de expedição de certidão de crédito trabalhista e arquivamento definitivo dos autos, sem a baixa.

2. Ressalto que requerimentos para a realização de diligências recentemente efetuadas por este Juízo ficam, por ora, indeferidos. FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS-JUIZ TITULAR DA 2ª VT DE PALMAS/TO".

Despacho

Processo Nº RT-758-14.2011.5.10.0802

Reclamante	Gilberto Bertoldi Gaspar
Advogado	GERMIRO MORETTI(OAB: null)
Reclamado	Sustentare Servicos Ambientais S.A.
Advogado	SUELY MULKY(OAB: null)

"VISTOS OS AUTOS. 1. Nada a decidir em relação ao novo acordo noticiado às fls. 763/765, uma vez que o processo já foi arquivado em definitivo, conforme determinado no despacho de fl. 650. 2. Intimem-se as partes. 3. Após, devolvam-se os autos ao arquivo. Palmas/TO, 2 de maio de 2012." Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

Despacho

Processo Nº RT-970-98.2012.5.10.0802

Reclamante	Janes Celio Araujo Lustosa
Advogado	GIOVANNI TADEU DE SOUZA CASTRO(OAB: null)
Reclamado	Construtora Megatec Ltda - ME

(Despacho de fls.25). TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA

1. De ordem do MM Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, Designo audiência inaugural para o dia 15.05.2012 às 09h00, relativa ao presente processo, a ser realizada na sala de audiência da MM. 2ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 02, Lotes 01e 02, CEP: 77006-330, Palmas/TO.

2.Intime-se o Reclamante, por seu procurador, via Diário Eletrônico da justiça do Trabalho, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 844 da CLT.

3. Notifique-se a Reclamada via postal, encaminhando-lhe cópia da petição inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de serem consideradas revéis e confessas quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). As Reclamadas deverão apresentar respostas, preferencialmente, por meio de advogado (CLT, artigo 846, c/c, artigo 1º da Lei n. 8.906, de 1994), ficando desde logo intimadas para vista dos documentos apresentados com a petição inicial, sem carga dos autos.

4. Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, as Reclamadas fica desde já intimada a apresentar, com sua defesa, os registros de que trata o artigo 74, § 2º, da CLT (TST, Súmula n. 338).

5. O presente feito tramitará pelo RITO SUMARÍSSIMO, sendo a audiência acima designada, em face da complexidade, realizada de forma particionada, devendo as partes, querendo, conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do artigo 825 da CLT.

6. Em audiência, acaso não constante das peças dos autos, deverão ser fornecidos, pela Reclamante, os números de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela Reclamada, os números do CNPJ, CEJ (Cadastro Específico do INSS) e seu contrato social acompanhado da última alteração, com a precisa indicação do CPF dos proprietários ou sócios (TST, Provimento CGJT nº 05/2003).Palmas/TO, 2 de maio de 2012 (4ª feira).

LUCIMAR MARIA DOS ANJOS - Assistente da 2ª VT de Palmas/TO

Despacho

Processo Nº RT-971-83.2012.5.10.0802

Reclamante	Marcos Vieira Santos
Advogado	ROSA EVANUZA BARBOSA ALVES(OAB: null)
Reclamado	Real Marmores e Granitos Ltda
Advogado	MARCOS FERREIRA DAVI(OAB: null)

(Despacho de fls.54). TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA

1. De ordem do MM Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, Designo audiência inaugural para o dia 15.05.2012 às 09h10, relativa ao presente processo, a ser realizada na sala de audiência da MM. 2ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 02, Lotes 01e 02, CEP: 77006-330, Palmas/TO.

2.Intime-se o Reclamante, por seu procurador, via Diário Eletrônico da justiça do Trabalho, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 844 da CLT.

3. Notifique-se a Reclamada via postal, encaminhando-lhe cópia da petição inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de serem consideradas revéis e confessas quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). As Reclamadas deverão apresentar respostas, preferencialmente, por meio de advogado (CLT, artigo 846, c/c, artigo 1º da Lei n. 8.906, de 1994), ficando desde logo intimadas para vista dos documentos apresentados com a petição inicial, sem carga dos autos.

4. Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, as Reclamadas fica desde já intimada a apresentar, com sua defesa, os registros de que trata o artigo 74, § 2º, da CLT (TST, Súmula n. 338).

5. O presente feito tramitará pelo RITO SUMARÍSSIMO, sendo a audiência acima designada, em face da complexidade, realizada de forma particionada, devendo as partes, querendo, conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do artigo 825 da CLT.

6. Em audiência, acaso não constante das peças dos autos, deverão ser fornecidos, pela Reclamante, os números de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela Reclamada, os números do CNPJ, CEJ (Cadastro Específico do INSS) e seu contrato social acompanhado da última alteração, com a precisa indicação do CPF dos proprietários ou sócios (TST, Provimento CGJT nº 05/2003).Palmas/TO, 2 de maio de 2012 (4ª feira).

LUCIMAR MARIA DOS ANJOS - Assistente da 2ª VT de Palmas/TO

Despacho

Processo Nº RT-972-68.2012.5.10.0802

Reclamante	Lucirley Oliveira Gomes
Advogado	CLOVIS TEIXEIRA LOPES(OAB: null)
Reclamado	Toscana Comercio Varejista de Generos Alimenticios Ltda

(Despacho de fls.31). TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA

1. De ordem do MM Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, Designo audiência inaugural para o dia 15.05.2012 às 10h00, relativa ao presente processo, a ser realizada na sala de audiência da MM. 2ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 02, Lotes 01e 02, CEP: 77006-330, Palmas/TO.

2.Intime-se o Reclamante, por seu procurador, via Diário Eletrônico da justiça do Trabalho, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 844 da CLT.

3. Notifique-se a Reclamada por mandado, encaminhando-lhe cópia

da petição inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de serem consideradas revéis e confessas quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). As Reclamadas deverão apresentar respostas, preferencialmente, por meio de advogado (CLT, artigo 846, c/c, artigo 1º da Lei n. 8.906, de 1994), ficando desde logo intimadas para vista dos documentos apresentados com a petição inicial, sem carga dos autos.

4. Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, as Reclamadas fica desde já intimada a apresentar, com sua defesa, os registros de que trata o artigo 74, § 2º, da CLT (TST, Súmula n. 338).

5. O presente feito tramitará pelo RITO SUMARÍSSIMO, sendo a audiência acima designada, em face da complexidade, realizada de forma particionada, devendo as partes, querendo, conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do artigo 825 da CLT.

6. Em audiência, acaso não constante das peças dos autos, deverão ser fornecidos, pela Reclamante, os números de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela Reclamada, os números do CNPJ, CEJ (Cadastro Específico do INSS) e seu contrato social acompanhado da última alteração, com a precisa indicação do CPF dos proprietários ou sócios (TST, Provimento CGJT nº 05/2003).Palmas/TO, 2 de maio de 2012 (4ª feira).

LUCIMAR MARIA DOS ANJOS - Assistente da 2ª VT de Palmas/TO

Despacho

Processo Nº RT-973-53.2012.5.10.0802

Reclamante	Walter Dias dos Santos
Advogado	MARCIO AUGUSTO MONTEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Reparo Manutenção Reformas

(Despacho de fls.31). TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA

1. De ordem do MM Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, Designo audiência inaugural para o dia 15.05.2012 às 09h20, relativa ao presente processo, a ser realizada na sala de audiência da MM. 2ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 02, Lotes 01e 02, CEP: 77006-330, Palmas/TO.

2.Intime-se o Reclamante, por seu procurador, via Diário Eletrônico da justiça do Trabalho, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 844 da CLT.

3. Notifique-se a Reclamada via postal, encaminhando-lhe cópia da petição inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de serem consideradas revéis e confessas quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). As Reclamadas deverão apresentar respostas, preferencialmente, por meio de advogado (CLT, artigo 846, c/c, artigo 1º da Lei n. 8.906, de 1994), ficando desde logo intimadas para vista dos documentos apresentados com a petição inicial, sem carga dos autos.

4. Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, as Reclamadas fica desde já intimada a apresentar, com sua defesa, os registros de que trata o artigo 74, § 2º, da CLT (TST, Súmula n. 338).

5. O presente feito tramitará pelo RITO SUMARÍSSIMO, sendo a audiência acima designada, em face da complexidade, realizada de forma particionada, devendo as partes, querendo, conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do artigo 825 da CLT.

6. Em audiência, acaso não constante das peças dos autos, deverão ser fornecidos, pela Reclamante, os números de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela Reclamada, os números do CNPJ, CEJ (Cadastro Específico do INSS) e seu contrato social acompanhado da última alteração, com a precisa indicação do CPF dos proprietários ou sócios (TST, Provimento CGJT nº 05/2003).Palmas/TO, 2 de maio de 2012 (4ª feira).

LUCIMAR MARIA DOS ANJOS - Assistente da 2ª VT de Palmas/TO

Despacho

Processo Nº RT-974-38.2012.5.10.0802

Reclamante	Fernando Souza Nunes
Advogado	MARCIO AUGUSTO MONTEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Reparo Manutenção Reformas

(Despacho de fls.32). TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA

1. De ordem do MM Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, Designo audiência inaugural para o dia 15.05.2012 às 09h30, relativa ao presente processo, a ser realizada na sala de audiência da MM. 2ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 02, Lotes 01e 02, CEP: 77006-330, Palmas/TO.

2.Intime-se o Reclamante, por seu procurador, via Diário Eletrônico da justiça do Trabalho, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 844 da CLT.

3. Notifique-se a Reclamada via postal, encaminhando-lhe cópia da petição inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de serem consideradas revéis e confessas quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). As Reclamadas deverão apresentar respostas, preferencialmente, por meio de advogado (CLT, artigo 846, c/c, artigo 1º da Lei n. 8.906, de 1994), ficando desde logo intimadas para vista dos documentos apresentados com a petição inicial, sem carga dos autos.

4. Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, as Reclamadas fica desde já intimada a apresentar, com sua defesa, os registros de que trata o artigo 74, § 2º, da CLT (TST, Súmula n. 338).

5. O presente feito tramitará pelo RITO SUMARÍSSIMO, sendo a audiência acima designada, em face da complexidade, realizada de forma particionada, devendo as partes, querendo, conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do artigo 825 da CLT.

6. Em audiência, acaso não constante das peças dos autos, deverão ser fornecidos, pela Reclamante, os números de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela Reclamada, os números do CNPJ, CEJ (Cadastro Específico do INSS) e seu contrato social acompanhado da última alteração, com a precisa indicação do CPF dos proprietários ou sócios (TST, Provimento CGJT nº 05/2003).Palmas/TO, 2 de maio de 2012 (4ª feira).

LUCIMAR MARIA DOS ANJOS - Assistente da 2ª VT de Palmas/TO

Despacho

Processo Nº RT-975-23.2012.5.10.0802

Reclamante	Jarlison de Sousa Monteiro
Advogado	MARCIO AUGUSTO MONTEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Stock Logistica - Transporte e Armazem Ltda

(Despacho de fls.27). TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA

1. De ordem do MM Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, Designo audiência inaugural para o dia 15.05.2012 às 09h40, relativa ao presente processo, a ser realizada na sala de audiência da MM. 2ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 02, Lotes 01e 02, CEP:

77006-330, Palmas/TO.
2.Intime-se o Reclamante, por seu procurador, via Diário Eletrônico da justiça do Trabalho, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 844 da CLT.
3. Notifique-se a Reclamada via postal, encaminhando-lhe cópia da petição inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de serem consideradas revéis e confessas quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). As Reclamadas deverão apresentar respostas, preferencialmente, por meio de advogado (CLT, artigo 846, c/c, artigo 1º da Lei n. 8.906, de 1994), ficando desde logo intimadas para vista dos documentos apresentados com a petição inicial, sem carga dos autos.
4. Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, as Reclamadas fica desde já intimada a apresentar, com sua defesa, os registros de que trata o artigo 74, § 2º, da CLT (TST, Súmula n. 338).
5. O presente feito tramitará pelo RITO SUMARÍSSIMO, sendo a audiência acima designada, em face da complexidade, realizada de forma particionada, devendo as partes, querendo, conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do artigo 825 da CLT.
6. Em audiência, acaso não constante das peças dos autos, deverão ser fornecidos, pela Reclamante, os números de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela Reclamada, os números do CNPJ, CEJ (Cadastro Específico do INSS) e seu contrato social acompanhado da última alteração, com a precisa indicação do CPF dos proprietários ou sócios (TST, Provimento CGJT nº 05/2003).Palmas/TO, 2 de maio de 2012 (4ª feira).
LUCIMAR MARIA DOS ANJOS - Assistente da 2ª VT de Palmas/TO

Despacho

Processo Nº RT-976-08.2012.5.10.0802

Reclamante	José Uelberson Marques da Silva
Advogado	CLOVIS TEIXEIRA LOPES(OAB: null)
Reclamado	Edvaldo Jose Cordeiro

(Despacho de fls.14). TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA
1. De ordem do MM Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, Designo audiência inaugural para o dia 15.05.2012 às 09h50, relativa ao presente processo, a ser realizada na sala de audiência da MM. 2ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 02, Lotes 01e 02, CEP: 77006-330, Palmas/TO.
2.Intime-se o Reclamante, por seu procurador, via Diário Eletrônico da justiça do Trabalho, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 844 da CLT.
3. Notifique-se a Reclamada por mandado, encaminhando-lhe cópia da petição inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de serem consideradas revéis e confessas quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). As Reclamadas deverão apresentar respostas, preferencialmente, por meio de advogado (CLT, artigo 846, c/c, artigo 1º da Lei n. 8.906, de 1994), ficando desde logo intimadas para vista dos documentos apresentados com a petição inicial, sem carga dos autos.
4. Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, as Reclamadas fica desde já intimada a apresentar, com sua defesa, os registros de que trata o artigo 74, § 2º, da CLT (TST, Súmula n. 338).
5. O presente feito tramitará pelo RITO SUMARÍSSIMO, sendo a audiência acima designada, em face da complexidade, realizada de forma particionada, devendo as partes, querendo, conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do artigo 825 da CLT.
6. Em audiência, acaso não constante das peças dos autos, deverão ser fornecidos, pela Reclamante, os números de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela Reclamada, os números do CNPJ, CEJ (Cadastro Específico do INSS) e seu contrato social acompanhado da última alteração, com a precisa indicação do CPF dos proprietários ou sócios (TST, Provimento CGJT nº 05/2003).Palmas/TO, 2 de maio de 2012 (4ª feira).
LUCIMAR MARIA DOS ANJOS - Assistente da 2ª VT de Palmas/TO

Despacho

Processo Nº RT-998-37.2010.5.10.0802

Reclamante	Candido Cartaxo Filho
Advogado	CINEY ALMEIDA GOMES(OAB: null)
Reclamado	Banco do Brasil Sa
Advogado	ARLENE FERREIRA DA CUNHA MAIA(OAB: null)

"ATO ORDINATÓRIO: Juntar a peça aos autos. Intimar o exequente para que apresente contraminuta ao Agravo de Petição ora interposto, no prazo legal. Palmas/TO, 2 de maio de 2012. ODILON FREIRE SOARES FILHO Diretor de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-1025-83.2011.5.10.0802

Reclamante	Andreia Rodrigues Barbosa
Advogado	ULISSES MELAURO BARBOSA(OAB: null)
Reclamado	Enterpol - Administração e Serviços Especializados Ltda - ME
Reclamado	Livia Aparecida Rodrigues Cavalcante Moura

Despacho de fls. 88: "Vistos. Ante a certidão supra e tendo em vista que a sócia/executada não foi citada, comprovante às fls. 85v, intime-se o exeqüente a indicar meios para o prosseguimento da execução, prazo de 10 dias, sob pena de encaminhamento dos autos ao arquivo provisório. Publique-se." Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

Despacho

Processo Nº RT-1207-06.2010.5.10.0802

Reclamante	Alessandro Gomes Nogueira
Advogado	RICARDO HAAG(OAB: null)
Reclamado	Palmas, Comércio de Frutas e Verduras Ltda
Advogado	HUGO BARBOSA MOURA(OAB: null)
Reclamado	Marcio Rabuske
Reclamado	Emerson dos Santos Lima
Reclamado	Nilso Marin

DESPACHO: "Vistos os autos.
1. Intime-se o exequente para, no prazo 30 (trinta) dias, fornecer meios para citação dos executados EMERSON DOS SANTOS LIMA e MARCIO RABUSKE, ante o teor das certidões de fls. 208v e 209v, ou requerer o que for de seu interesse, sob pena de arquivamento provisório dos autos pelo período de um ano, nos termos dos arts. 268 a 270 do PGC/TRT10ª Região; ficando ciente de que neste prazo deverá indicar meios para o efetivo prosseguimento da execução, sob pena de expedição de certidão de crédito trabalhista e arquivamento definitivo dos autos, sem a baixa.
2. Ressalto que requerimentos para a realização de diligências recentemente efetuadas por este Juízo ficam, por ora, indeferidos. FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS-JUIZ TITULAR DA 2ª VT DE PALMAS/TO".

Despacho

Processo Nº RT-1316-20.2010.5.10.0802

Reclamante	Vanessa Kely Lopes Souza
Advogado	THIAGO DAVILA SOUZA DOS SANTOS SILVA(OAB: null)
Reclamado	Velox Consultoria em Recursos Humanos Ltda (+01)
Advogado	LUDNEY ROBERTO CAMPEDELLI FILHO(OAB: null)
Reclamado	Vivo S/A
Advogado	LUCIANA CORDEIRO CAVALCANTE CERQUEIRA(OAB: null)

"VISTOS OS AUTOS. 1. Intime-se o advogado TIAGO D'AVILA SOUSA SANTOS SILVA para que se manifeste sobre as graves acusações que lhe foram imputadas pela autora, em cinco dias, sob pena de expedição de ofício à OAB e ao Ministério Público Estadual. 2. Intime-se, também, a primeira reclamada para que se manifeste sobre alegação da reclamante de que não teria sido depositado integralmente o FGTS e a multa de 40% em sua conta vinculada, em cinco dias, sob pena de execução. Palmas/TO, 2 de maio de 2012."

Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

Despacho

Processo Nº RT-1512-53.2011.5.10.0802

Reclamante	Gracione Pereira Gomes
Advogado	MARCIO AUGUSTO MONTEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Heiler de Paula Alves Macedo
Reclamado	Heiler De Paula Alves Macedo

Despacho: "Vistos os autos.

1. Considerando que resultaram negativas todas as diligências efetuadas por este Juízo, no sentido de satisfazer o valor da execução, intime-se a exequente para, no prazo 30 (trinta) dias, requerer o que for de seu interesse, sob pena de arquivamento provisório dos autos pelo período de um ano, nos termos dos arts. 268 a 270 do PGC/TRT10ª Região; ficando ciente de que neste prazo deverá indicar meios para o efetivo prosseguimento da execução, sob pena de expedição de certidão de crédito trabalhista e arquivamento definitivo dos autos, sem a baixa.

2. Ressalto que requerimentos para a realização de diligências recentemente efetuadas por este Juízo ficam, por ora, indeferidos. FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS-JUIZ TITULAR DA 2ª VT DE PALMAS/TO".

Despacho

Processo Nº RT-1575-78.2011.5.10.0802

Reclamante	Zeilvo Alves da Silva
Advogado	GILBERTO ADRIANO MOURA DE OLIVEIRA(OAB: null)
Reclamado	Menezes, Barros Brito Ltda - ME
Reclamado	Jose Edmar Carvalho da Silva
Reclamado	Raimundo Barros Pereira

"Junte-se. Indefiro a penhora, uma vez que a proprietário do imóvel não integra o polo passivo desta demanda. Intime-se. Palmas/TO, 2 de maio de 2012." Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

Despacho

Processo Nº RT-2044-27.2011.5.10.0802

Reclamante	Ronickson de Carvalho Araujo
Advogado	VINÍCIUS COELHO CRUZ(OAB: null)
Reclamado	Refrescos Bandeirantes Indústria e Comércio Ltda
Advogado	ISAQUE LUSTOSA DE OLIVEIRA(OAB: null)

Despacho de fl. 235 - "1. Declaro extinta a execução, nos termos do artigo 794, I, do CPC.

2. Expeçam-se Alvarás ao exeqüente/advogado, liberando todo saldo do depósito recursal à fl. 182; - todo o saldo existente nas contas judiciais nº 042/01512777-5 e 01513029-6 - CEF, ag. 2525, deduzindo-se o valor do INSS, conforme valores indicados na planilha de cálculos de fl. 166, zerando-se as contas, devendo a Caixa Econômica Federal devolver as guias, devidamente autenticadas, no prazo de 05 dias.

3. Custas comprovadas à fl. 224v.

4. Intime-se o exeqüente/advogado para levantar o Alvará, no prazo de 05 dias.

5. Intimem-se as partes deste despacho.

6. Devolvidas as guias, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.

Palmas, 02 de maio de 2012." Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

Despacho

Processo Nº RT-2245-19.2011.5.10.0802

Reclamante	Iara Gomes Barbosa
Advogado	JUSCELIR MAGNAGO OLIARI(OAB: null)
Reclamado	Lagoa Azul Comercio de Alimentos Mat de Constr Ltda
Advogado	FABIO DIAS NOGUEIRA(OAB: null)

"Junte-se. Intime-se a autora para manifestar-se sobre a penhora de fl. 93 e os presentes Embargos à Execução, em cinco dias. Palmas/TO, 2 de maio de 2012." Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

Despacho

Processo Nº RT-2260-85.2011.5.10.0802

Reclamante	Antonio Jackson Miranda da Silva
Advogado	CLOVIS TEIXEIRA LOPES(OAB: null)
Reclamado	Iberoamericana Consultoria e Serviços Ltda
Reclamado	UNIÃO - Uniao Federal

"Junte-se. Intimem-se as reclamadas da sentença, sendo a primeira por carta precatória e a segunda via mandado, bem como para que apresentem contrarrazões ao Recurso Ordinário ora interposto, no prazo legal. Palmas/TO, 2 de maio de 2012." Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

Despacho

Processo Nº RT-2404-59.2011.5.10.0802

Reclamante	Helio Guedes Neto
Advogado	REGES HENRIQUE PALLAORO(OAB: null)
Reclamado	Márcia Araújo Lelis - ME

Despacho de fls."Vistos, etc. Ante os termos da certidão supra, intime-se o exeqüente para requerer o que entender de direito, prazo de 10 dias, sob pena de encaminhamento dos autos ao arquivo provisório, acaso silente. Data supra. FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

Juiz do Trabalho."

Despacho

Processo Nº RT-28300-46.2007.5.10.0802

Processo Nº RT-283/2007-802-10-00.8

Reclamante	Marinaldo Leite da Silva
Advogado	EDSON MONTEIRO DE OLIVEIRA NETO(OAB: null)
Reclamado	Transbico Transporte e Turismo Ltda.
Advogado	LUCIOLO CUNHA GOMES(OAB: null)
Reclamado	Maria Deborah Verissimo Pacheco Barbosa

Advogado	ANTONIO JOSE DE TOLEDO LEME(OAB: null)
Reclamado	Gilson Alves Silvestre
Reclamado	Daniela Bittar Mourao Pacheco
Reclamado	Selvino Cavalcante de Oliveira Neto
Reclamado	Expresso Vitoria Ltda

DESPACHO: "Vistos os autos.
1. Considerando que resultaram negativas todas as diligências efetuadas por este Juízo, no sentido de satisfazer o valor da execução, intime-se o exequente para, no prazo 30 (trinta) dias, requerer o que for de seu interesse, sob pena de arquivamento provisório dos autos pelo período de um ano, nos termos dos arts. 268 a 270 do PGC/TRT10ª Região; ficando ciente de que neste prazo deverá indicar meios para o efetivo prosseguimento da execução, sob pena de expedição de certidão de crédito trabalhista e arquivamento definitivo dos autos, sem a baixa.
2. Ressalto que requerimentos para a realização de diligências recentemente efetuadas por este Juízo ficam, por ora, indeferidos. FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS-JUIZ TITULAR DA 2ª VT DE PALMAS/TO".

Despacho

Processo Nº RT-39300-14.2005.5.10.0802

Processo Nº RT-393/2005-802-10-00.8

Consignante	HABITE PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA.
Advogado	RENATO MARTINS CURY(OAB: null)
Consignado	WALDIR MAURO VIANA
Advogado	REGES HENRIQUE PALLAORO(OAB: null)

Despacho de fls."Vistos os autos.Ante os termos da certidão do Sr. Oficial de Justiça (fls.15), intime-se o autor para requerer o que entender de direito, prazo de 10 dias, sob pena de encaminhamento dos autos ao arquivo provisório, acaso silente. Data supra. FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS Juiz do Trabalho."

Despacho

Processo Nº RT-42100-73.2009.5.10.0802

Processo Nº RT-421/2009-802-10-00.0

Reclamante	Albina Maria Nascimento
Advogado	MARCOS FERREIRA DAVI(OAB: null)
Reclamado	Ronaldo Eugenio de Paiva

Despacho: "Vistos os autos.
1. Na residência do executado não existem bens penhoráveis, como se extrai da certidão de fls. 192.
2. Sendo assim, considerando que resultaram negativas todas as diligências efetuadas por este Juízo, no sentido de satisfazer o valor da execução, intime-se a exequente para, no prazo 30 (trinta) dias, requerer o que for de seu interesse, sob pena de arquivamento provisório dos autos pelo período de um ano, nos termos dos arts. 268 a 270 do PGC/TRT10ª Região; ficando ciente de que neste prazo deverá indicar meios para o efetivo prosseguimento da execução, sob pena de expedição de certidão de crédito trabalhista e arquivamento definitivo dos autos, sem a baixa.
3. Ressalto que requerimentos para a realização de diligências recentemente efetuadas por este Juízo ficam, por ora, indeferidos. FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS-JUIZ TITULAR DA 2ª VT DE PALMAS/TO".

Despacho

Processo Nº RT-65900-33.2009.5.10.0802

Processo Nº RT-659/2009-802-10-00.6

Reclamante	José Evangelistas da Silva
Advogado	AIRTON ALOISIO SCHÜTZ(OAB: null)
Reclamado	Nelson Jose Wernecke
Advogado	MARCIO AUGUSTO MONTEIRO MARTINS(OAB: null)

Despacho de fl. 72 - "1. Declaro extinta a execução, nos termos do artigo 794, I, do CPC.
2. Considerando que não há nos autos informações sobre o CEI do reclamado ou o NIT do autor, intime-se a União (PGF) para providenciá-los, em 10 dias, a fim de viabilizar o recolhimento das verbas previdenciárias.
3. Com o retorno dos autos, venham-me os autos conclusos para solicitação de desbloqueio do veículo bloqueado à fl. 45, via Renajud.
4. Oficie-se ao Banco do Brasil para que se utilizando do saldo existente na conta judicial nº 3300121927867, ag. 3615, autentique as guias GPS e GRU, conforme valores indicados na planilha de cálculos de fl. 62, zerando-se a conta, devendo o BB devolver as guias, devidamente autenticadas, no prazo de 05 dias.
5. Intimem-se o executado e a PF/TO deste despacho.
6. Exclua-se o executado do BNDT.
7. Devolvidas as guias, remetam-se os autos ao arquivo definitivo. Palmas, 02 de maio de 2012." Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

Despacho

Processo Nº RT-97200-52.2005.5.10.0802

Processo Nº RT-972/2005-802-10-00.0

Reclamante	ABEL JOSE MARTINS
Advogado	AMARANTO TEODORO MAIA(OAB: null)
Reclamado	Marinez Mora Huhnke
Advogado	JOAO INACIO DA SILVA NEIVA(OAB: null)
Reclamado	Marinez Mora Huhnke Marciente

DESPACHO: "Vistos os autos.
1. Considerando que resultaram negativas todas as diligências efetuadas por este Juízo, no sentido de satisfazer o valor da execução, intime-se o exequente para, no prazo 30 (trinta) dias, requerer o que for de seu interesse, sob pena de arquivamento provisório dos autos pelo período de um ano, nos termos dos arts. 268 a 270 do PGC/TRT10ª Região; ficando ciente de que neste prazo deverá indicar meios para o efetivo prosseguimento da execução, sob pena de expedição de certidão de crédito trabalhista e arquivamento definitivo dos autos, sem a baixa.
2. Ressalto que requerimentos para a realização de diligências recentemente efetuadas por este Juízo ficam, por ora, indeferidos. FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS-JUIZ TITULAR DA 2ª VT DE PALMAS/TO".

1ª VARA DO TRABALHO DE ARAGUAÍNA-TO

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-190-05.2010.5.10.0811

Reclamante	João José Lima de Sousa
Advogado	MARY ELLEN OLIVETI AGUIAR(OAB: null)
Reclamado	Dandolini Peper Ltda
Advogado	MILTON SPINDOLA CARNEIRO JUNIOR(OAB: null)

DESPACHO P/ RECLAMADO DE FLS. 430 "Vistos, etc.Tendo em vista a certidão supra, converto em penhora os valores bloqueados às fls. 429. Intime-se o(a) executado(a), para, querendo, se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, art. 884 CLT. Araguaína, 30

de abril de 2012.
RAFAEL DE SOUZA CARNEIRO Juiz(a) do Trabalho."

Despacho

Processo Nº RT-247-86.2011.5.10.0811

Reclamante	Odalice Maria da Silva
Advogado	MAYRA ARISTIDES MOURA(OAB: null)
Reclamado	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda
Advogado	ANDRÉ LUIZ BARBOSA MELO(OAB: null)

"ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação: "Intimação da exequente acerca dos cálculos de liquidação (CLT, art.884)." Araguaína/TO, quarta-feira, 02 de maio de 2012. ADRIANA PEREIRA DA COSTA Assistente de Diretor de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-503-92.2012.5.10.0811

Reclamante	Geone Pereira Lira
Advogado	ELIANIA ALVES FARIA TEODORO(OAB: null)
Reclamado	Masterboi Ltda

DESPACHO P/ RECLAMANTE: ATO ORDINATÓRIO - Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23,II do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação: 1. Fica designada audiência INAUGURAL, para o dia 22/05/2012 13h00, relativa ao processo supra, a ser realizada na sala de audiências nesta 1ª Vara do Trabalho de Araguaína, situada na Avenida Tocantins, 1164, centro, nesta.
2.Intime-se o reclamante, por seu procurador,Intime-se o reclamante, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 844 da CLT. para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 844 da CLT. 3. Notifiquem-se a(s) reclamada(s), encaminhando-lhe(s) cópia da petição inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto legalmente habilitado(art. 843 da CLT), sob pena de ser considerada revel e confessa quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT). A reclamada deverá apresentar resposta, preferencialmente, por meio de advogado (art.846 da CLT, c/c art. 1º da Lei 8.906/94), ficando desde logo intimada para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. 4. O presente feito tramitará nos termos dos artigos 852-A a 852-I da CLT (RITO SUMARÍSSIMO). 5.Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, a reclamada fica desde já intimada a apresentar, com a defesa, os registros de que trata o art.74,§ 2º da CLT (Súmula 338/TST), sob pena de confissão. 6. Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo reclamante os números de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela reclamada, o número do CPF (TST, Provimento CGJT nº 05/2003). 7.Apresentar o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e o PPRA - Programa de Proteção de Riscos Ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, quando o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, sob as penas previstas no art. 359 do CPC. ARAGUAÍNA, 02/05/2012. JOSABETH DA MOTA RODRIGUES Diretor(a) de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-504-77.2012.5.10.0811

Reclamante	Marcos Neres Guimarães
Advogado	FRANKLIN RODRIGUES SOUSA LIMA(OAB: null)
Reclamado	Auto Posto Disval - Vieira Costa Comércio Varejista de Combustível Ltda
Reclamado	Cleusson José Silva Carvalho
Reclamado	Darlan de Carvalho Lima

DESPACHO P/ RECLAMANTE: ATO ORDINATÓRIO - Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23,II do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação: 1. Fica designada audiência INAUGURAL, para o dia 22/05/2012 13h15, relativa ao processo supra, a ser realizada na sala de audiências nesta 1ª Vara do Trabalho de Araguaína, situada na Avenida Tocantins, 1164, centro, nesta.
2.Intime-se o reclamante, por seu procurador,Intime-se o reclamante, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 844 da CLT. para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 844 da CLT. 3. Notifiquem-se a(s) reclamada(s), encaminhando-lhe(s) cópia da petição inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto legalmente habilitado(art. 843 da CLT), sob pena de ser considerada revel e confessa quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT). A reclamada deverá apresentar resposta, preferencialmente, por meio de advogado (art.846 da CLT, c/c art. 1º da Lei 8.906/94), ficando desde logo intimada para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. 4. O presente feito tramitará nos termos dos artigos 852-A a 852-I da CLT (RITO SUMARÍSSIMO). 5.Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, a reclamada fica desde já intimada a apresentar, com a defesa, os registros de que trata o art.74,§ 2º da CLT (Súmula 338/TST), sob pena de confissão. 6. Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo reclamante os números de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela reclamada, o número do CPF (TST, Provimento CGJT nº 05/2003). 7.Apresentar o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e o PPRA - Programa de Proteção de Riscos Ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, quando o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, sob as penas previstas no art. 359 do CPC.ARAGUAÍNA, 02/05/2012.JOSABETH DA MOTA RODRIGUES Diretor(a) de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-505-62.2012.5.10.0811

Reclamante	Layslanne Alves Nunes
Advogado	FRANKLIN RODRIGUES SOUSA LIMA(OAB: null)
Reclamado	Auto Posto Disval - Vieira Costa Comércio Varejista de Combustível Ltda
Reclamado	Cleusson José da Silva Carvalho
Reclamado	Darlan de Carvalho Lima

DESPACHO P/ RECLAMANTE: ATO ORDINATÓRIO - Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23,II do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação: 1. Fica designada audiência

INAUGURAL, para o dia 22/05/2012 13h30, relativa ao processo supra, a ser realizada na sala de audiências nesta 1ª Vara do Trabalho de Araguaína, situada na Avenida Tocantins, 1164, centro, nesta.

2.Intime-se o reclamante, por seu procurador,Intime-se o reclamante, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 844 da CLT. para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 844 da CLT. 3. Notifiquem-se a(s) reclamada(s), encaminhando-lhe(s) cópia da petição inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto legalmente habilitado(art. 843 da CLT), sob pena de ser considerada revel e confessa quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT). A reclamada deverá apresentar resposta, preferencialmente, por meio de advogado (art.846 da CLT, c/c art. 1º da Lei 8.906/94), ficando desde logo intimada para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. 4. O presente feito tramitará nos termos dos artigos 852-A a 852-I da CLT (RITO SUMARÍSSIMO).

5.Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, a reclamada fica desde já intimada a apresentar, com a defesa, os registros de que trata o art.74,§ 2º da CLT (Súmula 338/TST), sob pena de confissão. 6. Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo reclamante os números de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela reclamada, o número do CPF (TST, Provimento CGJT nº 05/2003). 7.Apresentar o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e o PPRA - Programa de Proteção de Riscos Ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, quando o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, sob as penas previstas no art. 359 do CPC. ARAGUAÍNA, 02/05/2012. JOSABETH DA MOTA RODRIGUES

Diretor(a) de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-506-47.2012.5.10.0811

Reclamante	Deuzirene Xavier dos Reis
Advogado	MARIA EURIPA TIMÓTEO(OAB: null)
Reclamado	E. Pereira Cunha

DESPACHO P/ RECLAMANTE: ATO ORDINATÓRIO - Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23,II do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação: 1. Fica designada audiência INAUGURAL, para o dia 22/05/2012 13h45, relativa ao processo supra, a ser realizada na sala de audiências nesta 1ª Vara do Trabalho de Araguaína, situada na Avenida Tocantins, 1164, centro, nesta.

2.Intime-se o reclamante, por seu procurador,Intime-se o reclamante, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 844 da CLT. para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 844 da CLT. 3. Notifiquem-se a(s) reclamada(s), encaminhando-lhe(s) cópia da petição inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto legalmente habilitado(art. 843 da CLT), sob pena de ser considerada revel e confessa quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT). A reclamada deverá apresentar resposta, preferencialmente, por meio de advogado (art.846 da CLT, c/c art. 1º da Lei 8.906/94), ficando desde logo intimada para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. 4. O presente feito tramitará nos termos dos artigos 852-A a 852-I da CLT (RITO SUMARÍSSIMO). 5.Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, a reclamada fica desde já intimada a apresentar, com a defesa, os registros de que trata o art.74,§ 2º da CLT (Súmula 338/TST), sob pena de confissão. 6. Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo reclamante os números de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela reclamada, o número do CPF (TST, Provimento CGJT nº 05/2003). 7.Apresentar o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e o PPRA - Programa de Proteção de Riscos Ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, quando o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, sob as penas previstas no art. 359 do CPC. ARAGUAÍNA, 02/05/2012. JOSABETH DA MOTA RODRIGUES Diretor(a) de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-507-32.2012.5.10.0811

Reclamante	Taliely Magalhães Passos
Advogado	FELIPE DE ANDRADE E SILVA(OAB: null)
Reclamado	SESC - Serviço Social do Comércio

DESPACHO P/ RECLAMANTE: ATO ORDINATÓRIO - Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23,II do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação: 1. Fica designada audiência INAUGURAL, para o dia 22/05/2012 14h30, relativa ao processo supra, a ser realizada na sala de audiências nesta 1ª Vara do Trabalho de Araguaína, situada na Avenida Tocantins, 1164, centro, nesta.

2. Intime-se o reclamante, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho,para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 844 da CLT. 3.Notifique-se a reclamada, encaminhando-lhes cópia da petição inicial, para comparecimento pessoal, sob pena de ser considerada revel e confessa quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT). A reclamada deverá apresentar resposta, preferencialmente, por meio de advogado(art.846 da CLT, c/c art. 1º da Lei 8.906/94), ficando desde logo intimada para vista dos documentos apresentados com a petição inicial.

4.Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo reclamante os números de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pelo reclamado, os números do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS) e seu contrato social ou última alteração, com a precisa indicação do CPF dos proprietários ou sócios (TST, Provimento CGJT nº 05/2003).

5.Apresentar o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e o PPRA - Programa de Proteção de Riscos Ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, quando o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, sob as penas previstas no art. 359 do CPC. ARAGUAÍNA, 02/05/2012. JOSABETH DA MOTA RODRIGUES Diretor(a) de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-511-69.2012.5.10.0811

Reclamante	Manoel Teotonio Domingos de Melo Neto

Advogado	GIOVANI MOURA RODRIGUES(OAB: null)
Reclamado	Cooperativa dos Produtores Rurais de Tocantinópolis

DESPACHO P/ O RECLAMANTE.

"ATO ORDINATÓRIO

Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23,II do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação:

1. Com base nos dados constantes da exordial e no Provimento Geral Consolidado, arts. 67 e 68, a presente reclamação trabalhista enquadra-se na atuação desta 1ª VT/Araguaína em atividade ITINERANTE, pelo que, designa-se o dia 19/07/2012 14h31, para realização da audiência UNA na cidade de TOCANTINÓPOLIS/TO, situada na RUA 15 DE NOVEMBRO, S/N, CENTRO EDIFÍCIO DO FÓRUM ESTADUAL.

2. Intime-se o reclamante, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 844 da CLT.

3. Notifique(m)-se a(s) reclamada(s), encaminhando-lhe(s) cópia da petição inicial, para comparecimento pessoal, sob pena de ser considerada revel e confessa quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT). A reclamada deverá apresentar resposta, preferencialmente, por meio de advogado(art.846 da CLT, c/c art. 1º da Lei 8.906/94), ficando desde logo intimada para vista dos documentos apresentados com a petição inicial.

4. Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo reclamante os números de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pelo reclamado, os números do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS) e seu contrato social ou última alteração, com a precisa indicação do CPF dos proprietários ou sócios (TST, Provimento CGJT nº 05/2003).

5. Apresentar o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e o PPRA - Programa de Proteção de Riscos Ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, quando o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, sob as penas previstas no art. 359 do CPC.

ARAGUAÍNA, 02/05/2012.

JOSABETH DA MOTA RODRIGUES Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-512-54.2012.5.10.0811

Reclamante	Raimundo Nonato dos Santos
Advogado	VIRGINIA SILVA MAGALHÃES RIBEIRO(OAB: null)
Reclamado	Leondiniz Gomes de Araujo

DESPACHO P/ O RECLAMANTE.

"ATO ORDINATÓRIO

Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23,II do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação:

1. Com base nos dados constantes da exordial e no Provimento Geral Consolidado, arts. 67 e 68, a presente reclamação trabalhista enquadra-se na atuação desta 1ª VT/Araguaína em atividade ITINERANTE, pelo que, designa-se o dia 19/07/2012 14h46, para realização da audiência UNA na cidade de TOCANTINÓPOLIS/TO, situada na RUA 15 DE NOVEMBRO, S/N, CENTRO EDIFÍCIO DO FÓRUM ESTADUAL.

2. Intime-se o reclamante, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 844 da CLT.

3. Notifique(m)-se a(s) reclamada(s), encaminhando-lhe(s) cópia da petição inicial, para comparecimento pessoal, sob pena de ser considerada revel e confessa quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT). A reclamada deverá apresentar resposta, preferencialmente, por meio de advogado(art.846 da CLT, c/c art. 1º da Lei 8.906/94), ficando desde logo intimada para vista dos documentos apresentados com a petição inicial.

4. Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo reclamante os números de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pelo reclamado, os números do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS) e seu contrato social ou última alteração, com a precisa indicação do CPF dos proprietários ou sócios (TST, Provimento CGJT nº 05/2003).

5. Apresentar o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e o PPRA - Programa de Proteção de Riscos Ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, quando o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, sob as penas previstas no art. 359 do CPC.

ARAGUAÍNA, 02/05/2012.

JOSABETH DA MOTA RODRIGUES Diretor(a) de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-533-64.2011.5.10.0811

Impetrante	Boiforte Frigorificos Ltda
Advogado	ROSANGELA BAZAIA(OAB: null)
Aut. Coatora	Superintendente Regional do Trabalho e Emprego

despaacho p/ Impetrante/executado de fls.140 "Vistos, etc.Tendo em vista a certidão supra, converto em penhora os valores bloqueados às fls. 139.Intime-se o(a) Impetrante/executado(a), para, querendo, se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, art. 884 CLT. Araguaína, 30 de abril de 2012. RAFAEL DE SOUZA CARNEIRO Juiz(a) do Trabalho."

Despacho

Processo Nº RT-1266-64.2010.5.10.0811

Reclamante	Flávia de Sousa Monteiro
Advogado	MARCELA SILVA GONÇALVES(OAB: null)
Reclamado	Finasa Promotora de Vendas Ltda
Advogado	ALAN JORGE SOUSA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Banco Bradesco S.A.
Advogado	ALAN JORGE SOUSA SILVA(OAB: null)

"Vistos. Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT). Especificação do débito:

Total da execução R$ 1.185,98 Atualizado até: 30/04/2012

Liq. Exequente....: 1.157,06

Custas do Processo: 23,14

Custas Art.789....: 5,78

Compulsando os autos, verifico que o 2º reclamado (Banco Bradesco S.A. - CNPJ: 60.746.948/0001-12), foi condenado para responder pelo pagamento de créditos deferidos à exequente, de forma solidária. Desse modo, cite-se o Bando Bradesco S.A., para pagamento do débito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas,

implicando o silêncio em bloqueio de numerário, via BACEN-JUD 2.0, em suas contas bancárias e inclusão do nome do devedor no BNDT. Araguaína/TO, 02 de maio de 2012. RAFAEL DE SOUZA CARNEIRO Juiz do Trabalho"

Despacho

Processo Nº RT-1367-67.2011.5.10.0811

Reclamante	Vagner Barbosa Sousa
Advogado	MANOEL MENDES FILHO(OAB: null)
Reclamado	Tocantins Comércio e Indústria de Produtos Recicláveis Ltda
Advogado	CLARENSE OLIVEIRA COELHO(OAB: null)

"ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste TRT, que o presente feito terá a seguinte movimentação: "Intimação do reclamante para retirar a sua CTPS que se encontra acostada à contracapa dos autos, bem como as guias do TRCT e seguro-desemprego." Araguaína/TO, quarta-feira, 02 de maio de 2012. ADRIANA PEREIRA DA COSTA Assistente de Diretor de Secretaria"

Despacho

Processo Nº RT-36000-75.2009.5.10.0811

Processo Nº RT-360/2009-811-10-00.2

Reclamante	Gilvan José Cardoso Lima
Advogado	MARIENE COELHO E SILVA(OAB: null)
Reclamado	Freitas e Borges Ltda - Posto Santo Antônio
Advogado	ANTÔNIO TEIXEIRA RESENDE(OAB: null)

despacho p/ reclamado de fls. 125 "Vistos, etc.Tendo em vista a certidão supra, converto em penhora os valores bloqueados às fls. 125. Intime-se o(a) executado(a), para, querendo, se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, art. 884 CLT.Araguaína, 30 de abril de 2012.
RAFAEL DE SOUZA CARNEIRO Juiz(a) do Trabalho."

Despacho

Processo Nº RT-142700-75.2009.5.10.0811

Processo Nº RT-1427/2009-811-10-00.6

Reclamante	Francisco Ferreira de Souza
Advogado	CARLENE LOPES CIRQUEIRA MARINHO(OAB: null)
Reclamado	Arcoenge Ltda.
Advogado	ALLYSSON CRISTIANO RODRIGUES DA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Consórcio Rio Tocantins
Advogado	FERNANDO DE ALMEIDA PRADO SAMPAIO(OAB: null)

DESPACHO P/ 1º RECLAMADO DE FLS. 583 "Vistos, etc. Tendo em vista a certidão supra, converto em penhora os valores bloqueados às fls. 581/582. Intime-se o(a) executado(a), para, querendo, se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, art. 884 CLT. Araguaína, 30 de abril de 2012. RAFAEL DE SOUZA CARNEIRO Juiz(a) do Trabalho."

Despacho

Processo Nº RT-801600-70.2007.5.10.0811

Processo Nº RT-8016/2007-811-10-00.0

Exequente	União Federal - Fazenda Nacional
Executado	DISTRIBUIDORA DE TECIDOS JAVAES LTDA
Advogado	ESAÚ MARANHÃO SOUSA BENTO(OAB: null)
Executado	Patricia Santos Bezerra
Advogado	ESAÚ MARANHÃO SOUSA BENTO(OAB: null)

1. Vistos os autos.
2. À vista da petição de fl. 300, expeça-se mandado nos moldes determinados à fl. 243.
3. Tendo em vista que a petição de fl. 301, não vislumbra pertinência com os presentes autos, nada a deferir.
4. Intime-se.
5. Cumpra-se.

2ª VARA DO TRABALHO DE ARAGUAÍNA-TO

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-36-13.2012.5.10.0812

Reclamante	Ministério Público do Trabalho
Reclamado	Delio Fernandes Rodrigues

Certifico e dou fé que no dia 23.04.2012 (segunda-feira), transcorreu "in albis" o prazo de 05 (cinco) dias para o executado opor embargos à penhora.
Certifico ainda, que tramitam nesta vara os processos nº 00749-2009-812-10-00-4 e nº 0801500-15.2007.5.10.0812 em face do mesmo executado.
Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Juiz(a) do Trabalho desta Vara.
Araguaína, 02.05.2012 (4ª - feira).
Assistente - Paula Fernandes Corrêa.

Vistos os autos.
1. Expeça-se ofício à CEF, determinando que coloque a disposição do MM. Juízo Deprecante, processo nº 0000024-93.2010.5.08.0110, o valor de R$ 16.901,00, referente ao total da execução.
2. O valor remanescente deverá permanecer em conta à disposição dos processos nº 00749-2009-812-10-00-4 e nº 0801500-15.2007.5.10.0812, que tramitam nesta Vara, até total quitação e extinção dos mesmos.
3. Traslade cópia deste despacho ao processos mencionados no item anterior.
Araguaína/TO, 02.05.2012 - 4ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-53-49.2012.5.10.0812

Reclamante	Wilson Chaves de Oliveira
Advogado	JOSE DE ARIMATEIA FERREIRA SANTIAGO(OAB: null)
Reclamado	Gelnex Industria e Comercio Ltda
Advogado	ALEXANDRE GARCIA MARQUES(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO: Com espeque no § 4º do art. 162 do CPC e art. 23 do PGC/TRT10R, certifico que os presentes autos terão a seguinte movimentação: INTIMAÇÃO das partes por seus procuradores, via DEJT, para VISTA DO LAUDO PERICIAL de fls.384/408, pelo prazo COMUM de 05(cinco) dias. FEITO, aguarde-se a audiência (16/05/2012).
Araguaína/TO, 02 DE MAIO DE 2012 - 4ª feira.

Diretor de Secretaria WELLINGTON HOLANDA MORAIS JÚNIOR

Despacho

Processo Nº RT-187-13.2011.5.10.0812

Reclamante	Adão de Sousa Araújo Filho

Advogado	ORLANDO RODRIGUES PINTO(OAB: null)
Reclamado	Fidens Engenharia
Advogado	BEATRIZ NEVES E OLIVEIRA COELHO BATISTA(OAB: null)
Reclamado	Votorantin Cimentos Ltda
Advogado	PHILIPPE ALEXANDRE CARVALHO BITTENCOURT(OAB: null)

Faço, nesta data, conclusos os presentes autos ao Sr. Juiz do Trabalho.
Araguaína/TO, 27.04.2012 - 6ª feira.
Técnico Especializado - Rogério Boniek Santana Ramos

Vistos e examinados os autos.
1. CONVOLO em penhora o numerário depositado na CEF/0610, no importe de R$ 2.341,33.
2. GARANTIDA a execução, INTIMEM-SE as partes, via DEJT, para os fins do artigo 884/CLT.
3. Transcorrido "in albis" o prazo legal, EXPEÇA-SE ALVARÁ ao credor para recebimento do seu crédito e recolhimento dos encargos de fl.196.
4. COMPROVADOS OS RECOLHIMENTOS, cumpra-se o disposto no art. 889-A, §2º, CLT, e venham os autos conclusos para fins de extinção da execução.
5. Sem prejuízo das determinações acima, cumpra-se intem 2 do despacho de fl.210.

Araguaína/TO, 27.04.2012 - 6ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-240-91.2011.5.10.0812

Reclamante	Márcia Teixeira Dias
Advogado	GRACIONE TEREZINHA DE CASTRO(OAB: null)
Reclamado	M H Reflorestamento Ltda
Reclamado	Richardson Reese - Araguaia Florestal
Reclamado	Suzano Papel e Celulose S.A.
Reclamado	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda
Reclamado	Léo Inácio Londero

Vistos e examinados os autos.

1. À vista da comprovação do recolhimento previdenciário e não havendo outras parcelas a quitar, DECLARO, POR SENTENÇA, EXTINTA A EXECUÇÃO nos moldes do art. 794, I, c/c o art. 795, ambos do Código de Processo Civil.
2.INTIMEM-SE os executados, por edital.
3. Decorrido o prazo recursal, ARQUIVEM-SE os autos.
PUBLIQUE-SE no DEJT.
Araguaína/TO, 02.05.2012 - 4ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-287-31.2012.5.10.0812

Reclamante	Iramar da Silva Carneiro Chagas
Advogado	MARY ELLEN OLIVETI AGUIAR(OAB: null)
Reclamado	Casa de Caridade Dom Orione
Advogado	RAINER ANDRADE MARQUES(OAB: null)

Vistos, etc.

À vista da manifestação da procuradora do reclamante às fls. 371, destituo o perito nomeado às fls. 360 e, por conseguinte, nomeio o Dr. Gustavo Magalhães Mendes de Tarso.
Intime-se o Sr. Perito.
Publique-se para ciência das partes, por seus procuradores.
Araguaína/TO, quarta-feira, 02 de maio de 2012.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-436-27.2012.5.10.0812

Reclamante	Manoel Bezerra de Farias
Reclamado	Armando Farias - Fazenda Mineira

ATO ORDINATÓRIO: Com espeque no § 4º do art. 162 do CPC e art. 23 do PGC/TRT10R, certifico que o presente feito de rito SUMARÍSSIMO foi incluído na pauta de AUDIÊNCIAS UNAS DO DIA 19/06/2012, ÀS 13h31MIN., devendo as partes comparecer sob as penas da Lei.
NOTIFICAÇÃO DO(S) RECLAMADO(S), VIA MANDADO.
INTIMAÇÃO DO(A) RECLAMANTE, via POSTAL, para comparecer pessoalmente à audiência, que se realizará na VARA ITINERANTE DE ARAGUATINS, situada no FÓRUM DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL, RUA ÁLVARES DE AZEVEDO, Nº 1019 - CENTRO, ARAGUATINS/TO, estando cientes que o não-comparecimento do autor implicará no arquivamento da reclamação (arts. 843 e 844/CLT), devendo as partes trazer espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 852-H, §§ 2º e 3º da CLT.
Araguaína/TO, 02 de maio de 2012 - 4ª feira.

p/ Diretor de Secretaria WELLINGTON HOLANDA MORAIS JÚNIOR

Despacho

Processo Nº RT-439-50.2010.5.10.0812

Reclamante	Hosete Ferreira do Nascimento
Advogado	EUNICE FERREIRA DE SOUSA KUHN(OAB: null)
Reclamado	Construtora DJ Ltda
Advogado	JOSE ADELMO DOS SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Douglas da Silva Mota
Reclamado	Djunior da Silva Mota

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Juiz(a) do Trabalho desta Vara.
Araguaína, 27.04.2012 (6ª - feira).
Assistente - Paula Fernandes Corrêa.

Vistos os autos.
Por ora deixo de incluir o feito em pauta. Retornem-se os autos ao arquivo provisório.
Araguaína/TO, 02.05.2012 - 4ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-476-09.2012.5.10.0812

Reclamante	Danilo Francisco Rocha Almeida
Reclamado	Euvaldino Fernando de Almeida Sousa

ATO ORDINATÓRIO: Com espeque no § 4º do art. 162 do CPC e art. 23 do PGC/TRT10R, certifico que o presente feito de rito SUMARÍSSIMO foi incluído na pauta de AUDIÊNCIAS UNAS DO DIA 19/06/2012, ÀS 14h31MIN., devendo as partes comparecer sob as penas da Lei.
NOTIFICAÇÃO DO(S) RECLAMADO(S), VIA POSTAL.
INTIMAÇÃO DO(A) RECLAMANTE, via POSTAL, para

comparecer pessoalmente à audiência, que se realizará na VARA ITINERANTE DE ARAGUATINS, situada no FÓRUM DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL, RUA ÁLVARES DE AZEVEDO, Nº 1019 - CENTRO, ARAGUATINS/TO, estando cientes que o não-comparecimento do autor implicará no arquivamento da reclamação (arts. 843 e 844/CLT), devendo as partes trazer espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 852-H, §§ 2º e 3º da CLT.
Araguaína/TO, 02 de maio de 2012 - 4ª feira.

p/ Diretor de Secretaria WELLINGTON HOLANDA MORAIS JÚNIOR

Despacho

Processo Nº RT-478-76.2012.5.10.0812

Reclamante	Edivaldo Rodrigues dos Reis
Reclamado	Tocantins Auto Ltda

ATO ORDINATÓRIO: Com espeque no § 4º do art. 162 do CPC e art. 23 do PGC/TRT10R, certifico que o presente feito de rito SUMARÍSSIMO foi incluído na pauta de AUDIÊNCIAS UNAS DO DIA 19/06/2012, ÀS 14h46MIN., devendo as partes comparecer sob as penas da Lei.
NOTIFICAÇÃO DO(S) RECLAMADO(S), VIA POSTAL.
INTIMAÇÃO DO(A) RECLAMANTE, via POSTAL, para comparecer pessoalmente à audiência, que se realizará na VARA ITINERANTE DE ARAGUATINS, situada no FÓRUM DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL, RUA ÁLVARES DE AZEVEDO, Nº 1019 - CENTRO, ARAGUATINS/TO, estando cientes que o não-comparecimento do autor implicará no arquivamento da reclamação (arts. 843 e 844/CLT), devendo as partes trazer espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 852-H, §§ 2º e 3º da CLT.
Araguaína/TO, 02 de maio de 2012 - 4ª feira.

p/ Diretor de Secretaria WELLINGTON HOLANDA MORAIS JÚNIOR

Despacho

Processo Nº RT-504-74.2012.5.10.0812

Reclamante	Francisco Lunga Aguiar
Advogado	RENATO JACOMO(OAB: null)
Reclamado	Serpol Seguranca Privada Limitada

ATO ORDINATÓRIO: Com espeque no § 4º do art. 162 do CPC e art. 23 do PGC/TRT10R, certifico que o presente feito de rito SUMARÍSSIMO foi incluído na pauta de AUDIÊNCIAS UNAS DO DIA 16/07/2012, ÀS 16h16MIN., devendo as partes comparecer sob as penas da Lei.
NOTIFICAÇÃO DO(S) RECLAMADO(S), VIA POSTAL.
INTIMAÇÃO DO(A) RECLAMANTE por seu procurador(a), via DEJT, para comparecer pessoalmente à audiência, que se realizará na VARA ITINERANTE DE ARAGUATINS, situada no FÓRUM DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL, RUA ÁLVARES DE AZEVEDO, Nº 1019 - CENTRO, ARAGUATINS/TO, estando cientes que o não-comparecimento do autor implicará no arquivamento da reclamação (arts. 843 e 844/CLT), devendo as partes trazer espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 852-H, §§ 2º e 3º da CLT.
Araguaína/TO, 02 de maio de 2012 - 4ª feira.

p/ Diretor de Secretaria WELLINGTON HOLANDA MORAIS JÚNIOR

Despacho

Processo Nº RT-513-36.2012.5.10.0812

Reclamante	Alexandro Alves da Silva
Reclamado	E. A. Perobelli - Distribuidora de Gas

ATO ORDINATÓRIO: Com espeque no § 4º do art. 162 do CPC e art. 23 do PGC/TRT10R, certifico que o presente feito de rito SUMARÍSSIMO foi incluído na pauta de AUDIÊNCIAS UNAS DO DIA 16/07/2012, ÀS 16h31MIN., devendo as partes comparecer sob as penas da Lei.
NOTIFICAÇÃO DO(S) RECLAMADO(S), VIA POSTAL.
INTIMAÇÃO DO(A) RECLAMANTE, via POSTAL, para comparecer pessoalmente à audiência, que se realizará na VARA ITINERANTE DE ARAGUATINS, situada no FÓRUM DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL, RUA ÁLVARES DE AZEVEDO, Nº 1019 - CENTRO, ARAGUATINS/TO, estando cientes que o não-comparecimento do autor implicará no arquivamento da reclamação (arts. 843 e 844/CLT), devendo as partes trazer espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 852-H, §§ 2º e 3º da CLT.
Araguaína/TO, 02 de maio de 2012 - 4ª feira.

p/ Diretor de Secretaria WELLINGTON HOLANDA MORAIS JÚNIOR

Despacho

Processo Nº RT-655-74.2011.5.10.0812

Reclamante	Francilene Ferreira dos Santos
Advogado	MARCIA REGINA FLORES(OAB: null)
Reclamado	Minerva S.A.
Advogado	CLAYTON SILVA(OAB: null)

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Juiz do Trabalho.
Alcione de Araújo Brito - Assistente.30/04/2012 - 2 ª feira.

Vistos e examinados os autos.
1. HOMOLOGO os cálculos de IIQUIDAÇÃO/ENCARGOS no valor de R$ 13.615,43. CONVERTO em penhora o depósito recursal (fl.287) no importe de R$ 1.500,00. FIXO A EXECUÇÃO REMANESCENTE EM R$ 12.115,43, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais (art. 789-A/CLT).
2. CITE-SE o(a) executado(a) por seu advogado(a), via DEJT, para pagamento da execução no prazo de 48 horas (CLT, art. 880), sob pena de constrição de tantos bens quantos bastem para garantia da dívida.
3. Transcorrido "in albis" prazo supra, aplique-se o disposto no Art.
83 da CGJT/TST, bem como a desconsideração da personalidade jurídica (CNE e INFOSEG) (arts. 79 e 80 CPCGJT).
4. Verificado o resultado da ordem de bloqueio de valores (BACENJUD) emitida em nome dos devedores, determino a inclusão do(s) executado(s) no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos da Lei 12.440/2011, de 7 de julho de 2011 e da Resolução Administrativa nº 1470, de 24 de agosto de 2011, do Tribunal Superior do Trabalho, observando -se os seguintes parâmetros: 1) na hipótese de a ordem de bloqueio de valores se revelar negativa ou obtiver resultado parcial, a inclusão deverá ser sem garantia do juízo; 2) havendo valores suficientes à garantia da execução, a inclusão deverá ser registrada com garantia do juízo.
5. Ainda, acaso resulte infrutífera a ordem de bloqueio de valores, à Secretaria para diligenciar junto aos convênios RENAJUD, INFOJUD, CRI, e MANDADO de constrição, procedendo-se ao registro das restrições/constrições.
6. Tendo em vista que os valores das contribuições previdenciárias apurados não supera o teto (R$ 10.000,00), deixo de proceder à

intimação/vista da UNIÃO/PRF/1ªR. (Port. nº435/2011/MF).
PUBLIQUE-SE no DEJT.
Araguaína/TO,03.05.2012 - 5ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA.

Despacho

Processo Nº RT-725-91.2011.5.10.0812

Reclamante	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
Advogado	MARIA DE FATIMA FERNANDES CORRÊA(OAB: null)
Reclamado	Edson Coelho dos Santos

Faço, nesta data, conclusos os presentes autos ao Sr. Juiz do Trabalho.
Araguaína/TO, 27.04.2012 - 6ª feira.
Técnico Especializado - Rogério Boniek Santana Ramos

Vistos e examinados os autos.
1. Tendo em vista que a intimação ao executado via postal restou infrutífera, conforme certidão de fl.180-v, intime-o por meio de EDITAL.
2. Após, conclusos os autos.

Araguaína/TO, 27.04.2012 - 6ª feira.

Juiz de Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-785-64.2011.5.10.0812

Reclamante	Benedito Lemes da Silva
Advogado	ALAN JORGE SOUSA SILVA(OAB: null)
Reclamado	Antonio Henrique da Silva (Açougue Boi Gordo)
Advogado	CABRAL SANTOS GONÇALVES(OAB: null)

Despacho de fl. 70 para o reclamante retirar CTPS: "Vistos. À vista da inércia do executado, determino à Secretaria da Vara que proceda a devida anotação na CTPS do exequente, intimando-o para retirá-la no prazo de 5 (cinco) dias...Araguaína, 12 de abril de 2012. RAFAEL DE SOUZA CARNEIRO - Juiz(a) do Trabalho."

Despacho

Processo Nº RT-797-78.2011.5.10.0812

Reclamante	Marinezia de Sousa Assuncao
Advogado	CRISTIANE DELFINO RODRIGUES LINS(OAB: null)
Reclamado	O O Lima Empresa Limpadora Limitada
Advogado	DÉBORA FERNANDES DOS SANTOS(OAB: null)

Nesta data faço os presentes autos conclusos ao Juiz do Trabalho.
Alcione de Araújo Brito - Assistente.30/04/2012 -2ª feira.

Vistos e examinados os autos.
1. HOMOLOGO os cálculos de liquidação no valor de R$ 12.249,24. CONVOLO em penhora o depósito recursal (fl.174) no valor de R$ 6.290,00. Fixo a execução remanescente no importe de R$5.959,24.
2. CITE-SE o(a) executado(a) por seu advogado(a), via DEJT, para pagamento da execução no prazo de 48 horas (CLT, art. 880), sob pena de constrição de tantos bens quantos bastem para garantia da dívida.
3. Transcorrido "in albis" prazo supra, aplique-se o disposto no Art.83 da CGJT/TST, bem como a desconsideração da personalidade jurídica (CNE e INFOSEG) (arts. 79 e 80 CPCGJT).
4. Verificado o resultado da ordem de bloqueio de valores (BACENJUD) emitida em nome dos devedores, determino a inclusão do(s) executado(s) no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos da Lei 12.440/2011, de 7 de julho de 2011 e da Resolução Administrativa nº 1470, de 24 de agosto de 2011, do Tribunal Superior do Trabalho, observando-se os seguintes parâmetros: 1) na hipótese de a ordem de bloqueio de valores se revelar negativa ou obtiver resultado parcial, a inclusão deverá ser sem garantia do juízo; 2) havendo valores suficientes à garantia da execução, a inclusão deverá ser registrada com garantia do juízo.
5. Ainda, acaso resulte infrutífera a ordem de bloqueio de valores, à Secretaria para diligenciar junto aos convênios RENAJUD, INFOJUD, CRI, e MANDADO de constrição, procedendo-se ao registro das restrições/constrições.
6. Tendo em vista que os valores das contribuições previdenciárias apurados não supera o teto (R$ 10.000,00), deixo de proceder à intimação/vista da UNIÃO/PRF/1ªR. (Port. nº435/2011/MF).
PUBLIQUE-SE no DEJT.
Araguaína/TO, 03.05.2012 - 5ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-816-84.2011.5.10.0812

Reclamante	Warley Monteiro Wanderley
Advogado	RAINER ANDRADE MARQUES(OAB: null)
Reclamado	Auto Escola e Despachante MB
Advogado	SANDRA MARCIA BRITO DE SOUSA(OAB: null)
Reclamado	André Luis Goulart Vieira
Reclamado	Eloene Sousa Pires Vieira
Reclamado	Goulart Goulart Ltda ME

Faço, nesta data, conclusos os presentes autos ao Sr. Juiz do Trabalho.
Araguaína/TO, 30.04.2012 - 2ª feira.
Técnico Especializado - Rogério Boniek Santana Ramos

Vistos e examinados os autos.
1. Intime-se as partes, via seus procuradores por meio do DEJT e diretamente via POSTAL, no prazo de 5 (cinco) dias, para se manifestarem acerca do total adimplemento do acordo.
2. Transcorrido o prazo supra "in albis", venham os autos conclusos para fins de arquivamento do feito com as revisões de praxe.

Araguaína/TO, 30.04.2012 - 2ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-987-41.2011.5.10.0812

Reclamante	Wemerson Primo Araujo da Silva
Advogado	RICARDO LIRA CAPURRO(OAB: null)
Reclamado	Nosso Lar Lojas de Departamentos Ltda
Advogado	SANDRO CORREIA DE OLIVEIRA(OAB: null)

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Juiz do Trabalho desta Vara.
Araguaína,30.04.2012 (2ª feira).

Vistos e examinados os autos.
1. HOMOLOGO a conta PREVIDENCIÁRIA no valor de R$ 146,37, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos

legais (art.789-A/CLT).
2. CITE-SE o(a) executado(a) por seu advogado(a), via DEJT, para pagamento da execução no prazo de 48 horas (CLT, art. 880), sob pena de constrição de tantos bens quantos bastem para garantia da dívida.
3. Transcorrido "in albis" prazo supra, aplique-se o disposto no Art.83 da CGJT/TST, bem como a desconsideração da personalidade jurídica (CNE e INFOSEG) (arts. 79 e 80 CPCGJT).
4. Verificado o resultado da ordem de bloqueio de valores (BACENJUD) emitida em nome dos devedores, determino a inclusão do(s) executado(s) no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos da Lei 12.440/2011, de 7 de julho de 2011 e da Resolução Administrativa nº 1470, de 24 de agosto de 2011, do Tribunal Superior do Trabalho, observando -se os seguintes parâmetros: 1) na hipótese de a ordem de bloqueio de valores se revelar negativa ou obtiver resultado parcial, a inclusão deverá ser sem garantia do juízo; 2) havendo valores suficientes à garantia da execução, a inclusão deverá ser registrada com garantia do juízo.
5. Ainda, acaso resulte infrutífera a ordem de bloqueio de valores, à Secretaria para diligenciar junto aos convênios RENAJUD, INFOJUD, CRI, e MANDADO de constrição, procedendo-se ao registro das restrições/constrições.
6. Tendo em vista que os valores das contribuições previdenciárias apurados não supera o teto (R$ 10.000,00), deixo de proceder à intimação/vista da UNIÃO/PRF/1ªR. (Port. nº435/2011/MF).
PUBLIQUE-SE no DEJT.
Araguaína/TO,03.05.2012 -2ª feira.

Juiz do TrabalhO MAURÍCIO WESTIN COSTA.

Despacho

Processo Nº RT-1076-64.2011.5.10.0812

Reclamante	Evanilson Ferreira da Silva
Advogado	ANDRE LUIS FONTANELA(OAB: null)
Reclamado	Real Terraplanagem Ltda
Advogado	RICHARD ANDRIOTTI D`AVILA(OAB: null)

Faço, nesta data, conclusos os presentes autos ao Sr. Juiz do Trabalho.
Araguaína/TO, 27.04.2012 - 6ª feira.
Técnico Especializado - Rogério Boniek Santana Ramos

Vistos e examinados os autos.
1. À vista da comprovação dos recolhimentos previdenciários, conforme fls.53/62, e não havendo outras parcelas a quitar, defiro o pedido do executado, e DECLARO, POR SENTENÇA, EXTINTA A EXECUÇÃO nos moldes do art. 794, I, c/c o art. 795, ambos do Código de Processo Civil.
2.INTIMEM-SE o executado, por seu procurador, por meio do DEJT.
3. Decorrido o prazo recursal, ARQUIVEM-SE os autos.

Araguaína/TO, 27.04.2012 - 6ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-1172-79.2011.5.10.0812

Reclamante	Jocelia Maria do Nascimento Ferreira
Advogado	ANDRE FRANCELINO DE MOURA(OAB: null)
Reclamado	A Solução Empresa de Serviços Gerais Ltda
Advogado	RENATTO PEREIRA MOTA(OAB: null)

CONCLUSÃO
Faço, nesta data, os presentes autos conclusos ao(à) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho desta Vara.
Araguaína, quarta-feira, 2 de maio de 2012.
Assistente de Diretor ELENICE RITA DE SOUZA ARAÚJO

Vistos e examinados os autos.
1. CONVOLO em penhora o depósito judicial de fl. 55, no valor de R$ 1.442,21.
2. A executada afirma em sua petição que o depósito se destina ao pagamento da execução. Desse modo, INTIME-SE a exequente, via DEJT, para os fins do artigo 884/CLT.
3. Retire-se a restrição que recaiu sobre os veículos à fl. 47.
4. Transcorrido "in albis" o prazo legal, EXPEÇA-SE ALVARÁ à exequente, intimando-a para retirá-lo no prazo de 5 (cinco) dias.
5. Comprovado o levantamento do alvará, venham os autos conclusos para fins de extinção da execução.
Araguaína, quarta-feira, 2 de maio de 2012.
Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-1179-08.2010.5.10.0812

Reclamante	José Nilton Dias dos Santos
Advogado	MANOEL MENDES FILHO(OAB: null)
Reclamado	Alcantara e Alcantara Construtora Ltda
Advogado	THANIA APARECIDA BORGES CARDOSO(OAB: null)
Reclamado	Rafael Ramos de Alcantara
Reclamado	Raquel Ramos de Alcantara

CERTIDÃO E CONCLUSÃO
Certifico que a fl.95, oriunda dos autos do processo 1245-2010-812, foi trasladada cópia para os autos deste processo.
Faço, nesta data, conclusos os presentes autos ao Sr. Juiz do Trabalho.
Araguaína/TO, 27/04/2012 - 6ª feira.
Técnico Especializado - Rogério Boniek Santana Ramos

Vistos e examinados os autos.
Considerando que os procedimentos empreendidos por este Juízo a fim de levar a termo a presente execução se revelaram infrutíferos, intime-se o exequente, no prazo de 30 dias, para indicar meios proveitosos para prosseguimento da execução, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório, nos termos do artigo 40 da Lei 6.830/80.

Araguaína/TO, 27.04.2012 - 6ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-1245-85.2010.5.10.0812

Reclamante	Francisco Sousa Silva
Advogado	MANOEL MENDES FILHO(OAB: null)
Reclamado	Alcântara e Alcântara Construtora Ltda
Advogado	THANIA APARECIDA BORGES CARDOSO(OAB: null)
Reclamado	Rafael Ramos de Alcantara
Reclamado	Raquel Ramos de Alcantara

Faço, nesta data, conclusos os presentes autos ao Sr. Juiz do Trabalho.
Araguaína/TO, 27/04/2012 - 6ª feira.
Técnico Especializado - Rogério Boniek Santana Ramos

Vistos e examinados os autos.

Considerando que os procedimentos empreendidos por este Juízo a fim de levar a termo a presente execução se revelaram infrutíferos, intime-se o exequente, no prazo de 30 dias, para indicar meios proveitosos para prosseguimento da execução, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório, nos termos do artigo 40 da Lei 6.830/80.

Araguaína/TO, 27.04.2012 - 6ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-1362-42.2011.5.10.0812

Reclamante	Luis Marcio Morais da Silva
Advogado	MARCELLO RESENDE QUEIROZ SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Congelseg - Vigilância e Transporte de Valores Ltda.

Certifico e dou fé que no dia 26.03.2012 (segunda-feira), transcorreu "in albis" o prazo de 05 (cinco) dias para o reclamante comunicar eventual inadimplemento referente a 2ª parcela do acordo.
Certifico ainda, que no dia 27.04.2012 (sexta-feira), transcorreu "in albis" o prazo de 30 (trinta) dias para o reclamado comprovar os recolhimentos previdenciários.
Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Juiz(a) do Trabalho desta Vara.
Araguaína, 30.04.2012 (2ª - feira).
Assistente - Paula Fernandes Corrêa.

Vistos os autos.
Encaminhem-se os autos à Contadoria para aplicação da multa referente a 1ª parcela do acordo e apuração do cálculo previdenciário (art. 23 do PGC/TRT).
Araguaína/TO, 30.04.2012 - 2ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-7300-23.2008.5.10.0812

Processo Nº RT-73/2008-812-10-00.8

Reclamante	Rosivaldo Almeida da Silva
Advogado	ORLANDO RODRIGUES PINTO(OAB: null)
Reclamado	Moisés Pereira Lima
Advogado	HENRY SMITH(OAB: null)

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Juiz(a) do Trabalho desta Vara.
Araguaína, 27.04.2012 (6ª - feira).
Assistente - Paula Fernandes Corrêa.

Vistos os autos.
1. Por ora deixo de incluir o feito em pauta. Cumpra-se o despacho de fl. 297, itens 2 e 3.
Araguaína/TO, 02.05.2012 - 4ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-7400-17.2004.5.10.0812

Processo Nº RT-74/2004-812-10-00.9

Reclamante	IRACY ANA DE SOUZA
Advogado	SILVESTRE GOMES JÚNIOR(OAB: null)
Reclamado	Município de São Sebastiao do Tocantins
Advogado	ANTONIA VANDERLY DA SILVA CASTRO(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO: Em cumprimento à determinação de fl. 314 e com fulcro no § 4º do art. 162 do CPC e art. 23 do PGC/TRT10R, o presente feito de rito ORDINÁRIO terá a seguinte movimentação:
Inclusão dos presentes autos na pauta de AUDIÊNCIAS para tentativa de conciliação em EXECUÇÃO, no dia 19.06.2012 (3ª feira), às 10h31min, na VARA ITINERANTE DE ARAGUATINS, situada no FÓRUM DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL, RUA ÁLVARES DE AZEVEDO, Nº 1019 - CENTRO, ARAGUATINS/TO. Intimação das partes por seus procuradores e diretamente, sendo a exequente via postal e o executado por mandado.
Araguaína/TO, quarta-feira, 02 de maio de 2012.

p/ Diretor de Secretaria WELLINGTON HOLANDA MORAIS JÚNIOR

Despacho

Processo Nº RT-19400-73.2009.5.10.0812

Processo Nº RT-194/2009-812-10-00.0

Reclamante	Rubens Franco Denipoti
Advogado	MARY ELLEN OLIVETI(OAB: null)
Reclamado	S. R. S. Construtora Ltda
Advogado	FRANCISCO JOSÉ SOUSA BORGES(OAB: null)
Reclamado	Francisco Aparecido Araújo
Advogado	FRANCISCO JOSÉ SOUSA BORGES(OAB: null)
Reclamado	Adanair Mendes Machado
Reclamado	Giovania Aparecida Gomes
Reclamado	TCB - Transportadora Centro Brasil Ltda
Reclamado	LABCLIN - Laboratório de Análise Clínica Ltda
Advogado	FRANCISCO JOSÉ SOUSA BORGES(OAB: null)
Reclamado	Cunha Araújo Araújo Ltda
Reclamado	Auto Posto Lajeado Ltda
Reclamado	Adanair Mendes Machado

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Juiz(a) do Trabalho desta Vara.
Araguaína, 27.04.2012 (6ª - feira).
Assistente - Paula Fernandes Corrêa.

Vistos os autos.
1. Por ora deixo de incluir o feito em pauta.
2. Encaminhem-se os autos ao Setor de Cálculos Judiciais para atualização do débito previdenciário.
3. Após, renove-se o BACENJUD em nome de todos os executados.
4. Resultando negativa a diligencia supra, à Secretaria para diligenciar junto aos convênios RENAJUD, INFOJUD, CRI e MANDADO de constrição procedendo-se ao registro das restrições/constrições.
Araguaína/TO, 02.05.2012 - 4ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-29700-02.2006.5.10.0812

Processo Nº RT-297/2006-812-10-00.8

Reclamante	Raimunda Veria Rodrigues Ferreira
Advogado	MARIA EURIPA TIMÓTEO(OAB: null)

Reclamado	H G LTDA
Advogado	MARCIA REGINA FLORES(OAB: null)
Reclamado	Hosana Kajiya
Advogado	MARCIA REGINA FLORES(OAB: null)
Reclamado	Hosano Gomes Ferreira Neto

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Juiz(a) do Trabalho desta Vara.
Araguaína, 27.04.2012 (6ª - feira).
Assistente - Paula Fernandes Corrêa.

Vistos os autos.
1. Por ora deixo de incluir o feito em pauta.
2. Aguarde-se a resposta do ofício de fl. 133.
Araguaína/TO, 02.05.2012 - 4ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-51200-90.2007.5.10.0812

Processo Nº RT-512/2007-812-10-00.1

Reclamante	José Augusto de Souza Araújo
Advogado	LEILIANE ABREU DIAS(OAB: null)
Reclamado	Geraldo Vaz - Fazenda Bom Jesus/Santa Bárbara
Advogado	ADWARDYS DE BARROS VINHAL(OAB: null)

Faço, nesta dat,a conclusos os presentes autos ao Sr. Juiz do Trabalho.
Araguaína/TO, 30.04.2012 - 2ª feira.
Técnico Especializado - Rogério Boniek Santana Ramos

Vistos e examinados os autos.
1. Renove-se a intimação ao executado, via MANDADO, nos termos do despacho de fl.193.
2. Após, conclusos.

Araguaína/TO, 30.04.2012 - 2ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-65100-09.2008.5.10.0812

Processo Nº RT-651/2008-812-10-00.6

Reclamante	Manoel Silveira Lima
Advogado	MARIA JOSÉ RODRIGUES DE ANDRADE(OAB: null)
Reclamado	Construtora Colinas Ltda
Advogado	IVAIR MARTINS DOS SANTOS DINIZ(OAB: null)

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Juiz(a) do Trabalho desta Vara.
Araguaína, 27.04.2012 (6ª - feira).
Assistente - Paula Fernandes Corrêa.

Vistos os autos.
1. Por ora deixo de incluir o feito em pauta.
2. À Secretaria para diligenciar junto ao convênio CNE.
Araguaína/TO, 02.05.2012 - 4ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-112900-33.2008.5.10.0812

Processo Nº RT-1129/2008-812-10-00.1

Reclamante	Raimundo Nonato Pereira Barbosa
Advogado	FABIANO CALDEIRA LIMA(OAB: null)
Reclamado	Construtora Wally Ltda
Advogado	JOSÉ LAERTE DE ALMENTA(OAB: null)
Reclamado	Gildo de Assis Styval
Reclamado	Francisco Rodrigues de Oliveira
Reclamado	Itamar Rodrigues de Oliveira
Reclamado	Yure Pereira Paulino

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Juiz(a) do Trabalho desta Vara.
Araguaína, 27.04.2012 (6ª - feira).
Assistente - Paula Fernandes Corrêa.

Vistos os autos.
1. Encaminhem-se os autos ao Setor de Cálculos Judiciais para atualização do débito previdenciário.
2. Ato contínuo, renove-se o BACENJUD.
3. Resultando negativa a diligência supra, venham os autos conclusos para inclusão em pauta.
Araguaína/TO, 02.05.2012 - 4ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-115600-79.2008.5.10.0812

Processo Nº RT-1156/2008-812-10-00.4

Reclamante	Jose Coelho do Nacimento
Advogado	FLAVIO SOUSA DE ARAUJO(OAB: null)
Reclamado	Carmelita Milhomem do Carmo
Advogado	JOSE ADELMO DOS SANTOS(OAB: null)

Faço, nesta data, conclusos os presentes autos ao Sr. Juiz do Trabalho.
Araguaína/TO, 27.04.2012 - 6ª feira.
Técnico Especializado - Rogério Boniek Santana Ramos

Vistos e examinados os autos.
1. Tendo em vista que até a presente data não foi juntado comprovante relativo a 8ª parcela, conforme proposto às fls.562-562-v, intime-se o devedor (José Coelho do Nascimento), para apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante relativo a parcela em atraso, sob pena de atualização da conta e penhora do imóvel recebido em pagamento do acordo.
2. Transcorrido "in albis" o prazo supra, ao Setor de Cálculos Judiciais. Após, conclusos para homologação e determinação de penhora do imóvel.

Araguaína/TO, 27.04.2012 - 6ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

Despacho

Processo Nº RT-125400-97.2009.5.10.0812

Processo Nº RT-1254/2009-812-10-00.2

Reclamante	JoÃo Batista Martins Reis
Advogado	MARCELLO RESENDE QUEIROZ SANTOS(OAB: null)
Reclamado	Tocantinópolis Esporte Clube
Advogado	SEBASTIÃO ALVES MENDONÇA FILHO(OAB: null)

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Juiz(a) do Trabalho desta Vara.
Araguaína, 27.04.2012 (6ª - feira).

Assistente - Paula Fernandes Corrêa.

Vistos os autos.
Por ora deixo de incluir o feito em pauta. Retornem-se os autos ao arquivo provisório.
Araguaína/TO, 02.05.2012 - 4ª feira.

Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

VARA DO TRABALHO DE GUARAÍ-TO

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-40-97.2012.5.10.0861

Reclamante	Ivan Campos do Nascimento
Advogado	JUAREZ FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Terra Construtora Ltda
Reclamado	Spa Engenharia Indústria e Comércio Ltda
Advogado	RAIMUNDO JOSÉ MARINHO NETO(OAB: null)

Vistos e examinados.Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais quando do efetivo pagamento, observando-se as parcelas abaixo:
Total da execução R$ 4.168,10 Atualizado até: 30/04/2012
Liq. Exequente....: 4.168,10
No objetivo de conferir efetividade ao processo executório, determino desde já a desconsideração da personalidade jurídica da empresa (art. 28 do CDC e art. 50 do CCB, subsidiariamente aplicados) e, por conseguinte, incluo no polo passivo da execução o(s) sócio(s) da Empresa Executada, Sr(s). JOELMA APARECIDA COSTA e EDIANA DA SILVA SOUSA (qualificados à(s) fl(s). 35), respeitado o benefício de ordem. Inclua(m)-se o(s) sócio(s) executado(s) no sistema de administração dos processos (SAP). Cite-se a primeira executada (TERRA CONSTRUTORA) e os sócios executados pela via postal (art. 238, § 1º, do Prov. Consolidado do TRT/10ª Região) para pagar(em) o valor ora homologado ou indicar(em) bens à penhora, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de constrição de tantos bens quantos bastem para integral satisfação do débito. Decorridos os prazos, conclusos. O não cumprimento da determinação implicará futura inscrição do(s) executado(s) no cadastro de restrição ao crédito SERASA, mediante protesto judicial, com fulcro no Acordo de Cooperação Institucional entre TRT-10ª Região e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, bem como inclusão do(s) executado(s) no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas BNDT. Guaraí/TO, 2 de maio de 2012 (4ª Feira). ASSINADO ELETRONICAMENTE ALMIRO ALDINO DE SÁTELES JUNIOR Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-42-67.2012.5.10.0861

Reclamante	Maurecy Barbosa da Silva
Advogado	JUAREZ FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Terra Construtora Ltda.
Reclamado	Spa Engenharia Indústria e Comércio Ltda
Advogado	RAIMUNDO JOSÉ MARINHO NETO(OAB: null)

Vistos e examinados. Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais quando do efetivo pagamento, observando-se as parcelas abaixo:
Total da execução R$ 6.070,07 Atualizado até: 30/04/2012
Liq. Exequente....: 6.070,07
No objetivo de conferir efetividade ao processo executório, determino desde já a desconsideração da personalidade jurídica da empresa (art. 28 do CDC e art. 50 do CCB, subsidiariamente aplicados) e, por conseguinte, incluo no polo passivo da execução o(s) sócio(s) da Empresa Executada, Sr(s). JOELMA APARECIDA COSTA e EDIANA DA SILVA SOUSA (qualificados à(s) fl(s). 35), respeitado o benefício de ordem. Inclua(m)-se o(s) sócio(s) executado(s) no sistema de administração dos processos (SAP). Cite-se a primeira executada (TERRA CONSTRUTORA) e os sócios executados pela via postal (art. 238, § 1º, do Prov. Consolidado do TRT/10ª Região) para pagar(em) o valor ora homologado ou indicar(em) bens à penhora, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de constrição de tantos bens quantos bastem para integral satisfação do débito. Decorridos os prazos, conclusos. O não cumprimento da determinação implicará futura inscrição do(s) executado(s) no cadastro de restrição ao crédito SERASA, mediante protesto judicial, com fulcro no Acordo de Cooperação Institucional entre TRT-10ª Região e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, bem como inclusão do(s) executado(s) no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas BNDT. Guaraí/TO, 2 de maio de 2012 (4ª Feira). ASSINADO ELETRONICAMENTE ALMIRO ALDINO DE SÁTELES JUNIOR Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-43-52.2012.5.10.0861

Reclamante	Lazaro Leite dos Santos
Advogado	JUAREZ FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Terra Construtora Ltda
Reclamado	Spa Engenharia Indústria e Comércio Ltda
Advogado	RAIMUNDO JOSÉ MARINHO NETO(OAB: null)

Vistos e examinados. Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais quando do efetivo pagamento, observando-se as parcelas abaixo:
Total da execução R$ 9.770,78 Atualizado até: 30/04/2012
Liq. Exequente....: 9.770,78
No objetivo de conferir efetividade ao processo executório, determino desde já a desconsideração da personalidade jurídica da empresa (art. 28 do CDC e art. 50 do CCB, subsidiariamente aplicados) e, por conseguinte, incluo no polo passivo da execução o(s) sócio(s) da Empresa Executada, Sr(s). JOELMA APARECIDA COSTA e EDIANA DA SILVA SOUSA (qualificados à(s) fl(s). 41), respeitado o benefício de ordem. Inclua(m)-se o(s) sócio(s) executado(s) no sistema de administração dos processos (SAP). Cite-se a primeira executada (TERRA CONSTRUTORA) e os sócios executados pela via postal (art. 238, § 1º, do Prov. Consolidado do TRT/10ª Região) para pagar(em) o valor ora homologado ou indicar(em) bens à penhora, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de constrição de tantos bens quantos bastem para integral satisfação do débito. Decorridos os prazos, conclusos. O não cumprimento da determinação implicará futura inscrição do(s) executado(s) no cadastro de restrição ao crédito SERASA, mediante protesto judicial, com fulcro no Acordo de Cooperação Institucional entre TRT-10ª Região e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, bem como inclusão do(s) executado(s) no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas BNDT. Guaraí/TO, 2 de maio de 2012 (4ª Feira). ASSINADO ELETRONICAMENTE ALMIRO ALDINO DE SÁTELES JUNIOR Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-46-07.2012.5.10.0861

Reclamante	Claudionor Nunes Ribeiro
Advogado	JUAREZ FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Terra Construtora ltda.- ME
Reclamado	Spa Engenharia Indústria e Comércio Ltda
Advogado	RAIMUNDO JOSÉ MARINHO NETO(OAB: null)

Vistos e examinados. Homologo o cálculo, fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais quando do efetivo pagamento, observando-se as parcelas abaixo:
Total da execução R$ 6.677,07 Atualizado até: 30/04/2012
Liq. Exequente....: 6.677,07
No objetivo de conferir efetividade ao processo executório, determino desde já a desconsideração da personalidade jurídica da empresa (art. 28 do CDC e art. 50 do CCB, subsidiariamente aplicados) e, por conseguinte, incluo no polo passivo da execução o(s) sócio(s) da Empresa Executada, Sr(s). JOELMA APARECIDA COSTA e EDIANA DA SILVA SOUSA (qualificados à(s) fl(s). 37), respeitado o benefício de ordem. Inclua(m)-se o(s) sócio(s) executado(s) no sistema de administração dos processos (SAP). Cite-se a primeira executada (TERRA CONSTRUTORA) e os sócios executados pela via postal (art. 238, § 1º, do Prov. Consolidado do TRT/10ª Região) para pagar(em) o valor ora homologado ou indicar(em) bens à penhora, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de constrição de tantos bens quantos bastem para integral satisfação do débito. Decorridos os prazos, conclusos. O não cumprimento da determinação implicará futura inscrição do(s) executado(s) no cadastro de restrição ao crédito SERASA, mediante protesto judicial, com fulcro no Acordo de Cooperação Institucional entre TRT-10ª Região e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, bem como inclusão do(s) executado(s) no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas BNDT. Guaraí/TO, 2 de maio de 2012 (4ª Feira). ASSINADO ELETRONICAMENTE ALMIRO ALDINO DE SÁTELES JUNIOR Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-71-20.2012.5.10.0861

Consignante	Bento Peres Prestação de Servicos e Transportes Ltda
Advogado	CARLOS ALBERTO DIAS NOLETO(OAB: null)
Consignado	Francisco Mares da Silva

DESPACHO Vistos e examinados.Homologo os cálculos retro, refentes as verbas previdenciárias incidentes sobre a rescisão contratual, sem prejuízo de futuras atualizações quando do efetivo pagamento, observando-se as parcelas abaixo:
Total da execução R$ 79,62 Atualizado até: 30/04/2012
INSS Reclamante...: 15,00 (18,84%)
INSS Reclamado....: 37,49 (47,09%)
INSS Terceiros....: 10,87 (13,65%)
INSS SAT.....: 5,62 (7,06%)
Custas do Processo: 10,64 (13,36%)
Cite-se o consignante BENTO PERES PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA, por seu procurador, via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para pagar(em) o valor ora homologado ou indicar bens à penhora, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de constrição de tantos bens quantos bastem para integral satisfação do débito. O não cumprimento da determinação implicará futura inscrição do(s) executado(s) no cadastro de restrição ao crédito SERASA, mediante protesto judicial, com fulcro no Acordo de Cooperação Institucional entre TRT-10ª Região e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, bem como inclusão do(s) executado(s) no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas BNDT. Decorridos os prazos, conclusos. Em havendo integral garantia/pagamento do débito, fica desde já autorizado o registro no BNDT, mediante termo nos autos, da respectiva situação. Guaraí/TO, 2 de maio de 2012 (4ª Feira). ASSINADO ELETRONICAMENTE ALMIRO ALDINO DE SÁTELES JUNIOR Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-84-19.2012.5.10.0861

Reclamante	Cleonice Silva Feitosa
Advogado	JUAREZ FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Vismaria de Jesus (Fazenda Vale dos Bois)
Advogado	CLOVIS TEIXEIRA LOPES(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO

Certifico que, em cumprimento ao art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região INTIMA-SE o(a) Reclamante(Recorrido), por seu procurador, para contra-arrazoar o Recurso Ordinário interposto pelo(a) Reclamado(a), no prazo legal.
Guaraí-TO, 2 de Maio de 2012 (Quarta-feira)

RAFAEL LOPES PONTES
Assistente de Diretor

Despacho

Processo Nº RT-92-93.2012.5.10.0861

Reclamante	Francisco Rodrigues de Sousa
Advogado	SERGIO MENEZES DANTAS MEDEIROS(OAB: null)
Reclamado	Espólio de Revaldo Afonso Jorge da Silva (Representado por Maria Lúcia Martineli Pereira, Jullyane Martineli Silva e Revaldo Afonso Jorge da Silva Júnior)
Advogado	STEPHANE MAXWELL DA SILVA FERNANDES(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO

Certifico que, em cumprimento ao art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, INTIMA-SE o reclamante, por seu procurador, para querendo, manifestar-se sobre a juntada do atestado médico da reclamada às fls. 55/56, no prazo legal.
Guaraí-TO, 30 de Abril de 2012 (Segunda-feira)

RAFAEL LOPES PONTES
Assistente de Diretor

Despacho

Processo Nº RT-103-25.2012.5.10.0861

Reclamante	Wagner Rocha da Silva
Advogado	JUAREZ FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Pedro Afonso Açúcar e Bioenergia S.A.
Advogado	DENIELSEN TANTIN RAGIOTTO(OAB: null)

"DISPOSITIVO Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por WAGNER ROCHA DA SILVA para condenar PEDRO AFONSO AÇÚCAR E BIOENERGIA S.A., a cumprir e pagar as obrigações deferidas na fundamentação supra, conforme os seus expressos termos, que passam a integrar este dispositivo como se aqui estivesse transcrita. Defiro ao Reclamante os

benefícios da justiça gratuita. Dedução, juros, correção e recolhimentos conforme fundamentação supra. Custas pela Reclamada, no importe de R$ 200,00, calculadas sobre o valor de R$ 10.000,00, provisoriamente arbitrado à condenação.Condeno a Reclamada no pagamento dos honorários periciais, fixados no importe de R$ 2.000,00.Após o trânsito em julgado, observe a Secretaria as determinações de: a) expedição de ofício contida no item 10 desta sentença, encaminhando cópia desta decisão, para as providências que entenderem cabíveis; e b) determinação de ressarcimento ao erário dos honorários periciais adiantados (fls. 227) contida no item 1 desta sentença.Cumpra-se no prazo legal. Ciente o Reclamante (Súmula 197/TST).Intime-se a Reclamada.Guaraí, 27 de abril de 2012.ALMIRO ALDINO DE SÁTELES JUNIOR Juiz do Trabalho DANIEL DE ABREU NOLETO Diretor de Secretaria."

Despacho

Processo Nº RT-104-10.2012.5.10.0861

Reclamante	Vicente Filho Cruz Araújo
Advogado	JUAREZ FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Pedro Afonso Açúcar e Bioenergia S.A.
Advogado	DENIELSEN TANTIN RAGIOTTO(OAB: null)

"DISPOSITIVO Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por VICENTE FILHO CRUZ ARAÚJO para condenar PEDRO AFONSO AÇÚCAR E BIOENERGIA S.A., a cumprir e pagar as obrigações deferidas na fundamentação supra, conforme os seus expressos termos, que passam a integrar este dispositivo como se aqui estivesse transcrita.Defiro ao Reclamante os benefícios da justiça gratuita.Dedução, juros, correção e recolhimentos conforme fundamentação supra.Custas pela Reclamada, no importe de R$ 140,00, calculadas sobre o valor de R$ 7.000,00, provisoriamente arbitrado à condenação. Condeno a Reclamada no pagamento dos honorários periciais, fixados no importe de R$ 2.000,00. Após o trânsito em julgado, observe a Secretaria as determinações de: a) expedição de ofício contida no item 10 desta sentença, encaminhando cópia desta decisão, para as providências que entenderem cabíveis; e b) determinação de ressarcimento ao erário dos honorários periciais adiantados (fls. 191) contida no item 1 desta sentença.Cumpra-se no prazo legal.Ciente o Reclamante (Súmula 197/TST).Intime-se a Reclamada.Guaraí, 27 de abril de 2012.ALMIRO ALDINO DE SÁTELES JUNIOR Juiz do Trabalho DANIEL DE ABREU NOLETO Diretor de Secretaria."

Despacho

Processo Nº RT-119-76.2012.5.10.0861

Reclamante	Jaires Pereira dos Santos
Advogado	JUAREZ FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	João José Pires
Advogado	DENISE MARTINS SUCENA PIRES(OAB: null)

"Vistos os autos. O Reclamante juntou, às fls. 34, o atestado médico original, declarando que, na data de 28.3.2012, véspera da audiência de instrução designada para o dia 29.3.2012, o Reclamado necessitava de sete dias de repouso, por motivo de doença - CID V63 "ocupante de um veiculo de transporte pesado traumatizado em colisao com um automóvel ou uma caminhonete condutor traumatizado em um acidente não de transito", o que demonstra a impossibilidade de comparecimento do Reclamado à reportada audiência. Desse modo, indefiro o pedido do Reclamante de fls. 38-39 e redesigno audiência de instrução para o dia 15.5.2012, às 11h20min, para a qual as partes deverão comparecer para depoimento pessoal, sob pena de confissão, oportunidade em que deverão trazer espontaneamente suas testemunhas. Intimem-se diretamente as partes, sendo o Reclamante pela via postal e o Reclamado por mandado. Intimem-se os procuradores pelo DEJT. Guaraí-TO, 27 de abril de 2012. ALMIRO ALDINO DE SÁTELES JUNIOR Juiz do Trabalho"

Despacho

Processo Nº RT-186-41.2012.5.10.0861

Reclamante	Lourival Claus
Advogado	JOÃO DOS SANTOS GONÇALVES DE BRITO(OAB: null)
Reclamado	Pampa Indústria e Comércio de Materiais de Construção Ltda (Cerâmica Pampa)
Advogado	WILSON ROBERTO CAETANO(OAB: null)

Vistos e examinados. Ante o silêncio do(a) Reclamante, tenho por quitado o acordo, pelo que extingo o feito, nos termos do art. 794, I do CPC. Deixo de intimar a União, com fulcro na Portaria/MF nº 435/2011, Ofício nº 326/2011/GAB/PF-TO/PGF/AGU e Recomendação n.º 3/2011/TRT10. Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos ao arquivo, em DEFINITIVO, com as baixas necessárias. Publique-se. Guaraí/TO, 30 de abril de 2012 (2ª Feira). ASSINADO ELETRONICAMENTE ALMIRO ALDINO DE SÁTELES JUNIOR Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-230-60.2012.5.10.0861

Reclamante	Manoel de Jesus Nunes Aguiar
Advogado	JUAREZ FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Serra do Estrondo Engenharia e Construções Ltda (Representada por Aldo Dell'Agnol)
Advogado	ILDEFONSO DOMINGOS RIBEIRO NETO(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO

Certifico que, em cumprimento ao art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, INTIMA-SE o reclamante, por seu procurador, para receber a sua CTPS devidamente anotada pelo reclamada, prazo de 05 dias.
Guaraí-TO, 30 de Abril de 2012 (Segunda-feira)

RAFAEL LOPES PONTES
Assistente de Diretor

Despacho

Processo Nº RT-312-28.2011.5.10.0861

Embargante	Eliane de Fátima Gonçalves
Advogado	LUCAS MARTINS PEREIRA(OAB: null)
Embargado	Mauro Rodrigues Gomes
Advogado	JUAREZ FERREIRA(OAB: null)
Embargado	Maurício Moreira da Silva
Advogado	WANDEILSON DA CUNHA MEDEIROS(OAB: null)

DESPACHO Vistos e examinados. Ante a apresentação dos comprovantes, tenho por quitada a execução, pelo que extingo o feito, nos termos do art. 794, I do CPC. Deixo de intimar a União, com fulcro na Portaria/MF nº 435/2011, Ofício nº 326/2011/GAB/PF-TO/PGF/AGU e Recomendação n.º 3/2011/TRT10. Publique-se. Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos ao arquivo, em DEFINITIVO, com as baixas necessárias. Guaraí/TO, 02 de Maio de

2012 (quarta-feira) ASSINADO ELETRONICAMENTE ALMIRO ALDINO DE SÁTELES JUNIOR Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-383-93.2012.5.10.0861

Reclamante	Gilsa de Oliveira Mendonça
Advogado	LETICIA ABU KAMEL LASMAR(OAB: null)
Reclamado	Fundação de Desenvolvimento Educacional de Guarai-FUNDEG
Reclamado	Faculdade Guaraí- FAG
Reclamado	Instituto Educacional Santa Catarina
Reclamado	Prefeitura Municipal de Guarai

ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INICIAL RITO ORDINÁRIO - FRACIONADA

Certifico que em cumprimento ao inc. II, art. 23, PGC, do TRT10, o presente feito foi incluído na pauta para realização de audiência inaugural, na data a horário abaixo designados, para a qual as partes serão notificadas a comparecer (CLT, art. 841) advertidas de que é facultado à(o) reclamado(a) nomear preposto, cujas declarações a obrigarão, bem como apresentar defesa escrita e a prova documental que entender conveniente (CLT, art. 847); que o não comparecimento do(a) reclamado(a) implicará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato e o não comparecimento da parte reclamante implicará no arquivamento da reclamação (CLT, art. 844); sendo recomendável que estejam assistidos por advogado; cientes, ainda, de que o feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO e a audiência será realizada de forma FRACIONADA, com designação específica de audiência de instrução e julgamento.

Em cumprimento ao PGC do TRT 10ª Região o(a) Reclamante, caso não conste dos autos, deverá apresentar em audiência o nº da CTPS, RG, CPF, PIS/PASEP ou NIT. O(a) Reclamado(a), se pessoa jurídica, deverá apresentar cópia do contrato social e de suas alterações, seu número de CNPJ, CEI e CPF do proprietário e dos sócios; se pessoa física, deverá apresentar número do CPF e RG.

O(a) Reclamante será intimado(a), por seu procurador, mediante publicação do Diário de Justiça Eletrônico e notificados os 1º, 2º e 3º Reclamados pela via postal e o 4º Reclamado por Mandado.

AUDIÊNCIA INAUGURAL: DIA 30/05/2012 08h20.

Guaraí/TO, 30 de abril de 2012 (2ª Feira).

DANIEL DE ABREU NOLETO
Diretor(a) de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-532-26.2011.5.10.0861

Reclamante	Valto de Oliveira Rodrigues
Advogado	JOÃO DOS SANTOS GONÇALVES DE BRITO(OAB: null)
Reclamado	Projeta Engenharia de Telecomunicações, Projetos e Construções Ltda
Reclamado	Radiante Engenharia de Telecomunicações Ltda
Advogado	JOAO CASILLO(OAB: null)

Vistos e examinados. Ante o silêncio das partes, determino a inclusão do registro de garantia do Juízo do(s) executado(s), no BNDT, mediante termo nos autos. Expeça-se Alvará à CEF (Ag. Colinas do Tocantins-TO), para que, com os valores referentes ao depósito recursal de fl.168, adicionados juros e correção monetária, proceda à seguinte movimentação:

1. Libere a(o) Sr(a) Valto de Oliveira Rodrigues ou a seu advogado(a) JOÃO DOS SANTOS GONÇALVES DE BRITO OAB-TO nº 1498 (constituído à fl.07) a quantia exata de R$ 1.196,91, devendo o exequente requerer o que entender de direito no prazo de 5 dias após o levantamento, sob pena de extinção da execução, nos termos do art. 794, I do CPC;
2. Recolha à Previdência Social a quantia exata de R$ 8,09, mediante guia GPS, código 1708, referente ao INSS do Empregado (referência NIT/PIS).
3. Recolha à Previdência Social a quantia exata de R$ 23,26, mediante guia GPS, código 2909 (CNPJ) ou 2801 (CEI), referente ao INSS do Empregador/SAT.
4. Recolha à previdência social a quantia exata de R$ 5,87, mediante guia GPS, código 2917(CNPJ) ou 2810 (CEI), referente ao INSS Terceiros.

Intime-se o Executado RADIANTE ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA para, querendo, indicar conta corrente de sua titularidade, no prazo de 5 dias, para transferência do importe remanescente da execução. No silêncio, expeça-se Alvará. Em se tratando de depósito judicial vinculado a outra agência, deverão ser tomadas as medidas administrativas para a transferência de valores à Agência onde o Alvará foi apresentado, visando ao integral cumprimento da(s) determinação (ções) . Os comprovantes das movimentações, inclusive o valor levantado, deverão ser encaminhados a esta Vara do Trabalho, no prazo de 5 dias. Publique-se. Guaraí/TO, 25 de abril de 2012 (4ª Feira). ALMIRO ALDINO DE SÁTELES JUNIOR Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-748-84.2011.5.10.0861

Reclamante	Janilton Silva Pimentel
Advogado	MARISETE TAVARES FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Neuzirene da Silva Cirqueira Sousa

Vistos e examinados. 1- Ante o silêncio do Exequente, SUSPENDO a execução pelo prazo de 12 meses. O transcurso do prazo de suspensão ocasionará o arquivamento PROVISÓRIO dos autos. O(a) exequente desde já fica advertido(a) de que no referido prazo deverá indicar meios para o prosseguimento do feito. 2-Por exauridas todas as tentativas de expropriação de bens do(s) executado(s), expeça-se competente Mandado de Protesto com certidão de crédito integrada, no qual deverão ser mencionados todos os dados do(s) devedor(es) . No caso de endereço incerto ou não sabido, a informação deverá constar do campo próprio do mandado. Considerando que o devedor NEUZIRENE DA SILVA reside em Colinas do Tocantins-TO, determino que o protesto dela se realize perante o cartório daquela Cidade. Nos termos do convênio, fica registrado que uma vez encaminhado o título a protesto, esta Vara do Trabalho fica impedida de receber o respectivo pagamento até a devolução pelo Cartório do título protestado, o qual deverá ser juntado aos autos. Após a juntada do título protestado, os pagamentos só poderão ser feitos nesta Vara do Trabalho. Cientifiquem-se as partes que o pagamento da dívida nesta Vara do Trabalho, por si só, não cancelará o registro de protesto em cartório. Os devedores deverão se dirigir ao cartório responsável pelo protesto (onde pagarão os emolumentos devidos) munidos de competente "Autorização Judicial para Cancelamento de Protesto" expedida pela Vara. Eventual acordo judicial realizado

após a apresentação do título a protesto não desobriga o devedor do pagamento dos emolumentos e de outras despesas destinadas aos tabelião, cujo pagamento será sempre realizado diretamente nas respectivas serventias. Expeça-se Mandado de Protesto. Publique-se. Intime-se o Executado(a) pela via postal. Guaraí/TO, 25 de abril de 2012 (4ª Feira). ALMIRO ALDINO DE SÁTELES JUNIOR Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-808-57.2011.5.10.0861

Reclamante	Thalita Loamy Araujo
Advogado	RONEI FRANCISCO DINIZ ARAUJO(OAB: null)
Reclamado	Comércio de Derivados de Petróleo Mil Ltda
Advogado	RICHERSON BARBOSA LIMA(OAB: null)
Reclamado	Josemar Alves da Silva
Reclamado	Pedro Alves da Silva Sobrinho

DESPACHO Vistos e examinados. Ante o pagamento realizado: I. Determino a inclusão do registro de garantia do Juízo do(s) executado(s), no BNDT, mediante termo nos autos. II. Desconstituo a penhora havida às fls. 143/143-v. Intime-se o depositário, via postal. Expeça-se Alvará ao Banco do Brasil (Ag. Guaraí-TO), para que, com os valores referentes ao depósito judicial nº 500.102.944.119 (fl. 147), adicionados juros e correção monetária, proceda à seguinte movimentação: 1. Libere a(o) Sr(a) Thalita Loamy Araujo ou a seu advogado(a) RONEI FRANCISCO DINIZ ARAÚJO OAB-TO nº 4158 (constituído à fl. 14) o importe correspondente a 58,77% do(s) do saldo, devendo o exequente requerer o que entender de direito no prazo de 5 dias após o levantamento, sob pena de extinção da execução, nos termos do art. 794, I do CPC;
2. Recolha 8,41% do saldo à previdência social, mediante guia GPS, código 1708, referente ao INSS do Empregado (referência NIT/PIS). 3. Recolha 26,21% do saldo à previdência social, mediante guia GPS, código 2909 (CNPJ) ou 2801 (CEI), referente ao INSS do Empregador/SAT.
4. Recolha 6,61% do saldo à previdência social, mediante guia GPS, código 2917(CNPJ) ou 2810 (CEI), referente ao INSS Terceiros. Em se tratando de depósito judicial vinculado a outra agência, deverão ser tomadas as medidas administrativas para a transferência de valores à Agência onde o Alvará foi apresentado, visando ao integral cumprimento da(s) determinação (ções). Os comprovantes das movimentações, inclusive o valor levantado, deverão ser encaminhados a esta Vara do Trabalho, no prazo de 5 dias. Publique-se. Guaraí/TO, 2 de maio de 2012 (4ª Feira). ASSINADO ELETRONICAMENTE ALMIRO ALDINO DE SÁTELES JUNIOR Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-881-63.2010.5.10.0861

Reclamante	James Gomes da Silva
Advogado	JOÃO DOS SANTOS GONÇALVES DE BRITO(OAB: null)
Reclamado	Gsm Revestimento Anti-Corrosivo Ltda - Me
Advogado	EDUARDO SILVEIRA MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Iromar da Silva Costa
Reclamado	Severina Alice Silva Costa

Vistos e examinados. Ante o silêncio do(a) Exequente, tenho por quitado o acordo, pelo que extingo o feito, nos termos do art. 794, I do CPC. Deixo de intimar a União, com fulcro na Portaria/MF nº 435/2011, Ofício nº 326/2011/GAB/PF-TO/PGF/AGU e Recomendação n.º 3/2011/TRT10. Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos ao arquivo, em DEFINITIVO, com as baixas necessárias. Publique-se. Guaraí/TO, 30 de abril de 2012 (2ª Feira). ASSINADO ELETRONICAMENTE ALMIRO ALDINO DE SÁTELES JUNIOR Juiz(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-908-12.2011.5.10.0861

Reclamante	Beatriz Costa Cirqueira
Advogado	JUAREZ FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Nailton Plácido dos Santos
Advogado	NIVEA RODRIGUES PLACIDO(OAB: null)

DESPACHO Vistos os autos. Considerando que a autora informa que vai propor a competente AÇÃO DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL, a fim de que seja ela reconhecida como herdeira do de cujus, defiro o requerimento de fls. 107/108. Aguarde-se o prazo de 90 dias para que a reclamante cumpra o despacho de fl. 104. Publique-se. Guaraí-TO, 02 de Maio de 2012 (quarta-feira)
ASSINADO ELETRONICAMENTE ALMIRO ALDINO DE SÁTELES JUNIOR Juiz do Trabalho

Despacho

Processo Nº RT-913-34.2011.5.10.0861

Reclamante	Joel da Silva Moureira
Advogado	JUAREZ FERREIRA(OAB: null)
Reclamado	Santos Gonzaga Ltda (Construtora Canaã)
Reclamado	Município de Bom Jesus do Tocantins (Prefeitura Municipal)

ATO ORDINATÓRIO

Certifico que, em cumprimento ao art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, INTIMA-SE a reclamada SANTOS & GONZAGA, pela via postal, para, no prazo de 05 dias, manifestar-se sobre a petição do reclamante que noticia o descumprimento do acordo, sob pena de intimação do 2ª reclamado MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO TOCANTINS/TO para efetuar o pagamento.
Guaraí-TO, 30 de Abril de 2012 (Segunda-feira)

RAFAEL LOPES PONTES
Assistente de Diretor

VARA DO TRABALHO DE GURUPI-TO

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-29-91.2012.5.10.0821

Reclamante	Jose de Carvalho Mendes
Advogado	ADILAR DALTOÉ(OAB: null)
Reclamado	Falcao Supermercados Ltda
Advogado	LUIZ TADEU GUARDIERO AZEVEDO(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO

Com amparo no § 4º do artigo 162 do CPC e no artigo 23 do Provimento Geral Consolidado do Eg. Tribunal Regional da 10ª Região, a Secretaria tomará a(s) seguinte(s)providência(s):
- INTIMAR o Autor, por seu procurador, acerca dos documentos juntados pela Reclamada às fls. 251/256.

Gurupi/TO, 02 de maio de 2012 (4ªf).

Hélio Maia Gonçalves
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-30-76.2012.5.10.0821

Reclamante	Maxsuell Falcao Mendes
Advogado	ADILAR DALTOÉ(OAB: null)
Reclamado	Falcao Supermercados Ltda
Advogado	LUIZ TADEU GUARDIERO AZEVEDO(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO

Com amparo no § 4º do artigo 162 do CPC e no artigo 23 do Provimento Geral Consolidado do Eg. Tribunal Regional da 10ª Região, a Secretaria tomará a(s) seguinte(s)providência(s):
- INTIMAR o Autor, por seu procurador, acerca dos documentos juntados pela Reclamada às fls. 264/269.

Gurupi/TO, 02 de maio de 2012 (4ªf).

Hélio Maia Gonçalves
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-358-06.2012.5.10.0821

Reclamante	Jair Ferreira da Costa
Advogado	ÂNGELA MARCIA DE SOUSA GOMES(OAB: null)
Reclamado	Rio Real Empreendimentos Ltda

ATO ORDINATÓRIO
Com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no artigo 23, do Provimento Geral Consolidado do Eg. Tribunal Regional da 10ª Região, a Secretaria tomará a seguinte providência:
1. Correção de erro material ocorrido no ato ordinatório à fl. 10, para onde se lê: "... a ser realizada na sala de audiências de Palmeirópolis/TO, em virtude da atividade itinerante deste Juízo...", leia-se: "...a ser realizada na sala de audiências do Forum de Araguaçu/TO em virtude da atividade itinerante desse juízo, situada na Praça Raul Jesus de Lima, n° 08, Araguaçu-TO, fone: (063) 3384 -1211..."
2. Intimação das partes de que a audiência designada para o dia 30/05/2012, às 15h20min, será realizada na cidade de Araguaçu-TO, na sala de audiências do Forum daquela cidade.
Gurupi(TO), 02 de maio de 2012 (4ª feira).

FÉLIX SEABRA DE LEMOS NETO
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-633-86.2011.5.10.0821

Reclamante	Delmino Goncalves Gloria
Advogado	DONATILA RODRIGUES RÊGO(OAB: null)
Reclamado	Brasil Bioenergetica-Ind. e Comercio de Alcool e Acucar Ltda + 4
Advogado	ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO(OAB: null)
Reclamado	Edson Moura
Advogado	ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO(OAB: null)
Reclamado	Edson Moura Junior
Advogado	ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO(OAB: null)
Reclamado	Sauro Brasileira de Petroleo S/A
Advogado	ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO(OAB: null)
Reclamado	2m do Brasil Industria e Comercio Ltda
Advogado	ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO
Com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no artigo 23 do Provimento Geral Consolidado do Eg. Tribunal Regional da 10ª Região, a Secretaria tomará a seguinte providência:
Ciência às partes acerca do laudo pericial de engenharia e segurança do trabalho, as quais terão o prazo de 05 dias para, querendo, manifesterem-se sobre o referido laudo.
Gurupi(TO), 02 de maio de 2012 (4ª feira).

FÉLIX SEABRA DE LEMOS NETO
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-1040-92.2011.5.10.0821

Reclamante	Marcio Gomes Pereira
Advogado	ADILAR DALTOÉ(OAB: null)
Reclamado	Danluz Indústria, Comércio e Serviços Ltda + 02
Reclamado	Urbeluz Energia SA
Advogado	CRISTIANA APARECIDA SANTOS LOPES VIEIRA(OAB: null)
Reclamado	Companhia de Energia Eletrica do Estado do Tocantins - Celtins
Advogado	CRISTIANA APARECIDA SANTOS LOPES VIEIRA(OAB: null)

Despacho:"Vistos os autos.1. Considerando a certidão acima; considerando, ainda, a ata às fls. 31/32 que determina que a segunda e terceira reclamadas ficam responsáveis subsidiariamente pelo pagamento do acordo em caso de inadimplemento; chamo o feito à ordem para determinar a requisição da carta precatória expedida à fl. 82. 2. Intimem-se a segunda e terceira reclamadas para, no prazo de DEZ dias efetuarem o pagamento da 2ª e 3ª parcelas, no importe de R$ 6.700,00, sob pena da incidência da multa de 100%. Gurupi(TO), 27 de abril de 2012 (6ª f.). ELYSANGELA DE SOUZA CASTRO DICKEL - Juíza do Trabalho".

Despacho

Processo Nº RT-1393-35.2011.5.10.0821

Reclamante	Josias Martins Guimaraes
Advogado	ILDETE FRANÇA DE ARAÚJO(OAB: null)
Reclamado	Emsa Empresa Sul Americana de Montagens S A
Advogado	DIEGO SILVA CAMILO(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO

Com amparo no § 4º do artigo 162 do CPC e no artigo 23 do Provimento Geral Consolidado do Eg. Tribunal Regional da 10ª Região, a Secretaria tomará a(s)seguinte(s)providência(s):
- INTIMAR a testemunha no endereço informado à fl. 1174.

Gurupi/TO, 02 de maio de 2012 (4ªf).

Helio Maia Gonçalves
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-1485-13.2011.5.10.0821

Reclamante	Deovania Lopes de Oliveira
Advogado	ILDETE FRANÇA DE ARAÚJO(OAB: null)
Reclamado	Fri Leite Comercio de Produtos Alimenticios Ltda (Distribuidora Fri Leite)
Advogado	IRAN RIBEIRO(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO

Com amparo no § 4º do artigo 162 do CPC e no artigo 23 do Provimento Geral Consolidado do Eg. Tribunal Regional da 10ª Região, a Secretaria tomará a(s) seguinte(s)providência(s):

- INTIMAR as partes, por seus procuradores, para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem acerca dos documentos apresentados pelo Instituto Euvaldo Lodi. O prazo é sucessivo e tem início pelo autor.

Gurupi/TO, 02 de maio de 2012 (4ª f).

Hélio Maia Gonçalves
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-20700-43.2009.5.10.0821

Processo Nº RT-207/2009-821-10-00.2

Reclamante	José Mateus de Lima Franco
Advogado	ILDETE FRANÇA DE ARAÚJO(OAB: null)
Reclamado	Espólio de Abadio Pereira Cardoso (Inventariante Umberto Pereira da Cruz Cardoso)
Advogado	JOÃO NEGRÃO DE ANDRADE FILHO(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO

Com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no artigo 23 do Provimento Geral Consolidado do Eg. Tribunal Regional da 10ª Região, a Secretaria tomará a seguinte providência:

Intimação das partes acerca da penhora e avaliação à fl. 279, para os fins do art. 884 da CLT.

Gurupi(TO), 02 de maio de 2012 (4ª feira).

FÉLIX SEABRA DE LEMOS NETO
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-131100-27.2009.5.10.0821

Processo Nº RT-1311/2009-821-10-00.4

Reclamante	José Heleno Cabral
Advogado	CLEUSDEIR RIBEIRO DA COSTA(OAB: null)
Reclamado	Espólio de Abadio Pereira Cardoso (Fazenda Vajadão) Inventariante Umberto Pereira da Cruz Cardoso
Advogado	JOÃO NEGRÃO DE ANDRADE FILHO(OAB: null)

ATO ORDINATÓRIO

Com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e no artigo 23 do Provimento Geral Consolidado do Eg. Tribunal Regional da 10ª Região, a Secretaria tomará a seguinte providência:

Intimação das partes acerca da penhora e avaliação à fl. 213, para os fins do art. 884 da CLT.

Gurupi(TO), 02 de maio de 2012 (4ª feira).

FÉLIX SEABRA DE LEMOS NETO
Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº RT-192000-73.2009.5.10.0821

Processo Nº RT-1920/2009-821-10-00.3

Reclamante	José de Paula Leão Júnior
Advogado	AURÉLIO CARDOSO DE REZENDE(OAB: null)
Reclamado	União Federal (Advocacia Geral da União - AGU)

Despacho de fl. 1711:"(...)Assim, primeiramente, a fim de que não haja reincidência no erro das intimações da União, retifique-se a capa dos autos.De outra parte, ante o teor do peticionado pela União às fls. 1379/1384 e considerando o disposto no artigo 796, "a", da CLT, intime-se a Reclamada/União para:a) informar se teve efetivo prejuízo por não se fazer presente à audiência em que foram ouvidas as testemunhas na Vara do Trabalho de Porangatu/GO, caso a resposta seja positiva, deverá informar os quesitos das perguntas a serem formuladas, não contempladas nos depoimentos, para que elas sejam inquiridas a respeito. b) formular quesitos a serem respondidos pelo perito nomeado nestes autos em complementação à perícia realizada cujo laudo encontra-se às fls.Por fim, em homenagem ao princípio do contraditório e ampla defesa, reconsidero a decisão proferida na ata de audiência de fls. 1350 e determino a intimação da Reclamada para que indique, no prazo de 10 (dez) dias, o endereço da testemunha Klinger Fernandes Santos Moreira. Ante a exiguidade de tempo para a data de realização da audiência, redesigno a audiência neste feito para o dia 22/05/2012, às 15h50min.Gurupi/TO, 27 de abril 2012 (6ª feira).ELYSANGELA DE SOUZA CASTRO DICKEL Juíza do Trabalho".

VARA DO TRABALHO DE DIANÓPOLIS-TO

Despacho

Despacho

Processo Nº RT-1-33.2012.5.10.0851

Reclamante	Jailton da Silva Sousa
Advogado	ADRIANO TOMASI(OAB: null)
Reclamado	Ishiyama Brasil Construções Ltda
Advogado	CAROLINA SVIZZERO ALVES(OAB: null)
Reclamado	Areia Energia S/A
Advogado	FLÁVIA QUADROS MEIRA(OAB: null)
Reclamado	Agua Limpa Energia S/A
Advogado	FLÁVIA QUADROS MEIRA(OAB: null)
Reclamado	Energ Power S/A
Advogado	ANDRESSA GRAZIELE DE BARCELOS BRANDAO(OAB: null)
Reclamado	TEP Termoeletrica Potiguar S/A
Advogado	FLÁVIA QUADROS MEIRA(OAB: null)

Despacho de fls.108/109:"Vistos os autos. Cuida-se de requerimento de cobrança de honorários advocatícios, formulado pelo patrono do reclamante, com base em cláusula contratual que assim dispõe: "Para execução do serviço ora contratado, o CONTRATANTE pagará aos contratados 30% (trinta) no caso de condenação ou valor acordado entre as partes, inclusive quanto ao FGTS."

No caso dos autos, houve conciliação na primeira audiência, ocasião em que o reclamante compareceu desacompanhado de advogado, embora este tenha sido devidamente intimado da data, horário e local da audiência. O texto do acordo, pela vontade expressa do reclamante, estabeleceu que os pagamentos se dariam diretamente em sua conta bancária. Sobreveio aos autos petição do advogado do reclamante, juntando o já mencionado contrato de honorários, pela qual requereu a retenção dos valores ajustados previamente ao ajuizamento da ação. Este juízo entende que no ato de formalização de acordo, quando presentes partes e advogados, seja possível que os litigantes estabeleçam as diretrizes de pagamento, inclusive quanto aos honorários advocatícios. Em sentença, por outro lado, a fixação de honorários está restrita às disposições da S. 219 do TST. Em verdade, nos presentes autos há apenas um título a ser executado, o acordo formulado às fls. 39/40,

em que não há qualquer menção a honorários advocatícios. Também não é possível a este magistrado aferir o real cumprimento do contrato de honorários advocatícios com vistas à sua execução, sobretudo pela ausência do advogado contratado na audiência em que o reclamante formalizou acordo. Acatar a cobrança dos honorários, sem a manifestação do reclamante, seria emitir juízo de valor sobre o integral cumprimento do contrato. Note-se que a ausência do advogado não foi justificada a tempo ou mesmo posteriormente ao fato. Reforça-se o entendimento com a possibilidade de exercício do "jus postulandi" na Justiça do Trabalho, tendo o reclamante manifestado interesse em firmar acordo mesmo estando desacompanhado de seu patrono. É importante também esclarecer que este magistrado sequer cogitou da disposição contida no art. 34, XI, da Lei nº. 8.906/94. Melhor compulsando os autos, revejo o despacho de fls. 94 para revogá-lo. Observo que existe nova lide, envolvendo novos litigantes (cliente e advogado), alheia à relação processual posta em discussão e à própria litiscontestação. Seria necessário, por exemplo, que se procedesse à instrução e à análise do cumprimento de todas as cláusulas contratuais. A discussão sobre a competência para tal enfrentamento encontra tensão entre a S. 363 do STJ e a EC/45. Este magistrado entende ser da justiça do trabalho a competência para julgar a controvérsia. Contudo, tal aferição, como dito, não pode ser realizada nos presentes autos pela simples juntada do contrato. Diante do exposto, indefiro o requerimento de fls. 104/105. Decorrido o prazo relativo ao despacho de fls. 102, que reconhece o cumprimento do título executivo, remetam-se os autos ao arquivo definitivo. Publique-se". Juiz do Trabalho MÁRCIO ROBERTO ANDRADE BRITO

Despacho

Processo Nº RT-18-40.2010.5.10.0851

Reclamante	Antônio Pereira de Carvalho
Advogado	CLAUDIA ROGERIA FERNANDES(OAB: null)
Reclamado	Concrefio Engenharia LTDA
Advogado	MURILLO MIRANDA CARNEIRO(OAB: null)
Reclamado	Consórcio Rio Palmeiras Ltda
Advogado	MÉRCIA ARYCE DA COSTA(OAB: null)

Despacho de fl. 287. Vistos e examinados.

Vistos os autos.

Inicialmente, deixo de intimar a PGFN, em razão do disposto na portaria n.º 435 de 8 de setembro de 2011 do Ministério da Fazenda.

Natural consequência da extinção do contrato de trabalho, é a baixa na CTPS do trabalhador.

Embora o título executivo (acordo de fls. 283) seja silente quanto a este aspecto, a reclamada deverá providenciar a respectiva anotação, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de pagar multa no importe de R$ 622,00, sem prejuízo da Secretaria posteriormente dar cumprimento ao disposto no art. 39 da CLT. 19:48

Publique-se.

Dianópolis/TO, 2 de Maio de 2012 (Quarta-feira).

Juiz do Trabalho MÁRCIO ROBERTO ANDRADE BRITO

Despacho

Processo Nº RT-109-33.2010.5.10.0851

Reclamante	Raimundo Gomes de Oliveira
Advogado	EDUARDO CALHEIROS BIGELI(OAB: null)
Reclamado	Dimensional Engenharia e Construções LTDA.
Advogado	LUCIANO PEREIRA CUNHA(OAB: null)
Reclamado	Edna Maria Lopes de Oliveira
Advogado	LUCIANO PEREIRA CUNHA(OAB: null)
Reclamado	Zeckeu Rodrigues de Oliveira Júnior
Advogado	LUCIANO PEREIRA CUNHA(OAB: null)
Reclamado	Valdeci Elvis Correa
Advogado	MARCIO AUGUSTO MONTEIRO MARTINS(OAB: null)
Reclamado	Maria de Lourdes do Nascimento Mendes

Despacho de fl. 164. Vistos e examinados.

Retornem os autos ao ARQUIVO PROVISÓRIO pelo prazo de 12 (doze) meses.

Ressalte-se que o exeqüente poderá, neste prazo, diligenciar a localização de bens do executado passíveis de penhora, para prosseguimento da execução.

Intimem-se.

Dianópolis/TO, 2 de Maio de 2012 (Quarta-feira).

Juiz do Trabalho MÁRCIO ROBERTO ANDRADE BRITO

Despacho

Processo Nº RT-27000-96.2007.5.10.0851

Processo Nº RT-270/2007-851-10-00.9

Reclamante	Deonisio Rodrigues de Amorim
Advogado	EDUARDO CALHEIROS BIGELI(OAB: null)
Reclamado	Construtora Guia LTDA

Despacho de fl.53:"Vistos em inspeção. Intime-se o exeqüente para informar meios para prosseguimento da execução, no prazo de 10 dias, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório pelo prazo de 12 meses". Juiz do Trabalho MÁRCIO ROBERTO ANDRADE BRITO

Despacho

Processo Nº RT-27800-90.2008.5.10.0851

Processo Nº RT-278/2008-851-10-00.6

Reclamante	Evileide Batista da Cruz
Advogado	EDWARDO NELSON LUIZ CHAVES FRANCO(OAB: null)
Reclamado	Construpav Construtora Ltda
Advogado	FRANCISCO GILBERTO BASTOS DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	Joao Luis da Costa
Advogado	FRANCISCO GILBERTO BASTOS DE SOUZA(OAB: null)
Reclamado	N P K Industria de Biofertilizantes Ltda
Advogado	FRANCISCO GILBERTO BASTOS DE SOUZA(OAB: null)

Despacho de fl.190:"Vistos em inspeção. Intime-se a exeqüente para informar meios para prosseguimento da execução, no prazo de 10 dias, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório pelo prazo de 12 meses". Juiz do Trabalho MÁRCIO ROBERTO ANDRADE BRITO

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA 1
Portaria 1
SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL 1
Despacho 1

SEÇÃO DE PRECATÓRIOS 2
Despacho 2
SECRETARIA DA 1ª SEÇÃO ESPECIALIZADA 5
Acórdão 5
Despacho 9
SECRETARIA DA 2ª SEÇÃO ESPECIALIZADA 11
Despacho 11
Pauta 12
SECRETARIA DA 1ª TURMA 13
Acórdão 13
Certidão 73
Despacho 75
SECRETARIA DA 2ª TURMA 78
Acórdão 78
Pauta 145
SECRETARIA DA 3ª TURMA 156
Acórdão 156
COORDENADORIA DE APOIO AO JUÍZO CONCILIATÓRIO E DE EXECUÇÕES ESPECIAIS 202
Despacho 202
1ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 203
Despacho 203
2ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 213
Despacho 213
Edital 220
3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 225
Despacho 225
Edital 239
4ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 241
Despacho 241
Edital 246
5ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 247
Despacho 247
Edital 294
6ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 297
Despacho 297
Edital 306
7ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 308
Despacho 308
8ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 316
Despacho 316
9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 317
Despacho 317
Edital 325
10ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 337
Despacho 337
Edital 342
11ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 343
Despacho 343
Edital 352
12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 352
Despacho 352
Edital 370
13ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 373
Despacho 373
Edital 399
14ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 402
Despacho 402
Edital 407
15ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 408
Despacho 408
Edital 423
16ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 425
Despacho 425
Edital 430
17ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 431
Despacho 431
Edital 438
18ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 441
Despacho 441
Edital 458
19ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 459
Despacho 459
Edital 469
20ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 469
Despacho 469
Edital 477
21ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF 480
Despacho 480
Edital 487
VARA DO TRABALHO DO GAMA-DF 489
Despacho 489
Edital 492
1ª VARA DO TRABALHO DE TAGUATINGA-DF 494
Despacho 494
2ª VARA DO TRABALHO DE TAGUATINGA-DF 496
Despacho 496
Edital 503
3ª VARA DO TRABALHO DE TAGUATINGA-DF 504
Despacho 504
Edital 506
1ª VARA DO TRABALHO DE PALMAS-TO 507
Despacho 507
2ª VARA DO TRABALHO DE PALMAS-TO 516
Despacho 516
1ª VARA DO TRABALHO DE ARAGUAÍNA-TO 522
Despacho 522
2ª VARA DO TRABALHO DE ARAGUAÍNA-TO 526
Despacho 526
VARA DO TRABALHO DE GUARAÍ-TO 533

Despacho 535
VARA DO TRABALHO DE GURUPI-TO 537
Despacho 537
VARA DO TRABALHO DE DIANÓPOLIS-TO 539
Despacho 539